



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL



ANO L - SUPLEMENTO "E" AO Nº 4

QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

ANEXOS ÀS ATAS DAS REUNIÕES DE INSTALAÇÃO (1ª REUNIÃO), E DE OITIVAS E DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ENCERRAMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR OS FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

DEPOIMENTOS E REUNIÕES

- 22/12/93 - Depoimento do Sr. Ramon Arnuz;
- 23/12/93 - Depoimento do Sr. Deputado Ibsen Pinheiro;
- 28/12/93 - Depoimento do Sr. Deputado Paes Landim;
- 29/12/93 - Depoimento do Sr. Deputado Carlos Benevides
- 30/12/93 - Depoimento do Sr. Senador Ronaldo Aragão;
- 30/12/93 - Depoimento do Sr. Deputado Uldurico Pinto;
- 04/01/94 - Depoimento do Sr. Senador Mansueto de Lavor;
- 04/01/94 - Depoimento do Sr. Roberval Batista de Jesus;
- 05/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Geddel Vieira Lima;
- 05/01/94 - Depoimento da Sr^a. Margarida Procópio;
- 05/01/94 - Depoimento do Sr. Senador Teotônio Vilela Filho;
- 06/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Pedro Irujo.

Depoimento do Sr. Ramon Arnuz

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está aberta a nossa reunião, que tem por objetivo ouvir o Dr. Ramon Arnuz Filho, convocado para o depoimento.

Devo antecipar-me, entretanto, dizendo que preciso dar uma informação ao Plenário. Por um requerimento do Deputado Vivaldo Barbosa para fazermos busca e apreensão de documentos na residência do Deputado João Alves, eu deferi de plano e autorizei. Quando a diligência estava sendo feita pela Polícia Federal, advogados do Deputado interpuseram-se e desejaram impedir que a diligência fosse ultimada, mas o Superintendente da Polícia Federal insistiu e fez a diligência. Entremetidos, os advogados foram ao Supremo Tribunal Federal e entraram com um mandado de segurança para impedir imediatamente que a diligência continuasse. Ontem aqui, recebi a resposta do Eminente Ministro Luiz Octávio Gallotti, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que não deu provimento à liminar e, entretanto, mandou-me o documento para que eu prestasse informações nos termos da lei. Traduzido isso em vulgar, significa ter dez dias para fazê-lo. Então, estou citado como autoridade coatora diretamente, não a CPI, mas eu próprio. De maneira que estamos preparando essa defesa, mas a própria colocação inicial no despacho dado pelo Ministro Gallotti já me deixa inteiramente à vontade, no momento em que o art. 58 da Constituição Federal, no seu § 3º, dispõe:

"As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (...)"

A autoridade judicial, na nossa interpretação, tem o direito de expedir o mandado de busca e apreensão.

Disse-me uma Colega nossa que isso teria causado um mal-estar na Câmara, porque se dizia que era uma violência contra a imunidade do Deputado, pois ele não está cassado. Não me parece procedente esse argumento, porque não se trata de imunidade no caso de uma diligência dessa natureza. Também nós, Senadores e Deputados, podemos ser presos em flagrante. Só temos o direito de que o processo não prossiga sem que ambas as Mesas das Casas tenham dado o consentimento para o seu prosseguimento.

Isso foi útil? Eu diria que sim. Não há nada de espetacular. Nós tiramos cópias imediatamente, inclusive para a imprensa, desde ontem. Ocorre que há uma publicação - e parece que é apenas do Jornal *O Globo* - em que, ao lado de um fato perfeitamente determinado como uma fraude, existe a publicação de uma espécie de bilhete de subvenções - Câmara 17, Senado Federal 13 - e como a letra aqui não é do Deputado João Alves, então um elenco de pessoas, com um número ao lado.

A interpretação do Deputado Moroni Torgan, a quem eu tinha encarregado, com o Deputado Robson Tuma, de acompanharem o Deputado Vivaldo Barbosa é de que isso é um documento inexpressivo e que, por si só, nada significa. Mas foi suficiente para que o Senador Marco Maciel, por exemplo, se sentisse profundamente abalado na sua dignidade pessoal e tivesse uma reação muito enérgica em relação a esse procedimento. Não contra nós, mas contra quem ele pudesse identificar como responsável pelo material. É muito difícil identificar. O material foi encontrado entre dezenas ou centenas de papéis de outra natureza. A fraude ficou clara porque no dia 9 deste mês recebi uma suposta carta do Sr. José Carlos Alves dos Santos, onde ele dizia que se sentia na obrigação de comunicar mais nomes de envolvidos no problema de subvenções e Orçamento e elencava um número bastante grande de nomes, inclusive do falecido Deputado Dr. Ulysses Guimarães, o ex-Presidente do Senado, o atual Presidente do Senado e outros nomes colocados lá.

Quando olhei a assinatura - eu que tinha visto do pretenso suicida aquelas últimas cartas onde ele fez denúncias de dezenove nomes e escreveu para os filhos e etc.,

comparei a letra. Não precisava ser nenhum técnico em grafologia, era visível a discordância entre a assinatura verdadeira e aquela forjada.

Por isso mesmo, guardei o documento. Pois eis que, agora, entre os papéis encontrados ontem na residência do Deputado João Alves, encontra-se, com a letra dele, o elenco exato dos mesmos nomes, com as mesmas indicações; o que deixou muito claro quem deve ter feito isso, forjando o nome do preso e querendo jogar lama direto em todo o Congresso Nacional e não apenas na CPI.

Felizmente, a imprensa se deu conta, imediatamente, de que aquilo era uma fraude nítida e o noticiário que pude ler hoje mostrava claramente que isso tinha sido detectado e tinha sido confirmado.

Já em relação ao outro suposto documento - eu insisto - não tem nenhuma validade. É preciso que não se exponham as pessoas porque, depois de expostas, dificilmente poderão ter a recuperação ou o ressarcimento do tipo de dano moral causado.

Esse era um ponto que o Senador Eduardo Suplicy tinha lembrado que salientasse hoje pela manhã. Também pedi ao Senador Suplicy que me auxiliasse em relação à situação real em que se encontra o Sr. Onofre Vaz. E o Senador, na sua habitual proficiência, fez contato com o hospital onde realmente o Sr. Onofre Vaz está hospitalizado e passou ainda há pouco ao diretor do Hospital Srio-Libanês o seguinte fax:

"Venho solicitar, como membro da CPI, que examine os problemas relacionados ao Orçamento da União e por atribuição do Presidente desta, Senador Jarbas Passarinho, que sejam dadas as seguintes informações:

1) desde que dia está o Sr. Onofre Vaz internado no Hospital Srio-Libanês?

2) foi o Sr. Onofre Vaz submetido a alguma cirurgia? De que natureza?

3) está o Sr. Onofre Vaz em condições de prestar depoimento à CPI, deslocando-se para Brasília nos próximos dias, até o dia 8 de janeiro de 1994?

4) em havendo dificuldade, devido ao seu estado de saúde, de o Sr. Onofre Vaz se deslocar para Brasília, terá o mesmo condições de prestar depoimento à CPI no próprio hospital ou noutro lugar, em São Paulo, até o dia 8 de janeiro?

Respeitosamente

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy"

O Senador ainda não tem a resposta, que espera receber ainda hoje. Com isso, teremos a nossa decisão a ser tomada a respeito desse depoimento que nos está faltando.

Recebi, também, do Governador da Bahia, Dr. Antônio Carlos Magalhães, uma carta em que ele se queixa de divulgação - que ele atribui à leviandade de parlamentar - sobre a questão da Caixa Econômica Federal. Ele diz no documento que, no seu governo, a Caixa Econômica Federal não podia ter feito nenhum tipo de financiamento, pois o Estado era inadimplente pelas administrações imediatamente anteriores.

Então, ontem, fui procurado também aqui pelo Deputado Waldir Pires, que me trouxe uma carta e me pediu que, dela tomando conhecimento, adotasse as providências que me parecessem oportunas.

Entendi que a providência seria essa. No momento em que cito a carta do Governador da Bahia, cito agora também a contestação do Deputado Waldir Pires, que declara que em nenhum momento, no Governo dele, houve inadimplência com a Caixa Econômica Federal.

Dadas as explicações, vamos passar ao objetivo da nossa reunião de hoje.

O Vice-Presidente fará as perguntas de praxe.

O SR. ODACIR KLEIN - Queira, por favor, dizer o seu nome.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ramon Arnuz Filho.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - 45 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Rua Lourenço de Almeida, nº 509, São

Paulo.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Engenheiro.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce a sua atividade?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos nos por todos de pé para ouvir o compromisso. O compromisso não será feito enquanto não estivermos todos de pé.

Obrigado.

Pode prestar o compromisso, Dr. Ramon.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de dar a palavra ao depoente, devo dizer que o Deputado Paulo Ramos está nos trazendo um documento que pedi que ele trouxesse agora, para recebermos nessa ocasião e darmos o despacho antes do fim da sessão.

Dr. Ramon, pela nossa praxe, V.Sª terá a sua disposição uma hora, no máximo, para a exposição, se quiser fazê-la.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Vim a essa Comissão de Orçamento para prestar esclarecimentos e desde já me coloco à disposição das perguntas, para atendimento no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente quer perguntar, no momento? (Pausa)

Tem a palavra o Relator, nobre Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ramon Arnuz, V. Sª exerceu, durante uma fase do Governo Collor, no Ministério da Srª Margarida Procópio, a Secretaria Nacional da Habitação. poderia dizer o tempo em que esteve e quais as suas principais responsabilidades naquele cargo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Comecei o trabalho junto com o Governo, no dia 15 de março de 1990 e encerrei as minhas atividades em meados de fevereiro, aproximadamente 30 dias após a saída da Ministra Margarida Procópio. A minha função: secretário de um órgão do Governo que tinha função de definição da política setorial de habitação. Formulávamos a política de habitação e buscávamos a implementação da mesma. De uma maneira geral, o nosso trabalho era no sentido de buscarmos um atendimento em um projeto social na área habitacional do desenvolvimento urbano e da infra-estrutura urbana.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Com quantas fontes de recursos contava a Secretaria para a execução de seus programas?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Contávamos com recursos do orçamento, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e também buscávamos contar com recursos de organismos internacionais, o que não foi possível, em função, logicamente, depois, da nossa saída; caminhávamos nesse sentido, mas não chegamos a obtê-los.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como se dava o relacionamento da Secretaria Nacional de Habitação com a Caixa Econômica Federal, no tocante à alocação e liberação de recursos para os programas?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - A Caixa Econômica Federal tinha, dentro da estrutura da alocação dos recursos, ... Houve uma revisão na lei do fundo de garantia, onde tínhamos três instâncias: o Conselho Curador, o órgão gestor e formulador de políticas, que era o Ministério da Ação Social e um órgão operador do processo, que fazia as análises técnicas, jurídicas e financeiras, que era a Caixa Econômica Federal. Então, existia um trabalho conjunto e tendo esse tipo de atribuição: Conselho Curador dando as macrodiretrizes, o Ministério da Ação Social formulando a política de Governo e, ao mesmo tempo, trabalhando a implementação desses projetos, e a Caixa Econômica como agente operador do processo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Caixa podia, em alguma circunstância, liberar recursos para habitação sem que a Ministra ou V. Sª tivesse dado previamente autorização?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Os projetos, todos eles, adentravam na Caixa Econômica através das suas SUREGs. Eram feitas todas as análises, os projetos eram aprovados na instância técnico-jurídica e, como já falei, de mérito, inclusive, comercial e financeiro. E esses projetos, como eram muitos, na medida em que estávamos atendendo o Brasil inteiro - chegamos a operar 4 mil projetos -, tinham uma demanda maior do que a oferta de recursos. Então, esses projetos vinham ao Ministério da Ação Social para verificação se estavam dentro da política habitacional, porque o único órgão que tinha a visão macro do problema setorial era o Ministério, uma vez que trabalhava com as duas fontes de recursos. Então, em cima desse trabalho, autorizávamos a contratação dos projetos, desde que eles estivessem dentro da política habitacional e estivessem tecnicamente ok. Ai, esses projetos voltavam à Caixa Econômica Federal, que continuava tendo uma demanda de projetos superior à oferta de recursos. Ai, então, a própria Caixa tinha a autonomia de priorizá-los na medida em que os Municípios ou os Estados, ou as empresas tomadoras dos recursos estivessem adimplentes ou estivessem em condições de poder receber esses recursos. Então, era um trabalho totalmente integrado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª sentiu - e em que intensidade - a interferência política na concessão desses financiamentos?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Veja, Sr. Relator, a interferência política se dá na medida em que há uma demanda específica dos diversos Parlamentares buscando o atendimento às suas bases - esse é um tipo de interferência política. Existe a outra interferência política, que é a interferência política do próprio Governo, onde ele busca atender as aprovações dos projetos, às regiões, em primeiro lugar as mais carentes, como fizemos e temos relatórios e mais relatórios a respeito disso. Então, tinha que estar dentro de uma característica técnica adequada e apropriada. A medida que fazíamos essas aprovações técnicas e encaminhávamos à Srª Ministra, a nível de gabinete, existia o "que diríamos a aprovação de caráter político. Então, quando V. Exª me pergunta se eu sentia alguma coisa no caráter político, logicamente eu sentia; sentia tanto em relação aos diversos Parlamentares que buscavam atendimento às suas bases e buscavam saber do andamento dos seus projetos, o que é uma interferência política, como também sentíamos o próprio Governo, buscando atendimento aos seus, eu diria, aos Parlamentares que apoiavam o próprio Governo, o que é natural em todo esse processo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É natural, Sr. Ramon Arnuz, até certo ponto, porque, no meu Estado, não vi um único projeto do PAIH. Pode haver, mas, dos que conheço, não houve nenhum que não tivesse um padrinho político. E mais: não vou dizer, mas sei qual o número reduzido de políticos que conseguiram liberar recursos e, por isso, estavam sempre cercados de empreiteiros. Às vezes até nos próprios aviões já chegavam juntos para ir até a Caixa. E quero dizer mais: nos projetos urbanos... como se chamavam?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Desenvolvimento urbano?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Os projetos para construções urbanas, prédios habitacionais urbanos. No interior?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sim, poderia ser em capital também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Capital, exatamente.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - O senhor está querendo se referir aos projetos de cooperativa, aos projetos de plano empresário popular?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É. Exatamente.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Esses tipos de projetos cujo tomador é o empresário, que assume o risco do empreendimento?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente. Quero dizer a V. Sª que, no Nordeste, há muitas construções com centenas de unidades simplesmente sem comprador, pela inviabilidade dos projetos. Preço alto, por razões óbvias, e unidades habitacionais de péssima qualidade.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sr. Relator, o senhor me permite um aparte?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Esse é um julgamento sobre o mérito do empreendimento em si. Hoje, tenho informações de que 80% dos projetos que se iniciaram na gestão Collor estão sendo construídos. Tínhamos um compromisso social com a população e um problema urbano terrível neste País. Chegamos à contratação de mais de 500 mil unidades num período de dois anos. A gestão de quatro mil projetos não é uma coisa fácil, Sr. Relator. Julgar um projeto, um plano de ação por um ou outro projeto, quanto a um ou a outro projeto eu concordo com o senhor, pode ter havido algum erro de até de alocação desse projeto. Mas eu lhe diria mais: provavelmente não estão ocupadas essas unidades, porque houve um descolamento entre o preço e a capacidade de pagamento do tomador final.

Isso acontece por um problema de economia, não é um problema do projeto habitacional como um todo. Esse é um dos grandes problemas. A qualidade do empreendimento é responsabilidade do construtor dentro de normas precisas com a qual ele tinha obrigações junto à Caixa Econômica e que é fiscalizado. Nem todos os empreiteiros são bons empreiteiros, como nem todos os mutirões são bons mutirões. Há mutirões excelentes. Eu lhe dei exemplos de mutirões fantásticos na região de São Paulo, como lhe dei exemplos de mutirões horrorosos. Então, não podemos julgar simplesmente porque se ouviu isso aqui ou ali; tem-se que se fazer uma análise profunda, porque projeto habitacional igual a esse que foi implantado, Sr. Relator, somente do Ministro Andreazza, quando candidato a Presidente em 1981. Isso posso lhe assegurar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu era Governador quando o Ministro Andreazza era o Ministro do Interior, e quero dizer a V.Sª que não há termo de comparação. O Ministro Andreazza está morto, não cabe nenhum julgamento, ele já está sendo julgado, mas tinha uma virtude: ele era realmente um tocador de obras. E digo mais:

se o BNH não tivesse fabricado uma única habitação, ainda merecia ter continuado existindo pela magnífica obra que realizou pelo interior deste País, em termos de serviços de água e serviços de saneamento.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Comungo com a sua idéia. Em todas as minhas palestras, eu sempre disse que o fechamento do BNH foi um erro por um projeto de desenvolvimento urbano deste País.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E por que V. Sª não lutou pela restauração? Por que a Ministra não lutou pela restauração do BNH?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque vínhamos de uma reforma administrativa que impunha cortes. Como um órgão setorial poderia, num contexto cujo maior problema da Nação era a inflação, propor aumento da criação de novos gastos ou de novos órgãos? Era uma heresia para aquele momento. Então, optou-se justamente, dentro do projeto que foi feito, por um atendimento que fosse adequado e que fosse agilizado num processo de gerenciamento moderno para a implementação da ... (ininteligível)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª mesmo reconheceu que é difícil gerenciar quatro mil projetos. E por quê, então, mesmo sem restaurar o BNH, o Governo não se utilizou das COHABs, as cooperativas estaduais de habitação, para fazer esses projetos de baixa renda, preferindo entregar a empresários privados?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sr. Relator, um dos maiores incentivadores da restauração das COHABs foi a Ministra Margarida e este Secretário que o senhor está vendo aqui. As COHABs vinham completamente inadimplentes, sem capacidade de tomar os recursos. Elas vinham superlotadas de pessoal, salvo algumas exceções.

Trabalhávamos em uma secretaria nacional com oitenta servidores. Havia uma das COHABs que não atendia a um centésimo de uma população como atendíamos e havia duzentos, trezentos, quatrocentos funcionários. Não podíamos. Tínhamos, num primeiro momento, que restaurar a capacidade de tomar recursos dessas COHABs, para que, depois, num segundo momento, elas pudessem realmente ser as grandes tomadoras. Essa preocupação sempre existiu.

V. Exª coloca os empresários nesse processo. No entanto, nós é que buscávamos dar oportunidade aos pequenos e médios empresários da construção civil no sentido de buscar recursos para a construção da baixa renda, porque esse era o mercado reservado das COHABs e elas precisavam ter - digamos - inclusive, um paralelo de comparação. Quando digo empresários, refiro-me aos pequenos e médios empresários das próprias regiões; no nosso projeto de habitação, não existem grandes empresários, Sr. Relator; não existe a Andrade Gutierrez, não existe a Odebrecht, não existe nada disso. Nunca existiu. Essas empreiteiras não fazem obras de habitação. Os nossos projetos habitacionais tinham limites. Essa é a realidade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, dou-me por satisfeito, reservando-me para, no final, fazer perguntas adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O nobre Senador Eduardo Suplicy gostaria de usar da palavra?

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Sr. Ramon Arnuz Filho, problemas com irregularidades na área de habitação foram característica marcante da Administração Federal em anos recentes...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, V. Exª poderia falar um pouco mais alto?

O SR. EDUARDO SUP LICY - De março de 1990, até o final do Governo Collor, foram contratadas 495.034 unidades habitacionais, com vários casos de

superfaturamento, gerando prejuízos de 500 milhões de dólares para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme o relatório do perito Jorge Ribeiro Santos, feito para o Tribunal de Contas da União.

No Paraná, o Governador Roberto Requião demonstrou habitações financiadas pelo Governo Federal que poderiam ser construídas pela metade do preço.

O ex-Superintendente da Caixa Econômica Federal no Paraná, Celso Aranque de Camargo, acabou sendo demitido por justa causa e objeto de inquérito pela Polícia Federal.

No inquérito sobre o esquema Paulo César Farias, constava nos disquetes da VERAX vários cronogramas físico-financeiros das obras de habitação do Governo Federal.

Na inspeção do Tribunal de Contas, em obras de habitação financiadas pelo Governo Federal, no Maranhão, especificam-se inúmeras irregularidades como, por exemplo, leio para V. S^a as referentes a conjuntos habitacionais do município de São Luiz, Planalto Turu e de São Raimundo.

As irregularidades estavam assim internizadas. O acesso aos recursos do PAIH* é restrito à classe empresarial da construção civil, sendo que a participação do plano ocorre com as empresas que já fazem parte da clientela tradicional da Caixa Econômica Federal, filial Maranhão.

Essas empresas conseguem aumentar os limites de financiamento à guisa de maior lucratividade, acarretando maior custo final por unidade construída, excluindo assim parcelas da população que poderiam ter acesso a essa linha de financiamento.

A Caixa Econômica Federal, filial Maranhão, adota para avaliação de custos o índice do Sindicato das Empresas de Construção Civil quando o Governo Federal, através do IBGE, dispõe de índices próprios para o mesmo fim.

As empresas construtoras cobram dos candidatos taxas de inscrição e outras que já estão embutidas nos valores de financiamento. Evidências de acordo prévio entre a Caixa Econômica Federal, Filial Maranhão, e o agente promotor quanto aos aspectos econômicos e financeiros dos empreendimentos antes das apresentações das propostas.

Os projetos de orçamentos e outros documentos técnicos não são devidamente analisados pelo setor competente na Caixa Econômica Federal.

A Caixa Econômica Federal no Maranhão não apura o custo dos terrenos, transferindo ao beneficiário final o valor apresentado pelo agente promotor, superior ao custo da aquisição, havendo, assim, uma clara conivência da Caixa Econômica Federal, como no caso do Conjunto São Raimundo, em um consórcio de 14 empresas, que adquiriu da Caixa Econômica Federal em 25/10/90 o terreno que serve ao empreendimento pelo valor de 87 milhões de cruzeiros. Em 28/10/90, três dias depois, as construtoras apresentaram cotação para o item custo, no valor de 110 milhões para uma área de menos de 40% da área total adquirida.

A Caixa Econômica Federal facilitou a venda do referido terreno às empresas em dez parcelas iguais e sucessivas, indexadas em BTNFs, quando a liberação às mesmas dos recursos do PAIH ocorreu de uma só vez."

Mais adiante, no mesmo relatório, conclui-se:

"Assim, à vista das impropriedades apontadas, o analista-auditor, com o endosso do Sr. Inspetor-Geral Substituto, conclui que o Plano de Ação Imediata para Habitação do Governo Federal, no Estado do Maranhão, no período abrangido pela auditoria, junho de 90 a outubro de 91, não foi executado com observância dos princípios de economicidade, eficiência e eficácia."

Sr. Ramon Arnuz, como Secretário da Habitação, o senhor foi o responsável pela escolha, na contratação, de inúmeras dessas obras. Afinal, era gestor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que era complementado com recursos do Orçamento Geral da União. Como V. S^a explica esses inúmeros casos de irregularidades que causaram extraordinário prejuízo ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e aos cofres públicos?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Senador Suplicy, eu gostaria de responder de trás para frente. Não podemos nos responsabilizar pela forma como é feita a análise e pelo que acontece no Estado, através da Caixa Econômica Federal. Ela era o nosso braço operador, o braço operador do Governo. Então, a responsabilidade de fazer a análise técnica, de fazer a seleção das empresas, de fazer a viabilidade econômico-financeira, isso tudo é competência da Caixa Econômica. Para nós simplesmente chegava um relatório-síntese que trazia no seu bojo a aprovação ou não. E, como a demanda era muito alta, normalmente só vinham aqueles que tinham sido aprovados. Os que não eram aprovados voltavam para suas origens, porque o volume de processos era monstruoso.

Uma ressalva muito importante: na nossa gestão, em nenhum caso, foi complementado um projeto com verba do Orçamento. Por enquanto aqui estamos falando de recursos do FGTS. Orçamento, o senhor tocou neste momento. Orçamento não entrou em nenhum dos casos aprovados - seja pela Ministra - que tenha passado por nós, porque não fazia parte de compormos recursos para um determinado projeto. Isso não existiu.

Com relação a superfaturamento, o exemplo citado do Governador Requião não é válido por um único motivo. Existem diversas maneiras de se fazer um conjunto habitacional. Existem diversas formas de se compor o projeto técnico e o projeto financeiro. O Governador Requião, quando computa o preço de uma unidade habitacional, computa somente o que ele gasta, ou seja, o que ele comprou de material de construção. Ele não está computando a mão-de-obra, porque se mandou fazer através de um determinado tipo de mutirão; ele não está computando o terreno, porque ele o conseguiu de uma determinada

prefeitura, provavelmente de um prefeito do seu Partido e também não está computada a infra-estrutura, porque foi feita com máquinas do próprio Estado e está embutida.

Custos é um item que deve ser muito bem trabalhado na iniciativa do Governo, como é trabalhado na iniciativa privada. Isso é composição de custos. Tenho estatísticas, porque trabalhamos durante esses dois anos, como eu disse no começo, dentro de um projeto moderno de gerenciamento. Tínhamos relatórios, praticamente mensais, do andamento de todas as obras; tínhamos relatórios anuais - e quem busca forjar situações, não emite relatório, deixa ao Deus dará - e os publicávamos, só que não foram lidos, ou foram distorcidos. Isso posso lhe assegurar e proponho que, se houver dúvida, Sr. Senador, se contrate peritos em Engenharia e não Governadores de Estados, para que possam opinar sobre isso, porque é um tema importantíssimo, pois todas as vezes que vim a CPIs foi-me questionada a questão do superfaturamento. Asseguro, novamente, que não houve superfaturamento, e se houver peritagem, com relação à composição de custos, garanto que o senhor ficará surpreendido, porque trabalhamos com custos abaixo do que normalmente é trabalhado.

O SR. EDUARDO SUPPLY - O senhor mencionou, há pouco, o caso de mutirões na Cidade de São Paulo, que, na opinião de V. S^a, seriam até exemplares, havendo outros que não o são. V. S^a estava se referindo a mutirões do Município de São Paulo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, eu estava me referindo aos mutirões do Município de Jales.

O SR. EDUARDO SUPPLY - De Jales? E também...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Jales e tem um outro Município. São fantásticos, realmente mutirões muito bons. São Paulo também fez bons mutirões. A solução mutirão, na nossa concepção - falo, agora, como Técnico de Habitação, porque a minha formação é técnica - não é um projeto que soluciona o problema habitacional, mas é muito importante para que se trabalhe a questão habitacional a curto prazo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - A Sr^a. Célia Abdala foi indicada para diretora de operações. Ela trabalhou com V.S^a?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sim, senhor.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Ela foi indicada pelo Deputado João Alves?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, senhor.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Que funções, exatamente, ela exercia?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ela era diretora de controles de projetos.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E como tal, o que ela fazia?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ela recebia os projetos e fazia a análise do confronto entre o relatório "x" e os quesitos necessários ao atendimento de política habitacional; fazia o controle orçamentário ou o controle do orçamento do FGTS, para que trabalhássemos dentro daquilo que nos era permitido e encaminhava ao Secretário, que fazia uma nova análise, e, então, encaminhava à Sr^a. Ministra para homologação ou não.

O SR. EDUARDO SUPPLY - O senhor deve ter acompanhado pela imprensa a notícia segundo a qual ela teria recebido cheques do Deputado João Alves. V.S^a teve oportunidade de - como trabalhava com ela - indagar a respeito? Por que surgiram tais cheques?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Senador Supply, a servidora Célia Abdala... Vou até elucidar a questão que V.Ex^a colocou, de indicação. Quando da época do "bolo de noiva", como chamamos o período de transição de Governo, fui designado para ir ao Ministério do Interior e comunicar, na época, ao Ministro João Alves, hoje Governador de Sergipe, que estaria sendo feita a transição e que o Ministério do Interior passaria por uma grande transformação, uma reforma administrativa. Nessa oportunidade, o seu Chefe de Gabinete era o Sr. Esmeraldo, não me lembro, lamentavelmente, do nome todo dele...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Chefe de Gabinete do "bolo de noiva"?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Do João Alves.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Do Ministro do Interior?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Do Ministro do Interior, na época

anterior.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Certo.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - E fizemos uma reunião com todos os técnicos, com todas as áreas, procurando fazer com que essa transição, inclusive, não fosse traumática. E, nessa oportunidade - em função da reforma, muitos servidores não seriam aproveitados, e outros seriam, a critério da Secretaria de Administração.

Nessa oportunidade, conheci diversos técnicos de carreira do Serviço Público Federal e convidei alguns servidores, dentre eles a técnica Célia Abdala, que, por sinal, como profissional, era excelente, trabalhava com afinco, buscando produzir o melhor para o projeto de habitação que estávamos elaborando.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Onde ela trabalhava antes?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Como servidora de Brasília, ela trabalhou no Ministério do Interior e em outros. A sua designação para o cargo de diretora não se deveu à indicação de ninguém, foi um aproveitamento dentro dos quadros dos servidores da União.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não tenho certeza, mas a reportagem de o jornal O Globo, de 31 de outubro de 1993, menciona que ela foi indicada pelo Deputado João Alves para trabalhar com V. S^a, como assessora.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas é o que está aqui.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Essa informação é completamente infundada, V. Ex.^a pode ter certeza disso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Ramon Arnuz, no inquérito instaurado pela Procuradoria-Geral da República, que demonstra ter havido uma manipulação indevida de 3,3 bilhões de recursos do Fundo de Garantia destinados a programas habitacionais, na época dos Ministros Ricardo Fiúza e Margarida Procópio, administrados pela Caixa Econômica Federal, que permitiram um superfaturamento de preço de unidades habitacionais e garantiram às empreiteiras um lucro adicional de 500 milhões de dólares, há menção de que a intermediação de verbas distribuídas por 11 Estados envolvem, pelo menos, 20 parlamentares e que foram beneficiadas cerca de 50 empreiteiras.

Que colaboração V. S.^a pode dar a esta CPI, no sentido de indicar como é que cerca de 20 Parlamentares influenciaram as decisões que levaram a esses problemas? Quais foram os 20 Parlamentares que contribuíram para esse estado de coisas?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, não concordo com o conteúdo, não houve superfaturamento. Para provar isso, eu já disse, chamem os peritos que eles irão dizer. Garanto a V. Ex.^a que quem fez esse relatório não é perito. Vamos chamar o Instituto de Engenharia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. S.^a está duvidando do relatório do Tribunal de Contas da União.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Mas o relatório está falando em superfaturamento. Que competência tem o Tribunal em um momento como este? Temos de colocar as coisas nos seus devidos lugares, porque isso é um julgamento; portanto, de altíssima responsabilidade, pois a opinião pública terá acesso a essas informações.

Repito, não concordo com o conteúdo, pois não houve superfaturamento. Estou completamente seguro perante uma peritagem; tenho as estatísticas que me permitem confirmar isso.

Com relação à influência dos 20 Parlamentares, não tenho como respondê-lo por não saber a que tipo de influência V. Ex.^a está se referindo. Se for influência política, como já citado, era feita em outra instância e não na minha.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. S.^a costumava deslocar-se de Brasília para outros Estados e vice-versa em aviões de companhias construtoras ou fretados por companhias?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Senador, consta na imprensa que fui indiciado por um voo que fiz a Maceió e que foi pago por uma empresa chamada EPC. É verdade. Fui indiciado por causa deste voo, o que considerei uma injustiça fantástica. Disse ao delegado: Sr. Delegado, o senhor está me indiciando por um voo, e eu estava dentro do avião do Ministério, um King-air, do Ministério do Interior, e que deu pane. As 8 horas da manhã do dia seguinte - isso eram 8 horas da noite -, o Presidente da República inauguraria um projeto chamado SOS Rodovia e, na sequência, faria lançamentos de projetos de saúde e de habitação. E os documentos para esse evento estavam em minhas mãos, em minha propriedade, e disse a ele.

Senti-me impotente, porque a comitiva já tinha ido, eu estava num King-air que deu pane, está registrado na INFRAERO, e fui à Companhia Líder, fretei um avião sim, sem ter capacidade para tal, pedi pelo amor de Deus que segurassem, pois arrumaria uma maneira e a Ministra tomaria as suas devidas providências.

Cheguei a Maceió em tempo, por volta de uma ou duas da manhã, porque não foi fácil conseguir esta coisa toda; fizemos a cerimônia e disse à Ministra: Ministra, assinei um compromisso de que isso seria saldado. A senhora, por favor, providencie. Ela falou: Fique tranquilo, vamos providenciar. Era um fato novo: uma pane num avião. Aí, ela recorreu ao Planalto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas quem deu mão firme foi o Sr. Paulo César Farias?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não sei quem deu. Só soube que quem tinha pago esta história foi o delegado da Polícia Federal. E eu disse: o senhor pergunta para a Ministra. Ele fez uma acareação; mandou um delegado ao Rio de Janeiro, comprovou com a Sr.^a Ministra, mas eu já tinha sido indiciado. Esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, obrigado. Com a palavra o Deputado Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Ramon Arnuz, pegando carona nos voos, este foi o único voo que o senhor fez em avião particular durante este período?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não senhor. Fiz outros.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor poderia recordá-los?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não vou conseguir enumerá-los, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por exemplo, com uma certa frequência o senhor não voava no avião PT-LSD da CCO de Minas Gerais?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, fiz diversos voos, como já disse. E eu os fiz sempre buscando atendimento - nunca os fiz para uso pessoal, ponto número um -, eu os fiz, sim, sempre que convidado a divulgar o plano habitacional, para atender as COHABs, para atender os sindicatos da construção civil, entidades de classe. Isso eu fiz.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas esse avião não é de nenhuma entidade de classe, é de uma empreiteira que teve metade da verba de habitação popular do Estado.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Para que Estado?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Minas Gerais. Metade da verba. CCO.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu não dei verba nenhuma para CCO

nenhuma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está na minha mesa o pedido para levantarmos a planilha de voo do avião PTLSD da Companhia CCO.

Sr. Ramon Arnuz, o senhor mesmo disse que nos programas habitacionais as demandas eram muito superiores à capacidade de oferta do Ministério. Não poderia ser diferente, pois há um déficit de 12 milhões de casas populares no País. O senhor poderia explicar quais eram os critérios para a distribuição dos recursos do PEP - Programa Empresário Popular?

A Caixa Econômica Federal recebia os projetos, fazia o inventário e encaminhava uma proposta, mas a decisão para quem ia... Inclusive, a partir de um certo momento, ela deixou de fazer isto para aguardar orientação do Ministério, porque o volume de pedidos era muito superior à capacidade de atendimento. Qual era o critério de decisão, vai para A e não para B, dado que os volumes eram já analisados pela Caixa e encaminhados ao Ministério?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Essa informação de que houve represamento para que houvesse um escoamento na frente é fictícia por um único motivo: os projetos normalmente iam - não havia essa questão de represá-los, para, depois, soltá-los - para a Caixa Econômica, para ver se tinham disponibilidade de endividamento ou se tinham capacitação de recursos para aqueles Estados ainda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E qual era o critério para liberar?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - A liberação nossa tinha critérios do tipo se estava dentro da quantidade definida pelo projeto que havia sido aprovado pelo Conselho Curador - que agora não me lembro, já faz dois anos -; critérios do tipo se tinha demanda, se esse Estado já tinha recebido outros tipos de programa de mais baixa renda; eram critérios, todos, de política do setor. Esses eram os critérios. E digo mais: preparávamos e havia, no próprio Conselho Curador, uma demanda no sentido de o Ministério, junto com a Caixa Econômica e o grupo de trabalho do Conselho Curador, apresentasse esses critérios para que eles fossem aprovados pelo Conselho Curador. Esse era um trabalho que vinha sendo feito e de conhecimento e de aproximações sucessivas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Sr. Ismael Ribeiro de Barros era seu operador? Qual era a relação dele com V. S.º?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Conheci o Sr. Ismael Ribeiro de Barros na época do Governo de transição. Somente isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ele não tinha nenhuma relação com o Ministério da Ação Social e nem com a Secretaria que V. S.º dirigia?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não tinha nenhuma relação com o Ministério da Ação Social e com a minha Secretaria, sem dúvida nenhuma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nenhuma relação?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nenhuma relação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ele trabalhou na Construtora Chaim Koury e, depois, ele era tido, em São Paulo, relação com vários empresários do setor, como intermediário no processo de liberação de recursos no Ministério de Ação Social. Isso é fato ou não?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. E digo-lhe mais: quando um superintendente da Caixa Econômica Federal perguntou-me sobre tal assunto, falei "Mande-me os seus pleitos, aqueles que vocês estão dizendo, desses empresários que estão reclamando que existe esquema". Não me citou nomes, apenas perguntou-me: "Existe alguma coisa?" e respondi: "Não existe. Os pleitos vieram e foram aprovados". É muito bonito dizer: "Bom, para aprovar, precisa passar por determinada situação", mas não é verdade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não é verdade?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - No nosso caso, não é verdade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não é verdade que a recomendação era "Libera-se o recurso em vinte e quatro horas, se paga 6% da liberação dos recursos"? V. S.º aceitaria o seguinte encaminhamento: que levantássemos uma amostragem da liberação de recursos do PEP, durante a gestão de V. S.º para verificarmos se, no período de vinte e quatro horas, esses recursos liberados tiveram ou não uma ordem de pagamento no valor de 6% do valor que havia sido depositado na conta? V. S.º aceitaria isso como uma prova contundente de que havia um esquema, sim, de corrupção no repasse desses recursos?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Para quem? Não sei para quem. Como vou aceitar? Não sei. Não sei do que V. Ex.ª está falando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A primeira pergunta é se V. S.º aceitaria esse critério como um fato, um padrão de comportamento: 6% do depósito do valor dos recursos do PEP eram liberados em vinte e quatro horas após o depósito. Esse era o compromisso para negociar a liberação dos recursos na Secretaria pela qual V. S.º era o responsável.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado Aloizio Mercadante, isso não é verdade, mesmo porque...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nem os 6% de liberação?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, V. Sª diz que não há.
 O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Digo que não há.
 O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Se levantarmos as contas das liberações das parcelas, não há uma ordem de pagamento no valor de 6% dos recursos que foram liberados para o programa.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não há.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não há?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não há.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª tem absoluta convicção disso?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Tenho convicção disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nunca vi isso. Não sei disso. Trabalhamos com inúmeros empresários.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª tem absoluta convicção de que nunca houve liberação de parcelas no valor de 6% dos recursos liberados pelo PEP?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Tenho. Se V. Exª insiste nisso, tenho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Para onde iam... Algumas das contas eram de José Carlos Bonfim e de Alberto Alves Miranda? Foram duas contas que receberam porcentagens equivalentes a 6% do valor da liberação dos recursos do PEP.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado Aloizio Mercadante, isso nunca passou pela nossa Secretaria - eu lhe garanto. Isso não existe.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Se não passou pela Secretaria, quem é que intermediava a liberação?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem é que decidia?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por que o ponto fundamental é o critério de decisão?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª está dizendo na administração, que é o Conselho Curador, havia um critério, critérios

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - E tem mesmo; está tudo comprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos evitar o diálogo: um pergunta, o outro responde, o outro ouve.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo. O problema central é que V. Sª disse que havia todo um critério técnico da Secretaria para fazer as escolhas dos projetos. Quando levantamos os projetos e verificamos 6% de transferência na conta, identificando os beneficiários, constatamos que são contas que o Sr. Paulo César Farias administrou; é evidente que existia um esquema na Secretaria de Habitação, relacionado ao programa, pelo menos, a esse programa PEP, que temos identificado, que beneficiava o esquema do Sr. Paulo César Farias; todavia, alguns empresários indicam o Sr. Ismael Ribeiro de Barros, cujo endereço é na Rua Hungria, 574, 15º andar, conjunto 152, telefone (011) 212.33.44, como o responsável por essa operação. V. Sª, alguma vez, falou com esse senhor durante esse período?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não; eu conheço o Sr. Ismael Ribeiro de Barros; lógico que o conheço. Trabalhou conosco no "Bolo de Noiva". Foi um dos que trabalhou na elaboração da reforma administrativa e tudo mais. Ele estava conosco no "Bolo de Noiva".

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª nunca falou com ele por telefone, durante esse período?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Falei por telefone, por que não?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Com frequência?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, sem frequência nenhuma. Deputado Aloizio Mercadante, V. Exª está fazendo uma acusação, alegando que existem confrontos de liberações com depósitos mais, e dizendo que isso passa, ou passava por um processo junto à nossa Secretaria. V. Exª conhece o tamanho do Governo, a dimensão de como esses processos caminham dentro do Governo; eu penso que querer atribuir essa colocação que V. Exª está fazendo à nossa Secretaria, de que nós teríamos conhecimento disso...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª não era o responsável pelo programa PEP?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Isso não quer dizer nada!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não era o Ministério da Ação Social, por intermédio da sua Secretaria?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nós fazíamos as análises e as mandávamos para a Caixa Econômica Federal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei; mas comecei perguntando se a Caixa Econômica Federal recebia os pedidos e os encaminhava ao Ministério; a decisão de liberação de recursos era do Ministério; a decisão - V. Sª mesmo disse: "nós analisávamos a disponibilidade, a possibilidade, etc, desde que feito..." Quando V. Sª desqualificou as considerações do ponto de vista da competência, não da competência da sua Secretaria em relação se há subfaturamento ou não dos projetos - apesar de que V. Sª acompanhava, tem estatística e etc - V. Sª responsabilizou o operador, que era a Caixa Econômica Federal. No entanto, a decisão em relação a quem recebe...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Dos problemas do Maranhão eu responsabilizei mesmo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... qual empreiteira poderia ter acesso ao programa, na medida da solicitação. Na sua primeira fala ao Relator, V. S^a disse que a demanda era maior que a oferta, e, portanto, havia critérios de decisão. O Relator perguntou: "Os critérios eram políticos?" V. S^a disse: "Não; os critérios eram mais abrangentes; nós tínhamos uma série de considerações para analisar os projetos". Quem decidia era a Secretaria; portanto, se não era a Secretaria, quem poderia intermediar essa decisão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante, vamos aguardar a resposta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. S^a disse que o volume é grande demais; quem poderia intermediar essa decisão, senão a Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir a resposta sem interrompê-lo.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sr. Presidente, existem diversas instâncias de repasse. Até na Caixa Econômica Federal, há projetos que entram e os que não entram. Quando a Caixa Econômica Federal analisa, há projetos que vão para a frente e outros que não vão. Chegando na nossa Secretaria, fazíamos nossas análises e mandávamos à Ministra, que por sua vez atendia ou não. Depois voltavam para a Caixa Econômica Federal, que ainda tinha outro pulmão: o Presidente e a Diretoria da Caixa Econômica Federal atendia ou não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A decisão era da Ministra?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É muito simplista esse negócio; passavam por nós diversos projetos que transitavam por outras instâncias. Existia a instância da Ministra, e depois havia outra instância, que era a da própria Caixa Econômica Federal, que não conseguia atender tudo aquilo que o Ministério demandava.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A decisão, então, era da Ministra?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Lógico que era da Ministra. Ela fazia todas as aprovações finais. Nós fazíamos as análises técnicas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor fazia a análise técnica, encaminhava à Ministra, e a decisão era dela.

RAMON ARNUZ FILHO - Sim, senhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A responsabilidade era dela.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - A decisão era dela.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Pedro Pavão.

Recomendo que evitemos interrupções de respostas e perguntas. É de bom alvitre, até no Parlamento, que façamos a pergunta e ouçamos a resposta.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ramon Arnuz, imbuídos que estamos, nesta CPI, em esclarecer fatos, temos tentado, através de nossos depoentes, saber de indicações orçamentárias para as obras de grande vulto, como as já citadas - canais, obras de saneamento, habitação e outras - algumas até com suspeita de superfaturamento, até mesmo com verbas liberadas e não realizadas; portanto, existe um emaranhado de denúncias que faz com que cheguemos à CPI, e hoje V. S^a, como depoente, com a disposição de esclarecer e até de contribuir para com a CPI.

Vou fazer-lhe a seguinte pergunta: Em 1990 e 1991, criaram-se dois projetos, o PAIH e o PEP, em torno de 600 mil unidades, aproximadamente, naturalmente os dois projetos com fundos do FGTS. Quais foram os critérios adotados pelo Ministério do Bem-Estar Social, pela Secretaria e, naturalmente, até pela Caixa Econômica, para a alocação, a contratação dessas habitações?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, quando idealizamos o projeto de habitação, buscamos canalizar os recursos do FGTS para a população com renda até 5 salários mínimos. Esse era o critério para a criação do PLANO PAIH, que foi um plano que saiu depois de aproximadamente 100 dias de governo. Nós buscávamos, com esse projeto, fazer com que as COHABs se reativassem e os empresários pudessem participar da produção da população de baixa renda. Para resolver o problema de habitação, não podemos ser míopes. A verdade é essa. Nós temos que ter a contribuição de toda a sociedade no projeto mutirão, no projeto de cooperativas, no projeto de COHABs e no projeto de empresários.

O SR. PEDRO PAVÃO - De quem é, no caso, então, a irresponsabilidade? Porque logo em seguida houve uma paralisação geral desses projetos.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Agora o senhor fez uma ótima pergunta. Pela primeira vez, podemos responder isto num plenário como este. Se V. Ex^a buscar nos Anais das reuniões que fazíamos, verá que já alertávamos que o ano de 1992 seria um ano de escassos recursos, porque havia um investimento muito grande; e, como a capacidade de retorno era uma capacidade mais lenta, poderia haver um descolamento. Nós já acenávamos para o ano de 1992 com menos recursos. Mas houve um fato que, aí sim, foi a sangria dos recursos do FGTS: a permissão dada pelo Conselho Curador para que fosse possível sacar o FGTS para a quitação antecipada dos contratos anteriores a 1986. Esses contratos anteriores a 1986 eram contratos que privilegiavam a classe média e média-alta. Na medida em que foi permitido sacar o FGTS, que era uma solicitação dos bancos, principalmente da ABECIP, para que isso pudesse quitar os contratos anteriores a 1986, simplesmente foram 140 milhões de VRFs, ou UPFs da época, que representavam 800 milhões de dólares, que era o dinheiro

para terminar a produção das casas contratadas. Esse foi o grande problema e não a contratação sem margem para tal, fato que, eventualmente, poderíamos afirmar ter ocorrido. Entretanto, tínhamos um orçamento vigente que o próprio conselho curador preferiu não revisar em outubro e novembro do ano. O problema foi que já fazíamos o Orçamento de 1992.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na época era definitivo que 60% do FGTS seria usado na habitação.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sim.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quanto desses recursos foram alocados para habitação de fato, de direito, honestamente?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Tudo que foi disponível, porque procurávamos produzir. A nossa função era produzir habitação.

O SR. PEDRO PAVÃO - Se V. S^a continua no Governo, não pensa que esse paralisação iria acontecer?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, isso seria muito mais difícil de acontecer, porque depende de vontade política. V. Ex^a pode estar disso, funciona.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na verdade, temos hoje um caos no setor habitacional, com obras paralisadas, com empreiteiras quebradas em função desse projeto, com cálculo antecipado, até premeditado. Por isso fiz a pergunta a V. S^a.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não concordo com V. Ex^a de que premeditado no sentido de gastar. Não é isso.

O SR. PEDRO PAVÃO - Indaguei sobre os critérios adotados para que esse investimento desse certo; o que de fato não deu.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deu.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não é verdade.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - O tempo vai mostrar para V. Ex^a. Já temos 80% das unidades prontas. Aquilo que não está habitado, Deputado, garanto para V. Ex^a que é devido a um problema de renda e não de construção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu caro Deputado...

O SR. PEDRO PAVÃO - Ainda não completaram dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desejo apenas perguntar se vamos discutir filosofia de governo ou objetivo da CPI sobre o Orçamento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Está certo, nobre Presidente. Sr. Ramon, em razão de que V. S^a atribui as denúncias do Dr. José Carlos Alves dos Santos a sua pessoa?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, ele não fez denúncia a minha pessoa, porque nem meu nome sabia. Inclusive, sentado aqui, ele me chamou de René Amuz, quando o meu nome é Ramon Amuz. Começamos por aí.

O SR. PEDRO PAVÃO - Existiam laços de amizade, de conhecimento?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nenhum. Eu o vi uma vez.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. S^a pode entender até que essa denúncia é fruto da sua participação no Governo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ele não fez denúncia, porque não me conhece. Garanto para V. Ex^a. Se ele entrar nesta sala não sabe nem que é Ramon.

O SR. PEDRO PAVÃO - E o Sr. PC?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - O Sr. PC talvez saiba. Trabalhei na campanha, mas só o vi nessa época. Além disso, nós, técnicos, não desfrutávamos da companhia, pois limitávamo-nos a pegar o avião para trabalhar e depois voltávamos.

O SR. PEDRO PAVÃO - A sua indicação ao cargo é fruto do trabalho que realizou na campanha do Collor? A que ou a quem V. S^a atribui a sua indicação?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - A minha indicação devo única e exclusivamente a Sr^a Margarida Procópio, por conta de uma exposição que fiz a ela, mostrando como pensávamos os projetos habitacionais. Isso ocorreu numa quinta-feira. Ela foi nomeada em um sábado, em torno das 10h, e a posse aconteceu em uma quinta-feira. Logo após a sua nomeação, nós lhe mostramos que poderia ser feito um plano de cem dias, com o que ela se entusiasmou. Daí fui convidado. Um dia antes da posse, às 19h, no Bolo de Noiva, sem interferência da Ministra Zélia... Muitos repórteres me indagavam se não teria sido influência da Ministra Zélia, do Sr. PC Farias ou do Sr. Leopoldo. Respondi-lhes que não, pois estes últimos só conheciam da campanha em São Paulo. Quanto ao Sr. PC Farias, tinha conhecimento de que era o arrecadador da campanha.

O SR. PEDRO PAVÃO - Qual a origem de V. S^a? Como engenheiro, de que empresa V. S^a vem?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Perfeito. Na época, eu era contratado pelo Governo do Estado de São Paulo. Eu trabalhava na Assessoria de Planejamento do Secretário Frederico Mazzucchelli; depois, fui trabalhar junto com o Dr. Márcio Percival na Fundação SEADE, a qual trabalha com estatística; eu havia sido Superintendente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo. Trabalhei justamente na área de planejamento de assentamento urbano; daí, a minha especialidade.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas para tirar uma dúvida, gostaria de dizer que o Sr. Paulo César Farias, sentado nessa cadeira, disse que V. S^a. e o Sr. Walter Annicchino eram frutos de indicação do PRN de São Paulo.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nem ele sabia; foi a Ministra Margarida Procópio que...

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª. não confirma isso?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Foi a Ministra Margarida Procópio quem fez o convite às 19 horas; não houve ninguém envolvido nesse processo. Eu lhe garanto isso. V. Exª. pode chamar a Ministra aqui, que S. Exª. irá lhe dizer isso.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª. se lembra quem era o Presidente naquela época?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas acontece, Sr. Ramon Arnuz Filho, que, respondendo a uma pergunta a que está se referindo o Deputado Pedro Pavão, o Sr. Walter Annicchino disse que não conhecia antes a Ministra, que não havia relacionamento com ela.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É verdade. Vou lhe dizer como isso aconteceu, se V. Exªs. me permitirem contar a história. É uma história.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - V. Exª. quer saber o que ocorreu? Então, vou lhe dizer. O ex-Presidente Fernando Collor queria que o Secretário Executivo de cada Ministério passasse pelo seu crivo pessoal, ou seja, indicado o Ministro, ele gostaria de saber quem seria o Secretário Executivo. No caso dos Secretários, ele não interferia; pelo menos foi assim que ocorreu.

A Ministra Margarida Procópio, quando começou a compor o seu Ministério, convidou, em primeiro lugar, a Srª Flora Spolidoro para o cargo de Secretária de Promoção Social, porque havia o problema da LBA, havia toda aquela confusão. A Srª. Flora Spolidoro já estava convidada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E pareceu ser uma pessoa eficiente, não é?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Fantástica; a Srª. Flora Spolidoro foi uma secretária fantástica.

Depois, a Ministra convidou o Dr. Josué Setta para ser o Secretário de Saneamento; por último, convidou a mim para ser o Secretário de Habitação. Portanto, não era o Sr. Walter Annicchino o Secretário até esse momento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas gostaria de fazer mais uma pergunta. É que essa história vai longe.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. É rápido; vou lhe mostrar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso tem que ficar esclarecido.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nesse momento, o Secretário Executivo convidado não aceitou o convite, e a Ministra perguntou quem havia sido o coordenador do Projeto de Saneamento do Plano Brasil Novo. Foi dito: "Foi o Sr. Walter Annicchino, que esteve com V. Exª. há alguns dias, com quem, simplesmente, conversamos durante meia hora". A Ministra falou: "Pois bem. Então, chamem o Sr. Walter Annicchino!". Como não havia sido aceito o cargo de Secretário Executivo, passou-se o Sr. Josué Setta para esse cargo, e o Sr. Walter Annicchino foi convidado para assumir o cargo de Secretário de Saneamento. Portanto, é verdade a afirmação dele.

O SR. PEDRO PAVÃO - Gostaria de fazer só mais uma pergunta.

Criou-se um mecanismo que era de total responsabilidade da Caixa Econômica Federal, que era um órgão gestor e repassador de recursos. Por que essa mudança de regra de jogo, em que o Ministério do Bem-Estar Social, através da Secretaria de Habitação, passou a ter o comando de liberação de obras das empreiteiras, das prefeituras e de tudo o mais? Por que houve essa mudança?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado Pedro Pavão, quem fez essa mudança foi a equipe da Reforma Administrativa. Eu não posso lhe responder isso, porque isso veio como "prato feito". Foi dito: "Está aqui; a reforma é esta, e as atribuições são estas".

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª. conhecia algum esquema que funcionava paralelo à Comissão de Orçamento, aos Parlamentares já denunciados pela CPI, como o Deputado João Alves e os demais? V. Sª já recebeu a visita do Sr. Deputado João Alves na sua...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª. que esta seja a última pergunta, porque já excedemos o tempo em 4 minutos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, esta é a última pergunta. Peço um pouquinho de complacência.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado Pedro Pavão, a única vez que me dirigi ao Deputado João Alves foi para pedir para que não emendasse o meu Orçamento, porque eu precisava terminar as casinhas do SEHAC - SECRETARIA ESPECIAL DE HABITAÇÃO E AÇÃO CO antigo do Governo Sarney, que estavam inacabadas por todo este Brasil. Nesse caso, eu pedi ao Deputado João Alves para que S. Exª. não emendasse o meu Orçamento, porque "o nosso trabalho era de formiga"; precisávamos de material de construção para terminar essas casas; era um trabalho destinado a fazer mutirão e lote urbanizado. Esse era o nosso trabalho. Então, nunca tive acesso...

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª foi ou não atendido?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu lhe diria: a notícia que tinha vindo para mim era de que o nosso orçamento seria totalmente emendado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Foi atendido o seu pedido?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Insatisfatoriamente. Lamentável.

O SR. PEDRO PAVÃO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Dr. Ramon Amuz Filho, V. Sª fez parte do grupo de transição que trabalhou no "Bolo de Noiva" - isso V. Sª confessa. Eu pergunto: V. Sª fez isso porque era um funcionário de carreira, gostava do trabalho que estava realizando ou fez como o Dr. Annicchino, por amor à Pátria? Ontem, em seu depoimento, o Dr. Annicchino relatou que sacrificou seu salário, deixou a empresa, teve prejuízo, passou a ganhar mil dólares...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Considere-me um especialista em habitação e gostava do que eu fazia. Gosto do trabalho habitacional, acho que é um projeto social importante para este País.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Sª negou que conhecesse o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não o conheço mesmo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas o Sr. José Carlos Alves dos Santos, perguntado, aqui na Comissão, se conhecia o Dr. Ramon Amuz, disse: "Conheci, mas superficialmente, quando eu fui..." - e foi interrompido pelo interlocutor. Quer dizer, ele disse que conheceu V. Sª.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Podia me conhecer, mas superficialmente, como ele mesmo disse. Nunca tive contatos...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Nunca houve nenhuma tratativa de V. Sª com o Dr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Posso dizer-lhe uma coisa: nunca telefonei, nunca recebi um telefonema, nunca fui ao seu gabinete, nunca o procurei, nada, zero.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem.

Dr. Ramon Amuz Filho, o jornal *O Globo*, do dia 25 de outubro, informa que a Polícia Federal, investigando superfaturamento nos custos de construção de casas populares e conjuntos habitacionais em diversos estados, constatou ou afirmou existir a conivência do Secretário de Habitação do Ministério da Ação Social em sua gestão, o Sr. Ramon Amuz Filho, e do Diretor de Operações da Caixa, Celso Anchi, se não me engano, em operações irregulares até o final do Governo Collor. A manipulação se dava com a liberação do FGTS.

O que me diz V. Sª a respeito dessa denúncia de *O Globo*?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Senador, eu já disse inúmeras vezes que superfaturamento não há, porque quando montamos o projeto para definição de custos, tomamos cuidado de definir um valor que fosse para material de construção, um valor que fosse para a infra-estrutura, um valor que fosse específico para a mão-de-obra - existem projetos em que não há mão-de-obra, porque ela é gratuita, no caso de um mutirão ou coisas desse tipo. Tomamos esse tipo de cuidado.

Agora, o grande problema que acontece é que, na hora de comparar os custos do Governo Federal, no nosso caso: "Bom, vamos comparar o custo de um projeto completo, que inclui infra-estrutura, terreno, mão-de-obra, material"; e, na hora de comparar o custo do governador ou de quem quer que seja: "Bom, aqui eu só gastei o material de construção." É lógico que dá diferença.

Então, coloco novamente: vamos buscar um perito ou um instituto, o IPT ou o Instituto de Engenharia, o que quiser.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Insisti nessa pergunta, porque o período é assim concluído: "A manipulação se dava com a liberação do FGTS."

Lá embaixo, o Sr. ex-Ministro Ricardo Fiuza diz o seguinte: "O Dr. Ramon Amuz não era da minha gestão..." - quando ele chegou, o senhor foi destituído da sua função - ...pois eu o demiti logo que cheguei ao Ministério. Segundo, na minha gestão não foi aplicado um só centavo de FGTS, embora eu pudesse tê-lo feito conforme expliquei pela manhã. Portanto, não tenho qualquer ligação com ...tem o voto de Paulo Afonso que procedeu ao julgamento que diz exatamente que eu não apliquei um centavo do FGTS, porque quando lá cheguei a disponibilidade era muito pequena."

Quer dizer, quando V. Sª deixou a sua Secretaria, deixou o FGTS com uma disponibilidade tão pequena, que o próximo Ministro não teve condição de usá-la. É verdade esse fato?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não vejo problema na questão de ele ter recebido um Ministério com capacidade de recursos ou não. Mesmo que não tivesse recurso, não vejo qual o problema nesse processo. Entretanto, volto a afirmar: o FGTS vive dos depósitos compulsórios dos trabalhadores, das empresas e dos retornos dos investimentos. É um ciclo em que se tem uma escassez de recursos e depois a retomada dos investimentos. Isso é cíclico e não é novidade para ninguém.

Então, o momento que ele pegou, eu já dizia que ele ia pegar em outubro. Na Bahia, no encontro das ADEMIs, eu dizia: os senhores se preparem, porque no ano que vem teremos escassez de recursos. Estamos num momento cíclico em que os investimentos estão em uma fase de maturação, que não permite o retorno na velocidade em que possamos ter novos investimentos. Isso eu já dizia. Não há novidade nenhuma. É preciso vontade política e conhecimento do setor, para poder, enfim, tocar tecnicamente a captação desses recursos e a aplicação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Sª acha, então, que essa queda cíclica do FGTS decorreu de quê? De uma desestruturação do Estado brasileiro, do desemprego que aumentou e permitiu essa falta de recolhimento?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Em primeiro lugar, tivemos uma queda na arrecadação do depósito compulsório por conta disso que V. Ex^a está falando. Em segundo lugar, permitiu-se o saque antecipado para a quitação de contratos antecipados, o que representou 800 milhões de dólares.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu perguntaria se o senhor conheceu - já que são homens que trabalharam junto à CEF e ao Ministério da Ação Social - os Drs. João Pacífico, Murilo Martins, Otacílio Carvalho e William Urquiza.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - V. Ex^a me desculpe, mas esses...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Dr. João Pacífico?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - O que tem?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Estou perguntando se V. S^a conhece.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - João Pacífico.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, não conheço.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Esse nome o senhor não conhece?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Esses nomes todos que V. Ex^a falou não sei quem são.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim. Murilo Martins?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, não me diz nada.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Otacílio Carvalho?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, não sei.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - William Urquiza?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em relação a todos, o depoente respondeu que não conhece?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Respondeu que não. São homens da Odebrecht, que atuavam junto à CEF e ao Ministério da Ação Social, procurando tomar, na CEF, conhecimento antecipado do orçamento do FGTS para a adequação dos seus limites e obter, junto ao Ministério de Ação Social e do Programa PROSEGE, a priorização dos editais para programas estabelecidos para clientes quanto a sua liberação.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Isso não tem nada a ver com a nossa área.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim, mas V. S^a disse que não os conhece?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não os conheço. Nenhuma grande empreiteira...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas eles trabalhavam nesse setor.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Finalmente, Sr. Presidente, vou fugir um pouco do assunto, lembrando um fato muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a vai citar Shakespeare?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não, não vou citar ninguém. Vou citar o próprio.

O Dr. Ramon Arnuz Filho consta em uma relação de presentes, mas não com a referência "preferencial", do Dr. Annicchino. Quer dizer que V. S^a também era uma figura muito conceituada na Odebrecht e recebia presentes anualmente? V. S^a confirma isso?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu não. Não sei o que recebi.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Pois está aqui.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Desculpe-me, eu...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Está aqui: Ramon Arnuz Filho, Secretário. E não há a referência do Annicchino.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu posso ter recebido uma agenda daquelas que nem se sabe de quem recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há aquela referência "um ou dois uísques"? Houve alguma?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não. A dele não diz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só tem o nome?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não diz, e por isso perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Logo, foi cogitado e não beneficiado?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não, porque no de Dorothéa Werneck, por exemplo, estava escrito cancelado e em outros também, e o Dr. Ramon não está cancelado.

Finalmente, Sr. Presidente, permita-me, talvez pelo fato de ser um Parlamentar mais antigo, que eu volte a ter uma crise de saudosismo, que já não tem nada a ver com a nossa interpelação.

Visitei meu Estado, acompanhando o Presidente da República e Ministros, nos aviões da FAB. Era esse o meio de transporte que usavam os Srs. Ministros, os Srs. Secretários e o Presidente da República quando desejavam se locomover em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Era no tempo em que havia querosene.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É. Agora veja V. Ex^a: naquela época, não só éramos muito bem atendidos naqueles aviões - tinham uma segurança imensa, salvo o acidente que ocorreu com o Sr. Ministro Marcos Freire...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por erro de pessoa.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Foi erro de pessoa e não de falta de manutenção.

Li ontem nos jornais que os aviões da FAB estão desativados, seus pilotos não estão podendo, sequer, aprender, treinar para serem pilotos, e os Srs. Ministros e Secretários ficam a contratar learjets e outros aviões.

Pergunto a V. S^a e a V. Ex^a também se não deveríamos voltar a essa fase, primeiro, porque era econômico; segundo, porque os nossos pilotos estariam melhor preparados. Sr. Presidente, vivendo num período de escassez como estamos vivendo, tenho certeza de que os nossos pilotos da Força Aérea Brasileira prestariam esses serviços com muita proficiência e por preço muito mais acessível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No que cabe a mim, a resposta seria indiscutivelmente sim.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Ao Dr. Arnuz agradeço as respostas que me foram dadas.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador Francisco Rollemberg.

Tem a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, Dr. Arnuz, em primeiro lugar, fico surpreso com a forma como eram feitas as escolhas para a Diretoria de Saneamento e Diretoria de Habitação. Mas fico também louvando a possibilidade que V. S^a e o Dr. Walter tiveram de fazer com que a Ministra Margarida Procópio os escolhesse sem conhecer nenhum dos dois. Por uma simples manifestação ou uma simples apresentação de uma proposta, a Dr^a. Margarida encantou-se com a sua capacidade técnica e o escolheu logo para a Diretoria de Habitação, da maior importância. O normal é o Ministro ter conhecimento não só da questão técnica mas da confiança que tem que ter nas pessoas que vão trabalhar com ele, e essa confiança - quando não existe conhecimento, e não existia nem da parte de V. S^a nem da parte do Dr. Walter - seria apresentada, avalizada por outras pessoas, que fariam uma espécie de indicação seja de ordem política, seja de qualquer natureza, seja de ordem até, digamos, fraternal, amizade ou qualquer razão dessas. Mas V. S^a e ele disseram que não; foi escolha pessoal da Dr^a. Margarida Procópio. Por isso, parabéns a capacidade que V. S^a teve de convencê-la a nomeá-lo para um cargo tão importante assim tão rapidamente.

V. S^a também disse que, durante visita à Bahia, em outubro, manifestou as dificuldades que teria o FGTS no ano seguinte. Mas o Ministério já tinha feito, em maio, essa mesma previsão já para aquele ano, não para o ano seguinte, mas para aquele ano, da diminuição da receita do FGTS. Essa, a informação de disponho. Tenho aqui um documento assinado pelo Dr. Josué Seta declarando isso em maio, mas, mesmo assim, não houve preocupação por parte nem do Ministério, nem da Caixa Econômica, nem do Conselho Curador do FGTS de reduzir a aplicação e a feitura de novos contratos. Então, não seria bem a explicação de por que fazer contratos na faixa mais elevada, no nível de mais de cinco salários mínimos, fugindo àquela idéia inicial - acho que V. S^a mesmo a apresentou - de fazer uma programação maior e habitações abaixo do nível de cinco salários mínimos. Ao contrário do que V. S^a desejava e do que o Ministério também talvez pretendesse, o que vemos é que na faixa de cinco a oito salários mínimos, houve um acréscimo no projeto inicial de 13,43%. No nível de oito a doze salários mínimos, um acréscimo de 83%. Na faixa de até três salários mínimos, houve um decréscimo de 59,9% e, de três a cinco salários mínimos, um decréscimo também de 13,02%.

Houve uma escolha por parte do ministério. Da mesma maneira, na área de habitação, foram feitas análises de operações pela Caixa Econômica Federal de número de operações aviltadas. O ministério fez a eleição daqueles contratos que deveriam ser efetivados e não fez a escolha maior para evitar essa diferença que houve na parte daqueles de menor possibilidade.

Vou antecipando as perguntas, se V. S^a quiser anotar, anota ou, se quiser, vai guardando na memória. Pelo que assistimos ontem, o Dr. Annicchino não tinha nenhuma responsabilidade por nada. Se era gestor? Não era. Se era responsável pela análise de projetos para apresentar as sugestões? Não era. Se era o responsável pela liberação de recursos? Também não era. Se era o responsável pela fiscalização? Também não era. V. S^a já dá uma idéia um pouco diferente de responsabilidade na execução dessas obras escolhidas, de que na área de habitação haveria uma maior responsabilidade nessa questão.

Mas qual foi o fator que levou o Ministério da Ação Social, na época, a permitir-se a extrapolação que houve da parte dos recursos do próprio FGTS? V. S^a também pergunta o que tem isso a ver... Deixe-me averiguar se tenho aqui a idéia que V. S^a quis passar: "Sobre os problemas de habitação não pode haver uma visão míope." E que não vê qual o problema nesse processo que estamos aqui analisando.

V. S^a não acha que esses recursos, sejam do FGTS ou do Orçamento, quando mal-aplicados; quando trazem um grande prejuízo para o País, como ocorreu nessa questão de obras paralisadas por falta de recursos; quando houve, por mais de um ano, a impossibilidade de fazer novas contratações em razão dessa falta de recursos, dessa extrapolação que houve naquele ano; V. S^a não acha que isso trouxe prejuízos que podem ser insanáveis e que há um desperdício de recursos público?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Senador, em primeiro lugar, não concordo com abordagem de que foi provocado um prejuízo. Quando buscamos um projeto social, estamos preocupados com a carência que campeia toda essa população em todos os

seus aspectos. Quando falamos em habitação, referimo-nos ao habitáculo, que é a base para a pessoa poder crescer, alimentar-se e criar os seus filhos. Quando começamos o nosso trabalho, nós partimos do princípio que estamos trabalhando no campo social, que é uma das maiores prioridades desse País.

Então, tudo que foi feito é lucro; não é prejuízo, porque foi feito. O pior é não ser feito. Estou me deparando que o nosso pecado foi fazer. Somos criticados por ter feito. Essa é a verdade. Não houve também extrapolação dos limites. Quais são os limites? São os definidos pelo orçamento do Conselho Curador. Essa referência que V. Ex^a fez a respeito da carta do Dr. Josué Setta gerou uma outra carta da Sr^a Ministra ao Conselho; gerou uma carta minha à Sr^a Ministra. Foi feito um esforço no sentido de que revisássemos esse orçamento.

Tínhamos um orçamento-teto que é divulgado. Ele não é um orçamento que fica enclausurado a sete chaves. Ele é divulgado para a sociedade, é divulgado para os parlamentares, que cobram a aplicação desses recursos também.

A estratégia adotada naquele momento foi a de que iríamos até o limite do orçamento aprovado pelo Conselho Curador. E é o que está aí, não houve extrapolação. Agora, quando se fala na alocação dos recursos por faixas da população, isso é muito relativo. Por exemplo, no caso do Distrito Federal, não conseguimos alocar verba para a população até cinco salários mínimos, porque o Governo do Distrito Federal tinha como meta lotes urbanizados e não se interessava por aquela verba específica. A própria SHIS não tinha capacidade de endividamento. E os empresários locais não queriam produzir habitações para baixa renda, até cinco salários mínimos.

Então, todos os projetos que foram apresentados no Distrito Federal eram para faixa de cooperativas ou plano empresarial popular. Tínhamos a seguinte decisão: não fazemos nada no Distrito Federal ou fazemos aquilo para que temos projeto, que é para a população de oito a doze salários mínimos. Essa população também tem direito aos recursos do mesmo jeito. E nós alocamos aí. É só pegar as estatísticas. É isso que acontece.

Aí vêm as distorções de interpretação, o que é uma questão de julgamento técnico. E não pura e simplesmente por uma avaliação de uma informação. Não. Vamos pegar todos os dados. E então vamos ter a comprovação dos fatos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, é interessante ouvirmos essas explicações, não tenho nenhuma tendência, nenhuma queda para ser promotor público, para fazer inquirição, o nosso Deputado Luiz Máximo tem condições muito melhores para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ressente-se imediatamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E temos um engenheiro aqui que faz contas e muitas inquirições também, baseado nesses dados matemáticos. Mas há um jogo de palavras interessante, quando diz que tudo que foi feito é lucro e o que não foi feito é prejuízo. Quer dizer, fazer com custo elevado é lucro. Fazer e não completar a obra é lucro. Pegar o Fundo do Trabalhador e aplicar em oito a doze salários mínimos para cima também é lucro. Deixar mais de 40 mil casas sem acabar é lucro. A população não ter a capacidade de ocupar aquelas casas, que foram invadidas posteriormente porque estavam desocupadas, é lucro.

Temos que dar um diploma ao Dr. Arnuz pelo lucro que conseguiu levar à população brasileira. Esse é o lucro.

Agora, se forem apenas algumas pessoas, algumas empresas, pode ser que lucro não tenha sido a boa distribuição de renda neste País. Mas aqui também se faz um jogo de palavras a respeito do orçamento do Conselho Curador. Meu Deus, o orçamento do início do ano é um. E se eles próprios reconheceram que haveria uma queda e que o orçamento seria diminuído por causa dessas razões cíclicas que foram apontadas aqui, por que não adaptar então a execução orçamentária ao novo orçamento?

Mas o Dr. Arnuz está insistindo que não, que teve que se basear no orçamento inicial e foram feitos então os contratos. Insiste em que não houve extrapolação. Mas o Ministro Flúza não encontrou um centavo para aplicar porque não tinha mais dinheiro do FGTS para aplicar. Isso é declarado por ele.

Veja V. Ex^a como é difícil rebater as questões, utilizando apenas o jogo de palavras. Deixo o questionamento para outros mais capacitados a fazê-lo. Francamente, o Dr. Arnuz não me convenceu em nada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu apenas diria que, se talvez a pergunta fosse do Deputado José Genóino, ele diria que, em vez de lucro, é mais-valia. (Risos)

O SR. JOSÉ GENÓINO - Sr. Presidente, eu diria que é acumulação privada do capital de maneira nova, sem correr risco da concorrência. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Apropriação?

O SR. JOSÉ GENÓINO - Acumulação privada sem concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece que, de qualquer maneira, o Dr. Ramon Arnuz deseja fazer um breve comentário a respeito, mas já encerrada a inquirição.

Sendo lucro ou mais-valia ou acumulação, vamos ouvi-lo.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sr. Presidente, não é a primeira vez que estamos frente a frente num plenário como este.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Infelizmente, sempre em CPI.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É uma pena, porque nas primeiras perguntas que V. Ex^a fez, há um ano e meio ou dois anos, V. Ex^a afirmava: não temos política de habitação.

Fiquei frustradíssimo, Senador - garanto-lhe -, porque esforçamo-nos muito. Não trabalhamos só com Fundo de Garantia e dinheiro de Orçamento; buscávamos recursos internacionais e estávamos quase conseguindo; mexemos com a Lei do Inquilinato e com a Lei de Uso e Utilização do Solo; fizemos uma política social e não clientelista, enfim, fizemos muita coisa.

É pena que, na forma de interpretar determinados trabalhos, às vezes eles são prejudgados. Isso é uma pena. Mas talvez um dia eu consiga mostrar para V. Ex.^a que houve uma política de habitação. Talvez ela não tenha sido a melhor, mas foi feita com muito critério e com uma equipe técnica de alto valor, V. Ex.^a pode estar certo disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dr. Ramon, pergunto a V. S.^a qual é a sua ocupação atual, se V. S.^a já pertenceu ou pertence a algumas empresas como proprietário ou como participante e se poderia nominá-las.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Bom, vou falar um pouco do meu currículo. Eu trabalhava na iniciativa privada. Sou formado - formei-me em 1971 - em engenharia industrial e pós-graduado em administração de empresas e engenharia de produção. Trabalhei na iniciativa privada na área siderúrgica, montagem de projetos, gerenciamento de projetos, consultorias, até 1985. Em 1985, fui convidado pelo Governo Montoro a fazer a gestão do Plano Metropolitano de Saúde, que era um projeto financiado pelo Banco Mundial. Dediquei-me a esse projeto através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo durante o ano de 1985 e em 1986. Terminada a fase do projeto pela qual eu era o responsável, o projeto passou depois para uma fase de execução, implementação - eu ficava na área de projetos propriamente ditos. Continuei na Companhia de Desenvolvimento Habitacional na área de habitação, planejamento urbano e assentamento de favelas, melhorias habitacionais. Depois fui ser assessor do Secretário Frederico Mazzucchelli, no Palácio dos Bandeirantes, chefe de gabinete do Dr. Marcio (?), na Fundação SEADE. Após isso, vim para Brasília trabalhar no Ministério da Ação Social, contratado pelo Governo do Estado de São Paulo. Portanto, trabalhei no Ministério contratado pelo Governo do Estado de São Paulo. Em 1985, quando entrei para o Governo, eu já possuía duas empresas: uma empresa de propaganda, de *merchandising*, que hoje a minha esposa conduz, e uma de consultoria, que depois virou comercial e hoje é uma importadora/exportadora, que tem vida desde 1984. Ela ficou paralisada durante o Governo - porque trabalhei no Governo -, sem atividades, sem emissão de notas, sem nada. Quando saí do Governo e voltei ao Governo do Estado de São Paulo, o meu contrato foi extinto. Voltei à iniciativa privada, voltei para as minhas empresas, tanto para a da minha esposa, que é uma empresa de agência de propaganda, quanto para a minha importadora e exportadora, com a qual tenho um contrato de representação com a Espanha. E criei, há pouco tempo, uma empresa de participação em empreendimentos imobiliários, para que eu possa me dedicar justamente a um ramo que acredito que eu conheça.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O nome dessa empresa que o senhor criou? Há pouco tempo eu poderia precisar...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Essa que eu constitui agora?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Agora.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É a Gerencial Consultoria, Participações e Empreendimentos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Há quanto tempo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Agora. Estou terminando o contrato social, essas coisas, fazendo o cartãozinho...

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor, no exercício da Secretaria Nacional de Habitação, costumava receber prefeitos e parlamentares para trazerem pleitos no sentido da obtenção de aprovação de plano para construção de conjuntos habitacionais, casas populares?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Recebia, lógico.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eles compareciam, às vezes, acompanhados de empreiteiros do setor?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Houve casos de algum parlamentar trazer um empreiteiro junto com um prefeito, empreiteiro regional, coisa desse tipo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor poderia nominá-los?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sem dúvida que não. Eu atendi milhões de prefeitos. Deputado, eu ficava no gabinete até as onze horas da noite e começava às oito e meia. E se não os atendesse, era uma confusão danada. Todos queriam ser atendidos no mesmo dia, a toda hora.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor tinha uma agenda para essas audiências? O senhor conserva essa sua agenda ainda?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Olha, quem tinha a minha agenda, quem fazia a minha agenda era o gabinete. Desse material todo, conservo comigo somente os dados estatísticos dessa questão de superfaturamento, essas coisas. Mas agenda... não tenho.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dr. Ramon, entendo muito pouco do setor de construção no que diz respeito a esses programas habitacionais. Mas ouvi muito um vocábulo, e tive curiosidade de procurar saber o que significava. Eu vou repeti-lo para o senhor ajudar-me a entendê-lo e para verificar se, realmente, isso acontecia na prática ou se disso o senhor tinha conhecimento. Ouvi e tenho ouvido falar muito em "pré-licitação". O senhor já ouviu falar alguma vez a respeito disso? O que significa?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Quem não souber o que é pré-licitação ... É lógico que sei o que é uma pré-licitação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor poderia me explicar? Quero entender, porque tenho algumas informações muito esparsas e gostaria de formar um juízo a respeito. É uma espécie de jargão; pelo menos, eu entendo como um jargão utilizado no setor.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Mas já passou muitos mais PhDs por aqui para explicar isso do que eu, Deputado. Pré-licitação o que é? É uma licitação feita previamente. É isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então é exatamente essa a significação que eu conhecia. O que me contavam, Dr. Ramon, era o seguinte: para a aprovação de projetos para construção de casas populares em alguns Municípios, comparecia o prefeito ou, às vezes, o empreiteiro. E a aprovação do projeto e consequente liberação do recurso... estaria sempre condicionada a liberação do recurso à realização de uma licitação para construção daquele conjunto. Então, o pressuposto para a liberação do recurso seria exatamente a realização prévia da licitação. Portanto, isso seria uma espécie de jogo com cartas marcadas. Ou seja, o projeto é aprovado e o recurso é liberado, desde que a licitação já esteja feita. E, normalmente, quem viria pugar, lutar para a liberação rápida seria a empreiteira contemplada. O senhor tem conhecimento disso? O senhor ouviu falar alguma vez a respeito disso?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, V.Exª tem idéia do que representa um projeto de habitação para as prefeituras, o tamanho de um projeto, o que é um projeto de habitação por norma? Senão ele não poderia captar o dinheiro, não poderia habilitar-se a tal. São cinquenta casas, cem casas, no máximo duzentos lotes. Tínhamos um programa de cesta básica de material, não tinha empreiteiro. Não existe essa figura no nosso caso, principalmente das verbas de orçamento.

Como já lhe falei antes aqui, terminávamos as casas do SEHAC. Como é que se termina uma casa do SEHAC? Como era no passado? Das quatrocentas mil casas começadas, vinte mil ficaram prontas, e começamos a complementar as que não estavam terminadas. Até para reforçar o que eu havia dito ao Sr. Relator, procurávamos complementar somente as casas do antigo SEHAC através das COHABs, porque aí teríamos critérios mais rígidos de execução. Essa era nossa preocupação. Então, quando V.Exª me fala em licitação para a área da habitação, com os prefeitos...

O SR. LUIZ MÁXIMO - É que temos conjuntos habitacionais não apenas de cinquenta, cem casas; temos de quinhentas, temos de mil casas...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Com recursos do orçamento, não senhor, eu lhe mostro, não tem nenhum com recursos do orçamento. Não poderia haver. V.Exª sabe quanto eram os nossos recursos do orçamento?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Oitenta milhões de dólares. Uma rodovia das mais mixurucas, vicinal, custa cem, cento e vinte milhões de dólares. Não tínhamos esse tipo de... Licitação para nós é para licitar, talvez, a compra do material de construção...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu queria apenas satisfazer a minha curiosidade, Dr. Ramon Arnuz, porque é o tipo da pergunta que se faz já se podendo antever a resposta que virá. Porém, senti-me na obrigação de fazer essa pergunta, como a fiz, porque esses comentários sempre existiram e com muita intensidade.

Agora, pergunto a V.Sª, Dr. Ramon Arnuz: V.Sª conhece o Sr. Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO - José Carlos Batista Guimarães?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - José Carlos Batista Guimarães? Conheço José Carlos Guimarães, que foi Diretor de Habitação da Caixa, mas não sei se ele é "Batista".

O SR. LUIZ MÁXIMO - Talvez seja esse.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Talvez seja esse.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Milton Luiz de Melo Santos?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Quem?!

O SR. LUIZ MÁXIMO - Milton Luiz de Melo Santos.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não sei, sobrenome, tudo, não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Carlos Pinheiro Chandles Ramos?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Faço essa pergunta, Dr. Ramon Arnuz, porque tenho em mãos aqui a publicação de uma decisão do Tribunal de Contas da União a respeito de uma denúncia apresentada pela Central Única dos Trabalhadores, Central Força Sindical e Confederação Geral dos Trabalhadores, por intermédio dos seus representantes junto ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sobre supostas irregularidades praticadas pelos dirigentes da Caixa Econômica Federal e Ministério da Ação Social.

Essa denúncia foi devidamente processada pelo Tribunal de Contas da União, e sobreveio uma decisão na sessão do dia 31 de março do corrente ano, em que na parte conclusiva está dito o seguinte: "Determinar audiência de acordo com o inciso II do art. 43 da Lei nº 8.443/92 dos responsáveis abaixo arrolados para, no prazo de 30 dias, contados da ciência, apresentarem justificativas pelos fatos que lhes seguem". Daí, vêm as pessoas: Margarida Maria Maia Procópio, V. Sª, Sr. Walter Annicchino, Sr. Álvaro Figueiredo Maia

de Mendonça Júnior e as demais pessoas cujos nomes aqui li. Com relação a V. Sª, era para apresentar justificativa no prazo de 30 dias, consta o seguinte:

"A contratação, em 1991, acima do autorizado para o programa Plano Empresário Popular e liberações, em 1992, acima do previsto no Orçamento do FGTS, para aquele programa, com relação ao disposto no inciso I do art. 6º da Lei 8.036, de 1990, no inciso I, do art. 66, do Decreto Nº 99.684, de 1990 e no art. 315, combinado com o art. 327 do Código Penal. O art. 315, do Código Penal define o crime de prevaricação e o art. 327 define funcionário público para fins penais."

Então, em face disso, o que eu pergunto a V. Sª. é se já apresentou ao Tribunal de Contas as justificativas para essas acusações formuladas contra V. Sª. Se V. Sª ainda não as formalizou, o que tem a declarar em sua defesa com relação a essa denúncia?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, apresentamos essa defesa no prazo legal, e isso está em análise no Tribunal de Contas e lhe garanto que consolidamos bastante a nossa defesa, porque isso não existiu. Isso é a questão de como interpretar os dados, é a questão que foi posta por diversos Parlamentares e que eu lhe digo: não houve nenhum ato no sentido de que pudesse prejudicar o Fundo ou que abrisse prejuízos e coisas desse tipo. Não teve nada. Há simplesmente a questão que se coloca com relação à utilização dos recursos acima de determinado valor, mas que está dentro do Orçamento aprovado pelo Conselho. O que é importante saber é o seguinte: esse fato não era um fato obscuro, não era uma coisa que era feita dentro das paredes do Ministério. O Conselho Curador tinha conhecimento, o grupo de trabalho - existe um grupo de trabalho no Conselho - participava desse trabalho e, por um consenso, quando foi em outubro, ou novembro, é que se buscou a decisão de adiar para o próximo ano. Foi isso o que ocorreu. Agora, a falta de recursos que se atribui a isso - eu volto a afirmar - que busquem nos Anais da Caixa Econômica quanto foi essa sangria dos recursos para a quitação dos contratos antecipados, que foi um favorecimento terrível para uma população que já tinha sido favorecida e que isso serviu para quê? Simplesmente para quitar contratos com o Fundo de Compensação das Variações Salariais. Esse, sim, que tinha um problema com a ABECIP e que, no passado, ocorria o que o Senador Suplicy colocou: a mistura dos recursos do FGTS com o Orçamento, e que nós não permitíamos que acontecesse mais o que aconteceu. Então é isso. Isso aí foi defendido e acredito que... Estamos aguardando um parecer.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Dr. Ramon, quero começar aqui contraditando uma convicção arraigada que V. Sª demonstrou ter aqui, a de que a execução do Plano Habitacional do Governo que V. Sª integrou tenha atingido bons resultados, dando um depoimento. No meu Estado - Goiás -, V. Sª, Dr. Ramon, cansa as vistas se percorrer o interior do Estado e verificar lá os conjuntos que foram financiados com recursos do FGTS, oriundos dos programas da sua Secretaria e que estão à deriva, abandonados, no meio do mato, degradando-se, enquanto há, efetivamente, uma grande carência de habitações. Tanto é que o atual Governo de Goiás já construiu perto de 60 mil casas populares sem nenhuma delas estar desocupada.

Mas houve um fato - apenas para ilustrar, quando V. Sª afirmou aqui que não existe, que não existiu um superfaturamento - que chegou a causar desconforto a um Ministro de Estado que não era, sem dúvida alguma, o Ministro do Bem-Estar Social, em visita ao meu Estado de Goiás.

Recordo-me que, certa vez, o Governador Iris Rezende convidou o Ministro Alcení Guerra que fazia uma visita ao Estado de Goiás, para participar de um programa de inauguração de um conjunto de casas populares na zona rural, uma espécie de kibutz. Passamos, então, na cidade de Jataí, ao lado de uma grande vila de casas, financiadas com recursos do FGTS. Havia a informação de que cada uma das casinhas teria custado à época cerca de Cr\$ 2 milhões e pouco, enquanto as casas que iríamos inaugurar tinham duas vezes e meia o tamanho, duas vezes mais conforto e tinham custado à época cerca de Cr\$ 800 mil. A prática demonstrou que, efetivamente, os preços ficaram alto demais, tudo demonstrando que havia sempre um superfaturamento que não atendeu às exigências sociais, pelo menos, do meu Estado.

Mas a pergunta que quero fazer a V. Sª é a seguinte. Na área habitacional, a Ministra Margarida Procópio decidia sem ouvir V. Sª?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Olha, S. Exª decidia pelo próprio critério. Agora, sem me ouvir...decidia sem me ouvir, sim, porque vezes havia em que eu não ia despachar processos com ela. Sem me ouvir...

O SR. LÁZARO BARBOSA - Efetivamente?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Efetivamente, sim, senhor.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Efetivamente, qual o papel que V. Sª desempenhava como titular da Secretaria?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Posso lhe garantir...

O SR. LÁZARO BARBOSA - Eu fui Ministro de Estado e sei que cada Ministro tem, às vezes, um estilo.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - S.Exª nunca abdicou das suas aprovações finais; tanto é que, quando eu não estava, ou mesmo, às vezes, estando, diversas vezes, os

técnicos subiam ou o meu chefe de gabinete subia, aprovava ou não aprovava, a critério dela. Lógico, sem dúvida, inúmeras vezes.

O SR. LÁZARO BARBOSA - V. S^a diria que, na maioria das vezes, ela fazia isso com intensidade?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - S. Ex^a fazia. Agora, quantas vezes, não sei. Fez várias, diversas vezes.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Senador Lázaro Barbosa, permita-me que interrompa um pouquinho para dizer que, se o Senador Jarbas Passarinho estivesse presidindo, reclamaria do Parlamentar que está conversando com a imprensa.

Com a palavra o Senador Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Acho que o Presidente Jarbas Passarinho, pelo menos, uma vez, tem direito de também transgredir as normas. É um direito adquirido do Senador.

V. Ex^a tem todo esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Dr. Ramon, a sua Secretaria tinha como competência estudar e definir planilhas de custos de cada projeto?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Veja, não tínhamos equipe técnica para fazer isso caso a caso. Válfamo-nos da Caixa Econômica, porque ela tinha os técnicos. Então os solicitávamos; às vezes, utilizávamos funcionários da Caixa, trabalhando dentro do Ministério, para que pudéssemos formular, analisar os projetos, não é? A nossa grande preocupação, Deputado, era com o começo do programa, porque o que o define é a sua normativa. Na medida em que ele tem um parâmetro de custo máximo por fase, automaticamente se administra o projeto dentro dessa normativa para o órgão operador, que participou do processo, e se analisam os projetos. Tínhamos 80 servidores e reclamávamos mais porque a nossa lotação era 120 e não conseguimos... Mas os custos eram feitos junto com a Caixa Econômica Federal.

O SR. LÁZARO BARBOSA - V. S^a, como técnico dessa área, um homem experiente, não concorda que o Governo Federal, independentemente do Governo que seja, num País como o nosso, não tem competência, não tem vocação e não tem estrutura para administrar um programa habitacional da grandiosidade que se pretendia? V. S^a não acha que grande parte das disfunções ocorridas se deu em virtude disso, ou seja, da falta de condições de o Governo Federal gerir um programa dessa ordem?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sr. Deputado, essa é uma questão que dá um seminário. Eu lhe diria que o próprio BNH, no seu primeiro momento, um órgão central de formulação da política habitacional e desenvolvimento urbano, teve um papel importantíssimo neste País e o desenvolveu muito bem. O que houve foi uma distorção em determinado período.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Em um primeiro momento houve isso?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu diria que o Governo Federal pode ter como também pode não ter essa competência se não executar as coisas dentro de determinados parâmetros que levem a bom termo um projeto dessa envergadura.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, não vou mais formular ao Dr. Ramon nenhuma outra indagação. Na verdade, há muito tempo estou convicto de que, especialmente no Governo passado, o programa habitacional, talvez pela experiência do meu Estado, foi um redundante fracasso.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Dr. Ramon Arnuz Filho, solicito a V. S^a que declare quais os bancos usados para a sua movimentação desde 1990 até a data atual.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Caixa Econômica Federal, aqui de Brasília; Banco Hispano-Americano, em São Paulo; agora, abri conta no Bradesco. Fundamentalmente, eu trabalhava com o Banco Hispano-Americano e a Caixa Econômica Federal. Talvez tenha algum outro que eu nem me lembre. Se tiver mais algum, posso confirmar.

O SR. ZAIRE REZENDE - A CPI determinou a quebra do sigilo bancário de V. S^a. Do material recebido dos bancos consta movimentação bancária de V. S^a somente até o dia 15 de maio de 1992. V. S^a poderia esclarecer este fato?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não; tem movimentação bancária no Hispano-Americano e na Caixa Econômica Federal. Na medida em que saí do Governo e com a exoneração do Governo do Estado de São Paulo - lembrei-me agora que movimentava também no BANESPA -, com a perda do meu contrato, sofri um abalo financeiro importante, o que me forçou a vender bens. Isso consta das minhas declarações de bens. Continuei movimentando a minha conta com mais dificuldade - V. Ex^a pode comprovar isso pela minha movimentação bancária. Não é que ela paralisou, ela está diminuída. E eu opero, sou procurador da minha mãe nos negócios da nossa família - alugueis, coisas desse tipo. Tanto que o meu escritório hoje, em São Paulo, é numa casa, na casa que eu nasci até, no Brooklin. Então é isso, mas nada mais que isso. Vendi bens e estou vivendo hoje de alguns trabalhos, tanto na parte de importações e exportações, que estamos começando a desenvolver, e de alguma outra consultoria. Mas não que tenha parado a movimentação bancária, pelo menos posso lhe trazer os extratos. Se o senhor quiser, poderá ver.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Senhor depoente, entre 1990 e 1992, verificou-se que o patrimônio de V.S.^a teve movimentação, entre compra e venda de bens móveis e imóveis, no valor correspondente a 383 mil dólares. Considerando que o relatório elaborado pela Subcomissão de Bancos revela que desde 1989 até 15 de maio 1992 V.S.^a teve créditos no importe de 128.259 dólares apenas, pergunto: V.S.^a poderia esclarecer a esta Comissão de que forma efetuava pagamentos e recebimentos decorrentes das operações de compra e venda, especialmente dos bens relacionados no quadro demonstrativo e anexo, que passo para V.S.^a; se foi recebido em cheque ou pago em cheque ou dinheiro; se foi recebido em cheque, se poderia declarar a origem?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu tive, nesse período de 86 para cá... O senhor pegou que período? O de 90?

O SR. LÁZARO BARBOSA - Temos aqui 11/07/90 - venda Brasinca; 11/07/90 - compra quantum; 25/09/90 - compra Kadett; 11/07/90 - compra Veraneio; 20/11/90 - compra telefone; 23/04/91 - venda quantum; 09/09/91 - venda Kadett; 27/02/91 - venda Veraneio; 27/03/91 - compra quantum; 11/09/91 - compra Kadett; 18/11/91 - compra Monza; 06/11/91 - compra veraneio; e assim...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Compra e venda. Mas, veja, está tudo registrado, tudo dentro do meu imposto de renda. Vendi um terreno para comprar um outro. Vendi por um preço melhor para comprar outro pior e assim foi. Não tem nada que o senhor possa falar: - não, teve um aumento de patrimônio. Meu patrimônio sempre foi esse. Depois tinha a herança do meu sogro, que também está no meu imposto - 1/6 de um monte de coisa, até de título do Juventus - e da minha família. O que o senhor quer que eu fale sobre isso?

O SR. LÁZARO BARBOSA - Estou satisfeito com a sua resposta.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Pois não.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Depoente, em depoimento a esta CPI, o Deputado Ricardo Fiúza declarou que uma das primeiras providências que tomou, ao assumir o Ministério da Ação Social, foi demitir V.S.^a da Secretaria de Habitação e o Sr. Walter Annicchino da Secretaria de Saneamento. Disse, no depoimento:

- Eu achava que essas duas Secretarias estavam extremamente mal geridas, inclusive em função de, no mínimo, uma aplicação do FGTS de forma exageradamente veloz. Não digo que tenha havido desonestidade - dizem. Ou seja, esgotaram todo o saldo, e essas pessoas eram pessoas polêmicas, eram pessoas que estavam afiadas sob mira, sob investigação, sob notícia de imprensa.

Que considerações faz V.S.^a a esse respeito?

O SR. LÁZARO BARBOSA - Normalmente quem realiza é polêmico. Estávamos realizando. Eu não conhecia o Ministro Fiúza, tive muito pouco contato com ele. Não tinha mesmo por que ele querer continuar conosco à testa da Secretaria. Coloquei o meu cargo à disposição no primeiro momento e disse:

- olha, saímos com a Ministra, é uma questão de arrumar outro.

Sabe, não é uma questão de confiança. Agora, qualquer pessoa que produz é polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sr. Depoente, apenas para um esclarecimento: V.S.^a, respondendo à pergunta do Deputado Lázaro Barbosa, afirmou que ao Ministério de Ação Social, através da Secretaria de Habitação, cabia a definição da política habitacional, e a Caixa Econômica Federal era o agente financeiro. Ele perguntou sobre um controle de qualidade de custos. O senhor disse que esse era feito pela Caixa Econômica. Nunca houve a preocupação, por parte da Secretaria, desse tipo de controle? Ainda, terminando a pergunta: mesmo diante de um volume muito grande de denúncias de superfaturamento - como o senhor já deve ter ouvido e sido perguntado inúmeras vezes, o superfaturamento que incide exatamente sobre as casas populares, sobre aqueles que têm mais dificuldade para adquirirem a sua casa e que, às vezes, ficam pagando o dobro daquilo que deviam pagar - pergunto: nunca houve, por parte da Secretaria, essa verificação, esse controle, essa preocupação?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Houve, Deputado; tanto houve que, em alguns casos, com o dinheiro do orçamento, vamos assim dizer, com verba orçamentária, fazíamos diligências de verificação dos projetos que estavam sendo executados. É lógico que não podíamos examinar todos, mas naqueles que nos vinham como denúncias, fazíamos as diligências. Isso com relação ao orçamento. No que diz respeito ao FGTS, a Caixa é fiscalizadora, inclusive ela é paga, recebe para fazer essa fiscalização. O Fundo de Garantia paga para a Caixa executar esse serviço. Estávamos sempre preocupados com essa questão. Mas quando o senhor levanta a questão do superfaturamento, principalmente no que diz respeito ao preço final, que não dá acesso à população, a grande preocupação, no caso, é a seguinte: como o dinheiro do FGTS tem que ter retorno, tem que voltar para o Fundo, então os mecanismos financeiros são distintos e são rígidos.

Na medida em que se iniciou um desembolso para a produção de um núcleo habitacional e há um atraso no desembolso, ou há um atraso na obra, por uma questão técnica, seja ela qual for, esse período, inclusive o período que às vezes fica parado, capitaliza juros. É isso o que encarece. O que ocorre é que a capitalização dos juros leva o preço da unidade habitacional a valores que ficam incompatíveis com a capacidade de compra da população.

Então, essa era uma das questões que buscávamos evitar, que houvesse atraso do desembolso, que não se paralisasse as obras, porque queríamos que quanto mais rápido a

obra fosse executada mais barata ela ficasse e aí, automaticamente, a população habitava. Essa era uma preocupação constante nossa.

O SR. ZAIRE REZENDE - Esse é um dos mecanismos que poderá levar ao aumento de preço, mas as denúncias dizem respeito ao superfaturamento e dizem respeito ao fato de que uma empresa era vencedora da concorrência e subempreitava, ganhando uma diferença apenas por ter realizado essa subempreita.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Em habitação, as margens são muito pequenas. Não permite isso. Os empreiteiros são pequenos. Se o senhor buscar, nos Anais, o nome das empresas que participavam desse projeto, garanto que os senhores nunca ouviram falar, de tão pequenas.

Digo até o seguinte, - e o senhor me desculpe - mas muitas das denúncias são feitas de uma forma incompetente e inconsequente porque passam uma imagem que não é verdadeira.

Digo-lhe: contratemos um instituto. Vamos ao IPT.

Trabalhávamos; montamos uma secretaria, um departamento para desenvolvimento tecnológico, Deputado, justamente para fomentar, junto às universidades, projetos para redução de custos de obra popular. Criamos o PRONAT, que hoje ninguém mais sabe o que aconteceu, o que é uma pena. Perde-se muito com essas mudanças.

O PRONAT é o Programa Nacional de Desenvolvimento Tecnológico.

O SR. ZAIRE REZENDE - É justo e louvável isso que V. S^a relata. No entanto, é nossa preocupação e temos denúncias, que estamos investigando - ainda não chegamos à fase final -, mas que podem levar exatamente a isso. Apesar de haver esforço, por parte de determinados setores do Governo, para diminuir os custos das casas, há uma dificuldade na ponta da linha, na execução da construção das casas. E é isso aí que, realmente, necessita ser cortado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Maurício Najjar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, eu estava ouvindo, atentamente, o depoimento do Dr. Ramon Arnuz Filho e S. S^a, no início de sua alocução, declarou que a sua Secretaria fazia relatórios mensais sobre o andamento das obras financiadas pela Secretaria.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Desculpe, se o senhor interpretou assim. Não seria sobre o andamento das obras, mensalmente, pois, a dificuldade de captar esses dados é muito grande. Fazíamos relatórios de desempenho por diversos tipos de programa. E fizemo-los, no fim do ano, não com rigor. Gostaríamos de fazê-los mensalmente, mas as informações não chegavam. Então, tínhamos mensais; depois, bimensais; às vezes, semestrais. Mas tínhamos relatórios, que devem estar lá.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora, como se justificaria perto de 40 mil moradias que ficaram inacabadas, se existia esse processo, pelo menos, de fiscalização por parte da Secretaria?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, se V. Ex^a fizer uma retrospectiva e verificar o quanto avançamos, creio que é significativo. Quarenta mil, em 400 mil, praticamente, entre contratadas, iniciadas e tudo mais, são 10%. Recebemos do Governo 400 mil, das quais 20 mil tinham sido concluídas. Faltavam 380 mil para serem concluídas. Penso que avançamos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - De qualquer maneira, havendo esse processo de fiscalização, não é estranho a V. S^a que essas obras, algumas delas até entregues, estivessem inacabadas?

Segundo, eu gostaria de saber se tinha algum critério para distribuição por Estado, porque tenho em mãos uma reportagem do Jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1991, em que diz textualmente que cada cidadão do Estado do Espírito Santo valia quinze paulistas, porque o volume de verbas para construção de casas populares para o Espírito Santo foi uma coisa absolutamente desproporcional; diz que apenas um Estado teve, proporcionalmente, maior número de recursos, que foi o Estado de Alagoas, que era da Ministra Margarida Procópio.

Dá por que eu gostaria de saber se havia algum tipo de critério ou se era algum critério subjetivo da Secretaria na distribuição dessas verbas.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, essa matéria foi contestada. Escrevemos ao jornal; essa afirmação é mentirosa. É a tal história: comparar banana com laranja, não dá, entende? Há que se ver que verbas, quais verbas e de onde vieram. Na hora em que isso for comparado - não tenho os dados aqui, agora, mas tenho certeza de que podem ser levantados -, garanto-lhe que isso será esclarecido, pois, é uma inverdade.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. S^a conhece o município de Guaçuí, no Espírito Santo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Conheço-o.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Há uma denúncia de que só o Município de Guaçuí recebeu verbas para a construção de unidades habitacionais superiores às recebidas pela Capital, Vitória. V. S^a confirmaria isso?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não posso confirmar...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Os dados seriam esses.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não posso confirmar pelo seguinte: pode até ter recebido mais do que Vitória mesmo. Se Vitória não recebeu nenhuma unidade, não

há problema nenhum porque se a política, naquele momento, visava dar recursos para cidades do interior, e a cidade de Vitória não estava contemplada, assim como outras capitais também não estavam - São Paulo também não estava contemplada, mas estava o seu interior - essa é uma questão de critério técnico e não de critério subjetivo, como o senhor colocou.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Indago: era comum esses municípios prestarem algum tipo de homenagem a V. S^a, através de placas ou de qualquer outra forma?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Fui lá para a inauguração de casas populares com verbas do Ministério, da mesma forma como fizemos com diversos municípios do Brasil, não foi um privilégio.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Esse foi o motivo da presença de V. S^a lá?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Estive lá.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E é comum essas cidades prestarem algum tipo de homenagem, por exemplo: placas sobre obras?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É sim. Recebi o título de cidadão de Uberlândia, recebi o título de cidadão de, uma cidade de Goiás, de Itumbiara e de outras. A Sr^a. Ministra também cansou de receber placas. É normal.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Indago: foram inauguradas 136 moradias lá no município de Guaçuí, no Espírito Santo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nem me lembro, acredito que não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Houve algum precedente de se entregar moradias ainda inacabadas?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, senhor, entregamos as casas acabadas, com as pessoas dentro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Tenho aqui uma denúncia do Prefeito de Guaçuí, no Espírito Santo, que diz o seguinte:

Convênio 1284/90. Construção de 200 casas populares. Foram construídas 135 e nenhuma foi terminada, muitas estão fechadas por falta de acabamento.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Provavelmente porque S. S^a não deu seguimento ao projeto do antecessor dele.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O jornal A Gazeta, de Vitória, de novembro de 1993, traz uma fotografia do conjunto habitacional com a seguinte manchete:

"As casas populares de Guaçuí foram entregues faltando portas, janelas e pisos."

Como V. S^a explicaria esse fato?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É muito simples, Deputado. Quando os Prefeitos apresentam seus projetos, eles oferecem contrapartidas. Buscávamos contrapartidas dos Estados e dos Municípios, o que era até um critério de aprovação de verba, uma vez que a União não pode resolver todo o problema habitacional do País. Tínhamos que fazer com que o Município e o Estado se integrassem dentro desses princípios. Os projetos, muitas vezes, podiam contemplar um município que entrava com uma parcela, a União, com outra, e o Estado com outra parcela. E, dentro dessa divisão de parcelas, se a parcela do município era entregar as portas e as janelas, e não o fez, não compete à União responder por isso; cabe, sim, ao seguimento do processo que essas coisas sejam corrigidas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Tenho cópia do convênio e, neste, como normalmente acontece, como o padrão da Secretaria, a contrapartida dos Municípios é sempre na infra-estrutura, sempre...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não necessariamente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - No nosso caso não era incumbência da Prefeitura fornecer portas, janelas e piso mas, sim, do Ministério de V. S^a.

Então, eu gostaria que V. S^a dissesse: Guaçuí recebeu, de acordo com informações da Assembléia Legislativa, em números, mais do que o dobro do que recebeu o Espírito Santo. A verba privilegia o Espírito Santo, que tem mais dinheiro para casas populares do que São Paulo e Rio de Janeiro e diz que cada capixaba vale por quinze paulistas. As verbas destinadas ao pequeno município de Guaçuí foram muito superiores às verbas destinadas a Vitória do Espírito Santo. E as obras foram entregues inacabadas.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, numa economia inflacionária, quando se libera a verba do Orçamento, ela não tem correção monetária. V.Ex^a sabe disso. Se o prefeito demora na aquisição de seus materiais, não consegue comprar todos os materiais faltantes e não tem suplementação.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nesse caso, o Governo era...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não quer dizer que o dinheiro não foi aplicado, que foi uma coisa subjetiva. Vamos ver quantos foram terminados, vamos ver quantos nós terminamos no Governo passado. Queremos que acertemos 100% - na mosca nem Mandrake, Deputado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, vamos admitir que houve um equívoco nessa mosca. Essa foi dada fora da mosca, porque o convênio foi habitado e de 200 casas caiu para 136 para terminar. E foram entregues sem portas, sem janelas e sem piso.

Farei uma última pergunta a V.S^a, porque outros deputados querem indagar. V.S^a declarou que deixou suas atividades particulares e veio a Brasília para assumir a Secretaria.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, eu estava no Governo do Estado de São Paulo, contratado pelo Governo, e vim trabalhar aqui também contratado pelo Governo do Estado de São Paulo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V.S.^a tinha outra fonte de receita, além da remuneração que recebia aqui?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Tinha aluguéis da família.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V.S.^a morou na Academia de Tênis durante o período em que esteve em Brasília?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Morei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V.S.^a pagava hotel?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Como?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V.S.^a pagava hospedagem?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Pagava.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O jornal *O Estado de S. Paulo* diz que a hospedagem na época era de um milhão e duzentos mil cruzeiros. V.S.^a confirma isso?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não confirmo, por um único motivo: em todos os lugares tem preços distintos. V.Ex.^a pode ir lá, a Polícia Federal esteve lá e constatou os preços praticados. Os próprios deputados têm preços distintos. O senhor acha que um deputado que mora lá paga o que está naquela tabela? Não é. *O Estado de S. Paulo* multiplicou por 30 o valor da tabela.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V.S.^a poderia nos dizer qual era a sua remuneração nessa época e qual era o valor dessa hospedagem?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deveria estar percebendo, entre tudo, em torno de quatro mil dólares. Isso está no meu imposto de renda, está tudo declarado, tudo em ordem.

O motivo que me levou a morar na Academia de Tênis é importante. Recebi um apartamento funcional, depois de duro sacrifício por conta da reforma administrativa, e cedi o meu apartamento para a filha da Ministra, que trabalhava no Planalto. Cedi o meu apartamento, porque ela estava com a família aqui e a minha família não tinha vindo.

Terminando esse período, saiu outro apartamento funcional, mas veio um funcionário da Vale do Rio Doce para trabalhar na minha Secretaria e vinha com a família. Ele ficou no outro apartamento que eu tinha conseguido. Então, a coisa foi se delongando.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V.S.^a não tem nem idéia do percentual de sua remuneração com relação ao pagamento dessa hospedagem?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Teremos como conseguir isso. Sr. Presidente, a razão básica da minha indagação era demonstrar que um Estado era desproporcionalmente beneficiado em relação aos outros. E mais do que isso: um determinado Município foi extremamente beneficiado, fez placa de homenagem ao depoente e essas casas foram entregues inacabadas, apesar de liberados todos os recursos.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V.Ex.^a. Com a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Ramon, gostaria de voltar um pouco ao seu currículo. Não quero examinar até 1985, já ouvi que V.S.^a se formou, fez pós-graduação, se formou também em administração de empresas e, até 1985, dedicou-se à atividade privada. Parece que foi em 1985 o seu primeiro encontro com a atividade pública.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Segundo entendi, V.S.^a, nesse instante, foi convidado para ser o gestor de um projeto ligado à área de saúde sob comando do Estado de São Paulo. Era a construção daqueles cinco hospitais?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sim, cinco hospitais e mais noventa e nove centros de saúde.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, V.S.^a era amigo do Governador Franco Montoro?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Conheço-o muito bem, mas não fui convidado por ele.

O SR. MÁRIO COVAS - Não foi convidado por ele?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Quem me convidou para trabalhar no Governo do Estado de São Paulo foi o gestor, que era um técnico que tinha trabalhado comigo na gestão da implantação da VIBASA em Pindamonhagaba. A minha área era a de projetos de solo, principalmente no que diz respeito a fundações dos projetos que estavam sendo desenvolvidos.

Quando ele me informou que estava saindo...

O SR. MÁRIO COVAS - Ele quem?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - O Dr. Sérgio Dompieri (?), que era o gestor desse projeto. Ele saiu e, com a anuência do Deputado José Serra, que, na época, era o Secretário do Planejamento, tendo como Chefe de Gabinete o Dr. Clóvis Carvalho, com quem eu já tinha trabalhado na Villares também, fui para lá. Foi, portanto, uma indicação técnica.

Embora tivesse um bom conhecimento com o então Senador Franco Montoro, não fui indicado por S. Ex.^a, para quem também foi uma surpresa a minha escolha.

O SR. MÁRIO COVAS - Que Secretaria lhe convidou? O que V. Sª quer dizer quando afirma que foi gestor desse projeto? Esse projeto era comandado por uma pessoa física ou por um agrupamento?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Era por um agrupamento. Na verdade, eu trabalhava como coordenador dos projetos dos hospitais, principalmente do primeiro hospital, que era o São Mateus, um projeto padrão que ia servir de modelo para os demais. Os outros projetos das unidades básicas eram feitos por vários projetistas; era preciso, então, gerir esses projetos. Para tal, havia empresas gerenciadoras, como a DUCTOR(?) e outra, que faziam a gestão da...

O SR. MÁRIO COVAS - Execução.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Exatamente, gestão da obra.

O SR. MÁRIO COVAS - A V. Sª cabia a gestão do projeto?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Do projeto, não de obra.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª trabalhou até 1986?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Depois que o Governador saiu, eu ainda permaneci dentro desse projeto um pouco mais. Em seguida, fui para a coordenação do projeto de planejamento e ocupação do solo na Grande São Paulo, no planejamento de assentamento urbano e nas favelas, dentro da CDHU.

O SR. MÁRIO COVAS - A convocação para trabalhar nessa gestão era feita pela CDHU?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Perfeitamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Qual a sua função na CDHU?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Superintendente. Era contratado pela CDHU.

O SR. MÁRIO COVAS - Na qualidade de contratado?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Na qualidade de contratado como superintendente.

O SR. MÁRIO COVAS - E como V. Sª ocupava simultaneamente estas duas posições: Superintendente da CDHU e a...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Na verdade, a CDHU tinha a função de cuidar da parte de projetos habitacionais; todavia, foi criado um grupo à parte, dentro da CDHU, para fazer a gestão do PMS.

O SR. MÁRIO COVAS - E justamente o Superintendente da CDHU foi ocupar essa posição?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Ele era o Presidente da CDHU, era o Dr. Pedro Paulo Morton Branco.

O SR. MÁRIO COVAS - O que o senhor era na CDHU?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Superintendente de projetos.

O SR. MÁRIO COVAS - Superintendente de projetos. Portanto, V. Sª não era da Diretoria da CDHU?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Era funcionário da CDHU?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Certamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Era contratado pela empresa?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Contratado pela empresa.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito bem. V. Sª trabalhou nessa atividade até 1986?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Até 1987, provavelmente, começo de 1988.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª tinha filiação partidária nesse tempo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. MÁRIO COVAS - Nunca teve?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nunca tive.

O SR. MÁRIO COVAS - Em seguida, para onde V. Sª foi?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Quando saí de lá, fui trabalhar com o Dr. Frederico Mazzucchelli, na Secretaria de Planejamento, no Palácio dos Bandeirantes, como Assessor de Planejamento.

O SR. MÁRIO COVAS - Ainda numa administração...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Quêrcia.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª ficou com o Sr. Mazzucchelli até quando?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Até ir para o gabinete do Dr. Márcio Percival, no início de 1989.

O SR. MÁRIO COVAS - Dr. Márcio Percival, na SEADE?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - SEADE.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª pode esclarecer para a Comissão o que é a SEADE?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - A SEADE é uma fundação que cuida especificamente dos dados estatísticos de natalidade e mortalidade e de projetos na área social e indicadores econômicos.

O SR. MÁRIO COVAS - Sob o controle do Governo do Estado?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sob o controle do Governo do Estado.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª ficou lá até quando?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Até vir para Brasília.
O SR. MÁRIO COVAS - Quando V. S^a veio para Brasília?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Em março de 1990.
O SR. MÁRIO COVAS - Não. V. S^a veio um período trabalhar aqui como representante do Governo do Estado de São Paulo.
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Vim para o Bolo de Noiva, mas pertencia aos quadros do Governo do Estado de São Paulo.
O SR. MÁRIO COVAS - V. S^a trabalhou no Bolo de Noiva?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sim.
O SR. MÁRIO COVAS - Como funcionário do Governo do Estado de São Paulo?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Trabalhei no Bolo de Noiva como funcionário do Estado de São Paulo sim, Excelência. Sim, como funcionário; era contratado pelo Governo do Estado.
O SR. MÁRIO COVAS - Quem, no Governo do Estado, mandou V. S^a trabalhar no Bolo de Noiva?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu era um funcionário do Estado de São Paulo cedido para fazer o Governo de transição.
O SR. MÁRIO COVAS - Então, o Governo do Estado de São Paulo cedeu funcionários para fazer o Governo de transição? É isso?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É isso.
O SR. MÁRIO COVAS - Quer dizer que V. S^a foi autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo, que, atendendo um pedido, ofereceu V. S^a para trabalhar no Governo de transição?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Da mesma forma como foi feito um pedido ao Governo do Estado de São Paulo para que cedesse os meus serviços à União, para que eu pudesse trabalhar na Secretaria da Habitação.
O SR. MÁRIO COVAS - Quando?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Quando vim.
O SR. MÁRIO COVAS - Não, mas aí é outra história. V. S^a foi ocupar uma posição de Governo. Ali, V. S^a estava trabalhando com uma equipe supostamente montando um governo que ainda ia acontecer. Não me parece muito clara essa posição de, como funcionário do Governo do Estado de São Paulo, estar trabalhando no Bolo de Noiva.
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sim. Se V. Ex^a interpretar dessa forma, sim.
O SR. MÁRIO COVAS - Esse é o País do "jeitinho", mas, de qualquer maneira, não me parece muito razoável. Como é que V. S^a foi cedido? Quem pediu que V. S^a viesse para cá?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Quem pediu?
O SR. MÁRIO COVAS - É. Como V. S^a chegou no Bolo de Noiva?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Cheguei no Bolo de Noiva... Vim trabalhar no Plano Brasil Novo, do Governo Collor, através da Ministra Zélia Cardoso de Mello, porque, na época em que eu era Superintendente, ela era Diretora Financeira.
O SR. MÁRIO COVAS - Do quê?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Da CDH.
O SR. MÁRIO COVAS - Sei.
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu a conheci nessa época. Então, quando começamos os trabalhos de transição, tudo mais, ela solicitou-me se poderia ajudar nesse projeto. E vim ajudá-la. É isso.
O SR. MÁRIO COVAS - Tudo bem. V. S^a disse, em um instante qualquer, que conhecia o irmão do Collor, o Sr. Leopoldo Collor de Mello, da campanha em São Paulo. É isso? Entendi corretamente?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Nem o conheci. Sabia dele na campanha em São Paulo, mas contato pessoal com ele nunca tive; sabia que ele era o coordenador da campanha em São Paulo, mas nunca estive com ele pessoalmente.
O SR. MÁRIO COVAS - Até porque V. S^a não trabalhou na campanha?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.
O SR. MÁRIO COVAS - V. S^a só entrou depois?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Entrei depois.
O SR. MÁRIO COVAS - Sei. Aí V. S^a veio para o Bolo de Noiva. Muito bem.
V. S^a nos conta que, a partir do Bolo de Noiva, sem nenhuma influência, a não ser uma conversa que V. S^a teve com a Ministra, ela o convidou para ocupar o cargo. É isso?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É isso.
O SR. MÁRIO COVAS - Isso foi feito à véspera da posse dela, já nomeada, mas ainda antes da posse.
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Exatamente. Isso.
O SR. MÁRIO COVAS - Mais do que isso: nesse intervalo entre nomeação e posse, ela escolheu também o Secretário de Saneamento, e esse Secretário, depois, não aceitou o cargo e, por sugestão sua - se entendi corretamente...
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.
O SR. MÁRIO COVAS - Não. De quem?
O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ali, conversando, o pessoal, mais ou menos, sabia quem coordenou a área de saneamento. Eu havia feito uma apresentação e,

como eu tinha ajudado um pouco na área de saneamento, perguntaram-me se poderia responder alguma coisa sobre isso. Pedi ao Walter que o fizesse, porque ele era especialista na área, eu não. Ela havia tido só um contato anterior com ele.

O SR. MÁRIO COVAS - Está bem. Ela havia tido um único contato; não foi tão impressionante, senão ela teria lembrado. Quem lembrou a ela o nome?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ela lembrou. Como que não teria lembrado?

O SR. MÁRIO COVAS - Ela lembrou?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ela sabia quem era o Walter.

O SR. MÁRIO COVAS - Está bem. Então, ela pediu a quem que falasse com ele? A V. S*?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. MÁRIO COVAS - V. S* não teve nenhuma interferência, nem nenhuma intervenção, ainda que a pedido, no convite?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, isso foi numa conversa; estávamos numa mesa, em frente a um fato, tinha que ser preenchido e como que se faria. Não tenho como isso se processou.

O SR. MÁRIO COVAS - Foi uma geração quase que espontânea?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Uma geração espontânea naquele momento.

O SR. MÁRIO COVAS - Ouvi V. S* falar, durante o seu depoimento - e fez isso em tom de satisfação -, que 80% dos projetos iniciados na gestão Collor estão sendo terminados. Isso procede?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Procede; é só buscar nos Anais da Caixa Econômica Federal, verificar quais são os projetos que começaram e quais os que estão terminados.

O SR. MÁRIO COVAS - V. S* trabalhou lá até em que instante?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Começo de 1992.

O SR. MÁRIO COVAS - Até agora só 80% dos projetos terminaram? V. S* acha que os projetos que ainda estão em curso são vendáveis, depois de dois anos de construção?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Acredito que são problemas; agora, os problemas de capitalização de juros são inerentes a quê? A que se atribuem? Realmente são problemas. No entanto, muitos, em que pese a esse aumento de preço final, por conta do custo financeiro, estão sendo vendáveis, estão sendo habitados.

O SR. MÁRIO COVAS - A mim me surpreende realmente. Eu trabalhei um pouco na área do IAP, durante a fase de cassação, mas me surpreende um pouco: dois anos para a realização de um projeto, não há, financeiramente, o que resista; não há! Não há projeto vendável, depois de dois anos de juros.

Eu fiquei admirado realmente, porque ouvi ontem o Dr. Walter Annicchino dizer a mesma coisa. V. S*s ocuparam duas posições similares, e como tais, no segundo escalão do Ministério, acima de V. S*s só havia a Ministra. Tanto V. S* como ele disseram: Nós não temos nenhuma responsabilidade na liberação de recursos, na aceitação de projetos ou não.

Vou repetir uma pergunta que fiz ontem a ele: V. S* tem conhecimento de algum projeto que tenha sido assinado pelo Ministério, com parecer contrário da sua área?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu diria a V. Ex* que há projetos com parecer contrário que foram devolvidos porque não tinham condições técnicas. Quanto a projetos com parecer contrário, eu lhe diria que a demanda é tão grande, Senador, que não tinha por que mandá-los adiante. Não posso dizer que eu me lembre; lembro-me, talvez, de projetos que mereciam ser melhor conduzidos, isto é, que mereciam ressalvas, mas não quer dizer que fossem contrários; eram projetos que mereciam ressalvas e que deveriam ser melhor adequados na fase de implementação, com algumas recomendações.

O SR. MÁRIO COVAS - Nenhum projeto, pelo que V. S* saiba, foi aprovado contra a sua opinião? Agora eu pergunto inversamente.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Posso até dizer a V. Ex*, Senador, que há alguns sim.

O SR. MÁRIO COVAS - Com parecer contrário?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sim, com parecer contrário; parecer contrário eu digo no seguinte sentido: tecnicamente estão perfeitos, porém existe uma demanda referente a diversos projetos, e preferimos que sejam esses; mas temos esses, então sairão esses, por uma pressão, seja política, de parlamentares, ou uma pressão política do próprio Governo. Isso pode ter ocorrido. Entre um e outro, qual o que vai? Vai esse, porque atende à Liderança do Partido, ou atende à Liderança do Governo. Isso aconteceu, quando em determinados momentos foi o que seria preferido.

O SR. MÁRIO COVAS - Isso não responde à minha pergunta; eu perguntei se V. S* conhece algum projeto aprovado que tenha tido parecer contrário de V. S*.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Um projeto com parecer técnico contrário não pode ser aprovado, por princípio, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - V. S* conhece algum projeto que foi feito, sem ter parecer favorável seu?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sem parecer favorável da Secretaria, tecnicamente todos eles voltam; não vão adiante.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, tudo o que foi aprovado, não foi nada aprovado com parecer contrário?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - São instâncias.

O SR. MÁRIO COVAS - Se tudo o que foi aprovado foi com parecer favorável, porque V. S^{as} teimam em não assumir que tinham um papel relevante no Ministério, que consentiam?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ninguém deixa de assumir.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, V. S^a reconhece?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Que eu tinha um papel importante?

Lógico.

O SR. MÁRIO COVAS - ...que V. S^a dizia a última palavra?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Nunca disse a última palavra. A última palavra era da Ministra e ela afirma isso. Se ela sentar aqui, ela vai dizer isto: a última palavra era minha. Foi dito isso já.

O SR. MÁRIO COVAS - V. S^a não fazia contrato, quem faz contrato é o setor jurídico, mas quero lhe dizer que nenhum projeto no Ministério saiu sem o seu parecer favorável; e nenhum que tenha tido o seu parecer contrário foi aprovado; logo, a sua posição era decisiva lá.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu não concordo com essa sua afirmação.

O SR. MÁRIO COVAS - Está bem. Quando V. S^a disse que, se as coisas tivessem continuado, certamente teriam tido aplicação mais extensa, por consequência de uma vontade política - creio que foi esta a afirmação que V. S^a fez...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, eu falei que a vontade política é muito importante na continuidade dos trabalhos, de qualquer trabalho.

O SR. MÁRIO COVAS - Isso não se choca com a afirmativa de que não era decisiva a sua posição? De que me valeria...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Mas a vontade política não era minha, não; era do governo, oras. Nós não tínhamos essa força toda para termos a vontade e a coisa acontecer. Isso não era assim.

O SR. MÁRIO COVAS - É, mas V. S^a foi falar com o João Alves em função de um fato que relatou aqui: "Eu precisava acabar o projeto tal. Eu fui falar com ele porque queria que ele mantivesse o orçamento que eu fiz, porque eu queria terminar tal ou qual projeto."

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Senador, isso é muito importante. Isso tem que ser feito, e digo mais, nosso último Relator, que foi o Deputado José Geraldo, nem conversou conosco a respeito de um orçamento que estava sendo elaborado. Ele conversou só com a Sr^a Ministra, não conversou com a minha área técnica. Então, nós não fizemos uma emenda. Nós não fazíamos emenda, nós tínhamos um projeto...

O SR. MÁRIO COVAS - A atitude está justificada. V. S^a não precisa justificar. V. S^a fez o orçamento da área e foi defender perante o Relator a realização do orçamento. Quando V. S^a relatou isso aqui, disse: "Eu fiz isso porque eu precisava terminar tal ou qual obra." Isso se choca com o fato de dizer que não tinha comando, que não decidia. É isso o que quero lhe dizer; mas, enfim, é simplesmente uma afirmação.

Eu só queria fazer mais uma ou duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu fiquei realmente assustado quando V. S^a disse que, nessa matéria, tudo o que foi feito é lucro; porque afirmar que tudo que foi feito é lucro é uma afirmativa que comporta as mais torpes declarações dentro dela. Havia um governador em São Paulo que firmou uma frase, - e não tem nada a ver com o que V. S^a disse -: "Rouba, mas faz." Essa não é uma afirmativa que cabe dentro de: "Tudo que foi feito é lucro"?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Olha, Senador, eu sou um técnico; mexo com a área social, é quis dizer, dentro de um contexto, que era de um projeto social. E que foi feito para a população, seja em número de unidades, seja em geração de empregos num período de escassez de emprego, seja num sentido de dar abrigo para a população, neste aspecto, tudo o que foi feito é lucro. Quanto a outras interpretações, sinto muito. Não sou homem de letras, ou de direito, ou coisas desse tipo. Eu falei isso como uma expressão sincera, no que diz respeito à obra social, que é o que eu sei fazer.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu também não sou, Sr. depoente. Eu sou engenheiro como V. S^a. Nós estamos conversamos de engenheiro para engenheiro.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Mas V. Ex^a tem mais prática, vamos falar a verdade. V. Ex^a é um Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Por que o senhor falou na curva cíclica do Fundo de Garantia? Que curva cíclica é essa?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Curva?

O SR. MÁRIO COVAS - Sim. Por que a existência de uma curva cíclica? Acredito que foi para o Senador Francisco Rollemberg que V. S^a respondeu isso.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - A curva é cíclica em diversas atividades, não só no Fundo de Garantia; mas, no Fundo de Garantia, ela se caracteriza no momento em que as fontes são: depósito compulsório dos empregados, dos empregadores, os retornos dos investimentos e as aplicações financeiras, que também são uma outra fonte.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois é, V. S^a falou em 800 milhões de dólares da quitação do Fundo de Garantia com encargos. Essa foi uma operação meramente contábil, V. S^a sabe disso.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não foi não.

O SR. MÁRIO COVAS - Se ela não foi contábil o dinheiro ficou disponível novamente.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, não foi.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu devo ao banco, eu devo à Caixa, no instante em que quito...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Foi sacado.

O SR. MÁRIO COVAS - Se foi sacado, pagou ao banco; portanto, voltava para o fluxo novamente.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não para o Fundo de Garantia.

O SR. MÁRIO COVAS - Voltava para o fluxo novamente.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Mas não para o Fundo de Garantia. Só dispúnhamos do Fundo de Garantia.

O SR. MÁRIO COVAS - Na Caixa não. Isso voltou para o sistema.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Bom. Voltou para o sistema que não era aplicado também, porque aí vinha o outro Fundo, que é o das compensações e variações salariais.

O SR. MÁRIO COVAS - Fundo da compensação.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Exatamente. Então, é uma outra história. Na medida em que há sangria do Fundo, isso é real. Só para V. Ex^a ter uma idéia, representou 50% dos contratos existentes.

O SR. MÁRIO COVAS - Só um comentário final. Isso não vale, evidentemente, para V. S^a. Se há um setor onde o desastre imperou nesse país foi no Sistema de Habitação, no Sistema Financeiro. Não foi muito diferente, recentemente, mas não foi o início.

Habitação, neste País, começou com política fazendo um banco; banco lembra sistema financeiro. Se ele tivesse sido operado do ponto de vista social, desde o começo, o banco não seria instrumento principal, mas o que se fez nesse área, via APE, Sociedade de Crédito Mobiliário, Caixas Econômicas, Ministérios, Secretaria de Habitação, foi um desastre, realmente, lamentável. Não é um coisa atinente a esse governo apenas.

Pelos números que recebo, aqui, também, não acho que se fez muito progresso. Não se instituiu nenhuma política de habitação. Não há. Quando escolho faixas de renda para aplicar, eu, na realidade, não estou fazendo uma política de habitação. Faço política de habitação, quando digo que, no Rio Grande do Sul, tenho que fazer um tipo de casa diferente do que tenho que fazer no Ceará, quando estatuo mecanismos diferenciados para atender ao problema habitacional. Isso está longe de se fazer neste país.

Quando o Distrito Federal fala no lote urbanizado é porque ele sabe que aqui há uma certa faixa de renda que pode construir a casa, se tiver o estímulo do lote urbanizado. Vi coisas na Prefeitura de São Paulo doentias a esse respeito. Vi núcleos de cinquenta para serem construídos; já tem vinte. São Paulo tem pelo menos vinte dessas construções.

Por mais que possa reconhecer seu esforço, não creio que nesse período se tenha uma contribuição grandemente adequada para resolver esse problema. De qualquer maneira, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador. Vamos suspender a reunião por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião às 20h10min.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Carrion.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, Sr. Ramon Arnuz Filho, as perguntas se referem a aspectos não perfeitamente esclarecidos de sua declaração de renda e de bens dos últimos anos.

V. S^a declarou a venda, em 11 de março de 92, do imóvel situado à rua Ilançã, nº 253, apartamento nº 07, pelo preço total de 89 milhões, trezentos e trinta e três mil cruzeiros; desses 21 milhões, seiscientos e seis mil cruzeiros, em dinheiro, correspondente, pela cotação do dia, a 11 mil novecentos e trinta e sete dólares americanos e 67 milhões, setecentos e vinte e sete mil cruzeiros, correspondentes a 37 mil, quatrocentos e vinte dólares americanos em imóveis a serem recebidos.

Formulamos a V. S^a duas perguntas: a primeira no sentido de saber se V. S^a confirma tal operação, inclusive o recebimento da parte em dinheiro; a segunda por que motivo V. S^a não preencheu o demonstrativo de ganho de capital da referida transação com a apuração do imposto devido, se fosse o caso e deferimento correspondente ao valor não recebido?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Esse imóvel tem mais de 50 anos; esse imóvel era a antiga fábrica da família da minha esposa. Vendemos esse imóvel por causa de dificuldades financeiras, e essa parte, em dinheiro, serviu para fazer a mudança da fábrica, por meio de um empréstimo que fizemos à empresa. Então, não há imposto devido, porque há mais tempo do que o previsto por lei para que seja considerado Imposto sobre Operação de Bens Imóveis. Esse é um aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São 10 anos.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - São mais de 10 anos. Essa fábrica tem 52 anos e, inclusive, acabou de ser vendida.

Essa é uma operação familiar, da qual tenho um sexto de 50% da divisão da família. Isso se traduz num valor que nem eu sei lhe dizer, porque nem passou por mim; isso é da minha esposa e está na minha declaração, porque fazia parte da herança dela.

O SR. FERNANDO CARRION - A declaração do casal é única?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É única. Somos casados em regime de comunhão de bens.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Ramon Arnuz Filho, gostaria de fazer uma outra pergunta. V. Sª declara ser sócio de algumas empresas, como a P4 Mercantile Importadora e Exportadora Ltda, a RAQUE Marketing Avançada Ltda e a PIACI Companhia Industrial.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sobre esta última, não.

O SR. FERNANDO CARRION - V. Sª poderia, num breve relato, descrever quais são as atividades das referidas empresas, o período de criação e o papel exercido por V. Sª nelas? A partir de que época V. Sª vem exercendo o cargo nessas empresas?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Sou sócio-gerente da P4, que é uma importadora-exportadora; agora, estamos fazendo convênio com a Espanha. Já trabalhei com a Espanha no passado, porque tenho parentes na Espanha que são fabricantes de tecidos especiais para decoração e para a indústria de papel, de celulose e de cimento; são tecidos-filtros. Estamos em negociações, e retomei as atividades agora. No período em que estive no Governo, ficou paralisado.

A RAQUE, agora, foi transformada em *aid-makers*. Essa empresa é da minha esposa e de dois sócios, e, nela, não exerço papel nenhum; saí da sociedade.

Da PIACI, nunca fui sócio; sou herdeiro, por conta de um casamento em regime de comunhão de bens. Há aquela outra sobre a qual expliquei anteriormente, que é a Gerencial, uma empresa que criei recentemente.

O SR. FERNANDO CARRION - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Fernando Carrion. Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr. depoente, vou fazer algumas perguntas bem objetivas, devido ao adiantado da hora e ao cansaço dos Parlamentares que compõem a CPI.

Sr. depoente, eu gostaria que V. Sª me esclarecesse alguns aspectos da ação da Srª. Célia Abdala na Secretaria de Habitação ou no Ministério da Ação Social. Não fiquei convencido ou informado sobre a forma como ela ocupou um determinado cargo, quem a indicou para ocupar aquele cargo e qual a sua trajetória posterior.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ninguém a indicou; eu a convoquei dentro dos quadros da União, dentro de um processo de reforma, com uma grande dificuldade, quando fui - como expliquei - ao Ministério do Interior na época.

A Srª Célia Abdala, naquele momento, dentro da estrutura antiga, era Diretora - não sei lhe dizer direito - ou Ordenadora de Despesas do Ministério do Interior, sob a coordenação do hoje Governador João Alves. Segundo as informações que tive, ela era uma ótima técnica. Iniciamos os trabalhos e convidei-a a permanecer, porque os técnicos que lá estavam gostariam de permanecer; ela foi mostrando capacidade e competência profissional. Com isso, eu a convidei para ser, se não me engano, a Diretora de Coordenação de Programas de Projetos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª fez uma entrevista com a Srª Célia Abdala?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não fiz entrevista; na verdade, primeiramente, pedi indicações a seu respeito. Na época, o Dr. Esmeraldo, que era o Chefe de Gabinete do Governador João Alves, que era Ministro, sugeriu-me alguns nomes, e eu achei que ela era uma boa profissional, como realmente o foi. Nada tenho a reclamar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª tem alguma informação sobre a Srª. Iolanda Brasil?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - A Srª Iolanda Brasil era a Ordenadora de Despesas do Ministério e trabalhava diretamente com a Ministra. Eu a conheci, pessoalmente, depois que ela assumiu o cargo. Não a conheci antes; não foi como no caso da Srª Célia, que conheci e convidei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª conhece o Sr. Márcio Reinaldo Dias Moreira?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Márcio Reinaldo Dias Moreira?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - No período do Governo Collor, se não me engano, ele ocupou um cargo no Ministério da Saúde, aqui no Orçamento e hoje é Secretário Executivo do Ministério do Interior.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não; que eu me lembre, não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ministério da Integração Regional, desculpe-me.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Que eu me lembre não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Tem tanta gente, que agora não consigo nem ligar as pessoas aos nomes.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Ramon Arnuz, esse calhamaço que tenho aqui nas mãos é a decodificação do computador que foi apreendido na Verax, em São Paulo.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Onde?

O SR. SERGIO MIRANDA - Na VERAX, uma empresa do Sr. Paulo César Farias.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não sabia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, tudo bem, estou apenas informando a V.S^a. Seu nome está aqui. Queria apenas confirmar alguns dados e depois obter alguns esclarecimentos.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Pois não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor está na agenda eletrônica do Sr. Paulo César Farias; é uma agenda com pessoas importantes - nisso aí não vem nenhuma acusação da minha parte, apenas não entendi uma citação aqui e queria um esclarecimento e a confirmação dos dados. Está aqui registrado: "Sr. Ramon Arnuz - telefone (061) 224-3115 e 224-3143. Secretárias: Leda e Alda. Residência (061) 321-3332 apt. 422." Há uma coisa que não consegui identificar, talvez seja: "Chefe de Gabinete: Moraes". V. S^a confirma esses dados?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, o chefe de gabinete não. E esses telefones que o senhor falou, de prefixo 224, - provavelmente são do Ministério.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Do Ministério. Que secretárias são essas?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, a minha secretária era a Maria Sílvia, não era Alda e - como foi que o senhor falou?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Dona Lola.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Elas eram assistentes lá. Eram do quadro...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V.S^a insistiu que as obras de habitação nos programas que desenvolvia eram feitas por pequenas empresas.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - E.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Neste arquivo apreendido na Verax - é um arquivo que nós, aliás, nós não, que a Polícia Federal conseguiu identificar - há apenas as obras da Construtora OAS, no que diz respeito a saneamento e habitação e impressiona-me o número expressivo de conjuntos habitacionais que a OAS estava construindo.

Por exemplo: Vila Sílvia - Mogi Mirim, São Paulo; Conjunto Sílvia Mata Neto - Mogi Mirim; Vale dos Rios, Recife; São Francisco - Petrolina; Jardim Limeira III - Salvador; Jardim Limeira II - Salvador; Maraponga - Ceará; Genibau - Ceará; Vera Cruz - Ceará; Projeto Paraíba - Paraíba; Mussurunga - Bahia; Santo Inácio - Bahia. V. S^a não acha que isso é contraditório, em relação à afirmação que V. S^a faz de que apenas pequenas empresas de engenharia faziam esses projetos? Ou estou cometendo algum engano aqui?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, veja bem, o que ocorre é o seguinte: essas obras que o senhor está citando agora são obras do plano cooperativa, ou obras... Muitas são cooperativas, porque, aí, a empresa - não tenho certeza se é OAS, se é CIC, enfim, qual é a empresa que está fazendo esses empreendimentos específicos.

Agora, a OAS é uma empresa de âmbito nacional e ela atuou em diversos estados, como outras empresas estão atuando em outros estados. Há empresas do Ceará que hoje estão atuando em São Paulo e houve uma migração de projetos dessas empresas, e a OAS tinha uma divisão que trabalhava em áreas de empreendimentos habitacionais.

Eu diria que, de todas essas empresas grandes, como Norberto, Camargo Corrêa e todas essas empresas de porte pesado, não se interessavam pelas nossas obras de habitação, principalmente essas obras de orçamento; nenhuma. Ao mesmo tempo, obras para a população de mais baixa renda. Nessas obras de planos para a população de oito a doze salários, existe a OAS. Outra de porte, que tenha, eu não saberia dizer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A Andrade Gutierrez também se interessa.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, não entrou em nenhuma.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, mas a Andrade Gutierrez tem um projeto especial, inclusive com...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Mas não...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, pode ser que não tenha entrando no tempo de V.S^a, mas a Andrade Gutierrez se interessa por obras desse porte.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Agora, isso são projetos que não tinham viabilidade.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Essa questão da OAS me veio para obter mais informações de V.S^a.

A OAS tem sido acusada, e foi cunhado um termo de que não era uma empresa de engenharia, mas transformou-se em uma empresa de **franchising**, cuja característica básica era ter peso político para conseguir obras e depois transferir a execução dessas obras para empresas, que no jargão das construtoras eram chamadas de "gabiru", associando aquele homem, gabiru, achado em Pernambuco. São empresas locais pequenas, que fazem a obra com um preço muito inferior, e esse papel de intermediação que a OAS exercia lhe dava o direito de ter um sobrelucro, um sobrepreço, uma mais-valia, como diz o nosso Presidente.

V.S^a tem alguma informação sobre isso? V.S^a tem alguma informação sobre esse fato? Pode ajudar-nos em relação a esse papel da OAS?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Veja, o órgão contratante do projeto é a Caixa Econômica. Ela tem de fazer a fiscalização dessas obras e tem de fazer com que essas obras sejam realizadas no prazo e no custo que foram predefinidos no projeto.

Se havia negociação **a posteriori**, ela tinha de ser consciência do órgão contratante, como deve ter existido em diversos casos. Por exemplo, uma construtora pega

um determinado empreendimento; de repente, imagina que o solo que vai encontrar ali é consistente, precisa de uma obra de solo maior; não tem fôlego para continuá-la, precisa associar-se, então precisa do aval do agente operador para fazer uma suplementação ou até mesmo para poder fazer a transferência dessa obra para uma outra empresa que tenha o método construtivo para isso. Muito bem, quero só exemplificar, quero mostrar-lhe o que é possível.

Agora, não podemos controlar todas as situações, é isso que quero dizer-lhe. Na medida em que se entra com um projeto, diz-se que a construtora é essa, que tem capital e equipe técnica para isso, tem tradição; ela entra com o projeto; tecnicamente é viável, financeiramente tem condições, a população e o mercado para aquela área existem, então partimos do pressuposto de que essa empresa vai fazer essa obra.

Se ela no meio do caminho muda e faz outro tipo de negociação, isso foge do controle de um órgão como o nosso, que é aqui em Brasília. Porque isso acontece lá na ponta.

O SR. SERGIO MIRANDA - Eu queria apenas a informação sobre se V.Sª tinha conhecimento dessa fama da OAS, no período...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Isso eu não tinha, sinceramente não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

A última pergunta não é bem uma pergunta, é uma pergunta e uma informação. V.Sª já ouviu a expressão CAF?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nunca ouviu essa expressão?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. O que é CAF?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pergunto se V.Sª sabe o que é ou já ouviu?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - CAF, apenas para ilustrar o conhecimento de V.Sª, é uma expressão encontrada nesses arquivos, que foi traduzida pelos técnicos da Polícia Federal como contribuição ou comissão dos amigos do Fernando.

O CAF, para informar a V.Sª, era a propina para as obras de habitação, em relação a PRONURB, PROSANEAR e PEP - Plano Empre/Pop(?), até 2.800 valores de referência. Para cooperativas, para o PROAB público e o PROAB privado e o plano empresário. O CAF dessas obras era 6%, ou seja, esse era o nível de contribuição.

Apenas estou informando V.Sª - que não deve ter conhecimento disso - de que o CAF dessas obras era menor do que o das obras de saneamento, porque é muito mais fácil, nas obras de saneamento, ter-se condições de esconder o faturamento da obra, pela questão da movimentação de terras, porque são obras que não aparecem. Nas obras de construção é mais difícil. O CAF nas obras de saneamento era de 13%, e nesse material apreendido ele fala especificamente do Ministério da Ação Social em relação aos...

"Ministério da Ação Social - o CAF para os recursos alocados do Orçamento Geral da União dos contratos antigos era de 6%; dos contratos novos - houve uma inflação do CAF -, passou a 13%."

V. Sª aqui fala dos fundos de pensão e de todas as atividades dos chamados projetos especiais do esquema do Sr. PC Farias. V. Sª nunca ouviu comentário nenhum sobre isso?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Sérgio Miranda. V. Exª perguntava ainda há pouco sobre esse CAF misterioso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - CAF misterioso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, lembro que V. Exª também estava muito curioso no depoimento do Sr. PC Farias para saber o que era o CAF.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Estamos procurando o CAF.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª sabe?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, Sr. Presidente. Esperávamos que alguns depoimentos nesta Comissão explicasse o CAF.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Recebi, inclusive, correspondências a esse respeito. Depois conversei com V. Exª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado.

Dr. Arnuz, tenho uma dúvida e gostaria que V. Sª esclarecesse, considerando que V. Sª é uma pessoa do assunto, um técnico que domina o assunto. Nas perguntas feitas pelo Senador Eduardo Suplicy referentes ao fato de que foram apresentados os relatórios de auditoria no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, V. Sª afirmou que uma peritagem autônoma nas obras mostraria que V. Sª tem razão, porque não estava levando em conta máquinas, mão-de-obra etc.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sª afirmou isso. Considerando - vamos imaginar a hipótese - que duvido, mas vamos imaginar hipóteses - que em uma peritagem incluindo equipamentos e mão-de-obra não exista superfaturamento. Mas há uma constatação: se o Ministério da Ação Social, através da Secretaria dirigida por V. Sª, num plano de habitação popular orientasse a Secretaria para os custos mais baixos a fim de

ampliar o acesso à moradia popular, por que V. S^a não orientou no sentido de convênios com as prefeituras, com os governos estaduais, utilizando, desses governos e Municípios, mão-de-obra, máquinas, mutirão para baratear o custo da habitação popular? Não entendi por que esse caminho não foi escolhido, considerando, a experiência de V. S^a no Governo do Estado e também como engenheiro da área. Por que esse caminho mais barato não foi escolhido? Foi escolhido exatamente o outro caminho que, conforme o seu depoimento, uma peritagem pode atestar que não houve superfaturamento. Por que esse caminho mais barato não foi escolhido?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, foi escolhido. Não é que não foi; foi. Acontece que não é só um caminho, são vários caminhos. Nos Estados e nos Municípios que tinham condições de receber os recursos, que não estavam inadimplentes com a União, fez-se esse trabalho. Mas alguns Estados tinham condições de captar os recursos e não queriam recebê-los. Por quê? Porque havia adversidades políticas. Então, não é muito fácil estabelecer uma regra e dizer que este é o caminho e seguir nele. Não é isso. São vários os caminhos; este era um dos caminhos, que foi bem sucedido em alguns casos. Exemplos, existem aí diversos. O que está se buscando, o que estou vendo que está acontecendo é que estão se buscando as exceções de cada Estado e de cada lugar e aí dizem que o caminho foi só esse nesse Estado. Não foi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Quais eram, Dr. Arnuz, as adversidades políticas que influam num assunto tão essencial para a população como a moradia popular? Como adversidades políticas atrapalhavam buscar o custo mais baixo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não... Veja, não é que atrapalhavam o custo mais barato.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A obra por um método mais racional.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - O método mais racional estava proposto. Tanto que tínhamos verbas para material de construção. Era só captar. Houve estados como o de Santa Catarina em que o Governador, através de sua COHAB, captou recursos, recebia a verba para material de construção e, efetivamente, punha a infra-estrutura, recebia os terrenos das prefeituras e as obras saíam baratas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Quais eram as interferências políticas na determinação desses planos a nível de prefeituras e de Governo de Estado?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Quando falo de interferência política, refiro-me a determinados estados - não vou poder citar quais porque não tenho aqui todo esse material - que pudessem estar adimplentes para captar esses recursos e não se interessavam muitas vezes.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Há uma outra questão que é importante esclarecer. Essa informação surgiu na CPI do Fundo de Garantia presidida pelo ilustre Senador Garibaldi Alves Filho. Por que, no caso de Brasília, 60% desse dinheiro foi aplicado exatamente em habitação para a classe média, favorecendo os dois grupos empresariais da área: OK e Paulo Octávio? Qual foi o critério político? É um tipo de interferência política?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Porque só tinha projetos deles, falando português claro. O Governador Joaquim Roriz, na época, tinha um projeto distinto, que não tinha interesse por verbas para construção de casas. Ele queria verbas para saneamento, para infra-estrutura. E havia a Secretaria do Saneamento, onde ele pegava essas verbas. Para a área habitacional, ele não tinha "x" adimplentes para captar. Conclusão: sobrou verba dentro do Distrito Federal e só havia projetos dessas empresas. Isso está provado. Não foi algo que quiséssemos. Estávamos diante de um fato. Considerar que população de oito a doze salários é classe média, com um salário mínimo que temos, é brincadeira!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está certo. Mas vamos considerar que é na periferia de Brasília que há exatamente uma carência de moradia mínima. É claro que, num País com muitas carências, é correto o raciocínio de V. S^a. Mas, considerando que há uma multidão que não tem nem mais favela, por que não se privilegiava exatamente a moradia popular num sentido precisamente popular, mesmo que fosse com projetos autônomos?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Porque as terras são da TERRACAP. Isso pertence ao Governo do Distrito Federal. Existe um Governador instituído. Não se pode passar por cima...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Então, foi o Governador que não se interessou por um plano de habitação popular, através da Secretaria coordenada por V. S^a para viabilizar essas moradias?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ele tinha uma outra fonte de recursos dentro da Secretaria de Saneamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Há uma outra questão que nos preocupa: estamos investigando o problema do Orçamento. Há dois fatos com relação direta. V. S^a afirmou que havia intervenção política, algumas de partidos que dão sustentação ao Governo, outras de partidos que dão maioria ao Governo no Congresso Nacional. Há uma ligação política. Tivemos algumas votações importantes na Câmara dos Deputados, durante o período em que V. S^a esteve à frente da Secretaria e comentava-se que alguns Deputados e Senadores tinham mais facilidade de acesso à Caixa Econômica e à Secretaria do que outros.

O critério era ser do Governo ou apoiar o Governo?

Também há informações de que havia Deputados de oposição, que não estavam no Governo, e que também tinham acesso. Qual era o critério? Havia um processo de cooptação? Quando havia uma votação importante, V. S^a se mobilizava?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Nunca me mobilizei. Mas sei que havia mobilização nesse sentido. Isso é da política. Tivemos o lançamento da candidatura do

ilustre Senador Mário Covas em São Paulo, numa cidade com verbas obtidas da União, através do Ministro Jutahy. Desculpem-me o termo "verbas de lançamento". É inauguração de obras com verbas obtidas no Ministério da Promoção Social ou Bem-Estar Social, através do Ministro Jutahy.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Então, V. Sª está...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ora, isso faz parte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sª admite que é correto e legítimo o uso político de verbas públicas de uma área tão carente que é a habitação popular?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Aí o senhor já está querendo ter o meu conceito. Eu, como nunca fui cooptar, nunca nenhum deputado me viu pedindo o seu voto no Congresso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Tem um outro dado importante, que é objeto desta nossa CPI, que é o orçamento feito quando V. Sª estava na Secretaria de Habitação Popular; Orçamento feito em 1991 para 1992.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Perfeito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E há uma solicitação de V. Sª para que não fizesse emendas no Orçamento da Secretaria...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, não foi nesse Orçamento...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ...que não se alterasse o Orçamento de 1991 para 1992.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não foi esse. Esse o Relator era o Deputado José Geraldo. Nem tive o menor contato com ele.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O de 1990 para 1991, o Relator era o...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - O de 1990 para 1991 foi quando nós queríamos...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ...era o João Alves.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Era o João Alves. Naquela época, simplesmente queríamos terminar as casas do SEHAC.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois bem. Aí tem uma questão, Dr. Arnuz, que é o seguinte: esse Orçamento veio amarrado e carimbado. Isso significa que as dotações orçamentárias tinham sido negociadas com parte do Congresso. Houve um debate, uma luta dentro da Comissão de Orçamento sobre essa questão. E alguns deputados, hoje citados nesta CPI, apoiaram o acordo do orçamento carimbado.

No que diz respeito à área de coordenação de V. Sª, houve algum acordo com deputados ou deputadas para manter o orçamento carimbado, conforme veio do Executivo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nenhum, nunca.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E acordo para manter os projetos da secretaria de V. Sª?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Também não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nenhum acordo?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nenhum acordo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nenhuma conversação?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nenhuma conversação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois bem. A última pergunta, Sr. Presidente. Qual o tipo de relação que V. Sª tem com a Construtora Centro-Oeste, CCO? Pergunto sobre a construtora porque estamos examinando a relação das empreiteiras com liberação de recursos públicos e com o Congresso.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Nenhuma.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nenhuma? Por que V. Sª viaja permanentemente nos aviões da CCO?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não é que eu viaje permanentemente. Eu não viajo, Deputado. Eu estou lhe dizendo que quando vinham os convites para as devidas celebrações, palestras, inaugurações, tudo o mais, acabava sempre a questão do transporte. As linhas aéreas normais não permitiam que se fizesse uma ou duas cidades ao mesmo tempo no sentido de atender à demanda que era imensa e, então, sempre se colocava um empecilho. Diziam: "Não dá para atender porque não tem horário, não tem voo, não tem isso, não tem aquilo." Diziam então: "Nós colocamos o transporte à disposição." Respondíamos: "Ótimo. Os senhores colocam o transporte?" Resposta: "Colocamos o transporte à disposição." E normalmente nós fomos atender pedidos de CECOVs, pedidos de SINDUSCONS, pedidos de COHABS.

Quer dizer, quando fomos a essas comemorações, fomos sem saber qual veículo usaríamos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo. Dr. Arnuz...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Essa é que é a verdade.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Dr. Ramon Arnuz, o problema é que essa relação é muito importante.

E eu aqui termino, dizendo o seguinte: V. Sª afirmou dizer somente a verdade, mas V. Sª tem viajado freqüentemente nesses aviões, inclusive recentemente.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, senhor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Recentemente.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, senhor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - As informações são de que V. Sª tem viajado recentemente nesses aviões, prefixo de avião e até nome de piloto. Isso é importante, porque

V. S^a exerceu um cargo público numa área que interessa a uma empreiteira. E um homem público viajar permanentemente num avião da empreiteira é uma relação privilegiada.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Recentemente eu não tenho nem viajado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois não. Então, eu lamento.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Então, V. Ex^a pode apurar porque recentemente eu nem tenho viajado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Tenho essas informações e fiz a pergunta a V. S^a porque temos que desvendar essa relação tão estreita de aviões de empreiteiras com Caixa Econômica e com Ministérios. Ora, Dr. Arnuz, tem deputados aqui de todos os partidos que vêem isso. Já vem direto do Estado. Criou-se, nesta Casa, até comentários de que Deputados que têm mais facilidade de audiência são os que atendem mais os Municípios. Até disputa política teve nessa questão. Temos que ter um Congresso autônomo. A relação da iniciativa privada com o Congresso tem que ser uma relação transparente e autônoma também. Temos que desvendar esse mistério.

Lamento que V. S^a não nos tenha ajudado nessa relação, que afirmo: a relação das empreiteiras com o Congresso e com o Poder Executivo é uma relação promíscua, num País carente, sem moradia popular, com o povo faminto. Desculpe-me, mas fico indignado de ver uma situação como essa. Um País tão viável. Fizeram tanta coisa neste País, mas estou confiante, porque ele está de pé e vai se levantar mais adiante. Foi estrago demais, com o povo tão carente, tão necessitado, que hoje, Dr. Ramon, para o cidadão o status de miséria não é mais morar em favela, é morar em ponte. Na década de 50, o status de miséria era morar em favela; hoje, é morar em ponte.

Essa população carente, que não tem um barraco! E esse dinheiro beneficiou coisas que não tinha que beneficiar. Desculpe-me o desabafo, Sr. Presidente. É uma indignação cívica, com o espírito natalino.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado. É uma peroração impressionante.

Agora, nobre Deputado José Genoíno, fica a Mesa com uma dúvida que tem que ser esclarecida: V. Ex^a referiu-se ao depoente como tendo essa relação privilegiada de fazer viagens, ainda recentemente, em avião de empreiteira. S. S^a negou. A meu ver, seria interessante - como disse o Dr. Ramon, no seu compromisso que falava a verdade - que V. Ex^a nos desse as informações que possui para testarmos se a memória do Dr. Ramon está faltando, falhando, ou se a informação que V. Ex^a recebeu não é correta.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Seria bom.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vou fazê-lo junto com o requerimento do Deputado Aloizio Mercadante e com as informações sobre os vôos do prefixo do avião que S. Ex^a já solicitou à Mesa - junto à INFRAERO.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Vivaldo Barbosa. V. Ex^a será o último a falar, não porque seja o último, mas porque é o último inscrito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A essa altura, há apenas alguns esclarecimentos importantes que aguardamos o depoente nos fazer..

O depoente já afirmou que havia um diálogo intenso com parlamentares. É evidente que isso nos interessa mais de perto, devido às investigações que esta CPI tem a cargo fazer.

O depoente recebia com frequência pleitos de parlamentares acerca de projetos de habitação?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Recebia-os. Se houvesse interesse nos projetos nas suas bases.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Quais os parlamentares que mais solicitavam esses pleitos na área de habitação junto ao depoente?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Ah, Deputado, é difícil dizer-lhe sobre dados estatísticos e sobre quem mais solicitava. Isso era uma coisa geral. Eu diria que alguns deputados se caracterizam normalmente por atividades.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Alguns dos deputados que o depoente tem conhecimento de que foram e estão sendo investigados na CPI.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Deputado, V. Ex^a pode citar os nomes que quer saber especificamente?

O SR. VIVALDO BARBOSA - São os parlamentares objeto da atividade da CPI: Aníbal Teixeira, Carlos Benevides, Mauro Benevides, Cid Carvalho, Ezio Ferreira, Fábio Raunheitti, Feres Nader, Flávio Derzi, Genebaldo Correia, Humberto Lucena, Ibsen Pinheiro, João Alves, José Carlos Vasconcelos.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Olha, dessa relação que V. Ex^a cita, alguns me pediram um projeto, outros nunca me pediram. Entende? Mas pediram projeto no seguinte sentido, quer dizer: tem um projeto, tem um pleito da minha cidade, da minha base.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Alguns desses parlamentares foram acompanhados de empreiteiros ou de empresários em audiências?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. A grande maioria, Deputado, ia acompanhada dos prefeitos. Eu seria injusto em dizer um ou outro que tenha ido com empresário. Para dizer a verdade, é até difícil reativar isso na memória.

A grande maioria ia com prefeitos e até com deputados estaduais - muitas vezes eles vinham.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Depois recebia pleitos de empresários?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - De empresários que vinham ver o andamento de seus projetos também recebi. Recebi os empresários. O senhor me perguntou...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Nunca foram acompanhados de Parlamentares? Algumas vezes?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Alguns foram, mas eles...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Poderia colaborar com a CPI para o registro desses Parlamentares que acompanharam empresários em audiências?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - É difícil, Deputado. Eu poderia citar um ou outro; mas se cito um, posso estar prejudicando um ou outro, sem, digamos, ter um dado consciente para dizer em qual o projeto, o que foi que pediu. Acho que isso tem que ser o certo. Então, qual foi o projeto, eu nem me lembro. Agora, se o senhor me pergunta: teve Deputado? Teve, lógico.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O depoente guarda, por acaso, alguma memória desses encontros, dessas audiências?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não guarda nenhuma anotação a esse respeito.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Isso tem no Ministério, o que tiver lá. Quando saímos, fechamos as gavetas e fomos embora.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas não foram muitos os Parlamentares que acompanharam empresários nesses pleitos, certamente poucos?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, diversos. Agora, é difícil. Tem muitos que a gente... Veja bem: passei dois anos, muitos eu conheci um pouco, outros eu nem conheci. Quer dizer, é difícil de responder a uma pergunta assim com objetividade no sentido de quantos foram. Não sei dizer quantos. Mas que foi um universo muito grande, foi.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Acompanhando empresários, o universo muito grande?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, não, eu disse "principalmente com Prefeitos e Deputados Estaduais". Empresários, poucos. Eu até teria dificuldade de...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sendo poucos não é possível lembrar mais facilmente?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, eu não quero ser injusto em ficar citando um ou outro nome, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas eu acho que não há incorreção de qualquer injustiça a lembrança que o depoente pudesse nos trazer à CPI, porque qualquer ação futura da CPI depende de circunstâncias diversas de investigação. Não seria a sua palavra que seria determinante nesse sentido.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Mas eu acho que aí é uma questão de foro íntimo meu; eu acho que ficar citando um ou outro...

O SR. VIVALDO BARBOSA - É uma opção realmente. Lembrar, o depoente lembra, não está é realmente querendo revelar.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não lembro. Inclusive teria que exercitar a mente aqui para poder lembrar qual foi o que esteve com... Não tenho de bate-pronto qual seria. Não tenho.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas se fizesse uma força, um exercício de memória, poderia lembrar.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Aí tem que pegar os dados, tem que ver que projeto foi.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Apenas para o registro então de que...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Poderia até fazer um registro, Deputado. Talvez isso contribua. Existem alguns Deputados que têm interesse em construtoras, ou que são sócios de construtoras. Agora, como identificar? Muitas vezes eu só soube que o Deputado tal lutou por um projeto tal porque ele tinha interesse direto numa determinada construtora. Agora, não consigo... Isso foi dito, não foi comprovado. Quer dizer, então é uma coisa difícil. É uma coisa muito difícil.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Não queremos coisas que foram ditas e não foram comprovadas. Seria apenas isto: a presença física nas audiências com V.S.^a. É uma questão de foro íntimo que o depoente não quer revelar.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não quero dizer agora aqui: "Esse foi com um Deputado; o outro foi com vereador; o outro foi..." Em certas épocas apareciam Prefeitos com os vereadores, inclusive, e o Deputado da região.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Vivaldo me permite fazer uma pergunta?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vejo a insistência com que V.Ex.^a quer atualizar a memória do Dr. Ramon, mas eu perguntaria ao Dr. Ramon se a presença de um Parlamentar ao lado de um empreiteiro no gabinete de V.S.^a significaria, necessariamente, ou não um ato injustificável. O que poderia um Parlamentar, acompanhando um empreiteiro, pedir a V.S.^a?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - A agilização num determinado projeto, poderia pedir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas aí não haveria uma ligação íntima dele com o interesse do empreiteiro? Era o empreiteiro que estava interessado na obra?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Poderia haver o interesse dele ou, como muitas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ou apenas um altruísmo.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Veja bem: o que eu quero colocar é o seguinte - vamos nos entender um pouco nessa área...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, porque eu estou insistindo na pergunta do Deputado Vivaldo. Eu queria saber se isso traria uma consequência imediata.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não. Não traria, mesmo porque não seria, digamos, o fato de ele ter ido com o Deputado que seria aprovado o projeto. Isso não tem...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas aí não é com relação ao senhor, é com relação exatamente à presença da intermediação. Se essa intermediação... Troquemos a pergunta por mim: essa intermediação seria regular, legítima, ou ela extrapolava, do ponto de vista do Secretário, aquilo que deveria ser permitido ao Parlamentar que pediu, porque o Parlamentar ir lá e pedir um auxílio, prefeito, etc, é perfeitamente natural para nós, e muitos devem ter procurado. Mas um parlamentar procurando, por intermédio de um empreiteiro, uma obra que a empresa está construindo ou está conduzindo, isso não significaria uma espécie até de tentativa de influência, não digo tráfico de influência, mas força de influência perante o Secretário?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Poderia estar querendo demonstrar isso, uma certa influência; isso sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ele falava com V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É realmente útil ao nosso trabalho. É evidente que se nota a importância dessa questão. O Presidente avançou na tentativa de obter... Efetivamente, seria bom se o depoente colaborasse com a CPI e realmente nos informasse. É uma questão de informação. Dizer aquilo de que se lembrar. Evidentemente, não seria um ato de injustiça o esquecimento de outros nomes. Mas sabemos que não arrancaremos nenhuma informação do depoente a esse respeito, porque, segundo o próprio depoente, é uma questão de foro íntimo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que não diga "arrancar".

O SR. VIVALDO BARBOSA - No sentido de obter. Concentrei-me nessa questão porque não interessa, evidentemente, ao objeto desta CPI a vida particular, ou mesmo de servidor, público do depoente, porque essa é uma questão que é objeto de processo judicial. O que nos interessa mesmo é exatamente quando a atividade tangencia a questão da liberação de recurso orçamentário, com a participação direta ou indireta de Parlamentar, objeto da nossa investigação e onde esta CPI tenha abrangência constitucional e legal para tomar decisões a respeito. Embora, em princípio, refiram-se à vida particular do depoente, são questões que dizem respeito ao funcionamento administrativo do início da administração anterior.

Assim, quero complementar algumas perguntas que já foram formuladas antes. Há notícia de que o depoente residia na Academia de Tênis no início do Governo anterior. Isso, evidentemente, causou um impacto e um debate político muito intenso aqui no Congresso Nacional, porque o Governo, que portava a bandeira de renovação e padrões de comportamentos éticos no Executivo, dispensou residências oficiais como uma coisa pecaminosa, indesejada, nociva à vida pública, depois alojou realmente diversos servidores - altos executivos, até Ministros de Estado - na Academia de Tênis. Evidente, houve a perplexidade, porque, com os vencimentos normais, ninguém poderia hospedar-se na Academia de Tênis. Os cálculos na época indicavam isso. Com relação especificamente ao depoente, a Polícia Federal nos informa que a secretária do depoente, a Srª. Maria Sílvia Dalfarra, emitiu cheques da sua conta particular, do seu banco, e efetuou pagamento das suas despesas como hóspede da Academia de Tênis. O depoente confirma isso?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu Colega, permita-me uma interrupção. Aonde pretende chegar V. Exª com o nexo com o problema que a CPI está investigando?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Para tentar realmente obter informações sobre quem pagou essas contas, se saiu de recursos pessoais, se saiu de alguma empresa, especialmente de alguma empreiteira, já que, há notícias confirmadas de que o depoente viajou em aviões de uma possível empreiteira, há possível indicação de que essas contas poderiam ter sido pagas por empreiteira, que eventualmente contratou ou não - vamos saber - verbas que o depoente administrava, que são orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não orçamentárias. Como a matéria não é ligada ao Orçamento, o depoente pode ficar em silêncio se o desejar.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, é que talvez eu não me tenha feito entender adequadamente. Possivelmente essas diárias foram pagas por empreiteiras ou com recursos advindos de empreiteiras, que empreiteiras que contrataram recursos orçamentários, cuja decisão esteja a cargo, ou influente, ou pelo menos o depoente exerceu uma função influente nessa decisão, com parecer técnico - segundo ele próprio revelou - sem o que não se obteria essa liberação de recursos. Acho que daí vem a conexão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª admite que, no caso, a empreiteira poderia estar fazendo uma espécie de homenagem com chapéu alheio? Estaria pagando mas retirando, na verdade, alguma obra com dinheiro público?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Ou com a intenção de obter realmente recurso público de maneira mais facilitada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É um nexos causal difícil, mas parece que o Dr. Ramon Arnuz se põe a responder.

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não tem problema, foram todas pagas com os meus recursos. O Senhor pode estar certo disso.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, esses cheques com que a secretária efetuou o pagamento serão providos...

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Eu a provia para que pudesse me pagar. A nossa vida de Secretário nos obriga a viagens, nos obriga a sair por muito tempo e, muitas vezes, as contas são deixadas para um segundo plano porque não dá tempo. Então, numa cobrança, num eventual atraso, coisas desse tipo que não posso precisar quais foram, pedi a ela: emita esse cheque que eu cubro a sua conta. Coisas desse tipo, de uma relação normal de uma assessora.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esses recursos também se destinavam a pagamento de despesas e de estada de um Parlamentar?

O SR. RAMON ARNUZ FILHO - Não, em absoluto. Houve um empréstimo para esse Parlamentar a que V. Ex.^a está se referindo, em duas oportunidades, e que depois fui ressarcido com outros pagamentos. Não teve nada, nada, foi só um empréstimo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Ex.^a.

Lembro que amanhã, às nove e meia da manhã, estaremos ouvindo o depoimento do Deputado Ibsen Pinheiro.

Agradeço ao Dr. Ramon Arnuz Arnuz pela sua presença e por seu depoimento e aos ilustres Colegas que até aqui ficaram.

Há uma informação que obtivemos, graças a um ótimo trabalho do Senador Eduardo Suplicy, a meu pedido, que mostra que o Sr. Onofre Vaz está no Hospital Sírio-Libanês, foi operado sábado passado. As perguntas que o Senador Suplicy fez, muito úteis para o nosso procedimento, são respondidas da seguinte maneira: no momento, o cirurgião declara que o Sr. Onofre Vaz não pode deslocar-se de São Paulo para prestar depoimento aqui; quanto ao seu estado, mesmo no pós-operatório, ainda é difícil de informar se ele terá condições de depor até o dia 8 de janeiro, que foi a solicitação que fizemos. Vamos acompanhar isso.

Saliento que ele já fez um depoimento preparatório na Comissão de Emendas. De maneira que deveríamos obter, desde logo, esses dados para a nossa avaliação.

Muito obrigado e muito boa noite.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h10min.)

Depoimento do Sr. Deputado Ibsen Pinheiro

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, bom dia! Estamos iniciando hoje a nossa reunião com a finalidade precípua de ouvir o depoimento do nobre Deputado Ibsen Pinheiro.

O Sr. Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Ibsen Valls Pinheiro.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. IBSEN PINHEIRO - 58 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. IBSEN PINHEIRO - SQN 312, bloco "E", aptº 503 - Brasília.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Jornalista.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Representante do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que todos fiquemos em pé para ouvirmos o juramento de praxe.

O SR. IBSEN PINHEIRO - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, a praxe que temos adotado até aqui é a de proporcionar ao depoente, em querendo, o máximo de 01 hora para uma exposição preliminar.

Se V. Ex^a assim o deseja, concedo-lhe a palavra.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Colho a oportunidade, Senador Jarbas Passarinho, desta manifestação inicial. Não seria compreensível se não o fizesse, especialmente porque, nos últimos dois meses, principalmente nos últimos 45 dias, farto noticiário envolveu o meu nome, minha atuação parlamentar. E, a partir de um certo momento, me impus um silêncio para que tivesse a oportunidade de compreender o conjunto das circunstâncias que me colocavam naquele quadro. A seguir, anunciei que, no momento e no local devidos, eu faria esta exposição; eu daria as satisfações, ofereceria as explicações. E faço-o com o duplo sentimento do dever e do direito.

Com direito, porque aqui compareço espontaneamente, como testemunha que se comprometeu a dizer a verdade; e um dever porque esta é a característica essencial da vida pública, a de prestar contas dos atos, das imputações, das insinuações, da verdade ou da inverdade. Este talvez seja o encargo maior da vida pública.

Por isto, Senador Jarbas Passarinho, colho a oportunidade desta manifestação inicial. E não poderia fazê-lo sem saudar, em V. Ex^a, Senador Jarbas Passarinho, a condução serena e firme que faz destes trabalhos.

Tenho acompanhado pelo rádio, televisão, jornais e, eventualmente, por leituras de depoimentos e posso ser uma testemunha adicional; desvaliosa, por certo, porque já o Brasil testemunha o quanto a condução de V. Ex^a tem assegurado o equilíbrio e a firmeza, oferecendo-nos o adicional do bom humor com que conduz os trabalhos.

Saúdo também, na direção destes trabalhos, o meu conterrâneo Odacir Klein. Homem de cuja vida pública exemplar sou testemunha presencial e há muitos anos. Homem de quem eventuais divergências naturais, eu diria mesmo obrigatórias na vida pública, nunca toldaram o juízo que sempre fiz da sua invariável correção e, tenho certeza, nunca turvaram o respeito recíproco que tem marcado o nosso relacionamento pessoal e político.

E saúdo, na pessoa do Relator, Roberto Magalhães, os três homens com a maior responsabilidade na condução desses trabalhos, o Parlamentar que, a um tempo, é aguerrido e sereno, cuja formação intelectual está a serviço de uma dedicação incomum ao interesse público.

Saudando estes três Parlamentares, encontro a forma de saudar todos os integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputados e Senadores, meus colegas de representação popular. Muitos, desde que aqui cheguei, há 11 anos; outros, mais experimentados e outros que vêm oxigenando esta Casa com a renovação permanente, a todos eles a invariável admiração de alguém que, nesta Casa, em onze anos, só fez amigos e que aqui tem tido o centro da sua vida.

Escutei uma vez, por repetição, a lição de um homem público experimentado e vitorioso. Dizia ele, segundo este relato que me chegou, que na vida pública devemos falar muito a respeito das coisas, pouco a respeito dos outros e nada a respeito de si mesmo. Naturalmente, vou violar esta regra hoje, vou falar muito de mim mesmo, embora contrariando um estilo pessoal de pudor e comedimento, mas vou falar muito de mim mesmo.

Vou falar algo muito a respeito de coisas e das coisas, mas pelo menos uma das regras poderei cumprir, não vou falar dos outros; vou falar de mim e do que sei.

Venho espontaneamente a esta Comissão, venho na data possível; gostaria de ter vindo antes, fui aconselhado a vir mais tarde. Os auditores que me subsidiavam com elementos para este depoimento precisavam efetivamente de mais tempo, tanto que as conclusões, ainda que parciais, foram-me passadas às mãos anteontem, na última terça-feira.

Fui aconselhado a vir mais tarde, mas queria vir o quanto antes, entre outras razões, para pingar o ponto final num quadro que tem muito de amargura, muito de sofrimento e também muito de certeza.

Trago, e me permitam, uma exposição pessoal de sentimentos, trago alguns saldos desses dias que vivi e alguns aprendizados, algumas lições que não imaginava pudesse a vida me oferecer nesta quadra, experimentado e calejado que já me achava, mas alguns aprendizados, algumas novas evidências se apresentaram para mim na vida, a primeira das quais, talvez não vá dizer aos senhores uma novidade, é de que consciência limpa é aquela que dói.

Sempre ouvi dizer que quem tem a consciência tranqüila deita e dorme, e aprendi que é o contrário; quem tem a consciência tranqüila é quem sofre.

Não sei se existe uma outra espécie de consciência, porque a suja certamente não se sente suja, sente-se seguramente tranqüila, porque tem a ética do resultado. A consciência limpa é aquela que dói.

Aprendi também, meus colegas, que ao contrário, quem não deve na vida pública é que precisa temer. Imaginei que quem não deve não teme, mas na vida pública ocorre uma drástica, brutal e às vezes cruel inversão do ônus da prova, o que é da natureza do próprio exercício da vida pública. E, certamente, quem deve está preparado para todas as

explicações e, certamente, quem deve não teme, mas quem não deve... Primeiro tem o sentimento da perplexidade, da incerteza sobre fatos em que a memória nos trai, e segundo, produz também o terceiro, um outro efeito secundário produz este terceiro ensinamento que este episódio me deu: sente vergonha quem tem vergonha.

Não é quem fez ou quem faz vergonheiras que sente vergonha, possivelmente quem faz não sente; sente vergonha, quem tem vergonha. A vergonha de poder ser um alvo de uma imputação, a vergonha de poder ser alvo de uma insinuação; a perplexidade de que imputações ou insinuações inimagináveis possam ter curso, produza um sentimento de vergonha. Este foi um aprendizado sofrido e doloroso, mas tenho a convicção de que a vivência deste episódio também tem os seus saldos positivos.

Imagino que um sofrimento dessa natureza, que a vida reservou a mim neste momento - mas certamente reservou, em grau maior ou menor, por causas diversas ou opostas, a muitos dos que aqui estão, e a quem não reservou, espero em Deus que não reserve -, produz também alguns aspectos positivos. Aqueles a quem o sofrimento não aniquila, fortalece; aqueles a quem a amargura não destrói, melhora.

Sinto-me hoje com uma capacidade maior de compreender a mim mesmo, a vida pública e as pessoas. Vi pessoas que cresceram em apoio e solidariedade e as compreendi melhor, vi pessoas que sofreram comigo e as compreendi melhor e as apreciei mais. Mas vi, também, no olhar das pessoas, perplexidade, dúvida, que sempre li como uma expectativa esperançosa, e eu as compreendo também, como vejo o medo, como vejo a intimidação, como vejo um quadro de incerteza e insegurança e compreendo as pessoas, como compreendo também e melhor a minha própria fragilidade.

Por isso compareço hoje perante uma das Comissões da minha Casa, perante meus colegas e, neste convívio, perante a Nação, perante o povo brasileiro, perante o povo do Rio Grande que para cá me remetê-lo, há 11 anos, para que o representasse com dedicação e com honra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, uma breve, que não será cansativa, referência histórica da minha vida. Tranquilizem-se, não pretendo contá-la. Mas a história da minha vida, eu diria que ela teve duas paixões que a presidiram desde o começo: a política e o jornalismo.

Eu tinha 10 anos quando do processo de redemocratização de 1945 e lembro que vivi aqueles momentos, vivi com a intensidade de um garoto interessado nas coisas do seu tempo, comparecendo aos grandes comícios da redemocratização na cidade de Porto Alegre. Com 10 anos!

O jornalismo, eu encontrei no ginásio, aos 14 anos, o jornalismo amador. E o profissional marcou a minha vida a partir dos 16 anos, num jornal político, conjugando política e jornalismo.

Tive uma paixão muito mal correspondida pelo futebol que também acabou marcando a minha vida como dirigente e cronista esportivo.

Num dado momento, essas paixões se sintetizaram como num desaguiado.

Dezesseis anos atrás, 1977, tomei posse no meu primeiro mandato parlamentar. Lembro-me de um velho amigo que já não convive conosco, já falecido, Hamilton Chaves, que era, como eu, jornalista, como eu, político, e, como eu, um homem de esporte. No momento em que me abraçava na posse como vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre, em janeiro de 1977, dizia-me: "Ibsen, você transformou os seus hobbies em meio de vida". Porque eu passava a viver do jornalismo, que fora esportivo recentemente, da política e para a vida pública.

Preparei-me por isto para a vida pública. Ao me eleger Deputado Federal, encerrei a atividade jornalística, depois de mais de 30 anos de redação, encerrei a advocacia e fiquei por conta do exercício da representação popular. Esta é a síntese da minha vida.

Os valores que valorizei, para mim, mais importantes são estes: o exercício da vida pública, da vida profissional. Nunca a minha vida se marcou pelo interesse material além dos padrões usuais de pessoas de hábitos de classe média. Nunca persegui a riqueza, porque não saberia o que fazer com ela. Meu estilo de vida se compraz e se satisfaz de outros padrões de convivência e de consumo. Por isto persegui sempre preservar algumas coisas importantes: a auto-estima, o respeito às pessoas da convivência, o respeito na divergência, a compreensão do conflito. As vezes fui polêmico; às vezes, contundente e, certamente, muitas vezes fui injusto. E, se pratiquei injustiças, por que não sofrê-las também? Por que não compreendê-las também? Essa é a síntese da minha vida.

Compareço espontaneamente, Sr. Presidente, e não me sinto abrangido pelo universo da investigação parlamentar que aqui se realiza. Com o respeito que tenho a esta Comissão, a esta Casa, que é a minha Casa, afirmo que não me sinto abrangido pelo objeto da investigação; não me sinto acusado e sou uma testemunha precária, de pouco conhecimento dos fatos que são objeto da investigação; mas, dos fatos que considero importantes, relativos à minha vida, tenho plena consciência e pleno conhecimento. As questões que sejam pertinentes terão as respostas as mais precisas que me sejam possíveis, a mais cabal, a mais documentada que possa oferecer. Estou sob compromisso de falar a verdade, o que considero uma formalidade legal. Se fosse para não falar a verdade, eu não estaria aqui.

Não me sinto abrangido pelo objeto da investigação. Cumprimento esta Comissão - e isto transmiti ao Senador Jarbas Passarinho por telefone - com o meu aplauso, a minha concordância. Algumas decisões importantes, que surgiram após o aparecimento de documentos adicionais no curso da investigação, percebi, com clareza, o equilíbrio com que

se houve a Comissão, conduzida por V. Ex^a, quando papéis de uma empreiteira arrolou diversos nomes - e sinto-me à vontade porque o meu não constava daquele rol -, para dizer que agiu corretamente esta Comissão quando entendeu que não basta uma simples referência unilateral, por mais respeitável que seja a fonte, para que isso implique uma investigação, um vasculhamento, uma invasão da privacidade. Era preciso que uma referência não fosse também desconsiderada, mas que ela se articulasse com o conjunto de circunstâncias e provas. Assim, também a respeito de um rol adicional feito pelo denunciante inicial, que mereceu também desta Comissão um tratamento equilibrado. Não se ignora uma denúncia; não é a desqualificação da fonte que desqualificará a informação. Em certos conflitos, todas as fontes são desqualificadas, mas a verdade aparece também destes caminhos. Por isso compreendo, Sr. Presidente, também que, no primeiro momento, este não fosse o tratamento possível; compreendo que, na instalação, na abertura dos trabalhos, o rol inicial fornecido a uma revista de publicação inicial tivesse quase que a relação automática entre a presença do nome e a investigação; compreendo aquele clima que viveu o País com o impacto daquela denúncia suportada pela presença de milhões de dólares no colchão de um funcionário desta Instituição.

Denúncias anteriores houve, mas denúncias anteriores semelhavam boatos que não tinham o conforto de fatos. Lembro o Governo anterior, destituído por esta Casa: os boatos surgiram com a sua própria instalação, mas foi a denúncia de Pedro Collor, a denúncia do motorista Eriberto que trouxeram à nossa Instituição os instrumentos para aquela CPI histórica. Assim, também, compreendo que, no primeiro momento da denúncia, tivesse a Instituição reagido com o vigor, a energia, a emoção e, certamente, com a dose, às vezes de exagero, que corresponde ao vigor, à energia, à emoção. O equilíbrio se produziu ao longo do procedimento. O amadurecimento é incrivelmente veloz nesses momentos. O aprendizado da própria CPI com o seu próprio trabalho se expressou no comedimento com que novos nomes ou novas denúncias ou novas insinuações tivessem um tratamento algo diferenciado daquele inicial.

Não me sinto abrangido. A referência ao meu nome surge num contexto em que refere dois eminentes Senadores da República, inclusive o Presidente desta Instituição e o ex-Presidente anterior - meu nome, ali, está referido pelo primeiro depoente, com a expressão "no mesmo sentido", no mesmo sentido. Então, não me sinto, Sr. Presidente, abrangido pelo universo da investigação, mas me sinto no direito de ver - e de aqui comparecer com respeito e acatamento, mas com altivez -, olhar nos olhos dos meus colegas e viver este momento com o sentimento da sua gravidade, mas, também, com a noção de que ele haverá de ter um andamento simples, claro e, quanto possível, singelo, porque a simplicidade não significará que não tenhamos a noção da importância deste momento para o nosso País e da importância que tem na minha vida. Quero dizer a V. Ex^{as} que a importância que tem na minha vida não é na minha vida pública que se caracteriza, essencialmente.

O dano político, dizem alguns, é grave, é profundo. Digo eu que é irreparável. O dano político, eu o considero irreparável e secundário, absolutamente secundário. Nunca tive a noção de que desenvolvia uma carreira política. Nunca tive essa noção. Logo, uma carreira política não é algo que deva ter uma linha ascendente. Se tivesse, eu sinto que bati no teto, no ano passado e no ano retrasado. Bati no máximo ao chegar à Presidência da Câmara dos Deputados do Brasil. Um moço que enfrentou dificuldades até para concluir o curso primário e que, mesmo interinamente, sentou na cadeira do primeiro cidadão da República - o Presidente da República - mesmo que interinamente, certamente teve da vida mais do que pudesse imaginar, sonhar ou mesmo delirar. Então, se considerasse que deveria ter uma carreira política, eu só teria razões para encerrá-la no momento da sua culminância. O sentido do exercício da vida pública para mim é quase como uma necessidade biológica como respirar, como conviver. Esse é o sentido do exercício da vida pública, com ou sem mandato. Nunca imaginei viver apenas para comer, ou para construir uma casa, ou ter um bem material. Imaginei sempre viver para conviver em comunhão com as angústias e com as esperanças de todos os homens.

Por isso não me sinto abrangido pelo universo da investigação e compreendo as suas dificuldades. Quero dizer que alguém pode compreender, tanto quanto eu, as dificuldades desta CPI; ninguém compreenderá mais do que eu. Compreendo, inclusive, alguns efeitos perversos da investigação parlamentar, porque ela diversa, ela é característica, ela é única. Se me perguntassem se ela é melhor que a investigação judicial ou policial, eu diria que ela não é nem melhor e nem pior. Ela é diversa. E pode ser melhor ou pior, segundo o ângulo que se observe. Certamente, ela é pior para quem senta nesta cadeira, sem o conhecimento de uma eventual acusação, sem o direito ao silêncio, sem o contraditório, mas ela é melhor na medida em que permite que se fale ao povo, à opinião pública, à sociedade, num processo que é político. Então, eu tenho perfeita compreensão. Tenho a compreensão, inclusive, dos aspectos indesejáveis, como o vazamento da informação. Como não compreender, numa Casa política, feita de conflitos e de contradições, que isso ocorra? A acusação mais injusta que ouço à nossa Casa é a de que ela possa ter um comportamento corporativo. Nada é mais anti-corporativo do que uma Casa parlamentar. Se houver índice zero de corporativismo, é aqui que ele estará e se houver índice ínfimo, é aqui que ele se encontrará, porque poucas coisas são do interesse comum de todos nós. O nosso interesse comum é o conflito. Este conflito é o que dá força à investigação parlamentar, é o que lhe dá energia e seiva e lhe dá, também, alguns subprodutos indesejáveis como, por exemplo, o vazamento de informações parciais. Fosse um vazamento global não seria vazamento; seria uma informação: ao mesmo tempo que o leitor soubesse de um crédito saberia de um débito,

se soubesse de um lançamento positivo, saberia de um lançamento negativo e teria os meios. O vazamento parcial é que produz a hipertrofia de alguns aspectos, passando uma idéia incompleta, às vezes falsa e outras vezes idéias opostas às reais.

Compreendo que em uma Casa política as relações políticas produzam efeitos, as relações políticas, as alianças políticas, e eu fiz, nas lutas internas do meu partido, alianças políticas, nas lutas desta Casa, alianças políticas com adversários, que produzem efeitos positivos e negativos. São relações políticas que eventualmente se transformam em relações do próprio poder. Lembro, não para me jactar, mas com orgulho, que fui Presidente desta Casa, eleito por unanimidade. Pode ser que as minhas virtudes tenham contribuído, mas, com certeza, também os defeitos estavam no bojo do conjunto das circunstâncias que me fizeram construir as alianças internas do meu partido, com suas forças poderosas e a partir delas produzir a unanimidade do meu partido, a unanimidade que nasceu de alianças políticas fortes. E produzir, no plenário da Câmara, alianças políticas que se transformaram em relações de poder, para que pudesse ter sido o Presidente, à unanimidade, da Casa. Compreendo, por isso, que as relações políticas produzam efeitos que, eventualmente, são interpretados como relações de outra natureza ou pessoais, ou de amizade, ou de negócio, ou de qualquer espécie. A nossa relação é política, sem prejuízo da construção afetiva e afetuosas que eventualmente construímos com alguns mais do que com os outros. Mas quem, como eu, não produziu inimizades, quem, como eu, não produziu nenhum conflito que não pudesse ser superado tem certeza que, aqui, entre amigos e colegas, conquistou, nestes 11 anos, o direito do benefício da dúvida, na pior das hipóteses, da presunção da inocência como regra impositiva da convivência democrática e da confiança daqueles que me conhecem.

Aprendi que é preciso conhecer a própria vida, às vezes buscando mais do que a memória. Lembro meu curso de Direito, que hoje completa 30 anos, 23 de dezembro de 1963, minha formatura, lembro, lá no primeiro ano, Professor Bisol, lembro o Mestre Ernani Coelho, Professor de Direito Penal, que dizia que a testemunha é a prostituta das provas, mesmo quando quer ser a mais honrada das provas, porque a memória nos trai, nos engana, e caminha por caminhos que nem sempre os documentos confortam.

Por isto, no primeiro momento, acreditando que quem não deye não teme, saí a dar todas as explicações, às vezes atabalhoadamente, às vezes sem a concatenação e a frieza que se precisa ter mesmo na hora da emoção. Saí a oferecer todas as explicações e satisfações. O efeito foi exatamente oposto, estimulou um clima de questionamento, que, certamente, não era o mais adequado à busca da verdade. Entendi que era meu dever silenciar e buscar os meios de compreender todo o episódio que estava vivendo. Constituí auditores, através de Auditores TREVISAN. Por que escolhi esta instituição, com a qual não tinha nenhuma relação nem pessoal nem de qualquer natureza, nem conhecia pessoalmente o titular? Pelo seu conceito. Porque com TREVISAN se contrata uma auditoria, não um resultado. O resultado é o da realidade, o resultado é o dos fatos. Constitui-se uma auditoria, e o resultado é aquele que for constatado na auditoria.

Aprendi, neste episódio, que precisava deste apoio, deste apoio para compreender 5 anos, e até um pouco mais que ficou atrás da vida bancária, da vida patrimonial. E me felicito por aquele momento de inspiração - inspiração aconselhada, diria -, porque compreendi. E se hoje não dispusesse do resultado da auditoria, ainda assim ela teria me auxiliado em 90%, porque, mais do que seu resultado, foi compreender a prática da vida bancária, as suas fragilidades, também. Aconselho a qualquer um a que, daqui por diante, não confie naquele extratozinho bancário, porque eles também se enganam, também erram e passam-nos a idéia de que o Banco é infalível na sua contabilidade. Aprendi, graças à auditoria que me foi entregue terça-feira. Foi-me entregue sem que pudesse ter sido da abrangência que pretendia. Precisamos excluir lançamentos bancários inferiores ao valor correspondente a 2 mil dólares, porque isso acrescentaria mais cerca de 800 documentos e mais algum tempo. E eu já havia me comprometido com o Senador Passarinho que estaria aqui no dia 23. Então me foi entregue anteontem o resultado dessa auditoria com a limitação apontada, mas que me permitiu compreender melhor e com clareza a ponto de vir aqui, comprometido com a verdade, trazer as informações que possa.

Aprendi - e talvez possa fastidiar aqueles que tem familiaridade e me perdoarão, especialmente os membros da CPI - algumas questões essenciais que me fazem compreender o conjunto das circunstâncias. Aprendi com o sofrimento.

Vou referir alguns fatos que tiveram ampla cobertura nos jornais. Compreensível a ampla cobertura. Tratava-se de um ex-Presidente da Câmara, de um ex-Líder cujo nome aparecia num rol negro. Era compreensível a repercussão. Tenho perfeita compreensão da dimensão que os fatos tomaram e compreendo, por isto, que num determinado dia um jornal de grande circulação tenha posto de manchete na sua primeira página: "Depósitos periódicos na conta de Ibsen". Compreendo a manchete, não compreendi o seu conteúdo, até que fui levado a compreender que depósitos periódicos, especialmente numa conta bloqueada, só podiam significar os rendimentos e o desbloqueio posterior.

Aprendi, Sr. Presidente, que movimentação bancária, não vou dizer que é algo desimportante, mas eu pretendia dimensionar a movimentação bancária, quem sabe, dando exemplo de uma matéria que me é familiar. Claro que é importante saber que tipo de pessoa está numa arquibancada de futebol, mas ninguém vai pesquisar quantas pessoas loiras ou morenas estão numa arquibancada de futebol. O centro é o resultado do jogo, se a movimentação financeira está para os recursos reais numa posição absolutamente secundária. Aprendi que é possível ter um e movimentar dez e ter dez e movimentar dez. Aprendi isso, que a movimentação é expressão de outros fatos da vida.

Constituí, para me orientar, talvez o mais eminente advogado tributarista deste País, Ives Gandra. Orgulha-me dizer que o constituí por ter-se ele oferecido a me orientar e a me auxiliar. E quando eu dizia a ele que certamente teria dificuldades em enfrentar a conta de honorários de um profissional dessa estirpe, ouvi dele que os seus honorários eram a sua solidariedade.

Tenho uma carta, que lerei adiante, do Dr. Ives Gandra, dando as razões pelas quais não pôde oferecer, de terça para hoje, o parecer sobre as minhas contas auditadas, porque um parecer de S. S^a consumirá pelo menos duas semanas - dez dias ou duas semanas -, porque são pareceres, às vezes, de dezenas de páginas. Mas orgulha-me poder registrar e pedir a atenção da Comissão para a carta que recebi dia 20, segunda-feira, do Dr. Ives Gandra. Leio-a:

"Prezado Ibsen,

Tomei conhecimento que seu depoimento na CPI ocorrerá na próxima quinta-feira.

Como ainda não recebi o laudo de auditoria da TREVISAN, devendo, por outro lado, ir a Brasília para cuidar de assunto profissional amanhã, creio não ser possível, sem tais elementos, preparar qualquer parecer ou até mesmo uma singela opinião legal.

Não vejo, todavia, que esta manifestação seja necessária, na medida em que:

a) seu depoimento é espontâneo;

b) o acesso aos documentos da CPI foi-lhe negado;

c) o levantamento da TREVISAN não se completou.

Após o depoimento, o laudo pericial e o acesso aos documentos da CPI, examinando-os poderei apresentar meu parecer, conforme prometido.

Gostaria de lembrar-lhe, todavia, o que certamente você já conhece sobejamente, que a Súmula 182 do pretérito Tribunal Federal de Recursos, hoje Superior Tribunal de Justiça, assim redigida:

Leio a Súmula:

"É ilegítimo o lançamento do imposto de renda arbitrado com base apenas em extratos ou depósitos bancários."

Foi elaborada - diz o Dr. Ives - após longa evolução jurisprudencial, que principiou nos tribunais administrativos, ganhando o apoio exegético das 1^{as} e 2^{as} instâncias judiciais.

Não exigindo, a lei tributária ou civil, que a pessoa física mantenha uma contabilidade de entradas e saídas pecuniárias, sendo a movimentação bancária mero fluxo de dinheiro sem que corresponda necessariamente a "aquisição de disponibilidade" (art. 43 do CTN), a soma aritmética de importâncias depositadas ou os cálculos por amostragem em período determinados são sempre precários, pecando pela imprecisão e pela falta de consistência como elementos acusatórios.

Por essa razão, houve por bem o TFR "desqualificar" qualquer acusação de natureza fiscal baseada exclusivamente em lançamentos bancários.

Ora, se para o fisco, que desde 1965 (Lei n° 4.729/65) poderia fazer lançamentos até por sinais exteriores de riqueza, o Poder Judiciário estabeleceu a proibição de que agisse apoiado exclusivamente em lançamentos bancários, quanto mais para a CPI, que deve trabalhar com outros elementos a fim de demonstrar o "nexo causal" entre a corrupção (preparação de emendas, projetos, favorecimentos definidos) e o benefício final decorrente da improbidade administrativa.

Apenas com base em movimentação bancária, ninguém pode ser acusado de sonegação fiscal, devendo, pois, esse princípio prevalecer também para as acusações, sem demonstração de "nexo causal" concreto, de pretendida improbidade administrativa.

No aguardo das informações e documentos relacionados ao laudo da TREVISAN e levantados pela CPI, subscrevo-me com um forte abraço."

E depois assina.

Aprendi, Srs. Congressistas, através de experiência sofrida, que muitas vezes a movimentação bancária produz efeitos perversos, incompreensíveis, opostos à realidade.

Vou-lhes contar uma pequena história.

Há quatro semanas, telefonou-me um repórter e perguntou-me: "Deputado, o senhor passou um DOC, um documento bancário, de 80 mil dólares para Porto Alegre no dia 1° de novembro?"

E eu perguntei: Agora, se investiga também o que eu pago, não só o que eu recebo?

Ele respondeu dizendo: "É, mas 80 mil dólares, afinal, é muito significativo."

Perguntei o nome e ele me deu o nome, então, lembrei um pequeno compromisso de uma pequena compra para a minha casa em Porto Alegre e disse que não eram 80 mil dólares. "Verifique bem se não são 8 dólares ou 80 dólares".

O repórter telefonou-me depois de 15 minutos e disse: "Deputado, a sua energia em contestar me sensibilizou, fui a fonte e ela me confirmou que foram 80 mil dólares e eu disse que só publicaria se tivesse acesso ao documento. Tive acesso, fiz a conta e eram 80 dólares, eram cruzeiros equivalentes a 80 dólares." Agradei ao profissional a sua correção e registro o seu nome com respeito, é o repórter Lúcio Vaz, do jornal Folha de S. Paulo.

Mas, a história não estava completa, daí a uns 10 dias ou 15 dias, telefonou-me outro repórter da Folha de S. Paulo, meu conterrâneo, Gustavo Krüger, neto de uma das figuras que honrou esta Casa, Senador Daniel Krüger, para comentar alguns aspectos do noticiário que me envolvia, e eu referi a ele essa história do seu colega de redação Lúcio Vaz.

Ele disse: "Deputado, a história é mais completa, ela é mais ampla e eu vou completar para o senhor. A história desses 80 mil dólares tem origem na sua ordem de

pagamento para Porto Alegre de 80 dólares, 16 mil cruzeiros. O banco, talvez ainda vivendo a transição de cruzeiro para cruzeiros reais, se enganou e fez a ordem de pagamento de 16 milhões de cruzeiros reais. O dólar estava 200 cruzeiros na época, 80 mil dólares. Naturalmente fiquei devedor nessa importância, quase toda ela.

Não sei se o destinatário chegou a ter essa surpresa dos 80 mil dólares na sua conta, porque, no dia seguinte, o banco, percebendo o equívoco, procurou desfazê-lo.

Mas vejamos V. Ex^{as}: não fez o estorno puro e simples dos 16 milhões de cruzeiros, senão que preferiu fazer o estorno de 15 milhões 984 mil cruzeiros, deixando na conta do destinatário os 16 mil cruzeiros originais.

Ora, não há computador que cruze 16 milhões com 15 milhões 984 mil. Aprendi também que inteligência mecânica é inteligência burra. Esta é a hora em que só homem, só a sensibilidade, a cabeça do homem, da pessoa humana é capaz de perceber.

Vejamos V. Ex^{as}. que nessas 24 horas a minha movimentação bancária foi de 159 mil 984 dólares por conta de um erro do banco.

Espero que este jovem profissional de Porto Alegre, cuja conta foi invadida e no dia seguinte esvaziada, não tenha que um dia explicar numa CPI, ou ao fisco, ou, pior ainda, à sua mulher esse tipo de situação que ele viveu involuntariamente. Movimentação bancária também se faz nestas circunstâncias.

Vou lhes contar uma outra pequena história. Na sexta-feira, dia 12, telefonei o repórter de uma revista de circulação nacional para me complementar uma informação da quinta-feira, quando me entrevistaram. Disseram: "Deputado, a revista ainda não decidiu ainda sobre a capa, decidiu que o assunto que lhe envolve não será a capa." Segunda-feira de manhã pego a revista e estava eu na capa. Não compreendi, até que na terça-feira - porque segunda-feira foi feriado, dia 15 - esse mesmo jornalista me relata o fato. Disse: "Olha, Deputado, o assunto não ia ser capa, mas, na tarde de sexta-feira, depois que falei com o senhor, na manhã de sexta-feira, por telefone, recebemos a informação de uma movimentação bancária daqui para Porto Alegre no valor de um milhão de dólares da sua conta daqui para conta de lá."

Ora! Movimentar um milhão de dólares neste quadro, neste momento, em pleno movimento da CPI, achamos que isso dimensionava o fato com o contorno excepcional, e a matéria passou para capa.

Pois na madrugada de sábado o criterioso serviço de checagem dessa revista advertiu os diretores de que os docs tinham sido interpretados com três zeros a mais: não era um milhão, era equivalente a mil dólares, isto é, a matéria não justificava a capa. Mas a capa estava rodada, estava pronta. Foi possível apenas tirar da matéria, do seu conteúdo essa consistência.

Presto homenagem também a esse profissional correto, que é o repórter Luiz Costa Pinto.

Quando me refiro a dois profissionais corretos, quero dizer que compreendo o quadro, seja de competição profissional, seja de concorrência entre as empresas, seja desse momento rico da vida nacional em que a liberdade de imprensa desenvolve extremamente a característica do jornalismo de investigação, onde os riscos são naturais, entre os quais os riscos do engano e o risco da injustiça.

Citei o nome de dois profissionais corretos. Vou contar uma história e vou permitir não citar nomes, porque não poderia dizer que foi um comportamento correto.

Um jornal de circulação nacional atribuiu-me a posse de um apartamento no Rio de Janeiro, que, de resto, não seria criminoso - cidade que amo, mas que, quando freqüento, fico em hotel, ou hospedados com amigos. Não tenho apartamento. Meu filho que lá trabalha, vive, mora num pequeno apartamento onde racha as despesas. Não tenho apartamento.

O fato em si é secundário, informo até que do Rio de Janeiro me enviaram certidões negativas de todos os cartórios, que guardei, porque se tiver que fazer provas negativas teria que ter certidões negativas de cinco mil municípios. Então simplesmente guardei.

Um episódio interessante é que uma jornalista chegou à sua colega e disse a ela: "Você sabe que o Deputado Ibsen tem um filho que trabalha aqui?" "Não." "Que mora em apartamento alugado, dividindo despesas." "Não." "Pois se você tivesse circulado por aqui saberia que o Deputado Ibsen não tem nem apartamento de luxo, nem pequeno, nem um barraco no Rio de Janeiro!" E a jornalista que fez a nota respondeu: "Bom, se não tinha, agora tem."

Essa história eu não preciso provar. Nós conhecemos a arrogância com que alguns se comportam. Graças a Deus, as histórias negativas são, infelizmente, consideradas em face do grande, do excepcional papel que a imprensa livre deve produzir no nosso País.

Alguns fatos banais da minha vida, como por exemplo, um pagamento realizado na cidade de Livramento, num jornal vira operação Uruguai, inclusive arrancando do nosso País a cidade de Santana do Livramento e colocando-a do lado de lá da fronteira.

O negócio comum, na vida civil, nem sempre é compreendido. A tentativa de compra de um apartamento, em 90, com o respectivo sinal de arras e o desfazimento do negócio duas semanas depois com a construtora. Refiro-me a isso porque são fatos públicos que podem ser objeto, eventualmente, de exposição, com a construtora Pegoraro, da minha terra, e a devolução que, com muita atenção e cortesia e desnecessidade legal, o empresário fez, duas semanas depois, aparece na movimentação bancária como recursos novos.

Vejam V. Ex^{ts}, como pode um computador ou mesmo uma CPI identificar uma operação dessa natureza que envolve uma conta de terceiro? Você tem um saldo, faz um pagamento, desfaz o negócio, os recursos voltam. Não se enriqueceu nem um tostão!

Mas vejamos V. Ex^{ts} que, no ano de 90, fevereiro, março de 1990, duas semanas significavam 40% de inflação. Então, você paga dois, no caso foram 2 milhões e 100 cruzados e recebe 2.900, Sr. Relator, 2.990. Então, como um computador cruzar 2.100 com 2.900? Como não considerar o recurso novo, os 2.900?

No entanto, patrimonialmente, não houve crescimento, não houve enriquecimento e não é fácil cruzar, porque não decorre da minha própria conta, decorre de uma conta de terceiro. Mas, do ponto de vista do conteúdo econômico, é como se fosse um mero cruzamento, porque é o mesmo valor que circulou em uma outra conta, por uma circunstância negocial perfeitamente compreensível.

Li nos jornais estranhezas que eu tivesse, por exemplo, um cheque administrativo de determinados bancos ou de um banco assim ou assado. Incompreensão porque houvesse um cheque administrativo, li no jornal, do Banco Rural.

Poderei demonstrar a esta Comissão e ao País os fatos da minha vida. Cheguei aqui em 1983, com 48 anos de idade. No meu primeiro mandato tinha 41 anos de idade, caminhando para os 42. Tinha uma vida profissional por trás. Poderia não ser o primeiro escritório de advocacia do Rio Grande, e não o era, mas certamente não era o último.

No jornalismo, integrei com muita honra o primeiro time da expressão e da remuneração. Sou um homem que ganha bem há pelo menos 25 anos: como jornalista, como advogado, e, entre 77 e 83, acumulando essas atividades.

A partir do início dos anos 80, me dediquei, também, um pouco por gosto, a um empreendimento agropecuário, que, nos anos de 87/88 até parte de 89, atingiu o seu auge.

Poderei demonstrar, quando necessário, os investimentos, as operações para produzir aquele patrimônio, o seu crescimento a tal ponto que, entre 87/89 e começo de 90, explorava eu, com um sócio, um empreendimento que se aproximava dos 800 hectares de terra, dos quais 540 próprios e um rebanho de gado bovino e outros capaz de assegurar o povoamento desses campos no município de Butiá, hoje desmembrado já em outros municípios, se não me engano, Minas do Leão.

Esses empreendimentos e esta vida profissional produziram, também, uma poupança de toda a minha vida, que nesta exposição que estou fazendo, com o duplo sentido de expor e também de me expor, quase, diria, uma evisceração, de mostrar, na inteireza, toda a minha vida, preciso também dizer que, nos anos 89 e 90, iniciei o processo de liquidação desse empreendimento, e posso demonstrá-lo com escrituras públicas, inventários e documentos públicos. Para um objetivo e uma circunstância: o objetivo de morar melhor do que eu morava, há 15 anos, num velho apartamento de 30 anos, e uma circunstância, a de enfrentar o ano eleitoral de 90.

Então, iniciei, em 89 e começo de 90, o processo de liquidação, transformando esses recursos em semoventes, em terras, em ativos financeiros, os quais entreguei à guarda do banco que sempre operou, aqui em Brasília, meus investimentos, inclusive, me orientando. Entreguei, convertidos, quase todos, em fundos de aplicação de curto prazo. Tenho documento do Banco do Rio Grande, Sr. Presidente, Sr. Relator, que encaminharei à Comissão, eventualmente, para uso da Subcomissão de Bancos, comprovando estas operações, que não se comprovam por extrato, pela própria natureza dos fundos, dos documentos relativos a fundos de aplicação. E o Banco do Rio Grande os resgatou onde estivessem, fossem quais fossem as instituições financeiras, ou que os tivesse sob custódia, ou que os tivesse emitido. Isto produziu, também, incompreensão, até mesmo na minha cabeça. Até que o assessoramento da auditoria do Banco do Rio Grande e a documentação me pudessem dar meios de compreender esses episódios e compreender, também, o conjunto das minhas contas.

Lembro algo, agora que tenho certeza da lembrança de todos nós: depois da eleição do Sr. Fernando Collor e antes de sua posse, criou-se um clima de medo, de incerteza, de insegurança e, ao final, de histeria, em relação ao que ocorreria com os ativos financeiros. Todos nós, que tivéssemos algo poupado, estávamos intranquilos.

Lembro que a acusação que o ex-Presidente fez a seu oponente acabou sendo cobrada dele próprio, antes da posse. A tal ponto que sua futura Ministra da Economia, já anunciada, compareceu aos meios de divulgação, para dizer que a poupança era intocável. Então, o que fez o poupador Ibsen Pinheiro? Transformou seus fundos de aplicação, desconfiado de que ali viria, pesado, a tributação ou o confisco - e, de fato, isso se confirmou, chegando, segundo avaliações de técnicos, a 50% - e imaginando que a poupança era o agasalho mais adequado, no Banco do Rio Grande, abri seis contas de poupança, com mais uma que tinha, sete. Onde? Na Caixa Econômica Federal, Congresso Nacional, embaixo do gabinete onde trabalhava. Por que a poupança? Porque era intocável. Por que a Caixa? Porque a Caixa é a Caixa. Ali, abri essas seis contas.

Eu quero dizer aos Senhores, agora examinando outro aspecto, a variação cambial deste País, que paga em cruzeiros e pensa em dólar, a variação cambial produz efeitos inimagináveis. Eu me imaginava, Sr. Presidente, proprietário de ativos fixos, que, talvez, avaliasse todos eles em - digamos - 90 a 100 mil dólares. No entanto, houve, também, esta devolução da Construtora Pegoraro, que ocorreu no dia 13 de março. E ficou apreendida, representando 2 milhões e 900 mil cruzados, que se somaram aos seis milhões da Caixa, já então, oito, porque de 21 de fevereiro a 13 de março, os seis se transformaram em oito. Com

os três, digamos, números redondos, da Construtora Pegoraro, 11. Eu imaginava que esses 11 milhões fossem alguma coisa entre 90 e 130 mil dólares. Leio, nos jornais, que esses mesmos valores são considerados 400 mil dólares, 380, 400.

Tenho certeza de que se os tivesse retirado e fosse para o mercado do dólar comprar, eu teria comprado exatamente de 90 a 130. Por quê? Porque o dólar oficial da época era quase um terço, pouco mais de um terço, do dólar paralelo. Se me lembro bem os números, naquele período, andou a variação, o ágio, em 27 o oficial e 65 o paralelo.

Ora, conforme se considere um ou outro valor, é claro que o efeito é completamente distorcido, variando entre 130 e 400, isto é, o triplo quase, conforme aquele valor que se considere.

Hoje mesmo, quando faço uma avaliação, tenho sempre três oportunidades: o valor médio do dólar, o valor do começo do mês, o valor do final do mês, ou, ainda, quando possível obter, do dia preciso.

Lembro também um outro fator que tomou mais perverso esse quadro: o Plano Collor, tendo apreendido os cruzeiros, determinou a aniquilação do mercado paralelo do dólar, porque não havia cruzeiros para comprar dólar; e o dólar teve uma depressão, caindo a um terço na sua cotação do paralelo.

Ora, se se considerar 20 a 25 de março, aqueles cruzados estavam crescendo em dólar. Isso é zero, é papel, é palavra, não é realidade.

O que posso, sim, testemunhar é talvez com o desbloqueio. Na Caixa Econômica, o desbloqueio foi da ordem de 140 a 150 mil dólares, e no Banco do Rio Grande, que tinha 3 milhões sobre 11, na proporção, talvez 40 ou 50 mil dólares.

Digamos, em dólar oficial, que o bloqueio tivesse me apanhado, me abrangido, me alcançado com qualquer coisa entre 200 e 220 mil dólares oficiais. Certamente 80 ou 90 mil dólares, reais, que era o do paralelo.

Pois bem, escutei uma pergunta de rádio, li no jornal, que o pagamento de uma conta de dois milhões de cruzados no dia 13 de março podia significar **inside information**: "o Deputado Ibsen sabia do confisco da poupança".

A pergunta - eu disse ao jornalista -, mais do que insultuosa é idiota. Pois se eu era o Líder da Oposição, que combateu liderando a maior Bancada, e, naquele momento, a própria Oposição na luta contra o confisco da poupança, luta, aliás, que perdemos em plenário, o que justificaria que o Presidente desse uma informação privilegiada a um seu adversário, que cinco dias depois da votação do Plano Cruzado fez o primeiro discurso contundente contra S. Ex.º?

Então, a pergunta não se sustenta pelos próprios fatos da vida. Mas eu poderia também dizer: que sentido haveria em alguém movimentar 2 milhões e 75 mil cruzados no dia 13 de março e deixar na conta 11 milhões de cruzados? Onze milhões de cruzados! Sem falar na circunstância de que eu fazia, naquele dia 13, um pagamento para a cidade brasileira de Santana do Livramento. Não uma exportação de recursos para o exterior, o que de resto também é legal. A Constituição permite a qualquer cidadão sair do País com os seus bens.

Então, vejamos os senhores que era preciso que eu compreendesse todo o andamento dessas coisas. Por isso, não podia depor antes de vir aqui com esses elementos. Por isso, também, a minha compreensão - e suponho que também da Comissão -, para com aqueles que não dispuseram do tempo, não dispuseram da possibilidade de conhecer sua vida e suas contas; daqueles que, talvez até por ansiedade - compreensível -, se ofereceram antes de ter os elementos.

Ao contrário de um processo judicial em que se constitui um advogado e se tem acesso à prova dos autos, no processo político a surpresa é da natureza da rotina.

Por isso, meus colegas, relevem o seu colega ter retardado até este momento, mas compreendam que foi um sinal de respeito, para que não viesse aqui dizer que não sabia aquilo que devia saber. Um sinal de respeito e acatamento à Casa que integro.

A TREVISAN confirmou o que eu sabia e me possibilitará demonstrar onde e quando necessário o que talvez antes eu não tivesse facilidade de fazer.

Os depósitos das minhas contas têm três origens. Três e só três. A Câmara dos Deputados. Inclua aí, nos proventos, uma aposentadoria como jornalista, que vem do INSS. Então, são proventos. Esta é uma origem: proventos. Segunda origem: a movimentação interbancária ou interbancária-agências - a segunda origem de recursos das minhas contas. E a terceira: operações legítimas que posso algumas documentar, outras demonstrar, de venda de patrimônio ou de bens nesse período, desde a venda de um carro velho para comprar um outro melhor. É claro que a compra não aparece numa auditoria de créditos. Aparece a venda, porque auditaram-se os créditos. Se sou repetitivo, perdoem-me. Para mim, esse foi um aprendizado muito recente.

Ora, numa auditoria de créditos, não aparecem às vezes débitos que construíram o crédito. Se se compra um bem em dez prestações e se se vende esse bem dois meses depois, ele poderá aparecer numa conta bancária integralmente. Mas sobre ele pesa o ônus de 80%. Então, não é um fato da vida econômica semelhante ao fato da vida bancária ou financeira.

Apreendi, Sr. Presidente, que o cruzamento é extremamente difícil. Ocorrem circunstâncias as mais singulares. Já tive dificuldade de identificar, por exemplo, um crédito que era de 12 milhões e 500 mil cruzeiros - parece que era coisa de 2 mil dólares, ou três -, porque não encontrava, no dia correspondente, um cheque de outra conta minha no mesmo valor. Foi preciso que o assessor que cuida das minhas contas identificasse no talão de cheques um cheque de treze e, entre parênteses, a anotação de quinhentos - saiu em dinheiro para o Deputado botar no bolso, para ter dinheiro para táxi ou pequenas despesas. Como um

computador vai cruzar doze e quinhentos com treze? Não há computador que atravesse esse teste.

Outras vezes, Srs. Deputados, o saldo devedor - vou dar um exemplo do Banco do Rio Grande do Sul, de Brasília, de quinze em qualquer moeda. O saldo devedor, no Banco de Porto Alegre, de vinte. Afí o Deputado Ibsen Pinheiro orienta seu assessor: "tira do Banco do Brasil". Vem a resposta: "só tem dezessete". "Tira mais dezoito da Caixa". Vejam V.Ex.s: dezessete de um banco, dezoito do outro, compondo um depósito de trinta e cinco para um crédito de quinze aqui e um de vinte lá. Não há computador que cruze isso. Então, ficará, provavelmente, um crédito de quinze sem origem no banco exemplificado; um crédito de vinte sem origem num outro banco identificado.

E os débitos? Bom, os débitos não estão sendo aditados! Então, o débito de dezessete e o débito de dezoito não aparecem. É preciso que o próprio titular da conta participe do processo, para lembrar com a sua assessoria.

Por isso, compreendo eventuais dificuldades que tenha tido a Comissão e não a responsabilizo por vazamentos; compreendo-os como uma deformação do processo. Não imagino, nunca imaginei, que a auditoria que constitui tivesse a intenção de confrontar, derrotar, elidir ou muito menos desacreditar a Instituição que integro, que é esta Casa. Mas era preciso que eu tivesse elementos próprios para compreender as dificuldades da CPI. Não conheço os documentos, eu os conhecerei, Sr. Presidente, mas tenho a certeza de que os cruzamentos da minha conta atingiram nível muito superior aos cruzamentos da CPI, porque fatalmente esses episódios que exemplifiquei não são compreendidos por terceiros. São cruzamentos que têm outro componente que é preciso demonstrar.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse aprendizado me determinou o conhecimento de que movimentação não é aporte de recursos. O aporte de recursos, mesmo novos, não é sinal de patrimônio, nem de enriquecimento.

Vou ao extremo de dizer que se pode descobrir um homicídio numa conta bancária; pode-se descobrir adultério em conta bancária; pode-se descobrir quase tudo em conta bancária; só não se descobre patrimônio; só não se descobre riqueza em conta bancária, embora possa ser indício. No conjunto das circunstâncias funcionando, na harmonia do conjunto das circunstâncias e provas, é evidente que é um indício, significativo em uns casos e irrelevante em outros casos.

Quanto aos efeitos que mascaram, vou encerrar com esses dois exemplos, porque seria cansativo ficar a repetir que as transações às vezes têm duas origens e um destino; uma origem, dois destinos; várias origens, vários cheques e destinos diversos. Todos eles já produziram uma dificuldade muito grande de cruzamento, mas acho que os exemplos que dei são bastante.

Estou pedindo a TREVISAN Auditores que cogitem da hipótese de, dando uma informação sobre previsão de tempo, completar o rastreamento inclusive nos valores pequenos, que por isso mesmo são mais trabalhosos. Talvez eu possa dispô-los e quero isto antes da conclusão dos trabalhos da CPI. Mas afirmo que os elementos disponíveis são bastantes para que eu tenha a compreensão clara das minhas contas, da minha vida econômico-financeira e, especialmente, da movimentação bancária.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproximo-me do encerramento desta manifestação para dizer a V. Ex.s que, uma vez, num momento dramático da vida nacional, afirmei que esta Casa sempre acaba querendo aquilo que o povo quer.

Tive o cuidado de dizer que isto não é uma relação automática aritmética e diária, porque, se o fosse, não precisaríamos das instituições democráticas permanentes. Elas filtram a vontade popular no curso do tempo e da história, elas não fazem a obediência servil à vontade popular, porque a vontade popular não quer esta obediência servil, ela quer a madura reflexão das instituições para que se faça o que ela quer permanentemente e sedimentadamente. Pois esta Casa, o ano passado, fez o que o povo queria e, este ano, vai fazer o que o povo quer. E o povo quer justiça, justiça, no amplo sentido desta expressão.

A justiça é implacável, porque também é a justiça da compreensão e é também a justiça do amor. A justiça que condena, a justiça que absolve; a justiça que inculpa, a justiça que iliba.

E há momentos, Srs. Senadores e Srs. Deputados, em que condenar é fácil. Houve momentos em que o condenado ficou só, e a multidão, contra ele. E era preciso que a multidão escolhesse entre o ladrão e o Filho de Deus; e a multidão fez a sua escolha, registrada e conhecida.

Por isto, há momentos em que o difícil, o amargo, o que exige coragem moral é a absolvição, é o inocentamento, é a liberação. Isto é justiça, outra coisa não é justiça.

Então, compareço perante a minha Casa, perante o povo brasileiro - uma lembrança muito profunda ao povo do Rio Grande, para dizer, neste momento, que confio como nunca na instituição que integro, que aprendi a respeitar e a amar nesses 11 anos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eminente Deputado Ibsen Pinheiro, quero saudá-lo por algumas afirmativas que V. Ex. fez, sobretudo esta última, quando afirma que o povo brasileiro quer justiça. Tenho certeza, Deputado, que não há um só membro desta CPI que não tenha dentro de si essa convicção e este propósito. Poderemos não fazê-lo, primeiro, porque não julgamos, apenas investigamos; e, em segundo lugar, porque somos humanos e, por isso, somos falíveis.

Não tenho dúvida de que todo esforço está sendo feito - e será feito - para que se faça finalmente justiça em relação aos que serão tidos como culpados e em relação aos que serão tidos como inocentes.

A outra afirmativa que me sensibilizou é o ditado popular: "quem não deve não teme". Mas ele não é verdadeiro, porque, às vezes, os que não devem são os mais perseguidos. Na política da minha terra, isso tem acontecido. E eu já tinha aprendido essa lição, mas ela ainda não estava tão bem formulada quanto V. Ex^a o fez agora.

Com essas ressalvas, vou iniciar a minha inquirição, que será breve, porque a parte bancária não ficará com o Relator e sim com os representantes da Subcomissão de Bancos.

Deputado, no dia 09 de novembro de 1991, foi apresentado à Mesa do Senado Federal um requerimento da Comissão Mista de Inquérito Parlamentar, subscrito por número regular regimental, liderado pelas assinaturas de Jaques Wagner, Sandra Starling, Pedro Tonelli, José Genofino, Aloizio Mercadante, Paulo Rocha e assim por diante. Ocorreu que esta Comissão de Inquérito nunca foi instalada. Ela teria o prazo de 120 dias. Passados mais de 120 dias, a Presidência do Senado comunicou ao Plenário daquela Casa que, nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, declarava-se extinta a referida Comissão que não chegara a ser constituída.

Procurando saber a origem dessa estranha dissolução de uma Comissão que não chegou a existir, senão de direito, de fato, encontramos uma ata de reunião conjunta das Mesas do Senado e da Câmara, da qual fez parte V. Ex^a, Presidente da Mesa da Câmara, e fez parte também o Senador Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal. E verifica-se que foi exatamente nessa reunião que se decidiu pela extinção da CPI, que não foi instalada. V. Ex^a tem lembrança desse episódio?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Tenho lembrança. Tenho lembrança porque foi um fato relevante. E posso sobre ele depor com segurança, Sr. Relator.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Pois, não.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sabe V. Ex^a que as CPIs mistas são criadas pelo número regimental de assinaturas, encaminhadas ao Presidente do Senado Federal, que é também o Presidente da Mesa do Congresso Nacional. Consequentemente a competência para as providências administrativas escapava à competência do Presidente da Câmara que eu era. Mas a relevância da matéria, evidentemente, não escapava a minha atenção. Recebendo do Presidente do Senado a comunicação do pedido regular, pelo número de assinaturas, providenciei, Sr. Relator, como era meu dever, como Presidente da Câmara, a composição da representação da Casa que eu presidia. E oficieei aos Partidos Políticos, em data de 26 de março, a todos eles pedindo a indicação dos seus representantes na Comissão. E essas respostas vieram parceladamente, como é comum, entre 1^a de abril - primeiro foi o Deputado José Serra, do PSDB - e 12 de maio, sendo o último o Deputado Luís Eduardo, do PFL. Aqui estão as indicações dos partidos. Deveria eu, então, relacionar esses nomes todos - o que fiz - para encaminhar ao Presidente do Senado, para que S. Ex^a pudesse instalar a Comissão, conforme o requerimento regular.

Ocorreu que, a 11 de maio, véspera da data em que me chegaram todos os nomes, houve a reunião a que se refere V. Ex^a. Essa reunião realizou-se no Gabinete do Presidente do Senado e teve a presença dos membros - eu diria das três Mesas -, porque a Mesa do Senado e a da Câmara compõem, com representação alternada, a Mesa do Congresso Nacional. Foi, aliás, uma das muitas contribuições do inesquecível Ulysses Guimarães com o texto constitucional. Ele, por apreço a sua Casa, incluiu-o na administração conjunta, porque antes era só a Mesa do Senado. A partir da Constituição de 1988, a Mesa do Congresso compõem-se do Presidente do Senado, Vice-Presidente da Câmara - 1^o Vice -, depois o 2^o Vice-Presidente do Senado, depois o 1^o Secretário da Câmara. Vejam V. Ex^a que o Presidente da Câmara não integra a Mesa do Congresso, talvez porque se compense, sendo o primeiro da linha sucessória dentro da Casa.

Reunidas as duas mesas, com o objetivo administrativo de avaliar todas as Comissões que estavam pendentes - e eu passaria às mãos de V. Ex^a, talvez V. Ex^a tenha a ata dessa reunião. Lá estavam, e aqui estão elencados, os membros das duas mesas - as diversas Comissões foram avaliadas. E em alguns casos entendeu-se que havia a competência da Comissão Permanente de uma das Casas para averiguar aquele fato, antes de instalar sua CPI. Isso porque uma CPI, de acordo com o Regimento da Câmara, só se instala automaticamente até o número de cinco. Quanto ao Senado, desconheço a existência de alguma limitação. Quanto ao Congresso, não há essa limitação. Mas há a limitação física, especialmente quanto ao número de Senadores. Isso porque, em dado momento, os Senadores, que são relativamente poucos, ficam assoberbados. Número de servidores para apoiar a CPI e até mesmo instalação física.

Por esta razão, numa reunião administrativa das duas Mesas, foram definidas algumas prioridades. Depois de várias - estão aqui na ata - e de outras muitas que se seguiram depois, chegamos a uma altura em que se diz o seguinte:

Requerimento nº 804/81, do Deputado Jaques Wagner, destinado a apurar os fatos noticiados pelos principais órgãos de imprensa do País que tentaram denunciar procedimentos irregulares graves, ocorridos com recursos públicos, na Comissão de Orçamento.

Decisão: avocado para exame da Mesa do Congresso Nacional, por se tratar de matéria da sua competência.

Então, qualquer outra atitude do Presidente da Câmara seria uma invasão de competência. Com relação à parte que me competia, ou seja, compor a representação da

Câmara, relacionar os nomes para enviá-los ao Presidente, isso o Presidente da Câmara fez e era o que lhe competia.

Passo os documentos à Mesa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se for a ata, eu a tenho.

O SR. IBSEN PINHEIRO - A ata e os ofícios.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Os ofícios, não.

O SR. IBSEN PINHEIRO - São os ofícios que procurei cumprir. O único ofício que não está assinado, Sr. Presidente, e que eu o trouxe como um indício de convicção, é o que está encaminhando ao Presidente do Senado a relação dos nomes. Isso porque a data é posterior à ata.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sei se quando argüi V. Exª eu declarei, e o Plenário tomou conhecimento, de que esse requerimento era para a instalação de uma CPI semelhante a esta. Não sei se isso ficou claro.

Sr. Deputado, quando aqui veio depor o eminente Deputado Genebaldo Correia, indaguei de S. Exª a respeito de três cheques que ele havia emitido em favor de V. Exª, em 28 de junho de 1989 - os três têm a mesma data. Um no valor de 30 mil, outro no valor de 20 mil e outro no valor de 1.926,37 cruzeiros. Indagado a respeito das razões dessas ordens de pagamento, ele afirmou que se tratava de um contrato de compra e venda de uma caminhonete que V. Exª estava vendendo para ele e que seria utilizada em sua campanha eleitoral.

Informando que o negócio fora desfeito, ele não soube, naquele momento, dizer quando fora desfeito, de que forma havia recebido a devolução do dinheiro e se tinha ou não algum documento que pudesse comprovar o desfazimento do negócio.

V. Exª teria condições de esclarecer esse aspecto que não ficou claro?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Vou depor do que sei, Sr. Relator. Três cheques é algo que... Quem recebe os cheques certamente não valoriza. Se os cheques são da emissão e correspondem no total, quem recebe os cheques não tem por que valorizar... E eu soube, até pela leitura dos depoimentos, que o Deputado Genebaldo deu uma explicação que me pareceu singela e clara a respeito. Imaginava ele não ter no dia 28, data da emissão, talvez os fundos necessários; então dividiu, um cheque maior e outro menor, para permitir que me impedisse o depósito de um deles. Quanto ao terceiro cheque, trata-se da correção da taxa de inflação entre o acerto do negócio e a sua realização no dia do pagamento.

Cercamos esse negócio naquele mínimo de cautela que as pessoas de convivência próxima adotam, quando as adotam, porque às vezes nem as adotam. Compramos e vendemos carro com endosso em branco, correndo o risco de que o endossatário final possa até desabonar o nome do inicial e não se conhecerem. Assim, com as cautelas mínimas, o que fizemos? Um recibo rascunhado por mim, de próprio punho, entregue na hora ao Deputado Genebaldo e um cheque nominal. O mínimo de segurança para ele que pagava.

Desfeito o negócio, por razões que já me referi publicamente, mas posso rapidamente repetir, eu só fui receber esta camioneta na segunda quinzena de setembro, através de um consórcio. E ela já estava contratada a sua adaptação, com cabine dupla, no interior do Rio Grande, perto do município de Caxias, onde esse serviço se faz com grande qualidade. E a entrega acabou ocorrendo, para minhas mãos, apenas lá para outubro. Poderei precisar a data - não tenho aqui de memória - só lá para outubro.

Então, o Deputado Genebaldo, muito antes disso, provavelmente em julho ou agosto, me propos que desfizéssemos o negócio. Desfizemos o negócio. Agora, veja V. Exª que o desfazimento não precisa cautela nenhuma, se os direitos se extinguem. A exigibilidade de qualquer comportamento se esgota.

E nós próprios, até por um mecanismo psicológico, nos livramos de papéis desnecessários porque a vida nos impõe guardar tantos papéis, que quando um se torna desnecessário queremos tirá-lo do nosso horizonte. Então, a destruição do recibo devolvido era mais do que natural. E o pagamento, o meio de pagamento, provavelmente, com cheque ao portador, era perfeitamente natural.

Digo a V. Exª que em atenção à CPI, encomendei à TREVISAN o rastreamento das minhas contas de valores que pudessem ser compatíveis com a correção devida, porque a inflação determinava. Recebi a informação de que é possível encontrar probabilidade em alguns débitos nas minhas contas. Mas, veja V. Exª que auditoria é dos créditos, não dos débitos. Então, é uma primeira dificuldade.

Uma segunda dificuldade é que a evidência, quando ocorre transferência por cheque ao portador, de uma conta para outra, a prova é só possível se for ao portador com o cruzamento. E eu, naturalmente, não tenho acesso às contas de terceiros. Claro que só um cheque nominal poderia dar a indicação precisa. Então, o cheque nominal não foi dado, e aliás isso me ocorrerá na lembrança, que o cheque nominal não foi dado. Sendo cheque ao portador, só o cruzamento, havendo, ainda, a dose de insegurança, porque cheque ao portador às vezes se passa para terceiros, às vezes se desconta em dinheiro.

Então, Sr. Relator, estou falando sob o compromisso de falar a verdade, e aquela que conheço. Por isso, eu diria que há uma probabilidade forte, inclusive, de que

posso adiante localizar e, se o fizer, tempestivamente trarei à esta Comissão. Não tendo essa afirmação, prefiro que o fato tenha a imprecisão de contorno que tem os fatos da vida comum. Quando se age maliciosamente, certamente, se cercam os fatos de todas as cautelas, garantias e registros públicos.

Os fatos da vida civil, especialmente na convivência entre um Deputado, que é Líder da Bancada, e o seu 1º Vice-Líder, de anos, se cercam das cautelas mínimas. Até se não estou enganado, exigidas mais por quem paga do que por quem recebe.

Sr. Relator, se a resposta não pode ser mais cabal, ou tão cabal quanto aquela que é documental, é porque os fatos da vida ocorrem com essas singelezas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, eu disse que não ia fazer indagações da conta bancária, mas há uma pergunta que devo fazer até para orientação das futuras inquirições. Pelo que ouvimos de V. Exª, essas conclusões do levantamento feito pela Subcomissão de Bancos, com apoio do PRODASEN, e que conclui por uma existência de créditos ao longo dos anos que vão de 1989 a 1993, no montante de 2 milhões e 313 mil dólares. V. Exª contesta?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado Roberto Magalhães, eu não tive acesso ao documento, à movimentação, e a minha auditoria teve um outro escopo, não foi o escopo da busca da movimentação.

Como eu disse a V. Exª, não acho que ela tenha relevância para que nós gastássemos esforço em algo que é secundário.

Então, não posso confirmá-la, mas não tenho nem razões para contestá-la. O escopo da auditoria que constituí é diverso, e digo a V. Exª que não pedi a soma da movimentação. Não pedi a soma da movimentação.

Imagino que se esses dois milhões e trezentos estivessem disponíveis hoje e eu os trocasse de banco, eles viravam quatro milhões e seiscentos. Só pelo fato. Digo até que os meus subsídios na Câmara tenham uma representação dobrada, porque saem no mesmo dia do Banco do Brasil para o Banco do Rio Grande, que é onde pago as minhas contas em movimento.

Por isso, Deputado, não tenho nem meios, nem a intenção, nem vejo significado para mim na contestação ou na confirmação da movimentação financeira.

O que, sim, me preocupou foi aquilo que possa ser recurso real com a origem. O escopo da Auditoria TREVISAN foi a localização da origem, porque um cruzeiro sem origem preocupa, agora um bilhão com origem é um fato normal na vida de quem tem a vida de um bilhão, conforme as posses de cada um.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, dou-me por satisfeito, protestando por, se for o caso, nova inquirição ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Vice-Presidente se deseja fazer inquirição.

O SR. ODACIR KLEIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, vamos passar à fase da inquirição.

Seria absolutamente dispensável que lembrasse estamos numa Casa política e que o traço marcante desta Casa é a polidez no trato recíproco.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Deputado Ibsen Pinheiro:

As investigações a que esta CPI está procedendo demonstram a atuação irregular de vários membros do Congresso, com provas substanciais de enriquecimento ilícito.

Esta Comissão já tem a evidência da existência de um núcleo de poder que tinha domínio das decisões que se tomavam na Comissão de Orçamento nos últimos cinco anos. Para que isso tenha sido possível, certamente foi necessário o envolvimento em algum grau, a convivência das Lideranças dos maiores partidos do Congresso na sustentação política daqueles que se envolveram utilizando-se de postos-chaves de decisão na Comissão de Orçamento.

É fato que V. Exª nunca participou da Comissão de Orçamento, mas como Líder do PMDB, em 1989, indicou para as sub-relatorias mais importantes da Comissão os Deputados Genebaldo Correia, Cid Carvalho, Manoel Moreira, José Geraldo Ribeiro, entre outros. Esses Deputados, juntamente com o Deputado João Alves, são considerados hoje pivôs deste núcleo de poder contra os quais a CPI reúne provas bastante concretas de desvio de recursos públicos.

V. Exª considerava esses representantes de seu partido os mais recomendáveis, inclusive sob o aspecto ético, para desempenhar essas funções, ou àquela época V. Exª não tinha idéia alguma do que hoje é do conhecimento desta CPI?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Senador Eduardo Suplicy, muitas das conclusões da pergunta de V. Exª são procedentes, mas algumas delas eu gostaria de ou pôr um reparo ou um acréscimo. Primeiro, no tempo. O domínio de grupos na Comissão de Orçamento, tenho a impressão que tem a idade da Comissão de Orçamento. Pode ter havido variação nos grupos. Acho que, se for ao Parlamento da Inglaterra, talvez haja muita semelhança com o domínio de grupos, porque é a lei de meios, em condições democráticas normais, a lei mais importante de um parlamento. É natural que os interesses políticos convivam para ela e que se constituam em torno dela relações de poder muito específicas.

Lembro que aqui, quem sabe por 15 ou 20 anos, funcionou durante muito tempo um mecanismo de poder imutável. Durante 15 ou 20 anos, o Presidente era de um partido do Senado e o relator do outro partido da Câmara, e, no ano seguinte, trocava-se, mantendo-se as mesmas pessoas e as mesmas bancadas.

Quando assumi a liderança do PMDB na Câmara, percebi que nesse mecanismo, a bancada maior da Casa, que é a bancada de Deputados do PMDB da Câmara, nunca indicaria nem o Presidente e nem o Relator, porque quando fosse a vez da Câmara, seria a vez do PFL; quando era a vez do PMDB, seria a vez do Senado. Então, o Deputado José Lourenço, Líder do PFL, e eu, lideramos uma disputa na Câmara; eu com o apoio e com a participação firme do Líder do PMDB no Senado, Senador Ronan Tito, e naturalmente o Deputado José Lourenço com o apoio do seu Líder no Senado, cujo nome não me lembro no momento.

Tivemos uma disputa que foi para o voto. Meu candidato para aquela Comissão, Deputado Roberto Rollemberg, está aqui presente, mas ocorreu que depois do convite que lhe fiz, o Governador de São Paulo convocou-o para a Secretaria do Estado.

Então, pareceu uma outra candidatura, Deputado Cid Carvalho, que foi o candidato do PMDB e das, eu ia dizer das oposições, mas não sei em 89 quem era Governo e quem era Oposição, nesse momento, para o Governo Sarney. Então, os partidos aí divergiram, os partidos que eram, ao mesmo tempo, Governo e Oposição.

Tivemos essa disputa, Sr. Deputado, e alterou-se a composição. Indiquei, como Líder, membros novos: os que já eram membros de modo geral foram confirmados, e os mais antigos foram indicados pelos Líderes anteriores, inclusive pessoas referidas por V. Ex^a. E as minhas indicações tiveram como origem, no geral, as bancadas regionais. Porque se faz com a Comissão de Orçamento um sistema de cotas, na Câmara, pelo menos: distribui-se as cotas por partido e no partido por região. Então, a bancada de Minas que era a maior, tinha o maior número, a bancada paulista, gaúcha, goiana, assim até que chegou a bancada que vai indicar um suplente. Então, a responsabilidade do Líder é diluída, e a do Presidente da Câmara nenhuma, a não ser como parlamentar, porque aí todos somos responsáveis por tudo o que acontece aqui, em maior ou menor grau. Mas o Presidente da Câmara, ao contrário do que disse V. Ex^a, não indica Relatores, quem indica Relatores não é nem o Líder, é o Presidente da Comissão e o Relator-Geral, num acordo de partidos, dentro da Comissão. Lá dentro da Comissão, os partidos, através da Presidência e da Relatoria, distribuem-se os postos, inclusive, o partido de V. Ex^a, que pode ter uma responsabilidade menor numericamente, mas que tenha a mesma responsabilidade política da participação, é claro.

Então, Deputado, a minha participação pessoal é tão reduzida quanto era grande o meu desinteresse nessa matéria.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Deputado Ibsen Pinheiro, houve uma decisão importante tomada por V. Ex^a, pelo então Presidente do Senado, Senador Mauro Benevides, que afetou diretamente os trabalhos da Comissão de Orçamento. Refiro-me ao ato assinado em 25 de novembro de 91, que criou um grupo de trabalho especial para o assessoramento do Relator, coordenado pelo Sr. Antônio Cipriano Lira, pessoa de reconhecida relação de amizade com o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Foi exatamente nesse Orçamento que ocorreram os fatos mais relevantes de irregularidades e que é considerado o principal objeto de averiguação desta CPI. Sabemos da importância da CPI na realização dos trabalhos, principalmente daqueles onde o controle da informação é fundamental.

O que pesava sobre as assessorias especializadas das duas Casas, que justificavam a criação de um grupo seletivo de técnicos para o apoio ao Relator-Geral, sabemos que essa era uma solicitação do Presidente e do Relator-Geral da Comissão de Orçamento. Nós sabemos também que aquela época já eram correntes as suspeitas que pairavam sobre a Comissão.

Não teria V. Ex^a acatado prontamente uma solicitação que contribuiu para que nesse Orçamento se encontrasse os exemplos tão contundentes de irregularidades? A atitude mais correta não seria uma ação saneadora com relação às evidências de manipulação indevida de verbas pela Comissão?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Senador Supply, eu imaginei sempre a função de um Presidente de uma Casa como a nossa, a Câmara, ou esta aqui, o Presidente construir uma síntese entre a sua autoridade e a autoridade política dos partidos que integram a Casa. Algo sem o outro não funcionaria. Nem o Presidente governará contra os partidos e nem os partidos liderarão sem a Mesa da Casa.

Fui aquele que nomeou o servidor que liderava esse grupo referido por V. Ex^a, e vou dispensar de referir as datas, não contesto as datas, são rigorosamente verdadeiras. O servidor Roberval...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Era a minha próxima pergunta.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Ah, V. Ex^a está perguntando a respeito de qual, então? Desculpe-me V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu também aproveito para pedir que V. Ex^a explique o remanejamento do Sr. Roberval Batista de Jesus da Comissão de Orçamento, porque eu havia perguntado sobre a decisão relativa ao Sr. Antônio Cipriano Lira.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Senador, comecei exatamente pelo chefe da assessoria porque a ele é que estava vinculada a condução dos trabalhos da assessoria relativamente à Câmara. É importante observar que o Presidente da Câmara não nomeia e nem destitui na Comissão de Orçamento. As pessoas referidas eram assessores do Presidente da Câmara junto à Comissão de Orçamento, e o serviço que deveriam prestar era ao Presidente da Câmara e à Comissão de Orçamento. Mas, são representantes do Presidente da Câmara. Ao contrário, o Presidente do Senado, sendo o Presidente do Congresso, nomeia e destitui os servidores que prestam serviços à Comissão de Orçamento.

Então, eu começo respondendo relativamente aos três assessores do Presidente. Se não for completo V. Ex^a, naturalmente, acrescentará outra pergunta.

O servidor Roberval Batista de Jesus, do qual sempre tive a melhor impressão, a melhor opinião, foi por mim designado em março de 1991. Ocorreu que em julho de 1991, mesmo ano, estabeleceu-se um conflito entre a direção da Comissão e a assessoria. Eu não pude, e não achei que fosse do meu dever, decidir o conflito pelo seu mérito, porque não sou, não era, como Presidente, o administrador da Comissão. E recebi um ofício do Presidente Ronaldo Aragão, então Presidente da Comissão, manifestando a sua insatisfação com esse conflito e pedindo a substituição, em face do que apontava como desfavorável ao bom andamento dos trabalhos.

Fiz a substituição com naturalidade, em ato de rotina, que, à época, nem sequer marcou minhas lembranças da minha atuação na Presidência.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Poderia apenas lembrar se foi a pedido do Presidente da Comissão, Deputado João Alves, ou do Líder do PMDB ou de qual pessoa que foi feito o afastamento do Sr. Roberval?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não. Foi um ofício, que posso encaminhar à Comissão, do Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Aragão, manifestando queixas que não reproduzo publicamente, porque não posso afiançar a procedência nem tenho por que expor o servidor a um questionamento que, de resto, não está nem comprovado nem nada. O fato de ter havido um conflito entre a direção da Comissão e um assessor me levou a prestigiar o Presidente da Comissão, sem qualquer julgamento do mérito do conflito.

Isso ocorreu - não sei se adiante -, em relação ao servidor substituto, José Roberto Nasser.

O servidor José Roberto Nasser, então nomeado, logo depois desse episódio, também adiante, já em agosto, teve a sua substituição pedida, já então pelo novo Presidente da Comissão, Deputado Messias Góis, porque aí nós estamos no ano de 1992. E o Presidente da Câmara adotou o mesmo comportamento, o mesmo comportamento. Não julgou, continua tendo do servidor a impressão adequada, do servidor dedicado e competente, e fez a substituição, nomeando o atual assessor, se não estou enganado, se não tem algum fato mais recente, Francisco de Paula Schettini, nomeado por mim em 16 de setembro de 1992, segundo minhas anotações, e que, segundo creio, continua exercendo as suas funções.

Nunca participei não só da Comissão de Orçamento, como dos seus inúmeros conflitos de interesses, no geral legítimos, no geral legítimos! Até digo - repito a V. Ex^a -, até por falta de gosto, do que não me orgulho, não! Devia cuidar do Orçamento tanto quanto cuido da política, ou do partido, ou da instituição republicana, dos aspectos institucionais, mas não tenho gosto, como muitos aqui. Não tenho!

Então, Senador Supply, o que fiz foi preservar o Presidente da Comissão nos dois episódios sem avaliar o conteúdo do conflito.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Minha última pergunta, Sr. Presidente. Deputado Ibsen Pinheiro, o art. 54 da Constituição estabelece:

Art. 54. Os Deputados e os Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com a pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;"

Pergunto a V. Ex^a: como Presidente que foi da Câmara dos Deputados, Deputado Federal há onze anos, que atitude tomaria como Presidente? Que atitude recomenda hoje à CPI, aos membros desta Casa, diante da informação de que alguns parlamentares obtiveram empréstimos junto às instituições de crédito oficiais, em termos que não são propriamente de cláusulas universais, como junto ao BANESPA, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal? Que atitude V. Ex^a recomenda?

Eu agradeço, inclusive, se V. Ex^a puder preceder esta recomendação que peço de uma informação precisa, se porventura V. Ex^a, em algum momento, como Deputado, obteve junto à instituição oficial de crédito qualquer empréstimo com cláusula não uniforme. Não tenho informação de que isso tenha ocorrido, mas avalio que seria importante que V. Ex^a, inclusive, desse essa informação, para que, com maior liberdade, possa opinar sobre isto. V. Ex^a sabe que qualquer um de nós aqui estamos hoje na difícil situação de fazer recomendações ao Plenário da Câmara e do Senado sobre o procedimento de nossos colegas.

Então, claro que V. Ex^a está na situação difícil, mas é a mesma que todos nós estamos. Diante de uma informação como essa: qual a recomendação que tem V. Ex^a sobre o que deve fazer esta CPI e o Congresso Nacional?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Supply, como essa pergunta de V. Ex^a é de ordem pessoal e não articulada exatamente com esse objetivo, o depoente fica livre de respondê-la.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu peço ao Senador licença para começar pelo final, quando ele pergunta se alguma vez, já como representante popular, firmei qualquer contrato que não tenha sido com cláusulas uniformes com o Poder Público em qualquer nível. Respondo: não. Jamais assinei algum contrato que não tenha sido com cláusulas uniformes. Aliás, os contratos que eventualmente assinei são todos impressos, apenas o que muda é o nome, o CPF, o endereço e, eventualmente, o objeto.

Então, esta pergunta eu me sinto no dever de responder, embora ela não seja rigor objeto da investigação parlamentar, mas eu colho a oportunidade de responder que, pessoalmente, não, jamais fiz qualquer contrato que não seja obedecendo a cláusulas-padrão:

compra de telefone, Sistema Financeiro da Habitação, essas coisas comuns na vida do cidadão que não são vedadas ao parlamentar.

Agora, peço licença a V. Exª para não cometer o ato pretencioso de recomendar à CPI um comportamento. E, por isso mesmo, não emiti um juízo sobre eventual prática, porque se estivéssemos falando em tese, Senador, eu até aproveitaria o exercício com V. Exª para manifestar um juízo. Mas ele pode ser interpretado como uma opinião relativa a pessoas determinadas. E eu não tenho os elementos para fazer qualquer juízo. Por isso, peço a Comissão que compreenda o meu silêncio nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Fernando Freire. Oh, Perdão! Antes o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Ibsen Pinheiro, acho que exatamente V. Exª é que tem, melhor do que qualquer outro, a exata compreensão das dificuldades que vivemos e das responsabilidades que temos no cumprimento do nosso dever, sentado desse lado nesta sala.

Pena que até isto, apesar das dificuldades, nos deixa mais tranqüilo no diálogo com V. Exª, pela exata compreensão que, certamente, V. Exª tem das nossas responsabilidades.

V. Exª tocou na questão das movimentações financeiras, que é o centro da sua exposição e, aliás, é o centro de todo o questionamento que paira com relação a V. Exª. V. Exª revelou o período e preocupou-se em já, na sua exposição, em revelar o período mais problemático de qualquer exame, mesmo a olho nu, que é o da sua movimentação financeira com relação ao final de 1989 e início de 1990.

V. Exª disse que nesse período optou pela venda de bens de raiz, bens imóveis ou outros bens e optou por aplicações financeiras. Depois, em seguida, fez a observação de que, considerando a situação do País naquele momento, final de 1989, após a vitória de Collor, e o que fez Collor com as poupanças e com os depósitos financeiros, levando o País à histeria, evidentemente, do ponto de vista da recomendação de orientadores financeiros, vender bens de raiz e fazer depósitos sujeitos à eventual sanha do Governante não seria o melhor caminho.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Aprendi isso, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pois é. Naquele período, infelizmente, nossa resistência ao confisco da poupança e às privatizações não contou com o apoio da maioria e nos deixou - o PDT e outros partidos - meio isolados. Infelizmente, o PMDB e o PSDB apoiaram o programa inicial com algumas modificações.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Na poupança, convergimos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente. V. Exª disse que comprovará a esta CPI as questões mais concretas.

Todavia, Deputado, não podemos sair daqui sem o mínimo de concretude sobre algumas questões. Pediria a colaboração de V. Exª. Vamos revelar alguns detalhes, tanto quanto possível, tanto quanto V. Exª dispuser de elementos.

O período realmente problemático começa com a movimentação de crédito em dezembro de 1989, um pouco mais de 70 mil dólares. Aliás, quero dizer aqui que, realmente, a conversão do dólar em cruzeiro é difícil. Gostaria de dizer os valores em nossa moeda, mas será difícil compreendermos o que significava tantos cruzeiros em 1989 e 1990.

De maneira que começo me expressando em dólares. Em dezembro de 1989, um pouco mais de 70 mil dólares; em janeiro de 1990, 198 mil dólares, quase 200 mil dólares; em fevereiro de 1990, 399 mil dólares, quase 400 mil dólares; em março, 55 mil dólares. Depois, entra-se num período de normalidade, até abril de 1991, com o crédito de 187 mil dólares. Depois, outro em outubro, de 65 mil dólares; em novembro de 1991, 70 mil dólares; em dezembro de 1991, 53 mil dólares. Depois, vem 1992: em fevereiro, 55 mil dólares; em março, 92 mil dólares; em agosto, 54 mil dólares; em setembro, 61 mil dólares.

Depois, a conta de V. Exª adquire normalidade. Nós também compreendemos que, a partir do desbloqueio - V. Exª tinha, realmente, aplicações bloqueadas -, que aconteceu em agosto de 1991, a movimentação financeira de V. Exª tem um acréscimo que, compreendemos, pois, após 12 meses, houve o desbloqueio de suas aplicações financeiras.

Mas, fora daí, há uma normalidade de movimentação, mas evidente que acima dos vencimentos parlamentares. V. Exª revelou que, além dos vencimentos parlamentares, tem uma aposentadoria de jornalista.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas é muito pequena.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Confesso que tinha levado, na minha consideração, vencimentos de Promotor de Justiça.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu não os recebo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não os recebeu durante o exercício parlamentar?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não. Optei pelo subsídio de parlamentar, embora pudesse ter-me aposentado, porque tenho tempo de serviço público para fazê-lo. Mas, espero - quem sabe - um dia ainda voltar a trabalhar no Ministério Público na ativa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado Ibsen Pinheiro, agora esses períodos de anormalidade, sobre os quais seria importante obter alguma informação mais concreta, a movimentação financeira de V. Exª tem regularidade, mas um pouco acima da média. Gostaria também, além dos períodos de anormalidade, de receber um comentário de V. Exª sobre essa elevação da movimentação financeira - com certa regularidade, mas algo acima da remuneração parlamentar.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado Vivaldo Barbosa, saiba que eu compreendo, quando V. Ex^a diz que a vida pública nos impõe estarmos em posições aparentemente opostas, mas compreendo que cada um de nós, nosso dever, tenho plena consciência, nós que tantas vezes, tantas vezes V. Ex^a e eu, como líderes, divergimos, às vezes, profundamente, mas soubemos, também, conviver e convergir quando foi necessário.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Claro.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado Vivaldo Barbosa, afirmei, e poderei demonstrar, que o ano de 89/90 marcou a liquidação de bens de raiz e transformação em ativos financeiros.

Posso demonstrar por escrituras públicas de venda, por documentação de venda de semoventes e, também, por declaração, documentos do Banco do Rio Grande relativos aos depósitos referidos por V. Ex^a.

Vou encaminhar à Comissão esse documento. Peço o desentranhe da pasta porque ali estão indicados os depósitos.

Mas faço um alerta a V. Ex^a: esses depósitos têm um certo fluxo, mas somá-los não significa, necessariamente, obter no resultado o total de recursos, porque, pelo tempo decorrido, muitas vezes com os recursos depositados em sua conta você compra outros ativos, físicos ou financeiros, que se acabam transformando em novos depósitos.

Então, a soma pura e simples, a soma aritmética de depósitos não quer dizer que no depósito posterior não esteja embutida parte de um depósito anterior.

Então, o saldo mais elevado daquele período, que foi de 9 milhões de cruzados, pode ser o indicador mais preciso do que a simples relação dos depósitos.

Trezentos milhões de cruzados novos representam, conforme o parâmetro que se pegue, 320, 340 mil dólares, oficiais, ou um terço disso - 110 - de dólares no paralelo.

Esses recursos, em cruzados, irrigaram minhas contas-poupança na Caixa Econômica Federal, onde apliquei quase tudo entre 21 de fevereiro e 09 de março.

A partir de agosto de 91, o desbloqueio passou a ser, também, mais uma vez, em dólar oficial, da ordem de 20 mil mensais, em dólar oficial.

Pois bem, isso irrigou as minhas contas, dando-lhes volume.

Além disso, acresce que, em abril de 91, se não me engano a 22 ou 23 de abril de 91, vendi a última parcela de gleba da propriedade rural que tinha.

Vendi, mais uma vez, a uma empresa do Rio Grande, de reflorestamento, por 170 mil dólares - 169 ou 172, ou 180, dependendo do dólar que se pegar.

Eu diria a V. Ex^a, com anotações que posso demonstrar, mas para dar um resumo, aquilo que recebi, que venci, que tive como recursos dentro desta legislatura, que é o tempo que agora V. Ex^a aborda - 91/92.

A liberação da poupança, em dólar oficial, incluindo o Banco do Rio Grande, terá sido da ordem de US\$ 240 mil, de agosto de 91 a julho ou agosto de 92.

São 240 mil dólares, ao que se acrescentam 170 mil da fazenda de Butiá - 170 mil dólares.

Proventos e diárias, em três anos, não é exagero calcular em 200 mil dólares, já que, nos cinco anos, o cálculo é de 400, cálculo que tenho lido, que é o da CPI, e cálculo... São uns 350 ou 360 de subsídios, mais diárias que ocorrem com relativa frequência, e até posso incluir proventos da aposentadoria, embora muito pequenos.

Mas US\$ 200 mil dólares de 91 para cá, em três anos, de proventos é um cálculo seguro, senão modesto.

Poupei durante cinco anos um consórcio, que acabou sendo sorteado quando eu estava na Presidência da Câmara. Tendo carros oficiais, preferi receber o dinheiro - 22 mil dólares.

Outros veículos na troca, porque aparece, mais uma vez, eu repito, aparece o ingresso, a saída não aparece. Na troca de um veículo, aparece a venda de um - 25 mil dólares.

Deputado, eu chego, aqui, a um total, quase que de cabeça, de 657 mil dólares, nesta legislatura. Nesta legislatura.

Não sou abonado como os mais ricos desta Casa. Certamente, não estou nem na média, mas, certamente, não estou no piso, porque tive uma vida profissional antes de ser um parlamentar.

E por que a movimentação, Deputado? Porque esses 657 mil dólares - pode haver uma imprecisão na informação porque estou fazendo a conta de cabeça - foram consumidos integralmente; eles não estão mais nas minhas posses. Por quê? Porque aprendi a lição que V. Ex^a lembrava: transformei ativos fixos, bens de raiz, em ativos financeiros. Fui bloqueado pesadamente. Pois resolvi fazer o caminho inverso.

Comprei, em 91, na planta, o apartamento que tentara comprar em 90. A partir de abril e de agosto, com os recursos da venda do campo e com o desbloqueio, comecei a antecipar prestações, porque eram corrigidas pelo BTNF, o que, como todos sabem, era um corretor negativo para o devedor. Então, isto determinou obras no apartamento que comprei na planta. E obra significa uma quantidade imensa de pequenos pagamentos que crescem na movimentação; pagamentos feitos em Porto Alegre, movimentados a partir da Caixa Econômica, a partir do Banco do Rio Grande, em Brasília. Então, a movimentação, no tempo do consumo, é maior que a movimentação no tempo da poupança, ou congelada, ou rendendo normalmente.

Ora, acrescentando-se ainda, Deputado, 35% de inflação ao mês, veja o volume de zeros que isto dá!

Vamos fazer o raciocínio em dólar, que é a moeda corrente nas conversas; pelo menos, com o efeito perverso: quem tiver 100 mil dólares na poupança, o equivalente, num mês tem um rendimento equivalente a 35 mil dólares; mas isto é papel! O rendimento em dólar ou em moeda forte é de meio por cento. No entanto, na conta fotografada em um mês, aparece um ingresso equivalente a 35 mil dólares. E às vezes aparece e não fica, sai parte, o que dificulta a identificação.

O volume cresce com a movimentação, e a movimentação cresce com o consumo; o aporte de recursos reais, significando patrimônio efetivo.

Olha, Deputado, estou sob juramento, mas não estou proibido de fazer uma especulação, sem poder afirmá-la com segurança: acho que, no meu caso, recurso é algo que caminha entre 1/3 e 1/2, ou pouco menos, da movimentação. Não juro por esta afirmação, mas é uma especulação que faço. É algo que caminha entre 1/3 e 1/2, ou um pouco menos, da movimentação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo Barbosa, já ultrapassamos cinco minutos do prazo que lhe é deferido.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, fiz uma questão só.

Vou-me permitir levar à consideração de V. Ex^a, já que o Relator nos transferiu a incumbência de obter mais detalhes. Tenho a impressão de que, se ficarmos restritos ao tempo regulamentar, não atingiremos essa tarefa e, realmente, o nosso trabalho não será produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas o malogro de todas as reuniões é o precedente!

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não seria porque houve uma transferência do tempo do Relator para nós, Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão, Sr. Presidente, não tenho essa autoridade. Apenas declarei que eu não iria arguir o depoente a respeito da conta bancária porque integrantes da Subcomissão de Bancos o fariam.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente, é o que estamos tentando fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Combinamos, na última reunião interna, que todos iriam seguir aqui o prazo correto, pois há 27 interpelantes.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Já vou concluir, Sr. Presidente.

O Deputado Ibsen Pinheiro fez realmente os cálculos sem seguir o método que seguimos - porque calculamos desde 89 para cá. Isso traz ainda apenas algumas dificuldades, mas não é o mais relevante. O relevante é que o Deputado confirma que a liberação da poupança atingiu, mais ou menos, 240 mil dólares.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Oficiais.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como houve perda, segundo se estima - até me recordeo do lamento do Antônio Ermírio de Moraes, na outra CPI, quando disse que teve bloqueados 500 milhões e que só foram liberados 300 e poucos milhões, ou seja, houve uma perda de mais ou menos 1/3. Com isso, ficamos coincidentes com os cálculos em dólar, porque, se o Deputado teve a liberação de 240, esses cálculos de 300 e poucos mil dólares de depósitos feitos para as poupanças, à época bloqueadas, talvez coincidam com o cálculo real.

O SR. IBSEN PINHEIRO - O TREVISAN calculou para mim, Deputado, entre 12 e 20% a perda, conforme se considere o paralelo ou o real.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Está bem.

Eu apenas o transmito a V. Ex^a porque, como o método de exposição de V. Ex^a foi diferente - V. Ex^a partiu de 91 para cá, temos os cálculos de 89 -, dentro da movimentação financeira anunciada, de 1 milhão e 376 mil dólares, temos que abater as transferências interagências, em torno de 539 mil dólares, 540 mil dólares, temos que abater as transferências provenientes do Banco do Brasil e Caixa Econômica, que correspondem basicamente aos proventos de parlamentar de V. Ex^a e as vendas das fazendas, que há uma coincidência de cálculos de 170 mil, o que dá aí um cálculo que necessariamente tem que ser deduzido desse total, em torno de 1 milhão e 300 mil dólares. O que resta é um milhão, um milhão e pouco, que V. Ex^a, enfim, se puder acrescentar e descer a detalhes a respeito, acho que enriquecerá o nosso trabalho.

Eu me restringiria a pedir explicações a V. Ex^a, pois V. Ex^a já disse que foi pelo menos no território nacional, essa transferência, que já foi noticiada, para a Corretora EMDUMEX, em Santana do Livramento, que era esse o dado que a Comissão obteve. Depois vi no jornal que diziam que era o Uruguai. Mas tínhamos a indicação concreta na Subcomissão de que era território brasileiro, Santana do Livramento. V. Ex^a confirma. Apenas gostaria da explicação própria para isto. São duas remessas, vou realmente ficar em cruzeiros.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Dois bilhões e setenta e cinco?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Duas remessas de 2 bilhões e 75.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nove e treze, se não me engano.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Nove e treze de março de 90.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não é a minha memória, não; é a TREVISAN.

Desculpe-me o comercial.

Deputado Vivaldo Barbosa, V. Ex^a diz que 539 é o número que V. Ex^a citou como movimentação interbancária.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Interagência, perfeito. E mais 389, provindo do Banco do Brasil e Caixa Econômica.

O SR. IBSEN PINHEIRO - De movimentação interbancária, também?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Isto.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Agradeço a V. Ex^a, é a primeira informação que tenho sobre as contas da CPI a respeito da minha movimentação. Somo rapidamente e vejo que temos em torno de 900 mil dólares de cruzamento.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Um pouco mais. Mais a venda das fazendas, chega-se a 1 milhão e 300, por aí.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Agradeço a V. Ex^a, que me dá esse subsídio que eu não tinha, Deputado Vivaldo Barbosa. Posso dizer a V. Ex^a que o nível de cruzamento que alcançamos na auditoria é significativamente mais alto, mas não significa que este esteja errado; é a questão de universo que pode ter divergência, por exemplo, o escopo pode ser diverso. Então, volto a afirmar que não contesto os números que agora tenho conhecimento e os considero, seguramente, produto de um trabalho de boa-fé.

Deputado Vivaldo Barbosa, a conotação perversa que se deu a esse pagamento que fiz a 9 e 13 de março teve dois aspectos. Um deles que seria dinheiro para o exterior e outro que seria fugir ao bloqueio no dia 13 de março. Nenhum deles se sustenta, primeiro porque o que fiz foi um pagamento. Paguei. O dinheiro saiu da minha conta para uma conta de terceiros, a agência a que V. Ex^a se referiu. Paguei negócios perfeitamente legítimos, regulares, na minha opinião, alheios ao objeto desta investigação parlamentar que está buscando a origem dos recursos entrados, os créditos; mas não me nego a responder, aliás, tenho a oportunidade de esclarecer que foram pagamentos feitos, regularmente, no território nacional, em moeda nacional, através de um Banco nacional e dentro do território nacional. Então, Deputado, nestas condições, não vejo nada que possa se prestar a uma interpretação perversa. Nem sequer o volume é significativo, porque na verdade, pode parecer que no papel passe de 100 mil dólares, mas na realidade não passava de 35 mil dólares, considerando o dólar da época.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como, Deputado, desculpe-me, é uma informação de importância. Poderia detalhar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo Barbosa, faça-lhe um apelo. Já estamos com 22 minutos e há colegas que, naturalmente, começam a me fazer sinais, que V. Ex^a não vê porque está de costas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Compreendo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nestas condições, Deputado, não se questiona a legalidade. Perfeitamente regular. A origem é a minha própria conta, os recursos que têm uma outra explicação que já foi dada aqui relativamente aos depósitos de 90. Aliás, informo a V. Ex^a que encaminhei ao Presidente a documentação do Banco do Rio Grande, relativamente à conversão de fundos de aplicação em conta-corrente ou em conta remunerada, como havia na época. Já está com a Presidência a documentação do Banco do Rio Grande do Sul.

Então, Deputado, a regularidade do negócio feito em território nacional é absolutamente indestrutível e inquestionável. Não foram recursos para o exterior, não foi para a minha própria conta, foi para uma conta de terceiro, no território nacional, com um negócio feito no território nacional.

A idéia da informação privilegiada não se sustenta politicamente e não se sustenta com a informação disponível nos extratos em poder da CPI de que no dia 13 de março eu tinha bloqueados cerca de 8 milhões de cruzados na Caixa Econômica, 6 milhões de cruzados corrigidos desde 21 de fevereiro e desde 9 de março e mais cerca de 3 milhões de cruzados. Então, 11 milhões de cruzados foram bloqueados em 13 de março. Posteriormente, isso baixou um pouco, para 10 milhões, porque havia uma conta devedora que, lembro a V. Ex^a, o Ministério da Economia autorizou compensar.

No primeiro momento achávamos que o bloqueado estava bloqueado e congelado, mas que o devido tinha que ser pago. Então, Deputado; fiquei com 11 milhões de cruzados novos retidos pelo Plano Collor.

Ora, a liberação de 2 milhões e 75 no último dia, só pode ser aquilo que parece: uma coincidência, porque a gente faz os pagamentos quando os compromissos vencem.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou impedido de continuar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, é lamentável realmente que V. Ex^a não possa ter vindo antes a esta Comissão. Talvez as explorações da imprensa teriam sido menores contra os Parlamentares e, inclusive, contra o meu próprio partido, que também é o de V. Ex^a.

Concordo com V. Ex^a e com a carta apresentada pelo jurista Ives Gandra, meu amigo pessoal, excepcional jurista, em que diz que movimentação financeira efetivamente não prova nada.

Acontece que para nós da Comissão e para toda a Nação fica muito difícil explicar que Parlamentares, que aqui já depuseram, movimentaram mais de 50 milhões de dólares na sua conta nos cinco anos.

Isto faz com que os depoentes tenham que nos dar, se possível, dados mais concretos e documentação, ano a ano, para facilitar a tarefa do Relator.

Esse era um preâmbulo que gostaria de fazer.

Deputado Ibsen Pinheiro, V. Ex^a tem ou teve conta no exterior?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Tenho uma conta no Banco do Brasil em Nova Iorque, aberta em 1989, com diárias do Itamarati, porque representava o nosso País na

Assembléia Geral da ONU. Então, naquele ano, 1989, abri uma conta no Banco do Brasil de Nova Iorque. Declarei essa conta e os seus fundos ao longo de todos esses anos na minha declaração de bens do Imposto de Renda. Disponho, se a CPI o desejar, do saldo atual, de indicação de documentos do banco. Requeiro à Auditoria TREVISAN que auditasse também essa conta, à qual não teria acesso a CPI, porque a agência do Banco do Brasil em Nova Iorque é regulada pela legislação norte-americana e não pela brasileira. Requeiro, e estará disponível para a CPI, se for o desejo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª sabe o valor do seu saldo atual?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Em torno de 18 mil dólares, se não estou enganado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Está perfeito, não preciso mais.

Consegue V. Exª dar um número real de valores depositados na sua conta apresentado pela TREVISAN para 1990, 1991, 1992, já que V. Exª contesta os nossos números, dizendo que os reais podem ser 1/3 ou metade daquilo que temos?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Senador, estarei encaminhando à Mesa o último extrato do Banco do Brasil. Embora V. Exª o tivesse dispensado, vou encaminhá-lo, porque é último extrato do Banco do Brasil. Afinal, a conta no exterior às vezes tem conotação perversa. Pode-se imaginar que é nas Ilhas Caimã ou Virgens, mas é uma conta no Banco do Brasil, constituída com diárias, num tempo até que não havia cartões de créditos nacionais que valessem no exterior.

Senador Gilberto Miranda, nesse escopo da auditoria que busquei foi identificação de origem, não foi curiosidade por movimentação por considerá-la irrelevante, tendo a concordância de V. Exª; foi com o objetivo de buscar a origem. E a origem, na movimentação financeira, se mascara também na atividade econômica; não só na financeira, não só na bancária. Porque na bancária é mais fácil se detectar o mascaramento, que vem da própria conta - o Deputado Vivaldo me informa que 900 milhões foram deduzidos porque é da própria conta. Agora, às vezes, na atividade econômica, o depósito posterior resulta de negócios feitos com o depósito anterior.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Para facilitar: V. Exª tem os números de 90, 91, 92, Deputado?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim; tenho o número aproximado de 90...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Seiscentos mil para 91/92. 90, V. Exª não tem?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Veja, Senador, em 90, temos como indicador os cruzados congelados, com a ressalva de que eles podem ir de 130 ou 120 a 380 ou 400, conforme se considere o dólar real e o dólar fictício do oficial da época. Então, se V. Exª considerar o dólar paralelo, V. Exª teria que acrescentar, para 90, 130; o oficial, algo parecido a esses números, e os proventos e a venda, em 89 também, de semoventes, que poderei demonstrar com a documentação própria, que não tem a mesma expressão das escrituras públicas. Também escritura pública e inventário de vendas de glebas de terra, produzindo, então, uma movimentação significativa se se comparar apenas com os proventos de Parlamentar. Certamente não tenho a graça, Senador Gilberto Miranda, de poder movimentar os recursos que V. Exª construiu ao longo de uma bem exitosa vida de empresário.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Ibsen Pinheiro, tirando a operação da caminhonete realizada com o Deputado Genebaldo Correia, V. Exª fez algum tipo de negócio, algum empréstimo com alguma das pessoas citadas aqui na CPI, que V. Exª acompanha, pelo menos, pelos jornais?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Senador, devo ter muito cuidado nessa resposta, porque, às vezes, estamos num restaurante e um paga a conta e se trocam cheques.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não, de valores substanciais.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não; de valor significativo, não. Agora, uma troca de cheques num restaurante ou numa viagem, é comum companheiros de viagem assumirem responsabilidade através do cartão de crédito e se ressarcir aqui. Mas, fora esta hipótese, que tem, naturalmente, um contorno adequado, não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado, existe dentre os depósitos nas suas contas bancárias algum tipo de doação para campanha sua ou para qualquer outra campanha que V. Exª tenha repassado?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não; das campanhas alheias nunca fui tesoureiro. As minhas campanhas eu mesmo banquei, sei lá com quanta dificuldade. E posso acrescentar que, no meu caso, sobra de campanha é dívida. O que tem sobrado é dívida.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Ibsen Pinheiro, quando o Deputado Genebaldo Correia comprou de V. Exª a caminhonete, V. Exª havia comprado de terceiros o direito no consórcio.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Certo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele pagou à vista essa caminhonete. V. Exª pretendia entregar a referida caminhonete quitando o consórcio ou ainda com reserva de domínio? Porque é difícil para alguém comprar um bem que virá com reserva de domínio, pagando totalmente à vista. Por isso, eu gostaria de saber.

O SR. IBSEN PINHEIRO - A primeira observação que eu faria é que o pagamento não foi integral, Senador, porque a caminhonete, ao final, custaria mais do que o valor estimado de 34, 35 ou 36 mil dólares, daqueles 51 mil cruzados que me foram passados pelo Deputado Genebaldo. O preço final dela seria em torno de uns 45, 46 mil dólares,

porque custou de 8 a 9 mil dólares todo o equipamento colocado nela. Foi uma caminhonete para campanha. Aí se coloca ar condicionado quente/frio - coloquei por causa do Rio Grande -, e só recebi em outubro. Mas uma caminhonete no valor de 45 a 46 mil dólares, se o negócio tivesse se completado, haveria uma complementação por parte do Deputado Genebaldo Correia. E o recebimento que fiz também me valeu para antecipação de prestações do consórcio e, adiante, a própria quitação do consórcio. Se o negócio se tivesse completado, eu me comprometia a encaminhar a caminhonete para o município de São Marcos, onde a empresa especializada faria a sua cabinagem, e quando eu a entregasse o Deputado Genebaldo suplementaria o pagamento. Esse negócio não se completou, pela razão que já apontei de só em outubro poder se concluir o trabalho da imprensa.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Ibsen Pinheiro, V. Exª é um homem de 58 anos, pelo que me parece.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Espero que pareça menos, Senador. (Risos)

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual é o valor do seu patrimônio atual?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Pedi à TREVISAN Auditores que fizesse uma avaliação do meu patrimônio atual. Está avaliado em 348 mil dólares. São dois apartamentos em Porto Alegre - um velho, comprado há uns 15 ou 16 anos, um outro comprado em 1991, com os recursos já apontados...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Somado com o cash, com aplicações financeiras, a quanto vai o valor?

O SR. IBSEN PINHEIRO - O senhor acrescenta mais uns mil dólares - mais ou menos - que é o saldo das minhas contas hoje.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mil, ou milhão?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mil. Que são os últimos vencimentos; quem sabe, dois, porque não sei quando a Câmara depositou. Posso informar o saldo de hoje?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não há necessidade.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Certamente, não passa de dois mil dólares.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado, a última pergunta: V. Exª tem, em dólares, os valores que pagou de Imposto de Renda, no ano de 1991, 1992 e 1993, tendo em vista que os dados levantados - e que temos - de movimentação na sua conta, apesar de não se contar como receita, inclusive com a carta do Jurista Ives Gandra, no valor de, aproximadamente, 1 milhão e 900 mil dólares. V. Exª diz que comprou, vendeu, recebeu e, às vezes, teve lucro na operação, o dinheiro entrou, o dinheiro saiu. Se V. Exª teve lucro em algumas dessas operações, automaticamente, V. Exª declarou no Imposto de Renda. V. Exª pagou o Imposto de Renda em 1991, em 1992 e em 1993, fora aqueles deduzidos nos seus rendimentos no Congresso?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Olhe, Senador, eu tenho convicção que sim, mas qualquer cidadão, dentro dos 5 anos, está sujeito a uma verificação ou a uma variação e até tem o direito de uma retificação. Não consta que eu tenha qualquer débito com o Imposto de Renda porque eu os paguei, regularmente, ano a ano. Não tenho como convertê-los em dólar porque não fiz esta conversão; não imaginei que ela pudesse ser solicitada.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Deputado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado Fernando Freire, em permuta com o Deputado Luiz Salomão.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Deputado Ibsen Pinheiro, inicialmente, sem desejar ser repetitivo, reputo extremamente útil esclarecer o total da movimentação de V. Exª desse total de 2 milhões e 376 mil dólares, distribuídos em 1989, com 233 mil; em 1990, 824 mil; em 1991, 540 mil; em 1992, 562 mil, e em 1993, 215 mil, depois de extraídas as superposições e efetuados todos os expurgos, isto, na verdade, corresponde a transferências da conta de V. Exª da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, totalizando cerca de 380 mil dólares, depois, transferências entre agências, totalizando, aí, cerca de 530 mil dólares, e mais a venda da Fazenda - 170 mil dólares - nós chegamos, aí, Deputado Ibsen Pinheiro, a um número de final, para uma análise de 1 milhão e 250 mil dólares.

Examinando a movimentação financeira, chega-se à conclusão de que V. Exª fez aplicações nas seguintes épocas: em dezembro de 1989, V. Exª recebeu créditos, somente na sua conta, na Agência do BANRISUL, em Brasília, no montante de cerca de 50 mil dólares. Em fevereiro de 1990, os créditos que chegaram a todas as suas contas atingem um total aproximado de 400 mil dólares. Em abril de 1991, os seus créditos atingiram o redor de 200 mil dólares. Em julho de 1992, novamente, com muitos créditos em suas contas, atingiu-se, aproximadamente, a 107 mil dólares.

Pergunto a V. Exª: como os proventos mensais não ultrapassam, nesse período, em média, 10 mil dólares, como V. Exª explica essa grande movimentação financeira em determinados meses de cada ano?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado Fernando Freire, exceto a parte relativa à movimentação financeira, que não foi escopo da auditoria que constitui e sobre a qual por isso não opino, os créditos a que V. Exª se refere tem congruência com a minha vida econômico-financeira. Se se referia a depósito, vou encontrar; se se referia à movimentação é claro que o número será diverso do lançamento, porque a movimentação tem uma regra própria, às vezes o seu próprio rendimento.

Os créditos de 89 e 90 encaminhei ao Presidente, para o exame da subcomissão que V. Exª aqui representa, encaminhei à origem bancária destes créditos de 89 e 90, créditos realizados no Banco do Rio Grande com a custódia que ele exercia sobre títulos

de fundo de aplicação. Então a origem bancária ali está. Quanto à origem econômica, que tem mais a ver, então, com o patrimônio, tenho todos os meios de demonstrar as vendas de terras, de semoventes e até as vendas menores de veículos que ocorrem, além de outras fontes de rendimentos demonstrando compatibilidade. Veia V. Ex^a que o número a que V. Ex^a se refere, 400 mil dólares, eu referi na exposição inicial como um número possível de aparecer em fevereiro de 90 se se considerarem duas coisas: o dólar oficial e a soma de créditos, embora economicamente a soma não ocorra necessariamente, porque num período largo um crédito de 50 pode ter toda a parte dele incluído no crédito de 400 lá adiante. Basta que tenha havido uma movimentação de compra e venda de qualquer ativo e na volta o crédito permanece nominalmente, diria numeralmente, mas o valor econômico disponível não é exatamente aquele que aparece na soma dos créditos. Então estão já a documentação com o Presidente, relativamente ao fundamento bancário dos créditos, e a movimentação de abril de 91 decorre da venda em abril de 91...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pediria a palavra para um esclarecimento. V. Ex^a está se referindo ao documento do BANRISUL?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim. Este que encaminhei à Mesa agora. Então a movimentação de 91 tem origem diretamente na venda do mesmo mês de abril de 91 da última gleba de terra que eu tinha disponível em Butiá, vendida por 170 mil dólares, digamos, qualquer coisa entre 160 e 190 ou 200 mil dólares, porque há variação do paralelo; nas minhas contas, 170. De maneira que 200 mil, referido por V. Ex^a, tem plena compatibilidade. Em julho de 92 eu estava já, há 12 meses, recebendo a devolução de 240 mil dólares mensais. Então só estes 2 ingressos somam 400% em 70 com 240. Somam 410 mil dólares em 11 meses, portanto, dando perfeita compatibilidade. E no caso específico de movimentação perfeita origem bancária a movimentação.

O SR. FERNANDO FREIRE - Eu vou me permitir, Deputado, insistir nessa pergunta inicial. V. Ex^a depositou, no dia 21 de fevereiro de 1990, em caderneta de poupança, na Caixa Econômica Federal, a quantia de 2 milhões de cruzados novos. No dia 22 de fevereiro, depositou outros 2 milhões de cruzados novos. E no dia 09 de março, mais 2 milhões de cruzados novos, atingindo, pela cotação média dessa época, um total aproximado de 220 mil dólares. A CPI constatou que tais valores são oriundos de cheques administrativos sacados no BANRISUL e originários de um saque de aplicação ao portador, no próprio BANRISUL. Eu pediria que V. Ex^a fizesse um esforço para explicar a origem dessa aplicação ao portador, creditado em sua conta corrente, nesse valor, no valor de aproximadamente 220 mil dólares.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mais uma vez vejo congruência entre as perguntas de V. Ex^a e a resposta que tenho para oferecer. Mais uma vez presto a V. Ex^a a homenagem devida pela consistência do exame deve ter feito junto com seus colegas.

Efetivamente, fiz esses depósitos apenas num reparo não substancial, ao invés de 2 milhões, foram duas vezes de 1 milhão, porque foram 6 contas. Então, cada 2 milhões corresponde a duas contas.

Foi a intenção talvez ingênua de escapar do bloqueio através da poupança. Abri 6 contas num total de 6 milhões.

O SR. FERNANDO FREIRE - Nos registros, Deputado Ibsen, encontramos um registro de 2 milhões. Depois passo a V. Ex^a.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Porque, provavelmente, as contas do mesmo dia já foram unificadas antes pela Caixa e depois todas elas se transformaram numa única conta unificada.

Então, Deputado Fernando Freire, pelas minhas correções esses 6 milhões significavam 8 milhões e 100 mil cruzados no dia 13 de março, no dia do bloqueio, pela correção violenta de quase 40% neste período. Eles resultam - o documento está com o Presidente, estará à disposição de V. Ex^a - da conversão de fundos de aplicação em aplicação na conta remunerada do Banco do Rio Grande do Sul e desta conta remunerada para as contas da Caixa Econômica Federal nas datas referidas, 21 e 22 de fevereiro e depois 9 de março.

O fato de surgirem bancos nos quais eu não tinha conta resulta, naturalmente, do resgate feito pelo Banco do Rio Grande do Sul de títulos da responsabilidade ou da custódia - aí, não posso fazer a distinção - do banco emitente do cheque administrativo.

Suponho que há cheques administrativos de variada procedência, conforme os títulos da emissão de uma instituição bancária ou sendo da emissão de uma instituição financeira e estivesse sob custódia de uma constituição bancária. Então, a minha relação com a origem do cheque administrativo só pode ser compreendida como uma custódia ou uma dupla custódia no Banco do Rio Grande do Sul e no banco emitente.

O SR. FERNANDO FREIRE - Deputado, V. Ex^a poderia esclarecer a origem da aplicação? O que resultou essa aplicação ao portador? O senhor tem lembranças?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Posso, sim.

No ano de 1989, decidi, talvez desafortunadamente, como já concordei com o Deputado Vivaldo, transformar bens de raízes em ativos financeiros e achei que os títulos ao portador eram atrativos, o seu rendimento era alto e a liquidez era absoluta e total e eu chegava num ano eleitoral, onde se precisa do máximo rendimento possível e da liquidez. Não iria enfrentar uma eleição com uma fazenda ou com bois no pasto, cujo preço às vezes cai pela metade, dependendo da safra ou entressafra.

Fiz a liquidação entre 89 e 90 de tudo que pude liquidar neste período. Isso produziu um volume que estou dando a V. Ex^a. No depósito bancário são 400 mil dólares, o

patrimônio real era 130 ou 120, e o patrimônio numeral pode ter sido o bloqueado de 240 mil dólares. Posso errar em 20%, porque essa foi a perda entre o bloqueio e a liberação.

A origem está nesta movimentação patrimonial com escrituras, com documentos públicos de inventários, documentos particulares, quando é através de documentos particulares, que dão a origem bancária e econômica dos depósitos, e eles depois compõem a poupança na Caixa e a poupança da Caixa compõe a irrigação das contas a partir do desbloqueio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O nobre Deputado pode fazer a última pergunta.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente, Sr. Presidente.

Era apenas para esclarecer essa transferência, Deputado Ibsen, feita por V. Exª nesta casa de câmbio EMDUMEX. Ela está localizada na cidade de Rivera, no Uruguai. Não é verdade?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não tenho condições de fazer uma afirmação peremptória, porque a informação que tenho, aí sim, segura, é que ela opera no Brasil.

A sede fixa, o prédio, não posso afirmar a V. Exª.

O SR. FERNANDO FREIRE - Evidentemente V. Exª irá responder a essa pergunta se, na verdade, desejar. Acredito, Deputado Ibsen, que seria útil se V. Exª pudesse informar a finalidade desses pagamentos que foram feitos através dessas ordens expedidas pelo BANRISUL de Brasília a essa casa de câmbio.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado, acolho a ressalva de V. Exª de que responderei se desejar, mas digo a V. Exª que desejo responder.

Porque passou a idéia de recursos "exportados", cuja legalidade, aliás, não se contesta também: "é proibido sair do País com seus recursos"; mas não foi o caso. Foi o pagamento efetuado no dia do bloqueio, por coincidência - já referi que a maior parte dos recursos ficou bloqueada - no pagamento de negócios perfeitamente regulares, legítimos, cujo conteúdo escapa mesmo o objeto desta investigação. É um pagamento. É a origem de recurso que realmente é objeto fundamental, realizado regularmente no Brasil, com uma empresa que opera no Brasil, através de um banco brasileiro e de moeda nacional.

Acho que há uma perfeita clareza nisso, Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, antes de interpellar o nobre depoente, gostaria de pedir a palavra pela ordem, para um esclarecimento em relação ao que disse o Deputado Ibsen, com quem as minhas relações sempre foram marcadas pela cordialidade e pela polêmica, e hoje não vai ser diferente.

S. Exª referiu-se, aqui, a uma jurisprudência baixada pelo Tribunal Federal de Recursos que está incorporada a carta do Sr. Ives Gandra, cuja competência para ajudar a pagar menos impostos, a livrar sonegadores, eu reconheço, trata-se de uma raposa felpuda na área do direito tributário, porém S. Exª está equivocada, porque essa jurisprudência, certamente, é anterior à Lei nº 8021, de 12 de abril de 1990, que tanto eu quanto o Deputado Ibsen votamos, porque fazia parte do plano Collor. Essa lei, Sr. Presidente - é importante fazer este registro - é aquela que vedou o pagamento ou resgate de títulos ao portador; proibiu a emissão de cheques ao portador. E, no seu art. 6º, diz o seguinte, do ponto de vista do fisco:

O lançamento, de ofício, além dos casos já especificados em lei, far-se-á arbitrando-se os rendimentos com base na renda presumida, mediante utilização de sinais exteriores de riqueza.

Que sinais exteriores de riqueza são esses? Tem 1º, 2º, 3º, 4º e 5º parágrafos - sinais exteriores de riqueza.

O arbitramento poderá ainda ser efetuado com base em depósitos ou aplicações realizadas junto às instituições financeiras, quando o contribuinte não comprovar a origem dos recursos utilizados nessa operação.

Com isso, do ponto de vista do Fisco, a movimentação bancária serve para caracterizar sinais exteriores de riqueza e serve de base de cálculo para aplicação de tributos, de ofício.

Com isso, estou contestando a jurisprudência invocada, que está caduca, posto que anterior à lei de 1990.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passo a contar o tempo de V. Exª a partir de agora.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só mais uma questão, Sr. Presidente.

É que também o Deputado Ibsen procurou descaracterizar o movimento bancário como um indicador da questão patrimonial, e quero dizer - esperava que o Deputado Fernando Freire fizesse - que os critérios adotados pela Subcomissão de nenhuma forma podem ser impugnados com os argumentos aqui levantados. Dos diferentes casos que o Deputado Ibsen relatou, apenas aquele em que houve um crédito e depois um estorno, mediante um débito que não teria sido somado pela Subcomissão, daria esse efeito a que ele se referiu. Mas, a movimentação interbancária distorce apenas em termos; ele serve como um bom indicador da questão do patrimônio do correntista.

Agora eu gostaria que V. Exª contasse meu tempo, esperando que o Deputado Ibsen forneça explicações convincentes, como sempre fez, porque a imagem de S. Exª, Deputado, os prejuízos, os danos que ela tenha sofrido, se transferem a nós todos. V. Exª,

pela posição que ocupou, pela relevância da sua carreira parlamentar, é um símbolo da instituição. De modo que nós todos torcemos para que V. Exª possa esclarecer as indagações.

A primeira que faço - refiro-me à questão patrimonial, e V. Exª tem todas as informações de que eu disponho, de modo que não se aplica a mesma situação de inferioridade que V. Exª invocou na questão bancária - é se V. Exª se lembra, exatamente, das condições em que vendeu a fazenda, ou a propriedade de 100 hectares, localizada em Butiá?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado Luiz Salomão, agradeço-lhe por sublinhar que nossa convivência sempre se marcou pela polêmica e pela cordialidade. E V. Exª, de fato, marcou, desde logo, pela cordialidade o modo como se dirigiu ao seu colega.

Permita-me, antes de responder à pergunta, fazer um breve comentário, porque, às vezes, a opinião é inseparável do fato, a referência que fez V. Exª ao papel da movimentação bancária como elemento para a tributação. Confesso que não tenho autoridade para discutir no parâmetro em que V. Exª possa divergir do Dr. Ives Gandra, porque ele é um dos grandes tributaristas do País e V. Exª é um economista de formação reconhecida. Como ex-advogado que sou, não acompanho esse nível de especialização. O Dr. Ives Gandra é um dos maiores especialistas no País e o seu trabalho é defender o contribuinte. Por isso, Deputado, eu procuraria estender a cordialidade de V. Exª também ao Dr. Ives Gandra, que não livra sonhadores; defende o contribuinte, porque é da natureza do conflito Fisco/contribuinte, que se oferece ao contribuinte toda a dúvida em favor dele e que a interpretação seja a mais benévola. Isso é regra do Código Tributário Nacional. V. Exª sabe disso há anos; eu aprendi agora.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quanto a isso, estou de acordo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Acrescentaria que o Dr. Ives Gandra não diz, na sua carta, que a movimentação bancária é imprestável para a avaliação da posição fiscal ou do patrimônio. Não, não é imprestável! Ele afirma, e na leitura que fiz disse, que ela não se presta para acusação de natureza fiscal, que seja baseada exclusivamente em lançamentos bancários, exclusivamente. E repete: "O Poder Judiciário estabeleceu a proibição de que agisse apoiado exclusivamente em lançamentos bancários." Então, veja que não há contradição entre o que diz V. Exª e o que diz o Dr. Ives Gandra. É indicador! Evidente que é um indicador, que pode dar subsídios, pode ser sinal exterior de riqueza! O tratamento... Os jornais não estão obrigados a saber disso, eles imaginam que movimentação de 2 milhões é depósito de 2 milhões; e que depósito de 2 milhões é recurso de 2 milhões; e que recursos financeiros de 2 milhões é patrimônio de 2 milhões. E, nesses patamares, pode haver coincidências, mas pode haver divergências. Então, registraria que não há conflito entre o que diz V. Exª e o que diz o Dr. Ives Gandra. E também não estou impugnando - e tive o cuidado de dizer isso - os números da Subcomissão. Não poderia fazê-lo, porque não os conhecia. Agora conheço alguns. Fico sabendo por V. Exª, que aquilo que eu intuía se confirmou. Em um caso, a que V. Exª se referiu, a CPI não conseguiu o cruzamento. É claro, porque não tem as mesmas informações que eu tenho a respeito da minha vida. Então, esse fato que V. Exª refere pode ter-se repetido, mas isso não invalida o trabalho da CPI. Não o estou impugnando nem contestando, apenas estou trabalhando com informações que, para mim, são as disponíveis. E eu já vi aqui no interrogatório do Deputado Fernando Freire, do Deputado Vivaldo Barbosa, muita congruência. Se há alguma incongruência, eu não sei. Passo a responder a pergunta de V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só para alimentar a polêmica, ofereço ao Relator a lei que mostra que pode ser taxado exclusivamente com base na movimentação bancária.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nesse ponto, em se discutindo Ives Gandra, vamos tomando muito tempo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Essa fazendola foi vendida, se não me engano, em julho de 1989. Devo ter cópia da escritura aqui, vendida à empresa RIOCEL, que é a reflorestadora da região, que foi avançando em direção a esses campos de pastagens. Eu a adquirira, se não me engano, em 1985, quando fundamos, meu sócio e eu, esse empreendimento agropecuário...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Compreendo. Gostaria que V. Exª pudesse explicar como foi efetuado o pagamento da venda.

O SR. IBSEN PINHEIRO - O pagamento deve ter sido efetuado...

O SR. LUIZ SALOMÃO - À vista?

O SR. IBSEN PINHEIRO - ...em cheque da empresa RIOCEL.

O SR. LUIZ SALOMÃO - À vista?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não posso afirmar, porque pode ter ocorrido que tenha sido em duas parcelas, mas não posso fazer essa afirmação de memória.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Quero dizer que confere com a sua declaração de imposto de renda que essa fazenda foi vendida em 1989 - não tem exatamente aqui a data, mas seria possível de obtê-la através da escritura.

Agora, V. Exª recebeu o valor correspondente à venda nesse exercício?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Naquele exercício?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Provavelmente sim. Com certeza quero afirmar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª explicou esse movimento bancário exageradamente alto - e que chamou a atenção da CPI - em 1991 com a venda dessa propriedade que foi feita em 89. Como teria sido efetuado o pagamento em abril de 91?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado, a referência que faço à venda de campo em 81 é a outra parcela de campo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas não está declarada no imposto de renda.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É outra parcela de campo, porque essa parcela de campo, exerci sobre ela a aquisição de direitos hereditários por cessão de herdeiros. Então, não cheguei a escriturar. A documentação pública é a documentação possível, isto é, inventário, cessão de direitos, procuração do cessionário do direito...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perguntaria a V. Exª...

O SR. IBSEN PINHEIRO - ...e, posteriormente, o pagamento. Acho que o elemento mais forte de convicção é o pagamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Exª não fez, V. Exª poderia declarar os direitos sobre essas terras na sua declaração de imposto de renda, aliás deveria tê-lo feito...

O SR. IBSEN PINHEIRO - É matéria, Deputado, mais uma vez...

O SR. LUIZ SALOMÃO - ...para poder justificar.

O SR. IBSEN PINHEIRO - V. Exª tem formação e eu não tenho.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, tudo bem.

O SR. IBSEN PINHEIRO - O Dr. Ives Gandra me orienta nessa matéria e há quem suponha que a aquisição de direitos hereditários não se fazendo por escritura pública tem uma repercussão meramente obrigacional, duvidosamente transferido. No meu caso, os cessionários honraram o compromisso, se não tivessem honrado, talvez eu não tivesse meios cogentes de exercer ...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pediria a palavra para, dentro desse debate, fazer a seguinte observação: o que se declara ao imposto de renda não é o ato jurídico em si, o que se declara ao imposto de renda é o substrato econômico...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Fato econômico.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ...da operação. Logo, perdoe-me o Dr. Ives Gandra que conheço e admiro, mas com segurança afirmo que, se V. Exª foi aconselhado a não declarar no imposto de renda uma cessão de créditos, uma cessão de direitos hereditários, V. Exª não foi bem aconselhado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado me permita, nobre Relator, e antes de V. Exª...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Peço ao Presidente ser tolerante com o tempo em função dessa ...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Preciso com a máxima presteza dizer que o Dr. Ives Gandra está participando da interpretação agora. Os atos praticados por mim lá atrás não tiveram orientação do Dr. Ives Gandra, meu primeiro contato com ele sobre essa matéria foi em 16 de novembro.

O que disse, Deputado Relator, é que há quem questione, se não se tiver observado a forma prescrita ou não defesa em lei para aquisição de direitos, a sua própria validade. E há quem questione, por isso, se teria ocorrido ou não a transferência. É terreno no qual também V. Exª tem familiaridade e é superior a mim, porque nunca fui como V. Exª um advogado com formação nessa área.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não chega a tanto. Aí V. Exª está sendo muito generoso comigo. Acho que...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Jamais seria generoso...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ... advogado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, proporia que o Deputado Ibsen oportunamente enviasse à Subcomissão de Patrimônio a documentação relativa a essas transações e torcendo para que não haja lucro imobiliário, para que não haja nenhum tipo de fato gerador de tributos, para que não haja ...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Comprometo-me a atender o pedido de V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agradeço.

Agora, nobre Deputado, V. Exª possui dois imóveis, V. Exª se referiu: um, na Rua João Teles, que o senhor chama de apartamento velho, e outro, onde V. Exª reside, na Rua Eça de Queiroz.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Dois imóveis em Porto Alegre.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em Porto Alegre. Confere isso?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Confere.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto: Como V. Exª adquiriu esse imóvel da Rua Eça de Queiroz? V. Exª é capaz de se recordar?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Vou responder de memória, embora tenha a documentação.

Começo do ano de 91 assinei com a construtora CEGAMAR um contrato de compra e venda desse apartamento da Eça de Queiroz. O preço total seria, se não me engano, 38 ou 39 milhões de cruzeiros, não sei qual era a moeda da época - mas da moeda brasileira da época -, correspondente, segundo a minha avaliação, a qualquer coisa em torno de 140 mil dólares.

Era um apartamento comprado na planta e que eu devia pagar em 36 meses. Mas, a partir de abril deste mesmo ano, eu tive os recursos da venda dos direitos sobre este campo e, a partir de agosto, tive os recursos do desbloqueio. E pude, então, antecipar de 36 para 14 meses a quitação, com os recursos que acabei de indicar, porque o pagamento pelo BTNF, sabe V. Exª, não era bom negócio. Então, a quitação ocorreu em 14 meses.

Os recursos, a partir de 91, Deputado Salomão, foram consumidos, em grande parte, pelas obras neste apartamento, que é um apartamento de dois pisos; o segundo, de cobertura. Mas, quando eu o comprei, era um terraço deserto. E se V. Exª avaliá-lo pela

descrição, pode imaginar que vale muito, mas se V. Exª for olhar, vai ver que é um apartamento que tem uma suíte, é um apartamento...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª não precisa descrevê-lo. Estou preocupado com a questão do tempo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Desculpe-me V. Exª. Estou preocupado com a questão da minha imagem, mas compreendo V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Interessa-nos, tão-somente, o fluxo dos pagamentos e a representação desse fato patrimonial na sua declaração do Imposto de Renda.

Dispomos aqui de um instrumento particular entre V. Exª e a Cegamar. E tudo indica que V. Exª adquiriu este imóvel e pagou o sinal de 15 milhões de cruzeiros - à época, o equivalente a 127 mil dólares - no dia 19/11/90.

V. Exª disse que esse fato ocorreu no começo de 91. É possível que tenha sido em 90, em vez de 91? No final de 90?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não, 91; janeiro de 91.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está datado de 19 de novembro de 1990.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Este instrumento foi substituído e acrescentado por um outro, definitivo, de 91. V. Exª deve dispor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Permita-me, Deputado, pode até haver um outro instrumento, mas tenho aqui um recibo da Cegamar, no sentido de que V. Exª paga uma prestação de 770 mil cruzeiros no dia 21 de dezembro de 90. E tenho também um recibo de 21. Esse recibo seria referente à primeira parcela do pagamento. De modo que V. Exª deve ter pago realmente...

O SR. IBSEN PINHEIRO - 19 de novembro de 90?

O SR. LUIZ SALOMÃO - 19 de novembro de 90.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Confere.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É o instrumento.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Confere. Documento é sempre melhor do que a memória, não é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente. Existe um outro instrumento além desse, Sr. Deputado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Vou continuar procurando aqui, Deputado.

Recibo de 770, em 19/12/90. Confere com o de V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - 21/12/90 que tenho.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Está certo, confere; 770 mil. Um recibo de 21 de janeiro de 91.

Outro recibo, já maior, de 1 milhão e 96, de 19 de fevereiro de 91.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E por aí vai.

O SR. IBSEN PINHEIRO - E por aí vai. Conferem as nossas informações.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, reconhecemos que V. Exª pode ter se equivocado quanto à data, em vez de ser no começo de 91, pode ter sido no fim de 90.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Provavelmente, princípio de pagamento, não tem a força...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Isso não é relevante.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agora, nobre Deputado, em todas as contas escrutinadas pela Subcomissão de Bancos e pela Subcomissão de Patrimônio, não aparece o pagamento nem do sinal de 15 milhões e nem dessas prestações pelos valores dos recibos. V. Exª, porventura, efetuou o pagamento em dólares?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado, eu pago e recebo na moeda brasileira. Não vejo, porém, Deputado, o que isso possa ter a ver com o objeto desta investigação. Mas não me nego a responder a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A indagação que faço é porque V. Exª comprou um apartamento, deu um sinal de 127 mil dólares, equivalentes...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Ou, quem sabe, 35, pelo paralelo!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Equivalentes a 15 milhões de cruzeiros, que é o que o recibo declara. Só que não há este registro nas suas contas bancárias.

Por isso lhe pergunto - o senhor não ia conservar recursos em cruzeiros debaixo do colchão ou no armário, isso não conferiria com a inteligência de V. Exª -, se V. Exª pode ter pago em dólares ou se terceiros podem ter pago por V. Exª.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Terceiros não pagam as minhas contas, Deputado. Isso, em primeiro lugar, para varrer a testada. Terceiros não pagam as minhas contas! Eu pago as minhas contas!

Quanto ao pagamento em moeda nacional, pode-se fazer ao contado, em dinheiro - não é usual, não é hábito - e pode-se fazer por cheque ao portador, que era extremamente comum antes da legislação atual.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas não havia o valor, Deputado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Antes da legislação atual?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, não, Deputado, já era depois da Lei nº

8.120. V. Exª não podia fazer um pagamento em cheque ao portador.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Em 1990?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. A Lei nº 8.120, que acabei de enviar ao nobre ... é de abril de 1990, Deputado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas, então, todos nós infringíamos a lei. Todos nós pagávamos com cheque ao portador.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é possível, Deputado. Com esse valor era impossível.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Se não foi cheque ao portador, é em dinheiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria que o Deputado Roberto ...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Se não é cheque ao portador, é em dinheiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mesmo se fosse cheque ao portador ele estaria consignado em alguma das suas contas.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É possível. Af sim, af precisa cruzamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O que eu estou dizendo é que não podia ser cheque ao portador, porque já é posterior, isso daqui é novembro/dezembro de 1990, e a lei, proibindo o cheque ao portador, acima de um certo valor, é de abril, não é Deputado Roberto?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A lei é de 12 de abril, mas a norma vigorou antes, porque foi medida provisória com poder de lei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente. V. Exª...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Olha, a minha resposta é: o pagamento ...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A data exata teria sido 16 de março.

O SR. IBSEN PINHEIRO - ... pagamento por cheque ao portador ou em dinheiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se cheque ao portador, está cancelando a hipótese.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Então, pagamento em dinheiro, o que é...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em cruzeiros, não em dólares?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não em dólares. Moeda nacional.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Essa resposta, a meu juízo, não é convincente, mas V. Exª tem o direito de responder como desejar. O que eu queria perguntar a V. Exª também...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Até porque, Deputado, outra resposta que eu desse não teria o condão de me incluir no objeto da investigação. Não teria o condão de me incluir no objeto da investigação. Mas, o fato de não convencer a V. Exª também faz parte do contraditório que marca a nossa convivência nesta Casa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro. É que, Deputado, se V. Exª questiona a possibilidade de haver articulação dessa matéria com o objeto da investigação, sou forçado a avançar a razão que me levou a essa investigação, que é a denúncia, recebida pela Subcomissão, de que uma empreiteira teria adiantado recursos a V. Exª. Posso até declinar o nome.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Absolutamente falso! Absolutamente falso!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Sr. Deputado, V. Exª ...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Veja que eu contesto sem saber quem ou qual empreiteira ou pessoa, porque contesto absolutamente de modo genérico.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, V. Exª ...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Compreendo a pergunta de V. Exª, mas compreenda que me sinto insultado. Mas eu compreendo a pergunta de V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, V. Exª, efetuando essa operação em 1990, em novembro e dezembro de 1990, deveria ter declarado ao Imposto de Renda a aquisição desse imóvel. Não o fez; só no ano seguinte. V. Exª saberia explicar a razão?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado, não tenho o controle das minhas declarações como tem V. Exª, aparentemente, porque tem formação na área, tem formação superior à minha.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Exª dispõe da sua declaração?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim. Digo, não disponho da formação que tem V. Exª para analisá-la.

Mas vou responder, Deputado.

Quando procurei o Dr. Ives Gandra lembro-me que disse a ele: você está dispensado de qualquer sigilo relativamente a minha vida, sob qualquer forma de envolvimento em manipulação do Orçamento. Você está dispensado, porque não haverá qualquer forma de manipulação do Orçamento. Mas talvez eu precise da sua orientação para enfrentar eventual inconsistência de declarações de rendimentos e de bens, porque com a exposição que eu sofri é natural, é perfeitamente natural que o Fisco se ligue, se antene, olhe para o parlamentar, cujo nome está na manchete do jornal: recebeu 1 milhão de dólares aqui, recebeu mais um milhão, ou movimentou hoje trezentos.

Então, desde logo, adverti que se houvesse inconsistências no plano fiscal do cumprimento das minhas obrigações com o Fisco, das quais me considero um cumpridor, estou pagando a prestações a última notificação, eu, desde logo, protestava pelo auxílio necessário.

Agora, não vejo, Deputado, que inconsistências eventualmente reais ou imaginadas possam ser objeto da investigação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou-lhe explicar, nobre Deputado, é o seguinte: é que V. Exª não incluiu na sua declaração de bens este imóvel que, a esta altura, V. Exª tinha desembolsado cerca de 130 mil dólares. Ocorre que se o fizesse, a sua declaração de Imposto de Renda de 1991, ano-base 1990, estaria estourada, porque V. Exª não teria renda para justificar o aumento patrimonial apresentado nesse exercício.

Este é um caso claro de sonegação da fonte, de outras fontes de recursos que V. Ex^a eventualmente pudesse receber, não declarar e adquirir bens com ela.

A Receita Federal - a assessoria que tem trabalhado com a Subcomissão de Bancos - calculou que, nessa hipótese, V. Ex^a estaria estourado - falta-me aqui o papel - em 100 mil dólares. Vale dizer, se V. Ex^a não consumisse nada, nem V. Ex^a e nem sua família, ainda assim, se o seu consumo fosse zero, ainda assim, estaria devendo informação de 100 mil dólares da origem dos seus recursos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - V. Ex^a quando fala em 115 mil dólares se refere à prestação inicial de 770?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, não. Refiro-me aos 15 milhões de sinal, que V. Ex^a pagou no dia 19 de novembro.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Dia 19 de novembro? Quinze milhões de sinal, é 770 mil dólares?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, 127 mil dólares.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Ah, 127 mil dólares. Primeiro digo a V. Ex^a que o apartamento todo custou 140 mil dólares. Total de 38 ou 39 milhões.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Convertido pelo dólar da época dá 300 mil dólares.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Trezentos mil dólares? É de quem quiser o apartamento hoje. Naturalmente se pagar as despesas de...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Conversão da época.

O SR. IBSEN PINHEIRO - ... de transmissão.

Deputado, 770 mil sobre 38 milhões, quando 38 milhões representam 140 mil dólares, V. Ex^a é melhor nas contas do que eu, mas 770 sobre 38 milhões não é 115 sobre 140.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é 770, nobre Deputado. Ninguém falou em 770 mil dólares, 770 mil eram cruzeiros, a prestação que V. Ex^a pagou.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É o que estou dizendo, 770 está para 38 milhões, assim como 115 estaria para "x". Ora, se o apartamento custou 140 mil, é intuitivo que os 170 é uma quadragésima parte disto.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, nobre Deputado. V. Ex^a está fazendo contas com números que não utilizei.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas, V. Ex^a utilizou os 770 mil.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou dizendo o seguinte: V. Ex^a comprou um imóvel por 38 milhões, pagou 15 de sinal - é o que está aqui na escritura

O SR. IBSEN PINHEIRO - Setecentos e setenta de sinal? Não é isso?

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a pagou 15 milhões. A primeira prestação que pagou foi de 780 mil cruzeiros, não mais milhões.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Ah, sim. Mil cruzeiros.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É. Então, V. Ex^a está confundindo prestação com entrada. Eu não estou.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas, veja bem: no ano de 1990, Deputado, o pagamento foi de 770 mil. No ano de 90.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, um sinal de 15 milhões.

O SR. IBSEN PINHEIRO - No ano de 90?

O SR. LUIZ SALOMÃO - No dia 19.11.90.

O SR. IBSEN PINHEIRO - V. Ex^a não tem o número que é o valor? De 770 mil cruzados novos?

O SR. LUIZ SALOMÃO - 770 mil cruzeiros.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Cruzeiros, era moeda da época?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Valem 5 mil dólares. Quatro mil setecentos noventa um dólares.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Esse foi o pagamento de 90.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esse foi o pagamento que V. Ex^a fez no dia 21 de dezembro de 90.

Pois bem, no dia 19 de novembro de 90, V. Ex^a teria pago 15 milhões de cruzeiros, que não são 770 mil.

O SR. IBSEN PINHEIRO - V. Ex^a pode me dar acesso ao documento a que se refere?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro. Acho que é o mesmo documento, que eu tenho uma cópia de...

Está aqui a cláusula terceira desse instrumento particular. V. Ex^a pode...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Quero, também, dizer a V. Ex^a que eu constitui uma auditoria sobre a minha vida financeira. Sobre a patrimonial, e estou expondo com singeleza...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas Deputado, V. Ex^a tem um instrumento af, em que está escrito cláusula terceira, na página 02, bem embaixo:

"O preço certo e ajustável é 409 mil 672 BTNfs, que, hoje, representam 38 milhões de cruzeiros, e será pago nas seguintes condições: 185 mil BTNfs, hoje representadas por 15 milhões de cruzeiros. Confere? Pagos neste ato como sinal do negócio."

O SR. IBSEN PINHEIRO - V. Ex^a me permite ver o documento?

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a tem um igual af.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não estou identificando.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na página seguinte, Deputado, Embaixo. Cláusula terceira. Embaixo. Achou a cláusula terceira?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não, estou procurando.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a lê aí. O preço certo e ajustado é esse? Deverá ser pago nas seguintes condições (letra a): 185 mil BTNFS que, hoje, representam 15 milhões de cruzeiros - muda de página -, pagos nesse ato, como sinal do negócio pelo que a promitente vendedora dá quitação.

O SR. IBSEN PINHEIRO - 15 milhões sobre o total...

O SR. LUIZ SALOMÃO - De 38.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Bom, aqui nós temos em BTNf. Não sei se já incorporou...

O SR. LUIZ SALOMÃO - 38 milhões de cruzeiros.

O SR. IBSEN PINHEIRO - 38 milhões de cruzeiros.

Veja, Deputado,...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como 15 milhões são 127 mil dólares, 38 milhões são 300 mil dólares em números redondos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Olha, Deputado,...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas isso não é a polêmica que nós estamos travando.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Até porque eu acho que o dólar paralelo, especialmente na época, era distorcido em relação ao oficial, coisa que hoje já não ocorre.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado, quando eu estou me referindo à sua declaração de 1990, estamos trabalhando em cruzeiros. Em cruzeiros, ela estaria estourada num valor equivalente a 100 mil dólares.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não tenho meios de avaliar se V. Ex^a está correto. Não tenho meios. Posso dizer que V. Ex^a também não me convence, assim como eu também não quis lhe convencer. Mas digo a V. Ex^a que a compra efetiva ocorreu em 91, conforme o instrumento que V. Ex^a tem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Os recibos são com datas frias.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Como datas frias?

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a está dizendo que ocorreu em 91 e não em 90.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Aqui é o começo da operação. A definitiva ocorreu em 91.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro, compreendo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - V. Ex^a sabe disso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Compreendo. Mas eu digo o seguinte: V. Ex^a deveria ter declarado ano-base 90, declaração de 91, que tinha adquirido ou estava em processo de aquisição de um imóvel que gastou, fazendo a conta...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Imaginei que deveria fazê-lo na conclusão do processo que ocorreu em 91.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Bom, então, vamos passar para a declaração de 1991 - estou encerrando, Sr. Presidente, - para dizer o seguinte: se nós transferirmos a operação imobiliária para o ano de 91, o que vai acontecer é que V. Ex^a terá um patrimônio a descoberto, não justificado, de 17 milhões 509 mil 512 cruzeiros, equivalentes ao dólar de 31/12/91, para ser favorável a V. Ex^a, a 16 mil 382 dólares. O que significa isso? Se V. Ex^a não tivesse consumido rigorosamente nada com sua família, ainda assim estaria faltando fontes de renda que justificassem os 16 mil dólares de variação patrimonial acima dos recebimentos declarados por V. Ex^a.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Dezesseis mil dólares?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É. Dezesseis mil dólares além do consumo que não está sendo contabilizado. V. Ex^a saberia explicar isto?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Olha, Deputado Salomão, V. Ex^a formula, com base num estudo que fez e evidentemente tem a vantagem de conhecer o seu objetivo, o que pretende com essa inquirição, que, na minha opinião, foge ao objeto da investigação parlamentar. Mas eu tenho a plena consciência de que fiz o negócio com os recursos disponíveis para mim. Inclusive capacidade de endividamento também é algo que não deve V. Ex^a excluir no ano de 90, que foi um ano eleitoral de dinheiro bloqueado.

Então, a capacidade de endividamento com a expectativa de recursos que eu tinha, em 90, porque haveria o desbloqueio em 91, e eu tinha uma fazenda para vender, que já estava à venda, me assegurava plena capacidade econômica para comprar um apartamento, que, acrescento a V. Ex^a com informações da Prefeitura de Porto Alegre - e a Prefeitura de Porto Alegre não é benevolente na estimação do valor venal, ao contrário, as queixas são muito fortes em relação à Prefeitura de Porto Alegre - que o valor venal, lançado pela Prefeitura de Porto Alegre, atribui um valor de 108 mil dólares. Pode ser que ela se engane em 20% ou 30%, ou até 40%, mas em 100% certamente não se engana.

Então, o negócio não tem a dimensão que V. Ex^a imagina; não tem a dimensão. E a minha capacidade econômica, que é o que realmente interessa, é congruente. Ainda que V. Ex^a possa dizer que num dado momento o recurso líquido disponível é menor, a capacidade econômica é que importa. E se V. Ex^a fotografar o meu patrimônio de 88, de 89 com o de 91, de 92, verá que a variação ou é insignificante ou é congruente e compatível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Salomão, a Mesa manteve perguntas de V. Ex^a, na medida em que, dizendo o nobre depoente que as perguntas

refulgiam ao escopo desta CPI porque acreditou que V. Exª faria a articulação das perguntas em relação aos objetivos nossos que seriam incluindo o caso do patrimônio.

O nobre Deputado Ibsen Pinheiro não se negou - em nenhum momento - a respondê-los. Isso leva a Mesa a um pequeno dilema porque, ou nós cortamos a pergunta desde logo ou, então, o depoente se sente obrigado a responder por uma questão até de constrangimento pessoal.

Peço que as perguntas que não façam referência ao escopo desta CPI não sejam reproduzidas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, permita-me V. Exª porque eu saíria desta reunião profundamente contrariado e constrangido se porventura eu tivesse alguma sensação que não perguntei do que me cabe e que é minha missão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tentou, inclusive, explicar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Permita-me dizer o seguinte: a subcomissão de patrimônio partiu da informação do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que não quis ler aqui porque achei que ia ser enfadonho, que o Deputado Ibsen sabia do esquema do Orçamento e que S. Exª também tinha obtido vantagens com isso, sobretudo na área de subvenções.

Eu não quis retomar essa questão, em respeito ao Deputado Ibsen Pinheiro. Mas a função da Subcomissão do Patrimônio é verificar se a evolução patrimonial das pessoas confere com a evolução da sua renda declarada. Não quis fazer inclusive denúncias que não pude comprovar. Só poderemos comprovar mediante um aprofundamento das investigações da comissão de banco, para saber quem fez os depósitos nas contas do Deputado Ibsen Pinheiro.

O que procurei mostrar - e essa era a minha função - é que o patrimônio do Deputado Ibsen Pinheiro, na minha avaliação, feita junto com o fiscal da Receita Federal, não conferia com a sua declaração de renda. Apenas isso. Isso é que é, vamos dizer, o princípio de provas que a Subcomissão de Patrimônio pode produzir.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sr. Presidente, vou pedir a oportunidade de uma observação - desculpe, Senador - porque o Deputado Luiz Salomão, não faço nenhum reparo à inquirição de S. Exª, embora a matéria não seja objeto desta investigação, como consignou o Presidente. Mas sua declaração final, invocando Molière e usando a palavra Tartufo, se não teve S. Exª nenhuma intenção....

O SR. LUIZ SALOMÃO - Minha comparação era apenas o prólogo da obra.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sinto-me tranqüilizado, então. Agradeço a V.

Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Ibsen Pinheiro, fiquei muito atento à citação e se ela fosse grosseira - que não seria porque conheço o Deputado Luiz Salomão - ela teria recebido, evidentemente, a sanção da Mesa. Apenas se referiu ao Tartufo porque dele tirou essa passagem. Poderia também utilizar de outra peça porque toda e qualquer parte do teatro imortal de Molière pode ser usada em circunstâncias que a vida nos dá, pois ele traduziu ao longo de sua obra a vida humana.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Desculpe-me intervir, mas o Deputado Luiz Salomão fez uma afirmação de que consta nesta CPI que uma empreiteira teria pago despesas ou valores para o Deputado Ibsen Pinheiro. Sou desta Comissão, não conheço essa afirmação, acho que não tem nenhum fundamento. Consultei o Relator para ver se constava isso desta CPI, e também o Relator não tem conhecimento desse fato.

De forma que é uma acusação que não consta - para mim, membro da CPI - desse fato. Admito até que a Mesa não saiba também dessa acusação feita.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Presidente da CPI ouviu o Deputado Luiz Salomão dizer que havia uma denúncia nesta Comissão.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Talvez seja, Senador, o subproduto mais negativo de um fato tão positivo porque estimulou o denunciante.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Isso talvez seja, se me permite, Senador, o subproduto mais negativo de um fato tão positivo, porque estimulou o denunciante por vinganças pessoais, por toda natureza. E nessas investigações aparecem as grandes virtudes das pessoas, mas também os seus piores defeitos.

Eu disse, na ocasião, que considerava a pergunta insultuosa, sinto-me insultado, mas não me nego a responder por respeito a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu interpretei as palavras de V. Exª também como se sentindo insultado, o Deputado Salomão silenciou sobre isso, e eu interpreto que o insulto foi em relação à denúncia, e não exatamente....

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu não encampeí a denúncia, nobre Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu lhe sou agradecido por isso. A denúncia é inconsistente, insubsistente e nem V. Exª encampa. Eu me sinto gratificado por isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu não encampeí porque, inclusive, não citei quem teria sido o empreiteiro.

O SR. IBSEN PINHEIRO - O que, aliás, teria sido positivo, se o denunciante fosse conhecido, porque denúncia irresponsável deve ser punida com a quebra do sigilo do denunciante. Tenho conversado com os jornalistas nesse sentido: denunciem a falsa fonte!

Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Eu queria apenas ressaltar esse fato, porque é muito grave nos referirmos às denúncias e não dizermos de onde elas vêm, sem origem, o que pode implicar um prejuízo, principalmente para uma figura como a do Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fica registrada a intervenção de V. Exª, nobre Deputado Rollemberg.

Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado Ibsen Pinheiro, por índole, sou contrário a qualquer tipo de introdução à pergunta, mas a sua fala exordial me levou a algumas reflexões. E hoje, por certo, na sua vida de homem público, é um dia muito importante. Talvez seja o dia mais importante da sua vida.

Esta Comissão, com acertos e desacertos, tem timbrado em honrar um compromisso assumido no primeiro dia, do qual foi intérprete o Presidente Jarbas Passarinho, dizendo que acima de todos nós estava o Congresso Nacional.

Aqui dentro, seria muito triste se houvesse lugar para qualquer colocação de ordem ideológica, partidária ou política.

De repente, nós nos erigimos juízes de nós mesmos. E competirá ao Relator, Roberto Magalhães, talvez, a parte mais difícil, que é a de avaliar todos os fatos com isenção, sem qualquer tipo de emoção e inteiramente cumprindo os melhores princípios do Direito.

Somos uma Comissão de investigação, mas temos compromisso, primeiro, com a verdade; segundo, com o respeito ao Direito e, mais acima disso tudo, conforme falou o Presidente Jarbas Passarinho, com a nossa Casa.

Se errarmos, temos de errar na consciência de que não estamos cometendo um ato pessoal que nos situe no hemisfério da política, da ideologia ou mesmo, quem sabe, dos partidos.

Esta Comissão, é óbvio, foi instituída para apurar fraudes no Orçamento denunciadas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos e, às vezes, eu me quedo perplexo, porque há uma preocupação com o enriquecimento ilícito.

Se o enriquecimento ilícito estivesse vinculado à fraude do Orçamento, seria, obviamente, um motivo para ser discutido.

Nós temos uma Lei muito recente, a nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que considero exemplar, primorosa, exatamente objetivando coibir aquilo que é uma prática profundamente condenável no exercício dos mandatos da vida pública, que é o enriquecimento ilícito. E, talvez, aí resida o grande desafio desta Comissão.

O Texto Constitucional é claríssimo. Todos nós aqui somos Parlamentares, alguns muito mais experientes do que eu, que sabem qual foi a vez do constitucionalista no momento em que colocou o fato determinado, para evitar exatamente que a Comissão, no seu âmbito investigatório, se perdesse ao longo do tempo.

Suas palavras, Deputado Ibsen Pinheiro - tenho a coragem de assumir esta posição agora -, até o momento, honram a sua vida pública aqui, no exercício do Congresso Nacional. E eu quero ter essa coragem, Deputado Ibsen Pinheiro. Não somos amigos, não somos do mesmo Partido, falamos muito pouco desde que aqui cheguei, mas este é o grande momento da sua vida e quero lhe dizer uma coisa: só tenho uma preocupação neste momento, em face deste debate todo, é que chegue às mãos do Relator e desta Comissão, em tempo razoável, a auditoria feita pela empresa TREVISAN, que é uma das mais notáveis e reconhecidas do País. Não diria que é a prova definitiva, mas nos dará subsídios para o julgamento. Não adianta questionarmos determinados aspectos. A polêmica vai se instaurar na sustentação do seu ponto de vista com o ponto de vista de deputados e senadores que também estão nessa diligente tarefa de encontrar a verdade. Então faço votos - quero dizer isso de início - que a auditoria levada a efeito venha exatamente ao encontro dos seus anseios, dos seus propósitos, manifestados numa fala exordial que ouvi com o mais profundo respeito, porque tenho consciência de que o exercício do mandato da vida pública brasileira hoje requer, acima de tudo dos homens, prudência e muitas vezes serenidade.

Se fiz esse intróito, ao revés do que sempre digo e sempre penso, é porque achei que era imposição também da minha consciência e dever de membro da CPI. Deputado, até quando a auditoria da TREVISAN será concluída em termos definitivo para conhecimento desta Comissão?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Na minha intenção ela estaria concluída já complementemente no momento em que aqui viesse, mas aponto a V. Exª, Senador Elcio Alvares, dois aspectos que quero considerar: primeiro a ampliação do escopo que estou pedindo para examinar créditos inferiores a 2 mil dólares para diminuir risco de distorção; segundo, o acesso que terei, logo após este depoimento, aos documentos da CPI que me permitirão compreender melhor a auditoria de TREVISAN pelo confronto.

É possível que, por exemplo, um lançamento que a CPI não identificou, tenha sido identificado por TREVISAN e vice-versa. Então o cruzamento dessas informações vai permitir uma redução extrema de qualquer grau de incerteza. Mas não quero concluir a resposta, Senador Elcio Alvares, sem dizer que me senti preparado para as inquirições mais duras que houvesse nesta Casa, mas estava despreparado para o cavalheirismo, a elegância e generosidade de V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado Ibsen Pinheiro, em resposta a uma pergunta do Senador Gilberto Miranda, V. Exª declarou, conforme estimativa de TREVISAN, que o seu patrimônio hoje está orçado em 348 mil dólares e fez um adendo: e mais 1 mil dólares que seriam provenientes de contas gerais.

Pergunto: V. Ex.^a não possui poupança ou aplicações financeiras?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não tenho mais, exceto o depósito no Banco do Brasil, em Nova Iorque - já passei à Mesa documentação respectiva - referente a 18 mil dólares. Não tenho mais poupanças, porque as consumi na compra e obras desse apartamento e nas obras de reforma que fiz na minha casa de praia, no Município de Xangri-lá. Por isso, Senador, houve uma movimentação significativa, especialmente em 91/92, relativa ao consumo desses recursos originários da venda da fazendola e também do desbloqueio dos cruzados. Então o consumo incrementou a movimentação, mas, ao mesmo tempo, consumiu as reservas. Minhas reservas hoje são patrimoniais, porque o patrimônio imobiliário tem esse volume a que V. Ex.^a referiu e não há mais reservas financeiras. O mil ou dois mil dólares que dou como depósitos de hoje devem ser conforme a Câmara tenha ou não tenha pago os subsídios nesta semana.

O SR. ELCIO ALVARES - Dentro da proposta da CPI de Orçamento, vou fazer uma pergunta, Deputado Ibsen Pinheiro, que também não é tecnicamente perfeita, porque solicita de sua parte uma avaliação e um juízo e pode ingressar inclusive dentro do terreno da subjetividade.

O Relator Roberto Magalhães tem declarado publicamente, e será uma das suas conclusões que será submetida aqui ao Plenário da CPI, que é contrário ao funcionamento da Comissão de Orçamento - diga-se de passagem também acompanho, de saída o pensamento do nobre Deputado Roberto Magalhães - já V. Ex.^a foi Presidente da Câmara dos Deputados, é um Parlamentar acatado e tem tido uma participação ativa nos vários episódios e até trabalhos Parlamentares do Congresso brasileiro, qual seria a sua opinião, hoje, em face de todos esses fatos que estão vindo a lume a respeito da extinção ou não da Comissão de Orçamento?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Senador Elcio Alvares, tenho a impressão de que a convergência é muito grande, na Casa, quanto ao diagnóstico. Pode haver divergência quanto à terapêutica. O diagnóstico é claro: não foi boa a solução do atual texto constitucional. Não foi boa a solução do atual texto constitucional. Não foi boa a solução; hipertrofiou os defeitos da Comissão do Orçamento e permitiu que se distorcessem os seus trabalhos.

Tenho essa opinião há bastante tempo, aliás o Deputado Roberto Magalhães provavelmente já conhece, porque conheço a opinião dele, uma vez que como Presidente da Câmara recebi das mãos dele um documento da Procuradoria Parlamentar, cujo titular era ele, na qual fazia uma crítica profunda e consistente dos mecanismos de funcionamento da Comissão do Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex.^a me permite uma observação.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Pois não, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero não somente confirmar as suas palavras, mas dizer que V. Ex.^a deu seguimento, porque entregou o documento que pedia a extinção ou reformulação profunda daquela Comissão, ao novo Presidente que assumiu. O novo Presidente, por sua vez, reuniu os Líderes partidários, e a notícia que tenho é que acordaram na inoportunidade, já que estava se iniciando a elaboração de um novo Orçamento e não convinha, de pronto, fazer-se a alteração.

O SR. IBSEN PINHEIRO - A informação de que eu não dispunha, de que o novo Presidente, com os Líderes, já está encaminhando, também tem outro aspecto muito importante. Agora podemos fazer alteração pela maioria absoluta do Plenário, numa sessão unicameral; antes tínhamos a dificuldade de que a alteração implicava uma emenda constitucional, tramitação bicameral, dois turnos em cada Casa.

O segundo aspecto, Senador Elcio Alvares, é qual será a melhor terapêutica; Comissão Mista ou Comissão de cada Casa? Há divergências.

Comissão de cada Casa, através de Comissões técnicas ou Comissão específica? Também é uma hipótese.

Quando se amplia a participação das Comissões técnicas, valoriza-se aqueles órgãos, que são os pulmões da Casa, mas se perde em velocidade.

As Comissões Mistas têm mais velocidade, mas têm menos representatividade numérica pelo menos.

Então, eu reservaria um juízo sobre a conveniência de como formular, mediante uma discussão, que certamente haverá na Revisão Constitucional e eu espero, Senador, ter atravessado este momento que estou vivendo para retornar ao meu trabalho parlamentar ordinário e participar dessa discussão.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, encerro aqui a minha inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Ex.^a e se me permite ênfase a coragem com que se houve neste pronunciamento.

Há mais de três horas que a reunião iniciou. O depoente terá agora um breve intervalo, para depois fazermos um intervalo maior. (Pausa)

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 13h, a reunião é reaberta às 13h10min)

O SR. PRESIDENTE(Jarbas Passarinho) - Retomado o trabalho, a palavra é concedida agora ao Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, diria que talvez este seja o momento mais difícil da minha participação nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito silêncio no plenário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Diferente de muitos que depuseram aqui, não diria todos, V. Exª sempre foi um homem com estatura política, é uma figura exponencial dessa Casa, e que aprendi a respeitar na convivência democrática ao longo destes três anos que aqui estou, de primeiro mandato.

Esteve presente em todos os momentos decisivos do processo político do País nesse período, enquanto outros Parlamentares envolvidos na Comissão do Orçamento basicamente vieram aqui para fazer negócios. Não vejo em V. Exª um homem que tenha ao longo das suas atividades qualquer proximidade com este tipo de perfil de Parlamentares que nunca honraram o mandato popular.

No entanto, o papel desta CPI é investigar a verdade e ir até ao fundo do processo de apuração, para que possamos, ao final, inocentar os inocentes e responsabilizar os culpados, os envolvidos, seja quem for e tenha a importância que tiver na vida pública.

Começaria a minha arguição, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, retomando uma questão encaminhada pelo nobre Deputado Luiz Alfredo Salomão. Esse contrato de compra foi feito no mês de novembro de 1990. V. Exª disse aqui que a sua movimentação bancária só tinha três origens: os proventos da Câmara e da aposentadoria, movimentações interagências ou operações legítimas de vendas patrimoniais. E disse mais: que a campanha política foi financiada com recursos próprios.

A primeira pergunta que faço é a seguinte: como é possível, ao final de um processo da sua campanha eleitoral, desembolsar, no dia 19 de 1990 - porque isso aqui constitui um recibo -, 15 milhões de cruzeiros - e V. Exª diz que pagou em cruzeiros -, quando não há qualquer vínculo com esse valor na movimentação bancária dos meses anteriores e posteriores a esta data? V. Exª movimentou 900 mil cruzeiros no mês de agosto... Bom, podemos pegar julho: 1 milhão e 100, 900, 2 milhões, 1 milhão e 200. No mês 11, 1 milhão e 660; em dezembro, 2 milhões e 400. Em janeiro de 1991, 4 milhões e 800, 6 milhões e 400, 3 milhões e 300.

Não há qualquer possibilidade de, pela sua movimentação bancária anterior e posterior, ter sido desembolsado esse valor de recursos próprios. Mas é de se estranhar que, exatamente no final do processo eleitoral, quando os seus recursos deveriam estar comprometidos com uma atividade que é muito mais clara inclusive do que os proventos de um Parlamentar, de uma forma geral, V. Exª possa ter desembolsado esse valor.

Até este momento, V. Exª não conseguiu explicar essa operação. E quero mostrar depois que essa e outras perguntas que eu teria têm relação com o processo orçamentário.

Eu gostaria que V. Exª pudesse explicar como pagou e se pagou essa quantia, porque aqui consta que pagou. Isso aqui é um recibo da empresa dizendo que recebeu, no dia 19 de novembro de 1990, 15 milhões de cruzeiros. Não há qualquer sinal na movimentação bancária em relação a esses recursos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado Aloizio Mercadante, agradeço, primeiro, a referência inicial que fez V. Exª ao desempenho da minha atividade nesta Casa. Considero-o um testemunho qualificado, sendo como é V. Exª, um Parlamentar que, em primeira legislatura, tem marcado a sua atuação pela dedicação e seriedade.

Respondo, nobre Deputado, com a tranquilidade que tenho sobre a minha vida e as minhas contas, sublinhando, no entanto, que o principal na evolução patrimonial não é o episódio, é a sua congruência e a sua compatibilidade. O episódio pode servir para qualquer coisa, justa ou perversa. O que importa é a congruência.

Tenho um patrimônio hoje congruente com o que tive em 1992, em 1991, em 1990, em 1989, em 1988 e vou até atrás do período coberto pela investigação parlamentar para encontrar sempre congruência absoluta; isto é o fundamental. O modo da construção do patrimônio passa por pagamento, compra, passa por endividamento, porque sabe V. Exª - referi documentalmente - que, já no ano anterior, fevereiro de 1990, se não estou enganado, prometi comprar um outro apartamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas, nobre Deputado, os cruzados novos ficaram bloqueados!

O SR. IBSEN PINHEIRO - Tenho plena consciência disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª reforçou isso durante todo o episódio. Portanto, a poupança anterior da sua vida pregressa estava bloqueada. A única fonte de renda possível era a dos proventos ou alguma venda substantiva que pudesse cobrir, o que V. Exª só fez em abril do outro ano. Se eu somar todos os débitos - incluindo dupla contagem, movimentação bancária, o que quiser, interagência -, toda a movimentação bancária de março de 1990 a dezembro - ou posso ir até abril de 1991 -, V. Exª não tem recurso para pagar essa prestação de 15 milhões de cruzeiros. Então, V. Exª precisa explicar da onde vieram esses recursos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Preciso porque quero explicar!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Evidente!

O SR. IBSEN PINHEIRO - Preciso porque quero! Nada me obriga a esta espécie de explicação, porque é matéria que refoge integralmente ao objeto da investigação parlamentar. Mas quero explicar.

Primeiro, a congruência e a compatibilidade; segundo, a vida econômico-financeira de uma pessoa não se resume nas suas contas, não se resume necessariamente a crédito e débito, é muito mais rica do que isto! Eu disse ao Deputado Salomão que se deve considerar também, nos momentos de angústia financeira, a capacidade econômica do endividamento. Estes são fatos e circunstâncias normais na vida das pessoas.

V. Ex.^a também compra na baixa, embora nem sempre esteja no melhor momento para comprar. E um apartamento, especialmente, muito mais do que um automóvel ou uma gravata, compra-se nem sempre quando se quer, mas sempre quando surge a oportunidade. Acho que fiz um bom negócio comprando, por cerca de 140 mil dólares, um apartamento que, depois, pude ampliar, fazer as obras nele a partir dos recursos que tive mais adiante. Mas, o momento da compra era aquele; um pequeno sinal, para amarrar o negócio e o adiamento dos compromissos para 1991.

E que eu possa ter utilizado capacidade de endividamento como fiz também na campanha eleitoral. Já disse aqui, Deputado Aloizio Mercadante, que o que sobra das minhas campanhas eleitorais são dívidas, dívidas financeiras, dívidas materiais através de gráficas ou veículos. Então, V. Ex.^a deve considerar também essa hipótese.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nobre Deputado, mesmo que houvesse dívida, foi perguntado a V. Ex.^a se teria sido pago por terceiros, o que V. Ex.^a negou. Disse que quem pagava seus negócios era V. Ex.^a.

Com os cruzados bloqueados, em um ano de campanha, ao final da campanha política, desembolsar um terço do valor da operação... Não vamos discutir o dólar. Só podemos trabalhar com o dólar comercial. Mas, mesmo se considerando o dólar paralelo, que

nessa ocasião não havia o deságio do início do ano, mesmo considerando que sejam 150 mil dólares, 15 milhões em 38 é quase um terço do negócio. Quer dizer, V. Ex.^a desembolsou um valor que não tem compatibilidade com a renda declarada e bancária de V. Ex.^a...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas tem compatibilidade com o patrimônio; absoluta compatibilidade com o patrimônio. E não esqueça V. Ex.^a que capacidade...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim; mas patrimônio...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu devo intervir porque V. Ex.^a está retomando a questão que já foi respondida ao ilustre Deputado Luiz Salomão. V. Ex.^a está perdendo grande parte de seu tempo para perguntas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, posso até concluir e, se o tempo for... Tenho várias perguntas, inclusive, porque, pela Subcomissão de Bancos, fiquei responsável...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É que a retomada desse assunto terá a mesma resposta que já teve.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, se estamos aqui para apurar a verdade e ter precisão nas informações, acho que, às vezes, as respostas do Depoente fazem um digressão geral sobre a possibilidade, evolução patrimonial, mas não respondem à natureza da pergunta.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Aliás, não tenho obrigação de responder, nobre Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Então, está feita a sua resposta.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Quero responder, mas não vou lhe dar essa resposta. A única resposta que vou dar, eu a darei e não V. Ex.^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito; então, eu gostaria de, para podermos avançar, dizer: se os cruzados novos ficaram bloqueados, se houve gastos de campanha e se a única fonte de renda que o Depoente assume, durante as suas declarações de imposto de renda e outras, é decorrente de seus proventos e se os mesmos não têm como sustentar esse pagamento de 15 milhões de cruzeiros, há aqui um fato relevante para ser apurado na evolução patrimonial do Depoente. Sigo a pergunta, mas deixo registrado que ela não foi respondida.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas eu preciso responder a essa pergunta. Ainda quero responder a essa pergunta.

V. Ex.^a, não sei se na intenção de insinuar, porque V. Ex.^a ao mesmo tempo em que não encontra nas contas, fala em pagamento por terceiros e passa para a cabeça das pessoas que essas coisas se ligam, com o que V. Ex.^a só estaria fazendo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por favor, Deputado. Quem disse que não foi pago por terceiros foi V. Ex.^a. Eu perguntei como foi pago.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas quem perguntou se foi pago por terceiros foi V. Ex.^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Se não foram terceiros, se V. Ex.^a pagou em moeda nacional...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas quem usou a expressão...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...se durante um ano...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Permita-me responder. Quem usou a expressão "pagamento por terceiros" foi o Deputado Luiz Salomão e depois V. Ex.^a. Eu usei para...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdoe-me, Deputado Ibsen Pinheiro, mas o Deputado Aloizio Mercadante não usou a mesma expressão. A expressão foi usada pelo Deputado Luiz Salomão e V. Ex.^a a repeliu energicamente. S. Ex.^a aproveitou e fez apenas uma lógica formal. Se V. Ex.^a recusa, como recusou, repeliu o pagamento por terceiros, resta, então, a única alternativa de o pagamento ser de V. Ex.^a próprio. E é nessa

base que S. Exª fez a pergunta. Eu não interpreto a pergunta do Deputado como sendo uma reincidência daquilo a que V. Exª se referiu na ocasião oportuna.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas o fato, Sr. Presidente, é que S. Exª, o Deputado Aloizio Mercadante, usou, inclusive, para dizer que eu negara, a expressão "pagamento por terceiros".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para poder concluir que só V. Exª pagaria.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Claro. É preciso que tenhamos consciência de que, em um fato político, o que se passa para a sociedade é muita vez mais relevante, do que aquilo que se pretende passar. Então, eu quero dizer, com muita clareza, que ninguém paga as minhas contas não só porque eu não admitiria, mas porque não há razão para ninguém pagar as minhas contas. Teria que haver contrapartida. E onde se encontra qualquer espécie de contrapartida? É por isto que eu digo que a pergunta escapa ao objetivo da investigação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas V. Exª resolveu responder. A Mesa já tinha chamado a atenção disto.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu decidi responder por aquilo que apontei, Sr. Presidente: a brutal inversão do ônus da prova num processo de investigação parlamentar de conteúdo político. Então, está havendo uma brutal inversão do ônus da prova. Basta ao inquiridor dizer: "Se V. Exª não explica assim, será aquilo outro", invertendo-se o ônus da prova. Evidentemente, não vou invocar o silêncio em meu favor. Diz também o Deputado Mercadante que no ano de 90 a minha única fonte de rendimentos era a Câmara dos Deputados. Quem disse isto a S. Exª? Quem informou disso a S. Exª? Eu informei, aqui, que ainda no ano de 90 eu estava no processo de liquidação do empreendimento agropecuário. Preciso dizer a S. Exª que esse empreendimento valia, pelo menos, 800 mil dólares, pelo menos, e eu era sócio em condições de meio a meio. Preciso expor, numa pergunta que não é pertinente ao objeto, todos os aspectos da minha vida pessoal, que nada têm a ver com a Comissão de Orçamento? Expôr a capacidade de endividar, de pedir dinheiro emprestado, com a capacidade que se tem de pagar? Expôr a necessidade de vender o gado que pretendia engordar? Expôr a necessidade de passar para o sócio o trator ou qualquer outro bem? Expôr a um ponto - porque eu estou disposto a isto - com perguntas pertinentes. Agora, ir tão longe com perguntas impertinentes? Só porque o ônus da prova não é do acusado: agora é da testemunha. E esta me parece uma inovação processual absolutamente virgem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, a minha pergunta era muito objetiva. Era como foram pagos 15 milhões de cruzeiros no mês de novembro, 19 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos voltar af?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vou concluir.

A renda não é compatível com esse pagamento durante o bloqueio dos cruzados novos e não há...

O SR. IBSEN PINHEIRO - A renda é compatível, Deputado. Pode não ser compatível no extrato que V. Exª tem af. A renda é compatível.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A renda declarada e a renda que aparece na movimentação bancária jamais poderiam chegar a esse valor. De qualquer forma, eu deixo registrada esta questão e passaria para uma segunda.

Deputado Ibsen Pinheiro, há uma outra questão que precisa ser muito bem esclarecida e que tem uma relação absolutamente direta com a apuração da CPI. No depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, ele veio aqui e disse o seguinte:

"O homem do Deputado Ibsen Pinheiro, na Comissão de Orçamento, era o Deputado Genebaldo. Ele sabia de tudo. Ele indicava verbas e subvenções e, ao que consta, recebia benefícios das atividades da Comissão."

"O homem do Deputado Ibsen Pinheiro, na Comissão, era o Deputado Genebaldo".

Quando nós abrimos a conta do Deputado Genebaldo Correia, aparecem, no mês de junho de 1989, no dia 23 e no dia 29, dois depósitos, por sinal, num período em que muitos dos envolvidos na Comissão de Orçamento receberam depósitos vultosos. Por sinal, no mês subsequente à votação do Jumbão na Comissão de Orçamento, que foi festejada, nacionalmente, pelas empreiteiras, como a imprensa, da época, anuncia. Há dois depósitos na conta do Deputado Genebaldo que ele não esclareceu, até o momento, a origem desses recursos. É no valor de 50 milhões de cruzeiros (35 mil dólares) e 52 milhões e 600 mil cruzeiros (35 mil dólares). Pois bem. Exatamente a metade desses recursos que foram depositados vão para a conta de V. Exª, no valor de 51 milhões 926 mil cruzeiros.

O Deputado Genebaldo disse, aqui, que ele movimentava os recursos de campanha na sua conta bancária. Não disse que esses eram recursos de campanha mas, também, não explicou qual era a origem desses recursos. V. Exª precisaria explicitar para esta Comissão esta operação: a compra de uma caminhonete que não se verificou. V. Exª teria o recibo da compra da caminhonete, os pagamentos que foram feitos e, mais do que isto, poderia identificar, nessa auditoria que foi feita, quais os cheques que foram destinados a esta operação ou, ainda, V. Exª poderia me dizer como e quando pagou ao Deputado Genebaldo a quantia referente a esses 39 mil dólares? Quando e como, porque, caso contrário, poderia ser - uma hipótese - dinheiro de campanha que entra na conta e não volta para atividade de campanha, por sinal não havia aqui campanha de parlamentar nessa época, como nós alertamos o Deputado Genebaldo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado Aloizio Mercadante, a referência feita pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos à revista *Veja* tem origem, na minha opinião, em um conjunto de circunstâncias. Primeiro, nas lutas internas do PMDB, Deputado Genebaldo e eu estivemos aliados em muitos momentos; segundo, eu era o Líder da Bancada, antes de ser o Presidente, ele era Vice-Líder. Então passar uma idéia de uma solidariedade política era perfeitamente natural.

No momento em que começaram os boatos sobre a Comissão de Orçamento tentaram vincular uma relação política, aí todos os aspectos da vida era também uma tentação muito grande para adversários políticos externos ou de outros partidos ou nas lutas internas do PMDB. Era uma tentação muito grande para que não fosse perseguida. Então, provavelmente, o Sr. José Carlos Alves dos Santos disse o que ele escutava, representante, agora representante com que sentido, com que papel? Se se der uma conotação perversa, nada comprova isso. Porque se houvesse o sentido da representação espúria, ela teria que ter volume e habitualidade. Teria que ter volume e habitualidade. Que representação é essa, num esquema espúrio, que não tem reincidência, não tem habitualidade, não tem volume.

Deputado, V. Ex.^a me parece que está usando um método de investigação que não é inválido, mas é o mais frágil de todos: o de buscar pela aparente conveniência a motivação para o comportamento. Se existe motivo, existe o ilícito ou existe o comportamento. Deputado, a motivação é o último dos critérios de investigação, e V. Ex.^a está usando a motivação, a aparente motivação. Motivação, Deputado, só se se confortar com provas reais e concretas, isto é, se houvesse uma ação do Deputado Ibsen no Orçamento, na sua manipulação, se houvesse qualquer forma de intervenção para beneficiar, então, a motivação poderia ser tida como comprovadora.

Agora V. Ex.^a afirmar simplesmente que o Deputado era o representante; se entraram recursos saíram a metade; em que período, Deputado? Veja bem, se V. Ex.^a confrontar o período - eu não tenho acesso às contas do Deputado Genebaldo - a informação...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu dou para o senhor.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu vou concluir, Deputado. A informação que tenho foi aquela que o Deputado Genebaldo deu à esta Comissão: de que no dia 29 entraram 52 mil cruzados novos, que era mais ou menos o tamanho da soma dos 3 cheques.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No dia 23 entra 50, no dia 29 entra 52, no dia 29 sai parcelado em 3 cheques os recursos equivalentes à metade dessas duas operações para a conta de V. Ex.^a.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Se V. Ex.^a for fazer a metade, a metade não é a metade, não sou bom em números, mas já vi que não é a metade precisa. Se fosse metade, seria metade igual, porque não existe metade maior nem metade menor. Segundo, por que buscar a explicação mais complexa, especiosa, artificial e não ficar com a mais natural: que pessoas que convivem, Deputado Mercadante, fazem esse tipo de transação com grande frequência?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Deputado Ibsen, V. Ex.^a poderia explicar como e quando devolveu esse recurso para o Deputado Genebaldo, se a operação não foi feita?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Tenho meios de afirmar que houve a devolução. Pedi à TREVISAN Auditores que buscasse identificar. Não há cheque nominal, parece-me por uma razão perfeitamente compreensível. Quando você faz um negócio, pode dar um cheque nominal, quando desfaz, as partes se separam sem nenhum direito - uma sobre as outras. Então não há necessidade de documento. É assim que as pessoas fazem...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pediria a palavra como Relator para tentar, se possível, encaminhar esta questão da prova. O Deputado Ibsen Pinheiro confirma que vendeu, mas depois...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Prometi vender.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim. Perfeito. Exato. Até hoje não chegou à esta CPI nenhum documento a respeito dessa operação, a não ser o cheque. Eu perguntaria, V. Ex.^a tem condições, evidentemente, de comprovar que adquiriu a caminhonete?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, se V. Ex.^a pudesse encaminhar à relatoria esses comprovantes, já teríamos um indício de prova...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E que houve a devolução dos recursos para o Deputado Genebaldo. De qualquer forma nós aguardaremos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, isso aí seria outro... Estou querendo apenas, Deputado, comprovar pelo menos que essa caminhonete, realmente, existiu e ele adquiriu.

É importante porque há um indício.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. E a devolução, como o Deputado Genebaldo não soube dizer se recebeu, ou não explicou, o Deputado Ibsen diz que vai ainda consultar a auditoria para poder apurar, acho que a CPI pode aguardar as explicações futuras da devolução dos recursos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Esclareço, Deputado Mercadante, que o Deputado Genebaldo não disse que não recebeu. Disse que recebeu.

O credor e o devedor se consideram quites. Quanto a isso não há dúvida. Ele não disse que não recebeu de volta; disse que não tem condições de demonstrar com prova...

documental, porque, disse ele e também digo eu, ocorre, nesses negócios informais, que não se dá o tratamento de cautela que se dá num negócio com uma empresa.

Estou encaminhando, Deputado Aloizio Mercadante e Sr. Presidente, documentos relativos à compra da caminhonete, a sua existência, e informações que sejam necessárias, adicionalmente, também encaminharei, e o documento desse original...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tirarei cópia e devolverei a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Tenho mais duas perguntas para encerrar. São bem objetivas.

V. Ex^a disse que, inclusive, iria explicar isso na exposição inicial, a origem do depósito de um cheque administrativo do Banco Rural, em 21 de fevereiro de 1990, no valor de 1 milhão, 328 mil e 227 cruzeiros, ao câmbio oficial da época, 55 mil dólares. De qualquer forma, independente do valor do câmbio, qual é a origem desse recurso, desse cheque administrativo do Banco Rural, que não consta na CPI que V. Ex^a tivesse conta nesse banco?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Informei, inclusive na exposição inicial, sem que houvesse por isso uma pergunta, que nos anos de 89 e 90 converti recursos de patrimônio físico, boa parte, em recursos de ativo financeiro e optei, na época, 89 e 90, por investimentos em fundos de aplicação. Fazendo uma carteira que, na minha opinião, valia 120 ou 130 mil dólares, mas que ao câmbio oficial já apareceu até como 400.

O dinheiro comprável era 120 mil dólares, ou quem sabe um pouco mais, porque a variação é muito grande.

Por isso, Deputado Mercadante, os documentos ficaram em custódia no Banco do Rio Grande do Sul.

Vencida a eleição pelo Sr. Fernando Collor, depois da vitória e antes da posse, criou-se um clima de grande intranquilidade no País sobre os ativos financeiros, e eu lembro que essa intranquilidade era maior ainda, relativamente...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A origem do cheque administrativo é uma aplicação financeira anterior no Banco Rural, é isso?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não, deixe-me responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex^a está respondendo uma questão que já foi explicitada e que eu não estou perguntado.

A única pergunta é a seguinte: qual é a origem desses recursos no Banco Rural?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Vou explicar a V. Ex^a.

Então, o Banco do Rio Grande do Sul tinha sob sua custódia - juntei documentos ao Presidente já - títulos meus em fundos de investimentos, muitos deles títulos ao portador, porque entendi que era uma boa forma de investimento.

O Banco do Rio Grande do Sul tinha sob custódia e, por instrução minha, resgatou-os a partir das datas dos lançamentos e colocou-os na minha conta corrente, conforme V. Ex^a pode ver no documento que está a sua frente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só que nesta lista não consta esse depósito.

Esse depósito no Banco Rural no valor de 1 milhão, 328 mil e 227 cruzeiros, do dia 21 de fevereiro de 1990, é um cheque administrativo do Banco Rural para a conta de V. Ex^a.

Não tem nada a ver com o BANRISUL.

Ex^a. Do BANRISUL, no dia 21, há cheques que foram depositados na conta de V.

O SR. IBSEN PINHEIRO - V. Ex^a está enganado, Deputado.

No dia 21 de fevereiro de 1990, houve o depósito dos ativos resultantes dos fundos no BANRISUL, não do BANRISUL.

Não eram papéis do BANRISUL.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Havia uma aplicação anterior no Banco Rural que foi...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Temos de ter clareza sobre isso, ou me permitir que tenha clareza.

Os títulos ao portador não eram do BANRISUL, eram de diversas instituições financeiras, da sua emissão, ou da sua custódia. Então é perfeitamente possível que o Banco do Rio Grande tenha resgatado no Banco Rural título ao portador de outra instituição, é perfeitamente possível. Assim como o Banco do Rio Grande emitiu cheque administrativo de títulos de terceiro, isto pode ter ocorrido também com o Banco Rural.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ou seja, poderia ser uma aplicação no Banco Rural, que foi resgatado para fazer levantamento.

Para encerrar, Sr. Presidente. No levantamento da movimentação bancária - inclusive concordo que movimentação bancária não é por si só indicador relevante, temos que analisar a origem do recurso, sobre tudo, nesta CPI - V. Ex^a tem a movimentação Bancária global de 2 milhões 376 mil dólares, retirando as transferências da Caixa Econômica Federal, retirando as transferências interagências bancárias, que são da ordem de 540 mil dólares no nosso levantamento, retirando as vendas patrimoniais declaradas, como é o caso da fazenda, há um resultado final, líquido, de 1 milhão 278 mil dólares de crédito.

O que é que chama a atenção dessa CPI? V. Ex^a disse o seguinte: Que a origem dos recursos eram basicamente duas, como movimentação bancária não é origem, vamos descartar isso, são os proventos e operações de vendas patrimoniais.

A evolução patrimonial de V. Ex^a é positiva ao longo desse período, o patrimônio cresce.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Moderadamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Moderadamente. Tenho valores em cruzeiro, não uso valor dólar/ano aqui porque acho que é um critério muito precário. Então há um crescimento patrimonial durante o período.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Com exceção de 1991 para 1992, quando houve um decréscimo, um emagrecimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1991 há um crescimento de 169 mil 730,763. Mas qual é o relevante? Nas operações de compra e venda diria que há algumas, por exemplo, V. Ex^a vendeu um Fiat Uno/1986, em junho de 1989, por 32 milhões de cruzados novos, e comprou um Gol 1989 por metade do preço do Fiat Uno/86, três anos mais novos. Mas independente disso, que acho que são pequenas incorreções...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Meu silêncio não é confirmação não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... podem ser pequenas incorreções no Imposto de Renda, a variação patrimonial sendo positiva, a origem dos recursos fundamental é a dos proventos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Acho que não Deputado. Que período?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De 1989 a 1993.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Teremos que fazer a conta.

Se nesse período os proventos são 400 mil dólares é bem provável que o produto das alienações seja bem maior, é bem provável.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Ex^a alienou e comprou e a variação patrimonial foi positiva.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim, alienei e comprei, mas as vendas foram todas consumidas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Qual é o problema central?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante, peço que V. Ex^a conclua porque já estamos com quase trinta minutos de atraso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Se compararmos os proventos declarados de V. Ex^a e a renda declarada com os créditos na conta bancária, não há qualquer semelhança. V. Ex^a tem créditos mensais, as vezes o dobro, o triplo, mas sempre superiores, com exceção de um mês durante todo o período.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas todos eles, a partir de 1991, resultando das minhas próprias contas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, desde 1989, V. Ex^a pode ver o gráfico, aqui são os proventos, aqui são os créditos na conta. Há um mês em novembro de 1989, em compensação em dezembro como são 71 mil dólares de crédito, compensa.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Diria que o ano típico é o de 1993; 89, 90 foram anos de venda, e 1991, 92 foram anos de consumo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1993, tirando o segundo semestre, V. Ex^a continua com o padrão, com uma variação de crédito bancário muito superior aos proventos declarados.

O SR. IBSEN PINHEIRO - V. Ex^a saiba, Deputado, que meus recursos não são unicamente os proventos, talvez V. Ex^a não tivesse chegado quando fiz a exposição inicial e demonstrei que os proventos são parte dos recursos de que dispus nesse período.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Gostaria então, Sr. Presidente, de solicitar que para podermos fechar esse diagnóstico, que V. Ex^a encaminhasse à Subcomissão de Bancos o saldo das vendas patrimoniais, datas, os documentos ...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Seria bom se V. Ex^a tivesse me pedido antes de fazer as perguntas, eu teria facultado esses elementos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como nós adiamos o depoimento várias vezes, e foi feita uma auditoria com uma firma dessa dimensão, como é a TREVISAN, que V. Ex^a encaminhasse à CPI as vendas que foram feitas e os documentos bancários referentes a essas vendas, para que possamos, de fato, conseguir fechar a equação, porque os créditos bancários não correspondem à renda declarada e à fonte de renda básica de V. Ex^a. Então, como essas operações não estão na declaração do Imposto de Renda, elas precisam vir à CPI para que possamos chegar a um valor final da origem da renda identificada.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Pode contar V. Ex^a com isso; encaminharei os documentos respectivos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho; Sr. Deputado Ibsen Pinheiro:

No preâmbulo da sua apresentação ou no exórdio, como preferiu um outro colega nosso referir-se, V. Ex^a passou algum tempo falando sobre as angústias do espírito, a angústia da alma, o que me levou à reflexão de uma problema da maior seriedade e de conteúdo filosófico: dorme bem quem tem a consciência tranquila. E diz V. Ex^a que com V. Ex^a ocorreu exatamente o oposto, porque, em tendo a consciência tranquila, não pôde dormir, porque não tinha o como nem o porquê para responder às acusações que lhe são imputadas. Veja V. Ex^a como é difícil a existência humana. Schopenhauer dizia que a vida era um sonho e a morte o seu longo despertar. Eu não usaria esse termo para V. Ex^a, mas diria que a angústia é o longo despertar. E é o longo despertar mesmo, porque V. Ex^a mesmo disse que

sempre fez a vida pública sem a preocupação ascensional, sem procurar sentir os degraus que ia galgando lentamente na sua vida, que apenas foi existindo e foi vivendo, e que o problema da fortuna nunca lhe preocupou, porque V. Ex^a confessa que se fosse afortunado talvez não soubesse geri-la, porque preferia mais participar do que possuir. Confesso que fiquei realmente preocupado, o que me trouxe à lembrança um outro filósofo, também alemão, que pouca gente gosta, Friedrich Nietzsche. Friedrich Nietzsche dizia que as nações se decompunham porque lhes faltavam os grandes homens. E ele criou a figura do super-homem, que custou tão caro à Alemanha tantos anos depois. Mas vejo, nesta Casa, um punhado, um púgilo de super-homens que procuram conduzir este País no melhor rumo possível. Eu os homenagearia a todos neste instante citando a figura do nosso Presidente, que é uma daquelas figuras que Nietzsche chamou de super-homem, porque foi capaz de ter o dom de conduzir as massas, de se fazer acreditar, de se fazer respeitar e, em torno do seu nome, gravitar uma ação política da maior respeitabilidade.

Óra, Sr. Deputado, se faço essas elucubrações filosóficas, eu as faço despertado com o seu exórdio. E por isso não pretendo fazer nenhuma interpelação numérica.

Estou nesta Casa há longo tempo. Vou lhe contar uma história para depois lhe fazer as perguntas, que são de uma singeleza lapidar. Quando eu era Deputado, no meu primeiro mandato, fiz um projeto de lei, dos mais singelos, tornando obrigatório cintos de segurança nos automóveis no Brasil. Não sabe V. Ex^a as pressões que chegaram a esta Casa das empresas montadoras para que esse projeto jamais entrasse em pauta. E não entrou em pauta, não! Só se colocou cintos de segurança em automóvel no Brasil quando foi uma decisão do Executivo, do Conatran, do Detran, do Denatran, órgãos desse tipo.

Portanto, vou fazer-lhe uma pergunta de ordem administrativa, pessoal. Qual a posição de V. Ex^a quando exerceu - e diga-se de passagem - com muita proficiência a Presidência da Câmara dos Deputados? O Presidente da Câmara dos Deputados - escrevi - é o responsável pela elaboração da Ordem do Dia e, consequentemente, pela seleção das matérias a serem postas em votação. Qual era a sistemática dessas decisões? V. Ex^a ouvia as lideranças ou elaborava a pauta de conformidade com a precedência cronológica e regimental?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Era um pouco das duas coisas, Senador. A observância da regra é fundamental, mas também em uma Casa política a sua substituição pela conveniência política, apoiada, majoritariamente, também é normal. Por isso, às vezes, a matéria que está atrasada passa para a frente, porque tem força política e há os mecanismos regimentais para inverter o fluxo natural da Ordem do Dia.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então V. Ex^a admite que, de uma certa forma, haveria pressões externas à Casa que propiciavam condições de se colocar na pauta...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não, acho que internas, das lideranças partidárias.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Internas.

V. Ex^a, durante o período que ocupou a Presidência da Câmara dos Deputados - pergunto, agora -, foi alvo de assédio, mesmo de forma velada, por parte de pessoas ou de empresas interessadas nas verbas orçamentárias?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nunca. Nunca, em nenhum momento. Os assédios que sofri, aqui, foram dos Parlamentares, assediando nos seus objetivos políticos, e das lideranças sociais - trabalhadores, esses que exercem pressão. Todavia, pressão que tenha por origem qualquer interesse de negócio, nunca ninguém se atreveu a levar ao Presidente da Câmara dos Deputados, enquanto lá estive.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Certo.

Como Presidente da Câmara dos Deputados, V. Ex^a tomou conhecimento informal ou oficialmente da existência desse tipo de assédio sofrido pelos Parlamentares?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Conhecimento é uma expressão um pouco elástica, porque inclui o boato, a leitura do jornal. Agora, ciência própria, informação contundente, não tive conhecimento.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Devo dizer a V. Ex^a que fiz parte da Subcomissão de Subvenções. Naquela Comissão, nada encontramos que pudesse comprometê-lo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Qual Comissão, Deputado?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Comissão de Subvenções.

Não estou fazendo nenhum prejulgamento; não o estou absolvendo nem o estou condenando. Apenas lhe digo, neste instante, que V. Ex^a está vivendo as suas próprias circunstâncias. Desejo-lhe que as suas circunstâncias possam lhe ser favoráveis *oportuna tempore*, para que V. Ex^a possa comprovar isso que acaba de informar, reiteradamente, àqueles que o inquiriram antes de mim. Perdoe-me por ter sido tão singelo numa inquirição que vinha sendo tão contundente, tão agressiva nesta Comissão.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, V. Ex^a acabou de ouvir uma das figuras que no Senado sempre me causaram uma impressão de lhanza total. Veja que S. Ex^a acabou de dizer que V. Ex^a foi objeto, aqui, de inquirições agressivas e alguma coisa mais que o Senador falou que me passou pelo ouvido. Talvez, isso seja até uma crítica à Mesa, ao Presidente da Casa. Todavia, em outras oportunidades, eu tenho sido mais presente nas intervenções, não, evidentemente, no seu caso que seria até um insulto ao espadachim que V. Ex^a é, ao grande esgrimista da palavra que eu tivesse de defendê-lo, dando a impressão de que estaria poupando de alguma coisa menos polida.

V. Exª deve ter prestado atenção que, ao iniciar-se aqui a palavra do primeiro inquiridor, falei que uma das mais belas tradições da tribuna parlamentar é a polidez. Podemos agredir, inclusive, de uma maneira polida, e, neste instante, estou dando instrução à Taquigrafia para que retire deste depoimento a parte final da intervenção do nobre Senador Luiz Salomão, porque dele recebi os versos da peça de Tartufo, de Molière* e, depois, de lê-lo, relê-lo e interpretá-lo, considero que não têm nenhuma pertinência aquilo que estamos aqui analisando.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, V. Exª me permite?

Minhas palavras não continham nenhuma crítica à condução por V. Exª de nos nossos trabalhos. Eu quis dizer, até, que este tipo de contundência era necessário. Foi preciso que ela ocorresse, para que ele pudesse ter-se saído bem. Ele é um esgrimista da palavra, como V. Exª acabou de dizer. Pelo contrário, eu, quando citei Nietzsche, inclusive, falando nas figuras do super-homem, eu pedi permissão a esta Comissão, para, entre aqueles super-homens, citar V. Exª, como representante de todos nós, como aquele homem idealizado por Nietzsche, que foi capaz de sensibilizar, conduzir massas, conduzir povos e merecer, de todos nós, o maior respeito, apreço e admiração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço muito a V. Exª.

Uma vantagem adicional das intervenções de V. Exª é que cita sempre autores mortos. De maneira que não há a menor possibilidade de alguém pedir a palavra, para explicação pessoal.(risos)

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Atendendo a uma solicitação especial de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Deputado Ibsen Pinheiro, deu para entender e compreender, perfeitamente, que aqueles que me antecederam fizeram perguntas técnicas, com números, números esses bastante transparentes, que seria uma forma de provar o enriquecimento ilícito de V. Exª pelos seus ganhos, naturalmente, pelo seu poder de compra, de venda e de negócios que aparecem em suas contas.

Eu vou por outro caminho, porque, se batermos nesta tecla, vamos repetir algumas perguntas. Eu perguntaria a V. Exª, com toda a honestidade: os técnicos do PRODASEN merecem confiança de sua parte?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª entende que o trabalho deles é um trabalho perfeito, naturalmente, porque já fizeram outras CPIs e, até então, não deixaram dúvidas a respeito da capacidade. V. Exª contratou a TREVISAN, uma firma que fez auditoria em suas contas, naturalmente, para confrontá-las com aquelas que foram feitas pelo PRODASEN. É do conhecimento público... É interessante, até, que a opinião pública tenha esse conhecimento. Não somos nós, os Parlamentares, que vasculhamos as suas contas e procuramos indícios de enriquecimento ilícito na sua declaração de renda. Todo esse trabalho foi feito por técnicos. Nós, apenas, temos a responsabilidade, aqui, de, numa reunião plenária, quebrar o sigilo bancário, de atendermos à solicitação da Mesa, ou de algumas das Subcomissões. Todo esse trabalho que apurou os números foi feito por técnicos e, naturalmente, técnicos de competência. Eu quero que fique caracterizado isso, primeiro.

Segundo, V. Exª disse, no início da sua exposição, que o Dr. Ives Gandra não havia cobrado - eu já tinha conhecimento disso - qualquer trabalho, em função daquilo que havia sido solicitado a ele. E eu faço a seguinte pergunta: a TREVISAN cobrou pelo trabalho?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim.

O SR. PEDRO PAVÃO - Para que fique apenas caracterizado. Eu quero partir da premissa de que V. Exª, como ex-Presidente da Câmara dos Deputados, como ex-Líder do seu Partido, percebia alguma evidência, sentia que pairava no ar alguma dúvida a respeito da Comissão do Orçamento?

O SR. IBSEN PINHEIRO - A resposta é a mesma que dei ao Senador Francisco Rollemberg. Boatos cercam, há muito tempo, a atividade da Comissão do Orçamento. Lembro-me de que o Governo Collor também se instalou cercado de boatos, e os boatos acompanharam todo o Governo Collor. A investigação parlamentar surgiu, eu disse isso na minha exposição inicial, quando Pedro Collor falou e quando o motorista Egberto falou. Então, eu não negaria a V. Exª que todos nós, lendo os jornais, até lendo os jornais, ouvíamos insinuações, boatos. Agora, ciência própria de informação precisa não tinha.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Ibsen Pinheiro, eu faço a pergunta, porque aqui neste plenário um Deputado, relacionado ao seu partido, pertencente ao seu partido, Deputado Maurílio Ferreira Lima, disse que conhecia a máfia e S. Exª tem um tempo de Casa tanto quanto o de V. Exª.

Então, fiz essa pergunta naturalmente, porque se um parlamentar tem conhecimento desse fato, naturalmente o senhor como Líder do seu partido e Presidente da Casa deveria ter pelo menos uma idéia do que representava a Comissão de Orçamento e, portanto, hoje, existe uma CPI para apurar os fatos.

Faria uma outra pergunta a V. Exª de que - aqui também o depoente fez uma colocação e eu quero levá-la adiante -, para chegar à Presidência de um Partido, para chegar à Presidência de uma Comissão de Orçamento, para chegar à Presidência, naturalmente, da Câmara dos Deputados existem alguns mecanismos escusos, mecanismos esses utilizados por

empreiteiras, por grupos interessados, por banqueiros e até pela própria Comissão de Orçamento, na qual o senhor disse que não teve participação naquela confecção.

Mas eu lhe perguntaria: a Comissão de Orçamento, algumas empreiteiras ou mesmo grupos interessados na indicação de um Presidente, tiveram influência na sua eleição?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Absolutamente nenhuma, Deputado. V. Exª estava aqui e lembrar-se-á que o meu nome surgiu com grande naturalidade.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu estava chegando.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É, mas V. Exª já pôde votar no meu nome.

O SR. PEDRO PAVÃO - Perfeitamente.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Surgiu com grande naturalidade. Atribuo essa naturalidade ao fato de eu ter sido Líder do maior partido e no gabinete da minha Liderança é que se reuniam todos os partidos, várias vezes por semana, comigo na cabeceira.

Isso foi passando, digamos, até psicologicamente a idéia de que eu era o condutor do processo político no foro criado. Não o líder do processo político, claro, mas no foro ali criado. Com naturalidade!

Lembro-me de ter dito e afirmado que não disputaria com o Deputado Ulysses Guimarães a Presidência da Câmara. E o Deputado Ulysses Guimarães percebeu - com a competência que todos lhe reconhecemos - que caminhava naturalmente para o meu nome, tanto que eu fui candidato único, se não me engano, foi Ranieri Mazzilli o último que se elegeu como candidato único nesta Casa. Certamente por algumas qualidades, mas também talvez pelos defeitos que às vezes são apreciados também, mas não por defeito de sucumbir a qualquer pressão espúria.

Esta é uma Casa de pressão e de sofrer pressão, mas de sofrer pressões legítimas. Fui o candidato único, por isso nem sequer concessões políticas, que seriam normais, não é? O que se tem que fazer?

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª poderia dizer-me quem é Joaquim Vasconcelos Ferreira?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor emitiu um cheque em novembro de 92, dia 18 de novembro de 1992, no valor de Cr\$ 28 milhões de cruzeiros; um cheque da Caixa Econômica Federal.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Joaquim Vasconcelos Ferreira?

O SR. PEDRO PAVÃO - Em nome de Joaquim Vasconcelos Ferreira.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Ah sim, lembro, um assessor agora. Comprei o carro que uso do funcionário Joaquim, funcionário aposentado desta Casa, que era chefe de gabinete do Deputado Lira na 1ª Secretaria, comprei dele o carro que uso, um Gálexi 1979.

O SR. PEDRO PAVÃO - Perfeito.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Muito bem conservado, porque o Joaquim é um funcionário exemplar e também...

O SR. PEDRO PAVÃO - Deu um cheque nominal de um valor....

O SR. IBSEN PINHEIRO - Veja V. Exª o que faz a memória com a gente. O Joaquim, da 1ª Secretaria, acode-me rapidamente à lembrança, agora Joaquim Vasconcelos Ferreira...

O SR. PEDRO PAVÃO - E o Sr. Golden Dalven Rollings? Dia 17 de dezembro de 1991, um cheque de Cr\$ 14 milhões 440 mil.

O SR. IBSEN PINHEIRO - 1991?

O SR. PEDRO PAVÃO - 1991.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É o nome qual é?

O SR. PEDRO PAVÃO - É uma empresa, porque é Ltda: Golden Dalven Rollings. E existe uma cujo carimbo está em cima, não dá para...

O SR. IBSEN PINHEIRO - E qual é o município?

O SR. PEDRO PAVÃO - É Distrito Federal, cheque de emissão da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, essas personagens a que V. Exª se refere estão sendo investigadas por nós? Há alguma correlação entre a pergunta...

O SR. PEDRO PAVÃO - Existe qualquer coisa, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria que V. Exª justificasse, porque o Deputado Ibsen Pinheiro não está se recusando a responder nada.

O SR. PEDRO PAVÃO - Perfeito, porque isso faz parte do processo, até para que o Deputado Ibsen Pinheiro possa defender-se, providenciar o documento ou coisa que o valha, porque são valores...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Processo? Qual?

O SR. PEDRO PAVÃO - ...São valores...Não, fazem parte de um processo de acusação ao Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Trazido aqui para a CPI?

O SR. PEDRO PAVÃO - Está na CPI. Perfeitamente, do PRODASEN.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual foi a Subcomissão que recebeu esse ciclo? de processos e denúncias??

O SR. PEDRO PAVÃO - Só pode ter sido na Subcomissão de Cheques.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas para caracterizar o quê? Estou querendo entrar em detalhes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão. Estou perguntando ao Deputado Pedro Pavão. Primeiro quero ouvir o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, quero identificar e estou dando oportunidade para que o Deputado Ibsen Pinheiro...são cheques de valores altos, em épocas de depósitos, naturalmente, que não existem comprovantes. E naturalmente saídas de cheques também têm de ser comprovadas. Estou dando a oportunidade para que o Deputado Ibsen Pinheiro, como dei oportunidade, e ele já sabe quem é o primeiro - foi na compra de um carro, porque isso poderá ser especulado, os valores dos cheques. Isso foi passado a mim pela Subcomissão de Cheques.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Continuo com inteligência muito pouca do que estou ouvindo aqui. O meu dileto Colega. Não entendo porque uma pessoa que vende um carro para o Deputado, e ele paga, se o patrimônio dele permite isso, comecei a não entender. Apenas isso, Deputado Pedro Pavão. V. Exª prossegue.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Ibsen Pinheiro, V. Exª anotou. Apenas eu faria...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Anotei. Não tenho condições, de memória, de identificar, como também o anterior não identifiquei.

O SR. PEDRO PAVÃO - E nem estou cobrando de V. Exª de momento.

V. Exª liberou onze escolas de primeiro grau para o Rio Grande do Sul, num valor de 368 milhões, 960 mil cruzeiros. V. Exª tem informação da conclusão ou da liberação total desses recursos?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não. Não tenho.

O SR. PEDRO PAVÃO - São onze emendas. Não aconteceu nada?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não tenho, não cuido disso, Deputado. Meu esforço é no sentido de aprovar a emenda e, eventualmente, a pedido do prefeito, uma gestão junto ao Ministro para a liberação. Agora, o acompanhamento físico da obra, isso é coisa que nem me ocorre. Porque tem lá Tribunal de Contas, o próprio Ministério e mais a Câmara de Vereadores para fiscalizar, se eu vou acrescentar mais um, não adianta nada.

O SR. PEDRO PAVÃO - Perfeito. Muito obrigado, Deputado Ibsen Pinheiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, esse documento a que o Deputado Pedro Pavão se referiu é um pedido de informações à Caixa Econômica Federal, feito pelo Coordenador da Subcomissão, Deputado Benito Gama, solicitando a identificação dos créditos de valor elevado ou de cheques emitidos em valor elevado, o que infelizmente só foi entregue ontem à noite pela Caixa Econômica Federal e passado às minhas mãos, no início desta reunião, pelo Relator, Deputado Roberto Magalhães. Portanto, sobretudo no que se refere aos créditos, não foi possível à CPI analisar a origem dos recursos, porque a Caixa só forneceu as informações hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. FERNANDO FREIRE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO FREIRE - É somente para esclarecer que, na qualidade de Membro da Subcomissão de Bancos, também não tomei conhecimento dessa documentação da Caixa Econômica, de vez que, assim como o Deputado Aloizio Mercadante acabou de esclarecer, chegou às mãos desta Comissão apenas ontem à noite.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, espero que V. Exªs entendam a minha insuficiência de inteligência para poder subitamente verificar dois cheques desses e saber o que está se passando. Porque, ou nos comportaremos aqui, e passo a adotar esse princípio, poupando - quem quiser achar que estou poupando, mas é uma forma de poupar absolutamente regular - o depoente de receber perguntas que não tenham correlação. Agora vejo que há uma correlação com a Subcomissão de Bancos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, pediria para fazer uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PEDRO PAVÃO - ...de que, como existe um tempo limitado a cada parlamentar, é muito justo que, se o parlamentar não tenha condições de fazer as perguntas dentro do prazo, passe a outro parlamentar. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo. Obrigado. Logo, concluo que V. Exª recebeu para poder fazer essa pergunta, mas talvez não lhe tenham instruído totalmente a respeito da pergunta. Ai é o problema.

Tem a palavra o nobre Relator, por obséquio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, declarei aqui que sobre as contas bancárias do Deputado Ibsen Pinheiro eu não iria fazer indagações, porque elas seriam feitas por Membros da Subcomissão. Por isso, ao receber, hoje pela manhã, já no curso desta reunião, estes documentos da Caixa Econômica, mandei que fossem entregues ao Deputado Aloizio Mercadante, porque ele era um dos três que iria fazer as perguntas. E mais: quero dizer que já passei aqui mais de dez documentos esta manhã, documentos que vieram do depoente, que passei para os Srs. Deputados, estrategicamente, porque sei mais ou menos

qual é a área de cada um e também, com o cuidado de fazê-lo aos que iam talar e não aos que já tinham falado, porque estes não teriam oportunidade de utilizá-los. Somente isso, uma questão de logística.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aprendi na minha escola do Estado Maior: tática, estratégia e logística, e fiquei confuso.

Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes, se me permite, quero dar uma informação à Casa, embora já tenha dado à imprensa. O nobre Deputado Ibsen Pinheiro, que está sendo o depoente, já deve ter recebido uma explicação nossa de que a notícia publicada de que houveramos pedido o confisco do seu passaporte é inteiramente despropositada.

Fizemos uma solicitação escrita, por requerimento do Deputado Luiz Salomão, para que V. Ex^a pudesse trazer o seu passaporte para ser por nós manuseado. V. Ex^a antecipou-se e fez presente esse passaporte por intermédio do Senador José Paulo Bisol à Mesa.

A Mesa desta CPI analisou e verificou que a suspeita que poderia haver - não digo suspeita, mas a curiosidade que podia haver do Deputado Luiz Salomão - não tinha nenhuma razão de ser. Nenhuma viagem V. Ex^a fez nesse período que está sendo objeto dessa triste situação por que passa.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sr. Presidente, permita-me, ao mesmo tempo em que agradeço a V. Ex^a, referir que, de fato, V. Ex^a testemunha a verdade quando diz que não houve nem confisco, e nem sequer a palavra requisição usou V. Ex^a. Em atenção ao seu Colega, usou como solicitação - disponho do ofício aqui - e ainda acrescentou até uma demasia de delicada dizendo "se possível". Então conveio também ao depoente de hoje encaminhar ontem o seu passaporte à Presidência da Comissão e da Subcomissão porque a mim, pareceu-me que a insinuação da viagem a um paraíso fiscal tinha uma origem: se o patrimônio do Deputado Ibsen é compatível, então vamos ver se há alguma coisa em nas Ilhas Caimã. O patrimônio é compatível e não há viagens suspeitas.

Agradeço ao requerente Luiz Salomão pela oportunidade de ter demonstrado isso ao Brasil e à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Deputado Nelson Trad com a palavra.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, a identidade das minhas perguntas com a do Deputado Fernando Freire, do Senador Suplicy, obrigam-me a abrir mão da minha inscrição. Mas gostaria, antes de fazê-lo, Sr. Presidente, solicitar licença ao ilustre Senador Elcio Alvares e dizer que o exórdio da formulação das perguntas que ele fez a V. Ex^a eu utilizaria como uma peroração no momento em que nada tenho mais a perguntar a V. Ex^a, por não ter mais dúvidas a respeito da minha obrigação na formação do juízo a respeito do procedimento de V. Ex^a nesta Casa.

E só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra o nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, em primeiro lugar, pedi autorização a V. Ex^a porque é a terceira testemunha que comparece a este plenário e traz a informação de que em determinada época e diretamente pelo Presidente Ibsen Pinheiro, teria sido convidado para presidir a Comissão de Orçamento, sendo hoje afirmado pelo Deputado Ibsen Pinheiro que eu era a indicação e o candidato dele para a Presidência.

Como é a terceira vez que isso ocorre, sinto-me na obrigação de dizer e justificar que, na mesma oportunidade, fui solicitado pelo Governador de São Paulo para ocupar o honroso cargo de Secretário do Governo que representava, politicamente, uma função muito importante no Estado, e em determinado momento também crucial para aquele Estado.

Então, é natural que os Deputados Federais atendam os seus problemas regionais ou indicação para Secretário, sem embargo da crítica que a minha querida companheira Socorro Gomes sempre disse que o Deputado Federal devia ficar mais na área federal, e os Estados teriam as suas obrigações a serem resolvidas nos Estados.

Mas a influência regional é muito grande, os compromissos políticos também. Entretanto, eu queria declarar, em virtude da afirmação do Deputado Ibsen Pinheiro, que, na época, a afirmação dele e o convite para presidir a Comissão de Orçamento, ele dava a seguinte conotação: inúmeras funções teria que exercer nesta Casa e distinguia-me com a gentileza de que, se eu assumisse a Presidência da Comissão de Orçamento, por certo ele estaria livre de maiores preocupações, o que era altamente honroso. Mas tive que atender um outro compromisso, por isso queria justificar que não foi uma recusa simples mas, sim, uma convocação para outra atividade.

Não tenho maiores perguntas a fazer porque acho que aquelas informações trazidas pelo Deputado Ibsen Pinheiro para mim são satisfatórias, além do que a continuidade do seu trabalho com a auditoria que tem.

Foi levantada nesta sessão a preocupação com a auditoria tão importante e tão valorizada que o Deputado Ibsen Pinheiro tivesse procurado, porque o PRODASEN, de quem ninguém nega confiança, teria competência para dar todas as informações.

Mas, Deputado Ibsen Pinheiro, fique sabendo V. Ex^a que aqui existem investigações do PRODASEN, investigações particulares que, às vezes, surpreendem a própria Comissão.

Temos alguns companheiros do PMDB citados para serem ouvidos em Comissões ou em plenário, mas que já estão sendo investigados, em suas bases, por partidos políticos opostos, uma investigação tipicamente particular.

De forma que, o princípio de investigação particular ou auditorias particulares não é novidade. De tal sorte que, não há nenhuma ofensa às análises do PRODASEN quando V. Ex.^a busca uma auditoria de alto gabarito, porque isso é uma demonstração de que V. Ex.^a precisa, perante essa Comissão, demonstrar o que de melhor possa haver.

Por outro lado, Sr. Presidente, já justifiquei que não tenho perguntas fundamentais. Estou utilizando o meu tempo para dizer também ao Deputado Ibsen Pinheiro que aqui há sempre aquela preocupação de se saber sobre o núcleo da Comissão de Orçamento que prejudicou os cofres públicos, se havia corrupção ou tráfico de influência. Esta CPI já notou que dentro da Comissão de Orçamento havia irregularidades que devem ser apuradas.

Agora, o que me causa estranheza, Deputado Ibsen Pinheiro, é que o grande número de pessoas do PMDB citadas são decorrentes daquela imensa atividade de milhares de prefeituras que o PMDB tem e, portanto, o PMDB tinha uma atuação grande no Orçamento.

Mas é de se estranhar que as maiores emendas, em valores, geralmente não são do PMDB, são normalmente emendas de partidos minoritários e os grandes volumes dessas emendas não estão sendo investigados, porque talvez não haja denúncia. Mas é evidente que a posição do PMDB de investigar as denúncias deve ser ressalvada.

Grandes adversários dos anões - e nós também somos -, grandes acusadores do esquema de Orçamento tiveram pela Comissão de Orçamento, e com a aprovação dos anões e do núcleo do Orçamento, emendas enormes, que envolvem milhões e milhões de dólares, muito maiores que as emendas do PMDB.

Já foi requerido ao Presidente - o PRODASEN, com toda a sua competência, vai nos informar - quais os volumes de emendas e as origens partidárias.

Declaro que não vi nas críticas e nas perguntas a V. Ex.^a nenhuma acusação de vínculos da sua atividade financeira e patrimonial com empresa e nem tráfico de influência comprovado, só insinuado, obstaculado pelo nosso Presidente, que tem sido, assim como toda a Mesa, de uma retidão, às vezes até não muito política, mas tem mantido esta CPI numa linha extraordinária.

Não tenho perguntas. Tudo o que foi perguntado para V. Ex.^a foi no sentido da insinuação de uma possibilidade de uma intervenção sua no orçamento, que lhe tivesse propiciado alguma coisa. Sempre é assim. Nem a ilação, que o Presidente não gosta, não pode ser referida a V. Ex.^a, porque não tinha o fato de exploração de prestígio de corrupção que gerasse uma ilação. Fez-se o contrário, das dúvidas de contas de qualquer de nós, se for analisada, é complicada; das dúvidas dos lançamentos bancários, tirou-se uma ilação de uma possibilidade de um comportamento irregular. Quer dizer, isso é o que se diz compulsividade acusatória. Nós não participamos - e a maioria da Comissão não participa.

Então, como coordenador do PMDB nesta Comissão, quero registrar que para nós as suas explicações foram satisfatórias e serão complementadas, com o seu cuidado, numa auditoria especializada.

Muito obrigado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Muito obrigado, Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda e após essa inquirição teremos um intervalo para lanche.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, talvez para os colegas da CPI as minhas inquirições já estejam um pouco cansativas, porque de forma monocórdia tenho batido num ponto que precisa ser esclarecido, ou seja, como se compunha o núcleo de poder da Comissão de Orçamento? Como funcionava esse núcleo de poder? Acho que essa talvez seja a tarefa fundamental desta CPI, isto é, esclarecer esse assunto. As consequências individuais advirão desse esclarecimento. A existência de um núcleo de poder - vou utilizar novamente o mesmo tipo de raciocínio - não é, em si, algo pejorativo. Tenho a impressão de que em toda Comissão da Casa ou em todo agrupamento de homens há alguns que, por maior interesse ou dinamismo e aqui na Casa talvez por maior assiduidade, se impõem em função de algumas tarefas.

Mas nós comprovamos, a partir da denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que o núcleo de poder que se gestou na Comissão de Orçamento utilizou-se desse poder para obter benefícios, não para a sociedade, mas para obter benefícios pessoais, e manipulou recursos públicos. Temos indícios, informações, que mostram uma evolução desse núcleo: até 1988 ele tinha certa conformação, e V. Ex.^a se referiu em sua introdução a esse rodízio entre os mesmos Parlamentares, que trocavam entre si as posições-chaves da Comissão de Orçamento.

Mas o fato que nos chamou a atenção foi que o chamado esquema das subvenções teve origem nesse período. Algumas entidades começaram a se beneficiar nesse período e por indicação de membros preeminentes da Comissão de Orçamento, de verbas das dotações globais, que eram indicadas por alguns Ministérios sem nenhuma razão de ser.

Posteriormente, a partir de 1988, identificamos outra fase, fase de certo deslumbramento. Como o Congresso assumiu o poder de alterar o Orçamento, esse núcleo se consolidou e se ampliou. Trata-se de uma fase em que houve um aumento expressivo do número de emendas. Houve um ano, nobre Deputado, em que foram apresentadas mais de 77 mil emendas ao Orçamento. Esse núcleo, além de manter o esquema das subvenções sociais,

como reflete a existência desse núcleo... Não se trata de uma acusação, mas de dados que trazemos para análise da CPI. Por exemplo, com relação à verba do Ministério da Ação Social, o Sub-relatório em um ano foi do Deputado Genebaldo; no ano seguinte foi novamente do Deputado Genebaldo quem relatou a verba do Ministério da Ação Social - o nome que esse Ministério tinha naquele período; depois foi a vez do Deputado Fábio Raunheitti, por indicação do Deputado João Alves, fazer o relatório; depois o Deputado José Geraldo Ribeiro - até o ano de 1991 e para o Orçamento de 1992. Há uma ligação clara entre as pessoas que compunham esse núcleo de poder.

Após 1991, 1992, há outra fase que chamaria de a fase do auge das empreiteiras, ou seja, em que há uma atividade febril das empreiteiras, com planos organizados e muito bem-organizados para influenciar no Orçamento. Os documentos que conseguimos, na apreensão feita na casa do diretor da Norberto Odebrecht, comprovam isso, ou seja, planos bem delineados, bem organizados e articulados. Tanto isso é verdade que tiveram o mérito de conseguir 600 milhões de dólares de dotação orçamentária e conseguiram liberar 200 milhões de dólares.

Vou inquirir V. Exª para que aumente o grau de informações sobre esse assunto para a nossa CPI.

Primeira questão - a demissão do Dr. Roberval. V. Exª deu a informação baseando-se apenas num ato formal, num ofício do Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Ronaldo Aragão. Mas temos informações de que as motivações que levaram ao atrito entre aquele funcionário da Casa, importante funcionário da Casa, e o Senador Ronaldo Aragão, têm origem numa sindicância, fruto das notícias publicadas pela imprensa sobre os anões, notícia que vazou para a imprensa e que criou certo clima na Casa, pelo menos entre os Líderes e a Mesa, e que levou à demissão do Dr. Roberval. Tem V. Exª alguma informação adicional, além da mera questão administrativa, do ofício do Senador Ronaldo Aragão?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não tenho, Deputado Sérgio Miranda, porque eu sempre tive escassíssimas informações sobre os detalhes do funcionamento da Comissão de Orçamento. Isso porque, primeiro, era uma Comissão Mista e quem a dirige é o Congresso Nacional e não a Câmara; segundo, por falta de gosto na participação dessa atividade.

Sou, embora tenha sido, durante 06 anos, Líder e Presidente, um emendador medíocre, medíocre. E, por isto, não tive informações, não tenho informações adicionais. Apenas, atendi ao pedido escrito, encaminhei ao Presidente os ofícios, do Presidente Ronaldo Aragão, num ano, e do Presidente Messias Góis, no outro ano.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A crise de 91 quando surge na Comissão de Orçamento, a Comissão de Orçamento vota contra o relatório preliminar apresentado pelo Deputado João Alves, e, daí, deriva a sua demissão, e o Deputado Ricardo Fiúza assume a relatoria do Orçamento de 92.

V. Exª tem alguma informação sobre os fatos que derivavam, que propiciavam, ou propiciaram esta demissão?

Os fatos são um acordo feito com o Executivo para que as verbas já viessem carimbadas. Acordo sacramentado numa reunião na casa do Deputado João Alves, com a presença de Secretários, do Secretário Pedro Parente, do Sr. José Carlos Alves dos Santos e de Lideranças dos vários partidos. O PMDB estava representado pelo Deputado Cid Carvalho, pelo Deputado Genebaldo Correia e não me recordo o outro Parlamentar, mas, ... e Ronaldo Aragão.

V. Exª tem alguma informação sobre este acordo, sobre esta reunião, já que o Deputado Cid Carvalho - se não me engano, disse que estava ali, representando o PMDB - O Deputado José Geraldo também estava presente na reunião?

V. Exª tem alguma informação sobre este acordo, que gerou a crise de 91?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nenhuma Deputado. Nem participei dele, nem tomei conhecimento desta reunião a que se refere V. Exª, exatamente por aquela razão: se me intrometer, administrativamente, invadiria a área da Presidência, da competência da Presidência do Senado.

E, politicamente, nunca foi área da minha preferência, a elaboração orçamentária. Por isso, nenhum conhecimento próprio.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado Ibsen Pinheiro, todos nós nesta CPI temos a consciência de que estamos, no mínimo, dois anos atrasados; que esta CPI poderia ter ocorrido há dois anos, porque as denúncias que surgiram na imprensa, em torno da crise de 91, são as denúncias que estamos comprovando hoje, um ano e meio após, envolvendo os mesmos personagens, a mesma forma de atuação.

Então, neste sentido, a questão do pedido da CPI, é uma questão que eu queria um pouco mais de esclarecimento de V. Exª, mesmo sabendo que V. Exª já respondeu ao Relator, Deputado Roberto Magalhães.

Porém, a imprensa deu um grande destaque àquele momento. Foi naquele período que se cunhou a expressão sete anões, que se avaliou um número expressivo de emendas aprovadas por alguns Parlamentares.

A única questão que não foi abordada pela imprensa, naquele período, foi a questão das verbas de subvenções sociais. Estava um pouco encoberto. Mas a emenda, favorecimento de empreiteiras, o poder de um núcleo que agia na Comissão de Orçamento foram notícias muito evidentes naquele período.

V. Exª não considera que, pela importância do fato político que a imprensa refletia, não era fundamental ter ocorrido a CPI, ter sido realizado a CPI, mesmo havendo 05

ou 06 CPIs em funcionamento, poderia se colocar na pauta, poder-se-ia buscar-se uma fórmula de viabilizar a CPI?

V. Ex^a teria mais algum esclarecimento sobre esse assunto para a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Primeiro, eu esclareceria que não há limitação de 05 Comissões Mistas, porque a limitação de 05 é para as Comissões da Câmara.

Mas me referi também a uma limitação física, de pessoal, inclusive de pessoal Parlamentar, e de pessoal de apoio. Por esta razão, a Mesa do Congresso Nacional entendeu de avocar a averiguação daquelas denúncias, daqueles fatos. A Mesa do Congresso Nacional.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, permitiria?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou esperando para fazer, no final, um pedido de esclarecimento, só um pedido de esclarecimento, mas, já que o nobre Deputado Sérgio Miranda tratou, acho que a oportunidade é essa.

Da forma como nós encaminhamos aqui e pelo que foi dito pelo nobre Deputado Ibsen Pinheiro, pareceu-me que a responsabilidade, praticamente, era maior do Presidente do Senado, mas, tive aqui compulsando os documentos que V. Ex^a nos trouxe e verifico que o Senador Mauro Benevides diligenciou o pedido da indicação imediatamente.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque no dia 16 de dezembro de 91, ele já pedia. E V. Ex^a, só em março, começou a fazer essa solicitação dos partidos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas 16 de dezembro foi o primeiro dia do recesso, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é, isso é o que eu queria saber. Me parece que aí há o recesso...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Há o recesso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente. Então V. Ex^a explica como sendo o recesso que resultou...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Logo na reabertura do ano legislativo, pedi aos partidos que fizessem as indicações.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Os officios de V. Ex^a são todos de 26 de março. Então, é isso: foi o recesso que explicou esse retardamento.

O SR. IBSEN PINHEIRO - O recesso e mais outra razão. Só a 17 de março, se não estou enganado na data, é que se compôs a representação partidária. Talvez V. Ex^a lembre disso. A Câmara elege uma data no começo da legislatura para efeito de representatividade das bancadas. Porque há uma flutuação, variação de número de Deputados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E V. Ex^a encaminhou, inclusive, o quadro.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Isto. Talvez tenha a data do...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A data de 17 de março.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Dezesete de março.

Então, antes não se podia pedir a indicação dos partidos, porque não estava clara qual era a expressão numérica de cada partido na Comissão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vou continuar também na linha de obter informações para ajudar a nossa Subcomissão e a CPI em si.

Eu tenho ouvido, nobre Deputado, muitas reclamações de alguns funcionários, de alguns parlamentares, que o terreno que propiciou a ação mais desenvolvida desse núcleo de poder na Comissão de Orçamento foi a falta de organização daquela Comissão, principalmente a necessidade de informatizá-la. Se aquela Comissão tivesse sido informatizada há mais tempo, talvez grande parte desses problemas pudessem ser não evitados, mas pudessem ser mais controlados, amenizados.

Eu perguntaria a V. Ex^a: V. Ex^a sabe que num ano foi aprovada uma verba no Orçamento para informatizar a Comissão Mista de Orçamento, e que essa verba caiu em exercício findo. Isso se deve a uma mera questão administrativa? Ou qual a razão da demora na informatização da Comissão de Orçamento? Isso eu trago para V. Ex^a, é uma pergunta, não é uma acusação, é uma pergunta. Porque isso chegou de uma forma muito freqüente aos nossos ouvidos. A desorganização propiciou este terreno fértil para esta coisa. Com a questão do contingenciamento, a dificuldade proporcionava as condições de facilidades para que houvesse corrupção. V. Ex^a teria alguma informação para nós?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado, é notório que a Comissão de Orçamento não tenha a estrutura administrativa adequada, como talvez não tenha tido a concepção institucional adequada, o que só poderemos resolver na Revisão Constitucional.

Mas no que me compete, Deputado, além da falta de gosto para ter maior intimidade com a elaboração orçamentária, eu tinha uma limitação que nenhum outro Deputado tinha: eu era o único que, se cuidasse de acompanhar essas questões, estaria cometendo uma intromissão indevida e uma indelicadeza, uma grosseria com o Presidente do Senado. Qualquer outro parlamentar que não fosse o Presidente da Câmara poderia exercer até cobranças mais enérgicas a respeito do funcionamento. Mas o Presidente da Câmara fazê-lo significava comprometer a harmonia e a independência entre as nossas duas Casas.

Então, veja que o Presidente da Câmara é o mais limitado dos 503 Deputados para cobrar, pedir, sugerir em relação à Comissão de Orçamento.

Agora, sou também uma testemunha da diligência, do interesse, do esforço do Senador Mauro Benevides, que foi o Presidente do Senado enquanto eu presidia a Câmara dos Deputados. E na crise que apontou V. Ex^a no ano de 91, foi a firmeza também, a habilidade do Senador Mauro Benevides que conduziu o esforço de todos os partidos para superá-la e levou à solução então encontrada. Estê testemunho eu posso dar. Mas exatamente pelo nível de relacionamento político e pessoal com o Senador Mauro Benevides, eu não me sentiria autorizado a me intrometer na administração da Comissão de Orçamento, porque isso é competência da Mesa do Congresso Nacional, que o Presidente do Senado preside, e o Presidente da Câmara não integra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A última pergunta, porque meu tempo já vai se esgotando.

Nobre Deputado, para conclusão deste raciocínio na nossa subcomissão, temos a consciência da existência desse núcleo de poder; temos a consciência de que esse núcleo de poder agiu de forma distorcida, não em função do bem público. E vamos formando a consciência de que esse núcleo de poder só pôde ser construído através do beneplácito ou da omissão dos Líderes dos grandes partidos na Casa ou daqueles que compunham, que participavam das Mesas, porque havia um boato comum na Casa de que havia esse núcleo de poder.

V. Ex^a se sente, de alguma forma - dou-lhe esta oportunidade para que V. Ex^a possa comentar a existência desse núcleo e o papel de cada um; ou por omissão, ou por beneplácito, ou por favorecimento em termos da construção desse núcleo de poder -, responsável por isso?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não sinto nenhuma responsabilidade por isso, nobre Deputado. E divirjo de V. Ex^a quando diz que os grandes partidos são mais responsáveis.

Lembro que, na luta para quebrar aquele esquema binário que havia até 89, o partido de V. Ex^a apoiou o Deputado João Alves contra o PMDB e outras forças que pretendiam alteração. Não há aí nenhuma responsabilidade não! O partido de V. Ex^a entendeu que deveria apoiar o Deputado João Alves e votou com o Deputado João Alves, enquanto que os outros partidos da oposição votavam com o Deputado Cid Carvalho.

Mas é perfeitamente natural, foi uma escolha. Então, veja V. Ex^a, pois V. Ex^a não pode dividir responsabilidades dessa natureza pelo tamanho dos partidos. Outra sim, uma deliberação política, uma decisão do Plenário; aí, quem tem mais votos é mais responsável politicamente. Mas, por distorções que têm ocorrido e se verificado, a responsabilidade ou é por igual, ou tem que ser apurada especificamente. Ou é por igual, uma responsabilidade política - e as omissões podem ser debitadas aos grandes e aos pequenos partidos -, ou então é uma responsabilidade que tem que ser determinada especificamente.

Por isso, não me sinto responsável nem como Líder e muito menos como Presidente, porque o Líder ainda tinha uma interferência na condução política no seu partido; o Presidente da Câmara, nem isso!

Em matéria de Orçamento, o Presidente da Câmara, no fim, pode menos do que um Deputado que não exerça nenhum posto.

Por isso, eu diria que responsabilidade não se presume; tem-se que demonstrar.

Sinto-me sem qualquer responsabilidade específica por quaisquer distorções que porventura tenham ocorrido.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria só aproveitar para encerrar mesmo, Sr. Presidente, e responder uma questão levantada pelo Deputado. Acho que não se pode colocar, no mesmo pé de igualdade, todos os partidos. O meu partido, talvez, naquele período, tivesse um representante. A composição da Comissão de Orçamento é feita pelo número de cada bancada, e não de uma forma igualitária.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É verdade isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, é evidente que as grandes bancadas têm um número maior de representantes e escolhiam as posições-chaves, as relatorias importantes; as relatorias que propiciavam corrupção eram divididas entre os representantes das grandes bancadas, e não da pequena bancada.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas, veja V. Ex^a que nada impede a pequena bancada de agir também politicamente e fortemente e, às vezes, com sucesso, especialmente se as grandes bancadas estão em confronto. E ali estavam em confronto, de um lado, PFL, PDS, que depois trocou de nome - era PDS na época - e PTB. De outro lado, PMDB, PSDB, PT e PDT.

Esses partidos, a Esquerda toda junta com o PMDB, e os outros, liberais ou de centro, com o Deputado João Alves.

O partido de V. Ex^a ficou com o Deputado João Alves - o que não estou criticando, estou demonstrando a V. Ex^a que a responsabilidade política da escolha não tem tamanho, é igual para todos.

Agora, responsabilidade específica sobre qualquer deformação, essa não se pode presumir. Não se vai culpar o PMDB porque é o maior e o PFL porque é o segundo; não, por deformações, responsabilidade não se presume, tem que ser demonstrada.

Agora, a responsabilidade política de cada voto, cada um assume a sua responsabilidade. Foi esse o sentido que tive ao me referir ao Partido de V. Ex^a, pelo qual tenho o respeito que a sua vida de tantas décadas merece.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Só para encerrar: a escolha entre o Deputado, hoje, depois do que nós conhecemos, era uma dúvida cruel ficar entre o Deputado João Alves e o Deputado Cid Carvalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso lembra um pouco o impasse do Burro de Buridan: não sabia se primeiro tomava a água ou se primeiro comia o capim.

Depois de ouvirmos a angústia dos partidos minoritários, na expressão da palavra do Deputado Sérgio Miranda, vamos interromper por uma hora para termos um lanche.

Infelizmente, cada um vai tratar do seu lanche.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Inclusive o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 14h42min a reunião é reaberta às 16h06min.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Zaire Rezende, que tem sido sempre um escrupuloso cumpridor dos horários.

O SR. ZAIRE REZENDE - Mais uma vez, muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr. Reitor, Sr. Vice-Presidente, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, no mês de fevereiro de 1990, verificou-se que na conta corrente do BANRISUL nº117810, agência 135, nº 117810, ocorreram os seguintes depósitos e créditos, que totalizaram o valor de 369 mil duzentos e vinte e sete dólares, a saber: 01/02/90 - 608 mil, novecentos e dois cruzeiros novos, totalizando 33 mil, quinhentos e dois dólares, depósito em dinheiro; a seguir, são quatro depósitos, feitos no dia 21 de fevereiro: 21 de fevereiro - 1 milhão, trezentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros novos, equivalentes a 47 mil, setecentos e oitenta e quatro dólares, depósito em cheque; no dia 21, ainda - 6 milhões, quarenta e oito mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros novos, equivalentes a 217 mil, seiscentos e treze dólares, depósito em dinheiro; dia 21/02/90 - 1 milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete cruzeiros novos, equivalentes a 67 mil e noventa e um dólares, depósito em dinheiro; e, ainda no dia 21 de fevereiro - 90 mil cruzeiros novos, equivalentes a 3 mil, duzentos e trinta e sete dólares, depósito esse em cheque.

Pergunta-se: V. Ex^a poderia dar uma explicação para a origem desses depósitos, considerando que suas declarações de Imposto de Renda não apresentam rendimentos ou disponibilidade declarada para cobrir tais créditos havidos nos primeiros vinte dias do mês de fevereiro?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado Zaire Rezende, a pergunta de V. Ex^a me permite repisar afirmações que fiz na exposição inicial e, depois, respondendo a algumas perguntas.

Nos anos de 89 e 90, num processo que tem alguma lentidão - porque vendas não se fazem quando se pretende, e sim quando se pode, se encontra o comprador - desfiz-me de grande parte de um empreendimento agropecuário que tinha juntamente com um sócio do Município de Butiá* no Rio Grande do Sul.

Esse empreendimento, numa rápida descrição, ocupava cerca de 800 hectares, povoados, com outras tantas cabeças de gado bovino, ovino, além da terra.

Comecei a me desfazer desse patrimônio em 89 e 90, com exceção da terra que foi vendida em 91, essas vendas ocorreram em 89 e 90. Os recursos obtidos com essas vendas são a origem dos depósitos havidos em fevereiro de 90, assim também como parte do gado que foi negociada ainda ao longo do ano de 90, ocorrendo a negociação da última gleba em 91.

Esses valores têm origem econômica nesta atividade e em poupança, digamos, histórica, que sempre tive, crescente, mas antiga. E esses valores, produtos da venda, foram transformados, conforme documentação do Banco do Rio Grande, em ativos financeiros: documentos resultantes de aplicações em fundos de aplicação. Achava que era um bom investimento e que tinha rendimento e liquidez, especialmente porque chegava um ano eleitoral e eu também tinha intenção de comprar um apartamento melhor do que aquele em que morava.

A origem indica, nos anos de 89 e 90, uma capacidade de transformar em ativos financeiros valor aproximado, pelo menos, a 400 mil dólares, considerado o dólar oficial. É o que podemos considerar, embora a variação enorme que havia entre o dólar paralelo e o oficial.

Esses recursos, não apenas propiciaram os investimentos financeiros de fevereiro de 90, mas também os de março de 91, na Caixa Econômica Federal. Era cerca de 9 milhões de cruzeiros reais, conforme o padrão cambial que se utilizava, isto seria 300 e tantos mil dólares, ou 130, 120 ou 340, ou 369, como diz V. Ex^a. É da mesma data a utilização, provavelmente, de referências cambiais diversas, seja porque se apanha o dólar na sua variação média, seja porque se apanha no começo, no fim do mês ou no próprio dia que se pretende fazer a avaliação.

Esses recursos, então, têm essa origem clara, históricas poupanças e um patrimônio, que já descrevi aqui, que até pelo volume, cerca de 800 ha., com 540 próprios. Naquela Região o hectare vale, pelo menos, 1 mil dólares, especialmente quando se pode

vender para uma empresa de reflorestamento poderosa, capaz, por isso mesmo, de pagar o preço de mercado, para por em prática os seus objetivos de reflorestamento.

Aí está a origem, e mais, Deputado Zaire Rezende, esses recursos, depois do desbloqueio, a partir de agosto de 91, canalizaram para minhas contas cerca de 20 mil dólares a cada mês, se é que eles representaram 240 mil, que é o número médio razoável, talvez um pouco mais, no desbloqueio, considerada, inclusive, a perda que aí houve.

Essa é a origem econômica na venda da propriedade agropecuária, a origem financeira depois no transporte de recursos do Banco do Rio Grande para a Caixa Econômica Federal e também a partir de 90 a venda de gado restante, ao longo do ano de 90 e a partir de 91, duas fontes de irrigação além dos proventos da minha atividade parlamentar: a venda da última gleba, por cerca de 170 mil dólares, em abril de 91, e o desbloqueio de cerca de 20 mil dólares mensais, em duas instituições, Banco do Rio Grande e Caixa Econômica, a partir de agosto de 91. O que dá congruência à movimentação financeira.

Deputado Zaire Rezende, quando cheguei aqui, pelo menos para a Subcomissão de Bancos, que sabe a diferença entre movimentação e aporte recursos, o que eu deveria explicar, segundo me cobravam os jornais, eram 2 milhões e 300 mil dólares. Já houve uma queda, pelo menos, para a metade. Pelo menos para a metade, uma vez que o Deputado Fernando Freire referiu que, mediante os cruzamentos, chegava-se a descer de 2 milhões e 300 e tantos mil, quase 2 milhões e 400 mil dólares a 1 milhão e 200...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, tenho a impressão que o que o Deputado Fernando Freire quis dizer não foi que os créditos caíram, mas, sim, que a descoberto estaria 1 milhão e 200 mil dólares.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim, mas não há diferença Deputado, porque S. Exª apontou um cruzamento da ordem de novecentos e tantos mil cruzeiros.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Subcomissão sempre considerou isto.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim, mas veja então V. Exª que ele disse, e eu reproduzi, que a movimentação de dois e trezentos reduziu-se a uma explicação pendente de um milhão e duzentos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, ele terá sido pouco feliz, porque, na realidade, o que está no documento da Subcomissão de Bancos é que há créditos de dois e trezentos, mas ela também entende que a descoberto estariam apenas um milhão e duzentos. Isto não é de hoje; este é o entendimento que V. Exª poderá até provar amanhã que está errado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado Roberto Magalhães, eu imagino que tendi dizer o que V. Exª disse agora.

Pretendi dizer exatamente isso, ou seja, que a movimentação de dois e trezentos, na verdade, se resume à indicação de origem de um e duzentos, porque cerca de um milhão a origem está identificada nos cruzamentos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas claro. Está explicado por tudo que V. Exª tem - subsídios, rendimentos, investimentos; no total, claro que V. Exª ganha, tem recursos. Na realidade, não há um erro, o que há...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas eu não disse que havia erro, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas como V. Exª disse que caiu, dá impressão de que houve um erro.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas não foi minha intenção e acho até que quem acompanhou, pelo menos, tive a intenção de dizer com clareza, que a cobrança - e eu fiz referência que se trata de uma cobrança, muito mais da imprensa do que da Subcomissão -, de que a explicação para dois e trezentos, na verdade, se traduz numa fundamentação da metade disto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Subcomissão jamais fez qualquer afirmação no sentido de que V. Exª tivesse que comprovar a origem; isso nunca, e sim esta diferença.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É verdade. Mas Deputado Roberto Magalhães, talvez, eu não tenha sido claro, mas então vou reproduzir, na intenção de ser claro.

A cobrança da explicação de dois milhões e trezentos foi uma cobrança pública, resultante de uma interpretação defeituosa do que seja a movimentação financeira. De fato, nunca a Comissão, pelo que eu tenha ouvido ou lido, endossou, mas este número, dois milhões e trezentos, é o que está ainda na impressão, na cabeça das pessoas, de que é um aporte de recursos da ordem de dois milhões e trezentos em dólares.

Eu disse também, naquela ocasião, - dirijo-me ao Deputado Zaire Rezende, pedindo-lhe desculpas por ter feito talvez uma digressão que entendo necessária - que recursos reais, aporte de recursos, é algo entre um terço e, no máximo, metade dos valores indicados.

Portanto, veja V. Exª que, mais uma vez, não há contradição entre a avaliação que faz a Subcomissão de Bancos e aquela que fiz, aqui, no depoimento, tanto no inicial como na resposta aos parlamentares que me interrogaram sobre a movimentação financeira. Se indico a liquidação de um empreendimento agropecuário responsável, pelo menos - conforme ainda há pouco respondi ao Deputado Zaire Rezende - por importâncias que podem variar, segundo a variação cambial, entre trezentos e sessenta e quatrocentos mil dólares; se acrescento a isto a venda de gado remanescente - eu poderia demonstrar à Subcomissão e à Comissão, mediante documentos públicos de que disponho para oferecer à Comissão e

documentos particulares, também documentos privados - se acrescento a venda da gleba remanescente de 170 hectares, em 1991, e a isto se acrescento também os rendimentos que, no período, andaram, aproximadamente, em torno de quatrocentos mil dólares, ver-se-á que há uma plena compatibilidade entre as contas e o patrimônio; e a movimentação financeira não é mais do que a eventual incrementação do movimento pelas necessidades típicas de cada correntista. Há correntistas que não consomem, que aplicam e deixam seus recursos aplicados; há correntistas que consomem ou que ao consumir também renovam os seus investimentos, mediante venda e compra.

Fui, nos anos de 1991 e 1992, levado a consumir para os investimentos reais que fiz: a compra do apartamento onde moro e a sua quitação antecipada, reforma de minha casa na praia, casa que tenho há mais de 15 anos.

Isso explica com perfeita congruência. Tudo culmina, Deputado Zaire Rezende, em algo que percebo, não é algo que tenha grande apelo de cobertura dos órgãos de divulgação. O meu patrimônio, na quadra da vida em que me encontro, da vida profissional que tive, é de 348 mil dólares.

Veja que o patrimônio, que é um indicador de crescimento, não me vincula a qualquer forma de crescimento incompatível. E a movimentação financeira têm as deficiências conhecidas para indicar patrimônio no seu crescimento.

Imagino que a oportunidade que me deu V. Ex^a permitiu-me repisar pontos que são absolutamente claros. Hoje, inclusive, encaminhei à Comissão documento do Banco do Rio Grande indicando a origem dos depósitos de fevereiro de 1990, assim como os de 1989.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado, ainda com relação ao movimento no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em 15 de dezembro de 1989, V. Ex^a teve um débito na conta 00135 no valor de 400 mil cruzeiros novos, equivalentes a 43.587 dólares. Questiona-se: V. Ex^a poderia indicar qual a destinação dada a tal numerário, tendo em vista não constar na sua declaração de bens do exercício de 1990, ano-base 1989, nenhuma aquisição de bem ou direito de uma aplicação financeira coincidente em valor no período de 15 de dezembro de 1989 a 31 de dezembro de 1989?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado Zaire, quero dizer a V. Ex^a que eu vim a esta Comissão preparado para responder, explicar e averiguar todos os depósitos das minhas contas, porque não fiz uma auditoria dos débitos, a auditoria é dos créditos; V. Ex^a me pergunta sobre um débito. Há pouco não conseguia lembrar a compra de velho Galaxie 79 de um funcionário da Casa, porque não vinculava o veículo ao nome completo do funcionário. V. Ex^a teria que me dar uma explicação mais precisa. Um débito na minha conta, um cheque emitido por mim há 5 anos... Mesmo auditoria TREVISAN buscou os créditos, não os débitos. Então, não tenho o controle dos cheques que emiti, salvo se algum indicador me auxiliar, como foi o caso do automóvel comprado quando saí da Presidência da Câmara, o Galaxie que uso até hoje.

O SR. ZAIRE REZENDE - As perguntas elaboradas na Subcomissão de Patrimônio Fiscal surgem da avaliação dos rendimentos, da avaliação da formação da evolução patrimonial ao longo dos anos e posterior cruzamento com a movimentação bancária, que nos é fornecida pela Subcomissão de Bancos. Foi a partir desse cruzamento que surgiu esse questionamento.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Vejo, então, que V. Ex^a também não sabe me indicar qual é o sentido da pergunta. O débito para quem? qual banco? é nominal? é ao portador? Veja, Sr. Deputado, e eu estou com a memória, apenas a memória, porque a auditoria TREVISAN foi sobre os créditos, não sobre os débitos. Cheques que emiti, posso saber se tiver o socorro de outros elementos; a memória seria um risco muito grande para quem fala sobre compromissos, seria ariscar-se a dar um palpite.

O SR. ZAIRE REZENDE - Tem V. Ex^a o direito de dar a resposta que julgar oportuna, quero apenas relembrar a pergunta. Além de perguntar a destinação dada ao numerário, afirmamos não constar na sua declaração de bens do exercício de 1990, ano-base 1989, nenhuma aquisição de bem ou direito ou aplicação financeira.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputado, V. Ex^a recebeu a pergunta para fazê-la. Cumpriu o seu dever, fez a pergunta, mas não tenho meios, de memória, responder sobre débitos, uma vez que esta auditoria foi feita sobre os créditos, porque afinal sempre imaginei que o objetivo da investigação parlamentar é descobrir a origem dos recursos de um parlamentar e não a destinação legítima que ele dá aos seus próprios recursos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Persiste a pergunta. Se V. Ex^a achar que deve prestar um esclarecimento à CPI, será uma decisão de V. Ex^a. prestar esclarecimentos à CPI.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Já prestei os esclarecimentos que me são possíveis prestar, Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado

José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, nobre Deputado Ibsen Pinheiro:

Quero, inicialmente, confessar a V. Ex^a, Deputado Ibsen Pinheiro, que, no exercício do meu mandato, o fim de semana mais triste que tive foi aquele em que li notícias nos jornais sobre a relação financeira de V. Ex^a com o Deputado Genebaldo Correia. Confesso, publicamente, que privei de muita amizade e confiança em V. Ex^a no exercício da Câmara. Por isso, devo separar o papel constitucional, que agora exerço, da relação de amizade com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª me permite, para um ateu, duas confissões sucessivas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É, Sr. Presidente. V. Exª tem dito que estamos fazendo uma cirurgia na própria carne.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E essa cirurgia, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, tem um problema para nós nesse depoimento: também aprendemos que, no exercício do cargo público, quanto maior a responsabilidade que se exerce, maior a cobrança; isso é inevitável.

Vou entrar em um episódio aqui que é eminentemente político, e V. Exª, como homem de capacidade política, poderá oferecer importantes subsídios a esta Comissão. Esse episódio já foi referido, mas é importante destrinchá-lo. Quando da crise na Comissão de Orçamento, em que houve a demissão da assessoria técnica da Comissão de Orçamento, V. Exª, como Presidente da Câmara dos Deputados, processou uma investigação sobre os motivos da demissão do servidor Roberval Batista de Jesus? Fez alguma sindicância, alguma avaliação?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado, quem assinou o ato de demissão foi o Presidente da Câmara, porque o assessor Roberval não era do staff da Comissão de Orçamento; era do staff do Gabinete do Presidente da Câmara. Este detalhe é muito importante, pois quem nomeia na Comissão de Orçamento é o Presidente do Congresso e não o Presidente da Câmara. Então, substitui o assessor do Presidente da Câmara junto à Comissão a pedido do Presidente da Comissão, e não mergulhei nas causas, não cogitei de saber se a razão era boa ou má; prefiro prestigiar o Presidente da Comissão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois, Sr. Presidente, nobre Sr. Relator e Deputado Ibsen Pinheiro, esta CPI surgiu por causa do José Carlos Alves dos Santos. Tenho aqui na mão o José Carlos ao contrário, porque tudo que o Roberval disse no relatório interno se confirmou. E veja, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, a carta do Senador Ronaldo Aragão ao Presidente Mauro Benevides: "Solicita providências no sentido de se designar e adotar medidas que possam apurar os responsáveis pela matéria publicada". A matéria, publicada no **Jornal de Brasília**, do dia 17 de julho - e peço a atenção desta Comissão para ler os trechos mais marcantes -, reflete um parecer - está comigo aqui.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Da Mesa?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É; da Mesa.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Fui eu que a juntei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo. Vou ler um trecho, porque este é o José Carlos ao contrário; tudo que ele disse aqui, se tivesse sido apurado, em julho de 1991, não tínhamos a Comissão de Orçamento. Vejamos, Sr. Presidente:

"A facilidade para transferência de recursos da União a Estados e Municípios, previstas na LDO, que deverá ser sancionada nos próximos dias, acaba de ser duramente criticada pelos técnicos da Comissão de Orçamento. Caso se transforme em lei, tal como foi aprovado antes do recesso - alertam os técnicos - o projeto permitirá a realização de grandes gastos públicos durante o ano eleitoral. O texto garante boa margem de manobra aos Prefeitos, interessados em incluir dotações para seus Municípios no Orçamento, quando tentarem eleger seus sucessores".

E vejamos a quantidade de denúncias que tem surgido nos municípios:

"A redação final do substitutivo aprovado amplia a possibilidade de transferência voluntária da União aos Estados e Municípios para o atendimento de outros setores, além de Saúde, Educação e Assistência Social. Além da ausência dessas restrições, também não consta no texto aprovado a proibição para contratação de projetos que não tenham viabilidade técnica, financeira e econômica. Segundo avaliação dos técnicos do Congresso, falta dessa garantia permitirá a prefeitos e governadores incluir no Orçamento da União a previsão de verbas para obras que não tenham passado pela necessária avaliação." Mais grave ainda, Sr. Presidente: de acordo com o Sr. Roberval, que é o Sr. José Carlos ao contrário, pois foi demitido e pediu aposentadoria - e peço homenagem a esse servidor -, "é a garantia de liberação mediante simples requerimento e apresentação de plano de aplicação" - aqui, em outras palavras, subvenções sociais - "de dotações para Estados e Municípios nominalmente identificados na Lei Orçamentária."

As únicas garantias exigidas pelo projeto aprovado são as de que os beneficiados não estejam inadimplentes.

Aí diz: "Não há definição sobre critério de inadimplência". - contesta o documento. Além disso, prossegue a equipe técnica: "Esse tipo de dotação dispensaria aos Estados e Municípios a necessidade de realização de convênios e outros instrumentos congêneres."

A crítica elaborada pelos técnicos da Comissão de Orçamento também atinge o Executivo, o Governo, por ter deixado de explicitar no projeto as metas e prioridades da administração federal para o ano que vem, remetendo o assunto diretamente ao plano plurianual." Vejam bem: "Tal remissão, além de ferir determinação constitucional, é ainda inadequada pelo plano plurianual, de não apresentar todas as prioridades. A solução encontrada foi a introdução

pelo próprio Congresso de um anexo com a apresentação de programas de prioridades para o Governo de 1992."

Parece uma premonição - julho de 1991.

Esse funcionário, Sr. Presidente, causou uma crise dentro da Câmara. Os funcionários todos solidarizaram-se com ele.

Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, na medida em que houve ação direta do Presidente da Comissão de Orçamento, V.Exª tem razão, porque o Relator vai fazer sugestões de como sanear esses processos de feitura do Orçamento. E esse técnico previu isso em junho de 1991. Essa matéria, publicada pelo **Jornal de Brasília** e assinada por Marcos Magalhães, foi o objeto da carta do Senador Ronaldo Aragão, pedindo o quê? Que se apurasse o vazamento de notícia, o que não compete a um servidor público. Não se apurou a origem da notícia; e estamos hoje com esse tumor aqui dentro.

Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, considerando que a nossa representação na Comissão fez uma cobrança na Comissão de Orçamento e que a repetimos em plenário, pergunto: que ingerências políticas - porque existiam -, que acordos políticos, que contingências políticas impediram V. Exª, em atendimento ao Representante do PT, na época, o Deputado Eduardo Jorge, que cobrou de V. Exª as razões da demissão do Roberval, de naquele momento não termos processado, feito um levantamento dessas denúncias aqui.

Ligado com isso a outra pergunta: considerando que essa carta é do Senador Ronaldo Aragão para o Senador Mauro Benevides e não para V. Exª, pergunto se foi o Senador Mauro Benevides que solicitou de V. Exª a demissão do Roberval? Porque essa carta é do Senador Ronaldo Aragão para o Senador Mauro Benevides.

Qual foi o ofício para V. Exª, no caso da demissão? Ou foi só por notícia no jornal? Deputado Ibsen Pinheiro, V. Exª tem muita experiência. As notícias sobre irregularidade da Comissão de Orçamento eram públicas, não eram apenas boatos - existiam boatos e notícias. Esse fato antecedeu a crise da demissão do João Alves, Sr. Presidente; por isso, esse fato é importante. Com essas considerações, pergunto: qual foi o ofício do Senador Mauro Benevides para V. Exª?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Respondo com a maior precisão.

O Senador Ronaldo Aragão dirigiu-se à autoridade competente, que é o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para as questões administrativas da Comissão. Mas, como o servidor Roberval era um servidor ligado ao gabinete do Presidente da Câmara, recebi a cópia do ofício e o mesmo pedido, que atendi sem mergulhar no mérito dessa matéria.

Não sei se V. Exª consignou ou sabe que quem trouxe esse documento e esse texto para Comissão fui eu e entreguei-o à Comissão, como indicador de que não mergulhei no mérito da discussão. Soube, pelo Presidente da Comissão, que se estabelecera um clima de conflito dentro da Comissão, com conteúdo político também: partidos políticos divididos, inclusive o Partido de V. Exª atuando fortemente dentro desse conflito. E pedi-me o Presidente da Comissão por cópia de ofício. O Presidente da Comissão é do meu Partido; de maneira que atendê-lo era, digamos, o mais natural, especialmente considerando que o objeto da crítica não dependia da minha ação. O Presidente da Câmara não tem ingerência na função administrativa da Comissão de Orçamento; diria que tem menos do que um Deputado que não tenha nenhum posto, porque o Presidente da Câmara deve ainda preservar o seu relacionamento institucional com o Presidente do Senado. É ao Senado e ao Congresso que incumbe custear administrar e instalar as comissões mistas. O Presidente da Câmara não tem essa atribuição. Então, há uma limitação muito grave; mais do que a sua limitação ou de um Parlamentar que não tenha posto nenhum.

Por essa razão, fiz o ato rotineiro, como fiz com o servidor seguinte, sem formar um juízo, tendo também do servidor Roberval opinião a mais favorável. E o assessor seguinte, Roberto Nasser, também foi substituído pelo mesmo mecanismo: um ofício do Presidente da Comissão pedindo a substituição. Designei o atual titular Schettini, mantido pelo atual Presidente. Dessa maneira, Deputado José Genoíno, permanece clara, insofismável a posição distante que sempre tive da Comissão de Orçamento: um pouco por falta de gosto e outro pouco pelo pudor necessário que deve ter o Presidente da Câmara de não se intrometer nas atribuições do Presidente do Senado. Mas testemunho de novo o interesse e a atuação do Senador Mauro Benevides, que teve um papel forte na superação daquela crise junto com os líderes políticos, em uma condução na qual eu era muito limitado para qualquer intervenção.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, possuímos o levantamento de todo material das empreiteiras e dessa relação com o Congresso. Está provado que elas não poderiam interferir na Comissão do Orçamento sem a omissão ou o interesse da alta burocracia do Congresso Nacional. É bom relatar que, a partir da demissão do Sr. Roberval, quando assumiu o Sr. Nasser, houve a crise. E, para assumir o Sr. José Carlos, era fundamental que se destruísse aquela equipe técnica da Comissão de Orçamento. Como vamos tomar medidas políticas saneadoras, esse fato é relevante. Portanto, Deputado Ibsen Pinheiro, desculpe-me ser insistente nessa questão...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Seja, Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Como V. Exª tinha muito cuidado pela instituição - costumávamos dizer que V. Exª era o Presidente formal da Câmara, mas era também o Presidente de todos os Deputados - e teve empenho altamente louvável na punição de um Deputado que falsificou uma carteira, bem como uma atuação brilhante - eu participei disso - no episódio do impeachment, tenho o direito de levantar a minha estranheza diante de fatos

relacionados com o prestígio da Câmara, que era a Comissão de Orçamento. Na medida em que existiu solicitação de partidos, mesmo que minoritários, durante o episódio do Roberval e depois na CPI, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, com a mesma franqueza com que o elogiei quando disse que V. Ex^a, antes de todo esse episódio, era na Câmara dos Deputados a pessoa que melhores condições tinha de presidir a Revisão, vou dizer a V. Ex^a - e gostaria de um seu pronunciamento - que havia, do ponto de vista político, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, por equívoco ou por escolha, uma aliança com esse esquema de poder na Comissão de Orçamento. Os seus amigos - e incluo-me entre eles - faziam várias observações. Lembro-me de uma comissão que V. Ex^a criou, que propôs várias sugestões, uma delas do Deputado Roberto Magalhães, em que se usava a expressão "detonar a Comissão de Orçamento", "extingui-la". Nas várias sugestões que fizemos de mudança no Regimento Interno, essa foi secundarizada.

Por isso, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, com toda franqueza, politicamente, V. Ex^a tinha uma relação com aquele núcleo da Comissão de Orçamento que, com esses fatos que vieram à tona, causam-me uma indignação política que me levam a fazer esta pergunta a V. Ex^a. Acho que havia uma relação com aquele núcleo político que vinha de 1989, destronou o velho Ulysses Guimarães e assumiu o poder na Câmara. Eu achava que V. Ex^a tinha feito uma aliança, e essa aliança, parece-me, aprofundou-se, nobre Deputado Ibsen Pinheiro. Quero revelar a V. Ex^a essa convicção com o esquema político, porque não encontro explicação. Quando indicou esse funcionário, - sei disso, e isso é a favor de V. Ex^a - V. Ex^a solicitou à alta burocracia da Casa um funcionário de inteira confiança e sério; a alta burocracia indicou a V. Ex^a o Roberval. A demissão dele, com os fatos que foram anexados na carta, sem uma investigação, sem um exame. Gostaria que V. Ex^a me esclarecesse essa dúvida, porque é muita coincidência.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não vejo nenhuma razão, Deputado José Genofino, para a dúvida ou estranheza. V. Ex^a pode encontrar as coincidências que queira, mas não fica autorizado a tirar conclusões ou ilações daquilo que V. Ex^a mesmo chama de coincidências.

O servidor Roberval foi nomeado por quem o demitiu, assim como o sucessor dele e o seguinte, na prática de atos rotineiros da atividade administrativa da Casa. V. Ex^a mesmo diz que alianças políticas devo ter feito com pessoas que não tenham a sua aprovação. O mesmo eu afirmaria de V. Ex^a a respeito das suas alianças políticas.

As alianças políticas são o ar que respiramos dentro desta Casa; todo dia fazemos composições e alianças políticas sem que elas sejam mais do que isso, apenas alianças políticas. E V. Ex^a, mais do que ninguém, é testemunha presencial da minha atuação como Líder, como Presidente. Invoco o testemunho de V. Ex^a com a mesma tranquilidade que constituir uma auditoria independente, pois não houve nenhum gesto meu, como Líder ou Presidente, que implicasse, indicasse, insinuasse qualquer interesse que não fosse interesse político do meu Partido, da minha visão da sociedade, ou da instituição, ou público. Então, por que o Deputado Ibsen? É este quando lidera, quando preside, quando vai ao plenário e é outro, escuso, noutro momento, noutra circunstância? Por quê? Não é assim que as coisas acontecem, não é assim que as coisas se comportam.

Integridade é uma palavra que tem esse sentido também, de que o comportamento é inteiro, é íntegro, não é partido, não é esquizóide. Portanto, Deputado José Genofino, fique exatamente com aquilo que V. Ex^a disse: se a substituição teve uma coincidência, ela não é mais do que isso, porque as coincidências não são vedadas à realidade, ao contrário, o que fez o Presidente da Câmara foi a rotina da sua competência e fez três vezes: nomeando, destituindo e nomeando, ao longo do seu mandato.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Deputado, agradeço a V. Ex^a. Encareço ao Relator que solicite esse relatório do servidor Roberval, que nos será de muita valia, principalmente na matéria que diz respeito ao exame do esquema de poder da Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a poderia dizer onde está esse relatório?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não tenho acesso ao relatório, senão, eu o teria trazido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É oficial da Câmara?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, esse relatório é do servidor Roberval. Como ele foi aposentado, porque causou um constrangimento muito grande a safda dele...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a poderá diligenciar isso?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Posso. Eu apenas usei o material da imprensa, do *Jornal de Brasília*, que dá os tópicos centrais desse diagnóstico.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que me impressionou é que esse diagnóstico aconteceu.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Fico feliz de ter propiciado a V. Ex^a o acesso a essas informações.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agradeço a V. Ex^a. Poderíamos, nobre Deputado Ibsen Pinheiro, agradecer muito mais se as providências tivessem sido adotadas e V. Ex^a não estivesse nesse depoimento e, sim, presidindo a Revisão Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, observo, nesta carta do Senador Ronaldo Aragão, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, ao Presidente

Mauro Benevides, algo que não foi exatamente o conteúdo do que o Deputado Ibsen Pinheiro disse quando respondeu a minha pergunta. S. Ex^a mencionou que aqui estava o ofício do Presidente da Comissão, Ronaldo Aragão, solicitando a demissão do Sr. Roberval Batista de Jesus.

Ora, o conteúdo dessa carta não menciona o Sr. Roberval Batista de Jesus. Solicita a providência de se dignar a adotar medidas que possam apurar os responsáveis pela matéria publicada, que era uma análise em que não há o nome do Sr. Roberval Batista de Jesus, uma análise de pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, vamos evitar a reinquirição.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não é reinquirição, só estou analisando para o benefício do Sr. Relator, porque é um aspecto importante. Quando o Deputado Ibsen Pinheiro disse: "aqui está a carta pedindo a demissão dele", pensei que fosse, mas agora observo que não é. Ao contrário, existe ali para se averiguar quem teria sido responsável por esse documento. E, até o presente momento, talvez tenha sido o Sr. Roberval. Mas é um documento cujo teor é de extraordinária importância para o Presidente da Câmara, que, inclusive, disse: "não gosto desse assunto do orçamento". Mas o Presidente da Câmara tem a responsabilidade de se interessar pelas questões do orçamento e o que está explicitado neste documento é muito importante. Então, seria normal que o Presidente da Câmara dos Deputados examinasse o conteúdo do documento, examinasse de quem teria sido a sua autoria e, daí, que providências tomar. Mas, ali, não está escrito para se demitir o Sr. Roberval Batista. Isso eu gostaria de assinalar, Sr. Presidente.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Pediria permissão para uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É inevitável. transforma-se numa reinquirição qualquer questão de ordem que se faça, para caracterizar que numa parte do depoimento ouve uma insuficiência ou uma contradição. É inevitável. Isso devia ser entregue ao Relator e ele faria a observação final.

Concedo a palavra ao Deputado Ibsen Pinheiro, mas, em seguida, concedo-a à Deputada Jandira Feghali.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É uma breve observação de que o conflito notoriamente se estabeleceu na Comissão de Orçamento; entre a Assessoria, representada pela sua chefia e a Presidência da Comissão.

Não me senti no direito e nem no dever de mergulhar no conteúdo do conflito, porque a sua eventual administração, a eventual tomada de providências pertenceria ao Presidente do Senado Federal, que preside a Mesa do Congresso Nacional. Então, ou eu decidia sem mergulhar ou invadiria a competência do Presidente do Senado.

Ora, Senador Eduardo Suplicy, com todo apreço pela manifestação que faz V.Ex^a, sobre como eu devia ter me desempenhado como Presidente da Câmara, entendi que preservar o relacionamento das duas Casas é também tão importante quanto agir na averiguação de eventuais denúncias. Mas eu tinha uma limitação que, certamente, outros Deputados não tinham: a limitação de preservar a distância constitucional entre as competências do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente do Senado.

E para que não pareça que não apreciei, devo dizer que, muito pelo contrário, apreciei muito o esforço do Senador Mauro Benevides na superação das dificuldades da administração da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SR^a JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Vice-Presidente, Colegas e Deputado Ibsen Pinheiro: Acho que o seu depoimento é dos mais - senão o mais - esperado. Não só pela CPI, mas também pela sociedade brasileira, fundamentalmente pela representação política que V.Ex^a adquiriu no decorrer da sua atividade de vida pública.

Por isso mesmo, queria resgatar uma questão que, a meu ver, às vezes fica duvidosa: o papel desta CPI. Acho inclusive que não é o momento de afirmar, mas de apurar questões, mas o papel desta CPI é de ir com profundidade em todas as questões que aqui são trazidas.

Vejo que é fundamental que diante, inclusive, do Deputado Ibsen Pinheiro, não haja atitudes de proteção, preservação ou atitudes que busquem protegê-lo, porque, na verdade, ao tomarmos atitudes desse tipo, de não inquirir, de não enfrentar determinadas dúvidas e questões, estaremos colocando em risco a própria imagem da CPI e a imagem do próprio Congresso Nacional.

Quero dizer que do ponto de vista inclusive da sociedade, onde pude circular, uma das perguntas mais frequentes era se o Deputado Ibsen Pinheiro..., quer dizer, a perplexidade, o sentimento das pessoas diante da citação do seu nome dentro dessa questão do orçamento gerou um sentimento como se fosse de traição, quer dizer, a confiança do Deputado Ibsen Pinheiro, a sua imagem era tão grande que isso se inverteu de uma forma muito negativa do ponto de vista da repercussão.

Por isso, se a CPI tiver qualquer atitude de proteção, de maiores representações aqui dentro não estará cumprindo o seu papel e estará, inclusive, desacreditando-se diante da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Ex^a pode estar certa de que isso não haverá.

A SR^a JANDIRA FEGHALI - Não, não. Digo na própria inquirição.

Por isso é que me sinto à vontade, inclusive e no dever, de tentar esclarecer algumas dúvidas, que, pra mim, ficaram ainda...

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputada, se me for dado aqui o tratamento correto e atencioso que vi ser dado a Paulo César Farias e a José Carlos Alves dos Santos, não invocarei nenhum privilégio.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Nem estou dizendo que partirá de V.Exª.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sou testemunha de que a condução dos trabalhos tem dado esse tratamento correto e adequado a todos.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não. Estou falando do nosso comportamento no plenário da CPI. Por isso, sinto-me à vontade em inquiri-lo, inclusive. E há duas questões: Deputado Ibsen - e até acho que alguns olhos de solidariedade, como V. Exª colocou, podem ter se transformado em olhos de dúvida, pelo menos diante dos fatos - que, para mim, ainda ficam por serem mais esclarecidos. A primeira vai no campo da questão econômico-financeira, onde não vou insistir na questão dos 15 milhões do apartamento, porque considero que V. Exª não trará nenhum dado novo a essa questão, mas resgatar que isso é atinente à investigação que esta CPI está fazendo. Se as questões levantadas em torno do Deputado Ibsen foram fundamentalmente em torno da sua movimentação bancária, todos os recursos da sua movimentação têm que ser esclarecidos, porque esse é, inclusive, o centro da investigação. Então, quero aqui protestar contra argumentos de que essa questão estaria fugindo do objeto de investigação da CPI. Acho que não está fugindo. Ao contrário, acho que está no centro da investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E, ainda neste, não vou insistir. Isso para mim também não ficou esclarecido, também não ficou claro. Eu queria tirar uma segunda dúvida que é esta questão de Santana do Livramento. Segundo os dados que surgiram, esta empresa - EMDUMEX, se não me engano - tem sede realmente no Uruguai e é uma corretora de câmbio. Fico me perguntando por que razão, com que objetivo, e acho que esse esclarecimento importa a V. Exª e a nós. V. Exª disse que esse dinheiro foi para pagar uma dívida. E fico me perguntando que tipo de operação se faz com uma corretora de câmbio, senão fazer câmbio, ou seja, comprar dólar ou fazer esse tipo de troca. Então, talvez fosse importante, e como não há declaração, ao que me consta, do ponto da Receita Federal, na declaração de renda, eu gostaria de saber se é possível a V. Exª nos esclarecer que operação na verdade foi essa, que para mim não ficou claro, independente do local, de que lado da rua a operação possa ter sido feita, na medida em que a sede da empresa no Uruguai... seria importante esse esclarecimento para V. Exª e para a CPI.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputada Jandira Feghali, o Deputado Luiz Salomão levantou questões patrimoniais a meu respeito, especialmente duas. Uma relativamente ao apartamento e a sua busca do cheque para o pagamento. Não buscou S. Exª aquilo que era fundamental: se eu dispunha de meios para pagar. E eu dispunha notoriamente de meios para pagar. O meu patrimônio de 89 e 90 e as vendas que fiz em 89 e 90 são perfeitamente compatíveis com os pagamentos realizados dentro do ano.

Outra pergunta do Deputado Salomão, que trouxe essas duas questões, ele não a formulou hoje porque requereu ontem, como se sabe, que o meu passaporte fosse apresentado porque tinha S. Exª recebido a denúncia de que eu, no dia 13 de novembro, quando estava aqui em Luziânia, Brasília, teria viajado para as Ilhas Caimã. Então, vejo nessas duas perguntas a idéia de partir da conclusão para comprová-la. Se o Deputado tem algum envolvimento na manipulação do Orçamento, deve aparecer no seu patrimônio. Como, lamentavelmente para o Deputado Salomão, ele não encontrou, então cogitou de duas denúncias. Uma, que ele mesmo revogou aqui, dizendo que foi uma denúncia, que ele não podia nem referir, que ele não citou nem a suposta empreiteira, talvez porque ele não deu crédito. E me fez uma pergunta que considero insultuosa, deixando no ar, na cabeça das pessoas, a insinuação de que terceiros pagassem um compromisso meu, e dispensando-se de perguntar por que alguém o faria. Por caridade ou por contraprestação? E contraprestação do quê? Onde se envolve o nome do Deputado Ibsen em qualquer forma de manipulação do Orçamento? Onde está aquilo que poderia ser o móvel da operação escusa? E, se não tem o móvel e não tem o patrimônio, o que temos, além de insinuação, Deputada Jandira Feghali? Não tenho o móvel, pois o Deputado Ibsen não prestou serviços.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, não estou me remetendo à inquirição do Deputado Luiz Salomão.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas é que são a mesma resposta.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A minha pergunta é outra.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É que o ponto é o patrimônio.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não. Estou perguntando sobre o envio de recursos à empresa EMDUMEX, em Santana do Livramento.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas V. Exª perguntou... Como V. Exª fez referência...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não. Eu nem inquiri, só disse que percebi não esclarecida a questão e isso é objeto da apuração.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Entendi...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Agora, em relação à empresa é que eu gostaria de ter algum esclarecimento concreto.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Entendi que V.Exª queria esclarecimento sobre os dois pontos, por isso, ofereci, primeiro, os esclarecimentos sobre o patrimônio, que é compatível, é adequado. Sobre o pagamento efetuado a 9 e 13 de março de 1990, para esta firma, reitero, Deputada Jandira Feghali, primeiro: operação feita no Brasil, através de banco brasileiro, em moeda corrente nacional, destinada a uma cidade brasileira, Cidade de Santana

do Livramento; de uma empresa que opera no Brasil, não sei onde é o prédio das suas instalações, mas opera no Brasil. E aí vejo, Deputada Jandira Feghali, que uma atuação perfeitamente legal, legítima, perfeitamente de acordo com a legislação e com as práticas brasileiras, além de tudo, escapa como objeto da investigação parlamentar. Não me nego a responder, porque acho que tenho o direito de esclarecer o povo do nosso País e também os nossos colegas, mas, a toda evidência, é matéria alheia ao objeto da investigação.

Veja, refiro-me mais uma vez, algumas anotações me dão a impressão de estar na CPI da Evasão Fiscal; algumas inquirições passam essa impressão. Tivemos uma CPI da Evasão Fiscal.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, não tenho a concordância com V.Exª de que isso está fora do objeto da apuração, porque, se estamos investigando a possibilidade de recursos obtidos de forma ilícita, eu poderia estar considerando que essa foi uma forma clássica de lavagem de um dinheiro ilícito na compra de dólar. Isso podia estar justificado nessa...

O SR. IBSEN PINHEIRO - V.Exª pode supor o que quiser, mas seria bom que tivesse prova.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, não estou supondo. Por isso é que estou pedindo esclarecimento. Na verdade, Deputado, na medida em que há uma negativa da sua parte, há uma certa inversão do ônus da prova também, porque, na verdade, o que estamos perguntando é o seguinte: há uma denúncia de um dinheiro que foi encaminhado a uma empresa, que é uma corretora de câmbio.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não é uma denúncia, é uma ordem de pagamento, do Banco do Rio Grande.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim, há um fato e o que estou solicitando a V.Exª é que diga que tipo de operação é essa, na medida em que estamos investigando a possível compra de dólar não declarada na sua declaração de renda.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mais do que esclarecida, nobre Deputada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - É a sua compreensão, obviamente.

O SR. IBSEN PINHEIRO - E, quando V.Exª fala em inversão do ônus da prova, veja bem,...

A SRª JANDIRA FEGHALI - O jurista, inclusive, é V. Exª.

O SR. IBSEN PINHEIRO - V.Exª é médica, mas, evidentemente, tem consciência jurídica, porque ela é inata a qualquer pessoa, especialmente, a uma Parlamentar.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sem dúvida.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Quando se fala em inversão do ônus da prova, sempre se tem em vista acusação e defesa; V.Exª concordará comigo que, agora, estamos inovando, o ônus da prova cabe à testemunha. Eu, aqui, sou uma testemunha, Deputada, um depoente, aliás, espontâneo e testemunha, de maneira que nem mesmo a inversão do ônus da prova se aplicaria à testemunha que veio depor nesta Casa espontaneamente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Certamente não entrarei nesse tipo de discussão com V.Exª porque me preocupa o desdobramento da inquirição, mas considero ainda não esclarecida a questão da Empresa EMDUMEX.

Eu gostaria de entrar por uma outra vertente, Deputado, que é a questão do papel político mesmo. V.Exª colocou, no início, que não tem gosto pela matéria orçamentária. Entendo que a questão é subjetiva, posso gostar desta ou daquela matéria e não tentar me intrometer em outras, mas a questão do orçamento, em muitos países inclusive, foi a causa da criação do próprio Parlamento. A questão do orçamento é prioridade um de qualquer Casa legislativa; ela define as prioridades políticas, as políticas sociais, as prioridades do governo, e o papel do Parlamento, inclusive, de alguns anos para cá, é corrigir esse tipo de distorção. Então, independente da questão subjetiva, de gosto ou não gosto da matéria que está sendo tratada, há uma responsabilidade política da Instituição que V.Exª representava naquele momento, enquanto Presidente da Câmara dos Deputados. E o que me gera essa dúvida, que penso que é uma dúvida que V.Exª tem para com a sociedade brasileira, é tentar esclarecer por que, diante de tantas denúncias, naquele momento, não houve, da sua parte, uma atitude ofensiva na questão da apuração dos problemas. Vou situar aqui alguns exemplos: quando o Deputado João Alves, inclusive, foi substituído na Relatoria, ele fez uma imensa matéria paga, milionária, em vários jornais, para se defender das acusações naquele momento. E, naquele mesmo período, o Deputado João Alves foi parar na ONU, se não me engano, como observador, representando esta Casa. Naquele mesmo momento, quer dizer, houve uma...

O SR. IBSEN PINHEIRO - É verdade isso, Deputada?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Foi a informação que tivemos naquele momento.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Informação de onde, Deputada?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Da Casa. Essa informação obtivemos da Câmara.

O SR. IBSEN PINHEIRO - A Câmara deu esta informação?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Inclusive foi matéria de discursos dentro da Casa.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu não sei se V.Exª lembra...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu estou pedindo um esclarecimento, Deputado. Deixe-me concluir, então.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Mas V.Exª deu uma informação absolutamente inverídica. Eu vou trazer como testemunha o Deputado José Genofino, que ainda há pouco estava aqui.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, eu gostaria de concluir. Isso não é essencial à inquirição. Eu estou querendo formular a minha pergunta, se V.Exª me permite.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Permita-me, Deputada, eu vou trazer subsídio à pergunta de V.Exª. Essa denúncia foi formulada no plenário da Câmara, enquanto o Deputado Ibsen a presidia. Não haveria nada de irregular em designar o Deputado João Alves observador parlamentar da ONU, o que V.Exª agora deu como um fato. E foi o Deputado Genofino quem, saindo do microfone de apertes, caminhou para o fundo do plenário e apontou o Deputado João Alves, sentado.

De maneira que, se V.Exª não conhece esse fato, trago-o como subsídio, embora não houvesse nada de irregular. Veja V.Exª como as insinuações transformam um fato da maior singeleza e simplicidade.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado Ibsen, eu também não estou aceitando que V.Exª, a todo momento, coloque a expressão: "está insinuando coisas". Estou aqui com a seriedade de quem está participando desta Comissão Parlamentar de Inquérito com a maior dignidade e com a maior preocupação para com esta Comissão. Então, não é aceitável que, a todo momento, V.Exª formule suas ilações a respeito das pessoas que estão aqui.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Atenha-se ao fato...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu estou atendo-me e dispense a sua orientação, por favor!

O SR. IBSEN PINHEIRO - Naquilo que me afeta, V.Exª não vai dispensá-la! Naquilo que me afeta, Sr. Presidente, V. Exª não vai me dispensar!

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quero inquirir, Sr. Presidente.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Naquilo que me afeta, Sr. Presidente, V. Exª não vai me dispensar! Naquilo que me afete, não dispensarei!

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, vou inquirir a testemunha se me for permitido pela Mesa.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputada, com o perdão da presidência pela exaltação, penso que a indignação é absolutamente essencial.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V.Exª está se atendo a um fato que acho absolutamente secundário. Eu não completei a minha pergunta, e V.Exª me interrompeu.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Foi V.Exª que trouxe o fato secundário.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Exatamente. Estou formulando a minha inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Acionando as campainhas.) - Devemos retomar, porque não gostaria de interromper a reunião.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Se o depoente me permite, gostaria de continuar a minha inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª fará a pergunta.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Na verdade, esse fato que estou trazendo aqui apenas demonstra o período que vivenciamos nesta Casa, naquele momento. O que estou querendo dizer com isso, Deputado Ibsen Pinheiro, é que não houve, por parte da presidência da Casa, uma atitude ofensiva na apuração dos fatos tão gravemente denunciados naquele momento, que envolviam pessoas do PMDB e pessoas de grandes partidos nesta Casa. Foram denúncias de parlamentares - não do Sr. José Carlos dos Santos, hoje um presidiário nesta cidade -, com requerimento de CPI, cujo requerimento foi arquivado, ao que me consta, com assinatura dos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional: Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Eu gostaria que essa dívida política fosse trazida hoje a esta CPI, e que o senhor pagasse essa dívida no sentido de esclarecer por que, naquele momento, com tanta denúncia, nenhuma atitude concreta foi tomada - não estou me atendo às formalidades, se cabia à Mesa do Senado, à Mesa da Câmara ou à Mesa do Congresso; estou atendo-me à atitude política, porque muitas coisas, nesta Casa, foram feitas à revelia do Regimento Interno, à revelia das formalidades, pela importância política.

E também não se podia argumentar que era muito grande o número de comissões parlamentares de inquérito em funcionamento porque quando houve a denúncia da questão da Previdência Social - e eu fiz parte daquela CPI - a instalação daquela CPI passou por cima de todo o número de CPIs já instaladas e em funcionamento: a CPI sobre a Previdência foi instalada pela importância da denúncia feita naquele momento.

A pergunta que faço a V.Exª é a seguinte: por que, naquele momento, a sua atitude não teve um conteúdo político ofensivo de apurar as denúncias de uma comissão que tratava do assunto mais relevante do Parlamento, não só do Brasil, mas do mundo, que é a questão do orçamento?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Simplesmente porque implicaria em uma tentativa de destituição do Presidente do Congresso Nacional. Não é ao Presidente da Câmara que incumbe a direção de qualquer comissão mista; é responsabilidade da Mesa do Congresso Nacional. Isso é tão claro nos textos, que não posso considerar uma mera formalidade, Deputada Jandira Feghali. Uma mera formalidade o presidente da Câmara passar por cima da Mesa do Congresso Nacional para determinar uma investigação numa Comissão Mista do Congresso Nacional?! Pode o presidente da Câmara, hoje, por exemplo, intrometer-se na administração desta Comissão? Imagina V.Exª que pode? Não. Essa não é uma simples formalidade, essa é uma questão de fundo no relacionamento da Câmara com o Senado, e o presidente da Câmara é guardião desse relacionamento.

Digo mais a V.Exª: a decisão de que a votação ocorreria para a Mesa do Congresso, não foi uma decisão minoritária de Presidentes de Casa, não; foi de todos os membros da Mesa do Congresso Nacional. Todos eles: o presidente, que é o presidente do Senado; o 1º Vice-Presidente, que era o Vice-Presidente da Câmara; o 2º Vice-Presidente, que era o Vice-Presidente do Senado; o 1º Secretário, que era o Secretário da Câmara, hoje presidente da Câmara. Essas pessoas decidiram por unanimidade, nobre Deputada, e devia o Deputado Ibsen, que não integra a Mesa do Congresso Nacional, sair a perturbar profundamente a administração conjunta das duas Casas com uma ação inconstitucional, anti-regimental?

Não, nobre Deputada, não se trata de uma questão formal. Trata-se de uma questão de fundo, e essa dívida eu não contraí e não tenho por que resgatá-la.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Embora considerando o tempo em que se deu o diálogo um pouco mais veemente, estamos com seis minutos além do tempo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Vou concluir, Sr. Presidente. Acho, inclusive, que o depoente continua se prendendo a esta questão regimental para dar uma resposta de conteúdo político, que eu considero insatisfatória. Eu não estou discutindo poder de decisão; estou discutindo empenho político em enfrentar o problema e resolvê-lo.

Penso que era importante sua intervenção na medida do seu relacionamento com muitos dos Parlamentares da Comissão do Orçamento, inclusive alguns deles do PMDB, do seu partido. O próprio material de imprensa traz um relacionamento que, ao que parece, ultrapassava inclusive o relacionamento apenas político; era um relacionamento pessoal, de amigos, etc.

Nesse sentido, Deputado, é que penso que seu esclarecimento agora teria sido fundamental para esta Comissão e para a sociedade. Por isso considero uma dívida não paga. Não estou me atendo à questão regimental, mas a uma questão política, pela importância política do tema, que moveu inclusive um pedido de CPI, com o número regimental, para ser instituída nesta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo esclarecer à nobre Deputada Jandira Feghali que a Mesa está preocupada em apurar as razões do arquivamento. Estamos acompanhando isso. Sabemos ainda há pouco, ao folhear documentos que precisam ser completados pelas informações oficiais da Secretaria da Mesa do Congresso, que é necessário explicar por que essa CPI não foi instalada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Agradeço, Sr. Presidente, essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra a nobre Deputada Socorro Gomes.

A SRª SOCORRO GOMES - Sr. Presidente, Srs. Membros da CPI, Deputado Ibsen Pinheiro, de fato, há uma responsabilidade por esta CPI só estar sendo realizada agora. Penso que é uma responsabilidade não só do então Presidente da Câmara, mas da própria Mesa do Congresso. Depois de denúncias, de indícios fortes de crime na Comissão do Orçamento, a Mesa do Congresso Nacional mandar arquivar um pedido de CPI, regimentalmente perfeito, é uma omissão grave. Não é uma omissão simples, é uma questão grave que de fato esta CPI deve apurar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se a ilustre Deputada me permite, pergunto se V. Exª começa logo por afirmar ou pretende inquirir?

A SRª SOCORRO GOMES - Não. Estou afirmando. Acho que é uma questão grave e a sociedade brasileira não deve conformar-se tão-somente em punir quem favoreceu empreiteiras através das emendas do Orçamento, mas quem, sabendo das denúncias, tendo o mecanismo de apurar, não apurou no devido tempo.

Por outro lado, Sr. Presidente, Deputado Ibsen Pinheiro, penso que todos nós sofremos desse pecado da omissão, no qual me incluo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Bom, pelo menos V. Exª cobra dívida de todos nós.

A SRª SOCORRO GOMES - Uns mais e outros menos. Acho que eu menos até por ser uma Parlamentar de primeira legislatura e ter denunciado várias vezes. Mas é justamente tentando não me omitir em outros momentos que eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Deputado Ibsen Pinheiro, em que pese a não ser sobre números, sobre dinheiro depositado sob qualquer forma numérica.

Deputado Ibsen Pinheiro, V. Exª, como Presidente da Câmara, e ao iniciar seu depoimento aqui, enquanto testemunha, dizia que aprendeu bastante sobre os mecanismos do Congresso e sobre os comportamentos humanos. Eu lhe perguntaria: é fato que houve - não digo que todos os Parlamentares que depõem já estão, digamos, condenados ou culpados; não é isso - digamos assim, emendas no Orçamento da União para beneficiar empreiteiras, e também é fato que Senadores e Deputados assim o fizeram, recebendo dinheiro pelos seus serviços.

Deputado Ibsen Pinheiro, V. Exª, com toda essa experiência de Congresso, acha que é possível ocorrer esse mesmo comportamento que houve na Lei do Orçamento em outras leis neste Parlamento?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Nobre Deputada Socorro Gomes, a pergunta de V. Exª envolve um juízo...

A SRª SOCORRO GOMES - Gostaria que V. Exª me respondesse de acordo com a sua experiência.

O SR. IBSEN PINHEIRO - A pergunta de V. Exª envolve um juízo subjetivo do depoente.

A SRª SOCORRO GOMES - V. Exª pode ou não responder. Isso é para ajudar o Brasil.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Eu vou lhe responder sim.

Esta é uma Casa de pressões. O democrático é que as pressões ocorram de modo multilateral. Todos os interesses do País se expressam aqui; não há uma Casa como esta. Então, é natural que a aprovação de projetos, tanto da Lei Ordinária quanto da Lei Orçamentária, seja submetida às pressões das regiões e das corporações profissionais e empresariais. A Revisão está-se instalando, e já se discutem monopólio, reservas e os interesses das regiões.

Por isso, Deputada Socorro Gomes, respondo afirmativamente ao jogo de pressões, mas respondo negativamente a qualquer conhecimento direto ou de ciência própria de qualquer intervenção de pressões escusas para interesses grupais ou pessoais de pessoas físicas ou jurídicas.

A SRª SOCORRO GOMES - Vou tentar chegar até aí, Deputado Ibsen Pinheiro.

Até para não correr o risco da omissão, gostaria de dizer que, no período em que foi discutida na Comissão a Lei de Propriedade Industrial, a Lei de Patentes, era comum haver funcionários, representantes de Embaixadas no Parlamento brasileiro; isso ocorria no período em que se estava discutindo a questão essencial interna do Congresso e do nosso País. Em reuniões fechadas, havia representantes de Embaixadas, inclusive, da Embaixada americana.

Tenho a impressão, ou melhor, tenho provas. Mas, depois de conhecer todas as denúncias de falcaturas de Deputados e de Senadores, no sentido de que estes apresentavam emendas escusas contra os interesses nacionais e do povo para favorecer empreiteiras mediante o pagamento dos seus serviços, abrindo-se um paralelo, acredito que é bem provável que esses mesmos Parlamentares também prestem os serviços a outras empresas - se for o caso, a empresas estrangeiras e a empresas estatais de outro país.

Então, Deputado Ibsen Pinheiro, pergunto: V. Exª, enquanto Presidente da Câmara dos Deputados, em algum momento, recebeu representantes de Embaixadas, para discutir leis que favoreciam a outros países?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputada Socorro Gomes, a definição dos conteúdos da Legislação é matéria conduzida pelos Líderes. V. Exª deve ter acompanhado reuniões de Líderes, enquanto eu presidia a Câmara, em que eu me limitava aos procedimentos. No caso da propriedade industrial, houve a formação de uma Comissão Especial - à época, presidida, se não me engano, pelo Deputado César Maia; fiquei na dúvida se S. Exª era o Relator - e, assim também, outras leis que possam ter determinado grande interesse, inclusive, internacional.

Se eu tivesse sido Líder, eu poderia ter participado de negociações de conteúdo. Mas, sendo Presidente, nunca participei dessas negociações. Como Presidente da Câmara, jamais recebi partes interessadas na definição de projetos. No máximo, fiz a cortesia de encaminhar aos Líderes partidários essas negociações que se quisessem prestar; no máximo, se, porventura, chegasse ao Gabinete do Presidente qualquer intenção legítima, de resto, no geral, de influir nos conteúdos, porque essa é uma atribuição política dos Líderes. O Presidente da Câmara, enquanto o fui, nunca se reuniu com grupos de pressão ou com lobbies, para discutir conteúdos de matéria legislativa.

A SRª SOCORRO GOMES - Sr. Presidente, quando perguntei sobre isso, eu o fiz absolutamente sem nenhuma insinuação do ponto de vista político, enquanto Presidente.

Agora, há indícios e boatos, e, aqui e acolá, consegue-se fazer uma ligação. Para mim, fica uma grande dúvida: esses mesmos, que encaminham essas emendas espúrias, também não encaminham emendas em outras leis muito mais importantes e que podem prejudicar imensamente a nossa soberania?

Daí por que entendo que este Parlamento necessita mesmo se aprofundar nas denúncias para inocentar os inocentes e punir os culpados, para, então, de fato, mudar a sua face frente à sociedade brasileira.

Chamo a atenção para essa questão, porque há aspectos muito mais importantes além dessa questão do Orçamento, que já é grave.

Era só isso.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputada, não devo responder, foi uma afirmação de V. Exª, mas testemunho, sem nenhum favor, o quanto acredito na sinceridade dos propósitos de V. Exª, porque sou testemunha da Parlamentar dedicada que tem sido V. Exª.

A SRª SOCORRO GOMES - Sr. Presidente, embora sabendo que não se trata apenas da questão do Orçamento, até para não nos omitirmos, penso que os Parlamentares e a sociedade têm que conhecer as desconfiças que nos movem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo, mas cada coisa ao seu tempo, na sua oportunidade.

Com a palavra o ilustre Deputado Carlos Lupi, encerrando as inquirições do Plenário.

O SR. CARLOS LUPI - Primeiramente, eu queria, com o respeito que merece o nobre Parlamentar Ibsen Pinheiro, fazer algumas arguições que acredito sirvam mais para esclarecer a opinião pública. Não veja, Deputado Ibsen, em nenhum momento, da minha parte, qualquer intenção de afirmação. V. Exª está sendo arguido pela sociedade, em função da posição que ocupou, da representatividade que teve na Presidência da Câmara dos

Deputados. E não faço nenhum prejulgamento; aliás, para ser mais honesto, torço pela inocência de V. Ex^a.

Em primeiro lugar, sugiro ao nobre Relator, inclusive para dar oportunidade a V. Ex^a de apresentar a outra versão sobre essa questão da aquisição desses 15 milhões em novembro de 1990 - não sei mais se cruzeiros reais, se cruzados -, que esse valor seja checado, visto que V. Ex^a não tem os números em mãos, a fim de que seja conferida a contabilidade da TREVISAN com os dados de dois Parlamentares que fizeram a arguição a V. Ex^a.

Solicito, portanto, à Relatoria, na pessoa do Deputado Roberto Magalhães, autorização para que o Deputado Ibsen Pinheiro tenha a oportunidade de fazer a demonstração sobre a dúvida referente ao valor da primeira parcela da compra do imóvel de 1990. Esse cruzamento é necessário para não ficar a afirmação de dois Parlamentares, num sentido e a de V. Ex^a em outro; para não pairar dúvida e dar oportunidade de defesa a V. Ex^a.

Quero levar para o aspecto político, Deputado Ibsen Pinheiro. Primeiro, o que fica na nossa impressão, principalmente na da opinião pública - e eu quero aqui representar essas pessoas que me passaram essas dúvidas - é que V. Ex^a, como Presidente da Casa e também um dos mais proeminentes, mais importantes membros do PMDB, teve uma forte influência na indicação dos Parlamentares do PMDB na Comissão do Orçamento. Não estou afirmando, mas apenas colocando a impressão que fica pela sua ascendência, por ter sido Presidente da Casa, por ser um dos nomes mais respeitados dentro do PMDB. Nessa indicação, quatro desses membros do PMDB são os mais inquiridos e os mais indiciados nesta Casa por afirmações do Sr. José Carlos Alves dos Santos, já apuradas pela CPI, de envolvimento com verbas não utilizadas, verbas desviadas. São os Deputados Genebaldo Correia, José Geraldo, Cid Carvalho e Manoel Moreira. Por coincidência, todos quatro pessoas com quem V. Ex^a tinha amizade e relações cordiais.

Pergunto: V. Ex^a que afirmou - e não tenho por que duvidar de sua palavra - não ter tido nenhum interesse maior na questão do Orçamento, teve alguma participação, alguma ingerência direta sobre esses membros do PMDB que representavam o Partido na Comissão?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado, como Presidente da Câmara, nenhum, porque não é função do Presidente da Câmara. Como Líder, alguma ação que passo a explicar.

Os Deputados Genebaldo Correia e Cid Carvalho são anteriores na Comissão de Orçamento ao meu exercício na Liderança, e os Deputados José Geraldo e Manoel Moreira foram indicados pela forma que sempre procurei usar: a representação das bancadas regionais, no caso, a Bancada de Minas e a Bancada de São Paulo.

Não teria nenhuma razão para negar se os tivesse indicado, porque, primeiro, como V. Ex^a, eu também não faço prejulgamentos e, segundo, porque nem sequer suspeitas pairavam, como hoje podem ocorrer.

Mas, em atenção à verdade, os Deputados Genebaldo e Cid eram membros da Comissão do Orçamento desde antes de eu assumir a Liderança e passar a ter responsabilidade na indicação, e os Deputados José Geraldo e Manoel Moreira foram indicados, respectivamente, pelas Bancadas de Minas e de São Paulo, o que se aplica aos demais membros da Comissão de Orçamento, pelo PMDB, enquanto fui o Líder. Depois de Presidente, nenhuma ingerência, porque não é atribuição do Presidente.

O SR. CARLOS LUPI - V. Ex^a, mesmo com as denúncias apresentadas, falou corretamente que não competia a V. Ex^a, pelo Regimento e pelas regras da Casa, providenciar nenhuma abertura de inquérito sequer, e sim ao Presidente do Congresso Nacional, que é o responsável pela Comissão de Orçamento, que é uma comissão mista. Mas V. Ex^a, tendo essas denúncias apresentadas, envolvendo esses Parlamentares também, em algum momento teve na memória algo que eles lhe tivessem revelado, ou alguma suspeita que envolvesse alguma coisa que gerasse esse mar de corrupção que se descobriu depois na CPI do Orçamento? V. Ex^a teve algum tipo de indício sobre isso?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado, passados os acontecimentos que estamos vivendo, somos tentados a imaginar que o que hoje parece claro sempre foi claro da mesma forma.

Eu lembrei hoje, pela manhã, que o Governo Collor viveu cercado de boatos desde a sua instalação, até que se instalou a CPI. A investigação parlamentar daquele ano teve como causa detonadora dois depoimentos-chaves: o de Pedro Collor e o do motorista Eriberto. Não tivesse ocorrido isso, provavelmente o Governo estaria aí, cercado dos mesmos boatos ou de outros piores.

Então, é preciso recriar aquele ambiente, para que todos nós percebamos que era muito difícil à própria Mesa do Congresso Nacional - e agora não falo por mim, porque não a integro - transformar boatos em uma comissão parlamentar de inquérito. Isso era muito difícil. O que deu força à idéia de investigação parlamentar não foi o fato de ter ocorrido mais uma denúncia, mas o fato de ter ocorrido uma denúncia por uma pessoa que estava em posição de denunciar e que tinha um elemento de convicção muito forte: dois ou três milhões de dólares embaixo do colchão. Isso deu força excepcional.

Não tenho dúvida de que, se não houvesse essa denúncia, nós talvez estivéssemos ainda convivendo com boatos, insinuações, eventuais convicções mais fortes, mas, ainda assim, sem os elementos para uma investigação parlamentar.

Então, não só tenho do meu lado o texto regimental e o texto constitucional, como também a convicção de que o processo de investigação amadureceu, e não poderia ter

sido desencadeado antes desse amadurecimento. É uma avaliação subjetiva que faço, com todos os riscos, em atenção à pergunta de V. Ex^a.

O SR. CARLOS LUPI - A que V. Ex^a atribui o fato de o Sr. José Carlos ter citado, em três depoimentos diferentes, que V. Ex^a tinha conhecimento desse esquema de corrupção?

O que estou querendo com essa pergunta não é fazer nenhuma associação; estou querendo dar oportunidade a V. Ex^a de esclarecer à opinião pública, porque os quatro Parlamentares do PMDB, que são hoje os mais notórios indiciados desta CPI, são amigos de V. Ex^a, o que também não pode incriminá-lo de nada, porque V. Ex^a pode ser amigo e não saber da atividade de cada um, na sua vida.

Mas a que V. Ex^a atribui o fato de o Sr. José Carlos, com tanta convicção, dizer que V. Ex^a sabia do envolvimento, do esquema de corrupção, em três oportunidades diferentes?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado, eu faria um reparo inicial: o Sr. José Carlos Alves dos Santos não afirmou, com clareza, com ênfase que eu soubesse, foi um depoimento impreciso no que se refere a mim, ao Senador Humberto Lucena e ao Senador Mauro Benevides. E junto os três nomes porque ele os juntou. Perguntado, aqui, sobre o Senador Humberto Lucena, deu uma resposta imprecisa, evasiva, dizendo que o Senador conhecia o esquema de subvenções e que não tinha informação sobre participação em esquemas financeiros, que isso era o Deputado João Alves quem sabia. Aí pergunta-se a ele sobre o Senador Mauro Benevides, ele responde: "No mesmo sentido". E o Deputado Ibsen Pinheiro? "No mesmo sentido". Então, foi um depoimento impreciso, absolutamente inconsistente, além de inverídico, mas a imprecisão todos podem perceber.

Mas, além disso, Deputado, depois hoje pela manhã que considerar o Deputado Genebaldo Correia meu representante era uma extensão com intenção, talvez, de insinuar ou de fazer malícia; era uma extensão de um processo de luta política tanto na Casa, quanto no PMDB. Tanto no PMDB, quanto na Casa havia alianças políticas que se expressavam em relacionamentos políticos e que a alguns conveio, em qualquer momento, estender essa conotação, para ser perverso com todos, não apenas comigo, mas, eventualmente, com as outras pessoas também; quando o que se estabelece nesta Casa são relações políticas, independentemente do apreço, da relação afetiva que também se estabelece e nas relações políticas as alianças políticas produzem resultados políticos. Entendo que o conteúdo perverso pode ter passado até para o Sr. José Carlos Alves dos Santos como produto dos conflitos internos da Casa. Por isso, é também uma avaliação subjetiva que faço, à falta de outros elementos mais precisos no próprio depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. CARLOS LUPI - V. Ex^a não tinha nenhuma aproximação maior com ele? Era apenas a relação formal, como funcionário da Casa?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Com o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. CARLOS LUPI - Sim.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Menos do que a formal, porque não tendo o Presidente da Câmara ingerência na Comissão, menos até do que a convivência funcional; menos do que isso.

O SR. CARLOS LUPI - Só para terminar, Sr. Presidente, duas perguntas para V. Ex^a confirmar ou não. Saiu uma matéria grande, na Revista Veja, a que V. Ex^a se referiu logo no começo, onde há uma frase aqui, de sua autoria, dizendo que V. Ex^a afirma que o pagamento dessas prestações foi feito com os salários de deputado; as 36 prestações, que V. Ex^a acabou pagando apenas 14, porque liquidou com antecedência. Na revista diz: "

O Deputado afirma que pagou as prestações com o salário de deputado, porque, "como Presidente da Casa eu não tinha gastos: morava, viajava, comia e me locomovia de graça". Por conta da Casa, na certa. Disse Ibsen: "Meu patrimônio todo...minha vida é espartana". O Deputado garante que, numa legislatura, recebe 240 mil dólares de salário e poupa 70 mil.

Gostaria de saber se, realmente, V. Ex^a confirma a declaração de que pagou esse apartamento só com os proventos de deputado, como está na revista - não sei se é a verdade, por isso estou pedindo a confirmação de V. Ex^a - e se V. Ex^a também confirma que dos 240 mil dólares que recebe, pelo mandato de quatro anos - essa é uma previsão aproximada - economiza 70 mil dólares; o restante, então, sendo proveniente das suas outras atividades.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado Carlos Lupi, essa matéria da *Veja* - referi-me a ela hoje pela manhã - sofreu uma profunda cirurgia na madrugada do sábado, 13. Porque ela tinha uma imprecisão - não sei se V. Ex^a estava aqui - que foi extirpada na madrugada do sábado. Ela afirmava que eu teria um DOC de um milhão de dólares poucos dias antes, passado daqui para Porto Alegre. Essa matéria se tornou extremamente inconsistente. Do ponto de vista jornalístico, ela ficou muito prejudicada e houve, certamente, uma redação final diversa daquela elaborada pelo repórter que me entrevistou, porque é um profissional muito correto e essas afirmações surgiram como resultado de uma cirurgia na matéria, com absoluta mistura de conceitos e de fatos. Nunca disse que vivia exclusivamente da atividade parlamentar. Tinha uma atividade anterior como advogado e jornalista e tinha, a partir de certa altura dos anos 80, um empreendimento agropecuário e essas condições é que me permitiram. É verdadeiro ter dito também que sou uma pessoa que tem uma capacidade de poupança significativa, porque tenho hábitos baratos. V. Ex^a vê que tem até alguns sinais exteriores de pobreza: meu carro, em Brasília, é um Galaxie 79 e meu carro em Porto Alegre, é um Voyage 89. Quer dizer, este tipo de pessoa que não tem hábitos

caros poupa pelo menos metade do que ganha e, como Presidente da Câmara, durante 2 anos, poupou quase tudo que ganhou. Mas o meu patrimônio é produto de uma vida que vem de antes.

Quando cheguei a esta Casa, tinha mais bens imóveis do que tenho hoje. Houve uma variação, mas não um aumento a rigor. Eu tinha duas glebas rurais, um empreendimento significativo, alguns terrenos na praia, no Município, então, de Capão da Canoa, depois foi mudando de nome, no Rio Grande do Sul. E, hoje, tenho estes dois apartamentos em Porto Alegre, a casa na praia, antiga também, e meio terreno, comprado mais recentemente, na minha cidade São Borja.

O SR. CARLOS LUPI - Só para encerrar, apenas para dar oportunidade a V.Exª de esclarecer. Não estou afirmando, mas chegou às minhas mãos uma documentação - que não cheguei, mas quero dar oportunidade a V.Exª de negar e informar-nos - de que o Diretor da Odebrecht em Brasília, Sr. Cláudio Melo, teria indicado a filha dele, Srª Patrícia Navarro, na época que V.Exª era Presidente da Câmara dos Deputados, para trabalhar na sua assessoria. Quero saber se V.Exª confirma essa informação e - em confirmando a assunção dessa pessoa como sua assessora - para não deixar dúvida de que esteja querendo fazer insinuação de envolvimento - se teve algum pedido formal, ou se o senhor apenas a colocou como funcionária por suas qualidades profissionais ou teve pedido do pai ou de influência maior para tê-la na Presidência, ao seu lado?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não. Essa moça, Patrícia Navarro, o nome todo dela...

O SR. CARLOS LUPI - Deve ser Melo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Ela própria pediu. Procurou-me e pediu para trabalhar no gabinete e como é uma moça que, em primeiro lugar, tem uma aparência de pessoa dedicada e séria e que depois confirmou, no seu trabalho, até pela sua disciplina de conduta, aproveitei-a num cargo que não é dos maiores no gabinete. Precisando formar uma equipe, atendi ao seu apelo. E é uma servidora tão competente que continuou prestando seus serviços a nossa Casa depois que saí.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado Deputado. Pergunto ao nobre Relator se ainda deseja inquirir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Poucas indagações, Sr. Presidente, em desdobramento ao que se discutiu e apenas para esclarecer pontos do depoimento e também saber os rumos que agora poderemos ter, a partir dos elementos que o ilustre Deputado poderá fornecer à Subcomissão de Bancos.

Deputado Ibsen Pinheiro, ainda a propósito daquela CPI que foi arquivada e que tinha como objetivo uma investigação ampla na Comissão de Orçamento, e que de resto está sendo feito agora por esta, verifico que houve uma série de acidentes de percurso.

Ela foi apresentada, foi lida, conseqüentemente criada, e, em seguida, o Presidente do Senado oficiou a V.Exª pedindo a indicação dos nomes da Câmara; veio o recesso. Em função disso, segundo V.Exª esclareceu, e em função também da demora na constituição do quadro partidário da Câmara, só em 26 de março V.Exª oficiou aos partidos pedindo os nomes dos membros da CPI. Os partidos, de um certo modo, também demoraram; alguns mandaram os nomes em abril; outros, só em maio enviaram os nomes dos seus representantes na CPI. Por exemplo, o PMDB e o PFL só apresentaram em 12 de maio, enquanto que em 10 de maio já havia reunião das duas Mesas para decidir sobre várias matérias, inclusive sobre essa, porque houve, inclusive, a advocação da matéria pelo Presidente do Senado. E só em junho, finalmente, a Presidência do Senado comunica ao Plenário que está extinta aquela CPI, por decurso de prazo.

Perguntaria a V.Exª o seguinte: essa sucessão de demoras, de dificuldades, isso é comum a qualquer CPI ou essa, particularmente, não teve sorte?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Deputado, penso que, na maioria dos casos, isso ocorre. O oposto é que é exceção, quando uma CPI surge como um jato de força, que vem das ruas, da própria Casa, como foi o caso desta aqui e da CPI do Governo Collor. A regra é o oposto: os pedidos hibernam, às vezes caminham, às vezes trancam, porque os interesses em conflito já bastam para uma dose de paralisia. Então, eu diria que a regra é a dificuldade, porque há uma grande disputa por espaço político na constituição de comissões parlamentares de inquérito. A minha experiência indica que a regra é a dificuldade, a demora, os meandros que são necessários; e a exceção é esse jato de força que, às vezes, em vinte e quatro horas, instala uma CPI.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª não tem lembrança de nenhum partido, nem de nenhum Deputado que se tenha empenhado para que fosse constituída essa CPI?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim, lembro, com certeza. O Deputado Jaques Wagner, primeiro signatário, empenhou-se pela instalação da CPI. Recordo-me de que houve uma discussão forte entre as duas Mesas sobre esses aspectos e a conveniência, mas, no fim, a decisão unânime é a de que era uma matéria de competência da Mesa do Congresso. Então, as duas Mesas deveriam evitar um pronunciamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não teria o Presidente da Mesa do Congresso poderes para indicar os membros na falta da indicação pelos partidos?

O SR. IBSEN PINHEIRO - No caso do Senado, sim. No caso da Câmara, quem cumpriria esse papel seria o Presidente da Câmara.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Digo do Congresso.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não, mas o Congresso é bicameral e a indicação ocorre por Casa, pela interpretação que todos fazemos da bicameralidade e também pela

praxe. O Presidente da Câmara requisita os partidos da Câmara à composição; o Presidente do Senado requisita os partidos do Senado à composição. Depois, o Presidente do Senado, acumulando a função de Presidente do Congresso, instala a Comissão. Todavia, a indicação é por Casa. O Presidente do Senado não designa Deputados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A minha pergunta foi outra: é se haveria a hipótese de, na falta de indicação pelos partidos, o Presidente das duas Casas poder indicar.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sem dúvida. E teríamos - falo por mim, mas conheço o Senador Mauro Benevides - a isso chegado. Em mais de uma vez, designei, de ofício, membros de comissão, embora, depois, eu os substituisse a pedido dos líderes. Nesse caso, não foi necessário porque houve a indicação pelos partidos, apenas a destempero.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A destempero. Deputado Ibsen Pinheiro, V. Exª baseou toda a estratégia da sua exposição e de respostas a partir de uma auditoria que está sendo realizada e não concluída. Para efeito de orientar-me, em termos do que vai acontecer daqui para frente, perguntaria: V. Exª pretende apresentar essa auditoria à Subcomissão de Bancos?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Primeiro, Deputado Roberto Magalhães, para precisão da linguagem, o que haverá com a auditoria é uma ampliação de escopo, à parte; havia um escopo limitado, concluiu-se, mas é um escopo limitado. Ampliação de escopo é algo que estou discutindo com a TREVISAN, avaliando tempo, porque essa ampliação não pode inviabilizar conclusões para depois do prazo da CPI ou do prazo que V. Exª venha a assinar. Poderia, aqui, eventualmente, pedir a V. Exª que me informasse um prazo limite, para que eu pudesse avaliar com a TREVISAN a eventual ampliação de escopo. Permita-me, antes, com a licença do Presidente, o acesso aos documento da CPI, porque também será importante, para compreender melhor, a minha própria auditoria fazer uma confrontação. Estou convencido de que isso também poderá ser útil à Comissão. Então, cogito de, tendo os elementos à minha disposição, decidir adiante e, eventualmente, facultá-los à CPI.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não oficiaria prazo para V. Exª. O prazo que V. Exª teria seria o meu prazo.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Agradeço a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou propondo dia 14 - não está aprovado ainda - para leitura do relatório.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Agradeço a V. Exª. Sim, mas eu teria que entregar um pouco antes da leitura para V. Exª, como prazo máximo.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CARLOS LUPI - Quero dizer, só para auxiliar, com a única preocupação de ajudar, que V. Exª tem de receber com alguma antecedência, para poder cruzar a informação; senão, não vai dar o direito de ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É a observação que eu acabo de receber: catorze não pode ser.

O SR. CARLOS LUPI - Não pretendi ser mais inteligente do que ninguém; só desejo auxiliar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se for fixada a data que postulo - dia catorze - porque também não quero, não posso e não devo fazer a leitura no último dia, pois pode haver pedido de vista, pode haver discussão prolongada, se V. Exª trouxer até o dia dez, isso me dará condições ainda de poder aproveitar os elementos.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Agradeço a V. Exª; se a auditoria não se completar nesse período, informarei a V. Exª com a antecedência possível, porque não se fará ampliação de escopo. Nesse caso terei que decidir em função dos elementos de que disponho. Se for possível...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ficarei muito grato, se V. Exª assim o fizer. Para terminar, tenho em mãos uma indagação que me foi encaminhada pelo Senador Eduardo Suplicy, no sentido de perguntar se V. Exª já teve no passado, ou se tem, alguma conta-corrente no Banco União dos Bancos Uruguaios.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Vice-Presidente se deseja inquirir ou fazer alguma declaração.

O SR. ODACIR KLEIN - Não para participar do interrogatório ao Deputado Ibsen Pinheiro, mas desejo transmitir que recebi um telefonema do Deputado Genebaldo Correia pedindo a correção de uma informação, prestada aqui durante o interrogatório, de que ele fora Relator parcial do Ministério da Ação Social na Comissão de Orçamento: ele foi Relator parcial do Ministério da Previdência Social. E aí deve ter ocorrido um engano do ilustre Parlamentar que interpelou o Deputado Ibsen Pinheiro e usou desse argumento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª deseja fazer alguma observação ou declaração final, Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. IBSEN PINHEIRO - Sim, Sr. Presidente; quero fazer uma breve declaração final, cuja primeira expressão é o agradecimento a esta Comissão, a todos os seus integrantes e dirigentes pelo tratamento extremamente adequado que aqui me foi assegurado.

Digo adequado, porque ele foi cortês, sem prejuízo da vivacidade da inquirição; mesmo nos momentos de mais agudo conflito, especialmente com a Deputada Jandira Feghali*, a quem sempre me ligaram laços de respeito, e a quem presto a minha

homenagem, mesmo ali o contorno da convivência parlamentar foi preservado, porque a veemência faz parte também da nossa capacidade de vibrar com os fatos, especialmente um fato tão relevante como este.

Querida, Sr. Presidente, no encerramento desta inquirição, consignar um fato que para mim foi muito confortador: não me foi feita nenhuma pergunta sobre emenda; não me foi feita nenhuma pergunta sobre subvenção. Nenhuma, Sr. Presidente; nenhuma, nenhuma, nenhuma!

E o Orçamento, segundo leio e escuto, manipulou-se pelos mecanismos das emendas e das subvenções. E essas duas subcomissões são as comissões finalísticas desta CPI - elas têm uma atividade finalística, que é: subvenção e emendas, para flagrar a manipulação do Orçamento -; e duas subcomissões de apoio: Bancos e Patrimônio, para indicar, eventualmente, produto da manipulação.

Então, veja V. Ex^a, vejam os Srs. Deputados que, no meu caso, falta o fato gerador de eventual enriquecimento ou proveito por meio da manipulação do Orçamento. Falta qualquer evidência. Eu diria mesmo que há todas as evidências ao contrário: da nenhuma participação do Deputado Ibsen Pinheiro, em toda a sua vida parlamentar, em qualquer forma de manipulação do Orçamento, com emendas destinadas a interesses estritos, restritos ou escusos, ou qualquer forma de manipulação no "esquema das subvenções".

Conforta-me muito saber que esta Casa, que me conheceu como Deputado, como Vice-Líder, como Presidente de suas Comissões, como Líder, como Deputado que em dez dos onze anos foi Presidente de Comissão e Vice-Líder e Primeiro Vice-Líder, Líder e Presidente da Casa, possa dizer isso sem que se perceba aí qualquer traço de jactância, mas quem sabe de um legítimo orgulho de ser conhecido por esta Casa - já conhecer e de ser por ela conhecido, e poder dizer ao final de um interrogatório que consumiu seis horas: não tive que responder a uma única pergunta sobre emendas ao Orçamento, sobre subvenções ao Orçamento.

Respondi sobre a minha vida. Trouxe os dados que tenho de uma vida clara, modesta, simples quanto às aspirações materiais, mas uma vida, ainda assim, muito ambiciosa no desejo de servir ao nosso povo, o que é um sinônimo de servir a esta Casa. E a esta Casa, onde já servi como Presidente, onde já servi como Líder, hoje servi como testemunha. Espero ter prestado um serviço com igual sentimento de honra e dignidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O nobre Deputado Ibsen Pinheiro deve ter absoluta tranquilidade em relação à determinação que se apossa dos membros desta Comissão. Temos a obrigação de corresponder a dois tipos de coragem moral: a coragem moral de inocentar quem inocente seja e a coragem moral de concluir pela culpa de quem quer seja, independentemente do seu poder passado, presente ou até imaginado futuro.

Agradeço a V. Ex^a as declarações que aqui fez espontaneamente. V. Ex^a me fez comunicar desde o começo que gostaria de depor. Agradeço a V. Ex^a, como tenho agradecido aos demais Parlamentares que, tendo eles todos como têm a prerrogativa - eu diria até um privilégio - que se contém no art. 221 do Código de Processo Penal de ajustar com a Mesa local, data e hora, nenhum deles fugiu de vir a este local. E isso para nós é muito importante, na medida em que todos nós homens públicos, sobretudo aqueles que detemos mandato aqui, devemos dar uma nítida impressão de que não estamos nos favorecendo mesmo das prerrogativas legais.

Agradeço ainda a V. Ex^a a forma pela qual se conduziu nesta manhã e nesta tarde ao longo do depoimento. Muito grato, e comunico à Comissão Parlamentar de Inquérito que não haverá trabalho obrigatório amanhã. É facultativo. Obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h 45min)

Depoimento do Sr. Deputado Paes Landim

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Damos início à nossa reunião com a finalidade de ouvir, em depoimento, o nobre Deputado Paes Landim.

O Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - O seu nome?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - José Francisco Paes Landim.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Cinquenta e seis anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Solteiro.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua residência?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Superquadra Sul 311, Bl. A,

Aptº 102.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Advogado.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce sua atividade?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fiquemos todos de pé para ouvir o compromisso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM -

"Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Paes Landim, V. Exª tem, ao seu alvedrio, o máximo de uma hora para fazer a exposição que lhe convier se assim quiser.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eminente Sr. Presidente desta Comissão, Senador Jarbas Passarinho; eminente Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein; eminente Relator, Deputado Roberto Magalhães:

Sr. Presidente, tentei, rapidamente, nesta manhã, alinhar duas ou três palavras introdutórias; não tive tempo de concatená-las na máquina e vou tentar aqui resumir a minha introdução.

Ingressei na política, Sr. Presidente, em 1962, a convite do então Prefeito de Teresina, o jovem e talentoso Petrônio Portella, que veio, depois, a marcar presença na vida nacional como candidato a Deputado Estadual - naquela época, o Petrônio foi candidato vitorioso ao Governo do Estado. Encontrava-me estudante no Rio de Janeiro quando recebi o honroso convite.

Em 1964, as circunstâncias levaram a que Assembléia Legislativa, por pressões locais, incluisse o meu nome entre os quatro parlamentares e três suplentes que perderam seus mandatos. Ai, Sr. Presidente, perdido o mandato de 64, de certa maneira, iniciou-se um labirinto porque eu não sabia, efetivamente, as razões. Depois, soube que um dos Líderes do PTB teria se queixado à Guarnição Militar local de que como não havia nenhum nome da UDN entre os incluídos na relação, não era justo que o PTB arcasse, sozinho, com o ônus político daquele difícil momento da vida nacional.

Fui, então, Sr. Presidente, para Brasília e, aqui, tive a oportunidade de prestar concurso para a Prefeitura do Distrito Federal, exercendo funções de Professor do 2º Grau e exercendo a minha Advocacia.

O Presidente Castello Branco, que era um profundo conhecedor da política do Piauí, das coisas do Piauí é evidente, não aceitou nenhuma daquelas cassações da Assembléia, porque não suspendeu os direitos políticos de quem quer que seja. Como um estadista, soube, exatamente, avaliar a dimensão de intrigas paroquiais no episódio de 1964 no meu Estado.

Em função disto, concursado através da figura saudosa de Luiz Viana Filho, consegui ser empossado, aqui, em 1965, no concurso feito para a então Prefeitura do Distrito Federal, hoje Governo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, em depoimento prestado a esta Comissão e respondendo, sobretudo, à pergunta objetiva do eminente Relator, o Sr. José Carlos Alves dos Santos dissera que eu, possivelmente, sabia do chamado esquema das subvenções sociais, embora ele não tivesse certeza da sua insinuação maldosa.

Em razão da sua entrevista à revista **Veja**, interpelei judicialmente, na mesma semana, o Sr. Deputado João Alves, conforme documentação que entregarei após ao Sr. Relator, a fim de que tomasse as providências judiciais cabíveis no caso.

Naquela interpolação judicial, eu dizia exatamente que ingressei na vida pública por circunstâncias aqui ditas no início - por força de um convite de Petrônio Portella e baseado, sobretudo, numa tradição familiar de mais de 50 anos na vida pública do meu

Estado; pertencendo à Assembléia Legislativa, sempre, desde 46, a partir do meu pai, inclusive, sempre um irmão, praticamente sem interrupção e com ligações na microrregião de São João Piauí, de São Raimundo Nonato, onde meu pai nasceu, onde vários netos do velho Gasparino, velho vaqueiro, exerceram durante várias décadas, e vêm exercendo os cargos em prefeituras e lideranças políticas. Essa é uma das razões por que, em 1966, Sr. Presidente, resolvi disputar um lugar na Assembléia Nacional Constituinte.

E a experiência que tive, Sr. Presidente, ao entrar, ao reingressar na política, em 1966, como candidato a Deputado Federal, foi exatamente um dos ângulos que me parece um dos poucos erros diria assim, Sr. Presidente, desse estadista que foi o Presidente Humberto Castello Branco. Não falo só da perda de solução dos partidos políticos tradicionais que, de certa maneira, já tinham um certo experimento, uma base municipal comunitária muito forte; havia já a grande luta de princípios, a grande paixão pela UDN, PTB, o velho PSB, os três Partidos tradicionais do período de 1946, mas, sobretudo, a criação da sublegenda.

Com isso, dentro dos próprios partidos, com eleição do sistema direto para escolha dos governadores, ficou a grande disputa entre deputados do mesmo partido e o deputado federal passou a ser o comandante do processo eleitoral desde a condução do alistamento até o transporte do eleitor a sua seção eleitoral. O processo da Nova República não conseguiu mudar esse quadro exatamente em razão da desorganização partidária do País.

E a experiência, Sr. Presidente, em participar dessa eleição - tinha uma banca de advocacia, era professor, tinha uma vida de classe média razoável, viajava anualmente de férias à Europa, além de convites acadêmicos para participar de seminários -, realmente mudou em termos de desorganização estrutural, sobretudo, de vida pessoal organizada.

Aí, Sr. Presidente, tive que me desfazer de todo o meu patrimônio, inclusive de minha residência particular, do meu escritório, de bens outros ao longo desses anos, inclusive, acumulados, durante 20 anos, em viagens, obras de arte, quadros, coisas caras às afeições de um pobre intelectual de província, medíocre, porque as circunstâncias da vida, as dificuldades não permitiram o maior aprofundamento.

E, de repente, Sr. Presidente, vejo-me aqui, nesse momento, sentindo-me um pouco perplexo até diante dos acontecimentos que me trouxeram à convocação por esta douta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sai da campanha, Sr. Presidente, em 1986, com uma série de inquietudes e dificuldades financeiras, mas mercê, Sr. Presidente, das minhas funções de chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, fiz, ao longo desses 5 ou 6 anos de chefia, um ciclo muito grande de amizades com os melhores advogados do País, os melhores professores de Direito do País, através de uma intensa atividade acadêmica, área de extensão, de especialização do Departamento de Direito da Universidade de Brasília. E ao longo da década de 1970, Sr. Presidente, granjeei ligações com personalidades, com empresas que me contrataram como advogado, como assessor e mesmo depois de eleito Deputado Federal consegui manter alguns desses vínculos naqueles casos em que não houvesse impedimento de ordem moral ou de ordem constitucional.

Deputado ativo, cumpridor de suas obrigações congressuais, parlamentares, que sempre fez questão de trabalhar arduamente pela sua região, mesmo assim, sempre mantive contato um pouco com o Rio de Janeiro, sobretudo com São Paulo, a nível de assessoria jurídica, Sr. Presidente, exatamente para tentar recompor as dificuldades que a vida pública me trouxe e da reeleição nacional vinda. Nessa vida como advogado, as amizades feitas, o conhecimento feito ao longo da atividade parlamentar do período, consegui que velhos amigos, já tradicionais, e novos amigos advogados, escritórios de advocacia pudessem, efetivamente, ajudar na minha reeleição de 1990, porque, já nessa época, estava despojado, praticamente, de todo patrimônio.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento em que me ponho à disposição de V. Ex^{as} para prestar os esclarecimentos cabíveis, queria apenas dizer que participei da Comissão de Orçamento, também, por circunstâncias da vida.

De 1988 até 1991 dela fui membro. E como nela ingressei, Sr. Presidente?

Certa feita, fui convocado ao gabinete do então Líder do meu Partido, Deputado José Lourenço, que assim se expressou: "Meu caro Paes Landim, pela primeira vez, a partir da Constituição de 1988, depois de 1967, o processo de emendas ao Orçamento está previsto na nova Constituição. Tenho conversado com assessores militares, ministros militares, há uma preocupação de que a área das Forças Armadas, sobretudo do Exército, possa ser entregue a uma pessoa que não vá fazer do Orçamento do Exército não um instrumento de demagogia política ou de interesses outros. Eu queria, neste caso, que V. Ex^a participasse da Comissão Mista de Orçamento e representasse a Sub-relatoria do Exército como, efetivamente, sempre fui nos anos que lá participei, de 1988 até 1991."

É evidente que, no âmbito da Comissão e mesmo sem ser membro dela, nos últimos três anos, sempre lutei por interesses específicos da minha região, não somente da minha região, a microrregião de São João do Piauí, que seria a região do Alto Piauí, Canindé, e a microrregião de São Raimundo Nonato e, também, a microrregião de Picos, que é a mais dinâmica do meu Estado.

Nesse sentido, Sr. Presidente, concentrei a minha atuação em duas obras fundamentais para a região.

A primeira, mais importante, é exatamente a construção do subtrecho da BR-020, esse grande projeto do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que ligaria Brasília a Fortaleza, a chamada BR-020, que está pronta até Barreiras, na Bahia, e depois do trecho

interrompido vai continuar em Picos, na direção de Fortaleza. Lá, em Picos, encontra-se sediado o 3º BEC, 3º Batalhão de Engenharia e Construção, que fez o cascalhamento de toda a BR-020. E esse trecho interrompido, Sr. Presidente, lamentavelmente esquecido, é da maior importância para o desenvolvimento do Piauí e do Nordeste. Até porque, num país, infelizmente, como diz o nosso Affonso Arinos de Mello Franco, de estadistas rodoviários, abandonou-se as ferrovias, abandonou-se as hidrovias, as rodovias, que são instrumentos básicos, indispensáveis para o progresso nacional. Pois bem, essa estrada interrompida, cerca de 500km, exatamente a minha região, ficou isolada de Teresina por falta de estradas, e a estrada federal corta a minha cidade. Seria importante que essa ligação de trechos, São Raimundo Nonato/São João do Piauí feita até Picos.

Realmente, tenho lutado por essa estrada, Sr. Presidente. E, embora eu tivesse delegado ao Governo do Estado essa tarefa, fiz tratativas, impedimentos que fosse entregue ao 3º Batalhão.

Com muita dificuldade, venho tentando alocar recursos para ela; quando alocados, a dificuldade tem sido imensa, Sr. Presidente, para a liberação dos recursos. Tanto é assim que, no ano passado, na discussão do Orçamento para 93, por incrível que pareça, como não-membro da Comissão de Orçamento, foi o ano que consegui alocar mais recursos, inclusive para esse subtrecho do Exército, da BR-020, da minha região. E numa circunstância interessante, que, por sinal, a revista Veja, na sua penúltima edição de 1982, publicou que tive uma áspera discussão com o Relator Parcial, que deu recurso zero para essa BR-020 e disse textualmente que, exatamente por se tratar de uma rodovia entregue à construção do Exército, havia dificuldades para a alocação de recursos, por razões que a própria revista Veja notou nessa minha discussão com o Relator Parcial. E valeu a pena essa discussão, até um pouco ríspida, porque o Sr. Relator-Geral resolveu atendê-la com um maior número de recursos já previstos para ela, embora liberados praticamente poucos recursos no corrente exercício.

Seria muito importante a conclusão da BR-020, Sr. Presidente, essa obra de Kubitschek, ela daria uma economia para Fortaleza de cerca de 500 a 600 Km porque, ao invés de se percorrer pela Rio-Bahia, o trecho cortaria todo o sertão piauiense, todo o cerrado piauiense. Consequentemente, além da diminuição de recursos e da diminuição de quilometragem, traria ao meu Estado, à minha região um desenvolvimento econômico espetacular.

E a segunda obra, Sr. Presidente, importante para a minha região, é uma velha aspiração. Desde adolescente, eu ouvia falar na possibilidade da perenização do rio Piauí, afluente do rio Parnaíba, que corta a minha cidade, a chamada Barragem da Nica, hoje chamada Barragem Jenipapo.

Consegui aprovar, no Orçamento de 89, uma verba da ordem de 20 bilhões de cruzeiros, correspondentes, em 90, ao valor de 60 mil dólares para iniciar os estudos necessários à construção da Barragem Jenipapo, da antiga Nica, que seria um instrumento indispensável, como o é, para a perenização do rio Piauí. Isso, beneficiando cerca de 200 mil pessoas, criando um grande sistema de irrigação e transformando aquela região, se efetivada a conclusão da barragem e, depois, aprofundado o sistema de irrigação proveniente dela, em uma segunda Petrolina, pela potencialidade que a perenização do rio Piauí traria para essa região.

Portanto, Sr. Presidente, termino essas explicações preliminares dizendo a V. Exª que um aspecto que me orgulha na vida pública é o de que, quando sair dela, sairei muito mais pobre, muito mais modesto do que quando nela ingressei.

A minha declaração de rendimentos mostra, Sr. Presidente, que nenhum centavo, nenhum aproveitamento de qualquer tipo, de qualquer espécie - direta ou indireta - de benefícios públicos a meu patrimônio foi acrescido. Nele poderá constatar exatamente a modéstia com que tenho me conduzido na vida pública, na certeza de que ela não é o local adequado para a tentativa de promover-se economicamente ou para aumentar o patrimônio.

Da Comissão Mista de Orçamento, Sr. Presidente, a impressão que sempre tive e a contribuição que eu traria aqui, como sua reformulação, é exatamente a racionalização de seus trabalhos. A impressão que sempre tive é a de que ela sempre era um campeonato de exaustão física - reuniões desorganizadas, marcadas, às vezes, aleatoriamente, varando madrugadas de fins de semana, gerando votações de última hora no plenário da Câmara sem que se tivesse do Congresso, dos Deputados e Senadores, a efetiva posição dos cortes de receitas e despesas, exatamente pelo atropelamento de sua votação de última hora.

Em função disso, Sr. Presidente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1991, propus uma emenda à LDO restabelecendo um velho princípio da tradição republicana, ou seja, como sabemos, na Constituição de 1946, Sr. Presidente, se um projeto de lei orçamentária não fosse encaminhado à sanção presidencial até 30 dias antes do término da atividade parlamentar, prevalecia a aprovação do Orçamento do ano corrente para o ano seguinte. É evidente que 1945 e 1946 eram períodos sem inflação, era reduzido o orçamento de investimentos e era um princípio aceitável.

Mas a Constituição de 1967, por sugestão do Deputado Roberto Campos, trouxe uma inovação interessante: se até 30 dias antes do término do exercício parlamentar, do ano parlamentar não fosse aprovado o Orçamento da República, seria encaminhado à sanção presidencial o projeto do Governo devidamente atualizado monetariamente.

E, nesse sentido, foi a proposta da emenda que fiz à LDO de 1991, Sr. Presidente, tentando imprimir racionalidade aos nossos trabalhos. Penso que a Revisão Constitucional deveria assim exigir para que o Congresso pudesse se organizar, pudesse

sistematizar melhor os seus trabalhos, a fim de que os debates do Orçamento da República fossem feitos com o devido tempo para evitar os atropelos e para se evitar, sobretudo, os problemas que estão presentes no bojo das discussões desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito.

Finalmente, Sr. Presidente, através dos jornais, tive informações a respeito de depósitos bancários. Não tive acesso, Sr. Presidente, aos documentos, mas a partir de sábado, quando tomei conhecimento da minha convocação, localizamos todos os meus extratos dos bancos em que opere e os recebi neste final de semana, na quarta ou quinta-feira.

Trabalhando sobre eles, Sr. Presidente, convenci-me de que, mesmo levando em conta a taxa cambial constante dos jornais, não coincidem os dados da comissão com os do meu modesto contador, que fez um trabalho exaustivo. Razão por que, Sr. Presidente, pedirei a V. Ex.^a depois que tenha acesso a esses documentos, a fim de que eu possa, através do meu contador, mostrar que há enganos nessas contas de depósitos bancários, que não devem ter levado em conta, sobretudo também, empréstimos tomados ao IPC desde o primeiro dia em que cheguei a esta Casa, adiantamentos salariais nos anos de 89 a 90, que permitiam tomar um adiantamento de salário, entregando um cheque à Tesouraria da Câmara. E isso, de certa maneira, dava dois depósitos na conta correspondente a um mesmo objeto.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que darei à Subcomissão de Bancos as informações adequadas e comprovarei que, efetivamente, não coincidem os números da Comissão com os que exaustivamente apurei nessas últimas 48 horas.

Finalmente, Sr. Presidente Jarbas Passarinho, a minha disposição de falar a esta Comissão é exatamente dentro daquele princípio do autor da *Rerum Novarum*, que V. Ex.^a, com a autoridade de sua vida pública escoreita e de homem de Estado, fez encimar na introdução do seu livro *Memórias da Planície*. Em outras palavras - não as tenho aqui de cor -, as recomendações de Leão XIII: "Não usar mentir e ter a coragem de dizer a verdade".

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre

Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ilustre Deputado Paes Landim, pelo que podemos verificar de sua exposição inicial, V. Ex.^a tem pleno conhecimento das denúncias formuladas através da Revista *Veja* e depois confirmadas, através de depoimento perante esta CPI, a diversos Deputados, incluindo o nome de V. Ex.^a.

V. Ex.^a também informou a todos nós que, durante alguns anos, pertenceu à Comissão de Orçamento sempre exercendo a função de Sub-Relator para o Orçamento das Forças Armadas.

Pergunto, então, a V. Ex.^a: nesses anos de convivência na Comissão de Orçamento com os mais proeminentes membros daquela Comissão e com os funcionários que a assessoravam, V. Ex.^a chegou a ter relações pessoais mais aproximadas com o Deputado João Alves e com o funcionário José Carlos Alves dos Santos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Nunca, Sr. Presidente. Quando fiz interpelação judicial ao Deputado João Alves perante o Supremo Tribunal Federal, eu disse claramente que todo o meu relacionamento com ele era no espaço público das reuniões congressuais. Nunca, fora do âmbito do Congresso ou do âmbito da Comissão de Orçamento, tive qualquer relacionamento com o Deputado João Alves; nunca fui à sua residência; nunca, na minha vida, telefonei para ele e só vim saber, Sr. Presidente, onde ele morava, porque prestei muita atenção no dia do depoimento do Deputado João Alves a esta Comissão, quando V. Ex.^a perguntou ao mesmo a respeito de quadros e ele disse que V. Ex.^a poderia até conhecer os quadros dele - com isso, fiquei sabendo até onde mora V. Ex.^a também, porque eu não sabia - e V. Ex.^a disse: "sou seu vizinho na SQS 111, mas nunca tive oportunidade de ver seus quadros". Foi dessa forma que fiquei sabendo onde morava o Deputado João Alves. Nunca tive nenhum tipo de relacionamento com ele, a não ser rigorosamente formal, no âmbito da Comissão de Orçamento, e pouquíssimo fora dessa Comissão, nos encontros do plenário da Câmara dos Deputados.

Quanto ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, Sr. Presidente, eu até tinha por ele uma certa antipatia pessoal. Primeiro, porque nunca entendi essa fama de ele ser um homem competente. Sempre o considerei muito confuso, nunca entendi nem o que ele falava! Aliás, não consegui entender as suas explicações. Não sei que competência era a dele; considerava-o até um chato nas explicações! E tem mais: eu tinha profundas mágoas, porque eu tinha plena certeza de que, em duas ou três oportunidades, ele andou sabotando o relatório do Exército, criando dificuldades. Era uma pessoa com a qual, de uma certa maneira, eu não me dava bem.

Encontrei com esse cidadão, fora do âmbito da Comissão, Sr. Presidente, em duas oportunidades - e não vou negar o fato aqui, porque tenho a coragem de dizer a verdade, parafraseando a introdução do livro do Senador Jarbas Passarinho, que faz referência às palavras do Papa Leão XIII.

Quando o Sr. João Alves - e quero aí fazer também uma pequena retificação - aniversariou, é evidente que todos os sub-relatores da Comissão foram convidados para ir ao seu aniversário. Demorei lá poucos minutos não por uma razão qualquer, mas porque, nesse dia, era o aniversário de uma querida amiga minha, que me esperou até do lado de fora da casa do Sr. José Carlos para que eu desse apenas os cumprimentos formais.

Pois bem, a segunda vez que o vi fora do âmbito da Comissão de Orçamento, Sr. Presidente, foi quando, em 1989 ou 1990, o saudoso Senador José Lindoso estava doente, e o Reitor do CEUB - sempre dei aula na Universidade de Brasília, mas também lecionei no

CEUB naquele ano - convidou-me para dar aula nessa faculdade. E, um dia, saindo da Comissão às 2h da madrugada, mais ou menos às 10 ou 11h encontrei-me com o Sr. José Carlos Alves dos Santos no CEUB e perguntei-lhe: "O senhor, por aqui, numa hora dessas? Sai da Comissão às 2h e o senhor já está aqui"? Ele me respondeu: "sou professor do CEUB também".

Foram as duas únicas oportunidades, na vida, que eu tive um contato, digamos assim, informal, rigorosamente informal, mas nunca tive nenhum relacionamento que caracterizasse qualquer tipo de empatia com esse cidadão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então V. Exª não tem nenhuma explicação para essas acusações que ele fez? Não consegue interpretar esse tipo de ...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Presidente, eu, veja bem, faço aqui uma análise rigorosamente subjetiva que pode até não corresponder a nenhum significado. Eu vou dizer aqui um fato a V. Exª. O Dr. Pedro Pullem Parente é filho de um piauiense, sobrinho do ex-Senador da República, uma grande figura, Senador Joaquim Parente - não sei se o eminente Presidente chegou a conhecer -, um homem bondoso. E a família Parente é tradicional no Piauí. Em Bom Jesus do Gurguéia, o Padre Lira Parente tem um trabalho extraordinário - é o único município do Brasil que não tem nenhum analfabeto. E toda a família Parente é vinculada a mim, politicamente, no Estado. E é evidente que, através disso, eu tinha ligações formais, um pouco formais com o Dr. Pedro Pullem Parente, porque era um homem, um rapaz jovem, mas um rapaz fechado, um grande técnico, um rapaz que nunca permitiu maiores intimidades. Mas eu tinha um relacionamento formal com Pedro Pullem Parente. A impressão que eu tenho é que o Sr. José Carlos Alves dos Santos deve ter atribuído a mim, e digo que é verdade, eu realmente nunca conversei sobre ele com o Sr. Pedro Pullem Parente, mas a impressão que eu tenho, porque ele tem uma grande mágoa de mim, acho que atribui a mim, também, influência na sua demissão, por parte de Pedro Pullem Parente. Porque, por duas ou três vezes, no decorrer da gestão do Pedro, que eu visitei, lá no seu gabinete, na ante-sala estava sempre o Sr. José Carlos esperando. Quer dizer, esperando para ser recebido. A impressão, eu deduzo isso, que ele deve imaginar que eu tive alguma influência na sua demissão do DOU, porque ele era subordinado ao Pedro Pullem Parente, lá no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. É uma mera dedução, evidente, sem dados objetivos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª falou, aqui, até com entusiasmo, a respeito de uma obra que está em curso, no Piauí, na área de recursos hídricos, que é o açude Jenipapo. Essa obra está sendo construída com recursos federais ou do Estado?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Essa obra, Sr. Relator, que é administrada pelo DNOCS, da minha cidade, é uma velha aspiração da minha região, é construída com recursos federais, e é a única obra do DNOCS que não tem a contrapartida dos 30% do Estado; só tem recursos federais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tem?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não tem. É a única obra do DNOCS que não tem a contrapartida do Estado, os 30%.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor tem idéia de quem seja a empreiteira dessa obra?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - A Construtora Servaz.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Servaz.

V. Exª tem conhecimento de ter havido licitação pública para a adjudicação dessa obra?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Relator, depois da visita do Deputado Luiz Salomão e mais outros dois eminentes colegas à minha cidade, lá, de certa maneira, a convite do Prefeito que foi eleito até pela minha família, é Parente, mas cometeu tais desatinos que nós nos afastamos dele já no mês de abril, da legenda, até, do PDT, eu comecei a tomar as informações necessárias a respeito dessa obra. Então sei que foi feita a licitação pública dentro dos padrões estabelecidos pelo DNOCS. No primeiro ano, Sr. Presidente, Sr. Relator, o orçamento foi apenas de 65 mil dólares, aprovado para 1990; a Prefeitura promoveu a licitação, mas sempre sob a superveniência do DNOCS. Recursos repassados através do DNOCS. E a partir de 91, quando os recursos aumentaram, o DNOCS avocou a si o comando e a administração direta da obra. A obra está afeta diretamente, hoje, ao DNOCS.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª sabe se o cronograma está em dia, se está atrasado?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Presidente, o nobre Deputado Luiz Salomão disse que essa obra estaria apenas com 20% do seu cronograma cumprido, e acha, diz o eminente Deputado Luiz Salomão, que esses recursos bastariam para o término da obra.

Eu queria dar uma explicação, Sr. Presidente. Quando ele foi a minha cidade e deu entrevista aos jornais e televisão, eu até enviei uma carta ao eminente Senador e Presidente Jarbas Passarinho, porque, imediatamente, quando vi as declarações do nobre Deputado Luiz Salomão, a minha primeira preocupação foi me dirigir ao Diretor-Geral do DNOCS, Dr. Luiz Marcos, e dizer-lhe do teor das denúncias que estavam sendo levantadas pelo eminente Deputado Luiz Salomão. Ele então me passou um fax que eu encaminhei ao Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, logo um ou dois dias depois das denúncias do eminente Deputado Luiz Salomão. Evidente que eu não vou ler o fax todo, ele enviou uma nota assinada Luiz Salomão, e visada pelo atual Diretor em exercício, Dr. Hildeberto Santos.

O SR. - (Fora do microfone)

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, a denúncia do Deputado Luiz Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Interpelando, não estamos na Câmara dos Deputados.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ... fui eu que assinei, foi o Deputado Luiz Máximo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - A denúncia de V. Ex.^a Realmente, tem toda a razão o Deputado Luiz Salomão.

Eu me dirigi ao Diretor do DNOCS, Deputado Luiz Marques, ele enviou uma nota visada pelo atual Diretor hoje, Dr. Hildeberto Santos, porque o Dr. Luiz Marques deixou o DNOCS há poucos dias.

Mas o mais importante nessa nota do DNOCS é o item 7. São oito ou nove folhas o fax, que eu encaminhei ao Presidente Senador Passarinho, na época. Mas veja bem o que ele diz, eminente Relator: "Situação atual da obra". Dentro do seu teto o DNOCS tem que ser chamado. Indiretamente eu disse: "É bom que se ouvisse a audiência do DNOCS a respeito". Mas diz ele aqui:

"Situação atual. Fundação: 100% concluída;

Barragem: 12% concluída;

Sangradouro: 28% concluído;

Tomada d'água: 12% concluída;

Injeção de impermeabilização e consolidação: 100% concluídos;

Total executado aproximadamente: 25%."

Ora, o nobre Deputado Luiz Salomão disse também na sua entrevista à televisão e aos jornais que a obra teria recebido certa de 8, 10 milhões, e que teria feito só 20%.

Mas veja bem, Sr. Presidente, e eu vou ficar devendo esse favor ao Deputado Luiz Salomão, eu confesso a V. Ex.^a que fiz essa emenda, foi um compromisso de campanha eleitoral de 86, e a primeira emenda já foi para o Orçamento de 1990, no valor de 20 milhões de cruzeiros, 60 mil dólares; emenda modesta aprovada em 1989. Mas eu queria uma explicação: essa barragem que eu desde adolescente ouvia falar nela, teria algum estudo dela, fora o estudo do DNOCS, feito depois da minha emenda para que não se dissesse que a minha emenda tivesse sido uma emenda preestabelecida; como é o erro, às vezes, da Comissão de Orçamento, gera emendas que não têm nenhum projeto, não têm nenhum estudo preliminar?

Então, fizemos uma longa pesquisa, Sr. Presidente, vamos ficar devendo esse grande favor ao Deputado Luiz Salomão. E o que que descobrimos? O nobre e honrado Governador Lucídio Portella, já em 1982, criou o chamado Projeto Mafrense. O que era o Projeto Mafrense? Localizar quais as áreas no Piauí mais importantes para a construção de açudes, e que ele pudesse, através desses estudos, tentar financiamentos junto ao Banco Mundial. E nesses estudos, Sr. Presidente, que eu enviei a cópia a V. Ex.^a e tenho outra aqui, chamado Projeto Mafrense, nome aos desbravadores da colonização do Piauí, é exatamente o Açude São João do Piauí, esse açude chamado Danilha, que é o atual Jenipapo, está em primeiro lugar como o mais importante, com a previsão de 200 milhões de metros cúbicos de água. E o mais importante açude do meu Estado.

Pois bem, infelizmente à proposta do Governador Lucídio Portella em 1982, o açude que mereceu o apoio do Banco Mundial foi o Açude Piracuruca, que já fica nos tabuleiros litorâneos, a 250 Km de Teresina. Eu acho que o açude talvez esteja aí sendo profundamente telúrico. Esse açude é da maior significação para o Estado do Piauí.

E os recursos? E a previsão orçamentária? E a planilha de custos? O Governador Lucídio Portella apenas lançou a idéia e elencou os principais açudes. Está lá, por exemplo, São João do Piauí, Piracuruca, São Raimundo Nonato, Oeiras e outros municípios.

Mas descobrimos também que em 1986, no Governo do eminente ex-Ministro Hugo Napoleão, foi feito o projeto executivo de cada um desses açudes. E o valor atribuído, de previsão de custos para esses açudes, previsão feita no Governo do eminente Governador Hugo Napoleão, era da ordem de - passarei esse projeto executivo às mãos de V. Ex.^a - 40 milhões de dólares, valores em cruzados, no ano de 1989. O que eu quero transmitir à Comissão é que quando telefonei para o Dr. Luiz Marques, diante das denúncias do eminente Deputado Luiz Salomão, ele me respondeu o seguinte: Deputado Landim, por paradoxal que pareça, essa empresa, que é tida como empresa que enfrenta dificuldades e que está praticamente insolvente, que atrasa seus compromissos e, por incrível que pareça, essa empresa cumpriu o cronograma físico-financeiro. Essa é uma declaração do DNOCS. O DNOCS pode ser chamado aqui para dar a explicação necessária sobre isso.

E quero dizer mais. Em 1991, quando o honrado e dinâmico Governador Freitas Neto assumiu o Governo, eu pedi a ele que avocasse a barragem para o Estado, a exemplo de todas as outras barragens no Piauí. E o Governador Freitas Neto me disse: "Landim, eu não avoco, porque não confio nessa empresa. Ela fez um trabalho, em Teresina, de água e esgotos no estádio e na prefeitura, e eu não gostei. Não confio na empresa, a não ser que o DNOCS afirme que essa empresa tem condições de efetivamente fazer uma obra dessa magnitude."

Telefonei para o Dr. Luiz Marques. O Governador também fez a mesma gestão. Pedi ao Dr. Luiz Marques que fizesse, pessoalmente, uma vistoria para saber se a empresa tinha condições de fazer uma obra daquela dimensão e importância técnicas. E o Sr.

Diretor do DNOCS, em 1992, em fevereiro de 1992, convidou alguns deputados federais, acompanhado do Secretário de Viação e Obras do Estado, do Diretor do Setor de Irrigação do Piauí - representando o Sr. Governador do Estado - para visitar duas barragens: a de São Raimundo Nonato, a Petrólio Portela, que está a vinte minutos de avião da Barragem de Jenipapo, e na volta passaria em Jenipapo. Saímos de Teresina às 7 horas da manhã, chegamos em São Raimundo às 8 horas e durante uma hora visitamos a Barragem Petrólio Portela. Isso porque havia chovido muito nesse ano, no Piauí, e existia a ameaça de que o sangradouro da barragem pudesse sofrer alguns danos. O Sr. Diretor do DNOCS, acompanhado de vários técnicos, de vários engenheiros, visitou, durante uma hora, a Barragem Petrólio Portela, em São Raimundo Nonato. Depois, fomos para minha cidade, a 15 minutos de avião; chegamos a São João do Piauí às 10 horas e de 10 às 12 horas, exaustivamente, ele fez uma avaliação, com os seus técnicos, da Barragem Jenipapo. Ao meio-dia, regressamos a Teresina e fomos direto ao Palácio do Governo, Palácio Pirajá, conversar com o Sr. Governador Freitas Neto. O Diretor do DNOCS teve uma conversa reservada, a sós, durante uma hora, com o Sr. Governador. Depois disso é que foi servido o almoço aos Parlamentares e às pessoas que compareceram a essa visita com o Sr. Diretor do DNOCS. Ele certificou-se de tudo e disse o seguinte: "Posso garantir que efetivamente a empresa está cumprindo o cronograma."

Ao dizer isso, Sr. Presidente, não estou querendo defender a empresa. Para mim isso é indiferente. Aliás, se dependesse de mim... O prefeito da época, eu até o aconselhei a procurar o Batalhão de Engenharia, em Picos. Mas o Batalhão, que estava a 250 quilômetros e já estava também desencantado com a questão da falta de recursos para as obras de manutenção das próprias estradas que lhe foram entregues e das obras do Açude Bocaina, não demonstrou maior interesse a respeito. Eu preferia até, quem sabe, que essa obra fosse entregue a uma empresa de maior porte, maior dimensão e mais capitalizada. Isso porque, efetivamente, o que me interessa é a construção da obra. Se desta Comissão, se da auditoria do Tribunal de Contas que, aliás, fez auditoria em todas as obras do DNOCS, no ano passado, no Brasil inteiro, e não indicou nenhuma sinalização a respeito da Barragem Jenipapo, fez vários relatos de barragens do Ceará, do Rio Grande do Norte, Paraíba e não se reportou às barragens do Piauí - mas se esta douta Comissão recomendar ao Tribunal de Contas e ele achar por bem que essa empresa não tem condições de continuar as obras, para mim é indiferente, Sr. Presidente. O que me interessa, Sr. Relator, é a construção da barragem, fundamental para resgatar a miséria de mais de 200 mil pessoas que vivem às margens do rio Piauí, um rio ainda não perenizado e que o será quando a barragem estiver concluída.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Paes Landim, faço votos que o Governador Freitas Neto tenha mais sorte do que eu como Governador de Pernambuco. Fiz um trato com o DNOCS. O DNOCS devia a Pernambuco, há muitos anos, duas barragens importantes: a maior, em Serra Talhada, e uma menor - de 200 milhões de metros cúbicos - no rio Brígida, sertão central.

Eu propus o seguinte negócio ao então Ministro do Interior - esqueço-me o nome agora, foi Ministro do Presidente José Sarney, foi Ministro da Casa Civil também, um mineiro...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Ronaldo Costa Couto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ronaldo Costa Couto.

O negócio foi o seguinte: Pernambuco assumia, com recursos próprios, a Barragem do Chapéu e o DNOCS assumia o compromisso também de iniciar e concluir os trabalhos na Barragem de Serrinha, na terra do nosso Inocência Oliveira.

Licitei a obra do DNOCS e fiz, com recursos de Pernambuco, em dez meses. Até hoje, passados nove anos, o DNOCS não entregou a Barragem de Serrinha.

De modo que, se o Governador não tiver mais sorte do que eu, não vai ver essa barragem nunca.

Mas isso é outra história, vamos agora prosseguir. Fica só aí o aviso aos "navegantes". Inclusive mandei buscar e recebi - aviso aqui ao Presidente e aos demais - o relatório do inquérito que houve no DNOCS. São vários volumes que estão aí guardados, estou esperando tempo para poder olhá-los e quem tiver interesse verá comigo - aqui tem muito nordestino.

Deputado, V. Exª não conhece ainda os números da Subcomissão de Bancos da CPI, mas já os contestou - é um direito seu. Mas eu gostaria de fazer apenas uma pergunta: V. Exª justifica em parte as distorções nas suas contas bancárias ao fato de ter tomado adiantamentos na Casa. Eu sei que é uma praxe. Felizmente, nunca precisei ir lá, mas sei que existe. Eu pergunto: esses adiantamentos V. Exª toma constantemente, ou um ano sim outro ano não? Como é?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Relator, como disse a V. Exª em minha exposição preliminar, a minha vida pública foi uma *via crucis* em matéria financeira. Fui superando enormes dificuldades, cobrindo umas e tendo outras. É evidente que eu sempre, desde o início do mandato, quase mensalmente, sempre tentei tomar adiantamentos de meus salários na Câmara. Vale salientar aí um aspecto importante: em 1989 e 1990, o sistema de adiantamento da Câmara consistia em ela adiantar o salário e a pessoa deixar um cheque à Câmara. A partir de 1991, o esquema mudou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu não sabia que mudou. Como é agora, promissória?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, agora ela anota, dá um recibo e desconta no salário. Confesso a V. Exª que, depois que ouvi o alarde da imprensa de

que essa coisa não era bem certa, parei de tomar esses adiantamentos em 1993; mas agora há uma resolução da Câmara que regularizou essa antecipação. E, assim, depois dessa regularização, voltei a fazê-lo no mês de outubro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Creio que V. Ex^a vai entender a minha pergunta, é que as suas contas bancárias apresentam um nível absolutamente irregular. Eu até diria, um pouco até mais modesto do que o normal de um Deputado; em 1989, em 1991, em 1992 e em 1993. Há realmente um pique no ano de 1990, em que V. Ex^a, salvo erro da Subcomissão, apresenta um movimento de créditos na sua conta no total de quase, perto de um milhão de dólares, ou seja, 803 mil e 49 dólares.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Esses números não batem, Sr. Presidente. Tenho certeza de que vou conferi-los com a Subcomissão de Bancos. Chequei com meu contador - contador de uma loja comercial de um parente meu - e esses números não batem.

Mas 1990 foi um ano eleitoral e eu tive ajuda de muitos amigos. Tive adiantamentos de escritórios de advocacia, de empresas que não têm nenhum vínculo com o Orçamento, como é o caso da NECLA, que é uma empresa para a qual advogo há vinte anos, uma empresa de consultoria, uma holding que tem consultoria na área de cerâmica, na indústria de pilotis para irrigação.

Então, nesse sentido, os números de 1990, V. Ex^a pode ficar certo, não vão bater, com certeza; mas aí estão incluídas muitas contribuições para a minha campanha, para a minha reeleição em 1990. Até por que, desprovido de qualquer patrimônio, eu só poderia enfrentar a campanha com a ajuda de amigos e escritórios de advocacia para os quais trabalhei ao longo de vinte anos, pessoas que se preocuparam em arrecadar fundos e me ajudar eleitoralmente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, dou-me por satisfeito, protestando, se for o caso, por uma nova fala ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra, Senador.

O SR. JONAS PINHEIRO - É só para indagar se V. Ex^a já recebeu a formalização da minha indicação para compor a Comissão em substituição ao Senador Luiz Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda não, estamos esperando justamente isso.

O SR. JONAS PINHEIRO - Lamento que não tenha acontecido, porque já foi encaminhado à Presidência do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma vez encaminhada, está recebida na CPI.

O SR. JONAS PINHEIRO - Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Sr. Deputado Paes Landim, vou iniciar por uma questão levantada ao final da arguição do Deputado Roberto Magalhães. Segundo o Sr. Onofre Américo Vaz, proprietário da SERV AZ, V. Ex^a era uma pessoa "a quem sempre estávamos pedindo ajuda."

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - A mim?

O SR. EDUARDO SUP LICY - É. Ele disse, abrindo aspas para o Sr. Onofre Américo Vaz: "fizemos uma barragem em São João do Piauí, que é a terra dele, fizemos a Barragem do Jenipapo, uma grande obra, uma das nossas maiores obras." Acrescentando que V. Ex^a apresentava emendas de interesse da SERV AZ. E, de fato, examinando-se a lei orçamentária de 1991 e de 1992 - e não apenas as anteriores como V. Ex^a disse ao responder à arguição do Deputado Roberto Magalhães -, observa-se que V. Ex^a apresentou emendas de interesse daquela empresa, como as de n^{os} 011483/9-91, a 043823/5 e a 067720/5 ambas em 1992, relativas à construção do Açude Jenipapo, e todas elas - aqui tenho levantamento do SIAFI - foram liberadas, foram executadas.

Qual era, Deputado Paes Landim, a natureza do entendimento que V. Ex^a mantinha com o Sr. Onofre Vaz e com a SERV AZ, independentemente da importância da obra, já justificada por V. Ex^a, da construção da Barragem para a superação do problema da seca naquela área. Qual é o sentido, Deputado, do que está assinalado nesse documento interno da SERV AZ, em que há listagem das autoridades que recebiam contribuições por suas indicações, com uma percentagem de 3%?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Senador Eduardo Suplicy, respondendo, aos poucos, a pergunta de V. Ex^a, eu não fiz emenda para a empresa. A minha emenda é de 1989, ao Orçamento de 1989 para 1990. E a licitação foi feita vários meses após a apresentação da emenda.

Se V. Ex^a teve o cuidado de ver os valores da emenda Jenipapo, eu pediria que fizesse comparação com os outros açudes do meu Estado. Veja, Senador Eduardo Suplicy, que a emenda é com recursos mais modestos do que todos os açudes do DNOCS e mesmo dos açudes ligados ao Sistema Nacional de Irrigação. São os mais modestos.

E veja que este ano, inclusive, a minha emenda para o Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, da minha cidade, é o dobro da emenda aprovada para o açude Jenipapo.

Ora, Senador Suplicy, o que quero dizer a V. Ex^a é que a emenda foi gestada antes de aparecer essa empresa. Eu preferiria até que fosse uma empresa de maior porte, ou uma empresa com menores problemas, pois ela é uma empresa que tem dificuldades; lá na cidade, todos reclamam da empresa, porque atrasa com os fornecedores, atrasa pagamento de empregados. Esse é um fato que não me interessa; se ela sair do caminho é até melhor para a barragem.

Quanto à insinuação que V. Ex^a faz sobre a reportagem da revista *Veja*, eu não interpelei judicialmente o Sr. Onofre Vaz, nem o processei criminalmente, porque dias após essa publicação da *Veja*, que não tem nenhuma comprovação oficial de assinatura de diretor, do Sr. Onofre ou de nada, que desmentiu aqui textualmente num depoimento prestado perante o eminente Senador Luís Alberto e o Deputado Zaire Rezende, no depoimento ele negou peremptoriamente.

E veja V. Ex^a o desatino daquela informação prestada na revista, que envolve nomes de figuras das mais respeitáveis do meu Estado. A *Veja* publicou uma parte, o *Jornal do Brasil* completou. O próprio Governador do meu Estado, que detesta a empresa, que denunciou a empresa à Polícia Federal como tivesse superfaturado as obras, até o nome de S. Ex^a, um homem que tem resgatado a moralidade da administração do meu Estado, consta dessa lista. Essa lista não tem nenhum valor jurídico, primeiro porque não está apostado a ela o nome de nenhum diretor, nenhum responsável pela empresa assumiu a responsabilidade desse documento. Em segundo lugar, ele negou taxativamente aqui, na subcomissão da CPI, que o ouviu informalmente.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Deputado Paes Landim, V. Ex^a referiu-se novamente à emenda de 1990. Eu me referi às emendas de 1991 e 1992 que dão continuidade à obra...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É evidente, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LICY - ...e cujos valores não são tão modestos assim. Por exemplo, em 1991, foi liquidado e escrito, a emenda era de 3 bilhões 920 mil cruzeiros da época, foram liquidados 3 bilhões e meio para o açude Jenipapo. A outra emenda teve como valor inicial 12 bilhões e meio, e foram liquidados 11 milhões 284. Para 1992, o que foi liquidado era do valor de 11 bilhões 284.

Com respeito ao Sr. Onofre Américo Vaz, respondendo ao Senador Luís Alberto, quando perguntado "E o Deputado Paes Landim?", vou repetir as palavras do Sr. Onofre Américo Vaz: "O Deputado Paes Landim, do Piauí, também. Doutor, é uma pessoa que sempre estávamos pedindo a ele para nos ajudar, principalmente. Fizemos uma barragem em São João do Piauí, que é a terra dele, fizemos a barragem do Jenipapo, uma grande obra, é uma das nossas maiores obras". Pergunta o Senador Luís Alberto: "E ele apresentava emendas para o senhor?". Resposta: "A última que apresentou foi uma emenda coletiva". Pergunta ao Senador Luís Alberto: "Essas emendas, o senhor organizava no seu escritório com esses senhores e esses outros, ou eram feitas aqui no Congresso?". O Sr. Onofre Américo Vaz: "Eram feitas no escritório de cada um e, de vez em quando, passávamos, que era para não esquecerem de nós, o senhor entende? O pessoal estava sempre tentando." Isto não é uma negativa, é uma confirmação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Mas, V. Ex^a devia ter a grandeza de ler o restante, ...

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sim.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Quando pergunta: Senador Luiz Alberto, no escritório deles ou no gabinete? Ele diz: - No gabinete. Desculpe.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sim. Posso continuar lendo, mas o essencial...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É importante, essa leitura.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sim, mas, na essência, ele confirma que V. Ex^a apresentava emendas do interesse da SERV AZ.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não no interesse da SERV AZ, Senador, no interesse da obra que era a mais importante da minha região, que V. Ex^a, como homem rico e da elite paulista, não tem condições de entender a importância dela.

A obra para mim é a região, Senador. É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou fazer uma recomendação ao nobre depoente.

As perguntas são feitas e V. Ex^a aguardará o término da pergunta e responderá. E peço que não se exalte verbalmente.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Eu gostaria de dizer, Deputado Paes Landim, que, aqui, usei as palavras do Sr. Onofre Vaz, não foram as minhas palavras. Não há intenção de ofender a qualquer pessoa aqui. Há intenção de cumprir com o dever de argüir.

Passo à minha segunda pergunta, porque as provas circunstanciais se avolumam, Deputado Paes Landim, pois, em documento apreendido na residência do Sr. José Carlos Alves dos Santos, estão relacionados 17 projetos de interesse da SERV AZ, com seus respectivos códigos, na Lei Orçamentária, de 1992. E as previsões de 1993, assinalando-se, ao lado de cada um, as iniciais de Parlamentares que se responsabilizariam pelas respectivas indicações.

As iniciais PL, do nome de V. Ex^a, aparecem junto aos projetos de Água Teresina, de Esgoto Picos e infra Paquetá-Picos.

Uma coisa seria esse PL e nada mais, mas ...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Senador, eu nunca fiz emenda para ligar a Teresina... exclusivamente para a minha Cidade São João do Piauí. Não tem nada que ver com essas emendas que V. Ex^a está citando. V. Ex^a pode estar confundindo projeto de lei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a está afirmando que não apresentou emendas. Mas, aqui está o levantamento do SIAF, que diz que V. Ex^a apresentou. Vou assinalar as emendas: 43817/1, 67696/9, em 1992, referentes a abastecimento de água em Teresina e à infra-estrutura urbana em Paquetá-Picos, e, em 1993, a Emenda nº 01145/2, em 1993, referente ao saneamento básico em Picos.

Quer dizer, V. Ex^a afirmou que não eram suas. Mas, o levantamento menciona que eram suas as emendas.

Que tipo de entendimento havia entre a SERVAV e V. Ex^a, para que houvesse esse registro no documento interno da SERVAV, com o correspondente no levantamento feito pelo SIAF?

Tenho aqui e posso mostrar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Conclua a pergunta, por favor, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pois não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Posso responder?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Claro.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Senador Suplicy, eu disse a V. Ex^a, há poucos instantes. Primeiro, V. Ex^a deu um dado que eu até tinha esquecido de citar aqui: a última emenda, a emenda coletiva de bancada. Aliás, nesses anos de Comissão Mista de Orçamento - eu não pertencia mais a ela - mas uma medida muito salutar foi exatamente a criação das chamadas Três Emendas Coletivas para cada Parlamentar e emendas prioritárias.

E para todas as emendas coletivas e prioritárias do Estado do Piauí, para o exercício de 1993, com a bancada toda, nos reunimos com o Sr. Governador, que nos orientou a respeito dessas emendas.

A empresa SERVAV não tem nenhuma obra na Ilha de Paquetá, em Picos. O Prefeito de Picos, que é um grande líder político, eleito pela segunda vez - V. Ex^a pode consultar a Prefeitura de Picos, V. Ex^a pode requerer uma certidão, hoje ainda, à Prefeitura de Picos, se lá há alguma obra feita pela Construtora Servav.

E quanto à Água de Teresina, que V. Ex^a aí se reportou, emendas prioritárias a pedido do Sr. Governador, que o Governador do Estado tem um programa de abastecimento d'água que não mais se diz ligado, vinculado à Construtora do Sr. Onofre Vaz, até porque ele não denunciou na Polícia Federal. O Governador do Estado tem horror a essa empresa. A Polícia Federal abriu inquérito por superfaturamento por denúncia do Sr. Governador, achando que o Governo anterior do Sr. Alberto Silva era responsável pelo desastre do abastecimento d'água de Teresina.

Então, não tem nada a ver, posso garantir a V. Ex^a. As emendas são de minha autoria. V. Ex^a pode consultar a Prefeitura de Picos se lá, por acaso, a empresa SERVAV tem obra de qualquer natureza. São os municípios mais votados; é a grande microrregião do meu Estado, é o maior pagador *per capita* de ICM do meu Estado. Lá, não existe SERVAV.

Em Teresina, as pequenas emendas feitas a pedido do Sr. Governador, o senhor pode estar certo de que não foram entregues à Construtora Servav porque o Governador do Estado suspendeu qualquer tipo de entendimento com essa empresa. O que acontece - e desculpe-me até a veemência com que respondi a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy -, é o seguinte: quando ele diz que essa obra, Jenipapo, é uma das suas maiores, ele está provando que se trata de uma empresa de pequeno porte. Por isso, tive receio - e tenho receio - que ela não tivesse condições de fazer essa barragem e solicitamos ao DNOCS que fizesse uma vistoria técnica rigorosa, porque ela não tem o porte dessas grandes empresas que tem tradição na área de barragem, de construção, etc.

Portanto, quero assegurar a V. Ex^a que, quanto a essas emendas coletivas ou prioritárias, elas nada têm a ver com a Construtora Servav.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Última pergunta, Sr. Presidente.

É importante que V. Ex^a tenha reconhecido que fez as emendas, embora antes tenha dito que não as fez.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Porque V. Ex^a falou em emenda para construtora. Não faço emenda para construtora, mas para a região que sou votado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando mencionado os números, reconheceu que eram de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, não os números. Quero dizer para V. Ex^a que a empresa não trabalha em Picos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bom, mas em que pese V. Ex^a tentar demonstrar que não houve esta relação entre a sua atividade na Comissão Mista de Orçamento e os interesses privados da empresa Construtora Servav, há ainda uma evidência neste documento cuja cópia aqui está. V. Ex^a deve conhecer, mas eu gostaria, por favor, de encaminhar à Mesa, ao Sr. Relator e ao Deputado Paes Landim antes, porque esse documento registra a transferência de uma caminhonete D-20 da empresa Necla Construtora, que V. Ex^a

mencionou há pouco, com sede na Avenida Faria Lima, nº 2.013, em São Paulo, que costumava subempreitar as obras da SERVAVZ para V. Exª em 18/06/91, sem ônus para V. Exª, pois nada consta neste documento.

V. Exª mencionou - e é fato - que não conheço tão bem o Piauí quanto V. Exª. Agora, São Paulo, eu conheço; a Avenida Faria Lima, conheço; até moro lá perto. E sei quantas empresas de advogados existem. Só na Avenida Faria Lima, existem centenas! Então, fico pensando por que será que uma empresa, com sede na Avenida Faria Lima, vai buscar um eminente conhecido. Claro, um advogado ilustre, que inclusive se formou aqui na Universidade...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, V. Exª está respondendo ou perguntando?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, estou fazendo uma observação porque, como ele havia dito que não conheço o Piauí tão bem quanto ele, quero dizer que conheço São Paulo e a Avenida Faria Lima - moro inclusive perto dela.

Se for para responder provocação desse tipo, eu responderei!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu nem ouvi, senão eu teria...Qualquer que seja, deve ser desconsiderada.

Peço a atenção de V. Exªs.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como nada consta nesse documento, e V. Exª considera como prática compatível com o decoro parlamentar apresentar emendas do interesse de empresas e construção, sendo a Necla uma empresa que costuma subempreitar obras da SERVAVZ, recebendo serviços por tais pagamentos, V. Exª mencionou que presta há vinte anos serviços advocatícios para a Necla. Que tipo de serviço é esse? Que tipo de remuneração envolve o seu relacionamento com a Necla e nisto há um relacionamento também com a empresa que constrói uma subempreita à Necla, à SERVAVZ?

O SR. PAES LANDIM - Meu caro eminente Senador Suplicy, quero garantir a V. Exª que Necla S/A não tem nada a ver com a SERVAVZ. Nunca, nem conhece SERVAVZ, nem conhece o Presidente da SERVAVZ e, talvez, não deseja nem conhecê-lo, não tem o menor interesse.

Sr. Senador, essa é uma empresa de consultoria técnica, eu disse aqui no início do depoimento. E vou contar a V. Exª como é que chegou às mãos de V. Exª esse documento da Necla. No início do meu depoimento, eu disse que enfrentei um labirinto, em 1964. De repente, a Assembleia Legislativa, por motivos paroquiais, retira mandatos de quatro deputados e três suplentes, entre os quais eu me incluo.

Depois, me vi perplexo porque, candidato pela UDN - afinal de contas, a UDN tinha uma vinculação muito grande com o Movimento Revolucionário de 1964 -, por que meu nome naquela lista de cassações da Assembleia? Então descobri que um eminente representante do PTB, deputado à época, um sacerdote, que não vou citar o nome aqui em respeito à minha mãe, uma religiosa. O sacerdote é um adversário da família, há 40 anos, mas minha mãe, aos 77 anos, continua indo à missa todos os dias, anda um quilômetro a pé, vai lá; o vigário é inimigo da família, foi derrotado lá em várias eleições, essa coisa toda. Esse cidadão fez uma carta à Guarnição Militar da época, dizendo que eu era um comunista e que não era possível que eu não fosse também incluído naquela relação da Assembleia.

O que aconteceu com Necla? Necla, que eu advogo há 20 anos para seus diretores, quer dizer, ele comprou a Necla em 84, a Necla é de 1974, uma empresa tradicional paulista de assessoria e consultoria. Ela é uma espécie de holding; ela tem uma indústria de cerâmica em Santa Catarina e uma indústria de pivôs para irrigação em São Paulo e faz assessoria na área de investimentos, assessoria rigorosamente técnica. Nunca, Sr.

Senador, a Necla teve qualquer participação com o Orçamento. E digo mais e posso garantir a V. Exª - V. Exª pode continuar suas pesquisas - que ela nunca participou de uma concorrência pública. Então, a Necla, com quem tenho grandes ligações desde 1970, fui advogado, depois eles compraram a companhia, continuei dando assessoria jurídica. É um homem que me ajudou muito, tem me ajudado muito ao longo da minha vida parlamentar, me fez adiantamentos até de honorários na campanha de 1990, como um tipo de ajuda. Entre essas ajudas incluía-se essa caminhonete. Como é que ela chegou? Veja que o tempo passa e os homens não amadurecem, às vezes, nas suas raivas e nos seus ódios, embora seja um sacerdote. Quando passou a eleição, é evidente que a Necla me deu a caminhonete e...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não entendi bem. A Necla é de um sacerdote?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, o sacerdote é que está... vou explicar a V. Exª.

Esse carro da Necla, quando passou a eleição, eu autorizei - eu tenho 9 irmãos - a meus irmãos que vendessem a caminhonete para ajudar a pagar contas de campanha. Entendeu? Só que - veja a nossa boa-fé, Sr. Senador - a Necla, quando me deu o carro, a título de doação, pôs o nome do doador e deixou em branco para que eu preenchesse ou com o meu nome ou o de quem eu quisesse depois. É normal, numa campanha política, você ceder um carro para um cabo eleitoral etc..

O que aconteceu? Esse carro foi cedido ao vigário da minha cidade em 91. Um dia, eu recebo um telefonema do meu irmão dizendo que estava vendendo o carro para o vigário - não quero citar o nome até porque esse pároco é tio de uma prima, que é uma pessoa que mora em Brasília e a quem muito prezo e respeito.

Então, quando meu irmão disse: "- O padre quer um recibo seu", imaginei até, Sr. Senador, que o carro estivesse em meu nome, que a Necla tivesse posto José Francisco Paes Landim como beneficiário da companhia, razão porque entendi o recibo do padre -

quando não tinha. Foi apenas a maldade dele, quer dizer, ele não precisava do recibo, bastava ele fazer um acerto com meus irmãos e passar o carro para o nome dele, como efetivamente está aqui o nome do padre.

Então, quero dizer a V. Ex.^a, Necla S.A., respondendo V. Ex.^a, não tem nada a ver com SERVAV, nunca fez subempreitada para a SERVAV. Tem horror, talvez, e ficou tão chateado com essa história que não quer nem conhecer ninguém da SERVAV. Nunca teve nenhuma ligação com o Orçamento da República e nunca participou de nenhuma concorrência pública. V. Ex.^a pode conferir esses dados em São Paulo, na Junta Comercial.

Essa é a resposta que dou a V. Ex.^a com muita satisfação, porque é a oportunidade que V. Ex.^a está me dando para que eu dê uma satisfação até à opinião pública do meu Estado. O *Diário do Povo*, esse jornal que publicou, dado pelo padre esse documento, é um jornal que tem profunda mágoa de mim.

Sabe por que, Sr. Senador? Porque eu tomei um dinheiro emprestado de um agiota, na campanha de 86, e terminei não conseguindo pagar os juros escorchantes, preferi que ele me executasse na Justiça, porque era mais importante pagar juros legais do que juros de agiota. E consegui pagar isso dois anos depois, e ele não me perdoa até hoje.

Foi paga a execução na Justiça e continua o *Diário do Povo*, todo dia dá uma notícia, inclusive essa coisa ridícula desse automóvel, dessa caminhonete.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está satisfeito, Senador?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já concluiu se o padre pertencia a NECLA ou a NECLA pertencia ao padre?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Ainda não sei exatamente qual é o objeto principal da NECLA, mas acho que outros poderão complementar a minha arguição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Tem a palavra o nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nobre depoente, Senador Paes Landim...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deputado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É, Deputado. Nós estamos vendo um fato singular, hoje, no depoimento de V. Ex.^a. Até agora, nós tínhamos aí depoimentos de enriquecimento ilícito, segundo se falava. É a primeira vez que estou vendo, aqui, um depoimento do empobrecimento que me parece lícito, porque pelo menos V. Ex.^a, pela versão que deu aí, não foi como o filho pródigo, dissipando os seus bens nas luxúrias e nas orgias, e, então, perdeu o seu patrimônio em decorrência de ajudar os mais carentes, os mais humildes e os seus Municípios.

Eu conheço V. Ex.^a há vinte e tanto anos, desde os primórdios de Brasília, e sei que V. Ex.^a é professor emérito de Direito Comercial, pessoa que integrava as lides comunitárias da cidade. Era uma pessoa equilibrada financeiramente.

E, agora, pelo que eu vejo aqui, V. Ex.^a não vai ficar nem...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só financeiramente, Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Também no outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex.^a diz: "É uma pessoa equilibrada" e faz a ressalva...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não, é porque estou falando no Orçamento e no Orçamento entra mais a parte financeira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Mas, nessa fase aí, V. Ex.^a não fique injuriado, porque o termo até não é pejorativo, mas é um termo que a juventude olha. V. Ex.^a se tornou, na verdade, um "durango", um "duro", na verdade com dificuldades financeiras mil - é o que se pode ver e se depreende por determinados fatos, principalmente naquele que me compete perguntar a V. Ex.^a.

Eu não considero protestos de títulos um fato que, realmente, possa se caracterizar, se não for bem explicitada a origem, pelo menos, da **causa debendi**, uma questão de um comportamento antieético ou de algo que possa dizer que seria falta de decoro, visto que não se enquadra na questão de Orçamento propriamente dita ter título protestado.

Mas, de qualquer forma, é preciso que se explique, porque o Parlamentar precisa preservar a sua imagem. Eu, em Brasília, vi "n" pessoas que hoje estão aí, em circunstâncias de mando e até de estabilidade econômica, e que transitaram as veredas das suas eventuais dificuldades, das suas eventuais vicissitudes, decorrentes de "n" problemas: decorrentes de contratos não cumpridos, decorrentes de vistos redimitórios, quando se tratava de compra e venda de mercadoria que ensinava que a parte notificada não pagasse, podia usar os recursos legais da defesa e, muitas vezes, até deixava protestar, para depois entrar com a nulidade da ação.

É preciso, na verdade, então, saber a origem, porque o Direito brasileiro, tanto em nível de protesto, também, ele não é... ele tem o sentido do **jus recuperandi**. É a recuperação do indivíduo para a vida civil, para a vida pública, para a vida familiar, enfim, é

uma nódoa que não é perene, tanto que pode ser cancelada e, depois, há uma certidão negativa de nada consta.

Mas é preciso que V. Ex.^a dê, na verdade, explicações a seus Pares, à comunidade e eu vejo, na relação que tenho aqui nos autos e da Comissão de Patrimônio, que V. Ex.^a tem aproximadamente vinte e três protestos.

Desses vinte e três protestos, eu conto, aqui, quinze da VASP e mais ou menos uns dois da LOCALIZA, que, provavelmente, era daquele carrinho em que V. Ex^a andava, porque todos nós sabíamos que V. Ex^a não tinha nem um carro para andar e era público e notório que V. Ex^a andava com aquele carro da LOCALIZA.

É um fato público e notório, é de conhecimento de todo mundo e não desmerece.

Pergunto: V. Ex^a tem 23 protestos - não vou analisar um por um, principalmente os apanhados dos últimos cinco anos, porque dos anos anteriores, não obstante não tenha muitos elementos, também não está no universo de nossas inquirições -, vou primeiro para os protestos, depois pego outras ações, 07 execuções cíveis, 01 queixa crime, 01 processo sumariíssimo e 01 ação ordinária, friso quais são logo mais. Mas, apenas **en passant**, são 15 protestos da VASP e uns 03 da LOCALIZA, e o resto editoras, coisas que valham, para dar essa origem exatamente do comportamento de V. Ex^a, para não parecer que seja um trambique ou algo que o desonre, como é que V. Ex^a poderia explicar esses protestos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Senador, depois da eleição de 90, a VASP apresentou uma conta de passagens - o meu gabinete é freqüentado por piauienses, aqui é a fronteira agrícola do cerrado de Barreira, é mais perto, aqui, de Brasília do que de Teresina, então há muitos pedidos dessa natureza - e questioneei a VASP pela fatura que ela apresentou de passagens solicitadas por mim.

Evidente que nenhum desses foram protestados. Ela fez apontamentos e, no apontamento, chegamos a um acordo e isso foi resolvido.

Garanto a V. Ex^a que nunca chegou...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não. O protesto existe. Pode ser que V. Ex^a não tenha...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Foi apontado e, com certeza, foi engano e foi devidamente cancelado. Isso não existe. V. Ex^a pode consultar a própria empresa e saberá que o pagamento foi efetuado; talvez ela não tenha comunicado a tempo ao Cartório, mas depois deu um documento e esse cancelamento foi efetuado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Isso é habitual lá na Serventia, sei disso. Por isso aconselho até a V. Ex^a que procure as empresas e faça o cancelamento que lhe é devido para tirar a sua certidão.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Mas tenho certidão recente e não consta mais isso. Posso, depois, submeter à Comissão. Realmente esse foi um grave equívoco da VASP e ela mesma reconhecerá, se devidamente questionada sobre isso.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Na verdade, há 07 execuções cíveis e não vou entrar no mérito de todas elas. Mas eu perguntaria a V. Ex^a, por exemplo, - vamos deixar as execuções cíveis, porque são de natureza cível, V. Ex^a pode contestar, V. Ex^a tem o direito de discuti-la, assim como nas ações penais, o fato de constar uma ação penal, que ainda não transitou em julgado, não é um fato que contamina, a não ser que seja realmente algo de clamor público. Então vou perguntar a V. Ex^a sobre uma ação de cobrança: Réu - Raimundo Júnior, e V. Ex^a também participa dessa ação, chamado à lide, chamado ao feito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Veja bem, Senador, não se trata de queixa crime...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não, essa é ação cível. É ação de cobrança.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Porque posso submeter a V. Ex^a a certidão da Justiça de Brasília dizendo que não há nenhuma ação de natureza criminal que me diga respeito.

Nessa ação cível de Cândido Buriti, Piauí, há um fato interessante: em 1990 - é verdade que os eminentes políticos do Sul do País talvez não conheçam bem esse tipo de atuação política - cheguei a essa cidade, Cândido Buriti, e uma dia, um vereador, perguntou-me se podia, na farmácia local, fornecer remédios, se podia pagar aquelas contas, porque ele havia feito uma farmácia local em Cândido Buriti, e eu lhe disse: "Pois não, não há problema algum". E fiz o pagamento da conta de despesas, ajuda de remédios às pessoas necessitadas de Cândido Buriti, em 1990, que ele me apresentou. Ele imaginou que o meu pagamento era uma espécie de autorização tácita para que ele continuasse, normalmente, a cobrar. Quer dizer, fiz esse pagamento durante um ou dois meses desse fornecimento de remédio. Assim, quando paguei, ele imaginou que o meu pagamento correspondia a uma autorização tácita para que continuasse a fornecer remédios. Para espanto meu, um ano depois da eleição, sou surpreendido: liga-me esse velho e querido amigo Raimundo Júnior, que era quem autorizava o pagamento em meu nome, e me diz: "Rapaz, a farmácia está cobrando, houve nova fatura de remédios e estão cobrando em meu nome. O que é que faço?". Disse-lhe que podia me chamar à lide que eu me responsabilizaria. Evidente que pedi para me chamar à lide para eu ganhar um tempo, porque aí já se avolumou com juros e correção uma importância de certo valor. Mas isso, posso garantir a V. Ex^a, já foi devidamente sanado o problema e paga a conta de 1990.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Essas questões que eu faço vão ao encontro das teses que até o nobre Senador Elcio Alvares tem sustentado aqui. É a necessidade de explicitar as origens e as razões, para que nós não fiquemos cingidos apenas a um texto frio de uma certidão que diz que consta uma ação e que isso já é um fato consumado, sem que, à parte, seja dado o direito de explicitar as razões.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É mais na defesa de que V. Ex^a possa explicar, e levantarmos uma tese aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso perguntar a V. Exª qual é a correlação dessa pergunta e a resposta que foi dada com a missão da CPI? Aplicação ilícita de...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu creio que a pergunta veio para mim, ela é formulada na Subcomissão de Patrimônio. Creio que a pergunta se cinge exatamente - já que não tem questão orçamentária - à uma análise sobre o comportamento parlamentar no universo da sua ética ou do seu decoro, porque é uma pergunta que, a rigor - creio, suponho isso - tem um valor subjetivo. Estou fazendo a pergunta como me foi formulada dentro de um contexto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perguntei humildemente, porque não entendi a correlação. É um assunto pessoal do depoente e não relacionado com o objetivo da CPI. Então, prefiro que essas perguntas - mesmo preparadas pelas Comissões - passem pelo crivo da missão que nós temos.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª faça a última pergunta, porque o tempo já está esgotado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Tudo bem, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, Paes Landim, V. Exª não possui nenhum imóvel em seu nome?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Veja bem, meu querido Senador Pedro Henrique Teixeira, o imóvel residencial que eu tinha, aliás uma bela residência, apartamento, perdão, na 116, vendi na minha campanha de 1966. Está aí na declaração de bens.

A única omissão que existe, e foi oportuna a presença de V. Exª, que eu ia dizer isso no meu depoimento inaugural, mas esqueci-me. Havia aqui em Brasília e acredito que o eminente Senador Jarbas Passarinho, bem como o eminente Relator, Deputado Roberto Magalhães conheceram, uma figura humana de um grande jurista, Dr. Cláudio Pacheco. Eminente professor de Direito Constitucional, fez um belo tratado na Constituição de 46, foi irmão do eminente político do meu Estado, José Pedro Pacheco. Eu ajudava muito o Dr. Cláudio, eu o ajudei num importante mandado de segurança que ele impetrou contra o Governo Federal perante o então Tribunal Federal de Recursos. Como ele não podia assinar a petição, por impedimento legal, funcionário que era do Governo, professor da Universidade de Brasília, o Dr. Cláudio insistiu, pelo êxito nessa demanda, para que eu recebesse uma parte nos honorários. Eu me recusei e disse: "Dr. Cláudio, para mim é uma honra trabalhar com o senhor, ajudar o senhor numa demanda dessa natureza. Eu não quero esses honorários".

E ele tinha acabado de criar em Teresina, feito um loteamento e, espontaneamente, pediu uma procuração minha e me incluiu entre os proprietários desse lote, dessa distribuição de lote que ele estava fazendo lá na periferia de Teresina. Ele mesmo se encarregou de fazer a escritura, de pagar o primeiro IPTU. Eu confesso que nunca dei importância, a não ser ao valor simbólico da homenagem dessa grande figura humana que é o Dr. Cláudio.

Há cinco anos - desculpe-me senhor Senador por fazer essa pequena digressão de natureza pessoal, familiar - eu tenho um irmão estudiosíssimo, mestre pela Universidade de São Paulo, Doutor pela Universidade de São Paulo, em Direito, professor da Universidade, Procurador, por concurso, procurador público autárquico. Esse meu irmão apaixonou-se pelo problema de crianças de rua no Piauí. Ele pegou 17 crianças de rua, de todas as cores, e registrou-as em seu nome, como se fossem filhos legítimos - 17. Eu disse a ele: "Meu irmão, faz uma associação para ajudar essa obra social sua". Ele se dedicava, podia ter hoje a maior banca de advocacia no Piauí, poderia ser um grande advogado em qualquer parte do Brasil. Estudiosíssimo. Fez até uma bela tese em Direito Civil, na Universidade de São Paulo, com láurea. Eu dei a ele uma procuração e disse: "Pegue esse lote do Dr. Cláudio Pacheco me deu e forme uma associação, e forme com isso um patrimônio para você."

Para surpresa minha, há dois ou três dias conversando com ele, ele não promoveu ainda a organização da associação, que merece. Tem 17 crianças de rua, registradas em nome dele. Mas é uma propriedade tão inexpressiva que eu nunca dei a ela nenhum valor patrimonial e que aqui a Comissão fica autorizada, se depender de documento de doação à Prefeitura - e eu soube até porque tinha um terreno, hoje, invadido - isso não me faz a menor questão.

Então, nunca dei a ele a menor valia patrimonial-financeira qualquer.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Obrigado ao depoente e obrigado a V. Exª pela tradicional paciência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade, paciência que correspondeu, sem dúvida, a cinco ou seis minutos além.

Vou pedir também ao nobre Deputado Paes Landim que, além de brilhante parlamentar, era meu professor, para ver se tornamos as respostas mais sintéticas. V. Exª mesmo disse que fez várias digressões.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre depoente, gostaria de dizer, de antemão, que tive a satisfação de conhecer São João do Piauí, sua terra natal, sua região de influência, e acho que seria útil que todos os parlamentares tivessem essa oportunidade de conhecer as dificuldades em que vive a população do semi-árido do Piauí.

Tive a oportunidade, também, de sentir o peso da liderança política que V. Exª exerce naquela região, o que devia ser motivo de orgulho para V. Exª.

Nobre Deputado, depois vou comentar as suas observações sobre o caso da Barragem do Jenipapo, mas eu iniciaria por dizer que V. Ex^a, na sua luta por promover o desenvolvimento da sua região, patrocinou ou agenciou um convênio entre a Prefeitura Municipal de São João do Piauí e o então Ministério das Minas e Energia - depois Ministério da Infra-Estrutura, e novamente Ministério das Minas e Energia, hoje - para a distribuição rural, ligando a localidade de Jacarandá aos povoados do Espírito Santo, Boa Esperança e Cambraia, em São João do Piauí. V. Ex^a se recorda deste fato?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deputado Luiz Salomão, é evidente que quando faço uma emenda "Eletrificação Rural - São João do Piauí", o detalhamento sobre o destino e outros itens não consta na emenda.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Era Prefeita a Sr^a Maria de José Paes Landim de Oliveira, é sua cunhada?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esse convênio foi celebrado; depois, assumiu o Sr. José Paulo de Souza, também seu cunhado?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a é testemunha desse convênio, firma o convênio?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Lembro-me desse convênio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Segundo estou informado, V. Ex^a é que agiu no Ministério das Minas e Energia?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Convênio que eu gostaria que V. Ex^a dissesse o valor da época.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vinte e sete mil dólares.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Qual é o valor em cruzeiros, na época da liberação?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Seis milhões de cruzeiros.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Em que ano isto, Deputado Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Suponho que foi convertido ao dólar de 09 de outubro de 1989.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Esse convênio é de 1988, foi através do Ministro Aureliano Chaves - antes, portanto, da Comissão de Orçamento -, e foi pago quase oito ou nove meses, já no Governo seguinte e, sinceramente, não tem esta dimensão que V. Ex^a coloca, e a obra, tenho certeza, foi feita.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não foi feita.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Presidente, afim-se V. Ex^a está se referindo à obra de Boa Esperança, o local Boa Esperança tem energia elétrica, Deputado Luiz Salomão, são vinte e cinco quilômetros distantes da minha cidade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - São três povoados: Espírito Santo, Boa Esperança e Cambraia; depois vou referir a V. Ex^a a prestação de contas...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - A impressão que tenho é que tem luz elétrica até Cambraia.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O fato é que a prestação de contas foi feita com uma ordem de pagamento a um senhor chamado Aldemar Amâncio Crato, alguma coisa assim, que é um marceneiro da região e esta prestação de contas foi enviada pelo Prefeito José Paulo de Souza no dia 10 de março de 1992 e recebeu o seguinte despacho da Secretaria de Administração Geral do Ministério das Minas e Energia:

"A Prefeitura Municipal de São João do Piauí firmou o convênio 170/88, recebendo recursos para a execução de obras de eletrificação rural em diversas localidades daquele Município. Não tendo prestado contas em tempo hábil, foi promovida a tomada de contas especial."

Considero relevante que o Relator tome conhecimento deste fato porque é um caso específico de recursos do Orçamento que saíram do Tesouro Nacional...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É um convênio de Cambraia e do Espírito Santo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente. V. Ex^a conhece, não é?

Então, disse aqui: "Posteriormente a prefeitura encaminhou sua prestação de contas, mas o laudo técnico expedido pelo DENAE atesta a realização da obra com recursos próprios da CEPISA, não tendo a Prefeitura Municipal participado financeiramente das obras.

Considerando não atingidos os objetivos dos convênios, opinamos pela não aprovação da prestação de contas."

V. Ex^a teria algum comentário a referir, pelo fato de ter sido...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Esse era um convênio de 1988. É evidente que não acompanho os detalhamentos operacionais da Prefeitura. O que sei dizer a V. Ex^a é que os recursos eram poucos; a CEPISA os completou, e essas localidades, não sei bem Jacarandá, mas, com certeza, Boa Esperança, ...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Boa Esperança foi ligada pela CEPISA.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - ...Boa Esperança e Cambraia têm energia elétrica.

Então, Sr. Presidente, o convênio, em 1988, que não tem nada a ver com emendas ao Orçamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de esclarecer que tem a ver com o Orçamento, porque são recursos do Tesouro Nacional que foram canalizados...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Em 1988, Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim. Está dentro da abrangência do nosso período de investigação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - O Orçamento começa a partir de 1989.

Tenho certeza de que - V. Ex^a que é um grande engenheiro, é um grande matemático, é um PHd em matemática...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não sou, não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - ...deve saber o preço de um quilômetro de energia elétrica. Se o senhor tiver noção da dimensão quilométrica dessas localidades, poderá verificar que os recursos eram insuficientes. A CEPISA tinha que complementá-los.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Bom, só estou dizendo...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - V. Ex^a me permite um esclarecimento? É o seguinte: o convênio foi com a Prefeitura.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Certo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - A Prefeitura recebeu?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Recebeu. Deve ter recebido.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Estou contra. As contas não foram aceitas. Por que não foram aceitas?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque não foi feito nenhum dispêndio da Prefeitura na construção dessas redes.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - E a contrapartida?

O SR. LUIZ SALOMÃO - As redes foram construídas pelo Estado, pela CEPISA - Centrais Energéticas do Piauí.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - A título de informação: o quilômetro de eletrificação, desse tipo, custa cerca de 10 mil dólares, portanto, 27 mil dólares daria para eletrificar 2,7 Km.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão, para interpellar.

Pediria ao Deputado para não polemizar, porque o Deputado José Lourenço pediu a palavra pela ordem, mas não está depondo.

Pediria a V. Ex^a que interpellasse.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, só quero aproveitar e retificar as contas do Deputado José Lourenço, já que...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Um minuto só. Vou suspender a reunião, se polemizarem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é polemizar, é que S. Ex^a fez uma conta...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Ex^a está interpellando o depoente e o Deputado José Lourenço pediu a palavra pela ordem e depôs aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas, Sr. Presidente, S. Ex^a pode pedir a palavra pela ordem para trazer um esclarecimento, para ajudar a condução dos trabalhos. S. Ex^a trouxe uma informação para tumultuar os trabalhos. Diz S. Ex^a que uma linha custa 3 mil dólares o quilômetro.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Dez mil dólares, Sr. Presidente. Dez mil dólares o quilômetro.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Peço a V. Ex^a que interpele o depoente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está. Então, S. Ex^a está completamente desinformado.

Sr. Presidente, passo, então, a indagar do Deputado José Francisco Paes Landim sobre a obra de Jenipapo, em que V. Ex^a invocou a minha visita, acompanhada dos

nobres Deputados Pedro Pavão e Moroni Torgan, como se eu tivesse feito uma denúncia isoladamente.

Queria lembrar que os dois Deputados fizeram declarações no mesmo sentido, que, aliás, estão se revelando profundamente justas.

Veja V. Ex^a: dissemos lá que as informações que tínhamos é que a empresa tinha recebido metade dos recursos da obra e tinha executado...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Qual o valor da obra?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vinte e um por cento. Vou chegar lá. V. Ex^a leu um relatório do ex-Deputado José Marcos, Presidente do DNOCS, eu gostaria que V. Ex^a confirmasse que foram executados 25% do cronograma físico e financeiro, é isso?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, nobre Deputado, nós não fomos injustos. Podemos ter errado em 20% da informação, aliás, muito menos do que isso, porque nós dissemos que a obra foi executada em 21%. V. Ex^a disse 25%.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu não, o DNOCS.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agora, ...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não sou engenheiro, não sou técnico...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Bom, a SERVAVZ recebeu 50%, mais de 50% do valor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Qual é o valor da obra?

O SR. LUIZ SALOMÃO - O orçamento da obra é de 14 milhões de dólares e mais uns quebrados. V. Ex.^a recebeu 8.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Então, V. Ex.^a acha que se faz um açude de 200 milhões de metros cúbicos neste País com 14 milhões de dólares, nobre Deputado Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por que não?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - São 200 milhões de metros cúbicos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, isso depende das características da bacia...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu não sou engenheiro, não sou técnico. Só o DNOCS pode dar essa resposta a V. Ex.^a à réplica.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, nesse ponto...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - O projeto executivo do Governador Hugo Napoleão, em 1986, a estimativa de custo da obra toda é de 40 milhões de dólares. Agora, esse tipo de dados técnicos, confesso a V. Ex.^a que não sei discuti-los. Devia V. Ex.^a convocar aqui o DNOCS para dar essas explicações. Confio na exposição do DNOCS.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só quero ratificar, Sr. Presidente, que a nossa estimativa que foi feita em 21% da obra está confirmada pelo DNOCS para um pouquinho a mais: deu 15 e 50% do orçamento, que verificamos num projeto que o Deputado Moroni Torgan trouxe inclusive as plantas, já foram despendidas e não foram executadas.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Isso é expressão de V. Ex.^a!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Espere um pouco, V. Ex.^a não está sendo indagado nesse momento, estou afirmando.

Em segundo lugar, gostaria de saber se V. Ex.^a sabe quem fez o edital da licitação promovida pela prefeitura de São João do Piauí.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não tenho a menor idéia, Deputado Luiz Salomão. Como é que vou ter idéia de quem faz o edital num município a 550 km de distância...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem.

Gostaria de encaminhar ao nobre Relator que essa situação é absolutamente estranha. Trata-se de uma prefeitura minúscula, não quer dizer que o seu povo não seja digno, não mereça o nosso mais profundo respeito. Mas uma prefeitura desequipada para efetuar uma obra deste porte de 15 milhões de dólares promoveu uma licitação escandalosa, porque baseada num edital que se decide pela nota técnica, ao qual compareceu um único proponente, que foi a SERVAVZ, que venceu a licitação e teve homologado no mesmo dia, num processo relâmpago, esse procedimento licitatório.

Gostaria de encaminhar a V. Ex.^a, para seu exame, deixando claro que foi uma concorrência viciada e não foi promovida pelo DNOCS, mas pela Prefeitura...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É sob a supervisão do DNOCS, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ontem a noite, exatamente ontem a noite, estava lendo o relatório subscrito pelos Deputados Luiz Salomão, Moroni Torgan e Pedro Pavão a respeito de uma linha de eletrificação feita no Maranhão.

Fiquei surpreso porque era uma linha de mais de 100 quilômetros, uma obra de um certo porte e toda ela construída por municípios. Não sei se V. Ex.^a reparou isso. A CEMAR só entra para energizar a linha. Notou isso? Em Pernambuco não ocorre isso. Não sei de nenhuma obra, em Pernambuco, do DNOCS, delegada a qualquer município. Nenhuma! Obras dessa natureza quem faz é a CELP, ela constrói ou quando muito pode até empreitar, mas não delega a nenhum município. É uma curiosidade, porque vi isso no Maranhão, estou vendo agora no Piauí, e em Pernambuco é diferente.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - No Piauí todas as obras ligadas à eletrificação rural são feitas através da CELP. Isso posso assegurar a V. Ex.^a.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não são pelos municípios?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - São feitos pela CEPISA, os recursos podem ser municipais, mas são alocados e distribuídos através da CEPISA.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, neste caso do convênio a que me referi, já encaminhei à Mesa, não foram assim e quero dizer ao Deputado Roberto Magalhães que ele está absolutamente certo de ficar nesta perplexidade.

Eu, por acaso, na minha trajetória, fui Secretário de Obras de um Estado razoavelmente importante e nunca vi uma situação como essa, um município desequipado de recursos humanos, sem tradição, sem um corpo de engenheiros para fiscalizar a obra, dar a partida numa obra deste porte que depois foi avocada pelo DNOCS e também conduzida sob irregularidade.

Se a Comissão, se a CPI...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Isso V. Exª está dizendo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não estou perguntando-lhe nada, Deputado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Mas sou obrigado a responder.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não, V. Exª responderá no momento oportuno.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só estou registrando aqui, nobre Presidente, que, se há um caso em que V. Exª procura um escândalo em matéria de execução do Orçamento,

do dinheiro ir para o ralo para enriquecer empreiteiras que não executaram aquilo que se comprometeram por contrato, este é um prato cheio, sobretudo tendo em vista que a própria SERVÁZ já havia faturado 55.884 milhões de dólares na obra de água num município em Teresina. A obra da AGEPIA consumiu 55 milhões de dólares, conforme levantamento que vou encaminhar ao nobre Relator.

Portanto, esse é um escândalo que infelizmente tem o patrocínio original do Deputado...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Posso responder ou não a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não estou fazendo-lhe indagação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, mas V. Exª está fazendo afirmações que não correspondem a verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Bom, se o Presidente liberar a palavra é um problema da Presidência.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É um direito que me assiste.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Como foi feita afirmação, ainda tem a palavra para a sua informação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Deputado Luiz Salomão, o primeiro convênio dessa obra foi da ordem de 60 mil dólares. Se infelizmente apareceu só essa empresa a SERVÁZ, de médio porte, talvez as grandes empresas achassem que a obra de cujo primeiro recurso alocado era de 60 mil dólares não tivesse a dimensão que pudesse ter. E no momento em que, a partir de 1991, os recursos alocados ao Orçamento foram maiores, imediatamente o DNOCS já tinha administração indireta, porque, veja bem, todos os recursos foram repassados via convênio do DNOCS. V. Exª pode prestar atenção que todos os recursos foram alocados através de convênios com o DNOCS. E a partir de 1991, o DNOCS assume diretamente a administração da obra.

Agora, V. Exª, que foi à minha cidade no avião do Governador, foi servido pelo carro do Governador, se tivesse se dado o trabalho de a vinte minutos descer na barragem mais próxima, Pedra Redonda, veria, eminente Deputado Luiz Salomão, que essa barragem, só em 1993, recebeu trezentos e tantos milhões de cruz irros novos. Quer dizer, proporcionalmente, talvez, mais de que toda ela nos cinco anos.

V. Exª prestou grande serviço. Acho até que a Comissão de Orçamento, que tem na previsão constitucional a criação de um grupo de acompanhamento de execução orçamentária, deu aí um belo ponto de partida. Mas V. Exª devia visitar todas e poderia perceber que, proporcionalmente, eu desafio V. Exª, se alguma outra obra no meu Estado fez trabalho ao nível dessa, porque os duzentos milhões de metros cúbicos, as dificuldades complexas da obra, o próprio aeroporto onde V. Exª desceu, a cidade não tinha aeroporto, foi feito dentro da planilha exigida pelo DNOCS. A estrada que conduziu V. Exª ao açude por dezesseis quilômetros cascalhados foram feitos pela construtora. As linhas elétricas de alta tensão foram todas financiadas pela empresa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Deputado Paes Landim, eu lhe agradeço pelo seu comentário.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Então, quero mostrar que V. Exª está fazendo uma análise rigorosamente subjetiva. V. Exª demorou lá uma hora, às carreiras, e talvez só o DNOCS possa discutir no nível das interpelações e das suspeições que V. Exª lança aqui neste momento da maneira mais injusta possível.

Eu não sou técnico, não sou engenheiro, não me interessa quem vai construir. Se tirar a SERVÁZ, se puser outra grande empresa ou batalhão, para mim é indiferente,

Deputado Luiz Salomão, se V. Exª confrontar os recursos alocados para essa obra com as outras obras do Piauí, verá que é a menor. E tem mais esta: nunca recebeu contrapartida do Estado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Vou passar para outro ponto, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não estou aqui para defender empresa.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Acho que posso falar em nome do Deputado Moroni Torgan e do Deputado Pedro Pavão da nossa indignação de ver uma população pobre, os contrerrâneos do Deputado Paes Landim, vivendo naquela situação - sem água, com dificuldade para sua agricultura - e oito milhões de dólares terem sido jogados no ralo, não terem beneficiado em nada aquela população.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Então, segundo V. Exª, o DNOCS está mentindo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vamos agora falar do seguinte, Deputado: V. Ex^a possui emissoras de rádio?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A Rádio Piauí FM Ltda?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não sou acionista dela.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A senhora sua mãe é que é?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Minha mãe é acionista.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quando V. Ex^a adquiriu essa rádio, esse canal?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Esse canal foi adquirido em 1981. Se V. Ex^a quiser, eu encaminho à Comissão o...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em 1981 é a Rádio Alvorada do Sertão,

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Um momentinho. É o mesmo grupo, Deputado. Em 1981 foi concedida a concessão de AM à Rádio Alvorada do Sertão, e o mesmo grupo que comanda a Rádio Alvorada do Sertão conseguiu uma FM em 1988. Não faço parte nem sou sócio de nenhuma das duas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em 30 de setembro de 1988 foi a época da aquisição da rádio AM?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deve ter sido. Esses detalhes, Deputado...

O SR. LUIZ SALOMÃO - No momento em que houve uma distribuição de canais?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Quem já tinha há dez anos uma rádio AM tinha condições de requerer depois uma FM, dez anos depois, praticamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sete anos, Deputado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sim, não, mas a instalação foi muito tempo depois, a concessão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Deputado, V. Ex^a presta serviços de advogado durante o exercício do mandato?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Presto assessoria. Não há impedimento constitucional.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Remunerados?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É evidente. Só não posso advogar contra a União, mas a advocacia inter partes, para particulares, não há nenhum impedimento constitucional.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É perfeitamente permitido pela Constituição.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O que eu lhe indago é porque V. Ex^a não faz nenhuma declaração de rendimentos sobre os honorários percebidos como advogado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Depois que exerci o mandato de Deputado fiquei vinculado a três ou quatro empresas, entre as quais a NECLA, e se V. Ex^a prestar a escrituração fiscal dela, NECLA, há lá uma conta corrente, eu sou devedor exatamente porque houve um adiantamento na minha campanha, em 1990, e estou sempre prestando serviços à NECLA até em pagamento disso. Ainda na semana passada eu me reuni com toda a diretoria para falar sobre isso. Não há nenhum impedimento sobre isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, eu não estou falando de impedimento; estou falando de sonegação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não há sonegação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a recebeu da NECLA e recebeu de outras empresas.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E não declarou no imposto de renda?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não. Honorários de advogado, quando o saldo do exercício financeiro, da movimentação financeira der negativo, aí há uma discussão jurídica que se você vai levar em conta ou a súmula do Tribunal Federal de Recursos ou a Lei do Plano Collor, de 1990, ou a Constituição Federal que diz que imposto de renda é baseado em salários e proventos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é nada disto.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Esta é a situação. Mas fique tranquilo V. Ex^a de que, perante o imposto de renda, eu só terei a dar as devidas explicações cabíveis que não vem ao caso dá-las, aqui, neste instante.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado, V. Ex^a tem uma movimentação financeira - eu me permito discordar do nobre Relator...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ...que disse que ela era razoável em vários anos, exceto em 1990. Mas eu gostaria de lembrar, aqui, que V. Ex^a movimentou, em créditos, no ano de 1989 - se quiser tomar nota para acompanhar, é mais fácil - 290 mil dólares em 1989, na sua campanha.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Isto não bate, mas tudo bem - em 1989.

O SR. LUIZ SALOMÃO - São os créditos....

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sim mas eu tive acesso aos documentos, Sr. Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estão registrados e não é que não bate. Isto, aqui, não é questão de bater. São os extratos bancários. Depois, em 1990, V. Exª teve 833 mil dólares e em 1991....

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não é verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, se nós formos aceitar....

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu não tive acesso aos documentos, Deputado Luiz Salomão - eu não sei lhe responder.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, se nós formos aceitar as alegações do depoente - foi inaugurado no último depoimento - de que os extratos bancários não refletem a realidade....

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu não estou dizendo isto. Eu não tive acesso....

O SR. LUIZ SALOMÃO - nós vamos parar com esta CPI porque, de fato, nós acusamos, aqui, várias pessoas - ou melhor: nós levantamos situações sobre várias pessoas com base nos extratos bancários. Desde o Deputado Ibsen Pinheiro, está havendo contestação dos extratos bancários.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não. Eu não estou contestando.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se não tem valor é melhor fechar a Subcomissão de Bancos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu estou dizendo a V. Exª que não tive acesso aos documentos e não sei quais os parâmetros que foram abordados aí.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Exª terá acesso à Subcomissão de Bancos, posteriormente ao depoimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Os parâmetros são a soma dos créditos realizados na sua conta.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu fiz essa soma, também, com o contador e não deu isto. Então, eu devo discutir a nível da Subcomissão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu vou encerrar, Sr. Presidente, só para dizer o seguinte: as contas do Deputado tem essa movimentação intensa - 290 mil dólares, 833 mil dólares, 300 mil dólares em 1991; 275 mil dólares em 1992 e apenas 67 mil dólares até agosto de 1993. Eu tenho, aqui, todos os movimentos - cheques e depósitos efetuados em sua conta - que eu gostaria de me indagar - se o Presidente me der tempo, senão eu vou passar para outro....

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Exª está interpellando há 25 minutos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, eu passo, Sr. Presidente, mas quero dizer o seguinte: esta movimentação bancária é absolutamente incompatível com os proventos de Deputados, ainda que haja adiantamentos - isso não explica nada - e, certamente, ela deve refletir alguma coisa de proventos ou pagamentos outros que S. Exª, o Deputado, não declarou no seu imposto de renda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Deputado Paes Landim, eu o conheci, aqui, logo na primeira hora, como Relator do Plano Collor II, no ano de 1990, e....

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Aliás, aperfeiçoado por V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E não sabia da sua participação na Comissão de Orçamento, ao longo desse período. De qualquer forma, tenho, aqui, a tarefa de perguntar, especialmente em nome da Subcomissão, da qual faço parte, sobre a movimentação bancária. Portanto, V. Exª afirmou que, ouvindo um contador, seu amigo, chegou à conclusão de que os dados do crédito bancário não procediam porque, fundamentalmente, V. Exª solicitava antecipações salariais que, no passado, eram pagas através de cheques emitidos e, com isto, poderia haver uma contagem não correspondente ao valor recebido.

Mesmo considerando essa possibilidade e considerando que nesses anos nós tivemos inflação elevada, sobretudo em 1989 e em 1990, o período entre a antecipação salarial e o cheque - se compensado pela Câmara dos Deputados - há inflação. E a imprensa criticou essa operação porque havia uma transferência indevida de recursos públicos da Câmara dos Deputados por Parlamentares que se utilizavam desse procedimento porque o cheque era devolvido pelo valor nominal e, desta forma, sem a correção monetária e os juros devidos nesse procedimento. Portanto, no limite, se não houvesse inflação, essa operação poderia permitir no máximo que os rendimentos, proventos de um parlamentar, dobrasse ao longo do período. Em hipótese alguma, nenhum valor acima disso, mas é evidente que não poderia dobrar, porque a inflação comia parte dos recursos e, nesse sentido, o crédito posterior era inferior e dolarizando as operações, como nós fazemos nas subcomissões, esse risco não existe. Mesmo considerando isso, no ano de 1989, os créditos bancários são de 290 mil dólares, conta 98.131, que seria a remuneração bruta de um parlamentar, ou seja, praticamente 3 vezes o valor da remuneração. V. Exª poderia explicar a origem desses recursos, dado que não consta na declaração de imposto de renda nenhuma fonte adicional de receita?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Deputado Salomão, eu já disse ao eminente...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei que V. Ex^a está nervoso com as colocações do Deputado Salomão, mas ele já deixou de perguntar...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, em absoluto. Veja bem, eminente Deputado Luiz Salomão, eu disse a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor insiste...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Aloizio Mercadante, perdão. Eu quero dizer a V. Ex^a, o seguinte: checando com o meu modesto contador, nos meus extratos bancários, ele não bate com nenhum desses números. É evidente que pode o contador estar errado, foi feito um trabalho exaustivo domingo e ontem. Eu só posso, então, ter o confronto disso com os dados do meu contador, com os dados da Comissão na hora em que eu tiver acesso à Comissão.

O que eu disse a V. Ex^a é que, entre os enganos que eu acho que estão aí dentro, não disse que eram os únicos, inclusive adiantamentos, empréstimos de IPC, essa coisa toda. E meu contador acha que deve haver lançamentos duplos também. Quer dizer, é uma dedução do meu contador, pelo fato de que ele fez um levantamento em que os números, em nenhum dos anos, batem, sobretudo, no ano de 1990.

Quero dizer a V. Ex^a que, já disse no início do meu depoimento, tive ajudas eleitorais, sempre prestei assistência jurídica. E uma coisa que não gostaria de dizer aqui porque pode parecer uma coisa... poderá parecer até uma espécie de falsa modestia. Eu, durante 20 anos, como professor da Universidade de Brasília e advogado, tenho uma vida razoável. Eu ia todo ano à Europa por conta própria, passava um mês, ou, às vezes, ia a convite de entidades acadêmicas e sempre tive um hobby que não posso ter mais hoje, que era a aquisição de obras de arte modestas, mas tive indicações interessantes. Tive o privilégio, para dar uma idéia a V. Ex^a, de em 1982, salvo engano, estar em Florença, nos 400 anos do famoso Palácio Uffizi, em que nessa época foram vendidos quadros baratos até de pintores italianos anônimos. Quem conheceu minha casa, na 116 Sul, e conhece hoje o apartamento da Câmara dos Deputados vê a diferença fantástica que eu tinha: eu tinha quadros até nas dependências das empregadas. Tudo isso foi se desfazendo aos poucos. Se V. Ex^a prestar atenção na minha declaração, Deputado Luiz Salomão... desculpe-me. Eu acho que estou cometendo uma injustiça com V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Freud explica. Fique tranqüilo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Porque eu o acho mais sereno do que o Deputado Luiz Salomão. Então me desculpe, sinceramente. Tenho realmente por V. Ex^a um apreço excepcional e independente da nossa profunda divergência ideológica, mas respeito V. Ex^a em todos os setores da sociedade brasileira. Então, tudo isso foi se desfazendo aos poucos e se V. Ex^a prestar atenção na minha declaração de bens, estão todos com valores simbólicos: mil cruzeiros. Havia um velho contador que me servia quando eu chefiava a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - quando exerci o mandato de deputado, nunca mais me encontrei com ele, mas mando o funcionário para lá e faço a entrega. E ele vem repetindo essas coisas, de repente ele sabe que vendi o patrimônio todo em 86: vendi o apartamento onde eu morava, era um belo apartamento na 116, vendi escritórios que tinha, vendi terreninho. Então, o resto ficou como estava e ele continua mantendo esses mesmos valores.

Mas, posso garantir a V. Ex^a, Deputado Aloizio Mercadante, que tenho condições, estou tranqüilo quanto ao problema fiscal. Tenho certeza de que saberei, efetivamente, explicitar e justificar todos esses lançamentos, não em nível do que está aí nos dados da Subcomissão de Bancos, mas tenho certeza de que ao confrontar com os meus dados, vou ter uma razoável dedução desses dados que estão aí lançados, sem embargo, com todo meu respeito, um trabalho excelente da comissão e dos eminentes auditores, do excelente corpo técnico que sei que assessorou a Subcomissão de Bancos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No ano de 1989 - essa linha preta é a remuneração do parlamentar, essa movimentação é uma movimentação bancária - nós verificamos que em agosto, setembro e dezembro têm três grandes piques na conta bancária de V. Ex^a. Esses piques podem ser explicados por qualquer tipo de proventos, ou a venda de algum bem móvel ou imóvel, portanto, não me impressionaria com essa movimentação.

Já no ano de 1990, a movimentação é absolutamente desproporcional e contínua. V. Ex^a há de convir que uma campanha de Deputado Federal, no Estado com as limitações econômicas, as dificuldades econômicas e sociais do Estado do Piauí, da ordem de 830 mil dólares...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - O total na visão da CPI.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não. Nós temos aqui todos os cheques, posso falar cheque por cheque emitido. Só nos meses de maio a novembro, que é o período maior da campanha, são mais de 600 mil dólares.

A remuneração do parlamentar neste ano foi de 123 mil dólares. Quer dizer, é uma movimentação absolutamente desproporcional, mesmo considerando uma campanha de deputado federal.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Meu caro Deputado, esses números, tenho certeza, serão reduzidos pelo que chequei com o meu contador.

O Estado do Piauí é praticamente do tamanho do Estado de São Paulo, são 240 mil km². E veja bem: sem as facilidades de transportes do Estado de São Paulo. E, neste momento não lembro o nome geográfico certo, ao contrário de São Paulo em que as distâncias são mais próximas. Veja bem o Estado do Piauí é uma espécie retilínea longitudinal, não sei, Deputado, se seria essa expressão certa. Veja bem, de Parnaíba, do

extremo norte, a Corrente são mais de 1.300 km. Ninguém consegue fazer uma campanha no Estado do Piauí, eminente Deputado Aloizio Mercadante, sem o fretamento de aviões.

A pobreza, a cultura, o caldo cultural... Disse aqui no início do meu depoimento que tenho o maior respeito e apreço pelo Presidente Castello Branco, quanto mais as emoções e as paixões vão se apagando na história, o perfil dele, de estadista, dos

grandes homens da República vão cada vez mais se acentuar na história brasileira. Mas, há erros políticos, infelizmente, cometidos por ele e da sua assessoria enfim. E o dele foi o problema da sublegenda: criou-se uma mística, nos Estados pobres, sobretudo, de que o Deputado Federal...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas, estou falando do ano de 1990.

O General Castello Branco não tem nenhuma responsabilidade pelo gasto na conta, não existia nem sublegenda.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É isso que estou dizendo a V. Ex^a, criou-se esse clima de que o deputado federal é o comandante da campanha.

Quando chego na minha cidade nas vésperas da eleição, em qualquer cidade pobre do Estado do Piauí, isso é um fato cultural, lamentável, e que Vitor Nunes Leal examinou muito isso no coronelismo, mas que infelizmente decretos e leis não conseguem corrigir.

Se eu chego na minha cidade, meu querido Deputado, as pessoas me pedem até o gás de cozinha. Numa campanha política isso é acirrado, é um problema cultural que não sei explicar. Não se conseguiu corrigir, pode ser uma deformação da elite nordestina, falha nossa, dos políticos nordestinos, mas o fato é que isso existe. As campanhas são mais caras por isso.

Nós temos o fretamento de aviões, eu era votado em Luzilândia, que em vista de Corrente são 1250km, e se o meu concorrente do mesmo partido. Acredito que o voto distrital misto corrigiria essa distorção dos custos eleitorais. Se o meu concorrente chega lá, sai da mesma cidade onde ele é votado e vai para o extremo sul de avião, também, tem a mesma festa religiosa, tem o mesmo comércio, ou mesmo compromisso. Sou obrigado a também fazê-lo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então vou fazer uma outra pergunta.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - ...sou obrigado também a fazê-lo. Se chego em uma cidade, o meu concorrente do mesmo partido - veja a desfiguração, se não é proporcional - chega lá e diz que trouxe várias camisas, trouxe vários brindes, arrumou carros emprestados dos Vereadores para fazer alistamento, para fazer campanhas, você é obrigado a fazer a mesma coisa. Então, por incrível que pareça, em um Estado como o Piauí é muito mais difícil uma campanha eleitoral do que no Estado de São Paulo. E São Paulo é um Estado culto. Deputado Aloizio Mercadante, os meios de comunicação - a televisão, o rádio - são ouvidos e lidos por todo mundo. No meu Estado, infelizmente, não acontece isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Gostaria de perguntar se no ano de 91, que já não é um ano de campanha eleitoral, de qualquer forma acho abusiva uma campanha do Deputado Federal ter expresso só nessa conta...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não estou dizendo que são esses custos. Veja bem V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Oitocentos mil dólares.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - ...preciso ter acesso a esses documentos para responder a V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De qualquer forma agora entendo melhor a dificuldade do PT do Piauí.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Tenho certeza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas, de qualquer forma, no ano de 91, V. Ex^a...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - O PT não tem dificuldade, tem a imprensa toda lá - televisão, jornais...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, não tem nenhum Deputado Federal: vai ver que não podemos pagar nem avião. Mas, de qualquer forma, isso é o de menos.

De qualquer forma, em 1991, V. Ex^a recebeu 77 mil dólares dos proventos de Deputados e 300 mil dólares de créditos bancários e não há declaração de fonte de renda. Então, vou fazer duas perguntas: No ano de 90, entre as empresas que contribuíram para a campanha de V. Ex^a, existe alguma empreiteira?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não. Quero dizer a V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nenhuma empreiteira?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deputado Aloizio Mercadante, tive ajuda de amigos, de grupos familiares, de todos os setores, mas a minha ajuda, confesso, foi mais ligada a setores empresariais de São Paulo que não tem nada a ver com o Orçamento. Quer dizer, são pessoas que não participam de concorrências públicas, são setores avançados da economia brasileira que, em alguns casos, veja bem - confesso, não bate com o número, tenho certeza vou mostrar isso à Subcomissão de Bancos -, evidente que algumas dessas pessoas que me ajudaram em 91, também ajudaram a pagar algumas contas. Mas, veja, tenho uma série de pequenos empréstimos pessoais de mil dólares, de mil quinhentos dólares, essa coisa toda...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perdão, Deputado, 77 mil dólares para 300 mil dólares...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deixe-me explicar...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...não é mil ou 2 mil dólares: são 230 mil dólares.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deixe-me explicar a V. Ex^a, eminente Deputado. Em 91, uma meia dúzia ou oito carros que adquiri, por força de ajuda na campanha de 90, eu os revendi todos em 91 que foi exatamente para cobertura de despesas de campanha.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O nome da empresa não é NECLA Construtora S.A.?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, é NECLA S.A. É uma empresa de consultoria...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo. Vamos continuar então...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Entendeu?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu estava fazendo uma pergunta para o Deputado.

Estou tentando entender a movimentação bancária, Deputado. No ano de 92 a coisa se repete...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deputado, se V. Ex^a me permitisse e o eminente Presidente deferisse, como não tive acesso a esses dados, só os soube através dos jornais, eu pediria para prestar esclarecimentos à própria Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a já disse antes exatamente que preferiria fazer isso. Então, em relação as perguntas, ficam inconclusas como respostas e V. Ex^a pode ter, a partir do momento em que é depoente, o conhecimento de tudo aquilo que se refere a V. Ex^a nas Comissões.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, já estamos com excesso de tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, independente de uma declaração pormenorizada, na Subcomissão há um problema básico: no ano de 89 - vamos tirar 90 que é o ano da campanha, 830 mil dólares - é 300 mil dólares contra 98 mil dólares; no ano de 91 é 77 mil dólares contra 300 mil dólares; no ano de 92 é 275 mil dólares contra 75 mil dólares, ou seja, em nenhum período a remuneração de Parlamentar explica a movimentação bancária. Então, o Deputado tem que ter uma fonte de renda complementar que até agora não foi apresentada...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Disse a V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...se o serviço de advocacia não tem no imposto de renda nenhuma declaração de proventos advindos desse tipo de atividade profissional, qual é a fonte de renda que justifica essa movimentação bancária?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Deputado, se o senhor me permite, tenho certeza que vou convencer V. Ex^a desde que a Subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A resposta fica inconclusa e S. Ex^a, o Deputado, fará essa prestação de contas, assim chamada, junto à Comissão de Bancos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Queria só, então, uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex^a indicou o Presidente do Instituto de Terras do Piauí o INTERPI, Marcos Coelho?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Marcos Coelho Parente, não é?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Esse é um engenheiro, formado pela Universidade Federal do Ceará, nomeado pelo Governador Freitas Neto. Evidente é um amigo meu, um jovem político que nunca ocupou cargo público, mas é um técnico da maior experiência, do maior valor profissional e moral.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas foi V. Ex^a que o indicou?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sugeri o nome dele ao Sr. Governador. O Governador Freitas Neto é um homem da maior seriedade e escolheu os seus funcionários depois de uma exaustiva investigação sobre o caráter e a personalidade de cada um.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito.

V. Ex^a conhece o problema relacionado a projetos de assentamentos em Viana e Pitombeiras?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, não tenho idéia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No valor de 4 bilhões, 3 milhões e 165 cruzeiros?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não tenho a menor idéia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Foi liberado em março de 1991?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não tenho a menor idéia sobre isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Segundo o Sr. Antônio Ribeiro Dias, que é Procurador do INCRA, houve um desvio substancial de verbas públicas, porque nessa área na qual só existiam 17 famílias em Viana e 2 famílias em Pitombeiras foram liberados mais de 4 bilhões de cruzeiros...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Nem conheço esses lugares que V. Ex^a está citando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Há uma série de obras que foram anunciadas como tendo sido realizadas que, na prática, não se efetivaram...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sim, mas qual é a minha ligação com essas obras?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A ligação é que V. Ex^a foi quem nomeou o representante e, mais do que isso...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - O Governador do meu Estado é um homem tão sério, que não acredito que um funcionário cometesse um erro desse e não fosse por ele demitido. Não acredito, sinceramente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Que não teria lhe dito?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não acredito...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então ele é íntimo de V. Ex^a?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não acredito que o Governador Freitas Neto soubesse disso e não tivesse demitido esse funcionário. É um rapaz de bem e entre a palavra dele e a desse advogado Antônio Ribeiro Dias, sobre o qual não quero tecer comentários, eu fico com o Dr. Marco Antônio Freire Parente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para entendimento do Presidente da Comissão: o Deputado Mercadante perguntou se V. Ex^a tinha indicado esse funcionário para que cargo?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Para Presidente do Instituto de Terras do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É funcionário público?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Portanto, V. Ex^a não tem nenhuma informação sobre esse episódio?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Desvio de verbas...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Infelizmente, não tenho a menor informação sobre isso, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo. Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Antes de S. Ex^a usar da palavra, quero fazer uma recomendação ao Plenário: enquanto estivermos ouvindo o depoente e quem o estiver inquirindo, solicito, peço que não haja nenhum tipo de interveniência verbal ou de outra natureza que não seja exclusivamente entre os dois que estão fazendo pergunta e resposta.

Tem a palavra o Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Paes Landim, V. Ex^a, no ano de 1992, destinou subvenções para a Fundação Anísio Teixeira - subvenções na cota pessoal de V. Ex^a.

Mas, além dessa destinação, se verificou a existência de subvenções sociais em dotações globais nos valores de 100 milhões de cruzeiros na época - correspondentes a 26 mil dólares -, liberados em 14/7/92, e de 200 milhões de cruzeiros - no valor de 42 mil dólares -, liberados em 14 de setembro de 1992. Pergunto: V. Ex^a poderia nos explicar como se verificava esse processo de colocação de dotações nas chamadas dotações globais? Como se operava isso?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Senador Garibaldi, são duas instituições que eu ajudei com subvenções: a Fundação Anísio Teixeira, que é uma fundação mais modesta, um velho projeto utópico meu de criar no sertão um entidade em homenagem à grande figura de Anísio Teixeira, que eu conheci pessoalmente, conheci seus filhos, lá está apostado o retrato de Anísio Teixeira - o Deputado Luiz Salomão, quando visitou a minha cidade, honrou também com sua visita as Fundações Teixeira e conheceu lá a Fundação.

Realmente, a falta de recursos humanos faz com que essas utopias não se concretizem às vezes. Mas o objetivo dela, de homenagem ao grande Anísio Teixeira, que é o grande sacerdote da educação brasileira, é exatamente dois aspectos: o aspecto educacional e o aspecto social.

O ano passado foi o ano mais crítico, em termos de seca no meu Estado e fome na minha região e esses valores que o eminente Senador acabou de ler foram rigorosamente aplicados na distribuição de cestas básicas de alimentos à população sofrida.

Entreguei no gabinete de V. Ex^a, eminente Senador, há um mês, uma antecipação do relatório do próprio Presidente da fundação, quando soube que V. Ex^a iria também mandar investigá-la - antecipou-se o Presidente da Fundação - relacionando, inclusive, nome por nome todas as pessoas, endereços, localidades, que receberam benefícios dela. Nesse relatório que entreguei a V. Ex^a, há o documento do juiz da Comarca provando o seu funcionamento normal e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da minha região. Poderia mostrar a V. Ex^a cartas recebidas fazendo um apelo para que eu conseguisse novas ajudas para a Fundação, a fim de que minorasse o sofrimento dessa região.

Não é uma Fundação ideal, é um projeto, mas ela vem funcionando - posso garantir a V. Ex^a - dentro dos mais rigorosos padrões de ética e de transparência. Esteve lá a auditoria do Tribunal de Contas, que conferiu todas as notas fiscais, todos os fornecimentos

feitos à Fundação. E tenho certeza, nobre Senador, de que ela, modestamente, vem cumprir seus objetivos.

O próprio Banco do Brasil, que tem um esquema muito importante de financiamento, de ajuda a entidades sociais, através dela, fez um projeto de ajuda para construção de fossas sépticas na minha cidade - mais de trezentos e cinquenta fossas. V. Ex^a sabe que o Banco do Brasil é rigorosíssimo, ele só faz o pagamento depois de conferir o efetivo serviço feito pela entidade. Aliás, penso que essa deva ser uma norma que deveríamos estender às obras do Governo Federal; o Banco do Brasil poderia ser esse grande agente catalisador e fiscalizador; ele deveria dizer: só pago se conferir se a obra foi feita.

Então, ela recebeu ajuda substancial da Fundação Banco do Brasil; prestou contas rigorosamente, tanto que o Banco do Brasil renovou este ano o mesmo convênio de construção de fossas sépticas e ajuda pré-escolar - porque há oito funcionários, oito professoras.

Parece-me, Senador, sinceramente, que, dentro das condições modestas da região, ela vem cumprindo os seus objetivos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Paes Landim, antes de falar sobre o que realmente o Tribunal de Contas da União apurou com relação a essa entidade, desejo que V. Ex^a explique como, realmente, conseguiu colocar essa dotação nas relações globais, porque, na Subcomissão de Subvenções, temos uma curiosidade de conhecer, realmente, como isso é efetivado, como é o processo. V. Ex^a se dirigiu diretamente ao Ministro?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - A Fundação dirigiu-se diretamente ao Ministro, ao Presidente do Banco do Brasil e ao Ministro da Educação.

Tínhamos um grande projeto também na área educacional, cuja apreciação, evidentemente, encontra-se em suspenso, mas está em tramitação no Ministério da Educação, tratando-se de requerimentos feitos pela própria Fundação.

Nos dois orçamentos que constam rubricas orçamentárias de subvenção social, nenhuma delas foi liberada. Neste ano, a Fundação recebeu uma carta do Ministério pondo à disposição a liberação da subvenção, mas vieram os acontecimentos da CPI e o Ministério sobrestou todas as liberações.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Paes Landim, quer dizer que foi diretamente a entidade que solicitou essa dotação?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Na auditoria do Tribunal de Contas da União, ocorreram algumas anormalidades, como, por exemplo: "ausência de controle de entrada e saída de mercadorias relacionadas nas notas fiscais que integram as prestações de contas das subvenções; falta de balanço da entidade, o que comprova a não-contabilização dos recursos recebidos; divergência entre os registros constantes das primeiras e quartas vias de nota fiscal datada de 24/07/92, no valor de doze milhões de cruzeiros, constante da prestação de contas da primeira subvenção social, recebida no exercício de 1992, no que tange à quantidade de óleo de soja, adquirida de uma firma cuja sigla é MO Costa; pagamento antecipado da despesa, haja vista a emissão, em 17/07/92, de cheque nº 907421, no valor de oitenta e seis mil cruzeiros, em favor dessa mesma firma, M. O. Costa, enquanto que as notas fiscais nº 3.471 e 3.476 datam de 24/07/92."

Enfim, constataram-se algumas anormalidades, algumas irregularidades. V. Ex^a pode responder por essa entidade, já que constatamos a presença de parentes seus na gerência da entidade, na Diretoria e na própria Fundação?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Veja bem, estou tomando conhecimento deste documento agora, através de V. Ex^a. O Tribunal de Contas da União, como sempre faz, prepara um relatório e, evidentemente, encaminha à entidade, para que a mesma dê as explicações.

Eu tenho certeza, eminente Senador, de que a Fundação, em nenhum momento, deixou de aplicar rigorosamente os recursos recebidos. Isso eu posso assegurar à V. Ex^a, porque confio muito na auditoria do Banco do Brasil, que aprovou todo o seu trabalho no ano passado e renovou o convênio no presente exercício. Mas se V. Ex^a me der acesso a este documento, eu encaminharei à Fundação e tenho a certeza de que darei as respostas devidas à V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. parlamentares, nobre Deputado Paes Landim, quem lhe convidou para ser sub-Relator da Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Do Exército?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Exato.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu disse aqui no início, eminente Senador, que o Deputado José Lourenço, à época, era Líder do meu partido, o PFL, e, um dia, chamou-me ao seu gabinete e disse: "Landim, com a nova Constituição, o processo de emenda ao Orçamento, agora, vai ser uma norma constitucional. E os militares têm receio de que, depois de alguns anos, com essa emenda sobre o processo orçamentário, algumas medidas demagógicas ou medidas eventuais, revanchismo, sei lá, possam perturbar a alocação de recursos para o Orçamento do Exército. Então, consultei alguns assessores

Uma certa ocasião, um deputado sergipano, Eraldo Lemos, dizia: a campanha mais cara de Sergipe foi a de Francisco Rollemberg. Eu dizia: mas como, se eu não gastei nada? Mas você é cirurgião e você operou tanto, nessa campanha, que se você tivesse recebido as operações que fez por certo teria ganho, pelo menos, uma pequena fortuna. Realmente eu não tinha gasto nada, mas tinha operado muito para manter o ritual, o ritmo da campanha.

Feito esse preâmbulo, para que todos saibam o que é a ligação, a intimidade do parlamentar com a sua gente, quero fazer-lhe umas indagações baseado numa documentação que me foi dado ver quando da apreensão de documentos da ODEBRECHT.

Devo dizer que P. Landim aparece em número exagerado. Mas mesmo esse P. Landim não aparece com nenhuma cifra ao lado, pelo menos na documentação que examinei, sugerindo qualquer percentual.

Permita-me, então, que eu lhe pergunte a respeito de umas emendas em que o P. Landim aparece, para que V. Ex^a confirme ou não a sua participação em relação às mesmas. Por exemplo, Sangradouro da Barragem de Saco de Nova Olinda - Paraíba. Está grifado P. Landim, página 12. V. Ex^a fez uma emenda?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, Senador, em absoluto.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não há nenhuma emenda de V. Ex^a para a Paraíba?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Nenhuma. Eu quero dizer a V. Ex^a, aliás, que isso foi um grave equívoco. Todos os jornais publicaram isso, toda a

imprensa do meu Estado publicou manchete a respeito "Landim implicado na Norberto Odebrecht." Eu quero dizer que eu só fiz emendas para fora do meu Estado para a Fundação Casa Rui Barbosa.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Permita-me, então, que eu vá em frente. Quanto à Barragem de Canoas, na Paraíba, V. Ex^a também não participou da mesma?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, nunca.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem. Barragem de Oiticica, Rio Grande do Norte?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Também não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Perímetro de Irrigação do Baixo-Açu, Rio Grande do Norte?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Quando nós - eu e os Deputados Moroni Torgan e Aloizio Mercadante - colhemos esse material e tentamos preparar um pequeno relatório, listamos quarenta e uma páginas com os nomes citados. Devo dizer que só uma única vez P. Landim aparece por extenso, o que nos deixou numa dúvida muito grande. Talvez seja esse o motivo de V. Ex^a estar depondo neste instante. Na página 37 - Relação de emendas a aprovar no Ministério da Agricultura - aparecem os seguintes nomes: Deputado Cid Carvalho, Pinheiro Landim - DNOCS - e não aparece, em nenhum momento, o nome Paes Landim nessas emendas, nessas solicitações de liberação de verbas, na documentação apreendida.

Ora, se isso ocorreu com a ODEBRECHT, não sei o que teria ocorrido com outras empresas... V. Ex^a foi interrogado a respeito da SERVAZ. Faço-lhe a seguinte pergunta: qual o grau de entendimento que V. Ex^a tinha com o Sr. José Carlos? Quais as diferenças que os senhores tinham e que fizeram com que José Carlos o citasse como participante desse grupo que manipulava o orçamento da União?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eminentemente Senador, eu até disse, logo no início, que nunca tive bom relacionamento com esse senhor; ao contrário, ele era uma pessoa que não me agradava. Quanto a sua fama de grande técnico, eu nunca consegui entender as suas explicações, achava-as muito emboladas e tenho a certeza de que não tivemos um bom relacionamento. Não quero aqui fazer nenhuma dedução subjetiva a respeito. Já falei, no início, que talvez ele possa atribuir a mim - realmente não tive nenhuma interferência nisso - a sua demissão pelo Dr. Pedro Parente, com quem ele sabia que eu tinha um bom relacionamento.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Na página 44 desse nosso relatório, encontramos um documento manuscrito - talvez V. Ex^a tenha tido a oportunidade de vê-lo - em que estão discriminadas algumas obras em diversos Estados da Federação. Por exemplo: Discriminação de Percentuais, Estado do Piauí, Hospital Universidade de Teresina.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não é minha a emenda, Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Ex^a não participou com nenhuma emenda?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, não tenho a menor ligação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Esta anotação é muito interessante porque diz o seguinte: "Hospital Universidade de Teresina: Emenda parcial - 2%; relator geral - 3%; pela liquidez - 5%; no Estado - J. Pádua - 1%."

V. Ex^a sabe quem é o J. Pádua, piauiense, que poderia ter auferido esse lucro de 1%?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - J. Pádua, eu não conheço bem, Senador, sinceramente. Não sei quem é J. Pádua. Quero dizer a V. Ex^a, como sou um deputado mais do sertão, da área rural, meu contato com Teresina é muito pouco.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - E Pedro II?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Também sei que a adutora Pedro II, existe em um dos depoimentos anteriores, os nomes foram identificados, os autores da emendas. Sabem os Colegas ilustres... Não quero citar os nomes.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas V. Exª... não é emenda... não é co-participante?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Em absoluto, porque não sou nem votado em Pedro II, não sou nem votado em Teresina.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu gostaria de ouvir sobre a Drenagem Zona Sul.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Nem sei o que é isso, Senador, sinceramente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Ministério... MBE. Emenda parcial, Relator-Geral, 3%; liquidez: Mim 3%; Prefeitura, 5%.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Veja bem V. Exª...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Ouça bem, não vai nenhuma acusação, estou tentando uma explicação, porque, sendo V. Exª um Parlamentar do Piauí exatamente poderia conhecer e nos esclarecer melhor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Exato, estou entendendo a colocação de V. Exª.

Estou querendo dizer a V. Exª que, em nenhum momento, a não ser emenda ligada à AGESPISA, no Piauí, a pedido do Governador Freitas Neto, eu não tenho nenhuma vinculação maior com Teresina, tanto que também não sou nem lá votado. Então, todas essas emendas ligadas ao Norberto Odebrecht eu, efetivamente, nunca elaborei nenhuma emenda vinculada à execução de obra orçamentaria por ela.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Finalmente eu gostaria de dizer, Sr. Deputado, que apreendemos também uma minuta que era um roteiro de indicações de Relatores e Sub-relatores para o Orçamento de 94. V. Exª não mereceu constar nesse roteiro.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, porque já há dois anos que não participo da Comissão e, como disse a V. Exª, nunca fui sub-relator em Ministério da Agricultura, de qualquer outro Ministério, a não ser do Exército durante os quatro anos que lá participei. Só cuidava das contas do Exército.

Então, relatorias parciais que envolvam Ministério da Agricultura, Ministério disso ou daquilo, realmente não tenho nada a ver com isso, Sr. Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Agradeço ao Sr. Presidente a oportunidade e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

A Comissão tomará um intervalo de cinco minutos e voltará a reunir-se.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Retomamos a nossa reunião, concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, nobre Deputado Paes Landim, entendo que, do depoimento de V. Exª, alguns pontos ficaram para ser esclarecidos a posteriori, como a desproporção da movimentação bancária.

À acusação do José Carlos Alves dos Santos, V. Exª procurou justificar, demonstrando uma certa animosidade entre ambos. É inegável, V. Exª admitiu isso expressamente, que V. Exª recebeu ajuda ilegal para a campanha política, na medida em que pessoas jurídicas o ajudavam.

Agora, nobre Deputado, o que mais me deixou preocupado e que eu gostaria que V. Exª me esclarecesse, e talvez a toda esta Comissão, se refere não às emendas, sei que vultosas, em favor da Barragem de Jenipapo, mas uma vez que essas emendas vultosas eram direcionadas para a Barragem de Jenipapo e como a única concorrente e executora da obra era a SERVÁZ, e como, depois, numa pequena comissão nossa da CPI, no gabinete do Senador Luiz Alberto, Onofre Vaz declarou textualmente: o Sr. Onofre Américo Vaz, o Deputado Paes Landim, do Piauí também, é uma pessoa a quem sempre estavam pedindo-lhe que nos ajudasse, principalmente fizemos uma barragem em São João do Piauí, que é a terra dele, fizemos a Barragem do Jenipapo, uma de nossas maiores obras. Então, Onofre Vaz disse que pedia muito a sua ajuda para essa obra de Jenipapo.

A Revista Veja de 3 de novembro deste ano, à página 31, diz, textualmente: "O documento abaixo, escrito por um executivo da SERVÁZ, em 1991, que circulou na diretoria da empreiteira, trata da distribuição de propinas. Cifras e percentagens são expostas claramente, apenas não se emprega a palavra suborno." Descreve um quadro que seria esse documento: Brasília, nome: PL - Deputado Paes Landim, 3%, Jenipapo.

Gostaria, nobre Deputado, porque é fundamental para o meu juízo de valor, que V. Exª dê uma resposta satisfatória. Ou houve leviandade do Sr. Onofre Vaz, que chega às raíças da calúnia, em declarar que V. Exª o ajudava nessas emendas, principalmente Jenipapo; ou houve uma leviandade caluniosa da Revista Veja, fazendo referência a um documento que, frente ao nome de V. Exª, fixa o percentual de 3% para a obra de Jenipapo. É a única indagação que gostaria de fazer a V. Exª.

JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deputado Maurício Najar, o Senador Eduardo Suplicy, com mais elegância, fez a mesma pergunta que V. Exª.

Já explicitiei que a revista não traz informação oficial de nenhum diretor da empresa, quer dizer, é uma publicação baseada num suposto documento da empresa. O Sr. Onofre Vaz, aqui depondo na Subcomissão de Emendas, negou peremptoriamente o teor dessa entrevista, porque, se não o tivesse feito, eu o teria processado criminalmente.

Veja, aí há nomes, já expliquei aqui, de pessoas, inclusive autoridades, que tomaram providência contra a própria empresa no Piauí, como é o caso do eminente Governador, que denunciou à polícia federal como superfaturadas as obras das águas e esgotos de Teresina. Então, há um contra-senso nessa informação, eminente Deputado Maurício Najar. Quero dizer a V. Exª que os valores, as emendas orçamentárias não são vultosas.

Se V. Exª fizer um quadro comparativo de todos os açudes do Piauí, verá que é quem recebeu menor recurso. Basta dizer a V. Exª que tem uma barragem chamada Pedra Redonda, que começou esse ano, recebeu proporcionalmente mais dinheiro, esse ano alocado no orçamento, que a barragem nos cinco anos. Os recursos são modestos.

Não quero aqui em nenhum momento defender a empresa, seja quem for, o que interessa é que a obra seja feita. O DNOCS fez auditoria, aprovou, vem aprovando a construção da barragem, acha que a empresa vem atendendo o cronograma físico/financeiro. O Tribunal de Contas da União, esse ano, fez uma grande inspeção em obras do DNOCS, e não incluiu a barragem entre as obras irregulares. Mas, se desta Comissão sair um pedido, providências para que o Tribunal de Contas da União, autoridades governamentais tomem medidas a respeito disso, é que a empresa, por isso ou por aquilo, não tenha condições de implementar as obras é um problema que a mim não afeta, quero é a construção da obra, da barragem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nobre Deputado, só queria dizer-lhe que V. Exª disse que a minha pergunta não teve a elegância do Senador Eduardo Suplicy. Mas quero parecer que a minha pergunta, pedindo um simples esclarecimento, não tenha sido deselegante.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Desculpe-me V. Exª a interpretação.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu, se fui deselegante, peço desculpas a V. Exª.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu peço desculpas a V. Exª.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Apenas estou me referindo porque ...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Está certo. Um fato concreto, está aí numa revista.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O Sr. Onofre Vaz só prestou um depoimento. Depois, adoeceu e foi operado. Só prestou um depoimento nesta Casa, que foi no gabinete do Senador Luiz Alberto, se não me engano, por uma comissão nomeada pela Presidência. O que estou lendo é um trecho do seu depoimento taquigrafado. A minha indagação talvez viesse até em seu benefício, porque a mesma dúvida que paira sobre mim poderá estar pairando sobre todos. É este o aspecto da minha indagação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu lhe peço desculpas, Deputado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E eu gostaria de esclarecer que este é o único depoimento dele nesta CPI.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sinceramente, muito obrigado. Peço desculpas a V. Exª.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Talvez, nobre Deputado Maurício Najar, a interpretação fosse apenas pelo decibel de V. Exª acima do normal quando fez a leitura; mas, quando fez a indagação, foi tranquila.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Deputado Paes Landim, quando o Deputado Genebaldo Correia depôs nesta CPI, ele criou um certo suspense para revelar à Comissão e ao povo brasileiro que o dinheiro da sua conta estava inflado pelo que chamava de contribuições para campanha. Fez um certo suspense - volto a dizer - porque aquilo é ilegal. As contribuições de empresas e de pessoas para candidatos individualmente não correspondem à letra ou ao espírito da lei que vigorava naquele período.

Fiquei um pouco espantado, confesso, Deputado Paes Landim, porque V. Exª afirma que, na sua conta pessoal, aquele montante de dinheiro era fruto de contribuições de pessoas físicas e jurídicas para a campanha. E revela isso sem nenhum constrangimento. Espanta-me, nobre Deputado, porque, mesmo que reconheçamos que parte do Parlamento é eleito dessa forma, acho muito improvável que se misture conta pessoal com conta de campanha. Mesmo que tenha origem de pessoas físicas e jurídicas individualmente para um parlamentar, as contas de campanha são geridas de forma particular, privada; elas não podem se misturar com as contas pessoais, com as contas que V. Exª paga seus compromissos pessoais.

V. Exª tem algo a dizer sobre essa questão? V. Exª misturava as suas contas de campanha com as suas contas pessoais?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - É evidente, eminente Deputado Sérgio Miranda, porque, como eu não usava "fantasma", eu tinha que usar esses recursos efetivamente na minha conta.

Concordo com a preocupação ética de V. Exª, mas esse é um vício cultural que a lei oportunamente tentará corrigir com a lei aprovada agora.

Quero dizer a V. Exª que infelizmente esse é um vício internacional. Não sei se V. Exª leu o noticiário das últimas eleições legislativas na Rússia, mas, depois de 70 anos,

houve eleição legislativa realmente aberta e democrática. E o escândalo é que os jornais estão dizendo que o Sr. Vladimir Jirinovski?, que foi um dos grandes vencedores da campanha, recebeu vultosas somas para a sua campanha política para poder fazer sua campanha em toda aquela dimensão continental russa.

Então, veja, num país como esse, que teve 70 anos de princípios marxistas, socialistas, pregando a ética, pregando o respeito aos valores imateriais, se na primeira eleição esse vício também ocorreu, imagine, Deputado Sérgio Miranda, como não acontece em outros países!

Não quero discordar de V. Ex^a. Aliás, tenho acompanhado pela televisão, nem todos, mas grande parte dos depoimentos, e cito sempre V. Ex^a, até pelo tom de voz do homem aflito por esses tipos de problemas.

Mas eu, desprovido de qualquer patrimônio, sem nenhum bem, por que vou mentir para a Comissão a maneira pela qual, em 1990, esse dinheiro na minha conta? Devo confessar que recebi ajuda eleitoral!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O que não me parece correto, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Está certo, é um ponto de vista de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não é o fato de receber auxílio, porque isso mesmo sendo contra a lei essa - vamos dizer assim - é uma postura comum a um número expressivo de Parlamentares. Não todos, faço ressalva. Mas, o que me parece estranho - e que, naturalmente, leva esta CPI interpretar de forma diversa - é que não se mistura dinheiro de conta pessoal com o dinheiro que você gasta aqui, que cada Parlamentar gasta com sua família, com sua manutenção. Porque pode parecer, e a leitura pode ser feita, como algo identificando contribuições espúrias, individuais, para o Parlamentar.

Quero chamar a atenção desse fato porque considero que a CPI tem que se pronunciar sobre isso. Normalmente, a minha experiência de campanha mostra que as campanhas são feitas por contas, outras contas, do chefe da campanha, mas não com o dinheiro pessoal, que você faz o mesmo cheque para pagar a conta de um filho seu e para pagar uma despesa de campanha.

Eu queria entrar em um outro assunto, nobre Deputado Paes Landim. Na nossa subcomissão, analisando as emendas de V. Ex^a. Chama-nos atenção que V. Ex^a teve uma aprovação de emendas bastante superior à média, mesmo que nós excluamos dessas emendas, que estamos classificando como emendas de caráter institucional, principalmente, como a questão do campo de lançamento de Alcântara, do interesse do Estado Maior das Forças Armadas, que também considero uma experiência, uma iniciativa fundamental para o desenvolvimento tecnológico do nosso País.

Mas, mesmo descontando essas chamadas emendas institucionais, V. Ex^a teve uma liberação de 443% acima da média dos outros Parlamentares. Isso mostra que V. Ex^a era um homem...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Em que ano?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, no conjunto dos 4 anos, de 90 a 93. Fizemos um cálculo de dólar médio, que foi comum para todos os Parlamentares, e fizemos a comparação a partir desse dólar médio, de acordo com os dados do SIAFI e do PRODASEN e, assim, chegamos a esse resultado. Nesse sentido, V. Ex^a era um Parlamentar atuante na Comissão de Orçamento.

Então, perguntas-bem objetivas: V. Ex^a identificava um núcleo de poder naquela Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Veja bem, eminente Deputado Sérgio Miranda, sempre briguei pelas minhas emendas. E V. Ex^a pode notar que o ano que mais aprovei emendas foi este ano, que não era membro da Comissão, e tive discussões sérias com o relator da área de transporte, por exemplo, em que a Revista *Veja* registrou, na sua penúltima edição do ano passado, porque ele deu recurso zero com a estrada do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, a BR-020. E essa discussão foi tão importante, na madrugada, fui até um pouco áspero, que ela resultou em efeito, o Sr. Relator-Geral resolveu aproveitar a minha emenda e tive 140 milhões de cruzeiros reais aprovados, o dobro da Emenda Jenipapo, só nesta estrada do Exército.

Então, sempre fui lutador. Sempre gostei de brigar pelas minhas coisas. Quer dizer, é evidente, se eu responder a V. Ex^a de um núcleo ou não dominador na Comissão - eu não sei - só sei que a Comissão era um campeonato de exaustão física. Quem não tiver saúde para ficar lá varando madrugadas, fins de semanas e não tiver paciência para isso; realmente não conseguia aprovar emendas porque a desorganização é tão grande! Por isso advoguei a idéia na emenda LDO, em 1991, que devia-se voltar à tradição republicana, de que se até 30 dias antes, no término do exercício parlamentar, do ano parlamentar, não se aprovasse o projeto do Governo, que se remetesse à sanção o projeto, com a devida atualização monetária.

Só com isso, acho que o Congresso vai se galvanizar, vai se organizar, e vai querer dar transparência e votar com rapidez e mais organização o Projeto de Lei Orçamentária.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Deputado Paes Landim, não estou fazendo nenhuma acusação a V. Ex^a. A minha pergunta se prende...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, não entendi como tal.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não é uma questão pessoal não. Apenas, queríamos uma colaboração para a CPI.

O SR. JOSE FRANCISCO PAES LANDIM - Certo.

O SR. SERGIO MIRANDA - Queremos que V. Ex^a, por ser uma pessoa ativa na Comissão de Orçamento, nos informasse sobre a mecânica do funcionamento interno.

No primeiro depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, o Deputado Benito Gama perguntou ao Sr. José Carlos Alves dos Santos se ele tinha conhecimento de que algumas sub-relatorias custavam dinheiro; se eram pagas a dinheiro para que determinado Parlamentar ocupasse aquela sub-relatoria. V. Ex^a tem conhecimento desse fato? Como eram divididos as sub-relatorias? Como havia um certo rodízio entre as sub-relatorias mais importantes, V. Ex^a pode colaborar com esta CPI dando essa informação?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deputado Sérgio Miranda, eu já disse desde o início do meu depoimento que fui alçado à condição de membro da Comissão de Orçamento por uma circunstância. O Deputado José Lourenço me disse que os militares, os assessores do Exército, desejavam uma pessoa que tivesse um certo nível de relacionamento com eles e que não deixasse mexer nos recursos das Forças Armadas, sobretudo do Exército. Essa condição manteve durante os quatro anos em que fiquei na Comissão. Quer dizer, nisso que V. Ex^a sabe. Eu disse, certa feita, acho que se o Exército tivesse condições de propiciar favores a quem quer que seja, tenho certeza que todos os recursos rodoviários do Exército seriam liberados. Quanto a isso, estou tranqüilo, porque o Exército não tem caixa 2. Então, ter sido o Relator do Exército é uma honra para mim. Não tenho nenhuma informação a dar a respeito de mais sub-relatorias.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A última pergunta é menos que uma pergunta, mais uma informação a V. Ex^a. Aquela matéria que saiu na revista *Veja*, que vincula V. Ex^a a uma determinada obra da Construtora Servaz, aquele conjunto de documentos foi entregue também à CPI. Por ter sido entregue de uma forma não assumida pelo autor, a CPI não está considerando esses documentos como elemento de prova, mas são elementos de análise.

Quero alertar V. Ex^a para o fato de que tem o nome da V. Ex^a, PL...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - ... Deputado Paes Landim, 3% de Jenipapo, e fixa uma contribuição em vários meses. No mês de janeiro de 1991, 2,5; no mês, 4; no mês de abril, 2,5; no mês de maio, 1,8. Total: dez mil e oitocentos. Não sabemos em que moeda isso... Queria apenas alertar V. Ex^a que entre os parlamentares que estão incluídos nessa relação fornecida à CPI por um ex-executivo da SERVAVZ que o Sr. Onofre Vaz identifica quem seria esse executivo que vazou essa informação da SERVAVZ, V. Ex^a está numa situação das mais complicadas principalmente pelo fato de que o Açude Jenipapo, é um açude que V. Ex^a, de forma contínua, fez emendas - isso não vale como acusação -, mas fez emendas, vinculando o nome de V. Ex^a àquele açude. Apenas para informação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quer fazer alguma ponderação?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Essa resposta ao Deputado Sérgio Miranda foi praticamente a mesma que já dei ao eminente Senador Suplicy e ao Deputado Maurício Najar. Então, como o documento não tem nenhum caráter oficial, nenhuma autoridade, diretor da empresa assumiu a sua paternidade, porque até se tivesse feito, eu teria tomado as providências criminais cabíveis, eu efetivamente acho que as respostas que já dei já são suficientes para explicitar o questionamento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Paes Landim, no exercício de 1991, V. Ex^a fez gestões junto ao Dr. Egberto Batista então Secretário do Desenvolvimento Regional, pleiteando alocação de recursos que seriam aplicados no Açude de Jenipapo, originários dos Programas PIN/PROTERRA, seria para construção de barragens; e do PAP, para viabilizar apoio à irrigação?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Veja bem, eminente Deputado Luiz Máximo, foi muito importante a sua pergunta. Em 1991, estive em Washington, numa visita ao Banco Mundial, conversando com o ex-Diretor do DNOCS, chamado José Ribamar Simas. Infelizmente o Brasil deixa um homem desses ir embora assim sem mais nem menos; foi demitido pelo Presidente Collor; foi Diretor do DNOCS na gestão do Presidente Sarney.

Esse rapaz fez um concurso para o Banco Mundial, chefiava até o ano passado a carteira do México. Este ano está chefiando a carteira da África, do Banco Mundial.

Visitando-o em Washington, ele disse: Landim, o Piauí tem 3 barragens importantes - estou dando a opinião dele, não quero, com isso, desfigurar as demais barragens - se nós conseguirmos, no Piauí, a construção da Barragem do Platônico Guadalupe, a Barragem do semi-árido de Jenipapo e a barragem na região do Gurguéia, onde avançam as grandes fronteiras agrícolas do cerrado, o problema do Piauí está resolvido. E acho que você deveria já, junto às autoridades do seu Estado, porque recursos do Banco Mundial só podem ser adquiridos através do Estado, junto ao Sr. Governador, começar a estudar mecanismos que pudessem incluir um processo de irrigação que só pode ser depois da construção da barragem dentro do programa do Banco Mundial.

Deu-me todas as instruções, conversei com o Sr. Governador e me deu as instruções para que eu procurasse, através do órgão, na época incumbido de gerar recursos do PIN - PROTERRA, iniciasse estudos nesse sentido.

Então, foi um aconselhamento que recebi do Dr. José Ribamar Simas, e como V. Exª sabe, só se tem estudos preliminares, não chegaram nem a ser feitos. A essa carta, o Dr. Egberto não deu a menor importância, mas é um assunto que espero retornar, de que no dia em que, efetivamente, for concluída essa barragem, que se tente, não através do setor público, mas do setor privado, o aproveitamento da perenização através de módulos de irrigação, a fim de atrair investidores de fora, japoneses, enfim, quem queira investir numa área perenizada.

Mas isso foi apenas uma precaução que tomei, porque esses processos de emenda de Banco Mundial são muito lentos e demorados.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, não teve desdobramento algum?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Nenhuma vinculação com a empresa em si. Isso posso garantir a V. Exª.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Paes Landim, V. Exª conhece o Município de Pedro II?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Conheço. Nunca fui votado lá, mas conheço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor conhece o ex-Prefeito Manoel Nogueira Filho?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Conheço, é irmão do eminente colega e Deputado Federal Cid Nogueira Lima.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor conhece o Sr. Marcos Patrício Nogueira, que é filho?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, não conheço. Conheço bem o ex-Prefeito Manoel Nogueira Filho, que foi Superintendente da LBA no Piauí. Conheço o seu irmão Cid Nogueira, que é Deputado Federal pelo Piauí, e o Deputado Etevaldo Nogueira, que é Deputado Federal pelo Ceará.

Conheci muito o pai, o velho e ex-Deputado Estadual, Manoel Nogueira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tratamento parlamentar, por obséquio.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Atendo, evidentemente, a solicitação de V. Exª, mas é que estou acostumado com o Regimento da Câmara e o Regimento da Câmara fala que ao dirigir ao parlamentar é senhor ou Deputado. Não sei se é V. Exª também, mas, não tem problema.

Antes que o Odacir vá pegar o Regimento, V. Exª tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª vai ler o Regimento da Câmara e vai verificar que a referência a ele é a terceiro; ao próprio é V. Exª. Queiram ou não, isso é um parlamento burguês, então, V. Exª tem que chamar pelo tratamento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Vou responder a V. Exª como um vereador da minha cidade, do meu tempo de vereador, respondia,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já dava tratamento de excelência.

O SR. LUIZ MÁXIMO - ...quando se pedia aparte a ele: V. Exª me dá um aparte? Ele respondia: Minha excelência não concede o aparte.

Então, minha excelência concorda com V. Exª.

Nobre Deputado Paes Landim, numa investigação desse porte, quando se pertence a uma subcomissão como eu pertenço, a uma subcomissão de subvenções, temos informações a respeito de muitos dados que permanecem isolados e nem sempre se consegue estabelecer qualquer liame entre eles. Mas, acho muito importante que as perguntas sejam feitas de maneira que toda e qualquer dúvida que possa pairar seja devidamente espancada.

E é exatamente dentro desse contexto que costumo fazer minhas perguntas que, às vezes, pode não aparentar para os que ouvem qualquer nexo de causalidade entre uma questão e outra. Mas é que ela sempre tem determinado objetivo, dependendo, evidentemente, das respostas.

Pergunto se V. Exª conhece Emani Soares Gomes Filho, que foi secretário da administração geral do Ministério da Ação Social.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, não tenho a menor idéia, Deputado Luiz Máximo, de quem seja.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Conhece Dona Iolanda Maria Brasil Aguiar, que foi Coordenadora de Orçamento e Finanças do MAS?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Dona Iolanda eu cheguei a conhecer.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor, alguma vez, fez gestões no sentido de se conseguir a concessão ou a liberação de subvenção social para a Prefeitura de Pedro II, ou para a Fundação de Serviço Social de Pedro II, designada pela sigla FUSOP?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Veja, nobre Deputado Luiz Máximo, eu nunca fui votado em Pedro II. Pedro II tem um eminente Deputado, filho da terra, Deputado Ciro Nogueira. Quer dizer, gestões necessárias para a prefeitura de Pedro II teriam que ser feitas através de seu irmão, do Deputado Federal da terra. Não haveria por que eu pedir por Pedro II. Sinceramente, aí tem o Deputado Ciro Nogueira, que é um ilustre filho da terra e representante de Pedro II, filho de lá.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Se V. Exª me permite a observação, sua afirmação eu recebo como procedente em termos. Procedente em termos porque esta CPI nos tem propiciado conhecimento de emendas apresentadas por Deputados, solicitações inclusive para outros Estados, onde, obviamente, ele sequer venha a ser votado.

É que eu faço estas indagações porque a Subcomissão de Subvenção Social, através do Tribunal de Contas da União, conseguiu levantar irregularidades gravíssimas no que diz respeito ao manuseio de recursos da União destinados tanto a essa Fundação, como também à prefeitura.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu quero até, se V. Ex.^a me permite, dar um esclarecimento.

Eu nunca fui votado em Pedro II e, agora, há até um fato constrangedor: o prefeito atual, embora eleito pelo PSDB, tem me procurado, visitei a cidade de Pedro II, agora, a convite dele, até um pouco constrangido, primeiro porque é de outro partido e, segundo, porque é a terra de um colega meu de bancada.

Então, a minha vinculação com Pedro II, neste momento, até se dá com o atual prefeito do PSDB, que derrotou o candidato do prefeito anterior. Não tenho, realmente, nenhuma ligação nesse sentido.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Paes Landim, apenas para esclarecer o Plenário, nem sei quem é o atual prefeito...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo, certo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - ... nem a que Partido ele pertence. Aliás, eu tenho uma preocupação muito constante.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eu sei.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Os nomes das pessoas envolvidas, para mim, são meros nomes, independentemente de sigla partidária.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Certo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E esses dados de que eu disponho são dados fornecidos pelo Tribunal de Contas da União, através de auditoria realizada por solicitação da nossa Subcomissão.

Nobre Deputado Paes Landim, se V. Ex.^a me permite, para encerrar, eu gostaria de retomar a questão das chamadas doações de campanha, que nós sabemos muito bem que antes da atual legislação essas doações eram proibidas. Tratavam-se de proibições desacompanhadas de preceitos sancionadores, ou seja, uma proibição desacompanhada de qualquer possibilidade de sanção.

Agora, o que me causa muita espécie, embora já tenha sido dito, aqui, que a regra sempre foi candidato receber doações, eu pergunto a V. Ex.^a, e V. Ex.^a é um advogado ilustre, pelo seu próprio *curriculum*, pelas suas próprias colocações, é pessoa afeita ao trato das questões jurídicas, se é ético, nobre Deputado, e me desculpe se lhe faço esta pergunta, mas eu tenho que fazê-la, uma pessoa, sabendo que a lei proíbe o recebimento de doações para campanhas, lei que foi elaborada pelo próprio Poder Legislativo, se as pessoas que recebem essas doações não demonstram preocupação contra a origem desses recursos e depois, como V. Ex.^a aqui mesmo colocou, que se sentia no dever moral, vamos assim dizer, de resguardar os nomes das pessoas que lhe fizeram aquelas doações, que ingressaram em sua conta bancária. Se V. Ex.^a entende ou não que isso representa a percepção de uma vantagem indevida e, ao mesmo tempo, a proteção de pessoas que teriam, no mínimo, cometido o ilícito fiscal com tais doações?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Deputado Luiz Máximo, por quem tenho o maior respeito, essa resposta dei ao Deputado Sérgio Miranda. Compreendo as preocupações de V. Ex.^a, acho que é o contexto cultural, a legislação brasileira veio atender agora a esse contexto. Todos os países democráticos e avançados do mundo têm legislação sobre esse tema e efetivamente seria difícil dar aqui uma explicação sociológica, de ciência política a V. Ex.^a. O certo é que o fato existe, é o contexto cultural, sei que eminentes políticos, homens públicos, de Estados mais avançados, que têm acesso aos meios de comunicação, de televisão, que é um povo que lê jornal, que vê televisão, é evidente que uma campanha dessas... Mesmo essa campanha exige - V. Ex.^a deve sentir-se um privilegiado se nunca precisou de apoio para a sua campanha. Porque mesmo uma propaganda, uma camisa, uma viagem, os deslocamentos, são gastos que o salário, mesmo sendo de um eminente Juiz de Direito, um Promotor, como foi V. Ex.^a, às vezes é insuficiente. São realidades que não posso omitir a V. Ex.^a. Não tenho patrimônio, acabei com todo ele em 1986 e com a ajuda de amigos e familiares foi que consegui disputar a minha reeleição.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, faço essa pergunta, por mais paradoxal que possa parecer, em benefício de sua própria situação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Muito obrigado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E a faço por essas razões, porque se há sobre V. Ex.^a suspeitas, meras suspeitas, e isso é fácil de se concluir pelo direcionamento das perguntas que aqui foram colocadas, por tudo isso que a imprensa publicou, que V. Ex.^a, em determinado momento, mais precisamente no ano de 1990, teria tido um acréscimo de movimentação financeira incompatível com a sua própria renda - está certo que isso é proveniente de amigos que o ajudaram na campanha - mas no momento em que V. Ex.^a não revela quem sejam esses amigos - não sei se V. Ex.^a concordaria comigo - faz fortalecer a suspeita, ou a ilação de que esses recursos seriam provenientes daquelas "propinas" que teriam sido insinuadas, digo insinuadas ou que se pode insinuar através daquele dossiê - vamos assim chamá-lo - ODEBRECHT.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Necessito, creio eu, fazer um observação para o Plenário da nossa CPI, e com vistas, especialmente, ao relatório do nosso prezado Deputado Roberto Magalhães.

Sempre temos dito aqui que o relatório não se irá exaurir na indicação de pessoas supostamente comprometidas a partir das inquirições que fazemos, mas sim a necessidade também de formular até projetos de lei, se for o caso, ou insinuar que eles possam ser apresentados, corrigindo aquilo que tem sido o trampolim através do qual as ações ilícitas têm sido praticadas.

Se não estou equivocado, ouvi, e alguém leu, que o próprio ex-Deputado Lula, hoje Presidente do PT, declarou que as doações em si não são necessariamente comprometedoras.

Já disse, num programa de televisão, muito visto, que achava uma imensa hipocrisia, Deputado Luiz Máximo - e me referia apenas às eleições majoritárias -, os candidatos em eleições majoritárias dizem que se elegem Presidente, vice-Prezidentes, Governadores, Senadores, apenas com os recursos próprios. Essa é uma imensa insinceridade.

O que nos cabe é tentar corrigir isso, para evitar perguntas dessa natureza, ou seja, se o próprio depoente considera ético ou não aquilo que ele faz.

A minha área, por exemplo, o meu Estado do Pará, cuja campanha majoritária é equivalente a de um Presidente da Colômbia, porque o Pará tem mais quilômetros quadrados que a Colômbia, é evidente que não pode ser feita apenas com um candidato que seja capaz de bancar, ele próprio, todas as suas despesas.

Então, é preciso acabar com isso. É preciso chegar a uma conclusão melhor do que a lei atual, que tenta melhorar. Creio e sugiro ao meu nobre Colega, Deputado Roberto Magalhães, que enfrentemos esse problema.

A pergunta que o Deputado Luiz Máximo fez a V. Ex^a, nobre Deputado Paes Landim, é muito inteligente - como é próprio de S. Ex^a - e tentou dar exatamente esta oportunidade: que V. Ex^a provasse que aquela possibilidade de uma simples ilação estaria espancada na medida em que V. Ex^a teria elementos próprios para mostrar como recebeu seus recursos sem que isso pudesse ter qualquer tipo de compromisso. Aí sim, a doação, que funciona como bumerangue - recebe para ter que dar depois de volta -, é comprometedora. E mais ainda - tenho cansado de dizer: essa história de falar em recursos de campanha como sendo saldos de recursos de campanha, considero imoral, porque não é possível que a pessoa se aproprie disso, a partir do momento que lhe foi dado como uma colaboração para sua eleição.

Aqui, temos certeza - e o Deputado Sérgio Miranda, como sempre cauteloso, disse: "com exceções" - de que há pessoas que até podem se eleger apenas pelo seu nome, pela bandeira que tem e, atrás dele, vêm as pessoas que o acompanham. Mas sabemos que uns são apoiados por sindicatos, pelos sindicatos de categoria econômica; outros, por categoria não econômica; outros são apoiados por empreiteiras que jogam nos dois times, que jogam nas duas pontas. É muito comum!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Todas as grandes jogam nos dois times. Jogam em três, se houver!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece-me, portanto, que é um objetivo importante que tiremos dessa pergunta do Deputado Luiz Máximo, da pergunta do Deputado Sérgio Miranda para termos uma tranquilidade.

Na minha área, a que me referi ainda há pouco, que é imensa territorialmente, para cumprirmos a Lei Etelvino Lins, Deputado Luiz Máximo, foi terrivelmente difícil, porque pede-se um eleitor que reme 4 ou 5 horas para chegar no ponto onde ele deve votar em sua seção eleitoral; vai remar mais de 4 ou 5 horas sem ter alimento, porque é pobre! E como disse o Deputado Paes Landim, essa cultura, esse caldo cultural que temos é que o eleitor chega querendo receber. Temos uma dificuldade muito grande de fazer com que ele vote pela sua consciência. Então, esse é outro problema importante para a nossa CPI.

Relativamente à minha insistência no tratamento regimental, não me tomem como obsessivo; não me tomem como um pernóstico que está apenas insistindo no tratamento de Excelência! É porque depende do depoente. Já houve depoente que se sentiu ofendido - inclusive o Deputado Luiz Máximo, que é um dos sempre presentes, deve lembrar-se -, porque percebeu, entendeu que o tratamento dado por um Deputado a ele, que também era Deputado, de senhor, era como se já estivesse sido cassado e não merecesse o tratamento regimental.

Então é uma questão apenas de melindre. Ora, se chamamos Excelência no tratamento burguês, na Revolução Francesa, era cidadão; ninguém desprezava o "cidadão"; cidadão Presidente, ou o que fosse. Na Revolução bolchevista, era "camarada". E agora vejo na Esquerda que ainda existe no meu País que o tratamento é "companheiro".

Então, de qualquer maneira, há um tratamento que é compatível com o tipo de entendimento que cada um tem. Não me tomem como pernóstico.

V. Ex^a trouxe a sua pitada de humor em bom momento, em boa oportunidade, quando falou na "minha excelência". A minha excelência - pego eu de empréstimo o tratamento de V. Ex^a - não quer exagerar, quer apenas que o Regimento seja cumprido.

Tem a palavra...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, já que V. Ex^a se referiu ao Relator, eu queria dar uma informação. Realmente, fui o Presidente da Comissão Especial que, na Câmara, preparou dois importantes anteprojetos de lei: o da lei partidária e o da lei eleitoral para 1994. Fui o Presidente, o Relator foi o Deputado João Almeida, do PMDB da Bahia. Com referência à Lei Eleitoral de 1994, o trabalho da Comissão se fez em cima de um anteprojeto que foi apresentado pelo Deputado José Dirceu.

Reputo o trabalho saído da Comissão um trabalho bom. Não foi formidável, porque eram 27 Deputados, das mais diversas tendências; levamos cinco meses para fazer esse trabalho.

Mas a verdade é que quando chegou, Sr. Presidente, no Colégio de Líderes, o projeto foi destroçado, a começar pelo fato de que os nomes dos doadores, que, segundo o anteprojeto da Comissão, seriam conhecidos após o pleito, a própria Justiça Eleitoral tomaria conhecimento dos doadores, por uma proposta de um deputado do partido de V. Ex^a passaram a ser ocultos; ninguém saberá o nome dos doadores, apenas dos números dos cheques e sem os Bancos, e só se poderá pedir o conhecimento dos nomes dos doadores se for pela via judicial.

Estou dando um exemplo, como outros e outros que foram trazendo a lei para o passado. Tentamos fazer um projeto avançado, mas os Líderes, não quero culpar todos, mas alguns deles, com certeza, trouxeram para o passado. Por quê? Porque estão interessados na permanência do clientelismo. Afinal de contas, meus amigos, meus companheiros (Posso chamá-los assim, porque não estou arguindo ninguém, nem estou sendo arguido.), um deputado...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pode chamar companheiro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Um deputado que chega aqui dispendendo dois milhões de dólares para ser deputado não representa povo nenhum; representa o seu bolso e os seus interesses. Esta é a verdade, e vai continuar muito tempo assim se não houver uma rebelião de baixo para cima. Lei não vai resolver. Enquanto houver ignorância e pobreza, haverá a mercadoria do voto; e enquanto houver a mercadoria do voto, a nossa democracia será capenga.

Desculpem, mas é só um desabafo. Quero dizer a V. Ex^a que fique tranqüilo que estou colocando alguma coisa sobre a legislação eleitoral, apesar de duas leis recentes, e quero dizer, sobretudo, que estou aberto a sugestões de todos e especialmente do Presidente, de quem tenho recebido tantas lições ao longo da vida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Eu estremeci ainda há pouco, mas estou calmo.

Deputado José Lourenço com a palavra.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, não quero ser cansativo, porque acho que o nobre Deputado Paes Landim já foi bastante claro na sua exposição, nos questionamentos que lhe foram feitos. Como o conheço há longa data e sei que é um homem sério e digno, apenas gostaria de comentar um fato que vi outro dia na televisão sobre esse negócio de doação para campanha.

Um nobre Senador, que no momento aqui não se encontra, no programa do Carlos Chagas, quando questionado sobre doações para campanha, disse: "- O que esse pessoal aí recebe, esses neo-liberais, naturalmente que sempre recebem em troca de favores. Como disse o PC, ninguém dá pelos seus bons olhos, mas dá em função de interesses." O Carlos Chagas, então, questionou e disse: "- Mas o senhor foi candidato a Vice-Presidente da República na chapa do ilustre Lula da Silva e nessa campanha houve também muitos recursos, jatinhos, out-doors, televisão, etc, essas coisas que acontecem em todas as campanhas. Como foram os recursos conseguidos?" Ah! Essas doações são ideológicas".

Era apenas o que queria esclarecer. De um lado são ideológicas, do outro lado são por compra, por pressão, por troca de favores. É este o quadro político do nosso País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a não faz perguntas?

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Não, estou satisfeíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, nobre Deputado José Francisco Paes Landim:

Abordando um aspecto, que já foi abordado aqui, do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, na sua denúncia inicial, ele estava apontando, quando interrogado pela CPI, pessoas que estariam comprometidas nesse esquema. E as repostas que deu às perguntas variavam. Para alguns, ele dizia: "- Já vi". Para outros, ele dizia: "- Não". Para outros, dizia: "- Também não me lembro de tê-lo visto". Para outros, ele dizia: "- Vê-lo, com certeza, também". E quando perguntado a respeito de V. Ex^a, ele respondeu: "- Paes Landim, com certeza!"

V. Ex^a quer acrescentar, ainda, algum comentário?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Deputado Zaire Rezende, se V. Ex^a continuar a leitura do depoimento dele - que estou sem ele aqui às mãos -, quando o Deputado Roberto Magalhães o interpelou, "- Com certeza?", ele disse: "- Não sei bem". Mais ou menos, em outras palavras, V. Ex^a deve continuar a leitura aí do depoimento dele.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Depoente, ...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Estou aqui, neste momento, sem o depoimento dele.

Se V. Ex^a me permitir, eu leio o depoimento. Vou ler para V. Ex^a a última resposta dele ao eminente Relator, Dr. Roberto Magalhães.

O SR. ZAIRE REZENDE - Será um prazer.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Mas eu não tenho ... as mãos, se V. Ex^a tiver aí...

O SR. ZAIRE REZENDE - Eu tenho a cópia apenas desse trecho.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Pois é, mas esse trecho não é o mais importante, é a pergunta final do Relator.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sim, mas consta dos Anais da Casa todo o depoimento.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Consta. Eu me esqueci de trazê-lo aqui, Sr. Deputado Zaire Rezende. Mas quando o Relator perguntou "Com certeza?", ele disse que não tinha provas. Tanto na revista como no depoimento dele.

O SR. ZAIRE REZENDE - Uma outra pergunta: V. Exª declarou não possuir bens imóveis, porém existe certidão, onde consta como de sua propriedade o Lote 10, Quadra 01, Setor 2, no Loteamento Verde Lar, chácaras residenciais em Teresina, Piauí. O que tem V. Exª a dizer a esse respeito?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Antecipei já esta resposta, explicando que, na Declaração de Bens, a única coisa que deixei de fora foi isso, porque isso foram honorários do Dr. Cláudio Pacheco, que fez um loteamento no Piauí em 1982. É um lote que está lá invadido, num bairro periférico de Teresina. E eu tinha sugerido ao meu irmão, que tem um programa muito bonito de cuidar de crianças de rua, registrou dezessete crianças em seu nome - estou repetindo a resposta - que ele organizasse uma associação e incluísse como bem da associação esse terreno lá. Ele não fez ainda por falta de tempo. É um homem que está defendendo uma tese, acabando de defender uma tese de doutorado no Estado de São Paulo, mas se a Comissão achar por bem que ele deva ser dado lá aos que invadiram o terreno, eu-aqui mesmo dou um documento. Não faço a menor questão desse bem.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Depoente, existe cópia de instrumento particular, na Subcomissão de Patrimônio Fiscal, onde consta como sendo de V. Exª, como tendo V. Exª comprado um Voyage CL, ano 1992, em 10 de janeiro de 1992, pagando como ágio 3 mil e 60 dólares. V. Exª quer comentar alguma coisa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, eu compreí; o cidadão tinha pago duas prestações do consórcio, foi sorteado no terceiro sorteio, e me passou. Quer dizer, fizemos uma negociação em que adquiri o carro dele através dessa terceira prestação. Não vejo aí nada que ... Não sei o valor exato, não tenho a menor idéia quanto ao valor.

O SR. ZAIRE REZENDE - V. Exª tem conhecimento de que a Fundação Amácio Teixeira, que já foi abordada aqui pelo Senador Garibaldi Alves Filho, composta por membros de sua família, encontra-se instalada em residência, cujo telefone é de propriedade da senhora sua mãe?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Não, veja bem, essa aí era a sede do Funrural. O senhor sabe o que era o Funrural, não é? O Funrural era a gente. E lá funcionou, durante mais de quinze anos, o Funrural, e esse telefone estava em condições de comodato e foi dado em comodato à Fundação. Num relatório que o Presidente da Fundação dirigiu ao eminente Senador Garibaldi ele diz: "telefone dado em comodato, onde funcionava o prédio do Funrural em São João do Piauí". Foi dado em comodato à Fundação. É o mínimo que se podia fazer.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo. Mas o relatório do Tribunal de Contas da União...

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Com certeza, ele não teve acesso ao contrato de comodato ou o omitiu, mas, com certeza, isso será encaminhado no momento em que a Fundação for notificada pelo Tribunal.

O SR. ZAIRE REZENDE - Ainda voltando a perguntas também que já foram abordadas parcialmente, eu diria "também em documentos da SERVAV quando do Orçamento de 1992, o nome de V. Exª encontrado vinculados a seguintes obras: DNOCS, Jenipapo, Água de Teresina, esgotos, Picos." Deseja V. Exª fazer algum comentário?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Já respondi que a única emenda minha, que em processo licitatória, essa empresa, felizmente ou infelizmente, ganhou foi Jenipapo. Em Picos, o prefeito é um grande amigo meu, grande líder político, tenho certeza de que essa empresa nem sei se conhece Picos. Não tem o menor fundamento isso.

O SR. ZAIRE REZENDE - Um outro assunto que também já foi abordado, quero apenas fazer um registro.

Temos aqui em mãos a análise dos seus rendimentos e dos seus créditos. O total de créditos, nesses cinco anos, constou de um milhão seiscentos e noventa e nove mil e seiscentos dólares, e rendimentos, que são declarados, trezentos e oitenta e sete mil setecentos e vinte e quatro dólares, ou seja, existe uma diferença, sem uma origem, de um milhão trezentos e onze mil oitocentos e setenta e seis dólares.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Deputado Zaire Rezende, respondi, mais faço questão de fazê-lo novamente. Já disse a V. Exª que o meu contador não bate com esses números, os diminuí em quantidade mesmo. Mas não quero discutir isso, porque como tive acesso aos documentos da Subcomissão de Bancos espero ela comprovar esses rendimentos.

E quero dizer mais a V. Exª: aí não se incluem, com certeza, salário da Universidade de Brasília, do CEUB, conferências, empréstimos tomados como adiantamento, empréstimo do IPC, rendimentos de honorários advocatícios. Tudo isso, na hora em que tiver acesso aos documentos da Subcomissão de Bancos, prestarei os devidos esclarecimentos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Costa Ferreira, que é último dos inscritos como suplente.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Deputado Paes Landim:

No decorrer da sua exposição, enumerei várias perguntas. Todavia as interrogações dirigidas a V. Ex^a foram respondidas. Ante o exposto, considero-me satisfeito e desisto de fazê-las.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Costa Ferreira.

Concedo a palavra como o último inscrito o nobre e talentoso Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente, apesar de interromper aqui um conchavo muito frutífero, vou fazer a pergunta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Conchavo entre o conservadorismo e o revolucionarismo eu não sei o que dá!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois é um conchavo entre o Deputado Roberto Magalhães, que tenho notado e estava lembrando a ele que tem votado muito comum aqui na Casa, na Comissão de Justiça e com o meu amigo Benito Gama, portanto um conversa altamente proveitosa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, veja V. Ex^a quando votamos com aquilo que V. Ex^s chamam que é ideológico, estamos provando que não temos nenhum tipo de constrangimento e de preocupações.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E a S. Ex^a, da esquerda também, tem que ter essa visão plural, sem nenhum preconceito.

Sr. Presidente, quero fazer ao nobre Deputado Paes Landim duas perguntas, não sobre emendas e nem sobre contas bancárias, que não é a minha área. Mas há duas questões sobre as quais gostaria de obter esclarecimento: a primeira é sobre o Orçamento de 1991 para 1992.

Considerando que V. Ex^a foi Relator de uma área do Orçamento relativamente simplificada, é uma área, como o caso das Forças Armadas, é uma área que não tem a complexidade de outras áreas do Orçamento, e eu me lembro que do Orçamento de 1991 para 1992 tivemos um problema nessa área, gostaria de ouvir os esclarecimentos de V. Ex^a a respeito.

O relatório aprovado da Comissão Mista do Orçamento, pelo que foi divulgado, pelo que conversamos aqui na Casa, não foi bem o relatório final do Orçamento. Houve um problema de cortes em torno de 3% - parece-me que se comentou em torno de 3% do que foi aprovado na Comissão e, depois, na Redação Final.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Das Forças Armadas?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Das Forças Armadas. Inclusive, isso gerou alguns problemas na discussão do Orçamento.

Considerando que V. Ex^a foi o Relator dessa área, e é uma área relativamente simples, e considerando que houve esse corte - tentamos inclusive ver o que o havia motivado, se foi para incluir outras emendas ou não -, eu perguntaria a V. Ex^a, nessa passagem da Comissão de Orçamento para a Redação Final, o que houve, porque também queremos ter informações e elementos para avaliar melhor a feitura do Orçamento nesse ponto em que, muitas vezes, sai da Comissão. E, entre a Redação Final, há uma diferença: envolve, às vezes, Deputados, Ministérios. Mas eu me lembro que, em 1991, envolveu o Orçamento de conjunto das Forças Armadas.

Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a o que houve, o que foi trocado, o que entrou no lugar, porque o valor total já estava definido pela Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a delicadeza da atenção do Plenário.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eminentíssimo Deputado José Genoíno, uma das pessoas mais combativas desta Casa, e eu digo sempre que o Parlamento precisa de pessoas como o Deputado José Genoíno, exatamente pela maneira ativa e corajosa com que sempre se houve nas suas ações nesta Casa.

Confesso a V. Ex^a, Deputado José Genoíno, que também fiquei sabendo pelos jornais desse corte. No dia em que foi publicado no Diário Oficial o Orçamento de 1992, amigos militares me telefonaram perplexos.

Agora, o que eu quero dizer a V. Ex^a - e acho que o Relator da época, o Deputado Ricardo Fiuza, talvez por um gesto de grandeza, enfim, não quisesse criar mais nenhuma complexidade às divagações a respeito do Orçamento de 1991, ele assumiu o Ministério da Ação Social em 12 de janeiro. E esse Orçamento - é isso que acho um erro; não devíamos votá-lo se até trinta dias antes do exercício parlamentar, do ano parlamentar. Como consta em todas as Constituições republicanas, se o Orçamento não tiver sido aprovado, remeta-se à sanção presidencial o projeto, com as atualizações monetárias. Essa era a atração republicana, que, em 1988 acabou. Então, ficou o Orçamento, por dois meses, rolando.

O José Carlos Alves dos Santos, que era o técnico e entendia de decodificação, de números, de como incluir receitas, de como incluir despesas - ficou até no DOU completando esse Orçamento - pelo que os jornais falam, a impressão que tenho é que, neste caso, deveria ser apurado efetivamente até que ponto ele não ajudou a interferir nesse corte

para atender interesses outros. Foi um corte lamentável e que ainda hoje ocasiona problemas lamentáveis às Forças Armadas.

Mas eu, infelizmente, não sei dar a V. Ex^a uma resposta objetiva.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A outra questão, nobre Deputado, e agradeço as palavras de V. Ex^a, diz respeito aos créditos suplementares. Temos falado muito aqui no Orçamento, mas existe uma outra questão relacionada com o Orçamento que são os créditos suplementares. E em se tratando de crédito suplementar, a possibilidade de irregularidade é muito maior, porque é automática a liberação. Já vem o carimbo no crédito suplementar. Considerando que tivemos vários créditos suplementares aqui na Casa de 1989 até hoje, até recentemente, e dessas áreas V. Ex^a tem sido, em alguns créditos suplementares, o Relator setorial de parte do crédito suplementar, tenho insistido se na origem do crédito suplementar que vem para o Congresso, se já não estão amarrados alguns acordos entre Parlamentares, empresas privadas e o Executivo, tendo em vista que, de vários créditos suplementares, V. Ex^a foi o Relator.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Eminentíssimo Deputado José Genóino, fui, efetivamente, Relator de alguns créditos suplementares, mas, praticamente, se V. Ex^a observá-los bem, 80 a 90% é das Forças Armadas. Todas as vezes em que chegavam créditos suplementares, geralmente já indicava para que eu fosse Relator das Forças Armadas. Esses créditos suplementares foram sempre pautados dentro do mais rigoroso critério de necessidades operacionais da tropa e dos Ministérios militares. Eu não tiro de V. Ex^a a sua dúvida, a sua inquietação de que esses créditos suplementares são uma maneira muito espaçada. Não se cumpre o Orçamento, contingencia-se o Orçamento, participou do Orçamento e, depois, vêm as recompensas dos créditos suplementares. Deve ter, aí, realmente, um jogo por detrás, mas que, honestamente, não sei dizer a V. Ex^a como, de que maneira e se, efetivamente, ele existe. Não saberia dar-lhe uma resposta concreta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado. Sr. Presidente, eu gostaria de finalizar sugerindo - até porque eu só posso fazer isso em reuniões públicas porque respeito a decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só é mais favorável a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu considero muito importante as preocupações do Relator em relação às sugestões de reformas no Congresso, na tramitação do Orçamento. A preocupação do Relator, desde quando integrou a Comissão Mista, aquela Comissão Especial do Regimento Interno, na discussão da Lei eleitoral e mesmo em conversas informais o nobre Deputado Roberto Magalhães tem se manifestado porque nós temos que apresentar ao País uma espécie de prevenção nas normas de funcionamento do Congresso e do Orçamento para dificultar esse processo perverso porque, hoje, nós estamos, aqui, com esta CPI. Portanto, eu me coloco à disposição do Relator para, em matéria de Regimento Interno, de sugestões...

Por exemplo: quanto a essa questão dos créditos suplementares que estamos investigando pouco, temos que colocar na nova sistemática do Orçamento algum tipo de ferrolho nesse problema do crédito suplementar porque me parece que ele passa à margem com uma facilidade enorme porque é automática a liberação. O Orçamento ainda tem a aprovação e a liberação. No crédito suplementar, a liberação é automática. O que está ali é certo, é fechado e, muitas vezes, eu acho que temos que colocar certas condições, certas exigências para que exista mensagem de crédito suplementar para que tenhamos um Orçamento de verdade. e não um Orçamento que é feito e, depois, é desfeito pelo crédito suplementar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Veja V. Ex^a que entre outras sugestões que, certamente, surgirão no nosso trabalho, aqui, uma é do Sr. Deputado Odacir Klein à qual eu aderi de pronto: é regulamentarmos os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito - mistas ou não.

Por exemplo: nesta questão em que estamos fazendo a recomposição cronológica da tentativa feita pelo Deputado Jaques Wagner e o Senador Eduardo Suplicy, tivemos um arquivamento da CPI que tinha sido solicitado, de acordo com o Regimento, falando em extinção do seu prazo. Ora, se o prazo, como está no Regimento do Senado, é contado a partir da leitura e, consequentemente, da criação da CPI, e não da sua instalação, foi exatamente o que acabou acontecendo: seis meses depois, a CPI não havia sido instalada e foi prejudicada. Eu acho que é uma matéria que nós, também, vamos agradecer ao Deputado Odacir Klein que vai começar a trabalhar nesta matéria, e eu me proponho a ser auxiliar dele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, V. Ex^a permite fazer, aqui, uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a já sabe, mas eu acho que o plenário não sabe, ainda, que no mesmo dia em que foi arquivado o Requerimento de CPI que propunha uma devassa na Comissão de Orçamento, também o foi o importante Requerimento, liderado pela Deputada Jandira Feghali, que pretendia uma devassa na CEME, àquela altura, em 1991, um órgão onde se sabia que a corrupção era imensa e, no entanto, fez-se o arquivamento, e o País perdeu a oportunidade de, numa hora melhor, numa oportunidade melhor, ter flagrado um quisto de corrupção como poucos neste País já se conheceu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Ex^a. pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - É para dar uma informação relevante à CPI e ao Sr. Relator. V. Ex^a se lembra que, quando acabaram as arguições, perguntou se faltou algo, e eu disse que faltava conhecer melhor o objeto da NECLA S.A., Empresa que havia feito uma doação de uma perua D-20 ao Deputado Paes Landim. O meu gabinete telefonou à NECLA e lá fui informado que o Sr. Luiz Gonzaga de Barros Mascarenhas é o Diretor responsável pela empresa e controlador principal, mas está viajando. Mas o Sr. Superintendente Mário Auguberto de Almeida informou que a NECLA S/A mudou de controle em 1984. Ela já teve a denominação de Necla Construções S/A. Hoje, ela controla basicamente duas empresas: a Companhia Brasil Rural, que produz equipamentos para irrigação, como tubulações, aspersores - é um nome que eu não conhecia mas refere-se àquelas torneiras que soltam água, os especialistas em irrigação conhecem bem -, tem uma fábrica em São José do Rio Preto, e também uma empresa de materiais de construção em Santa Catarina. Informou que de fato o Deputado Paes Landim foi um advogado, durante a década de 80, e que mantém conta aberta com a NECLA.

Eram estas as informações que considerei relevantes para completar o quadro, quem sabe...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Relator se vai inquirir ainda?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, Sr. Presidente, apenas eu queria, como tenho feito aqui com outros depoentes, por uma questão de lealdade, já que aqui estamos atrás da verdade e não de punir companheiros, dizer ao Deputado Paes Landim que não esqueça de apresentar os seus números à Subcomissão de Bancos e não somente de 1990 mas também dos outros anos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Pois não. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente deseja inquirir, não? O depoente ainda quer fazer alguma consideração final?

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - Sr. Presidente, quero só agradecer a V. Ex^a, aos membros da mesa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fale ao microfone.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM - ...ao Senador Eduardo Suplicy, a todos os parlamentares, mesmo os que arguíram com mais veemência, como o bravo Deputado Luiz Salomão e o Deputado Aloizio Mercadante, porque sei que isso faz parte do processo parlamentar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós teremos uma reunião às 17:00 horas dos coordenadores das Subcomissões com a Mesa e com aqueles membros dos partidos menores que já estão admitidos nessa coordenação.

Se o depoente previsto para amanhã pela manhã, que é o Sr. Roberval, não puder vir, porque se encontra em Angra dos Reis, então, farei uma reunião interna pela manhã em decorrência e em desdobramento da nossa reunião com os coordenadores hoje a tarde. Caso contrário, se o Sr. Roberval mantiver a vinda que está em contato com o Senador Eduardo Suplicy, então, devo alertar que provavelmente precisarei fazer esta reunião interna, logo depois de concluída a reunião com os coordenadores, porque temos assuntos importante para discutir em relação a governadores, ministros e outras convocações.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda hoje. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13hrs37min)

Depoimento do Sr. Deputado Carlos Benevides

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a reunião, que tem a finalidade de ouvir, em depoimento, o nobre Deputado Carlos Benevides.

O Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Carlos Eduardo Benevides Neto.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. CARLOS BENEVIDES - 37 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. CARLOS BENEVIDES - SQS 311 - Bl.B - Ap. 202.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Engenheiro Civil.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce a atividade?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que nos coloquemos de pé para ouvir o compromisso. (Pausa)

Já que estamos todos de pé, ouço o compromisso do nobre Deputado.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Carlos Benevides, de acordo com o que tem sido feito aqui, normalmente, V. Exª poderá dispor, em desejando, de uma hora para uma exposição preliminar.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Presidente, em apenas 10 minutos, vou procurar sintetizar de uma maneira mais simples a minha trajetória política, desde os 22 anos até o dia de hoje.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas:

Não estou aqui, com esta exposição inicial, para formular minhas razões de defesa. As razões de defesa supõem sempre razões de acusação. Para honra minha, não me defronto com nenhuma acusação ponderável, a não ser a vaga e inconsistente alegação do Sr. José Carlos Alves dos Santos, com algumas ressalvas explícitas, conforme se infere de seu depoimento a esta Comissão, à página 47, in fine:

"Volto a ressaltar que não posso garantir que eles saibam do esquema de dinheiro. Não sei se eles sabiam disso, mas desse esquema de subvenções sociais, em que alguns Parlamentares poderiam indicar a posteriori do Orçamento - quer dizer, ao Deputado João Alves - entidades e prefeituras suas para serem contempladas, eles sabiam, com certeza."

De meu conhecimento, é o que existe sobre mim nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, a que compareço, pelos motivos que o Senador Jarbas Passarinho declinou na reunião administrativa de 4ª feira passada.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, eminente Relator, Srs. Parlamentares:

Aos 22 anos, obtive o meu primeiro mandato à Assembléia Legislativa do Ceará, seqüenciado por um outro, o que me permitiu alçar-me à Vice-Presidência da Mesa Diretora pela unanimidade de meus pares naquela Augusta Casa.

Em 1986, já aos trinta anos, arrisquei-me a disputar o mandato de Deputado Federal, elegendo-me para compor a Assembléia Nacional Constituinte e o Congresso Ordinário, na legenda do meu partido, então presidido pelo extraordinário homem público Ulysses Guimarães, cujo gabinete tenho a honra de hoje ocupar no Anexo IV. No pleito de 90, vi-me reconduzido à Câmara dos Deputados para o exercício de novo mandato, tendo por preocupação maior o correto desempenho de minhas atividades parlamentares.

Sem freqüentar com assiduidade a tribuna, mas procurando, nas Comissões Permanentes, nas de Inquérito e nas Especiais, atender, sem negligência, aos meus encargos legislativos, esforcei-me para garantir às minhas bases eleitorais, através de prefeituras e entidades assistenciais, os benefícios do Governo sob as mais diversificadas modalidades, desde os recursos orçamentários carimbados, os consequentes de dotações globais, de convênios, de projetos especiais, enfim, algo pudesse positivar uma ação proficiente, voltada para o interesse público.

Sr. Presidente, tenho uma visão diferente do Deputado Messias Góis quanto aos recursos orçamentários carimbados. Nos ministérios, geralmente, dinheiro carimbado é aquele cuja emenda do parlamentar foi aprovada pelo Congresso Nacional e não aqueles que já vêm carimbados do Executivo.

Em sete anos como Deputado Federal, nunca pertenci à Comissão de Orçamento, apesar de o meu pai haver presidido, por dois anos, o Congresso Nacional, não lhe sendo tão difícil, por isso, interceder para minha inclusão naquele Colegiado, à época composto por 120 titulares e 120 suplentes.

As emendas que, a duras penas, vi acolhidas exigiram esforço inaudito junto aos relatores parciais, aos líderes e vice-líderes, ao Relator-Geral, ao Presidente da Comissão, ou seja, a todos que, de certa forma, possuíam alguma alçada decisória capaz de viabilizar as minhas iniciativas.

Proporcionalmente, sempre fui um desfavorecido no cômputo de emendas aprovadas e rejeitadas, sem que isso, a cada ano, fosse fator de desestímulo para a ação que me propus desenvolver em prol do Ceará.

De temperamento arredo, era compelido, às vezes, a esperar horas seguidas para abordar um relator parcial ou até mesmo o Diretor da Subsecretaria de Orçamento do Senado, José Carlos Alves dos Santos, a fim de expor a justiça das minhas postulações.

O que obtive, em termos de emendas incluídas na Lei de Meios da União, foi fruto de um afã incessante, acompanhado por prefeitos, presidentes de diretórios municipais e outras lideranças prestigiosas em cidades mais diretamente vinculadas ao meu comando político.

Estive várias vezes presente em gabinetes de ministros para levar as reivindicações mais prementes de meu Estado. Basta recordar que, em graves dificuldades climáticas, fui recebido por presidentes da República, por ministros de Estado, como Margarida Proença, Ricardo Fúlza, Jutahy Magalhães Júnior e Alexandre Costa, levando-lhes apelos dramáticos para as zonas mais diretamente afetadas pela calamidade.

O testemunho de todos eles para a incontestável legitimidade do que pleiteei sempre esteve representado nas autorizações de despesas, acompanhadas pessoalmente por mim, para impedir embargos processuais na tramitação respectiva.

Reclamei de prefeitos e presidentes de entidades a regularização de dívidas com o INSS, com o Fundo de Garantia, com a prestação de contas de verbas anteriores, numa gigantesca e cansativa peregrinação que, muitas vezes, resultou profícua para obras de indiscutível proveito de expressivos segmentos populacionais.

Nas dotações destinadas às subvenções sociais, empenhei-me para enquadrar corretamente entidades idôneas, sem qualquer suspeita de conotação fantasma - palavra-chave nos últimos tempos, até mesmo em contas bancárias abertas em poderosos estabelecimentos de crédito.

Alinham-se, entre tais entidades, organizações seculares como o Instituto do Ceará - destinado a pesquisas históricas e antropológicas - e a vetusta Academia Cearense de Letras, que antecedeu a própria Casa de Machado de Assis, hoje dirigida pelo escritor Josué Montelo.

Não presido a nenhuma dessas instituições, nem tenho parente próximo com tal responsabilidade, embora meu pai, para honra de nossa família, seja membro vitalício daqueles dois órgãos explicitamente aqui referenciados.

Um jornal de circulação nacional enviou ao meu Estado a chefe de sua sucursal no Nordeste, a fim de visitar, na capital e interior, todas as entidades para as quais obtive subvenção social, localizando-as com precisão, visitando-as no nítido propósito averiguatório para identificar desvio de recurso ou até inexistência da instituição contemplada e das obras custeadas pela União.

Esta mesma Comissão ouviu parlamentares que contemplaram, com alguns milhões de dólares, instituições pelos mesmos presididas, valendo ressaltar que as por mim obtidas não ultrapassavam a quantias reconhecidamente razoáveis e até ínfimas.

Não vim aqui, porém, para acusar ninguém. Vim com a intenção clara e definida de oferecer amplos esclarecimentos que possam dissipar as dúvidas que remanesceram em função da entrevista do Sr. José Carlos Alves dos Santos à revista *Veja*.

No famigerado relatório ODEBRECHT, peça subsidiária de que se tem valido esta CPI para aprofundar nas suas investigações, não fui sequer mencionado entre os que receberam uma agenda de anotações telefônicas, nem mereceriam o cogitado apoio nas eleições de 1994.

Bendita omissão, que pode significar um dado a mais na proclamação da postura retilínea que tenho procurado adotar na vida pública do País.

Sr. Presidente, Sr. Relator, as subcomissões, na tarefa ingente a que se entregaram, ofereceram-me os dados indispensáveis a uma avaliação dos atos que pratiquei ao longo dos últimos cinco anos.

A movimentação bancária a que estive submetido enquadrou-se nos meus padrões de rendimentos, guardando compatibilidade com a remuneração auferida no cumprimento do mandato e também com outras fontes de recursos do conhecimento daquela subcomissão.

Por outro lado, a variação patrimonial mostrou-se igualmente compatível, tendo eu comparecido à respectiva subcomissão para oferecer ao seu Coordenador, demais membros e assessores esclarecimentos sobre os bens de que sou possuidor, assim como os de meu avô Carlos Eduardo Benevides, que, nos seus 90 anos, embora debilitado fisicamente, mas bastante lúcido, também acompanha - constituinte de 1934 e deputado estadual até 1979 -, os trabalhos deste Órgão. A sua liderança política fê-lo dilapidar, a cada pleito, o patrimônio que possuía para garantir a liderança política de nossa família, desde os meus bisavós, nos municípios de Guaiuba, Pacatuba, Itaitinga e Quixeramobim.

Quatro gerações, portanto, de Carlos Eduardo Benevides, o avô; a Mauro Benevides, o pai; de Carlos Benevides, o neto; e aos meus filhos Nicole, Eduardo e Diego, os bisnetos, foram listados em todo o País e no exterior na mais abrangente das investigações de que se tem notícia nos fastos da vida cartorária brasileira. Nada foi encontrado capaz de comprometer a austeridade em que sempre se comportou nossa família.

Sr. Presidente, Sr. Relator, ao término dessa estressante labuta, vejo-me convocado para a prestação de um depoimento sob as vistas atentas de telespectadores, radio-ouvintes e os leitores de toda imprensa, com o desgaste político e moral irreparável, embora o faça de consciência tranquila, com a assistência de dezenas de amigos e correligionários, que nos mais distantes rincões do Ceará partilham desta hora amarga quando, sem nenhum indício de comportamento antiético, vejo-me compelido a defender a minha honra de político e a minha dignidade de cidadão.

O meu filho mais velho, com a percepção aguçada pelos seus doze anos, sofre interpelações de seus colegas de classe sobre a minha conduta, que ele deseja exemplar, sobretudo nos dias em que a mídia, com mais intensidade, passou a anunciar a minha vinda a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A minha adolescência - e V. Ex^a bem o sabe, Sr. Presidente - foi toda ela passada em Brasília, quando, com frequência, vinha às galerias do Senado, para ouvi-lo e aos demais líderes da época, como Paulo Brossard, Petrólio Portella, Marcos Freire, Franco Montoro e tantos outros.

Na UnB, onde me graduei em Engenharia Civil, assistia, como partícipe discreto, mas solidário, às manifestações de rebeldia que objetivavam apressar a normalização político-institucional no País. Uma delas até, Sr. Presidente, envolveu a prisão

da filha do então Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira. Espancado pela polícia, corri para o Congresso Nacional atrás de socorro. Entre as pessoas que podem testemunhar esse episódio está o jornalista João Emílio Falcão, que àquela época já cobria o Congresso Nacional.

Ao retomar ao Ceará, a juventude emedebista entendeu de fazer-me seu líder e, nessa condição, candidato a Deputado Estadual.

Iniciava, assim, uma trajetória de sacrifícios, de lutas, de glórias ocasionais, de desesperança, às vezes, mas de confiança em que haveria de corresponder às expectativas daqueles que sempre acreditaram em mim, graças ao trabalho pertinaz que empreendi, até aqui sem mácula ou desdouro de qualquer natureza.

Nunca exerci função executiva na administração pública direta ou indireta nem tive tempo de submeter-me a concurso para ingresso em órgãos federais, estaduais ou municipais.

O desempenho ininterrupto de mandato eletivo impediu-me de buscar vínculo empregatício definitivo na área profissional para a qual me acho legal e tecnicamente habilitado.

Entreguei-me, pois, com devotamento aos mistérios da ação parlamentar, vendo, a cada ano, crescer, na manifestação soberana das urnas, a votação que me ensinou ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Ceará e outra na Câmara dos Deputados, em quinze anos de efetiva atuação como mandatário do povo cearense.

O acervo, mesmo modesto, de iniciativas por cuja concretização tenho-me empenhado infatigavelmente, é a comprovação de tudo quanto me tem sido possível fazer em favor de meus coestaduanos.

Senador Jarbas Passarinho, Deputado Roberto Magalhães, meu caro colega Deputado Odacir Klein, a escritora Rachel de Queiroz, integrante da Academia Brasileira de Letras, em artigo lapidário, publicado no Jornal O Povo, edição de 5 de novembro de 1993, reportando-se às atitudes desta CPI, enfatiza:

"Não se pode abrir manchete em jornal e declarar ao vivo e a cores na TV que há suspeitas, indícios, acusações contra um Senador, um Deputado, um Ministro. A coisa mais perigosa do mundo é quando a justiça se arrisca a fazer injustiça."

E a autora do romance **O Quinze** indaga no mesmo artigo:

"Lembram-se da Inquisição? Bastava um inimigo aparecer, denunciando um herético, e lá se prendia o coitado, lá se torturava, lá se punha na fogueira."

Conclui, assim, sua oportuna crônica:

"A reputação das pessoas é matéria delicada demais para se pôr nas mãos e na boca de qualquer leviano ou ressentido."

Dispensa comentários o magistral artigo da consagrada escritora, por sinal cearense, pela clareza meridiana de que o mesmo se reveste.

Ao citá-la, desejo descaracterizar qualquer insinuação de que me sinto acusado. Sinto-me, isto sim, injuriado. E é na qualidade de injuriado que faço questão de comparecer a este plenário.

Agradeço, por isto mesmo, a V. Ex^{as} a oportunidade que me é dada, neste Colegiado onde tanto se tem falado de lavagem de dinheiro, de vir aqui expor, lavada e limpa, a minha honra de parlamentar e de cidadão.

Espero, ao deixar esta sala, após as interpelações a que estarei sujeito, sentir retemperadas as energias para prosseguir na faina que me impus de servir, mesmo modestamente, ao meu Estado e ao País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Ex^a.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exm^o Sr. Deputado Carlos Benevides, não temos aqui a missão de destruir reputações. Temos aqui uma função bem mais relevante - se relevante fosse destruir reputações -, queremos simplesmente identificar, para conjurá-los, esquemas de corrupção que drenam recursos da Nação e que, ao mesmo tempo, atingem a imagem dos políticos e das instituições políticas do País.

Esteja V. Ex^a tranquilo que aqui não vamos argüí-lo com nenhum intuito de atingi-lo pessoalmente.

Sr. Deputado, no depoimento prestado a esta CPI, em 20 de outubro, o Sr. José Carlos Alves dos Santos disse que o que Deputado Carlos Benevides entregava relações de subvenções, subvenções especiais, que o Deputado João Alves tinha guardadas: "ele entregava as relações para atender às entidades dele lá do Ceará."

Dias depois, foram apreendidos diversos documentos na residência da família do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Um deles é exatamente um ofício de V. Ex^a ao então Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, fazendo um apelo no sentido de que "contemple com subvenções federais, a cargo de sua Pasta, algumas entidades comunitárias de objetivos culturais e assistenciais, bem assim prefeituras localizadas em algumas regiões do nosso território. Atesto pela idoneidade".

Seguem-se cinquenta e quatro... V. Ex^a quer ver, para confirmar?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nobre Relator, a imprensa já divulgou amplamente essa relação; tenho conhecimento, não tanto quanto teve a imprensa, mas por hora estou à disposição de V. Ex^a para tal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - São cinquenta e quatro entidades, entre prefeituras, associações materno-infantis, fundações, centros educacionais etc. O Ministro despachou dizendo: "Autorizo - a letra é ilegível - observados os trâmites legais." Inclusive teve o cuidado de assinar em cada uma das folhas da relação que V. Exª havia levado.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Relator, V. Exª poderia me dizer se essa relação é a que contém o nome do presidente da entidade, o CPF, acho que até o endereço. CGC. Ela tinha amplas informações sobre cada entidade, porque a que entreguei ao Deputado Ricardo Fiúza dizia até o CPF, o nome, a carteira de identidade do presidente da entidade, porque a imprensa andou se referindo a entidades fantasmas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É verdade, tem CGC, tem CPF.

O SR. CARLOS BENEVIDES - E identidade também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E identidade. Não sei se será relevante. Talvez na prestação de contas.

Parece-me que há uma perfeita coerência entre o que disse o Sr. José Carlos e o que comprova esta relação. Não sei se tudo foi atendido, mas o despacho do Ministro me parece que foi abrangente.

Eu pergunto: essa facilidade de obter liberação ou de obter despachos - naturalmente liberações - isso é comum na Casa ou V. Exª tinha alguma facilidade maior com o Ministro, ou com a equipe do Ministro, ou aqui dentro do Congresso?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nobre Relator, eu sabia que no Orçamento previa dotações para entidades; para ser dada subvenção social.

Agora, se tinha facilidade ou não tinha, quem poderá dizer com mais certeza é o Deputado Ricardo Fiúza, porque, na verdade, existindo no Orçamento recursos para serem empregados em entidades assistenciais, em fundações, em prefeituras também, esse dinheiro tinha que ser gasto. O Ministro Fiúza, pelo que sei, pelo que declarou a esta Comissão, foi muito cioso, muito responsável na aplicação desses recursos. Até porque quando esses recursos foram liberados, eu tinha uma posição clara e definida contra uma votação que ia ocorrer no Congresso Nacional, que era a votação do impeachment, e o Ministro Fiúza sequer usou a metade dos recursos que dispunha.

Naturalmente que, tendo destinado uma relação de cinquenta e quatro entidades, é uma declaração nítida de que eu democratizei esses recursos, porque se tivesse outra intenção, Sr. Relator, teria feito uma relação de duas, três, cinco entidades, e não de cinquenta e quatro. Era até desejo que pudesse atingir cada município do Ceará, cada entidade de cada município. Isso não foi possível, porque o Ministro, realmente, não concedeu. Até porque as exigências para esse tipo de auxílio são muito abrangentes, e ele sempre dizia quando complementava os dados de cada entidade, que o Tribunal de Contas deve fiscalizar. Eu disse: V. Exª pode mandar na hora que bem entender. E ele, como bom cearense, o Ministro Fiúza, como V. Exª sabe, é cearense de nascimento, sempre fiz um apelo mais patético, um apelo de filho da terra, ele me atendeu e os recursos foram empregados.

Eu aqui, tenho em mãos, posso depois fazer chegar às mãos de V. Exª, um documento expedido pelo Ministério do Bem Estar Social, onde quarenta das cinquenta e quatro entidades - há uma divergência, falam em cinquenta e duas, outros em cinquenta e quatro - estão aptas para entregar a sua prestação de contas, e as prestações de contas foram devidamente aprovadas. É bem verdade que nessas cinquenta e quatro existem algumas que estão inadimplentes, outras não foi possível abstrair esse documento. Mas, pelo menos, de quarenta entidades, posso depois fazer chegar às mãos de V. Exª, que elas estão aptas se tivessem mais recursos para serem destinadas a elas no dia de hoje.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Sr. Deputado, vamos ver então como se democratiza subvenções sociais. Nessa relação estava a Prefeitura Municipal de Acaraú.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Estava?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estava. V. Exª foi informado do montante que de 91 a 93 essa Prefeitura recebeu só a título de subvenções sociais e auxílios do Governo Federal?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Subvenção social ou?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo; subvenções sociais e auxílios. Subvenção social, contribuição e auxílio.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nobre Relator, posso fazer uma idéia, mas, especificamente sobre essa relação, a imprensa brasileira e em particular a do Ceará, a primeira notícia que deu é que tinha sido de 2 milhões de dólares; depois, baixou para um milhão; depois, Sr. Relator, foi para 500 mil dólares; e, especificamente nessa relação que V. Exª tem em mãos, foi apenas, se não me engano, 100 mil dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não.

O SR. CARLOS BENEVIDES - No ano de 1992, posso assegurar a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, estou falando de 1991 até agora.

O SR. CARLOS BENEVIDES - De 1991 até agora, eu não posso...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou dizer a V. Exª: são dados recebidos hoje, da Subcomissão de Subvenções. Recebimento, nesses três anos: 1 milhão, 493 mil e 574 dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Presidente, eu não posso assegurar com absoluta certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, V. Exª não é obrigado a concordar.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mas eu não concordo com esse valor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. Inclusive está ali o nosso Senador Garibaldi Alves Filho, que é...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Se V. Exª estiver se referindo a emendas orçamentárias que foram aprovadas ao longo desses anos, então eu posso concordar, mas exclusivamente subvenção social, eu discordo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tem todo o direito de discordar, inclusive de apresentar novos números perante a subcomissão. Agora, eu tenho também o direito de discordar dessa forma de democratização de recursos. Essa Prefeitura do Ceará recebeu, em dois anos, o que Pernambuco não recebeu durante toda a gestão do Ministro Ricardo Fiúza, que é cearense, mas é deputado eleito por Pernambuco.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Será que foram feitas solicitações?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sei. Também acho, inclusive, que os ministros não precisam de pedidos para cumprir o seu dever. Fui governador e tinha horror a pedidos, porque eu já sabia o que fazer, tinha meus planos. Não é verdade? Mas não é hora de discutir filosofia de governo.

Então, veja bem: e mais, os 570 de que se fala, é que em 1991, realmente, recebeu apenas 570 mil e 255 dólares; e em 1992, 106 mil, 464 dólares. O restante, evidentemente, foi à conta de auxílios e outras dotações.

A auditoria realizada por amostragem, em Acaraú, revela que o livro caixa da prefeitura apresenta rasuras e adulterações nas páginas referentes ao registro das despesas da subvenção social. E, ainda, a segunda subvenção social foi aplicada em construções, o que está em desacordo com a definição legal dessa modalidade de transferência.

Acho que é uma regra tão geral, tão conhecida, que todo parlamentar sabe que subvenção social não comporta aplicação em investimento, é sempre para custeio.

Vamos prosseguir...

O SR. CARLOS BENEVIDES - No ano de 1992, Sr. Relator, com certeza, não foi aplicado em construção, com certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não diz o ano.

O SR. CARLOS BENEVIDES - No ano de 1992, posso assegurar a V. Exª, com a maior convicção; no ano de 1992 não foi aplicado em construção.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É auditoria do Tribunal de Contas da União, não é da Subcomissão, é do Tribunal de Contas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra, pela ordem, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, é só para contribuir com o Relator. Na verdade, nesse primeiro levantamento, estão somados os recursos federais recebidos pela prefeitura, não apenas de subvenções, mas de contribuições e auxílios.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi dito isso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Exª disse que teriam sido somente subvenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, subvenções. Eu disse: em 1991, 570 mil, 255 dólares, em 1992, 106 mil, 464 dólares. Está bem especificado aqui.

O SR. CARLOS BENEVIDES - É porque entendi, Sr. Relator, que tivesse sido exclusivamente...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço perdão pela má dicção.

A Fundação Amadeu Filomeno também foi beneficiada?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Foi, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Onde é a sede, Deputado, da Fundação Amadeu Filomeno?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Atualmente, Sr. Relator, a sede da Fundação Amadeu Filomeno é em Itapipoca, mas ela tinha atuação em Fortaleza e em Itapipoca. Em função de um estudo planejado que fez a Fundação Amadeu Filomeno, que, inclusive, depois posso trazer ao conhecimento desta Comissão, pareceres inclusive de promotores de justiça, de prefeitos municipais, de entidades de Itapipoca, de que a Fundação Amadeu Filomeno hoje está instalada no município de Itapipoca, mas já teve sede em Fortaleza; hoje tal Fundação está praticamente radicada no Município de Itapipoca.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Tribunal de Contas da União informa que a Fundação está instalada numa sala cedida pela empresa ITA Informática.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Isso não é verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca esteve instalada nesse local?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Vou mostrar a V. Exª uma foto. Inclusive, foi dado ciência disso ao Tribunal de Contas da União, quando ele esteve lá visitando, apesar de que, Sr. Relator, essa auditoria não chegou ao conhecimento da Fundação até o dia de hoje. Há algumas citações na imprensa, mas todos em Itapipoca sabem onde é a sede da Fundação Amadeu Filomeno.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Trata-se de tudo isto aqui?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, nobre Deputado Roberto Magalhães. É mais para frente; essa é uma obra que a entidade está construindo. Essa é a sede. Chegou-se a falar que essa entidade era "fantasma" também, mas tenho um retrato aqui e posso descaracterizar essa informação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a tem idéia de quanto a Fundação recebeu do Fundo Nacional de Saúde neste ano de 1993?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tenho, nobre Relator. Um levantamento feito pela Subcomissão de Emendas traz, se não me engano no ano de 1992, que essa Fundação teria recebido do Governo Federal, na Administração do então Ministro Jamil Haddad, 370 mil dólares. Esse foi um cálculo errado; tenho a constatação disso. Inclusive, tenho em minhas mãos uma auditoria feita pelo Ministério da Saúde, em que esses 370 mil dólares viraram apenas 178 mil dólares. Depois, descobri, nobre Relator, que a Subcomissão de Emendas tinha como base para esse cálculo a data da publicação do convênio e o fato de que a liberação teria ocorrido com uma só parcela.

Deputado Roberto Magalhães, o então Ministro Jamil Haddad é um homem muito criterioso; para liberar esses recursos, S. Ex^a mandou antes uma equipe precursora. Esses recursos foram liberados em três parcelas, que totalizaram 178 mil, 130 dólares, enquanto que a Subcomissão de Emendas forneceu um valor de 370 mil dólares, ou seja, mais do dobro. Posso assegurar a V. Ex^a, que isso está errado, porque tenho comigo um documento...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a está tratando de um assunto que não coloquei, o qual diz respeito ao ex-Ministro Jamil Haddad e à sua administração. Estou falando a respeito de 1993, de recebimentos de convênios do Fundo Nacional de Saúde no exercício de 1993.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É esse?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O número que tenho aqui é de 815 mil, 810 dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Está errado. No ano de 1992, houve uma liberação em 93. Para que V. Ex^a tenha conhecimento, passo às suas mãos a cópia de um relatório do Fundo Nacional de Saúde. Tenho o inteiro teor desse relatório. Isso foi em 1993. A Subcomissão de Emendas dá como se esses recursos tivessem sido liberados em dezembro de 1992. Tenho esse documento em minhas mãos também.

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Presidente, só para colaborar com o Sr. Relator, gostaria de dizer que esses recursos começaram a ser liberados em 1992, ficando o então Ministério responsável para liberar o restante do pedido do recurso, que seria de 1 milhão e 500 mil dólares em 1993, liberando-o em quatro parcelas já em 1993, chegando, neste ano, a cerca de 450 mil dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a está equivocado, Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA - Esses foram os cálculos que fizemos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Os cálculos estão errados.

O SR. ROBSON TUMA - Só se as calculadoras estiverem erradas.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Os cálculos de V. Ex^as estão errados.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Carlos Benevides, não concederei mais a palavra pela ordem durante a interpelação do Relator; senão teremos interrogatórios paralelos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Os cálculos estão errados. V. Ex^a não teve acesso direto aos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, mais uma vez quis mostrar aqui que subvenção social é a porta larga para se jogar fora o dinheiro do povo, o dinheiro que o povo paga. Isso está aqui. Os dados podem até estar errados, mas não muito. Números são números.

O SR. CARLOS BENEVIDES - O dobro, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Números são números. Há a Subcomissão de Subvenções, cujo coordenador é o Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex^a deve levar a essa Subcomissão os seus números que aqui estão, os quais não estão assinados nem atestados por nenhuma auditoria.

É muito fácil se chegar a uma solução. O fato é que o Tribunal de Contas da União, pelo que ele nos informa, das cinquenta e quatro unidades que foram...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, a assinatura do documento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ...que foram supostamente beneficiadas em 1992, com recursos do Ministério da Ação Social, só em duas, vamos encontrar um milhão e meio mais oitocentos: dois milhões e trezentos mil dólares. Isso é dinheiro em qualquer parte do mundo. Só no Brasil não tem valor.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Só que esses recursos não chegaram totalmente, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Posso dizer a V. Ex^a porque conheço o problema...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. Estou baseado e fundamentado no Tribunal de Contas da União. V. Exª tem todo direito de contestar. Agora, faça-o perante a Subcomissão de Subvenções porque, inclusive, ela está fechando o seu relatório final e ainda é tempo de se fazer retificações, se for o caso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - E o Deputado Robson Tuma disse que a entidade recebeu dinheiro em 1992. Não é verdade. Ela recebeu, em 11/02/93, o primeiro recurso; 25/03/93, o segundo; e 29/04, o terceiro. Nenhum centavo em 1992.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

Deputado, qual é, ou qual foi o relacionamento de V. Exª, ao longo do tempo, com o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nobre Relator, eu volto a dizer a V. Exª que eu, apesar de estar há sete anos nesta Casa, nunca fui membro da Comissão do Orçamento. Não tenho nem...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim. Isso eu ouvi; V. Exª não foi. Mas, mesmo assim, poderia tê-lo conhecido. Não o conheceu?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Com certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não o conheceu?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Com certeza, eu conheci o José Carlos Alves.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não teve nenhuma aproximação com ele?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Houve sempre, nobre Relator, um tratamento muito respeitoso tanto do Deputado Carlos Benevides para com o Dr. José Carlos, quanto do Dr. José Carlos para com o Deputado Carlos Benevides.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas ele não ajudava em nada nesses assuntos de subvenções?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Olha, nobre Relator, não sei se na composição de emendas de preencher os dados de cada entidade, porque o Ministério era muito rigoroso. Se um dígito do CPF não encaixasse no SIAFI, não eram pagos os recursos.

Existem até, nobre Relator - digo isso a V. Exª que está aprofundando seus conhecimentos na área de subvenção -, entidades que não receberam dinheiro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou aprofundando para extingui-las.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente. E, para que V. Exª extinga, saiba que aqueles que...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não é para detê-las.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente, nobre Relator. Não estou...

(Soa a campainha.)

V. Exª saiba também, nobre Relator, que os recursos não chegavam sempre, não. Às vezes, eles ficavam no meio do caminho, porque o Banco do Brasil recebia uma determinação expressa de que, se o documento da autoridade do município não chegasse dizendo que a entidade estava funcionando normalmente, não pagasse. Eu tenho um documento nas minhas mãos, que posso fazer chegar a V. Exªs, que mostra que houve entidades que não receberam os recursos. Isso foi atestado pelo próprio Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, foi apreendido, na casa...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Vai chegar às mãos de V. Exª uma das entidades que não receberam recursos, apesar até de figurar como inadimplente...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ...na casa da família do Sr. José Carlos Alves dos Santos, um bilhete manuscrito - V. Exª dirá se é autêntico -, em que diz:

"Caro José Carlos, estive aqui, conforme o combinado, e trazer pessoalmente o fax anteriormente enviado. Hoje o DOU traz mais desbloqueios do Secretário do Desenvolvimento Regional e DNER. Infelizmente, não do nosso interesse.

Continuamos, eu e parentes, aguardando sua manifestação."

Em seguida vem também inúmeros municípios com...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu posso ver?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Claro.

Há um ofício e um bilhete em cima.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Foi encontrado onde, nobre Relator? Na casa do Dr. José Carlos?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na casa da família dele, onde ele morou. (Pausa)

O SR. CARLOS BENEVIDES - É meu, o bilhete é meu, nobre Deputado. V. Exª tem razão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS BENEVIDES - A letra é minha, a assinatura é minha.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, dou por encerrada minha participação. Se for o caso, solicitarei uma fala final.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto o Senador Eduardo Suplicy se deseja interpellar agora.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, Deputado Odacir Klein, Sr. Deputado Carlos Benevides, primeiro gostaria de dizer que só honrarei a confiança que a Bancada e a Liderança do PMDB a mim conferiram, como suplente do PMDB, embora Senador pelo PT, se fizer essa arguição de forma tão rigorosa quanto tenho feito com qualquer um dos parlamentares que aqui tem estado.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Exª pode ficar despreocupado quanto a esse aspecto, Senador, até porque emprestei a V. Exª o apoio para a instalação desta Comissão, e V. Exª sabe disso.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Exatamente.

Mas gostaria de lhe perguntar: são tantos os documentos apreendidos na residência do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que mostram uma proximidade de contatos entre V. Exª e o ex-assessor do Senado, ex-diretor da Subsecretaria de Orçamento, posteriormente diretor do DOU, como poucos parlamentares nesta Casa, embora V. Exª tenha ressaltado que não tenha feito parte da Comissão Mista de Orçamento.

Mencionou o Relator, Deputado Roberto Magalhães, o bilhete carinhoso que V. Exª fez, solicitando os desbloqueios da SDR e do DNER.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, os desbloqueios não saíram. O bilhete que V. Exª leu dizia que o Diário circulava com novo desbloqueio e as minhas solicitações não tinham sido desbloqueadas; não era isso, nobre Relator?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª se queixa e renova o pedido para que desbloqueiem suas verbas.

O SR. CARLOS BENEVIDES - É verdade. Mas depois...estou tentando fazer um exercício de memória, para explicar a V. Exª a respeito desse documento. Pois não, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Há também esse documento citado em que V. Exª solicita ao Ministro Ricardo Fiúza a liberação de subvenções para 54 entidades, curiosamente encontrado na residência do Sr. José Carlos.

Na época em que foi formulado esse ofício - junho de 1992 -, o Sr. José Carlos Alves dos Santos não era mais Diretor do DOU nem exercia a função formal no Ministério da Ação Social. Como V. Exª explica esse grau de intimidade com o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

Vou reforçar a pergunta do Relator: gostaria que precisasse desde quando e como V. Exª o conheceu? Costumava visitá-lo em seu gabinete ou vice-versa? Qual era a frequência de seus contatos pessoais ou por telefone?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Eduardo Supply, o Dr. José Carlos Alves dos Santos tem um filho chamado Rodrigo. Eu resido em Brasília, com a minha mulher e os meus três filhos, à exceção do ano de 1990, quando me transferi para Fortaleza, porque era um ano eleitoral.

E o meu filho, Diego, - tenho três filhos e Diego é o do meio - freqüentava, estudava na mesma classe de Rodrigo, isso nos anos de 1988 ou 1989. Foi quando conheci José Carlos, quer dizer, por aí, em 1989.

Rodrigo é o filho dele, que estudava no INEI, onde o meu filho até hoje estuda. Não sei se o filho de José Carlos ainda está estudando no colégio INEI, mas foi aí que conheci José Carlos Alves dos Santos.

Agora, com referência ao bilhete, estou fazendo aqui um exercício de memória. Creio que foi um bilhete que deixei no DOU. Eu estive no DOU - Departamento de Orçamento - isso deve ser coisa de 19...não sei, quando ele estava como chefe do DOU.

Sem conseguir falar com o Dr. José Carlos pelo telefone, desloquei-me pessoalmente. Pelo que entendi - depois - vou pedir ao Deputado Roberto Magalhães para ler novamente -, também não consegui falar com o Dr. José Carlos no DOU.

Até recordo-me, Senador Eduardo Supply, de que, nesse dia, na verdade, ele estava muito ocupado, em reunião com várias pessoas; e depois de esperar muito tempo, resolvi deixar aquele bilhete para o Dr. José Carlos Alves dos Santos, que assumo a assinatura como sendo minha, como formulada. Apenas lutando, brigando pelas minhas coisas - de interesse público -, diga-se de passagem.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Por que razão, Deputado Carlos Benevides, V. Exª achou por bem presentear o Sr. José Carlos Alves dos Santos com uma televisão, como ele aqui declarou, no Natal?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Eduardo Supply, as palavras do Dr. José Carlos Alves dos Santos tem servido a esta Comissão para acusar; não sei se elas servem para inocentar.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Diz à página 1.72 ao responder ao Deputado Ernesto Gradella...ele perguntado se...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Primeiro, tem antes, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Vou ler um trecho.

"O Sr. Ernesto Gradella - Além dos dólares o senhor recebeu, por exemplo, alguma outra vantagem como viagem ao exterior, presentes, carros, bens, algum outro tipo de bem nesse período entre 1989 e 1992?"

O Sr. José Carlos Alves dos Santos - Não. No Natal, ganhei uma televisão do Deputado Carlos Benevides."

Mais à frente, referindo-se também ao presente, o Sr. José Carlos Alves dos Santos indagado pela Deputada Regina Gordilho - por sinal, não sabia que ela acompanhava a minha atuação política tão de perto. Na hora em que se referiu à minha pessoa falou: "o

Deputado, o Deputado, filho do Senador." É uma prova de que, na verdade, ela não acompanhava a minha vida política. Apenas um colega meu de Bancada, que disputa interesses municipais numa determinada cidade no Estado do Ceará, soprou para a Deputada Regina Gordilho: é de conhecimento público. Ela disse: "o filho do Senador Mauro Benevides".

O Sr. José Carlos Alves dos Santos diz: "Não. O negócio é o seguinte:... Deputado Carlos Benevides, não é relevante esse diálogo?"

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tenha calma V. Ex^a. Está aqui. Estou falando perante a opinião pública brasileira, porque eu tenho o direito de esclarecer. Eu acho que V. Ex^a vai ser paciente comigo, nobre Senador. Eu estou sofrendo há 60 dias. Tenho a certeza que democrático como é V. Ex^a, vai ter paciência, pelo menos, de me ouvir.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Quero chegar a minha outra pergunta.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu sei, nobre Senador. V. Ex^a irá chegar. "Não houve outro sentido que este."

O Sr. José Carlos Alves dos Santos: "Não, eu não sei disso. Falei dos Ministérios que tinham importância relativa. Sobre os presentes o interesse da indagação de V. Ex^a, o Deputado Carlos Benevides deu-me algo como presente de Natal. Ele me recomendava que sempre acompanhasse as coisas de interesse dele, do Senador Mauro Benevides; se as emendas dele estavam bem feitas, se não estavam. Esse tipo de coisa."

Não houve palavras do Dr. José Carlos Alves dos Santos - aquele que me acusou, Senador.

"Não houve outro sentido que este. O senhor me perguntou se eu havia recebido alguma coisa que eu disse que recebi. O Deputado Ézio Ferreira também me deu uma passagem para Aruba etc e tal."

Com referência ao Deputado Carlos Benevides, textualmente ele diz: "Não houve outro sentido que este."

O SR. EDUARDO SUPPLY - Compreendi. Mas, V. Ex^a não respondeu a minha pergunta. Apenas perguntei: por que razão V. Ex^a achou por bem presentear o Sr. José Carlos com uma televisão? V. Ex^a deu o aparelho de televisão ou presentes de igual valia a outros funcionários do Congresso Nacional?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Claro que não, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Somente ao Sr. José Carlos?

O SR. CARLOS BENEVIDES - O José Carlos Alves dos Santos...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Então, eu gostaria que explicasse o porquê;

só isso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - O José Carlos Alves dos Santos sempre teve, como já disse, um tratamento respeitoso. Foi um reconhecimento pelo que fazia por mim. Ele recebeu. Disse que não tinha outro sentido, e não vejo maior preocupação com relação a esse problema.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Como V. Ex^a explica que aquele ofício de tamanha importância para V. Ex^a, com o despacho "autorizo", do Ministro Ricardo Fiúza, foi encontrado na residência do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Quem deu a cópia do documento ao Sr. José Carlos? Foi o Ministro Ricardo Fiúza ou V. Ex^a?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Claro que não fui eu, nobre Senador. Aquele documento era de conhecimento público, do Ministério do Bem-Estar Social. Qualquer pessoa que compulsasse papéis na área de subvenção social o encontraria. Ali a responsabilidade do Ministro é tão grande que ele até assina.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Muito bem. V. Ex^a poderá prestar valiosa colaboração a esta CPI para esclarecer definitivamente os fatos ocorridos com o Orçamento de 1992, em especial após a aprovação pelo Congresso Nacional da lei, em 19 de dezembro de 1992. Dentre os documentos encontrados, aqui está uma relação de trinta instruções em papel timbrado do PRODASEN - gostaria de passá-las às mãos do Deputado Carlos Benevides - sobre o que deveria ser alterado naquela lei referente as suas emendas.

V. Ex^a encaminhou essa lista antes ou depois do dia 19 de dezembro de 1991? E por que V. Ex^a redigiu esse documento em papel timbrado do PRODASEN? V. Ex^a se encontrava no PRODASEN?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, é o seguinte: tudo isso aqui foi feito antes; eram as emendas destacadas. Tenho a impressão de que o Deputado Ricardo Fiúza...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Deputado, para ajudá-lo a lembrar, eu gostaria de passá-lo às suas mãos, mostrando-lhe que as solicitações se referem ao parecer do Relator-Geral e ao resumo das emendas aprovadas na Comissão Mista do Orçamento em 18 de dezembro de 91.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, o que ficou acertado naquela reunião, a que V. Ex^a estava presente e terminou por volta das 5 horas da manhã, foi que todas as emendas destacadas iriam ser analisadas pelo Relator, o Deputado Ricardo Fiúza: atender o destaque da emenda tal, cancelar a emenda número tal. Tudo isso foi previsto na reunião, que era apresentar o destaque naquela sessão. Todos os pedidos com relação ao Deputado Carlos Benevides eram referentes a destaque de emendas existentes. V. Ex^a tem acesso.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Peço a atenção da Mesa, da Presidência, porque...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Isso aqui pode ter sido até o José Carlos que fez no computador do PRODASEN, porque eu fiz, mas não no papel do PRODASEN; algum assessor dele pode ter colocado isso no computador.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Veja, Deputado Carlos Benevides, o Presidente Jarbas Passarinho tem em mãos um documento singular, porque datado - ele poderá lhe mostrar - de 12 de janeiro de 92, impresso pelo PRODASEN. Felizmente, graças à decisão do Presidente Mauro Benevides, hoje temos registro das coisas aqui - isso foi impresso no dia 12 de janeiro de 92, às 14h09min, com anotações manuscritas pelo Sr. José Carlos, que já não era funcionário do Senado, mas que, para alguns Parlamentares, continuava a alterar a lei já votada.

A prova de que houve a mudança na lei após o dia 19 está aqui demonstrada. No relatório mostrado, emitido em 12 de janeiro de 92, ao lado da Emenda nº 052590 existe uma anotação do José Carlos nos seguintes termos: "cancelar esta e incluir a Emenda nº 52307". Essa alteração, Deputado Carlos Benevides - mostra o registro das alterações realizadas no PRODASEN porque esta aí especificada -, sabe quando foi inserida no Orçamento de 1992, aprovado pelo Congresso dia 19 de dezembro? Exatamente no dia 16 de janeiro de 1992, às 12h07min, quando foi incluída na Comissão nº 0523071, a qual não constava do relatório do dia 18 de dezembro de 1991 - aí está - nem no de 12 de janeiro de 1992.

V. Exª, Deputado Carlos Benevides, aqui jurou dizer a verdade sobre os fatos que sabe e certamente está em condições de revelar a esta CPI o que se passou. Por V. Exª saber como é importante porque participou do movimento pela ética na política, sabe como é importante dizer-se a verdade na vida política, peço que nos relate com a maior riqueza de detalhes o que se passou efetivamente após o dia 19 de dezembro de 1991 no PRODASEN.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, V. Exª que tem talvez uma percepção maior do que a minha, é mais perspicaz do que eu, deve se lembrar do que ficou acertado naquela reunião das 5 horas da manhã. Eu não era membro da Comissão. O que me recordo é que a Comissão autorizou o Deputado Ricardo Fiúza a proceder a alterações, em função dos destaques apresentados naquela reunião. Não sei se foi essa a autorização que a Comissão deu ao Relator Ricardo Fiúza. Agora, dizer a V. Exª que posso ter feito esses destaques! Não sei se V. Exª tem condições de obter na Comissão de Orçamento cópias dos destaques que foram apresentados naquela reunião; mas, se possível, V. Exª poderá fazer uma comparação e constatar: subtrair da emenda o valor de 100 milhões - exatamente o que foi visto; acrescentar 47 milhões na emenda; conclusão e equipamento do Hospital Regional de Barreiras. Exatamente foi o que a Comissão autorizou: tirar dinheiro de uma emenda, colocar em outra, aprovar os destaques apresentados naquela reunião. Não sei se ele tinha autorização para isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Tinha para fazê-lo até às 16h do dia 19. Mas o que perguntei a V. Exª e que não foi respondido ainda foi sobre o que se passou no PRODASEN depois do dia 19. Porque V. Exª, por exemplo, tem uma solicitação com papel timbrado do PRODASEN.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Com certeza, isso deve ter sido - não sei - preparado, se quem tinha acesso era o Dr. José Carlos dos Santos, por ele. Posso até ter feito um manuscrito, mas não dentro do computador do PRODASEN - eu, Deputado Carlos Benevides -, primeiro, porque...

O SR. EDUARDO SUPPLY - No papel do PRODASEN.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pode ser papel, Senador, mas que eu tenha tido acesso ao PRODASEN para escrever isso! Talvez a assessoria do economista José Carlos fosse tão grande que pudesse ter feito isso. Os destaques naquela reunião, nobre Senador, posso dizer a V. Exª que fiz, assinei e entreguei à Comissão. Agora, se ele tinha um prazo, que V. Exª está dizendo que ele não cumpriu, o problema não é do Deputado Carlos Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, peço que conclua.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, apenas passo à Mesa, às mãos do Sr. Relator - que poderá ser analisado pelo Sr. Deputado Carlos Benevides também -, o registro de sete emendas - só citei o exemplo de uma -, todas incluídas após a aprovação da redação final do Orçamento, com alterações, aqui demonstrando a situação antes da votação da redação final e no período posterior.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Eduardo Supply, se V. Exª me permite, creio que os Parlamentares mais adequados para responder essa indagação de V. Exª são aqueles que prestaram assessoria ao Relator. Eu não era membro da Comissão. V. Exª há de convir que não posso dar assim com essa exatidão o que V. Exª quer. Posso, entretanto, assegurar a V. Exª que apresentei os destaques que foram permitidos apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA - Sr. Presidente Jarbas Passarinho, Vice-Presidente Odacir Klein, Sr. Deputado Carlos Benevides, V. Exª conhece o Sr. Oscar Costa Filho?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Oscar Costa Filho conheço, nobre Senador. É um dos Procuradores da República no Ceará.

O SR. IRAM SARAIVA - Exatamente. Uma coisa me intrigou muito, caro Deputado: S. Exª esteve na Subcomissão de Subvenções e, em uma de nossas reuniões, compareceu com vários processos que tramitam no seu Estado, o Ceará. Esses processos dizem respeito a irregularidades praticadas por Parlamentares em assuntos de subvenções sociais.

V. Ex^a tem conhecimento desses processos dos quais o Procurador pediu a instauração?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Iram Saraiva, tenho a convicção de que o Procurador aqui esteve, até porque a imprensa do meu Estado registrou, bem como a imprensa nacional, que ele teria vindo aqui na Subcomissão de Subvenções dar ciência do que a Procuradoria já apurava antes de instalada a CPI do Orçamento.

Com relação a esses quarenta e cinco processos a que V. Ex^a se refere, inclusive também a imprensa nacional deu espaço razoável, eu asseguro que em relação ao Deputado Carlos Benevides não existe nenhuma menção em nenhum desses 45 processos. Eu tenho certeza de que Carlos Eduardo Benevides não tem seu nome mencionado em nenhum deles. Isso eu asseguro a V. Ex^a. Se existe outro parlamentar citado, não posso dar essa informação com segurança a V. Ex^a.

O SR. IRAM SARAIVA - Eu posso dar essa informação a V. Ex^a. O Procurador Oscar Costa Filho faz menção a deputados do seu Estado. V. Ex^a teria alguma coisa a acrescentar com relação, pelo menos, aos outros parlamentares, já que V. Ex^a já se defendeu e disse que, dos seus 40 instaurados...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Dos 45 instaurados, que a Procuradoria apura desde o impeachment do Presidente Collor. Isso é um processo antigo.

O SR. IRAM SARAIVA - E V. Ex^a teria algum esclarecimento, alguma coisa a acrescentar com relação a outros parlamentares, no que diz respeito ao uso de subvenções com irregularidades, inclusive com relação aos processos indicados pelo Sr. Costa Filho?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, eu sei de alguns parlamentares que foram citados, mas não posso dizer a V. Ex^a o estágio do processo hoje em dia. Não sei se já saiu do âmbito da Procuradoria da República, no Ceará, se já está em Brasília. Sei que houve citações a mais de um deputado. Não sei o estágio em que se encontra atualmente esse processo que se refere, especificamente, às subvenções sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de fazer uma observação, se me permite o nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA - Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a está sugerindo que o Deputado faça algum tipo de acusação a colegas?

O SR. IRAM SARAIVA - Não, pergunto se ele tem conhecimento, porque os processos foram trazidos pessoalmente pelo Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas já que o depoente declara que não tem parte nisso, acho que a partir daí não nos cabe perguntar se ele sabe que outros tenham, porque isso seria uma delação.

O SR. IRAM SARAIVA - Não, mas inclusive ele mesmo declarou que foi tornado público, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS BENEVIDES - É verdade, Sr. Presidente. Foi tornado público, Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA - Na realidade, são colegas nossos citados, e nós estamos tratando de irregularidades no Orçamento. Ele poderia esclarecer, como esclareceu agora, que, quanto a vários fatos só poderia ser o Ministro Flúza. Mas isto é irrelevante. Eu perguntaria ao nobre Deputado Carlos Benevides: V. Ex^a mostrou-se, até agora, forte em assuntos de subvenções. Muito forte, é preciso reconhecer. V. Ex^a atribui a quem, no Orçamento, ou ao Presidente de cada período, ou ao Relator, ou ao Vice-Presidente, ou a alguém no Executivo, as facilidades para conseguir esses recursos para os municípios que V. Ex^a representa?

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a poderia repetir?

O SR. IRAM SARAIVA - Sim, a quem V. Ex^a atribuiria a facilidade de conseguir esses recursos?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Iram Saraiva, a subvenção social, no Ceará, já consagrou vários homens públicos que tinham a fama de carrear recursos para entidades. É uma atuação com a qual me preocupei. Eu disse no meu discurso que solicitei à Ministra Margarida Procópio, ao Ministro Flúza e até ao Ministro Jutahy Magalhães. Infelizmente, com o que ele dispunha no Orçamento de 1992, quando era Ministro, não pôde me atender. Mas eu não sei a quem posso atribuir isso. Sei que o Deputado Carlos Benevides procurava por esses recursos para levar às entidades sofridas do meu Ceará.

O SR. IRAM SARAIVA - Eu pergunto exatamente porque, na sua peça inaugural, neste depoimento, V. Ex^a esclareceu isto. Estou enfatizando, porque estamos tratando do Orçamento e é preciso que fechemos este círculo todo para sabermos onde é que estão as pontas realmente: se só aqui no Parlamento, na Comissão do Orçamento - que pode ser um presidente, um vice-presidente, um relator, um sub-relator. V. Ex^a já colocou bem.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu me preocupo, Senador Iram Saraiva, quando se fala na extinção das subvenções, se esta punição vai também às entidades na área de saúde. Se V. Ex^a adotar um critério para não dirigir recursos mais para a área social, onde existe uma dívida muito grande do Governo e do País, como é que nós vamos fazer nas entidades de saúde, que prestam serviço melhor do que os hospitais públicos e que recebem do Governo, recebem dinheiro público? O critério vai ser só na área social ou vai atingir a área de saúde? É uma preocupação muito grande que tenho, nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA - Vou encerrando apenas com mais uma pergunta. Já se falou muito em relação ao seu relacionamento com o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Esta é uma questão bem subjetiva: Deputado Carlos Benevides, - e aí, Sr. Presidente, volto

a insistir: é subjetivo novamente, o elo já foi demonstrado - quero saber agora, do ponto de vista do Deputado, por que teria o Sr. José Carlos Alves citado V. Exª na revista *Veja*? A que V. Exª atribui isso?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Iram Saraiva, ele demonstrou que era um homem ressentido, um homem magoado, em função dos problemas que é do conhecimento da opinião pública brasileira.

Com relação, particularmente, ao Deputado Carlos Benevides, eu atribuo - eu não tenho essa certeza da revelação do Dr. José Carlos Alves dos Santos - que, tendo ocorrido o suposto seqüestro de Ana Elizabeth, menos de oito dias depois o Senador Mauro Benevides exonerou o Dr. José Carlos Alves dos Santos. Naquele momento, ele recebia solidariedade de parlamentares, de amigos, mas mesmo assim, naquele instante, já pareceu para o público, de maneira geral, como caso estranho. E o Senador Mauro Benevides, precavido que é, um homem respeitabilíssimo, de conduta que V. Exª conhece, resolveu exonerá-lo. Eu não sei se foi por isso que o Dr. José Carlos Alves dos Santos se referiu ao Deputado Carlos Benevides, apesar da ressalva explícita que ele fez quando vinha falando: com certeza, com certeza, com certeza, e, quando chega no Senador Mauro Benevides, ele faz uma pausa. V. Exª sabe como se procedeu com relação a mim e ao Senador Mauro Benevides.

O SR. IRAM SARAIVA - É, eu estava presente e pude observar o depoimento.

As minhas perguntas, Sr. Presidente, foram de caráter subjetivo mesmo, não para transformar o ilustre Deputado num dedo-duro, mas para que realmente colaborasse com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O meu nobre Colega compreende que a posição da Presidência...

O SR. IRAM SARAIVA - É esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ... é exatamente evitar que perguntas que não sejam pertinentes sejam feitas. Não posso evitar que elas sejam feitas, mas posso evitar que elas sejam até respondidas, porque não têm cabimento.

A segunda pergunta, esta final que V. Exª faz, apesar da resposta subjetiva, é pertinente porque o depoente pode dizer por que razão o nome dele apareceu numa citação. Entretanto, pedir a ele que diga quais deputados estavam incriminados ... Ah, V. Exª me permita, é a ação saneadora da Presidência da Casa.

O SR. IRAM SARAIVA - Tudo bem, mas é porque, na realidade, logo após a permanência do Dr. Oscar na Subcomissão de Subvenções, todos os jornais brasileiros divulgaram. Então, eu queria saber, também, subjetivamente, qual o comportamento até mesmo do Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Veja V. Exª como me iludiu. Eu pensei até que V. Exª estava querendo defender os outros e não comprometé-los.

O SR. IRAM SARAIVA - Exato. O documento é público e notório. O próprio Procurador se encarregou de divulgar isso. Mas é o certo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Relator...

Cadê o Relator? (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator me incumbiu de ouvir por ele. Se V. Exª se sente insatisfeito com isso, eu interrompo a sessão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não, de modo nenhum. Eu confio que, na verdade, a tarefa do Relator será suprida pela nossa presença e pelos Anais da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu e o Deputado Odacir Klein estamos aqui com as oíças abertas.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, quero saber do Deputado Carlos Benevides quando ele diz no bilhete: "Estive aqui". Aqui onde?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Cid Sabóia de Carvalho, estive no Departamento de Orçamento da União - DOU. Compulsei muito rapidamente os documentos e estou tentando exercitar. Um deles, Senador, é referente à Fundação Nacional de Saúde. Depois, tecerei comentários a respeito.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - No DOU?

O SR. CARLOS BENEVIDES - No Departamento de Orçamento da União.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Exª deu uma televisão de presente a José Carlos Alves dos Santos. Naturalmente, não é a primeira nem a última pessoa que recebe um presente de V. Exª. Saberá me dizer o valor dessa televisão, Deputado Carlos Benevides?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ia tentar impugnar a pergunta, porque já foi feita.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não, o valor não.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu não sei, não posso precisar, mas talvez o Senador Gilberto Miranda, que é da Zona Franca, possa dar esse valor, imagino que seja entre 400 e 500 dólares, mais ou menos isso. Não sei. Hoje, qualquer parlamentar tem que se acostumar com a cultura do dólar. Todo mundo critica o Ministro da Economia, mas todo mundo está induzindo S. Exª a raciocinar em termo de dólar. Não sou economista, sou

engenheiro, mas tenho que raciocinar em dólar. Mais ou menos isso, Senador, não tenho certeza. Poderei dizer, depois, com certeza, a V. Ex^a.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Só queria saber se era uma coisa de valor exagerado ou se era um valor compatível a um presente. V. Ex^a me satisfaz plenamente com a sua resposta.

Agora, eu queria saber, nobre Deputado, o grau de amizade de V. Ex^a com o Sr. José Carlos. Por exemplo, o filho do Deputado Carlos Benevides estudava no mesmo colégio do filho do economista José Carlos...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Isso em 1989, Senador. Tenho uma recordação vaga, porque a indagação do Senador Eduardo Suplicy foi quando eu o tinha conhecido, e, como eu jurei dizer a verdade, tinha que revelar esse fato a esta Comissão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pois não. Eu queria saber se esse fato ou outros fatos, levaram V. Ex^a a jantar ou almoçar com o economista José Carlos, viajar com ele e de um ir a casa do outro. Houve essa amizade mais estreita ou tudo não passou de um relacionamento de um Deputado interessado na liberação de suas verbas com a pessoa que liberava?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já que a pergunta é tão minuciosa, V. Ex^a falou em jantar, em almoçar, não quer incluir o café da manhã?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não, isso fica para o Roberto Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, porque o café da manhã é muito comum.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas na nossa conversa aqui não tem café da manhã; começamos depois do café da manhã, Senador. Eu gostaria de saber se V. Ex^a tinha esse contato de amizade.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, tenho também que revelar, a bem da verdade, que fui uma vez a um aniversário do Rodrigo, na casa do Dr. José Carlos Alves dos Santos - um filho dele a que me referir no começo -, mas, com almoço e jantares, não. Isso não ocorria.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Um não freqüentava a casa do outro comumente?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Senador, não ocorria isso.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Agora, pergunto ao Deputado Carlos Benevides: V. Ex^a poderia ter alterado o orçamento da União após aprovação no Congresso? Como teria sido essa mecânica? Porque esse papel que foi encontrado pelo Senador Suplicy tratava dos interesses do Deputado Carlos Benevides. Esse papel está assinado?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Senador, o papel não está assinado, apenas tem o timbre do PRODASEN e se refere a destaques de emendas apresentadas numa sessão em que o Senador Suplicy estava presente.

Esse papel do PRODASEN, que é um print do computador, por certo, deve ter sido algum assessor do Dr. José Carlos que tenha passado ou possa ter feito manuscrito, alguma coisa, exatamente dentro daquele aspecto de tirar dinheiro de uma emenda, colocar em outra, como o Deputado Ricardo Fiúza explicou tanto a esta Comissão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Pergunto: V. Ex^a fez alguma gestão para a inclusão dessas emendas ou tudo decorreu em face do acordo celebrado na própria Comissão do Orçamento?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sem dúvida, foi com relação ao acordo, aos destaques apresentados naquela sessão, que terminou às 5h da manhã. Nunca esqueci, Senador, era final de ano, época em que a gente sempre quer viajar, visitar os entes queridos. Era mês de dezembro, e fiquei até o final dessa reunião.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O Senador Eduardo Suplicy citou datas. V. Ex^a tem condições de confirmar ou desmentir essas datas? Ou não tem conhecimento suficiente?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, não tenho condições de confirmar. O Senador Eduardo Suplicy é mais afeito aos dados do PRODASEN. Não freqüento o PRODASEN, não posso precisar. Posso precisar que apresentei os destaques, isso, com certeza.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Como é a conta bancária do Deputado Carlos Benevides?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Como é a conta bancária? Como assim?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Se é uma conta pródiga, se é uma conta de grande movimentação, se, convertida em dólar, daria uma expressão muito grande. Como é o movimento bancário de V. Ex^a e em que agências V. Ex^a opera?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, creio que a minha movimentação bancária não deve ter causado nenhuma surpresa ao Relator, que nada me indagou a esse

respeito. Acredito que a Subcomissão de Bancos e o próprio Relator tenham considerado tranqüila, normal, até porque, Senador, ela é a quarta menor; apenas três Parlamentares apresentaram movimento abaixo do meu. Isso, com certeza.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O patrimônio de V. Ex^a se acresceu muito nesse período de 1990 até a presente data?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Senador. Apenas, em 1990, eu adquiri o imóvel em que resido até o dia de hoje em Fortaleza, porque aqui nós moramos em um apartamento da Câmara. Eu residia em um apartamento de 200m; passei a residir em um de 277m. Considero normal. Não sei se a Comissão vai entender assim.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - As emendas de V. Ex^a são sempre feitas para o Estado do Ceará ou há emendas fora do Estado do Ceará?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, fazendo uma avaliação das emendas por mim apresentadas, há uma que apresentei para Luziânia...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Aqui, vizinha a Brasília.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Aqui no entorno de Brasília. O Prefeito era Zequinha Roriz, nosso correligionário do PMDB, e eu apresentei certa feita. Pelo relatório que chegou às minhas mãos, de um eminente Deputado da Subcomissão de Emendas, existe a liberação dos recursos, mas nunca pedi para liberar nem acompanhar. Recordo-me dessa emenda.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. As emendas de V. Ex^a em favor de Fortaleza, capital do Estado, como são?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, especificamente, emendas de minha autoria, tem algumas delas, com certeza. Sempre trabalhei por Fortaleza com muito afinho, com muita devoção, porque sabe V. Ex^a que Fortaleza é um reduto do PMDB, um reduto até que foi reconhecido pela opinião pública, pelos eleitores, que fez o sucessor - hoje Prefeito de Fortaleza é do nosso Partido, o PMDB -, e sempre dediquei a essa cidade um trabalho com muita devoção. Consegui algumas coisas, embora não o que Fortaleza mereça, visto ser uma administração séria. Na verdade, foi o Município a que eu me dediquei mais do que aos outros Municípios.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Eu não entendi um detalhe, gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a para isso. Eu vi V. Ex^a, neste depoimento, dando explicações sobre fundações, prefeituras etc. Por que V. Ex^a tem responsabilidade por essas fundações? V. Ex^a tem alguma direção, direta ou indireta, dessas entidades, dessas prefeituras, ou apenas V. Ex^a se munuiu de informações para vir à CPI?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Senador. Fui claro no meu discurso: não presido nenhuma delas, nem tenho parente próximo no comando ou na diretoria dessas entidades. O meu trabalho visa a assistir essas entidades, e não outros que esta Comissão constatou.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Agora, há um detalhe que o Senador José Paulo Bisol chamou bem a atenção, no sentido de que a Prefeitura de Acaraú teria uma conta na Aldeota, em Fortaleza.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, essa história foi amplamente esclarecida. O Senador José Paulo Bisol fez essa revelação em um dado momento, mas isso é a coisa mais normal. O ICMS de todas as prefeituras do Estado do Ceará, que são 184, é depositado em Fortaleza. Não há, portanto, nenhuma surpresa ao dizer que uma Prefeitura tem conta na Capital, até porque V. Ex^a sabe que, no interior, só existem três cidades ligadas pelo sistema *on line*, que são Juazeiro do Norte, Sobral e Cratêus. Somente esses três municípios participam do sistema *on line*, são integrados no sistema *on line*.

Então, V. Ex^a sabe que o dinheiro, quando é liberado para a Prefeitura, é "d + 2", é o dia mais 2. E quando não é o sistema *on line*, aí V. Ex^a sabe que demora, no mínimo, mais 48 horas, às vezes uma semana, quando o recurso é depositado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a tem carros importados?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, o tempo de V. Ex^a já está acabando, gostaria que V. Ex^a pudesse colaborar conosco.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Vou só fazer essa pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Senador.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Faça de conta que sou o Mercadante ou o Luiz Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Farei de conta que V. Ex^a é um membro da CPI, que está tão bem preparado para perguntar quanto aqueles a que V. Ex^a se referiu há pouco.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Ótimo, agradeço a V. Ex^a.

Sr. Deputado, V. Ex^a tem carros importados?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, essa pergunta me foi feita, semana passada, pelo jornalista Lúcio Vaz, da Folha de S. Paulo. Já me atribuíram um jatinho, num jornal de circulação nacional, um bimotor, mas carro importado, Senador, não possuo. Tenho comigo, vou passar às mãos do Relator, um documento da alfândega de Fortaleza, uma certidão - peço paciência a V. Ex^a enquanto eu o procuro aqui - que diz que o Deputado Carlos Benevides, nos últimos cinco anos, não teve nenhum carro importado. Também tenho do Ministério da Aeronáutica, Senador, nas minhas mãos, documento que me trouxe muito trabalho, porque não existe DAC em Fortaleza, é em Recife, e, de lá, dirige-se ao Rio de Janeiro. Da alfândega Porto de Fortaleza, é uma declaração. Fiz questão de trazê-la para que, se fosse feita essa pergunta, eu pudesse, através de um documento público, comprovar à Comissão que não tenho nem jatinho, nem carro importado. E da alfândega de Porto de Fortaleza, um documento datado de 5 de novembro de 1993. De lá para cá, Senador, com certeza, não adquiri nenhum carro.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Muito obrigado a V. Ex*.

Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Carlos Benevides, gostaria de esclarecer a respeito da televisão que V. Ex* me consultou. Quando estivemos na...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Apenas, Senador, era uma referência, mas poderei dar o preço depois. V. Ex* é um homem que vai a Manaus muitas vezes, conhece muito bem o comércio de lá, talvez pudesse dar essa contribuição maior para esta Comissão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quando estivemos lá, como membro da CPI, indicado pelo Presidente - eu, o Deputado Mercadante e o Senador Elcio Alvares -, na casa do economista José Carlos dos Santos, onde foram encontrados todos aqueles documentos e quase 1 milhão de dólares, tive oportunidade de, no escritório dele, ver uma televisão fabricada na Zona Franca de Manaus. Acredito que deva ter sido essa a televisão com que V. Ex* presenteou o economista. Sem dúvida nenhuma, não entendi por que V. Ex* o presenteou com um presente tão barato, um homem tão milionário em dólar como ele.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu não mexia com dólar, Senador, nem mexo com dólar, aqui, represento o povo cearense.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Aquela televisão, em Manaus, custa, aproximadamente, CR\$89 mil, CR\$90 mil, ou seja, aproximadamente, 300 dólares. Agora, lá existem telões de 5 mil dólares, 10 mil dólares, com que V. Ex* poderia ter tentado presentear-lo e, talvez, ele não tivesse falado o seu nome aqui no depoimento.

Da próxima vez, se V. Ex* quiser ter carro importado, temos uma fábrica lá que pode dar crédito para vender a V. Ex*.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) Vou pedir para a Taquigrafia retirar os comerciais.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Carlos Benevides, as subvenções que V. Ex* conseguiu para as entidades do seu Estado contaram com a ajuda direta ou indireta do José Carlos dos Santos - tendo em vista que ele tinha muito prestígio, colocava emenda de um, tirava emenda do outro, esteve no DOU; poderia fazer troca de favores?

V. Ex*, que teve liberdade para presentear-lo com uma televisão, teve ajuda dele para conseguir tanta subvenção?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, não, Senador, os pedidos de subvenção que fiz foram todos dirigidos a Ministros de Estado. E não sei se o Dr. José Carlos foi assessor ou se andava no Ministério do Bem-Estar Social. Agora, pedi diretamente aos Ministros porque no Ministério do Bem-Estar Social existia a verba específica para as subvenções sociais. Nunca contei com a ajuda do Dr. José Carlos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - No depoimento do Dr. José Carlos Alves dos Santos, vários membros da CPI referiram-se a V. Ex*, a começar pelo nobre Deputado Luiz Salomão, que promoveu um verdadeiro arrastão de perguntas naquela noite em que ele aqui esteve. Até, como V. Ex* citou, a Deputada Regina Gordilho chegou a indagar a José Carlos dos Santos sobre o grau de comprometimento com as irregularidades do orçamento. Por que essa imagem de vinculação de V. Ex* com tantas irregularidades?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nobre Senador Gilberto Miranda, a Deputada Regina Duarte disse, aqui, em seu depoimento...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Duarte ou Gordilho?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputada Regina Gordilho. S. Ex* se referiu ao filho do Senador Mauro Benevides e foi um episódio que todos puderam constatar com a maior facilidade. Foi um deputado do meu Estado, do partido da Deputada Regina Gordilho, que soprou para que ela reiterasse, apesar de o Relator, Deputado Roberto Magalhães, ter dito que já havia sido citado meu nome, mas ela insistiu. Atribuo isso, Senador, a interesses regionais. Disputamos o voto em uma determinada cidade do interior do Estado do Ceará e acho que, no caso da Deputada Regina Gordilho, foi especificamente um sopro que ela recebeu de um determinado parlamentar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Carlos Benevides, ontem, no final da tarde, estive na sala do nobre Senador José Paulo Bisol e perguntei a ele, querendo me informar para as perguntas de hoje e de amanhã, com relação ao Senador Ronaldo Aragão - porque a minha subcomissão é a de Subvenções Sociais -, sobre o patrimônio de V. Ex*. Fui informado pelo Senador José Paulo Bisol, numa conversa onde estavam vários deputados, que, pelos levantamentos, deixavam alguma margem com relação aos seus proventos e ao seu patrimônio. O Senador Cid Sabóia de Carvalho fez a pergunta e não senti uma resposta muito firme. O seu patrimônio - V. Ex* citou um apartamento - é ou não é compatível com os seus proventos? V. Ex*, fora os proventos de Deputado, tem algum outro tipo de negócio, recebe aluguéis, tem aplicação de dinheiro? Gostaria que V. Ex* desse mais detalhes sobre o seu patrimônio.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, essa é uma pergunta mais de empresário do que de senador. Certa feita, ouvi uma declaração do Coordenador da Subcomissão de Patrimônio, Senador José Paulo Bisol, sobre a dificuldade de se adquirir alguns documentos necessários: que custavam a chegar; que as correspondências eram expedidas pelo correio; às vezes, chegavam por fax. E eu, em certo momento, quando foi sugerida a minha convocação, num determinado momento, era a do Deputado Flávio Derzi, a do Deputado Carlos Benevides e a do Deputado Uldurico Pinto. Então, resolvi procurar o Senador José Paulo Bisol, até porque há um quadro dessa subcomissão que fica hachurado quando o deputado está investigado e o meu caso específico - Deputado Carlos Benevides -,

não estava ainda sendo investigado. Dirigi-me ao Senador José Paulo Bisol - aliás achei uma deferência muito grande dele, porque, nesse dia, ele estava muito gripado, e, mesmo assim, com um simples telefonema, ele, com as atribuições de coordenador de uma subcomissão, me recebeu de pronto -, conversamos, e me coloquei à disposição para trazer certidões dos cartórios de registro de imóveis de Brasília, onde seria possível eu ter algum imóvel, e também de DETRANS, do Ministério da Aeronáutica, enfim, me municei. O Senador José Paulo Bisol me deu conhecimento de um documento que havia chegado dos Estados Unidos, com referência a uma pessoa Benavides e, de pronto, a comissão reconheceu que Benavides não é Benevides. O Senador foi muito cordial comigo, porque se tivesse outra intenção, não teria me avisado, poderia até ter explorado isso na mídia. Eu esclareci tudo, no momento em que estive com ele.

Se houver alguma dúvida com relação ao patrimônio, estarei apto a informar. Considero, Senador, a minha evolução patrimonial totalmente compatível com as minhas fontes de renda. Asseguro a V. Ex^a. Tenho um conhecimento, não profundo, mas posso assegurar a esta Comissão que é totalmente compatível. O único imóvel valioso que tenho é o apartamento onde resido, de 277 m² de área, em Fortaleza. Se V. Ex^a algum dia for lá, terei a honra de recebê-lo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Fora os proventos de deputado, quais as outras fontes que V. Ex^a tem, já que citou outras fontes?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, existia uma Caixa de Pecúlio na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará que foi extinta. Como fui deputado estadual durante oito anos, recebo alguns proventos oriundos dessa Caixa de Pecúlios, que foi extinta há mais de 2 ou 3 anos, sendo assegurado o direito daqueles que descontaram do seu salário. Sendo assim, tenho mais essa receita que me ajuda nos meus salários. São basicamente essas duas receitas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Carlos Benevides, como disse o nosso Relator, o Deputado Roberto Magalhães, lá no Amazonas, também, não conseguimos tanta subvenção assim como V. Ex^a conseguiu. Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a: a que deve tanta generosidade do Deputado Ricardo Fiúza, na época ministro, com V. Ex^a? Só o fato dele ser cearense, ele destinou tanto dinheiro para o Ceará?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Gilberto Miranda, eu sou sincero a V. Ex^a; eu queria que o Deputado Ricardo Fiúza atendesse pelo menos a uma entidade em cada município do Estado do Ceará. Ele não pôde. Mas V. Ex^a pode verificar que eu não tinha intenção de concentrar os recursos que, com certeza, solicitei em 1 ou 2 entidades; foram várias.

A democratização que me referi, o Sr. Relator não concordou com a minha expressão mas, na verdade, até pedi em nome do Ceará e em nome do cearense que ele era. E ele, naturalmente, concedeu, assumiu a responsabilidade. E tenho aqui, Senador, na minha pasta - veja bem V. Ex^a - o relatório do SIAFI, inclusive da Fundação Amadeu Filomeno - que se referiu aqui o Senador Garibaldi Alves e o Deputado Roberto Magalhães - que o SIAFI, hoje, o Ministério do Bem Estar Social considera a Fundação Amadeu Filomeno e a Prefeitura Municipal de Acaraú aptas a receber, idôneas, adimplentes com o Governo Federal. Se houvesse algum recurso para beneficiá-las, poderiam receber em função desse documento que dispõe, pelo menos, até o dia 27 de dezembro é este com relação ao recursos federais com o Governo Federal. Estão aptas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Uma última pergunta, Deputado Carlos Benevides...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria o obséquio para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Respeito muito o SIAFI. Acho um órgão competente e moderno, mas...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tem prestado grandes serviços.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tem prestado, sobretudo a esta Comissão. Agora, em relação a essa Fundação, apresenta uma série de irregularidades, inclusive ausência de plano de aplicação, documentos de prestação de contas inidôneos. Uma série deles. Nós temos que ver isso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele tem parentes?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu tinha que trazer, nobre Relator, essa informação a V. Ex^a. A Fundação não tem conhecimento do relatório do Tribunal de Contas ainda, a não ser...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esse problema, quer dizer, não é uma responsabilidade de V. Ex^a. Acho que o que está havendo é que dois órgãos federais estão dando informações que são incompatíveis.

Foi essa instituição que V. Ex^a disse que não recebeu nada em 1992? Essa Fundação?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Em 1992, posso consultar para V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não foi V. Ex^a que me disse que não tinha recebido nada em 1992?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, o relativo ao que o Deputado Robson Tuma disse, que era o dinheiro para a construção de um hospital, que ele disse que foi liberado no final de 1992. Não foi. Foi em 1993, e posso comprovar a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu só queria saber se recebeu ou não em 1992?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Como?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª não sabe informar?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Subvenção ou emendas?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qualquer dinheiro.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não. Em 1992, não. Asseguro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nada?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Dinheiro... Subvenção pode ter recebido. Agora, dinheiro de Orçamento não. Emenda ao Orçamento houve a publicação de um convênio elaborado entre a Fundação e o Ministério da Saúde, que foi publicado em dezembro de 1992 e os recursos só foram liberados...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em 1993.

O SR. CARLOS BENEVIDES - E os recursos só foram liberados em 1993. Isso posso comprovar a V. Exª, com referência a Orçamento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Uma última pergunta, Sr. Presidente. No Governo Itamar Franco, V. Exª continuou a encaminhar pedidos no Ministério do Bem Estar Social, ao então Ministro Jutahy Magalhães Júnior? Obteve essa liberação de recurso? Qual o montante?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, eu solicitei ao Deputado Jutahy Magalhães recursos para subvenção. Solicitei sim. Agora, S. Exª não pôde me atender, porque os recursos que ele dispunha no Orçamento de 1992, segundo informações dele, Deputado Jutahy Magalhães, já havia contemplado várias entidades. Então, ele não pôde, naquele momento, me atender, mas fiz solicitação ao Deputado Jutahy Magalhães e ele poderá comprovar; se não me engano, em dezembro de 1992, mas ele não me atendeu.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª. Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, tendo em vista a divergência de informações com relação a essas entidades e prefeituras, mesmo o Deputado Roberto Magalhães tendo dito que o Deputado Carlos Benevides poderia, posteriormente, prestar informações à Subcomissão de Subvenções Sociais, entendo oportuno que se procure esclarecer alguma coisa nesse momento. A Subcomissão dispõe, com relação à Fundação Amadeu Filomeno, da informação de recebimento de uma subvenção social do Ministério do Bem-Estar Social, no exercício de 1992, no valor de noventa e quatro mil dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - É verdade, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pergunto a V. Exª se confirma essa informação.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Em 1992, confirmo. Subvenção?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Subvenção.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Confirmo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Noventa e quatro mil dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Confirmo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pergunto a V. Exª se tem conhecimento de que o Tribunal de Contas da União, em recente auditoria realizada, apontou irregularidades no funcionamento dessa fundação.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, é o seguinte: V. Exª há de concordar comigo que Deputado não é destinatário de relatório do Tribunal de Contas.

A Fundação Amadeu Filomeno - posso, depois, passar às mãos de V. Exª informações sobre a fundação, para que tenha uma noção do seu funcionamento - não teve ciência também desse relatório. Por isso, é oportuno, Deputado Roberto Magalhães, que fosse dada - não sei se V. Exª e o Senador Garibaldi Alves Filho concordam - ciência desse relatório à própria fundação, para que ela pudesse, pelo menos, responder às acusações que recebeu, porque só ficamos sabemos, Senador Garibaldi Alves, através da imprensa. Até essa altura, a fundação não recebeu cópia do relatório que foi feito pelo Tribunal de Contas. Sei que ele foi feito há vinte, trinta dias, há certo tempo, e, até o presente momento, o Tribunal de Contas não deu ciência à fundação da existência desse relatório.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Carlos Benevides, V. Exª já afirmou que apenas tinha intercedido em favor da liberação desse recurso. Pergunto a V. Exª: além de ter intercedido, V. Exª tem alguma responsabilidade maior com relação a essa entidade?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, claro que não. E se realmente forem constatadas irregularidades, o Deputado Carlos Benevides, com certeza, não vai mais apoiar solicitações da Fundação Amadeu Filomeno Gomes. Só peço a V. Exª, com a missão que tem de prestar ao Deputado Relator as informações, que fale com o Tribunal de Contas para que dê um prazo. Vi, há pouco tempo, que o Tribunal de Contas fez um exame no DNOCS e atribuiu um prazo para esse órgão responder àquelas acusações. No caso da Fundação Amadeu Filomeno Gomes, nem ela teve ciência do relatório nem a ela foi dado o direito de defesa. Isso posso assegurar com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Carlos Benevides, acredito que, dentro do prazo que foi dado a esta Comissão, talvez não haja oportunidade de esgotar-se essa investigação, que se vai prosseguir. Naturalmente, o Relator - acredito - vai debruçar-se sobre uma sugestão da nossa Subcomissão, no sentido de que isso seja enviado ao Tribunal

de Contas, ao Ministério Público. Quero apenas saber quais esclarecimentos que V. Exª pode prestar a respeito disso, se realmente V. Exª tem essa responsabilidade ou não. V. Exª já disse que não.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não tenho nenhuma responsabilidade, Senador, até porque Deputados não recebem relatório de Tribunais de Contas, quem recebe é a entidade. Pediria a V. Exª que fizesse um apelo ao Tribunal de Contas para que fosse dado, pelo menos, o direito de defesa à entidade. Não contará a entidade com o Deputado Carlos Benevides, se for realmente constatado - como já se constatou -, depois da defesa, a minha ajuda. Isso aí V. Exª pode ficar tranquilo que não farei mais.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Carlos Benevides, apenas para encerrar o assunto com relação a essa Fundação, houve uma divergência na informação - e já fiz essa constatação junto ao Deputado Roberto Magalhães - de que ela recebeu de subvenção 94 mil dólares. Agora, ela recebeu de convênios do Fundo Nacional de Saúde valores de 800 e poucos mil dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Quanto a esse dado divirjo profundamente, Senador Garibaldi Alves Filho; não são procedentes. Ela recebeu recursos de 178 mil dólares - já que esta Comissão adotou como norma falar na moeda americana - e outros recursos mais tarde na faixa de 400 e 500 mil dólares, sobre os quais o Fundo Nacional de Saúde fez inspeção, depois das citações na imprensa e mandou fiscais do Ministério da Saúde, que constatarem total regularidade. Estou com esses relatórios, que farei chegar às mãos de V. Exª num futuro próximo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer que V. Exª realmente contesta essa informação? Mas ela inclusive não é do âmbito da nossa Subcomissão, porque diz respeito ao Fundo Nacional de Saúde e trata de obras, não trata de subvenções. Era apenas para esclarecer.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Quanto a isso, concordei com o Relator.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Agora, com relação à Prefeitura de Acaraú, V. Exª teria alguma informação a prestar a respeito de subvenções?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, quanto à Prefeitura de Acaraú, também tenho em mãos um documento do SIAFI, consultado pelos Ministérios quando estes vão liberar recursos, em resposta à consulta feita no dia 27 em que dá a Prefeitura Municipal de Acaraú como adimplente, como cumpridora pelo menos da entrega da prestação de contas; e, pelo que consta, nem em diligência está, não há nenhum processo de prestação de contas.

Com referência ao relatório do Tribunal de Contas, não posso informar a V. Exª nada a respeito, porque, até há uns dias, a Prefeitura também não tinha conhecimento de relatório.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Compreendo o cuidado de V. Exª de que aí está havendo uma divergência de informações: enquanto V. Exª está se valendo da informação do SIAFI, nós da Subcomissão estamos nos valendo da informação do Tribunal de Contas. Então, era o caso realmente de se checarem posteriormente essas informações. Está havendo uma divergência de informações.

V. Exª está se valendo de informações do Ministério do Bem-Estar Social, que está considerando essa entidade adimplente - e por isso mesmo V. Exª diligenciou para que os recursos fossem liberados -, enquanto o Tribunal de Contas da União, em auditoria recente, está apurando que existem irregularidades com relação a essa Prefeitura. São divergências quanto as quais a Subcomissão vai aprofundar as investigações.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Posso cuidar, posso contribuir, Senador, com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nobre Deputado Carlos Benevides: V. Exª poderia esclarecer duas questões preliminares?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A Fundação Amadeu Filomeno tem ou não sede em Fortaleza?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Atualmente, a sua sede é em Itapipoca; teve sede em Fortaleza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quando?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, há um relatório aqui a respeito da Fundação, mas essa informação não posso precisar; que teve, teve; mas não posso informar a V. Exª quando, porque não sei. Atualmente, ela está instalada em Itapipoca, conforme a foto que mostrei ao Sr. Relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1992 ela estava em Fortaleza ou Itapipoca?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, não posso informar a V. Exª. Sei que ela foi contemplada com subvenção social.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1992?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sim, 350 milhões de cruzeiros ou 94 mil dólares, já que V. Exª gosta sempre de indexar à moeda americana.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo. V. Exª disse que a Prefeitura de Acaraú não está sob investigação?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Aloizio Mercadante, investigação de quê? Porque investigações há de todos os lados: do Tribunal de Contas do Município...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está sob investigação no Tribunal de Contas do Município, no Tribunal de Contas da União, na Receita Federal e na Polícia Federal. Os indícios em relação a desvios de verbas nas prefeituras são gravíssimos.

Na mesma direção, queria perguntar: V. Exª liberou recursos para a Prefeitura de Boa Viagem e Itaitira?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Itaitira não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Itaitira não. Boa Viagem?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Boa Viagem assinei uma emenda certa feita porque é um Município vizinho a Quixeramobim, terra natal do Deputado Genóino. Boa Viagem é na região central do Ceará.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª liberou...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Aliás, tenho uma responsabilidade muito grande em representar aqui a terra natal do Deputado Genóino, figura de projeção nacional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem sabe posso até deixar a pergunta para ele, porque ele pode talvez se expressar melhor em relação à terra natal.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pode cumprir alguma diligência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª liberou 668 mil dólares para o Município de Boa Viagem na rubrica: construção de unidades de saúde. V. Exª se lembra disso?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Em que ano, nobre Deputado?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1992, no segundo semestre de 1992. Foi para construção de quatro pequenos postos de saúde.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Seiscentos mil dólares?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Cento e sessenta e oito mil dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Boa Viagem. Mil novecentos e ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Noventa e dois.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sessenta e oito mil dólares?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Cento e sessenta e oito, para quatro pequenos postos de saúde que foram construídos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tenho um documento, Deputado, que diz 68.295. Aliás, essa dolarização feita pela... não sei se V. Exª está se referindo a dados da Subcomissão de Emendas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, essa aqui não é subvenção, não é da Subcomissão.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, de emendas. Todos os recursos foram dolarizados no momento em que o convênio foi publicado no "Diário Oficial da União". Então, há uma divergência muito grande pelo menos com relação às emendas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A realidade dessa prefeitura é que tanto essa...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Essa de 168 mil não...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sessenta e oito mil dólares na sua conta. Construção de unidade de saúde.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sessenta e oito mil dólares está constando na minha relação; é o único valor que V. Exª tem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente. Porque tanto o ex-Prefeito quanto o atual Prefeito, Benjamin Alves da Silva e Francisco Sigismundo dos Santos Neto estão com inquérito policial por desvio de verba pública. Há também agora investigação em relação a superfaturamento na construção desses postos de saúde. Houve desvio de verbas, inclusive apresentação de notas frias por uma empresa lá.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não faço política lá no Município de Boa Viagem. Faço no Município vizinho, de Quixeramobim, que é bem próximo, na região central. Não posso responder, porque não atuo politicamente lá.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É porque às vezes essa democratização dos recursos dificulta muito o critério de aproveitamento dos recursos e de boa utilização.

V. Exª tem uma movimentação bancária no valor de 873 mil dólares. Essa é ... dia a dia.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, queria dizer a V. Exª que sobre a totalização das minhas contas... V. Exª fez uma afirmação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª já vai poder falar.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu aguardo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Conforme o nosso levantamento até este momento, V. Exª tem uma movimentação bancária de 873.781 dólares, num total de 1480 lançamentos. A movimentação bancária é um indicador muito genérico, muito geral, precisa ser analisado, confrontado com outras informações mais detalhadas. Em relação à movimentação bancária de V. Exª, chama a atenção - e é a primeira pergunta que eu gostaria de fazer, para podermos aprofundar a análise: V. Exª é Deputado há muito tempo e tem alguma outra...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deste 1978.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª tem alguma outra fonte de renda, que não seja a remuneração de parlamentar?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Acabei de responder ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quais?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mais uma, uma caixa de pecúlio da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E qual é o valor?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nos cinco anos?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mais ou menos por volta de 200 mil dólares: 400 mil na Câmara e lá mais ou menos a metade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quer dizer, V. Ex^a acumula o salário de deputado federal com esse caixa de pecúlio da Assembléia Legislativa, o que daria uma remuneração da caixa de pecúlio em torno de 200 mil dólares?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Aloizio Mercadante, eu não posso dizer com precisão a V. Ex^a, mas esta é uma estimativa que foi feita. Até com relação as minhas contas bancárias, tenho mantido um contato permanente com o Dr. Francisco Almeida e com o Dr. Klebs, e sobre elas tem havido muita divergência. Contudo, não tenho me preocupado muito com a totalização das minhas contas bancárias, primeiro, porque ela é a quarta menor; segundo, porque elas estão todas compatíveis com as minhas fontes de renda, como V. Ex^a me indaga.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex^a, então, teria...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tenho quatro levantamentos em meu poder e nenhum deles se refere a 873 mil dólares. Tenho um de 697, tenho um de 946, tenho um de 850 - esse deve ser de hoje à tarde, porque o Dr. Francisco Almeida me disse hoje que eram 840. Agora à tarde, depois das 16h, pode ter sido feito um novo estudo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Se V. Ex^a aguardasse o depoimento, não teria tido essa dificuldade em obter essas informações, que são provisórias, porque continuam chegando informações bancárias de V. Ex^a.

No ano de 1990, V. Ex^a teve uma movimentação bancária bem superior à média dos outros anos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Qual o valor, Deputado?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - São 123 mil dólares no ano de 1990.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Meus dados não coincidem com esses; é bem maior do que 123 mil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, 123 mil dólares é a remuneração parlamentar; 219 mil dólares é a movimentação bancária.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Cento e vinte e três mil de remuneração parlamentar?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exato. No ano anterior, 98 e 202; no ano de 91, 77 de parlamentar e 199 de movimentação bancária geral; no ano de 1992, 75 e 165 a movimentação bancária.

O único ano em que realmente há uma proximidade entre a sua remuneração e a movimentação bancária é o ano de 1993.

V. Ex^a deixou de receber a caixa de pecúlio em 1993?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Deputado, é porque antigamente o nosso salário era feito com subsídios fixo e variável. De 1992 para cá, assim como o salário de Deputado Federal, houve a unificação, não existe mais essa divisão de fixo e variável, de vantagens - não sei se o Deputado Roberto Magalhães pode ajudar nessa consideração. Houve uma redução de 92 para cá, com certeza. Quando V. Ex^a terminar, eu farei algum comentário sobre o ano de 1990.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1993, há uma queda muito grande na movimentação bancária de V. Ex^a. Poderia V. Ex^a explicar a razão disso?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Ainda bem que V. Ex^a está se referindo à queda. Minha esposa, em 1991, tinha uma função de assessora e foi exonerada, o que diminuiu a nossa movimentação. A minha percepção também da caixa de pecúlio foi diminuída, porque houve uma unificação do fixo e do variável, das vantagens. Antigamente, o nosso salário era dividido em duas partes, depois foi unificado - não sei se foi a emenda Nelson Carneiro, não me recordo. Com referência à caixa de pecúlio, houve a diminuição.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, Deputado Carlos Benevides, vamos deixar bem claro: essa diferença entre a remuneração parlamentar de 98 mil dólares, por exemplo, no ano de 1989, para 202 mil dólares, em 89; a diferença em 1990, de 123 mil para 219 mil dólares; a diferença de 79 mil para 199 mil dólares; a diferença de 75 para 165 mil dólares, V. Ex^a explica, basicamente, pela remuneração complementar da Assembléia Legislativa e o salário...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Da minha esposa, porque sou casado com comunhão de bens e nós juntamos os dois salários. Ela foi exonerada em dezembro de 1991...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Trata-se de conta conjunta e a remuneração dela é feita na mesma conta corrente desde 1989.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Por exemplo, no Banco Bandeirantes, de Fortaleza, onde opero uma conta, de cada quatro cheques, três são da minha esposa e um é meu - trouxe até uma amostragem. Todavia, é atribuído como movimento meu, mas eu assumo essa totalização.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estamos falando de crédito e não de emissão de cheques.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mas, naturalmente, os créditos de 1990 foram transferidos. A fonte é a mesma; a origem é a mesma. A origem é lícita, Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Iremos, evidentemente, confrontar essas informações.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Aloizio Mercadante, naturalmente, é facultado a esta Comissão comprovar a sua ilicitude. Apenas quis inferir...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não há nenhuma afirmação de que a origem é ilícita.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Deputado Aloizio Mercadante que conclua a sua indagação, para não sofrer censura do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Deputado Carlos Benevides, V. Ex.^a conhece Evaldo A. da Silva e Marcílio Santiago Matos?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não é Marcílio, mas sim Marcilêia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Marcilêia Santiago Matos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Conheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem é Evaldo A. da Silva?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Evaldo A. da Silva? V. Ex.^a, está se referindo a cheques; V. Ex.^a, está preocupado com entrada ou com saída de dinheiro?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Trata-se de débitos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - A Sr.^a Marcilêia é uma funcionária minha.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E o Sr. Evaldo A. da Silva?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não sei. Não se trata de José Tavares da Silva?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, não. O Sr. José Tavares da Silva tem muitos cheques de V. Ex.^a, mas com valores menores. Este cheque aqui é de um valor elevado; são 60 milhões e 600 mil cruzeiros, datados de junho de 1990. Trata-se de um cheque nominal a Evaldo A. da Silva. V. Ex.^a, não se recorda do que seria este cheque?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não me recordo, até por que não tive acesso a esses dados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem é Maura Braga de Oliveira?

O SR. CARLOS BENEVIDES - É minha funcionária.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Sr. José Tavares da Silva também deve ser seu funcionário, porque também há muitos cheques para ele.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exato. Ele também é meu funcionário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, só para concluir gostaria de perguntar o seguinte. A Agropecuária Benevides Ltd^a é uma empresa em que V. Ex.^a, tem alguma participação acionária?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Com certeza. São dez cotas, e eu tenho nove cotas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E quanto à Construtora Concicol?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, não tenho...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não tem qualquer relação?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tenho relação, mas não de remuneração.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Qual a relação que V. Ex.^a, tem com essa construtora?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sou responsável técnico dessa construtora e de mais duas empresas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A Construtora Cotepada Ltd^a é...

O SR. CARLOS BENEVIDES - É a mesma. A pessoa que trouxe a informação a V. Ex.^a, não lhe disse.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E a EIT?

O SR. CARLOS BENEVIDES - EIT? Não, Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex.^a, não tem relação?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não tenho relação com nenhuma das empreiteiras que foram relacionadas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex.^a, é o responsável técnico da CONICOL?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa empresa recebe recursos do Orçamento?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Que tipo de serviço essa empresa presta?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Essa empresa presta serviços praticamente ao Governo do Estado do Ceará e à Prefeitura Municipal de Fortaleza. É uma firma de pequeno para médio porte, Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante, gostaria que concluísse.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pois não, Sr. Presidente. Deputado Carlos Benevides, essa empresa não recebe nenhum recurso direto nem indireto da União?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nenhum recurso. V. Ex^a. irá comprovar isso depois.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Deputado Carlos Benevides, tenho poucas perguntas a fazer a V. Ex^a., porque algumas delas já foram respondidas ao Senador Iram Saraiva, e uma outra foi respondida ao Senador Gilberto Miranda.

A denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que, naturalmente, caracterizou esta CPI, vem em função de duas denúncias: uma, de um esquema na Comissão de Orçamento de liberação de recursos; outra, de um esquema de liberação de subvenções sociais a fundações e a outras entidades. Há apenas essas duas acusações ao Congresso, à Câmara, ao Senado, aos Parlamentares, mas, diretamente, à Comissão de Orçamento. V. Ex^a. tem uma participação ativa nos dois processos: na liberação de recursos na área orçamentária e na liberação de recursos de subvenções sociais.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pois não, Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Ex^a. atribui algum vínculo dessa denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos? Essa denúncia desses dois esquemas montados na Comissão de Orçamento tem alguma relação com V. Ex^a.?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Pedro Pavão, com aquele núcleo de poder com que esta Comissão tem se preocupado - há até a preocupação do Deputado Sérgio Miranda, que tem atuado muito nesta Comissão -, não posso contribuir; acho que não posso contribuir praticamente com nada, até por que nunca fiz parte dela. Agora, digo a V. Ex^a. que eu conhecia o Sr. José Carlos Alves dos Santos e que ele me ajudou em certo momento; não posso deixar de reconhecer isso. Não posso atirar pedras neste momento; tenho que reconhecer que ele me ajudou. Agora, fazer uma ligação do Sr. José Carlos Alves dos Santos com subvenção e do Deputado Carlos Benevides no Orçamento... Posso dizer a V. Ex^a. que, com relação a mim, em nenhum momento houve essa ligação.

O SR. PEDRO PAVÃO - E vamos um pouquinho mais além: e José Carlos e João Alves? José Carlos e Cid Carvalho? José Carlos e relatores e sub-relatores parciais da Comissão de Orçamento, nessa época?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu, às vezes, informava-me com o José Carlos se os relatórios parciais dos sub-relatores estavam prontos, se estavam sendo executados. Ele me dava informações. O Deputado João Alves, quando eu o conheci, já estava saindo ou era Relator, no ano de 1990. Também não posso mensurar a influência do Dr. José Carlos no Orçamento. Sei que ele tinha informações, que me trazia: relatório parcial "A" está pronto, relatório parcial "B" está pronto ou não está pronto. Isso ele me dizia.

O SR. PEDRO PAVÃO - No seu depoimento anterior, V. Ex^a disse que utilizava não apenas o Sr. José Carlos Alves dos Santos e sim os Ministros. Citou alguns deles: Margarida Procópio, quando Ministra, o atendeu na liberação de recursos?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Atendeu e ela também era muito rigorosa, pelo menos em relação a mim, era um tratamento respeitoso; mas ela era muito dura. Talvez tão dura quanto o Ministro Fiúza, que ameaçava mandar o Tribunal de Contas fiscalizar as subvenções.

O SR. PEDRO PAVÃO - Do Ministro Fiúza não pode haver reclamações: de 54 houve liberação de 40, pelo que me consta.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tenho documento sobre isso, Deputado. 40 estão aptas.

O SR. ROBSON TUMA - (INAUDÍVEL)

O SR. PEDRO PAVÃO - 54 naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é permitido dar apartes, mesmo na tentativa de ajudar quem esteja inquirindo. Peço ao Deputado Tuma que se submeta às regras do Parlamento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente, Deputado Carlos Benevides, V. Ex^a tem conhecimento de que a sua vinda a esta Comissão é para exercer um direito de defesa.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não; estou aqui para oferecer uns esclarecimentos, Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Um direito de defesa muito natural.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Quero aproveitar essa oportunidade para ver se...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o Deputado Pedro Pavão me permite, não é assim que a Mesa e a maioria da CPI entendem. Não acusamos, portanto não há defesa; não há contraditório aqui. Há uma testemunha que responde perguntas que V. Ex^a faz.

O SR. PEDRO PAVÃO - Perfeito; mas as Subcomissões, naturalmente, trouxeram aqui para o Plenário algumas acusações pertinentes; há levantamentos de subvenções no Orçamento e outras coisas. Naturalmente, há a necessidade de se providenciar os documentos pertinentes ao Relator, que, no seu relatório, naturalmente, terá, com a defesa prévia, condições de fazer um relatório que não venha a incriminá-lo.

Eu faria outra pergunta apenas: no meu Estado, São Paulo, não é permitido se acumular pecúlio - estado e União -, a lei no Ceará o permite?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Permite, Deputado. A Caixa de pecúlio foi extinta? Então, foram assegurados os direitos a quem já percebia. Então, hoje em dia, ela já não existe mais.

O SR. PEDRO PAVÃO - Antes de ser extinta, existia uma lei que permitia?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Ah, com certeza. Existem outros Parlamentares que percebem também.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, Deputado Carlos Benevides e Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passamos à lista de Suplentes. O primeiro inscrito é o Deputado Paulo Ramos, que tem a palavra. Antes, porém, tem a palavra, pela ordem, o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir à Presidência que inquire o depoente com respeito a uma informação que passou na minha arguição e que eu gostaria de ver esclarecida. O Depoente disse que tem mantido contato com os funcionários da Subcomissão de Bancos, que foram lhe informando, ao longo desse período, a totalização parcial que tinham tido da conta dele, inclusive mencionando que a conta dele era a quarta de menor valor. Gostaria de saber se realmente foi isso que eu ouvi e se procede essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta é pertinente porque, dentro da CPI, não oferecemos a ninguém, até agora, informações prévias. Permitimos, isso sim, que as pessoas pudessem ir até as comissões e subcomissões e expusessem os seus pontos de vista, mas não obter informações e respostas. Daí por que peço que V. Ex.^a responda, Deputado Carlos Benevides.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pois não. Em nenhum momento o Dr. Francisco Almeida me informou valores. A imprensa sempre teve acesso, Deputado Aloizio Mercadante. E, baseado nas informações da imprensa, é que eu me dirigi a ele. Eu, em nenhum momento, constatei má vontade dele para prejudicar qualquer Parlamentar. Mas a minha totalização bancária passou nas mãos de vários jornalistas, Senador Jarbas Passarinho. Até mesmo um grande jornal do Rio de Janeiro, de circulação nacional, Deputado Aloizio Mercadante - posso fazer chegar as suas mãos - fez até um gráfico com relação a minha evolução. E eu indaguei ao coordenador da Subcomissão de Bancos, e ele me assegurou que não havia sido feita a totalização das minhas contas. Mesmo assim, um determinado jornal fez um gráfico.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Deputado, a minha informação é muito específica. V. Ex.^a citou várias totalizações parciais....

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu tenho elas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...inclusive chegou a afirmar que essa totalização que eu mencionei foi feita hoje à tarde, porque o Francisco lhe teria dito que eram 840 mil e não 680.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu é que disse para ele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas como que V. Ex.^a disse para ele, se V. Ex.^a não tinha acesso às informações.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Bem, Deputado Mercadante...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex.^a, inclusive, está com cópia dos cheques.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não. Isso aqui foi meu. Foi levantamento meu, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu considero a questão de ordem parcialmente respondida.

O SR. CARLOS BENEVIDES - O Dr. Francisco nunca me disse... não deu nenhuma informação. Ele apenas respondia às indagações que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoente nega ter recebido informações. Depois, isso pode ser objeto de uma investigação. Mas é muito oportuno o que acaba de ocorrer. O que mostrou o depoente ainda há pouco? Que conheceu, pela imprensa, parte da sua movimentação bancária. Ora, entre nós isso seria absolutamente impossível de ser realizado, se todos cumprissem aqui o compromisso que temos. Pois bem! Hoje, nós tomamos uma decisão firme aqui dentro, antes de ouvirmos o depoente. Estou sendo informado, agora, que o lead da televisão SBT declara que nós recuamos das posições anteriores pela ameaça do livro que está prometendo escrever para a literatura brasileira o Senador José Paulo Bisol! Então, é esse o papel da imprensa? É com isso que eu não posso me compatibilizar. Que ontem alguém já tivesse dito que estava convocado era um erro, porque nós não dissemos que estava convocado, mas que iríamos propor a convocação. Mas essa, então, é brutal! Dizer que nós recuamos a partir de uma providência que tomamos aqui, por unanimidade, e se publica dessa maneira. De modo que aí está uma parte do que diz o depoente: ele obtém informações pela imprensa.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu cheguei as provas às mãos do Deputado Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As que eu não tenho como Presidente da Casa, e a Mesa também não.

Deputado Paulo Ramos, prossiga.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Com licença, mas o que eu recebi agora do Deputado Carlos Benevides são informações da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas nós vamos apurar isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estão aqui as informações, impressas pela Subcomissão, pelo PRODASEN, com as avaliações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Assim como já fizemos aquela outra sindicância...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mas não foi me dado oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ... nós vamos conseguir essa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei que não foi dado oficialmente.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu quero que fique bem claro para V. Ex^a que os dois funcionários que estão ajudando o Poder Legislativo a esclarecer esse fato apenas estão dando uma contribuição.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sei. Mas estamos apurando aqui os privilégios que V. Ex^a poderia ter na gestão do Orçamento; mas agora, também, na apuração da CPI, é uma novidade.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Atribuição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir a palavra do Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros desta CPI, caro Deputado Carlos Benevides, V. Ex^a, na exposição inicial e logo depois, respondendo às primeiras indagações, afirmou que conhecia parlamentares que fizeram carreira política em função das subvenções sociais.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não. Fizem carreira, não, Deputado. Que se consagraram.

O SR. PAULO RAMOS - Que se consagraram.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Fazer carreira é quem fazia só aquilo.

O SR. PAULO RAMOS - Que se consagraram, em função das subvenções sociais, e que V. Ex^a, em face dessa experiência, aqui chegou com a preocupação de trilhar o mesmo caminho.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não. A afirmação é sua. V. Ex^a está induzindo.

O SR. PAULO RAMOS - Não. Só estou querendo recuperar, para fazer a pergunta. Não estou querendo nem alterar.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Paulo Ramos, V. Ex^a está querendo me condenar sem me ouvir?

O SR. PAULO RAMOS - Não. V. Ex^a nem me permitiu fazer a pergunta.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Está bom. Prossiga V. Ex^a.

O SR. PAULO RAMOS - V. Ex^a manifestou que, no exercício do mandato, tem uma preocupação muito grande com as subvenções sociais, entendendo que elas politicamente consagram. Obviamente que elas politicamente consagram...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Consagraram, não a mim.

O SR. PAULO RAMOS - Elas politicamente consagram, na medida em que há retribuição por essa prestação de serviço no período eleitoral, especialmente nas comunidades mais miseráveis, que rotineiramente não recebem os serviços decorrentes. Essa é uma experiência genérica.

O SR. CARLOS BENEVIDES - A União está sempre lá para cobrar imposto, nunca para retribuir.

O SR. PAULO RAMOS - É claro - e sabemos - que esse tipo de procedimento credencia nas chamadas bases eleitorais, especialmente nas bases mais carentes.

É exatamente em função dessa experiência, que eu gostaria de reler - na medida em que o Relator, quando o fez, não leu na integralidade - o bilhete encaminhado pelo Deputado Carlos Benevides ao Sr. José Carlos Alves dos Santos:

"Caro José Carlos, estive aqui, conforme combinado, para trazer pessoalmente o fax anteriormente enviado.

Hoje, o **Diário Oficial da União** traz mais desbloqueios da Secretaria de Desenvolvimento Regional e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. Infelizmente, nada do nosso interesse.

Continuamos, papai e eu, aguardando sua manifestação."

V. Ex^a entende ou reconhece que existe um sistema de poder que funciona na Casa, com o objetivo de privilegiar determinados parlamentares?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Paulo Ramos, estou agora ligando mais os fatos.

Veja o prestígio do Deputado Carlos Benevides: tentei falar várias vezes com o Dr. José Carlos pelo telefone e não consegui. Fui pessoalmente ao DOU; se me recordo, esperei mais de 2h no DOU para falar com o Dr. José Carlos Alves dos Santos.

Reclamava que estava havendo outros desbloqueios. Foi um artifício; o Governo passado bloqueou os recursos, apesar de ser lei aprovada por nós, do Congresso Nacional. Mas havia esse bloqueio, e tinha de se brigar pelo desbloqueio.

Não posso esconder a V. Ex^a essa condição de tentar liberar recursos para o meu Estado, o Ceará. Agora, se V. Ex^a está querendo dimensionar o poder do Deputado Carlos Benevides, certamente que com esse desprestígio todo, que V. Ex^a constata neste momento, que nem indo pessoalmente lá, consegui falar com o Dr. José Carlos Alves dos Santos, e tive de deixar um bilhete para ele, porque não consegui falar pessoalmente.

O SR. PAULO RAMOS - Obviamente que o prestígio de V. Ex^a está refletido nas inúmeras emendas aprovadas e nas carradas de subvenções sociais que V. Ex^a conseguiu.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nem 5% de um ilustre parlamentar do Estado de V. Ex^a, menos de 5%.

O SR. PAULO RAMOS - Agora, pergunto: V. Ex^a afirmou...Aliás, o Estado do Rio de Janeiro tem sido aquele muito investigado, felizmente, e seria interessante que a investigação fosse...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu receio que estejamos nos desviando do rumo certo.

Discutir a questão do poder é quase um monopólio do Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PAULO RAMOS - É que seguramente o Depoente quer agir com ironia, mas não vai conseguir me desviar do rumo das perguntas.

A ironia que ele faz com o Estado certamente... Espero que, com relação a ele, o rigor da Comissão...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Se V. Ex^a entendeu assim, queira desculpar-me. V. Ex^a é que começou ironizando.

Se eu quis ironizar V. Ex^a, peço desculpas. Agora, V. Ex^a me ironizou no começo da sua indagação.

O SR. PAULO RAMOS - Eu espero, sendo ele um dos bem aquinhoados desta Casa.. com o mesmo rigor com que os parlamentares do Rio de Janeiro estão sendo justamente tratados, porque acho que a Comissão tem de tratar com rigor aqueles que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu só faria um comentário, se me permite V. Ex^a e o Depoente.

O SR. PAULO RAMOS - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como não fui deputado, agora entendo, nesses debates todos, como os deputados se tratam.

O SR. PAULO RAMOS - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode prosseguir V. Ex^a.

O SR. PAULO RAMOS - Talvez as condições no Senado sejam baseadas numa falsidade maior, o que não acontece na Câmara dos Deputados.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, quero concluir as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão...

O SR. NÃO IDENTIFICADO - V. Ex^a não ouviu a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já conheço há muito tempo o Deputado Paulo Ramos e sei que as suas palavras correm mais depressa que o seu raciocínio. Ele ofende como não ofendemos.

Apenas mostrei como os Deputados se tratam no aparte: um aparta, o outro aparta, e se atribuem essas condições. Somos um pouco mais comedidos. Espero que V. Ex^a tenha uma brilhante carreira e chegue ao Senado Federal. Quando V. Ex^a chegar ao Senado Federal, certamente chegará modificado.

O SR. PAULO RAMOS - Se tiver o privilégio das subvenções sociais e das emendas do Orçamento, certamente que poderei...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Escolha outro rumo porque essas não dão...

O SR. PAULO RAMOS - Tudo bem. De qualquer maneira não quero desviar-me das perguntas porque...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso que é o principal, porque senão ficaremos nós dois polemizando...

O SR. PAULO RAMOS - O Deputado Carlos Benevides afirmou que se empenha muito para conseguir as subvenções sociais para ver as suas emendas aprovadas. E assim o consegue.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a está misturando subvenção com emenda. São duas coisas distintas.

O SR. PAULO RAMOS - São semelhantes, porque envolvem o exercício do mandato. V. Ex^a tenha a paciência de esperar que eu conclua as minhas indagações porque está interrompendo...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Terei paciência com certeza. Perdoe-me V. Ex^a

O SR. PAULO RAMOS - V. Ex^a se acha, então, mais esforçado do que outros que procuram também se esforçar e não têm nenhuma emenda aprovada; não tem subvenção social. A que V. Ex^a atribui o sucesso de V. Ex^a e o insucesso, praticamente, de uma parcela expressiva dos membros do Congresso Nacional na aprovação de emendas e na consecução de subvenções sociais?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Na atribuição de V. Ex^a uns têm poder numa coisa e outros em outra. Por exemplo, V. Ex^a é um Deputado poderoso que conseguiu sepultar um processo movido contra V. Ex^a num episódio ocorrido no Congresso Nacional. Esse episódio foi sepultado. V. Ex^a tem que considerar que é um Deputado poderoso. V. Ex^a está me atribuindo um poder que não existe.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos nos desviando do objetivo desta Comissão. O objetivo desta Comissão está relacionado com a aplicação, através de ilicitudes do Orçamento nacional, do Parlamentar, no caso.

Peço que voltemos ao nosso leito normal de trabalho.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, estou fazendo as perguntas, e o depoente, não sei por que razão, insiste em não responder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, se as perguntas começam a sair do objetivo...

O SR. PAULO RAMOS - Não saem do objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que permaneça no objetivo, porque vou ficar atento, aqui também, sem que as pessoas me procurem e eu perdendo a oportunidade de acompanhar o diálogo.

O SR. PAULO RAMOS - Seria interessante... O depoente afirmou que a sua persistência e a dedicação fizeram com que suas emendas e as subvenções sociais por ele sugeridas também aprovadas. Se ele atribui esse sucesso à sua persistência, como é que atribui o insucesso a outros igualmente persistentes? O Deputado João Alves atribuiu a fortuna que amealhou à sorte. Será que ele atribui, igualmente, o fato de conseguir todas essas aprovações também à sorte?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Paulo Ramos, V. Exª também deve não ter estado atento ao meu discurso. Fiz uma consideração que sempre fui um desmerecido com relação a emendas entre as apresentadas e as aprovadas. Não sei se V. Exª se deteve na análise. Disse que, proporcionalmente, sempre fui um desfavorecido entre as emendas aprovadas e as rejeitadas.

Retomando o objeto desta Comissão, existem três etapas nas emendas: apresentadas, aprovadas e liberadas. No ano de 1993, para falar no passado próximo, ou no presente, nem 20% das minhas emendas aprovadas foram liberadas.

V. Exª pode tecer um comentário de que sou poderoso, de que tenho força. Essa é a concepção de V. Exª. A minha concepção é outra. Se das emendas que aprovei, liberei 20%, como posso ser considerado por V. Exª um homem influente? Não concordo com essa afirmação.

O SR. PAULO RAMOS - V. Exª conhece o Sr. Taturu Nakamura, gerente-geral do Banco Sumitomo Brasileiro, na Avenida Paulista, em São Paulo?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Conheço.

O SR. PAULO RAMOS - V. Exª adquiriu alguma propriedade desse senhor na SHIS QI 5, conjunto 17, casa 8?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Paulo Ramos, V. Exª faz parte da Subcomissão de Patrimônio? Eu, cidadão Carlos Eduardo Benevides Neto, tenho 1/6 desse imóvel, que realmente foi adquirido do Sr. Taturu Nakamura e está constando na minha última declaração de bens. É verdade, conheço. Eu e mais cinco irmãos, juntamente com ajuda do nosso pai, compramos esse imóvel. V. Exª talvez não saiba que, em 1991, perdi um cunhado; tenho, pois, uma irmã que ficou viúva muito nova. E, desde esse episódio, resolvemos comprar esse imóvel do Sr. Taturu Nakamura. Dele tenho 1/6 e está declarado no meu Imposto de Renda. V. Exª pode verificar.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, a informação que se tem é que o imóvel teria sido adquirido pelo depoente no valor de 500 mil dólares. Essa é a informação que tenho. Como é para ser investigada, gostaria de perguntar ao depoente se procede ou não.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não é verdade, Deputado. Tenho em mãos o documento do Imposto de Transmissão que foi pago por nós. Este imóvel, que, por sinal, fique bem claro para V. Exª, uma determinada revista chegou a dizer que ela valeria 700 mil dólares, é uma casa que se situa num terreno de 20 metros de frente. A imprensa chegou a falar até em 200 metros, quando, na verdade, tem apenas 20. Pergunte ao Senador Pedro Teixeira, que é um lote padrão do Distrito Federal, tem 20 metros. A minha parte foi avaliada por 30 mil, 940 dólares, que, vezes seis, dá 180 mil dólares. Então, Deputado Paulo Ramos, muito abaixo do que V. Exª afirmou. Tenho os documentos, inclusive a cópia do recibo do imposto pago.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que conclua porque já descontei o tempo que V. Exª foi prejudicado por nós.

O SR. PAULO RAMOS - Todas as inspeções feitas nas entidades que receberam subvenções sociais e outras que foram beneficiárias de emendas do Deputado Carlos Benevides - pelo menos tenho três relatórios aqui, e a Comissão de Subvenção Social também chegou a essa conclusão -, todas as auditorias feitas demonstram irregularidades.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Conheço duas.

O SR. PAULO RAMOS - Porque foram feitas apenas em duas. A Comissão de Subvenção Social, segundo tenho informações, selecionou aquelas que foram beneficiadas acima de 100 mil dólares. Nas duas que foram investigadas houve irregularidades.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não é do conhecimento das entidades ainda. Mas tenho que acreditar na palavra do Senador Garibaldi Alves Filho e do próprio Relator.

O SR. PAULO RAMOS - Existe uma suspeição, em alguns casos certeza, de uma certa cumplicidade com a participação do Poder Executivo. Quando o depoente diz que para determinado órgão, para o Ministério da Ação Social, por exemplo, as entidades estão

em situação regular e o Tribunal de Contas faz uma auditoria e verifica inúmeras irregularidades, é possível - e pergunto ao depoente - a conclusão ou pelo menos a suspeição de que o Ministério da Ação Social, quando considera regular uma entidade para continuar recebendo subvenções, esteja mancomunada com esse esquema de liberação de recursos e não-utilização devida?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Paulo Ramos, tenho conhecimento de que, às vezes, o prefeito que sucede a um outro não é da mesma corrente política, e existem processos em que prefeitos anteriores não prestam contas e vão para a

tomada de contas especiais - este é o termo técnico específico com relação a quem não comprova a utilização dos recursos provenientes do Governo Federal. Nesse caso a que V. Ex^a se refere, o Tribunal de Contas ouve a parte em que fez a inspeção, tira sua conclusão e depois manda para a tomada de contas especial. Nesse momento, V. Ex^a pode ter a certeza de que o Governo Federal coloca como entidade inadimplente.

Eu não vejo nenhuma cumplicidade do Governo Federal nem do Executivo, porque às vezes por um dia somente, Deputado; existe o programa no computador. Se a vigência do convênio ultrapassar o prazo de entrega, no outro dia é automático: a entidade, a prefeitura, um órgão qualquer, até o Governo do Estado, fica inadimplente. Então, não existe cumplicidade, no meu entendimento.

O SR. PAULO RAMOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Deputado Maurício Najar, com a recomendação sempre de que os decibéis fiquem à altura normal dos nossos ouvidos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agradeço a observação, Sr. Presidente. Eu gostaria que o depoente, o nobre Deputado, me esclarecesse alguns aspectos, porque somente agora, pela inquirição do Deputado Aloizio Mercadante, foi possível tomar conhecimento de que V. Ex^a presta assistência técnica como engenheiro em algumas empresas.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Faculto com fé, Deputado Maurício Najar. Faculto com fé isso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim. V. Ex^a presta assistência técnica na construtora CONICOL?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Construtora Contaprado. Talvez a pessoa que trouxe a informação a V. Ex^a não conheça bem a empresa. Chama-se Construtora Contaprado. E também a CONTUSA, Construtora Souza Barreto.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - As duas empresas?

O SR. CARLOS BENEVIDES - São duas. Estou sentindo a preocupação de V. Ex^a somente em uma.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Estou fazendo essa indagação baseado no que acabei de ouvir de V. Ex^a, pela indicação do Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pois não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A minha pergunta mesmo seria sobre as 14 entidades que receberam verbas através de suas emendas e que foram consideradas irregulares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pois não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas como já foi muito debatido esse assunto, eu gostaria de saber: V. Ex^a presta assistência técnica como engenheiro para a CONICOL e para a CONTUSA. É remunerada essa assistência?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Em qual dessas empresas - ou nas duas - V. Ex^a possui nove entre dez cotas?

O SR. CARLOS BENEVIDES - A Agropecuária Benevides. É uma empresa que depois posso historiar a V. Ex^a. Não é grande a empresa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não é necessário. V. Ex^a tem participação na CONICOL?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Deputado. Há uma certidão da Junta Comercial que também posso fazer chegar às suas mãos, dizendo a que empresas pertencem. Chama-se participação societária. Tenho aqui. V. Ex^a quer que eu a leia?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Eu gostaria de saber se V. Ex^a presta assistência técnica gratuita, não remunerada, à CONICOL.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Maurício Najar, não tenho nenhum emprego, nem a nível municipal, nem a nível estadual, nem a nível federal. Talvez V. Ex^a não tenha estado atento ao meu discurso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não, estive atento sim. É que não estou entendendo. Eu gostaria que V. Ex^a reafirmasse que presta assistência técnica de engenharia...

O SR. CARLOS BENEVIDES - No quadro de uma empresa de engenharia, até cinco profissionais podem ter responsabilidade técnica. Isso é uma legislação do CONFEA. E o profissional pode, excepcionalmente, ser responsável em até duas. Já fui em outras. Aja Empreendimentos Ltd^a... Posso fazer o histórico, se V. Ex^a...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não, a minha estranheza - e sou muito sincero - é com relação à prestação do serviço gratuito. É isso que eu gostaria de ouvir. V. Ex^a não tem interesse nenhum nessa empresa? Não tem participação?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tenho, porque nas obras em cujo termo de recebimento estou presente ganho um atestado do CREA. E isso, Deputado, se um dia o povo do estado do Ceará perder a confiança no Deputado Carlos Benevides... Tenho ali a pasta do meu acervo, faço chegar às mãos de V. Ex^a. Eu terei que pedir emprego, quem sabe, numa empresa de V. Ex^a ou de qualquer outra pessoa, porque com a política nós não conseguimos fazer nada. Sou muito novo, já tenho 15 anos de vida pública. Quem sabe até, depois de tanta coisa assacada contra mim, eu venha a deixar a política. Não pretendo deixar a política. Quero, no campo profissional, ter um currículo. Pronto. Posso lembrar a V. Ex^a - se V. Ex^a me permite - um episódio recente no panorama político: o ilustre Deputado Alufio Alves, um certa feita, foi indicado para o Tribunal Superior Militar para uma vaga de advogado. Um homem reconhecido pelo povo da sua terra, foi indicado pelo Senhor Presidente da República

e apenas por não ter, vamos dizer assim, por não ser inscrito na OAB, por não ter assinado nenhuma causa nos últimos anos, teve a sua indicação prejudicada. Até pensando nesse episódio, quero ter o meu acervo técnico como profissional, e o terei, se Deus quiser. Agora, como não tenho tempo de ser remunerado...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Se V. Exª permite, eu posso fazer essa síntese. V. Exª presta serviços de assistência técnica à Conscol ?- que é uma construtora - exclusivamente para fins de currículo, sem nenhuma remuneração?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Chama-se RT, responsável Técnico, responsabilidade técnica.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim. Sem nenhuma remuneração, para fins de currículo?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente. Acervo técnico.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª declarou, também, que ela presta serviços para entidades públicas, para o Estado e para o Município.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exato.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ela presta serviços em obras para a Prefeitura de Fortaleza e presta serviços para o Governo do Estado do Ceará?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Para o Governo do Estado do Ceará.

Nessas obras,...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Para acrescentar, para, vamos dizer assim, identificar melhor a Conscol ? ou a Construtora COTEPADA (?), como ela é conhecida. Em recente programa de um dos canais de televisão chamado "Roda Viva", o Governador do Ceará, Ciro Ferreira Gomes, foi indagado sobre como teriam sido os preços na construção de um canal, em que inclusive a engenharia cearense se projetou, porque conseguiu, em noventa dias, construir 107 quilômetros de canal em céu aberto. Foi exatamente, Deputado Maurício Najar, a Conscol que deu o menor preço, fazendo com que todas as outras grandes empresas que estavam participando dessa tomada de preços...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Esse canal não é de abastecimento de água da Grande Recife?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não. Fortaleza, Deputado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Desculpe-me.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Essa foi a consideração do Governador Ciro Gomes, não é minha. Foi ele que assegurou.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora indago a V. Exª, aproveitando esse exemplo: nessa obra, teve verba da União?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Teve verba da União, foi um contrato com a Companhia de Água e Esgoto do Estado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Se teve verba da União, V. Exª me perdoe, mas estava absolutamente impedido de dar assistência técnica a uma empresa que tem contrato com empresas públicas, recebendo verba da União.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, isso na concepção de V. Exª.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E na concepção da Constituição do País também.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não assino cheque, não exerço cargo de direção. Portanto, posso ser responsável técnico sim. Posso até tirar a dúvida com o nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães. Não exerço nenhuma função. Assim, nenhum parlamentar poderia ser sócio de nenhuma empresa de rádio!

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Se V. Exª não exerce nenhuma função, qual é o tipo de assistência que V. Exª presta, daqui de Brasília, lá em Fortaleza? V. Exª declarou que reside e que sempre residiu, praticamente, em Brasília. Foi morar em Fortaleza em 1990, por ocasião das eleições. Retornou a Brasília e aqui reside.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Estou retornando para o ano, Deputado, porque é ano de eleição.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ano de eleição. Eu gostaria de saber como, daqui, V. Exª presta assistência técnica nas obras?

O SR. CARLOS BENEVIDES - A duas empresas. V. Exª está se referindo a só uma. Está esquecendo a outra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Depois vamos prosseguir com a segunda. É que essa é construtora. A outra ...

O SR. CARLOS BENEVIDES - A outra também.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A outra também?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Também. É a Construtora Souza Barreto.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E é nessa outra que V. Exª tem nove entre dez?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Deputado. Aí é uma empresa agropecuária. É uma terceira.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Qual é a empresa que V. Exª falou que tem nove cotas dentre dez cotas?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Agropecuária Benevides Ltda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Essa empresa também é uma construtora?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, nobre Deputado. É agropecuária.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Perguntei e V. Exª acabou de dizer que era. Por isso estou insistindo nisso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não. Tem uma outra empresa em que sou o responsável técnico, não que eu seja o dono.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O que me levou a fazer essa pergunta - e V. Exª esclareceu, não quero ser injusto, V. Exª é um colega, conhecemos até por nome o seu pai, e estou conhecendo V. Exª hoje. Eu só estou fazendo esse tipo de indagação...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pois eu conheci muito V. Exª durante o seu desempenho na Comissão.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu agradeço. Só estou fazendo essa indagação, porque foi V. Exª que falou ao Deputado Aloizio Mercadante que tinha nove entre dez cotas, que V. Exª prestava assistência técnica à CONCICOL. Agora estou entendendo que a CONCICOL é uma construtora que lida com verbas da União.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exato. Isso na concepção de V. Exª. Admito que lide. V. Exª está dizendo que o canal do trabalhador teve recursos do Governo Federal. Teve; é verdade, inclusive com a anuência do Deputado Genofino.

O SR. JOSÉ GENOINO - É crédito suplementar da União. Aliás, crédito suplementar temos que investigar bem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Carlos Benevides, vou pedir a V. Exª para não citar parlamentares, se não teremos a intervenção dos parlamentares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pois não, Presidente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu estou reputando a Constituição Federal, que é extremamente rigorosa. Ela fixa, desde a diplomação, o que o Deputado Federal não pode fazer. Ela fixa, desde a posse, o que o Deputado não deve fazer, em hipótese alguma; e V. Exª presta assistência técnica, como parlamentar, no exercício do mandato, em empresas que têm obras, que recebem recursos da União. É uma indagação que eu deixo à Mesa e ao Relator, para que se aprofunde na legalidade desse contrato gratuito de assistência técnica para a empresa que lida com recursos da União.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra. Já que há um apelo para que o Relator se aprofunde, então eu vou me aprofundar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O nobre Deputado Maurício Najar não está com apetite de procurar investigar essa agropecuária; está muito urbano. Eu vou então à agropecuária.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Pois não, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essa empresa tem sede onde?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Roberto Magalhães, para falar da agropecuária, eu queria fazer um histórico a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não pode ser sem histórico, não?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, mas é breve.

Eu adquiri um imóvel, em 1979, e ele pertencia ao meu pai. Aliás, eu estava me casando ainda nesse ano. Segundo ele - não sei, talvez V. Exª, como advogado, possa dizer se ele tinha razão - achou que para passar a propriedade de meu pai, que eu estava adquirindo, estava pagando, não era legal, tinha que ser através de uma empresa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, não é através de uma empresa, porque aí é uma simulação. É que, na realidade, filho não pode comprar de pai sem o consentimento dos demais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois bem. Então, foi feita essa firma, em 04 de outubro de 1979, e são sócios dessa firma Carlos Eduardo Benevides Neto e Dejanir Mota de Aguiar, que é minha esposa, e que naquele tempo era noiva, porque íamos casar depois. Então, foi constituída essa falada Agropecuária Benevides que, segundo a certidão da Junta Comercial, encontra-se inativa. Eu fui indagar da Junta Comercial por que ela tinha dado como inativa, se ela tinha conta em banco etc. É porque, a cada mudança da moeda, tem que ser feito um aditivo ao contrato social, e eu nunca mais fiz aditivo. É por isso que a Junta Comercial...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É uma propriedade rural?

O SR. CARLOS BENEVIDES - É uma propriedade rural.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quantos hectares?

O SR. CARLOS BENEVIDES - 167,10 hectares, no Município de Pacatuba-

CE.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não dá nem para fazer projeto da SUDENE, não é?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não dá, não, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É muito pequenininha.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Se for pela ordem para ajudar na ordenação dos trabalhos. Se V. Exª estiver entendendo que os trabalhos não estão devidamente ordenados, dou a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO RAMOS - É uma questão de ordem. O depoente fez uma afirmação, que ficou no ar, de que eu responderia a um processo na Câmara, e não foi esclarecido. Eu gostaria de saber qual é o processo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu gostaria de saber quem são os sócios da CONCICOL?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Olha, Deputado. Eu conheço... um deles, inclusive, é meu colega de infância. É uma família de cinco filhos, dos quais quatro engenheiros, e o dono dela - o que tem a maior parte das ações - chama-se José Rodrigues do Nascimento. É um homem de pouca cultura, mas de muita visão.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - São amigos pessoais de V. Ex*?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Um dos filhos dele eu conheço há muito tempo, foi meu colega; e eu hoje conheço muito o Sr. José Rodrigues.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Há quantos anos V. Ex* presta esse tipo de assistência técnica a essa empresa?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Desde 1983. Eu tinha participação numa empresa, em 1982 eu estava me reelegendo Deputado estadual, o Senador Mauro Benevides disputava o Governo do Estado. Terminada a eleição, vendi a participação que eu tinha numa outra empresa, chamada AJA Empreendimentos, e desde esse dia fui convidado pelo Sr. José Rodrigues para acompanhar tecnicamente a empresa, onde estou até hoje, porque, em 1987, já passei a residir em Brasília. Aliás, isso é até um favor que ele me faz, Deputado, porque, se eu não tivesse os meus acervozinhos técnicos hoje, nem mesmo o Flávio Barreto, da COPISA, o que seria de Carlos Benevides, se não se elegeisse mais Deputado Federal ou para qualquer outro cargo?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não sei se V. Ex* está bem a par da Lei nº 8.666, que votamos, que não aceita mais esse tipo de atestado para efeito de currículo para concorrências públicas. Mas isso não vem ao caso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Aceita, sim, Deputado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso pode ser para atividade privada. O que me preocupando é realmente esse tipo de assistência técnica para uma empresa daqui. No Ceará...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Duas, Deputado. V. Ex* sempre esquece da outra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não estou preocupado com a outra empresa, porque àquela V. Ex* nem presta assistência, daquela V. Ex* é dono.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, V. Ex* sempre confunde a AJA, porque eu sou o responsável técnico das duas empresas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nas duas V. Ex* presta serviços gratuitamente.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu sou RT - responsável técnico. Naturalmente, quando alguém tem que se responsabilizar tecnicamente por uma obra, tem que ser engenheiro civil. É tem que acompanhar a obra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É isso que estou indagando: daqui no Ceará deve ter mais de 1000 quilômetros.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, a coisa de que mais gosto na vida é de frequentar obras, é de visitar obras. Eu gosto muito de fazer isso. Quando tenho um tempinho...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, vou encerrar. Nobre Deputado Carlos Benevides, vou encerrar, manifestando essa minha estranheza e, por isso, eu gostaria de aprofundar, ou que a Comissão aprofundasse, um pouco mais nesse aspecto: prestar assistência técnica gratuita daqui de Brasília ao Ceará, para uma empresa que tem amigos chegados...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Duas, Deputado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Duas empresas, mas uma delas lida com recursos da União; a outra eu não sei. Lida também?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não sei o que V. Ex* diz com lidar com recursos da União.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Ex* conhece isso bem mais do que eu: recursos da União são recursos orçamentários.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, que culpa a empresa tem de fazer um contrato com o Governo do Estado, e o Governo do Estado receber ajuda do Governo Federal? Ele tem que ser excluído da obra por causa disso? Não.

Nessa visão de V. Ex* nenhum Parlamentar poderia ser sócio de rádio, nem dono de televisão, porque é uma concessão do Governo Federal.

O Deputado não pode exercer cargo de diretoria, pode ter até 99% das ações, mas não pode ser diretor, nem pode assinar cheque, nem ter poder de decisão.

Nessa ótica de V. Ex*, nenhum Parlamentar poderia ser sócio de emissora de rádio.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Poderia, sim, nobre Deputado, porque os contratos de concessão são uniformes, e, por serem uniformes, a Constituição excetua e deixa, e permite. O que a lei não permite é exatamente quando não há uniformidade, é ganhar concorrências públicas empresa que tenha assistência técnica de um Deputado, que ganhe recursos da União nessas obras. É isso que causa estranheza a este Deputado e que eu peço que se aprofunde o estudo, sem nenhuma alusão, nenhuma incriminação de V. Ex*. Essa estranheza permanece no meu espírito e eu peço à Relatoria e às nossas Subcomissões que aprofundem o estudo sobre a legalidade e até onde é permitido ter esse tipo de assistência técnica a empresas que recebem recursos da União e executam obras com recursos da União.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, foi feita uma afirmação, pelo depoente, de que eu responderia a um processo na Corregedoria.

Eu gostaria de saber que processo é esse.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Aquele instaurado porque V. Exª rasgou o projeto que estava sendo lido pelo Deputado Wilson Campos.

O SR. PAULO RAMOS - Não é por desvio de verba pública, não?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu não estou sendo acusado de desvio de verba pública, não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS Eu não estou dizendo isso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Paulo Ramos... o Deputado Carlos Benevides não responde por desvio de obras públicas. É bom que fique claro a V. Exª!

V. Exª está querendo me condenar. Eu estou tendo aqui a oportunidade de prestar esclarecimentos perante a opinião pública do meu País, Deputado Paulo Ramos. Não aceito isso não!

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, para fazer a interpelação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Deputado Carlos Benevides, esta CPI foi instalada a partir das denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos que, numa delas, dizia que tinha sido criado, aqui na Câmara, em torno da Comissão do Orçamento e dirigido pelo Deputado João Alves, um esquema de parlamentares que se beneficiavam das dotações globais dos Ministérios que têm verbas de subvenção social.

V. Exª tem consciência de que até agora o parlamentar, que prestou depoimento nesta CPI, que se enquadra de modo formal nessa denúncia é V. Exª? Conseguimos as listas encaminhadas aos ministérios; conseguimos a relação de pedidos do Deputado João Alves que relacionam cidades onde V. Exª tem interesse.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado João Alves, não, Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado João Alves, lista de pedidos do Deputado João Alves, beneficiando cidades como Acaraú, como Pacatuba, onde V. Exª tem interesses.

O SR. CARLOS BENEVIDES - A Comissão tem condições de provar isso?.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A Comissão tem condições de fornecer.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Subvenção?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Subvenção Social. Então há uma relação...

O SR. CARLOS BENEVIDES - É com pedido do Deputado Carlos Benevides ao lado, Deputado?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, tem pedido do Deputado João Alves para cidades do Ceará, onde V. Exª demonstrou, através de emendas e através do próprio relato, que tem influência política. Não tem influência política em Acaraú?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Com certeza. É uma cidade exemplar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em Pacatuba?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Minha terra natal, Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não, o Deputado João Alves pediu para Acaraú 200 milhões de cruzeiros. O Deputado João Alves pediu para Pacatuba, Redenção, Fortaleza, Jaguaratama, Quixerê, Iracema, Pereiro, Brejo Santo, Camocim e outras cidades.

Então, queria ressaltar que é o primeiro caso documentado que tem a Comissão Parlamentar de Inquérito, que desenha, que configura a denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Temos a lista do pedido de verbas para o Ministro Ricardo Fiúza para 54 entidades. Todas com liberação autorizada; temos o envolvimento com o Deputado João Alves numa lista de cidades do Ceará, para as quais o Deputado João Alves faz pedidos de verbas do Ministério da Ação Social e Infra-Estrutura Urbana; temos uma relação pessoal de V. Exª com o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Na concepção de V. Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Uma relação que permite presentear com televisão.

V. Exª tem consciência desses fatos? Pode nos dizer alguma coisa sobre isso?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nobre Deputado Sérgio Miranda, V. Exª está voltando a um problema amplamente debatido. Aonde V. Exª quer chegar? Seja claro, por favor, para que eu possa dar a informação que V. Exª deseja. Repita, por favor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vou ser claro. Quero mostrar o raciocínio de que é o primeiro caso nesta CPI em que todos os dados da denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos confirmam-se, nobre Relator. Uma lista de entidades, em que todas foram liberadas. A relação com o Sr. João Alves...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Todas não, Deputado, eu tenho um documento aqui que comprova que não foram todas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Todas foram autorizadas. A relação com o Deputado João Alves.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Deputado Odacir Klein, eu queria saber se posso contar com a assessoria que o Deputado Sérgio Miranda está contando. Insistentemente, uma pessoa só para o Deputado Sérgio Miranda. Posso contar com esse tipo de assessoria?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Parlamentar está interpellando V. Exª e tem todo direito de receber os dados necessários à interpellação.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mas não de parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Quem está presidindo a reunião sou eu, nobre Deputado.

E V. Exª tem todas as condições de receber da sua assessoria, na forma como vem ocorrendo,...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Verbalmente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - ...nas interpellações anteriores, os elementos que V. Exª solicitar. Agora, o depoimento é seu e usa-se, em interpellações, supletivamente, o Código de Processo Penal, que impede que quem está depondo como testemunha receba informações verbais que não as solicitadas.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vou chegar às questões que tentei, nessa introdução, nesse preâmbulo, apresentar da maneira como as vejo. Considero uma questão bastante séria. Mas vou entrar na questão concreta: entre as 54 entidades para as quais o Ministro Ricardo Fiúza autorizou a liberação de verbas de subvenção social, infelizmente, a Subcomissão de Subvenções examinou apenas duas entidades e o relatório do TCU trata de irregularidades flagrantes, sérias, entre as quais, cita primeiro o caso dessa verba para a Fundação Amadeu Filomeno. O relatório faz um histórico da Fundação Amadeu Filomeno: ela é dirigida por um ex-prefeito de Acaraú, mas se instala em Itapipoca, no Ceará; há todo um questionamento da sua contabilidade. Chamou-me a atenção que alguns dos fornecedores com notas fiscais glosadas pela Receita, denunciadas pelo Tribunal de Contas da União, são os mesmos fornecedores da prefeitura de Acaraú, como CA Magazine Comércio e Indústria, E & M Distribuidora de Medicamentos, Globo Confecções. Chama-me a atenção mais ainda, em relação a essa entidade, Sr. Presidente - aí irei chegar numa outra questão, que, esta sim, considero grave - o Deputado Carlos Benevides apresentou uma emenda ao orçamento de 1992, tenho o histórico dessa emenda, para a construção de um hospital regional em Itapipoca.

O grave, Sr. Presidente, é que a construção desse hospital regional não está a cargo da prefeitura municipal, do governo do Estado ou da Fundação Nacional de Saúde, está a cargo da Fundação Amadeu Filomeno. É um fato interessante, em termos de emendas - estou estudando emendas a vários tempos e, dificilmente encontra-se, nas emendas apresentadas, esse detalhamento de que a construção de determinada obra com o dinheiro público a cargo de entidades privadas.

Existe uma prática do Deputado Carlos Benevides, não só essa questão...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não pertence a entidade. V. Exª está fazendo uma afirmação...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não estou dizendo que V. Exª pertence a entidade. Quería que o Presidente da CPI assegurasse-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Está assegurada a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A construção e as seguintes emendas: construção da unidade de saúde em Paramoti, a cargo da Sociedade José Crispim dos Santos; construção do hospital regional de Itapipoca, a cargo da Fundação Amadeu Filomeno; assistência financeira para aquisição de equipamentos básicos para hospital regional a cargo da Sociedade Beneficente de Barreiras - Ceará; assistência financeira para ampliação da Clínica Médica e Odontológica de Tururu, a cargo da Fundação José F. de Sousa.

Em relação a Fundação Amadeu Filomeno, a nossa Subcomissão apurou o seguinte: a entidade esteve inativa desde a sua fundação em 1984.

O Deputado pode dizer que ele não é responsável pela Fundação, mas é responsável por ter colocado um emenda no orçamento - emenda de um valor alto - que permite a esta Fundação construir um hospital quando ela não tinha ligação específica com a área de saúde. Essa Fundação funcionava em Fortaleza e depois vai para Itapipoca e é responsável pela construção de um hospital.

O relatório do TCU é pródigo em denúncias firmes, mas o que mais me espanta, Sr. Presidente, é a questão de Acaraú. Acaraú recebe uma verba, pedida pelo Deputado, de 400 milhões de cruzeiros e, no mesmo dia, o Prefeito vai ao banco e retira 200 milhões num cheque assinado por ele. O Tribunal conversou com a tesoureira da prefeitura:

"Tendo em vista o pagamento em espécie de quantia tão elevada, convocamos a tesoureira da prefeitura, Srª Albertina M. de Araújo para esclarecer sobre os pagamentos. A mesma nos informou que somente pequenos pagamentos são feitos em espécie, com recurso de arrecadação de impostos e taxas municipais. Completou que não se lembrava de ter assinado tais cheques e de ter feito referidos pagamentos em espécie nem do recebimento dessa quantia de 400 milhões. Posteriormente, quando do exame das cópias dos cheques nas agências bancárias concluímos que os mesmos foram assinados somente pelo ex-prefeito e os pagamentos e as notas que justificam esses gastos, Sr. Presidente, são várias notas glosadas pelo Tribunal de Contas da União - notas fora de prazo, notas com datas alternadas, pagamentos diferenciados;"

Creio que são denúncias bastante graves para as quais gostaria de chamar atenção e perguntar ao depoente como V. Exª justifica essas verbas no Orçamento da União -

caso, por exemplo, da construção do Hospital Regional de Itapipoca -, porque, o que é interessante, nessa emenda ela surge com a construção a cargo da Prefeitura...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não senhor!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu tenho aqui o texto da emenda:

"Construção do Hospital Municipal de Itapipoca, Ceará: a cargo da Prefeitura Municipal.

Justificativa: Inclua-se o subprojeto construção do Hospital Municipal de Itapipoca a cargo da Prefeitura Municipal.

Parecer do Relator-Geral. Texto do Parecer: Aprovada parcialmente pelos fundamentos apresentados relevantes da proposição, conforme análise da Relatoria-Geral.

Despesas acrescidas pelo Parecer..."

Então, há uma mudança no chamado QDD a partir daí.

"Esfera do Orçamento: Seguridade Social, Ministério da Saúde."

Da funcional programática; da sequência.

"Infra-estrutura em serviços de saúde: construção do Hospital Regional de Itapipoca, Ceará, a cargo da Fundação Amadeu Filomeno.

Fonte 153. Investimentos: 450 mil."

A emenda inicialmente era de 70 mil, e a emenda final, que está incluída no Orçamento de 1992, é de 450 mil. Por que essa responsabilização: "a cargo da Fundação Amadeu Filomeno"? E o mais interessante que esta emenda, posteriormente... há uma outra emenda para a mesma obra, com as mesmas características, a cargo da Fundação Amadeu Filomeno, agora do Senador Mauro Benevides - Emenda P15810.1. Por quê? Uma Fundação que é profundamente questionada pelo Tribunal de Contas da União vai construir um hospital em Itapipoca?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª me permite um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Fui o primeiro a tratar desse assunto, depois mais dois ou três Deputados também o fizeram. V. Exª agora o faz de maneira mais completa, mais objetiva - e o parabenizo por isso. Mas V. Exª também comete uma omissão que todos cometemos antes. Sabe qual é? Está dito aqui - e consta do laudo do Tribunal de Contas - que a Fundação não tem posto de saúde nem desenvolve qualquer ação, seja na área médica, seja mesmo na área de assistência social. Vê-se, assim, que o montante recebido e comprovado é incompatível com a instituição, que não dispõe sequer de uma sede. Com relação à sede, S. Exª já provou que está em construção. Tem uma sede modesta...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Funciona, Deputado...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o caso de colocar-se a seguinte pergunta: como o SIAFI considera que esta instituição pode receber novas subvenções, se ela já não podia anteriormente? E mais, Sr. Deputado: está dito aqui também que ela só se registrou no mês anterior àquele em que recebeu, coisa que aconteceu com as três do Deputado José Geraldo. Estão lembrados? As três do Deputado José Geraldo também só se registraram poucos dias antes e, agora, mais uma que só se registra trinta dias antes para receber uma importância grande, estando provado que não desenvolvia nenhuma das atividades fins para as quais se destinavam os recursos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não; o Deputado quer esclarecer alguma questão?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Com imenso prazer, Deputado Sérgio Miranda. Eu estava ouvindo atento a exposição de V. Exª, sempre muito minucioso, mas tenho em mão um documento, de 07 de agosto de 1985, do então prefeito de Fortaleza, José Maria Barros de Pinho:

"Ateste-se para fazer prova onde se fizer necessário que a Fundação Amadeu Filomeno, estabelecida à Rua Pereira Figueira nº 11, sala 01, em Fortaleza, é idônea e vem funcionando regularmente, cumprindo suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços à comunidade cearense".

Então, tenho um documento, na minha mão, comprovando que no ano de 1985 a entidade funcionava. Tenho aqui e posso passá-lo às mãos de V. Exª. Prefeito Municipal de Fortaleza.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Também tenho documentos nas minhas mãos, que posso passar às mãos de V. Exª, que atestam que, apesar de registrada no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 07.439.193/001-20, desde junho de...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Deputado, eu estou respondendo. V. Exª quer que eu lhe conceda então, como V. Exª fez comigo?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª me conceda o aparte?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A pergunta e a resposta.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Se ela funciona desde junho de 1984, a Fundação ficou desativada até julho de 1992...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Isso na concepção do Tribunal, Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não; isso é conforme declarou o Presidente da Fundação, segundo o qual ela estaria desativada, Deputado. Trata-se do Sr. Aníbal Ferreira Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Sérgio Miranda, o tempo de V. Exª já ultrapassou em sete minutos. Com a palavra o depoente para a resposta.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Sérgio Miranda, tenho aqui este documento. Se V. Ex^a acredita na Justiça, tenho um atestado de funcionamento, de prova da Procuradoria-Geral da Justiça do Ceará, assinado pelo Bacharel Manoel Leandro de Norons Milfon. Tenho dois relatórios do Ministério da Saúde, inclusive quando era Ministro o correligionário de V. Ex^a, Ministro Jamil Haddad - tenho aqui em minhas mãos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Seria uma honra para o PC do B ter o Ministro Jamil Haddad no seu Estado.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Ele já foi, parece-me, do PC do B. Desculpe-me o equívoco. É um homem sério, pelo menos V. Ex^a há de concordar comigo. O Ministro Jamil Haddad mandou uma equipe precursora antes de liberar os recursos.

Essa obra do hospital, Deputado Sérgio Miranda, foi planejada, não é como as obras das empreiteiras, onde elas, primeiro, querem fazer as obras, para receber o benefício depois. Foi feito um estudo, com o INAMPS do Ceará, das carências do Município de Itapipoca. Para o senhor ter uma idéia, o Município de Itapipoca tem uma população, por dados oficiais, de mais de 80 mil, mas Itapipoca tem mais de 90 mil habitantes.

Então, há uma carência muito grande de hospitais. Lá só existem clínicas médicas, não existe nenhum hospital de maior porte.

Aqui tenho uma exposição, que V. Ex^a poderá estudar depois, já que está demonstrando tanto interesse no hospital de Itapipoca, que diz o seguinte, numa parte da justificativa:

O Município de Itapipoca, por sediar a 10ª Região Administrativa do Estado e por abrigar órgãos regionais a nível do Governo Federal, Estadual e Municipal - olha a dimensão do Município, Deputado, não existia, como não existe até hoje nenhum hospital - e outros organismos, e também por ser geograficamente situado no centro da 10ª Região, onde estão localizados os 18 Municípios que o acompanham, é o principal ponto de convergência de todas as pessoas que buscam satisfazer as suas necessidades, daí ser a mais imponente no contexto.

Reportando especificamente a área de saúde, a que V. Ex^a está se referindo:

Conta com dois hospitais de pequeno para médio porte e 12 unidades mistas, na sua maioria funcionando em precárias condições, perfazendo um total de 701 leitos para o atendimento de 453 mil, 792 pessoas.

Para V. Ex^a, que gosta de fazer relação: Há 701 leitos - não sou da área da saúde - para 453 mil, 792 pessoas. Veja a distorção e como a nossa Constituição não está sendo cumprida, Deputado. E é isso que a Fundação Amadeu Filomeno está procurando fazer. Construir um hospital, que foi previamente analisado, que previamente contou com o apoio do INAMPS, no Estado do Ceará, porque detectou, no Município de Itapipoca, uma área de grande carência. Tenho aqui um relatório imenso, que posso passar às mãos de V. Ex^a. Tenho certeza de que esse hospital, depois de construído, vai diminuir, sem dúvida, as necessidades, na área de saúde, do Município de Itapipoca.

Agora, sobre as obras, também referente à construção, tenho a posse de dois relatórios feitos. Um, na primeira liberação dos recursos, outro, depois da segunda liberação. Vou ler uma parte, V. Ex^a se alongou e quero ter o mesmo direito, para que este Plenário conheça o outro lado da Fundação Amadeu Filomeno; não o referenciado por V. Ex^a, e nem ela teve, até o presente momento, condições de conhecer o relatório. A Fundação Amadeu Filomeno não sabe; a imprensa já divulgou; o Deputado Carlos Benevides não tem conhecimento; acho que só o Deputado Sérgio Miranda é que tem conhecimento e os membros da subcomissão.

Vou ler a parte que fala, Deputado, sobre o relatório:

Conclusões: Através da visita de supervisão, notamos um ótimo andamento nas obras executadas, num bom padrão de qualidade. Recomendamos intervenções no sentido de liberação de recursos, para que não haja paralisação nas obras.

Isso aqui é dito por um técnico do Ministério da Saúde, quando era Ministro o Dr. Jamil Haddad, homem de muito conceito neste País.

E que seja mantido o ritmo de continuidade, tendo em vista ser o Município sede, com 23 municípios sob sua jurisdição".

Isso aqui, Deputado Sérgio Miranda, é um relatório de um órgão federal, tenho de considerar que o Tribunal de Contas é um órgão federal. Eu também tenho que me espelhar em um órgão federal, principalmente quando o Ministro da Saúde era o Ministro Jamil Haddad. Eu tenho certeza que, sobre isso aqui, nada vai ser encontrado. Assina o relatório o funcionário Dr. Jorge Paulo Chagas Vieira. Não sei nem quem é essa pessoa, nunca nem ouvi falar.

Existe outro relatório, também, Deputado Sérgio Miranda. V. Ex^a há de ter uma paciência com relação a mim.

Em visita à obra...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Klein é um homem generoso com V. Ex^a. Vou falar com o Senador Cid que não sou eu que dou mais tempo. Já estamos há 20 minutos na inquirição do Deputado Sérgio.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Presidente, é que S. Ex^a fez uma explanação longa. E eu, apenas em função das considerações feitas pelo Deputado Sérgio Miranda, queria a metade do tempo na exposição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a é um diplomata.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Muito obrigado. V. Exa. está sendo generoso.

"Em visita à obra, e com a documentação apresentada pelas firmas vencedoras - foi concorrência pública - ESCALIMETRO e IEPA, acompanhados do mestre de obras - não é com o escol do Deputado Maurício Najar que se está fazendo a obra, não, viu, Deputado Sérgio Miranda? Talvez V. Exa. possa se confundir depois -, percorremos o canteiro de obras passando por todos os blocos apresentados na planta e verificando, inicialmente, toda a área externa dos prédios e, posteriormente, detalhes internos. Fotos anexas. É um relatório, inclusive, ilustrado, Deputado Sérgio Miranda.

Com base nas planilhas apresentadas pelas firmas vencedoras, constatamos que 2/3 do cronograma de execução, constante no plano do trabalho, está sendo executado dentro das especificações exigidas.

Isso quem diz, Deputado Sérgio Miranda, não é o Deputado Carlos Benevides, não é a Fundação Amadeu Filomeno Gomes, é uma inspeção, uma auditoria feita pelo Ministério da Saúde. A obra já se encontra com quase toda a parte de alvenaria, e já foi iniciada a colocação das lajes pré-moldadas. Quanto à estrutura de concreto, alguns pilares e vigas estão sendo executados. Brasília, 20 de setembro de 1993".

Sr. Deputado, essas são algumas informações que eu posso trazer a V. Exa. Agora, queria contar com o apoio do nobre Deputado para que o Tribunal de Contas conceda à entidade o direito de prestar os seus esclarecimentos, assim como ela prestou ao DNOCS, e foi um prazo amplo. Se não me engano, o DNOCS contou com 45 dias de prazo para se referir ao relatório que foi feito naquele órgão federal.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Só uma última pergunta. Pediria um pouco mais de paciência ao Senador Passarinho.

V. Exa. faz política em Pacatuba, sua terra natal?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente. Eu nasci em Fortaleza, Pacatuba é a terra do meu avô, Carlos Eduardo Benevides.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exa. conhece o atual prefeito de Pacatuba?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Conheço. É do PDT.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Como é o nome dele, por favor?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Dr. Geani Fontenelle. Está no relatório.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Está aqui no relatório. O que me impressiona - só para encerrar agora, Sr. Presidente, já abusei demais da paciência de V. Exa - ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, eu não perdôo; ao contrário, eu agradeço.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Há uma relação estranha, no meu modo de ver. Eu sou do Ceará, sou primo da Raquel de Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu pensei que V. Exa. fosse paraense.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A minha família é do Ceará.

Eu conheço a região de Pacatuba, chupei muito caju em Pacatuba, conheço Itapipoca, conheço Acaraú.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tem o município de Itaitinga, Deputado Sérgio Miranda, que se desmembrou de Ipacatuba, para V. Exa. ficar mais bem informado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O que me estranha é essa relação: essa Fundação Amadeu Filomeno recebeu uma verba de subvenção social e fez um pagamento vultoso. O único médico que presta serviço a essa fundação é o prefeito de Pacatuba. E o presidente da fundação...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Na época, ele não era prefeito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na época ele não era prefeito. E o atual prefeito de Pacatuba e o Presidente da Associação é de Acaraú; o contador da associação é de Acaraú, também. E as notas fiscais que prestam conta dessa verba do Ministério de Ação Social, não só da Prefeitura de Acaraú, mas também da Fundação Amadeu Filomeno, elas têm os mesmos fornecedores.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Situam-se na mesma região, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, mas os fornecedores são da Associação de Fortaleza, não são da região.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu digo Itapipoca e Acaraú.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sei, mas os fornecedores, que são os mesmos, são de Fortaleza. Então, eu chamo a atenção, como fato grave, para encerrar minha intervenção, um tipo de emenda que determine que essa fundação construa uma unidade hospitalar. Isso para mim é um fato grave.

A outra questão é o relatório do TCU, que deve chegar às mãos do Deputado Carlos Benevides e à Fundação.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Exa. poderia dar essa contribuição. Eu ficaria muito grato, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Posso dar até agora.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Assim como a imprensa já vem divulgando, há bem um mês, era importante que a Fundação tivesse acesso a essa documentação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Ex*.

Tem a palavra o nobre Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. depoente, Deputado Carlos Benevides:

Em 1990, três meses depois da posse do ex-Presidente Collor, os meios de comunicação social divulgaram denúncias de vários prefeitos do Ceará de que V. Ex* cobrava 30% para liberar qualquer tipo de verba em Brasília.

O Governador Ciro Gomes teria apoiado tais denúncias.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu cobrava, Deputado? V. Ex* está fazendo uma afirmação grave. Estou até...

O SR. ZAIRE REZENDE - Vou repetir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Vamos ouvir porque acho que não é afirmativo.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não quero ter nem essa paciência de chegar a esse ponto, Deputado Zaire Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenha calma, Deputado Carlos Benevides. Vamos ouvir a pergunta como foi feita.

O SR. CARLOS BENEVIDES - É que eu talvez não estivesse concentrado o suficiente para ouvir a indagação do Deputado Zaire Rezende. Por favor, Deputado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Em 1990, três meses depois da posse do ex-Presidente Collor, os meios de comunicação divulgaram denúncias de vários prefeitos do Ceará - eles prefeitos - de que V. Ex* cobrava 30% para liberar qualquer tipo de verba em Brasília.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nenhum jornal publicou isso, Deputado Zaire Rezende. V. Ex* está fazendo uma afirmação muito grave. Não posso... A não ser que V. Ex* prove que jornal deu essa notícia, porque tenho a revista *Veja*, o *Jornal do Brasil*, que fez essa denúncia, e nenhum deles fez essa afirmação. V. Ex* não pode dizer que um deputado cobra 30% para receber um dinheiro, se não tiver uma prova, até que seja da imprensa. V. Ex* tem que me tratar com urbanidade e não dizer que recebo 30% de comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, sua resposta está exaltada e a sua defesa não precisa de exaltação.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Peço desculpas a V. Ex*.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex* tem o direito de perguntar realmente quais são os órgãos de comunicação social que publicaram isso. V. Ex* nega que publicaram. O Deputado é um homem responsável, sereno e deve ter feito a pergunta baseado em informação que recebeu. V. Ex* destrói a informação e acabou. Não precisamos entrar em processo polêmico direto. Eu só aceitei a pergunta porque, se ela tivesse alguma correlação, evidentemente, teria correlação com o Orçamento.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado Carlos Benevides, V. Ex* possui cotas na Rádio Aratanha de Pacatuba Ltda, em Pacatuba, Ceará?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Tenho, Sr. Deputado Zaire Rezende. Até hoje, ela não foi instalada no Município de Pacatuba. E tenho comigo uma certidão da Delegacia de Comunicações do Estado do Ceará, o antigo DENTEL, dizendo que até hoje ela não foi instalada.

Infelizmente, Deputado, era um sonho que eu tinha de instalar essa rádio em Pacatuba, mas não tive condições. Ela foi concedida em 1980 e até hoje não a pude instalar, por falta de recursos. Obrigado por fazer essa indagação.

O SR. ZAIRE REZENDE - O Sistema de Radiodifusão estabelece assim, mas V. Ex* não declarou em sua Declaração de Rendas isso.

Sr. Deputado, em sua Declaração de Rendas do ano-base 1990, V. Ex* declarou a aquisição de um apartamento situado na Avenida Presidente Kennedy, em Fortaleza, por dois milhões de cruzeiros, equivalente a trinta e nove mil dólares.

Considerando que, em 31 de dezembro de 1989, quatro meses antes dessa aquisição, sua declaração de rendas não apresentava disponibilidade de recursos suficientes para essa compra; considerando que tal-fato se deu cinquenta e seis dias depois de decretado o Plano Collor, com total seqüestro de depósitos bancários, até mesmo na caderneta de poupança; considerando que a análise da movimentação bancária de V. Ex*, no mês de maio de 1990, não revela movimentos de crédito ou débito em tal monta, pergunto: qual a origem dos recursos utilizados na aquisição desse imóvel e de que forma foi realizado esse pagamento?

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex* me fez, então, três perguntas?

O SR. ZAIRE REZENDE - Duas.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Aquela do caso dos prefeitos cearenses, V. Ex* retirou?

O SR. ZAIRE REZENDE - Não, a pergunta está mantida.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Zaire Rezende...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Intervenha eu. Se a pergunta está mantida - a primeira que V. Ex* fez -, diante da negativa do depoente, então, solicito ao Deputado Zaire que faça a comprovação de quais os órgãos de comunicação que fizeram essa referência ao Deputado. Porque ele nega.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Ou mesmo fita de emissora de rádio ou televisão, serve para mim também.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria, Deputado Carlos, que V. Ex^a fosse menos impetuoso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mais uma vez, peço desculpa a V. Ex^a, porque foi uma pergunta que me atingiu profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E eu as aceito, é claro; aí, a honra pessoal fala mais alto do que qualquer outra coisa.

Então, acho apenas, estou só colocando essa questão, se os órgãos de comunicação..., possivelmente, V. Ex^a terá alguma informação a respeito. A Mesa, depois a receberá. E as duas outras perguntas estão mantidas.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Vou buscar, junto à assessoria dos órgãos de comunicação.

O SR. ZAIRE REZENDE - Se V. Ex^a pudesse me trazer antes do final da reunião, Deputado, eu lhe ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Prossiga nas duas outras respostas, Deputado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Vou repetir a terceira pergunta: em sua declaração...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Essa, assimilei bem, é a anterior, Deputado Zaire Rezende. V. Ex^a fez uma pergunta anterior à da aquisição do apartamento.

O SR. ZAIRE REZENDE - É, V. Ex^a já respondeu, a respeito da rádio.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sobre a rádio, V. Ex^a quer o documento que tenho aqui em minhas mãos, dizendo que ela nunca foi instalada?

O SR. ZAIRE REZENDE - Não, o que perguntei, o que eu disse, o que relatei é que V. Ex^a nunca a declarou em sua declaração de renda. Mas já tinha considerado essa pergunta como encerrada, respondida, e passei, então, para a terceira pergunta.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Ela nunca foi instalada e está comprovado.

Deputado Zaire Rezende, a insinuação feita por V. Ex^a, considere-a muito grave. Até por que V. Ex^a pertence ao meu Partido e devia ter um conhecimento maior sobre um companheiro que comparece a reuniões de Bancada, ao plenário do Congresso Nacional.

Sobre a denúncia do Governador Ciro Gomes, que ele fez à Revista *Veja*, tenho aqui duas matérias, a primeira: - V. Ex^a tenha um pouco de paciência porque quero deixar isso bem claro, quero ver limpa a minha honra de Parlamentar e de cidadão - o *Jornal do Brasil* foi quem fez essas denúncias. Estou aqui com as matérias, as únicas matérias, do meu conhecimento, sobre esse caso: "Ciro acusa o Governo de perseguição contra Jereissati". *Jornal do Brasil*, datado de 12 de março de 1991. Em nenhum momento, Deputado Zaire Rezende, é feita referência, por menor que seja, ao Deputado Carlos Benevides, nenhuma referência.

Uma outra matéria, porém, foi feita, quinta-feira, 21.2.91, ou melhor, anterior a essa, diz: "Ciro Gomes denuncia intermediação de verbas da seca." Há uma outra matéria, longa, do *Jornal do Brasil*, assinada pelo Jornalista Flaminio Araripe, Jornalista correspondente do *Jornal do Brasil* no Estado do Ceará. Essa matéria, Deputado Zaire Rezende, por menor referência que seja, nem cita o Deputado Carlos Benevides. Está aqui, V. Ex^a pode consultar. Talvez esse jornal que V. Ex^a tem nos seus arquivos não circule em Brasília ou no Ceará, ou circule em algum município pequeno, porque, do Ceará, tenho certeza que não foi.

Tenho, também, Deputado Zaire Rezende, uma matéria que a Revista *Veja* fez, no dia 27 de fevereiro de 1991:

"A corrente da seca.

Ciro Gomes denuncia um caso de intermediação de verbas que envolve a pasta de Margarida Procópio".

A Revista *Veja*, que, em uma matéria subsequente, depois da do Dr. José Carlos Alves dos Santos, faz a referência, dizendo que fiquei conhecido quando o Governador Ciro Gomes denunciou o caso da Empresa Sansui. Na verdade, ele não disse que eu teria qualquer vinculação, mas, para tirar dúvida, enviei uma carta ao Governador Ciro Gomes que, talvez, esclareça mais esse artigo que V. Ex^a tem guardado, datada de 27 de outubro, Deputado.

A Revista *Veja* circulou em Brasília, às 9h30min do domingo. Deputado Zaire Rezende, antes das 10h30min, o Governador Ciro Gomes tinha uma carta, por mim dirigida, e me respondeu: Aliás, 27 de outubro foi a carta em que o Governador Ciro Gomes diz:

"Ao Sr. Deputado Carlos Benevides,

A bem da verdade, não citei nem o seu nem nenhum outro nome em qualquer momento de minhas declarações. Citei ao jornalista, como alvos desse assédio e como exemplo, os prefeitos de Russas, Iguatu, Quixeramobim e Acopiara."

Então, Deputado Zaire Rezende, não sei se este artigo trazia, também, informações contra o Governador Ciro Gomes, porque, na carta dele, ele diz que não me acusou de nada. O artigo que V. Ex^a tem em seu poder diz que eu cobrava comissões. Mais uma vez, Deputado Zaire Rezende, a indagação de V. Ex^a se faz totalmente descabida no objeto desta CPI.

Tenho, ainda, um relatório da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria Ministerial nº 250, de 1991, Exm^a. Sr^a Ministra de Estado da Ação Social. É um relatório feito pela Dr^a Sílvia Helena, pelo Dr. Edgar Machado Pereira e pelo Dr. Petrólio Augusto. Em nenhum momento, Deputado Zaire Rezende, a sindicância feita pelo próprio ministério faz uma citação, por menor que seja, ao Deputado Carlos Benevides.

No momento em que as câmaras de todo o País focalizam V. Ex^a, e V. Ex^a dirige uma pergunta, impropriedade, Deputado Zaire Rezende, fico devendo uma grande explicação ao povo brasileiro, que espero, nestas breves palavras, ter demonstrado que o meu envolvimento não se deu em nenhum momento: nem em publicações de jornais nem na revista *Veja* nem na sindicância estabelecida pelo Ministério do Bem-Estar Social.

Estou ansioso para ver o documento que V. Ex^a tem na sua assessoria, da imprensa, do jornal, do periódico que divulgou essa gravíssima acusação que V. Ex^a faz a um homem que tem apenas quinze anos de vida pública e, até agora, Deputado Zaire Rezende, tem recebido a aprovação do povo da minha terra. A origem da nossa liderança política no Estado do Ceará é legítima, não espúria. Se V. Ex^a tivesse essa informação, talvez não tivesse feito essa pergunta ao Deputado Carlos Benevides.

Com relação ao apartamento, que V. Ex^a indagou, trata-se de uma operação totalmente lastreada. O levantamento que a Receita Federal fez em receitas e dispêndios, no ano de 1990, foi totalmente considerado aprovado. Deputado Zaire Rezende, pedi a amigos, que não quero revelar o nome, para fazerem uma auditoria, membros da UNAFISCO - União dos Auditores Fiscais da Receita Federal, isto é, um exame pente fino nas minhas declarações de imposto de renda. E nada foi constatado. Toda a minha declaração está lastreada, o apartamento foi uma operação normal e não tenho nada a temer nem desta Comissão, nem da Receita Federal, com referência à aquisição deste imóvel.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não considero a pergunta respondida e esclarecida. Além disso, acho que vão ficar muitas questões a serem respondidas pelo Sr. Depoente, que já havíamos levantado ao longo desta inquirição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não teria a menor condição, como Presidente da CPI, Deputado Carlos Benevides, de lhe dar qualquer tipo de conselho, porque não é o momento, mas tenho o direito de mandar a Taquígrafia retirar a expressão que V. Ex^a usou em relação ao Deputado Zaire Rezende, quando classificou a pergunta indevidamente.

Eu lhe diria que, no momento em que um Deputado ou Senador ou quem quer que seja esteja respondendo, não é...

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a tem o meu apoio para retirar a expressão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...não é hábil provocar esse tipo de conflito. Entendi que V. Ex^a se considerou ofendido e entendi perfeitamente a sua reação. V. Ex^a voltou ao problema. Por quê? Porque magoou-se e voltou. Se o Deputado Zaire Rezende fosse de outro temperamento, poderíamos ter, aqui, o que nunca imaginei que tivéssemos hoje, uma reunião tão tumultuada como está sendo. Vou ficar absolutamente atento, daqui até o fim, espero que ninguém me interrompa, porque vou fazer funcionar a Presidência da Casa, evitando as expressões que sejam impolíticas.

Quando falei sobre a Câmara, ainda há pouco, quis dizer que estou acostumado ao Senado, onde há um artigo do Regimento que proíbe que um Senador se dirija a outro com expressões impolíticas ou grosseiras. Interpretei que houve uma pergunta que o Deputado Zaire Rezende fica a dever à Mesa a confirmação do seu fundamento. Peço, entretanto, ao Deputado Carlos Benevides que evite o tom polêmico nas respostas.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Nobre Deputado Carlos Benevides, temos o viés do debate e isto nos leva, às vezes, a transformar um pedido de informação - a pergunta é um pedido de informação - em uma acusação.

O que vou perguntar a V. Ex^a não está investido contra a sua pessoa, mas está revestido de um interesse de ser informado por V. Ex^a a respeito do tema. Não há nenhuma polêmica, nenhum debate; muito pelo contrário, as perguntas dar-lhe-ão oportunidade de responder alguma dúvida e eu terei oportunidade de alguns esclarecimentos.

Por exemplo, já foi debatido aqui a Emenda nº 052613, Hospital de Itapipoca.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Tenho interesse numa explicação, porque, além dessa emenda de V. Ex^a, existe uma outra de nº 052608, sobre esgoto em Santana do Cariri; existe uma 052588, Escola em Santana do Cariri; e existe uma 052307, infra-estrutura industrial em Luziânia.

Essas emendas estavam rejeitadas no Parecer de 18.12.91 e entraram no Orçamento de 1992 como aprovadas. Gostaria que V. Ex^a me desse uma explicação.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador José Paulo Bisol, até que a diplomacia de V. Ex^a trouxe os debates para um outro ângulo.

Na verdade, a pergunta feita pelo Deputado Zaire Rezende foi considerada, por mim, como muito grave. Até porque numa pergunta desta gravidade, com base em fatos veiculados por órgão de imprensa, seria importante que cada membro desta CPI tivesse o zelo de trazer consigo a cópia do jornal, com a data, para que não ocorresse este tipo de reação, que não é pertinente ao nível de trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Talvez as explicações dadas por V. Ex^a do que seja o objeto desta CPI tragam-me novamente a meu estado normal, pois confesso a V. Ex^a que o Deputado Zaire Rezende

feriu-me, magoou-me, até para justificar a expressão que foi retirada com a minha concordância, porque o Presidente pode fazer isso. Senador Jarbas Passarinho, eu me vali do Código do Processo Civil, art. 416, § 1º, que diz o seguinte:

"As partes devem tratar as testemunhas com urbanidade, não lhes fazendo perguntas ou considerações impertinentes, capciosas ou vexatórias."

Se considere a pergunta do Deputado Zaire Rezende em uma dessas expressões, naturalmente o fiz porque não sou advogado e não sei interpretar direito o Código Penal.

Sr. Presidente, peço perdão a V. Exª e a toda Comissão porque, em nenhum momento, quis agredir o Deputado Zaire Rezende. S. Exª, sim, agrediu-me profundamente. Mas, como estou aqui revestido do intuito de ajudar a Comissão, além de que a tonalidade dada pelo Senador José Paulo Bisol trouxe o debate para o nível de urbanidade, dentro do Código de Processo Penal, proponho-me a contribuir com V. Exª, talvez pela diplomacia de V. Exª e pelo grande trabalho que tem feito nesta Comissão. Apenas para reavivar minha memória, Senador José Paulo Bisol, V. Exª disse que essas emendas foram inseridas...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Elas estavam rejeitadas em 18/12/91 e entraram no Orçamento de 1992.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Olha, Senador José Paulo Bisol, V. Exª sabe que o Deputado Carlos Benevides não tinha poder de colocar emenda no Orçamento, dentro ou fora do prazo, como constatou V. Exª. O que posso dizer com certeza é que devo ter pedido destaque para essas emendas; foram emendas previamente destacadas. Agora, se elas foram inseridas, incluídas num momento que não era oportuno, posso dizer a V. Exª tranquilamente que eu não tinha esse poder. Eram emendas justas, eram emendas que, a meu ver, poderiam ser aprovadas pelo Relator-Geral e pela Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Como é que poderia aprovar depois do prazo, depois de votado o Orçamento?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador José Paulo Bisol, esse é um dos temas polêmicos desta Comissão - a aprovação na qual o Senador Eduardo Suplicy tem insistido. Confesso a V. Exª que, se fui ao PRODASEN, não me recordei; acredito que nunca estive lá. Posso ter ido saber a resposta da aprovação das emendas, mas nunca tive força para determinar essa inclusão fora do prazo. Não posso assegurar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A Casa é que está questionada; todos estamos questionados. Como é que V. Exª fez o destaque? O destaque foi votado?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não. Segundo o Senador Eduardo Suplicy, os destaques tinham que ser apreciados até as dezesseis horas do dia seguinte; não sei se essa apreciação deu-se no dia seguinte à minha aprovação. Realmente, posso dizer a V. Exª que eu não tinha esse poder.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas V. Exª tinha algum poder em relação a esse tipo de decisão, a esse tipo de resolução, porque V. Exª também conseguiu depois do prazo aumento no valor de suas emendas aprovadas: de número 52.611 - escolas em Itapipoca; nº 52.431 - para o Centro de Saúde de Paramoti; nº 52.373 - para o Centro de Saúde de Boa Viagem.

Indagado a respeito, o Relator informou que foi um pedido seu, que tudo isso foi acrescentado por um pedido seu.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Foi destacado, Senador.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O que nos falta? Sinceridade? Não só a V. Exª; a mim, a todos nós.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Fiz um pedido, assinei o destaque, Senador.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª fez o destaque. Foi votado o destaque?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, eu não era membro da Comissão. Não posso afirmar a V. Exª, pois eu não era membro da Comissão de Orçamento. Não sei se foi votado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O que se diz é que essa decisão foi tomada por toda a Comissão. V. Exª não está a par disso?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, não acompanhei especificamente esse debate que se tem repetido com referência a essa parte.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Houve uma decisão que vou lembrar a V. Exª, admitindo a posteriori, - o que já é, por incrível que pareça, sou obrigado a dizer: temos que nos olhar um nos olhos dos outros com toda a franqueza, para ver quantos são os responsáveis, se são todos; temos que assumir isso -, depois de votado o Orçamento, admitiu-se um remanejamento de dotações e emendas. Isso, no Código Penal, é falsidade ideológica; vamos fazendo as coisas e não nos damos conta. Houve um remanejamento de dotações e emendas de um mesmo parlamentar. Agora, ficou estabelecido - se não me engano - um limite; as modificações não poderiam ultrapassar cento e cinquenta milhões de cruzeiros, a preço de abril de 1991. As suas vão a seiscentos e quarenta milhões.

Não estou dizendo que V. Exª é responsável isoladamente. Estou dizendo que temos que aprender essa lição. V. Exª é um dos que têm mais emendas adicionadas, modificadas, aumentadas no valor, dentre as emendas posteriores ao dia 20 de dezembro. Penso que V. Exª deve ter conhecimento de como conseguiu isso. Só pelo destaque? Pelo que me consta, os destaques não foram votados; então, as suas emendas não poderiam estar aí. E são emendas não poderiam estar aí. E são emendas cujas inclusões posteriores atingem 640 milhões, e os aumentos, 203 milhões.

Alguém lhe disse alguma coisa sobre esse destaque. Alguém lhe pediu: "Não faça o destaque, que depois eu ponho". Foi isso o que aconteceu?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, eu acho que a Comissão, em parte, deu poderes ao Relator, Ricardo Fiúza. O Senador Eduardo Suplicy disse, e repete, que a Comissão deu um prazo a S.Ex^a. Será que a Comissão não teria errado nesse momento em que concedeu? E o Deputado Ricardo Fiúza não queria. Eu estava sempre na reunião. Foram as Lideranças presentes nessa reunião que fizeram com que o Deputado Ricardo Fiúza ficasse com esse poder.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Se eu não fosse um Senador, se eu fosse um juiz julgando essa causa, afinal de contas, quem é que eu responsabilizaria? O Relator disse que acrescentou porque V. Ex^a pediu. V. Ex^a me disse que nem sequer fez contato com o Relator, que apenas fez o destaque. É uma questão que o Brasil precisa ver esclarecida; se nós erramos, teremos que confessar esse erro.

Acredito que esta CPI tem mais validade no sentido da transformação da cultura política brasileira do que no sentido das punições. Fui juiz e sei que o Direito Penal nem pedagógico é. Não ensina nada. Aqui é que está o fulcro da questão; é a nossa cultura política.

Qual foi a sua participação nesse processo, que é um processo obscuro?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, V. Ex^a tem conhecimento de que este Congresso, durante a CPI, aprovou setenta e oito créditos suplementares com cinco Deputados presentes à sessão? V. Ex^a tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É bom que V. Ex^a diga isso, porque tenho defendido, em diversos pronunciamentos, que o nosso Direito Regimental, e, mais do que o Direito Regimental, a nossa hermenêutica regimental é uma hermenêutica de truques.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a ouviu falar nesse episódio, Senador?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Já ouvi comentários a respeito.

Levantei essa questão, há a perplexidade de V. Ex^a, há a minha, acredito que há a perplexidade de todos. Penso que temos o dever de esclarecer a sociedade a respeito desse fato, aliás, o Senador Eduardo Suplicy tem lutado muito por isso.

V. Ex^a nunca foi ao Ministério da Ação Social na época em que era Ministro o Sr. Ricardo Fiúza?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Fui.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Muitas vezes?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, algumas vezes posso dizer com certeza a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Ex^a alguma vez pediu alguma coisa relativamente à Prefeitura de Acaraú?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sim, pedi para a Prefeitura de Acaraú, com certeza, Senador.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Deputado, em sua declaração de rendimentos de 1993, ano base 1992, há rendimentos tributáveis no montante de 43.055 UFIRs - rendimentos não tributáveis; não são especificados, só está consignado o valor. Isso corresponde a mais ou menos sete milhões de cruzeiros reais atualmente. Qual é a origem não tributária desse recurso?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, V. Ex^a se refere à declaração de renda de 1993, ano base 1992?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sim.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, num estudo sintetizado do meu Imposto de Renda que fiz, tenho aqui: Câmara dos Deputados - 141.279; Assembléia Legislativa - 34.731; Doações - 33.819; Outros (provavelmente ajuda de custo) - 43.055; são esses os números a que V. Ex^a se refere?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quarenta e três mil e cinquenta e cinco. É só ajuda de custo? Que tipos de ajuda de custo? É um valor razoável!

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador José Paulo Bisol, no ano de 1992 eu integrei, complementei um pagamento que fazia ao IPC, que era a averbação de um mandato de Deputado Estadual. Não sei se nesse pagamento está incluída essa não tributação, porque V. Ex^a sabe que para a Previdência não é tributável. Então imagino - não posso assegurar a V. Ex^a -, poderei depois esclarecer nesse sentido, mas com certeza, Senador, se está colocado aí que não é tributável, não é tributável, porque li várias vezes essa declaração.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Manifesto um pouco a minha dificuldade de assimilar a resposta. Está ali 43.055, é claro que isso não inclui os 33 das doações. Então, fica para ajuda de custo um valor bastante alto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, V. Ex^a permite-me uma interrupção?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se essa ajuda de custo é paga pelos cofres públicos, inclusive pelo Congresso, é fácil depois caracterizar o número de vezes que ela foi dada e em que condições, se houve convocações extraordinárias ou não que justifiquem esse valor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Será que em 92 não havia parte variável de subsídio? Não?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Além de viagens.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Ex^a teria, de qualquer forma, com tempo, condições de verificar isso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Com certeza, Senador.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª não incluiu aí nenhuma doação?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Aqui tem doações. Isso aqui, Senador, foi uma doação recebida para adquirir um imóvel, que já foi fruto de debate ou inquirição do Deputado Maurício Najar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então, a partir dessas doações ou com essas doações que V. Exª pagou aquele imóvel de sua propriedade?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, ...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Essas doações foram de quem?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, é o seguinte, vou explicar a V. Exª. O imóvel a que se referiu o Deputado Maurício Najar teve origem em um projeto familiar, somos seis filhos, o Senador Mauro Benevides tem seis filhos. Esse projeto começou em um episódio que eu não queria relatar, o desaparecimento de um cunhado meu - aliás, o Deputado Sigmaringa Seixas que está aqui presente conhece bem o episódio - e, em função da morte trágica desse meu cunhado, tragado pelas águas do rio Araguaia, começou a aquisição desse imóvel. Já disse ao Deputado Maurício Najar que se trata de um imóvel cujo terreno mede vinte metros.

A imprensa...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas, Deputado Carlos Benevides, e...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Vou chegar lá, Senador, por favor, V. Exª tenha um pouco mais de paciência. Como nós, os seis irmãos, não tínhamos recursos suficientes para adquirir esse imóvel, os irmãos todos se reuniram, juntaram um certo dinheiro e meu pai, Senador Mauro Benevides, fez uma doação para cada filho, doação também declarada no imposto de renda. Então, essa doação, juntamente com a nossa parte e o somatório da parte dos seis filhos adquirimos esse imóvel. Por sinal, Senador, este só foi escriturado em julho deste ano. Mas, mesmo assim...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Refiro-me à doação que V. Exª recebeu.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sim, recebi do meu pai, juntei com a minha parte, a dos outros irmãos e adquirimos o imóvel. Inclusive, essa doação consta do imposto de renda dele. Com certeza V. Exª...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então, o seu pai lhe fez uma doação e V. Exª, com essa doação, doou para ele o imóvel?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Senador, ele não é dono do imóvel. O Senador Mauro não é dono do imóvel. O Senador tem o usufruto, o imóvel é de seis irmãos, Senador.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu aqui não tinha a informação correta.

O SR. CARLOS BENEVIDES - O imóvel não pertence ao Senador Mauro Benevides. O imóvel pertence a Maria Regina de Borba Benevides Dias, a Carlos Eduardo Benevides Neto, a Carlos Mauro Benevides Filho, a Gláucia Maria Borba Benevides Gadelha, a viúva, a Carlos Afonso e a Carlos Régio. Todos os seis deram sua contribuição, receberam doações e adquiriram o imóvel em questão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Se não me engano, uma revista publicou que a doação era doação mesmo, quer dizer, passou a ser proprietário. Então, não houve doação?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não houve, Senador. V. Exª deve ter a certidão do registro de imóveis.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Houve uma transferência do usufruto.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Ele ajudou na compra, tem o usufruto, mas quando ele falecer, Senador - que espero que ocorra daqui a quarenta, cinquenta anos -, aí o imóvel vai ser nosso ou da minha irmã, quem sabe, ela tem três filhos, enviou com vinte e oito anos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Consta na imprensa que foi um presente que os filhos deram.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sim, Senador, ele nos doou, o presente dado a ele é o usufruto da casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, já estamos com oito minutos além do prazo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Acho que sou o último não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, depois de V. Exª haverá mais dois. E V. Exª nunca será o último.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Se V. Exª não tiver entendido bem, poderá explicar depois com mais calma.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não, eu entendi bem. É que consta naquela...

O SR. CARLOS BENEVIDES - A revista, inclusive, Senador, fala em 700 mil dólares. Acho que o Senador Pedro Teixeira deve saber que a casa tem vinte metros...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Permite-me mais uma pergunta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª conhece o Sr. José Araújo Bessa?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, assim, de relance, não estou me lembrando.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª tem algum relacionamento com a Fundação Francisca Feitosa?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, não tenho nenhum relacionamento. A Fundação Francisca Feitosa foi contemplada com subvenção social. Ela também, pelo que a imprensa registrou, foi fiscalizada pelo Tribunal de Contas, mas, na verdade, um outro parlamentar, Senador, é que fez esse pedido e, se V. Ex.^a quiser, depois posso dizer - preferia não dizer neste momento enquanto as televisões estão atentas a nós.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Do meu ponto de vista, não vejo por que não, mas isso fica a critério de V. Ex.^a.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Evitar não é?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quer dizer que nenhum recurso para essa Fundação é de sua iniciativa?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Subvenção não, Senador, com certeza não. Conheço a Fundação Francisca Feitosa, sei que é...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A pergunta, então, seria assim: nunca pediu verbas para essa Fundação?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, fazer essa afirmativa assim... Não quero me arriscar a fazer essa afirmativa. Agora, com certeza, isso eu posso assegurar a V. Ex.^a; está aqui o Coordenador da Subcomissão de Subvenções Sociais, Senador Garibaldi Alves, que pode dizer depois a V. Ex.^a quem foi o parlamentar que encaminhou ao então Ministro Ricardo Fiúza a solicitação desses recursos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sabe V. Ex.^a que os recursos para essa Fundação, pelo menos pelo que foi investigado, foram desviados para uma Construtora CNT?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pelo que o Relator falou - eu sabia disso -, que o dinheiro de subvenção social não pode ser utilizado em obra de construção. Tenho até aqui o roteiro em que podem ser utilizadas as subvenções sociais. Até comentei com o Senador Garibaldi Alves a respeito desse problema.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Tenho aqui... Trata-se apenas de um documento que eu gostaria de mostrar e vou encerrar, Sr. Presidente.

Tenho aqui um documento anexo à ordem bancária do Ministério da Ação Social, Subvenções Sociais - Fundação Francisca Feitosa - Fortaleza - agência tal, corrente tal, praça de pagamento: Fortaleza - 200 milhões.

Está manuscrito, Deputado, a seguinte palavra: "recibo" e um traço manuscrito "Carlos Benevides".

O que o senhor diria sobre isso?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, vou acabar tendo que declinar o parlamentar que fez essa solicitação. Isso aí não...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Está escrito ali e não fui eu que escrevi.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, inclusive as outras entidades de Trabalhadores Cristãos de Orobó, em Pernambuco, como Jardim Pernambuco, Fundação de Assistência Cultural Antônio Gouveia Maceió - Farol, Maceió, Alagoas. Nenhuma delas, Senador.

Realmente, não tem... V. Ex.^a, que está querendo a verdade: não existe nenhuma vinculação nesse pedido de subvenção à Fundação Francisca Feitosa. Talvez o Senador Garibaldi Alves Filho possa esclarecer o parlamentar que fez essa solicitação. Não foi, com certeza, Senador José Paulo Bisol, o Deputado Carlos Benevides.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É uma malícia, então, que foi manuscrita ali?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador, acho... Não sei como V. Ex.^a adquiriu esse documento, mas é uma malícia grande.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Estou satisfeito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, é apenas para adiantar, para esclarecer esses fatos: foi feita uma auditoria a pedido da Subcomissão de Subvenções Sociais na Fundação Francisca Feitosa, cujo responsável é o Sr. José de Araújo Bessa, Presidente - aliás até o dia 30/8/92 -; o Presidente a partir de 31/8/92 é o Sr. Januário Alves Feitosa...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Ex-deputado federal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ex-deputado federal, e seguem-se outras informações a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Essa informação é dada também ao Senador Bisol.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, permita-me apenas dizer uma palavra.

Hoje houve um fato importante para a CPI. Felizmente, o Senador José Paulo Bisol voltou a arguir. Por que isso é importante? Primeiro, porque o depoente se sente muito respeitado; segundo, porque todos nós aprendemos muito sobre como arguir, na forma de arguir do Senador José Paulo Bisol, todos nós aprendemos extraordinariamente. Quero apenas dar as boas-vindas ao Senador José Paulo Bisol e encorajá-lo a arguir sempre.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Penso que S. Ex.^a será muito encorajado depois dessas declarações.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Senador Eduardo Suplicy, eu é que me sinto honrado de ter tido o privilégio do retorno do Senador José Paulo Bisol, de S. Exª ter voltado a indagar, até porque estive com S. Exª no seu gabinete e fui muito bem recebido. Senti que alguns setores da imprensa haviam feito grandes injustiças ao Senador. No meu caso, não posso fazer a referência, por menor que seja, porque é o contrário: S. Exª me recebeu prontamente e, em nenhum momento, demonstrou algum interesse em prejudicar a minha vida política.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Depois de toda essa louvação ao Senador José Paulo Bisol, pediram-me dez minutos a mais, mas o Senador Cid Sabóia de Carvalho está olhando para mim, preocupado com a falta de isonomia na concessão do tempo. De maneira que, infelizmente, indefiro os dez minutos a mais.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Continuo vigilante. V. Exª não é o Chico Vigilante e já que não o é, continuo vigilante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Deputado, V. Exª conhece o Sr. Ricardo Mesquita da Silveira?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Robson Tuma, confesso a V. Exª que não o conheço.

O SR. ROBSON TUMA - V. Exª não conhece o Sr. Ricardo Mesquita da Silveira?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não o conheço, Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA - Sorte sua.

Agora, devo esclarecer alguns fatores: primeiro, quanto às datas de liberação, quando V. Exª diz que eu não estava certo, refiro-me a 1993. E cito que, no dia 11 de fevereiro, foram liberados CR\$ 1.383.600,00.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Exª quer esse valor em dólar? São 81 mil dólares. Não; esse valor é pelo dólar médio.

O SR. ROBSON TUMA - São 69 mil, 674 dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Quanto?

O SR. ROBSON TUMA - São 69 mil, 674 dólares pelo dólar médio do mês. Só para esclarecermos, gostaria de dizer que a segunda parcela é de 55 e pouco, 42 e 269. Isso foi em 1993. Em 1992, houve uma subvenção de 94 mil, 780 dólares.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Discordo de V. Exª apenas com referência...

O SR. ROBSON TUMA - Foi um mal-entendido, porque eu, realmente, havia dito 1993.

Mas, para esclarecer a V. Exª, gostaria de dizer que uma coisa é a entidade enviar a prestação de contas ao Ministério ou à Fundação que teria repassado as verbas e outra coisa é o Tribunal de Contas da União auditar a prestação de contas e rejeitar a prestação de contas apresentada. Por isso, volto a citar o relatório do Tribunal de Contas da União, quando este se refere à Fundação Amadeu Filomeno. Além de todas as irregularidades apontadas e outras, gostaria só de deixar claro que toda a movimentação bancária dessa Fundação, ou seja, todos os cheques foram assinados e sacados só pelo presidente da Fundação, o que já contraria a lei por não ter a assinatura do tesoureiro.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, isso não é da minha responsabilidade.

O SR. ROBSON TUMA - Deputado Carlos Benevides, por favor, deixe-me terminar de falar, para não perdermos tempo. Somente um cheque não foi feito de acordo com essas considerações, ou seja, o Presidente assina, e a própria fundação endossa o cheque e recebe o dinheiro. Somente um cheque de 1 bilhão na época foi dado ao Sr. Ricardo Mesquita da Silveira, que, por coincidência, não consta no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal. Isso é só para V. Exª ter conhecimento, porque é uma entidade que foi ajudada por V. Exª.

O SR. CARLOS BENEVIDES - O Deputado Sérgio Miranda inclusive...

O SR. ROBSON TUMA - Apesar de outras irregularidades citadas no Tribunal de Contas da União, que fariam, inclusive, com que o próprio Ministério ou a Fundação não pudessem dar o dinheiro que foi dado, apesar de todos os outros que cabe à Subcomissão de Subvenções analisar a fundo - e isso já requeiro ao seu Coordenador -, V. Exª também diz que não é de sua responsabilidade mas defende a Fundação de uma forma veemente, mesmo porque ela hoje é presidida pelo ex-Prefeito da cidade de Acaará. Antes de ele assumir a presidência dessa fundação, quem a presidia era o seu irmão.

Só para concluir: V. Exª fala do hospital, que teve as verbas recebidas.

O SR. CARLOS BENEVIDES - E os relatórios aprovando a aplicação delas.

O SR. ROBSON TUMA - Exato.

Veja bem o que coloquei no começo: a aprovação da prestação de contas não significa que o Tribunal de Contas esteja de acordo, mesmo porque, na investigação do Tribunal de Contas, existem várias irregularidades; tantas que nem gostaria de lê-las. Há, por exemplo, notas frias na prestação de contas, o Presidente não diz onde os serviços médicos foram prestados ou como foram prestados e quem assina o recibo, como já foi colocado pelo Deputado Sérgio Miranda, é o prefeito de uma cidade vizinha.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Na época não era prefeito.

O SR. ROBSON TUMA - Enfim, como outras coisas: o próprio Presidente diz que o dinheiro chegou em época de eleição, e um dos membros do Conselho da fundação coincidentemente também foi eleito prefeito daquela cidade. O próprio Presidente faz esse esclarecimento.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Deputado. O ex-Prefeito Aníbal foi ex-Prefeito.

O SR. ROBSON TUMA - Exato. Mas ele hoje é Presidente da fundação e diz que o dinheiro que antes chegou à fundação foi exatamente em época de eleição; por coincidência, o prefeito eleito faz ou fazia parte do Conselho dessa fundação. Enfim, são várias outras irregularidades, e V. Ex.^a vai receber o relatório do Tribunal de Contas.

V. Ex.^a cita a obra que está sendo elaborada e fiscalizada por essa fundação. Só para dados esclarecedores, até mesmo para que V. Ex.^a tenha consciência e saiba que não deve mais ajudar essa fundação, porque ela é totalmente inidônea, além da própria prefeitura, que também foi... Aliás, esta é a segunda, em valores de subvenção, indicada por V. Ex.^a; a primeira foi a própria Prefeitura de Acaraú, que também é citada pelo Tribunal de Contas como inidônea por vários motivos.

Até mesmo para esclarecimento de V. Ex.^a, para que não mande mais dinheiro para instituições inidôneas, ela chegou a receber, já neste ano, 437 mil, 285 dólares e só usou para a obra do hospital 268 mil, 534 dólares e 12 cents. Então, ficam ainda cerca de 200 mil dólares, sem que deles tenha prestado contas. E também essa obra...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Foram prestadas já.

O SR. ROBSON TUMA - Foram prestadas mas não aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, como já esclareci a V. Ex.^a.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mas aprovadas pela COFE do Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. ROBSON TUMA - O Ministério do Bem-Estar Social recebe...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Do Ministério da Saúde. É do Ministério da Saúde.

O SR. ROBSON TUMA - Deixe-me explicar a V. Ex.^a, porque aprendi um pouco com a CPI.

O Ministério recebeu as notas fiscais e toda a prestação de contas: se o dinheiro bateu, zerou, tudo bem. O Tribunal de Contas, entretanto, disse, por exemplo, que as notas apresentadas eram frias e não poderiam ter sido passadas. Enfim, várias outras coisas foram citadas e são irregulares, como se mostra. Também como curiosidade, essa obra deveria estar sendo inaugurada em fevereiro de 1994, o que é impossível de ser feito.

Só para esclarecermos esse problema da fundação, porque várias pessoas perguntaram, e isso ficou meio nebuloso. Pergunto a V. Ex.^a: por que o Sr. Aníbal Ferreira Gomes, que é o ex-Prefeito de Acaraú, Presidente dessa fundação, manda a V. Ex.^a pedidos de várias obras de vários municípios como Boa Viagem, Russas, enfim, várias obras na região? Se é ele o prefeito de uma cidade, por que teria ingerência em indicar várias outras obras que deveriam ser cumpridas? Cito, por exemplo: Ministério da Educação, 550 milhões; Ministério da Ação Social, 850 milhões; Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, 1 bilhão e 330 milhões, e Ministério da Saúde - INAMPS, 205 milhões. Por que isso?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Ex.^a que faça a última pergunta porque o seu tempo já se esgotou.

O SR. ROBSON TUMA - Respondendo o depoente a esta, concluo com a última pergunta.

Por que o prefeito teria ingerência em todas essas obras e fazia pedidos a V. Ex.^a, encaminhando um documento para V. Ex.^a?

Se o Presidente preferir, eu faria as perguntas e depois o Deputado as responderia.

Senhor depoente, a Rádio Ortália, de Pacatuba Ltda, é de V. Ex.^a?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso ter uma idéia quanto ao alcance da pergunta de V. Ex.^a sobre o prefeito? A pergunta de V. Ex.^a é sobre um prefeito?

O SR. ROBSON TUMA - Exato. O nome completo do prefeito é Aníbal Ferreira Gomes, atual Presidente desta Fundação tão citada por irregularidades. Ele, quando prefeito, encaminha ao Deputado Carlos Benevides uma relação de várias cidades do Ceará, pedindo valores. Cita os nomes das cidades e os valores que deveriam ser mandados.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Será que tem algum documento que comprove que o ex-prefeito Aníbal fez essa solicitação?

O SR. ROBSON TUMA - Tenho esses documentos e os encaminharia a V. Ex.^a. Eles foram encontrados na casa do economista José Carlos Alves dos Santos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Assinado por ele?

O SR. ROBSON TUMA - Está com a letra que deve ser a dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A que conclusão V. Ex.^a quer chegar?

O SR. ROBSON TUMA - Quero exatamente saber por que o prefeito de uma cidade fazia pedidos, com ingerência em várias outras cidades, com valores dos pedidos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mas o pedido é dirigido a mim?

O SR. ROBSON TUMA - É, sim.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Está dirigido a mim?

O SR. ROBSON TUMA - Está, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso caracterizaria o quê? Força, poder do Deputado ou ilicitude de aplicação dos recursos liberados?

O SR. ROBSON TUMA - Caracterizaria uma ingerência de um prefeito ligado ao Deputado no sentido de intermediar a aprovação de valores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Intermediar é um termo perigoso. Eu queria saber se ele podia fazer solicitações, porém intermediações....

O SR. ROBSON TUMA - Justamente por isso estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Completo a pergunta ao Deputado Carlos Benevides. V. Ex^a reconhece esse suposto documento como verdadeiro?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Se ele tem o original e a prova que possa fazê-lo, eu não posso... Temos de nos basear pelo Código Penal. Não estou vendo aonde o Deputado Robson Tuma está querendo chegar. Ele está se referindo a um ex-prefeito de um determinado município que, porventura, tenha pedido a minha ingerência para outros municípios do Estado do Ceará. É a isso que V. Ex^a está querendo se referir?

O SR. ROBSON TUMA - Exato. Por coincidência, esse prefeito que V. Ex^a cita... eu não queria aqui discutir com V. Ex^a, mesmo porque é um colega.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Talvez o Deputado Moroni Torgan fosse a pessoa mais apropriada, porque ele conhece bem o Ceará.

O SR. ROBSON TUMA - Não. Se V. Ex^a quer que eu o inquirir com um pouco mais de veemência para que V. Ex^a entenda, sem dúvida. Simplesmente estou querendo ser respeitoso com V. Ex^a.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a está me afligindo. Não se aflige os aflitos. V. Ex^a está querendo me afligir. Em nenhum momento eu quis levar o debate para outro nível.

O SR. ROBSON TUMA - Eu gostaria apenas que V. Ex^a me respondesse por que o prefeito Aníbal, Presidente da Fundação, que é o segundo em valores de recursos - aliás, V. Ex^a foi quem apresentou as subvenções em 70% do Estado do Ceará e ele foi um dos que mais receberam e manda esse documento para V. Ex^a. Se for mentira, se o documento não for real, depois V. Ex^a pegue o original e peça um exame grafotécnico. Isso não cabe a mim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peça, por favor, à Segurança que faça chegar o documento às mãos da Mesa. Peço por gentileza que V. Ex^a conclua porque já esgotamos o prazo em quatro minutos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Presidente, aqui há uma letra, dizendo: "Dr. Aníbal para Deputado." Não diz para qual Deputado seja, Deputado Robson Tuma. Em cima tem um escrito à mão. Deve ter sido o Deputado Moroni Torgan que escreveu.

O SR. ROBSON TUMA - Não. Fui eu que escrevi. É minha letra.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Dr. Aníbal é Prefeito de Acaraú.

O SR. ROBSON TUMA - Isso aí fui eu que escrevi, Deputado. Essa inscrição fui eu que escrevi, Deputado. O senhor não precisa ficar preocupado com o Deputado Moroni Torgan, porque tenho minha personalidade e eu gostaria que o senhor reconhecesse e respeitasse isso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, estava fazendo uma indagação a V. Ex^a. Também conheço muito o Deputado Moroni Torgan...

O SR. ROBSON TUMA - Se o senhor tem medo do Deputado Moroni Torgan por ser do seu Estado não é culpa minha.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, me dou muito bem com o Deputado Moroni Torgan. Pergunte V. Ex^a, faça uma indagação que ele pode lhe dizer.

O SR. ROBSON TUMA - Só gostaria que o senhor...

Ele vai indagar V. Ex^a e vamos sentir.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Só que esse documento não é dirigido do Deputado Carlos Benevides. V. Ex^a pode...

O SR. ROBSON TUMA - Só quero esclarecer a V. Ex^a: na primeira página existe a autuação...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Em nenhum momento fala no meu nome, Deputado Robson.

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Robson Tuma, por favor. V. Ex^a quando fez a pergunta, o Deputado disse que esse prefeito fez solicitações a ele e se V. Ex^a teria arrimado a pergunta nesse documento encontrado na casa do Sr. José Carlos.

O SR. ROBSON TUMA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O documento vindo à Mesa realmente mostra apenas aqui escrito: de Dr. Aníbal para Deputado - em branco - não diz quem é.

O SR. ROBSON TUMA - Agora, eu gostaria que S. Ex^a virasse a página principal onde tem a autuação diz, no resumo do documento, que era um documento do Deputado... fiz exatamente baseado na autuação, não...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está escrito aqui: relação de pedidos do Deputado Carlos Benevides.

O SR. ROBSON TUMA - Só para esclarecer que não foi uma conclusão minha, foi uma conclusão de quem autuou o documento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exatamente aqui que eu quero verificar se essa autuação, e a informação prestada pelo Sr. José Carlos em documento apreendido na residência dele; se isto mais tarde possa ser explicado até melhor, diria eu também, porque quem está com o ofício na sua vida de fazer autuações é o Deputado Moroni Torgan. V. Exª naturalmente tem uma herança extraordinária de família. Há o Delegado Tuma, que me deu muita honra de ser meu Secretário de Polícia Federal, também faria autuações. Eu ficaria em dúvida se esse documento é totalmente válido nesse sentido. Só isso que preciso saber.

O SR. ROBSON TUMA - Exatamente por isso que argüi o depoente, até mesmo para que não tenhamos documentos aqui achando que são válidos para incriminá-lo, e ele...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, então V. Exª tem dúvida com relação ao documento ser dirigido ao Deputado Carlos Benevides.

O SR. ROBSON TUMA - Não. Aqui não está em jogo a minha capacidade de interpretação de documentos; aqui está em jogo que V. Exª esclareça a mim e a todos que estão assistindo, a própria Nação, o que eu apresentei a V. Exª e outras coisas que teria a apresentar.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem mais alguma pergunta a fazer?

O SR. ROBSON TUMA - Não, simplesmente que ele não respondesse, Sr. Presidente. Mas só gostaria que ele esclarecesse se é dono da Rádio Casablanca. O senhor disse que sim.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não é objeto desta CPI, Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA - Só para esclarecer...

O SR. CARLOS BENEVIDES - A V. Exª direi tudo o que sou sócio no meu gabinete, se V. Exª desejar, só espero que V. Exª tenha consideração...

Sou sócio da Rádio FM Casablanca; tenho 25% dela. Foi concedida quando eu era Deputado Estadual pelo Estado do Ceará, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA - Não. Era só para dizer que, como ela também não está no Imposto de Renda...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Está.

O SR. ROBSON TUMA - ...outras coisas também...

O SR. CARLOS BENEVIDES - Está. V. Exª está no Imposto de 90. Está, sim.

O SR. ROBSON TUMA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Agora, não respondi a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem não está satisfeito sou eu.

O SR. ROBSON TUMA - Agradeço, porque vou ter mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator saiu por motivo justificado, porque estava com febre, e fique aqui de relator *ad hoc*, acumulando com a Presidência. Vou concluir: por que pode o Deputado Robson Tuma dizer que não consta da declaração de bens, porque pode o Deputado Carlos Benevides que consta. Então, vamos verificar a declaração de bens. Certo?

O SR. ROBSON TUMA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra ao tão esperado Deputado Moroni Torgan.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sr. Presidente, não respondi nenhuma indagação do Deputado Robson Tuma. Não sei se ele se deu por satisfeito pelo comentário que fez.

O SR. ROBSON TUMA - Já disse no final que estava insatisfeito.

V. Exª estava aguardando o Deputado Moroni Torgan e não sei se V. Exª gostaria de responder a minhas arguições.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, é porque diante do conhecimento que V. Exª tem da política do Ceará sobre o prefeito, sobre o ex-prefeito, naturalmente V. Exª pode...

O SR. ROBSON TUMA - Mesmo porque tenho amigos no Ceará que eu gosto muito.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sei.

O SR. ROBSON TUMA - Não é só o Deputado Moroni Torgan.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Sei, Deputado Robson Tuma. Da próxima... conheço até o empresário Júlio Ventura, secretário do Prefeito Juracy, do Deputado Cambráia, que gosta muito de V. Exª, como o pai de V. Exª é muito querido no Estado do Ceará, não é só em Brasília, não.

O SR. ROBSON TUMA - Mas um amigo a quem todos nós devemos respeito.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Exatamente. Agora eu queria responder a V. Exª as perguntas que me foram feitas. Se V. Exª se interessar, poderei respondê-lo. Não sei, a essa altura dos acontecimentos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora eu já passei a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu sou sócio da Rádio FM Casablanca - apenas complementando, Sr. Presidente Jarbas Passarinho - e, no momento, Deputado Robson Tuma, ela está arrendada ao Grupo Mastruz com Leite. Está arrendada já há algum tempo. Eu tenho 25%, entre os quatro sócios, todos com partes iguais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mastruzo?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Mastruz com Leite. É um conjunto musical. Está vendo como o Deputado José Genoíno não nega as suas origens cearenses?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Até porque foi lá que eu aprendi a lutar contra uma elite que não distribuía dinheiro para aquele povo faminto, inclusive em Quixeramobim.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Da qual não faço parte, Deputado. Não faço parte da elite.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quer ver que vai sobrar para mim. (Risos)

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nem eu nem minha família.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Moroni Torgan. Não frustre a expectativa. (Risos)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu só gostaria de pedir ao Deputado Moroni Torgan que utilizasse a expressão "V. Ex.", apesar da proximidade dos dois, para manter o Regimento. E, por último, eu queria só fundamentar a intervenção abrupta do Deputado José Genoíno, que depois da quarta intervenção da menção do seu nome, estava quase indo para a comissão de ética do PT, ele sair é intervir aqui no debate.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Espero que não seja por questão disciplinar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas vamos disciplinar esta reunião.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, agradeço por V. Ex.ª me ceder a palavra. E, como sempre, eu poderia até me constringer de fazer perguntas ao Deputado Carlos Benevides, por ser da Bancada cearense. Mas não o faço. Acredito que se tivesse um irmão meu sentado ali, ainda assim eu faria as perguntas. Porque entendo que não estamos aqui para constringer ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho certeza disso.

O SR. MORONI TORGAN - Nós estamos na busca da verdade. E, assim sendo, não tenho preocupação quanto a este sentido. E o Deputado Carlos Benevides me conhece, a minha área de atuação foi nesse sentido sempre no Ceará e acredito não ter feito injustiças lá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E nem aqui.

O SR. MORONI TORGAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quanto a essa questão do Sr. José Carlos, enquanto o Deputado Robson Tuma argüia, eu estava lendo o documento, e, na verdade, foi uma afirmativa do Sr. José Carlos que o documento seria do Deputado Carlos Benevides e ali estava: do Dr. Aníbal para o Deputado Carlos Benevides. Para ser franco, se o Dr. Aníbal faz sugestões de outras cidades para o Deputado Carlos Benevides, isso implica uma sociedade. Sendo ele também aquele que recebe mais subvenções sociais por parte do Deputado, também poderia se fazer tal ingerência. E isso tudo na área das suposições, até que se tenha uma comprovação que já foi inclusive negada pelo Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas o documento que veio à Mesa não tinha "de Aníbal para Carlos Benevides".

O SR. MORONI TORGAN - Não. Diz "de Aníbal para Deputado". Quem diz que aquele deputado é Carlos Benevides é o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. MORONI TORGAN - Eu fiquei estarelecido e isso talvez sirva de alerta mesmo, como o Deputado Robson Tuma diz, para o Deputado Carlos Benevides. Sobre essa Fundação Filomeno Gomes, se aquilo que o TCU disse for verdade, o presidente e os conselheiros tinham que parar na cadeia. Porque se aquilo que o TCU disse for verdade, ali tem malversação de verba, ali tem estelionato, ali tem prática de falsidade ideológica, ali tem todo o tipo de ilícito. Porque se tem ter nota fria, é falsidade ideológica e uso de documento falso; vai ter falsidade ideológica porque deram declarações de funcionamento quando, na verdade, não houve funcionamento de coisa nenhuma, segundo o próprio Presidente informa que não funcionava desde 1984, passou a funcionar quando recebeu a verba em 1992.

E isso inclui também responsabilidade do Ministério de Ação Social, que liberou uma verba para uma fundação nessas condições. Não podia ter liberado nunca verba para uma fundação nessas condições.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Prezado Deputado, se V. Ex.ª prestar atenção, vai ganhar em decibéis do Deputado Maurício Najar.

O SR. MORONI TORGAN - Eu estava meio ciumento dele. Mas esse fato realmente sendo comprovado, essa auditoria do TCU assinada por dois auditores, é caso de polícia mesmo. É caso de se colocar na cadeia quem presidia essa fundação porque é ridículo. Eu não consigo imaginar uma fundação que abre para receber verba pública e uma fundação que é de Acaraú e abre a sua sede em Fortaleza. Eu não entendo disso.

O SR. CARLOS BENEVIDES - A Fundação não é de Acaraú.

O SR. MORONI TORGAN - O presidente atual da Fundação é o prefeito de Acaraú. O antigo presidente era o irmão do prefeito de Acaraú. Então, essa fundação era para quê? Ela não apresentou contas de coisa nenhuma aos técnicos do TCU. As notas que apresentou, a Secretaria da Fazenda do Estado, a Receita Federal diz que são notas frias. Quer dizer, são empresas que já são contumazes em fazer notas - eu nem me lembro do termo - "calçadas". Quer dizer, então, tudo isso me deixa horrorizado com essa situação, sem dúvida nenhuma.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Qual o envolvimento do Deputado nesses fatos a que V. Ex^a se refere?

O SR. MORONI TORGAN - Talvez V. Ex^a possa me dizer.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu não tenho nenhum envolvimento, Deputado. Sobre a administração da entidade... Essa idéia pré-concebida de V. Ex^a de que tem que botar alguém na cadeia sem antes ouvir, Deputado Moroni Torgan, talvez seja um resquício autoritário de V. Ex^a quando era policial. V. Ex^a está incriminando.

O SR. MORONI TORGAN - Eu não disse que V. Ex^a deveria ir para a cadeia.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a falou em sociedade minha com o Dr...

O SR. MORONI TORGAN - Eu não disse que V. Ex^a deveria ir para a cadeia. Posso mudar minha atitude no decorrer das provas da CPI. Mas eu disse que se isso for verdade do TCU, esse Presidente e esses responsáveis por essa fundação têm que ir para a cadeia, sim. Têm que ir para a cadeia sim. Eu não tenho dúvidas disso. Porque aí são irregularidades terríveis. E vou mais além ainda: isso não sou eu quem digo, quem diz é o próprio TCU. O TCU, no seu relatório, é enfático. Ele diz que tudo o que foi feito nessa... Está aqui:

"Considerando que a Fundação não tem posto de saúde nem desenvolve qualquer ação, seja na área médica ou mesmo de assistência social, vê-se que o montante recebido e comprovado é completamente incompatível com uma instituição que sequer dispõe de uma sede para funcionar".

Ela não tinha, sequer, a contabilidade quando os membros do TCU chegaram nessa instituição. E eu não estou falando do Deputado Carlos Benevides; estou falando da instituição Amadeu Philomeno. Os laudos mostram um tesoureiro na apresentação dos documentos e outro quando os técnicos do TCU vêm. As notas apresentadas - é dito pelos técnicos do TCU - foram "calçadas". Entre o relatório do TCU, que compara papel com fatos, e o relatório de qualquer comissão, de qualquer Ministério, que só vê o papelzinho para saber se o papelzinho está legalizado, eu não tenho dúvida de ficar com o relatório dos técnicos do TCU. Essa fundação é piada, porque, vejamos só o que diz aqui o documento do TCU. Acho que é piada, se realmente for dessa maneira. Faço a ressalva: sendo da maneira que os técnicos do TCU disseram, isso que eu vou ler é piada, só pode ser.

"O objeto da presente licitação será fiscalizado" - licitação do hospital, que vai mais de um milhão de dólares - "pela Fundação Amadeu Philomeno" - essa que não tem sede, essa que não tem funcionário, essa que não tem nada -, "a quem caberá a verificação à obediência do projeto e às especificações e a emissão de laudos, certificando a efetiva execução das etapas de serviço".

Ora, como é que uma fundação que nem sede tem, nem funcionário tem, segundo o relatório do TCU, pode emitir sequer um laudo sobre qualquer coisa, sobre um pirulito de Estilo? Muito menos... Exatamente fica ainda com a responsabilidade de pegar o dinheiro que estava com ela. Então, quero encerrar esse assunto nesse sentido e dizer que, se essa fundação fosse fiscalizadora, sem dúvida nenhuma, vamos pedir providência à Polícia Federal para saber o que essa fundação está fazendo com esse dinheiro. Porque aí eu não acredito em honestidade nesse ponto, sendo verdadeiro esse relatório dos técnicos do TCU.

O SR. CARLOS BENEVIDES - A Polícia Federal está lá há mais de dois meses, Deputado. V. Ex^a está parecendo desinformado. A Polícia Federal está lá há dois meses.

O SR. MORONI TORGAN - Outra coisa... Não gosto de brincar com esses assuntos que são assuntos sérios. Trata-se de milhões de dólares que deveriam ir para a população, que, muitas vezes, não vão.

Essa história de o Presidente dizer que a verba chegou justamente no período eleitoral e o fato de ter sido eleito Prefeito um membro do Conselho da Fundação, que não existia, também me deixam com muita coisa na mente para pensar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual é essa Fundação, Deputado?

O SR. MORONI TORGAN - A Fundação Amadeu Philomeno. Há um relatório dramático do TCU a respeito das atividades dela.

Eu gostaria, também, de saber qual a sua relação com o Deputado João Alves. Para mim, não ficou bem claro aquela relação que lhe foi mostrada, em que o Deputado João Alves pedia verba para a Bahia e para Municípios que são da sua região eleitoral.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a terminou?

O SR. MORONI TORGAN - Não, estou no meio.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Moroni Torgan, V. Ex^a naturalmente vai ter paciência para me ouvir, porque V. Ex^a utilizou dez ou quinze minutos, fez quase um discurso.

minutos. **O SR. MORONI TORGAN** - Não. Estou contando aqui. Foram oito

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foram oito minutos.

Estive lá fora, ouvi V. Ex^a mesmo lá fora e foram oito minutos. Eu ia até perguntar se V. Ex^a estava respondendo ou perguntando.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Em primeiro lugar, queria perguntar ao Deputado Moroni Torgan o que S. Ex^a quis dizer com "sociedade com o Dr. Aníbal e o Deputado Carlos Benevides". Não entendi, Deputado Moroni Torgan! Sociedade em quê?

O SR. MORONI TORGAN - Explico: se o Dr. Aníbal - e estou usando a expressão "se" ...

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a falou em sociedade. Pode consultar a Taquigrafia.

O SR. MORONI TORGAN - ... se o Dr. Aníbal estiver indicando verbas para que o Deputado Carlos Benevides faça ingerência em outros municípios, não consigo entender porque um prefeito de um município está indicando...

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a falou em sociedade.

O SR. MORONI TORGAN - V. Ex^a tem algum problema de ter uma sociedade com um prefeito?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Ele não é prefeito, Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Com um ex-prefeito? Ele é inidôneo, alguma coisa assim?

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Ex^a está assegurando. Ele é uma figura invejável, muito querida. Saiu da Administração...

O SR. MORONI TORGAN - Por que o seu receio de ter uma sociedade com ele?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Porque V. Ex^a afirmou. Calma, Deputado Moroni Torgan, quero responder.

O SR. MORONI TORGAN - Estou perguntando.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Pelo amor de Deus, dê-me o direito de responder. Estamos aqui com milhares de telespectadores por todo o Brasil.

O SR. MORONI TORGAN - Nesta hora já não tem tanto. (Risos)

O SR. CARLOS BENEVIDES - Inclusive no Estado do Ceará. Não sei por que, não tendo tanto, V. Ex^a insiste tanto em falar.

Deputado Moroni Torgan, diz o Dr. Aldeir Nogueira Barbosa - não sei se V. Ex^a acredita na Justiça do Ceará:

"Dr. Aldeir Nogueira Barbosa, Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o Dr. Manoel Leandro de Norões Milfont, Promotor de Justiça de Entrância Especial, titular da 18ª Vara Cível, para, sem juízo de sua titularidade, representar o Ministério Público, oferecendo parecer do processo de aprovação e reforma dos estatutos da Fundação Amadeu Filomeno. Registre-se, publique-se, cumpra-se. Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, em Fortaleza, aos 20 de fevereiro de 1992".

Pergunto se V. Ex^a acredita, porque V. Ex^a foi Secretário de Segurança do Ceará e, por meio do Poder Executivo, pode chegar ao Poder Legislativo, devido à função executiva que exerceu - e deve ter exercido bem, senão não estaria aqui. Pergunto se V. Ex^a acredita na Justiça porque V. Ex^a tem informações do Tribunal de Contas e eu tenho outras. Talvez, nobre Deputado - e aí seria a grande jogada desta Comissão -, se fosse dado acesso aos Parlamentares que vão ser inquiridos a esses documentos com que serão abordados, seria da maior eficiência possível. Se eu tivesse tomado conhecimento desse relatório, eu poderia prestar a V. Ex^a alguns esclarecimentos, o que não ocorreu.

Contudo, Deputado Moroni Torgan, em função dessa designação do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, e penso que V. Ex^a concorda que a Justiça do Ceará é séria, pelo menos o Procurador-Geral de Justiça, que é nomeado pelo Governador de Estado.

"Atestado de funcionamento de prova de mandato.

Atesto, para os devidos fins de direito e para o que se fizer necessário, que a Fundação Amadeu Filomeno, entidade de fins filantrópicos e de âmbito estadual..." - veja bem o que diz um promotor de Justiça, e aqui tem inclusive Parlamentares que foram promotores de Justiça e conhecem a classe - "... com sede e foro em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, à Rua Monsenhor Otávio de Castro nº 888, Bairro de Fátima, devidamente registrado no livro de pessoa jurídica do Cartório Mello Júnior, 6º Ofício de Notas..." - e aí vai - "... acha-se em pleno..." - Deputado Moroni Torgan, estou lendo para V. Ex^a.

O SR. MORONI TORGAN - E eu estou ouvindo V. Ex^a.

O SR. CARLOS BENEVIDES - É um documento do Promotor de Justiça. V. Ex^a inclusive tem um bom relacionamento com a Justiça.

"... acha-se em pleno e satisfatório funcionamento, de acordo com seus estatutos, existindo há mais de sete anos, sendo que a sua diretoria não percebe qualquer remuneração, tendo mandato em vigência até 31 de janeiro de 1996 e está constituída conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária, em 31 de

janeiro de 1992, registrada em livro próprio, sendo constituída como é abaixo indicada."

Deputado Moroni Torgan, com essa afirmação de um promotor de justiça, não posso concordar com V. Exª e dizer que a entidade não funcionava, não tinha sede, que o presidente da entidade ia até ser preso...

O SR. MORONI TORGAN - Deputado, não é comigo que V. Exª não concorda, é com o presidente da fundação!

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não, Deputado Moroni Torgan, eu estou me fazendo valer de um documento que tenho em mãos. Da Justiça. Não é da lavra do Deputado Carlos Benevides! É um documento da Promotoria de Justiça do Ceará, que é muito honrada, por sinal.

O SR. MORONI TORGAN - Mas eu estou me fazendo valer de um documento do TCU, que não deixa de ser honrado. Ou o senhor também põe em dúvida a atividade do TCU?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Absolutamente.

O SR. MORONI TORGAN - Estou me valendo desse documento.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Acho, Deputado, que, com o rigor que foi feita a averiguação, pelo que V. Exª diz, houve muita constatação de imperfeição contábil. Eu não sei o que aconteceu com a fiscalização do Tribunal de Contas, acho só que V. Exª, como foi homem de polícia, acha que o cidadão tem que ter o direito de defesa, como a entidade tem que ter o direito de defesa. Aqui se deu o direito de defesa ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, ao Dr. Paulo César Farias, e eu acho que o Tribunal de Contas deve pelo menos dar um prazo, por menor que seja, acho que até a metade do que foi dado ao DNOCS, para que a entidade e a prefeitura possam esclarecer esta Comissão com referência a este assunto.

Agora, apenas para esclarecer a V. Exª, com relação ao grupo Mastruz com Leite, que V. Exª não entendeu...

O SR. MORONI TORGAN - Não, eu quero que esclareça aquela pergunta do João Alves.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Peço licença a V. Exª no que se refere à indagação do Deputado Robson Tuma, que, ao meu ver, não é pertinente à Comissão, mas ele fez uma pergunta pública e eu quero respondê-la. Na Rádio FM Casablanca tenho uma participação de 25% - já revelei isso -, conforme o registro nº 23200297 da Junta Comercial, certidão expedida anexa pela Delegacia do Ministério das Comunicações. Eu queria também retificar a afirmação do Deputado Robson Tuma que disse que no meu imposto de renda não tinha a declaração da Rádio FM Casablanca.

Eu fiz chegar às mãos do Deputado Robson Tuma, não sei se S. Exª reconhece o documento como legal, foi enviado pelo colega dele, e se ele constatou, na verdade, que na minha declaração de imposto de renda tem as ações da Rádio FM Casablanca.

O SR. ROBSON TUMA - Eu o considero exatamente da mesma forma que V. Exª reconheceu o meu, e por isso vou continuar aguardando porque o Presidente da Comissão, Senador Jarbas Passarinho, disse que iria mandar apurar.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Eu estou falando da Rádio FM Casablanca, Deputado.

V. Exª disse que eu não a tinha apresentado no meu imposto de renda, e eu mandei um documento a V. Exª comprovando que não é verdade sua afirmação. Eu tenho documento aqui.

O SR. ROBSON TUMA - Eu vou acreditar na palavra do Presidente, na hora em que for apurado.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Assim como não acredito na palavra de V. Exª, do mesmo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Deputado, face a mim, não há problema.

Agora, a pergunta que falta responder.

Deputado Moroni Torgan tem a palavra.

O SR. MORONI TORGAN - Eu só gostaria de saber qual é o nível do seu relacionamento com o Deputado João Alves, visto que há um documento em que ele pede para as prefeituras da Bahia e pede para prefeituras do Ceará, que são o seu reduto eleitoral. Qual seria esse nível de conhecimento?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado, V. Exª está dizendo que o Deputado João Alves pede para municípios da Bahia. Essa é uma afirmação de V. Exª, não é uma afirmação do Deputado Carlos Benevides.

O SR. MORONI TORGAN - A afirmação é do seu amigo José Carlos.

O SR. CARLOS BENEVIDES - O que o Sr. José Carlos Alves dos Santos falou? Que eu pedi ao Deputado João Alves?

O SR. MORONI TORGAN - Vou dizer textualmente, como está na autuação, que fica melhor: "Recursos para municípios da Bahia, do interesse do Deputado João Alves." Só que, junto aos recursos para municípios da Bahia aparecem recursos para municípios do Ceará, que, coincidentemente, são também do seu interesse eleitoral.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Moroni Torgan, o Deputado João Alves foi relator, em 1990. Aliás, 1991 foi um ano em que tive muito poucas emendas aprovadas, cinco ou seis. Se V. Exª está querendo dar uma dimensão maior à minha amizade com o Deputado João Alves, eu conheço o Deputado João Alves.

O SR. MORONI TORGAN - Eu não estou querendo dar dimensão nenhuma. Eu nem dou e nem permito que V. Exª diga ou faça julgamentos sobre o que quero ou não quero.

O SR. CARLOS BENEVIDES - V. Exª é que está fazendo julgamentos.

O SR. MORONI TORGAN - Eu já afirmei uma vez aqui que o que eu quero é a verdade. É só isso. Não é mais nada do que isso. Eu lhe fiz uma pergunta e V. Exª está fugindo da resposta. Eu estou lhe perguntando qual é o grau do seu relacionamento com o Deputado João Alves, que leva o Deputado a pedir para a Bahia e pedir para os seus municípios, no Ceará.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Conheço o Deputado João Alves, procurei-o, quando era o Relator do Orçamento. Infelizmente, os meus pedidos foram muito abaixo da solicitação. Tive apenas, no ano em que ele foi Relator, cinco ou seis emendas aprovadas. Isso eu posso comprovar a V. Exª. Conheço-o, estive com ele, sei quem ele é. Isso eu não posso esconder de V. Exª.

O SR. MORONI TORGAN - Eu só gostaria, para encerrar, Sr. Presidente, e agradeço a paciência de V. Exª: V. Exª nunca tomou conhecimento das irregularidades praticadas no Orçamento, visto que conhecia os dois Relatores, João Alves e Fiúza; visto que conhecia o vetor de todas essas denúncias, que era o José Carlos? V. Exª nunca tomou conhecimento dessas irregularidades?

O SR. CARLOS BENEVIDES - Deputado Moroni Torgan, V. Exª, que frequentava e que era membro da Comissão de Orçamento sabe que nunca fui membro da Comissão de Orçamento; tenho verdadeiro horror até de pisar lá dentro. Então, estou na mesma condição de V. Exª, nunca fui membro da Comissão. Então, sobre esse aspecto, Deputado Moroni Torgan, a bem da verdade que V. Exª procura, e este Deputado também, não posso adiantar nada, porque eu não participava de nenhuma capela de poder, de nenhum conciliábulo inconfessável. Portanto, não posso trazer a esta Comissão uma informação que não tenho. Estou aqui sob o juramento de dizer a verdade.

Deputado Moroni Torgan, infelizmente, fico devendo essa indagação a V. Exª. Não posso avaliar esse núcleo de poder que se quer descobrir. A minha contribuição, nesse setor, é precária.

O SR. MORONI TORGAN - Agradeço a V. Exª e ressalvo: tome cuidado com as subvenções, para não pegar essas entidades que, no último mês, resolvem se instalar para receber verba.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Vice-Presidente se quer fazer alguma indagação. (Pausa)

O SR. ODACIR KLEIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Robson Tuma, aqui está o documento do Ministério da Fazenda: imposto de renda; declaração do ano de 1993, ano calendário de 1992. Nome: Carlos Eduardo Benevides Neto; declaração de bens e direitos. Oitava item: quota de capital da rádio FM Casablanca Ltda.

O SR. ROBSON TUMA - De que ano, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Valores em UFIR: 1,00.

O SR. ROBSON TUMA - Desculpe-me, de que ano foi esse imposto de renda?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - 93, ano base 92.

O SR. ROBSON TUMA - Não, porque a informação que eu tenho é que essa rádio pertencia ao Deputado desde 1989 ou 90.

O SR. MORONI TORGAN - ... Eu fico mais satisfeito, porque V. Exª me esclareceu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu recebi o documento e acho que é justo dar conhecimento.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, eu não sei se entendi mal, é uma UFIR?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, 1,0. Aqui está, valores em UFIR, em 31 de dezembro - deve ser dezembro do ano base.

O SR. MORONI TORGAN - 1,0 de UFIR?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Essa quota aí, vale a pena a gente comprar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de dispersar, peço a atenção, porque que vou encerrar esta reunião, não apenas pedindo a atenção de todos aqueles que todo esse tempo estão aqui, desde as 18h03min. O depoente não teve hoje, inclusive, nenhum intervalo, também porque não solicitou.

Pergunto ao nobre Deputado Carlos Benevides se quer fazer comentários finais sobre a sua presença aqui.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Nobre Presidente Jarbas Passarinho, eu gostaria de tecer alguns comentários.

Em primeiro lugar, em alguns momentos, fui advertido por V. Exª, pelo Deputado Odacir Klein, de que me posicionei numa postura não condizente com a de Parlamentar, mas eu acho que os membros desta Comissão têm que compreender que uma pessoa que se senta nesta cadeira - muitos até, Sr. Presidente, se V. Exª não conhece particularmente, até apelidaram de cadeira elétrica -, mas eu fiz até questão de vir aqui, V. Exª tem conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Passei dificuldades muito grandes, uma delas até dei conhecimento a V. Ex^a; não fiz divulgação à imprensa, nem pretendo dar, mas V. Ex^a há de convir a dor que eu senti naquele momento, quando era uma investigação desnecessária, talvez até não-intencional, como V. Ex^a assegurou, mas nós chegamos no dia 29 de dezembro, onde foi previsto o depoimento do Deputado Carlos Benevides.

Eu até lendo os jornais de hoje, a *Folha de S. Paulo*, vi uma declaração do Relator Roberto Magalhães, que não sei se corresponde à realidade. De sorte que o meu depoimento, talvez, pelo meu não envolvimento com a CPI, até porque nunca fui membro da Comissão do Orçamento, não teria assim grande interesse. E, confesso a V. Ex^a que, para um Parlamentar que vai depor numa Comissão, em que colegas do Congresso o apelidam até de "Cadeira Elétrica", imagina V. Ex^a, que um Parlamentar - que como disse no meu discurso - não sou muito afeito à tribuna, não sou bacharel, talvez não tenha a desenvoltura para falar como o Deputado Moroni Torgan como de outros Deputados, mas ficamos, de certa forma, preocupados, Senador Jarbas Passarinho.

Queria, neste momento, pedir desculpas aos meus colegas Deputados e talvez aos Senadores, também, que vou chamar de colegas, Congressista que sou, por alguma exaltação, alguma acusação não pertinente, que não tenha aquela urbanidade do Código Penal, que não considerasse porque, na verdade, Senador Jarbas Passarinho, quem senta nesta cadeira tem uma responsabilidade muito grande. E foi dentro dessa responsabilidade que procurei informar aos membros desta Comissão aquilo que sabia sobre o Orçamento, aquilo que eu tinha defendido e espero ter contribuído, assim, para o objeto dessa Comissão que é apurar as irregularidades ocorridas na Comissão do Orçamento.

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jarbas Passarinho e ao Deputado Odacir Klein, bem como ao eminente Relator, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bom, eu tenho a impressão de que convém citar o que aconteceu. Aí deve ser, talvez, algum campeonato especial de atletas da voz que estamos ouvindo aqui.

A questão que magoou muito o Deputado Carlos, que trocou uma carta comigo, foi que na solicitação que partiu da Comissão de Patrimônio foi feita uma investigação sobre bens, sobre valores em relação a ele e a parentes, em geral, incluindo um filho de três anos de idade. Isso já aconteceu outras vezes, até com pessoas que faleceram em 1977 mas, infelizmente - como eu disse - não era uma questão intencional e ocorreu. Eu me recordo de que major, meu filho primogênito tinha quatro anos, eu fiz uma declaração de imposto de renda e a declaração voltou, porque eu sempre fiz a minha. E voltou, porque eu não tinha assinalado no quadro próprio que o meu filho era solteiro, com quatro anos de idade. Então, essas coisas infelizmente ocorrem num escalão burocrático.

Para não terminarmos esta reunião sem uma observação especial, sobre quanto foi esperado o depoimento do Deputado Moroni, eu gostaria que me permitissem contar uma pequena história. A primeira vez em que visitei os Estados Unidos a convite do Departamento de Estado, que acho que jogavam um pouco na puli das pessoas que podiam vir a ter maior influência na carreira política. Então, passei 33 dias viajando, de costa a costa, e os aviões saíam com irritante pontualidade, eu tinha que estar sempre nos horários devidos e, em todo lugar por onde eu passava, estava escrito assim: "Aqui conspirou Washington." "Aqui Washington pemoitou com os seus dois amigos de conspiração." Em todo lugar encontrava passagem de Washington. Até que num lugar encontrei também: "Aqui o cavalo de Washington recebeu alimentos." Então, eu também já estava esperando Washington quando fui ao aeroporto, e no aeroporto eu dei uma gargalhada porque estava escrito assim: "Aqui nunca estiveram nem Washington e nem o seu cavalo." Então, aqui esperamos o Deputado Moroni e ele encerrou essa audiência, essa oitiva.

Deputado Carlos Benevides, é injusto dizer que essa cadeira é uma cadeira elétrica.

O SR. CARLOS BENEVIDES - Não sou eu que afirmo, estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou dizendo que é injusto o que afirmam.

O SR. CARLOS BENEVIDES - De maneira nenhuma, até porque eu vim sentar nela, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois é, e afinal ainda não passou entre nós até agora, apesar de todo o esforço expendido pelo Deputado Amaral Netto, à pena de morte. E nós seríamos, aqui, verdugos. Acho, até, que muitas pessoas já sentaram aí, e saíram daqui com um resultado muito bom para o Relatório do Deputado Roberto Magalhães.

Quando se trata de investigar, os Deputados me surpreendem na forma pela qual se tratam, porque penso que são muito espontâneos, muito efusivos. Essa talvez seja a razão pela qual o Senado deriva da palavra senectute, que vem de senecta. Então, somos mais velhos e, por isso mesmo, apelidados com este tipo de microfone, que está mais baixo e evita grandes tipos de entusiasmos verbais.

Nós, amanhã, teremos a oitiva do Senador Ronaldo Aragão e, no dia 4, quando retomaremos os trabalhos, ouviremos o Sr. Roberval, pela manhã, e o Senador Mansueto de Lavor, pela tarde.

É possível que - eu gostaria que todos ficassem avisados disso - tenhamos uma reunião interna, na segunda-feira à tarde, para dar prosseguimento, inclusive, ao exame da possibilidade de convocação de governadores.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu proporia a V. Ex^a que essa reunião de segunda-feira fosse realizada mais no final da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu aceito a sugestão de V. Ex^a. Seria bom às 17h para os que vêm de avião?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Às 18h seria ainda melhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço ao nobre Deputado. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 22hrs52min.)

Depoimento do Sr. Senador Ronaldo Aragão

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta esta reunião, que tem a finalidade precípua de ouvir o nobre Senador Ronaldo Aragão.

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem assento em suas bancadas, e vamos iniciar os trabalhos.

O Sr. Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. RONALDO ARAGÃO - José Ronaldo Aragão.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. RONALDO ARAGÃO - 48 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Brasília.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Médico.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Coloquemo-nos de pé para ouvir o compromisso feito por S. Ex^a.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Ronaldo Aragão, seguindo a praxe que temos adotado aqui, V. Ex^a terá à sua disposição, em querendo, uma hora para uma exposição inicial.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sr. Presidente, eu desejo não ocupar toda essa hora que me é concedida para fazer a exposição.

Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Jarbas Passarinho; Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães; Sr. Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein; Srs. Membros da CPI:

Primeiramente, quero dizer como entendo a minha convocação. Devo confessar que me surpreendi ao saber, primeiramente pelos jornais, que deveria sentar na cadeira reservada muito mais aos acusados do que aos informantes. Mas, na condição de ex-Presidente da Comissão Mista de Orçamento, órgão do Congresso Nacional, de logo pude acreditar, para atenuar minha emoção, que minha presença deveria ser de relativa importância, pelas informações funcionais, e não pessoais, que poderia fornecer.

Não creio que minha pessoa tenha permitido razões para que a presente CPI por mim se interessasse, haja vista a correção de minha vida, o zelo de minha atividade parlamentar e a lisura que ponho em todos os meus atos.

Sou médico, desde 1974, profissão a que me entreguei, deixando meu Estado natal e indo clinicar no Paraná, no Mato Grosso e, posteriormente, em Rondônia. Participei de uma sociedade médica, a qual deixei logo que me elegi Deputado Estadual. Eleito Senador da República, em 1986, jamais me afastei de minha profissão, embora não devesse ter, por força das circunstâncias, o mesmo empenho que me foi possível, anterior à obtenção do primeiro mandato.

Como Senador, compondo a Bancada do PMDB, tendo integrado várias comissões e, por força dessa experiência, no ano de 1991, fui eleito na Bancada do meu Partido, e posteriormente indicado, para presidir a Comissão Parlamentar Mista do

Orçamento do Congresso Nacional, cargo que exerci com zelo, muita dedicação, embora encontrando muitas dificuldades por diversas circunstâncias.

Sr. Presidente e Srs. Membros da CPI, com a Constituição promulgada em 1988 o Congresso Nacional resgatou as prerrogativas de participar da elaboração final do Orçamento público, através de uma Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Responsável, na forma constitucional, pela análise e parecer dos conteúdos específicos correspondentes ao plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e aos orçamentos anuais, além de fiscalizar e controlar despesas não autorizadas.

O Congresso Nacional, tradicionalmente, sempre recorreu ao próprio Poder Executivo para obter as informações de que necessitava, assumindo assim, na maior parte das vezes, uma posição de mera instância homologatória do projeto apresentado pelo Poder Executivo.

O Executivo, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, fornecia uma série de informações das quais o Congresso Nacional não tinha e não tem condições de contestar. O plenário e a votação que deveria representar a etapa final de um processo anterior de análise e ponderação, acabaria sendo o palco de decisões de última hora, dominada por interesses imediatistas.

A Constituição, sabiamente, consagrou uma nova dimensão na atuação do Poder Legislativo dentro do processo orçamentário. Porém, para que os avanços introduzidos pela Constituição fossem efetivados, tornava-se necessário que o Congresso se instrumentalizasse com recursos técnicos e profissionais adequados à complexidade de suas novas responsabilidades.

Sr. Presidente e Srs. Membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a vontade política na participação do processo de decisão e de dimensão técnica, de modo a que seja garantida a eficácia ao processo orçamentário, tornando-o mais transparente e mais autêntico aos desejos da sociedade. O reconhecimento e o controle da informação orçamentária pelo Congresso são essenciais para o exercício do seu poder, permitindo uma melhor análise do conteúdo dos projetos para se saber o que realmente está sendo votado nesta peça orçamentária.

Como é do domínio público, o Legislativo é muito menos preparado do que o Executivo para entender esse Orçamento, pois tem muito menos estrutura e não conta com boa parte das informações de que necessita.

Presidi uma Comissão à qual pertenciam 120 Parlamentares de diferentes partidos, proporcionalmente às respectivas bancadas, o que se observou no desdobramento dos trabalhos, foi a necessidade do fortalecimento significativo do seu staff técnico funcional.

A abrangência e conteúdo dos projetos e orçamentos, bem como a introdução da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual, determinaram uma elevação significativa no volume de trabalhos técnicos, de análise, de emissão de pareceres acerca de conteúdos desses projetos.

Além da complexidade e do volume crescente de informações que compõem a matéria orçamentária, também deve ser considerada a necessidade que o Legislativo tem de verificar a compatibilização e conformação dos gastos embutidos nos orçamentos anuais, com os conteúdos qualitativos e quantitativos determinados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, e pelo Plano Plurianual.

Sr. Presidente e Srs. Membros da CPI, é fácil deduzir que o atual quadro de especialistas e assessores, em matéria financeira e orçamentária das duas Casas do Congresso, é muito reduzido, se considerarmos a intenção de equipar o Legislativo para o cumprimento adequado das suas tarefas.

Torna-se extremamente necessário, para que o Poder Legislativo possa desempenhar com eficácia o seu papel, no processo, a indispensável condição de ter à disposição toda uma infra-estrutura técnica de apoio a esse orçamento, capaz de gerar informações neutras e seguras, ao comportamento das variáveis macroeconômicas e da sua influência nas finanças públicas.

O Congresso Nacional não poderá depender exclusivamente das informações do Executivo, devendo desenvolver o próprio know-how em matéria orçamentária.

É preciso fornecer os meios e os instrumentos, para que os Parlamentares possam exercer adequada e eficazmente suas novas responsabilidades nesse processo.

Chamam-me a depor, por certo, por essa imposição.

A Presidência do órgão investigado em um período crítico, de logo adiante, que não celebrei nenhum acordo com o Governo Federal, ou qualquer um dos seus Ministérios.

Aprovado o Orçamento pelo Congresso Nacional, considere encerrada ali a minha atividade e logo após viajei para o exterior em missão parlamentar.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Membros da CPI, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, tomei a iniciativa de sugerir o estudo e a elaboração de um instrumento eficaz que pudesse definir as regras de funcionamento, prerrogativas, direitos e deveres à seus membros, se constituindo no regulamento onde a Comissão pudesse trilhar, de forma racional, todas as suas ações. Após a sua elaboração fora o mesmo discutido e aprovado na Comissão e, posteriormente, encaminhados à Mesa do Congresso Nacional para sua aprovação final.

Sr. Presidente e Srs. Membros da CPI, no dia 16 de junho, tomei posse, no Auditório Petrônio Portella, onde estavam presentes o Presidente do Congresso Nacional,

Senador Mauro Benevides, e o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Ibsen Pinheiro.

Após ter tomado posse na Presidência da Comissão Mista de Orçamento, cumprindo a Resolução nº 1, era e é prerrogativa do Presidente nomear o Relator-Geral. Não o fiz, porque só o faria com documento do Bloco ou Partido majoritário, que, conforme dizia a Resolução naquela época, era quem deveria indicar o Relator-Geral. Esse documento só foi me entregue após alguns dias. Com esse documento em mãos foi que fiz a nomeação desse Relator.

Muitos, que hoje estão nesta CPI e que foram membros da Comissão Mista de Orçamento naquela época, tomaram conhecimento e presenciaram a precariedade do seu funcionamento. Existia, no Orçamento da União, recurso para informatização, mas não foi possível liberá-lo, porque também não existia a rubrica para o elemento de despesa para o Congresso Nacional, então o recurso não foi gasto.

O prazo estabelecido pela Constituição para que o Governo enviasse, ao Congresso Nacional, a peça orçamentária, estava chegando ao término do que prevê a Constituição. E não entendia, com aquelas dificuldades todas, como a Comissão ia funcionar. Conteí com a ajuda de abnegados funcionários daquela Comissão, incentivando-os para sua instalação e para que ela pudesse ter prosseguimento. Levei as minhas preocupações à Direção das duas Casas, pois a Comissão Mista de Orçamento tinha, e tem até hoje, o problema da legislação.

A lei não permite - não existia lei que permitisse contratação ou que se desse DAS, e desse modo, nos fosse possível convidar técnicos para compor o quadro da Comissão Mista de Orçamento. Advogava e advogo a idéia de que a Comissão Mista de Orçamento deve ter um quadro próprio de funcionários e de técnicos exclusivos.

Chegado o Orçamento da União ao Congresso Nacional e enviado à Comissão Parlamentar Mista de Orçamento, era urgentemente necessário que se fizesse a nomeação, que também é prerrogativa, segundo a Resolução nº 1, do Presidente da Comissão, dependendo da proporcionalidade partidária.

No ano em que fui Presidente foram sessenta e três Relatores Parciais. A escolha ou o número foi proporcional às bancadas. Todos os Partidos representados no Congresso Nacional tiveram Relatores parciais.

Com a escolha desses Relatores, a Resolução nº 1 também determina que os parâmetros para cada Sub-relator são dados pelo Relator preliminar, que é competência do Relator-Geral.

Quero aqui, Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, relatar um fato que foi também discutido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito: em uma noite daquele ano, chegando a minha residência, recebi um telefonema do Deputado João Alves, que no momento se encontrava doente, e solicitava a minha presença no seu apartamento.

Lá chegando, encontrei o próprio Deputado, o Secretário Pedro Parente, o Deputado Genebaldo Correia e o Deputado José Geraldo.

Incontinenti, o Sr. Pedro Parente fez uma exposição onde dizia que o Governo tinha um projeto e que não admitia retaliação nesse projeto. E que esse projeto era um projeto de interesse do Governo, e que pedia a ajuda do Partido majoritário para essa aprovação, que era, no caso, o PMDB.

Todos deram a sua opinião ao contrário. Chegando a minha vez, Sr. Presidente, Srs. Membros da CPI, coloquei a seguinte posição: "Qualquer relatório preliminar, vou colocar para exame, discussão e votação na Comissão Mista de Orçamento."

Foi o que fiz, Sr. Presidente. Foi o que fiz, Sr. Relator, foi o que coloquei.

A Ata da reunião dessa discussão é pública.

Quem aprovou os parâmetros do relatório preliminar foi a Comissão Parlamentar Mista de Orçamento, onde houve uma forte discussão e à Presidência cabia acatar o que a maioria decidiu.

Ao Orçamento de 1992, os Deputados e Senadores apresentaram mais de setenta e duas mil emendas a todos os relatórios parciais.

Todos esses relatórios, sem exceção, foram discutidos: uns, com maior acaloramento; outros, com menos acaloramento, mas todos foram discutidos e votados.

Nessa fase, quando não havia um consenso, eram chamados os representantes de todos os partidos políticos para que se discutisse, separadamente, aquilo com que concordavam ou discordavam. Exaustivamente foram discutidos todos esses relatórios. Quando não se chegava a um consenso, como disse, partidos políticos que não concordavam votavam contra e diziam que não iam obstruir.

Todas essas discussões foram democráticas, acaloradas, mas todos tiveram conhecimento.

Sr. Presidente, quero frisar um ponto a esta Comissão e afirmar que o Sr. José Carlos Alves dos Santos, na minha época, não exerceu função alguma na Comissão Parlamentar Mista de Orçamento. Estranhei quando li o meu nome, citado por ele.

Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, Srs. Membros da CPI, reporto-me a um item da declaração do Sr. José Carlos Alves dos Santos, quando fala sobre as subvenções sociais, ele diz que eu sabia, não é verdade. Não é verdade! Nunca dei lista, nunca pedi a quem quer que seja.

Quanto à Fundação que leva o meu nome e que recebeu a subvenção, o TCU fez a sua inspeção, analisou e, segundo os jornais, a imprensa, foi uma das únicas que

empregou exemplarmente aquilo que recebeu. E foi tida como exemplo. O que a fundação recebeu, empregou-o em benefício da sociedade mais carente do Estado de Rondônia.

Se suas atividades, Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão, forem suspensas será prejuízo: primeiro, para o povo do Estado de Rondônia, para a Nação, pelo sucateamento de todo o material que lá está, deixando sem emprego mais de 30 pessoas e o pessoal realmente carente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Fazendo soar a campainha) - Peço a atenção do Plenário, por obséquio.

O SR. RONALDO ARAGÃO - ... sem atendimento médico, odontológico, pré-natal e também a orientação.

O trabalho, segundo informação da sua diretoria e da constatação do Tribunal de Contas, é feito com seriedade e destina-se àqueles que realmente necessitam.

Até hoje mais de 70 mil pessoas foram atendidas com dignidade. Com dignidade! Existe cadastramento, com diagnóstico. Essa associação encontra-se numa região da maior carência. É ímpar essa carência de assistência médica na Região Norte e no Estado de Rondônia.

A Associação tem como meta uma política de prevenção porque, no Brasil, hoje, não se faz uma política de saúde. Isso a Associação, segundo a sua Diretoria, segundo o que se constatou, tem como meta orientar a sociedade.

Quem vai perder, Sr. Presidente, Srs. Membros, é o povo, o povo do meu Estado.

Para encerrar, Sr. Presidente, para não ser, como disse aqui, não usar todo o tempo, declaro que não participei de nenhum ilícito e ponho-me à disposição da CPI para, nos termos da convocação, esclarecer dúvidas e dar informações durante o período em que presidi a Comissão Mista de Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exmº Sr. Senador Ronaldo Aragão, V. Exª já se declarou patrono da Associação Beneficente JR Aragão, de Rondônia.

V. Exª confirma que no exercício de 1991 recebeu, do Ministério de Ação Social, uma subvenção no valor de 250 milhões de cruzeiros?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sr. Relator, não recebi. Quem recebeu foi a Associação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. A Associação recebeu.

O SR. RONALDO ARAGÃO - A Associação recebeu.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Claro. V. Exª não a recebeu e nem poderia recebê-la.

Perdão, mas como V. Exª é o patrono, certamente foi quem conseguiu a subvenção, mas somos traídos pela...

Mas, V. Exª tem toda a razão: quem recebeu foi a Associação.

V. Exª confirma que com esses recursos a Associação adquiriu uma Pick Up Chevrolet D-20, ano 93, cabine dupla?

O SR. RONALDO ARAGÃO - A Associação sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ninguém no Ministério ou na Assessoria da Associação não advertiu a Direção da Associação para o fato de que essas subvenções não podem ser destinadas a bens de capital, mas somente a custeios?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sr. Relator, que eu tenha conhecimento, não, até porque não faço parte da Direção.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está no art. 16 da Lei 4320/64.

Indago também de V. Exª se com esses recursos a Associação adquiriu, em agosto de 92, três ambulâncias Fiat Elba, da Empresa Dinasa - Sociedade Automotiva Ltda?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Segundo a informação do Presidente, é verdade? Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª sabe dizer se essas ambulâncias já foram pagas?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sr. Relator, como não faço parte...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabe.

O SR. RONALDO ARAGÃO - ...da Direção, não sei. Vou pedir a informação ao Presidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Segundo o laudo do Tribunal de Contas da União, elas já foram pagas. Encontram-se pagas.

Perguntaria a V. Exª se essas ambulâncias já foram entregues à Associação?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sr. Relator, preciso ver com o Presidente se foram entregues ou não, mesmo porque não faço parte, não dirijo a Associação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Segundo o laudo do Tribunal de Contas, desde 1992 que elas foram pagas, todavia até novembro deste ano, a Dinasa - Distribuidora...

V. Exª não sabe de qual empresa foram adquiridas essas ambulâncias?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Segundo o laudo que li, a DINASA, que V. Exª citou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A DINASA não teria entregue essas ambulâncias até novembro deste ano, pelo quê estaria - no caso a DINASA, que recebeu os valores de agosto a novembro de 1992 - há mais de um ano com o valor em dinheiro

correspondente ao preço em seu poder, sem que tivesse, todavia, feito a entrega dessas ambulâncias. Não tem V. Exª certeza disso?

O SR. RONALDO ARAGÃO - É porque eu não sou da direção e não dirija a DINASA.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E esta sociedade - DINASA Sociedade Automotiva Ltda - pertence alguém do conhecimento de V. Exª?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Fui, inclusive, um dos fundadores da DINASA. Hoje não sou mais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Desde quando V. Exª desligou-se dela?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Desliguei-me, a primeira vez, em abril de 1992, e depois em março de 1993; mas não sou também diretor da DINASA, sou quotista da empresa, não tenho cargo de direção.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca teve! E a sua participação em quota é em que percentual?

O SR. RONALDO ARAGÃO - O meu percentual era de 30%.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Era. Hoje não sabe mais?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Hoje não tenho mais, desde 1993.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, quando houve a operação com as ambulância V. Exª era quotista?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Exatamente!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quando V. Exª exerceu a Presidência da Comissão de Orçamento, endereçou ofício ao Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, solicitando providências, em face de publicação no jornal de matéria crítica aos procedimentos da Comissão, na qual V. Exª pondera "que os técnicos que prestam assessoria a esta Comissão são basicamente servidores da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e que não compete a servidores públicos procederem críticas públicas ou políticas sem que se sujeitem às punições impostas pela lei que disciplina o serviço público." Queriam V. Exª referir-se exatamente a quem, quando pediu essas providências ao Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Ao artigo do jornal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. Mas digo em relação a esses servidores que estariam...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não aos servidores, mas ao grupo que o jornal citou...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Genericamente.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Genericamente, especificamente a ninguém.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E V. Exª tomou essa atitude *sponte sua* ou por provocação de alguém?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Após ler esse jornal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que o Deputado João Alves não tomou conhecimento e nem lhe pediu nada?

O SR. RONALDO ARAGÃO - A mim não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Comissão de Orçamento nos fornece uma nota que teria sido entregue em 17 de julho de 1991, pelo Deputado João Alves a V. Exª.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Tem assinatura ou não?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, tem apenas a declaração da servidora.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Então, se é um documento apócrifo...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas V. Exª nega?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não recebi, inclusive não está dirigido a mim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ao seu presidente?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Ao seu presidente; como foi entregue na Comissão de Orçamento, só há um Presidente lá.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sim, mas não tem assinatura, não é?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, realmente, tem a declaração da servidora; V. Exª contesta, fica esse assunto pendente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sabe V. Exª o que é que resultou da sua carta ao Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado Roberto Magalhães, eu soube... primeiro, não fui consultado para colocar o Roberval; e também fui o último a saber quando ele foi demitido. É isso que sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª não faz nenhum nexo entre o seu ofício e a demissão daquele funcionário?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Absolutamente!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - São coisas absolutamente distintas?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Pelo Ofício, aí, sim. Eu não pedi e, inclusive, eu peço para que não se cometa injustiça quando na apuração dos casos, no último....

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - "Não compete a servidores públicos proceder a críticas públicas ou políticas sem sujeitar-se às punições impostas pela lei." Parece-me que isto é uma crítica.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Mas embaixo....

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - "Ressalte que a solicitação visa, ainda, superar, preventivamente, problemas futuros, da mesma ordem, ou salvaguardar possível injustiça contra a assessoria, referida pela matéria, veiculada neste jornal."

O SR. RONALDO ARAGÃO - Prever que não se cometa injustiça - que se apure.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas, esta aqui, V. Exª reconhece que é sua?

O SR. RONALDO ARAGÃO - É minha.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois o Deputado Ibsen Pinheiro nos trouxe esta correspondência, dizendo que tinha dispensado o Sr. Roberval, exatamente, por essa solicitação.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Esta, aí, é a análise dele mas o pedido não está impedindo....

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não houve nenhum impedimento entre V. Exª e o Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E V. Exª sabe quem substituiu o servidor Roberval?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, eu não... - se, pelo que tem lá, é o Roberto Nasser - parece-me. Se não me engano, é o Sr. Roberto Nasser. Eu não tenho certeza. Não sei se foi o Roberto Nasser. Não fui eu que pedi também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª já demonstrou que, além de Senador, é Médico e, se não exerce, exerceu atividade empresarial como sócio de uma revenda de automóvel.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Certo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Conseqüentemente, V. Exª tem rendimentos acima da média dos Parlamentares. A Subcomissão de Bancos, todavia, indica que no ano de 1991, V. Exª teve um rendimento muito elevado, acima de 1 milhão de dólares. V. Exª recorda qual....

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não tenho porque não tenho elementos. Eu estava fazendo esse levantamento e aconteceu aquela tragédia na minha família e eu não tenho nenhum dado para responder a V. Exª a esse respeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Então, V. Exª vai ver e, querendo, poderá informar à Subcomissão de Bancos....

O SR. RONALDO ARAGÃO - Justamente - proponho-me a isto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - "...a origem desses rendimento de mais de 1 milhão de dólares no ano de 1991.

Sr. Presidente, por enquanto, é só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente quer perguntar?

O SR. ODACIR KLEIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, Sr. Senador Ronaldo Aragão: quando V. Exª soube do artigo publicado no jornal e que deu margem a que se fizesse este Ofício, mencionado pelo Relator, Sr. Deputado Roberto Magalhães. Sr. Presidente, eu agradeceria se o artigo do jornal pudesse chegar às mãos do Senador Ronaldo Aragão. Sr. Senador Ronaldo Aragão, V. Exª se preocupou em conhecer o que estava sendo dito no documento, como Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Orçamento? V. Exª procurou ouvir os funcionários, Assessores, sobre a gravidade dos fatos que, aí, estavam sendo apontados? Identificou qual foi a pessoa que, eventualmente, tivesse redigido este Relatório e procurou tomar conhecimento do seu conteúdo?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Eduardo Suplicy, eu li e tomei as providências. Ninguém me mandou - e nenhum Parlamentar - formalmente, nenhuma denúncia. Eu tomei providências por isto: nenhuma denúncia. Eu pedi porque não cabia a mim apurar porque funcionário era da Câmara - a Assessoria que se alegava era da Câmara e não era da Comissão da Comissão Parlamentar Mista de Orçamento porque não tem quadro na Comissão. Então, eu já tomei as providências e só lendo o jornal. Já tomei para que a Direção da Câmara - e mandei, também, para o Senado....

O SR. EDUARDO SUP LICY - Mas a minha pergunta, Senador Ronaldo Aragão, é se a providência de V. Exª foi no sentido de saber quem vazou isto para a imprensa ou a respeito do conteúdo que aí está? Porque aí estão informações relevantes sobre o que se passava na Comissão Mista de Orçamento.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª não se preocupou em saber se era verdade o que aí estava?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Tanto me preocupei que pedi neste documento o que diz o Regimento, e pedi, aqui, depois da apuração, que não se cometessem injustiças.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª sabe qual a interpretação que o Presidente Ibsen Pinheiro deu a este ofício, pelo menos aqui declarou? Foi que V. Exª estava pedindo o afastamento do Sr. Roberval Batista de Jesus por este Ofício. E este o seu entendimento? V. Exª, neste ofício, está pedindo o afastamento do Sr. Roberval Batista de Jesus, como assim interpretou o Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Eduardo Suplicy, o ofício é claro, não fala nem em Roberval - não é verdade? - e nem fala em pedido de demissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu pergunto se V. Exª tentou ouvir o Sr. Roberval Batista de Jesus antes que ele fosse demitido, uma vez que ele era um dos principais assessores da Comissão Parlamentar Mista de Orçamento.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Eduardo Suplicy, V. Exª foi membro na época, sabia as dificuldades até de funcionamento. Conversei muito com o Sr. Roberval e ele nunca me falou nisso. Nunca me falou.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Sr. Roberval Batista de Jesus...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Que é meu amigo. Mas a pergunta de V. Exª se resume no seguinte: se, com este ofício, eu queria a demissão de Roberval. Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - De que data é o Ofício de V. Exª?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Dezesete de julho.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bem, entre 17 de julho e a demissão do Sr. Roberval, quanto tempo se passou?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu não sei. Tem que ver na Câmara. Não era competência minha. Até porque o Sr. Roberval era da...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Porque entre essa data e a saída do Sr. Roberval ainda se passaram alguns meses, porque ele só foi afastado em setembro. O que aconteceu, que revelações fez o seu amigo Roberval Batista de Jesus ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço atenção ao Plenário.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não falou a esse respeito, até porque ele também ficou surpreso porque foi demitido. Depois, veja o tempo, V. Exª está dizendo que ele passou quatro meses para ser demitido. Não cabe a mim saber a razão por que ele foi demitido, até porque ele não era funcionário da Comissão Parlamentar Mista de Orçamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Sr. José Carlos Alves dos Santos descreveu a reunião mencionada por V. Exª, na casa do Deputado João Alves, de uma forma um pouco diferente da que foi relatada por V. Exª. Perguntado pelo Deputado Sigmaringa Seixas, disse assim:

"Houve um acordo com o Executivo. Na divisão deste acordo, o Deputado João Alves ficou só com as subvenções sociais. O Deputado João Alves ficaria com a parte das subvenções, com posterior indicação, e o Senador Ronaldo Aragão, Deputado José Geraldo e Deputado Genebaldo Correia fizeram indicações de diversas dotações para várias projetos e obras a serem incluídos no projeto de lei. Isso já foi fruto do acordo feito entre o Executivo e a direção da Comissão de Orçamento no projeto de lei orçamentária. Esse acordo foi fechado na casa do Deputado João Alves, mas depois de algumas reuniões entre o Senador Ronaldo Aragão, Deputado José Geraldo, Deputado João Alves e Deputado Genebaldo Correia. Foram os que participaram, pela Comissão, de quanto e como dividiram o que caberia ao Executivo. Era para facilitar a tramitação do projeto. Na casa do Deputado João Alves, participaram da reunião o Deputado José Geraldo, Senador Ronaldo Aragão, Deputado Genebaldo Correia, Deputado João Alves. Estávamos eu e Pedro Parente.

Houve um momento, inclusive - pergunto a V. Exª se lembra deste momento -, em que eu, José Carlos Alves dos Santos, e Pedro Parente fomos para a cozinha e eles ficaram na sala conversando. Nós saímos e eles se acertaram. Depois voltamos e ficou decidido, disso me lembro muito claramente, que caberia ao Deputado João Alves a parte das subvenções, e as dotações dos outros foram divididas por inúmeros projetos, depois encaminhados a nós no DOU para serem incluídos."

V. Exª se lembra desses detalhes?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, o que me lembro, Senador Suplicy, foi aquilo que eu disse aqui. E nunca fiz mais nenhuma reunião, nem com o Sr. José Carlos, nem com o Sr. João Alves, coisa nenhuma. Nunca fiz reunião nenhuma, a não ser esta, e esta, que resultou no relatório que V. Exª votou. Naquele relatório preliminar. E que V. Exª estava lá, e votou, e discuti, democraticamente. Não teve mais nada disso, a não ser daquilo que eu disse. Se o Dr. José Carlos contou essa história, é responsabilidade dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Senador Ronaldo Aragão, V. Exª presidia a reunião e foi testemunha das mais importantes, para os fatos ocorridos, em especial, na longa

reunião da Comissão Mista do Orçamento, concluída às cinco horas da manhã, do dia 19. V. Exª presidiu a votação, houve duas votações importantes sobre aquilo que se delegava ao Deputado Ricardo Fiúza, o Relator. Uma, proposta pelo Deputado Luís Filipe, outra pelo Deputado Paulo Hartung. O Deputado Paulo Hartung diz, em certo momento, V. Exª encaminhando a votação e presidindo a reunião:

"Sr. Presidente, sem prejuízo das inscrições, e usando o tempo cedido pelo Senador Valmir Campelo, queria apresentar uma proposta que não é minha, mas do conjunto dos partidos políticos que têm assento nesta Comissão. Evidentemente, esta proposta deve ser apreciada por todos os colegas da Comissão e só ir à frente, adiante, se houver concordância. São quase três e meia da manhã, e, pelo que nos foi informado, temos seiscentos destaques registrados na Mesa".

A Mesa corrige, dizendo que são 1240.

"Por isso, precisamos dar racionalidade a este processo. Os companheiros separaram os destaques relativos ao texto e propuseram um acordo ao Relator, sobre o qual o Relator pode, agora, se posicionar, no sentido de suprimir o inciso II, do art. 5º, que trata, especificamente, de adequar a execução das despesas, suprimir a letra C do inciso I do art. 8º. Sendo aceitas estas três modificações da lei, a proposta, no sentido de que os destaques que estão sendo submetidos à Mesa sejam transformados em indicação ao Relator e que, amanhã, às nove horas," ou seja, naquela própria manhã, "quando for aberta a sessão, o Relator peça um prazo, pelo menos até as 16 horas, ao Presidente do Congresso, a fim de consolidar o processo de apresentar um trabalho final, em Plenário. Isso dá racionalidade ao projeto, monta um calendário e nos permite chegar ao final do trabalho quase exaustivo, que esta Comissão fez."

Sr. Senador, V. Exª entende, pelo que acabo de ler e que foi votado, que havia delegação para o Relator fazer as modificações que receberia, que deveriam ser registradas por escrito, por cada parlamentar. Ele poderia corrigir erros, de fato, poderia alterar emendas, segundo pedidos que deveriam estar registrados, de cada parlamentar. Digamos, se alguém tivesse uma dotação de 100 milhões para uma cidade e quisesse subdividir, 50 e 50 para duas, bastaria encaminhar, até às 16 horas, e ele poderia fazer, para que, então, apresentando a redação final, na votação daquela tarde, quase início da noite, 19, 20 horas, se votasse a redação final. E este o entendimento que, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento V. Exª tinha, ou o entendimento de V. Exª, é que poderia o Relator, após a aprovação da redação final, descumprindo a lei, continuar aceitando propostas de emendas ou modificações na redação final do orçamento, ainda que já tivesse sido votada, pelo Congresso Nacional, na noite de 19 de dezembro de 1991?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Eduardo Suplicy, eu me ateno à ata da Comissão, aquilo que a ata da Comissão - e que V. Exª deve ter aí,-

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Estou lendo a ata.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu me ateno à ata da Comissão. Eu não posso fugir da ata.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - E o entendimento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - O entendimento meu é o entendimento da ata. Eu não posso ter outro entendimento. O entendimento da ata. Se, como eu disse quando iniciei, que, ao entregar o orçamento ao Congresso Nacional, eu me desliguei, justamente desses problemas. Porque eu me ateno à ata. A ata que foi votada naquela reunião de cinco horas, que V. Exª estava lá. É isso ao que eu me ateno.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Portanto, só para que não haja qualquer mal-entendido: é entendimento de V. Exª, que a ata da reunião de 5 horas, que V. Exª estava lá, é a isso que me ateno.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Portanto, só para que não haja qualquer mal-entendido, é entendimento de V. Exª...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não consigo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - ... que a Ata da reunião registra que após a votação da redação final, na hora em que concluiu a votação da redação final não se poderia, seja o relator ou qualquer pessoa, estar alterando a Lei Orçamentária votada naquele dia. É esse o entendimento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - O entendimento da Ata da Comissão Mista de Orçamento, que V. Exª está lendo, eu tenho que me ater a ela, mas se o Congresso Nacional votou a redação final da maneira que foi, esse assunto não cabe a mim. Eu estou me atendo à Ata da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - A minha pergunta não foi respondida, o que quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Implicitamente ela está, no momento em que V. Exª leu a Ata e ele concorda com a Ata está respondendo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - É que eu gosto de clareza, porque o entendimento do Deputado Ricardo Fiúza é que esta Ata permitia a ele, após dia 19 de dezembro, continuar modificando...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esse é o entendimento do Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu gostaria que o Senador Ronaldo Aragão dissesse explicitamente: é entendimento de V. Ex^a que foi feito algum acordo de líderes, com a participação do Presidente da Comissão do Orçamento, que se poderia continuar alterando a Lei Orçamentária depois do dia 19?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Eduardo Suplicy, pelo respeito que tenho a V. Ex^a já respondi, eu me atendo à Ata da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É confirmado que o pensamento dele é o da Ata.

Com a palavra o nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, nobre Senador Ronaldo Aragão, preliminarmente, solidarizo-me com V. Ex^a pelo infausto acontecimento que se abateu sobre a sua família, ceifando, brutalmente, a vida do seu cunhado quando V. Ex^a estava para aqui vir depor, o que até levou a esse adiamento.

V. Ex^a parece que disse que não conta com elementos das Comissões de Banco e de Patrimônio. As minhas perguntas principais se cingiriam a este universo, mas acho que perguntar a V. Ex^a sem que tenha tido acesso, ou que não tenha tido oportunidade de estudar a matéria, vou deixar de fazer as perguntas nessa órbita porque acho que perguntar matéria que, por certo desconhece, seria perguntar sobre o desconhecido ou sobre aquilo que V. Ex^a pudesse ter noções eventuais.

Faço só uma pergunta e cancelo as outras duas. Senador Ronaldo Aragão, o Sr. José Carlos referiu-se, no seu depoimento, aqui nesta Comissão, que V. Ex^a e outros teriam combinado um acordo com o Executivo, com referência ao Orçamento de 1992. Eu entendi V. Ex^a dizer, que parece não ter havido nenhum acordo. Mas que tipo de acordo seria esse que insinuava o depoente José Carlos? V. Ex^a tem noção do que seria esse acordo?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Pedro Teixeira, agradeço pelas colocações iniciais de pesar pelo que ocorreu na minha família.

Mas digo a V. Ex^a que, como não houve acordo, eu não posso fazer nenhuma descrição de acordo, já que ele não houve.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É só, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Senador Ronaldo Aragão, a evolução do seu patrimônio parece que não é compatível com seus proventos. V. Ex^a tem outro tipo de rendimento que justifique a evolução do seu patrimônio durante esse período?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Gilberto Miranda, eu disse - foi dito até pelo Relator - que tenho outras atividades, independentes das que exerço na minha vida parlamentar. Não tenho os elementos aqui, vou compulsá-los e os trarei ao conhecimento desta Comissão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quais as outras atividades que V. Ex^a tem, Senador?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sou médico, participo em empresas, sou um pequeno fazendeiro, tenho transações de venda de gado. Tenho participação em outras empresas, tudo declarado em Imposto de Renda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Como é sua situação com Imposto de Renda, nos últimos 05 (cinco) anos?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Pelo que sei até hoje é normal.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex^a nunca teve autuação, está com o Imposto de Renda em dia?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Até agora. Não me fizeram nenhuma autuação?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Senador Ronaldo Aragão, como V. Ex^a explica a liberação de recursos para entidades beneficentes que levam o seu nome?

Como foi a participação de V. Ex^a nessa liberação?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Gilberto Miranda, segundo a informação do Presidente da Fundação, ele fez um projeto ao Ministério da Ação Social, e o Ministério liberou.

Eu disse aqui, também, que não tinha nenhuma emenda para liberação desses recursos, e nem dei lista para ninguém para liberar recursos.

O Presidente da Fundação me informou que fez um projeto, enviando-o ao Ministério da Ação Social, e que foi liberado, não a quantidade que havia sido pedida, mas, outra quantidade.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Alguma vez V. Ex^a teve reunião com os Deputados e o então Ministro Ricardo Fiúza, pedindo liberação de recursos para sua entidade?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, nenhuma.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em qualquer outro, com Margarida Procópio, com qualquer outro Ministro de Estado?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, nenhuma vez.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Após a liberação da subvenção pelo Ministério da Ação Social, em agosto de 1991, houve alguma outra liberação de recursos por parte do Governo Federal, para a entidade?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Que eu tenha conhecimento e que tenha sido informado pela Diretoria da Fundação, não. - Não houve nenhuma outra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Senador Ronaldo Aragão, por que motivo a entidade Rondônia, que leva o seu nome, consta no sistema SIAFI como inadimplente no ano de 92?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Gilberto Miranda, penso que a pergunta tem que ser feita à direção da entidade. Inclusive porque não faço parte da direção.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Senador Ronaldo Aragão, todos que vêm aqui, fala a mesma coisa. Isso eu gostaria que V. Ex.^a explicasse mais.

Na minha subcomissão, a Subcomissão de Subvenções Sociais, todos explicam essa mesma coisa, que não faz parte, não tenho nada, ... V. Ex.^a indicou o nome de quem preside a associação? V. Ex.^a acompanhava o dia-a-dia, V. Ex.^a tinha que tipo de participação na associação?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Gilberto Miranda, a participação que eu tinha na associação é a participação da parte médica, da orientação médica.

Sou médico, e dava uma orientação de como se dirigir, de como atender. Essa era a minha participação na Associação JR Aragão, que tinha o meu nome.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Gostaria de voltar a uma pergunta, que acho que ficou uma série de dúvidas, para todos nós, aqui.

Quando o Deputado Roberto Magalhães, o Relator, pergunta sobre veículos, ou ambulâncias, - não sei se veículo era ambulância.

Primeira pergunta - Precisava a entidade desse veículo?

O SR. RONALDO ARAGÃO - A informação dada pela entidade é de que havia uma necessidade de expansão.

E como no Estado de Rondônia temos distâncias, e os centros de atendimentos médicos eles estão em poucos locais, era necessário que se tivesse ambulâncias para se deslocar pacientes para esses centros.

Para que V. Ex.^a tenha uma idéia, a distância menor entre uma Cidade como Cacoal e Rolim de Moura, é quase 100 quilômetros de terra.

Então, havia necessidade e há necessidade no Estado de Rondônia, onde a Saúde é precária, onde a saúde precisa ser olhada de outra maneira, de que se espalhem esses centros de atendimentos, para que o cidadão possa ter um atendimento condigno.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex.^a participou de alguma reunião da associação em que se definiu a compra de veículos, ou essa ambulância?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, não participei.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex.^a sabia que a revenda da qual V. Ex.^a faz parte tinha feito esse tipo de negócio? Tinha vendido uma ambulância?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, Senador Gilberto Miranda, sou cotista, e vou lá raramente. Eu não sabia da negociação, não faço parte da diretoria, não sou sócio-gerente, então, não fico preocupado com esse tipo de negócio.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex.^a não acompanha o dia-a-dia da revenda?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Infelizmente é. Mas hoje não sou mais, por isso já vendi.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex.^a falou que em dois momentos vendeu sua participação: uma, em 92 e a outra, em 93. Não deu para entender. V. Ex.^a vendeu uma parte em 92, e o restante, em 93, ou o quê que aconteceu?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Como sabe V. Ex.^a - e é um homem de negócio - eu vendi e não me pagaram.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Belos sócios!

O SR. RONALDO ARAGÃO - Vendi e não me pagaram. Tive que...

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex.^a vendeu a sua participação em 93 para a mesma pessoa que a comprou em 92 ou para outra pessoa?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Vendi para outra pessoa. O outro não pagou, eu tive então que ficar com a parte, aí eu a vendi para os outros, que ficaram lá e que eram sócios.

O SR. GILBERTO MIRANDA - As ambulâncias ou a ambulância já foi entregue, Senador?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu tenho que pedir informação ao Presidente da Associação. Segundo a informação que está lá no relatório do TCU, ou se dá a subvenção à associação e ela a recebe mas em dinheiro corrigido. Esse foi o negócio que foi feito e está lá no relatório.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Presidente da Fundação foi indicado por V. Ex.^a?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Foi indicado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado, Senador.

O SR. ODACIR KLEIN - Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Senador Ronaldo Aragão, V. Ex.^a tem um cunhado chamado José Rufino de Souza?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Conjunhado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Conjunhado. Ele morou com o senhor na MSPW?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Morou não, mora lá ainda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mora ainda. E ele é funcionário da Odebrecht?

O SR. RONALDO ARAGÃO - É funcionário da Odebrecht.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ele é caixa da Odebrecht?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não sei a função dele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É contador?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Também não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Contador da holding Odebrecht?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não sei a sua função.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor não sabe a sua função?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não sei a sua função. Até porque ele foi até à empresa, procurou emprego e então entrou para a Odebrecht.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª colocou, inclusive, num prospecto que foi distribuído pela Assessoria, dotações orçamentárias para Rondônia. Senador Ronaldo Aragão garante mais de cento e vinte bilhões de cruzeiros para Rondônia no Orçamento da União de 1992. E V. Exª conseguiu cento e vinte milhões para o Estado de Rondônia, quando foi Presidente dessa Comissão.

O SR. RONALDO ARAGÃO - V. Exª está... Qual é o...? Qual é a...?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Senador Ronaldo Aragão, dotações orçamentárias para Rondônia.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado Aloizio Mercadante, se a subvenção foi só foi cento e vinte milhões, foi pouco...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo.

O SR. RONALDO ARAGÃO - ... foi muito pouco, Rondônia precisa de muito mais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito.

Neste empenho de verbas para Rondônia, V. Exª, na condição de Presidente da Comissão, além de ter conseguido esse volume substancial, aprovou algumas emendas. E o que me chama a atenção é que as duas emendas mais relevantes são: saneamento ambiental em área urbana para o Município de Cacoal e a construção do Hospital Regional de Saneamento Básico; uma, no valor de quatro bilhões; - construção do Hospital Regional de Saneamento Básico...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, construção do hospital e saneamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Construção do Hospital Regional - aqui no prospecto, vou ler já - saneamento ambiental em áreas urbanas; e outra, construção do Hospital Regional - saneamento básico é uma outra emenda -; uma, no valor de quatro bilhões e seiscentos e dois milhões de cruzeiros; a outra, quatro bilhões seiscentos e doze milhões de cruzeiros. Quer dizer, as duas de quatro bilhões seiscentos milhões de cruzeiros.

No entanto, essas duas emendas, que são as verbas mais importantes que V. Exª liberou para o Estado, tiveram denúncias de superfaturamento ou de vícios no processo licitatório.

Sendo que, no caso do saneamento, a Comissão de Licitação, tinha tido a primeira licitação a Empresa Egelba, que me consta também é do Luiz Carlos Alves, parece que é um primo da sua esposa. Essa empresa perde a concorrência, recorre, a Comissão de Licitação nega, é afastada a Comissão de Licitação seis dias depois de assinado o contrato com a Empresa Egelba. V. Exª poderia explicar esse episódio? Trata-se de uma emenda na qual V. Exª se empenhou; a empresa do primo da sua esposa perde a licitação; a Comissão de Licitação é afastada e seis dias depois é assinado o contrato com a empresa.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado Aloizio Mercadante, acho que informaram mal V. Exª. Primeiro, a emenda relativa ao hospital não foi liberada no seu total. A empresa que ganhou...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não foi liberada, não. Há inclusive a inauguração que V. Exª fez com o prefeito. Eu tenho recortes de jornais em que V. Exª aparece com o prefeito da cidade inaugurando o hospital como realização e empenho de V. Exª junto ao orçamento.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu não estava inaugurando o hospital porque o mesmo nem está terminado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Inaugurando as obras do hospital como uma realização de V. Exª. Posso mostrar-lhe o recorte de jornal. V. Exª aparece com o Prefeito...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Divino Cardoso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente, com sendo uma realização desse empenho que V. Exª fez junto à Comissão de Orçamento para a construção.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Uma realização para a região. Para o início da construção.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Junto ao Fundo Nacional de Saúde, empenho de V. Exª junto ao Ministro para liberação de verbas. Quer dizer, trata-se de um projeto em que V. Exª empenhou-se pessoalmente.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Certo. Eu só queria lembrar a V. Exª que...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - São duas coisas. O problema do hospital refere-se à outra construtora. Vamos discutir isso depois. Estou discutindo agora a questão do saneamento, da Comissão de Licitação do saneamento.

O SR. RONALDO ARAGÃO - V. Ex.^a já viu o processo de licitação da Fundação Nacional de Saúde? Não é isso que V. Ex.^a tem aí. Não houve perda. Houve um recurso e ainda hoje o mesmo está na Fundação Nacional de Saúde. Não houve perda de licitação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei, inclusive o Sr. Osvaldo Rodrigues, que era o Coordenador do Fundo Nacional de Saúde, em Rondônia, foi afastado.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Mas não foi afastado por isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E o responsável, ao nível nacional, por essa fundação chegou a ser preso. Tratou-se do escândalo do Fundo Nacional de Saúde.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Isso eu não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O que me espanta é que a empresa é do primo de V. Ex.^a, que se empenha na liberação dos recursos e é praticamente o patrono desse processo e dessas obras. A comissão de licitação é afastada porque dá um parecer contrário porque essa empresa tinha perdido a licitação e seis dias depois é assinado o contrato.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado Aloizio Mercadante, V. Ex.^a está afirmando que eu me empenhei nisso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex.^a não tem nenhuma responsabilidade sobre o início, sobre essas obras de saneamento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nada, nada disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas isso consta como prioridade entre as ...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Prioridade para o Município de Cacoal e não prioridade para mim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente. É evidente que é para o Município, mas quem colocou essas obras para o Município foi V. Ex.^a.

O SR. RONALDO ARAGÃO - E deveria ter colocado muito mais, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente. Então V. Ex.^a se empenhou nisso!

O SR. RONALDO ARAGÃO - Mas não me empenhei... Eu coloquei os recursos para o Município de Cacoal. A partir daí, a Fundação Nacional de Saúde é quem decide. Não sou eu.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não há Fundação Nacional de Saúde aqui.

O SR. RONALDO ARAGÃO - É lógico que é a Fundação Nacional de Saúde.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex.^a se empenhou em colocar as verbas.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Em colocar os recursos, é verdade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex.^a se empenhou em liberar as verbas. Num processo licitatório absolutamente questionável. Este talvez seja o adjetivo menos comprometedor.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Ele foi questionado não só com a empresa ENGELPA mas também com todas as empresas. Acho que V. Ex.^a só pinçou a ENGELPA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Porque ela ganhou.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Mas ganhou depois.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ela perdeu; recorre, a comissão de licitação é afastada e ela fica com a obra.

O SR. RONALDO ARAGÃO - A Comissão de Licitação é afastada, mas não fui eu que a afastei. Era a época do Governo Collor. Eu fui contra o Governo Collor. V. Ex.^a deve lembrar-se da atitude...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex.^a não era do Governo Collor mas foi presidente da Comissão e teve várias vezes no gabinete do Ministro Alcenir Guerra...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Várias vezes, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex.^a nunca esteve no...?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu estive no gabinete do Ministro Alcenir Guerra uma vez.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E V. Ex.^a se empenhou na liberação desses recursos e na liberação das verbas do hospital?

O SR. RONALDO ARAGÃO - E me empenharia na liberação de qualquer recurso para o meu Estado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então V. Ex.^a se empenhou porque disse que não se empenhou!

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não me empenhei nesse, justamente para que não dissessem depois que a empresa era de fulano e que estava concorrendo e que iria ganhar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então quem foi o responsável pela liberação desses recursos e que V. Ex.^a colocou como emenda de sua autoria no Orçamento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - A emenda é minha mas não sou eu que libero. A Fundação Nacional de Saúde deve informar V. Exª a respeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª tem participação ou teve em alguma construtora?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nunca teve nenhuma relação com nenhuma construtora?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nunca tive nenhuma participação em nenhuma construtora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª tem participação acionária, através de sua esposa, na ALGONORTE.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sim, mas que não é construtora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E essa empresa tem uma sociedade com o BANESPA e o BANESCOR?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, não é uma sociedade. O BANESPA emprega, aplica os recursos da SUDAM, uma parte - aplicou, não aplica mais -, aplicou uma parte dos recursos do Imposto de Renda lá. Até porque, eu estou respondendo a V. Exª, não é objeto da convocação da CPI, mas estou respondendo a V. Exª para dar esse....

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É, é verdade. É que, em relação ao BANESPA, nós temos...

O SR. RONALDO ARAGÃO - É, aí eu não...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...tudo necessidade de apurar uma série de questões.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Certo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei que V. Exª disse que não tem acesso às informações bancárias e patrimoniais.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Certo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas é que tem alguns dados que são tão, assim, se destacam de tal forma, que eu gostaria que V. Exª pudesse nos ajudar a entender.

A movimentação bancária de V. Exª, no ano de 89, é de 91 mil dólares. Então, é praticamente uma movimentação bancária equivalente à remuneração de V. Exª.

No ano de 90, a remuneração como Parlamentar é de 123 mil dólares, e a movimentação bancária é de 203 mil dólares - V. Exª tem outras fontes de renda.

Quando chega no ano de 91... Vamos pegar, então, o ano de 92: remuneração, 75 mil dólares; movimentação bancária, 215 mil dólares. Ou seja, em geral, V. Exª mantém um padrão de movimentação bancária superior à remuneração, mas compatível com o patrimônio, as propriedades.

Quando chega no ano de 91, em que V. Exª é o Presidente da Comissão, a movimentação bancária pula para 1 milhão de dólares.

V. Exª poderia explicar esse salto?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu disse, Deputado Aloizio Mercadante, que não tinha os dados, até porque estava levantando, e levantando com minha esposa, e não dava isso, mas como V. Exª está dizendo aí, eu preciso ter dados, eu preciso ter documentos para fazer e não tenho, agora, condições de responder. Mas responderei a V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Exª, por exemplo, declara no Imposto de Renda uma remuneração de 100 mil dólares, resultado de aplicações financeiras - mais exatamente, 131 mil 991 dólares. Para V. Exª ter essa remuneração declarada, V. Exª teria que ter uma aplicação de meio milhão de dólares. V. Exª tem meio milhão de dólares aplicados no ano de 91?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado Aloizio Mercadante, eu preciso ver, não tenho documentos. Não tenho aqui.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim, mas V. Exª não tem idéia do que tinha, mais ou menos, aplicado?

Se V. Exª declara como remuneração de aplicação financeira...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu não... Eu, aqui, estou sob juramento e só posso dizer aquilo que tiver em mãos.

V. Exª tem todos os documentos aí. Eu não tenho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Exª teve todo esse tempo para vir.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, não tive todo esse tempo. A convocação foi depois do...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu estou falando do Imposto de Renda e da movimentação bancária de V. Exª.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Mas o Imposto de Renda, tudo aquilo que está no Imposto de Renda eu declarei. Tudo que está no meu Imposto de Renda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei que o senhor declarou. V. Exª declarou uma remuneração de 131 mil dólares de aplicações financeiras.

A primeira pergunta que eu estou levantando é se essa remuneração exigiria aplicações no volume de meio milhão de dólares. V. Exª tinha meio milhão de dólares aplicados?

O SR. RONALDO ARAGÃO - É, eu preciso ver meus documentos, Deputado Aloizio Mercadante, para saber se tinha mais, menos... Eu não tenho elementos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª não tem como explicar, portanto, hoje...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, não tenho como explicar hoje, mas eu mandarei isso aí. Mas eu mandarei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...esse salto na movimentação bancária no ano de 91?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, não é um salto, V. Exª é que está dizendo. Está com os documentos e eu preciso ter os documentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Esse salto, no ano de 91, passa de 200 para 1 milhão de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Mercadante, como estão me fazendo sinal, aqui...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - ... eu comunico a V. Exª que o tempo já passou três minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa empresa NUTRIENTE Indústria e Comércio de Alimentos, que V. Exª adquiriu...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não adquiri, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Participação acionária. Consta na sua Declaração de Imposto de Renda que V. Exª tem participação acionária. É em sociedade com Aparecido Sebastião de Lima?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não tem nenhuma relação. Mas V. Exª tem alguma sociedade com Aparecido Sebastião de Lima?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nenhuma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nenhuma sociedade. Nenhuma participação acionária?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nada. Nada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nenhum empreendimento.

Para concluir, posso fazer a última pergunta, Sr. Presidente?

Não ficou claro ainda, Senador Ronaldo Aragão, a participação de V. Exª no episódio da demissão do servidor Roberval. Só queria deixar bem claro isso.

V. Exª está afirmando o seguinte, do que eu entendi até este momento: que não tem qualquer participação nessa decisão.

O SR. RONALDO ARAGÃO - É verdade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Que ela é da Presidência da Câmara.

O SR. RONALDO ARAGÃO - É verdade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Deputado Ibsen Pinheiro foi o responsável pelo afastamento. V. Exª ou outro qualquer... V. Exª não tem qualquer participação?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nenhuma!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª também não se empenhou em saber porque ele estava sendo afastado, dado que era um funcionário, apesar de ser um servidor da Câmara, sob sua responsabilidade, como Presidente da Comissão. E era um funcionário que havia feito uma série de propostas de constituir mecanismos de controle sobre a elaboração e gestão orçamentária, formas de inibir a corrupção e a fraude e que foi afastado sem nenhum motivo. Inclusive V. Exª, como Presidente, em nenhum momento, foi informado de quais motivos o levaram à demissão.

Por que V. Exª não se empenhou em saber, pelo menos, por que o servidor que estava apresentando um conjunto de reformas na Comissão, fora afastado sem que sequer o Presidente da Comissão fosse consultado ou informado sobre o fato?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado Aloizio Mercadante, V. Exª está afirmando, não está perguntando, que tive participação e eu não tive.

Disse, no início, que não sabia que o Roberval havia sido colocado à disposição da Comissão, porque existia, e V. Exª participou naquela época, ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente!

O SR. RONALDO ARAGÃO - ...uma assessoria que era um bloco da Câmara e outro do Senado e esses blocos discutiam esse Orçamento. Disso V. Exª tem conhecimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Lógico!

O SR. RONALDO ARAGÃO - Coloquei aqui, também, que soube da demissão do Sr. Roberval - já disse ao Senador Eduardo Suplicy - somente 4 meses depois dele ter sido demitido. Não me foi feita comunicação alguma da demissão do Sr. Roberval.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas Senador, V. Exª sabia do trabalho que ele realizava, tanto que encaminhou uma carta ao Presidente da Câmara mencionando vazamento de informações.

O trabalho propunha um conjunto de reformas que, não só eu, como outros do nosso Partido, defendíamos no âmbito da Comissão. Inclusive renunciei à indicação de relator parcial exatamente por discordar dos rumos e de todas as suspeitas que pairavam sobre a Comissão. Pedimos, inclusive, na ocasião, uma CPI que, infelizmente, não foi implantada. Agora, o que não entendo e que o Presidente da Comissão que recebe um trabalho do Chefe da Assessoria, que propõe reformas profundas e mecanismos de controle

sobre o processo orçamentário, afirme, perante a CPI, que só ficou sabendo da demissão do funcionário 4 meses depois!

O SR. RONALDO ARAGÃO - V. Exª está afirmando que não é correta. Não recebi documento algum.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como V. Exª encaminhou esse ofício mencionando vazamento de informações...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Pelos jornais. Falei aqui para o Relator...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª nunca recebeu...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nenhum ofício. Nenhum documento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...propondo reformas na Comissão?.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não. Nenhum!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª não conhecia o trabalho do Roberval?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não. O trabalho do Sr. Roberval nunca me foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado, peça a V. Exª que conciu.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Ouvi falar sobre nota técnica, mas nunca me foi nada entregue.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª nunca teve conhecimento desse trabalho?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nunca me foi entregue nada oficialmente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas se V. Exª teve conhecimento pelos jornais que havia propostas de mudança na Comissão e ficou preocupado com o vazamento, V. Exª sequer se empenhou em saber qual eram as propostas que estavam vazando?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Tanto me empenhei que pedi a providência a quem de direito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sobre o vazamento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sobre tudo e que não se cometessem injustiças.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Exª não conhecia o documento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não me foi passado o documento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª, durante todo aquele período, nunca acompanhou o debate sobre as reformas da Resolução nº 1, dos mecanismos de funcionamento da Comissão, dos mecanismos de controle sobre a gestão ...

O SR. RONALDO ARAGÃO - A temática da Resolução nº1 do Congresso Nacional...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Foi objeto da nossa discussão...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não participei da discussão da Resolução nº

1. Então, não tive conhecimento...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De nada do que aconteceu na Comissão e do episódio Roberval?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Do Roberval não tive conhecimento, porque não recebi nenhum documento. Não tem nenhum documento encaminhado à Presidência da Comissão com respeito à nota técnica. O que temos, que recebemos, foi através do jornal.

Posso dizer a V. Exª que não tive conhecimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Fico satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, nobre Depoente, praticamente 4 das minhas perguntas já foram feitas pelo Deputado Aloizio Mercadante, assim só queria fazer uma indagação sobre a sua ligação, eventual, com a Transportadora Confiança Ltda. V. Exª tem algum vínculo com essa empresa?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nem conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Senador, vou me restringir às questões ligadas à análise do seu patrimônio.

A declaração do imposto de renda de V. Exª - está com V. Exª, não é um documento ao qual não teve acesso. Gostaria que tentasse nos explicar como no ano de 1990 e no ano de 1991 V. Exª ostentou uma variação patrimonial, quer dizer a aquisição de bens, comparados com créditos e outros, que não lhe permitiriam viver. Porque a sua renda, contando todas as fontes de rendimentos no ano de 1990, montou a 8 milhões 802 mil 547. O seu patrimônio aumentou em 8 milhões 651 mil 401, de modo que sobrou, para a sua manutenção, 1 mil 658 dólares equivalentes, do ano de 1990, o que valeria 138 dólares por

mês. É nesse sentido que disse que V. Exª não poderia viver, porque a manutenção de V. Exª equivaleria a isto. Teria V. Exª como explicar isso, se faltou declarar alguma coisa?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, tudo eu declarei. E como é um problema técnico e V. Exª é técnico, eu não sou, tenho que recorrer ao contador para dar essa explicação a V. Exª, porque até tenho outros rendimentos; não sei o que V. Exª contabilizou aí.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Considerando a sua declaração de imposto de renda é que recolhemos a informação de que V. Exª teve rendimentos tributáveis de 8 milhões 340; não-tributáveis de 766 milhões; tributáveis exclusivamente na fonte, que são as aplicações financeiras, de 1 milhão 714. Fizemos as deduções declaradas por V. Exª e

chegamos a uma renda líquida, livre, de 8 milhões e 802; e V. Exª aumentou o seu patrimônio, declaradamente, de 8 milhões e 651. De modo que o que sobrou equivale a 1 mil 658 dólares, ou 138 dólares por mês. Então, gostaria de encarecer a V. Exª que encaminhasse à Subcomissão do Patrimônio esclarecimentos sobre os anos de 1990 e 1991, onde a sua declaração revela inconsistências.

A declaração referente ao ano-base de 1992, V. Exª apresentou em 1993?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sim, apresentei todas as declarações.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque a Receita não possui a sua declaração.

O SR. RONALDO ARAGÃO - A Receita possui inclusive em disquete.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, gostaria que V. Exª enviasse à Subcomissão do Patrimônio a declaração de 1993, ano base 1992. Essa simplesmente não dispomos ou a Receita não nos enviou ou...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Já foi enviado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Depoente, o ano de 1991 chama a atenção de qualquer analista pela evolução da sua movimentação bancária, já comentada pelo Deputado Aloizio Mercadante, que quintuplicou em relação aos anos anteriores. Não era ano de eleição, portanto não se pode imaginar como hipótese que V. Exª tenha recebido contribuições para campanha e tenha registrado nas suas contas. Indago-lhe o seguinte: Em 1991 V. Exª já confirmou que a sociedade beneficiária J.R.Aragão recebeu o equivalente a 673 mil dólares do Orçamento. Indago a V. Exª, respeitosamente, se esse dinheiro transitou pela sua conta-corrente?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quer dizer que não há relação entre a subvenção paga à J.R.Sociedade Beneficiária Aragão e as contas de V. Exª?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Em absoluto!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, gostaria de saber de V. Exª, relativamente a sua movimentação bancária, alguns fatos que são, mesmo que não disponha agora, inesquecíveis, para qualquer parlamentar - pelo menos dos que eu conheço, inclusive os mais abonados. No mês de janeiro de 1991, V. Exª inaugura uma série de recebimentos de igual valor: 13 milhões 201 mil 764 cruzeiros; são vários pagamentos mensais de igual valor. Isso valia 66 mil e 900 dólares, em janeiro. Depois, isto representava 52 mil dólares em abril e representava 57 mil dólares em março; 59 mil dólares, em fevereiro; depois, 48 mil dólares - equivalentes em maio. E por aí vai. São pagamentos que todos, aqui, temos que reconhecer que são pagamentos pesados: 13 milhões, 201 mil e 764. V. Exª saberia explicar?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu já disse, inicialmente, aqui, que não tenho elementos para isto e que explicarei tendo os elementos - V. Exª me passando, se for o caso, Sr. Presidente, e só depois...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Há uma outra série de pagamentos - felizmente, para quem recebe - e não é só esta de 13 mil 201 e 764 - e há uma série de pagamentos da ordem de 15 mil dólares que se repetem todos os meses. V. Exª, então, recebeu na sua conta do Banco do Brasil, no mês de fevereiro, 19 mil dólares - correspondentes a 4 milhões e 300 mil cruzeiros. Depois, no mês de abril, V. Exª recebe 4 milhões de cruzeiros, equivalentes a 15 mil dólares. Depois, no mês de maio, outra vez, 4 milhões e 400, representando 15 mil e 880 dólares. Depois, no mês de junho, 4 milhões e 489 mil cruzeiros - 14 mil dólares - e essas coisas se repetem, sendo que há, também, injeções maciças na sua conta corrente, provenientes de aplicações financeiras.

Senador, não é possível lembrar-se do que poderiam corresponder pagamentos, assim, em série, desse porte, superior a um salário de Deputado porque 15 mil dólares não é dinheiro que não se lembre, que se despreze, assim, ou de 60 mil dólares.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu disse, aqui, sem atrapalhar V. Exª, que tinha outros rendimentos aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por isto - que é de particular - V. Exª não se recorda?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não me recordo - eu preciso, justamente, desses dados para trazer à Comissão de Bancos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Depoente, V. Exª apresenta, na sua Declaração de Imposto de Renda, que V. Exª possui rendimentos de 131 mil e 548 dólares, equivalentes. Na verdade, isto representa 53 milhões, 449 mil e 781 cruzeiros. Não há nenhum comprovante bancário desses rendimentos na Declaração.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Existe. Isso, aí, existe.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª poderia, inclusive, encaminhar à Subcomissão de Patrimônio?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Tenho que pegar tudo com o Contador para mandar a comprovação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª não declarou, na sua Declaração de Bens, essas aplicações - só declarou os rendimentos.

O SR. RONALDO ARAGÃO - As aplicações?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exato - são, exclusivamente, essas do Banco do Brasil, do Banco Rural e do Banco Lloyds.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado Aloizio Mercadante....

O SR. LUIZ SALOMÃO - Luiz Salomão.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Luiz Salomão - desculpe-me - eu, como não sou técnico, todas as minhas contas, depois, eu passo para o Contador que vai me dar todas as informações que eu passarei a V. Exª ou à Subcomissão de Bancos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas a indagação que lhe faço não é sobre o valor das contas: eu pergunto é se, além dessas informações, relativamente modestas - que V. Exª declara - de aplicações no Banco do Brasil - Conta Ouro - Banco Rural e Lloyds, se V. Exª tem aplicações em outras instituições financeiras?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só essas?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Só e, aliás, agora, é só no Banco do Brasil.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A partir de 1993?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não - acho que em 1992, também. Não me recordo, mas é só no Banco do Brasil.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na Declaração de 1992, V. Exª declara caderneta de poupança e saldo em conta no Banco do Brasil. Mas, em anos anteriores, V. Exª apresenta relações financeiras com o Banco Rural.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Isto.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não há nenhuma outra aplicação nem aqui e nem no exterior?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não. Não tenho nem dinheiro aqui e quanto mais no exterior.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Bom. Eu não diria que o senhor não tem dinheiro porque com esses depósitos, aí, são invejáveis para qualquer Parlamentar.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Mas não tenho dinheiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Garibaldi

Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Senador Ronaldo Aragão, V. Exª, na qualidade de Presidente da Comissão de Orçamento que foi, poderia nos dar alguma informação a respeito de como eram elaboradas essas relações globais para recebimento de subvenções, porque, como V. Exª sabe, há o Adendo 2, o chamado Adendo 2, que são as emendas individuais dos parlamentares. Mas há também essas relações globais. V. Exª poderia nos dar uma informação a respeito desse processo?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Senador Garibaldi Alves Filho, a competência da Presidência da Comissão Mista de Orçamento não vai até essa averiguação, de como que é, até porque as atribuições são tamanhas que não... Eu digo a V. Exª que realmente não tenho conhecimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Exª nunca participou de nenhuma reunião que viesse a redundar nesse processo?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Em absoluto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Senador Ronaldo Aragão, de acordo com o que foi apurado pelo Tribunal de Contas da União com relação à sociedade J. R. Aragão, há um fato que eu acredito que V. Exª poderá nos esclarecer. Diz respeito à fundação da associação. V. Exª já disse ao Deputado Roberto Magalhães que não tem ingerência no dia-a-dia da fundação, da entidade, da associação aliás. Mas há uma citação no relatório, feito pelos auditores do Tribunal de Contas à nossa Subcomissão, de que na época da transferência da liberação dos recursos, a associação não estava devidamente organizada ou em condições de regular e satisfatório funcionamento, o que feria a legislação legal, a despeito de posteriormente vir a prestar regularmente serviços médicos e odontológicos. Já que V. Exª não tem ingerência no dia-a-dia, mas no aspecto da fundação, quando ela foi fundada, realmente tinha condições de receber os recursos? V. Exª pode nos falar sobre isso?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Tanto, Senador Garibaldi Alves, que em mil novecentos e... - ela foi fundada em 87 e foi registrada em 89 -, ela já deu atendimento médico, na Rua José Bonifácio, lá em Porto Velho, com atendimento médico e odontológico. Então, ela já tinha condição de fazer esse atendimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer que V. Exª realmente contesta essa informação de que na época a fundação não tinha condições...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Contesto, porque ela já existia e ia dizer um dado aqui que não... Ela tinha aparelhos médicos, gabinetes dentários, etc. e na falta de condições de colocar vigias foi roubado tudo isso depois de um certo tempo de atendimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Queria fazer a pergunta final, mas aproveito a intervenção do nobre Senador Henrique Alves para indagar o seguinte: V. Exª afirmou, aqui, principalmente quando por mim foi inquirido, que não tem nenhum cargo de direção nesta fundação, nesta associação beneficiária. Então, eu perguntaria que tipo de ligação V. Exª tem com essa associação para lhe dar o seu nome.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Para lhe dar o meu nome? Deputado Roberto Magalhães, um grupo de pessoas, em Porto Velho, se reuniu e, como homenagem, deu o meu nome. Essa foi a razão disso aí.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas V. Exª certamente fez por onde merecer a homenagem.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Acho que sim. Fui Deputado Estadual...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, eu digo no trabalho diuturno, em prol dessa Associação.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sou médico.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É médico. Agora talvez não, mas quando ainda era Deputado Estadual, acredito que V. Exª deveria dar expediente diário. V. Exª não recebia proventos, naturalmente, beneficentes. Os dividendos poderiam vir de outra ordem, como homenagem, etc. Mas e essas verbas? V. Exª não tem participação, nem nas emendas e nem na liberação dessas verbas?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tem?

O SR. RONALDO ARAGÃO - E V. Exª pode constatar isso, porque eu não fiz nenhuma emenda dessa verba que foi liberada, e nem pedi nada a ninguém. Eu disse aqui que o Presidente da Associação tinha feito um projeto, enviado para o Ministério, etc, contada a história, etc. Essa foi a informação que me deu o Presidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu não tive a preocupação de procurar a emenda, Senador, porque geralmente não há. Quando, realmente, um Senador ou Deputado tem ligações com uma fundação deficiente, ele tem o cuidado, deve ter, o escrúpulo, não sei, de não fazer emendas. Então, nem procuro. Agora, realmente, para mim é surpreendente, porque sendo V. Exª um Senador que, tendo um nome ostentado lá na Associação, como reconhecimento pelos seus trabalhos, e V. Exª nem tenha feito a emenda, nem tenha providenciado o pedido e nem tenha conseguido a liberação da verba!

O SR. RONALDO ARAGÃO - Isso foi perguntado aqui, não sei se V. Exª estava presente no momento, se eu teria pedido ao Ministério da Ação Social, e eu disse que não, e a Ministra poderá confirmar o que eu estou dizendo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. E quem é o Presidente dessa Associação?

O SR. RONALDO ARAGÃO - É o Sr. William Pimentel.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ele é político também?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vem sempre a Brasília?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Vem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que ele é um homem enfrontado nos meios administrativos?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, como dirigente, é ativo, e procurou fazer um programa, um projeto, entregando-o ao Ministério da Ação Social. Agora eu, pessoalmente, disse aqui, estou repetindo a V. Exª, nunca procurei e nem fiz emenda ao Ministério da Ação Social.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que nem sequer o fato de V. Exª ter sido Presidente da Comissão de Orçamento não influiu?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não sei. Também não posso dizer.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabe. Não sabe, também, se o Deputado João Alves, tendo conhecimento de que era do interesse de V. Exª, tenha prestado, também, esta homenagem à V. Exª?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, não sei se é homenagem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Seria uma homenagem.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Agora, não pedi nem ao Deputado João Alves e nem à Ministra Margarida Procópio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Senador Ronaldo Aragão. Eu considero a disposição de V. Exª, de trazer informações a esta CPI, como algo bastante relevante. Estamos carecendo de informações, porque a tarefa principal desta CPI é desvendar a mecânica do funcionamento da Comissão de Orçamento, as possíveis irregularidades durante o período de seu funcionamento e a correção dessas distorções. V. Exª foi Presidente durante um período conturbado da Comissão. Houve um acordo com o Executivo, houve a demissão do Roberval, houve o caso do João Alves, isto é, a votação do Relatório preliminar -, que é negado -, a crise, a saída do João Alves, a mudança de Relatoria.

Desse período, qual a experiência que V. Exª, em função desses fatos, V. Exª retira do período em que foi Presidente da Comissão de Orçamento? Para ajudar a CPI, como é que V. Exª encara esses fatos, que conclusões que V. Exª retira e qual é a opinião mais global do período em que V. Exª foi Presidente daquela Comissão de Orçamento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Inicialmente, Deputado Sérgio Miranda, V. Exª faz uma afirmação que não é minha. Que houve um acordo. Esta é uma afirmação de V. Exª. O que eu disse aqui foi de que não houve acordo.

Segundo, que a indicação do Deputado João Alves, como Relator, se V. Exª teve conhecimento da Resolução nº 1, cabia ao Bloco Parlamentar, ou ao partido majoritário fazer a indicação. Não cabia à presidência. À presidência cabia nomear depois da indicação.

V. Exª me pergunta sobre a experiência disso. Eu fiz essa observação porque V. Exª colocou como se tivesse havido o acordo. Eu quis então fazer esta ressalva.

Com relação ao episódio Roberval, Deputado Sérgio Miranda, eu disse aqui, no início, que se a Comissão Mista de Orçamento não tiver mecanismos como informatização, pessoal próprio... Para que V. Exª tenha uma idéia a respeito, o terminal de computador da Comissão Mista de Orçamento, até hoje, consta como se fosse do meu

gabinete. A responsabilidade é do meu gabinete. A máquina xerox também consta como se fosse do meu gabinete até hoje. A Comissão Mista de Orçamento tinha sete funcionários, que não eram da Comissão, mas a ela prestavam sua colaboração: três eram serventes e quatro eram funcionários burocráticos. Se não se criar uma legislação, já disse isso aqui, que faça com que essa Comissão venha a ter independência, todos esses problemas vão voltar à tona. Isso porque a Comissão de Orçamento, Fiscalização e Controle não tem mecanismos para controlar, não existem esses mecanismos. Da experiência que tenho, respondendo objetivamente a V. Ex^a, a respeito posso dizer que é preciso modificar a legislação com relação à Comissão Mista de Orçamento; senão, de acordo com meu entendimento, não há como resolver o problema que ela enfrenta. Essa foi a experiência que tive e que acho que continua, até porque a Comissão não tem instrumentos, precisa ser informatizada.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria reforçar a questão da informatização. Nós temos a informação de que o apelo para que a Comissão se informatizasse, criasse melhores condições técnicas para elaborar o orçamento era um anseio comum das pessoas mais responsáveis naquela Comissão.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Inclusive o presidente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Houve uma verba para a informatização, se não me engano, de 3 bilhões ou 3 bilhões e 500 milhões, que caiu em exercício findo. V. Ex^a tem alguma informação sobre isso?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Primeiro, não eram 3 milhões.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Era de quanto?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Um milhão e oitocentos mil, verba colocada no orçamento para o reaparelhamento da Comissão Mista de Orçamento. Qual era o problema? Legislação para a liberação. O Congresso precisaria criar uma legislação para liberar esses recursos porque não existia a rubrica, elemento de despesa para gastar. Esse dinheiro caiu em exercício findo. Essa foi a razão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em que ano foi isso?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Em 1991.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - No ano em que V. Ex^a era presidente.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Era presidente. Em 1991, e não sei se também em 1992.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Havia dotação orçamentária, havia rubrica para a dotação...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Para a informatização e melhoria da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Havia a rubrica para a dotação mas não havia a rubrica para o gasto?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Havia a rubrica para a dotação mas não havia a rubrica para o gasto.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Senador, em nossa Subcomissão temos tratado a questão da dinâmica, do funcionamento da Comissão Mista de Orçamento e nos deparamos como o seguinte fato: no segundo período da formação de um núcleo de poder naquela Comissão ocorreram algumas distorções no processo orçamentário, caracterizadas por três questões básicas: aumento de dotações para projetos globais, inclusive as chamadas dotações de subvenção social global dos Ministérios a que se referiu o Senador Garibaldi Alves Filho; as facilidades para as transferências voluntárias para estados e municípios e a adoção de projetos de conteúdo genérico que não eram a prática anterior; apoio entre estrutura urbana que permitia uma facilidade na manipulação de recursos públicos.

É interessante que essas denúncias que estamos fazendo agora, justamente foram feitas pelo documento na crítica à LDO aprovada no ano em que V. Ex^a era Presidente. Diz o documento, segundo o jornal:

"A Redação Final do substitutivo aprovado amplia a possibilidade de transferências voluntárias da União a estados e municípios. Além da ausência dessa restrição, também não consta no texto aprovado a proibição para a contratação de projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira previamente comprovada".

Então, uma Prefeitura, por exemplo, apresentava um projeto, mas não era um projeto alicerçado num cálculo técnico preciso e conseguia a transferência de verbas.

V. Ex^a reconhece esses fatos como distorções que permitiam, que facilitavam a ação de um núcleo de poder na Comissão de Orçamento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Ora, Deputado Sérgio Miranda, isso que V. Ex^a está lendo é de um relatório feito, segundo soube e não li, as notas técnicas de que teriam sido aprovadas na LDO.

A LDO, quem aprovou? A Comissão Mista de Orçamento.

Se isso estava ocorrendo ou ocorreu, acho que precisa a sua modificação urgente. Porque posso dizer que nunca fui responsável, por isso e o documento que V. Ex^a lê, a nota técnica, nunca foi entregue à Comissão e disse aqui - à Comissão oficialmente - para que se fizesse, se mandasse apurar essas denúncias. Embora, o que ele diz é que a LDO aprovou e quem aprovou a LDO foi a Comissão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vou entrar em outra linha de perguntas, Senador.

V. Ex^a conhece o Sr. Márcio Reinaldo Dias Moreira? Foi Assessor de V. Ex^a?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Foi Assessor da Comissão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Quem indicou o Sr. Márcio Reinaldo para a Assessoria da Comissão?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Para mim, o Sr. Márcio Reinaldo era Assessor do Senador Almir Gabriel, e foi Assessor do Senador Almir Gabriel na época em que S. Ex^a foi Relator.

Fiz um ofício ao Senador Almir Gabriel e S. Ex^a concordou em ceder o Sr. Márcio Reinaldo dizendo que era uma pessoa e o considero uma pessoa, até prova em contrário, uma pessoa séria.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Um dos problemas que enfrentamos na nossa CPI, Senador Ronaldo Aragão, é a busca de uma ligação entre a Comissão de Orçamento, o funcionamento da Comissão de Orçamento e o Executivo.

O Sr. Márcio Reinaldo também foi Assessor da Secretaria de Planejamento no período em que o Ministro Aníbal Teixeira era Ministro. Depois, foi Assessor de V. Ex^a e não sabia também que do Senador Almir Gabriel e também do Deputado José Geraldo.

Posteriormente, foi para o Ministério da Saúde e, agora, é o Secretário Executivo do Ministério da Integração Regional. Então, é o primeiro caso concreto - não estou fazendo acusação, estou apenas buscando elementos de investigação - em que temos um funcionário específico que atua na Comissão de Orçamento como Assessor de nível elevado e, posteriormente, atua no Executivo no processo de liberação de verbas.

V. Ex^a, pode nos dar mais alguns dados sobre a atuação do Sr. Márcio Reinaldo?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, nenhum comentário.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Terceira questão, nobre Senador Ronaldo Aragão...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Sérgio Miranda, V. Ex^a já ultrapassou 3 minutos, mas pode concluir.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - ... V. Ex^a tinha o costume de pedir a outros parlamentares, até pela função que ocupava de Presidente da Comissão, a aprovação ou o encaminhamento de emendas de V. Ex^a?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Assinar emenda para o Estado de Rondônia eu pedi, mas aprovação não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Para que ele encaminhasse as emendas de V. Ex^a?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Para que ele apresentasse as emendas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Ex^a pode então justificar?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Só queria...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Porque nós temos aqui as emendas...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu sei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - ... e algumas delas constam emenda de relator por indicação do Senador Ronaldo Aragão; a Emenda nº R-00616/7, por solicitação do Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu só queria que V. Ex^a lesse para mim, por favor, novamente, se fosse possível.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu tenho aqui apenas os números das emendas. O nosso raciocínio é o seguinte: que um dos problemas da Comissão de Orçamento era justamente o que chamamos de ocultação do autor da emenda. Como é que isso se expressa? Por exemplo, o relator geral, nos vários períodos, e isso é um fato gravíssimo na minha opinião, tinha o poder de apresentar um número expressivo de emendas. No ano de 1991, de todas as emendas, de todos os recursos alocados na parte que o Congresso modificava, 71% dos recursos eram de emendas do relator geral, no ano de 1992, 34%. O poder do relator-geral é muito grande, e os relatores-gerais não têm fornecido para nós, porque não eram apenas emendas deles, eram de outros parlamentares mas que apareciam apenas como emendas de relator-geral. Havia uma ocultação de quem era a pessoa que pediu, poucos parlamentares, existem exceções, tiveram a clareza de citar no seu relatório: essas emendas foram a pedido de tal deputado, de tal senador. Mas na grande maioria das emendas está oculto quem é que estava sendo favorecido, no sentido político, por tal e qual emenda.

Neste sentido pergunto: emenda do Deputado José Geraldo, para Rondônia, essa não tem indicação de V. Ex^a, foram pedidas por V. Ex^a?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Para que ele assinasse?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Foi pedido.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Como a questão do aeroporto em Ji-Paraná, a infra-estrutura urbana em Cacoal?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Isto.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito bem.

O SR. RONALDO ARAGÃO - E pedi muito mais a outros Senadores e Deputados para o Estado de Rondônia, muito mais.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Porque esta questão, Senador, essas inúmeras emendas que V. Ex^a pediu mostram que os membros da Comissão tinham um certo privilégio em relação ao que eu chamo "os deputados da planície".

Naquele período havia uma recomendação expressa para que os deputados apresentassem 30 emendas preferenciais, bem como o aviso de que mesmo que pudessem apresentar um número qualquer de emendas eram aquelas emendas que seriam analisadas. Qual foi a nossa surpresa ao examinar o relatório de cada parlamentar? Enquanto a maioria dos parlamentares ficava naquelas 30 emendas, 5 ou 20 emendas aprovadas, alguns

parlamentares membros da Comissão tinham 117 ou 120 emendas aprovadas. E ficamos curiosos por que esses parlamentares se diferenciavam do restante, do comum, do normal dos outros parlamentares que tinham direito apenas a 30 emendas para serem examinadas. Havia um privilégio evidente para os membros que ocupavam cargos mais proeminentes na Comissão de Orçamento.

V. Exª concorda com esse raciocínio?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não posso concordar com V. Exª, até porque emendas que pedi fossem feitas para mim nunca foram aprovadas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A última pergunta, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É a última?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É a última mesmo.

Nós ficamos, eu diria, estupefatos quando na apreensão de documentos na casa de um diretor da Odebrecht havia um relatório onde se falava dos sucessos daquela construtora no sentido de incluir emendas no Orçamento federal. Ela se orgulha de ter, no ano de 1991, incluído 620 milhões de dólares em emendas no Orçamento. A partir daí, identificamos um outro esquema que vai ser analisado mais profundamente por uma outra CPI, a das Empreiteiras; sobre o poder das empreiteiras. V. Exª como Presidente da Comissão do Orçamento, e, tendo, inclusive, relações pessoais com diretores da Odebrecht, identifica alguma pressão dessa construtora para defender seus interesses no período em que V. Exª era Presidente da Comissão de Orçamento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - A relação pessoal, desculpe-me Deputado Sérgio Miranda...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Foi uma pergunta que o Deputado Aloizio Mercadante fez, eu nem sabia.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, ele não me fez essa pergunta.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Fez. V. Exª não tem um parente que é diretor?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Parente que é diretor não, que é funcionário.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas é o que na Odebrecht?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Funcionário burocrata.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Secundário?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Secundário. É por isso que estou dizendo a V. Exª que a questão da relação com o diretor da Odebrecht...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Qual era a ação da Odebrecht no período que V. Exª era Presidente?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Comigo, nenhuma.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E agradeço a V. Exª e ao Deputado Klein, que lhe deu vinte e poucos minutos.

Tem a palavra, na sequência, o Deputado Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, nobre Senador Ronaldo Aragão, sabemos que a vida nos reserva momentos de forte emoção, e que V. Exª vem vivendo, nos últimos dias, esse período de forte emoção.

Primeiro, foi o nefasto acontecimento que se abateu sobre a sua família - queremos nos solidarizar com seus sentimentos - e o outro fato é esse que envolve todo o Parlamento brasileiro, quando cobrados por toda a sociedade, buscamos, aqui, às últimas consequências, desvendar o segredo da malversação de recursos públicos, principalmente os relacionados com a Comissão de Orçamento da qual V. Exª foi membro influente de 1989 a 1991. E, seguindo o raciocínio, já que várias das minhas dúvidas foram esclarecidas com respostas de perguntas anteriores, mas, seguindo o raciocínio do nobre Deputado Sérgio Miranda, futuro Senador Sérgio Miranda.

Com relação, ainda, a Odebrecht, que já se constatou uma ligação estreita da empresa construtora com alguns Parlamentares, com obras e com recursos públicos, eu indagaria a V. Exª se a Odebrecht realiza obras em seu Estado com recursos públicos federais nesse período em que V. Exª integrava a Comissão de Orçamento?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado Leomar Quintanilha, V. Exª faz uma pergunta que acho importante.

Em 1975, iniciou-se a construção da Hidroelétrica de Samuel. Eu não estava nem em Rondônia. Estava no Paraná. Era médico no Paraná. E essa empresa ganhou a licitação para construção da Hidroelétrica Samuel. E hoje ela é detentora dessa obra em Samuel. Isso é o que eu sei da obra de Samuel, da Odebrecht lá em Rondônia.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Não há nenhuma outra obra construída com recursos, emendas apresentadas no Orçamento por V. Exª?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não, por mim não.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Muito obrigado, estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado Deputado.

Tem a palavra o Deputado Maurício Najar, com a recomendação de sempre.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, permaneci ouvindo com bastante atenção às indagações dos nossos colegas, e as respostas do Senador.

Eu, Sr. Presidente, gostaria de uma explicação de um fato que eu julguei o mais grave e o mais relevante de toda a indagação que foi feita até agora, e que se refere à

Associação Beneficente J. R. Aragão, ela leva o nome de V. Exª. Essa entidade, em agosto de 1992, comprou três ambulâncias Fiat Elba, pagou, em quatro parcelas, a quantia de quarenta e 7 mil 286 dólares. A primeira parcela foi paga em 6 de agosto de 1992, e o que nos causou uma certa indignação, é que a auditoria do Tribunal de Contas, ao efetuar o levantamento da situação da entidade, constatou, surpreendentemente, que, apesar de pagas essas três ambulâncias, elas não foram entregues desde agosto de 92 até a presente data, perfazendo um ano e quatro meses que o dinheiro permaneceu nessa empresa. Empresa esta que V. Exª admite que possuía uma cota à parte de 30%.

Indago de V. Exª: Tratava-se de uma empresa chamada DINASA, Sociedade Automotiva Ltda., que foi quem teria vendido e não entregue essas ambulâncias. Por se tratar de uma sociedade limitada, eu gostaria que V. Exª nos informasse: Os demais sócios, V. Exª poderia nos dizer o nome dos demais sócios dessa empresa?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Hoje, Deputado Maurício Najar, essa empresa tem como sócio majoritário o Sr. Antônio Nascimento; tem como outro sócio, o Janduí, os outros eu não conheço, não sei quem são, porque mudou agora. Agora eu não sei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Gostaria de saber, em 1992 e 1993 ela era uma sociedade limitada e quantos sócios e quantas quotas tinha?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Ele era um sócio, tinha trinta, quarenta e trinta, era...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Trinta, quarenta e trinta. Três sócios.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Três sócios.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Poderia dar o nome desses dois sócios?

O SR. RONALDO ARAGÃO - O Sr. Antônio Nascimento...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Antônio Nascimento.

O SR. RONALDO ARAGÃO - ... Divino Cardoso Campos e eu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ah, o segundo, desculpe!

O SR. RONALDO ARAGÃO - É o meu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não, o segundo nome.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Divino Cardoso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Divino Cardoso. Nenhum deles parente de V.

Exª?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nem...

O SR. RONALDO ARAGÃO - Nem parente, nem aderente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora, nobre Senador, a entidade que leva o seu nome e para qual V. Exª admitiu ter indicado o seu Presidente, possuía como 1º Tesoureiro, de acordo com a Ata registrada em cartório - Rosane Maria Aragão Melo. Seria parente de V. Exª?

O SR. RONALDO ARAGÃO - É minha parente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Poderia dar o grau de parentesco?

O SR. RONALDO ARAGÃO - É irmã.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É irmã?

Segunda pergunta: José Mário do Carmo Melo seria cunhado?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Cunhado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Era só o que eu gostaria de ter perguntado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu consultei o Depoente, Dr. Ronaldo Aragão, que é médico, e ele é hipertenso grave. Então, perguntei se S. Exª gostaria de interromper por algum momento para fazer tomada de pressão. Ele prefere continuar, porque restam só mais dois inquiridores.

Dou a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, nobre Senador Ronaldo Aragão, eu teria que fazer alguns questionamentos, aqui, mas que praticamente já foram feitos e eu estou satisfeito com as respostas.

Como membro da Subcomissão de Subvenções Sociais, se cotejado, a apresentação de contas da entidade que leva o nome de V. Exª pode ser considerada exemplar, modelar, por assim dizer, até recebeu elogios dos próprios auditores do Tribunal de Contas da União. Embora eu ache que essa atividade e que essas entidades assistenciais em nome de Parlamentares privilegiam muito o político ou o candidato, em detrimento de outros, talvez não menos dignos e talvez, até, mais dignos.

Mas eu gostaria de formular a V. Exª apenas uma pergunta: segundo a movimentação bancária de V. Exª, aqui já explicitada pelos eminentes membros da Comissão de Bancos, houve um aumento patrimonial considerável e V. Exª disse que tem outras atividades empresariais.

V. Exª por acaso é sócio ou proprietário, ou co-proprietário de algum hospital?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sou.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - V. Exª tem declarado no seu Imposto de

Renda?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Está lá no Imposto de Renda.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Era só isso que eu queria perguntar, nobre

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

Tem a palavra, como último inscrito, o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, nobre Senador Ronaldo Aragão, eu reconheço que quando nos debatemos no Orçamento de 91 eu preferia que nós não estivéssemos fazendo este debate aqui, agora, e vou recapitular algumas coisas daquelas questões.

V. Exª afirmou a precariedade do funcionamento da Comissão. Verdade.

V. Exª afirmou que contava com a ajuda dos funcionários dedicados. Verdade, sob a coordenação do Roberval.

E V. Exª afirmou que, ao saber da demissão do Roberval, verificou-se alguns meses depois, não é verdade?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Eu estou respondendo o que disse o Senador Suplicy: que o Roberval foi demitido quatro meses depois daquela... dois ou três meses depois daquele ofício que fiz.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está certo. E quando V. Exª foi comunicado da demissão dele?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não fui comunicado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não foi comunicado?

Pois bem, nobre Senador, V. Exª afirmou, também, que se atém à Ata e eu estou com uma Ata aqui. É a Ata do dia 12/09/91, da 11ª reunião extraordinária da Comissão de Orçamento. Assinada por V. Exª.

Foi exatamente essa Ata, ela é feita alguns dias após a demissão do Roberval e V. Exª colocou em votação o seguinte requerimento: requerimento do Deputado Paulo Hartung e do Deputado Eduardo Jorge.

Sabe o que eles queriam? Recondução do técnico legislativo. Af, V. Exª colocou o requerimento em votação.

Falaram a favor: Eduardo Jorge e o Paulo Hartung; falaram contra, portanto, contra o Roberval, Messias Góis e Cid Carvalho.

V. Exª colocou esse requerimento em votação no dia 12. Perdeu. Nós perdemos.

Portanto, V. Exª tomou conhecimento da demissão, mesmo que não tenha sido feito pelo Presidente da Câmara, através do requerimento dos Deputados que V. Exª colocou em votação no dia 12, estou com a Ata aqui.

E af, nobre Senador, tem um agravante, que eu solicito a V. Exª: o requerimento foi derrotado; em seguida, na mesma Ata, o Deputado José Dirceu requer a V. Exª que solicitasse ao Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Deputado Ibsen Pinheiro, o resultado da apuração da responsabilidade da matéria divulgada pelo *Jornal de Brasília*, em 16 de julho daquele ano.

Quais foram as providências tomadas por V. Exª do que consta aqui, em Ata.

Sobre o requerimento, V. Exª colocou em votação; mas sobre o requerimento do Deputado José Dirceu, solicitando a V. Exª que solicitasse ao Ibsen Pinheiro explicações à Comissão sobre a demissão do Roberval.

O SR. RONALDO ARAGÃO - O requerimento está em votação?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Do Deputado José Dirceu? Af na ata de V.

Exª?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está aqui. Está aqui o requerimento.

Está na ata:

"O Sr. Deputado José Dirceu pediu a palavra e requereu ao Presidente que solicitasse ao Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Deputado Ibsen Pinheiro, o resultado da apuração da responsabilidade. Não foi contestado."

O requerimento foi aceito. Não há contestação ao requerimento.

O SR. RONALDO ARAGÃO - O requerimento foi colocado em discussão? Está na ata, Deputado?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está na ata. É o item seguinte da ata.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Entrou em discussão o requerimento?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não entrou em discussão, nem em votação. Mas está aqui o requerimento.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sim, mas o requerimento que não entra em discussão, nem em votação, já que o primeiro entrou em discussão e votação, esse também teria que entrar em discussão e votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas, nobre Senador, nós nos entendemos bem naquela sessão e eu estava presente. O requerimento anterior, que V. Exª colocou em votação, era a recondução do Roberval. Portanto, V. Exª foi informado pelo requerimento que ele tinha sido demitido e houve o pedido de recondução. Af V. Exª colocou em votação. Tudo bem! O requerimento seguinte é diferente desse. O requerimento seguinte, considerando que ele não é reconduzido, o Deputado José Dirceu pede a V. Exª que requiera ao Deputado Ibsen Pinheiro a apuração dos fatos. E isso é unanimidade da Comissão, porque não houve discussão. Qual foi a providência que V. Exª tomou?

O SR. RONALDO ARAGÃO - A unanimidade... Vou responder a V. Exª. V. Exª conhece o Regimento muito melhor do que eu, por isso sabe que, regimentalmente, qualquer requerimento tem que ser discutido e votado. Af ele apresentou o requerimento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Exª não tomou nenhuma providência, então?

O SR. RONALDO ARAGÃO - Se ele foi votado e se foi aprovado, devo ter tomado providência. Não tenho aqui a ata que tem V. Ex^a. Mas se foi votado e aprovado o requerimento do Deputado José Dirceu, devo tê-lo enviado ao Presidente Ibsen Pinheiro.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Veja bem, Sr. Presidente, pasmem, Srs. Membros desta CPI! Porque o que diz aqui é que no dia 13 de setembro, portanto um dia depois, para não dizer aqui que houve omissão por parte da Casa em relação a esse fato, o Representante da Bancada do PT na Comissão de Orçamento, que perdeu o requerimento, o Deputado José Dirceu que pediu a V. Ex^a explicações ao Presidente Ibsen Pinheiro, e não veio nada, no plenário da Câmara dos Deputados o Deputado Eduardo Jorge requer ao Presidente Ibsen Pinheiro que - vejam bem as palavras:

"O que tem a dizer o nosso Presidente, Deputado Ibsen Pinheiro, sobre a curiosa coincidência da troca de comando da Comissão técnica exatamente no momento em que chega o Orçamento-Geral da União?"
Diz mais:

"Coincidente é que a demissão do Roberval foi quando ele deu um parecer técnico contrário ao crédito suplementar para o DNER e para a CODEVASF."

Mais ainda, Sr. Presidente, diz o requerimento:

"Se o Presidente da Câmara mantiver posição intransigente e não quiser voltar atrás, que S. Ex^a explique à Câmara, explique ao Senado, as razões daquela demissão e quais as qualificações do novo Diretor..."

Sabe quem era o novo Diretor, nobre Senador Ronaldo Aragão? José Roberto Nasser e Orlando, que eram exatamente do esquema do Deputado João Alves, os quais, depois, brigaram com o José Carlos.

Isso está registrado, Senador. E é isso que solicitamos a V. Ex^a, que, como Presidente da Comissão, não podia se omitir. V. Ex^a disse que não conhecia as notas técnicas. Como se elas estão aqui na Comissão de Orçamento? Peguei lá, Senador!

O SR. RONALDO ARAGÃO - O que eu disse é que não foram encaminhadas oficialmente as notas técnicas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois bem, se V. Ex^a diz que não tomou providências em relação às notas técnicas, como é que explica que, no dia 16 de julho, sai uma denúncia no jornal, no dia 17 tem um bilhete do João Alves, que V. Ex^a nega porque não tem a assinatura dele, mas os termos do bilhete é o mesmo do ofício que V. Ex^a manda ao Senador Mauro Benevides, no dia 17. Foi rápido! Em três dias!

O SR. RONALDO ARAGÃO - Quando eu disse que tomei conhecimento através da imprensa, tomei providência através do jornal, porque não existia e não existe nenhuma denúncia formalizada à Comissão e V. Ex^a sabe disso. V. Ex^a, que era Líder, na época, sabe disso e não fez nenhum requerimento a esse respeito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, nobre Senador, estou com a ata do dia 12 de setembro, onde é feito a V. Ex^a um requerimento para solicitar ao Presidente Ibsen Pinheiro a averiguação dos fatos. Como é que V. Ex^a diz que a minha Bancada não tomou providência alguma? V. Ex^a é que não tomou nenhuma providência.

O SR. RONALDO ARAGÃO - V. Ex^a fez um requerimento que coloquei em votação, e o outro requerimento não está em discussão ou votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente. V. Ex^a deixou aqui, não tomou conhecimento e não encaminhou.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado José Genoíno, todo mundo conhece a habilidade que tem V. Ex^a...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não a mesma de V. Ex^a, principalmente para mexer com o Orçamento.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Acho que essa indagação de V. Ex^a não aceito porque está insinuando aquilo que não é verdade. V. Ex^a está insinuando o que não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Prefiro que essas palavras que podem ter ambigüidade sejam evitadas.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Não aceito!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu somente quis dizer nesse sentido que a habilidade que tenho para mexer com o Regimento não é a mesma para mexer com o Orçamento, mas como estava na Comissão Mista de Orçamento e participei dessas atas todas, fizemos vários embates.

E não-somente o meu Partido, assim como o PSDB, representado pelo Deputado Paulo Hartung. V. Ex^a sabe que travamos uma semana de obstrução na Comissão por causa do relatório preliminar.

Agora, Sr. Presidente, acho que é importante essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Ex^a que conclua, pois estamos com quinze minutos além do prazo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vou concluir.

Existe aqui, e a Comissão usou esses documentos, manuscritos que o Deputado José Geraldo assumiu, perante esta CPI, do acordo carimbado que foi apreendido na Casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

V. Ex^a, que já havia relatado o sistema ELETROBRÁS, em 90 e 91, e com várias emendas aqui, as suas emendas constam do acordo. E esse manuscrito foi assumido pelo Deputado José Geraldo.

Qual foi a participação de V. Exª na descrição dessas emendas e dessas obras que contemplam o Estado de Rondônia em vários pontos, pois tratava-se de um orçamento carimbado fruto do acordo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não ouvi. Participação de quê?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Participação de V. Exª na definição...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Minha, não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Desculpe-me.

A participação do Senador Ronaldo Aragão na explicitação das emendas de interesse de Rondônia que estão no orçamento carimbado fruto do acordo, porque há coincidência das emendas de interesse de V. Exª com o acordo que foi assumido pelo Deputado José Geraldo.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Inicialmente, Deputado José Genoíno, não sei se estava presente, disse que não houve acordo. Comigo não houve acordo.

As emendas foram feitas para o Estado de Rondônia, cujo Governador é meu adversário. Não fiz emenda nem para empresa nem para interesse pessoal. Fiz emenda para o Estado, e o faria e o farei tantas quantas vezes forem necessárias.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E sobre as relações de descontingenciamento do Orçamento da União de 1991, em que V. Exª aparece junto com os Deputados José Geraldo, Genebaldo Correia, Cid Carvalho e Pedro Irujo, conforme documentos apreendidos na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos e que estamos discutindo neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Considero essa a última pergunta de V. Exª.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Deputado José Genoíno, não há nenhum relacionamento de descontingenciamento. Não pedi descontingenciamento.

Disse isso no início e estou repetindo a V. Exª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, não vou fazer a outra pergunta, porque V. Exª me chamou a atenção.

Vou passar para o Relator, pois há um levantamento muito bem-feito da Subcomissão de Emendas sobre a constância com que aparece o nome do Senador Ronaldo Aragão na relação das obras e das emendas da Odebrecht, inclusive com minutas de emendas, com interesses...

Há, inclusive, uma minuta feita na Odebrecht que aparece, relacionada com a obra e com a emenda. Há várias solicitações. É o nome que aparece de uma relação mais extensa, segundo documentos apreendidos na casa do Sr. Airton Reis e passo às mãos do Relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª esse procedimento correto.

Esgotou-se o número de inquiridores.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Senador Mário Covas, pela ordem.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, levanto esta questão de ordem porque não quero deixar passar a ocasião sem, novamente, manifestar a minha preocupação. Isso não tem a ver com o depoente, de forma que, se V. Exª quiser encerrar e dispensar o depoente, eu posso aguardar.

Gostaria de comentar algumas coisas que acabo de ler nos jornais hoje e que acho que deixam os membros da Comissão muito mal.

O Jornal do Brasil, edição de hoje diz o seguinte: "Pressão adia decisão sobre Governadores"

"Um forte esquema de pressão fez a CPI do Orçamento adiar para 3 de janeiro a decisão sobre a convocação dos Governadores Joaquim Roriz, Edison Lobão e João Alves acusados por José Carlos Alves dos Santos de envolvimento com a máfia do orçamento. O risco de ver rejeitada a convocação dos três, principalmente a de Lobão, ligado ao ex-Presidente Sarney, teria o Presidente da Comissão, Senador Jarbas Passarinho, a não pôr o assunto em discussão. Horas depois da reunião, Roriz divulgou nota dizendo-se à disposição da CPI e que caso seja convocado se apresentará para prestar esclarecimentos em horário e local estabelecidos pela Comissão. Na nota o Governador Roriz manifesta o seu apoio à CPI e defende a punição efetiva de todos os membros que manipularam de maneira dolosa o orçamento. Passarinho atribuiu o adiamento da decisão sobre a convocação à falta de informações das Subcomissões, que não teriam concluído os levantamentos sobre os três Governadores, mas admitiu o temor de perder a votação no caso do Governador maranhense. Ressaltou, porém, que não aceitará pressão de Parlamentares; eles não conseguiriam - disse.

O Deputado Roberto Rollemberg confirmou que a CPI estava muito dividida em relação aos Governadores, enquanto os Deputados Aloizio Mercadante e José Genoíno, ambos do PT de São Paulo, admitiram o risco de que a convocação dos Governadores, principalmente a de Lobão não fosse aprovada. Mercadante disse que pouco antes da reunião uma verdadeira tropa de choque se reuniu no plenário para articular a reação contra a convocação de Governadores. Os integrantes da tropa de choque, entre eles, o Deputado José Lourenço e os Senadores Pedro Teixeira, Jonas Pinheiro e Cid Sabóia, usariam como argumento a alegação de que a CPI não tem competência para

convocar Governadores. A pressão começou de manhã, com os Senadores Ney Maranhão e Jonas Pinheiro iniciando um movimento contra a reunião, à tarde.

O Senador Garibaldi Alves informou a Passarinho que a convocação de Lobão estava ameaçada e que se isso ocorresse poderia parecer uma discriminação contra os outros dois citados. O risco de derrota, especialmente no caso de Lobão, se tornou mais evidente com a votação relativa ao ex-Ministro e Senador Alexandre Costa, também ligado a Sarney. Sete Parlamentares votaram contra a sua convocação; mais dois votos e ele estaria livre."

Outro jornal, Sr. Presidente, a **Folha de S. Paulo**, em artigo assinado pelas jornalistas Denise Madueno e Gabriela Wolthers tem o seguinte título:

CPI recua e adia convocação de governadores. Subtítulo: Pressão de parlamentares faz comissão deixar para a próxima segunda-feira a definição das datas.

A CPI do Orçamento recuou e adiou mais uma vez a marcação dos depoimentos dos Governadores acusados de participação em irregularidades na distribuição de verbas da União. Diante da pressão dos parlamentares ligados aos Governadores, o Presidente da CPI, Senador Jarbas Passarinho, sequer colocou os nomes em votação. O temor era de que o plenário da Comissão não aprovasse a convocação.

Anteontem, o comando da CPI tinha decidido defender a convocação de três chefes de Executivos estaduais - Edison Lobão, Joaquim Roriz e João Alves. Eles foram citados no depoimento do economista José Carlos Alves dos Santos, delator do superescândalo, como estando envolvidos ou tendo conhecimento do esquema de corrupção no orçamento.

A maior resistência era para a convocação de Lobão, que é ligado ao grupo do Senador José Sarney. A força dos sarneyzistas ficou evidente na votação da proposta de inquirição do Senador Alexandre Costa, também próximo ao ex-Presidente. Dos 18 parlamentares presentes, sete votaram contra a convocação.

Para uma proposta ser aprovada pela Comissão, o regimento existe que ela seja apoiada por metade mais um dos presentes. No caso Alexandre Costa, só os sarneyzistas possuíam sete votos. Se esse grupo se aliasse aos membros do PP, por exemplo, seria o suficiente para impor uma derrota ao comando da CPI. Ao ser ver diante de um impasse, a Comissão marcou para a próxima segunda-feira a definição sobre o depoimento dos três Governadores. O recuo ficou evidente. Nas entrevistas do Presidente Jarbas Passarinho, na terça-feira ele afirmava que todos os políticos que tinham sido citados no depoimento de José Carlos Alves dos Santos seriam chamados a depor. Ontem, ele dizia que a decisão de chamar os Governadores não tinham sido tomada porque as Subcomissões da CPI não tinham fechado os seus relatórios sobre eles.

A pressão contra a convocação dos Governadores começou em uma reunião pela manhã entre os coordenadores de Subcomissões e a direção da CPI.

Os Senadores Jonas Pinheiro e Ney Maranhão entraram na reunião para tentar impedir a sessão do plenário da Comissão marcada para a tarde.

A estratégia era evitar a votação das convocações. O Senador Jonas Pinheiro argumentou que os governadores deveriam depor por escrito. A prerrogativa apenas do Presidente dos Três Poderes.

A tropa de choque contrária à convocação dos governadores contou ainda com os Senadores Pedro Teixeira, Cid Sabóia, Jonas Pinheiro e do Deputado José Lourenço. Todas as vezes que se colocar a convocação dos governadores em votação não será aprovado, afirmou o parlamentar baiano. Ontem em Aracaju o Governador João Alves diz que está disposto a depor na CPI, mas fez uma ressalva: os trabalhos de levantamento preliminar a nada chegou, para que convocar essas pessoas?

Dentro de um quadro tem a seguinte notícia: A Comissão ouvirá seis pessoas por dia. A CPI do Orçamento decidiu ontem acelerar os trabalhos para evitar a prorrogação do prazo final marcado para 17 de janeiro. No cronograma foram definidos depoimentos de 15 Deputados, 4 Senadores e 5 ex-Ministros. Para conseguir ouvir todos entre os dias 5 e 10 de janeiro a CPI marcou seis depoimentos por dia. Para viabilizar os depoimentos o Plenário da

CPI vai se dividir em dois. Isso vai permitir os depoimentos simultâneos de dois convocados.

Quando a CPI não tiver indício suficiente de participação em irregularidade, o depoente será ouvido por uma Comissão e três parlamentares. A decisão não descarta a continuidade dos depoimentos no plenário da Comissão.

A definição do calendário amenizou a briga interna da CPI. Alguns parlamentares que defendiam a prorrogação dos trabalhos concordaram com a manutenção do prazo final. "Nós não aceitamos tratamento diferenciado, se todos vão depor dentro do prazo limite não há motivo para a procuração". -

Afirmou o Deputado Aloizio Mercadante. Aloizio Mercadante defendia a continuidade dos trabalhos até que todos os citados depusessem.

Para chegar à lista final, a CPI adotou o seguinte critério: serão convocados todos os citados no depoimento do economista José Carlos Alves dos Santos e os que aparecem nos documentos da Construtora Norberto Odebrecht ao lado de percentuais. Também serão chamados congressistas que apareceram ao mesmo tempo na lista de Santos e da Odebrecht.

Não vou ler, Sr. Presidente, o longo artigo feito pelo Jornalista Jonas de Freitas, não vou ler a primeira notícia da coluna da Teresa Crumel, vou ler apenas um pequeno tópico que vi aqui escondido na coluna de um cidadão chamado Jorge que diz o seguinte:

"Não é Não. Prognóstico sobre a idéia do Senador José Paulo Bisol de prorrogar o encerramento da CPI do Orçamento para o fim de janeiro. A sugestão muito dificilmente será aceita".

Sr. Presidente, a razão da minha intervenção é porque quero deixar bem clara a minha posição. Na minha opinião pessoal esta Comissão não tem quem queira apurar e quem não queira apurar. Não há figuras destinadas por Deus ou pelo povo a fazerem a decência imperar dentro deste Congresso, este é um trabalho desta Comissão e todos que nela participam têm igual objetivo. Evidentes que alguns são mais ilustres, mais capacidade, mais competência, ocupam cargos de maior significado, outros dão a sua modesta contribuição na qualidade de suplente - é o meu caso - mas a mim está me parecendo que esta coisa que envolve na maior parte das vezes notícias sobre reuniões, que nem públicas são, evidencia um clima que é muito ruim.

Tenho dado o meu testemunho público do esforço que a Comissão vem fazendo, seja pela conduta da sua Direção, que é inatacável, e quando vejo a notícia no jornal já não sei o que é o comando da CPI a que a notícia se refere.

Lembro que há dois dias, às 23:00 horas, telefonava-me uma rádio perguntado da convocação dos governadores e lhes disse que não tinha a menor notícia e no dia seguinte encontrei nos jornais, e é por isso que se fala em recuo, que a CPI convocaria os governadores. Eu, pobre coitado, disse à imprensa, para a rádio, que não tinha nenhuma convocação de governadores, mostrando uma dessintonia completa com o trabalho da Comissão.

Mas o que me preocupa, Sr. Presidente, é que estamos envolvidos num trabalho da maior seriedade, que não pode se perder em lutas desse tipo. O meu Partido tem dois convocados, os dois através de iniciais, citação de documentos inexplicados. Pois bem, ambos vieram aqui trazer a sua documentação pessoal e em nenhum instante V. Exª, ou quem quer que seja, pode dizer que qualquer intervenção foi feita, a não ser no sentido de pedir aquilo que a carta de um deles determinava: que a apuração fosse feita tão rápida quanto a

denúncia havia sido feita. Também não vi e nem posso testemunhar que quem quer que seja...

Ontem ainda pedi a V. Exª para votar, o titular do meu Partido não estava e como suplente queria votar. E sabe por que, Sr. Presidente? Porque achava que dois interpelados convocados, que não são Deputados e nem Senadores, não são convocados agora. Se achamos culpa neles, vamos encaminhar para a justiça comum para onde eu posso mandar o que tenho para a justiça comum. O que não se pode deixar de ser apurado é o que pesa sobre Deputados e Senadores porque, esses, sim, são passíveis a crime de falta de decoro e esse julgamento é um julgamento a ser feito pelo Congresso e não há nada que se possa por para atrapalhar que essa apuração seja feita o mais rápido possível. Mas, já, hoje, eu começo a ler todos os dias, nos jornais, que há gente séria que quer prorrogar a Comissão e há gente que não quer porque quer paralisar a Comissão. E eu fico me perguntando, muito, sobre as nossas obrigações - não é, pelo menos, igual discussão aquela de prorrogar os trabalhos ou, logo, tentar viabilizar a Comissão, se ela for desnecessária ou é razoável que convidamos mais tempo ou por muito mais tempo com gente que, tento cometido certos pecados, sejam passíveis de punição e que esteja convivendo aqui dentro do Congresso. De qualquer maneira, são dois pontos de vista defensáveis e que não envolve, de maneira nenhuma, conceitos ou condutas de natureza pessoal nesta ou naquela direção.

Penitencio-me, Sr. Presidente. Eu não vi toda a reunião ontem. Vi um Deputado, citado, ser retirado da lista porque alguém disse que havia pouca coisa contra ele. Nem sei se o critério é igual ao dos outros mas, a rigor, se foi adotado pela Comissão, está ótimo. Não vejo que a Comissão possa pretender defender quem que seja. Ela está envolvida num trabalho estafante de tentar apurar a verdade. Tentar apurar a verdade não é dizer que há 20 culpados ou menos que 20 ou mais do que 20. É apurar a verdade mas nós não vamos conviver muito tempo com esse tipo de clima que, infelizmente, não vem de fora para dentro - tem origem aqui dentro. Não é possível que nós tenhamos uma conduta uns com os outros desta maneira! Eu perguntava, ontem, a V. Exª: e a questão dos Governadores que vinham anunciados? E V. Exª disse: "A decisão é de que não se votará hoje." Vejo no jornal de que a decisão teria sido a de votar segunda-feira. Quero saber com V. Exª se isto é verdade ou não porque, ainda, gostaria de estar, aqui, no dia de votar isto. Por outro lado, eu não sei nem que tipo de apelo fazer mas, seguramente, se nós não formos capazes de oferecer um grau de confiança, indispensável à conduta um dos outros e que não tem nenhuma razão para ser posta em dúvida.

A composição desta Casa é, necessariamente, pluripartidária. A Comissão reflete isto e não há pecado de ninguém. Ser sério não é patrimônio de partido político e nem de quem quer que seja. Ninguém pense que é mais ou menos culpado nesta coisa. As culpas

são individuais, não são partidárias e, portanto, não tem sentido se imaginar que alguém, aqui, esteja defendendo uma posição meramente partidária. Eu não assisti isto e vou ter que gritar isto aonde puder, inclusive aqui dentro. Tomo o maior cuidado nas minhas declarações públicas em relação a isto mas temo, Sr. Presidente, que acabe ficando constrangedor, para alguns membros da Comissão, conviver com ela ou permanecer nela com esse tipo de acusação ou de dúvida. As posições, aqui, não se medem por esta ou aquela convicção. Mede-se pelo comportamento histórico de cada um de nós que, afinal, levou as Lideranças dos Partidos a fazerem as indicações que fez mas não é possível que nós convivamos, diariamente, com um noticiário que não é nascido da visão - é nascido de uma informação que nem sempre leva a dose correta de segurança. Não é possível que nós continuemos vivendo nesse clima. Até onde pude entender, ontem, V. Ex^a, sequer a votação feita a respeito da convocação do Senador Alexandre Costa foi muito posterior - V. Ex^a tem-me respondido a pergunta que os Governadores teriam discutido adiante e, portanto, não há como medir uma coisa pela outra, porque a causa veio depois do efeito, ou seja, a votação do Senador Alexandre Costa, que daria a demissão da "tropa de choque sameyzista", dominante dentro da Comissão, a impedir quem quer que seja de ser convocado.

Eu não sei muito, Sr. Presidente, o que oferecer como contribuição, mas eu não posso deixar, pelo menos para mim próprio, de manifestar o meu ponto de vista. Eu acho esse tipo de conduta profundamente perigoso; eu acho esse tipo de conduta capaz de levar alguns a entenderem que este não é um ambiente razoável. Acho que este tipo de conduta, ao invés de produzir os objetivos que nós estamos perseguindo, contribui, ao contrário, para evitar que esses objetivos... e se me levam a admitir que por esta ou por aquela razão, este ou aquele possa querer não apurar, é perfeitamente possível fazer o raciocínio inverso de que não se queira que as coisas sejam apuradas, acusando os outros de não querer apurar. Eu não vejo por que este Congresso não está sob suspeita; quem está sob suspeita são os membros pertencentes a ele. Esta Comissão é a expressão da instituição; a instituição não está sob suspeita e, portanto, esta Comissão também não está. Onde houver um caso concreto, que se aponte com clareza, para que se possa apurar. Mas não se pode ficar eternamente fazendo esse jogo, como se isso fosse uma coisa tão simples quanto a luta partidária entre nós. É alguma coisa que transcende os limites de cada um de nós, da nossa vida partidária e atinge uma instituição do maior significado na vida democrática.

Sr. Presidente, eu acho que essa questão caberia esclarecê-la muito claramente perante a imprensa. Agora, peço desculpas a V. Ex^a, mas não posso deixar passar uma coisa dessa sem manifestar a minha indignação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Mário Covas, e, ao contrário, meu aplauso é total ao que V. Ex^a acaba de dizer.

Algumas coisas já aconteceram aqui, e V. Ex^a não teve, infelizmente, conhecimento. Mas em reunião que precedeu a nossa reunião plenária de ontem, interna, eu comecei o encontro exatamente com os membros coordenadores - e alguns se encontram aqui - e eu estava muito tenso, Senador Mário Covas, porque já estava também muito mal impressionado com isso que V. Ex^a está criticando. E comecei dizendo que ia jogar o meu destino político naquela reunião e que não aceitava, em hipótese alguma, que a Comissão tivesse essa dicotomia: os puros que querem apurar, e os impuros que querem amaciar e esconder. E o resultado disso foi a unanimidade no encontro aqui. Esta notícia de jornal, esta notícia de televisão, quando ela é apenas uma meia verdade é pior do que a inverdade; está cheio de meias verdades o que V. Ex^a leu. Eu fiz um esforço junto a duas jornalistas pelo menos, a Sr^a. Mônica, do SBT, pessoa de minha relação pessoal, Denise Madueno, também conheço bem, para provar que não tinha havido recuo. Agora, sabe V. Ex^a o que aconteceu? Mônica me disse o seguinte: "Bom, mas o Senhor diz-me que os nomes dos governadores não foram levados à consideração nessa reunião, porque faltou informação definitiva, especialmente da Subcomissão de Bancos. E a Subcomissão de Bancos me disse que é o contrário, tinha dado tudo."

Então, veja V. Ex^a o que se passa. Que respondi eu a ela? Bom, você não está mentindo, então um mentiroso será de nós dois ou eu ou quem lhe disse isso pela Subcomissão de Bancos, porque eu saí era meio-dia e dez minutos da nossa reunião e a informação era que, naquele momento, ainda faltava informação definitiva sobre o caso de um governador. E a Mesa decidiu que só traria os 3 de uma vez.

O equívoco anterior, Senador Mário Covas, foi causado também por interpretação da própria imprensa. Nós saímos da reunião decidindo que todos os convocados, de acordo com a reunião da coordenação, deveriam ser objeto de depoimento, guardadas as diferenças que há, de acordo com o art. 221 do Código de Processo Penal. Imediatamente isso se transformou na televisão e nos jornais como já sendo convocados. V. Ex^a pode imaginar, no dia seguinte, de manhã, nós encontramos, aqui, a rebelião dos anjos. Deputados, estão presentes, aqui, alguns deles, indignados, dizendo que nós estávamos inventando um novo Colégio de Líderes, que decidia as questões sem que a Comissão saber de nada. Ora, eu dizia, a todo momento: o Plenário é definitivo, é soberano, o Plenário é que decide sobre quebra de sigilo, sobre convocação, sobre tudo. Nós, membros da Mesa, somos executantes da decisão do Plenário. Não consegui convencer, Senador Mário Covas. Ainda há momentos, eu conversava com a jornalista Denise e parece, também, que não convenci. Acabou. Para todos os efeitos, eles estão certos, dizendo que nós recuamos. E não houve recuo, de nenhuma natureza. De nenhuma natureza. Agora, se alguém, da Subcomissão de Bancos declarou aos jornalistas que nós, da Mesa, já dispúnhamos dos dados e resolvemos não apresentar os nomes dos governadores, então, essa pessoa está faltando com a verdade,

de uma maneira lastimável. Lastimável, porque a imprensa não vai inventar. Está cheia de equívocos, por exemplo, a referência ao Senador Garibaldi, é apenas meia-verdade. O Senador Garibaldi realmente me telefonou, mas não falando sobre o Lobão. Telefonou, preocupado com o que ele viu, que havia uma articulação, ele percebia uma articulação, S. Ex^a está presente aqui, poderá me corrigir, se minha memória falhar, que colocava em dúvida se a nossa proposição lá, da Coordenação, teria êxito ou seria derrotada aqui, no Plenário. Isso me obrigou a fazer um trabalho imediato com a Mesa, procurei alguns companheiros, obtive a garantia de que fomos nos bater, mas fomos nos bater em condições de vitória. E a surpresa, Senador Mário Covas, é que aqui foi, por unanimidade, aprovado, o critério. Mas quando chegou o caso, aí, apareceu o primeiro, ao qual V. Ex^a se refere. É o Deputado Ubiratan. Foi relida a matéria, foi verificada pelo Relator, Dr. Roberto que, de fato, ele não constava da matéria da *Veja*. Foi lido o depoimento desse economista José Carlos, e foi verificado, que ele dizia. Houve a pergunta sobre o Ubiratan e ele disse: "Não tenho certeza". Então, nós, aqui, decidimos, também, por unanimidade, retirá-lo, porque aí não haveria o argumento que utilizamos de uma indicação, pelo menos, uma única que seja, singular, mas mantida. E, nesse caso, nós ouviremos todos.

Começou o problema dos cargos: quando apareceu o Deputado Roberto Jefferson, imediatamente, o Senador Cid Sabóia levantou uma tese de que ele aparecia no depoimento, mas era, claramente, uma questão de represália que ele tinha sofrido, porque tinha interpelado o economista. Eu ainda respondi a ele: eu não posso julgar a intenção dos homens. Então, nós o mantivemos. Se não me enganar, no caso dele, com o voto contra, e parece que com uma abstenção.

O caso mais sério foi, seguramente, para uma certa surpresa minha, o caso do Senador Alexandre Costa. Quando foi apresentado o nome dele, estava dentro do critério, nós adotamos, dentro do critério, levantou-se, primeiro, o próprio Senador Cid Sabóia de Carvalho, para defender a retirada do nome dele, porque não se conformava que o critério se aplicasse a ele. Seguiram-se sete votos, ou seis, e ele, sete. Depois de uma intervenção minha, dois retiraram os votos. Na verdade, o resultado final foi treze a cinco. Treze a cinco. Em nenhum momento nós corremos risco real de ser derrotados aqui, apenas porque o grupo que se aproximou do Senador Alexandre Costa decidiu pedir que ele fosse retirado, por julgar que não havia condições para julgá-lo. Senador Mário Covas, acho que V. Ex^a não estava presente, quando disse aqui que: não dou direito a nenhum desses de ser mais amigo do que eu sou, do Senador Alexandre Costa. Vou até numa agressão, disse até que eu ia fazer uma agressão: os que estão defendendo a retirada do nome dele, estão trabalhando contra ele, porque, na medida em que um critério se faz e, dentro deste critério nítido, se tira a figura do

Senador Alexandre, isso é mau, porque pode dar a impressão de que estão com receio de que o Senador possa, no momento de depor, comprometer-se. E isso é mau. Agora, a palavra de V. Ex^a é perfeita. Eu não sei se há grupos de choque, se eles existem, se há grupos de choque de qualquer natureza. Eu sei que há, em determinados momentos, travei até um debate com o Senador Cid, quando eu disse que era uma questão de amizade, e ele disse que não, que estava votando segundo sua consciência. O Plenário é livre para fazê-lo. Cada caso tem que ser analisado. O caso dos Governadores, por exemplo, eu repito, e tenho a certeza de receber a confirmação de todos os membros da Comissão que se encontravam na Comissão de Coordenação, que o assunto foi retirado, ficou para depois exatamente por essa razão, ou seja, precisávamos completar determinados dados que poderiam ser completados naquele dia, mas não daria mais tempo para chegarmos aqui, porque tínhamos em seguida a oitiva do Deputado Carlos Benevides.

Esse jogo da imprensa às vezes é tão desastroso que ontem, à noite, eu não pude conter-me quando o Senador Elcio Alvares me disse o seguinte: Acabei de ouvir a SBT dizer - é o contrário - que nós decidimos ouvir todos com medo do livro do Senador Bisol. A imprensa interpreta os fatos como quer. Eu não tenho o direito naturalmente de opor-me àquela interpretação. Ela pode interpretar como quiser. Isso não é correto. V. Ex^a falou em determinado articulista da *Folha de S. Paulo* e eu nem o leio, Senador Mário Covas, porque, em relação a mim, por exemplo, esse homem só me ataca de cima abaixo, o tempo todo. Então, trata-se de uma pessoa cujos artigos não lei porque percebo que não tem a menor isenção para julgar. Estou de acordo com V. Ex^a e com todas as palavras de que se utilizou. Rejubilou-me com V. Ex^a pelo fato de ter pedido a palavra agora para tratar exatamente dessa matéria. Somos homens conscientes e cada um vota de acordo com a sua consciência. Não acredito que existam pressões aqui. Como V. Ex^a disse muito bem, não acredito que haja puros e impuros, que haja aqueles que queiram apurar os fatos e aqueles que não queiram. Há divergências, divergências quanto ao modo de fazer, quanto ao modo de operar; divergências, por exemplo, de saídas, ou seja, entre pedir novas prorrogações ou não. E nós conseguimos uma unidade. Saímos da reunião com uma unidade e jogamos o nosso destino aqui e essa unidade foi aprovada por unanimidade. Quanto às interpretações, cada um interpreta como quer. Eu seria até repetitivo, mas em relação aos membros da imprensa eu tenho quase certeza de que as notícias que saem de Brasília são muito próximas da verdade. As notícias que são esquentadas nas áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo são outras. Cada um se admite o direito de fazê-la.

Eu repetiria, para concluir, nobre Senador Mário Covas, que eu ainda dou um desconto, pelo menos uma margem de equívoco àqueles que nos ouvem, sobretudo aos jornalistas. É aquele livro de Jorge Bernanos, *Diário de um Pároco de Aldeia*. Há um momento em que o padre praticamente impreca contra Deus e diz o seguinte: "Oh, meu Deus, por que só me destes a palavra, este frágil instrumento para expressar o meu pensamento?" Às vezes, esse frágil instrumento leva a esses verdadeiros despautérios.

O SR. NEY MARANHÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Espero que sejamos breves porque ainda tenho, pela ordem, o Senador Suplicy, e uma comunicação a fazer em nome do Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, eu fui citado nesse episódio. Em primeiro lugar, eu concordo em número e grau com o que V. Exª acaba de mostrar à Comissão. O Senador Mário Covas, por outro lado, homem que todo mundo respeita pela seriedade com que defende o seu mandato e a forma como conduz a sua vida pública, levantou uma questão que precisava ser... numa hora em que a Comissão está trabalhando com afinco para esclarecer esses fatos, pois o Brasil inteiro está acompanhado passo a passo o trabalho do Relator, do Presidente, enfim, dos membros de toda a Comissão. Quanto à imprensa, Sr. Presidente, não sei se estou errado, mas tenho uma admiração muito grande pelo filósofo francês Rousseau, que, se não engano, quando ninguém falava dele, escrevia um artigo, apócrifo, e o publicava nos principais jornais da França. Os inimigos o atacavam, o amigos o defendiam e ele estava sempre na crista dos acontecimentos. É o que está acontecendo hoje na imprensa. V. Exª veja o caso aonde o Deputado José Genofino, aqui inquirido o nobre Senador Ronaldo Aragão, que é o problema do Orçamento. Quando cheguei aqui disse a V. Exª que a imprensa toda falou que a Liderança do PDC, se não me engano, não tinha indicado os membros do Senado, e eu fui ver na minha documentação - eu sou muito organizado nesse negócio, comigo é prego batido, ponta virada - fui ver e três dias depois que o Presidente do Congresso encaminhou ao meu gabinete eu indiquei um membro para aquela comissão. Veja V. Exª que a imprensa deu um destaque completamente diferente, chamando a atenção das nossas lideranças.

Quanto ao problema da imprensa falar em "tropa de choque", digo e repito, fui, sou e não me arrependo um minuto de ter sido chefe da "tropa de choque" do Presidente Collor. Mas ser chefe da "tropa de choque" do Presidente Sarney... No Nordeste tem um adágio que diz "Confunda, mas não misture". (Risos) Não existe isso comigo. Confunda mas não misture, eu voto de acordo com minha consciência, pode o Maracanã todinho estar dizendo "está errado", se eu achar que estou certo me crucifique, me enforque, mas eu voto. Sou enterrado de pé, mas é minha consciência e de maneira nenhuma aceito patrulhamento de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO - Votei no caso do Senador Alexandre Costa com a minha consciência e, repito, votaria dez vezes. Isto não significa, de maneira nenhuma, que não reconheço que esta Comissão, todos, indistintamente, estão aqui porque merecem a confiança, e estão de acordo com sua consciência para apurar os fatos, sem defender quem quer que seja.

Porque eu quero dizer nesta hora, aqui, que estive num programa do Ferreira Netto e ganhei o debate. Estavam lá a Deputada Irma Passoni, o ex-Secretário de Saúde do Orestes Quércia, Gastone Righi e outros. Ele nos bota em hotel cinco estrelas, bonitinho, mas não sabíamos com quem debateríamos e qual o assunto: caiu pena de morte. Todos eram contra, eu fiquei a favor. No final, eu disse para o público de São Paulo: - No meu Nordeste, crime hediondo, que o sujeito chega, entra na casa da pessoa, mete o revólver, estupra sua mulher e suas filhas, comigo é o seguinte "Os bons Deus leva e os ruins a gente manda". (Risos) E dentro desta linha, quando abriu os telefones, 26 telefonemas, estão aqui os que me ouvem, havia 16 a meu favor. O que eu sinto eu que digo.

Então, Senador Mário Covas, está me ouvindo aqui, tenho grande admiração por V. Exª, e mais ainda, nós temos um diploma igual, que honramos e temos orgulho, que é o diploma de termos sido cassados na mesma data.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vai sobrar para mim...

O SR. NEY MARANHÃO - Senador, congratulo-me com V. Exª neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO - ...o que o Senador Mário Covas levantou aqui foi muito importante, porque dá uma conotação que aqui não estamos de maneira nenhuma escondendo nada.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª me dá um aparte? Eu não sei se me coloquei corretamente. Não estou reclamando da imprensa, em quem reconheço os mesmos defeitos de qualquer outra instituição. A imprensa não é melhor do que qualquer outra instituição. Mas não estou reclamando dela, ela nem esteve presente nas reuniões. O que ela colocou, ela recebeu informação de um de nós.

O SR. NEY MARANHÃO - Afé que a porca torce o rabo, Senador, porque precisamos saber se foi membro da Comissão ou das pessoas que têm acesso a algumas informações. Pode até ter sido algum deputado ou senador que tem amizade, uma pessoa em quem confia, e essa pessoa às vezes não pode ter o esparadrapo na boca para dizer certas coisas e abriu o bico.

Foi muito boa essa sua intervenção, Senador Mário Covas, mas, no final, Senador Jarbas Passarinho, todos se salvaram. Ou seja, todos têm, aqui, a consciência de que estão trabalhando pelo País. E que a Nação toda está assistindo passo a passo, qualquer posição dos nossos Membros dessa CPI. E no final, no meu entender, temos que terminar logo.

E isso V. Ex^a fez, e que essa Comissão aprovou, tínhamos que fazer ontem e até o dia 11 terminarmos essas inquirições e o nobre Relator dá ciência à Nação, as penalidades daqueles e inocentar os que não têm nada com isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Aloizio Mercadante. E, em seguida, passaremos a outra parte dos nossos trabalhos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não é meu feito, nas reuniões da CPI discutir esse tipo de questão, mesmo porque já tive a ingrata situação de, por exemplo, ler na primeira página do **O Estado**, que numa sessão secreta da CPI, eu tinha sido vaiado pelo Plenário da CPI, fato que nunca ocorreu. Primeira página do **O ESTADÃO**.

E hoje mesmo, o **Jornal de Brasília**, já dizia pela boca do Vice-Presidente da CPI, que o argumento que eu e o Senador Bisol teríamos colocado para prorrogar o prazo da CPI, era um argumento de mau caráter.

Evidente que eu tinha certeza que o Vice-Presidente jamais diria uma coisa desse tipo. Não é do meu feito, nem do meu caráter, nem de suas atitudes, e ele mesmo pela manhã disse que isso não procedia.

Creio que a questão da prorrogação não está superada. Na minha avaliação. A imprensa toda deu como uma questão superada. Até por uma questão muito simples: marcamos depoimentos para a semana que vem. No entanto, toda a lista dos nomes envolvidos com o caso da Odebrecht, inclusive início da reunião, - aquela reunião tensa, que começamos na coordenação da CPI - a proposta era a de retirarmos esses nomes da proposta final, porque não teríamos tempo de investigá-los. E foi aí que começou toda a discussão.

Por quê? Porque a documentação bancária e patrimonial não chegou à CPI. E é verdade, não chegou o nome da Odebrecht.

Marcamos os depoimentos sem que essas informações tenham chegado até o momento. Nós estamos acreditando que, até o início da semana que vem, será possível processar essas informações.

E evidente que se as informações não chegarem, seremos obrigados a adiar os depoimentos, porque eles não poderão ser feitos sem informação bancária e patrimonial.

Em relação aos Governadores, as informações bancárias já estão disponíveis. Já foram processadas, existem diligências sendo feitas, para complementar as informações que possam, sobretudo, identificar alguns créditos. Basicamente em relação a um Governador, porque os outros a movimentação bancária já está praticamente resolvida, e não é vultosa, não tem motivos para maiores apurações.

E, com certeza, temos condições de aprontar isso o mais rápido possível, com a certeza que teremos essa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até segunda-feira pode?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - As informações bancárias elas nunca serão conclusivas.

Hoje mesmo, por exemplo, com o Senador Ronaldo Aragão, a origem dos créditos não está... E todos os que depuseram, não temos ainda a origem dos créditos.

É uma investigação complementar que temos feito, e que acho não pode impedir o depoimento. Acho que é absolutamente compatível como fizemos com todos até agora. Com exceção do Deputado Ibsen Pinheiro, que houve uma auditoria específica e mais algum caso, a maioria não tivemos essas informações.

Quer dizer a palavra do depoente é importante, e vai ser confrontada com as diligências futuras.

A minha preocupação maior é que temos 29 depoimentos para realizar, num prazo muito curto, e o prazo de término da CPI, do dia 17, espero que seja possível realizar todo esse trabalho ao longo dessas duas semanas, para que não se tenha que prorrogar.

Mas, creio que essa discussão não foi feita, não foi superada, e foi suspensa no debate de ontem.

Para concluir, Sr. Presidente, não há resistência por parte da Mesa, não sinto resistência por parte do Senador Mário Covas, mas, ontem fui abordado por vários Parlamentares, alguns inclusive na frente do Relator, dizendo que se fosse para fazer diligências com Governador que era bom que eu fosse, porque assim já era preso na recepção do Estado, pela Polícia Militar. E outras provocações do tipo, e senti por parte de alguns Parlamentares ontem, uma indisposição muito grande em relação à convocação dos Governadores.

Inclusive alguns se sentiram satisfeitos, por ter sido dito que havia uma tropa de choque, etc e tal, que eu estava aqui para fazer isso mesmo. E não se sentiram, absolutamente, agredidos por nenhuma dessas matérias.

Evidentemente que não é o Plenário.

Eu acho que a melhor forma de superar esses acontecimentos são reuniões públicas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Se nós fizéssemos as reuniões públicas, com participação da imprensa, a imprensa poderia acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, mas reunião de coordenação pública não teria cabimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...todo o debate, os pronunciamentos e as intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Ex^a me permite pegar a deixa, a melhor forma é aquilo que nós vamos fazer. Nós vamos demonstrar que...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Para concluir, gostaria de dizer o seguinte: ontem mesmo, eu sinto que essa questão da convocação, o princípio geral que nós aprovamos, de que todos os que estão indiciados, indicados, ou no depoimento de José Carlos Alves dos Santos, ou no caso da documentação complementar, que tiveram o sigilo bancário e fiscal quebrado - o Deputado Ubiratan Aguiar não está na lista, porque não teve o sigilo bancário e fiscal quebrado, foi uma informação incorreta que tinha sido encaminhada, inclusive para o Relator já há vinte dias; por isso, não está na lista, e só por isso - todos seriam ouvidos, e isso se estende aos Governadores, evidentemente. Todos que tinham mandatos seriam colocados. A forma...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Também contribui o fato da resposta do José Carlos ser.... Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Exª me permite uma observação? Eu diria que o Ubiratan Aguiar não foi retirado, ele nunca entrou na lista.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ele nunca entrou na lista. Foi um equívoco de informação da Secretaria, porque, na realidade, não foi encaminhado nenhum requerimento, não houve nenhum indício veemente que solicitasse a quebra do sigilo bancário e fiscal. Por isso, eu tenho certeza de que poderemos, ao longo da semana que vem, concluir o trabalho das oitivas. Tenho certeza de que a CPI autorizará a que os Governadores sejam convocados a prestar depoimentos. A minha preocupação maior é a documentação que ainda não chegou, e o volume que chegou ontem é monstruoso para ser processado no prazo das próximas horas, para todos os envolvidos na lista da Odebrecht.

Então, o problema da prorrogação não é uma questão fechada. Eu acho que ela tem que estar em aberto. Nós só não poderemos encerrar a CPI, se nós não concluirmos a investigação de todos que estão citados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Exª meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, meio eu não dou; dou três.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Um minuto. É pra dar uma explicação ao meu amigo Ney Maranhão, porque nós divergimos, mas temos uma boa relação.

Sobre a questão do PRN, do PDC, no Senado, eu não divulguei. O que acontece é que tem um ofício, do dia 13 de maio, que foi enviado ao Presidente do Congresso Nacional, e, nesse ofício, que eu peguei no Arquivo e tenho a cópia aqui, diz que "conforme o art. 33, considerando que a Liderança do PMDB, na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ah! na Câmara.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Espere, Sr. Presidente: "...a Liderança do PMDB, na Câmara, e do PDC e do PRN, no Senado..." - eu apenas peguei a cópia do requerimento. Portanto, eu não disse que eles tinham indicado. O que eu disse é que o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ...de 13 de maio registrava esse fato. Era essa a explicação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bom, eu fiz a apuração pessoal, Deputado Genoíno, fiz o rastreamento cronológico desse fato e posso lhe garantir que, no Senado, só não respondeu de imediato o PDC.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Tá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bom, e o PFL. O PDC não chegou, segundo a minha apuração, jamais a indicar. Mas o PFL indicou em março...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi o único atraso, se atraso se pode considerar, o do PFL, no Senado. Já na Câmara, o atraso foi de tal ordem que o PFL foi o último a indicar, no dia 14 de maio. O PRN, no Senado, absolutamente, não merece essa citação do requerimento que V. Exª está lendo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E considerando que esse requerimento solicitava ao Presidente do Congresso que tinha poderes para nomear à revelia, não há nenhuma adjetivação aos partidos, apenas uma solicitação formal do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É outro assunto que vai dar interpretação: se caberia ao Presidente do Congresso, pelo Regimento Comum, ou se caberia ao Presidente da Câmara. Porque o Regimento Comum diz assim:

"Quando não há indicação dos Líderes, o Presidente - que, no caso, é do Congresso - fará essa indicação".

Mas já tinha havido, o Senado já tinha indicado. E o Presidente da Câmara tinha pedido indicações pelos Líderes, na Câmara. Justamente, eu acho que agora o Presidente do Congresso intervir aí, seria até uma violência, uma exorbitância, quando o Presidente da Câmara poderia chamar à ordem os Líderes que não informaram.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Neste caso, Sr. Presidente, com todo o respeito, eu tenho uma divergência com V. Exª, porque nós tivemos, inclusive, um episódio na Casa, em 90, quando o Presidente do Congresso Nacional, o Senador Nelson Carneiro, considerando, inclusive, que todos os partidos, inclusive na Câmara e no Senado, não indicavam os membros da Comissão Mista de Orçamento, ele, numa penada só, indicou todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas aí não há divergência, meu caro Deputado. Aí não é questão de divergência. Aí é quando não indicaram...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nenhum indicou. Aí, sim, cabe ao Presidente do Congresso.

Agora, quando já houve indicações no Senado, e pedidos de indicações na Câmara, que não estão sendo respondidos, eu acho que, francamente, o Presidente da Câmara poderia chamar à ordem os atrasados.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Bem, mas nesse caso, Sr. Presidente, considerando que o requerimento é de um Deputado ao Presidente do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ...caberia ao Presidente do Congresso Nacional responder a esse Deputado que ele solicitasse, nos termos do art. 33, do Regimento Interno, ao Presidente da Câmara, e não foi ...

SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso que eu digo que a questão seria apenas controvertida, não é?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está certo.

E foi por isso, Senador Ney Maranhão, que está nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

Senador Suplicy com a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ver se hoje somos nós que atrasaremos o nosso almoço.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sem dúvida, seria importante para esta CPI ouvir a palavra do Sr. Pedro Parente, tão citado nas diversas arguições, em função daquele acordo.

Existe a possibilidade, neste instante, de se falar com ele por telefone. Ele já está na linha neste instante, falando com o Deputado Sigmaringa Seixas, que nós tentamos, até, já lá no gabinete do Senador Bisol.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir, de verificar se a Presidência autoriza que uma comissão de membros da CPI dialogue e seja gravado o depoimento do Sr. Pedro Parente sobre aquela reunião ou acordo com o Executivo.

Isso pode ser feito agora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu sou favorável, concordo com a providência de uma audiência para um grupo de Deputados, agora, seria contrário a uma audiência de plenário, em face de outras prioridades existentes.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Não, exatamente. É porque ele já está respondendo ao chamado e isso pode ser feito.

Eu convidaria, inclusive, o Deputado Roberto Magalhães, se puder, para daqui a instantes, na hora em que terminar, participar do diálogo e com o gravador, que já está pronto, com o assentimento, obviamente, dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso que eu ia falar com V. Ex^a.

Devido a uma frustração pessoal que V. Ex^a teve com o gravador, quero saber se esse gravador vai funcionar.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Não, já testei e coloquei o volume no máximo, porque da outra vez estava no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Risos)

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Então, autorizado isso, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está autorizado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - ...passo a uma outra questão importante.

Eu não sei o que V. Ex^a vais comunicar a respeito do Deputado Ricardo

Fiúza...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É, ele me pediu.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Eu li, ontem, na imprensa, que na visita que ele faria à Comissão de Emendas, da qual faço parte, ele teria pedido que eu não fizesse parte.

Eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não, não. Não, isso ele não veio a mim e nem direito disso. De modo algum.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Certo. ..

Acho que... mas, como surgiu na imprensa, eu quero deixar muito claro que não acharia adequado isso, mas o Deputado Roberto Magalhães teve a gentileza de, tendo eu levantado a questão do empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, encaminhar uma análise preliminar que a direção da Caixa Econômica havia feito, bem como o relatório da Comissão de Sindicância da Caixa sobre essa operação.

Eu fiz uma análise sobre isso e encaminhei ao Deputado Roberto Magalhães, mas gostaria de trazer a seguinte questão, Sr. Presidente: há poucos dias, a Rede Globo e alguns... pelo menos a Rede Globo, a imprensa, informou que a Mesa, o Relator havia feito uma consulta à Procuradoria ou ao Procurador sobre a questão, em que medida empréstimos eventualmente tomados por Parlamentares junto ao Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, ao BANESPA ou o que fosse, que porventura tivessem cláusulas não universais, deveriam ser ou não objeto dessa CPI.

E o Procurador teria dado a informação de que se não fosse...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão, Senador. A consulta não era exatamente assim.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A consulta era baseada na defesa feita pelo Deputado Derzi.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ele alegou que aqueles contratos do Banco do Brasil primeiro eram contratos que diziam respeito à pessoa física e não ao Deputado. Isso nós não aceitamos, porque é evidente que não é possível partir em dois uma pessoa e dizer: "Bom, metade é agricultor e metade é Parlamentar e político".

E o outro argumento dele foi o de que, não havendo verba orçamentária, não cairia na competência da CPI.

Então, foi sobre esse...

V. Ex^a não recebeu esse parecer?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu... o do... eu recebi, através de V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, não, o parecer do Procurador da República.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não, não, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tem?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Por isso eu falei de forma imprecisa e com base na notícia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É porque é oficioso, não é? É porque o parecer é apenas oficioso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É, mas...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Ah, sim. Mas eu não conhecia.

Eu comentei a notícia que eu ouvi, que soube que saiu na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas até, então, seria a oportunidade de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos concluir, se possível?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas, na análise cuidadosa que fiz e entreguei ao Deputado Roberto Magalhães, em primeiro lugar... e levando em conta a resposta do diretor comercial da Caixa, José Lindoso de Albuquerque Filho, bem como a sindicância feita pela Caixa Econômica, está claro que o Sr. José Lindoso de Albuquerque Filho, diretor da Caixa, respondeu de forma rapidíssima, no mesmo dia, as sete perguntas a ele encaminhadas pelo Deputado Ricardo Fiúza, onde havia informações graves.

Trata-se, Sr. Presidente, na verdade, de 11 operações de crédito que estão resumidas neste quadro e, principalmente, eu gostaria de ressaltar que essa operação envolveu, sim, recursos orçamentários.

Vou citar um trecho do depoimento do Superintendente da agência da Caixa Econômica Federal que, num determinado momento, disse:

"Assumindo o comando das negociações, a DIROP chegou a se fazer presente ao gabinete do Superintendente, na pessoa do seu Diretor, Celso R. Camargo, e Chefe do DEAP, Marcos M. que, em reunião na manhã do dia 09/12/91, com a presença de representantes da devedora, foi deliberado pelo Diretor a liquidação da pendência através de duas operações de Caixa Econômica Federal - Giro, metade com recurso da Caixa, metade com recurso do PIS".

Ora, Sr. Presidente, o então Gerente de Operações da SUREG esclareceu, definitivamente, que foram utilizados recursos orçamentários, parcela do PIS recolhida pela Secretaria do Tesouro da União e repassada à Caixa Econômica Federal para aplicação em programas sociais. Trata-se de operação realizada com recursos orçamentários, ainda que parcialmente, a juros subsidiados, pois os débitos foram, única e exclusivamente, atualizados pela TR.

O conjunto de operações realizadas com a empresa da família do Sr. Ricardo Fiúza representa a maior inadimplência ocorrida na história da Superintendência da Caixa Econômica Federal de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador, V. Ex^a me permite?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esta não é bem a a matéria para discutirmos nesta reunião. Isso deve ser encaminhado ao Relator, que está tratando da matéria.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Já o foi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, o próprio Deputado Ricardo Fiúza, que estava ouvindo V. Ex^a ao fazer a inquirição do nobre Senador Ronaldo Aragão, passou um fax para nós em que ele discorda completamente da interpretação de V. Ex^a de que ele poderia modificar o Orçamento, após votado no plenário, que isso não teria sido interpretação dele e que jamais declarou isso e jamais inseriu qualquer emenda, após votada a Redação Final. Então, eu apenas leio para constar dos autos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h05min.)

Depoimento do Sr. Deputado Uldurico Pinto

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Está aberta a presente reunião de diligência.

Nobre Deputado Uldurico Pinto, V. Ex.^a tem conhecimento de que houve uma decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido de que todas as pessoas que foram ou mencionadas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos no seu depoimento inicial, ou as pessoas ao lado de cujo nome ou iniciais constavam percentuais nos documentos da ODEBRECHT seriam ouvidas pela Comissão, podendo sê-lo em plenário e podendo haver diligência prévia como esta que estamos realizando aqui.

A Presidência designou o Senador Pedro Teixeira e os Deputados Zaire Rezende e Sérgio Miranda para, sob a minha coordenação, tomarmos essas informações de V. Ex.^a. Não vamos aqui prestar compromisso porque estamos cumprindo uma diligência, para depois informarmos à Comissão. V. Ex.^a terá aqui oportunidade de dar explicações a respeito das denúncias feitas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Antes de passar a palavra aos três Parlamentares que participam desta diligência, deixo-a a sua disposição para, se desejar, fazer algumas afirmações iniciais.

O SR. ULDURICO PINTO - Meu caro Presidente desta reunião, Deputado Odacir Klein, meus colegas Parlamentares aqui presentes, é muito bom ter essa oportunidade de dar colaboração, poder prestar esclarecimento e dar satisfação ao Parlamento e ao País das afirmações feitas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, há algum tempo, sobre o escândalo no Orçamento.

Serei extremamente breve. O Sr. José Carlos Alves dos Santos colocou-me na lista das pessoas que sabiam. Lendo as notas taquigráficas, a que tive acesso, notei que ele separou os parlamentares que eram do esquema, os que recebiam propina e os que só sabiam. Meu nome estava na lista dos parlamentares que só sabiam. Depois disso, nossa vida foi bem atribulada. Para se ter idéia, meu pai, que faleceu há 20 anos, teve seu nome vasculhado em cartório; até minha filha de nove meses. Foi uma série de equívocos, obviamente feitos com a melhor das intenções, mas, de qualquer forma, atingem a nossa vida. Fiz um requerimento ao Senador Jarbas Passarinho solicitando que, o quanto antes possível, ouvisse o nosso depoimento, pois tinha certeza de que poderia dar uma colaboração maior.

A respeito da afirmação do Sr. José Carlos Alves dos Santos de que eu sabia, posso dizer que na época da Comissão do Orçamento fiz denúncias, que constam das notas taquigráficas e saíram na imprensa. Especificamente no dia 8 de dezembro, fiz denúncia gravíssima sobre a Comissão do Orçamento. Todos sabiam de nossas posições e fomos altamente discriminados pela Comissão.

Nessas breves palavras, eu queria dizer que o que sabia todo mundo sabia, mas não pude aprofundar-me nas denúncias, na época, por falta de provas, que hoje a Comissão Parlamentar de Inquérito está procurando tenazmente esclarecer e o País quer saber. Estou à disposição para dar contribuição e para dar satisfação ao Parlamento e ao meu País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não vamos ter aqui limitação de tempo para fazer interpelações, já que temos apenas três Parlamentares designados para diligência. Cada um usará o tempo que entender necessário para os esclarecimentos.

Está pedindo a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, antes de começarmos as perguntas de fato, eu solicitaria ao Sr. depoente que fizesse um breve histórico da sua atividade parlamentar, enfim, desse-nos um esboço do seu perfil.

O SR. ULDURICO PINTO - Sou médico, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais: nossa região fica no extremo sul da Bahia, fronteira com o Espírito Santo e na época só havia estradas para Minas. Depois, eu ia trabalhar na África. Aqui, em Brasília, procurei entrar em contato com a embaixada de um país africano para fazer um trabalho de saúde pública na África. Chegando aqui, fiz esse tipo de contato com pessoa de um Município muito pobre, uma cidade de Goiás, penúltima cidade em renda do Estado; fui trabalhar nessa cidade como médico na área de saúde pública. Passei num concurso para ir a Israel, fiz trabalho de saúde pública com comunidades carentes e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O SR. ZAIRE REZENDE - Qual cidade?

O SR. ULDURICO PINTO - Na cidade de Almas, Goiás. Na época, era Goiás.

Então, trabalhamos nesse Estado muito tempo como médico. Depois voltei para a Bahia, trabalhando como médico. Depois me candidatei a Deputado Federal. Esse é meu segundo mandato como Deputado Federal do Partido Socialista Brasileiro. Desde quando em Minas Gerais, em movimento estudantil, desde quando no sertão de Goiás, sempre Sindicato dos Trabalhadores Rurais nas regiões por onde passei, onde militei politicamente. Pela Bahia é o segundo mandato que estou exercendo: no primeiro fui eleito pelo PMDB e no segundo pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não fizemos inscrição dos Parlamentares. O que desejar iniciar a interpelação terá a palavra.

Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado.

Nobre Deputado Uldurico Alves Pinto, manuseando a sua movimentação bancária, surgiram algumas perguntas. Julgamos importante que elas sejam feitas para oferecer exatamente a V. Ex^a a oportunidade de esclarecê-las.

Observamos, por exemplo, em 1991 que, além dos depósitos relativos a proventos, existem depósitos feitos, por exemplo, em 17 de maio de 1991 de 5 mil, 451 dólares; em 15 de agosto de 12 mil, 799 dólares; em 6 de setembro de 4 mil, 173 dólares; em 11 de outubro de 3 mil, 530 dólares; em 1º de novembro de 11 mil, 528 dólares; em 6 de novembro de 7 mil, 386 dólares; em 28 de novembro de 1991, de 3 mil, 635 dólares, que perfazem, mais ou menos, cerca de 45 mil dólares. Computando, fizemos uma avaliação, nos dois anos de maior movimentação, em termos de crédito de V. Ex^a. No ano de 1992, verificamos também, além dos depósitos em proventos, 4 mil, 254 dólares, no dia 28 de abril e assim seguidamente - 28 de maio, 26 de março, 5 de junho, 6 de julho, 24 de julho, 7 de agosto, 16 de setembro, 24 de setembro, 20 de outubro e 8 de outubro -, que perfazem em torno de 45 mil dólares, também.

Já tivemos a informação de que V. Ex^a teve acesso a esse tipo de informação. Então, trazemos essa pergunta a V. Ex^a.

O SR. ULDURICO PINTO - A imprensa notificou, justamente o **Jornal do Brasil**, que o montante da movimentação bancária nossa foi de cinco anos.

Como saiu na imprensa, procurei, fui à Comissão e me queixei. Falei: olha, na Subcomissão, o que saiu... Eu tenho o direito... É pública, o que o País já sabe. Eu tenho o direito também de saber que dados são esses. Olhei os dados lá. Não é aquele valor, é muito menos do que aquele valor. Há um equívoco muito grande nisso aí... É um assunto de segurança. Peguei um contador e olhei uns poucos depósitos, pouca movimentação que tenho fora dos proventos, não é? O valor é bem menor do que isso que está colocado.

E mais ainda, posso dizer com absoluta segurança que esses depósitos praticamente... A minha vida, meus vencimentos aqui no Congresso, na Câmara dos Deputados, que esse recurso é o mesmo. Se observar, direitinho - consegui no banco o recurso -, o recurso que entrou, saiu. Quer dizer, primeiro não é esse volume; é bem menos do que isso que colocaram no **Jornal do Brasil** e bem menos do que a Comissão... Eu tive acesso lá.

Segundo, concretamente, nenhum desses recursos esteve no banco no mesmo dia. Esses eram recursos que eu tirava e colocava no banco. Então, nenhum deles esteve simultaneamente - pode checar à vontade, tive oportunidade de ir a um contador e isso, a qualquer momento, posso trazer à Comissão. Em nenhum momento, esse recurso esteve simultaneamente. Esses recursos, a rigor, eram os meus vencimentos de Parlamentar. Posso afirmar com absoluta segurança.

O SR. ZAIRE REZENDE - Temos aqui, ainda a esse respeito, um quadro comparativo feito entre a remuneração Parlamentar *versus* créditos bancários. Nesses cinco anos, a remuneração seria pela...

O SR. ULDURICO PINTO - É isso que saiu no jornal e é esse que...

O SR. ZAIRE REZENDE - Quatrocentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e nove e os créditos 671 mil, 197. É esse valor que...

O SR. ULDURICO PINTO - É isso que estou falando: que esse recurso, primeiro, não é seiscentos e pouco. É bem menos do que isso. Segundo, é o mesmo recurso. O recurso no banco... nenhum deles está no mesmo banco simultaneamente.

Tenho conta na Caixa e no Banco do Brasil. São duas contas que eu tenho e todas as duas são aqui no Congresso. Uma na Câmara dos Deputados e a outra... Todas as duas aqui no Congresso. Uma na Caixa... Eu tiro dinheiro de um banco para outro, tiro o dinheiro e coloco, mas os volumes, os recursos são os mesmos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Ainda volto a insistir, Sr. Deputado. Temos aqui a movimentação do Banco do Brasil, onde existem realmente depósitos sistema *on line* e, ao lado, proventos. Então...

O SR. ULDURICO PINTO - Exatamente, a mesma coisa. Tiro o recurso e depois o coloco no banco. Não existe nenhum deles simultaneamente. Se analisar, o saldo meu é quase sempre devedor. Tiro e coloco, não tem nenhum... Pode analisar à vontade, não há nenhum depósito, em dinheiro ou cheque, de quem quer que seja, de nenhuma empresa, nem de ninguém que possa macular.

A maioria dos depósitos é feita por mim mesmo, poucos, de volume pequeno, em termos gerais, muito próximos dos meus próprios vencimentos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nobre depoente, Deputado Uldurico Alves Pinto, por que acha V. Ex^a que o Sr. José Carlos tenha incluído ou citado o nome de V. Ex^a, mesmo que não sendo que sabia. Sabia o quê? Por que V. Ex^a acha que ele o incluiu? A que V. Ex^a atribui este fato?

O SR. ULDURICO PINTO - Senador, sempre faço essa pergunta a mim mesmo. Analisei algumas alternativas. A primeira alternativa seria porque denunciarei a Comissão. Isso saiu na imprensa. No dia 8, pode olhar...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - V. Ex^a o denunciou?

O SR. ULDURICO PINTO - A Comissão do Orçamento.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - V. Ex^a o denunciou?

O SR. ULDURICO PINTO - Denunciei a Comissão - denúncias gravíssimas- no dia 8 de dezembro. V. Ex^a pode olhar as notas taquigráficas.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Que tipo de denúncia?

O SR. ULDURICO PINTO - Denúncias falando sobre irregularidades na Comissão, em termos genéricos. Por exemplo, para V. Ex^a ter uma idéia, não temos costume de aprofundar denúncias por falta de provas. É igual, por exemplo... Agora sabemos que eles mandam, o Governo manda o Orçamento para o Congresso Nacional, e esse Orçamento é mudado. Acontece que existe uma pressão muito grande para que os Parlamentares só mudem 2 ou 3% desse Orçamento.

A rigor, esses 2 ou 3% que mudam no Orçamento é que geram essa confusão toda, que permite que pessoas sejam privilegiadas em número de emendas, pessoas que podem aprovar emendas para determinadas empresas. Isso é que faz essa confusão toda que temos denunciado. Por exemplo, concretamente, posso dizer a V. Ex^a que está nas notas taquigráficas a nossa denúncia nessa Comissão.

Temos também acompanhado e estudado essa Comissão. Por exemplo, vemos dois orçamentos que são aprovados todo ano. Há o orçamento que o Governo manda e um orçamento que manda anteriormente que se chama... Esse que ele mandou pronto agora, aprovaram 5 trilhões.

Discretamente, a Comissão do Orçamento é reunida. Isso é retirado, obviamente, do Orçamento do ano que vem. Todo ano é a mesma coisa. Às vezes passa batido, às vezes vamos lá e nos pronunciamos radicalmente contra. Por que o Executivo faz essa brincadeira, praticamente chamando todo o Congresso de disperso? Disperso, quer dizer, voador. Como é que pode, desde agora, aqui essa Comissão reunida... Está lá aprovado nas subcomissões, inclusive, verbas para investimentos há 15 dias. Havia uns 10 parlamentares. Isto passou batido pela Comissão, passou batido pela maioria dos Parlamentares, pelas Lideranças. Todo ano é a mesma coisa. Chega outubro, novembro e dezembro, o Governo manda um projeto bem grande e diz que é para pagamento de funcionários, para dívida já feita etc. Aí o Orçamento do ano que vem é enxugado. Pode analisar que o Ministro já diminuiu o Orçamento do ano que vem. Mas, entre outras coisas, ele aprovou, há poucos dias, uma suplementação que dá uma margem muito grande para empenhos diversos. Temos cobrado, demonstramos saber. Demonstramos, por exemplo, que temos cobrado isto.

A segunda alternativa sobre a pergunta de V. Ex^a, qual seja, a que atribui ter colocado nosso nome como sabia, é que fizemos essas denúncias e o fato também de eu ser "cri-cri". O Deputado Israel Pinheiro disse-me: "Você está lá porque você é 'cri-cri'". As poucas emendas que aprovamos ficamos toda hora perturbando e brigando.

O Deputado João Alves é um adversário meu na minha região. O Prefeito de Eunápolis, por exemplo, foi eleito com o nosso apoio e depois foi cooptado pelo Deputado João Alves, passou para o outro lado. Toda região nossa... Ele foi adversário na região onde trabalho. Somos arquiadversários um do outro, mas eu vinha aqui e cobrava dele, cobrava arduamente, para não ser discriminado pelo fato de ele ser adversário da gente e ao mesmo tempo não colocar recursos no Orçamento. Os recursos foram muito modestos, foram muito poucos, normalmente liberados no final do ano. Então, como não tem correção, os valores são bem pequenos. Não é essa média que colocaram aí, que todo mundo está falando.

Então, a segunda alternativa é essa: o fato de eu ser insistente. O Deputado Israel Pinheiro disse que meu nome estava lá apenas porque era "cri-cri", toda hora estava lá insistindo, cobrando, vigiando. Para alguns Deputados da oposição, as verbas saíam em quantidades bem pequenas, enquanto outros tinham verbas astronômicas, aprovada no Orçamento.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Quando denunciou critérios - V. Ex^a parece que denunciou critérios com referência aos procedimentos da Comissão -, nessa assentada também V. Ex^a chegou a declinar nomes de pessoas que manipulavam esses critérios, de parlamentares?

O SR. ULDURICO PINTO - Denunciei os critérios. V. Ex^a conseguiu uma palavra que sintetiza a nossa luta lá na Comissão. É exatamente a falta de critérios. O Deputado do Ceará, Deputado Sérgio Machado, que estava acompanhando, inclusive batallava esse aspecto de ter um critério para não ficar o Relator apenas de forma extremamente pessoal ao colocar a emenda "assim ou assado".

Então a respeito de nomes, não temos colocado nesse tipo de nome, até porque pelo volume que o Orçamento tem, pelo volume do Orçamento e a quantidade pequena que o Congresso pode mexer, o Orçamento parecia que quando vinha para o Parlamento, essa margem pequena que eles administravam com a liderança aqui no Congresso, de liberar, já era uma coisa assim proposital.

O Congresso era usado mais para manter do que para mudar. O Congresso vinha cá, mas eles faziam uma articulação política para mudar pouco, para mudar um pouquinho, para sempre continuar com as obras, as famosas obras que começam e nunca terminam.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, no seu entender, os vícios já nasciam do Executivo.

O SR. ULDURICO PINTO - A gente fala que os vícios além de serem, em grande parte, do Executivo, até porque, em níveis proporcionais, 97% do Orçamento não é mudado e apenas 2 a 3% pode ser mudado. Existia uma articulação notória no sentido de manter o *status quo*, manter o Orçamento do Governo. Houve isso, vai haver isso agora, vai haver a pressão em cima do Parlamento: mantém, mantém. Mas pode olhar que vem - não vi ainda -, mas deve estar cheio de emendas direcionadas e colocadas pelo Executivo.

Acho que a Comissão... Inclusive é uma contribuição que a gente dá, porque está muito em cima do Parlamento, e é bom que esteja em cima do Parlamento, agora que grande parte é exatamente do Executivo.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - V. Ex^a tinha bom relacionamento ou bom contato com o Deputado João Alves, parlamentarmente falando?

O SR. ULDURICO PINTO - Como falamos anteriormente - é boa a pergunta de V. Ex^a -, nosso relacionamento com o Deputado João Alves não é bom. Ele é adversário na mesma área. Várias lideranças que nos apoiaram no ano anterior passaram, com a liberação de recursos, de emendas aprovadas por ele, a apoiá-lo na eleição subsequente. Cito explicitamente o caso do Prefeito de Eunápolis. Numa coligação PMDB/PSB, nós o elegemos a duras penas. Ele foi eleito e aí passou...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O Prefeito de Eunápolis é médico?

O SR. ULDURICO PINTO - Médico.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Tem um hospital lá também?

O SR. ULDURICO PINTO - É exato. Aí ele aderiu ao Deputado João Alves. Assim, várias lideranças que nos apoiavam, passaram a apoiar o Deputado João Alves. A rigor, temos certo problema em quase toda a região onde trabalhamos, problemas políticos pesadíssimos.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Qual era o tipo de emendas que V. Ex^a apresentava ao Orçamento? Eram emendas para obras? O que caracterizava mais o objetivo das suas emendas?

O SR. ULDURICO PINTO - A Bahia, hoje, é o segundo Estado em analfabetismo no País. O Estado onde fica a primeira Faculdade de Medicina, que seria o berço da civilização brasileira, hoje está sendo o berço da ignorância. Somos o segundo Estado em analfabetismo no País. Lutamos muito no sentido de aprovar recursos para a educação. Essa é só a observação a respeito disso. As famosas subvenções praticamente... nada na nossa região, as pouquíssimas coisas que obtivemos em relação às subvenções foram para os sindicatos de trabalhadores rurais, em volume de pequena monta.

Aquilo que chega para nós, mandamos para 20 sindicatos de trabalhadores, entidades desse tipo, mas importâncias no valor de mil dólares, valores que variam entre 6 e 8 salários mínimos, algo desse porte. Quer dizer, eram essas subvenções que vinham para cá. O resto tudo colocávamos no Orçamento e ficávamos o ano inteiro brigando, insistindo para ver se liberávamos. Geralmente, liberávamos em novembro, dezembro, porque o valor estava sem correção, e falamos da oposição, as liberações de recursos do Orçamento eram feitas no final do ano, porque liberaria apenas uma pequena quantidade, como 10% do valor real.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nessas emendas que se destinavam à educação, compreendia também a construção de escolas públicas e coisas do gênero, ou era só didático, ou havia problemas de relacionamento de edificações, de escolas, ginásios e obras?

O SR. ULDURICO PINTO - Não entendi a pergunta de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sobre as emendas de V. Ex^a no setor de educação, V. Ex^a disse que se dedicou muito à educação e que as emendas que apresentava destinavam-se a isso. Pergunto se também compreendia a expansão física de prédios, escolas, instalações de faculdades, obras enfim. Havia obras?

O SR. ULDURICO PINTO - A maioria dos casos eram recursos para construção; grande parte dos casos não foi liberada. Por exemplo, indicamos a Escola Técnica Federal para Teixeira de Freitas, aprovamos recursos...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Em que município?

O SR. ULDURICO PINTO - Teixeira de Freitas, na Bahia. E o recurso não foi liberado. Insistimos, cobramos. Era importante, a cidade é grande, é uma região com milhões de habitantes, é a região onde foi descoberto o Brasil, e não conseguimos. Tentamos vários recursos, mas não conseguimos. Quando conseguimos, por exemplo, recursos para construção de escola, eram recursos modestos que davam para construção de três salas de aula. E esses recursos eram liberados no final do ano, quer dizer, construíam-se as três salas de aula, mas ficavam até magoados conosco porque demorava muito tempo e a Prefeitura, às vezes, ainda era obrigada a completar os recursos, que eram quase insignificantes.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Verifica-se, na sua movimentação bancária, uma quantia muito modesta, de um homem que pode ser caracterizado como de poucos recursos financeiros. Como V. Ex^a custeava as suas campanhas eleitorais? Todo político tem despesas com gráfica, enfim, e isso não cai do céu, tem um custo. Com esses recursos, não encontrei saída para essa finalidade. De onde vinham seus recursos? Não precisa citar cada fonte, as pessoas, mas dizer se era ajuda de amigos, de sindicatos que participavam, trabalhadores, classe médica, enfim, como obtinha recursos para o custeio da sua campanha? Quantos votos V. Ex^a teve na última eleição?

O SR. ULDURICO PINTO - Na primeira, 42 mil votos e na segunda, 22 mil votos.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Na verdade, de onde vem o custeio para que V. Ex^a pudesse manter a sua campanha eleitoral?

O SR. ULDURICO PINTO - A nossa campanha é modesta. Sou o único candidato a Deputado Federal numa região de um milhão de habitantes. Na vez anterior, fui o único candidato; desta vez, havia um anticandidato, que teve aproximadamente 2.000 votos; quer dizer, fui candidato único em uma região imensa, onde minha família reside e onde tenho um trabalho grande. A campanha foi modesta e grande parte dos recursos foi proveniente de minha família. Foi uma campanha de massa. Como Senador do Distrito Federal, V. Ex^a sabe que em uma campanha de massa gastamos muito papel, muito som, mas não envolvemos cabos eleitorais, essas coisas de custo pesadíssimo; é uma campanha diretamente com o povo em que não são gastos recursos grandiosos e tive ajuda da minha família.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - V. Ex^a ou algum de seus familiares mais diretos é proprietário de alguma fazenda?

O SR. ULDURICO PINTO - Toda minha família é agropecuarista, meus oito irmãos e minha mãe. Desde criança - meu pai faleceu há vinte anos - era colocado um lote em nosso nome e quando chegávamos aos 18 anos de idade nos era entregue para administrarmos. Todos fomos educados para começarmos a trabalhar aos 18 anos, quando passávamos a ter vida própria. O patrimônio da família, a rigor, diminuiu depois de meus 7 anos de mandato.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Por último, alguma vez V. Ex^a obteve para seus familiares algum financiamento de crédito agrícola, junto ao Banco do Brasil, para alguma dessas empresas?

O SR. ULDURICO PINTO - Não. Com toda franqueza, não. Até porque, nesse intervalo - V. Ex^a tem noção disso -, trabalhamos na oposição, oposição ao Governo Collor, oposição ao Governo Itamar, quer dizer, não tivemos espaço para usarmos força política. Neste País, sabemos que a oposição não tem peso político para liberar recursos ou influência para conseguir empréstimos.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Antes de passar ao Deputado Sérgio Miranda, vou fazer uma pergunta a V. Ex^a. É sobre um episódio de que tenho lembrança, na Câmara dos Deputados: V. Ex^a tomou a iniciativa de requerer uma CPI contra empreiteiras?

O SR. ULDURICO PINTO - Esse, realmente, é um assunto delicado. De um lado, estávamos cobrando, pegando assinatura, e de outro, havia outros parlamentares tirando a assinatura.

Lembro-me de que o Deputado Odacir Klein foi um dos poucos que falou: "- Olha, vieram tirar as assinaturas e eu não as retiro". E vários parlamentares - esse é um assunto delicado - vieram comunicar que, devido a pedido, retiraram as assinaturas. O Deputado Odacir Klein foi um dos poucos - isso, para mim, é uma coisa bonita; sou testemunha - que dizia - mesmo havendo parlamentares pedindo para retirar a assinatura da CPI da empreiteira - que não retirá-las-ia.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ZAIRE REZENDE - O Sr. Deputado declarou que a sua família toda trabalha em atividade agropecuária. Pergunto se ele também trabalha e faço uma expansão na pergunta: quais são as atividades que lhe trazem rendimentos? V. Ex^a vive somente dos proventos da vida parlamentar?

O SR. ULDURICO PINTO - Como falei, sou médico e recebo rendimentos. Praticamente, os rendimentos que tenho é aqui do Parlamento.

Esses recursos que coloquei, nesse sentido, com toda a franqueza - podem examinar - são os mesmos recursos. Em terceiro, tenho um imóvel, que foi doação de quando eu tinha cinco ou nove anos de idade, e outra parte que comprei. Tenho até hoje a fazenda, que a minha família, minha mãe e meus irmãos usam, e outro imóvel que comprei. Então, é praticamente nesse sentido: a minha família usa isso e me ajuda na época em que eu necessito.

O SR. ZAIRE REZENDE - Esses imóveis lhe trazem rendimento?

O SR. ULDURICO PINTO - A família usa os imóveis. São imóveis comprados. Por exemplo, há um imóvel da época em que eu tinha cinco anos de idade - eu tenho 40 anos -, portanto, são de 35 anos atrás; há outro de quando eu tinha 15 anos de idade, doação de meus pais. O meu pai era vivo nessa época. Depois, há alguns anos atrás, comprei outro imóvel.

Agora, praticamente, quem os usa é a família - todos eles. Ela os utiliza e, eventualmente, me ajuda bastante.

A minha vida é modesta, de médico. Jogando a minha vida toda na política, toda mesmo. A rigor, viajo de ônibus, duas noites por semana, na Bahia. Chego em Salvador, pego o ônibus para Teixeira de Freitas, que fica a 900 quilômetros; chego na sexta-feira, na segunda-feira, volto. É uma vida extremamente simples.

Na época da campanha, como falei com o Senador, a família toda me dá uma força, ajuda-me em algumas coisas mínimas de campanha de que preciso, mesmo sendo uma campanha de massa.

O SR. ZAIRE REZENDE - Nos finais de semana, V. Ex^a exerce a medicina?

O SR. ULDURICO PINTO - Não, agora, há pouco tempo, estou sem exercer a medicina.

O SR. ZAIRE REZENDE - Nobre Deputado, acho que é de interesse de V. Exª - e volto a insistir para especificar mais a questão da CPI contra empreiteiras: qual era o objeto da CPI e o que ocorreu com o pedido da CPI?

O SR. ULDURICO PINTO - Fizemos esse pedido de CPI e chegamos a colocar em torno de 200 assinaturas. Depois baixaram, Deputado, para 140; em seguida, para 180, para 200, e a retiraram.

Nessa queda de braço, houve uma série de assinaturas ilegíveis; com a retirada, em massa, dessa CPI, no ano passado - eu fiquei o ano todo nisso -, fiquei surpreso. Foi uma surpresa muito grande para mim e para uma série de parlamentares, quando ele colocou o meu nome, dizendo que eu sabia. Acho que cabe aí uma interpretação: uma porque fui insistente, nas poucas emendas; outra hipótese é o fato de estarmos sempre criticando e querendo uma CPI, aqui na Câmara, sobre esse assunto.

O SR. ZAIRE REZENDE - A CPI era para investigar a ação das empreiteiras genericamente ou tinha um direcionamento específico?

O SR. ULDURICO PINTO - A CPI era sobre determinadas empreiteiras. Inclusive, cobramos, na área da educação, para saber o que está acontecendo neste País. Temos cobrado porque, mesmo com 18% do Orçamento, vemos as condições muito modestas da educação no País. Temos de ficar preocupados, porque é um recurso, uma percentagem obrigatória, que está incluída na Constituição, e não se vê a educação deste País indo para lugar nenhum. O número de analfabetos é muito grande. Há grandes obras, as famosas grandes obras da educação. As empresas que mexem com as grandes obras da educação devem sugar esses recursos e o País fica sem saber onde está gastando os 18% da educação.

O SR. ZAIRE REZENDE - Nobre Deputado, como teremos depois de prestar contas dessa diligência ao Plenário da CPI, solicito a V. Exª que nos encaminhe uma cópia, se tiver, desse pedido de CPI, que é o meu juízo e do interesse de V. Exª.

O SR. ULDURICO PINTO - Eu encaminho, posteriormente, uma cópia do pedido dessa CPI, que deve ter em torno de... assinaturas, mas sei que não consegui chegar no limite; quando chegava, tinha uma pressão, mas aí, nesse caso era de parlamentares retirando assinatura. Chegou a um ponto que estava ficando difícil a situação; no limite, faltava..., ficamos nessa luta o ano inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Deputado Sérgio Miranda deseja interperlar?

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Obrigado.

Deputado Uldurico Pinto, primeiro, em relação a essa questão do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, eu valorizo esse depoimento, porque sempre faço as considerações, nas reuniões públicas da CPI, de que foi um dos depoentes que contribuiu para o esclarecimento do que se chama núcleo de poder e do funcionamento da Comissão de Orçamento. Ele se refere a V. Exª duas vezes: que V. Exª sabia - na parte final, quando o Deputado Roberto Magalhães faz o exame de todos os nomes citados - e tem uma outra referência, que diz que V. Exª participou de reunião na casa do Deputado João Alves.

V. Exª confirma? Houve alguma reunião na casa do Deputado João Alves com a participação de V. Exª?

O SR. ULDURICO PINTO - Em hipótese alguma houve a reunião na casa do Deputado João Alves; rigorosamente, nunca fui a nenhuma reunião na casa do Deputado João Alves.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Acho isso importante porque tenho algumas informações...

O SR. ULDURICO PINTO - Eu gostaria de fazer só uma observação. É o seguinte: se de um lado nunca fui a nenhuma reunião na casa do Deputado João Alves, na época em que ele era Relator, como ninguém o encontrava aqui na Câmara, eu estive na casa do Deputado João Alves uma vez cobrando emendas; uma única vez em que estive lá, cobrando; ele me atendeu em pé, durante mais ou menos... minutos, recebeu nossas reivindicações, por sinal não as atendeu. Pode ser isso. Reunião, em hipótese nenhuma. Fui uma vez em que havia um fila de parlamentares, praticamente de quase todos os partidos, cobrando recursos nesse sentido.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em relação à questão das subvenções - no depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, para mim o importante é que ele consegue esclarecer a questão do esquema das subvenções, ele dominava, entendia, levava listas -, em relação às subvenções, não as do adendo 2, as de cada parlamentar, mas em relação às dotações globais, V. Exª, durante o exercício do seu mandato, conseguiu receber subvenções globais, através de um encaminhamento de listas ou de pedido diretamente ao Ministério?

O SR. ULDURICO PINTO - Olha, eu nunca pedi ao Ministério nenhuma subvenção, nem nunca pretendi nenhuma subvenção. A única subvenção que fiz foi aquela que cada parlamentar, aquela quota que a gente divide entre 20, 30 sindicatos, onde a gente tem ou teve algum trabalho político. Nunca houve, concretamente, nenhuma subvenção pedida por mim, nem aprovada para os municípios onde trabalhei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na análise que a Subcomissão de Emendas faz do comportamento de V. Exª na Comissão de Orçamento, temos o seguinte resultado: em 90, um ano eleitoral, V. Exª apresentou 823 emendas, porém, só aprovou 26.

O SR. ULDURICO PINTO - Oitocentas e...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Oitocentas e vinte e três. Aprovou 26 e somente liquidou 9. Apresentou, no ano de 91, 70 emendas, aprovou 15 e liquidou apenas 7.

Em 92, apresentou 206 emendas, aprovou 41 e liquidou 14. Em 93, apresentou 50 emendas, aprovou 38 e liquidou apenas 9. Esta performance é um número expressivo de emendas que são apresentadas, porém as liquidações se situam, segundo a nossa avaliação, 31% abaixo da média dos Parlamentares. Então mostra que em relação à liquidação, à ação, do ponto de vista de emendas, são essas as informações que temos, Sr. Presidente. Chama-nos atenção, também, que as emendas do Deputado Uldurico Pinto são basicamente para três municípios: Porto Seguro, Medeiros Neto e Teixeira de Freitas. Apenas no ano de 93 foram incluídos alguns outros municípios, os Municípios de Guaratinga e Itabela. Itabela, sei que fica no sul da Bahia. Guaratinga também fica no sul da Bahia?

O SR. ULDURICO PINTO - Vizinho a Itabela.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vizinho a Itabela. Então, desse ponto de vista, não temos maiores indagações. Fizemos, para efeito de cálculo interno da Subcomissão, um índice que não tem nenhum comprometimento. Alguns parlamentares podem ter um índice elevado, mas não significa que estejam envolvidos com o processo da Comissão. O índice do Deputado é dos menores, abaixo da média a partir da qual consideramos que possa ter algum vínculo com o núcleo de poder na Comissão de Orçamento.

Então o Deputado não tem vínculo com o núcleo de poder da Comissão de Orçamento, inclusive, a partir de uma análise puramente técnica que foi feita pela assessoria da Comissão de Orçamento.

Por último, sabemos que, nessas cidades - não sei quais precisamente -, os prefeitos são parentes de V. Ex^a: de Porto Seguro, se não me engano, de Medeiros Neto e Teixeira de Freitas. Recebi agora - considero importante colocar isso para o Deputado - uma denúncia que chegou à Subcomissão de Emendas de que há uma construtora nacional vinculada a obras nessas cidades.

V. Ex^a tem alguma informação se essa construtora é nacional, é da região, é de algum parente de V. Ex^a?

O SR. ULDURICO PINTO - Olha, não conheço, nenhum parente meu, que eu saiba, nenhum parente próximo é dono de qualquer construtora, qualquer empresa desse tipo. Quanto a sua observação a respeito do número elevado de emendas, fizemos em torno de uma emenda e meia, quase duas emendas, para cada um dos quatrocentos municípios da Bahia, sobre educação. Fiz uma emenda para todos os quatrocentos municípios da Bahia, sem exceção. De 823 emendas, foram aprovadas 26. Mas foram emendas de valores modestos.

Quando isso começou, o meu nome saiu como a pessoa que mais fez emendas no País. Mas, depois, quando viram que eram emendas de valores pequenos e duas para cada município do Estado, deixou de chamar a atenção. É uma coisa normal, num Estado que tem 400 municípios e que é o segundo em índice de analfabetismo no País.

A respeito da segunda colocação, não tenho nenhuma empresa construtora, não tenho nenhum parente próximo meu em empresa construtora, não tenho conhecimento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Essa é a última pergunta em relação à Subcomissão de Emendas, Sr. Presidente, é basicamente isso que temos. Eu queria a contribuição do Parlamentar, do Deputado Uldurico Pinto, em relação ao depoimento do José Carlos Alves dos Santos. Considero que, em relação ao esquema de subvenções, algumas pessoas que ele apontou como responsáveis não têm responsabilidade. Disso temos quase certeza, a partir da avaliação. Houve algumas pessoas que foram denunciadas talvez pelo choque que ocorreu durante o depoimento dele. Não temos outra interpretação senão essa para algumas denúncias.

Mas em relação a V. Ex^a, ele citou o seu nome na revista *Veja* e confirmou no depoimento que V. Ex^a sabia do esquema. Considero que essa questão de vingança pessoal não é uma explicação.

V. Ex^a tem alguma outra hipótese para o fato de o seu nome ter sido citado pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos? Em relação ao Deputado João Alves, eu também considero correta a informação de V. Ex^a de que há uma inimizade política, há uma disputa política muito forte entre o Deputado Uldurico Pinto e o Deputado João Alves. Então, a esse grupo mais próximo do Deputado João Alves V. Ex^a não tinha acesso. Então, qual seria a outra explicação possível - porque não considero uma mera vingança - que V. Ex^a admite para o fato de ter sido citado pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. ULDURICO PINTO - Eu apresentei duas hipóteses. Dentre elas, que citei ao Senador Pedro Teixeira, uma das alternativas é o fato de ter sido extremamente insistente na liberação dos recursos solicitados; cobrei, insisti, voltei a insistir, cobrando a liberação das nossas emendas.

A segunda alternativa pode ser as denúncias que fizemos dentro da Comissão. Pode olhar nas notas taquigráficas. Tivemos debates de denúncias gravíssimas e denunciemos, como falei, até muitos parlamentares. É mesmo muito estranho o fato de o meu nome estar citado nesta CPI, e eu ter sido um dos denunciados.

Às vezes, a mídia, a imprensa talvez não consiga fazer essa diferença: o Sr. José Carlos denunciou que pessoas recebiam propinas, outras eram do esquema e havia as que só sabiam do esquema. E estou na turma dos que só sabiam. Mas a população, a Nação não está separando muito isso, não. Concretamente, acredito nessas duas alternativas: ou que fui insistente - concordo com V. Ex^a, creio na fragilidade da hipótese de vingança, pequena mesmo, disputando acirradamente a mesma região - ou porque eu realmente sabia porque fiz denúncias na época. Fui insistente, cobrei insistentemente, e isso pode fazer pensar ou ter feito lembrar coisas desse porte.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu queria aditar uma pergunta, em decorrência da resposta, para que se firme, assim, uma espécie até de jurisprudência da própria Comissão, uma vez que entendo que o princípio isonômico, no fim, deve prevalecer. Até hoje não me conforme que, no último caixote da ODEBRECHT, se tenha citado 15 nomes de Governadores, que eram citados como pessoas que usavam do seu poder político apenas para liberar verbas para seus Estados, fato que acho perfeitamente sustentável, mas que gerou até para outras pessoas do mesmo ramo um problema por terem exatamente ido lutar pela liberação de verbas para o seu Estado.

Digo isso porque V. Ex^a me disse aqui que foi à residência do Sr. João Alves, junto com outros Parlamentares, interceder para que houvesse a liberação das verbas que V. Ex^a apresentava no Orçamento...

O SR. ULDURICO PINTO - Não, perdoe-me; aprovação de emendas. Não para liberar...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim; aprovação de emendas. Vamos falar em aprovação de emendas. A aprovação pressupõe a geração, depois, da liberação. De qualquer forma, não era só a aprovação da emenda; o que se quer é a aprovação com as consequências decorrentes na prática. É lógico que a aprovação não é o suficiente; é o ponto de partida.

O que quero saber, para que depois se faça uma análise, é se esse procedimento... Ainda mais V. Ex^a sendo Parlamentar, comungando dia a dia, hora a hora, esquina a esquina, do mesmo ambiente que o Parlamentar chamado João Alves, pressupõe-se que V. Ex^a pudesse ter acesso a S. Ex^a nos plenários da Casa. O que pergunto, menos porque V. Ex^a tenha ido lá; não estou nem tirando disso uma ilação condenatória, mas o faço apenas para ter uma imagem, vez que há outros casos semelhantes, sobre os quais eu e a própria Comissão teremos que nos pronunciar, para que exatamente fique firmada uma espécie de impressão, é se V. Ex^a acha normal que um Parlamentar ou que uma autoridade qualquer, que esteja interessado na aprovação de emendas para a área que representam - e é o dever deles -, compareça à residência do Relator-Geral para solicitar, vamos dizer, celeridade na aprovação. Esse procedimento tem alguma coisa de indecorosa nesse sentido? Ou V. Ex^a entende que se trata de um expediente normal e acatável para todos aqueles que estavam envolvidos no processo?

O SR. ULDURICO PINTO - Não acho indecoroso porque inclusive fui; mas acho muito ruim - inclusive nós cobramos... Por exemplo, o Deputado Ricardo Fiúza, ninguém sabia onde ficava; ele não atendeu ninguém. A rigor, colocava-se que nenhum Deputado Relator ficava aqui nem na Comissão, nem no gabinete. Ele desaparece uns trinta, quarenta dias, durante esses cinco anos. Pode ser que agora mude, mas a maioria não deixa lugar. Com o Senador Mansueto, houve o contrário, cobramos de S. Ex^a, porque é algo desleal, chato. A residência é um lugar para ir visitar uma pessoa de que se gosta. E concordo integralmente com V. Ex^a nesse aspecto. Mas, com exceção do Senador Mansueto de Labor, que marcou horário para nós e colocou aqui no Congresso, os outros Relatores não ficavam nem no gabinete, nem na Comissão; eles sumiram. Isso é no sentido de que eles desapareciam. Para dar um exemplo concreto: com relação ao Deputado Ricardo Fiúza, não se conseguia localizá-lo nem na residência, nem no gabinete, nem na Comissão, ou seja, S. Ex^a estava em local não identificado. O Deputado João Alves inclusive à residência parou de ir, porque os Parlamentares começaram a ir lá cobrar, quem não era do esquema ia lá cobrar. Ia a turma, cobrando, ligava, voltava. Eu fui, inclusive, sem marcar, porque, se fosse, diziam que não estava.

Agora, só uma observação em relação a isso: o Senador Mansueto de Labor teve essa preocupação, que foi cobrada por nós, de que era muito ruim ele desaparecer. O que eles alegam é que não têm tempo. Só Deputados são 503, mais os 80 Senadores, então, o que acontece: todos eles cobrando, acompanhando as suas emendas. Você esqueceu, não fez, não aprovou, não conseguiu; então, eles não tinham tempo de pensar no relatório. Assim, o desaparecimento do Relator nos 60 dias antes, nos cinco anos em que isso está funcionando depois da Constituinte, quando aprovamos, em 1988, a permissão para que o Congresso mudasse o Orçamento. De lá para cá, só houve essa exceção do Senador Mansueto de Labor, que, ainda que não tenha atendido as emendas, recebeu-nos lá no horário marcado. Também não foi aqui, foi no Anexo I, com horário marcado. Nós marcávamos, mandávamos por fax, cobrávamos. Então, houve esse aspecto que mudou integralmente esse vício, muito ruim para nós: ir à casa de um adversário para cobrar uma coisa que é obrigação dele e que é obrigação minha porque ele não está na Comissão nem está no gabinete... E ele numa mesa lá para atender o pessoal. Quando chegava lá, obviamente, o pessoal ligado a ele, demorava mais tempo; os outros eram atendidos em pé, dizendo-se "deixa aqui". Entendeu? É uma coisa horrível, muito ruim. E acredito que V. Ex^a se lembrou de uma coisa que, nesse sentido, a Comissão pode dar uma sugestão, ou seja, quase uma obrigatoriedade, se existir Comissão de Orçamento depois disso, de o Relator não sumir por sessenta dias, a fim de não obrigar os outros Parlamentares a fazerem coisas tristes como ir à casa de pessoas que são nossos adversários, que são contra nós, fazendo isso, sobretudo, de forma muito ruim, sem ser convidado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Veja que até V. Ex^a estava em boa companhia, porque o próprio Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, consoante depoimentos que estão apresentados, esteve não sei se foi na casa ou no escritório...

O SR. ULDURICO PINTO - Não tem escritório, não. Ele só tem a casa. Todo mundo, os governadores, era só lá que ele atendia. Quem quisesse conversar com o

relator sobre as emendas que não tivessem sido aprovadas ou preteridas pelos relatores parciais ou ia na casa dele ou não tinha jeito de conversar.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Era isso que eu queria dizer. Era uma praxe habitual, não desonrosa, não incriminatória, que as pessoas tivessem que fazer essa via crucis.

O SR. ULDURICO PINTO - O termo correto é esse. Se tivesse que fazer, obrigatoriamente, lamentavelmente, teria de ir ou, se não fosse, não teria oportunidade de conversar com o relator.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Obrigado.

O SR. ULDURICO PINTO - Foi muito boa essa oportunidade. Acredito que, a nível de contribuição, se tivesse alguma forma de obrigar o relator a ter horário certo, no Congresso Nacional, para atender aos parlamentares, evitaria constrangimentos como esse.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Deputado Uldurico Pinto, V. Exª mencionou que foi uma vez à casa do Deputado João Alves, quando ele era relator, o que confirma o que havia dito o Sr. José Carlos Alves dos Santos; ou seja, ele disse apenas que o viu, não menciona quantas vezes, mas, uma vez, na casa do Deputado João Alves. Nessa única vez, segundo V. Exª diz que foi lá, além do Sr. José Carlos Alves dos Santos, houve outra testemunha da sua presença lá?

O SR. ULDURICO PINTO - Não. Fui lá de surpresa. Ele não estava na Comissão de Orçamento; não atendia no gabinete nem na Comissão. Eu ligava, e sempre diziam que ele não estava. Um dia fui lá, ele me atendeu, um tanto constrangedor, em torno de um minuto; o Sr. José Carlos Alves dos Santos estava lá sozinho com ele. Ele me atendeu por um minuto. Só pediu a relação das emendas. Entreguei em mãos a relação das emendas e as cobre. Ele me atendeu em pé. Somos adversários da mesma região, da mesma cidade. Como não tenho nenhuma relação de amizade pessoal ou nenhum outro relacionamento, eu me retirei imediatamente.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Quer dizer que somente o Sr. José Carlos Alves dos Santos é que estava lá e testemunhou o encontro?

O SR. ULDURICO PINTO - Só ele. E concretamente não conversei com o Sr. José Carlos Alves dos Santos; eu conversei com o Deputado João Alves.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - V. Exª foi membro da Comissão Mista do Orçamento no ano de 1991 relativo ao Orçamento de 1992?

O SR. ULDURICO PINTO - Nunca fui membro efetivo. Fui suplente duas vezes.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Foi suplente nesse ano?

O SR. ULDURICO PINTO - Suplente duas vezes. Obviamente, não peguei relatoria alguma.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Mas, em especial, participou da reunião final da Comissão Mista do Orçamento que durou da madrugada do dia 18 para 19?

O SR. ULDURICO PINTO - Em que dia foi essa reunião?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Foi aquela concluída às 5 horas da manhã, na qual se decidiu dar um prazo até às 16 horas daquele dia para que o relator, Deputado Ricardo Fiúza, fizesse as correções eventuais de erros e permitisse que cada parlamentar que tivesse vontade de fazer modificações em suas emendas pudesse registrá-las. Foi dado um exemplo: se algum parlamentar quisesse alterar 100 milhões de cruzeiros de uma cidade "a" e distribuí-lo em duas cidades "b" e "c", 50 e 50, poderia fazê-lo, e entregaria naquela tarde, até às 16 horas, para o Deputado Ricardo Fiúza, de tal forma que quando houvesse a reunião, como aconteceu, do Congresso Nacional no final da tarde, às 19 horas, estivesse pronta a redação final do Orçamento. V. Exª participou da última reunião?

O SR. ULDURICO PINTO - Até às 5 horas da manhã, em hipótese alguma. Acredito devo ter estado - não estou lembrando concretamente - em parte das reuniões. Conforme colocamos, dia 8 de dezembro, fizemos, inclusive, denúncia grave sobre a própria Comissão do Orçamento.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Permita-me. Não sei se foi dito anteriormente, mas qual o teor principal da denúncia?

O SR. ULDURICO PINTO - Sobre critérios na Comissão do Orçamento.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Na situação, segundo o relatório do dia 17 e o último relatório do dia 18, algumas das emendas de V. Exª haviam sido rejeitadas. Entretanto, apareceram na lei em forma de redação final e impressa, publicada. Vou citar algumas emendas de V. Exª que justamente estão listadas nos casos de alteração, ou seja, na relação de alterações e inclusões de emendas após o dia 19 de dezembro de 1991, segundo o levantamento feito pela CPI. Emenda nº 050000-3, Porto Seguro, Ministério da Ação Social e Infra-Estrutura Urbana em Porto Seguro. O valor: 50 mil. Situação anterior: rejeitada. Devem ser 50 milhões. Essa emenda foi registrada no PRODASEN no dia 27 de dezembro de 1991, às 15h05min.

Emenda, 049993, lotes urbanizados em Medeiros Neto.

O SR. ULDURICO PINTO - Que número é essa?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Nº 049993-5, também registrada em 27-12-91, às 14h54min. Valor final: 50 mil. Situação anterior: rejeitada.

Emenda: 049994-3, lotes urbanizados em Teixeira de Freitas, Bahia, 27-12-91, às 14h50min. Valor final: 30 milhões. Situação anterior: rejeitada.

Emenda: 0155454, Bahia, eletrificação rural em Porto Seguro, Bahia. Valor final: 20 milhões. Situação anterior: rejeitada. Foi registrada no dia 27-12-91.

O SR. ULDURICO PINTO - Qual o valor?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Vinte mil. Devem ser 20 milhões.

Emenda: 0154768, infra-estrutura urbana em Teixeira de Freitas, Bahia. Foi registrada no dia 27 de dezembro de 1991, às 15h09min. Valor final: 50 milhões. Situação anterior: rejeitada.

Emenda, 015472-5, eletrificação rural em Medeiros Neto, registrada em 27-12-91, às 14h39min. Valor final: 50 milhões. Situação anterior: rejeitada.

E, finalmente, Emenda nº 015437-7, assistência financeira para construção e equipamento de Escola Agrícola de 1º grau Teixeira de Freitas, Bahia, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Valor final: 50 milhões. A situação aprovada anteriormente era de 20 milhões, mas foi alterada para 50 milhões, e o registro foi feito no dia 07 de janeiro de 1991, às 09h56min.

Pergunto, Deputado Uldurico Pinto, entre o dia 19 de dezembro de 1991, encerrados os trabalhos, havida a votação final, V. Exª dialogou com o Deputado Relator, Ricardo Fiúza, para, de alguma forma, dizer a ele: olha, as minhas emendas, acho que houve um engano, foram rejeitadas, será que V. Exª não pode verificar se houve algum erro, alguma coisa nessa emenda que era de 20 milhões, na verdade, seriam necessários 50 milhões...

Deputado Uldurico Pinto, aqui não se trata de uma questão de enriquecimento ilícito, trata-se apenas de uma questão de procedimentos de lei. Ficar alterando a lei, depois de sua redação final, é algo que não envolve enriquecimento ilícito, mas envolve uma falha do Congresso.

Estamos aqui observando que dezenas de parlamentares tiveram emendas acrescidas, parlamentares de muitos partidos, de quase todos. É possível que tenha ocorrido uma falha generalizada, mas nós na CPI temos o dever, a responsabilidade de descobrir isso.

Dessa forma, agradeceria se V. Exª pudesse nos dar essa resposta. Antes da sua resposta, vou lhe dizer o seguinte: já ouvi de um parlamentar, que teve emenda acrescida, o seguinte depoimento: olha, Senador Suplicy, tive emendas acrescidas, sim. No dia da votação - estou falando de um outro parlamentar -, lá na sessão, no Congresso Nacional, reclamei com o Deputado Relator que não estavam as minhas emendas e que iria pedir destaque para inclusão e votação das mesmas, e o Deputado Ricardo Fiúza pediu-me que não fizesse isso, para não atrapalhar a votação e que ele consideraria posteriormente". Ouvi isso de um Parlamentar, o qual nem está incluído entre os nomes indicados como suspeitos de irregularidades. Mas S. Exª me disse que isso aconteceu.

Então, eu gostaria que, se V. Exª se lembrar, tirando o máximo de sua memória, V. Exª nos dissesse como surgiram as emendas que foram registradas no PRODASEN após o dia 19, nos horários e dias mencionados por mim?

O SR. ULDURICO PINTO - Senador Eduardo Suplicy, posso dizer a V. Exª, com absoluta segurança, que fiz destaque de todas elas. A minha relação com o Deputado Ricardo Fiúza é muito ruim; toda vida o foi. Para V. Exª ter uma idéia, o Deputado Ricardo Fiúza, como Ministro, não liberou nenhum recurso para nenhum Município em que trabalhei. Todas as nossas foram no sentido de destaque. Rigorosamente, penso ser fácil analisar os destaques na Comissão. Rigorosamente, os destaques já estão registrados na Comissão.

Mais grave ainda: os destaques foram conquistados com muito suor, com muita briga. Posso dizer, concretamente, que o Ministro Ricardo Fiúza não liberou nenhum recurso. Inclusive, aqui mesmo - V. Exª tem citado - há recursos para a infra-estrutura urbana e nenhum recurso foi liberado pelo Ministério. Estive presente em audiências no Ministério e S. Exª dizia que não podia liberar recursos por questões políticas. Tive todo tipo de dificuldades com S. Exª; foram muito modestas as minhas emendas. Com muito rigor, e posso dizer com absoluta segurança - faço um desafio quanto a esse aspecto; penso que é uma coisa muito importante -, fiz destaque, rigorosamente, de todas as emendas. Realmente, V. Exª tem razão em ficar cobrando rigor quanto a esse aspecto.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Deputado Uldurico Pinto, nessa reunião que varou a madrugada, havia mais de 1.200 destaques, e nenhum foi votado.

O SR. ULDURICO PINTO - Sim, mas eu fiz todos os destaques.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. Exª fez os destaques, que foram encaminhados como sugestão para o Relator, o qual os incluiu. Gostaria de saber se V. Exª se empenhou, junto a S. Exª ou a alguns dos Deputados que o assessoraram, como, por exemplo, os Deputados Eraldo Tinoco, Sérgio Guerra e Messias Góis; alguns Deputados trabalharam no sentido de ajudar o Relator, o qual, inclusive, a certa altura, tornou-se Ministro e parece que continuou esse trabalho. No PRODASEN, há indicações de que o Sr. José Carlos Alves dos Santos - aliás, ele falou - continuou trabalhando e inserindo modificações.

Então, nesse período, V. Exª conversou seja com o Sr. José Carlos Alves dos Santos, seja com alguns dos que auxiliaram o Deputado Ricardo Fiúza, para que essas emendas fossem citadas e inseridas aqui?

O SR. ULDURICO PINTO - Senador Eduardo Suplicy, como já falei, com absoluta segurança, fiz destaques. Primeiro ponto: fiz destaques.

Em segundo lugar, houve um problema. Por mais que alguns pudessem achar que o Deputado Ricardo Fiúza merecesse essa confiança, achei que o Parlamento, ou seja, alguns Parlamentares, Partidos e Lideranças políticas exorbitaram no sentido de dar liberdade

para que S. Exª pudesse continuar o relatório, a fazer essas adaptações e uma série de coisas; isso é extremamente estranho. Posso dizer, com absoluta segurança, que fiz as emendas.

Não estou me lembrando concretamente, mas me parece que S. Exª pediu para que todos "enxugassem" as emendas. Por exemplo, há cinquenta destaques; desses cinquenta, escolhem-se cinco. Era uma coisa assim desse tipo. Lembro que fiquei lá e acredito que, sem exagero, devo ter feito de cinquenta a setenta destaques. Então, com um déficit desse, naquele aspecto, pode-se ter dito: "Eu aprovo, parcialmente, cinco desses destaques". Não sei como ficou. Faz dois anos que isso aconteceu, e não estou me lembrando completamente. Mas deve ter havido qualquer coisa nesse sentido, porque, primeiramente, eu tinha uma relação muito ruim com o Deputado Ricardo Fiúza. Posso dizer isso concretamente; S. Exª não liberou nenhuma dessas. Mais ainda, em relação a todas elas, S. Exª argumentou que, por motivos políticos, não poderia liberar recursos. Quer dizer que não há a hipótese de ter conseguido isso por amizade ou "via outros Parlamentares", até por que, por modéstia, eu tinha mais de cinquenta destaques.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas V. Exª não se lembra se, após o dia 19, conversou sobre a escolha desses cinco, seis ou sete destaques, que V. Exª, realmente, fazia questão de estarem incluídos?

O SR. ULDURICO PINTO - Concretamente, não. Repito que fiz os destaques. E o que pode ter acontecido - não estou me lembrando com segurança - é que, de cinquenta destaques, tenha se escolhido cinco ou seis; deve ter ocorrido alguma coisa desse tipo. Talvez, para poder retirar os destaques, os que lá estavam naquele momento podem ter negociado a aprovação de um determinado número de destaques. Acredito que, nesse aspecto, deve ter havido alguma coisa nesse sentido. É comum fazer-se isso. Há uma série de destaques, e o Relator nos pergunta qual é o preferido, ou se preferimos insistir de um a um, ou se ele deve aprovar tantos, deixando para o autor dos destaques a escolha daqueles considerados prioritários.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Deputado Uldurico Pinto, temos em mãos uma documentação que nos foi encaminhada, a respeito da qual farei algumas perguntas a V. Exª. Em primeiro lugar, o Sr. Edvander Pinto é seu parente, ou funcionário do seu gabinete?

O SR. ULDURICO PINTO - Ele nunca foi funcionário do meu gabinete; ele é meu sobrinho.

O SR. ZAIRE REZENDE - Mas ele dá apoio, trabalha com V. Exª em seu gabinete?

O SR. ULDURICO PINTO - Não, em meu gabinete, não.

O SR. ZAIRE REZENDE - V. Exª conhece a Srª Adriana Rodrigues de Souza, secretária da Nacional Construtora, de Brasília?

O SR. ULDURICO PINTO - Não estou me lembrando.

O SR. ZAIRE REZENDE - Quais são as relações de V. Exª com a Nacional Construtora?

O SR. ULDURICO PINTO - Não conheço nenhuma Nacional Construtora.

O SR. ZAIRE REZENDE - E quais são as relações de V. Exª com a Prefeitura de Monte Santo, de Minas Gerais? O prefeito é amigo, ou tem alguma relação comercial com V. Exª?

O SR. ULDURICO PINTO - Não conheço o prefeito, não conheço nenhum ex-prefeito, nenhum vereador e nunca fui lá.

O SR. ZAIRE REZENDE - Apesar de V. Exª já ter respondido, por acaso V. Exª conhece algum sócio, diretor ou representante da Nacional Construtora aqui em Brasília ou em algum outro local? V. Exª tem parentes na Nacional Construtora?

O SR. ULDURICO PINTO - Que eu saiba, não tenho parentes na Nacional Construtora; não conheço a Nacional Construtora. Pelo que eu saiba, nenhum parente meu tem construtora; todos os meus parentes são agropecuaristas.

O SR. ZAIRE REZENDE - Temos então essa documentação, que vamos passar a V. Exª, constando como tendo partido de seu gabinete - Gabinete do Deputado Uldurico Pinto, de Mônica para Adriana. Tem o número do fax, tem a data, com o seguinte teor:

"Brasília, 18 de setembro de 1992.

Senhor Prefeito,

Dirigimo-nos a V. Exª, parabenizando-o pela brilhante e profícua gestão nesta Prefeitura.

Estamos enviando o plano de trabalho para os convênios, que deverá ser assinado, mas não deve ser preenchido.

Solicitamos, ainda, a abertura de uma conta bancária em nome da Prefeitura/Ministério da Ação Social.

Assim que estiverem cumpridos esses requisitos, e o mais breve possível, envie-nos o plano assinado e o número da conta.

Sem mais para o momento, manifestamos os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,
Edvander Pinto."

Eu gostaria que este documento chegasse às mãos do Sr. Deputado. V. Exª teria alguma coisa a esclarecer a respeito deste documento?

O SR. ULDURICO PINTO - Não tenho nada a dizer sobre este documento. Ele está aqui sem assinatura, não é de meu gabinete, não é meu.

O SR. ZAIRE REZENDE - Aqui tem o fax nº 223.3276. Este número é de V. Exª?

O SR. ULDURICO PINTO - Não.

O SR. ZAIRE REZENDE - Por enquanto estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto o Senador José Paulo Bisol se deseja interpellá-lo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, eu acabo de receber um fax volumoso sobre material que não está processado, é de difícil leitura, mas traz ao conhecimento uma série de fatos relevantes. Se o Deputado Uldurico Pinto for ouvido hoje, sem possibilidade de ser ouvido novamente, S. Exª poderá ser prejudicado pelo desconhecimento desta matéria, que evidentemente não tive como processá-la; até a leitura é difícil, como mostrei aqui. Eu apenas protestaria para uma nova oitiva do Deputado, a fim de lhe dar oportunidade de se pronunciar sobre este material que vai ser processado e que não quero que seja um elemento de surpresa em relação a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Esta Comissão designada hoje, na verdade está cumprindo uma diligência que será comunicada posteriormente ao conjunto da CPI, para que sejam tomadas as devidas providências. Essa diligência de hoje não elimina a possibilidade de um novo interrogatório.

Consulto aos senhores Parlamentares presentes se ainda desejam inquirir o Deputado Uldurico Pinto.

Concedo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Gostaria, apenas, de insistir num aspecto: apesar de V. Exª já ter afirmado que aqueles depósitos estão estritamente regulares, solicitaria, inclusive para o seu interesse, que fosse feita essa explicitação junto às Subcomissões de Bancos e de Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não havendo mais Parlamentar que queira interpellar o Deputado Uldurico Pinto, agradecemos a presença de S. Exª e a de todos os presentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h33min.)

Depoimento do Sr. Senador Mansueto de Lavor

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a nossa reunião, que tem por objetivo ouvir, no dia de hoje, o nobre Senador Mansueto de Lavor.

O Sr. Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Pedro Mansueto de Lavor.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - 60 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - SQS 309 - Bloco G - Apartamento 601, Brasília.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Parlamentar e advogado.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Em Brasília, no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que todos fiquem de pé a fim de ouvirmos o juramento do depoente.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei, do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Nobre colega Senador Mansueto de Lavor, a praxe de nossa equipe tem sido proporcionar ao depoente, se ele assim o desejar, o prazo de uma hora para exposição preliminar. Se V. Ex.^a quiser utilizar esse tempo, concedo-lhe a palavra.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sr. Presidente Jarbas Passarinho, Sr. Vice-Presidente Odacir Klein, Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, Srs. Membros desta CPI:

Fui nomeado Relator do Orçamento de 1993 por ato do Sr. Deputado Messias Góis, então Presidente da Comissão, exarado no dia 03 de setembro de 1992. A partir de então, começou para mim, talvez, o maior desafio da minha vida pública. O processo orçamentário de 93 foi, como todos puderam perceber, uma verdadeira corrida de obstáculos; obstáculos de ordem externa ao Congresso e à Comissão de Orçamento.

Por exemplo, o processo de **impeachment** que então já se desenrolava, depois, três governos - o Governo Collor, o interino do vice-presidente Itamar Franco e o definitivo do Presidente Itamar Franco -, quatro equipes econômicas - a equipe do Ministro Marcílio Marques Moreira, a do Ministro Paulo Haddad, a do Ministro Gustavo Krause, a da Yeda Crusius e quase que ainda pegava a equipe econômica do Eliseu Resende -, depois a inconformação ministerial com as dotações insuficientes, contidas na proposta governamental do Orçamento de 93, o Relator passou a ser pressionado não apenas pelos parlamentares, uma vez que o processo estava em nível de Congresso e era natural que houvesse essas pressões por parte dos parlamentares. Mas eram os Ministros que, com toda razão, queriam que o Relator destinasse mais recursos a seus Ministérios do que os solicitados na proposta orçamentária. Alguns chegando a dizer que os seus Ministérios se inviabilizariam se não houvesse essas dotações feitas pelo Relator-Geral.

Cito o exemplo do Ministério da Saúde, que pleiteava um acréscimo no Orçamento de cerca de 3,5 bilhões de dólares, para fazer face às deficiências financeiras do setor saúde. Ora, 3,5 bilhões de dólares não eram sequer os valores à disposição para atendimento de emendas de todos os Parlamentares, quanto mais, simplesmente, para suprir o Ministério.

Assim como o Ministério da Saúde, os demais ministérios, tanto da área de infra-estrutura como da área social, faziam contatos, reuniões e pressões legítimas sobre o Relator para o aumento de recursos.

Outra dificuldade: a falta de consolidação do Orçamento do Poder Judiciário. Por incrível que pareça o Executivo mandara na proposta, à parte, a proposta do próprio Poder Judiciário. Era a sua obrigação consolidar o Orçamento enviado pelo Ministério Público, pelo Congresso Nacional e pelo Poder Judiciário, juntá-los ao do Poder Executivo e fazer uma proposta consolidada do Orçamento de 93. Por uma divergência em torno do art. 5º, parágrafo único, da LDO, de 1992, não houve esse acordo entre Poder Judiciário e Poder Executivo. Então, a proposta do Ministro Marcílio veio com a consolidação do Executivo, do Ministério Público e do Congresso Nacional, mas não veio com a consolidação do Orçamento do Poder Judiciário, que ficou a cargo do Congresso e da Coordenação da Relatoria e da Comissão de Orçamento.

Por último, a proposta do Executivo estava repleta de contradições, de desajustes e de flagrante desobediência aos parâmetros legais, especificamente aos parâmetros estabelecidos no art. 16 da Lei de Diretrizes de Base de 1993.

Esses foram os obstáculos de ordem externa, que enfrentamos no árduo trabalho da relatoria do Orçamento de 93. Mas tivemos também imensas dificuldades de ordem interna. Entre elas, o próprio tamanho, a própria dimensão da Comissão de Orçamento. Eram 120 membros. Portanto, uma Comissão difícil de se reunir, difícil na obtenção de **quorum**, difícil de deliberar.

Felizmente, esta última Comissão que vai tratar do Orçamento de 94 teve o seu número diminuído. Mas o próprio tamanho da comissão já era uma dificuldade interna para o seu próprio funcionamento e para o trabalho do relator.

Mas nós temos que registrar, também, a escassez de recursos humanos e materiais e a escassez de um amplo serviço de informatização da Comissão de Orçamento. É verdade que sempre tivemos de recorrer aos préstimos técnicos do PRODASEN, mas é preciso reconhecer que até hoje a Comissão de Orçamento está desaparelhada para cumprir a sua função à altura, tanto do ponto de vista de quadros em número suficientes - os quadros que temos são bons, mas são em número insuficientes -, como do ponto de vista de recursos de informática e outros recursos materiais.

Em terceiro lugar, a falta de adequados instrumentos normativos e legais que superassem o dilema, por exemplo, do rodízio e da experiência dos membros da Comissão. O rodízio exigindo - como é democrático e natural - que, de dois em dois anos, de três em três anos, de ano em ano houvesse novos membros da Comissão. E, ao mesmo tempo, a experiência exigindo que outros ficassem e permanecessem por mais tempo, até para dar mais consistência ao processo orçamentário em nível de Congresso Nacional.

Que se disciplinassem, por exemplo, o que não há até hoje, o acolhimento de emendas e a atribuição de valores às emendas. Nas normas atuais não há condição de os sub-relatores, o relator geral, os autores das emendas, que conhecem mais a realidade que querem contemplar com essas emendas, de estabelecerem parâmetros e padrões de valorização das emendas apresentadas.

Em quarto lugar, apesar das disposições contidas em atos resolutivos e no próprio relatório preliminar, falta delinear ainda o perfil dos relatores parciais e dos relatores setoriais, sobretudo do relator-geral.

A soma enorme de poderes concentrados pelo relator-geral ficou bastante reduzida a partir da Resolução nº 1 e a partir do relatório preliminar que submetemos à aprovação do plenário da Comissão em setembro de 1992. Mesmo assim, seria preciso revisar e reestruturar o papel do relator-geral, que seria mais de coordenação, de sistematização e não apenas de decisões em nível tão amplo como ainda permanece atualmente.

Apesar desses obstáculos, não se poderão negar os avanços e alterações qualitativas verificados no processo orçamentário de 1993.

Deve-se registrar primeiro, a eliminação em massa das esdrúxulas programações municipais e distritais da proposta do Executivo, feita no relatório preliminar.

Aqui já se referiu o eminente Deputado Messias Góis, então Presidente da Comissão, sobre essa eliminação de programações distritais e municipais contraditando o espírito da proposta do Executivo, que não pode e não deve, no Orçamento da União, preocupar-se com programas de distritos, de cidades por diversas partes do País e nem com programas municipais.

Essa programação distrital e municipal, na proposta do Presidente Collor e mantida na revisão do Presidente Itamar, representava cerca de três trilhões de cruzeiros - abril. Foram eliminados esses chamados carimbos, porque realmente representavam uma distorção da proposta do próprio Executivo.

Em segundo lugar, considero também um avanço, no processo orçamentário de 1993, a classificação de emendas em coletivas, prioritárias e ordinárias, primeiro passo para a limitação e quiçá para a eliminação de emendas individuais.

Terceiro, a abertura do processo orçamentário a todos os parlamentares, aos demais Poderes e a diversos segmentos sociais, sem esquecer a comunidade científica e cultural. Podem se queixar de tudo, mas não podem se queixar que o Relator-geral do Orçamento de 1993 deixou de comunicar-se com todos os segmentos sociais que o procuraram: representações de ordem educativa, científica, sindical, de igrejas, de órgãos públicos, de Ministérios e, evidentemente, os parlamentares que o procuraram.

Além das representações de prefeitos, de governadores, de secretários de Estado.

Essas manifestações, em geral, se fizeram pessoalmente, quando não por correspondências diversas que temos arquivadas para nossa informação e informação dos senhores membros desta CPI.

Quarto, rigorosa obediência às normas regimentais, referentes à antecipada publicação do relatório, tanto para votação no plenário da comissão, como para votação no plenário do Congresso, isto é, nenhuma votação se fez, quer no plenário da Comissão Mista de Orçamento, quer no plenário do Congresso Nacional, sem que o Relatório-Geral do Orçamento de 1993 fosse publicado com a antecedência necessária, para que todos os membros da Comissão ou do Congresso tivessem oportunidade de tomar conhecimento de todas as suas unidades, de todos os seus valores e de todas as suas propostas.

Posso dizer, com a consciência tranqüila, que esse Orçamento de 93 é essencialmente congressional porque teve não só a participação, mas também a votação do Congresso. Muitos dos programas e atividades tiveram votações em três plenários: Plenário da subcomissão ou das subcomissões, Plenário da Comissão de Orçamento e Plenário do Congresso Nacional.

Não houve ensejo para que ninguém, nenhum membro do Congresso, dissesse que estava votando sem saber do que se tratava, porque os textos dos relatórios chegaram com a antecedência regimental a todos os Srs. Parlamentares.

Isso levou a um certo atraso - maior do que o ocasionado pelos problemas do *impeachment* e da mudança de Governo que levaram a um atraso de mais de 40 dias no processo orçamentário. Aliás, um atraso não, uma suspensão. E essa determinação de não se votar nada que não fosse publicado com antecedência levou a algum atraso, mas valeu a pena, porque os senhores podem ter a certeza de que o Orçamento que foi à sanção presidencial foi votado no Congresso Nacional.

E, por último, o que considero também um grande avanço: pela primeira vez na história do Orçamento no Congresso Nacional, do processo orçamentário, o fechamento do relatório, sua redação final, suas adequações foram elaboradas dentro do Congresso Nacional, dentro do órgão técnico específico do Congresso, ou seja, o PRODASEN. A fase final do processo orçamentário se deu no PRODASEN, que é o órgão do Congresso que tem toda a capacitação técnica para tal.

O Orçamento de 93 não foi fechado no DOU, que é um órgão do Poder Executivo, foi fechado dentro do Congresso, e isso constituiu, pela primeira vez, um grande passo e um grande avanço para que as decisões do Congresso fossem respeitadas no relatório final.

Quando se votou, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Membros da CPI, afinal, o Relatório do Orçamento de 93, já no dia 30 de abril do corrente ano, o Congresso tinha plenas condições de saber o que estava votando. E foi essa matéria votada, sem qualquer alteração de mérito, que foi levada à sanção presidencial.

No que se refere ao atendimento de emendas e ao trabalho do Relator, é preciso considerar que o Relator não é um factótum, aquele poderoso que poderia pensar em construir ou desmanchar o relatório a seu bel-prazer. Ele trabalha sob balizamentos. O primeiro deles é a própria Constituição Federal, o segundo é o Plano Plurianual, o terceiro é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o quarto é a Resolução nº 1 do Congresso Nacional e as suas alterações posteriores. E o último balizamento é o próprio Relatório preliminar que a Comissão, junto com o Relator-geral, estabelece os limites do seu trabalho para que o processo orçamentário tenha mais consistência e possa chegar a melhor êxito.

Foi com respeito a esses balizamentos que estabelecemos os critérios de apresentação de emendas do Relator-geral ao Plenário da Comissão e ao Plenário do Congresso Nacional. Esses critérios podem ser resumidos no seguinte elenco:

a) cumprimento do art. 212 das Disposições Permanentes e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, relativos a recursos vinculados pela Educação.

b) cumprimento do art. 159 da Constituição Federal, relativo à vinculação de recursos para os fundos dos Estados, dos Municípios e das Regiões.

c) cumprimento do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias relativo à distribuição de recursos federais para a irrigação entre as regiões.

d) atendimento ao disposto no § 7º do art. 165 da Constituição, combinado com o art. 35 do Ato das Disposições Transitórias e com o art. 16 da LDO, no que diz respeito à distribuição de recursos federais para as Regiões e Estados, obedecendo aos seguintes parâmetros: razão direta da população - a metade dos recursos - e razão inversa da renda per capita - a outra metade dos recursos.

e) alocação dos recursos não vinculados, provenientes da reestimativa da Receita aos Ministérios e a outros órgãos federais.

f) realocação dos recursos do PIN/PROTERRA, conforme o art. 2º, Parágrafo Único, da Lei nº 8.167/93.

g) alocação de contrapartidas não contempladas na proposta e reposição de contrapartidas retiradas nos Relatórios parciais, em obediência ao art. 20 da LDO.

h) realocação de recursos provenientes do cancelamento de programas municipais e distritais das propostas já aludidos, conforme determinação do Relatório preliminar.

i) atendimento a pleitos de Estados e Municípios, de conformidade com o permissivo no art. 17, Inciso VII, da LDO.

j) correção e desdobramento de emendas dos Parlamentares para atender a requisitos técnicos.

k) transformação de emendas ordinárias em emendas de Relator, em face da substituição de prioridades por parte dos seus autores.

l) mudanças de alocações da proposta por expressa manifestação do Executivo, sobretudo nas operações oficiais de crédito relacionadas com o art. 33 da LDO;

m) cumprimento de acordos políticos das Lideranças partidárias representadas na Comissão de Orçamento.

Estes, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Membros da Comissão, foram os parâmetros que pautaram o nosso trabalho no acolhimento e na proposição de emendas de Relator aos Plenários da Comissão e do Congresso Nacional.

Por último, Sr. Presidente - se bem que tenho consciência de que a minha tarefa aqui é informativa e não opinativa -, considero do meu dever, com a experiência duríssima vivida no processo orçamentário de 93, deixar algumas sugestões para esta CPI, se me permite V. Exª:

1º - a lei orçamentária deve ser impositiva e não autorizativa. Isto levará a uma posição não de conflito; mas de cooperação entre o Executivo e o Legislativo. O conflito existe agora, é esse "cabo de guerra". O Executivo faz uma proposta, esconde a receita, aumenta as despesas, e o Congresso fica na dúvida se desmancha ou não a proposta, se emenda ou não essa proposta. Se tivéssemos uma lei orçamentária impositiva, isso não ocorreria; pelo contrário, acabar-se-ia o orçamento de ficção, de faz-de-conta, e poder-se-ia ter finalmente o orçamento real ou o orçamento verdade, como quer o atual Ministro da Fazenda.

2º - Eliminar as cláusulas pétreas da lei orçamentária. Poucos sabem que o Congresso não pode alterar o Orçamento, a não ser em menos de 5% das suas despesas, porque estamos impedidos para isso de mexer em mais de 95% do Orçamento de 93, que fui eu que relatei. A peça orçamentária vem ao Congresso como um mamute indismontável, seja por força da Constituição, seja por força de dispositivos legais. Por exemplo, não vejo por que não alterar na Revisão Constitucional o art. 166, § 3º, inciso II, letras a e b, que diz que o Congresso não pode mexer nas despesas orçamentárias referentes ao endividamento interno e externo. E isso representou no Orçamento de 93 quase 65% das despesas orçamentárias. O Congresso não tem participação nesse processo de

endividamento, da rolagem da dívida externa, da negociação com os Estados e Municípios em termos orçamentários. Tem em termos institucionais, porque, para isso, o Senado tem a atribuição do art. 52 da Constituição. Mas as consequências financeiras - 99% rolagem da dívida interna e 1% rolagem da dívida externa - que aparecem no Orçamento não podem ser tocadas pelo Congresso Nacional. Deve-se eliminar essa cláusula pétrea para que o Congresso, no processo orçamentário, numa atitude responsável e a quatro mãos com o Executivo, possa discutir e reverter esse problema do endividamento no Orçamento.

No ano de 92, as despesas relativas à rolagem de dívida eram de 35%. Essas despesas saíram para 65% no Orçamento de 93 e Deus sabe a quanto vai chegar no Orçamento de 94. E o Congresso não pode assistir a isso de mãos atadas por causa de uma cláusula pétrea, de um dispositivo constitucional que tem que ser alterado na Revisão, no meu entender.

3º - Sr. Presidente, proposta: cronograma rígido de liberação dos recursos orçamentários, sem discriminações de Regiões, Estados, Municípios ou representantes;

4º - correção monetária para os valores correspondentes a despesas em atraso - evidentemente despesas em atraso, com justificativas. Por exemplo: queda da arrecadação. Não pôde pagar este mês: quando for pagar, tem que ter "ufirização", isto é, o mesmo índice de correção dos ingressos, tem que haver também para as saídas, para as despesas;

5º - as programações, tanto da proposta, como as previstas nas emendas dos Parlamentares e dos Relatores, devem, no meu entender, ter seus preços justificados. Não pode ser essa justificação genérica que aparece: "Justificação: a obra é boa por isso, 10 milhões para isso". Tem que conter o preço; a justificação deve ser relativa aos preços. E, no caso de investimentos, essa proposta de valores deve ser acompanhada de projetos básicos, para que a Comissão possa realmente avaliar se aquele valor atribuído é ou não um valor real ou um valor fictício; um valor "chutado" - desculpem-me a expressão - para mais ou para menos.

Nas condições atuais, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Membros da Comissão, não há relator, não há membro da Comissão, não há autor de emendas que tenha condições de avaliar quanto vale uma programação prevista. Então, não me venham cobrar que essa emenda foi tanto e essa, outro. Não há condições. Até porque o que vale na sistemática atual é o "pague-se", o "libere-se" do Executivo. Não é a licença que se dá para essa despesa, porque essa licença está sujeita a três condições. Quando se aprova um orçamento, um relatório e uma emenda, dá-se uma licença, sob três condições, ao Executivo. A primeira condição é se existe disponibilidade financeira; a segunda, é se existe consistência naquela proposta, do ponto de vista técnico. E aí quem examina também é o Executivo, não é o Legislativo. E a terceira condição, que sempre é a preponderante, é se existe vontade política do Presidente ou do Ministro, às vezes até do Secretário do Ministro, em liberar aqueles recursos, porque, se não existe essa vontade política, os recursos não são liberados.

Então, nesse sistema atual, o que há de mais relativo no mundo são valores de emendas. Mas, se o Orçamento, em vez de ser autorizativo, é um orçamento dispositivo, obrigando o Executivo a cumprir o que for votado pelo Congresso, o Congresso assume a responsabilidade de estabelecer os valores, com fundamento e com consistência técnica. Essa responsabilidade é comum.

Em sexto lugar, Sr. Presidente, as transferências voluntárias para Estados e municípios, que são previstas excepcionalmente na Constituição, no meu entender, devem prevalecer, mas apenas com projetos fundamentados e com a contrapartida compatível à realidade de cada município.

Em sétimo lugar - e aqui vai uma questão polêmica: sei que é polêmica mas não tenho receio de propor - é preciso oficializar o lobby, mediante lei específica. É preciso acabar com essa relação por baixo do pano - desculpem-me a expressão -, é preciso acabar com esse concubinato, muitas vezes, entre setores ligados a interesses empresariais e a setores do Congresso. Temos que dar transparência a esse relacionamento.

O Governo, o Executivo precisa contratar empreiteiras ou não? Se não precisa, que se constitua em uma grande empresa estatal, a CONSTRUBRAS, para fazer todas as obras públicas. Mas, se essa não é a opção - penso que não deva ser - tem que haver em todas as obras empresas contratadas para executar essas obras públicas. Pois bem. Não temos nenhum canal oficial, legal atualmente para entrarmos em contato com essas empresas, com representantes dessas empresas. Eu mesmo, de antemão, rejeitei qualquer contato com empresas ou seus representantes. Duvido que me acusem de ter entrado em contato com qualquer empresa ou com qualquer empresário do setor de obras públicas. Aliás, houve uma exceção: um dia, o meu colega Senador Henrique Almeida telefonou-me e pediu que eu recebesse o empresário Cecílio Almeida, dono da CR Almeida, no meu gabinete, dizendo, assim: "Olha, ele é meio doido, mas tem algumas idéias interessantes. Eu gostaria que você o recebesse". Em atenção ao colega, eu disse: "Estou no meu gabinete". Ele foi, acompanhado de um secretário; eu estava acompanhado de dois assessores. Conversamos. Ele trouxe um calhamaço com acusações às demais empresas concorrentes, e eu disse: "Dr. Cecílio, a minha tarefa não

é essa; se tivéssemos aqui a Comissão de Fiscalização, o senhor levaria à mesma. Mas dou uma sugestão: o senhor leva ao Dr. Junqueira, ao Procurador-Geral da República, que - creio - é a porta certa". E nossa conversa foi muito rápida. Com essa única exceção, não recebi nenhum representante. Mas precisei: não o fiz para que não houvesse julgamentos acerca do nosso trabalho como Relator. Então, com a oficialização do lobby, que se faz urgente, teríamos as informações de que precisamos no seio da Comissão ou das Comissões sobre o posicionamento, sobre as propostas e até sobre os interesses desse segmento do qual o Governo não pode prescindir, a não ser que não faça obras públicas. Para isso, estudando esse assunto, cerquei-me de tantos projetos que existem aí. Há vários projetos. Lembro-me de um do eminente Senador Marco Maciel, que é bastante consistente, e de outros projetos.

Recebi, ainda no começo de 92, um livro que considero fundamental para o debate dessa questão. Trata-se do livro intitulado "Lobby e Democracia, Pressupostos Legais", do ex-Deputado Federal Luiz Magalhães Melo. Esse livro, eu o recomendaria para o debate sobre essa questão da legalização do lobby, porque considero o melhor publicado no País sobre esse assunto. Na realidade, é fundamental. Mas não vamos perder muito tempo com isso. O importante é saber que esse relacionamento, como está, não pode continuar. Deve haver uma ligação, uma oportunidade de diálogo entre o Congresso e todos os segmentos.

Por último, Sr. Presidente, para não me alongar e cumprir o tempo que me foi dado, a última sugestão. No meu entender e pela minha experiência, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não deve ser uma lei descartável, anual - cada ano uma Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se se traçam diretrizes para o Orçamento, essas diretrizes têm que ser permanentes. Então, proponho que a Lei de Diretrizes Orçamentárias seja permanente, que dure, pelo menos, um quinquênio - como dura o plano plurianual - e não uma lei descartável cada ano; que a Lei Orçamentária seja debatida durante todo ano no Congresso Nacional e não apenas empurrada para o segundo semestre, se der tempo, ou para o fim.

Então, queria defender aqui que todo o processo orçamentário ocupasse o ano, abrangesse, envolvesse todas as Comissões do Congresso e todos os Parlamentares interessados durante o ano todo. E a Comissão de Orçamento - ou aquilo que ficar para sistematizar os trabalhos orçamentários junto ao Orçamento - é que faria, no segundo semestre, o esboço do projeto do Orçamento do ano seguinte. Se se começasse a discutir nas diversas Comissões do Congresso a Lei Orçamentária - não a LDO, como se faz agora - a partir da abertura do ano congressual, não teríamos os dissabores que estamos tendo agora.

O ano passado houve o impeachment, mas esse ano não houve impeachment: esta CPI não interferiu em nada nos trabalhos do Executivo em elaborar o Orçamento de 94 e o Orçamento de 94 ainda não deu entrada para a discussão e votação aqui neste ano. E ainda vem, segundo o próprio Relator deste ano, com dificuldades constitucionais que talvez impeçam a sua tramitação rápida no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, eram essas as minhas explanações. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eminente Senador Mansueto de Lavoura, V. Ex^a não foi relacionado dentre os políticos e Parlamentares, sobretudo, objeto de denúncias por parte do Sr. José Carlos dos Santos. O chamamento a esta CPI de V. Ex^a se dá em razão dos chamados papéis da ODEBRECHT, apreendidos na casa de um diretor daquela empresa aqui, em Brasília.

Pergunto: V. Ex^a tem conhecimento do teor desses papéis.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - O meu conhecimento sobre o teor desses papéis, eminente Relator, foi primeiro pela imprensa. Quem primeiro me ligou dizendo que eu havia sido relacionado nesses papéis da ODEBRECHT foi um repórter da Rádio Gaúcha do Rio Grande do Sul. Depois li pela imprensa e tive oportunidade de ler o relatório do eminente Senador José Paulo Bisol, que é o coordenador, um relatório assinado pelos eminentes Senador José Paulo Bisol e o Deputado Aloizio Mercadante. Só após ouvir notícias no rádio, ler notícias nos jornais e ler o relatório do Senador José Paulo Bisol é que tomei conhecimento desses papéis, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então perguntaria: Como V. Ex^a interpreta, dentre esses papéis, aquela parte em que várias obras são relacionadas com nomes de Parlamentares, o cargo de Parlamentares ao lado, como, por exemplo, no Estado do Piauí, o Hospital Universitário de Teresina, MEC, emenda parcial - ET - 2%: relator-geral, 3%: fazendo as contas - 15 bi sobre 19 = 2,87%?

Como V. Ex^a interpreta esse tipo de anotação?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Caso V. Ex^a queira, poderei passar o papel às suas mãos.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não, tenho vários, estou aqui com o texto do relatório do Senador Bisol. Acho que ele traz esses números.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Este aqui é o original à mão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - O relatório tem como anexo, também, o original à mão.

Sr. Relator, é difícil fazer qualquer interpretação desses papéis da ODEBRECHT; não tenho como interpretar papéis que foram escritos por quem não conheço, com um conteúdo sobre o qual não conhecia e que, realmente, têm referências, algumas até esotéricas, sobre pessoas e números tão difíceis de explicar que nem o representante da ODEBRECHT, que aqui depôs, soube fazê-lo a contento.

Então, não seria eu a ter esse dom, essa clareza de explicar isso. Mas algumas conclusões podemos retirar e, a isso, a prudência dos Relatores José Paulo Bisol e Aloizio Mercadante, levou com clareza a esta afirmativa, dizendo o seguinte: "É de vital importância esclarecer que a citação de nomes de políticos, Parlamentares e servidores públicos, nos documentos apreendidos pela Polícia Federal, não significa, desde logo, que aquelas pessoas estejam envolvidas ou tenham sido beneficiadas de favorecimento pela ODEBRECHT".

Continuam os Relatores: "...algumas dessas pessoas citadas foram claramente usadas, ou enganadas, sem qualquer conhecimento sobre as operações orquestradas".

Quem sabe são conjecturas, se não houve a intenção de corromper; quem sabe se não houve a intenção de confundir, mas isso fica no campo da conjectura, não tenho nenhum elemento concreto para isso.

Relator-Geral é uma função, não é uma pessoa física, como é Governador, como é Ministro, que aparece aí também, são funções; agora, quando esse documentos se referem ao meu nome, à minha pessoa física, nunca colocam qualquer referência a percentuais ou a aferimento de vantagens ilícitas. Pelo contrário, claramente esses percentuais foram colocados num documento de abril de 93; já num documento de setembro de 93, vários meses depois, há um documento inserido aqui, no relatório Bisol, onde se diz textualmente, faz uma classificação de Parlamentares, que não deixa de ser subjetiva, mas onde faz claramente uma distinção, entre elas: Deputados, amigos, que nada cobram e que esperam ajuda eleitoral etc. Visão subjetiva.

Mas o importante é dizer que, no que se refere à minha pessoa física, ou meu nome, não há percentual, não há indicação de recebimentos ilícitos, não há indicação sequer de qualquer conhecimento, de minha parte, sobre esses rascunhos apreendidos na Construtora Norberto Odebrecht.

Desse modo, nada tenho a informar sobre isso, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª confirma que não conhece e jamais conheceu o Sr. Ailton, Diretor da ODEBRECHT?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não o conheço, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Segundo: V. Exª repele a interpretação que ele deu, de que esses números seriam exercícios unilaterais da empresa, sem conhecimento dos Parlamentares, para futuras ajudas políticas?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não tenho condições de repelir, Sr. Relator, nem de não repelir. O que considero é que as explicações sobre isso devam ser dadas por eles da ODEBRECHT.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eles deram, só que a nós cabe aceitá-las ou não.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, para concluir essa parte, V. Exª jamais foi procurado por alguém da ODEBRECHT para tratar das obras do Hospital da Universidade de Teresina?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Jamais. Nem para essa obra, nem para qualquer outra. Jamais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu ia citar as outras em que está o Relator-Geral nomeado; não precisa, porque V. Exª já contestou todas. Seria a Adução Pedro II, Barragem de Oiticica, Barragem do Açú.

Já que V. Exª contestou, em bloco, não temos porque insistir nesse assunto, nesses números e dados.

V. Exª certamente tem conhecimento de que esta CPI trabalha com quatro subcomissões: a Subcomissão de Subvenções, a Subcomissão de Emendas; a Submissão Patrimonial e a Subcomissão de Bancos. Normalmente, nas inquirições, o Relator recebe elementos dessas subcomissões para fazer a sua arguição. Da Subcomissão de Bancos, recebo o levantamento feito em razão da quebra do sigilo bancário. Eu perguntaria a V. Exª se além de ser parlamentar, além de Senador, exerce alguma outra atividade remunerada.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Em caráter permanente, não. Eventualmente, tenho outras remunerações relativas à atividade agropecuária em pequena escala e movimentação do patrimônio, conforme demonstrativo nas declarações de Imposto de Renda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em 1991, V. Exª apresenta, em quatro meses daquele ano, movimentação bancária, ou créditos bancários, bem acima do percebido de subsídios. Janeiro: para um subsídio de 7 mil, 447 dólares, uma movimentação em dobro, 14 mil, 752 dólares. Fevereiro: igual, semelhante acréscimo. Em junho, para uma remuneração de 5 mil, 200 dólares, uma movimentação bancária de 16 mil, 510 dólares. E em agosto, 46 mil, 807 dólares de créditos bancários para uma arrecadação normal de subsídio da ordem de 7 mil e 010 dólares. Em 1992, há um acréscimo maior ainda nos meses que vão de junho a outubro.

No total do período levantado, verifica-se que V. Ex^a teve de ganhos extra-subsídio parlamentar, uma renda de 153 mil, 664 dólares.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Nesses cinco anos?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em quatro anos e meio.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Quatro anos e meio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a tem condições de indicar todas essas origens?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Vou ler aqui, Sr. Presidente. Acho que foi até mais do que isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aqui constam 153 mil.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - A média anual de depósitos bancários no período de 1/2/89 a 31/8/93, incluindo os valores relativos aos proventos, segundo os meus cálculos e levantamentos feitos pela nossa Consultoria e Assessoria, foi de 97 mil, 983 dólares e 80 cents. Ao se excluir os proventos, chega-se a uma média anual de 30 mil, 993 dólares, sem os proventos. V. Ex^a tem aí essa média anual do período todo?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Não tenho a média.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Tudo bem. Tem só um ano.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho os subtotais por anos e por meses.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Tudo bem. Então, vamos aqui. A média mensal de depósitos bancários, incluídos os valores relativos aos proventos no período de 1/12/89 a 31/8/93, foi de 8.152,65. No entanto, ao se excluir os proventos, chega-se a uma média mensal de 2.579 dólares. É essa a minha média mensal, fora os proventos; com os proventos, 8 mil.

No período, esse período a que V. Ex^a se refere, houve um ingresso de patrimônio de 175 mil, 026 dólares e 5 cents; cuja soma, em 31 de dezembro de 1992, o patrimônio geral todo, é 486 mil, 479 dólares - é a soma geral do meu patrimônio.

Mas nesse período contemplado pela CPI, de todo esse patrimônio de menos de 500 mil dólares, que é o meu patrimônio, tive um ingresso, nesse período da CPI, de 175 mil, 026 dólares. No mesmo período, foi baixado do meu patrimônio, alienado, portanto houve ingresso de recurso do patrimônio, a importância de 98 mil, 676 dólares. O crescimento real do patrimônio foi de 53 mil, 275 dólares, que é o ingresso menos as baixas e alienações. Houve, como alienação de patrimônio, ingressando portanto nessas contas bancárias, o produto da venda de um terreno comercial na Rua do Coliseu, em Petrolina, aplicado na aquisição de veículos, conforme declaração do Imposto de Renda.

A aquisição de um lote com casa em construção no Lago Norte, em Brasília, no valor original de 67 mil, 457 dólares e 76 cents teve a seguinte cobertura financeira: saído de aplicações financeiras declaradas na minha Declaração de 31/12/95, 31.900; parte da venda do apartamento de Olinda, da Avenida Senador Marcos Freire, 19.624 dólares; empréstimo tomado ao Instituto de Previdência dos Congressistas, 4.905; parte dos proventos de janeiro e fevereiro de 1992, que totalizaram 23.812 dólares, uma parte desses proventos, 11.028, também cobriu essa aquisição desse imóvel aqui em Brasília, o que deu, em janeiro de 1992, um valor de 67.457, para cobrir financeiramente a aquisição desse terreno aqui em Brasília. Os depósitos bancários oriundos de proventos somaram a importância, no período, de 272.049. Isso é que eu queria que V. Ex^a conferisse. V. Ex^a somou e dá quanto nos seus dados?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Proventos no período de 1989 até aqui?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - 430.359 dólares,

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Os depósitos bancários oriundos de proventos somaram...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a tem quanto aí?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Os depósitos bancários, oriundos de proventos, somaram duzentos... - talvez V. Ex^a se refira a todos os depósitos bancários.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Todos desse período.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Estou me referindo só aos de proventos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Proventos, tenho aqui o total geral de 430.359 mil, que, aliás, é o que tem sempre e bate com a média dos Deputados em geral e Senadores, sempre acima de 400 mil, 420, 430, no período.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente.

Então eu queria concluir que, além dos proventos, houve as seguintes alienações patrimoniais: venda de terreno comercial na Rua do Coliseu, em Petrolina, em 1991, no final, por 47.220,18 dólares; venda do apartamento residencial, que eu tinha em Olinda, na Avenida Senador Marcos Freire, aproximadamente 45 mil dólares; venda de um terreno no loteamento Portal das Águas, em Petrolina, aliás, venda de dois lotes no loteamento Portal das Águas, em Petrolina, e venda de dois lotes em Janga Paulista. Isso tudo está nesta Declaração, que posso passar às mãos de V. Ex^a.

O fato é que o crescimento real patrimonial, nesse período, correspondeu a 19,58% dos depósitos bancários dos proventos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a concluiu, Senador?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Já concluí e gostaria de passar, depois, os dados consolidados a V. Ex^a, para exame e para qualquer outra informação que possa prestar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Como esta inquirição está sendo gravada e, depois, degravada, integrará os anais da CPI, eu pediria, então, que V. Ex^a confirmasse, conclusivamente, o seguinte: V. Ex^a reconhece que teve créditos bancários acima do valor dos subsídios, decorrentes ora de pequenos ganhos na atividade agropecuária e, na sua maior parte, na alienação de patrimônio imobiliário.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Na alienação de patrimônio imobiliário, exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Senador Mansueto de Lavoura:

Quando V. Ex^a foi indicado Relator-Geral da Comissão Mista de Orçamento, em 1993, havia já demonstrado conhecer bem o mecanismo de acolhimento, aprovação e liberação de emendas, pois no Orçamento de 1992 havia conseguido aprovar, segundo levantamento junto ao SIAFI, 128 emendas, das quais 55 foram executadas. O que é que um parlamentar precisava fazer para se entrosar com o centro de decisão daquela Comissão e com o Executivo, para se tornar tão eficaz?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Senador Suplicy, é preciso distinguir entre emenda individual apresentada pelo parlamentar e emenda de Relator. Esta confusão é que cria algumas conclusões inadequadas. Esse número de emendas a que V. Ex^a se refere...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Referentes a 92.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exato, é porque eu fui Relator da CODEVASF, dentro do Ministério da Agricultura. Codevasf, que é um micro-orçamento, mas tem também investimentos, tem tudo. Grande parte dessas emendas se referem a emendas de Relator, a maioria delas de adequação, de aumento de recursos também, mas nunca emendas individuais, do interesse do próprio parlamentar.

Então, a mesma coisa se pode dizer do Relator-Geral, que é normalmente apontado em órgãos da imprensa como campeão de emendas. Vá ver que emendas ele aprovou. Uma simples movimentação de uma operação oficial de crédito, de uma AGF para uma EGF, dá uma emenda de Relator de 300 milhões de dólares. Isso não tem nada à ver com o dinheiro que se vai levar para obras públicas na região, e muito menos para suas bases ou para seu apoio político. Então, eu queria dizer a V. Ex^a que esse número de emendas que V. Ex^a me atribui no Orçamento de 92, é resultado da relatoria parcial da CODEVASF. As minhas emendas individuais são todas pequenas, localizadas e não chegam sequer - se não estou enganado, pois não fiz esse levantamento - a 20 emendas aprovadas e com valores pequenos.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Boa parte das emendas de V. Ex^a são de valores relativamente modestos.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente as emendas individuais.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Por exemplo, por que razão especial dois Municípios - Poção e Buenos Aires - têm sido contemplados por suas emendas?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Bem, eu quero dizer que Buenos Aires não é a capital da Argentina: é uma cidade de Pernambuco.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Eu sei. Se puder citar a população de Poção e Buenos Aires, seria interessante.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - A população de Poção - área rural e urbana - representa cerca de 20 a 25 mil habitantes; Buenos Aires é uma cidade um pouco menor e deve ter cerca de 15 a 20 mil habitantes. V. Ex^a se refere a 1992 ou 1993?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - No ano de 1992, por exemplo, há diversas emendas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim, mas são cidades do Estado onde trabalho.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Para exemplificar, por isso é que estou perguntando as razões pelas quais apresentou propostas para...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - São cidades do meu Estado. Por exemplo, o Prefeito de Poção é correligionário meu. Então isso é natural.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Dentre as emendas que conseguiu aprovar, e tê-las executadas, se destaca especialmente a de nº R00601-4, referente ao perímetro de irrigação de Marituba, no valor de 47 bilhões de cruzeiros. Essa é uma emenda que se destaca muito em relação às demais, pois representa um valor 40 vezes maior, ou mais, do que o destinado às outras emendas que apresentou.

V. Ex^a acaba de citar que foi o relator da CODEVASF.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Como se explica que um Senador por Pernambuco tenha apresentado a sua mais importante proposta, em termos de valor, no ano de 1992, para um projeto de irrigação no Baixo Rio São Francisco, no Estado de Alagoas? V. Ex^a conhecia bem esse projeto, o seu histórico, a polémica técnica relativa ao Relatório de Impacto do Meio Ambiente, quem o projetou, quem iria executar a obra, antes de apresentar a emenda?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Quero dizer a V. Ex^a que tomei conhecimento de todas essas objeções sobre o Projeto Marituba. Mas o fato de um relator apresentar emendas para outro Estado favorece o relator, pois mostra que ele não puxou a brasa para a sua sardinha. É até meritório o relator se preocupar com outras áreas que não a sua. Já no caso das emendas individuais, é normal o Parlamentar procurar contemplar mais as suas áreas. Não é contra o regimento ou a lei o Parlamentar apresentar emendas individuais para outros Estados. O estranho é ele sempre preferir outras regiões à sua. Foi motivo de longa discussão, Senador Suplicy, a questão do Projeto Marituba. Tivemos longas reuniões com o então Secretário de Irrigação do Governo Collor, Moacir Andrade. Em princípio, havia as objeções ambientais, como ocorre em todo projeto de irrigação. Por fim, houve documentos, houve elementos que comprovaram que o projeto havia contornado esses alegados danos ao meio ambiente. Por isso a prioridade número um do Estado, em termos de irrigação, era um projeto altamente priorizado pela CODEVASF. Assim, esses recursos foram destinados para que esse projeto, que já estava atrasado em razão desses problemas ambientais, retomasse o seu ritmo a partir do ano de 1992.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a, portanto, estava consciente de que o Projeto Executivo do Perímetro de Irrigação de Marituba havia sido elaborado pela Hidros Engenharia, cujo capital, 40%, é do Sr. Nely, Diretor Regional da CODEVASF, em Pernambuco, que é um grande produtor de cebola da região.

V. Ex^a sabia que o projeto elaborado e viabilizado em 1990 desenvolveu-se sobretudo em 1991/1992, quando foram executadas as emendas. Porém - aí é que está Senador Mansueto de LAVOR -, pelo menos o custo estimado por hectare irrigado nessa obra está em torno de 18 mil dólares, quando o custo médio, em termos mundiais para irrigação - acredito que V. Ex^a seja mais especializado nessa área do que eu - é de 6 mil dólares por hectare irrigado, segundo informações da própria CODEVASF.

Houve um parecer técnico, feito em 1990 pela Universidade Federal de Sergipe - V. Ex^a disse que está a par desses pareceres técnicos -, que conclui pela inviabilidade do projeto. Esse projeto acabou sendo implantado, ou melhor, pelo menos ganhou a licitação para implantá-lo a OAS, que o subempreitou para a Hydra, que detalhou a obra executada a um custo - segundo essas informações da CODEVASF - três vezes maior do que a média mundial.

V. Ex^a está a par desses dados de custo?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Senador, primeiramente, não tomei conhecimento, nem procurei saber qual era a empresa executora da obra. Em absoluto. Essa informação de que a Hydra foi subempreiteira dessa outra empresa eu não sabia; não sabia que era a OAS; não sabia que a Hydra havia sublimitado nem, muito menos, que a Hydra tivesse um diretor em Pernambuco que é plantador de cebola não sei onde. Nada disso me foi colocado.

O que me foi colocado foi um pleito do Governo, de alguém que era autoridade pública, pleitos sucessivos da CODEVASF, dizendo que aquele projeto, por objeções dos ambientalistas, havia sido atrasado no seu cronograma. Foi-me colocado também que, agora, que essas objeções haviam sido superadas, era preciso retomá-lo com um pouco mais de recursos do que o que se faz normalmente nos projetos de irrigação. Era para se ganhar o tempo perdido em termos de cronograma físico-financeiro da obra.

No que se refere ao preço de irrigação por hectare, na realidade, ao se comparar com outras regiões, o preço do hectare irrigado de toda a CODEVASF é mais alto do que em qualquer parte do País. A CODEVASF alega que é porque faz toda a infra-estrutura, inclusive estrutura de escola, estrutura de serviço médico, agrovilas. Isso tudo é embutido no preço de hectare irrigado. Em todo projeto de irrigação há agrovilas. Isso encarece mais o preço. Mesmo assim, pessoalmente acho que o preço do hectare da CODEVASF ainda é alto, em comparação com outras partes do mundo. Nem digo a China, nem o México, mas digo até mesmo projetos de irrigação nos Estados Unidos, na Espanha, que são mais baratos do que os projetos de irrigação, por hectare, da CODEVASF. Tenho lutado contra isso. Acho que é preciso revisar isso.

Mas essa questão de preço, Senador, compete mais ao Executivo. Aqui damos a permissão dos recursos; é o Executivo que deve contratar e não o Relator-Geral. Não podemos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Finalmente, Senador Mansueto de LAVOR, é fato que o Relatório de 1993, a redação final foi publicada. Todos os Congressistas estavam conscientes, portanto, do que estavam votando. Não houve acréscimos posteriores; o que se votou era a redação final. Mas salvo um aspecto - e pergunto finalmente a V. Ex^a -, por que o Relatório relativo ao Anexo II, referente às subvenções sociais indicadas pelos senhores Parlamentares, foi publicado uma semana após a votação pelo Congresso Nacional, ainda que o restante da redação final já tivesse sido publicada?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Todos os valores relativos às subvenções sociais estavam embutidos no Relatório. Agora, em relação a esse Anexo, se houve atraso, foi por questões técnicas do PRODASEN. Na realidade, não é, digamos assim, que um ou outro anexo venha separado do texto original. Não foi por determinação de quem quer que seja, muito menos minha: foi mera questão técnica do PRODASEN, que estava sobrecarregado naquela luta para que se votasse o Orçamento em um tempo - não digo hábil - que permitisse não se entrar no mês de maio sem a votação do Orçamento.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Obrigado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Obrigado também.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

Com a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tendo em vista a exposição do depoente, a clareza, o baixo patrimônio e a mínima variação patrimonial, não tenho perguntas a fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Senador Mansueto de Lavor, V. Ex^a entrou para a Comissão Mista de Orçamento em outubro de 1989. V. Ex^a participou ininterruptamente até 15 de março de 1993...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...tendo sido inclusive Relator-Parcial da SUDENE, da FURENE, do FINOR, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, da CODEVASF. Ou seja, em anos diferentes V. Ex^a sempre teve um papel de destaque na Comissão de Orçamento.

Em 1990, V. Ex^a aprovou 29 emendas, 11 enquanto Relator Parcial. Em 1991, aprovou 19 emendas. Em 1992, aprovou 127 emendas, sendo 2 enquanto Relator Parcial. Portanto, o grosso das emendas que V. Ex^a apresentou eram emendas próprias. Em 1993, enquanto Relator Geral, 648 emendas. Ou seja, durante todo o período que estamos investigando, em que está transparente para toda a sociedade brasileira que existia um esquema de corrupção poderoso basicamente articulado pela Relatoria Geral e pelos sub-relatores de áreas estratégicas, V. Ex^a sempre esteve envolvido em Relatoria Parcial ou Relator Geral, função mais importante da Comissão Mista do Orçamento.

V. Ex^a afirmou que não sabia por que o seu nome aparecia no material da ODEBRECHT. No entanto, no relatório eles dizem:

"Obtivemos, no Orçamento Geral da União de 1992, emendas para 110 programas da Construtora Norberto Odebrecht e conseguimos aprovar 60 programas nos relatórios parciais no montante de 54 milhões de dólares para a CNO. Obtivemos, no Orçamento Geral da União de 1992, 27 indicações de Relatores Parciais que foram atendidas pelo Relator Geral, no total de 98 milhões de dólares para a ODEBRECHT. Aprovamos, no Orçamento Geral da União de 1992, junto ao Relator Geral, verbas no total de 102 milhões de dólares para 50 programas da Construtora Norberto Odebrecht."

Além de acatar indicações parciais de 94 milhões, eles indicaram diretamente ao Relator Geral 102 milhões de dólares para 50 programas, o que dá um total de quase 200 milhões de dólares.

E o mais grave...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - V. Ex^a se refere ao Relator-Geral de 1992, não é isso?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De 1992.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente, fui de 1993.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vamos pegar o de 1993, porque aqui não diz que é o Orçamento de 1992.

Vamos pegar 1993.

V. Ex^a acha que 1993 foi diferente?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Claro que foi.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não houve essa aprovação.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não quero fazer nenhum julgamento dos colegas que fizeram relatórios anteriores. Posso dizer até que fizeram o possível para acertar, até prova em contrário. Agora, V. Ex^a se refere ao Orçamento de 1992.

Quanto às obras referentes a essa empresa no Relatório da CODEVASF, eu queria dizer que são obras do interesse não apenas da região, mas de todas aquelas comunidades. Acima de tudo, são obras que representam a redenção econômica daquela região.

Então, vê-se por exemplo, no Orçamento de 93, Deputado, só para citar o caso da ODEBRECHT, o Projeto Caraíbas - V. Ex^a deve conhecer; se não o conhece, pergunte ao Deputado Alcides Modesto. O Projeto Caraíbas são 37 agrovilas com o assentamento de cerca de 20 mil famílias, desalojadas pela Barragem de Itaparica. Para repor as contrapartidas e aumentar os recursos desse projeto, recebi, além de Pastoral da Terra, de Governadores, de Prefeitos, de Câmaras de Vereadores, o pedido do Banco Mundial.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Senador, não estamos discutindo esse projeto. O que eu queria discutir é que o nome de V. Ex^a, na condição de Relator-Geral, no material da ODEBRECHT, aparece associado às seguintes emendas, situações de porcentagem de cálculos, valores, ou seja, indícios - porque V. Ex^a leu só parte do nosso relatório. A conclusão diz o seguinte:

"Outras pessoas, no entanto, - porque V. Ex^a leu o seguinte trecho: "algumas dessas pessoas citadas foram claramente usadas ou enganadas sem qualquer conhecimento sobre as operações orquestradas" -, pela frequência e circunstâncias pessoais, pela intensidade que surge na documentação e com a riqueza de detalhes contundentes, necessitam ser investigadas para um juízo conclusivo. A organização faz para as Prefeituras, Governos, Ministérios, Parlamentares e Congressistas

projetos, cartas, ofícios, recursos, transferências e dotações, gerenciamento de recursos, trocas de rubricas, libera desembolso de recursos, diretrizes políticas, sociais, econômicas etc. Essa organização opera ostensivamente dentro do Congresso e nos Ministérios, tendo, evidentemente, a convicção de poucos e a ingenuidade de muitos, com prejuízo moral, ético e financeiro para a Nação".

O que é grave: V. Exª aparece assim: Hospital Universitário de Teresina: MEC, Emenda parcial - há um cálculo - Relator-Geral: 3% de 15 bilhões sobre 19 bilhões de cruzeiros, que é igual a 2,31.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Permita-me V. Exª usar da minha prerrogativa. É muito raro eu intervir durante os debates.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas me parece que, no caso, há uma preliminar a ser esclarecida.

Se esses números se referem ao Orçamento de 92, e não ao de 93, então o Senador está respondendo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, é 93. A data é 23 de março de 93. Está escrito aqui, com a letra de quem fez o documento, 23 de março de 93. Portanto, trata-se do Orçamento de 93.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - No outro caso, então, não era.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No outro caso, era um balanço do que eles tinham conseguido no OGU de 92. Portanto, posso até aceitar que fosse da outra documentação, de 92. Mas essa aqui é claramente de 93. E a riqueza de detalhes é...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª me permite, mas é porque eu não poderia deixar passar em branco; já que, como Relator, sou responsável pela prova a ser colhida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui está: Relator-Geral - 3%, 15 bilhões sobre 17 bilhões, 2,65%. A adutora Pedro II: Relator-Geral, 2% de 18,36 milhões de cruzeiros, 19,20 bilhões...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª se recorda se...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - 2,87%; Ministério da Irrigação: Relator-Geral, 3%, de 4,25 milhões, ou seja, as emendas que o Relator colocava no Orçamento do projeto global de interesse da empresa tinham uma percentagem do lado, um cálculo e uma estimativa de pagamento. Como foi dito aqui, era apoio de campanha.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Mercadante, eu queria fazer só mais uma intervenção: o Senador tem recordação se essas obras tiveram verbas, dotações no Orçamento de 93?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Algumas, sim; outras, não. Alguns dados aí estão totalmente incorretos no que toca a valores atribuídos. Temos todas as emendas a que se refere. Há confusões. Refere-se aí a uma emenda do eminente Senador Josaphat Marinho, uma emenda coativa - está aí com percentuais etc. -, o que não é verdade, porque não houve isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Qual o projeto?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - É o projeto... nesses percentuais aí!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Porque está claro no manual da empreiteira que quem recebe percentagem não é necessariamente quem assina a emenda.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Claro!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Muitas vezes, são exatamente aquelas pessoas que fazem parte do esquema da empresa que são os beneficiários e que administram esses interesses.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Eu queria dizer a V. Exª...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É V. Exª era, nesse Orçamento, o Relator Geral, a pessoa mais importante do Orçamento, o homem chave. E todas essas percentagens que estão aqui dizem respeito ao Relator Geral: drenagem de Oiticica. Relator Geral: 3% de 15,3 bilhões sobre 23,5 bilhões, ou seja, 1,95% do valor da obra. E esse resultado foi checado pela Assessoria, mostrando exatamente que eram as emendas parciais apresentadas.

Em relação a esse caso, por exemplo, de Oiticica, o Tribunal de Contas da União já mostrou um superfaturamento de 130 milhões de dólares na barragem.

Como é que V. Exª pode explicar uma situação como essa?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - No que se refere a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quer dizer, em relação às emendas do Orçamento do ano anterior, a ODEBRECHT colocou 620 milhões de dólares no Orçamento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E avisa aqui quanto que o Relator Geral colocou. Ela diz quanto o Relator Geral colocou e a percentagem de pagamento da propina, porque ele tem um documento que diz o quanto era pago em cada fase de elaboração do Orçamento.

Como é que V. Exª explica a situação do Relator Geral em cada uma dessas obras com cálculos, valores e percentagens, como aqui está?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Vou explicar por partes, Deputado Mercadante.

Primeiro, em relação a essa história de núcleo de poder. O fato de eu pertencer à Comissão desde 89 significa que o trabalho desenvolvido na Comissão teve a minha participação no que toca às atribuições a mim conferidas e a minha participação em defesa das propostas que eu faria. Considero a Comissão de Orçamento da maior importância. Se realmente ela vier a não existir, não haverá problema, porque a função de votar e de discutir o Orçamento continuará atribuída a outras Comissões, como a coordenação.

Enquanto eu for Congressista, não deixarei de discutir as questões orçamentárias.

Procurei estudar esses problemas, tenho contribuição a oferecer, mas isso não representa qualquer privilégio.

V. Ex.^a citou o Orçamento do qual fui Relator, o do Banco do Nordeste - FURENE/SUDENE. Não, quem era o Relator designado...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estamos discutindo agora o Orçamento de 93.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Mas é que V. Ex.^a se referiu a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu gostaria que V. Ex.^a explicasse essas circunstâncias, onde as emendas estão aprovadas...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Quer dizer que V. Ex.^a me dispensa de responder às questões anteriores! Porque colocou que fui Relator e quero dizer...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, eu só disse...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - ...que fui Relator em substituição ao Senador Chagas Rodrigues, que foi para a ONU.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu não tenho nenhum...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - E recebi a incumbência de relatar, naquele período, o relatório da SUDENE e o do Banco do Nordeste.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu só mencionei...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - No ano seguinte, fui Relator do Orçamento do Nordeste, aliás, do Senado. Falei pela influência e pelo peso que tem o Orçamento do Senado.

No terceiro ano, fui Relator do Orçamento da CODEVASF, um micro Orçamento regional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No Ministério da Agricultura e Reforma Agrária?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Como?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ministério do MARA também, não?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não senhor, não senhor!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só a CODEVASF?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - É porque a CODEVASF pertence ao

MARA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ao sub-relatório.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente. Mas não fui Relator do Orçamento da Agricultura, do MARA; fui Relator só da CODEVASF.

E neste ano de 93, Deputado, por decisão da minha bancada, fui indicado, por uma escolha democrática. Relator Geral. E como já disse, em setembro de 93, fui nomeado.

Agora, todas essas emendas do Relator Geral têm um balizamento jurídico ou têm uma decisão política tomada dentro da Comissão. Quem é que toma essa decisão política? Pra mim, o núcleo de poder dentro da Comissão de Orçamento é o Colégio de Líderes que está ali dentro através dos seus representantes. Só a eles obedecia, às vezes até a contragosto. Só a eles obedeci.

Aquele último acordo do dia 4 de abril, para viabilizar a votação do Orçamento na Comissão, cumpri a contragosto, porque fez introduzir no meu relatório dezenas e dezenas de emendas ordinárias que eu havia rejeitado. Esse é que é o núcleo de poder que reconheço, Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Senador, V. Ex.^a não respondeu. O nome de V. Ex.^a, na condição de Relator geral está associado às emendas substantivas que V. Ex.^a solicitou. Vou dizer, inclusive, algumas que aparecem na documentação da ODEBRECHT: irrigação Baixo-Açu, drenagem Zona Sul de Natal, esgoto de Natal, Porto de Natal, UHE-Manso, MT-010, desaquecimento do Rio Cuiabá, em Mato Grosso, Penitenciária de Rondonópolis, Hospital do Câncer, Hospital de Cuiabá, Água de Macapá, Água de Laranjal-Jari, esgoto de Macapá saneamento de Macapá, enfim, são vários projetos de interesse da empreiteira ODEBRECHT, que todo ano coloca em torno de 620 milhões de dólares no orçamento, tirando o metrô e outras grandes barragens, e que coloca o nome de V. Ex.^a, na função do Relator geral com porcentagens de propinas calculadas sobre a verba que o Relator geral adicionou ao orçamento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Vou responder. Deputado Aloizio Mercadante. Primeiro, o meu nome não aparece em parte nenhuma relacionado a essas emendas ou a esses percentuais. Não há um tópico, não há uma referência....

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas aqui também aparece emenda parcial e a sigla.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Nem sigla.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não precisava porque só há um Relator geral.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Há dois.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só há um.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Relator geral é uma função, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Lógico que só há um Relator, que é o Senador Mansueto de LAVOR.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - É uma função. O trabalho da aprovação de emendas junto ao Relator geral é feito por muitos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Senador, quando consta aqui emenda parcial, relatório parcial, há a sigla do parlamentar porque há vários. Relator geral só havia um: Senador Mansueto de LAVOR, e a porcentagem está calculada sobre o valor da emenda que o Relator geral Mansueto de LAVOR colocou nas verbas do orçamento à ODEBRECHT.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado Aloizio Mercadante, queria lhe explicar o seguinte: quando a emenda é aprovada pelo Relator parcial, ela é de valor limitado porque o Relator parcial não tem disponibilidades para aprovar o valor total da emenda. Então, os autores correm ao Relator geral, correm, vão em cima, trabalham com toda legitimidade para aumentar o valor que foi atendido em parte nos Relatores parciais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Senador, vou pegar aqui a Barragem de Oiticica que tem um superfaturamento de 130 milhões de dólares. O Relator parcial colocou 7 bilhões de dólares. V. Ex^a dobrou a verba. Vamos pegar aqui irrigação Baixo-Açu, o Relator parcial havia aprovado 1 bilhão de dólares. V. Ex^a colocou 7 bilhões e 700 milhões de dólares. Vamos pegar a drenagem Zona Sul, que foi aprovada com 765 milhões de cruzeiros. V. Ex^a colocou 12,6 bilhões de cruzeiros.

Assim, poderia ir citando cada uma das emendas. Qual é a grande questão? A questão é que o valor mais substantivo de interesse das grandes empreiteiras era feito exatamente pelo Relator geral, da mesma forma que o balanço do Orçamento de 92. Estão aqui os valores, e a porcentagem é a mesma. Como o valor da obra do Relator geral é maior, a porcentagem que ele recebe sobre a verba aprovada é maior. E a função dele é absolutamente decisiva nesse processo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado, esses valores, ainda mais traduzidos em dólares, são extremamente frágeis. Não representam a realidade dos valores que estão hoje no Orçamento. Isso primeiramente é preciso dizer porque impressiona: aumentou tantos milhões de dólares etc. Isso se o Orçamento tivesse sido cumprido no dia 30 de abril, mas não foi. O primeiro ponto é esse.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas são 620 milhões de dólares.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Segundo ponto, e é fundamental isso: O Relator geral aumenta os recursos - não dessas só - mas de todas as programações que passaram pelos Relatores parciais porque eles têm mais disponibilidades pelo próprio Regimento.

Terceiro ponto, isso V. Ex^a devia ter observado numa visão mais abrangente do relatório. Esse aumento que V. Ex^a tanto estranha nessa ou naquela obra pinçada, ocorreu em todos os Ministérios.

Em matéria de obra pública...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Relator, não estou pinçando: quem está pinçando é a ODEBRECHT.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eia elegeu essas obras como prioritárias e teve os valores atendidos pelo Relator geral e calcula uma porcentagem no caso de propina.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Quero dizer-lhe que as todas as obras realizadas pelo Batalhão de Engenharia do Exército tiveram seus valores aumentados e não foi mais porque a autoridade com quem conversamos nos informou que não havia capacitação nem condição de implantar mais para o programa de 93.

Então, os Ministérios todos tiveram seus Orçamentos aumentados. As outras empresas também tiveram seus Orçamentos aumentados pelo Relator geral, porque, se o Relator tem mais disponibilidade, deve fazer com que essas programações tenham viabilidade financeira através de uma dotação maior.

A preocupação foi só esta: evitar atraso nos cronogramas. Agora, quanto a essas anotações percentuais, primeiro ponto, Deputado Mercadante: não há nenhum relacionamento do meu nome com qualquer percentual.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não precisa.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - E não precisa, mas Relator geral é uma função, como o é Governador, como o é Ministro. São funções! São funções.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas temos três Governadores e cinco Ministros nessa posição, não são todos.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - São funções.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Agora, Presidente, só queria...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Segundo ponto...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... só queria... eu tenho duas perguntas

mais...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Ex^a está interpellando há vinte minutos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, mas fiz uma pergunta!

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sim. Se V. Ex^a me permitir concluir: eu entendo que, pela primeira vez, está havendo uma interpelação a respeito desses percentuais da ODEBRECHT. Por isso, embora V. Ex^a esteja interpelando há vinte minutos, entendo interessante que V. Ex^a tenha as condições de perguntar, e o depoente, as condições de responder.

Eu apenas pediria que V. Ex^a perguntasse, o interpelante respondesse, e não houvesse interrupções recentes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu vou, então, tentar concluir, passando para a movimentação bancária e patrimonial.

V. Ex^a tem uma movimentação bancária, eu diria, em linhas gerais, condizente com a remuneração de um Parlamentar, diferente de outros que aqui estiveram. V. Ex^a tem uma movimentação bancária global de 584 mil dólares, num total de 430 mil dólares, que são os proventos de um Parlamentar.

Portanto, não há... a única coisa... inclusive, em alguns anos, é alguém da própria remuneração de Parlamentares.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Deve ter havido alguma transferência...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Algum saldo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É. Então, no ano de 90, por exemplo, é praticamente a mesma: em 91, o acréscimo é um pouco maior, devido, provavelmente, à venda de algum imóvel, no mês de agosto.

Agora, em 92, quando V. Ex^a é Relator, há um acréscimo: de 75 mil dólares, pula para 207 mil dólares.

Nos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro, exatamente o período da Relatoria, é onde há esse crescimento bastante substantivo. Por exemplo: no mês de junho, de 7 mil dólares a remuneração, 17 mil dólares a renda; no mês de julho, 5 mil dólares a remuneração, 20 mil dólares a movimentação bancária; no mês de agosto, de 5 mil para 28 mil; em setembro, de 6 mil para 21 mil; em outubro, de 5 mil para 18 mil, enfim, é nesses meses que há um acréscimo muito grande da movimentação bancária em relação à remuneração.

Como é que V. Ex^a explica isso e, para concluir, a compra do imóvel, que V. Ex^a já mencionou, de uma residência, na época era um terreno, um lote de esquina, com 776 metros quadrados, e mais uma área verde equivalente a dois outros lotes, uma casa em construção, parece que de três pavimentos, situada à SHIN QI 12, conjunto 04, casa 02, no Lago Norte?

O valor de mercado estimado é de 300 mil dólares. V. Ex^a tem cheques que montam a 70 mil dólares por ocasião da compra, no dia 14 de fevereiro, e a escritura só menciona 60 milhões de cruzeiros, ou seja, alguma coisa em torno de 35, 38 mil dólares.

V. Ex^a poderia explicar essa discrepância...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Posso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...entre o valor de mercado,...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Posso explicar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... o valor pago, pelo menos na operação,...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Perfeitamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... e o valor da escritura,...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Posso explicar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... que é bem alguém do valor da residência?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Primeiramente...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A movimentação bancária...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Quanto à movimentação bancária,...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... em 92.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - ... V. Ex^a faz uma pergunta, quase uma insinuação, de que ela tenha relação com a Relatoria do Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, não há nenhuma insinuação.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não, V. Ex^a citou...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A única... Não insinuei; eu disse que, no ano de 92, no período que V. Ex^a relatou, há um acréscimo substancial na movimentação bancária. Gostaria que isso fosse esclarecido. Pode ter ou não relação...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Vai ser esclarecido.

No dia 12 de fevereiro de 1992, fiz uma operação de venda do apartamento...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O crédito está aqui: 36 mil dólares. Não mencionei esse.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim, sim! Tudo bem! No dia 12 de fevereiro, fiz essa operação, está aqui. E no dia 14 de fevereiro, fiz a compra desse terreno com uma casa em construção, no Lago Norte, aqui em Brasília. Aqui também está o recibo. Os dois recibos que poderão ser comparados por V. Ex^a. Só que essa operação foi feita através de um corretor, amigo nosso, chamado Pedro Costa, que tratou desses assuntos todos. Então, na escritura, como poderá ver V. Ex^a, só consta o

terreno e a um preço abaixo. Essa é história de corretor defender, não sei se a mim ou ao vendedor, por sinal esse é pessoa muito séria e que merece muito respeito. Não creio que ele nem eu tenhamos pedido que se fizesse conchavo no cartório. O fato que só consta isso.

Quando ele me procurou, eu lhe disse: "Olha, Pedro, a escritura, tudo bem, a casa ainda está em construção, é um acessório - como está até hoje em construção - mas, na minha declaração de renda, vou fazer constar o que houve. E é isso que está aí. Está o valor histórico que diz comprado em fevereiro, mais os pequenos investimentos que se vêm fazendo no decorrer do ano de 92.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só a escritura é que foi passada a baixo do valor?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente! Mas V. Exª pode ver na declaração, que aqui está, onde, se não me engano, ela já está avaliada em 224 mil UFIRs.

Então, o que se fez? Foi-se aumentando o valor do imóvel, através da continuação da construção, que utilizou parte dos recursos dos proventos, parte de investimentos no Banco BAMERINDUS, documentos que V. Exª teve ter em mãos, e hoje o valor explicitado na declaração do fim do ano já é bem acima desses 60 mil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É V. Exª poderia me explicar essa movimentação bancária, só para concluir - de junho a outubro de 92. Exatamente o período em que V. Exª assume a Relatoria é que a movimentação bancária é muito superior à remuneração. É totalmente atípico na sua conta bancária. Tirando um ou outro mês onde há transações imobiliárias, não vi, na intervenção de V. Exª, nem na declaração de rendas, transações imobiliárias no período de junho a outubro...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Houve, sim!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... porque, veja: junho, vai de 7 para 17 mil dólares; julho, de 5 para 20 mil dólares; agosto, de 5 para 28 mil dólares; setembro, de 6 para 21 mil dólares e outubro, de 5 para 18 mil dólares.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado, se V. Exª examinar o recibo, verificará que recebemos pela venda do apartamento de Recife...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas esse apartamento V. Exª usou para pagar a residência...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Vou-lhe dizer. Não tudo, só uma parte. Já expliquei que ele foi usado, em parte, para pagar a residência. O pagamento inicial dessa residência se compõe do pagamento inicial do apartamento de Recife, de aplicações financeiras feitas no BAMERINDUS, de empréstimo no IPC, de parte dos proventos de janeiro e fevereiro. Aí se completam os 67 mil dólares que é o pagamento inicial. Está certo?

Agora, no decorrer do ano, as aplicações feitas se compõem da venda de uma casa que recebi como parte do pagamento do apartamento de Olinda. Está aqui. Transmissão ou transferência de poderes para tal, de um título de sócio do Clube de Campo Alvorada, em Aldeia Camarajibe, correspondente ao lote nº 05, quadra 20, do loteamento Clube de Campo Alvorada, com casa e benfeitorias correspondentes - naquela época, em janeiro - a 18 milhões de cruzeiros. Esse aqui foi vendido no decorrer do ano, na data desse ingresso aí.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas não é um ingresso. V. Exª há de convir que, no mês de junho, V. Exª recebeu 7 mil dólares de remuneração e tem a movimentação bancária de 17 mil dólares.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em julho, 5 mil dólares vai para 21 mil dólares; agosto, 5 mil dólares para 28 mil dólares; setembro, de 6 mil dólares para 21 mil dólares; outubro, de 5 mil dólares para 18 mil dólares... Quer dizer, nesses meses em que V. Exª está na condição de Relator geral, há um acréscimo bastante substancial da movimentação bancária.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Eu gostaria de dizer a V. Exª...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª citou uma casa no valor de 13 mil cruzeiros...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não. Eu gostaria de dizer a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Deputado Mercadante que encerre, porque está com 30 minutos de audiência.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Eu gostaria de dizer a V. Exª que os investimentos feitos a partir da compra na casa do Lago Norte, portanto no decorrer do ano, que é o que reflete esses depósitos de vendas de parte de ingresso, de parte dos bens patrimoniais vendidos, correspondem ao seguinte: venda de dois lotes no Portal das Águas em junho de 1992. Foi depositado no Banco BAMERINDUS. E essa venda desses dois lotes no loteamento Portais das Águas, em Petrolina, corresponde a 9 mil, 224 dólares mil; segundo, o restante da venda dos dois lotes do Portal das Águas em Petrolina...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço silêncio no plenário.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - ... no mês de setembro, 10 mil, 679 dólares, no mês de setembro. Parte da venda do lote nº 5, quadra 20, do Clube de Campo Alvorada, com casa e benfeitorias, ocorreu em julho. Está depositado, foi depositado no BAMERINDUS. 18 mil, 679 dólares. O subtotal deu 46 mil, 617 dólares. E o restante, para completar 51, foi parte dos proventos auferidos nesse período. Então, não houve nenhuma movimentação, nem patrimonial, nem bancária, que não pudesse

ser plenamente justificada com essas alienações patrimoniais. Alienações que não foram mais para movimentar o patrimônio de Pernambuco aqui para Brasília. V. Ex^a, se quiser, terá esses dados por escrito e terá a documentação necessária.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Fico esclarecido e só solicitaria que a documentação fosse encaminhada à Subcomissão de Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao nobre Senador Mansueto de Lavoura se se considerou prejudicado no tipo de pergunta e se quer complementar?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não, mas se V. Ex^a me permite, eu complemento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, complemento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Primeiro, esse documento do qual não tive conhecimento, a não ser pelos jornais, não é base de qualquer argumentação; qualquer argumentação sobre ele é hipótese.

Então, o Deputado Aloizio Mercadante se referiu a percentuais constantes à frente do Relator Geral. Eu disse que Relator geral não vale nada, mesmo que tivesse o meu nome; seguido de percentual na frente, não valeria nada. Mesmo assim, esse nome não aparece. E quando aparece é preciso considerar que não é possível que o documento valha uma parte e não valha outra. Aliás, documento não; não é possível que estes papéis valham numa parte e não valham em outra. Quando aparece o meu nome é simplesmente para dizer, entre outras figuras mais ilustres da política de Pernambuco, que nada cobra.

Então, realmente V. Ex^a sabe, tem conhecimento, de que estou dizendo, que não me abala. V. Ex^a, o Senador Cid Sabóia de Carvalho ou qualquer outro pode aparecer em qualquer lista desta, e não temos nada o que fazer. São listas, são documentos unilaterais, nada podemos fazer.

O que posso dizer é isso e nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos continuar a inquirição?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então vamos para 50 minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, o Regimento me faculta o direito à palavra quando sou citado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas V. Ex^a foi citado e já usou a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não usei a palavra, V. Ex^a não permitiu que eu falasse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, fale V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vou ser muito curto.

O Relator tinha feito esta pergunta. Não me senti esclarecido, perguntei, e continuo sem uma explicação que me convença.

De qualquer forma, tentei, de várias formas, esclarecer a natureza deste documento, que associa o Relator Geral a porcentagens, a valores, a emendas que ele aprovou no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passo a palavra ao Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Senador Mansueto de Lavoura,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador permite que o Deputado Rollemberg pergunte?

Peço ao Senador Cid Sabóia de Carvalho o obséquio de vir até a Mesa. É um pedido.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Senador, a primeira intervenção minha não é uma pergunta, eu gostaria que V. Ex^a lesse novamente aquele trecho do relatório do Senador Bisol, do Deputado Mercadante, que V. Ex^a leu a respeito da referência aos nomes ali citados.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exato.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Queria que V. Ex^a lesse.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - O relatório diz o seguinte com todo o acerto e com toda a prudência:

"É de vital importância esclarecermos que a citação de nomes de políticos, parlamentares e servidores públicos, nos documentos apreendidos pela Polícia Federal, não significa, desde logo, que aquelas pessoas estejam envolvidas ou tenham sido beneficiadas de favorecimento pela Odebrecht".

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado.

Este relatório escrito, pensado e discutido diz isso. O Relator, ao iniciar as perguntas a V. Ex^a, afirmou - e é verdade - que não há citação do seu nome pelo Sr. José Carlos dos Santos.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Declarou que nos documentos da Odebrecht existem papéis, cujas citações poderiam ser válidas.

Muito bem. V. Ex^a, como todos que vêm depor aqui, estão contribuindo para investigação da CPI. Entretanto, ao sentar aí, temos visto que por parte do Plenário inicia-se um processo de dúvidas. Não há acusações contra V. Ex^a. ...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Espero que não.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - ... é após as perguntas lançam-se dúvidas a respeito da pessoa.

Isso é um processo muito complicado e muito sério. Se V. Ex^a se senta sem nenhuma acusação, nós não entendemos que das perguntas não se retirem coisas construtivas de investigação. O que há é um processo: quando não há acusações, lança-se um processo de dúvidas. O que se tentou aqui, em relação a V. Ex^a, é exatamente isso: não havendo acusações há necessidade de levantar dúvidas a respeito da conduta de V. Ex^a.

Não ficamos com as dúvidas, ficamos com os fatos. Esse processo de dúvidas é um problema que ocorre muito seriamente nesse período.

Há poucos dias, fez-se uma acusação contra o Ministro da Fazenda, que teria comprado uma fazenda e passado a escritura por valor muito inferior, quando sabemos que o Poder Público, através do Município, o Estado ou Federal, tem sempre uma pauta do valor da propriedade. E todo mundo passa pela pauta, mesmo que às vezes pague mais. Isso é um processo de sonegação já admitido de uma forma geral. Mas levanta-se a dúvida ao fazer-se uma afirmação dessa natureza.

Queria saber de V. Ex^a, partindo do fato de que não há acusações, há dúvidas e conjecturas levantadas através das perguntas, um aspecto geral, um diagnóstico que V. Ex^a pode fazer pela sua autoridade, pelo seu conhecimento. A minha pergunta é a seguinte: V. Ex^a diz nos critérios e parâmetros, quando V. Ex^a fala da letra m, diz que as decisões ocorrem em relação a acordos das lideranças políticas. Depois V. Ex^a diz que, realmente, o núcleo de poder são decisões das lideranças. Quero com isso deixar claro que também concordo que as decisões desta Casa e na Comissão de Orçamento são das lideranças, mas nós do PMDB temos aí o maior número de prefeituras e, portanto, temos que atender às nossas bases, são naturalmente os mais atingidos. Quero seu depoimento não para levantar dúvidas, mas para constatar uma realidade que pode gerar dúvidas: Que partido declarou-se, em alguma oportunidade, prejudicado pelos votos do relator-geral?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Se entendi a pergunta de V. Ex^a, na parte final, V. Ex^a quer saber se algum partido considerou-se prejudicado pelas decisões do relator-geral. Não é isso?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Exato.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Primeiramente quero fazer uma ressalva, eminente Deputado Roberto Rollemberg: o relator-geral propriamente não tem decisões, ele encaminha para as decisões. O relator-geral não aprova emendas, ele acolhe ou rejeita emendas para submeter ou não ao Plenário; uma emenda aprovada pode ser destacada e derrubada no plenário, uma emenda rejeitada, através de um destaque, pode ser incluída no relatório por vontade do Plenário.

Então, quero dizer a V. Ex^a que nenhum partido se queixou publicamente, nem a mim pessoalmente, no que se refere ao atendimento de emendas dos seus parlamentares. Pelo contrário, alguns se manifestaram publicamente que no processo orçamentário de 1993 houve o atendimento mais democratizado possível quer em nível de partidos, quer em nível de parlamentares. Alguns não foram atendidos, permita-me citar dois aqui: Permita V. Ex^a, nobre Deputado Genoíno; V. Ex^a não foi atendido em emendas, como não o foi o Senador José Fogaça, porque não apresentaram emendas e não quiseram. Certa vez encontrei com o nobre Deputado José Genoíno no corredor e lhe disse que não havia uma emenda dele: se por que não houve tempo ou se por uma questão de princípio? Ele disse: "É questão de princípio: quero que se faça um bom relatório". Não sei se V. Ex^a se lembra dessa conversa.

Então, realmente, não podemos colocar uma emenda em nome do parlamentar quando ele não quer: seria uma fraude se se colocasse; mas quando ele quer e sobretudo quando ele trabalha deve ser atendido, assim também os partidos.

A melhor coisa - e eu frisei aqui - foram os avanços no sentido de se dar mais destaque às emendas coletivas e às emendas prioritárias do que às emendas individuais dos parlamentares.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Bom, em primeiro lugar, queria que ficasse fixado isso: Que não há prejuízo de partido nenhum e realmente as lideranças é que são o grande poder dentro do Orçamento e dentro da Casa.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Foi assim que acompanhei; obedeci às decisões das lideranças.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Se V. Ex^a lembrar e puder dizer: O *Jornal do Congresso* publicou nomes de deputados recordistas em valores de emendas. Não vou citar os nomes aqui porque existem elementos inclusive da própria Comissão, mas os recordistas de emendas, Senador, não eram do PMDB. Eu gostaria que V. Ex^a dissesse - pelos valores das emendas....

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sim, estou ouvindo.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - ...pelos valores das emendas, se V. Ex^a lembra quais são os Partidos que apresentaram as emendas de maior valor?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado, eu não me preocupei com essa classificação partidária no atendimento das emendas. Eu pedi uma programação ao PRODASEN que, realmente, demonstrou isto.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Isto o quê?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - A classificação dos Partidos por atendimento de emendas. Evidentemente, que, *per capita*, o atendimento foi muito maior a outros Partidos do que ao PMDB. Mas, em termos absolutos, por ser o maior Partido, o PMDB figurou em primeiro lugar, o PFL em segundo lugar e o terceiro lugar foi, se não me engano, do PT. Mas, evidentemente, que, *per capita*, o atendimento maior não foi do PMDB e nem foi do PFL.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Porque a acusação, aqui, são de 3, 7, 15 anos - não sei quantos são os anos. Nós vamos apurar e o Relator vai dizer ao final. Esse núcleo, acusado de manobrar o Orçamento, não influenciou na decisão do número e dos valores das emendas em relação aos Partidos. Esta é a conclusão a que nós chegamos e não sei se V. Ex^a também chega; as Lideranças, sim, foram ciosas e protegeram - e defenderam os seus Partidos e não foram obstaculados por um determinado grupo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado, esta é a minha conclusão e não havia outra conclusão a ser retirada dos números do PRODASEN. Para que V. Ex^a tenha essa noção, eu vou pegar o meu Estado e pedir permissão para citar os nomes dos Parlamentares do meu Estado, pedindo até desculpas por citá-los aqui, mas, só para esclarecê-lo.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Pois não.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Então, veja o atendimento, por parlamentar, dos Deputados de Pernambuco. Em primeiro lugar, Nilson Gibson com 52 trilhões e 592 bilhões e 277 milhões. Por que esse campeoníssimo de emendas? Porque ele, junto com o Deputado Nelson Jobim - que é outro que, no caso do Rio Grande do Sul, se encarregou de apresentar todas as emendas para o Poder Judiciário que não foram consolidadas.

Em segundo lugar, Deputado Renildo Calheiros com 5 trilhões, 720 bilhões, 246 milhões e 552.

Em terceiro lugar, Osvaldo Coelho com 4 bilhões.

Em quinto lugar, Maurílio Ferreira Lima com 1 bilhão e 400 e tanto.

Em quinto lugar, Sérgio Guerra com 1 bilhão e tanto.

Em sexto lugar, José Carlos Vasconcellos.

Em sétimo lugar, Fernando Bezerra Colho; em oitavo lugar, José Múcio; em nono lugar, Luiz Piauhyllino; em décimo lugar - etc., etc., etc.

Estou vendo, aqui, que o Relator foi até maltratado e ficou em antepénúltimo lugar. Mas não há relação nenhuma, absolutamente, com esse suposto núcleo de poder e o atendimento de emendas, pelo menos no que toca ao Relatório 93. Por esses dados, só de Pernambuco, V. Ex^a poderá concluir, também, para os outros Estados.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Eu requeri à Mesa e à Comissão informações dessa natureza, porque, repito, no *Jornal do Congresso*, no Brasil, os maiores apresentadores de emendas e valores maiores não eram do PMDB. Agora, por que eu coloco esse problema? Porque o PMDB, sendo o maior Partido, acabava indicando o Relator pela proporção. Há uma acusação de que havia um núcleo que comandava a Comissão de Orçamento. Eu queria deixar bem claro isso que perguntei a V. Ex^a. Pelas suas declarações, quem realmente decidia, além do plenário da Comissão, eram realmente as lideranças por seus representantes, e nenhum partido foi discriminado no período em que V. Ex^a participou do Orçamento. Portanto, não havia um direcionamento político da ação da Comissão de Orçamento. Isso é o que eu queria que, com seus argumentos, ficasse muito claro...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Eu confirmo a V. Ex^a essa colocação.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOINO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ GENOINO - Peço a palavra pela ordem para esclarecer que o jornal do Congresso citado não é uma instituição jornalística do Congresso Nacional, é um jornal de iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é jornal do Congresso, é *Jornal Congresso*, não é?

O SR. JOSÉ GENOINO - Foi referido jornal do Congresso Nacional. Esse jornal não é uma instituição do Congresso Nacional, é...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, mas o que eu conheço tirou o "do": *Jornal Congresso Nacional*, o outro é *Diário do Congresso Nacional*. É diferente.

O SR. JOSÉ GENOINO - Está certo. Isso. É só esse esclarecimento. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passamos à lista de suplentes. Com a palavra o nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, nobre Senador, eu gostaria, de início, de cumprimentar o depoente pela exposição que efetuou no início da sua explanação quando faz sugestões importantíssimas sobre a estrutura, as metas e as disposições do nosso Orçamento.

Entretanto, Sr. Presidente, gostaria de salientar que as informações que tive e obtive do Senador Mansueto de Lavour foram abonadoras de sua conduta. Em que pese isso e até mesmo para demonstrar a nossa isenção, eu não consigo e não consigo,

nobre Senador, ainda uma justificativa plausível que me convença sobre a documentação encontrada na ODEBRECHT. Tenho-a em mãos e gostaria que V. Ex^a opinasse a respeito. V. Ex^a teve como função Relator geral do Orçamento de 1992. Relator geral só existe um. Pode ser função, mas a verdade é que essa função foi exercida pela pessoa física do Senador Mansueto de LAVOR.

Pois bem, vou citar um exemplo que V. Ex^a já bem conhece porque já foram efetuadas indagações sobre ela. Toda a Bancada do Piauí, em favor do Hospital Universitário de Teresina, apresentou a Emenda nº 26.101, pedindo 30 milhões de cruzeiros para a construção desse Hospital Universitário de Teresina. O Relator parcial incorporou esses 30 milhões e entendeu por bem conceder 4 bilhões de cruzeiros. Quando já se pensava que de 30 milhões que a Bancada do Piauí pediu para 4 bilhões que a Relatoria parcial concedeu que todos estavam satisfeitos, V. Ex^a, como Relator geral, colocou mais 15 bilhões de cruzeiros em cima dessa emenda. Então uma emenda que começou com 30 milhões, passou para 4 bilhões e V. Ex^a colocou mais 15 bilhões, totalizando a Emenda 19 bilhões de cruzeiros.

Pois bem. Houve uma diligência inesperada, autorizada pela Mesa desta CPI, junto com a Polícia Federal e, de surpresa, adentraram na casa de um diretor da Odebrecht, Sr. Alton. E lá foram encontrados documentos surpreendentes até para eles, que fizeram protesto público pela imprensa, por ter havido invasão de domicílio.

Muito bem. Num dos documentos encontrados, aparece essa emenda, aparece a expressão "Relator Geral: 3%". Três por cento sobre o quê? Sobre a quantia que foi colocada a mais de 15 bilhões, sobre o total da emenda que permaneceu com 19 bilhões.

Então repito, o valor do relator parcial era 4; V. Ex^a colocou mais 15, perfaz 19 bilhões. Na Odebrecht, documento encontrado de surpresa: "Relator Geral: 3%"; 15 bilhões sobre 19 bilhões, igual a 2,37%, que seria, segundo a primeira vista, a comissão a que teria direito quem auxiliasse essa empresa.

Eu gostaria, nobre Senador, que houvesse um esclarecimento satisfatório, porque de tudo o que se disse, que se ouviu, o que eu reputo duvidoso e até certo ponto comprometedor, porque esse documento ou ele é invalidado, ou ele foi encontrado de surpresa numa busca e apreensão judicial, que lá era impossível se encontrar um documento que refletisse os 15 bilhões a mais que V. Ex^a colocou nessa emenda, assim como V. Ex^a colocou também mais tantas quantias a mais, por exemplo, na Adutora Pedro II, que também, acrescido por V. Ex^a em quantia de mais de 20 bilhões de cruzeiros, dava um total de percentual de 2,875 em nome do Relator-Geral, que, por mais que queiramos negar a expressão Relator-Geral, ela identifica V. Ex^a como o único Relator-Geral do Orçamento de 92.

Eu gostaria que V. Ex^a esclarecesse de vez esse ponto que reputo fundamental, para que nós, na nossa consciência, façamos um juízo de valor sobre a sua atuação.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado Maurício Najar, compreendo e agradeço a preocupação que V. Ex^a manifesta. Essa também é minha preocupação. Só a empresa pode cabalmente fornecer esses esclarecimentos.

O que há, Deputado, é que o Relator-Geral fez aumento de recursos mediante insistentes pedidos de parlamentares, de bancadas, de governadores, de ministros: fez, permanentemente, aumento de recursos em todos os programas. Não creio que essa proposta tenha sido de 30 milhões. Deve haver erro técnico. Não tenho aqui em mãos o original dessa emenda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É a Emenda nº 26.101(?).

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Uma emenda coletiva?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Emenda coletiva da Bancada do Piauí.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Por aí se vê.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Que de 30 milhões, foi parar em 19 bilhões.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente. Por aí se vê. O Hospital onde é? Em Teresina?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Teresina.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Por aí se vê que o valor estava absolutamente inviável. Aí era uma janela orçamentária. Estava-se oferecendo apenas uma janela. Se não foi erro, porque muitas vezes o parlamentar pede ao seu auxiliar para bater, e tem erros enormes nesse ponto. Então, como eu posso entender, e eu posso, inclusive, compulsar depois a emenda, o pedido teria sido de 30 bilhões e não de 30 milhões. De 30 bilhões. E aí houve um atendimento pequeno no relatório parcial e um atendimento com menor mal em todas as demais emendas, um atendimento maior no relatório geral.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso, aqui, podemos constatar, e eu gostaria que o nobre Relator ficasse atento, porque esse fato ocorre, também, na Adutora Pedro II, na Barragem de Oiticica, que já foi dito que está superfaturada em US\$130 milhões; realmente, é considerada um escândalo. Não estou imputando a V. Ex^a...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado, permita-me uma pausa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Pois não.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado, V. Ex^a falar em superfaturamento no caso de atribuição de recursos de emendas é uma inadequação. O faturamento se dá em nível de execução do Orçamento...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Estou falando em relação à obra, o Tribunal de Contas da União foi lá e constatou um superfaturamento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Então, não foi em nível de Orçamento.
O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não, não, estou falando em superfaturamento da obra.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Tudo bem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Porque deixa a obra sob suspeita.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Perfeitamente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É exatamente essa a nossa preocupação.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Ai é que nos falta a Comissão de Fiscalização, e a proposta que acabo de fazer aqui de que o papel do Congresso no Orçamento não pode terminar na votação do relatório; deve continuar no acompanhamento da execução orçamentária, através da Comissão de Fiscalização.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nobre Senador, vou fazer, provavelmente, a última pergunta. V. Ex^a, para justificar esse documento da Odebrecht, que, realmente, é um documento encontrado de surpresa na residência, não na empresa, e que dá detalhes percentuais e dá o valor acrescido pelo relator-geral, é um documento altamente comprometedor, um papel altamente comprometedor, V. Ex^a alega que somente a empresa poderia esclarecer.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Claro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O Dr. Afilton esteve aqui e declarou que esse percentual, veja bem, o percentual 2,875% seria uma forma de ajudar no futuro a candidatura das pessoas implicadas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - De quem?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Foi o que alegou aqui. V. Ex^a acreditaria numa versão dessa natureza, em que o seu nome estaria aqui como diretor-geral em 2,875% para financiar a sua campanha?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - De jeito nenhum.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E foi o que ele alegou...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não vou ser candidato a presidente dos Estados Unidos, não sei nem se vou ser candidato. Eu queria que esse documento tivesse valor de título executivo para ir a cartório e executar judicial ou extrajudicialmente, porque, aí, veríamos se isso é verdade ou é brincadeira.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É por isso que estou fazendo essa indagação, porque, como V. Ex^a não acredita na versão dele, nenhum de nós acreditou.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - É evidente que não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ninguém acreditou, por isso, é que estamos voltando a esse assunto e estamos abordando essa natureza. Agradeço a compreensão, mas estou sendo alertado porque o meu tempo terminou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, frente às indagações já feitas e as respostas fornecidas pelo nobre Senador Mansueto de LAVOR, declino do meu direito de perguntar para não incidir no pecado de repetir as indagações que já foram anteriormente colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Embora V. Ex^a, quando repete, nos lembre o Bolero, de Ravel, que sempre ouvimos com grande encantamento.

Tem a palavra o Deputado Costa Ferreira.

O Deputado Costa Ferreira está presente?

O SR. COSTA FERREIRA - Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Senador Mansueto de LAVOR:

V. Ex^a sabe informar se o Sr. José Carlos esteve em Recife para descansar e fazer lazer?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sei informar porque ouvi, através de um depoimento aqui prestado, que ele teria ido para Recife. Mas, senão me engano, isso não foi em 92 ou no período da elaboração do Orçamento. Aliás, não tive a oportunidade de, na fase orçamentária, trabalhar com o Dr. José Carlos.

O SR. COSTA FERREIRA - Qual era a sua influência nas questões orçamentárias do Dr. José Carlos?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Nenhuma, porque, quando ele era assessor da Comissão de Orçamento, havia outro Presidente - não o meu Presidente, que foi o Deputado Messias Góis, com quem trabalhei em mútua cooperação - e outros Relatores. Na realidade, o Dr. José Carlos era um quadro qualificado - posso até dizer de alta eficiência - mas que realmente não pôde me prestar serviços na relatoria do Orçamento, tendo em vista os episódios que o levaram a se afastar do Senado.

O SR. COSTA FERREIRA - Para concluir essa primeira pergunta, eu queria constatar se era seu amigo e até que ponto lhe assessorou em seus relatórios parciais, haja vista ter sido várias vezes sub-relator ou fazer parte da Comissão Orçamentária desde 1989.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não, não era meu amigo, nem também meu inimigo. Era um funcionário, como tantos outros, com quem temos um relacionamento de trabalho e que realmente poderia ser requisitado por ser um dos que mais se destacava em matéria orçamentária. Tive, próxima a mim, uma equipe muito competente e dedicada, mas não pude contar com o Dr. José Carlos.

No que toca aos relatórios parciais, Deputado, há uma destinação dos assessores para cada Relator parcial. Em nenhum dos relatórios parciais que fiz, que elaborei, houve a colaboração direta do Dr. José Carlos.

O SR. COSTA FERREIRA - Qual foi a influência do Deputado João Alves na distribuição de verbas orçamentárias no relatório elaborado por V. Ex^a?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Nenhuma. Deputado. Tenho um fichário de todos os Parlamentares e eu examinava se realmente iria haver alguma omissão nos pedidos.

Sinceramente, uma vez, vendo a Bahia toda, perguntei:

- E o Sr. João Alves, como está aí?

- Não, não foi atendido ainda.

- Não fez pedido?

- Não, não fez!

Não fez nenhum pedido, não se dirigiu a mim e não conversei com S. Ex^a, apesar de ter conversado com mais de 400 Parlamentares. Então, de iniciativa própria, vi algumas de suas emendas e atendi a algumas delas - é evidente que na área da sua representação.

O SR. COSTA FERREIRA - Já foi abordado este assunto, mas eu gostaria ainda de lembrá-lo. V. Ex^a pode esclarecer a esta CPI por que nos documentos da ODEBRECHT há uma inferência de que havia percentuais oriundos de emendas aprovadas no Orçamento Geral da União ao Relator Geral, dos quais V. Ex^a era essa pessoa?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Eu já disse que não tenho como explicar um documento desse tipo, não há como explicar. Apenas, se se insiste nessa questão dos percentuais, Relator Geral ou até mesmo a pessoas físicas, dever-se-ia insistir em outras partes do documento que relativamente a mim, de certo modo, desmente toda a questão dos percentuais. É ou não é? V. Ex^a leu o relatório todo?

O SR. COSTA FERREIRA - Fiz parte da Subcomissão, li...

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente, V. Ex^a sabe...

O SR. COSTA FERREIRA - ...E analisamos lá.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Há uma parte do relatório que nega, referentemente a mim e a outros Parlamentares, tudo o que se refere aos percentuais. É essa parte do relatório que nega é posterior à aplicação dos percentuais.

O SR. COSTA FERREIRA - O que se quer é esclarecer. Acredito que não há, nesta minha inquirição, nenhuma pretensão de envolver V. Ex^a.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Entendo.

O SR. COSTA FERREIRA - Quero apenas que fique esclarecido que realmente é muito grave colocar percentuais, atribuindo a um cargo que tem uma pessoa que está aqui se explicando e que gostaríamos de tirar, dissipar todas essas dúvidas.

V. Ex^a considera que a metodologia adotada para classificação de emendas coletivas, prioritárias, ordinárias, seria a maneira ideal para a elaboração de Orçamento ideal?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não, Deputado. Considerei na minha fala inicial que isso representou um avanço. Foi uma limitação parcial da apresentação de emendas, porque antes qualquer Parlamentar poderia apresentar as emendas que quisesse. Em decorrência disso, havia Parlamentares que levavam um carro cheio de emendas para a Comissão de Orçamento. Eram imanejáveis as emendas apresentadas nos Orçamentos anteriores. Pelo menos nesse ano foi possível manejar as emendas coletivas e prioritárias. Quanto às emendas ordinárias, não tínhamos nenhuma obrigação de considerá-las.

O SR. COSTA FERREIRA - Quais os critérios que V. Ex^a sugere para distribuição equitativa do dinheiro público aos programas federais, estaduais e municipais, onde o dinheiro público será aplicado para ser evitada a discriminação tão patente nos Orçamentos em prática até a data presente?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Deputado, considero que o dinheiro da União deva ser aplicado nas prioridades da União. Só excepcionalmente esses recursos são transferidos a Estados e Municípios. Refiro-me à transferência voluntária, porque as transferências constitucionais não são dinheiro da União; são parcelas de tributos Federais, que pertencem aos Estados e Municípios. A União apenas recolhe os recursos. Portanto, falar em diminuir as transferências obrigatórias e constitucionais é querer usurpar impostos estaduais e municipais.

Quanto às transferências voluntárias, subvenções sociais, ajuda a município para obras tipicamente estaduais e municipais, creio, e é a sugestão que fiz, que deve haver um critério mais rígido e, somente mediante projetos básicos e, em contrapartida, compatíveis com a realidade de cada Estado e Município. Essas transferências se explicam pela realidade da nossa Federação. Existem Estados que não precisam, realmente, dessas transferências voluntárias, mas há outras Unidades da Federação que sobrevivem somente por causa dessas transferências voluntárias.

O SR. COSTA FERREIRA - Para concluir, Sr. Presidente, quais seriam os lobistas que agiram por baixo do pano ou em concubinato para liberação de recursos e suas origens?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Quando falei assim, fi-lo de maneira geral. Não posso individualizar. Na realidade existe a premente necessidade de que o setor privado empresarial que presta serviços ao Estado, à União, através de obras,

digamos, às empreiteiras, precisam também ter voz aqui, não elegendo um Parlamentar ou financiando isso ou aquilo, não. É preciso só através de um elemento credenciado, registrado na Secretaria do Senado ou da Câmara, ou na mesa do Congresso, com juramento público. Assim é que ocorre em todos os países que levam a sério essa questão. Ele é que vai prestar um tipo de assessoria semelhante ao que vários ministérios e vários órgãos têm. Também elas poderiam ter, porque aí, sim, essas informações, esse relacionamento, essa ligação poderia ser legal, legítima e não da maneira como vem sendo feita agora, isto é, de uma maneira sem regulamentação e inclinada - aí sim - a esses acordos por baixo do pano.

O SR. COSTA FERREIRA - Quero agradecer a V. Exª e ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Costa Ferreira.

Pergunto ao nobre Relator, já que não há mais inscritos, se V. Exª deseja ainda fazer perguntas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, Sr. Presidente. Quero apenas solicitar do nobre Senador Mansueto de Lavoura que encaminhe à Relatoria ou diretamente às subcomissões, talvez fosse o mais indicado pela exiguidade do tempo, os documentos que embasaram as suas colocações. Era somente isso.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - V. Exª ...

Um momento Presidente. V. Exª sugere que eu mande às subcomissões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Diretamente.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Para as subcomissões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É porque se ganha tempo e estamos na reta de chegada.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Vice-Presidente se deseja perguntar.

Não deseja perguntar.

Senador Mansueto de Lavoura, há alguma declaração que V. Exª queira fazer ainda? A palavra é livre.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Não, obrigado. Só que este foi o meu dever: eu o cumpro como sempre cumpro minhas tarefas públicas e espero que esta Comissão realmente prossiga no seu benemérito trabalho pelo País e pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Convoco o Plenário para às 16h, a fim de que possamos tomar uma decisão sobre as inquirições a partir de amanhã. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12hrs33min.)

Depoimento do Sr. Roberval Batista de Jesus

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos dar início a esta reunião, que tem o objetivo primordial de ouvir o nosso Depoente, Dr. Roberval Batista de Jesus. Peço silêncio na Casa. O Vice-Presidente fará perguntas de estilo, enquanto o Relator volta a se sentar à mesa.

O SR. RUY BACELAR - Sr. Presidente, permite-me V. Exª, por uma questão de ordem, que eu use da palavra durante um minuto ou dois?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um minuto eu jamais concederia porque V. Exª não conteria, evidentemente, a sua capacidade de falar em um minuto. Mas se puder fazer em dois, eu lhe agradeço.

O SR. RUY BACELAR - Sr. Presidente, Srs. membros da CPI, tomei conhecimento hoje de que uma comissão, presidida pelo nobre Senador Garibaldi Alves Filho, iria ouvir o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Solicitei, então, ao eminente Senador que indagasse ao Sr. José Carlos Alves dos Santos a razão da citação de meu nome na segunda relação encaminhada a esta CPI e à Polícia Federal.

Quando tomei conhecimento de que esse senhor tinha citado o meu nome, de imediato encaminhei uma carta a V. Exª, solicitando a quebra do sigilo bancário meu e de todos os meus familiares. Encaminhei, também, a V. Exª minhas declarações de renda durante vinte anos, de 1972 a 1992. Solicitei por várias vezes a V. Exª que mandasse

averiguar toda a minha vida pública, não somente de cinco anos, mas sobretudo desde que ingressei nesta Casa, em 1971.

Eu gostaria somente, Sr. Presidente, de saber qual o resultado desta minha indagação à inquirição ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, já que lá estavam presentes o Senadores Garibaldi Alves Filho, Eduardo Suplicy, os Deputados Nelson Trad, Lázaro Barboza, Sérgio Miranda e, me parece, também, o Deputado Zaire Rezende. O meu questionamento, se V. Ex^a me permite, é saber qual o resultado da indagação, se foi feita ou não e qual a resposta do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Ruy Bacelar, não tenho ainda o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho. Das pessoas a que V. Ex^a se referiu, parece-me que a única presente aqui é o Senador Eduardo Suplicy. O Senador Garibaldi Alves Filho está chegando agora. A meu ver, basta um para dar a resposta que está sendo solicitada pelo Senador Ruy Bacelar.

O Senador Eduardo Suplicy quer usar da palavra?

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Senador Garibaldi Alves Filho acaba de chegar e S. Ex^a é o coordenador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, vamos repetir tudo para o Senador Garibaldi Alves Filho e S. Ex^a, então, dirá depois.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu posso adiantar o meu testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Garibaldi Alves Filho, enquanto V. Ex^a procura uma cadeira para se sentar, já que o seu lugar parece que não está disponível, de acordo com a plaqueta, o nobre Senador Ruy Bacelar - repito - pediu à Presidência a oportunidade de fazer uma pergunta aqui. Sabendo ele que V. Ex^a ia coordenar uma comissão para procurar o Sr. José Carlos Alves dos Santos, que pediu para ser ouvido na sua Subcomissão - e eu solicitei a V. Ex^a que nomeasse uma comissão - o Senador Ruy Bacelar pediu que fosse feita uma pergunta ao preso em relação ao nome dele. Ele indaga qual foi a resposta. Naturalmente, ele pergunta porque já sabe que a resposta é boa. Então, V. Ex^a poderá falar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, eu tive realmente a oportunidade de indagar do Sr. José Carlos Alves dos Santos o que é que ele diria hoje a respeito de uma afirmação feita anteriormente por ele ou de um bilhete que escrito por ele incriminando o Senador Ruy Bacelar. E o Sr. José Carlos Alves dos Santos disse-nos, a mim a aos outros Parlamentares, que realmente aquela informação que havia dado era vaga e que não tinha nenhum dado concreto, nada de concreto, a respeito do Senador Ruy Bacelar. Nada tinha de concreto em relação à conduta do Senador Ruy Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando o Senador fez a pergunta, ainda há pouco, lembrou também que de pronto ele se dirigiu a mim na Presidência oficialmente, teve esse excesso de apresentar suas declarações de bens de vinte anos, e encaminhei imediatamente às Comissões próprias através do Relator.

Até aqui, nesses setenta e não sei quantos dias que estamos funcionando, não tinha havido nenhuma referência, tanto que hoje, antes desta oitiva do Dr. Roberval, discutimos sobre pessoas que tiveram uma única referência e que devem ser ouvidas. E o nome do Senador Ruy Bacelar não apareceu. Portanto, parece-me que, independente da palavra de quem passa agora por dar atestado de honorabilidade para nós, a averiguação feita aqui parece-me que é muito mais importante do que a palavra de uma pessoa cuja fragilidade de afirmações é cada vez mais evidente.

A Presidência solicita ao Vice-Presidente que faça as perguntas.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Roberval Batista de Jesus.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Tenho 64 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Super Quadra Sul (SQS) 216, bloco "K" apartamento 302, Brasília.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Funcionário público.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce a atividade?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Aposentado da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Presidência solicita a todos que fiquem de pé, especialmente ao pessoal da imprensa lá atrás que se digne de ter o incômodo de se levantar.

Peço ao depoente que preste o compromisso.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me foi perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Professor e Doutor Roberval, o nosso conhecimento vem de longo prazo, do tempo em que andei desarrumando a Educação no Brasil.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - O que muito me honra. Não há desorganização, pelo contrário. Fui convocado por V. Ex^a exatamente para ajudar a arrumá-la.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

A nossa praxe aqui tem sido proporcionar à testemunha - em querendo, é claro - um prazo de no máximo uma hora para fazer uma exposição preliminar. Se assim o desejar, a palavra é de V. S^a.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Prefiro entrar nas perguntas, porque o que eu fosse falar talvez se transformasse em mera autobiografia funcional do tempo em que estive na assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, protesto inquirir o depoente no final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente deseja perguntar?

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, reservo-me para o final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Também reserva-se.

O Senador Suplicy deseja usar da palavra?

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Começo, Sr. Presidente, reportando-me a algo que considero importante para o conhecimento de toda a Comissão: o diálogo ou testemunho hoje tomado por seis Parlamentares, com a coordenação do Senador Garibaldi Alves, quando tivemos a oportunidade de ouvir o depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Queria relatar, Sr. Presidente, que tive a oportunidade de mostrar ao Sr. José Carlos Alves dos Santos o relatório de todas as emendas acrescidas ou transformadas após o dia 19 de dezembro de 1991; portanto, após a aprovação da redação final.

Apesar de o Deputado Ricardo Fiúza ainda há poucos dias ter enviado a V. Ex^a, Senador Jarbas Passarinho, um ofício dizendo que nunca afirmara que tivesse ocorrido qualquer emenda acrescida - ele, de fato, afirmou que nunca houve emenda acrescida, ao mesmo tempo em que outros dizem que teriam dado a ele a delegação para acrescentar emendas -, ele confirma essa sua afirmação.

Pois bem, quando mostrada ao Sr. José Carlos Alves dos Santos a listagem de emendas acrescidas, executadas, com a data e o horário de cada uma delas, respectivamente, o Sr. José Carlos Alves dos Santos disse que felizmente o PRODASEN havia registrado a data e o horário; por exemplo: após datas como 26 de dezembro, 01 de janeiro, ou 03 de janeiro, 10 de janeiro, assim por diante, com o horário quando as emendas foram registradas; dizendo, ainda, que aquilo confirmava o que ele havia antes dito.

O PRODASEN registrou que entre 19 de dezembro e até quase o final do mês de janeiro, houve modificações. Descreveu ele que alguns parlamentares foram ao PRODASEN, onde havia alguns parlamentares que ajudavam o Deputado Ricardo Fiúza na elaboração daquele relatório final.

Considero esse registro importante, até também para esclarecer, porque alguns estavam preocupados, sobre como é que surgiram essas emendas, pois houve parlamentares que se empenharam e solicitaram a inclusão dessas emendas, e houve outros que nem souberam que emendas suas foram acrescidas.

Na medida em que isto for eventualmente registrado na imprensa, gostaria de deixar claro.

Tive a oportunidade de perguntar ao Sr. José Carlos Alves dos Santos se era costume dele tomar café da manhã, como convidado, com o Deputado João Alves, para dialogar sobre os entendimentos, os procedimentos; ele disse que não apenas o café da manhã, mas também inúmeras vezes foi a sua casa para almoçar e jantar, para os inúmeros entendimentos com ele.

Pergunto ao Sr. Roberval Batista de Jesus se, quando assumiu a assessoria da Câmara dos Deputados, foi também, como o Sr. José Carlos Alves dos Santos, convidado a tomar o café da manhã, ou almoçar, ou jantar na residência do Deputado João Alves, para dialogar sobre os possíveis entendimentos, tais como ele, por vezes, teria tido com o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Nobre Senador Suplicy, não sei se feliz ou infelizmente, nunca tive a graça desse convite, porquanto eu só estive com o Deputado João Alves por duas vezes: uma, no dia em que o presidente, Senador Ronaldo Aragão, foi eleito, quando esperava-se a designação do Deputado João Alves para relator; e a segunda vez foi quando do recebimento da proposta orçamentária para 1992, porque havia uma praxe, digamos, um protocolo, de que os diretores do orçamento da Câmara e os diretores do orçamento do Senado compareciam ao gabinete do presidente do Senado para participarem da cerimônia de entrega da proposta orçamentária.

Foram as duas únicas vezes em que eu avistei o Deputado João Alves. Quanto a este convite, repito, nunca o recebi.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Quando é que V. S^a foi designado para assumir funções junto à Comissão Mista do Orçamento, e por designação de quem?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - A designação, como não poderia deixar de ser, foi do Presidente da Câmara, indicado pelo Dr. Ademar Sabino, Diretor-Geral. A indicação foi aceita pelo então Presidente da Câmara e retornei ao órgão de origem, onde eu havia começado a minha vida funcional, na Câmara, em 1955.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E qual foi a data do início das suas atividades e em qual função exatamente na Comissão Mista do Orçamento?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Na Comissão Mista do Orçamento, agora, em 1991, chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO SUPPLY - A partir de?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Doze de março, se não me engano, foi no mês de março. Se não me engano no dia 12.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E V. S^a., ao longo dos meses que permaneceu nessa função, foi detectando alguns problemas. Poderia sintetizar que problemas detectou, particularmente a partir da tramitação e votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Nobre Senador, talvez tenha sido um pouco antes. Foram detectadas.... Estranho quando se diz que eu denunciei irregularidades. Eu jamais denunciei irregularidades porque não as apreendi. O que aconteceu é que eu tinha uma preocupação muito grande em adaptar os trabalhos da assessoria, e, com isso, assistir à Comissão, à Constituição de 1988. Porque aqueles que freqüentavam, como V. Ex^a., a Comissão do Orçamento, não de saber que vínhamos legislando o Orçamento à base de atos do Presidente da Mesa do Congresso. Sequer havia uma resolução do Congresso disciplinando os trabalhos, além de outras falhas de ordem técnica que eu achava e do que se poderia fazer na Comissão do Orçamento, com o auxílio da assessoria, e não era feito.

Então esta foi a nossa grande preocupação: fazer essa adaptação à Constituição de 1988, que tantos poderes, tantas prerrogativas deu ao Congresso e, especialmente, à Comissão Mista do Orçamento. Ela tornou-se um dos órgãos mais fortes no Congresso Nacional, no sentido de gerir até as finanças públicas no Brasil. E, o meu grande interesse - repito - era aproveitar isso, ao máximo, dando todos os poderes que pudéssemos dar à Comissão do Orçamento. Tivemos um primeiro embate - se é que assim se pode dizer - com um projeto de lei autorizando um crédito adicional e já o encontrei, mas não havia, sequer, Relator porque a Comissão não estava designada. Imediatamente passei a estudá-lo, antes de distribuí-lo ao assessor que fosse dar a informação técnica. E me surpreendi quando esse projeto citava uma determinada fonte de recurso, fonte esta que seria o *superávit* no balanço do exercício anterior. Peguei o Balanço-Geral da União, que tínhamos em nosso poder, e esse órgão apresentava um *déficit*. Logo, não existia fonte de recursos. Alertei o assessor, e ele fez um trabalho magnífico, aprofundando-se naquilo. E isso gerou uma série de contradições, problemas, etc., com o Poder Executivo até.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Os trabalhos desta CPI já conseguiram diagnosticar, muito bem, três problemas muito graves que ocorriam já em 1991. O primeiro é relativo à forma como alguns Parlamentares se utilizavam de empresas de intermediação, como a SEVAL, para apresentar projetos e, depois, junto ao Executivo, ajudavam a liberar verbas, especialmente junto a prefeituras. Segundo, a forma segundo a qual Parlamentares indicavam entidades para receberem subvenções sociais que, conforme relatórios do Tribunal de Contas da União e a Comissão de Subvenções Sociais já diagnosticou, foram muito mal aplicadas e às vezes, até para enriquecimento de pessoas relacionadas aos Parlamentares quando não os próprios Parlamentares. O terceiro problema é relacionado ao modo como as grandes empresas construtoras, as empreiteiras conseguiram influenciar extraordinariamente as decisões do Orçamento.

V. S^a. percebeu, de alguma forma, as ações relacionadas a essas três problemáticas, que vêm sendo diagnosticadas pela CPI?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Senador Eduardo Supply, V. Ex^a. há de permitir que eu faça uma digressão para chegarmos ao ponto que V. Ex^a. deseja.

É até muito interessante. Fui nomeado e assumi quando o Orçamento, evidentemente para o ano de 1991, estava pronto. E fui demitido em setembro, quando estava chegando o Orçamento para 1992. Logo, eu não pude, em absoluto, atuar no Orçamento propriamente dito, na tramitação do Orçamento para 1992. Assim, não pude detectar ação de empreiteiras, não pude detectar ação de intermediadoras ou de coisa alguma, porque não houve tempo, nesses seis meses em que lá estive.

O SR. EDUARDO SUPPLY - O Deputado Ibsen Pinheiro, quando aqui esteve, mencionou que a carta do Senador Ronaldo Aragão é que havia provocado a demissão de V. S^a., na medida em que ele resolvera atender à solicitação do Presidente da Comissão ao Senador Mauro Benevides, em junho ou julho de 1991. Mas o que aconteceu? Quando V. S^a foi efetivamente afastado? Foi por ocasião dessa carta ou foi mais adiante?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Foi bem mais adiante, Senador. Essa carta, que, segundo assisti pela televisão, V. Ex^a se apossou - no bom sentido - durante a reunião, no depoimento do Deputado Ibsen Pinheiro, não pedia minha demissão. Isso aconteceu em junho ou julho de 1991 e a minha demissão explodiu, se assim se pode dizer, em 10 ou 11 de setembro. Então, parece-me que, no tempo e no espaço, há uma distância muito grande para o fato gerador ter sido essa carta.

Pelo que tenho conhecimento dessa carta - o Senador Ronaldo Aragão teve a gentileza de mandar-me não só a carta que ele enviou aos Presidentes da Câmara e Senado, como também a correspondência que deu origem no Deputado João Alves - era no sentido de um pseudovazamento à imprensa de uma nota técnica que a assessoria...- no caso, fui eu pessoalmente, porque a assessoria estava ocupadíssima, eu não tinha assessor disponível para

isso -...eu avoquei o pedido de um Parlamentar sobre uma análise crítica do substitutivo apresentado pelo Relator da LDO, na Comissão de Orçamento.

Então, foi feito o pedido do Parlamentar, foi feita a análise crítica e enviada. Só que depois, se não me engano até V. Exª teve conhecimento disso e também pediu cópia dessa análise crítica, a coisa começou a se espalhar pelo Congresso Nacional - muito embora há quem diga que depois que inventaram a xerox e o fax não há mais papel sigiloso - e quando se espalhou, vazou à imprensa.

No entanto, a carta que deu origem a esta correspondência do Senador Ronaldo Aragão culpava algum membro e indicava que fosse feita uma sindicância para verificar se algum membro da assessoria teria vazado esse documento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Essa sindicância foi realizada? V. Sª chegou a ser ouvido por alguma sindicância sobre aquele documento? Sobre quem teria redigido? Quem teria vazado?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Perdoe-me Senador, interrompi V. Exª.

V. Exª pergunta sobre o vazamento de que documento?

O SR. EDUARDO SUPLICY - O referido na correspondência do Senador Ronaldo Aragão ao Presidente Mauro Benevides.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Como eu lhe disse, diversos Senadores e alguns Deputados pediram cópia e o titular de posse, em absoluto, fez questão de guardar sigilo, e isso ficou espalhado dentro do Congresso por aqueles que se interessavam pela LDO. Vazou, mas não se sabe como. Mas se houve essa sindicância, não fui ouvido, assim como nenhum membro de assessoria de Orçamento da Câmara também não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O documento anexo à carta do Senador Ronaldo Aragão, que era cópia de uma matéria publicada no **Jornal de Brasília**, era, porventura, de autoria de V. Sª?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Da minha inteira responsabilidade, da minha lavra, pelo que já expliquei. Estávamos em um processo muito dinâmico de reformulação, de reestruturação, trabalhando em propostas de fiscalização e controle, que o Regimento da Câmara permite e nunca havia sido usado. Então, todos os assessores estavam ocupadíssimos. Cheguei a distribuir a um assessor, quando ele veio a mim e disse estar ali com o problema do Regimento, não sabendo se parava com o Regimento, que tinha uma subcomissão especial, etc., ao que eu lhe disse: Desculpe-me, eu não me lembrei. Então, de lá para cá, avoquei e eu mesmo redigi o texto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, concluo - até porque outros se prepararam também para desenvolver esse tema - dizendo que este documento constituía um alerta muito importante para o Congresso Nacional. Seria bom se todos nós tivéssemos prestado atenção, inclusive o Presidente da Comissão Mista do Orçamento, os Presidentes da Câmara e do Senado, no conteúdo do documento, porque significava um alerta positivo de um funcionário com experiência na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O Deputado Pedro Pavão tem a palavra.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Dr. Roberval Batista de Jesus:

V. Sª se aposentou da vida pública. Quais foram os cargos que ocupou na área da Câmara dos Deputados?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Por isso, Sr. Presidente, é que eu disse que não queria fazer nenhum relato, porque se torna autobiografia funcional.

Meu concurso para a Câmara dos Deputados foi em 1953. Fui chamado em 1955. Com duas semanas de Câmara, talvez em função do meu currículo, da minha formação, fui designado para a Comissão de Orçamento. Afastei-me em 1958 ou 1959, a convite do então designado Líder da oposição, por questões de amizade de família e do Regulamento da Câmara, que exigia, para aquela posição, que não poderia ser funcionário de fora, devendo ser funcionário da Casa. Quando o Líder da oposição deixou a Liderança, fui convocado para a Comissão de Transferência da Câmara do Rio de Janeiro para Brasília. Isto até julho de 1960, quando, então, vim para Brasília. Quando aqui cheguei, novamente fui designado para a Comissão de Orçamento. Estive algum tempo fora da Câmara. Quando retornei em 1982, fui designado para a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral. Passei depois a ocupar o cargo de Assessor Técnico e, finalmente, de Chefe na Assessoria Técnica da Diretoria-Geral.

Perdoe-me a autobiografia, em que disse não queria incorrer, Sr. Presidente. Quando, pela terceira vez, em 1991, solicitei à Administração a minha aposentadoria, que me foi recusada, fui docemente constrangido a assumir mais uma vez a Diretoria de Orçamento.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª ocupou a Diretoria de Orçamento quantas vezes?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Quando ela ainda não tinha essa estrutura, mas uma Seção da Despesa e uma Seção da Receita, ocupei durante algum tempo a Chefia da Seção da Despesa, depois transformada em cargo de Diretor de Orçamento, cargo que ocupei durante uns três ou quatro anos pelo menos. Eu já era assessor da Comissão de Orçamento ainda no Rio de Janeiro; e, aqui, enquanto não havia essa estrutura e o Orçamento era examinado bicameralmente e não unicameralmente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Hoje, a expectativa a respeito do depoimento do Dr. Roberval é toda em função da sua demissão promovida pelo então Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro.

A que V. Sª atribui essa dispensa?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Deputado, V. Exª há de me perdoar, mas penso que não me compete fazer esse juízo de valor, em primeiro lugar. Em segundo lugar, ao examinar o que a imprensa tem publicado, verifico ser algo com o que mesmo eu fiquei inteiramente confuso.

V. Exª me permite que eu consulte?

O SR. PEDRO PAVÃO - É importante que V. Sª diga isso, naturalmente, para desvincular a ação da imprensa e do envolvimento natural. Na época do depoimento do Deputado Ibsen Pinheiro, S. Exª atribuiu ao Senador Ronaldo Aragão uma correspondência, e este não fez alusão a fatos que caracterizassem, pelo então Presidente Ibsen Pinheiro, a sua exoneração. Por isso que lhe faço esta pergunta.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Alguém já afirmou neste País que o fato político é um e as versões são diversas. Eu, até hoje, só tenho um fato: a minha demissão, de que, por um lado, gostei bastante porque consegui me aposentar, a não ser quando algum Presidente da CPI me convoca das férias. Perdoe-me Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A culpa não foi bem minha. Eu gostaria de vê-lo ainda em Angra do Reis, que não conheço. Foi mais por insistência do Senador Eduardo Suplicy, e V. Exª sabe o quanto é insistente o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Sei porque, embora o Senador Eduardo Suplicy tivesse assessoria no Senado, dava-nos a honra de recorrer à assessoria da Câmara.

Um jornal desta cidade publica principais pontos da denúncia, em 22/10/93, do Dr. José Carlos Alves dos Santos. Em certa parte, diz o Dr. José Carlos:

"O Roberval da Câmara foi substituído na Comissão de Orçamento porque o João Alves não queria ele lá" (sic).

O mesmo Dr. José Carlos que fez essa afirmação em 22 de outubro, em 31 de outubro de 1993, em entrevista exclusiva à **Folha de São Paulo**, diz:

"João Alves, junto com Cid Carvalho e Ibsen Pinheiro, derrubaram Roberval Batista de Jesus da Chefia da Assessoria de Orçamento da Câmara".

Não é mais apenas João Alves.

Estou enfatizando para V. Exª sentir como fiquei confuso e estou até hoje. Eu já estava no DOU quando ele saiu. Eu o conheci e pensa que ele estava até bem intencionado. O Deputado Ibsen Pinheiro, por sua vez, declarou que a minha saída era a pedido do Senador Ronaldo Aragão.

Houve uma reunião da Comissão, em 12 de setembro de 1991, quando eu já estava demitido e a minha aposentadoria devidamente assinada, em que diversos Deputados questionaram o Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Aragão, acerca dos motivos da minha demissão, solicitada por S. Exª.

Então, um dos membros da Comissão, Deputado João Paulo, diz - isso extrai de notas taquigráficas:

"Ao entrar aqui nesta sala, Sr. Presidente - dirigindo-se ao Senador Ronaldo Aragão - indaguei de V. Exª se isso de fato ocorreu, e V. Exª negou".

Isso ocorreu em reunião, no dia em que estava assinada a minha demissão. Houve mais questionamentos, como os do Deputado Aécio Neves e outros.

O SR. PEDRO PAVÃO - Já, nessa época, o Senador Ronaldo Aragão não confirmava o encaminhamento de solicitação da sua dispensa?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Continuando:

Depois de bastante questionado por diversos (...), disse ele (Senador Ronaldo Aragão): Tenho a obrigação de dizer a esta Comissão, para que não parem dúvidas, que fui comunicado sobre a demissão do funcionário só à noite do dia da demissão, por um de meus assessores. Não tive nenhuma influência e não fiz nenhum pedido relacionado com a demissão do Dr. Roberval; pelo contrário, há quinze dias, teci os maiores elogios ao mesmo. Essa informação fica registrada, sem sombra de dúvida, para o fim de qualquer colocação que se faça em meu nome.

Entendo que a competência da demissão de funcionários da Casa é do Presidente da mesma, mas não recebi qualquer comunicação. Somente à noite, depois da demissão, não me perguntaram se ia demitir A ou B. Essa é a minha palavra a respeito do assunto.

Então, veja bem, nobre Deputado, fico um pouco confuso para saber a quem atribuir. É muita gente, vai aumentando, foi fulano, foi sicrano, eu não fui. E, como queria muito me aposentar, não procurei questionar muito o fato. Em absoluto.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quer dizer que mesmo lendo o conteúdo desse ofício, o senhor ainda confirma que não ficou caracterizada a dispensa pelo então Presidente da Casa?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Somente ele poderia me dispensar. É regimental.

O SR. PEDRO PAVÃO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, havia sido informado de que o Sr. Roberval não viria - S. Sª mesmo declarou isso à imprensa antes de entrar - fazer denúncia nova em relação às atividades da Comissão de Orçamento. E alguns jornalistas lhe perguntaram: "Bom, isso não tem importância?"

Diria que, para mim, tem uma imensa importância esse depoimento. Estamos vivendo um momento em que o serviço público, de uma forma geral, vem sendo rebaixado, desqualificado, humilhado.

Então, face a pequena experiência que tive de alguns meses de trabalho com V. S^a na Comissão de Orçamento, creio que esse depoimento traz ao País uma demonstração de que existem homens dignos, sérios e coerentes com seus princípios e, sobretudo, com sua atividade profissional.

Pude assistir na Comissão de Orçamento - lembro-me que o primeiro crédito adicional que foi rejeitado foi o do setor elétrico e não tinha... Foi do setor elétrico o primeiro?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Foi o do DNOCS, que não chegou a ser rejeitado porque o Ministro de então pediu sua retirada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Depois, lembro que acompanhei um, inclusive foi o Homero que fez o parecer...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - ...sobre o PL 14, se não me engano, sobre a infra-estrutura que envolvia o DNER, setor elétrico etc. Era de infra-estrutura.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E a parte que me cabia estava ligada ao setor elétrico.

O trabalho competente que foi realizado pela assessoria, especialmente, era o que queria registrar aqui, é que pela primeira vez, senti a tentativa de se construir procedimentos de análise dos projetos e dos pedidos de crédito adicional ou das mensagens do Executivo por parte da assessoria.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Permita-me, nobre Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pois não.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Chegamos a organizar até um Manual de Orçamento com todos os procedimentos que deveriam haver dentro da Assessoria para que houvesse unicidade de ação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E esse trabalho que começava a ganhar corpo, que dava uma qualidade técnica à Assessoria, fundamental ao acompanhamento, à análise dos créditos adicionais, das mensagens orçamentárias, da LDO e que não só empolgava a Assessoria porque começava a haver rotinas, procedimentos, trabalhos de equipe, mas também começou a dar estatura técnica à Comissão de Orçamento, foi desmanchado.

Eu tinha um ano de casa e não consegui entender, naquela ocasião, tudo o que tinha acontecido. Em seguida, renunciei à relatoria. Quando chegou a mensagem orçamentária, não quis participar de nenhuma atividade da Comissão.

De um lado, já havia aqueles indícios; de outro - esse é o ponto fundamental - havia a desorganização do poder público, a desarticulação da assessoria no processo orçamentário, a falta de informações é parte de uma estratégia que permite exatamente esse tipo de objeto que estamos analisando na CPI.

A ausência de procedimentos, de rotinas, de qualificação, de valorização dos trabalhos dos Assessores dessa área é que permite - já vimos isso aqui, algumas vezes, em alguns depoimentos - que o Orçamento seja feito sem qualquer exigência, sem qualquer critério, sem qualquer estrutura técnica.

Lembro-me do dia em que entrei em sua sala e o senhor me comunicou que estava se afastando, que estava juntando os papéis na mesa, que ia embora e que iria se aposentar. E eu lhe disse que o senhor não podia fazer isso, que a briga continuava, que o senhor não podia ir para casa. Perguntei se o senhor não iria ajudar na discussão do Orçamento, e o senhor respondeu que se eu quisesse que eu procurasse em seu apartamento. Disse-me, também, que não tinha mais condições, que achava que não tinha mais chances, e o senhor está vendo que a história andou e que, de alguma forma, o senhor está tendo que voltar e contribuir.

Eu queria formular só duas perguntas, uma vez que as perguntas mais específicas já foram feitas.

A primeira é: o que o senhor poderia fazer, em termos dessa experiência, de contribuição para o relatório da CPI, em termos do papel da Assessoria da Casa de recuperar um pouco esse trabalho que ficou perdido ao longo desses dois anos, de estruturar uma assessoria ao nível e à exigência que o Orçamento Geral da União teria para o Congresso Nacional? O que o senhor teria elaborado, se voltou a pensar sobre isso, daquele trabalho que já foi acumulado na Assessoria e que poderia apresentar à CPI?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Ilustre Deputado Mercadante, como V. Ex^a disse muito bem, a Assessoria era uma equipe. A Assessoria não era Roberval, Homero ou Schettini. A Assessoria era uma equipe; uma equipe trabalhando com unicidade, todos discutindo os problemas em conjunto.

Quando fui demitido, o meu sucessor não fazia parte da equipe - questão política bastante compreensível em uma casa política. No entanto, quem seria meu substituto natural, pois eu pensava ficar só 1 ano ou 1 ano e pouco, retornou, graças a Deus. Foi guindado ao posto de Diretor. Basta permitirem que essa equipe continue o trabalho que começamos. Nada mais. Basta permitir que eles continuem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em relação a medidas de fiscalização e controle?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Era. Mas há uma preocupação epidérmica da minha parte - e chego a contrariar alguns tratadistas não só de orçamento mas

também de economia e até de Ciência Política. A meu ver, a função principal do Congresso hodiernamente não é a elaboração orçamentária, de forma alguma. A principal prerrogativa do Congresso, hoje, seja ele americano ou brasileiro, é a fiscalização financeira. É nela que se vão detectar todos os desperdícios, todas as irregularidades, todos os métodos errados. É na fiscalização. E se pudesse atribuir - não me arrego esse pensamento sequer -, talvez tenha sido a minha insistência no programa de fiscalização financeira que tenha feito alguns inimigos que não conheço até hoje. Porque nós insistíamos muito na fiscalização financeira. Tínhamos que fiscalizar mais do que nos preocupar com a elaboração orçamentária, porquanto no Brasil - eu disse isso dias atrás - o Orçamento é uma mera peça de ficção. Temos o Orçamento... Quando cheguei, por exemplo, na Assessoria, o Orçamento tinha sido editado em dezembro ou janeiro. Em março já tínhamos créditos suplementares. É mera ficção, então.

O que restava? Era termos um poder de fiscalização concedido pela Constituição e ir saber o porquê daquele crédito. Foi um recurso pequeno? Foi apenas - desculpem o jargão - uma janela que se abriu, para depois reforçar com créditos adicionais?

Hoje, sem exagero, e, se eu estivesse errado, teria ainda o meu pessoal - desculpem chamar "o meu pessoal" - da Assessoria de Orçamento, mas calculo que 70% da execução orçamentária seja devido, unicamente, a créditos adicionais, não ao Orçamento. Isso sem levar em conta também aquele caráter que se deu - que me perdoem os juristas - o caráter que se deu à Lei Orçamentária de ela ser meramente autorizativa. Sim, ela é autorizativa. Mas a fiscalização é que vai impor. Porque não é possível que se abra um crédito adicional, como tivemos exemplo nesse ano recém-findo, em outubro, em novembro, e só se comece a pagar no ano seguinte. Por quê? Não há recursos? Se abriu crédito adicional, é porque havia recursos.

Então, ficamos sempre com essa postergação de despesas, sem jamais encerrar um exercício financeiro devidamente orçamentados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu queria, Sr. Presidente, para encerrar - o meu tempo já está se esgotando - solicitar que, apesar das férias em Angra dos Reis - porque só temos 13 dias para a CPI concluir os seus trabalhos -, fazendo o papel de um assessor informal, já que está fora da Casa, e com o pessoal da Comissão - que, tenho certeza, terá a maior disponibilidade de fazer essa atividade - o senhor pudesse sentar e tentar sistematizar algumas contribuições daquelas que começaram, 2 anos atrás, a serem elaboradas; que ficaram perdidas no tempo e, quem sabe, possamos incorporar, agora, como subsídio valioso ao trabalho final da CPI.

Era só o que eu tinha a sugerir e a reivindicar, depois de 36 anos de trabalho.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Muito obrigado, meu caro amigo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esse amigo aí tem uma entonação especial, não é?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Realmente, considero-me amigo do Deputado Aloizio Mercadante, embora seja pequeno o tempo em que trabalhamos juntos; criamos, assim, certos laços, mas ele sempre me tratou assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senti, na vocalização que V. S^a deu, uma espécie, assim, de "mui amigo" que quer vir trabalhar.

Tem a palavra o nobre Deputado Sigmaringa Seixas, que tenho a alegria de ver fazendo, hoje, uma inquirição, depois de muitas que já fez.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - É verdade, Sr. Presidente, não tantas, mas algumas e, certamente, precisas inquirições.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Roberval:

O senhor foi nomeado Chefe da Assessoria de Orçamento em março de 1991 e exonerado em setembro do mesmo ano. Na verdade, quando o senhor foi nomeado, o orçamento de 1991 já havia sido aprovado e estava sendo executado, e o senhor foi exonerado antes do início da tramitação do orçamento de 1992, não é isso?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Correto.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então, significam exatos seis meses na Chefia da Assessoria de Orçamento. Isso me parece muito pouco para gerar uma exoneração com tantas e tão graves repercussões.

Além disso, salvo engano, mas é voz corrente, o senhor foi substituído por pessoa que era da confiança do Deputado João Alves ou do Ministro Henrique Hargreaves. De qualquer forma, minha pergunta é a seguinte: o senhor já respondeu ao Senador Suplicy sobre a sua nomeação, mas eu gostaria de saber se houve algum sentido especial na sua indicação, alguma recomendação com relação à sua missão na Assessoria de Orçamento.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Eu não daria recomendação, mas, quando o Dr. Sabino me intimou a assumir a direção da Assessoria de Orçamento, segundo a opinião dele, a Assessoria estava muito desmantelada, sem prestígio e não estava devidamente organizada tecnicamente, embora, qualitativamente, estivesse com uma ótima equipe. E não me deu outras instruções, porque, quando ele me mandava para algum lugar, eu já sabia que esse lugar era espinhoso; era para organizar e trabalhar. E não deu outra. Simplesmente, dirigi-me à Assessoria e comeci a trabalhar, diuturnamente, 12 a 15 horas por dia, com a equipe.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Nenhuma recomendação especial?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - A recomendação era apenas a de trabalhar e erguer o nome da Assessoria. Af, talvez, haja um pouco de corporativismo sadio.

Como já disse, fiz parte, durante muito tempo, da equipe de Orçamento, e o Dr. Sabino, também, começou na Câmara na mesma equipe. Havia, repito, esse corporativismo sadio de querer ver a equipe bem prestigiada, com todo o elã para trabalhar e produzir boas coisas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Nessa época, quem chefiava a Assessoria de Orçamento do Senado, o senhor se lembra?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Era um colega que também tinha vindo do Rio - o Luiz. Ele também sempre trabalhou na Comissão de Orçamento; se aposentou em dezembro de 1990.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não, digo do Senado.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Do Senado, quando entrei, era o Dr. José Carlos Alves dos Santos, que durou pouco tempo, pois foi, em seguida, para o DOU, sendo substituído pelo Dr. Orlando Leite de Castro.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Na época de sua exoneração, V. Sª se lembra se houve algum choque ou desentendimento seu com líder de partido ou membro...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Como?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Algum choque, algum desentendimento de V. Sª com algum líder de partido, com algum dirigente ou membro da Comissão do Orçamento? Porque o Deputado Genebaldo Correia, à época, fez declarações sobre isso, e, se não me falha a memória, o próprio Deputado Ibsen Pinheiro, quando depôs nesta Comissão, também fez referência a esse episódio. V. Sª se lembra? Poderia descrever, se houve efetivamente?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Deputado, acho difícil ter havido choques no tempo que passei na direção dos trabalhos da Assessoria, porque, além de atender todos os Deputados e até alguns Senadores em meu gabinete, por vezes era chamado ao gabinete deles, como fui algumas vezes por V. Exª, como fui diversas vezes pelo Deputado Benito Gama, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças - inclusive me forçou, desculpem-me o termo, a manter dois assessores em todas as reuniões da Comissão de Finanças e, muitas vezes, eu também tinha de ir - como fui atender o Senador Almir Gabriel, do PSDB, para assessorá-lo em termos de Regimento, como atendi o PMDB, certa vez, na figura do Senador Mansueto de Lavor, que nos pediu assessoria. Sinceramente, nunca vi choques com lideranças.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Choques de V. Sª, especificamente.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Sequer me reportava a elas. Reportei-me uma vez, numa circular que mandamos ofertando os produtos que poderíamos ter dentro da Assessoria, dizendo o que poderíamos fazer, instituindo até um curso, para o secretariado parlamentar, de elaboração de emendas ao Orçamento. Relacionava-me muito bem com todos os Deputados que viviam, praticamente, na Comissão, porque aquilo era desde de manhã até a madrugada. Não me recordo de ter tido choque nenhum, nenhum tête-à-tête com líder partidário.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Sª disse ao Deputado Aloizio Mercadante que teve problemas com o crédito adicional do DNOS.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Correto.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Houve algum desdobramento com relação a esse episódio?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Houve. Gostamos muito, pois foi uma prova de como a fiscalização financeira poderia funcionar no País. Fomos procurados, quando demos a primeira nota técnica mostrando que não havia fonte de recursos. Esse projeto foi retirado de pauta a pedido do então Ministro Marcílio Marques Moreira e depois chegou uma mensagem retirando o projeto. Houve representação de um membro da Comissão, e, no caso, passou a ser da Comissão, ao Procurador-Geral da República e ao Tribunal de Contas da União, e o TCU terminou por penalizar o liquidante e os então diretores do DNOS por irregularidades.

Isso nos deixou muito à vontade, porque veio comprovar a nossa teoria de que, havendo fiscalização financeira, poder-se-ia detectar tudo. Até hoje, se não me engano, esse processo está rolando pela Procuradoria-Geral da República, apesar das sanções já aplicadas pelo Tribunal de Contas da União, que comprovou que aquele projeto não era viável e havia irregularidades administrativas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Sª falou em ação de fiscalização, respondendo ao Deputado Aloizio Mercadante. V. Sª tomou alguma iniciativa no sentido de implementar alguma ação de fiscalização pela Câmara ou pela Comissão do Orçamento?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Perfeito. Além de termos, nessa circular a que me referi há pouco, mostrado que seria uma proposta de fiscalização e controle e que chegaram diversas e começamos a executá-las, procurei me armar na informatização de um terminal do SIAFI, um terminal do SIDOR, que é o Sistema de Orçamento, para termos tudo aquilo que precisávamos; mas comecei a esbarrar numa parede muito grande, que era ter acesso ao sistema de orçamento do próprio PRODASEN, aquele orçamento que nós fazíamos. Não tínhamos sequer a senha e não a consegui nesses seis meses.

No SIDOR chegaram a vir técnicos do DOU, quando ainda não tinha chegado lá o Dr. José Carlos, para ver montagem, o terminal, etc. No SIAFI também fui muito bem recebido e começou-se a providenciar tudo. De repente, esfriou. De repente, desapareceu o pessoal do SIAFI, o Dr. José Carlos foi para o DOU e nunca mais consegui acesso, quer dizer, consegui ter acesso ao sistema de orçamento do PRODASEN, o nosso. Assim ficava difícil praticar a fiscalização financeira. Em seguida, fui demitido.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Vou lhe fazer uma última pergunta; na verdade, vou pedir sua opinião. V. S.^a não é obrigado a responder, porque só teria que responder sobre fatos.

Por que há tanta pressão política, na sua opinião, para nomear e, às vezes, como foi o seu caso, exonerar o chefe da Assessoria de Orçamento?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Até hoje, gostaria de saber também.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Sigmaringa Seixas.

Com a palavra o meu nobre amigo, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, requiro as seguintes perguntas que farei ao depoente:

Queria confirmar, inicialmente, o período em que ficou na chefia da Assessoria de Orçamento, ou seja, de março de 1991 a setembro do mesmo ano. É verdade isto?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Correto. Até 12 de setembro de 1991.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex.^a fala constantemente em demissão e fico sem entender a que V. S.^a se refere: a uma dispensa de DAS ou a função gratificada?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - À demissão do cargo em comissão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Nesse caso, não seria demissão.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - A uma exoneração.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Exoneração. Porque a demissão, via de regra, é uma pena do Direito Administrativo. Aí, seria uma mera exoneração.

V. S.^a poderia-me explicar a razão do seu afastamento? O que foi alegado para V. S.^a ser afastado?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Segundo o Diretor-Geral da Câmara me informou, o Presidente Ibsen Pinheiro teria dito a ele que houve pedido de lideranças, sem exemplificá-las, e do Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Aragão, que, no dia seguinte, desmentiu naquilo que já acabei de ler.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Houve alguma incompatibilidade de V. S.^a com membros da Comissão de Orçamento? V. S.^a resistiu a alguma coisa que se quisesse fazer e houve a não recomendação técnica? O que teria acontecido?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Senador, nunca captei nada nesse sentido. Eu tinha um bom relacionamento com todos os deputados e senadores. Sempre me relacionei muito bem. Quando levava alguma idéia, se era recusada, era debatida até com muita deferência e concordávamos ou não, sem atritos de forma alguma. Jamais tive atrito. Aliás, a função de funcionário não é ter atrito com parlamentar.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas nas acusações que são feitas, tanto ao Deputado Ibsen Pinheiro, como ao Senador...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Não fiz acusações. Perdoo-me, Senador.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não estou dizendo que V. S.^a fez. Estou dizendo: nas acusações feitas ao Deputado Ibsen Pinheiro e ao Senador Ronaldo Aragão sempre pesa a história dessa exoneração. E não entendo por que aqui uma exoneração sai do leito da sua normalidade para ser um fato excepcional. V. S.^a poderia-me explicar isto?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Lamentavelmente, não posso explicar a V. Ex.^a, porque também não entendi. Apenas aceitei pacificamente e gostei, repito mais uma vez, pelo fato de já desajar a minha aposentadoria há cinco anos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. S.^a falou que o Orçamento é uma peça de ficção. Foi isto que V. S.^a falou: o Orçamento produzido no Congresso Nacional seria uma peça de ficção? Foi isto que ouvi?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Disse que o Orçamento é uma peça de ficção. Não usei a expressão "produzido pelo Congresso Nacional", porque é enviado pelo Poder Executivo e aprovado ou emendado pelo Poder Legislativo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pois esse resultado final é que uma peça de ficção?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Correto.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Como pode essa peça de ficção prestar-se a tanta coisa? Não entendo a sua linha de raciocínio, ou seja, essa diminuição da importância do Orçamento da República, a partir do momento em que são gravíssimas as imputações desta Comissão a alguns deputados e senadores, vários deputados, vários senadores.

Essas imputações estão sendo exageradas a seu juízo ou é possível, realmente, delinquir através dessa peça de ficção?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, eu pediria permissão a V. Ex.^a de não emitir nenhum juízo de valor sobre essas acusações, mas gostaria de reafirmar as minhas palavras de há pouco de que é uma peça de ficção. Por quê? Um fato também que já foi aqui relatado. Tínhamos terminado o Orçamento

de 1990 para 1991 e, em março ou abril de 1991, já tínhamos crédito suplementar. Como é possível já ter crédito suplementar em algo que foi votado há quatro meses?

Perdoo-me a imperatividade. Os créditos adicionais, hoje, devem representar 70% da execução orçamentária. O Orçamento é apenas 30%. Por aí, veja V. Ex^a, a meu ver é uma peça de ficção, porque vem sempre engrossado pelos créditos adicionais.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Entendo o raciocínio de V. S^a e até concordo com determinados juízos, inclusive, com uma função fiscalizadora do Congresso, que entendo também ser de magna importância, que é uma tese que V. S^a defende e sempre defendeu na sua vida de funcionário público da Câmara dos Deputados. Louvo e também penso assim. Mas quero somente entender: como, tendo toda essa possibilidade de "amesquinamento", o Orçamento aqui finalizado, vem a proposta, emenda-se, finaliza-se, aprova-se a redação final, pode ele ter se prestado para tantos delitos e de tanta expressão, segundo verifica-se pelo exame das contas bancárias e pelo exame patrimonial das principais pessoas acusadas?

É só isso que queria entender, sem forçar V. S^a a nenhum juízo de valor, porque respeito muito as pessoas que se sentam nessa cadeira e não gosto de coagir nem de forçar. Quero deixar V. S^a inteiramente à vontade para responder ou não, segundo a sua personalidade e a sua convicção. Só quero entender.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho, essa sua atitude cavalheiresca é por demais conhecida; não precisaria V. Ex^a citar porque tenho certeza dos seus instintos democráticos. Mas quando digo que ela é uma peça de ficção - perdoo-me a iteratividade - é porque o Orçamento é de um valor incommensurável. Então, 2%, 3%, 6% representam bilhões de dólares. É preciso que se atente para isso. Ele tem um valor muito grande. Então, que se tire 5% de um universo desse globo, desse tamanho, é muito dinheiro.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Agora entendi. Quer dizer, de qualquer maneira, mesmo não sendo aquela peça de uma materialidade definitiva, o pouco que se extraia por força daquela peça, na verdade, já tem uma grande expressão econômico-financeira ou meramente financeira.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Qualitativa até.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Pergunto, finalmente, a V. S^a: quanto tempo trabalhou com o denunciante José Carlos Alves dos Santos?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Creio que não chegou a três meses.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não chegou a três meses.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Creio que não. Entrei em março e acredito que, dois meses depois, ele já estava sendo designado para o DOU.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Antes de ser designado para o DOU e nesse período que citou, V. S^a notou alguma atividade ilícita desse cidadão na sua missão dentro do Congresso Nacional?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Como já tinha dito há algum tempo em resposta a outro nobre Parlamentar, não houve tempo, porque entrei com um Orçamento já votado e saí antes de começar-se a discutir o outro. Não houve tempo para observar qualquer irregularidade. Trabalhávamos - repito - dentro da organização da infraestrutura da assessoria e da Comissão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Dr. Roberval, gostaria de perguntar a V. S^a, com a experiência parlamentar que teve durante esses anos todos - conhecemo-nos desde janeiro de 1958, na Câmara do Rio de Janeiro -, dos cargos de V. S^a ocupou nessa longa experiência e, finalmente, o cargo de chefe de assessoria do Orçamento, se notou ou previu alguma coisa com respeito à irregularidade nessa Comissão e se isso não poderia, futuramente, desembocar nessa crise que está passando o Congresso Nacional, com a criação desta CPI? V. S^a, pela sua experiência, podia prever que iria acontecer essa crise que estamos passando?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Não. Sinceramente, não.

O SR. NEY MARANHÃO - Dr. Roberval, V. S^a pode me responder se o Congresso Nacional hoje tem condições de contestar ou não as dotações orçamentárias enviadas pelo Poder Executivo para serem aprovadas por essa Casa?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Hoje, ainda não; se tivéssemos instituído um sistema de fiscalização, sim, porque haveria comparações, haveria checagens.

O SR. NEY MARANHÃO - Quero agradecer a V. S^a porque, quando V. S^a falou em peça de ficção, o Senado da República, por meio de um pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito feita por este Senador, teve o apoio de 68 Senadores para investigar as contas públicas do Governo de 1993 e dos anos anteriores. Isso quer dizer que o Senado da República está com razão, conforme essa resposta que V. S^a acabou de dar: o Congresso Nacional aprova hoje as dotações do Governo no escuro; não tem condições de contestá-las. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Encerrada a lista dos titulares, concedo a palavra ao primeiro dos suplentes inscritos, Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, Sr. Roberval, eu gostaria de fazer uma brevíssima introdução. Quer-me parecer que V. S^a foi convidado a vir a esta

Comissão porque se julgava que sua demissão tivesse estreita relação com os fatos que estamos investigando nesta CPI e também porque V. S^a traz um cabedal de experiências, de conhecimento que poderia, e poderá, ser extremamente útil ao nosso Relator, no sentido de trazer novos princípios que possam prevenir e até mesmo evitar que fatos dessa natureza possam vir a ocorrer.

Basicamente, V. S^a foi convidado exatamente porque aflorou nesta Comissão uma série de atitudes criminosas e talvez sua demissão pudesse ter muito a ver com tais atitudes, pelo conhecimento que V. S^a teria desses fatos que ocorreram dentro da Comissão Mista do Orçamento.

Sabemos que há duas contradições básicas, com relação à demissão de V. S^a: a primeira, do Deputado Ibsen Pinheiro, que aqui esteve e disse que apenas o demitiu, na condição de Presidente, por solicitação do Presidente da Comissão Mista, Senador Ronaldo Aragão. E V. S^a hoje nos traz trechos de uma ata em que o Presidente da Comissão Mista do Orçamento, Senador Ronaldo Aragão, indagado insistentemente pelos demais membros sobre o motivo pelo qual V. S^a teria sido demitido, foi enfático, foi categórico ao afirmar que somente tomou conhecimento da demissão de V. S^a à noite, por um assessor, porque a ignorava, não havia solicitado de forma nenhuma sua demissão.

Como essa demissão é o nó górdio de todo esse depoimento e de toda esta reunião, eu gostaria que V. S^a nos desse sua opinião, não um juízo de valor. V. S^a, que foi funcionário exemplar, como todos aqui narram, mas que foi demitido, certamente porque estaria atrapalhando alguém dentro dessa comissão.

Gostaria que V. S^a nos esclarecesse quem está mentindo nessa história: o Deputado Ibsen Pinheiro ou o Senador Ronaldo Aragão. Essa é a primeira indagação que gostaria de formular a V. S^a.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Pediria permissão a V. Ex^a para dizer que fica difícil para um ex-funcionário como eu afirmar que um Sr. Parlamentar mentiu. Apenas apresentei os fatos. Enquanto o Presidente Ibsen Pinheiro assegura que demitiu a pedido de lideranças e do Presidente da Comissão, este menciona que não tomou conhecimento a não ser após o fato consumado e que até tinha me feito elogios dias atrás. Penso que contra fatos não há opiniões nem juízos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Apenas para aditamento. Tem conhecimento V. S^a de alguma solicitação para a sua demissão, formulada por escrito pelo Senador Ronaldo Aragão?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não houve nada por escrito?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Que eu tenha conhecimento, absolutamente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E se tivesse, V. S^a teria conhecimento?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Creio que sim, porque o Senador Ronaldo Aragão até sempre me tratou com muita deferência.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Diante da resposta de V. S^a, podemos perceber claramente quem foi, de onde partiu e a origem da demissão de V. S^a.

Para a demissão de um funcionário exemplar tem que haver alguma justificativa. Seria absolutamente inadmissível que um Presidente da Casa o demitisse pelo prazer da demissão. Ou V. S^a estava atrapalhando, ou estava propondo um setor de fiscalização que pudesse malbaratar qualquer esquema já montado, ou estava ocupando o lugar de que eles necessitavam.

Gostaria que V. S^a, se tiver indícios, pudesse esclarecer esta Comissão a este respeito, porque isso é fundamental; é, na verdade, a razão última desta reunião: qual a razão por que V. S^a foi afastado dessa comissão, no seu entender?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - É pena o Presidente, Senador Jarbas Passarinho, não estar aqui.

Não me preocupei muito com isso porque aprendi com uma alta autoridade desta República que, para um cargo em comissão, o indivíduo é nomeado em português e demissível em latim, *ad nutum*. Então, a qualquer momento, eu esperava a demissão de qualquer cargo em comissão que ocupei na Casa.

Em segundo lugar, se houve algum interesse contrariado, eu desconhecía, porque estava apenas fazendo um trabalho de valor técnico.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Esse trabalho de valor técnico porventura era na área da fiscalização financeira?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Também.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E essa fiscalização financeira iria até mesmo após a liberação da verba pelo Executivo?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - O meu pensamento e o da equipe da assessoria do Orçamento - houve quem o taxasse de utópico - era chegarmos a uma minúcia de se analisar uma estrada do Nordeste ou do Norte com idêntico grau de dificuldade de uma do Sul, estudar os preços do quilômetro e, de acordo com a disparidade, investigar o porquê daquela defasagem. Descíamos chegar a esse ponto?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A esse nível?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, estamos nos aproximando do que talvez possa ter sido a causa da demissão de V. S^a.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Mas, Deputado, isso é um trabalho meramente técnico.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É um trabalho técnico que, se implantado, poderia malbaratar todo o planejamento, todo o esquema já montado, se porventura admitirmos esse esquema, porque V. S.^a acompanharia a execução do Orçamento.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - *Pari passu*.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Aqui dentro da Casa, dentro da Comissão, na liberação do recurso, na execução da obra, na aplicação do recurso e, principalmente, no custo da obra?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Correto.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, era isso que eu queria indagar. Tenho a impressão de que chegamos um pouco mais próximos, sabendo de onde partiu a demissão do deponente e, possivelmente, esse esquema montado de fiscalização, que poderia contrariar grandes interesses dentro da Comissão.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Dr. Roberval Batista de Jesus, na qualidade de um excelente técnico em Orçamento, quais seriam as sugestões que V. S.^a daria para termos um Orçamento que não fosse uma obra de ficção e para que pudéssemos evitar todos os deslizes, os quais culminaram nesta CPI?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - As sugestões seriam muitas. Estávamos preparando um programa nesse sentido, não com o objetivo de impedir fraudes, porque isso é a única coisa em que uma equipe técnica pensa, mas com o objetivo de modernizar o trabalho, de fazer um trabalho transparente. Isso daria alguns volumes; não seria apenas um volume de 100 páginas. Esse seria um trabalho não para um ano, mas sim para dois ou três anos, até termos todo esse sistema de informatização e essas informações do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, que seriam cruzadas e investigadas. Esse seria o primeiro ponto; posteriormente, como decorrência, viriam outros.

O SR. COSTA FERREIRA - Dr. Roberval Batista, eu teria outras perguntas a lhe fazer. Entretanto, declino de fazê-las em virtude das suas afirmações de que, quando foi nomeado para a Comissão do Orçamento, o Orçamento de 1991 já havia sido concluído e de que, por ocasião da elaboração do Orçamento de 1992, V. S.^a já havia sido demitido. De modo que só teria a agradecer a gentileza de V. S.^a.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Eu é que agradeço a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Dr. Roberval Batista, o ano de 1991 foi atípico na Comissão do Orçamento; foi um ano de escândalos e de denúncias; foi um ano em que a imprensa começou a investigar, de forma mais profunda, o que se passava na Comissão do Orçamento.

Em 1991, um dos fatos que demonstram que havia algo de podre "naquele reino" foi a demissão de V. S.^a. Após esse depoimento e mediante testemunhos que ouvi na Casa, posso concluir que V. S.^a tem um nome muito respeitado.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Isso é generosidade de pessoas amigas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. S.^a é considerado um técnico competente, uma pessoa séria e um funcionário exemplar. Nesse sentido, havia uma necessidade de tirar V. S.^a do caminho.

Há hipóteses que surgem para justificar a demissão de V. S.^a. A primeira hipótese é o parecer sobre a LDO, que vazou para a imprensa e que foi motivo de uma carta do Deputado João Alves e de um ofício do Senador Ronaldo Aragão. Isso ocorreu em junho ou em julho de 1991 - não me recordo bem, mas foi nessa época.

Então, não podemos - e concordo com o depoimento de V. S.^a - fazer uma associação direta entre esse ofício do Senador Ronaldo Aragão e a demissão de V. S.^a, a qual se deu em outro período, em setembro, após a nota técnica sobre o Crédito Suplementar para o DNOS.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso ocorreu em setembro.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Essa nota técnica do DNOS aconteceu no início da minha gestão, em março ou abril, quando começamos esse trabalho.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tenho uma ata de uma reunião, em que o Deputado Eduardo Jorge faz uma denúncia pública de que V. S.^a foi demitido por que negou, através de um parecer, créditos adicionais para o DNER e para o MINFRA.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Eu não os neguei; a Comissão é que os negou. A votação é feita por Parlamentares.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim. Mas a Comissão o fez, balizada num parecer de V. S.^a?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Numa informação; quem dá parecer é o Relator. O que houve é que instituímos - repito, eu e a equipe da Assessoria - um exame mais metódico nos créditos suplementares. E logo no primeiro que pegamos, que foi o DNOS, encontramos uma fonte de recursos que não existia. Passamos ao segundo, ao terceiro, ao quarto, até o oitavo, sempre assim. Pegamos créditos que vinham com erros de 900 milhões de cruzeiros. Naquela época era bastante dinheiro. Devolvemos. Teve de ser feito. Passamos a exercer esse tipo-não digo de fiscalização, mas de mera conferência, nada mais. Procurávamos tratar, se possível, de assessoria para assessoria; quando isso não era possível, de relator para Ministro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Julgo que justamente aí está o xis da questão, pois nesse período, Dr. Roberval - e fomos informados recentemente e oficialmente e através da carta do Sr. Pedro Parente e da denúncia do Dr. José Carlos Alves dos Santos - estava havendo não um acordo político, como se tentou passar em depoimentos, mas um arreglo - e talvez essa seja a denúncia mais séria -, pois um grupo de parlamentares tomou a frente para propor, em nome da Casa e com o seu desconhecimento, um acordo com o Executivo. Dessa forma, a Comissão do Orçamento poucas mudanças faria no Orçamento enviado pelo Executivo e, por outro lado, esses parlamentares teriam suas emendas carimbadas já na proposta do Executivo.

No meu entendimento, foi esse o fato que gerou a demissão de V. S^a. Claro que V. S^a não pode dar opinião sobre isso, porque foi justamente nesse período que houve tal acordo. Talvez, Sr. Presidente, Sr. Relator, seja esse um dos fatos mais graves, porque um grupo de parlamentares substituiu a Casa, não para fazer um acordo político, mas para fazer um acordo, um arreglo, que beneficiava um grupo pequeno de parlamentares. Esse arreglo foi estourado, quando houve a denúncia e a Casa se revoltou, negando o relatório preliminar do Deputado João Alves.

Considero, então, que nesse ano de 1991 houve o pedido de CPI, que não foi encaminhado, a demissão de V. S^a e os fatos que a imprensa divulgou da empresa SEVAL, juntamente com o anúncio do tal esquema dos sete anos. Mas o que mais me impressiona - e eu queria fazer esse comentário com V. S^a - é que, embora não tenha tido acesso ainda, Dr. Roberval, ao relatório sobre a LDO, que V. S^a ajudou a redigir, as conclusões ali apresentadas por uma matéria de que tomamos conhecimento há poucos dias, na sexta-feira, no depoimento do Senador Ronaldo Aragão, ajustam-se às idéias que a nossa Subcomissão vem tendo sobre as deformações da Comissão de Orçamento.

Vou ler para V. S^a uma das nossas conclusões: quando definimos o segundo período da Comissão de Orçamento, marcado pela realidade da nova Constituição, há um certo deslumbramento por parte dos parlamentares, porque o Congresso poderia fazer mudanças no Orçamento.

E daí surgem as distorções que V. S^a, de uma outra forma, já alertava em 1991: a alocação de recursos adicionais às dotações globais, de caráter tradicional, mas não só para a subvenção social; a criação de projetos de conteúdo genérico - como o apoio a projetos prioritários, de infra-estrutura social e urbana de determinado Município - e sem detalhamento em alocações específicas, sem projetos concretos que dessem respaldo a essas iniciativas; e a ampliação das transferências voluntárias a Estados e Municípios, como está no documento que o jornal divulga sobre a posição de V. S^a, criticando essa forma de transferência voluntária, que se dá por meio de subvenções e auxílios, e o Executivo fica sem o controle, porque não são alicerçados em projetos. Fizemos esse raciocínio, e a nossa visão é a de que V. S^a, mediante alguns comportamentos concretos, como esse parecer sobre a LDO, em que já levantava alguns problemas que estavam ocorrendo na Comissão do Orçamento e de uma atitude mais séria em relação aos créditos adicionais, criou em um grupo de Parlamentares que controlava aquela Comissão a necessidade de excluí-lo da assessoria. Isso se liga ao acordo de 1991 e ao clima criado na Comissão. V. S^a tem alguma coisa a acrescentar a esse raciocínio?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Muito pouco, porquanto V. Ex^a foi de uma abrangência completa. Mas, dentro desse mesmo relatório dizia o seguinte:

"O art. 17, introduzido pelo substitutivo, por sua vez determina um tratamento diferenciado às dotações nominalmente identificadas na Lei Orçamentária anual ou em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal ou Municípios", as quais "serão liberadas mediante requerimento e apresentação de plano de aplicação, independente de qualquer outro ato, desde que não estejam inadimplentes e haja disponibilidade de recursos do Tesouro Nacional."

Tudo que citei entre aspas é o que continha no substitutivo que se transformou em lei.

Então comentava:

"Não há definição sobre o critério de inadimplência. Esse tipo de dotação dispensaria aos Estados e Municípios beneficiados a necessidade de realização de convênios e outros instrumentos congêneres. Mantém-se, por outro lado, no art. 16 o conjunto de exigências e condições para a realização de despesas com transferência de recursos da União, aplicáveis para os casos específicos de utilização de convênio, acordo ou ajuste."

A nosso ver, isso era um tratamento diferenciado. O convênio ou ajuste tem que se submeter a tudo? Era obrigado a entrar na lei. O outro, bastava um plano de aplicação, desde que nominalmente identificado. Não considero isso irregularidade; mas uma distorção técnica. Eu apontei tecnicamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não era uma irregularidade, mas propiciava...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Por esse motivo, perdoe-me, nobre Deputado, a ousadia de interrompê-lo...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Eu é que estou interrompendo V. S^a. Desculpe-me.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Não considero que isso fosse uma irregularidade; não estou denunciando a irregularidade. Estou dizendo que está errado tecnicamente e o porquê. Transformaram tudo isso, como se eu estivesse em guerra com o mundo, o que não era a minha intenção.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A última pergunta é uma questão que assessores trouxeram ao nosso conhecimento: o problema da informatização da Comissão do Orçamento. Havia naquele ano uma rubrica específica num valor elevado para que houvesse aquela informatização. Essa verba caiu em exercício findo. Por que não foi usada a verba para a informatização da Comissão do Orçamento, que era um pedido, uma exigência dos técnicos e de V. Sª?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Totalmente encampados por mim e trabalhando neste sentido.

O que houve, Deputado Sérgio Miranda, foi uma dicotomia entre as assessorias. É preciso que fique bem claro que as assessorias estavam acostumadas a trabalhar no sistema bicameral. E de repente, viram-se, em 1989, trabalhando unicameralmente. Havia aquela coisa: eu tenho mais, você tem menos, etc. Nunca se chegou a um acordo. Assim que cheguei na assessoria, senti falta. Tínhamos apenas dois micros, senão me engano. Consegui mais dois e comecei a trabalhar, como já disse, no sentido de um terminal do SIAFI e um terminal do SIDOR.

Mas, para a minha grande surpresa, o mais difícil - embora eu já tivesse um terminal do PRODASEN - era entrar no Orçamento, o Orçamento que fazíamos. Eu não tinha senha e levei seis meses sem consegui-la.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso é um absurdo...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Então procurei o Diretor-Geral e lhe propus o seguinte: ou temos o nosso sistema de informatização ou, se dependermos disso aí, desse autoritarismo que está havendo - não cito o nome, não sei quem eram os autoritários -, nunca vamos ter um Orçamento feito por computador; vamos ter que fazê-lo à mão. Ele disse: faça um programa. Comecei a preparar um programa que seria para incluir emenda ao Orçamento da Câmara para 1992, quando então teríamos um sistema de computador maior e já processaríamos tudo na Assessoria de Orçamento da Câmara. As dificuldades foram essas para a informatização.

De imediato, senti que o relacionamento com o pessoal da Fazenda, no setor do SIAFI, começou a se esvaziar; chegaram a vir técnicos aqui, começamos até a trabalhar em tomadas, toda essa parte operacional; de repente esfriou. Quando eu soube, depois, que o SIAFI cortou até a senha do Senador Eduardo Suplicy, desisti de continuar trabalhando. Se cortaram a senha de um Exmº Sr. Senador, o que uma simples assessoria iria conseguir? Resolvi desistir e também fui logo demitido.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Essa foi a minha longevidade na...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Antes de passar a palavra ao próximo Parlamentar interpellante, gostaria de lembrar aos integrantes da CPI que, após o depoimento do Dr. Roberval, teremos uma reunião interna para deliberar a respeito da pauta para o final da CPI e para isso teremos necessidade de **quorum**.

Com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Dr. Roberval:

Permita-me, Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão, iniciar minha inquirição fazendo na pessoa do Dr. Roberval uma homenagem a todos os funcionários do Congresso Nacional que têm comportamento técnico e ético. Mesmo no depoimento de V. Sª - e recebi essa observação do Deputado Nelson Trad -, observa-se o rigor do conceito técnico do papel do servidor. Como esta Casa conheceu um outro servidor, estamos conhecendo o outro lado. E nesta Casa trabalham muitos funcionários e funcionárias que têm este comportamento de dedicação à coisa pública. Portanto, quero, na pessoa de V. Sª, fazer essa homenagem.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Agradeço, sensibilizado, mas gostaria que estendesse essa homenagem à maioria dos colegas da Câmara e do Senado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está estendida à maioria dos funcionários da Câmara e do Senado que nesta relação têm esse tipo de comportamento.

Dr. Roberval, a demissão de V. Sª foi um fato político que repercutiu na Casa. Tenho aqui as atas da Comissão de Orçamento de que consta a apresentação de três requerimentos no dia 12 de setembro - portanto, um dia após a sua demissão - propondo a sua recondução. Há um requerimento do Deputado José Dirceu solicitando as razões da sua demissão e um discurso de plenário do nosso representante...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - ...Deputado Eduardo Jorge.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... do Deputado Eduardo Jorge cobrando ...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Em sessão do Congresso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... em sessão do Congresso Nacional, cobrando do Presidente da Câmara a explicação das razões de sua demissão, exatamente quando estava para chegar o Orçamento Geral da União para 92. Portanto, não foi um fato normal; mexeu profundamente. Eu, aliás, presenciei entre os funcionários da Casa, onde V. Sª é muito querido e conta com uma respeitabilidade muito grande, uma comoção. É claro que uma demissão como essa, Dr. Roberval, que não se deu no interior da Comissão de Orçamento mas num ato da Presidência da Câmara...

No diálogo do Presidente da Câmara com V. Sª, que palavras, que expressões ele usou para solicitar o seu cargo de confiança? Considerando que o cargo de confiança que V. Sª ocupava era do Presidente da Câmara, mas na medida em que o Presidente da Câmara representa a instituição, não era um cargo de confiança do gabinete e sim da instituição como um todo.

Que expressões, que diálogo, que pessoas ele citou como as que teriam solicitado, no jargão da Casa, a sua cabeça? Porque houve pessoas que solicitaram a sua cabeça. Vou relatar um fato aqui importante: um alto funcionário da Casa, consultado pelo Presidente Ibsen Pinheiro sobre a indicação de uma pessoa séria e de confiança para dirigir o orçamento, indicou V. S^a. O Dr. Sabino, ao ser solicitado pelo Presidente Ibsen Pinheiro: "Sabino, eu quero um funcionário sério e em quem eu possa confiar na Comissão de Orçamento", ele indicou V. S^a. Sei desse fato.

Portanto, o Presidente da Câmara não ia dispensar um funcionário com essa qualificação na apresentação, sem dizer algumas palavras. Que palavras foram essas? Porque foi um fato marcante e não apenas um fato corriqueiro.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Ilustre Deputado José Genoíno, eu jamais tive o prazer de conversar com o Presidente Ibsen Pinheiro. Apenas quando foi solicitada a minha exoneração, o Diretor-Geral me chamou, um tanto quanto constrangido, comunicando que o Deputado Ibsen Pinheiro tinha solicitado meu cargo por questões políticas, a pedido de lideranças e do Presidente da Comissão de Orçamento. Jamais foram citadas as lideranças.

E aproveitando o retorno do Presidente, Senador Jarbas Passarinho: a mim também não doeu muito, porque, parodiando aquela alta autoridade da República, vou repetir, o funcionário é nomeado para o cargo em comissão em português e demissível em latim, *ad nutum*. Então, eu estava esperando a qualquer momento uma demissão. Parecia-me realmente, pelos rumores - V. Ex^a sabe melhor do que eu como estas duas Casas são cheias de rumores pelos corredores - que isso ia acontecer; eu estaria incomodando um grupo; criando problemas; criando casos para deputados. E eu nunca dei importância porque não me considerava criando casos. Estava apenas seguindo uma linha.

Quando o Diretor-Geral comunicou-me isso, eu disse: "Ótimo. Com uma condição: eu quero a minha aposentadoria junto."

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E saiu junto?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Saiu. O Diretor-Geral fez-me um apelo para que eu permanecesse e voltasse ao meu lugar anterior, de Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral. E eu recusei. Isso era uma questão ética para mim. Quem nomeia é o Presidente da Câmara; se eu não era merecedor de confiança para exercer um cargo em comissão de diretor na Assessoria de Orçamento, também não poderia ser para exercer na Assessoria Técnica da Diretoria-Geral.

Vou cometer uma inconfidência: para surpresa minha, ao ser assinada a minha aposentadoria, o Presidente perguntou ao Diretor-Geral se não havia um cargo de igual nível para eu ocupar. Ao que o Diretor-Geral da Câmara, Ademar Sabino, respondeu que me conhecia muito bem e eu não aceitaria. Porque ele mesmo já tinha me oferecido e eu tinha recusado. É uma inconfidência que faço com meu amigo Sabino.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Dr. Roberval, usaram com V. S^a expressões como "falta de jogo de cintura" como assessor da Comissão de Orçamento?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Houve quem dissesse que eu havia trombadado com alguns deputados. Não sei se "trombadado" aí é sinônimo de jogo de cintura. No entanto, foi uma coisa que sempre procurei ter, porque o funcionário do Congresso aprende que a primeira lição, sobretudo quando ocupa cargo de confiança, é não trombar com ninguém, apenas executar o seu trabalho. Foi o que sempre procurei fazer.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Neste caso, certamente foi uma trombada da técnica que estaria a serviço do bem e ia evitar o mal. Esse foi o grande problema.

A última pergunta, Sr. Presidente: V. S^a conhece melhor os arquivos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a foi interrompido por esse gesto de cortesia excessiva? Ou não?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, Sr. Presidente. (Risos) Mas V. Ex^a, como é muito atento... (Risos)

Dr. Roberval, V. S^a conhece melhor os arquivos da Comissão de Orçamento do que eu. Eu, vasculhando os arquivos da Comissão de Orçamento, além dessas atas, dos requerimentos - aliás, no requerimento que pediu a reintegração de V. S^a falaram contra, exatamente o Deputado Cid Carvalho falou contra a reintegração de V. S^a - recolhemos este bilhete lá na Comissão de Orçamento dirigido ao Presidente da Comissão de Orçamento, em que é feita uma observação: "Entregue ao Senador Ronaldo Aragão pelo Deputado João Alves". E esse o bilhete que V. S^a afirmou que o Senador Ronaldo Aragão comentou que o Deputado João Alves...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Eu precisaria ter acesso para ...

(Pausa)

O que eu li estava em melhor linguagem. Estava mais condizente com o vernáculo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O que V. S^a leu estava assinado pelo Deputado João Alves?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Sim.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois bem, Sr. Presidente. Esse é um fato importante, de que se...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Ele não solicitava a minha demissão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não solicitava. Esse aqui também não solicita.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - É idêntico, apenas com um melhor vernáculo, o que eu li.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os pobres mortais aqui do Plenário podem saber o texto?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O texto é o seguinte: "Tomando conhecimento das críticas descabidas formuladas e divulgadas pela Assessoria de Orçamento contra o Congresso Nacional, que aprovou a LDO, cumpra-me solicitar a V. Ex^a providências junto aos Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, no sentido de adotarem medidas saneadoras contra os responsáveis pela matéria publicada, posto que a Assessoria da Comissão Mista de Orçamento não é um órgão independente, autônomo, cujos funcionários possam criticar pública e politicamente nem de qualquer outra forma o Congresso e seus membros sem sujeitar-se às punições impostas pela lei que disciplina o funcionalismo público. De outro modo, será permitir que o caos e a desordem substituam a ordem e a disciplina, sobretudo num setor da maior responsabilidade, que levaria fatalmente o Poder Legislativo à desmoralização pública".

Ânixa à publicação, há a observação: "Entregue ao Senador Ronaldo Aragão pelo Deputado João Alves em 17 de julho de 1991".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a está estranhando o infinitivo pessoal ou é outra coisa?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vou terminar o meu raciocínio.

O conteúdo deste bilhete foi relatado no depoimento do Senador Ronaldo Aragão. O Senador Ronaldo Aragão disse que não tinha assinatura; portanto, não o reconheceu. A Mesa deve estar lembrada desse fato.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou lembrado. Inclusive insisto que não havia assinatura mas tinha a autenticação de uma funcionária, e S. Ex^a manteve a negativa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente, realmente é isso. Então, este bilhete está na Mesa.

Há uma outra recomendação, e esta está assinada, e podemos requerê-la à Comissão de Orçamento. Aí, sim, é um bilhete que, segundo o Dr. Roberval está escrito numa linguagem mais polida, assinado pelo Deputado...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Não, com um melhor vernáculo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Com um melhor vernáculo, numa linguagem com melhor vernáculo...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso referi-me ao infinitivo pessoal.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... um bilhete com uma linguagem ou um vernáculo melhor, assinado pelo Deputado João Alves, pedindo providências para esses fatos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe-me a minha ignorância no caso. O Deputado João Alves dirigia-se a quem?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Dirigia-se ao Presidente da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Que era o Senador Ronaldo Aragão?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Que era o Senador Ronaldo Aragão.

E este bilhete, Sr. Presidente, está anexado na Comissão de Orçamento à matéria do *Jornal de Brasília* e ao requerimento do Senador Ronaldo Aragão, que não pede a demissão do Dr. Roberval, mas relata dois pontos: a divulgação dos fatos e a providência da Mesa.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Perdoe-me a interrupção, nobre Deputado. O Senador Ronaldo Aragão - se não me falha a memória - limitou-se praticamente a transcrever *ipsis litteris* o que foi pedido e teve a deferência de mandar-me uma cópia dos dois.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas isso pode ser interpretado pela Presidência da Mesa como tendo preparado o cadafalso?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu quero não interpretar, mas assumir afirmando que a iniciativa de pedir providências para esses fatos relatados no *Jornal de Brasília*, que não citam o Dr. Roberval - é importante deixar claro - nem nenhum membro da Comissão de Orçamento, partiu inicialmente do Deputado João Alves. O Senador Ronaldo Aragão transcreveu isso na forma de requerimento; contudo, como o Senador não assumiu o bilhete, e há um bilhete do Deputado João Alves ao Senador Ronaldo Aragão com este mesmo conteúdo, só numa linguagem com outro vernáculo - este fato é importante, porque foi negado no depoimento - e não há, Sr. Presidente - esta é outra questão a ser esclarecida - uma carta, bilhete, ou ofício do Presidente do Congresso ao Presidente da Câmara, como se deu esse processo, uma vez que o Senador Ronaldo Aragão se dirige ao Presidente do Congresso? Para que o Presidente da Câmara tomasse a decisão ou não, houve uma correspondência do Presidente do Congresso para o Presidente da Câmara, segundo o que deu a entender o Deputado Ibsen Pinheiro.

Para finalizar, Dr. Roberval, a informação que correu na Comissão de Orçamento e nos bastidores desta Casa é que o Deputado João Alves e o Deputado Genebaldo Correia seriam as pessoas mais interessadas, junto ao Presidente Ibsen Pinheiro, na sua demissão. O que V. S^a pôde detectar sobre isso?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Eu soube, não só pelos jornais da época, quanto, há dois ou três meses, pelo depoimento do Dr. José Carlos Alves dos Santos, que eles também estariam interessados na minha cabeça.

O SR. JOSÉ GENÓINO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço a V. Ex^a.

Dou a palavra ao último inscrito, nobre Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO - Sr. Presidente, declino de fazer perguntas, porque sinto que as explicações dadas pelo Sr. Roberval já foram suficientemente satisfatórias para o esclarecimento das dúvidas desta Comissão.

Antes, porém, eu gostaria de fazer minhas também as palavras do Deputado José Genóino, no que diz respeito ao elogio ao Dr. Roberval, extensivo aos funcionários da Câmara e do Senado, que, com tanto brio, probidade e seriedade, desempenham as suas funções.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Indago do nobre Relator se S. Ex^a ainda deseja inquirir o depoente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, Sr. Presidente.

Sr. Roberval, eu declinei do uso da palavra como Relator, ao início desta inquirição, exatamente para me situar em relação a V. S^a. Eu sabia que haveria muitas perguntas de ordem política, mas tinha lido uma entrevista de V. S^a, em o **O GLOBO**, em que V. S^a teria se portado sempre como técnico. Então, preferi esperar, e me parece que V. S^a é realmente - e deve se orgulhar disso - um técnico vitorioso, que terminou a sua carreira no serviço público mas continua fiel àquilo que representou.

Aproveito, portanto, a sua presença para ouvi-lo, porque, como Relator, estou exatamente, nesta hora, trabalhando com muito entusiasmo nas propostas de mudança na estrutura dos Poderes Executivo e Legislativo. Creio que se nós simplesmente fixarmos responsabilidades e punirmos culpados, não estaremos fazendo tudo. É fundamental mudar, e mudar numa área em que V. S^a é autoridade.

Passo, então, às minhas perguntas: primeiro, como V. S^a recebe uma possível restauração das Comissões de Controle e Fiscalização, no Senado e na Câmara?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Eu iria um pouco mais adiante, nobre Relator. V. Ex^a está me pedindo uma opinião?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, e estou curioso de ouvi-la.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Eu vou um pouco mais adiante. Entendo que a volta ao sistema bicameral ainda seria melhor. O bicameralismo, dentro do exame do Orçamento, evitaria até uma série de quízzas políticas e facilitaria muito mais a parte técnica.

A Comissão de Orçamento, pela sua estrutura e, principalmente, pelas suas assessorias, hoje tem condições - se me forem propiciadas mais - de fazer uma fiscalização financeira.

Não sei se V. Ex^a estava presente quando falei sobre um ponto doutrinário que tenho comigo, ou seja, hoje em dia é muito mais importante a fiscalização financeira...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estava e me recordo.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - ... a elaboração orçamentária. E, ninguém melhor do que quem está elaborando o Orçamento fazer a fiscalização. E, hoje, o trabalho maior seria o de fiscalização, não o de elaboração.

Ao mesmo tempo, nobre Deputado Roberto Magalhães, seria muito interessante mudarmos tudo. Lembro-me que em 1967 - V. Ex^a. me perdoe, vou ser um pouco longo, V. Ex^a. pediu uma opinião...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pode falar.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Em 1967 chegou ao Congresso um projeto de lei complementar criando o Orçamento Plurianual. O Relator foi o Deputado Rafael Almeida Magalhães, na Comissão Mista. Devido a uma amizade que já tínhamos do Rio de Janeiro e profissional dentro da Comissão, ele lembrou-se de trabalhos que eu já havia feito sobre a matéria e transformamos aquilo - eu assessorando o Deputado Rafael Almeida Magalhães - em uma hierarquia de Planejamento e Orçamento, onde começaríamos por um Plano Quinquenal, passaríamos a um Orçamento Trienal e ao Orçamento Anual. Porém, não um Plano Plurianual, desses que têm sido feitos ultimamente onde, desrespeitando até a Constituição, dão prioridade ao que é deferido à Lei de Diretrizes Orçamentárias, não ao Plano Plurianual. Um plano que não indica metas; fora, inteiramente, da técnica de planejamento.

Esse trabalho, se ressuscitado e atualizado literalmente - porque em 1967 as circunstâncias políticas eram outras, as circunstâncias financeiras e econômicas do País eram outras e, também, a técnica não tinha a evolução de hoje - ressuscitando isso seria um bom começo, o que traria muita polêmica, não resta dúvida, mas já seria um começo interessante.

As idéias são muitas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quando V. S^a defende o retorno ao bicameralismo, na elaboração orçamentária, está pensando na participação das Comissões Técnicas do Senado e da Câmara, como nos Estados Unidos?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Sei que a teoria de V. Ex^a de há muito baseia-se nisso e peço-lhe perdão por discordar tecnicamente do caso. Não temos estrutura política, nem física, nem cultura para isso. Veja bem, V. Ex^a., temos na Câmara - se não me engano - vinte e poucas Comissões Técnicas. O senhor já pensou no projeto de educação, ir à Comissão de Educação e todas aquelas cabeças pensarem e executarem; o

projeto de comunicações, ir à Comissão de Comunicações e todas aquelas cabeças pensarem, votarem e editarem as medidas que julgam necessárias. Nós fomos ter cada comissão dessa julgando o que é legitimamente político, julgando que a sua área, que o seu setor era o mais importante: a educação julgaria ser muito mais importante do que comunicações; comunicações ponderaria que os seus investimentos são maiores e por isso tem que ter mais dinheiro do que a educação e, assim, por diante. E não haveria quem sistematizasse.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Haveria. Minha proposta prevê uma Comissão de Sistematização Orçamentária, que pegaria toda esta matéria vinda das Comissões Técnicas, sistematizaria o projeto e este iria ao Plenário. Bom, mas de qualquer maneira...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Seria uma polémica que eu adoraria, sobretudo tendo a honra de debater com V. Ex^a

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a já deu aqui uma contribuição importante. A sua opinião deveria ser bicameral. Essa é uma dúvida que não resolvi dentro de mim ainda, mas acho importante seu depoimento.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Sei que estou sendo muito prolixo...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, mas haveria...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Até por uma questão da praticidade, que temos sentido no Congresso. Lembro-me que desde que viemos para Brasília, pela proximidade física de Câmara e Senado, começamos a pensar, naquela época, em fazer a unificação dos serviços médicos, das bibliotecas, mas nunca se conseguiu.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Roberval, hoje foi aqui levantada uma idéia, muito avançada e corajosa, de que a Lei Orçamentária deve ser impositiva e não autorizativa. Como V. S^a vê essa possibilidade de isso se tornar realidade um dia?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Nobre Relator, V. Ex^a há de me perdoar, mas não gosto de invadir a área jurídica, sobretudo com um jurista da sua estirpe. Em primeiro lugar, porque nada entendo de Direito, um pouquinho de administração e economia, mas de Direito nada entendo.

Acho difícil.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Modéstia do orador.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque os créditos suplementares são automaticamente liberados, não é?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não são?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Há créditos, agora, votados em outubro, que até hoje não foram liberados. Daí a importância que dou à fiscalização financeira, muito superior à da elaboração Orçamentária. Os créditos são votados, e o Executivo os dá a quem bem quiser e entender. Logo, torne-se ela impositiva ou não, é o Poder Executivo quem tem a chave do cofre.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, porque liberar é um ato jurídico, administrativo, que viabiliza o pagamento, mas não é o pagamento. Portanto, se não há a liberação, o Executivo continua com a faculdade de não pagar.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - E pode liberar e não pagar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - A meu ver, o Decreto - não a lei - que regulamenta a lei que autoriza o crédito adicional já seria uma liberação, porque, no crédito adicional, é citada a fonte de recurso. Se há fonte de recursos, por que não utilizá-los? Ele é postergado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Descobrimos aqui que houve exercícios em que mais de 60% da receita se fez através de créditos suplementares.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Disse, há pouco, ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho que o Orçamento torna-se uma obra de ficção, porque é regido muito mais pelos créditos adicionais do que pela Lei Orçamentária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente isso. Tenho recebido propostas de que seria válida a criação da Auditoria-Geral da União, com delegações nos estados, para possibilitar a fiscalização *in loco* das aplicações dos recursos Federais, sobretudo aqueles que são destinados a obras e serviços.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - E o que faria o Tribunal de Contas da União?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho impressão de que essas auditorias teriam que estar, de alguma forma, articuladas.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Mas o Tribunal de Contas da União já não tem as delegacias nos estados? Qual a função delas?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tem, mas agora que precisamos.... Imagine, no Ceará, só um Deputado teve 54 subvenções concedidas por um Ministério, e tivemos que fazer uma amostragem; mas, dessas 54, só duas foram verdadeiramente auditadas.

Quer dizer, que V. S^a seria mais favorável a que se equipasse melhor...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - A que se aumente essa estrutura já existente, já com gente experiente, que é um corpo magnífico de técnicos do Tribunal de Contas da União. Que se aumente e se dê maiores poderes, apenas isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito.

Finalmente, como restringir os créditos adicionais? Será através de um índice, de uma moeda indexada para o Orçamento? A Ufir, por exemplo? Será através da limitação de valor, não podendo ir até um certo montante da receita? Ou será simplesmente com uma limitação temporal? Por exemplo, não serão aprovados créditos suplementares senão a partir do primeiro ou segundo trimestre.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - No decantado e malfadado parecer - a análise crítica à LDO - dizíamos o seguinte:

"A redação dada ao Substitutivo eliminou a possibilidade de a Lei Orçamentária estabelecer outro critério de correção de seus valores, hipótese esta prevista no Projeto original. Descarta-se, assim, outras metodologias de correção durante a execução, tal como a indexação, cuja principal finalidade é preservar a integridade do Orçamento e evitar a proliferação dos créditos adicionais."

Se eu estivesse, por acaso, sonhando ou com pesadelos - mas estou acordado -, diria que parece haver muito interesse em créditos adicionais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sou-lhe muito grato pela sua contribuição. Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Creio que o Deputado Odacir Klein provavelmente retirou-se porque também não faria mais nenhuma pergunta.

Dr. Roberval Batista de Jesus, excepcionalmente, faço perguntas. Quero, preliminarmente, dizer-lhe que muito me agrada vê-lo aqui.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - A recíproca é verdadeira, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Já agradei a V. Exª no passado por ter me auxiliado na tarefa ingente que era o Ministério da Educação. Tinha absoluta certeza de que a sua presença aqui não seria um derramamento de ressentimentos. Conhecendo-o suficientemente, poderia afirmar desde logo que isso não se daria. E, por isso mesmo, é que gostaria de insistir em perguntas que já foram feitas, mas talvez, neste caso, a redundância não fosse má.

Ainda hoje, tive a oportunidade de saudar o Deputado Luiz Máximo, uma das figuras mais brilhantes aqui. E S. Exª se queixava de que, se perguntasse, seria repetitivo. Eu disse que, no caso de S. Exª, lembrava-me do Bolero de Ravel: embora muito repetitivo, sempre se ouve com agrado.

Então, gostaria, primeiro, de perguntar a V. Sª se sua exoneração teria se dado com uma significação de que era preciso afastar um homem que pautava a sua conduta exclusivamente pelo campo técnico, para que pudesse haver, com o seu afastamento, uma possibilidade de utilizar brechas na discussão do Orçamento com outros fins?

Sei que a pergunta é difícil, ou ainda, difícil não é a pergunta, mas a resposta. Não há perguntas difíceis; há respostas comprometedoras. Então, uma pergunta que lhe faria seria essa, uma vez que percebo, pelo que foi dito, primeiro, pela sua entrevista ao jornal *O Globo*, e, ainda, respondendo ao Senador Cid Sabóia de Carvalho, que a sua demissão decorreria, inclusive, de uma solicitação de líderes ao Presidente Ibsen Pinheiro?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Foi a declaração do Deputado Presidente Ibsen Pinheiro ao Diretor-Geral da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E também houve aquilo que ficou até agora esclarecido, ou seja, que não havia uma pressão do Senador Ronaldo Aragão.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fui um pouco indevidamente irônico quando perguntei ao Deputado José Genoíno se naquela carta feita pelo Senador Ronaldo Aragão, embora não terminando pedindo a sua cabeça, o cadafalso estava preparado. Parece que, com muita nobreza sua, V. Sª afirmou, desde logo, que, ao contrário, não lhe imputava qualquer responsabilidade na demissão.

Todavia, ouço, desde o início desta CPI, o Deputado José Genoíno, um dos meus professores de Orçamento... - porque sou totalmente ignorante, e neste caso sou mesmo, não lembrando Winston Churchill que, quando fazia discursos escritos, colocava, entre parênteses: "Pausa para o aplauso", onde sabia que ia haver aplausos. Aqui não mereço os aplausos, porque, de fato, nunca pertenci à Comissão de Orçamento porque sempre tive horror ao tema, como na Constituinte tive horror à parte tributária. Nessa ocasião, só vi um partido homogêneo, que reunia, ao mesmo tempo, Roberto Campos, Delfim Netto, César Maia, Francisco Dornelles e José Serra. Esse foi o único partido monolítico que conheci na Constituinte: votavam sempre igualmente.

Então, a pergunta seria exatamente nesse sentido: haveria um documento seu, um estudo seu - e, como todo estudo seu, um estudo valioso - que seria praticamente um entrave a que essa utilização indevida do Orçamento se realizasse? Acredita o professor que isso é verdadeiro?

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Nobre Presidente, o único estudo que foi feito, dito e alardeado, não só por mim como pela equipe da assessoria, era o nosso desejo de entrar na fiscalização financeira. Talvez isso tenha assustado muita gente. *Urbi et orbi*.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E aí a minha conclusão, que não depende da sua concordância.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Eu muito agradeço. A sua conclusão, inclusive, das minhas férias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque essa decisão, por exemplo, vindo de uma iniciativa dos líderes, que, depois, acabaram sendo, em grande parte, comprometidos nesta CPI, e ainda que se exclua uma atuação mais energética do Senador Aragão, levaram-me a crer, tanto quanto pude até agora absorver na Comissão Parlamentar de Inquérito, que a sua manutenção na função seria um entrave. Como reconheci, desde logo, a nobreza do seu gesto, de não chegar aqui com ressentimentos, para poder tirar alguma oportunidade de represália em relação aos atos passados, quero agradecer a sua presença e colocar a palavra à sua disposição para qualquer comentário final que queira fazer.

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Nobre Presidente, ilustre Relator, e, é claro, Vice-Presidente: Não obstante a interrupção gerada por V.Ex.^a, devidamente acolitada pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, cortando minhas férias no Rio de Janeiro, foi uma honra vir a esta Comissão depor, sobretudo como funcionário, por 36 anos, desta Casa. Julgo que a Casa, aqui, é muito mais o lar do que as nossas próprias residências; porque aqui entramos às 7:30 da manhã, saímos às 23h, meia-noite, quando não viramos a noite.

Talvez eu cometa um exagero, mais sem querer ofender ninguém. Nós, funcionários, gostamos muito mais da instituição do que qualquer um de V.Ex.^{as}, porque a nossa vida é aqui dentro. V.Ex.^{as}, por qualquer infortúnio político, não retornam, e nós levamos aqui de 35 a 40 anos.

Gostamos muito desta Casa e queremos vê-la cada vez mais engrandecida, cada vez com mais prestígio e não decadente ou com um prestígio abaixo da crítica.

Muito obrigado, douta Mesa. Muito obrigado, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A referência, já repetida, de que o Presidente cassou-lhe um dia ou dois dias de férias não me deixa nenhum sentimento de culpa. Acho que essa interrupção do seu lazer enriqueceu a CPI, com o seu conhecimento e a delicadeza com que se expressa; e basta ver o que perguntou o nosso Relator, no final.

Quanto aos funcionários gostarem desta Casa mais do que nós, eu poria uma dúvida nessa comparação: diria que há alguns parlamentares, pelo menos, ou um bom número, que gostam tanto desta instituição como os funcionários. Sabemos que o nosso destino é muito mais periclitante, porque, quando o Dr. Roberval fala em 35 anos, aqui... quais são os que tiveram 35 anos de mandato?

Então, é evidente que, nesse campo, acredito que até por uma questão...

O SR. ROBERVAL BATISTA DE JESUS - Manoel Novaes, quatro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Manoel Novaes quatro, Nelson Carneiro, talvez. De qualquer maneira, a sua presença nos foi muito útil.

A partir de agora, estando V.S.^a dispensado, convoco o Plenário para, dentro de 15min, iniciarmos nossa reunião.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com o braço direito bem elevado.

O SR. EDUARDO SUP LICY - É para registrar, inclusive, porque é relevante para o que vamos discutir em seguida, que o Sr. Roberval Batista de Jesus demonstrou que a cadeira do depoente, longe de sempre ser uma cadeira elétrica ou uma guilhotina, pode ser um lugar onde se demonstra que o serviço público pode ser realizado com dignidade e honra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas o caso dele era mais fácil. Mas, hoje pela manhã, houve alguma coisa que talvez merecesse a sua questão de ordem.

Dentro de 15min retomaremos os trabalhos. Não? Então, dentro de 5min retomaremos os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h43min.)

Depoimento do Sr. Deputado Geddel Vieira Lima

Ata da 54.^a Reunião, realizada em 05 de janeiro de 1994.

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e quatro, às dez horas e dez minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Pedro Teixeira, Jonas

Pinheiro, Wilson Martins, Eduardo Suplicy, José Paulo Bisol, Deputados Benito Gama, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Nelson Trad, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, José Lourenço, Luiz Maximo, Sérgio Miranda e Costa Ferreira, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade de tomar o depoimento do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima e, solicita ao Senhor Deputado Odacir Klein que faça as perguntas de qualificação do depoente. Após o juramento de praxe, o depoente dispensa o direito de usar da palavra inicialmente, colocando-se imediatamente à disposição dos Senhores Membros da Comissão. A seguir, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputado Roberto Magalhães, Senador Eduardo Suplicy, Deputados Sérgio Miranda, Luiz Máximo, Senador Francisco Rollemberg e o Senhor Presidente para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 54ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, SENHOR DEPUTADO GEDDEL VIEIRA LIMA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meus senhores, bom dia.

Declaro aberta a nossa reunião com a finalidade de ouvir, em depoimento, o nobre Deputado Geddel Vieira Lima.

Vamos iniciar, portanto, os nossos trabalhos com o cuidado que devemos ter para não pôr a perder um trabalho que já se aproxima dos 80 dias. Vazamentos que têm ocorrido - infelizmente não tem sido possível controlá-los, porque não temos meios de fazê-lo - têm provocado, como ontem no caso da Deputada Lúcia Vânia, amarguras que não têm a menor razão de ser. E hoje, pela manhã, surpreendi-me ao ler matéria do Estado de S. Paulo, cuja única finalidade, no meu entender, é abalar a credibilidade desta CPI.

De maneira que pretendo fazer uma reunião interna, no espaço de que dispusermos, entre os três depoimentos de hoje. Acho que é muito importante que conversemos, mais do que nunca, com a maior sinceridade e a maior transparência.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, para manifestar a V. Ex.^a a minha indignação com a publicação desta matéria. E esta matéria está sendo atribuída a membros desta Comissão - o que é mais grave. Eu não vou citar nomes para evitar controvérsias, evitar debates e evitar que ouçamos, desde já, o nobre depoente o Deputado Geddel Vieira Lima. Mas quero dizer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que tudo isso tem um objetivo. Eles não querem a Revisão, querem inviabilizar esta Comissão, querem destruir os membros da Comissão que têm responsabilidades com o País e se tornarem eles próprios, únicos e exclusivos, detentores da verdade nacional. Quero aqui registrar o meu protesto que renovarei na Comissão no momento oportuno. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Veja V. Ex.^a, nobre Deputado, que eu tenho sido extremamente cauteloso e até lacônico quando vou à imprensa para tratar assuntos sobre depoimentos e sobre divisões internas. Agora o que não posso, realmente, entender é que qualquer um de nós, se for o caso, utilize um objetivo com intenções subjacentes. Isso não pode, isso destruirá a CPI.

Peço ao Vice-Presidente que faça as perguntas de estilo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, poderia pedir a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem V. Ex.^a tem a palavra, mas não foi citado nominalmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de prestar dois esclarecimentos. Primeiro, relativamente à Deputada Lúcia Vânia, acredito até que o Deputado Sérgio Miranda possa esclarecer melhor este assunto. Mas sendo membro da Comissão de Emendas, gostaria de esclarecer que nada foi citado em relação à Deputada Lúcia Vânia que pudesse implicá-la em qualquer atitude ilícita. O que houve, e o Deputado Sérgio Miranda poderá esclarecer bem, foi a incidência da influência nos diversos anos de relatoria na Comissão de Orçamento, mas com uma atividade política legítima.

Então, houve um mau entendimento sobre o assunto, inclusive traduzido de forma inadequada ontem pelo Jornalista Bóris Casoy, do SBT, pelo mau entendimento da questão. Mas, como sobre isso o Deputado Sérgio Miranda sabe melhor, vou pedir a S.Ex.^a que fale a respeito.

No que diz respeito à questão de emendas incluídas e/ou alteradas após a aprovação do Orçamento-Geral da União, de 1992, ontem, pela manhã, quando a Subcomissão de Subvenções Sociais, representada pelo Senador Garibaldi Alves e mais dois parlamentares, e a Subcomissão de Emendas, representada por mim e pelo Deputado Sérgio Miranda, estivemos ouvindo o Sr. José Carlos Alves dos Santos, também presente o Deputado Zaire Rezende, tive a oportunidade de pedir um esclarecimento a ele. Mostrei a relação das emendas incluídas e/ou alteradas após a aprovação do Orçamento-Geral da União e executadas, com o dia e a hora em que o PRODASEN registrou o acréscimo de emendas, algumas das quais haviam sido, inclusive, rejeitadas pelo último relatório da Comissão Mista do Orçamento.

É bem verdade que o Deputado Ricardo Fiúza inclusive reiterou, no dia 29 de dezembro de 1993, em ofício a V. Ex.^a, Presidente Jarbas Passarinho, que, segundo S.Ex.^a, não inseriu qualquer emenda após votada a Redação Final, tendo se limitado, unicamente, a implementar a formatação de tudo aquilo que estava sobre a mesa e foi aprovado pelo Congresso Nacional, inclusive com a presença do Líder do Partido dos Trabalhadores.

Ora, Sr. Presidente, essa afirmação do Deputado Ricardo Fiúza, então Relator do Orçamento, em inúmeros depoimentos aqui colocados, tem sido objeto de contestação. E a contestação maior está registrada documentalmente pelo PRODASEN.

Quero esclarecer ao Deputado José Lourenço, como ontem esclareci ao Relator Deputado Roberto Magalhães, que o fato de algum parlamentar ter aqui incluído uma emenda após a aprovação não quer dizer que esse parlamentar tenha agido incorretamente; não quer dizer que ele tenha influenciado ou tenha ido ao PRODASEN pedir que isso tivesse sido feito. A responsabilidade aqui é de quem promoveu a inclusão dessas emendas. A responsabilidade, no caso, estava com o Relator-Geral.

O Sr. José Carlos Alves dos Santos, ao ver essa listagem ontem - listagem que não tínhamos por ocasião do seu depoimento -, e peço o testemunho dos que lá estavam presentes: os Deputados Nelson Trad, Lázaro Barbosa, além daqueles que mencionei, o José Carlos disse: "Agora estou vendo que, felizmente, o PRODASEN

registrou esses fatos, aquilo que eu já havia dito, durante meu depoimento, de que houve emendas incluídas. De fato, agora está comprovado por esse registro do PRODASEN".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Ex.^a que seja breve, Senador Eduardo Suplicy, porque temos uma reunião para ouvir o depoente, que se encontra aqui. Essa matéria pode ser exaustivamente debatida na reunião interna.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, vou acrescentar só mais um fato importante. Vou citar aqui o depoimento prestado para mim, pessoalmente, pelo Deputado Sérgio Guerra.

Quando S.Ex.^a aqui depôs, S.Ex.^a disse que gostaria de prestar a mim quaisquer esclarecimentos posteriormente. S.Ex.^a teve a gentileza e a atenção de ir ao meu gabinete. Conversamos duas horas a respeito. Eu queria exatamente o esclarecimento sobre as emendas acrescidas e por que mostrei a data e a hora. Depois de hora e meia de conversa, onde S.Ex.^a relatou fatos da sua vida pessoal, eu disse: "Agora eu gostaria de obter esclarecimentos sobre essa emenda acrescida, sobre a qual lhe perguntei na CPI". E S.Ex.^a me disse: "Senador Suplicy, sobre isso V. Ex.^a tem razão. Está documentado e foi isso que ocorreu. Não há problema". Então, S.Ex.^a foi um dos que sabia e acompanhou isso de perto. Tenho a convicção de que, se formos a todos os que estão aqui citados, reitero, já disse aos Deputados Roberto Magalhães, Sigmaringa Seixas, José Lourenço, que, há pouco, quase explodiu, não quer dizer que S.Ex.^a tenha responsabilidade pelo ato aqui cometido, mas houve procedimento inadequado, e o Deputado José Lourenço sabe que não se pode alterar uma lei depois de aprovada pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos discutir isso, Senador, por favor.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Nunca fui de fazer isso, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu não disse que foi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço aos meus ilustres Colegas que se contenham, como estou tentando me conter. Porque esses dois fatos são deploráveis, deploráveis. O Senador, com nobreza, faz declaração pública de que as pessoas que estão citadas aí não são objeto de qualquer ilicitude; entretanto, as matérias de jornal são outras. Nessa altura, jornais, que têm o objetivo de atingir as pessoas nos seus Estados já publicaram com o maior escândalo que esta CPI está atingida, inclusive, por pessoas notáveis que aqui se encontram.

Então, esse vazamento não tem sentido, no meu julgamento não tem sentido, é questão para discutirmos em reunião fechada, aberta entre nós, e não permitir que seja a imprensa utilizada para que tenhamos a cizânia entre nós. Eu não gostaria de ouvir, mas citaram, nominalmente, o Deputado Sérgio Miranda. Está presente a Deputada Lúcia Vânia? Gostaria que V. Ex.^a, com a habilidade que tem tido e a capacidade de ser sucinto, nos dê a sua palavra, o porquê de essa matéria ter saído, também, da Subcomissão de Emendas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não, Sr. Senador. Queremos dizer que revisamos um estudo interno na Subcomissão de Emendas que frisa que isso não implica em nenhuma responsabilidade; não são pessoas que estão sendo investigadas. A Deputada Lúcia Vânia não está sendo investigada, não tem nenhuma responsabilidade, e nenhuma acusação paira sobre S.Ex.^a. É preciso que isso fique bem claro, bem evidente. O próprio estudo contém isto: apenas um levantamento de dados nas principais relatorias; no período que está sendo investigado, quais foram as pessoas que ocuparam essas relatorias. Então, isso consta no nosso documento, no estudo interno, foi frisado por nós. A nossa Subcomissão não faz acusação, faz levantamento de dados. É uma preocupação lógica, se cuidamos da Comissão de Orçamento, fazer um estudo de como funcionava aquela Comissão. A notícia saiu de forma alterada, e consideramos que pesa sobre a Deputada essa acusação que foi lançada em rede nacional ontem e que é totalmente deturpada.

É esta a informação que queremos trazer para a CPI e para a Nação brasileira que assiste, hoje, a este depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado. V. Ex.^a tem granjeado a minha admiração - pode isso não ser um galardão para V. Ex.^a, pode até ser um comprometimento. Mas V. Ex.^a sabe que a partir do momento em que essas matérias são vazadas é como a história do aprendiz de feiticeiro, ninguém mais controla.

Ontem, a indignação, a comoção da Deputada tinha inteira razão de ser. Por que uma matéria dessa poderia ter sido dada à imprensa? Era um trabalho interno, um trabalho de estudo, levantado muito por V. Ex.^a, desde o início, que é como chegar ao núcleo de poder, que é um objetivo importante para nós.

Então, vamos voltar à nossa reunião pública. O Deputado se encontra aqui, peço a atenção do Plenário, e o Vice-Presidente vai proceder as perguntas de praxe.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Geddel Quadros Vieira Lima.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - 34 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Solteiro.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - SQN 202, Bl.I, Ap.303, Brasília.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Meu sacerdócio é a política, hoje, sou Deputado Federal.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce essa atividade?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que fiquemos de pé para ouvir o juramento, o compromisso.

Pergunto à bancada da imprensa se já atendeu a essa solicitação? Sendo atendida, peço ao Deputado Geddel que preste o compromisso.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Termo de compromisso.

"Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Nobre Deputado Geddel Vieira Lima, a praxe nesta Casa, V. Exª tem acompanhado os nossos trabalhos, é proporcionar ao depoente, caso ele assim o deseje, um período de tempo máximo de uma hora para uma exposição preliminar. Se não quiser, pode-se passar diretamente ao Relator a palavra. Está com V. Exª a decisão.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Sr. Presidente, dispense esse direito regimental e me coloque à disposição dos Srs. Parlamentares para as perguntas. Reserve-me o direito de, ao final, fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Com a palavra o nobre Relator, o Dr. Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Geddel Vieira Lima, V. Exª teve o seu sigilo bancário e fiscal quebrado e foi convidado a comparecer a esta CPI em função dos chamados papéis da ODEBRECHT. V. Exª tem conhecimento desses papéis?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Sim, tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O critério adotado nesta Comissão foi de desconsiderar o nome de Deputados que simplesmente estivessem citados, mas investigar aqueles que tivessem ao seu lado algum percentual. Este critério se revelou justo, porquanto o diretor da ODEBRECHT que aqui veio depor em seu nome pessoal e em nome da empresa, confessou que esses números eram exercícios feitos por ele próprio no interesse da empresa no sentido de planejar e estimar ajudar financeiras eleitorais para o futuro. Essa foi a explicação do diretor, embora uma boa parte, pelo menos, desta CPI não tenha aceitado esse tipo de explicação.

Então perguntaria a V. Exª o que significa SUDENE-GEDDEL? Não dá nem para ler aqui. Geddel V... Acho que é Lima mesmo, mas tem um "p" aqui. Aí tem um retângulo Pedro Irujo e, em seguida, 4%. Essa alquimia aqui, V. Exª poderia nos dar uma explicação - se é que tem alguma?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Sr. Presidente, meu caro Vice-Presidente Odacir Klein, Sr. Relator e Srs. membros desta Comissão:

Poderia aqui me limitar a dizer que trata-se de papéis com caráter unilateral - tem sido dito. Mas, mesmo reafirmando a unilateralidade dos papéis, vou mais adiante para afirmar aos senhores que, se eventualmente isso que consta nesses rabiscos - como aqui foi dito pelo diretor da ODEBRECHT, o Sr. Ailton Reis, são exercícios matemáticos para o estabelecimento de uma ajuda futura de campanha, estaria ele oferecendo, em seu nome pessoal e em nome da empresa, a quem não pediu ou sequer se insinuou. Se eventualmente, e *ad argumentandum* - somente *ad argumentandum* -, admitirmos que se trata de algo menos nobre, o Sr. Ailton Reis partiu de um pressuposto de que sendo ele - admitindo isso - corrupto ou corruptível, todos os outros seriam corruptos ou corruptíveis.

A mim não chegou, não ousou chegar, nem diretamente - posto que não o conheço, não tenho intimidade, e no próprio papel ao escrever o meu nome errado já demonstra isso -, nem através de intermediário. É certamente, porque se ousou pensar isso, deve ter procurado informações e se informou que tenho um nome, sobrenome e tradição. Se ousassem chegar a mim, seriam repelidos - eu diria - até de forma viril. Portanto, reafirmando o caráter de unilateralidade desses papéis, seria essa a resposta que poderia oferecer a esta CPI, mas para mim, Sr. Relator, ainda era pouco. Poderia até satisfazer a V. Exª e aos membros desta douta Comissão, mas não satisfaria a mim.

Elocubrei, especulei e não consegui chegar a uma resposta definitiva. Resolvi, então pesquisar, telefonei a todos os prefeitos dos municípios da Bahia, procurando saber se, das pequenas verbas que liberei, fruto de emendas feitas por mim, consignadas no Orçamento da União, eventualmente, a Construtora Norberto Odebrecht havia vencido alguma licitação, alguma concorrência pública, alguma carta-convide. A resposta foi negativa, a ODEBRECHT nunca construiu nenhuma emenda apresentada por este Parlamentar, nenhuma obra fruto de emenda apresentada por este Parlamentar. Não há registro de emenda onde esteja aposta minha assinatura, que tenha, após sua liberação, obras construídas pela Norberto Odebrecht.

Mas ainda assim era pouco, Sr. Relator. Sou exigente, aprofundi-me nas pesquisas, tive acesso a alguns dos papéis da ODEBRECHT e neles pude localizar algumas referências ligeiras ao meu nome. Vejamos, na página 24 dos documentos, está

escrito o nome Geddel V. Lima, novamente escrito errado, e referências a 4 emendas apresentadas por doutos Parlamentares que poderiam, eventualmente, representar interesse da empresa; à folha 34, mais duas emendas; à folha 35, mais duas emendas e à folha 38, mais 5 emendas. Evidentemente que, nesses papéis, há a análise detalhada e apurada, percebe-se que há uma repetição de emendas

Cuidadoso, fiz um levantamento de quantas dessas emendas apresentadas por Parlamentares outros que não eu. Há o anexo da SUDENE, EMBRATUR e FUGETUR, anexo 12, que coube-me a honra de relatar no Orçamento da União, na proposta do Executivo de 1991, exercício 1992.

Localizei 9 emendas, dessas, Sr. Relator, Sr. Presidente, Deputado Odacir Klein, Srs. Congressistas, aprovei 6. Propus, melhor dizendo, ao Plenário da Comissão a aprovação de 6, rejeitei in limine três. Já que esta Comissão, em nota pública, deixou claro que apresentar emenda não é crime, não é absurdo, é, sim, dever constitucional, imperativo do exercício Parlamentar, sinto-me à vontade para colocar de público, sem que isso possa parecer lançamento de dúvidas sobre o comportamento de eminentes homens públicos, as razões de minha propositura ao Plenário, no sentido de que essas emendas fossem acatadas.

Propus a aprovação, por eventual interesse da empresa? Não, definitivamente não, Sr. Relator. Se não, vejamos, à guisa de exemplo e permitir-me-ei não citar todas as nove para não tomar tempo, mas os documentos já foram entregues ao Deputado Sigmaringa Seixas, da Subcomissão de Emendas, e estão à disposição desta Relatoria para exame posterior. À guisa de exemplo, uma das emendas aprovadas: infra-estrutura do Projeto Costa Dourada, em Alagoas. Nos papéis da ODEBRECHT consta, e já aceitei como verdadeiro, o valor a aprovar de três bilhões de cruzeiros, na época. Por que a aprovei? Repito, em atendimento à empresa? Mais uma vez, absolutamente, não. Atendi a um justo, legítimo, lícito pleito de um dos mais dignos Congressistas desta Casa.

Ao Deputado Geddel Vieira Lima, Digníssimo Relator da SUDENE, data em 13/11/91, às 07h54min, o número da Emenda é 9962/7:

"Comunico ao ilustre Relator, apresentei a sua área competência quatro emendas Orçamento-Geral da União de 1992. Estas emendas protocoladas sob números 32759/0, 9962/7, 9956/2, 32760/3 representam principais projetos serem apoiados, SDR/SUDENE, no Estado de Alagoas.

Encareço ilustre Deputado e dileto amigo analisar com carinho importância, aproveitamento referidas emendas. Recomendo especial atenção Projeto Costa Dourada, Emenda nº 9962/7, por representar extraordinária oportunidade de alavancar desenvolvimento econômico e social, região litorânea, Estados: Alagoas e Pernambuco que, apesar de extraordinário potencial turístico, apresentam mais baixos índices e desenvolvimentos nos dois Estados.

Sua vocação turística, nunca estimulada esteve sempre a cobrar a sensibilidade e decisão política de quem dispusesse de instrumentos efetivos para decidir em seu favor. Nas mãos do ilustre companheiro a rara oportunidade de transformá-la num importante portão internacional.

Antecipo os meus agradecimentos, oportunidade em que ponho-me à sua disposição.

Guilherme Palmeira, Senador da República."

Mais um exemplo.

Transporte de massa de Salvador. Emenda nº 12148/7:

"Prezado Deputado Geddel Lima.

Datado de Brasília, 12 de novembro de 1991.

Peço a gentileza de sua atenção para o exame da Emenda nº 12148/7, de minha autoria, e que visa assegurar o provimento de recursos orçamentários suficientes, pelo menos, a continuação da obra do projeto de transportes de massa de Salvador, cujo início se verificou quando da nossa modesta passagem pelo Ministério do Governo Presidente Sarney.

Tenho a plena consciência de que, dos graves problemas urbanos com que se defrontam o nosso País, o do transportes urbanos nas grandes cidades é aquele mais explosivo, capaz de gerar reações da população, em face de serviço público tão deficiente.

O projeto de Salvador prevê a modernização desse transporte, através da construção de elevados e de vias exclusivas para o tráfego de veículos coletivos, inclusive do bonde moderno VLT, com que terá sensível melhora o transporte de passageiros em cidade de mais de dois milhões de habitantes.

É por isso que dou caráter prioritário à referida emenda, na medida em que sua aprovação, permitindo a inclusão no próximo ano do orçamento de recursos, é a garantia da continuidade das obras do transporte de massa de Salvador.

Agradeço a atenção que dispensar ao assunto.

Cordialmente, Prisco Viana, Deputado Federal."

Outros documentos estão em meu poder, Sr. Relator, os quais farei chegar

às suas mãos.

Mas me permita avançar um pouco mais. Essas emendas, Deputado Sérgio Miranda, V. Ex^a que tem tanta ânsia em conhecer como funcionava a Comissão de Orçamento, esse era um dos critérios para aprovação das emendas. Independente disso, quero frisar que, quando Relator em 1991, elaborei e estabeleci critérios claros e nítidos para o meu relatório, critérios dantes não apresentados. Por exemplo, mantive-me absolutamente fiel ao limite de remanejamento, Sr. Relator, de 3% para custeio, de 5% para investimento, estabelecido na Resolução nº 1, bem como aos ditames da LDO.

Fui mais além, consultei o IBGE, obtive os dados populacionais dos nove Estados nordestinos sob a abrangência da SUDENE e dos 48 municípios mineiros e dos 174 bilhões de cruzeiros, na época, disponíveis para remanejamento. Distribuí, por Estado, dentro desse critério e estabeleci, também, que procuraria, para democratizar, a participação do Parlamento na redefinição de prioridades; que, pelo menos, uma emenda dos Parlamentares seria acatada.

Aquele que, eventualmente, só tivesse apresentada uma ao anexo teria a sua emenda acatada e o que mais de uma houvesse apresentado, encaminharia a sua prioridade - é o que, aqui, está registrado.

Mas fui mais além, Sr. Relator. Eu que acompanhei, como registrou o Senador Jarbas Passarinho, os trabalhos desta Comissão e percebi que, em função das dificuldades de se obter provas em um processo como este, muitas das vezes as perguntas partiram de coincidências, eventualmente comprometedoras ou de ilações condenatórias, aqui, por alguns rejeitadas, Sr. Senador Eduardo Suplicy.

Peço, agora, que as ilações e mais do que as ilações, esses extratos que trago sejam levados como fatores demonstrativos da minha absoluta isenção.

Mais um detalhe: todas as emendas propostas tiveram o seu valor substancialmente reduzido. Emendas, cuja propositura eram de 2 bilhões de cruzeiros, tiveram do Relator uma proposta ao Plenário da Comissão de que se aprovasse 136 milhões; de 3 bilhões, eventualmente, para 400; de 2 bilhões, para 200 milhões. Reduzir a todas e mais: se V. Ex^s, cuidadosos que são, examinarem o Relatório que posso, também, e vou enviar ao Dr. Roberto Magalhães, perceberem como fui fiel a critérios, verão que, à exceção de duas obras, cujos autores, Senador Guilherme Palmeira e Deputado José Múcio Monteiro, apresentando para uma obra que, V. Ex^a, conhecedor da realidade pernambucana, visto que foi Governador daquele Estado e é Deputado dos mais atuantes, era do Corredor de Jaboatão dos Guararapes. O Deputado José Múcio Monteiro pediu, encarecidamente, que dispensasse todas as suas emendas - e aqui está o documento - e aprovasse esta, dada a importância para o seu Estado.

Fora essas duas obras, Sr. Relator, de todas as outras foram retiradas o carimbo para não prejudicar o bom andamento dos trabalhos da SUDENE. Aprovei a todas com o apoio a projetos prioritários. E o que significa isto? Significa que a obra deixou de estar amarrada a um carimbo específico.

E vou me permitir, aqui, citar, a título de exemplo, apenas um caso - por ser do meu Estado, sinto-me à vontade, mas pode-se checar nos outros. Até ontem, conversei com um dos homens da Bahia, que opositores, adversários e aliados reconhecem como homem probo e sério, o ex-Prefeito de Feira de Santana - e aqui está o seu adversário, Líder do PFL, Deputado Luís Eduardo, um homem sério -, o ex-Deputado Colbert Martins, e esse Deputado confirmou o que digo, agora: de cerca dos 1 milhão e 488 que, após correção, significou uma Emenda apresentada pelo eminente Deputado Sérgio Galdêncio, foi liberada a metade. E essa metade não foi utilizada no Programa, supostamente diferente da empresa, posto que, ao tirar o carimbo, dei margem para que a Prefeitura, o receptor final do dinheiro, o usasse em benefício daquele, sim, cujo objetivo foi consignado no Orçamento da União, de forma melhor, que é a população.

Portanto, à emenda que era para construção do Centro Administrativo, foi apresentado um outro projeto à SUDENE para obra de saneamento básico na cidade. Isto é um fato - arreveso de ajudar, prejudiquei: prejudique os interesses da empresa.

Mas, Sr. Relator, assumi comigo o compromisso de vir a esta Comissão e falar, sempre, abraçado à verdade e, por isto, quero dizer que mesmo se, à época, tivesse eventual conhecimento do interesse da empresa em alguma obra, isto não seria fator inibidor para a sua aprovação, posto que, grande parte destas - algumas destas - são obras em andamento e em toda obra em andamento há uma licitação por trás, há uma empresa construtora por trás. Não conheço caso de sorveteria construindo obra pública. A ser assim, as obras no Brasil deveriam ter início no dia 1º de janeiro, Senador José

Paulo Bisol, e encerrar-se no dia 31 de dezembro, posto que uma obra como Xingó, é evidente que, no seu início, houve uma licitação e, lá, está sendo construída.

Imagine se supormos que toda vez que o Executivo mandar para cá, posto que todas as obras no Brasil precisam de autorização orçamentária, um projeto suplementando recursos para Xingó, ou que algum parlamentar interessado naquela importante obra, agregue recursos. Interesses escusos haveriam por trás? Não. Definitivamente não.

Outras obras novas, certamente, após a licitação, uma empresa construtora haverá por trás. Portanto, Sr. Relator Roberto Magalhães, peço-lhe desde já minhas escusas pelo alongamento, mas achei que era necessário para deixar esse ponto, de plano, esclarecido. Peço desculpas se eventualmente tiver sido prolixo, e coloco-me

desde já à disposição de V. Exª, para que possa me argüir a respeito de qualquer tema que nessa longa resposta tenha deixado de abordar.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª pertenceu à Comissão de Orçamento entre 1991 e 1992. Neste período, chegou a conhecer o Deputado João Alves?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - O Deputado João Alves é um deputado da Bahia, de muitos anos. Mesmo que não desejasse, o teria conhecido. Queria apenas fazer uma correção, eminente Relator, se V. Exª me permitir, que não é uma correção de fundo. No ano de 1991, participei da Comissão de Orçamento na condição de titular, no ano seguinte já o fiz na condição de suplente, não tive participação direta na Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tomou alguma providência ou fez gestões em algum momento para descontingenciar verbas alocadas para o abastecimento de água de Umburanas e Santa Brígida.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Perfeito. Essas emendas não são de minha autoria. Essas emendas foram aprovadas no Orçamento da União de 1990, ano que sequer exercia o mandato parlamentar. Ao chegar aqui recebi gestões do ex-Prefeito de Umburanas e da ex-Prefeita de Santa Brígida, que me informaram haver verbas no Orçamento da União para a execução de serviço de abastecimento de água nessas duas cidades.

E por que me interessei por elas, apesar de não ser o autor das emendas? Porque nas eleições de 1990 obtive em Umburana mil votos; fui o majoritário. Nas eleições de 1990, obtive em Santa Brígida dois mil e duzentos votos; fui o majoritário.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado...

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Gostaria Deputado Roberto Magalhães só para acrescentar mais um detalhe a esta obra e como o meu interesse aumentou. Isso já foi alvo inclusive de uma pergunta do Deputado José Genoíno aqui. A funcional programática desta obra no Orçamento da União indicava como natureza de despesa obra a cargo do Governo Municipal. A Funcional Programática 13040.

O Governo, através do Pedro Parente, baixou a Portaria, se não me falhe a memória, nº 245, mudando a natureza da despesa, transformando obra que era a cargo do Governo Municipal em obra a cargo do Governo do Estado.

Evidentemente, e sinto-me muito à vontade para dizer, ferrenho adversário, porque aqui está o seu filho, Líder do PFL, do Governador do Estado da Bahia, encetei esforços, lutei para que esta obra voltasse ao seu leito natural, pois era obra a ser realizada pelo Governo Municipal.

Senador Suplicy, V. Exª que é sempre preocupado com as atitudes que tomamos para preservar o bom nome desta Casa, até para manter o que foi votado, aprovado pelo Congresso Nacional, lutei, trabalhei junto ao Ministro da Fazenda nesse sentido, e todos os documentos dessa gestão estão aqui, vou passá-los a V. Exª. Junto ao Secretário Pedro Parente, junto a todos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se V. Exª me permitir, vou chegar aonde quero.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Pois não. Perdoe-me.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Talvez esses documentos nem sejam necessários.

Queria saber se essas emendas foram do Deputado João Alves. E é a primeira vez que vejo o Deputado João Alves não ter prestígio para fazer descontingenciar e liberar verbas.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Veja bem, tenho a impressão de que essas são emendas de Relator, portanto não posso lhe afirmar. Poderíamos checar se essas emendas são de autoria do Deputado João Alves, mas mesmo que seja...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Emendas G001179/G-001.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - G. "G" caracteriza emenda de Relator-Geral, portanto pode ter sido a pedido de outro parlamentar, que certamente não fui eu, pois não estava no exercício do mandato.

Agora, talvez até não seja falta de prestígio do Deputado João Alves, talvez tenha sido até falta de prestígio meu, porque provavelmente, quando tomou conhecimento do meu interesse nas obras para servir à comunidade, ele tenha efetivamente deixado de se interessar por elas, posto que o meu interesse como sempre foi exclusivamente político.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, no curto espaço em que V. Exª esteve, como titular, na Comissão de Orçamento, chegou a ver, sentir ou pressentir aquilo que mais tarde viria à tona e que é conhecido hoje sob a denominação de "esquema" da Comissão de Orçamento?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Deputado Roberto Magalhães, eminente Relator, V. Exª há de convir que, em 1991, eu era um chegante, inexperiente, ainda embevecido pelo contato com tantas figuras do Parlamento que eu conhecia de televisão, de ouvir falar, de ouvir dizer, de jornal. E, evidentemente, ouvi muita conversa; ouvia-se, nos corredores, mas, de concreto, nada! E aí - e posteriormente abordarei - a minha discordância até pela inclusão do meu nome em eventual núcleo de poder. Nunca tive esta oportunidade. Fui guindado à condição, fui escolhido como um

dos dois representantes do PMDB da Bahia, na importante Comissão de Orçamento, por escolha da bancada de meu partido do meu Estado. E fui indicado também Sub-Relator do Anexo 12 por pedido, por desejo, por manifestação da Bancada do PMDB do meu Estado ao Líder do partido de então.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas V. Ex^a, acredito, não participava do poder, tanto assim que logo foi "despromovido" de titular a suplente. Mas que V. Ex^a tinha prestígio, tinha, porque, veja bem, em 92, apresentou 144 emendas e foram aprovadas 63, não é verdade?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Um momento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E, em 93, aprovou 65 das 68 apresentadas. É, realmente, um alto índice!

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Se tomarmos como parâmetro a quantidade de emendas aprovadas, certamente é um índice razoável - asseguro-lhe que ou na média ou abaixo da média da maior parte do Parlamento. Mas se tomarmos valores de emendas, V. Ex^a verá que não é um número elevado, posto que minhas emendas são aquelas que, apesar da minha forte discordância, uma vez que nunca apresentei emendas para a construção de igrejas, convencionou-se chamar de "paroquiais".

Portanto, não creio que isso possa ser tomado como uma demonstração de prestígio, e sim como uma demonstração - e aí perdoem-me - de que sou um Deputado trabalhador e que luto por minhas bases.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito. Falarei, se for o caso, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Eu gostaria de fazer uma recomendação ao nobre Deputado Geddel Vieira.

V. Ex^a, ainda há pouco, respondia ao Relator, mas dirigiu-se a pessoas presentes aqui. Peço-lhe que evite isso porque é normal, no trato parlamentar. Mas, no momento, seria importante apenas que o depoente se referisse em respostas a quem está inquirindo.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Acato, respeitosamente, a sua recomendação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Senador Suplicy, quer usar a palavra?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Deputado Geddel Vieira Lima:

Em relação ao documento mencionado pelo Deputado Roberto Magalhães, relativo o nome de V. Ex^a ligado a algumas obras que foi encontrado dentre os papéis da ODEBRECHT, eu agradeceria se V. Ex^a pudesse detalhar melhor. Já o fez sobre algumas delas, mas vou pedir de cada uma das que aqui se encontram listadas.

Sobre o Projeto Costa Dourada, V. Ex^a já falou. Então, vou falar dos demais.

Vou citar, um a um, solicitando a V. Ex^a que explique tudo o que sabe sobre a história da emenda referida.

A primeira, do órgão SUDENE, programação especial, transporte de massa de Salvador - Emenda nº 121.487; o valor a aprovar era de dois milhões. A iniciativa original era do Deputado Prisco Viana.

Como há referência de um valor que poderia ser considerado como uma porcentagem do valor da emenda anotado, eu agradeceria se V. Ex^a puder descrever o histórico desta emenda, segundo o seu conhecimento. Por favor!

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Eminentíssimo Senador, o histórico da emenda V. Ex^a já descreveu.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Quando ela foi aprovada, sabia já V. Ex^a qual era a empresa que iria levar adiante a execução dessa obra?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Já disse aqui e repito: eu não sabia, mas, se soubesse, isso não seria fator inibidor para a sua aprovação. A demonstrar isso inclusive está o fato de que tirei o carimbo e coloquei-a, como apoio, a projetos prioritários, para não deformar o Orçamento da SUDENE. O que fez com que - inclusive, como esses recursos eram para uma cidade do meu Estado - fosse permitido à Prefeitura apresentar um outro projeto, elaborado criteriosamente. E esses recursos foram utilizados em obras certamente mais necessárias e mais urgentes.

Esse número, Senador Suplicy, que está ao lado, a que V. Ex^a se refere na emenda - parece-me que é o nº 200, abaixo da sigla GVL. É isso?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Duzentos mil.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Se V. Ex^a, cuidadoso como é, observar no relatório que apresentei à Comissão de Orçamento, perceberá que esse número nada mais é do que um controle interno da emenda, ou seja, trata-se de uma anotação sobre os 200 milhões, que representam exatamente o valor proposto para a aprovação. A emenda era de 2 bilhões de cruzeiros e eu propus - e foi aprovada - a importância de 200 milhões de cruzeiros.

Assim também ocorreu com a emenda seguinte, de autoria do Deputado Messias Góis, para o Pólo Cloroquímico de Sergipe. Há, embaixo da sigla, um valor de

136 milhões de cruzeiros. A emenda proposta era de 2 bilhões, e propus a aprovação de 136 milhões 765 cruzeiros.

Aí está a explicação para os 136 milhões abaixo do meu nome.

Espero - e tenho certeza - que V. Ex^a, homem de boa fé, cheque essas informações. Assim, terei respondido, então à sua inquirição.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu agradeceria, então, se pudesse falar da outra, já que mencionou a de Costa Dourada. Vamos falar da do Distrito Industrial de Arapiraca, Alagoas, de iniciativa original do Deputado Vitório Malta, no valor de 1 bilhão.

Aí também há um número ao lado. V. Ex^a poderia esclarecer, por favor?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Deixe-me localizá-lo. Em que folha está essa emenda? Não a estou localizando nos meus papéis.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Na mesma página.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Já localizei! Trata-se exatamente da mesma coisa, Senador.

A emenda relativa ao transporte de massa em Salvador tem, ao lado, 200 milhões - foi o valor da emenda; pólo cloroquímico, 136 milhões - foi o valor aprovado da emenda; infra-estrutura do Projeto Costa Dourada, em Alagoas - aqui há um equívoco.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Três bilhões de cruzeiros de iniciativa do Senador Guilherme Palmeira.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Quanto ao Distrito Industrial de Arapiraca, a que V. Ex^a se refere, aqui está o valor aprovado da emenda e também tenho como comprová-lo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - O valor original era de 2 bilhões e o valor aprovado foi de 1 bilhão. Há um número ao lado.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Quatrocentos mil, valor aprovado da emenda; valor que propus ao Plenário da Comissão. V. Ex^a pode checar essa informação consultando o relatório.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Vamos passar ao Perímetro de Irrigação Miroros, Bahia. O valor aprovado foi de 2 bilhões, originalmente dos Deputados Prisco Viana e João Almeida.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Não, Senador, V. Ex^a está equivocado. Essa não é a emenda apresentada à SUDENE, posso lhe afirmar, pois essa não é minha área. Não fui Relator dessa área.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Vamos, então, passar à emenda relativa à SUDENE, Centro Administrativo de Feira de Santana.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Essa é uma emenda do Deputado Sérgio Gaudenzi, da Bahia, e aprovada no valor de 200 milhões de cruzeiros.

Trata-se da única emenda que o Deputado apresentou, Anexo 12 da SUDENE. O valor que consta ao lado, de 200 milhões de cruzeiros, foi o proposto para a aprovação da emenda.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E a conclusão da Bahia-099- Linha Verde?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Essa emenda, Sr. Senador, foi rejeitada; não foi aprovada.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não há, no caso de V. Ex^a, qualquer emenda acrescida após o dia 19 de dezembro de 1992.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Senador, faço uso das suas declarações.

Tenho ouvido V. Ex^a dizer que essas emendas que eventualmente tenham sido acrescidas após a aprovação, nessa louca busca de V. Ex^a em função desse assunto, não tenho efetivamente nenhum conhecimento. Mas já estou de pleno absorvido se eventualmente aparecer alguma, porque V. Ex^a disse que não há responsabilidade dos Parlamentares que tiverem seus nomes constando nessa eventual relação.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, quero apenas esclarecer que, relativamente a este assunto, de fato não quer dizer que alguém que tenha tido emenda acrescida no relatório final, publicado após a votação do Orçamento de 1992, tenha tido responsabilidade por isto. Mas houve, e a responsabilidade é de quem acompanhou, até depois de 19 de novembro de 1991, as modificações realizadas. E como o Diretor do DOU trabalhou no PRODASEN e deu seu testemunho de que isto de fato ocorreu, avalio que esta Comissão Mista de Inquérito saberá dirimir as dúvidas e definir as responsabilidades pelo que aconteceu.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Aceito as desculpas do Senador Eduardo Supply.

É lamentável que não tenham tido o cuidado de, antes de esse episódio vazar para a imprensa, tirar os nomes dos que não estão envolvidos nisso e enxovalhar todo mundo!

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Quero solicitar aos Parlamentares que não perturbemos o depoimento do Deputado Geddel Vieira Lima, que há tanto tempo está nessa angústia de quem depõe nesta CPI.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Apenas, Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Senador Supply, V. Ex^a já inquiriu. Vou presidir a inquirição e passo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado Geddel, V. Exª foi membro da Comissão de Orçamento no ano de 1991, um ano profundamente atípico. Ontem, ouvimos o Dr. Roberval e expusemos aqui alguns fatos que ocorreram naquele período.

Eu queria saber se V. Exª tem conhecimento, primeiro: da causa da demissão do Dr. Roberval da Assessoria Técnica da Comissão de Orçamento.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Deputado Sérgio Miranda, se o próprio Dr. Roberval não soube explicar a causa da sua demissão, não me sinto em condições de explicar, não!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não tem nenhuma informação a acrescentar à CPI?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Nenhuma, absolutamente nenhuma.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª tinha conhecimento do acordo realizado junto ao DOU e ao Ministério da Fazenda com alguns membros da Comissão do Orçamento para viabilizar uma proposta do Executivo e carimbar algumas emendas?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Não. Estou tendo conhecimento disto agora, através da imprensa, através desses fax, telex, do Pedro Parente, notícias desse tipo. Nada, nem participei de nenhum acordo!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª tem alguma informação a dar a esta CPI sobre o fato de que a CPI requerida naquele período, com assinaturas regimentais, permitiram não ter sido viabilizado o seu funcionamento?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Não, posso lhe dar a informação que que também assinei o pedido de CPI.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Deputado Geddel Vieira Lima, em relação a essas duas obras sobre as quais V. Exª já explicou, abastecimento d'água em Uburanas e abastecimento d'água em Santa Brígida, V. Exª fez um pedido para o descontingenciamento dessas obras. Nos papéis apreendidos na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, há uma observação sobre este pleito e fala - nós, pelo menos, assim o entendemos - que foram liberados 40%.

V. Exª tem informação sobre isso, que foram de fato descontingenciados 40% dessas obras?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Veja bem, Deputado, não tenho o percentual. Sei que a obra de Uburanas era alguma coisa em torno de 1 bilhão e aproximadamente 280 milhões de cruzeiros. Não tenho esse número exato, estou lhe falando de memória. E desse valor, acho que tive o prestígio de descontingenciar menos da metade. E a outra, que era da ordem de 760 milhões de cruzeiros, foi descontingenciada na sua inteireza. Foram as duas obras sobre as quais fiz pedido para descontingenciamento. Aliás, diga-se de passagem - V. Exª não está dizendo isso, mas nunca é bom deixar de reafirmar -, eram pedidos absolutamente transparentes, legais, justos e dentro do que me é cabido fazer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Deputado Geddel Vieira Lima, em relação aos chamados documentos apreendidos na casa do Sr. Aírton Reis, V. Exª fez uma explicação longa ao Relator. Creio que acho que é de interesse de V. Exª que este ponto fique profundamente esclarecido.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Perfeito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O nome de V. Exª aparece junto ao nome de outro Deputado da Bahia e com a sigla. Mais especificamente sobre essa percentagem, V. Exª tem mais alguma questão a acrescentar?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Deputado, acho que exauri, na minha colocação ao Relator, o que poderia falar sobre isso. Seria o mesmo que eu perguntar a V. Exª - não tome como ofensa, muito pelo contrário: quero ser com V. Exª absolutamente e extremamente delicado porque este é o seu comportamento na Comissão - se eventualmente V. Exª seria capaz de responder sobre o que eu penso ou o que eu escrevo do que V. Exª seria capaz de fazer. Isso também é uma coisa absolutamente unilateral. Independente disso - para deixar bastante claro - o meu nome aparece ao lado do Deputado Pedro Irujo, não tem segredo. Com o Deputado Pedro Irujo mantenho relações de amizade, de companheirismo. É meu companheiro de Bancada do PMDB, foi candidato à Prefeitura de Salvador do meu Partido. Nunca mantive qualquer outro laço com o Deputado. Aliás, para ser fiel à verdade e não mentir, tive do Deputado Pedro Irujo alguns favores, algumas caronas de avião de Brasília para Salvador, viagens sempre muito agradáveis, muito alegres, sobretudo pela companhia: ao meu lado, viajava com o Deputado Pedro Irujo, por exemplo, eminentes homens públicos como o Deputado Jaques Wagner, do PT, o Deputado José Lourenço, o eminente Deputado Haroldo Lima, do PCdoB, seu colega de Partido e, acima de qualquer suspeita, o ex-Governador e Deputado Waldir Pires. Sempre foram conversas agradáveis. Foram os únicos que recebi do eminente Deputado Pedro Irujo.

Aliás, só para complementar, é um empresário conhecido, um empresário respeitado e dono de um poderosíssimo esquema de comunicações. V. Exªs e todos políticos sabem como é importante se manter boas relações com um homem desses.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não temos mais perguntas a fazer.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Sr. Presidente, V. Exª me permite, porque é na área do Deputado Sérgio Miranda e acho que é preciso um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klep) - Ao final, V. Exª terá condições.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - É porque tem um documento - permita-me, Sr. Presidente, ainda, complementando o Deputado Sérgio Miranda; é para não perder a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Sr. Presidente, eu queria registrar aqui a minha profunda discordância com a matéria que foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título: "Vinte e Seis Parlamentares Controlavam o Orçamento." Indaguei ao Deputado Sigmaringa Seixas o porquê disso e S. Ex.^a me informou que tinha sido documentos passados à imprensa - certamente na melhor das boas intenções - por V. Ex.^a, apesar de esses documentos ainda não terem sido votados na Subcomissão. Como percebo em V. Ex.^a ansia em descobrir esse núcleo de poder, quero deixar claro que eu não tinha conhecimento da sua existência e, se eventualmente existiu, dele nunca participei. Para comprovar isso há o fato de que fui membro da Comissão de Orçamento, titular, no primeiro ano, indicado por minha Bancada, a Bancada do PMDB na Bahia e Sub-Relator, também a pedido da minha Bancada e mais: Relator de um Anexo que só atendia a nove Estados da Federação e 48 municípios mineiros com recursos limitados e programas limitados. No ano seguinte, já passei à condição de Suplente. No outro ano, já não participei e, neste ano, já não participei. Se V. Ex.^a, criterioso como é, procedeu a uma análise das emendas apresentadas, das emendas aprovadas e das emendas liberadas, poderá facilmente perceber que eu me encontro absolutamente dentro do limite da média dos Parlamentares.

Portanto, Deputado, com o respeito e com a vênia devida, peço a V. Ex.^a que, se possível, reexamine esses critérios porque nunca fiz parte - posso lhe afiançar de coração à mão - de nenhum núcleo de poder.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria, Sr. Presidente, responder ao Deputado que o que me chamou a atenção, no caso de V. Ex.^a, foi - a isso o Relator já se referiu - o fato de V. Ex.^a, em 1992, ter apresentado 144 emendas e aprovado 63. No ano de 1993, apresentou 68 emendas, aprovou 65. Nesse ano de 93, havia, por parte da Comissão de Orçamento, uma orientação no sentido que os Parlamentares apresentassem 30 emendas preferenciais e o aviso de que apenas essas seriam examinadas. O normal dos Parlamentares, a média dos parlamentares teve em conta apenas essas 30 emendas. Poucos parlamentares tiveram o número de emendas aprovadas superior a essas 30 chamadas preferenciais. Em relação à liberação, também V. Ex.^a teve um índice de liberação superior à média.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Discordo frontalmente de seus dados e podemos cotejar os seus com os meus. Podemos cotejar. Tenho absoluta segurança que não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Vamos cotejar. Houve o fato da aprovação do número expressivo, em índice superior à média.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Essa é uma afirmação de V. Ex.^a. Vou cotejar meus dados com os de V. Ex.^a e garanto mostrar-lhe que não é verdade. E posso lhe afiançar que isso, ao invés de demonstrar participação em núcleo de poder, demonstra, como já disse, que sou um parlamentar trabalhador.

Se V. Ex.^a tivesse tido a sorte de estar aqui em 91, posto que, na condição de suplente, assumiu o mandato a posteriori, certamente V. Ex.^a teria, também como Deputado trabalhador, interessado que é, aprovado um número relativamente grande de emendas. E tenho absoluta certeza, Deputado de Minas, que, se V. Ex.^a apresentasse emenda na área de atuação da SUDENE que me cabia relatar, pela seriedade de V. Ex.^a, eu certamente acataria. Eram essas as palavras e pretendo encerrar essa polêmica, Deputado, porque não gostaria de polemizar com V. Ex.^a.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Estamos à disposição na Comissão de Emendas. Vamos cotejar os dados e vamos esclarecer esse assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Sérgio.

Deputado Luiz Máximo com a palavra.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, nobre Deputado Geddel, na subcomissão a que pertencemos, a de Subvenções, nada foi assinalado que pudesse constituir objeto de perquirição. Com relação às subcomissões de Banco e de Patrimônio não assisti a nenhum Parlamentar dar a respectiva ou fazer a entrega a respeito. Portanto, não sei se no âmbito das referidas subcomissões foi ou não levantada alguma coisa. Apenas para buscar suprir essa lacuna, pergunto se V. Ex.^a apresentou a essas Comissões cópias de declarações do seu imposto de renda que pudessem evidenciar alguma evolução patrimonial ou não, se apresentou extratos bancários desse período em que V. Ex.^a é Deputado.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Deputado Luiz Máximo, logo que tomei conhecimento da crueldade que foi a citação do meu nome nesse episódio, corri-me aos coordenadores de Comissão, inclusive a de Patrimônio, Senador Bisol, ao Presidente Passarinho e entreguei minhas declarações de renda, que aqui estão. Gostaria apenas de não tornar público para que V. Ex.^as não fiquem com muita pena de mim. Dirigi-me ao Deputado Benito Gama, indagando também se seria necessário levar à Subcomissão de Bancos os meus extratos bancários, que também estão aqui em meu poder, mas evidentemente que extrato bancário era uma coisa mais complicada para ser aceita pela Subcomissão, porque, aí sim, seria uma coisa unilateral, que poderia se tornar má-fé,

alguma coisa. Mas estão aqui à disposição para qualquer exame, checados ~~cheque~~ por cheque, os recursos oriundos dos meus salários, meus proventos, das minhas ~~roupas~~ roupas, enfim, uma vida ainda curta e por isso mesmo talvez limpa, tranqüila, serena e que sobre a qual não paira nenhuma suspeita.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É que achei, nobre Deputado, importante que ficasse consignado na Ata dos nossos trabalhos essa informação, porque ~~até~~ agora eu não as tinha.

O SR. ZAIRE REZENDE - Deputado Luiz Máximo, se me permite V. Ex^a, trago informação a respeito da Subcomissão de Patrimônio Fiscal. Não fizemos perguntas porque não encontramos motivos para fazê-las.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Era exatamente isso que eu queria ter essa informação, porque quero ter uma posição de cada um que aqui depõe não apenas no âmbito da Subcomissão a que pertenço, mas de todas as Subcomissões, de maneira que toda e qualquer dúvida que eventualmente possa me dominar possa ser afastada. Agradeço também a informação do Deputado Zaire Rezende e me dou por satisfeito, Sr. Presidente, encerrando minha inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, nobre Deputado Luiz Máximo.

Tem a palavra o nobre Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Parlamentares, Deputado Geddel, inscrevi-me para fazer algumas perguntas. Entretanto, não encontrei motivo. De modo que desisto e agradeço a gentileza de V. Ex^a.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Obrigado Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Costa Ferreira.

Como último inscrito, com a palavra o Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, não tenho nenhuma indagação a fazer ao eminente Deputado Geddel Vieira.

E é de se lamentar que S. Ex^a tenha sido citado indevidamente pela imprensa e tenha tido o desprazer de assentar-se neste banco perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aliás, recebo delegação para falar em nome da nossa Subcomissão, a Subcomissão de Dotações Sociais. Não existe absolutamente nada, nada, nada, que possa comprometer a lisura do desempenho parlamentar do eminente Deputado Geddel Vieira Lima.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a não é apenas um cultor do Direito, mas também um cultor da Língua. Peço-lhe que não chame esta cadeira de banco. Banco traduz logo banco dos réus e a cadeira não. Na cadeira, aqui, as pessoas prestam esclarecimentos.

O SR. BENITO GAMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, o nobre Deputado Benito Gama, Deputado pela Bahia.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, com relação à Subcomissão de Bancos, até agora não levantamos nada que pudesse envolver ou incriminar o Deputado Geddel Vieira Lima. Então, até agora, às 10 horas, não encontramos nada que pudesse incriminá-lo ou perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até às 10 horas de hoje. Somos realmente muito cautelosos aqui, Deputado Geddel. A Subcomissão de Bancos, que tenho ouvido algumas vezes através do seu Presidente, a nossa cautela tem sido sempre em dizer assim: "até agora".

V. Ex^a não se surpreenda com a expressão. A expressão está correta e o Deputado Benito Gama sempre a usa mesmo.

O SR. BENITO GAMA - Faço uma ressalva. Sr. Presidente. Têm chegado vários documentos bancários do Deputado Geddel Vieira Lima e realmente não encontramos nada que pudesse comprometê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Podem examinar *ad eternum*.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Se me for permitido, eu gostaria de fazer uma declaração no final, quando o Presidente julgar conveniente me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora. Já resolvi a questão de ordem ou pela ordem do Deputado Benito. Tenho muito prazer em ouvir V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, não inquiri porque não teria nenhuma pergunta a fazer. Mas já houve uma declaração da Subcomissão a que pertenço, a de Subvenções, de que nada havia contra o Deputado Geddel.

V. Ex^a me designou para analisar a documentação apreendida na casa do diretor da ODEBRECHT e os disquetes lá apreendidos.

Quero, neste instante, fazer uma declaração. Na documentação e nos disquetes, em nenhum momento, foi encontrada referência de percentual para o Deputado Geddel Vieira Lima.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No documento que V. Ex^a examinou não há?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não há. Havia referências numéricas que o Deputado Geddel explicou muito bem agora, no seu depoimento, dizendo que era a participação dele naquela emenda coletiva, do que foi atendido daquela emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Justamente a pergunta que estou fazendo a V. Ex^a, que é homem da maior respeitabilidade e extremamente sereno, é porque isso quebraria o critério que adotamos. Adotamos chamar os que tivessem referência numérica ao lado do nome.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Referência numérica há. Não há referência a percentuais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exatamente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Era isso que eu queria enfatizar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim. Tanto que, nas respostas ao Relator, S. Ex^a, o próprio Deputado Geddel explicou essa colocação do seu nome.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - S. Ex^a soube explicar. Tenho a impressão de que não...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, além do mais, S. Ex^a é depoente voluntário. Está me perseguindo aqui há uns 20 dias para poder sentar nessa cadeira, onde há também resultados muito bons.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Espero que eu não tenha, com isso, tentado tumultuar. Eu queria apenas esclarecer que não há percentual. Há referência numérica.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não, de modo algum, ao contrário, V. Ex^a complementou, porque pode haver, como V. Ex^a disse agora mesmo, número, mas não percentual.

Deputado Paulo Pávão, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu quero fazer duas colocações. Uma, que faço parte da Comissão de Patrimônio. Na ausência do Senador Bisol e com a presença do Deputado Zaire Rezende, quero também deixar transparente que não fizemos as perguntas pertinentes por não termos elementos que pudessem comprovar qualquer envolvimento do Deputado Geddel Vieira de Lima, apenas isso.

E uma outra colocação, Sr. Presidente, muito relevante, que já foi, no início, colocada pelo Deputado José Lourenço e, posteriormente, pelo Senador Eduardo Suplicy, eu fazia uma pergunta agora ao Senador, que não constava nenhum membro do PT nesta relação, se era coincidência ou se esta relação não era a oficial do PRODASEN.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Ex^a que nos contenhamos para discutir esta matéria, como eu disse, ao abrir a reunião, em reunião interna, supostamente sigilosa.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, é importante, mas ficará para o momento oportuno, meu caro colega.

O SR. PEDRO PAVÃO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já demos a notícia aqui; iniciei justamente falando sobre essa matéria; o Deputado José Lourenço falou, o Senador Eduardo Suplicy também. Vamos tratar disso na parte interna.

Pergunto ao nobre Relator, Dr. Roberto, se ainda deseja fazer inquirição ou não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente deseja inquirir ainda?

O SR. ODACIR KLEIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Geddel, a palavra está com V. Ex^a para comentários finais.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente:

Inicialmente, gostaria de lamentar, profundamente, a oportunidade que me foi negada de ser inquirido pelo Deputado Aloizio Mercadante e pelo Senador José Paulo Bisol, que esperava estivessem aqui, neste meu depoimento. Em segundo lugar, nessas considerações finais, eu pediria, com humildade, a atenção para algumas reflexões.

Ao contrário da grande maioria dos senhores, que se iniciaram na vida pública através da militância estudantil, das lutas sindicais, da prática advocatícia, dos consultórios médicos, a política em mim é atávica. Neste Congresso, ingressei em 1974, acompanhando meu pai pelos corredores. Frequentando as reuniões das comissões técnicas, assistindo CPLs, percebi que o vírus da política estava sendo inoculado no meu sangue. Os debates de plenário, inesquecíveis para mim! Ali, em duelos de eloquência, digladiavam-se homens como Jarbas Passarinho, que, eu me recordo agora, numa

reunião em que se discutia a reforma partidária, terminava seu pronunciamento com erudição, citando Disraeli e conclamando seus companheiros ao voto e à vitória. Homens como Jarbas Vasconcelos, Nilo Coelho, José Bonifácio, Alencar Furtado, homens como o Deputado Odacir Klein freqüentavam aquela tribuna e definia um estilo, um fino estilo. A partir daquele momento estava selado o meu destino - ser político. Podem, portanto, V. Ex^{as} imaginar a emoção que senti quando, eleito pelos baianos, cheguei ao Congresso Nacional na condição de Deputado Federal. Aqui cheguei disposto a trilhar o ensinamento de Ulysses Guimarães, caminhar rumo ao sol, que é dia, não rumo a lua, que é noite.

No ano de 1991, escolhido por minha Bancada, a Bancada do PMDB da Bahia, como um dos seus representantes na Comissão Mista de Orçamento, comemorei. Indicado, também, por minha Bancada, para assumir a Sub-relatoria do anexo 12 do Orçamento da União. Exultei: começava a destacar-me no exercício do mandato parlamentar.

Agi com ética. Elaborei critérios e os estabeleci. Agi com seriedade e com decoro.

Imaginem V. Ex^{as} o trauma ao ver meu nome citado e envolvido em coisa que não fiz. Lembrei-me, nesse instante, das palavras de Rousseau ao dizer que a mim cabe dizer a verdade, não fazer com que acreditem nela.

Procurei o Senador Jarbas Passarinho. Pedi que agilizasse providências para a quebra do meu sigilo bancário e fiscal e entreguei-lhe as minhas declarações de renda. E ali chorei. O choro da dor. O choro de quem percebia que talvez a verdade já não fosse companheira suficiente. Lembrei-me de Matias Aires: "As lágrimas explicam a alma; as palavras, por vezes, explicam o engano." Quem chora certamente sente, quem fala só se exprime.

Quantas vezes me perguntei: por que envolvido nisso? Pelas elucubrações irresponsáveis de um alquimista que, no seu laboratório louco, ficava a elocubrar fórmulas cujo significado maldito haverei de descobrir nas ações que movo na Justiça. Quantas vezes tive vontade de abrir a janela do meu apartamento e gritar ao mundo: nada tenho a ver com isso.

Como é cruel perceber que, por vezes, Senador, coisas do dia-a-dia, coisas banais do cotidiano, relacionamentos sadios podem se transformar em coincidências comprometedoras, em ilações condenatórias. Como é terrível, meus companheiros, ler o noticiário e perceber que são verdadeiras as palavras de Eça de Queiroz que para aparecer em jornal há assassinos que assassinam.

Saio desta Comissão, saio desta cadeira como sentei. Se elétrica para uns, para mim não poderia ser, porque ninguém poderia ligar o interruptor. Saio limpo, saio tranqüilo, saio em paz com a minha consciência. Saio certo de que, procedam o exame que proceder nas minhas entranhas expostas nesta CPI, submetam a mais rigorosa biópsia, não haverão de encontrar tumor cancerígeno.

E por haver respondido tudo, por ter a certeza que respondi tudo, faço um pedido, humilde pedido, à imprensa do meu País - e ao fazê-lo, ainda que humildemente, o faço como ensinou Vieira ao dizer que "hei de pedir pedindo; hei de pedir protestando e reclamando, porque essa é a licença e a liberdade de quem não pede favores, e sim justiça". Peço um espaço justo no noticiário: única forma de resgatar o meu maior patrimônio, a minha honra, o meu nome, o meu sobrenome, a minha tradição.

Aos que ainda insistem em prorrogar, em persistir, em continuar, mais um pedido que faço a todos, na figura desse homem público de escol que é o Relator, Dr. Roberto Magalhães: inocentar os inocentes. E ao fazê-lo, Dr. Roberto, me permita um gesto de suprema ousadia, que peço a V. Ex^a atribua ao arroubo de meus 34 anos, ainda imaculado nos meus sonhos, nas minhas legítimas ambições, para lembrar esta citação que recolhi de Rui Barbosa, meu conterrâneo mais ilustre: "A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta".

Muito obrigado e perdoem-me a emoção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A reunião ainda não está concluída. Cabe uma palavra da Presidência ao encerrar esta reunião.

Sei do sofrimento de muitas pessoas, porque isso tem ocorrido no meu gabinete, em minha casa e até nos corredores do Senado Federal. A vida pública não é feita apenas de recompensas, mas suponho que no balanço de todos nós, que nos dedicamos a ela com dignidade, as recompensas são maiores que as decepções e os sofrimentos. A nossa missão aqui, Deputado Geddel, não é de algoz, mas de busca da verdade. V. Ex^a poderá estar absolutamente certo que na figura imaculada do nosso Relator, cujo relatório será por nós examinado e certamente aprovado, esse princípio é inarredável. Não creio em manchas irreversíveis. O sofrimento passa, a mídia utiliza, evidentemente, como necessidade do seu trabalho, mas num homem jovem como V. Ex^a, homem de 34 anos, que conheço agora, tendo conhecido seu pai e dele tendo sido e sendo amigo, há muito espaço na sua vida para que as lágrimas de hoje possam ser traduzidas, mais tarde, numa alegria natural. V. Ex^a citou Vieira e nós temos citado aqui; o genial Padre dizia que "Deus deu aos olhos dois ofícios: o ofício de ver e o ofício de chorar, e mais o de chorar do que de ver, porque os cegos não vêem, mas choram." V. Ex^a sai com as suas lágrimas daqui e esteja confiante também que esta CPI tem

dignidade suficiente para ter a coragem moral de inocentar quem deva ser inocentado e ter a mesma coragem de indicar punição para quem não mereça senão a punição.
Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h31min.)

Depoimento da Sr^a. Margarida Procópio

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A reunião desta tarde tem a finalidade precípua de ouvir a Ministra Margarida Procópio, a quem peço venha tomar assento à Mesa e, ao seu lado, o seu advogado. (Pausa)

O Vice-Presidente fará as perguntas de costume.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Margarida Procópio.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - 56 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado Civil?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Casada.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Rua Senador Rui Palmeira nº 374, apartamento 502, Ponta Verde, Maceió, Alagoas.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Assistente Social.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce atividade?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - No momento, já me encontro aposentada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acabei de comentar com o Deputado Odacir Klein que ele fez a leitura completa. Para certas senhoras e moças, talvez, idade não se perguntasse.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos tomar o compromisso. Todos de pé. Por favor.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Ministra Margarida, a nossa praxe aqui tem sido proporcionar ao depoente, desde que ele venha a se beneficiar disso, o prazo de uma hora inicial, para uma exposição, se quiser. Se não quiser, passa-se logo às perguntas a partir do Relator.

A palavra é de V. Ex^a.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Muito obrigada.

Senador Jarbas Passarinho, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein; Relator, Deputado Roberto Magalhães; demais membros que compõem esta CPI, minhas Senhoras e meus Senhores:

Agradeço a oportunidade que V. Ex^a acaba de me dar, de poder usar a palavra antes mesmo das perguntas. Entendo que isso aqui é realmente um foro privilegiado, para mim especialmente, que venho aqui dizer única e exclusivamente a verdade, como sempre me conduzi. É uma oportunidade ímpar que tenho neste momento, vez que, infelizmente, essa oportunidade não tem sido dada com muita presteza e retidão, infelizmente, pela própria imprensa. Então, entendo que é uma oportunidade muito boa e, por isso, agradeço.

Gostaria de fazer um breve relato sobre a minha vida como servidora pública. A quem não me conhece, venho trabalhando no serviço público, inicialmente pelas mãos do ex-Governador do Estado das Alagoas, Luiz Cavalcante, um dos melhores e maiores governadores que o Estado das Alagoas já teve e, tenho certeza, um Senador da República que, na realidade, engrandeceu esta Casa.

A minha escola de administração pública, do meu trabalho, data exatamente daquele período. E tive oportunidade de, trabalhando com Luiz Cavalcante, depois deixar a administração pública do meu Estado e, através de concurso da PETROBRÁS, passar quatro ou cinco anos naquela empresa, como assistente social, na região de produção do Nordeste.

Tenho certeza de que, nos dois momentos, desenvolvi trabalhos dignos de uma servidora pública de verdade. Não tinha emprego, eu tinha realmente trabalho, serviço.

Deixando a Petrobrás, por razões puramente familiares, porque minha família não tinha interesse de se transferir de Alagoas para Sergipe, uma vez que sempre estivemos radicados em Maceió, fomos convidados pelo Professor Afrânio Lajes - grande Governador das Alagoas - para voltar a integrar o quadro do Governo do Estado. Trabalhamos com o Professor Afrânio Lajes durante algum tempo; em seguida, esse convite foi mantido pelo também grande Governador Divaldo Suruagy, nas duas vezes em que foi Governador do Estado; hoje Senador da República, que também muito engrandece nosso Estado e, tenho certeza, aqui, o Congresso Nacional.

Depois disso, fomos convidados a trabalhar na Prefeitura Municipal de Maceió com o Dr. Fernando Collor, que estava sendo indicado como Prefeito da cidade, quando tive oportunidade de conhecê-lo. Trabalhei na Prefeitura e, tenho certeza, mais uma vez dignifiquei aquele cargo. Depois, fui para o Gabinete Civil, como Subsecretária do Gabinete Civil, já no Governo do Sr. Fernando Collor. Nesse período, trabalhei ainda com o vice-Governador, que substituiu na época o Governador Divaldo Suruagy, quando teve que se desincompatibilizar para sua candidatura.

Voltei ao Palácio do Governo e trabalhei, mais uma vez, como Subsecretária do Gabinete Civil; saindo, S. Ex^a, o Governador do Estado, que se candidatara à Presidência da República, continuei como Subsecretária do Gabinete Civil e, em seguida, Secretária do Gabinete Civil no Governo do Dr. Moacir Andrade, vice-Governador.

A partir daí, todos já conhecem, fui convidada pelo então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, para assumir o Ministério da Ação Social, para onde vim, conforme todos aqui têm conhecimento, sem qualquer vinculação política ou partidária. Era uma técnica, profissional, convidada para um trabalho, que me pareceu uma experiência que, na realidade, dava-me condições de assumir a Pasta.

Não conhecia nada do Ministério da Ação Social, lógico, pois naquele momento ele estava sendo criado; ele aparece no momento em que a reforma administrativa era implantada. Assumimos o Ministério e convidamos as pessoas que deveriam compor nossa equipe. Esta equipe sempre teve liberdade total de ação na sua área específica, nas áreas técnicas, sempre. Jamais pedi, determinei ou ordenei a qualquer um que fizesse qualquer ação que não fosse digna, de acordo com o trabalho que estávamos desenvolvendo. Eu só tinha um compromisso: ajudar o Presidente a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, dentro da nossa linha de trabalho, durante o tempo que tivéssemos.

Logicamente que nos preparamos para um trabalho de um período de Governo, trabalhamos pensando em metas, em um trabalho não anual, mas plurianual.

Em todos os momentos que, porventura, firmei um convênio, autorizei uma subvenção social ou um financiamento pela Caixa Econômica - faço questão de frisar - sempre tinha em mente que o beneficiário final daquele projeto, convênio ou contrato era exatamente a sociedade, a comunidade, os municípios, aqueles para qual o projeto estava sendo dirigido.

Acompanhando o desenrolar desta CPI, na qual hoje me encontro para depor e, inclusive, ajudar, logicamente, naquilo que for possível, dizendo a verdade sobre tudo aquilo que fizemos, em momento algum modificando essa linha de raciocínio, porque o meu compromisso, como já disse anteriormente, era única e exclusivamente com aquelas pessoas que precisavam receber o benefício. Jamais pensei que um parlamentar, qualquer que fosse,

um governador, um prefeito, um presidente qualquer de entidade viesse a ser beneficiário daquele recurso que porventura estávamos transferindo.

A minha conduta sempre foi essa. Todas as pessoas que trabalharam comigo e todos aqueles que tiveram oportunidade de me indicar ou de me convidar para ocupar cargos de exercício público sabem muito bem que eu sou o que eu sou, e não o que querem que eu seja.

Faço questão, Senador, de dizer aqui, alto e bom som, que Margarida Maria Maia Procópio sempre foi, é e será incorruptível. Em momento algum, em canto algum trabalhei fazendo do meu trabalho balcão de negócio. Em momento algum.

Agradeço essa grande oportunidade que a CPI me oferece. Estou aqui à disposição de V. Ex^{as} para dirimir dúvidas; possivelmente, para mostrar determinadas interpretações que nem sempre são as corretas, porque, muitas vezes, a minha ótica é uma, a minha leitura é uma, e a ótica e a leitura de algumas pessoas são diferentes.

Então, estamos aqui nessa tentativa, com a obrigação, aliás, de mostrar a condução do nosso trabalho. Estamos, a partir deste momento, à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Com a palavra o Relator, nobre Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr^a Ministra Margarida Procópio, durante o período em que a senhora foi Ministra, o Sr. Valter Annichino ocupou a Secretaria Nacional de Saneamento e o Sr. Ramon Amuz, a Secretaria Nacional de Habitação.

Pergunto à senhora o seguinte: eles tinham função meramente técnica ou eles tinham o poder - através de pareceres que dessem pela viabilidade ou pela inviabilidade de projetos -, a capacidade de influir ou decidir quanto à contratação de obras e serviços?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Sr. Relator, eu gostaria de deixar bem claro que os Secretários Valter Annichino e Ramon Amuz, respectivamente Secretários de Saneamento e de Habitação, tinham a obrigação de cuidar da parte técnica de todos os

projetos que entravam no Ministério, ou via Caixa Econômica, nos dois momentos, dependendo do Orçamento, se da União (OGU), ou do Fundo de Garantia.

A parte técnica era trabalhada, logicamente, se do OGU, pelos diversos técnicos que compunham cada Secretaria, e a palavra final dizendo se, tecnicamente, aquele projeto estava correto, depois de passar pelos canais competentes da assessoria jurídica do Siset e da COF - Coordenadoria de Orçamento e Finanças -, para dizer se o orçamento existia, se o recurso existia, após isso, acontecia no gabinete da Ministra.

Em momento algum aprovei ou autorizei um convênio ou a realização de um contrato sem que a assinatura de um ou outro já não estivesse me informando que aquele projeto estava realmente em condições de prosperar; porque se não estivesse, jamais receberia o meu aval.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que podemos concluir que, ao afirmarem os dois, um e outro, em momentos distintos, aqui, que somente a senhora tinha o poder de autorizar a contratação e, conseqüentemente, a utilização de verbas da Caixa Econômica, eles falaram a verdade?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Porque a responsabilidade constitucional...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Srª Ministra, vou chegar lá. Eles falaram a verdade. Todavia, também é verdade, e essa é a pergunta que o Senador Mário Covas fez e eles não responderam: é verdade que eles tinham o poder de veto? Porque um parecer deles, de qualquer dos dois, que fosse contrário, acarretaria o comprometimento do pleito, não é isso?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Perfeito. Jamais autorizei qualquer um sem que antes eu tivesse a certeza, dada inclusive pelos Secretários, de que aqueles processos estavam...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eles não tinham o poder de conceder nem de negar, mas através de um parecer técnico poderiam determinar ou o andamento ou o trancamento do pleito.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Exato. Não tenha dúvida. Nesse sentido, na parte técnica, sim. Uma prova evidente, nobre Deputado, é que para muitos projetos - falando a nível de Fundo de Garantia, deixando um pouco de lado o Orçamento Geral da União, para o qual me parece aconteceu a instalação da CPI -, em relação ao Fundo de Garantia, a tramitação vinha via Caixa Econômica - são as SUREGs -, que recebia toda essa análise técnica, até chegar ao Ministério.

Afirmo, mais uma vez, continuo afirmando que em momento algum autorizei, sem que, previamente, um ou outro me garantisse que aqueles projetos eram realmente corretos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª poderia nos dar um idéia se havia pressões - e, se havia, de que tipo eram - para que fossem aprovados determinados pleitos tanto na área de saneamento como na área da habitação?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Sr. Relator, eu gostaria de lembrar que as pressões foram e são muitas, a partir da demanda. Quer dizer, a pressão que sempre tivemos foi a pressão da sociedade, que exigia que aprovássemos os projetos que cada um defendia e que no seu Estado e no seu município realmente eram necessários.

Então, há pressão da sociedade, por força da grande demanda, tanto na área do saneamento como na área da habitação, no Brasil inteiro; e em outras áreas também. Mas isso é uma pressão. Tínhamos a pressão da exigência das metas que havíamos estabelecido para um programa plurianual; tínhamos a pressão da própria imprensa, que, a cada momento que aprovávamos um plano, um programa de governo, começava a nos cobrar no tempo e espaço quando aquilo ia acontecer; tínhamos também a defesa política - a defesa dos parlamentares - que, defendendo seus municípios, seus Estados, solicitavam que determinado projeto tivesse, realmente, em andamento, e que chegasse a uma contratação ou uma aprovação através de convênio, dependendo se era do Fundo de Garantia ou se era do Orçamento Geral da União.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esses políticos, fossem administradores ou mandatários... já sei, já foi dito aqui pelo Annichino e pelo Arnuz, costumavam ir com prefeitos, vereadores, deputados estaduais, aos gabinetes. V. Sª alguma vez pôde notar que esse tipo de ação política se fazia no interesse também de alguma empreiteira ou de grupo de empresas?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Se eu tivesse conhecimento de que - volto ao que disse no início - o beneficiário final não seria a sociedade para a qual o projeto estava sendo dirigido, e que o beneficiário seria, no caso, aquela pessoa que estava defendendo, ou qualquer empresa, V. Exª tenha a certeza de que esse projeto não seria aprovado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Concordo com a premissa que V. Sª coloca de que o administrador só deve decidir os projetos, contratos, despesas, obras e serviços no interesse da sociedade, mas vou tentar mostrar-lhe como é difícil se alcançar esse objetivo.

Em agosto de 1990, uma prefeitura do interior da Bahia, a Prefeitura Municipal de Itarantim... V. Sª já ouviu falar desse Município de Itarantim?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Itarantim. Eu me lembro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Recebeu em 1990 278 mil 357 dólares; no mesmo ano, esse Município recebeu uma segunda subvenção no valor de 243 mil 644 dólares; e, no ano subsequente, em julho de 1991, recebeu uma subvenção - até peço ao

Senador Garibaldi Alves Filho que confirme essa informação, porque estou achando esse valor muito alto - de 2 milhões 675 mil 422 dólares. Não há engano?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Não, Sr. Relator. Esses números são de um relatório da Secretaria do Tesouro Nacional. Efetivamente, foram liberados 2 milhões 675 mil 422 dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Veja Sr^a Margarida Procópio, essas subvenções beneficiaram, segundo a Subcomissão de Subvenções, principalmente o Sr. Trajano Tristão de Macedo, que é doceiro, e a Sr^a Maria Lídia, que é empregada doméstica do Sr. Deputado Federal João Alves, uma das pessoas em cujo nome S. Ex^a movimentava contas bancárias.

V. S^a se lembra disso? V. S^a tem alguma memória dessas liberações?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Temos algumas informações que gostaríamos de prestar.

Por ocasião da elaboração do Orçamento, aquilo que chamávamos de "o momento da elaboração do próprio Orçamento do Ministério", quando o Orçamento era aprovado - digo isso em 1991, porque, no exercício de 1990, não elaboramos o Orçamento, vez que o Ministério foi criado em 15 de março e, conseqüentemente, o recurso para o Ministério foi oriundo do ex-Ministério do Interior, que não foi liberado no seu total, mas sim dividido por alguns Ministérios, e coube uma parte ao Ministério da Ação Social - no OGU, nos diversos projetos de atividade do Ministério, constam as emendas que foram colocadas e o Ministério não recebe - pelo menos, não recebia enquanto lá estive - a informação de quem era a emenda. De forma que tive uma experiência um pouco negativa, quando aprovei, logicamente, o projeto normal, que era muito bom e pensava que era um determinado Deputado que estava defendendo aquele projeto na cidade dele, e não era, pois a emenda era de outro, mas eu também não sabia. Para mim, o que interessava é que, realmente, o projeto era bom e que as pessoas precisavam dele.

Então, nós não sabíamos de quem era a emenda. E a partir daí, não tínhamos nada para dizer se atendia ou não por conta disso.

Nas subvenções sociais que aparecem com essa rubrica de "subvenção social", dentro de um projeto de atividade da Secretaria Nacional de Promoção Social, há uma parte que é de subvenção e outra que é do projeto normal, independente de subvenção. São duas situações que V. Ex^a me coloca. Esse mesmo Município recebe projetos que apresentou de determinada área - pode ter sido da área de Saneamento, de Habitação, de Promoção Social ou de Defesa Civil -, e outro que se relaciona à solicitação de subvenção social.

Sr. Relator, sempre achei que os valores relacionados a subvenções sociais estavam muito altos. Inclusive, não aprovamos, em sua totalidade, o valor que está estabelecido no pagamento do exercício de 1991, momento em que assumimos a elaboração do Orçamento. Se a memória não me falha, chegamos numa rubrica orçamentária de 70 e poucos... (permita-me, por gentileza, uma consulta) ...no que se relaciona à subvenção social, o projeto atividade ficava localizado na Secretaria Nacional de Promoção Social - SENPROS - e, na demonstração da execução, nesse exercício de 91, tínhamos dois projetos com rubrica orçamentária de subvenção: Desenvolvimento de Infra-Estrutura Social Urbana e Assistência às Entidades Comunitárias. Na primeira, fizemos uma aprovação de 75,2% e, na segunda, de 70%.

Realmente, eu estranhava o tipo de subvenção que era solicitado. Quando começamos a trabalhar na reforma para, inclusive, sairmos com a Lei Orgânica da Assistência Social, que foi encaminhada por nós - possivelmente, depois, o novo Ministro que assumiu mandou buscar, um direito que logicamente ele tinha, e deve ter modificado, mas eu tenho aqui a cópia daquilo que nós mandamos - operávamos profundamente no trabalho do Conselho Nacional do Serviço Social.

Depois de passarmos, se a memória não falha, uns seis meses debatendo com a sociedade civil organizada, em várias e várias reuniões que fizemos, para encontrar um mecanismo, um caminho para que a Lei Orgânica da Assistência Social fosse produzida, e a encaminhamos a Sua Excelência, o Presidente da República, em janeiro de 1992, antes da nossa saída.

Entendemos, inclusive, que as subvenções sociais só podem ser utilizadas para a área de saúde, para a área de educação e para custeio. Não sei se elas foram utilizadas dessa maneira, Relator, - essa avaliação não tenho agora - mas o que tenho ouvido aqui no desenrolar da CPI é que está ficando provado por V. Ex^s que estão apurando isso que elas não foram realmente aplicadas como deviam.

Em relação ao volume, penso que nada impede ou impedia que um município recebesse mais ou menos recursos. Agora, realmente, considero esse volume informado pelo Presidente da Subcomissão - logicamente, ele está informando com precisão porque é um dado, parece-me que é do próprio... (posso fazer essa pergunta para saber de onde veio a informação?)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Do Tribunal de Contas da União, não?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - A Secretaria do Tesouro Nacional informou à auditoria do Tribunal de Contas.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Auditoria do Tribunal de Contas.

Eu queria mostrar que, do valor total, inclusive de subvenções sociais, para o exercício de 1991, nesses dois elementos de despesa, um era de 7 bilhões 192 milhões e outro de 5 bilhões e 96 milhões. Esse é o orçamento que foi aplicado. Enquanto que o programado

foi de 7 bilhões 280 milhões e 10 bilhões 274 milhões. Realmente, não tenho esse valor em dólar, como V.Exª acaba de colocar, conforme foi avaliado. Considero um volume que me deixa até surpresa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª lembra se era exigido o plano de aplicação? O plano de aplicação para as verbas de subvenção que eram liberadas?

A SRª MARIA MARGARIDA PROCÓPIO - Eu gostaria de dar explicação sobre isso, aproveitando a oportunidade que V. Exª está me dando.

Quando chegamos ao Ministério, existia uma prática já do Ministério do Interior a respeito da solicitação de subvenções sociais. Mandeí buscar o processo, na época, para ver como o procedimento acontecia. Sinto muito, mas creio que V. Exªs devem saber - principalmente o Senador Garibaldi - como era feito o pedido. Tenho dúvida se a Comissão de Orçamento falava - eu tenho dúvida e gostaria que ficasse registrado - em nome da Comissão ou em nome do próprio Congresso, Câmara ou Senado, porque não consegui no Ministério da Ação Social esse documento - inclusive foi requerido pelo meu advogado e não tivemos resposta, o Ministério me disse que não tinha condições de me mandar.

Então, era feita essa solicitação, anexa a esta, constavam todas as entidades que deveriam receber aquelas subvenções.

Lembro-me que, em 1991, quando esse requerimento chegou às minhas mãos ele datava de 1989. E eu o devolvi porque entendia que deveria ser um documento novo porque em 1989 não estávamos no Ministério. Parece-me que foi feito esse documento. Anexado a esse pedido vinha a relação daquelas entidades que deveriam receber subvenções, visto que eram emendas dos Parlamentares, era como se fosse, realmente, um recurso específico que os Parlamentares, através de suas emendas, tinham colocado no Orçamento.

Volto a dizer que não sei quais Parlamentares, nem de quem é cada emenda. A nossa atitude era saber, primeiro, se aquelas entidades estavam registradas - era preciso que elas estivessem -, se não eram de fins lucrativos e se estavam adimplentes. O processo deve estar completo e deve constar que aquelas entidades estavam adimplentes e que eram registradas no Conselho.

Então, discutimos naquele momento. Por que o Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço silêncio no plenário, por favor.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Obrigada. Por que o Ministério da Ação Social, que conhecia tantas entidades que trabalhavam seriamente, conhecíamos pelas visitas que havíamos feito, enquanto Ministra, no ano de 90 até 91, não poderia indicar aquelas subvenções?

Estou tratando já desse assunto, previamente, porque consta do depoimento do Sr. José Carlos uma expressão que ele usa, por ocasião de um diálogo - parece-me - que ele teve com o Deputado João Alves.

O Ministério entendia que podia também indicar, não a Ministra, não Margarida Procópio, não para Margarida Procópio, entidades que deveriam também receber subvenções sociais da...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Srª. Ministra, quem a senhora disse que indicava? Quem podia indicar também?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - O Ministério.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Ministério?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - O Ministério, porque ele fazia parte do orçamento do Ministério. E tudo aquilo que está no orçamento do Ministério, logicamente, que entendíamos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E qual era a outra alternativa, se não o próprio Ministério?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Vinha do Congresso o pedido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah! Vinha do Congresso?! Isso é muito importante.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Mas isso já foi dito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isso ia pela mão do João Alves ou de quem?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Oficialmente, ia registrado por processo que se encontra no Ministério.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quem assinava o ofício?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso, nobre Deputado, que acabei de dizer, aí é que está a minha dúvida, mas é muito fácil se identificar porque fizemos, inclusive.... O senhor concede-me um minutinho para eu poder mostrar um documento?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Obrigada pelo tempo que o senhor acaba de me dar para procurar esse documento.

Eu gostaria de ler aqui um expediente que foi feito pelo meu Advogado Dr. Pedro, um requerimento, em 10.11.93, ao Ministério do Bem-Estar Social solicitando cópia de processos dos exercícios de 90 e 91, que deram origem ao pagamento de subvenções sociais. E preciso que não se confunda subvenção social com projetos de outra atividade que geraram convênios específicos de subvenções sociais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não estamos confundindo. Estamos considerando subvenções sociais demais; subvenções sociais à conta de dotações globais.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - É isso que eu estou...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não estamos...

O SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso. Obrigado. Então pedíamos isso para exatamente identificar se o expediente que saía daqui era assinado pelo Relator ou por algum preposto, alguém que tinha o poder de fazer esse pleito, e se era em nome exclusivamente da Comissão de Orçamento ou se atingia outros Parlamentares. Então, esses processos existem, e possivelmente a própria Comissão de Orçamento hoje ainda tenha o documento que dava origem a esse pleito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Srª Ministra, e o Conselho Nacional de Serviço Social dava-lhe respaldo, dava-lhe assessoramento nos casos das subvenções?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - O Conselho Nacional de Serviço Social, criado há muitos anos - parece-me que há 38 anos -, realmente tinha problemas de toda qualidade. Ele vinha já de outros Ministérios até chegar ao nosso: o Ministério da Ação Social. Durante o período que lá estivemos nem para composição do próprio Conselho, porque não se podia mais dar diárias, não se podia mais dar passagem; nem os próprios membros do conselho atuavam mais. Estávamos vivendo um momento muito sério por conta da reforma administrativa. O Ministério da Ação Social, sendo um ministério novo, não tinha como fazer nem concurso público; e os servidores que ficaram, vamos dizer, em disponibilidade, nós os convocamos, fizemos vários expedientes pedindo que servidores viessem compor o nosso Ministério. Nós tivemos muitas dificuldades. E o Conselho Nacional foi realmente o que mais sofreu.

Daí por que, quando elaboramos o anteprojeto de lei da assistência social, que era o único que não constava da Lei Orgânica porque já saía da Previdência e da Saúde, acabávamos com o Conselho porque ele aparecia como o grande Conselho de Assistência Social. Ele passaria a um mero instrumento dentro do Ministério para controle de ficha, essas coisas, mas sem qualquer poder, como tinha anteriormente.

Realmente é terrível a situação. Aliás, era. Hoje possivelmente já deve ter melhorado, espero, a situação do Conselho Nacional de Serviço Social.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que a senhora jamais delegou qualquer poder a esse Conselho?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - A Presidência do Conselho e seus membros, nas subvenções que faziam parte do adendo do Orçamento...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E que eram nominativas?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Nominativas. Então era responsabilidade total dele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E ele mesmo autorizava e liberava?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Ele mesmo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - As outras não?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. As outras ele indicava exatamente se as entidades estavam realmente registradas, e se estavam adimplentes quem dizia era a Coordenação de Orçamento e Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu peço aos que estão sentados aqui que evitem qualquer tipo de discussão neste momento entre Deputados e Senadores. Estamos aqui para ouvir a Ministra Margarida. E vamos ouvi-la dentro da civilidade e do tom de urbanidade que devemos fazer. Não devemos trazer questões pessoais neste momento para cá. Por favor, Ministra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Srª Ministra, para encerrar esta primeira fase, pergunto a V. Sª o seguinte: tanto Ramon Arnaz quanto Valter Annichino disseram que tinham sido convidados pela senhora para os respectivos cargos e que não tinham conhecimento de que houvesse qualquer indicação ou gestão ou pressão para que fossem guindados àqueles cargos. V. Exª confirma isso?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Confirmando, com todas as letras.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A senhora já os conhecia de antes?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. Eu gostaria de explicar, se o senhor me permite.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - No dia 1º de março de 1990 - parece-me, a propósito, que o ano de 1990 foi bissexto e dia 29 de fevereiro foi uma quarta-feira de cinzas, se a memória não me falha - eu fui convidada pelo ex-Presidente Fernando Collor para vir até Brasília, porque ele gostaria de conversar comigo. Eu imaginava que seriam assuntos logicamente do seu futuro governo. E naquele momento ele me fazia o convite para assumir o Ministério que estava sendo criado e que fazia parte da sua reforma administrativa.

A partir daquele momento, existia, num local aqui em Brasília chamado Bolo de Noiva, um grupo que já vinha trabalhando há algum tempo num plano de Governo. No mesmo dia - 1º de março - eu era Secretária para Assuntos do Gabinete Civil, deixei lá minha substituta, vim até Brasília na expectativa de passar 1 ou 2 dias, uma vez que o cargo que ocupava exigia minha presença no meu Estado.

A partir do momento que recebi o convite, o que logicamente muito me honrou, tive conhecimento de que um grupo grande de pessoas trabalhava no plano de governo. Fui apresentada àquelas pessoas que estavam coordenando as atividades que seriam do Ministério da Ação Social, e a reforma administrativa só ocorreu no dia 15 de março.

Inicialmente, fui apresentada à Professora Flora Spolidoro, convidada para a Secretaria Nacional de Promoção Social, porque entendemos que ela realmente tinha o perfil

para o cargo. Foi o que depreendemos durante os oito ou dez dias em que convivemos naquele local.

Naquele momento, o Sr. Valter Annichino fazia parte de um grupo que trabalhava em um projeto ligado a saneamento; o Dr. Ramon Arnuz em relação à habitação; e tinha um outro, cujo nome não lembro, que cuidava da parte de defesa civil.

Fizemos os convites a essas pessoas sem indicação de quem quer que fosse, porque entendíamos que os que estavam participando da elaboração daquele plano de governo, estavam apresentando, na minha percepção - pode não ser na percepção dos outros - bons trabalhos que realmente me deixavam com vontade de executá-los.

Convidamos os três e fomos buscar para a Defesa Civil um ex-companheiro da PETROBRAS que conhecíamos de longo tempo e entendíamos que era um grande profissional, Dr. Ribamar Ferreira de Miranda.

Convidamos para a Secretaria Executiva o Dr. Josué Setta, que conhecíamos há muitos anos e que tinha realizado um brilhante trabalho na área da Caixa Econômica. Ele era, além de um excelente técnico, uma pessoa que conhecíamos - volto a dizer - há muito tempo.

Inicialmente, pensávamos que o Sr. Josué Setta, que trabalhara muito na área de saneamento e era um excelente técnico, poderia ser o nosso Secretário Nacional de Saneamento; entretanto, não encontramos nele realmente vontade de ficar com a área de saneamento, foi quando o convidamos para a Secretaria Executiva.

Convidamos o Dr. Valter Annichino para o cargo de Secretário Nacional de Saneamento, uma vez que ele já estava trabalhando em todo o projeto para a área de saneamento.

Fizemos esses convites no sentido de que, durante o tempo em que estivéssemos à frente do Ministério, pudéssemos avaliar o trabalho de todos.

E, durante todo o tempo em que lá estivemos, não encontramos qualquer razão para discordar das atitudes de um e de outro. Foi dessa maneira, Deputado, que tudo aconteceu.

Já lemos na imprensa e ouvimos na imprensa televisada que "não sei quem indicou não sei quem", "que partido tal indicou"... Isso não existe, pelo menos para mim, em momento algum.

Sempre trabalhei no Estado de Alagoas, não ia trazer de lá profissionais específicos daquela área porque não tinha conhecimento de alguns que pudessem me dar o respaldo de trabalho técnico que aqueles que aqui estavam teriam condições de dar, dentro dos projetos que eu estava apresentando. Meu objetivo era unicamente este, o meu compromisso era exatamente este: que se produzissem bons trabalhos porque a demanda imensa, e continua sendo. Tínhamos uma demanda de 10 milhões de habitações com crescimento vegetativo de 500 mil ao ano. Então, qual era a nossa meta? Nossa meta era, num período de governo de cinco anos, ter 2.500 habitações, sem deixar que aumentasse esse crescimento vegetativo, além de diminuir um pouco aquele que encontramos, a meta era, no caso de habitações, 4 mil habitações.

Entendemos que estávamos convidando as pessoas certas. E, durante todo o tempo em que estivemos no Ministério, ninguém me provou o contrário.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Roberto Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Srª ex-Ministra Margarida Procópio, já tive a oportunidade de arguir V. Exª sobre o tema analisado hoje nesta CPI, mas por ocasião da CPI sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Nos depoimentos prestados, tanto naquela CPI quanto nesta, foram citadas várias obras, em que havia irregularidades, financiadas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e complementadas com recursos do Orçamento. Eu poderia citar exemplos como a questão do abastecimento d'água, do Sistema Pirapama, de ribeirão Areias, em Betim, Minas Gerais, o canal da Maternidade, no Acre, e o Sistema de Anhumas, em Campinas.

Durante a CPI do Sr. Paulo César Farias, essas mesmas obras foram objeto de várias investigações, culminando com a apreensão do microcomputador da VERAX, em que essas obras possuíam cronogramas completos e apresentavam uma designação denominada CAF, que variava de 6% a 12%. O Presidente Jarbas Passarinho inclusive já perguntou a algumas pessoas aqui presentes se porventura ouviram falar dessa denominação. Por acaso a senhora, em alguma ocasião, ouviu essa palavra? O que significa CAF?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Senador Suplicy, o primeiro momento em que li - não ouvi, li - essa sigla foi nos dois depoimentos que tenho aqui em minhas mãos dos meus ex-Secretários. Nunca a tinha ouvido ou lido. Nem no próprio depoimento dele, através da televisão, não ouvi essa pergunta. Quer dizer, essa sigla para mim é, realmente, totalmente estranha. Não sei absolutamente o que é isso.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Pois não.

Vários representantes de empresas construtoras, empreiteiras, confirmaram que fizeram pagamentos aos assim denominados "fantasmas" do Sr. Paulo César Farias, relacionados às contratações dessas obras. A decisão final da contratação dessas obras, segundo V. Exª acaba de confirmar ao Deputado Roberto Magalhães, era da Srª Ministra,

como gestora daqueles programas, inclusive o Sr. Ramon Arnuz assim declarou em seu depoimento. Vou até citar a parte precisa onde, ao responder ao Deputado Aloizio Mercadante, ele disse: "A decisão, então, era da Ministra?" Responde Ramon Arnuz Filho: "Lógico que era da Ministra. Ela fazia todas as aprovações finais; nós fazíamos as análises técnicas". "O senhor fazia a análise técnica, encaminhava à Ministra, e a decisão era dela?" "Sim, senhor. A responsabilidade era dela. A decisão era dela."

Ministra Margarida, afinal quem é a pessoa responsável pela sucessão de irregularidades nessas obras que vêm sendo analisadas nesta CPI, e foram analisadas pelo Congresso na CPI do Fundo de Garantia há dois anos? Como poderíamos detectar essa responsabilidade por tantos problemas? Eu poderia citar alguns mais, mas são suficientes os exemplos.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Senador Suplicy, V. Exª lembra, muito bem, agora que já tivemos oportunidade, na CPI do Fundo de Garantia, que eu dava algumas informações sobre isso.

Volto a informar que a função do Ministro, que a sua obrigação constitucional de ser o responsável pela condução do Ministério e de dar a palavra final para decisão de uma determinada atividade não significa absolutamente que aquele Ministro esteja autorizando alguma coisa que, na ponta ou em algum lugar, vá haver alguma irregularidade. Isso é preciso que fique realmente muito claro. Porque, quando eu aprovava um projeto, como qualquer um desses que V. Exª acaba de falar, eu aprovava seu financiamento, primeiro, porque a Superintendência Regional da Caixa Econômica, no local para o qual a obra seria dirigida, já havia feito a análise técnica, financeira e jurídica daquele projeto. Se ela estivesse em condições de prosperar, a decisão vinha para Brasília, onde se analisava novamente o projeto. Em seguida, encaminhava-se o espelho para o Ministério da Ação Social. Dependendo, logicamente, da dotação orçamentária, da necessidade real daquela obra, tecnicamente aprovada, para aquele Estado e Município, a garantia, por parte da minha área técnica de saneamento ou de habitação, de que não havia qualquer impedimento e o Banco Central assegurando a capacidade de endividamento, só após isso - eu desafio alguém que me mostre um processo com a minha autorização que porventura não esteja completo - era dada a minha aprovação. Lembro-me, inclusive, de ter devolvido um processo após receber informação do Banco Central de que a capacidade de endividamento do Estado ou Município em questão não era suficiente. A minha aprovação só seria dada depois do sinal verde do Banco Central.

Nobre Senador - repito -, nunca fiz da minha área de atuação, seja no Ministério ou em outro lugar, uma banca de negócio. Jamais alguém chegou junto a mim para me propor qualquer tipo de indignidade dessa. Desafio qualquer empresário, qualquer empreiteiro, qualquer Deputado, qualquer Senador, qualquer Governador, qualquer Prefeito que venha dizer que liberei ou autorizei uma determinada obra ou algum projeto para que alguém viesse a se beneficiar com qualquer percentual, porque, para mim, seja 0,1 ou 50%, é roubo da mesma forma. E eu não admito isso, Senador.

Por isso, penso ser esta uma oportunidade ímpar, porque estou aqui para também ajudá-los, demonstrar que entrei e saí com mãos limpas e provar quem realmente tem culpa nisso. Se alguém afirmar que tem certeza de que foi depositado algum dinheiro em uma conta fantasma, não sei em nome de quem, então já existe quem depositou. E, se alguém depositou, deve-se ir atrás de quem mandou.

Mais uma vez, desculpe-me, Senador, a ênfase, porque realmente isso, às vezes, tira-me um pouco do sério.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas V. Exª, obviamente, acompanhou pelos noticiários dos jornais, ou até mesmo quando foi argüida pela Polícia Federal, os inúmeros problemas descritos. Eu perguntaria: em algum momento, a senhora foi alertada por alguém de que, na Superintendência da Caixa, em qualquer região do Brasil, estaria havendo algum procedimento estranho, nesses moldes? E, uma vez alertada, o que fez? Que passos eventualmente deu? A Deputada Célia Mendes - se não me engano - informou que a alertou sobre o que estaria para acontecer no Canal da Maternidade, no Acre. A senhora se lembraria de outros exemplos, de alertas a V. Exª, no sentido de tomar providências pelo menos para impedir um número tão grande de problemas que ocorreram posteriormente ou ao longo de sua gestão?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Senador, eu gostaria de fazer algumas colocações por parte, nessa pergunta.

Em relação ao Orçamento Geral da União, todas as vezes que recebi uma informação precisa, e não cartinha anônima, porque para mim isso não vale. Todas as vezes - e aqui tenho uma quantidade, que se houver interesse deixo para V. Exª -, em todos os momentos, acionamos todos os canais competentes para apurar, até o último momento. Cito como exemplo o caso da Sansuy levantado pelo Governador Ciro Gomes; fomos às últimas consequências. A única pessoa que não depois na Polícia Federal foi o próprio Governador, que, possivelmente, não precisava mais depor para confirmar aquilo que ele havia dito antes, que havia sido baseado em informações que um jornal do Ceará havia levantado. Fizemos, em torno disso, todas as pesquisas com a Polícia Federal, dentro do Ministério; levantamos tudo até o final. A Polícia Federal deve ter o relatório, e é muito fácil a CPI mandar buscá-lo.

Logo no início do Governo, tive oportunidade de levar o Sr. Nei Sotelo - que foi detido pela Polícia Federal - que usava o meu nome dizendo que a Ministra Margarida Procópio cobrava não sei que percentual para aprovar qualquer projeto, no início de Governo. Esse cidadão foi preso, passou 48h. Está aqui todo o desenrolar da história, inclusive com os documentos da própria imprensa. Outras situações também foram levantadas, todas elas sem exceção.

Senador, se eu tivesse uma informação precisa de que no primeiro, segundo, terceiro, quinto ou décimo-quinto escalão da Caixa Econômica ou do Ministério, houvesse alguma situação dessas, paupável, de verdade, jamais eu seria omissa. Sabe por quê? Porque não tenho compromisso com esse tipo de coisa, nunca tive. Então qualquer um, não interessava quem fosse: poderia ser o Secretário, o Presidente da Caixa Econômica, o Diretor. Mas nunca recebi e jamais iria culpar pessoas sem provas. Um Ministério que tem um volume de recursos do Orçamento Geral da União, que tinha um volume de recursos do Fundo de Garantia, que tem de uma história do Fundo de Garantia com dificuldades que não são de agora...

A partir do momento que acabaram com o BNH, já começou o problema, na minha percepção. Enquanto Ministra discutíamos a necessidade de um banco do trabalhador - não sei que nome venha a ser dado a isso - que gerenciasse Fundo de Garantia, PIS, PASEP, tudo isso, para ser um banco de segunda linha, para sair da própria Caixa, porque acho que é um volume enorme de atividades. Porém, jamais iria dizer que alguém da Caixa ou Ministério estava fazendo algum erro; eu não tinha provas.

V. Ex^a fala no canal da maternidade, uma história que já deveria estar mais do que clara. A propósito, há pessoas aqui que até estiveram comigo no Ministério falando a respeito do canal da maternidade. Por que aprovei o canal da maternidade? Primeiro, porque todos os Parlamentares da região, inclusive a Deputada Célia, defendiam que ele deveria ser feito. Isso é ponto pacífico, ninguém é contra. Esse pedido foi feito, chegou sua fase de aprovação, chegou a autorização do contrato e esse foi firmado.

O Ministério da Ação Social e a Caixa Econômica não licitam obras; autorizam o financiamento. A responsabilidade é do Estado, é do tomador.

Do mesmo jeito que a Deputada Célia diz que achava que havia alguma irregularidade numa licitação, eu também tenho documentos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre que desfaz totalmente essa informação.

Então, Senador, é muito difícil. Há 16, 18 Deputados que dizem o contrário. Disseram que a obra era superfaturada, mas em momento algum a Caixa Econômica diz isso, nem os meus técnicos do Ministério, porque não teríamos interesse no superfaturamento de obras. Muito pelo contrário, foi a equipe daqui de Brasília, parece-me, do CREA. Tínhamos também documento do CREA ou de algum órgão do Acre que prova não ter superfaturamento. Se tem, vamos apurar até às últimas consequências.

Quero mais uma vez dizer que jamais eu seria omissa. O que eu não poderia fazer era determinar a suspensão de um contrato que estava firmado entre o Governo de um Estado e a Caixa Econômica, se eu não tinha uma determinação judicial. Se eu tivesse, lógico que teria sido suspenso imediatamente.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Última pergunta e breve, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, eu gostaria de completar uma resposta a V. Ex^a e me sinto no dever de fazê-lo. Eu era Ministro da Justiça.

A Deputada Célia Mendes é pessoa da minha relação de amizade, cujo pai é meu amigo pessoal e meu correligionário no Pará. A Deputada procurou-me para falar já sobre o problema do canal da Maternidade, levando apenas uma queixa. Isso está escrito e recomposto.

A queixa era no sentido de que a licitação houvera afastado a possibilidade de as empresas locais poderem concorrer, impedindo-as, inclusive, de fazer consórcio. Não falou, em nenhum momento, em superfaturamento. Falou apenas nessa queixa. Eu, imediatamente, mandei esse documento para a Ministra Margarida Procópio.

S. Ex^a ouviu a Caixa Econômica, tomou conhecimento das licitações como haviam sido feitas e deu-me a informação precisa, que passei a Deputada, que não mais falou comigo sobre o assunto.

Agora, aparecem, com certa constância, notícias de que inclusive eu soubera do superfaturamento. É absolutamente falso. Não acredito que a Deputada sustentasse, diante de mim, a notícia de que teria me levado informações sobre superfaturamento. Queixou-se, repito, de que as firmas locais de construção, inclusive uma era de seu marido, não estavam tendo o tratamento devido, porque estavam eliminadas graças à sistemática de licitação.

Devo esse testemunho em relação ao procedimento da Ministra Margarida Procópio, na ocasião.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, eu gostaria de formular uma última pergunta, complementando a linha de raciocínio do Deputado Roberto Magalhães sobre a questão das subvenções sociais, dotações orçamentárias genéricas com valores elevados para diversas entidades. Havia 3 mil entidades, aproximadamente, habilitadas pelo Conselho Nacional de Seguridade Social. Como é que explica que algumas poucas entidades concentravam a quase totalidade dos recursos, por decisão de V. Ex^a, ainda que por indicação do Congresso? Que avaliação faz das subvenções sociais diante daquilo que esta CPI detectou? Recomendaria o fim dessa sistemática de subvenções sociais?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Senador...

Posso falar Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. É a última pergunta.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - O senhor coloca o volume de recursos das subvenções sociais para um grupo reduzido de entidades. O Orçamento Geral da União traz no seu anexo aquele adendo, que chamamos, que é exatamente aquelas subvenções já são descritas, que é uma situação que o Conselho Nacional já aprovava, já ia diretamente.

A solicitação que nos chegava e que estranhámos... Estranhámos, inclusive, aquele tipo de procedimento que não eram as subvenções sociais do adendo, porque, até então, eu entendia que as subvenções sociais estavam apenas inseridas no adendo do Orçamento. E me foi prestado o esclarecimento de que existia realmente a prática anterior, de onde as subvenções estavam também que era o mesmo Ministério - mas que nisso não vai nenhum comentário negativo para o Ministério, absolutamente, porque, a partir desse momento, eu poderia mudar a sistemática -, no entanto, recebi do Congresso essa solicitação...(ininteligível) Com essa necessidade tão grande que temos, com essa demanda enorme, em momento algum, imaginava que poderia estar assinando, autorizando uma subvenção social e que existia beneficiário que não era apenas a entidade que estava recebendo aquele recurso. O senhor está me entendendo?

(Intervenção fora do microfone)

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Em momento algum, então acho o seguinte: temos entidades assistenciais muito sérias neste País. Temos entidades assistenciais que precisam, logicamente, de apoio do Governo, quer seja do governo municipal, que até entendo que deva ser do poder local, ou do governo estadual.

Acho que, por conta de todas essas situações, agora, desde que aprovado o projeto da Lei Orgânica da Assistência Social, em que todos os procedimentos terão que ser modificados, talvez se tenha ainda que dar oportunidade às entidades realmente sérias deste País, para que não sejam punidas, porque algumas entidades ruins fizeram isso, pois se Parlamentares esqueceram de analisar que aquela entidade para a qual estavam indicando recurso não era tão séria quanto nós, do Ministério, imaginávamos que fosse...

Então, o senhor me pergunta: deve acabar a subvenção social? Digo a V. Exª o seguinte: as entidades sérias e boas neste País não podem ser punidas por conta daquilo que foi errado. Agora, entendo que não devia ser uma atitude do Governo Federal. O poder local, municipal ou Estado, é que, na realidade, deveria assumir esse trabalho de subvenção social para cada entidade, na minha percepção.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, ex-Ministra Margarida Procópio, vou retomar a questão das subvenções sociais e, ainda dentro daquilo que foi perguntado pelo Deputado Roberto Magalhães, quero perguntar à Srª. depoente quais eram, realmente, os critérios para liberação de subvenções durante a gestão de V. Sª à frente do Ministério da Ação Social. Na Bahia, por exemplo, a Prefeitura de Tarantim teve liberada a quantia de 2 milhões, 675 mil dólares, e ficou apurado, conforme já disse o Relator, que o doleiro Trajano Tristão de Macedo e a Srª. Maria Lúcia, empregada do Sr. João Alves, cada um teve depositado nas suas contas 500 mil dólares. Pergunto: como era esse critério de liberação? Como é que uma prefeitura pequena de um município da Bahia tinha só para custeio - as dotações de subvenções sociais são, eminentemente, para custeio - tinha 2 milhões, 675 mil dólares? Qual era o critério para liberação?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Nobre Senador, eu gostaria, mais uma vez - não quero por em dúvida os números, longe de mim, que V. Exª está lendo - de lembrar os valores globais de subvenção dos dois projetos, que tenho aqui do que foi pago no Ministério. E fico realmente surpresa com esse volume, porque, quando chegaram as solicitações para nós, afirmo-lhe que não me lembro de ter visto coisas assim tão gritantes. Por isso, tenho... Não sei se posso ter o direito de imaginar que tenha algum número por engano, não estou dizendo que é de V. Exª, absolutamente. Se verificarmos o volume global e que só atendemos, no caso específico de 1991, a 70%, que está aqui comprovado, parece-me que esse número está, realmente, imenso.

O critério que o senhor acaba de me perguntar, no caso específico de subvenção social, que, inclusive, digo aqui, nesta CPI, que foi muito falho, porque foi baseado exatamente na palavra, no documento dos Parlamentares que colocaram as suas emendas para aquelas ações. Volto a dizer a V. Exª que não sei quais, porque, em momento algum, o Ministério recebeu informação de quem era as emendas. Na realidade, o que imaginávamos, primeiro, que aquelas entidades, no caso as prefeituras, eram realmente carentes e que o recurso seria aplicado integralmente para aquela ação, não para doleiro, nem para empregada de Deputado. Esses beneficiários, na minha percepção, têm que dar conta disso, imediatamente, e os cofres públicos têm que reaver isso, através de mecanismos que, possivelmente, a sociedade, a Justiça encontra.

Era isso que eu gostaria de dizer, se me permite, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pergunto à senhora: a senhora confirma que recebia relações do Deputado Federal João Alves, em formulário próprio da Comissão Mista de Orçamento e Finanças, do Congresso Nacional, para liberação dos recursos de subvenções e simplesmente mandava executar os pagamentos? Era esse o procedimento?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Quanto ao procedimento desse caso da subvenção, ora encaminhado pela Comissão de Orçamento, solicitei o documento ao Ministério do Bem-Estar Social, que, infelizmente, me informou não poder entregá-lo a mim. Gostaria de estar de posse desse documento hoje, mas V. Exªs podem ter acesso a ele para ter a certeza de quem o assinou. Nobre Senador, não posso confirmar se a assinatura era do Deputado João Alves ou de outro Deputado que compunha a Comissão de Orçamento; se aquele que assinava falava em nome da Comissão de Orçamento ou se falava em nome do Congresso.

Eu gostaria que ficasse muito claro que não estou afirmando que o papel foi assinado em nome do Congresso. Eu pediria a V. Ex^{as} - aí já sou eu quem peço -, que podem ter acesso a este documento, que confirmem quem assinava. Não tenho lembrança de ele ter sido assinado pelo Deputado João Alves. Lembro-me, entretanto, de que, em 1991, quando recebi essa solicitação, devolvi-a pelo fato de aquele documento ser datado de 1989. O documento voltou oficialmente ao Ministério, que deu entrada normal no Protocolo, com essa relação, vez que eram entidades que estavam cadastradas no Conselho Nacional do FINSOCIAL; segundo a minha Coordenação de Finanças, estavam adimplentes; e, terceiro, eram emendas dos Srs. Parlamentares. Nós autorizamos a partir daí.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr^a Margarida Procópio, na verdade, consta dos processos, a relação global assinada pelo Deputado João Alves. S. Ex^a encaminhava uma relação global com as entidades que deveriam ser contempladas.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Senador, desculpe-me. Se V. Ex^a já tem conhecimento do documento, ótimo. Porque eu tenho essa dúvida. Se era assinada por ele ou por algum membro da Comissão de Orçamento. Por isso não tenho como afirmar a V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr^a Margarida Procópio, segundo informações do Ministério do Bem-Estar Social, a senhora delegou competência ao Conselho Nacional do Serviço Social para realizar as liberações de recursos diretamente, quando pertencia ao Conselho, naquela época, o Sr. José Carlos Alves dos Santos. A senhora confirma isso?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Senador, eu gostaria de fazer um comentário sobre isso. Quando assumimos o Ministério, encontramos a figura do Conselho Nacional do Serviço Social, que, inclusive, até o próprio nome não me agradava...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ministra, por obséquio.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que o único depoente aqui é a Ministra Margarida Procópio. Estou entendendo que o Senador Eduardo Suplicy está sendo outro depoente, volta e meia, a um Senador ou um Deputado. Então, peço ao Senador Eduardo Suplicy que, se tiver que dar explicações, por favor dê na sala ao lado, onde V. Ex^a será devidamente respeitado.

Por favor, Ministra.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Respondendo a V. Ex^a, em princípio, o próprio Conselho Nacional do Serviço Social, de cujo nome, eu, como profissional da área do serviço social, já discordava inclusive do próprio nome dele. Na minha percepção, não é um Conselho Nacional de Serviço Social.

Por isso, durante algum tempo, tentei por todos os meios encontrar uma solução para a nossa Lei Orgânica da Assistência Social, que é resultado daquilo que determina a Constituição. Infelizmente, passamos realmente muito tempo com um volume enorme de serviço e muito poucos companheiros de trabalho. Ouvimos muito a sociedade até chegarmos àquele anteprojeto que seguiu para a Presidência da República só no início de 92, nos primeiros dias.

Na realidade, o Conselho estava totalmente desfalcado dos seus membros. Essa foi a informação que recebi logo que ele veio para nós. Parece-me que ele vinha do Ministério da Educação, se não me falha memória. A partir daquele momento, com a reforma administrativa, os próprios conselheiros que moravam em outros Estados já não tinham mais como chegar ao Conselho, porque não tinha mais passagem aérea, diárias, estadas, qualquer coisa nesse sentido.

O Conselho ficou totalmente desfalcado. Parece-me que ficamos apenas com o presidente; nem secretário tinha. Tiramos um servidor do Ministério para ajudar o presidente - parece-me que o nome do presidente era Dr. Aderbal, que já vinha de algum tempo. Só vim realmente ligar, nunca tive oportunidade - não é por conta dessa situação da CPI, absolutamente - nem de ver o Sr. José Carlos, nunca tive. Foi até surpresa para mim que o José Carlos que tinha lá no Conselho era o mesmo que estava depondo e que estava fazendo aquelas denúncias. Realmente, para mim, foi uma surpresa extrema. Não sei de quem foi a indicação dele. Não foi minha, porque o Ministério não indicou, absolutamente, nenhum conselheiro. Isso eu gostaria que ficasse esclarecido.

Por ocasião daquela primeira denúncia do Sr. José Carlos, quando fala à Revista *Veja* e, depois, vem aqui a CPI e faz um comentário que, realmente, na minha percepção, grosseiro, inverídico, todos os adjetivos que possa encontrar, quando ele diz que, num determinado momento, que vem em cima exatamente desse assunto - permita-me, por favor, pegar as palavras exatas do depoente.

Eu queria fazer esse comentário por conta da própria pergunta que V. Ex^a acaba de fazer. O Relator desta Comissão, Deputado Roberto Magalhães, faz uma pergunta ao Sr. José Carlos, às fls. 31 desse depoimento, no dia 20/10. O Relator afirma: "João tinha reuniões (palavras do nobre Relator) empreiteiros, governadores, um monte de gente. Tinha brigas homéricas com a Margarida Procópio, ex-Ministra da Ação Social, porque ela era conhecida de infância e era gananciosa. Ela queria ficar com uma parte."

Essas palavras constam nesse depoimento. Faz as perguntas e o Sr. José Carlos Alves dos Santos diz que confirma. Em relação à primeira, no caso em que o Deputado João Alves, segundo dizia o Sr. José Carlos - não estou afirmando absolutamente que o Deputado João Alves disse isso, estou usando as palavras do Sr. José Carlos - primeiro, como era meu conhecido de infância... Se V. Ex^a me permite um detalhe, devo dizer que conhecido de infância, na minha percepção - enquanto estudante de Psicologia - penso que, para se

conhecer alguém de infância, é preciso que as pessoas tenham idades mais ou menos próximas. Um amiguinho de infância tem 7 anos; outro, 8 anos; e outro, 10 anos. Com isso, ou a Sr^a. Margarida Procópio era, realmente, muito precoce, ou, então, o Deputado João Alves tinha alguma deficiência, porque S. Ex^a tem 78 anos, e eu tenho 56 anos, portanto, era impossível que fosse meu amigo de infância.

Mas não estou afirmando, com isso, que o Deputado João Alves o disse. Queria que isso ficasse claro, porque as nossas palavras, muitas vezes, em que pese o microfone e as notas taquigráficas, são, realmente, deturpadas. Alguém já começa a dizer de outro jeito. E, infelizmente, a imprensa é campeã nisso: se diz uma coisa, e sai outra. Então, o que quero dizer é que não sei se o Deputado João Alves disse isso, mas gostaria de fazer esse comentário.

Esse é o princípio número 1.

Portanto, quando S. Ex^a disse isso, que eu era gananciosa, as pessoas que me conhecem sabem que isso não é atributo de Margarida Procópio. As minhas lutas foram sempre no sentido de que as coisas andassem de forma correta. Mas do jeito que, aqui, está dito... S. Ex^a. disse: "Ela queria ficar com uma parte". Pergunto: Uma parte de quê? Uma parte de dinheiro?

Não aceito e não admito isso. O que eu entendia é que o Ministério da Ação Social, que tinha no seu Orçamento recursos de subvenção social, tinha a autoridade e o dever de indicar entidades corretas. Agora está sendo provado que as entidades que foram indicadas nas listagens que existem no Ministério, assinadas por algum Deputado - não sei se era o Deputado João Alves ou algum outro -, não eram tão dignas nem tão decentes quanto aquelas que o Ministério indicou. Se eu soubesse que elas não o eram, logicamente, elas não teriam sido aceitas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr^a Ministra, em quase todas aquelas entidades as prestações de contas estão fraudadas e compostas de "notas frias" e de uma série de falcaturas.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Se V. Ex^a me permite, gostaria de dizer que, na realidade, penso que isso tem que ser apurado até as últimas consequências, porque, para mim, enquanto Ministra, era impossível saber se uma nota de algum canto...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas como o Ministério liberava, ano após ano, aquelas subvenções? Por exemplo, no caso do Rio de Janeiro, as entidades controladas pelo Deputado Federal Fábio Raunheiti tiveram liberações da ordem de 15 milhões de dólares, ao longo de cinco anos, inclusive, durante os anos em que V. S^a era Ministra.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Em 1990 e 1991, logicamente, a responsabilidade era minha. Primeiro, eu jamais soube que esse Deputado, cujo nome V. Ex^a acaba de declinar, tinha alguma coisa ali, porque, em momento algum, a entidade vem informando se a subvenção é do interesse ou da responsabilidade de determinado Deputado ou Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Em momento algum S. Ex^a lhe procurou?

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Em momento algum. Não tenho o pedido de subvenção social. É preciso que fique claro. A tramitação era essa, eu já disse e vou repetir mais uma vez: sai um documento - infelizmente, não tenho em minhas mãos, para comprovar qual o Deputado que assinou aquele pedido - com uma relação constante das entidades e com o descritivo daquilo que ia, realmente, ser utilizado. O Conselho Nacional me afirmava que aquelas entidades estavam inscritas no Conselho, e a Coordenação de Orçamento e Finanças me afirmava que aquelas entidades estavam adimplentes. Em vista da carência que todas as nossas entidades têm - ninguém vai me provar o contrário, porque todas elas precisam -, eu imaginava que aquilo estava sendo feito com a maior retidão por parte daqueles que estavam subscrevendo aqueles documentos e se responsabilizando pelas entidades que ali estava.

Penso que não posso dizer isso a V. Ex^a, porque a CPI já está cumprindo, logicamente, o seu papel, de forma brilhante, mas tem-se que ir até às últimas consequências para se trazer de volta esse dinheiro que não foi aplicado corretamente.

Agora o que posso afirmar, Senador, é que nessas mãos aqui jamais foi negociado ou passou um tostão que não tenha sido do meu trabalho digno durante 30 anos e do meu marido, 37 anos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

Tem a palavra o cavalheiresco Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr^a Ministra Margarida Procópio, eu tinha selecionado duas ou três perguntas para fazer-lhe, mas as mesmas já foram postas. Uma delas, inclusive, a senhora mesma foi quem a trouxe, porque também estranhei que a senhora fosse colega de infância do Sr. João Alves. Eu tinha marcado aqui a página para que a senhora explicasse esse problema biológico: como pessoas de idades tão distantes podem ser colegas de infância. Não entendo.

Quanto à segunda parte, vou-lhe fazer duas indagações só para que a senhora tenha oportunidade de continuar expondo como a senhora está-se portando. Não me cabe nenhuma dúvida a respeito. A senhora receba a pergunta assim. Todavia, antes, devo fazer um lamento: a senhora deu-me conhecimento de que se aposentou na PETROBRAS, porque deveria transferir-se para Aracaju.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Eu me aposentei na PETROBRÁS.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim, deixou para não ir para Aracaju...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. Até gostaria, a família é que não...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Lamentei muito porque sou de lá...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Ah, adoro seu Estado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - ... e tenho certeza de que a senhora lá ia ser muito bem recebida e iria gostar, porque o Estado...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Afirmo a V. Exª que a faixa mais bonita que tive no Brasil, quando fui nomeada Ministra partiu de Aracaju, dos meus companheiros petroleiros...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Confesso que fiquei triste com a declaração, mas é isso mesmo.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, mas essa declaração teve uma razão: é o jardim...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Certo.

E o seguinte: é sobre uma declaração do Sr. José Carlos Alves dos Santos. A senhora tem essa documentação, página 21.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Tenho.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É que ele, interrogado pelo Relator sobre empreiteiras, disse: "Não. Sobre empreiteiras que obtinham verbas de saneamento, eu não tinha conhecimento. Do que tive conhecimento e falei em relação à Ministra Margarida é que ela sabia e tinha conhecimento e, por informação do Deputado João Alves, participava... Existem informações documentais adicionais que podem mostrar isso".

E somente isso. Quero que a senhora me responda o que sabe a respeito disso e dou-me por muito satisfeito.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - O senhor tem a folha?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Tenho e posso passar-lhe agora mesmo.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. Tenho aqui e só para...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Página 21 do depoimento do Sr. José Carlos à Comissão.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Página 21...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não. É melhor que lhe passe, e a senhora...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Infelizmente a 21 não tenho; não me foi passada. As notas aqui...

O que ele afirma aqui... Se o senhor me permite.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É exatamente o que quero que a senhora...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Ele disse: "Não, sobre empreiteiras que obtinham verbas de saneamento não tive conhecimento. Do que tive conhecimento e falei em relação à Ministra Margarida é que ela sabia e tinha conhecimento e, por informação do Deputado João Alves, participava..." Ele disse: "Existem informações documentais adicionais que podem mostrar isso".

Que documentos ele disse ter? Que ela participava do esquema - essa é uma palavra que realmente não aceito - de liberação das subvenções sociais. O que ele quer dizer aqui com isso é que, quando eu entendia junto com a minha Secretária Nacional de Promoção Social e a minha equipe técnica que não cabia apenas ao Congresso - à Câmara dos Deputados, vamos dizer, talvez - indicar entidades para subvenções, nós informávamos e mandamos todas, temos todos os nomes - por isso pedi ao Ministério, mas infelizmente não tive acesso - daquelas entidades que entendíamos que mereciam receber recursos. E tem mais: junto a cada liberação, eu tive a oportunidade de passar um telegrama para cada entidade a qual nós, o Ministério, indicamos, em que informávamos - e isso consta nos arquivos do Ministério do Bem Estar Social hoje - que havíamos autorizado a subvenção para que a entidade realmente fizesse o uso correto dela, o número da ordem bancária, que era específica para o Banco do Brasil daquele local, a informação de que a subvenção social era única e exclusivamente para custeio e para a área de educação e de saúde.

Então, era uma coisa tão transparente! Talvez seja esse o documento que este cidadão José Carlos diz possuir. Mas esse documento está no Ministério. Em momento algum eu fiz qualquer ação que não tenha tudo isso descrito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Srª Ministra, houve uma distorção no Congresso Nacional muito séria, principalmente na Comissão de Orçamento. Foi concedida uma licença por autorização não sei de quem, ninguém sabe explicar, para que o Sr. Deputado João Alves representasse a Comissão de Orçamento nos diversos Ministérios quando das reivindicações.

Ora, é evidente que a senhora, em tendo chegado de Alagoas e encontrando documentações assinadas em papel timbrado da Comissão de Orçamento encaminhando, certamente deve ter imaginado que esse era um comportamento rotineiro. E até aí eu aceito, entendendo que a senhora possa ter...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Eu não tinha como deixar de dar crédito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Aceito que a senhora tenha entendido isso como uma medida geral, normal. A Comissão de Orçamento manipulava, organizava o Orçamento e depois credenciava e mandava como se fosse a reivindicação global. O que lamentavelmente houve é que um pequeno grupo usufruiu dessas vantagens, e os demais parlamentares nem sequer sabiam destes encaminhamentos.

Outra coisa que quero também deixar claro é o seguinte: que lamentavelmente - é por isso que fiz essa pergunta à senhora - o Sr. José Carlos, quando veio depor nesta comissão, e a senhora está com o depoimento aí, ele sempre diz "por ouvir dizer", "soube", "o Deputado João Alves contou". Mas ele não afirmou nada categoricamente. Dizia "certamente"... Até o Senador Jarbas Passarinho no fim lhe perguntou: "Certamente tem que ser certamente sim ou certamente não". E ele não afirmava. Então, são dúvidas assim que nos colocam a todos angustiados. Imagino que a senhora principalmente, porque de repente se coloca aos 78 anos de idade e de repente é obrigada a conhecer o que não tinha obrigação de conhecer e recebe e participou involuntariamente de um ato desta Casa, da Comissão de Orçamento, que não era rotina, não era do conhecimento nosso e não era ético por parte do Congresso Nacional.

Felicitosa pela exposição que está fazendo. Volto a lamentar que a senhora deixasse a Petrobrás para não ir para a minha terra.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Ministra Margarida Procópio, esta CPI foi criada - naturalmente a senhora tem conhecimento - após denúncias, através da revista *Veja*, do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que, nessas denúncias, determinava e trazia no seu bojo esquema para liberação de recursos do orçamento e de subvenções sociais. A senhora teve dois anos de Governo Collor.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Um ano e dez meses.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nesse período, a senhora tomou o mínimo ou então teve conhecimento da existência desses dois esquemas? Passou pela sua cabeça, com todo respeito, que existia atrás dos bastidores trabalho nesse sentido? É bom que fique claro que hoje já está praticamente caracterizado.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado Pedro Pavão, se eu tivesse conhecimento - eu gostaria que o senhor observasse bem o que estou dizendo -...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não estou duvidando.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - ...de uma coisa dessas, eu simplesmente sairia no momento em que sentisse isso. Eu não tenho conhecimento e só tenho a partir desta CPI - e mais uma vez digo, da importância dela - e não aceito esta colocação de esquema e alguém pensando que eu participasse ou que venha a participar.

O SR. PEDRO PAVÃO - A senhora há de concordar comigo que a senhora vem de um Governo em que foi aplicado o *impeachment*, em que houve envolvimento de outros de secretários, de ministros, de chefes de gabinete, a prisão de PC. Então, a senhora há de concordar comigo que existiu nesse Governo algo de errado. Senão, não teríamos o *impeachment*, não teríamos o Sr. PC Farias preso hoje. Houve nesse Governo, naturalmente, algo, repito, de errado.

A senhora fez parte desse Governo, o nome da senhora saiu na *Veja*, através de denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, por pertencer a esse Governo ou por que ele tinha um mínimo conhecimento também da participação não digo da Ministra Margarida Procópio, mas dentro do seu Ministério deveria haver alguém que tivesse participação, mesmo que a senhora não tivesse conhecimento.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Quando ele fala em subvenção social e que existia esse tipo de procedimento, de solicitação - a que, inclusive, o nobre Senador acaba de se referir -, e de que os demais membros do próprio Congresso não tinham conhecimento, imagine Margarida Procópio!

Por aí já se sente, dentro da própria CPI, dentro do próprio entendimento, que existia dentro dessa Comissão de Orçamento alguma coisa de irregular, que eu não sabia. Eu estimava e entendia sempre que se um parlamentar estava à frente de uma Comissão de Orçamento e trazia documentos assinados e em papéis timbrados do próprio Congresso, aquilo merecia de mim toda a atenção. Não sei quem é que fez errado, não estou acusando Deputado "A" nem Deputado "B". Não é bem isso.

Agora, jamais tomei conhecimento de que existisse ou de que existiu "esquema" - vamos usar aspas na palavra esquema - para que alguém me utilizasse por aí, como responsável que era pelo Ministério da Ação Social, e um elemento de despesa que estava no meu Ministério, que é a subvenção social. Porque se lá essa subvenção social não estivesse, veja só, possivelmente a *Veja* não diria aquilo que o Sr. José Carlos disse, porque ele trata exclusivamente de subvenção social, não é verdade?

O SR. PEDRO PAVÃO - Vou concordar com a senhora.

Faço mais uma colocação: o Dr. Roberval esteve aqui ontem. O Dr. Roberval, que era Diretor do Orçamento da Câmara, confessou aqui praticamente, ou pelo menos ficou transparente, que a exoneração dele ocorreu em função da conduta dele, até da ingerência dele, que estava eliminando os trâmites, o trabalho de alguns Deputados.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não entendi, Deputado. V. Exª me desculpe, mas não estou entendendo.

O SR. PEDRO PAVÃO - O Dr. Roberval, que ocupou um cargo de relevância na Comissão de Orçamento, foi exonerado pelo então Presidente Ibsen Pinheiro, e ficou, pelo menos, no ar, ou transparente para nós, que estamos a procura de apurar a verdade, que ele foi demitido por ingerência de alguns Deputados do esquema.

A senhora saiu do Ministério talvez logo em seguida... Não, ele saiu em 1991 e a senhora em 1992. Desculpe-me.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Sai no dia 17 de janeiro de 1992.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em 1992, perfeito. Logo em seguida ao Dr. Roberval.

A senhora sentiu alguma pressão na sua saída do Ministério ou foi por livre e espontânea vontade?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. Entendo, Deputado, que não fui absolutamente pressionada a sair do Ministério.

O SR. PEDRO PAVÃO - Porque a senhora ocupava um cargo de relevância...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso. E convidada que fui pelo então Presidente da República, sem - pelo menos não conheço - indicação de correntes políticas ou de correntes partidárias, porque não tenho filiação partidária, nunca me candidatei a nada, tenho o maior respeito, logicamente, aos...

O SR. PEDRO PAVÃO - A senhora não sentiu em momento algum a pressão de lideranças políticas.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. Entendi que a minha saída talvez fosse uma necessidade do próprio Governo ou de alguma composição política. Não precisavam mais do técnico, do profissional no Ministério. Precisavam de um Parlamentar. Porque não aconteceu absolutamente nada que viesse impor essa minha saída; eu achava que estava fazendo alguma coisa indigna.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ministra Margarida Procópio, nessa sua permanência à frente do Ministério qual foi o comportamento das empreiteiras?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - O meu gabinete, especificamente o Ministério... Entendo que o empresariado brasileiro, como qualquer empresariado em qualquer local, é de alta importância para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país, desde que se faça tudo com a ética. Mas não recebi, em momento algum, no meu gabinete. Não tenho registro desse ponto. Possivelmente, o Ministério do Bem-Estar Social pode passar a V. Ex^{as} todas as nossas audiências com qualquer empreiteira deste País.

A tramitação normal dos processos, quando chegavam a nível de dotação orçamentária do Orçamento Geral da União, eles vinham através de pleitos das prefeituras municipais ou dos governos estaduais.

O SR. PEDRO PAVÃO - Lógico que a Senhora não vai poder responder pelos secretários de habitação e de saneamento básico. Mas eles...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Mas eles já disseram que lá no Ministério... e não era vedada a entrada de nenhuma pessoa, porque o serviço é público; qualquer pessoa pode procurar o Ministério e ser bem recebida. Agora, existe uma distância muito grande em receber as pessoas, em explicar procedimentos administrativos, explicar programas, explicar projetos e alguma coisa errada depois disso; e o espaço é muito grande.

O SR. PEDRO PAVÃO - Esta é a última pergunta, Sr. Presidente.

Quando cheguei nesta Casa - sou marinheiro de primeira viagem - primeiros três anos de mandato - já se sabia, nos corredores, ou em contatos com alguns Deputados mais experientes, ou até com lobistas, que nos cercavam, que existiam dois esquemas: um na Comissão do Orçamento - que eu teria que fazer parte ou me compor com aqueles que já vinham de longa data manipulando o Orçamento; o outro, era sobre o "esquema PC" - que em todos os Ministérios existia uma determinada pessoa - e aí eu posso até naturalmente entender a sua rigidez e a sua maneira de administrar e posso até entender a conduta da Senhora, mas que existia, em todos os Ministérios, alguém do esquema PC.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - O Senhor afirma que existia alguém em cada ministério...

O SR. PEDRO PAVÃO - Afirmo. Isso chegou ao meu conhecimento. Estou aqui há três anos e, naquele período, a liberação de recurso para qualquer obra na área de saneamento ou na área de habitação, tinha que, obrigatoriamente, passar por esse esquema. A Senhora nunca ouviu falar disso?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Absolutamente. Vamos procurar em qual canal existia isso. E estou aqui também para ajudar esta CPI a encontrar isso.

O SR. PEDRO PAVÃO - A Senhora tinha plena convicção de que todos os seus escalões eram fiéis? A Senhora pode responder isso?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Posso.

Podia até não ser, mas se eu não entendesse dessa forma, eles não ficariam comigo. Porque em todas as reuniões mensais feitas constantemente naquele Ministério - todos são testemunhas, não apenas os Secretários, os coordenadores, os diretores - de que o compromisso da Ministra Margarida Procópio era única e exclusivamente no sentido de que se trabalhasse com a maior retidão. E que o bônus, vamos dizer assim, do trabalho, seria responsabilidade de todos, em torno de ação conjunta, mas o ônus de quem agisse erradamente seria de cada um. Então eu não posso afirmar que alguém agiu erradamente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Está certo.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Desculpe-me, não é que eu queira polemizar, mas V. Ex^a afirmou que existia, em cada Ministério, - que alguém disse, não sei -

alguém. Portanto, o que tenho que fazer é ir atrás e saber quem era esse alguém; porque esse alguém tem que ser identificado como pessoa.

O SR. PEDRO PAVÃO - Srª Ministra, me tire uma dúvida. Qual foi a participação da Senhora na campanha de Fernando Collor?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - A minha participação na campanha do ex-Presidente Collor foi apenas de um pequeno momento, acompanhando Dª Leda Collor, por quem tenho um respeito profundo, por sua inteligência e por tudo o que sempre foi, no sentido de ajudá-la, num determinado momento, a encaminhar algumas relações de correspondências, pessoas da amizade dela que queria que eu me lembrasse; todavia, não tive oportunidade, não tenho nenhuma história em palanque. Respeitei a campanha do Sr. Presidente Fernando Collor o tempo todo, porque entendia que realmente era o candidato com toda a possibilidade de fazer um grande governo. Por isso aceitei o convite.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nesse percurso de campanha, qual foi o relacionamento com o Sr. Paulo César Farias?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Absolutamente nenhum, Deputado Pedro Pavão. O Sr. Paulo César Farias é uma pessoa conhecida de toda a sociedade alagoana e, hoje, de todo o Brasil, já extrapolando, logicamente, nosso País.

Numa cidade pequena como Maceió, obviamente que, quando um evento social acontece, as pessoas que freqüentam aquele mesmo ambiente social se vêem nem que seja ao longe; portanto, conheço o Sr. Paulo César Farias dessa maneira. Não privei jamais da amizade de S. Sª. Não digo isto por causa dos acontecimentos não, mas porque se o Sr. Paulo César Farias, antes de tudo isso tivesse sido meu amigo, freqüentador de minha casa ou eu da casa dele, eu não negaria aqui, absolutamente. Nunca fui na casa dele, ele nunca foi na minha, nunca tive uma reunião política, porque não sou política, nem nunca tive uma reunião administrativa. Parece-me que o Sr. Paulo César afirmou, quando aqui esteve, que eu não gostava ou não o suportava, de uma maneira que não achei muito simpática.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não gosto de intervir nas perguntas de meu Colega de Partido, porque está parecendo até que estou com...

O SR. PEDRO PAVÃO - Com um comportamento diferente comigo. Mas não é nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não é diferente com V. Exª, são as suas perguntas; estamos discutindo Orçamento e V. Exª pergunta sobre campanha do Collor.

O SR. PEDRO PAVÃO - Acontece que alguém perguntou à ex-Ministra a respeito de Annichino e Ramon Arnuz. Quando o Sr. Paulo César Farias esteve aqui e foi inquirido por mim, perguntei de quem foi a indicação dos dois secretários e ele foi bastante autêntico em asseverar que foi do Sr. Leopoldo Collor.

Como a senhora era Ministra e poderia ou não aceitar, eu queria chegar a esse objetivo, ou seja, saber os laços de amizade e relacionamento e porque o Sr. Paulo César Farias nos revelou de quem havia sido a indicação dos dois secretários.

Querida que a senhora me respondesse apenas isso. Fico grato pela sua atenção.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Respondo com toda a certeza do que vou dizer a V. Exª.

Jamais o Sr. Leopoldo ou qualquer outra pessoa chegou junto de mim para indicar o nome do Sr. Valtér Annichino ou o Sr. Ramon Arnuz, nem Dª Flora Lys Spolidoro, nem o Dr. José Ribamar F. de Miranda. Isso é uma mentira, é uma inverdade.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dito pelo Sr. Paulo César Farias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu Colega, não há qualquer tipo de animosidade entre mim e V. Exª. A questão é que os caminhos de Pavão são diferentes dos de Passarinho. (Risos)

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, são idênticos; um é mais bonito do que o outro, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Pavão é mais bonito, alguns dizem até que é vaidoso, mas os caminhos para chegar até o Leopoldo Collor é que eu estava estranhando.

Está com a palavra o nobre Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, não vou fazer nenhuma pergunta à ex-Ministra Margarida Procópio. Titular da Subcomissão de Dotações Sociais, o meu coordenador, Senador Garibaldi Alves Filho, já o fez, interpretando muito bem o pensamento dos seus colegas de Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Senador, Ministro e, hoje, Deputado Lázaro Barbosa.

Com a palavra o jovem Deputado Luiz Máximo. Na altura da minha senectude, tenho o direito de chamá-lo jovem.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Obrigado, Senador.

Srª Margarida Procópio, V. Sª, durante as decisões proferidas nos processos que lhe vinham da Secretaria de Saneamento e Habitação, sempre tomou as decisões de uma forma solitária, pessoal, ou alguma uma vez teve que suportar pressão de qualquer ordem para que decidisse contrariamente aos pareceres que lhe eram apresentados?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado Luiz Máximo, eu gostaria de, mais uma vez, repetir aqui que, em momento algum, alguém vai encontrar uma autorização minha, como palavra final - vez que, como Ministra, tinha esse dever de ofício,

um dever constitucional -, sem que antes tivesse a palavra escrita dos secretários, dizendo que aquela indicação - no caso do Fundo de Garantia, o que vinha da Caixa Econômica, logicamente, era um espelho - baseada naquilo que eles haviam analisado, estava correto.

Então, em momento algum, assinei ou autorizei alguma coisa que conflitasse com um parecer técnico. Em momento algum.

E ninguém nunca me pressionou para autorizar esse ou aquele em detrimento de outro. O que tivemos foi muita dificuldade pela grande demanda que temos neste País. Nem me lembro o número de projetos entrados na Caixa Econômica - devem ter sido muito mais de 4 mil. E é interessante que se observe uma coisa: não posso garantir aqui, hoje, que chegassem às minhas mãos todos aqueles que deveriam vir, porque a própria superintendência da base podia encaminhar o mais que ele quisesse para a Caixa Econômica.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Creio que V. S.^a não entendeu minha pergunta.

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Então me desculpe.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não estou perguntando com o objetivo de querer enredar a senhora em qualquer espécie de irregularidade. O que perguntei é se V. S.^a, alguma vez, deu decisão em processo contrariando pareceres? O que é absolutamente normal. Ou será que vinham todos os pareceres e V. S.^a assinava em cruz? V. S.^a nunca discordou de nenhum parecer? Então, as decisões não eram de V. S.^a, as decisões eram dos seus secretários? É isso que estou perguntando.

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Veja, no volume de processos que se tem, na quantidade, é preciso que eu tenha um risco. A decisão final era minha, mas os secretários tinham a sua responsabilidade, logicamente. Claro que tinham. Se eu só podia, por força do orçamento, vamos dizer, aprovar dois e havia dez, alguém tinha que ter uma decisão de dois em cima de oito que ficam para a próxima oportunidade.

Mas o que quero dizer é que, toda vez que eu aprovava, aprovava porque todos eles estavam corretos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E V. S.^a nunca indeferiu projetos, mesmo num parecer favorável?

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Ficaram vários, não que eu tenha indeferido, eles não chegaram a receber a decisão final por falta de recursos, e muitos foram até arquivados. E, no próprio despacho dele, consta que ele está arquivado por falta de recursos. Pode ter sido um projeto ótimo, mas não havia recursos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. S.^a não tem lembrança talvez de nenhum caso específico? V. S.^a se lembra de algum caso específico, algum exemplo para ficar registrado desse procedimento? Se V. S.^a tem lembrança, sei que já faz tempo.

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Talvez não tenha aqui sobre Fundo de Garantia, porque vim muito mais preparada a nível de orçamento, mas vou pegar um documento meu que vai para a Polícia Federal de uma informação...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Creio que não é fundamental.

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Deixe-me ver se, neste, eu encontro alguma coisa nesse sentido.

Tenho aqui, por exemplo, uma informação. No caso, é do Orçamento Geral da União, de que tomei conhecimento parece-me que através da própria imprensa, a respeito de um problema nos Municípios de Ananás e Miracema do Tocantins. Não é fundo de garantia. O que tenho à mão é um exemplo que peguei, conforme V. Ex.^a me pede. Então, nesse momento, eu fazia o Expediente ao Diretor do Departamento de Polícia Federal, Dr. Romeu Tuma, mandando exatamente os processos que não estão aqui; os processos ficaram lá, esses são apenas espelhos. Nos dois, já digo previamente que estão arquivados por inexistência de recurso. Está registrado no próprio computador do Ministério. Podem ter sido muito bons projetos. Primeiro, eu não tinha o recurso, e, segundo, chegaram algumas denúncias, em que pese à Polícia Federal ter pesquisado e não haver encontrado aquilo que a revista dizia ser de verdade.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dona Margarida, vou fazer-lhe mais uma indagação. O objetivo é buscar sua cooperação para entendermos, da forma mais aprofundada possível, tudo sobre a manipulação dos recursos orçamentários. V. S.^a, por umas duas vezes, no decorrer do seu depoimento, manifestou surpresa com o volume de determinados recursos liberados para algumas entidades, que foram mencionados pelo nobre Senador Garibaldi Alves Filho, da Subcomissão de Subvenções Sociais. O Tribunal de Contas da União, atendendo à requisição dessa Subcomissão, procedeu ou está procedendo a auditorias em muitas prefeituras e entidades ditas filantrópicas e outras chamadas culturais e educacionais. O que se constatou é que a tramitação desses recursos no Ministério de Assistência Social, depois Ministério do Bem-Estar Social, era feita com inobservância da legislação aplicável ao caso. O que se detectou foi o seguinte: que a liberação de subvenção por conta da dotação global ia diretamente do Ministério, através de nota de empenho e ordem bancária diretamente ao Banco do Brasil, autorizando o pagamento daquele total, conforme relação em anexo, e ia com a observação "outras despesas correntes a classificar". Isso, consoante se detectou pela auditoria do Tribunal de Contas da União, era uma forma de fraudar a transparência que se exigia pela implantação do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira - porque ficava como crédito à ordem bancária ao Banco do Brasil. Então, se fosse o Congresso Nacional buscar no SIAFI para quem tinham saído aqueles recursos, não encontraria porque não constava, não havia possibilidade de se detectar. Somente mediante o aprofundamento da auditoria o Tribunal de Contas conseguiu chegar, por meio da ponta, ou seja, do beneficiário efetivo do recurso. Isso acabou se transformando numa norma de atuação dentro do Ministério. Então, quando a senhora manifesta surpresa pelo volume de

recurso para determinada entidade, esse volume, Dona Margarida, podia estar embutido naquela ordem bancária direto ao Banco do Brasil, para que fosse feito o pagamento de conformidade com a ordem anexa. Essa ordem em anexo, essa relação, em alguns casos, conforme ficou apurado por esta CPI, era fornecida pelo Deputado João Alves. Então, é isso que o Tribunal de Contas e a Subcomissão de Subvenção Social estão apurando com relação à tramitação dessas liberações de subvenções sociais.

Eu gostaria que a senhora pudesse fazer um comentário a respeito desse procedimento do Ministério ao Banco do Brasil.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado, entendemos que a instrução processual tem falhas. No caso da subvenção social, ela teve uma tramitação diferente dos outros projetos do Orçamento, que não tinham a rubrica subvenção social; quer dizer, os outros processos que resultaram em assinatura de convênios, motivados por uma instrução processual com toda uma tramitação até chegar à SISET, à Consultoria Jurídica, à Coordenação de Orçamento e Finanças. Seguimos - e não posso, absolutamente, culpar a administração de outros Ministérios - uma tramitação anterior. O que eu observava no documento encaminhado com o nome das entidades é que elas constavam do registro do CNSS como entidades filantrópicas reais, boas, da melhor qualidade e estavam adimplentes.

Quanto a essa informação de V. Exª, deve ser pesquisada junto à Coordenação de Orçamento e Finanças, que é subordinada à Secretaria de Administração Geral, como ocorre em todos os Ministérios, para ver que falha teve nesse procedimento administrativo. Não havia, absolutamente, nenhuma determinação minha que salsse errada. A nossa intenção era que a ordem bancária estivesse em conformidade com a dotação orçamentária específica, classificada, e que qualquer pessoa tivesse acesso a isso.

V. Exª imagina que até telegrama eram encaminhados, no sentido de que houvesse uma divulgação mais clara possível. Isso não era apenas para Alagoas, como foi dito aqui em algum momento. Destinava-se a vários Estados da Federação, a cujas entidades tivemos a oportunidade de visitar por este Brasil afora, seja do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Sergipe ou Pernambuco - não sei bem ao certo. Se está com esse "a classificar", deve ser apurado.

Chamou-me muito a atenção o volume de recursos global. A minha informação é de que eu só autorizei 70% e 72%, quando, de repente, só uma entidade ou prefeitura tem um volume extraordinário.

O SR. LUIZ MÁXIMO - São várias entidades e prefeituras. Inclusive, a senhora colocou bem a responsabilidade nisso. Estamos procurando apurar do Coordenador Financeiro do Ministério, que era a pessoa exatamente responsável para dar execução a essas liberações.

Estou satisfeito, Dª Margarida, e agradeço.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Salomão, em ressarcimento de preterição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Sei que foi involuntário de sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É porque eu saltei a sua inscrição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O mal não é ser precedido Luiz Máximo.

Nobre deponente, o atual Ministro do Trabalho, Walter Barelli, afirmou, recentemente, que o gato comeu 29 bilhões de dólares do FGTS. Obviamente, há um certo exagero nessa expressão, porque nem tudo isso deve ter sido desviado, mas isso foi alvo de uma campanha muito oportuna e salutar do jornal *O Globo*. Grande parte disso ocorreu em períodos anteriores à administração de V. Exª. Porém, uma parte significativa desses recursos foram liberados no período de março de 1990 a janeiro de 1992, quando V. Exª era titular do Ministério.

V. Exª é acusada de ter estourado o orçamento do FGTS em mais de 4 bilhões, isto é, assumiu contratos em que o Fundo não tinha condições de gerar recursos para financiá-los. V. Exª poderia comentar essa afirmativa da parte que lhe cabe, naquilo que o "gato comeu"?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não, Deputado Luiz Salomão. Primeiro, a expressão "gato comeu" me parece não muito simpática, se V. Sª me permite que diga isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A expressão não é minha, é do Ministro Walter Barelli.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois é. Realmente, é uma expressão que entendo devia ser substituída por outra maneira de dizer, porque tenho a sensação de que o Sr. Ministro devia dar nome a todos esses gatos. Se ele acha que as pessoas que tiveram participação como gestores nesse Fundo sejam para ele esse tipo de animal. Eu, pelo menos, não sou. Essa é a primeira resposta àquilo que V. Exª acaba de perguntar.

Seria interessante que o Ministério do Trabalho, em todos os momentos, assumisse a responsabilidade que lhe é dada por lei de buscar os recursos em relação aos quais estados, municípios, empresas e o Governo Federal talvez estejam inadimplentes. Parece-me que o Ministério do Trabalho também faz parte da administração geral do Fundo de Garantia. Não sei se V. Exª está com a lei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É o presidente do Conselho.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, além de ser presidente do Conselho, o Ministério do Trabalho parece-me que, há algum tempo, já devia ter muito mais recursos do FGTS se fosse cobrar aquilo que é devido há muitos anos ao Fundo de Garantia.

Estamos dando resposta, dentro do prazo determinado, ao Tribunal de Contas da União, inclusive trago aqui a nossa defesa em relação a isso que se atribui que a nossa leitura não é essa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª liberou mais recursos ou mais contratos?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. Absolutamente. Discordamos totalmente desse tipo de informação que é dada em relação ao Fundo de Garantia. Ficamos dentro do orçamento que foi aprovado. As obras não são de um dia nem de um mês e o retorno não é da maneira como se coloca.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Drª Margarida Procópio, nessa parte considero-me satisfeito. Mas o relatório do Tribunal de Contas da União afirma, estou lendo aqui, *ipsis verbis*:

"O Ministério da Ação Social descumpriu o art. 6º, incisos III e IV da Lei 8.036/90, ao deixar de elaborar e submeter o orçamento/92 e o Plano plurianual de aplicações dos recursos do Fundo para o período 1992/1996 ao conselho curador, cujo prazo expirou-se em 31-07-91."

Essa era uma atribuição do Ministério da Ação Social, que é corroborada no depoimento do representante dos trabalhadores do conselho curador do Fundo, Sr. Douglas Gerson Braga, que declarou à CPI incumbida de verificar os descaminhos do FGTS o seguinte:

"Uma outra prova material que compromete o funcionamento do conselho, a administração do Fundo, no que concerne a questão das informações, é o fato de que, até a presente data - ou seja, 2 de outubro de 1991 -, o Ministério da Ação Social não apresentou ao conselho curador nem a revisão orçamentária de 91 nem a previsão orçamentária de 92, cujo prazo legal expirou na mesma data de 31 de julho de 1991."

Ora, como é possível dizer se os compromissos assumidos pelo Ministério da Ação Social, no período em que V. Sª era titular, eram adequados às projeções de receita, se não havia a previsão orçamentária para 1992 nem a revisão do Orçamento para 1991, em outubro de 1992?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado Luiz Salomão, estamos aqui com a defesa perante o Tribunal de Contas, porque, na realidade, um grupo de pessoas foi incumbido de fazer esse levantamento. E nós discordamos daquilo que eles dizem. Por isso, estamos com a nossa defesa, que foi entregue na data aprazada, conforme dissemos a V. Exª, ao Sr. Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer uma cópia desse documento a que a Srª Margarida Procópio acaba de se referir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre depoente, V. Sª poderia informar em que bancos V. Sª tem e tinha conta bancária nos últimos anos?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não. Enquanto funcionária do Estado de Alagoas... O Banco do Estado de Alagoas é que faz os pagamentos dos servidores públicos do Estado. Tenho uma aposentadoria; sou aposentada do Estado e recebo meus proventos, que são creditados, como todos os outros, no Banco do Estado de Alagoas, proventos estes que são retirados por mim imediatamente. Inclusive, aquele cheque - lá, o Estado trabalha com contracheque - entra na conta de qualquer servidor que tem convênio o Banco do Estado com os demais Bancos.

Então, a minha conta é no Banco do Brasil, em Maceió, no Farol.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Essa é a única que V. Sª tem?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. Por favor, eu vou continuar. Do mesmo jeito, em Itaipava, no Rio de Janeiro, onde possuo uma casa - vamos conversar possivelmente sobre esse assunto, se me derem a oportunidade -, tenho uma conta no Banco do Brasil na agência daquela cidade.

Enquanto Ministra de Estado, recebia meus proventos pela Caixa Econômica Federal, que tinha um posto de serviço no Ministério, e era o mesmo procedimento. O pagamento era feito ali e era retirado imediatamente. A partir desse momento, por uma questão de decisão sempre da minha casa - por muito tempo foi assim, durante toda a minha vida de trabalho -, enquanto tive dois ordenados, pois, depois, passei a ter apenas um ordenado logicamente, tanto um ordenado como o outro eram repassados para a conta do meu esposo, o Sr. Januário Procópio Toledo, em conta do Banco do Brasil de Farol, em Maceió, e em conta do Banco do Brasil em Itaipava. Enquanto Diretor da RADIOBRAS - cargo assumido por ele aqui -, a sua remuneração era depositada também no Banco do Brasil em Brasília. Isso em relação à conta bancária.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está muito bem explicado.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esse é o motivo da minha perplexidade, porque temos os extratos bancários de V. Sª referentes ao Banco do Brasil.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se houvesse outros bancos, evidentemente, eu estaria desprovido das informações. Mas, do Banco do Brasil, felizmente, tenho os dados. Essa movimentação bancária de V. Sª é surpreendente, é diferente das da maioria dos

depoentes que aqui estiveram. Ela é surpreendentemente baixa e é atípica no seguinte sentido. V. S^a assumiu o Ministério em março de 1990.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - No entanto, só há movimentos nesta conta - não estou nem contando seus proventos de aposentada - nos meses de julho, agosto, setembro e outubro. Nos demais meses, o movimento é zero. Não há créditos na sua conta. Pergunto: o ex-Presidente Fernando Collor, o Governo Collor não lhe pagava seus vencimentos como Ministra?

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Acabo de informar a V. Ex^a que a Caixa Econômica...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. S^a disse que transferia o dinheiro para o Banco do Brasil.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Isso. Eu retirava o dinheiro e o retiro. É muito fácil de... Penso que a Subcomissão de Bancos, logicamente, com toda a experiência das pessoas do Senado, deve ter também pessoas que trabalham em banco, não é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É claro.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Lógico. Então, a movimentação é feita dessa maneira. A minha conta, todo o dinheiro que recebia dos meus proventos, que hoje ainda recebo, e do Ministério foram repassados. É muito fácil identificar, inclusive tenho aqui todos os meus contracheques com os valores... - tem momentos que até estranho porque o senhor vai encontrar três contracheques no mês por erros de administração do meu próprio Estado, porque davam aumento errado, porque deixavam de pagar... Tem até isso, mas tenho todos aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ministra, acho que V. Ex^a não entendeu a minha...

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Não movimentava porque realmente passava muito pouco cheque meu, o meu diretor-financeiro, vamos chamar assim, é meu marido. É um direito que tenho de tirar de minha conta o dinheiro todo que recebo e botar na conta dele, não é verdade?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Óbvio. Não estou discutindo isso...

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - De forma que, meu pagamento é correto no Ministério.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Esse dinheiro não transita na sua conta é o que estou lhe informando. Não houve créditos na sua conta nos meses de março, abril, maio, junho, novembro e dezembro. Não houve movimento na sua conta em janeiro de 1991...

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Que conta, por favor?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em suas contas no Banco do Brasil.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Nem em Maceió, nem aqui? Na conta do meu marido deve ter...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na sua conta como titular, não na conta do seu marido, na sua conta.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Mas, meu Deus, se eu recebi o dinheiro... Recebo no meu gabinete...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas, para tirar... Vamos nos entender...

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Vamos, claro!

O SR. LUIZ SALOMÃO - É trivial...

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - É lógico!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Há dois Senadores aqui aflitos.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Não, não precisa ninguém ficar aflito. Absolutamente!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou querendo esclarecer o seguinte: os créditos de seus vencimentos têm que constar como crédito em sua conta corrente.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Claro!

O SR. LUIZ SALOMÃO - A senhora saca dali, bota na conta de seu marido, gasta, faz o que quiser.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Claro! Lógico!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agora, têm que constar os créditos e esses créditos que não constam. Essa é a minha perplexidade.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Então vamos atrás de quem não passou para V. Ex^a as...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. Vamos fazer isso. Estou dizendo que é surpreendente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ELCIO ALVARES - Mas é obrigatório...

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Senador pode consultar a pasta de movimento da Subcomissão de Bancos.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Sim, não quero dizer que essa movimentação esteja perfeita, não, porque é feita - desculpe - pela Subcomissão de Bancos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não vamos polemizar essa matéria, não.

A SR^a. MARGARIDA PROCÓPIO - Não, mas acho que isso é importante, isso é muito importante para que a sociedade brasileira não fique pensando que quando sai uma notícia desta CPL...

(Intervenção fora do microfone)

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Com licença, não quero polemizar, quero dizer o seguinte: é importante que isso fique claro porque em determinado momento, determinada emissora de televisão anunciou para todo o Brasil que a Comissão de Bancos tinha encontrado uma movimentação muito grande na conta da ex-Ministra Margarida Procópio. E, por conta disso, muita gente imagina que tem na minha conta aquilo que não é devido a mim, e acho que isso é uma responsabilidade muito grande. É uma responsabilidade muito grande porque a televisão anunciou e recebi "n" telefonemas na minha casa procurando saber de onde tinha vindo essa notícia. É muito fácil porque temos a fita da televisão que anunciou isso além de mostrar o parlamentar que disse que a minha conta tinha movimentação muito grande. A conta de movimentação muito grande não significa dizer que sejam valores indevidos. E estamos vivendo um momento, Deputado, em que estamos sendo colocados à execração pública como se estivéssemos roubando.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A minha questão é que há ausência de movimentação. É isto que me torna perplexo. A senhora vai entender minha pergunta no desdobramento do meu interrogatório. Espero que V. Exª se acalme, que os demais Senadores se aquietem porque V. Exª vai entender onde vou chegar.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Estou calma, pode ficar tranquilo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto a V. Exª se...

O SR. ELCIO ALVARES - Só um minuto, por favor. Acho que tenho direito. Estou falando ao Deputado Luiz Salomão no sentido de esclarecer que o Ministro...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, quando estou interpellando, ninguém tem direito de ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ELCIO ALVARES - Permita-me...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª vai ter a sua oportunidade...

O SR. ELCIO ALVARES - Permita-me, tenho um documento oficial. Estou dizendo que Ministro de Estado recebe do Banco do Brasil. Se não consta aí, vamos interpelar o Banco do Brasil por que não constou da conta da Ministra Margarida...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.) - Aceito a intervenção do Senador Elcio Alvares como sendo pela ordem. Pela ordem, sim. Deixemos o Deputado Luiz Salomão fazer a sua pergunta. A Sra. Ministra é suficientemente capaz de responder.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Claro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Fiz duas perguntas básicas. A primeira: se ela tinha conta em outros bancos. S. Exª disse que não. Se era só no Banco do Brasil? Era. Era essencialmente do Banco do Brasil.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - V. Exª ouviu Caixa Econômica, não ouviu?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ouvi Caixa Econômica, a senhora transferia direto, não movimentava; tirava da Caixa e depositava no Banco do Brasil.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso. Podia ser na minha conta ou na conta do meu marido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. Estou dizendo que sua conta, estranhamente, não apresenta os créditos referentes aos seus proventos, por isso até lhe perguntei se o Governo lhe pagava.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pagava. Claro! O senhor acha que eu ia trabalhar de graça?! Absolutamente, inclusive, não pode, não é permitido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para ultrapassar essa questão, eu lhe pergunto aqui o seguinte, essa seria a última pergunta.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª conheceu ou conhece a Srª Vivian de Mello Suruagy?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Conheço. Esposa do Dr...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ela exercia alguma função oficial no Ministério da Ação Social?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Absolutamente. Conheço-a como esposa do Dr. Valter Annichino e conheço também por ser filha de, não sei se do primo, acho que é, do Senador Divaldo Suruagy. O meu conhecimento é através disso; tenho que dizer porque conheço. Não a conhecia antes, vim conhecê-la aqui em Brasília. Ela é filha do Coronel Suruagy.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª se importa...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, não, está certo...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero saber o modo que V. Sª conheceu através do Sr. Valter Annichino, esposo dela.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. V. Sª disse que ela não tinha função no Ministério da Ação Social, não foi isso?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Cargos? Da Vivian?! Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu lhe perguntei: tinha cargos?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, acho que não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Frequentava o gabinete de V. Sª?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Sim, porque acho que temos que pegar todos os cargos que foram ocupados durante um ano e dez meses...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Frequentava o gabinete de V. Sª?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, o meu gabinete não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª tinha noção ou informação sobre a atuação da Srª Vívian de Melo Suruagy como intermediadora de contatos de empreiteiras no ministério?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Absolutamente. Intermediadora junto a empreiteiras?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Sabia de relacionamento dela com Valter Annichino.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, o esposo.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Além disso, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª é sabedora se ela é detentora de contas no exterior?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, absolutamente, nunca soube.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado a V. Exª.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não há de que.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, o nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Nobre Senador Jarbas Passarinho, tenho notado, principalmente neste depoimento, que muito tem se reportado ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que já foi fruto de uma CPI aqui.

Gostaria de pedir, dentro do juízo de V. Exª, que procurasse coibir perguntas que não tenham relação com esta CPI porque teremos uma outra oitiva ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos chegar praticamente na outra agora.

Tem a palavra o nobre Senador Mário Covas. (pausa)

S. Exª desiste. Obrigado, Senador.

Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Srª Ministra, o depoimento de V. Sª tem sido importante para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu só faria uma observação, apenas por algo que aprendi muito aqui no Senado. Quando estamos interpellando uma pessoa que foi ministra e sobre assunto correspondente ao tempo do seu exercício, de modo geral, por uma questão não propriamente regimental, mas de praxe, nós damos o tratamento correspondente a ministro na época. Essa é uma observação que eu gostaria que fizessem porque, note-se, inclusive nas questões de direito, quem está hoje, por exemplo, como o ex-Presidente Collor, respondendo uma questão, está no foro oficial, que é o Supremo, uma vez que o fato é referente ao seu exercício de Presidente da República.

E estou dando o tratamento, que não é gracioso, à Ministra Margarida Procópio. E agradeço a V. Exª se concordarem em me acompanhar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não, Sr. Presidente.

O depoimento de V. Exª tem sido importante para esta CPI porque existe a confirmação de que saíam listas de entidades do Congresso enviadas, como se fossem oficiais, para o Ministério para receberem subvenções sociais das verbas dos ministérios de dotações globais.

Eu queria que V. Exª aprofundasse as informações nesse sentido. Basicamente é esse o sentido da minha inquirição.

Segundo depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, esta prática é antiga e durante vários ministérios onde se situavam essas verbas de dotação global, alguns ministros recebiam essas listas e beneficiavam um grupo restrito de parlamentares. Se V. Exª reconhece que recebia essas listas, deveria haver não apenas um mero ofício, mas uma comunicação, uma negociação, uma discussão sobre esta praxe.

O Ministro Fiúza, em alguns bilhetes de que a CPI tem posse, classifica essas entidades como tradicionalmente atendidas. Eram as entidades indicadas pelo Deputado João Alves. Então, a minha pergunta: a partir do reconhecimento de que havia listas, que V. Exª pressupunha que essas listas eram oficiais do Congresso ou no mínimo da Comissão de Orçamento, eu queria que V. Exª nos informasse. Não era um mero ofício, é evidente, pelo montante das verbas liberadas. Alguém negociava, informava a V. Exª desta tradição. Quem informava? Como V. Exª decidia assuntos de tal magnitude, pelo menos no que diz respeito à questão financeira?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado Sérgio Miranda, repito mais uma vez que entendia, pelo menos até o momento da instalação desta CPI, que o expediente encaminhado pela Comissão, em nome da Comissão ou dos Parlamentares que compõem o Congresso - e mais uma vez digo da ausência deste papel nas minhas mãos, porque o Ministério do Bem-Estar Social informou que não podia nos encaminhar, está aqui o ofício que vou deixar inclusive, mas é fácil de se identificar - por isso a minha dúvida sobre quem assinava: se o Deputado João Alves ou outro membro da Comissão de Orçamento, e se esse expediente tratava, em nome, como uma delegação de competência, dos membros da Comissão ou se do próprio Congresso ou da Câmara. Era uma prática que realmente já existia anteriormente por ser exatamente subvenção social. Em momento algum tomamos

conhecimento de quem eram aquelas entidades, quem eram os parlamentares que as defendiam. Não nos chegava o nome de nenhum Deputado ou Senador dizendo que a entidade a, b, c, d, e ou f era de interesse dele. As emendas não chegavam para nós. Quero dizer a V. Exª que eu não sabia que a entidade xis que constava naquela relação era do interesse do Deputado a ou b.

Entendeu a minha colocação, Deputado?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Entendo. Compreendo até ...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - E que era uma prática, infelizmente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não estou questionando se V. Exª sabia quem eram - a aí coloco entre aspas - os "donos" de tal e qual entidade. Quero analisar junto com V. Exª o seguinte fato: essas entidades tinham privilégios. Isso foi feito após o exame, a auditoria do TCU, que alguns anos especificamente uma entidade ligada ao Deputado Fábio Raunheitti não pediu e recebeu. Mesmo sem ter pedido a verba, recebeu. As entidades ligadas ao Deputado Fábio Raunheitti receberam 15 milhões de dólares. Em quatro anos, era um volume grande de dinheiro.

Nesse sentido, quando V. Exª assume o Ministério, quando sabe dessa prática tradicional, quando recebe um ofício encaminhado pela Comissão de Orçamento, deve ter pelo menos - isso é lógico e racional - a curiosidade de perguntar: mas por que essas entidades? E alguém deve ter esclarecido a V. Exª. Um funcionário?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Foi o Sr. José Carlos Alves dos Santos que esclareceu?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, não foi.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Absolutamente. Esse cidadão nunca me viu.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Algum Deputado explicou a V. Exª que aquilo ali era uma tradição das verbas?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nenhum Parlamentar?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não. Quem me explicou como era esse procedimento foi exatamente a minha Coordenação de Orçamento e Finanças.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A Srª Iolanda Brasil?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Iolanda Brasil. Que a sistemática era aquela. Entendo que era um procedimento que nós deveríamos já naquele momento alterar. A minha proposta dessa alteração vinha no bojo da reforma do Conselho Nacional de Serviço Social, por ocasião do encaminhamento do anteprojeto da Lei Orgânica da Assistência Social.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Agora avançamos um pouco mais.

A SRª MARGARIDA MARIA MAIA PROCÓPIO - Claro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu chamaria a atenção do Relator, o nobre Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª, quando a Ministra estava depondo, ficou surpreso com o fato de que havia as listas mesmo. Ela confirmou a existência das listas e agora acrescenta um outro dado: que quem informava ela de que essas listas eram tradicionais...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Já vinham do Ministério do Interior inclusive.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Foi a Drª. Iolanda Brasil, que era chefe...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - ...que era Coordenadora do Orçamento e Finanças do Ministério da Ação Social.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Coordenadora do Orçamento e Finanças. Considero esse um dado importante porque apresenta mais um elemento para aprofundarmos a nossa investigação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É muito importante, Deputado. Aliás, eu, no momento em que verifiquei que ela estava fazendo essa afirmativa, até nem entendi direito. Tive que perguntar e desdobrar a pergunta. Fiquei surpreso, porque uma ex-Ministra de Estado comprovar essas listas tem mais valor para mim do que aqueles papéis que foram apreendidos na casa do Dr. José Carlos. Aqueles papéis, não podemos garantir de onde saíram, aonde chegaram. Enquanto, o depoimento, eu acho muito mais expressivo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Eu considero...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Eu poderia dizer uma coisinha?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Eu só gostaria de informar que o Ministério do Bem-Estar Social tem, em seus arquivos, os processos originários desses documentos. Claro, não era uma coisa feita no meio da rua. Entrava um documento, que passava pelo protocolo central e que tinha uma tramitação de informação pelo Conselho Nacional se estavam registrados e se eram adimplentes...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Entendeu? Agora o que não posso afirmar é se a entidade "a" era de interesse do deputado ou do senador "x". Porque em momento algum isso aparece.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Eu considero a informação de V. Ex.^a fundamental para a investigação desta CPI. Fundamental a informação oficial de uma Ministra de que recebia listas que pressupunha serem listas oficiais do Congresso...

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Claro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Deputado permite-me mais uma observação?

Valeria rever a gravação do depoimento de José Carlos Alves dos Santos porque - acredito - parece-me que lá está, declarado por ele, que a Sr.^a Iolanda era o contato do João Alves no Ministério da Ação Social. Então, já são informações que se cruzam e se somam.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Para encerrar o meu depoimento, eu queria fazer à Mesa um requerimento verbal, depois pediria à Secretaria para fazê-lo por escrito, solicitando ao Ministério da Ação Social, antigo Ministério da Bem-Estar Social, justamente esses ofícios que a Ministra requereu e não obteve. Porque, se nós observarmos quem assina essas listas...

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Pois é isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - ...teremos uma informação básica, fundamental que confirma o depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos e permite à Subcomissão de Subvenções Sociais formar, então, uma compreensão mais global de como se desenvolvia o processo do chamado esquema das Subvenções Sociais.

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado, o senhor me permite uma coisa, por gentileza?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - O senhor disse que com isso se confirma o que o Sr. José Carlos disse neste plenário.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Que havia listas que eram levadas para o Ministério...

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Agora, permita-me discordar, não aceitar ele dizer que existia um esquema da qual a Ministra Margarida Procópio fazia parte.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, eu não estou afirmando isso, Ministra. Eu acho que essa questão não é... Estou comprovando oficialmente que existia um chamado esquema feito em nome do Congresso Nacional - sem a concordância, a anuência e a informação ao Congresso Nacional, nem mesmo à Comissão de Orçamento - de alguns Parlamentares que enviavam listas para beneficiar entidades. Chama-me a atenção o montante dessas verbas. O *Jornal do Brasil* faz um levantamento - não sei se é correto - mas chega a mencionar, numa avaliação que o jornalista faz, um total de 150 milhões de dólares. Nesses três anos, apenas 10% dessas verbas se dirigiram para o seu real fim: atender populações carentes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Um bocado otimista, certamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E. Então, ao todo... Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar a minha intervenção e depois eu encaminharia esse requerimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, não encerre por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou com o depoimento do Sr. José Carlos e aparece uma outra personagem, além da D.^a Iolanda. Foi no momento em que estava com a palavra, arguindo, o Deputado Aloizio Mercadante, falando dos esquemas. Ele pergunta: "Na época da SEPLAN quem o senhor acha que era parte do esquema para definição de liberação dos recursos? José Carlos: na SEPLAN realmente não sei. O Sr. Aloizio Mercadante: Com a Margarida Procópio na Ação Social? O Sr. José Carlos: O Deputado João Alves dizia que tinha contato com Iolanda e com Célia". Então, ele não confirma nada em relação à senhora.

Mas estou lendo esse trecho para dizer que, além da D.^a Iolanda, há a D.^a Célia.

A senhora sabe quem é D.^a Célia?

A SR.^a MARGARIDA PROCÓPIO - Sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Célia de quê?

A SRA. MARGARIDA PROCÓPIO - Célia Abdala era uma das servidoras. Gostaria de dizer, rapidamente, a razão da presença desses servidores no Ministério.

Quando chegamos ao Ministério, coincidentemente temos duas pessoas com os mesmos nomes, João Alves, Deputado, João Alves, nosso Governador de Sergipe, que foi Ministro do Interior.

Coincidentemente, o Ministério da Ação Social instalou-se naquele Ministério, e com toda a atenção do ex-Ministro, hoje Governador, que nos recebeu, e é uma pessoa por quem realmente temos respeito e bastante consideração.

Durante muito tempo se falava... Agora, nesta história toda de CPI, ouvimos os nomes de Célia Abdala e D.^a Iolanda, que apareceram para nós, no Ministério, como duas excelentes profissionais e técnicas. Pelo menos até este momento me parece que não há ninguém que discorde disso; pelo menos entre quem trabalhou com elas. Nós as aproveitamos do ex-MINTER.

Estávamos começando um Ministério novo, com uma lei na mão e nada mais - além da lei, nada mais, porque nem Orçamento tínhamos, pois ele foi criado em 15 de março e não tínhamos Orçamento. É muito fácil se ir atrás da reforma administrativa e encontrar-se a criação do Ministério da Ação Social. Fomos buscar no ex-MINTER aqueles servidores que

nos informaram que realmente eram de muita qualidade técnica e profissional. D^a Célia Abdala ficou trabalhando, seu nome foi, inclusive, sugerido pelo Secretário Ramon; ela ficou na área de habitação, numa das coordenadorias, não lembro qual, parece-me que na de projetos; e a D. Iolanda, que sempre trabalhou na área de Orçamento, que vinha, inclusive, parece-me, que do próprio DOU, tinha toda uma experiência nesse sentido, ficou na nossa Coordenação de Orçamento e Finanças.

Nunca fiz qualquer relação entre as duas servidoras e o Deputado João Alves. Sempre entendi que as excelentes profissionais, servidoras que estavam ali, eram realmente boas servidoras do nosso ex-Ministro João Alves, estão me entendendo? Nunca fiz a relação de que - como nesse depoimento em que o Sr. José Carlos fala - havia um grupo de pessoas dentro do Ministério relacionadas ao Deputado João Alves, que em momento algum indicou alguém. Nem também o ex-Ministro tinha me indicado. Foram colocadas pessoas que tinham um bom trabalho.

Todos hão de convir que quem entra num Ministério e recebe apenas uma lei e um prédio - porque nem os móveis eram nossos, passamos pelo menos 90 dias para preparar isso tudo - não pode abrir mão de servidores de carreira do Governo Federal com grande e vasta experiência.

Por esta razão as duas servidoras ficaram o tempo todo conosco. Em momento algum, enquanto lá estive, chegou qualquer dúvida ou informação negativa em relação às duas. Era isso que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Sérgio Miranda, o requerimento de V. Ex^a deve apenas ser formalizado. Como o Relator, informalmente; aqui, já me comunicou a sua concordância, não será necessário submetê-lo à apreciação. A Presidência o deferirá de plano.

Com a palavra o Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr^a Ministra Margarida Procópio, V. Ex^a afirmou que, duas das suas principais Secretarias do Ministério, Secretaria de Habitação e a Secretaria de Saneamento, ocupadas respectivamente por Valter Annichino e Ramon Arnuz, foram indicação própria e exclusiva de V. Ex^a, porque os conheceu dentro do Bolo de Noiva, onde estava sendo elaborado o Plano de Governo de Fernando Collor.

V. Ex^a também admitiu - há um minuto - que a servidora Célia Abdala fora indicada por Ramon Arnuz. Quem teria indicado o nome de D. Iolanda?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado Maurício Najar, a D. Iolanda, como Coordenadora de Orçamento e Finanças, compunha a Secretaria de Administração Geral. Não houve uma indicação; houve, dentro do próprio Ministério, informações da capacidade de trabalho de D. Iolanda na área de orçamento e finanças. Não houve uma indicação. Por exemplo, eu mesma falava para o ex-Ministro João Alves: Ministro, estamos compondo um Ministério que não tem quadro permanente. Os outros Ministérios todos tinham quadro permanente, tanto que cada um cortou as "gorduras" do seu quadro de pessoal; o Ministério da Ação Social era diferente. Era um Ministério novo e aparecia apenas com a composição dos cargos comissionados. O quadro permanente foi sendo composto na medida com os servidores que estavam em disponibilidade.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr^a Ministra, ...

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Então - um minutinho para eu não perder o raciocínio - a D. Célia Abdala e D. Iolanda eram servidoras do ex-Ministério do Interior. Não é que o ex-Ministro João Alves, absolutamente, tenha me dito: a senhora deve ficar, eu sugiro... Não, absolutamente, mas vários nomes de pessoas que trabalhavam bem, que eram bons profissionais, foram-me declinados inclusive pela equipe que saía.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Essas duas servidoras, tanto a D. Célia quanto a D. Iolanda, eram naturalmente as pessoas que faziam uma triagem naquela relação de emendas e de valores que chegavam às mãos de V. Ex^a para serem liberadas?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - D. Célia Abdala, em momento algum, participou dessa triagem porque ela trabalhava com área de educação. Na parte de subvenção social...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Era só a D. Iolanda?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Acho que não, só D. Iolanda, porque era exatamente a pessoa que cuidava do orçamento final, quem tinha que me dizer se existia a dotação orçamentária, se existia recurso financeiro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Ex^a disse que o Secretário Ramon Arnuz e o Valter Annichino foram escolha pessoal de V. Ex^a, e que eles estavam ali trabalhando no Bolo de Noiva. Porém, eles disseram aqui que estavam cada um no seu setor: um fazendo planos para a habitação, outro fazendo planos... Tem V. Ex^a conhecimento de quem indicou esses dois Secretários - que vieram a ser Secretários posteriormente - para participar da equipe que trabalhava no Bolo de Noiva?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Não, veja só: em momento algum, participei da composição do grupo de trabalho do Bolo de Noiva. Fui convidada e lá cheguei no dia 1º de março de 1990 - a posse foi no dia 15 -, já encontrei todo um grupo trabalhando e, logicamente, só me interessei em discutir assuntos que eram atinentes ao Ministério que eu iria ocupar. O currículo do Sr. Ramon, como uma pessoa ligada à área de habitação, e o do Sr. Valter - estava bastante claro, ali nos documentos, de saneamento, inclusive, parece-me da SABESP - levaram-me, somando à qualidade ou conhecimento dele técnico, profissional de um curriculum que vi junto à documentação, a que tive acesso, da formulação do plano, além da coordenação dos dois em cada área, tudo isso me levou a convidá-los.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Salvo engano, eles afirmaram aqui que foram convidados a participar do Bolo de Noiva cada um na sua área, um coordenando a área de saneamento, o outro, os projetos da área de habitação. Admite V. Exª que eles já estavam trabalhando nessas áreas ou planejando nessas áreas antes da posse?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Trabalhando no plano de Governo, sim, o que não dava a eles, absolutamente, a certeza de que seriam um dos secretários. Uma prova tão evidente também é que o cidadão, que não lembro o nome, que tinha a mesma ação em defesa civil que um tinha em saneamento e o outro em habitação. Nem por isso ele foi Secretário de Defesa Civil.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª não é capaz de se recordar de quem teria convidado os dois para participar dos trabalhos no Bolo de Noiva?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Impossível, porque, na realidade, nem sei quando se instalou aquele trabalho no Bolo de Noiva. Eu era Secretária de Estado do meu Governo e não acompanhava nada disso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Em São Paulo, de onde venho, a informação extra-oficial que temos é de que tanto um quanto o outro já foram planejar no Bolo de Noiva por indicação de pessoas de São Paulo, que teriam indicado os dois para planejar nesse setor já com a incumbência de, depois, participarem do Ministério.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Desconheço totalmente isso, ninguém me impôs ou me sugeriu o nome dos dois, absolutamente. Eu poderia ter convidado duas outras pessoas, quem sabe até do meu próprio Estado, alguém que tivesse experiência na Companhia de Abastecimento de Águas do Estado, ou alguém que lidasse com planos de habitação. Só que, na minha percepção, os dois tinham uma macrovisão, exatamente de saneamento e de habitação, que não era restrito a um Estado e, sim, a um plano global, inclusive plurianual, de 5 anos de Governo. Em momento algum, nego-me a aceitar isso. Na verdade, as pessoas dizem o que querem, e o que têm dito a meu respeito é algo inusitado. Tenho lido absurdos que me dão a sensação de estar em uma nave em direção à lua. E tenho tudo guardado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas, Ministra, se V. Exª não participava dos trabalhos do Bolo de Noiva, e, lá, os dois já estavam planejando, um, na área de saneamento, outro, na área de habitação, alguém, naturalmente, deveria ter sugerido ou entregue seus currículos para que V. Exª os conhecesse.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Mas estou dizendo ao senhor, e repito, que, quando analisamos o plano de trabalho que estava sendo desenvolvido nessa área, não só dos dois, mas dos quatro, inclusive, da Professora Flora Lys Spolidoro, tivemos a visão completa do currículo. Essa foi a razão maior dos dois terem sido convidados, do mesmo jeito que eu poderia tê-los colocado para fora, porque é uma admissão, logicamente, é um cargo comissionado de secretário, a qualquer momento, se eles não tivessem correspondido à minha expectativa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora, Ministra, eu gostaria, finalmente, de fazer uma pergunta que reputo extremamente relevante.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É sobre o problema da política habitacional do Ministério que V. Exª dirigiu. Essa política habitacional, que foi formulada por V. Exª ou pela Secretária da Habitação, previa percentuais das verbas destinadas para determinados Estados, ou seja, o Estado de São Paulo deveria ter uma quota maior ou tantos por cento dos recursos e, assim, proporcionalmente, à população e às necessidades de cada Estado?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Em relação a recurso do Fundo de Garantia, sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Eu gostaria de lembrar um outro aspecto: não existia um mix entre Fundo de Garantia e Orçamento Geral da União, complementando esses dois recursos para o mesmo projeto. O Orçamento Geral da União, para o qual esta CPI foi instalada, quando assumimos o Ministério, imediatamente, fui buscar o resultado do projeto anterior do Ministério do Interior, que era a antiga SEHAC - Secretaria de Habitação e Ação Comunitária. E pesquisamos um a um os processos que davam origem à habitação, que para nós era mais importante do que qualquer outra ação comunitária.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O tempo que V. Exª utiliza no histórico, infelizmente, é deduzido dos meus parcos dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Já estão esgotados.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu gostaria que V. Exª me esclarecesse se o critério adotado pelo Ministério com relação às verbas do Fundo de Garantia e também - por que não? - das verbas orçamentárias seguiam critérios técnicos proporcionais à necessidade de habitação e ao volume populacional de cada Estado?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Em termos de Fundo de Garantia, sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E em termos de verba orçamentária?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Muito pequena.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Era subjetivo?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, ela era pequeníssima em relação a demanda. O que nós priorizamos? Complementar as casas da antiga SEHAC, que ficaram pelo meio do caminho. Era uma continuidade administrativa que entendíamos muito correta.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O básico era o Fundo de Garantia?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Sim, o orçamento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Indago: no Fundo de Garantia deveríamos seguir o critério técnico da distribuição por população?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Como existe a determinação do Conselho curador.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nobre Ministra, tenho em mãos uma publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 21 de 1991. Afirma, depois de um levantamento efetuado, que até agosto de 1991... peço silêncio aos colegas, porque reputo fundamental esta indagação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Maurício Najár.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Até agosto de 1991, o Estado que recebeu maior verba de habitação foi o Estado de Alagoas, proporcionalmente; em segundo lugar, Goiás e, em terceiro, Espírito Santo. A ponto de afirmar a publicação que com 2,5 milhões de habitantes, o Espírito Santo recebeu 609 milhões para a construção de 650 casas populares em números absolutos. É um volume de recursos superior ao que receberam São Paulo, Rio de Janeiro, sete Estados do Nordeste, três da Região Centro-Oeste e todos das Regiões Sul e Norte.

Essa informação não é de agora. Essa informação de que o Espírito Santo recebeu uma verba tão vultosa coincide com um pequenino Município, o Município de Guaçuá, no Espírito Santo, que por sua vez recebeu do Ministério de V. Exª para habitação importância superior a 2/3 do que recebeu a capital, Vitória, do Espírito Santo. O que é pior: há fotos no processo comprovando que essas habitações foram entregues sem janelas, sem portas e sem piso. Isso foi documentado fotograficamente.

Gostaria que V. Exª me explicasse se esse critério da distribuição acabou ficando um critério subjetivo ou um critério político, ou seguiu-se rigorosamente o critério da proporcionalidade habitacional para que cada Estado tivesse a sua cota de habitação.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado, infelizmente, esse critério de população, se tínhamos dotação tão reduzida do Orçamento Geral da União, os procedimentos muitas vezes nos levavam a aprovar determinados projetos porque, na realidade, eles estavam totalmente prontos - vamos chamar assim - com todas as exigências de procedimentos administrativos.

Muitas vezes um projeto era muito bom num determinado Estado para liberação do Orçamento Geral da União e, quando chegava a hora da assinatura do convênio, não podíamos porque aquele Estado, aquele Município estava inadimplente e ficava para uma segundo momento.

É preciso lembrar que no Orçamento Geral da União todos os convênios firmados exigiam a contrapartida do Município ou do Estado para o qual o recurso estava sendo levado. Precisávamos verificar se esse Município a que V. Exª se reporta, se aquilo que eles deixaram de fazer não foi a contrapartida do Município ou do Estado que não pôde ou que não quis.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Estou com uma cópia do convênio assinado por V. Sª.

A SRª MARGARIDA MARIA MAIA PROCÓPIO - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ao município, incumbiu o que é normal a despesas com infra-estrutura. Evidentemente, verbas destinadas a portas, janelas e pisos eram repassadas pelo Ministério por se tratar da construção em si(?). Inclusive, há um aditamento em que - para efeito de correção de custo, porque a verba sofreu um processo de desvalorização - reduziu-se de 200 para 136 habitações, e, infelizmente, essas habitações ficaram inacabadas; há, inclusive, fotografias mostrando essas casas.

Mais do que isso, o que mais me causou espécie foi a ausência do cumprimento do critério da distribuição das verbas do Fundo de Garantia pelo Ministério, porque, realmente, os estados maiores acabaram sendo prejudicados, dando nítida impressão de que houve um critério exclusivamente político-subjetivo na distribuição dessas verbas.

Agradeço a V. Sª a consideração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Nobre Presidente, Srª Margarida Procópio. Em primeiro lugar, gostaria de saber quem freqüentava o seu gabinete, porque já descobri quem não o freqüentava.

A SRª MARGARIDA MARIA MAIA PROCÓPIO - Como é a pergunta, Deputado Moroni Torgan? Quem freqüentava?

O SR. MORONI TORGAN - Quem freqüentava o seu gabinete?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Ponto número um: o meu gabinete era muito bem freqüentado, porque eu entendia que os Srs. Parlamentares que chegavam ao meu gabinete, todos eles - até que me provem o contrário - eram pessoas dignas e representantes do povo, através do qual haviam sido eleitos.

No caso dos Parlamentares, Governadores de Estado, Prefeitos, sós ou acompanhados de Parlamentares...

O SR. MORONI TORGAN - No caso de Parlamentares, quais eram os mais assíduos?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Há vários. Essa identificação é muito fácil de ser feita, porque, como tínhamos uma organização muito rigorosa, possivelmente, deve haver registro nos computadores do Ministério do Bem-Estar Social - a não ser que tenham apagado algum programa - da agenda da ex-Ministra Margarida Procópio.

Gostaria de informar que, inclusive, há dois momentos. Eu sempre fazia questão de que fossem registradas, para a posteridade logicamente, uma listagem específica de Parlamentares - Senadores e Deputados Federais logicamente - e de Governadores, e uma outra relação de pessoas da própria sociedade, ou seja, Embaixadores que sempre iam até lá, Presidentes de entidades...

O SR. MORONI TORGAN - Ao seu gabinete iam também empreiteiros?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Absolutamente.

O SR. MORONI TORGAN - Era proibida a entrada de empreiteiros?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não é por que eu tenha medo de empreiteiros. Absolutamente. Penso que empreiteiros e empresários são altamente importantes para que o País se desenvolva, desde que eles ajam corretamente.

O SR. MORONI TORGAN - Mas V. Sª não recebeu nenhum empreiteiro?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Posso lhe afirmar que não houve empresário nem empreiteiro pedindo audiência ao meu gabinete. Quero colocar que, se há algum Deputado ou Senador que ao mesmo tempo em que é Deputado e Senador é também empreiteiro ou representante de algum, ou empresário, eu não teria condições de saber dele essa outra parte. Não sei, por exemplo, quem, aqui, nesta sala ou fora dela, ao tempo em que é Deputado ou Senador, também é empresário ou empreiteiro. Realmente, Deputado Moroni Torgan, não tenho como separar.

O SR. MORONI TORGAN - Voltando à primeira pergunta. Quais eram os Deputados ou Senadores que mais freqüentavam o seu gabinete?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputado Moroni Torgan, são muitos. Sugiro à Comissão - não sei se isso é possível - que solicite ao Ministério a relação, a agenda; a Ministra tinha uma agenda completa. Lembro-me que houve, aproximadamente, 1.600 audiências, a nível de Parlamentares, de Governadores...

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª não se lembra dos mais assíduos? Basta que V. Sª me diga se lembra ou não.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Os mais assíduos? São muitos. Posso, talvez, declinar uns e outros não.

O SR. MORONI TORGAN - Se V. Sª não se lembra, está tudo bem.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Talvez até eu diga que o menos assíduo tenha sido o mais assíduo; aí ele vai achar até ruim, porque gostava de ir lá para discutir os assuntos com a Ministra. Eram muito bem recebidos, sempre muito respeitados, e eu nunca tive, absolutamente, qualquer problema em relação a isso. Agora é fácil mandar buscar isso no Ministério; acho que é muito fácil.

O SR. MORONI TORGAN - A senhora disse que o Ministério não licita obras, que é o estado e o município. Quem, no caso, seria o responsável por uma obra superfaturada: o governador, o prefeito ou seus secretários?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - A partir... acho que isso... se existe algum superfaturamento...

O SR. MORONI TORGAN - A senhora até hoje acha que não existe superfaturamento?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não posso afirmar. Hoje ouço e vejo sendo dito na imprensa e na própria

CPI que realmente há obra superfaturada. Primeiro, realmente não sou engenheira, infelizmente, não sou. Como tal, não tenho como dizer que essa obra... porque todos os técnicos me afirmavam que não. Então ou eu confiava nos técnicos da Caixa Econômica e do Ministério ou eu não podia trabalhar. Porque senão eu teria que ser engenheira, economista, assistente social e também médica; era impossível. Aliás, há pessoas que são tudo isso, mas não faz bem nada disso. E também vidente, que eu não conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria, Deputado Moroni Torgan, que a Mesa não ficasse em condições de dificuldade de dizer "essa pergunta não deve ser respondida". Porque estamos nos fixando exatamente naquilo que é o objetivo da CPI. Então, a primeira pergunta é sobre quem freqüentava o gabinete. Estou procurando fazer e sei que V. Exª sabe fazer perguntas e deve haver uma razão subjacente para isso, onde deveria chegar. Para evitar qualquer tipo de compreensão equivocada, eu peço a V. Exª, que é uma pessoa a quem eu tanto admiro...

O SR. MORONI TORGAN - A recíproca é mais do que verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. ... que não me permita um constrangimento involuntário e que chegue exatamente à pergunta, que deve ser a final de V. Exª. Onde se caracteriza a freqüência do gabinete da Ministra e, depois, o número de pessoas que ela recebeu. Isso me lembra que em um relatório de fim de ano havia mais de mil audiências. Então, fica difícil, a menos que V. Exª queira saber quem é que estava todos os dias naquele gabinete, e não veria por que razão. Faço esse apelo ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Pois não, Sr. Presidente; já declinei, até porque acho que pedindo a agenda ministerial vamos ter essa resposta. Só gostaria de saber, caso S. Exª tivesse alguma coisa de cabeça. Mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se houver quem queira apartear o Deputado Moroni Torgan, fique sabendo que não pode fazê-lo.

O SR. MORONI TORGAN - Srª Ministra, eu me preocupo severamente e tenho certeza de que toda Comissão também, com o problema das subvenções sociais; porque essa é o tipo de verba que é tirada do pobre e dada ao rico, quando não tem a devida

destinação. Quer dizer, não existe nada pior do que isso, ou seja, tirar o recurso que iria para a população pobre e colocar no bolso de alguém abastado.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Concordo.

O SR. MORONI TORGAN - Preocupa-me - e V. Exª deve ter notado que todos os Parlamentares se preocuparam com o critério. V. Exª falou também que havia uma das colaboradoras que disse que a praxe era atender as listas que vinham do Congresso. Agora, veja bem: não consigo entender é onde essa praxe se encaixa, visto que V. Exª informou que o Ministério era um Ministério novo, criado naquele ano, portanto sem praxe nenhuma. Então, por que anuiu àquela praxe? por que aceitou aquela praxe se estava lá colocando uma coisa nova, um pensamento novo, teoricamente? Por que foi se debruçar sobre praxes antigas?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Sr. Deputado, acho que até comecei a comentar a respeito disso. Eu continuo concordando plenamente com V. Exª, quando se refere a retirar-se alguma coisa de alguém que precisa. Imagine V. Exª que tenho uma formação profissional, como assistente social que sou, tendo trabalhado a vida inteira nessa área, então isso me toca profundamente, talvez não mais do que a V. Exª, mas até mais de que a algumas pessoas. Só que entendi errado. Eu imaginava que aqueles parlamentares que estavam ali defendendo o direito do povo, os direitos das pessoas carentes eram todos muito sérios, eram todos muito honestos, iguais à Ministra Margarida. E, de repente, sociologicamente vamos entender que o Congresso tem a representação de um país que tem de tudo, não é verdade?

O SR. MORONI TORGAN - Mas este é o ponto que não dava para a senhora pensar, nem achar, a senhora vai se deter na lei.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Certo. E quem por acaso não teve a oportunidade de se enganar? Será que somente eu? Acho que as pessoas também...

O SR. MORONI TORGAN - Acho que a senhora se enganou...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não, acho que tínhamos que mudar o procedimento e ele estava pronto para isso. Se eu lá estivesse em 1992, essa prática não iria existir porque a própria legislação com que estávamos trabalhando não iria permitir mais isso.

O SR. MORONI TORGAN - Mas a legislação anterior já não permitia!

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Veja, Deputado, a parte da subvenção social ...

O SR. MORONI TORGAN - Nunca vi legislação nenhuma dizendo que listas do Congresso determinariam a subvenção social. Eu sinto muito, mas nunca vi isso.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - É uma ótica de V. Exª, está certo; mas nós cumprimos algumas coisas. A carência era tanta, Sr. Deputado, que, se todas as...

V. Exª permite-me fazer um comentário? Será que se todas as subvenções sociais que autorizamos, se porventura todas elas tivessem sido aplicadas corretamente pela entidade a qual ela estava dirigida, será que teríamos CPI sobre isso, Deputado? Tenho a impressão que não. A carência é evidente no País inteiro. Já se gastou em nome do social muito mais do que se deveria. Aí estaria a importância da democracia em que estamos vivendo, a importância da definição política desta Casa, Senado e Câmara, que podem fazer um negócio desse, que podem chegar no momento exato e dizer: "Isso aqui não está sendo aplicado corretamente".

Tenho certeza de que, se todos os tostões não tivessem aparecido na conta de uma empregada de um deputado João Alves da vida ou de um não sei quem, de não sei quanto, o que aconteceria? Todo mundo estaria aplaudindo porque a verba teria sido aplicada corretamente, mesmo que o procedimento administrativo...

O SR. MORONI TORGAN - Mas aí entra o ponto que me perturba enormemente. A senhora fala das "mãos limpas" e daquele problema todo.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Falo, falo e provo. Não só falo como provo.

O SR. MORONI TORGAN - Mas a sua palavra está sendo ao contrário das suas afirmações.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Não!

O SR. MORONI TORGAN - Primeiro a senhora diz que não usou critérios que a lei definia para liberar essas subvenções; Segundo, para a habitação não foram usados os critérios que a lei definia para FGTS. Então, que critérios são esses? Porque a limpeza - parece que o nobre colega está com problemas de audição, mas eu não vou falar mais alto - ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O problema é a maneira de tratar a testemunha.

O SR. MORONI TORGAN - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Afirmar desde logo que as "mãos limpas" afirmadas não estão sendo confirmadas pelos fatos, não é uma mera ilação, é uma condenação. E esse juízo é mais do que de valor, é um juízo de fato. É isso justamente que estou estranhando porque sei que o Deputado Moroni Torgan sempre perguntou com muita habilidade e raramente elevou a voz. Não sei se alguma assistência local o está provocando, alguma circunstância de presenças, porque eu estou querendo chegar onde a ministra tem o dever de responder e o direito de não responder. Discutir, por exemplo, critérios de atuação ministerial, forma, estilo de administração, é uma coisa; discutir razões pelas quais um ministro pode ser responsável pela aplicação ilícita de um recurso do orçamento, é outra coisa.

Isso dito, lembro ao Deputado Moroni Torgan que já estamos com três minutos além do prazo.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, eu gostaria somente de me convencer deste aspecto das "mãos limpas". Entendo que a Sr^a Ministra está aqui justamente para nos convencer desse aspecto. Eu disse que tenho dificuldades desse convencimento, a partir do momento em que para as liberações de subvenções sociais não foi usado o critério da lei e a partir do momento em que para as liberações do fundo de garantia também não foi usado o critério da lei, segundo as arguições que aqui fizeram. Se essas arguições foram erradas, então que me diga a Sr^a Ministra que foi usado para as liberações de subvenções sociais todo o critério da lei. Dizer que ela não conhecia a lei, isso não é possível para o meu convencimento.

E, se foi também usado todo o critério da lei para a liberação do fundo de garantia para as habitações que seriam construídas, também diga que tudo isso que foi declarado agora pelo Deputado Maurício Najar é mentira. Porque isso que foi dito aqui pelo Deputado Maurício Najar contraria o critério da lei.

Então, isso é que eu gostaria de saber, de ouvir da Sr^a Ministra, para me convencer totalmente do problema das mãos limpas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Considero a última pergunta feita... A Ministra continua em condições de responder ou não.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Continuo entendendo, Sr. Presidente, que o nobre Deputado põe totalmente em dúvida, ele... não... deixa claro de que não se convence de que esta Ministra tem as mãos limpas. Ele pode não se convencer. É um direito que ele tem de interpretação. Agora, isto eu afirmo: em momento algum eu liberei algum recurso, autorizei alguma subvenção ou autorizei que a Caixa Econômica Federal fizesse algum financiamento com recurso do fundo de garantia com qualquer tipo de negociação, sujando as minhas mãos.

Volto a insistir: utilizei o recurso do fundo de garantia, na minha ótica, na minha percepção e dos meus secretários, dos meus assessores, dentro do orçamento que estava aprovado, dentro dos critérios. E preciso que se imagine que uma construção de um conjunto habitacional, que é aprovada em novembro, não acontece em janeiro do ano seguinte. São programas que passam 18 meses, 20 meses, 24 meses. É o plano plurianual e tentamos fazer da melhor forma.

Possivelmente, V. Ex^a pode não aceitar a nossa maneira de administrar, é um direito que V. Ex^a tem, como é um direito também que tenho entender que muitas das coisas que são ditas e que são escritas não são verdadeiras.

O SR. MORONI TORGAN - Não, eu não coloquei em pauta a maneira de administrar. Coloquei em pauta se cumpria ou não a lei.

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Cumpria. Cumpria sim. Claro que cumpria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, última inscrita.

A SR^a JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, ex-Ministra, na verdade esse tipo de depoimento, numa inquirição, traz-nos a necessidade de retirarmos alguns melindres desse processo. Porque, na verdade, com relação a todas as pessoas que sentam nessa cadeira, a busca da CPI é apurar qual a sua parcela de responsabilidade nos fatos que aqui chegam como denúncia ou como fatos concretos.

Faço parte da Subcomissão de Subvenções Sociais, e lá temos conseguido observar que - arriscaria dizer - 90% das subvenções têm aplicação irregular. E são milhões e milhões de dólares do orçamento público. Não estamos discutindo um orçamento privado, um orçamento específico. Estamos discutindo o dinheiro dos impostos, dinheiro que o povo coloca no Orçamento da União para ser utilizado em seu benefício.

A impressão que nos passa é a de que o Ministério parece que é feito numa hierarquia em que o Ministro não tem nenhum comando, nenhum tipo de fiscalização ou de controle sobre esse Ministério. Chegamos a uma conclusão, já expressa pelo Relator, de que não é possível corrupção no Congresso Nacional nessa área, se não houver conluio ou conivência do Poder Executivo, que é quem libera o dinheiro.

Então, na verdade, o que estamos apurando aqui é em que parcela, em que setores essa responsabilidade se localiza. É por isso que a inquirição se dirige a V. S^a como ex-Ministra.

Portanto, a primeira pergunta que faço é a seguinte: dos quase 200 milhões de dólares de subvenção - boa parte em 1990, 1991 - que foram liberados, segundo consta aqui, em torno de 10% foram aplicados corretamente. Pergunto se a Ministra não tinha nenhum conhecimento desse tipo de desvio, à medida que o Ministério precisa de critérios rígidos para a liberação. Por exemplo: existem entidades como a Associação Promotora de Evangelismo, no Estado do Rio de Janeiro, cujo último registro no CNSS foi em 1974 e que recebeu subvenções até 1992 da ordem de um milhão de dólares.

Pergunto o seguinte: qual era o comando, o controle, o poder que tinha o Ministro sobre as ações do seu Ministério na liberação de milhões e milhões de dólares? Ou então o Ministro não tem poder nenhum nesse controle e a responsabilidade é toda de seus secretários?

A SR^a MARGARIDA PROCÓPIO - Deputada, eu gostaria de dizer que a responsabilidade do Ministro não sai em momento algum, nem passa para outras pessoas aquilo que é da responsabilidade dele.

As informações que o Ministro recebe das áreas técnicas de todas as suas áreas e secretarias, no caso específico do Conselho Nacional do Serviço Social, é que aquela entidade para a qual eu estava naquele momento - eu, porque sou eu que estou sendo inquirida agora - tanto para 1990 como para 1991, era uma entidade que, além de ser registrada no Conselho, era adimplente para com as suas obrigações. Se, quem dizia, no Conselho Nacional do Serviço Social, era uma inverdade, então fica difícil o Ministro sair a cada sala para saber o que cada um está dizendo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Ou seja, então a liberação irregular de verbas, se ela ocorreu, foi feita, então, a partir das suas secretarias.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - De informações erradas. E não vamos confundir subvenção social com convênio de outras áreas.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não estou confundindo, Srª Ministra. A todo momento, a senhora fala...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Mas aqui já houve muito... Já li muito, eu já li todos os depoimentos, e há muita confusão entre subvenção social e ...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não imagine... Temos capacidade de distinguir o que é subvenção social.

Em segundo lugar, eu lhe pergunto o seguinte: há uma informação, entre os documentos apreendidos dentro da casa do Sr. Ailton Reis, diretor da ODEBRECHT, de que houve reunião realizada entre a empresa, autoridades do Executivo e líderes partidários, em relação ao Orçamento e que entre as autoridades presentes a essa reunião estava a Ministra e o Sr. Alvaro Mendonça, da Caixa Econômica Federal.

A senhora confirma isso?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso é a maior inverdade que alguém pode dizer.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então não é verdadeira?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso aí está fazendo parte de quê, por gentileza?

A SRª JANDIRA FEGHALI - De documentos apreendidos na casa do Sr. Ailton Reis, diretor da empresa ODEBRECHT. É muito importante...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - É muito importante que ele tenha a coragem de confirmar isso, porque em momento algum eu participei de qualquer reunião na Caixa Econômica, com quem quer que seja, para definir problemas de recursos. Só participei de reunião na Caixa Econômica, se a memória não me falha - algum dos jornalistas presentes deve ter presenciado isso -, uma ou duas vezes, para definições de normativas em relação à liberação de recursos. Nunca, nunca, em momento algum. Se esse cidadão escreveu isso, ele possivelmente imaginava que a Ministra iria, ou já pensou, previamente, em chamar ou qualquer coisa. Mas, nunca, ele não é capaz - se ele fala a verdade - de confirmar isso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Há também aqui, Presidente - vou concluir a minha pergunta. A própria ex-Ministra destacou aqui o empenho do Ministério na apuração de irregularidades, denunciadas pelo Governador Ciro Gomes, na Sansuy.

Gostaria, então, de uma confirmação sobre o resultado dessa investigação.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A informação que temos é a de que o Ministério determinou a abertura do inquérito...

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Sim.

A SRª JANDIRA FEGHALI - ... mas inocentou a empresa e considerou culpados os denunciantes. Gostaria de saber se esse realmente foi o resultado da investigação.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputada Jandira, por gentileza, eu tenho aqui, inclusive, todo esse dossiê, porque nós entendemos a importância muito grande da denúncia que foi feita, inclusive pelo Exmº Sr. Governador Ciro Gomes. Eu acho que ele, a partir do momento em que tomou conhecimento num jornal local do seu Estado, de algum comentário sobre isso, ele fez essa denúncia à Presidência da República e que, imediatamente fomos apurar os fatos. Quem ficou com essa apuração final, porque a competência é do Ministério, chegava até a sua área burocrática administrativa para apurar se, por acaso, dentro do Ministério existia alguma coisa. Está aqui o relatório informando que, absolutamente, a Polícia Federal foi acionada, e o relatório final está com a Polícia Federal.

A SRª JANDIRA FEGHALI - E a senhora não tem conhecimento do resultado?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - O resultado é que a Polícia Federal, absolutamente, não conseguiu detectar aquela informação. Inclusive eu cheguei a preparar uma informação à opinião pública sobre isso. Mas foi no tempo em que eu já estava saindo e não publiquei. Mas, tenho essa pasta aqui com aquilo que pretendia publicar e não publiquei. Posso deixar inclusive com a senhora.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu agradeceria.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Pois não.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Vou finalizar, Sr. Presidente. Na verdade, Srª Margarida, na sua gestão muitas denúncias foram feitas, inclusive em torno da LBA.

Gostaria, também, para concluir, de saber se houve, na verdade, empenho do Ministério na apuração das denúncias sobre a Legião Brasileira de Assistência, à época dirigida pela Srª Rosane Collor, e a que conclusões se chegou a respeito dessa apuração, porque V. Sª informou aqui que não tinha conhecimento de denúncias de esquema de corrupção durante a sua gestão. Só que toda a sociedade, todo o Congresso Nacional e todas as entidades deste País conheceram várias denúncias, feitas pela imprensa, feitas da tribuna

da Câmara dos Deputados, e, inclusive, houve pedidos de CPI, dentro do Congresso Nacional, sobre a LBA, que, lamentavelmente, não foram aqui aprovados. Isso eu atribuo ao jogo político da correlação de forças nesta Casa.

Diante de tudo isso, quero que V. Sª me diga se tinha ou não conhecimento das denúncias de irregularidades, que medidas adotou e qual a conclusão e ação do Ministério em relação a isso?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Deputada, gostaria de lembrar que quando falo que não tenho uma determinada informação, certeza de corrupção em alguma área, o faço quando não tenho realmente provas. Porque todas as vezes que alguém denunciou com provas, pelo menos supostamente, atuamos imediatamente.

Quero lembrar que até foi expediente para o Senador Jarbas Passarinho, atualmente Presidente desta CPI, que aqui se encontra, e que na época era Ministro, pedindo que a Polícia Federal atuasse e que, inclusive, indicasse delegados para acompanhar a sindicância que estávamos abrindo. Acho que o nobre Presidente é capaz de lembrar disso e tenho aqui.

Desde o momento em que um determinado jornal, que não lembro qual é, fez a primeira denúncia, o primeiro comentário sobre a LBA, imediatamente fizemos um ofício à ex-primeira-dama, Presidente da LBA, solicitando e determinando todas as ações que deveriam ser tomadas. Em momento algum nos omitimos.

Agora, a LBA é uma fundação com liberdade técnica e administrativa; está aí no Decreto, na Lei. Tínhamos a autoridade exatamente de permitir que a fundação trabalhasse da melhor maneira, e exigimos e pedimos todas as alterações. Nunca nos omitimos.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não estou dizendo que houve omissão. Pergunto qual foi o empenho, a conclusão e o que o Ministério fez?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Isso que acabei de dizer a V. Exª.

A SRª JANDIRA FEGHALI - E aí, o que aconteceu concretamente?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - O resultado está na justiça, não é Deputada? Estamos aguardando. O Ministério agiu na parte administrativa.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Está certo. Não considero satisfatória a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputada Jandira, se V. Exª me permite, chamado à colação quero dar um testemunho.

Logo que a Srª Rosane Collor foi substituída, a Ministra Margarida Procópio teve como imediato sucessor da Srª Rosane o Dr. Paulo Sotero, que abriu imediatamente sindicâncias, inquéritos e anulou licitações vultosas, uma delas de 500 milhões de dólares - sob a orientação da Ministra Margarida Procópio.

Esse testemunho, por dever, inclusive, de consciência, sou obrigado a dar.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Agradeço, Sr. Presidente.

A última pergunta então, Srª Ministra. Vimos no documento do Sr. José Carlos, recentemente fornecido à Subcomissão de Subvenções, que havia orientações expressas do Ministro Ricardo Fiúza para que se atendessem a lista das entidades de subvenções tradicionalmente atendidas, ou seja, que se mantivesse a liberação das entidades tradicionalmente atendidas. Dentre essas instituições tradicionalmente atendidas, que também foram atendidas na sua gestão, uma boa parte fazia parte da lista do Deputado João Alves.

Quero, inclusive, dizer que, diferentemente da sua afirmação, todas as entidades não são carentes, porque escolas e faculdades privadas que cobram altíssimas mensalidades e que continuam recebendo milhões de dólares de subvenção não são carentes. Estamos comprovando que muitas dessas verbas sequer foram para bolsas de estudos.

Então, essa afirmação não corresponde à verdade dos fatos. É só para registrar. De qualquer forma, quero saber se era do seu conhecimento que dessas entidades tradicionalmente atendidas, e que continuaram sendo atendidas na gestão do Ministro Fiúza, a senhora tinha conhecimento de que grande ou boa parte iam através do Deputado João Alves, como Presidente ou Relator da Comissão de Orçamento.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Volto a afirmar que eu não sabia quem era o interessado por entidade a ou b, porque em momento algum me foi dito isso que o nobre Deputado Fiúza teve condições de dizer num papel, porque ele conhecia a Casa. Ele devia conhecer os Deputados anteriormente, devia conhecer a Comissão de Orçamento, devia saber de onde partiam essas listas. Para mim, era um documento oficial desta Casa, assinado por um Deputado, em nome ou da Comissão de Orçamento ou dos demais membros desta Casa. Em momento algum aparecia ao lado que a entidade xis era de interesse do Deputado Ipsilon.

Como eu não era Deputada, nunca fui, nunca pertenci à Casa, eu não tinha esse tipo de conhecimento em que o Deputado Fiúza faz essa afirmação em um bilhete. Para mim, que cheguei em 1990, com um Orçamento que veio de outro Ministério e que só em 1991 é que esse Orçamento parte do Ministério da Ação Social...

A SRª JANDIRA FEGHALI - E continuava sendo liberado em vultosas quantias também em 1991.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Sim, tenho que concordar com V. Exª. Eu não liberei com a intenção ou com a certeza de que elas não seriam muito bem aplicadas.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigada, Deputada.

A SRª BETH AZIZE - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra, pela ordem, a Deputada Beth Azize.

A SRª BETH AZIZE - Como não estou inscrita para falar, peço vênia a V. Exª para fazer uma formulação que acho até interessante - se não for, que me perdoe - para que o Sr. Relator indague a Srª Ministra ou possa acolher como informação para a sua futura avaliação ou para a feitura do seu relatório.

O Deputado João Alves, quando prestou depoimento nesta Comissão, fez uma declaração que me chamou muito a atenção. Ele confundiu a opinião pública e a própria CPI sobre a questão das subvenções sociais. Algumas pessoas aqui só despertaram para isso depois de alguns dias. Ele declarou aqui, até para limpar a barra dele, que, quanto às subvenções sociais, todo parlamentar usava esse direito de requerer subvenções para entidades de ação ou programação social. E fez uma ressalva: disse que os únicos deputados que não se utilizam desse direito são os do PT, porque tomaram a decisão de não usar a verba que é destinada ao gabinete do parlamentar para determinadas entidades.

Como não sou membro da Comissão, insisti que algum deputado ou senador, no momento, cobrasse uma retificação do Deputado João Alves, porque ele estava exatamente ali criando uma confusão muito séria e com um desdobramento também sério. Ele estava confundindo aqueles mil dólares que todos os anos o Orçamento da União destina a gabinete dos parlamentares. Acho que são mil dólares ou mil e quinhentos dólares, não estou certa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Desconheço essa verba, Deputada.

A SRª BETH AZIZE - Espera um minutinho que aqui ninguém é santo e nem tolo. Todos os anos V. Exª recebe, no seu gabinete, um catálogo de entidades registradas no Conselho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não recebemos dinheiro.

A SRª BETH AZIZE - Não estou falando em dinheiro...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª disse que recebemos uma verba de mil dólares.

A SRª BETH AZIZE - Não estou dizendo que recebemos dinheiro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª está se referindo a uma longa tradição que não funciona mais. Desde que indicamos e ninguém recebe, passamos vergonha, e é tão pouco dinheiro que alguns dizem que não mande, pois não querem perder tempo.

A SRª BETH AZIZE - Exatamente. V. Exª entendeu.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o anexo cinco.

A SRª BETH AZIZE - Mas essa é uma verba que consta no Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Orçamentária.

A SRª BETH AZIZE - Pois bem. Essa não é a verba orçamentária a que se referiu o Deputado João Alves.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Absolutamente, não tem nada que ver.

A SRª BETH AZIZE - A verba que estamos questionando aqui com a Srª Ministra sobre as subvenções sociais são as verbas globais dos Ministérios, que atendem...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - São poucos Ministérios, não são todos.

A SRª BETH AZIZE - O que quero dizer é o seguinte: primeiro, não é só o PT que não faz indicação - nem sei se não tem deputado do PT que faz indicação em lista de entidade social.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sou do PT e só fiquei sabendo disso aqui na CPI.

A SRª BETH AZIZE - Pois é! E eu também. Então estamos empatados, porque também tenho quase oito anos de Casa e soube aqui, nesta CPI, que havia parlamentares que faziam indicações de entidades de assistência social para conseguir verbas orçamentárias. E o Deputado João Alves disse aqui que todos os Deputados faziam isso. Eu nunca fiz. Não sou do PP, nem vou ser, se Deus quiser.

Mas o problema é o seguinte: como é que o Deputado João Alves disse aqui que recebia esses pedidos, esses ofícios assinados pelos próprios parlamentares e que os encaminhava para o Ministério da Ação Social?

O que eu queria perguntar à Srª Ministra, através do nobre Relator, é se essa solicitação do Deputado passava pelas mãos dela. Se era ela quem despachava; e se essa solicitação era feita pelo Deputado ou se era encaminhada pela Comissão de Orçamento. Porque eu tenho a impressão de que muita gente aí "meteu" a mão - na Comissão do Orçamento - em verba, dizendo que aquilo era para ser dividido por 503 Deputados. E como eu nunca pedi nada, teve gente que meteu a mão aí na minha cumbuca.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Srª Ministra pode responder à pergunta?

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Posso, Senador. Aliás, já respondi isso anteriormente. A solicitação partiu daqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, vou explicar. É o seguinte: há uma tradição na Casa, que vem não sei de quando, de que anualmente os Deputados têm uma verba, que não sei se são mil dólares; o máximo que vi foi 10 milhões/ano.

A SRª BETH AZIZE - Mas era equivalente a mil dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Podia dar um milhão a dez, cinco a dois, etc. Uma verba insignificante, ao ponto de até a pessoa dizer que não se interessava. Era

tanto trabalho para receber, que era melhor não ter. Então, são sei por que, nesses últimos dois ou três anos, os formulários vêm, os Deputados preenchem e as entidades não recebem.

A SRª BETH AZIZE - Exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Este ano, com certeza, ninguém recebeu um centavo. Nenhuma entidade recebeu. Essas subvenções são de pequeno valor e são destinadas, especificamente, somente a entidades que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

A SRª BETH AZIZE - E adimplentes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, o que cogitamos aqui e falamos não foi isso, não é verdade? Falamos das subvenções globais.

A SRª BETH AZIZE - Isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essas, as globais, é que eram, na realidade, uma espécie de cavalo de batalha do esquema de corrupção da Comissão de Orçamento.

A SRª BETH AZIZE - Mas quem recebia isso lá no Ministério?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quem recebia?

A SRª BETH AZIZE - Sim. É isso que estou perguntando a V. Exª

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eles. A senhora não ouviu um Deputado Federal, aqui? Há 54 subvenções de um destaque só.

A SRª BETH AZIZE - Não, lá, no Ministério, era a Ministra que despachava, era a Ministra que recebia esse pedido do Deputado, e despachava? Ou era a Comissão?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Da global?

A SRª BETH AZIZE - Sim. Da global.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o Ministro.

A SRª BETH AZIZE - Mas quem mandava? O Deputado fazia o ofício e mandava? Ou era a comissão?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Comissão de Orçamento mandava a lista.

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - A Comissão de Orçamento. Eu me referi, mais de uma vez, ao meu ressentimento de não ter adquirido, no Ministério do Bem-Estar Social, esse ofício, para poder garantir quem assinava. Pensei que era um membro da Comissão de Orçamento. Não posso afirmar que era o Deputado João Alves; podia ser qualquer um outro.

A SRª BETH AZIZE - Agora, se era em nome dele, era como se ele tivesse a delegação de competência dos demais parlamentares. Então, a Comissão de Orçamento... É isso, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Falava pelo Congresso Nacional.

A SRª BETH AZIZE - Pelo que entendi, a Comissão de Orçamento...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E não só falava, nesse caso, Deputada, falava em outros. Já há provas de que houve um acordo da Comissão de Orçamento com o Governo Federal, em nome do Congresso, sem que o Congresso tomasse conhecimento.

A SRª BETH AZIZE - Então, dormi de touca o tempo todo. Nunca soube disso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Temos isso, inclusive, documentado aqui, pelo rascunho que foi feito. Eles fizeram um acordo de tal forma que o que eles queriam veio da proposta do Executivo. E, aqui, defendiam o Governo, porque já estavam com tudo que queriam no Orçamento. Tudo isso está provado dentro do processo. Essa vergonha está provada.

A SRª BETH AZIZE - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço e pergunto ao caro Relator se ainda quer fazer perguntas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao nobre Vice-Presidente se deseja fazer perguntas.

O SR. ODACIR KLEIN - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto à Ministra Margarida Procópio se quer fazer alguma consideração final. (Pausa) A palavra é de V. Exª

A SRª MARGARIDA PROCÓPIO - Eu queria só aproveitar esse final, nobre Senador Jarbas Passarinho, para mais uma vez agradecer a oportunidade que tive de aqui vir. Porque, enquanto outras pessoas se negam a vir a uma Comissão, para mim foi muito importante. É um fórum importantíssimo. Não tenho absolutamente corporativismo nenhum; não tenho imprensa; não tenho ninguém que me defenda. Quem me defende sou eu e o meu Advogado, que está constituído.

É uma pena que eu não tenha conseguido convencer a todos os nobres Parlamentares que aqui se encontram de que as minhas mãos entraram e saíram muito limpas do Governo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Lembro aos Srs. Deputados e Senadores que já estamos a dez minutos para a próxima oitiva.

Agradeço à Ministra Margarida pela sua presença.
(Levanta-se a reunião às 18h49min.)

Depoimento do Sr. Senador Teotônio Vilela Filho

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Considero aberta esta reunião, pontualmente atrasada 45 minutos, para termos como finalidade precípua ouvir o nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. EDUARDO SUPLY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLY - Sr. Presidente, em relação à matéria publicada hoje pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e pela Agência Estado, reproduzida por inúmeros órgãos de imprensa, em alguns dos quais com diferentes ênfases do real sentido dos fatos ocorridos, esclareço o seguinte: O fato de qualquer Parlamentar ter tido alguma emenda incluída e/ou alterada na Lei Orçamentária de 1992, após a votação da Redação Final, ocorrida em 19 de dezembro de 1991, não significa que tenha sido aquela inclusão de iniciativa ou de responsabilidade do Parlamentar, autor da emenda, ou que o mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito atenção, porque essa matéria já deu hoje profundos aborrecimentos.

O SR. EDUARDO SUPLY - ...ou que o mesmo tenha necessariamente solicitado que aquela emenda tenha sido acrescentada ou modificada, nem muito menos que aquele Parlamentar tenha usufruído de qualquer proveito ilícito em função daquela prática.

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que até as conclusões dos trabalhos desta CPI estes fatos todos ficarão melhor delineados e esclarecidos.

Sr. Presidente, avalio que seria importante, em função de informação hoje dada pela imprensa, pelo menos pela *Folha de S. Paulo*, um esclarecimento sobre a auditoria que os Parlamentares designados por V. Ex^a diante do requerimento do Deputado Paulo Ramos, que procedimentos foram adotados? Os quatro Parlamentares - Paulo Ramos, José Lourenço, Luiz Máximo e eu - havíamos requerido que o Tribunal de Contas da União fizesse uma auditoria junto à Fundação Roberto Marinho sobre os recursos do Orçamento da União ali aplicados, a fim de verificar se estão adequados e conforme a demonstração que deve ser feita. Esta auditoria seria importante que fosse feita em tempo hábil, a tempo, portanto, da conclusão dos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em relação ao que acaba de falar o nobre Senador Eduardo Suplicy, cabem duas observações a partir da Presidência.

A primeira diz respeito a essa matéria que causou profundos aborrecimentos hoje. Ela obrigará o Presidente a propor à CPI uma nota oficial em que fique perfeitamente esclarecido o que acaba de dizer o Senador Eduardo Suplicy. Já não vou lastimar vazamentos porque já o fiz pela manhã. Todavia, é preciso preservar as pessoas, que, agora, somam mais de uma centena de pessoas, das quais recebi protestos, alguns até em termo de comoção física, pessoal, bem como o Senador Eduardo Suplicy recebeu também hoje. Não sei se ainda posso fazê-lo hoje no Senado, esperando que o nobre Senador Teotônio Vilela Filho seja dispensado de sua oitiva antes da meia-noite de hoje. Se não o for, será feito pela madrugada.

O outro ponto é importante no que acaba de salientar o Senador Suplicy. Recebi, em 29 de dezembro, como se sabe, um ofício em nome dos quatro membros da Comissão: Eduardo Suplicy, José Lourenço, Luiz Máximo e Paulo Ramos. Qual foi a origem desse ofício? Como V. Ex^{as} tomaram conhecimento, houve um momento, anterior a este, em que o Deputado Paulo Ramos requereu que fosse convocado, para depor nesta CPI, o Sr. Roberto Marinho.

Antes que eu desse qualquer despacho, S. Ex^a, o Deputado, retirou a solicitação e substituindo-a por um pedido de diligência na Fundação Roberto Marinho em relação a recursos oficiais recebidos por essa Fundação.

Não teria a menor dúvida, como não tive, em deferir o pedido, porque assim como fizemos com outras fundações, algumas até com Subcomissões tomaram essa iniciativa, a mim também caberia tomá-la. Mas, os quatro membros da Comissão acharam que deveriam pedir que isso fosse feito através do Tribunal de Contas da União. Isso é que foi assinado no dia 29 de dezembro por mim.

Depois, aparece, junto a mim o nobre Deputado Paulo Ramos e disse-me, em meu gabinete, que havendo dificuldade por parte do Tribunal de Contas da União de fazer verificações em órgãos públicos, deveria ser feita na própria Fundação. E, então, assinei um documento que corresponderia a essa decisão do Colegiado.

Mas, esse documento que assinei e que não mudaria em nada aquilo que disse o Senador Eduardo Suplicy de fazer-se a diligência na Fundação, para a averiguação se os recursos públicos lá colocados foram devidamente, corretamente aplicados, então falava também aqui em poderes de busca e apreensão.

Ora, estou *sub judice* no Supremo Tribunal Federal. Determinei, a pedido do Deputado Vivaldo Barbosa, busca e apreensão na casa do Deputado João Alves.

Os advogados do Deputado João Alves apressaram-se a bater às portas do Supremo Tribunal Federal e pediram, através de um mandado de segurança, que uma liminar fosse concedida.

A liminar não foi concedida e, entretanto, não sendo concedida fiquei chamado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e obrigado a apresentar informações no prazo de dez dias. A matéria está, portanto, dependendo de julgamento de mérito.

Três outros membros da Comissão não concordam com busca e apreensão. Concordam que o Tribunal de Contas da União faça a inspeção na Fundação. E, portanto, a minha decisão não pode ser discrepante da maioria dos membros que indiquei para essa diligência.

Em consequência, já tive contato com a Ministra Elvia Lordello Castello Branco que me disse "mas, aqui não existe nada que peça a busca e apreensão". Realmente, não existe lá. Existe provavelmente nas mãos do Deputado Paulo Ramos que me disse que os outros membros não queriam ir à Fundação para fazer a diligência e, talvez, S. Ex^a pessoalmente esteja fazendo.

Então, essa leitura que foi feita pelo Senador Eduardo Suplicy se compatibiliza com a decisão que devo tomar de corrigir esse documento, com Ata nº 23 da CPML, determinando busca e apreensão. E, o órgão próprio, de acordo com os quatro membros, é através do Tribunal de Contas da União.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, ouvi atentamente os esclarecimentos de V. Ex^a, mas gostaria de fazer algumas considerações em reparo a essa evolução dos fatos.

As considerações que gostaria de fazer em relação a seus comentários são as seguintes:

Primeiro, que V. Ex^a designou um grupo de quatro Parlamentares para fazer a diligência e três desses Parlamentares declinaram de fazê-la, porquanto se consideraram com insuficiência de tempo em função de outros compromissos com os trabalhos da Comissão. Eu, inclusive, dialoguei com o Senador Eduardo Suplicy sobre essa matéria.

Então, eles decidiram encaminhar o assunto ao Tribunal de Contas da União.

Com isso, encerrou-se a diligência, porque eles fizeram expediente a V. Ex^a pedindo que aquelas quatro ou cinco entidades fossem escrutinadas pela Corte de Contas, órgão auxiliar do Congresso Nacional. O Tribunal de Contas providenciou, através do ex-Presidente e atual Ministro Carlos Atila, a realização da oitiva no Rio de Janeiro. Logo em seguida, assumiu a Ministra Elvia Lordello Castello Branco, que reformou a decisão do ex-Presidente Carlos Atila, cassando essa prerrogativa, pela qual o Deputado Paulo Ramos teria de acompanhar a oitiva que seria feita na própria Fundação e convidando o Presidente da Fundação para ser ouvido em Brasília, por ela, Presidente do Tribunal.

Essa oitiva acabou não acontecendo e V. Ex^a foi informado disso pelo Deputado Paulo Ramos. V. Ex^a, hoje, concedeu a ele a autorização para que fosse fazer a diligência, independente da anterior, que havia se esgotado pelo fato de os outros membros terem declinado de fazê-la.

Portanto, parece-me que a decisão de V. Ex^a era absolutamente correta. V. Ex^a, como Presidente, tem direito de reformá-la. Mas o que me parece estranho, e não posso deixar de registrar, é a ação permanente de alguns Parlamentares. Estou vendo o Deputado José Lourenço, no seu direito, evidentemente, desde a manhã, pressionando V. Ex^a, dizendo que não é possível que se faça isso ou aquilo. E agora, quando cheguei ao plenário para ouvir o Senador Teotônio Vilela Filho, o Senador Eduardo Suplicy, que tem sido tão agudo nas suas inquirições, que tem procurado investigar com profundidade, com severidade todos os fatos que aqui são trazidos, também estava pressionando V. Ex^a para que não houvesse essa diligência...

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a está interpretando mal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou interpretando o que observei durante toda a manhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a está interpretando mal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por isso, Sr. Presidente, acho estranho que todas as fundações tenham sido escrutinadas pelo Tribunal de Contas durante o período da Presidência do Sr. Carlos Atila e agora, na reta final, há mais de dez dias nessa tramitação, e a Fundação Roberto Marinho tem esse privilégio de ter tratamento diferenciado. Portanto, digo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Terei de atender à Ministra Elvia ao telefone. Há premissas equivocadas do Deputado Luiz Salomão e pretendo reparar. No momento, suspendo a reunião, enquanto ouço a Ministra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço aos Srs. Parlamentares que estão atendendo à imprensa dentro do plenário, que façam o obséquio de fazê-lo fora do recinto. Peço à imprensa que ouça os Parlamentares fora do plenário.

Vou dar prosseguimento à reunião.

O nobre Deputado Luiz Salomão sabe bem que quando se faz citações pessoais é inevitável a reação e o pedido de explicação é pessoal. Quando disse que o Deputado Luiz Salomão cometeu, no meu entender, equívoco de premissa, tenho de lembrar que Poincaré, não o Presidente, mas o Matemático, dizia que, quando se parte

de premissas erradas, chega-se a conclusões inevitavelmente erradas, e quando se parte de premissas certas, pode-se chegar a conclusões erradas.

Em primeiro lugar, faço um reparo. A Ministra Elvia a não modificou, não corrigiu - se for o termo cabível -, não revogou qualquer decisão tomada pelo Ministro Carlos Atila. Por que não fez? Porque, quando os membros da Comissão, que nomeei para a diligência, fizeram-me saber que a decisão tomada por eles era fazer averiguação, através do Tribunal de Contas da União, o Ministro Carlos Atila, conversando comigo, disse-me que a sistemática de trabalho do TCU não era ir aos órgãos provedores de recursos e sim aos órgãos que recebiam recursos, por isso, então, ir à Fundação.

Ora, isso está precisamente nesse documento que está, no momento, no Tribunal de Contas da União e sendo objeto de análise da Ministra Elvia Castello Branco.

Como tive dúvida a respeito do que estava acontecendo, telefonei para o Ministro Carlos Atila e pedi a ele que sobreestasse a ação, não que a anulasse, enquanto eu discutia com os membros da Comissão.

Ouvi o Deputado José Lourenço e o Senador Eduardo Suplicy; não cheguei a ouvir o Deputado Luiz Máximo, mas o Deputado José Lourenço o ouviu. Depois o Deputado Luiz Máximo falou comigo. Nem um de nós - nem os três nem eu - deseja revogar a decisão de, através do Tribunal de Contas da União, fazer a diligência na Fundação. É na Fundação que ela está sendo feita e continuará sendo. A única diferença que há aqui é que, não tendo a Ministra feito qualquer modificação, também não convidou o Presidente da Fundação Roberto Marinho para vir até aqui. Este sim telefonou para a Ministra e pediu para ser recebido e ela acaba de dizer-me em que termos. Ele veio colocar-se à disposição do Tribunal de Contas e da comissão especial nomeada para oferecer todos os esclarecimentos necessários.

O que pedimos nós, quando pedi que dois funcionários do Tribunal de Contas acompanhassem os Parlamentares. Isto estava sendo retomado, não tem por que alterá-lo, quando hoje o Deputado Paulo Ramos, alegando que os outros Deputados e Senadores não queriam ir, disse-me que iria sozinho. Assinei o documento. Não tenho justificativa, a não ser a azáfama que vivemos aqui.

O documento é diferente do anterior. Ele determina não mais através do Tribunal de Contas, mas exatamente que em vista de deliberação do colegiado que presido, e esta deliberação não foi feita, designar o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados José Lourenço, Paulo Ramos e Luiz Máximo, para realizarem diligência junto à Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, com poderes para buscar e apreender documentos que julgarem necessários. A mesma coisa aparece neste outro documento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Este é do FNDE.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Este é o original. Depois vem o Ato 23, que é este aqui, assinado...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Olha o som, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momentinho. Já vou dar o som.

O SR. ODACIR KLEIN - Ato nº 25, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há um documento, que estava em minhas mãos há momentos, em que se manda fazer... CETEB, Conselho Nacional, tem papel demais aqui que não tem problema. É o Ato 25.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E não é aquele que V. Exª leu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. É o Ato 25. Os outros foram prejudicados porque não seriam mais nos órgãos públicos.

"No uso da competência que lhe é conferida pelo art. 50, Parte III da Constituição, combinado com o art. 3º da Lei e o art. 149 do Regimento, tendo em vista a deliberação do colegiado que preside, resolve designar os Sr. Senador Eduardo Suplicy, Deputado José Lourenço, Paulo Ramos e Luiz Máximo para realizarem diligência junto à Fundação Roberto Marinho, com poderes de buscar e apreender documentos que julgarem necessários às precípuas finalidades desta Comissão."

Não foi a decisão do colegiado e eu, lastimavelmente, assinei isto.

Por outro lado, como disse antes, não devo fazer determinação de busca e apreensão, estando *sub judice* no Supremo.

Tenho sido extremamente cooperativo com os Deputados e Senadores quando me pedem qualquer documento aqui. Mas não é justo que se peça uma busca e apreensão direta por parte dos Deputados e Senadores, quando a decisão do colegiado foi fazê-la através do Tribunal de Contas da União.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Permitirei V. Exª com muito prazer. V. Exª sabe do apreço que lhe tenho e felizmente sei que é recíproco, mas estou, neste momento, tomando a decisão que me cabe de alterar este Ato nº 25, porque a decisão que resolvi tomar, baseado na totalidade dos membros da Comissão, é averiguar, fazer a diligência, como foi feita em qualquer outra fundação, através do Tribunal de Contas da União, que acompanhará, quem for fazer a diligência, através de dois inspetores ou dois técnicos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, agradeço seus esclarecimentos e verifico que não cometi nenhum equívoco. Tudo o que V. Ex^a disse corresponde às informações que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O equívoco, se V. Ex^a me permite, é sobre a Ministra Elvia.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Acho até que V. Ex^a esclareceu. Não era propriamente um equívoco. É que de fato a diligência que ia ser feita no Rio de Janeiro, pelos inspetores do Tribunal de Contas lá sediados, foi sustada e recebeu aqui, tive notícias de que havia aceitado a presença do Presidente da Fundação, e V. Ex^a confirmou. Acho que não cometi nenhum equívoco.

Gostaria de propor a V. Ex^a, veja bem, que em nenhum momento, interferi nas tratativas do Deputado Paulo Ramos com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de encarecer a V. Ex^a que a Fundação Roberto Marinho tivesse exatamente o mesmo tratamento que tiveram as demais fundações sediadas no Rio de Janeiro e que receberam recursos do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenha V. Ex^a convicção de que isso será absoluta e rigorosamente cumprido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não tenho nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nenhum dos três outros membros da Comissão pediu coisa diferente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tenho a certeza de que V. Ex^a não procederá de forma diferente. Mas gostaria de que o ato de V. Ex^a, antes de ser sustado, fosse comparado com o das fundações ligadas ao Deputado Feres Nader.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E que fosse dado o mesmo tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu o farei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esse seu liderado aqui na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agora, o que registrei com certa surpresa foi a atitude do nobre Senador Eduardo Suplicy, que tem sido um dos baluartes aqui em matéria de aprofundar as investigações, de sacar de cada escaninho escuro da administração pública, injetar luz e extrair as informações. Mas no caso da Fundação Roberto Marinho, S. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Exatamente o mesmo tratamento para todas as fundações. Foi essa a iniciativa. V. Ex^a não pode mudar o que é verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não estou mudando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda agora me pediram que aumentasse o tom. Agora, preciso que se diminua o tom.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Infelizmente, não foi isso que observei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é esse o tom.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pode ter sido a intenção de V. Ex^a, mas não foi isso que observei na ação em que V. Ex^a e o Deputado José Lourenço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Defendo a pessoa de V. Ex^a com os seus outros três colegas, porque não houve, em nenhum momento, uma tentativa de, através de V. Ex^a, do Deputado José Lourenço ou do Deputado Luiz Máximo, dar tratamento diferenciado favorável à Fundação Roberto Marinho. Isso não acontecerá.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação breve, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Primeiro concederei a palavra aos que foram citados nominalmente.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - V. Ex^a me citou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Terei que pedir desculpas ao Senador Teotônio Vilela Filho. S. Ex^a é da Casa, sabe como gostamos de questão de ordem, sabe como gostamos de falar; então, vamos ouvi-los até quando eu possa pedir a V. Ex^a que comece o seu depoimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, com razão. Peço-lhe, apenas, que se contenha um pouco.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Quando V. Ex^a designou a mim e aos demais membros desta Comissão para averiguar aquilo que apontava o Deputado Paulo Ramos, a minha sugestão, acatada pelos quatro, dialogando com o Deputado Paulo Ramos - inclusive, ele veio a aceitar essa proposição -, foi de que tivesse, exatamente, a Fundação Roberto Marinho tratamento igual ao de todas as fundações. Exatamente isso, Deputado Luiz Salomão, igual ao de todas. Por essa razão, requeremos ao Presidente fosse requerida ao Tribunal de Contas que se fizesse a averiguação das contas...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Conversamos sobre isso e tinha a minha concordância também.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Foi isso que pedi. Foi exatamente isso. Diante do noticiário hoje registrado na imprensa, de que reiterei ao Presidente Jarbas Passarinho - porque não pode a CPI deixar de dar tratamento igual -, o Deputado Paulo Ramos disse-me que teria documentos que poderiam ajudar nessa averiguação, porque ele saberia de eventual tratamento inadequado de uma ou outra empresa; ele não nos mostrou ainda tais documentos.

Quero reiterar, Sr. Presidente, o que disse a ele - e aqui digo - como temos, daqui até o último dia de averiguação, que estar aqui arguindo as pessoas na CPI, se o Deputado Paulo Ramos dispuser-se a ir, sou a favor de que ele vá, até porque ele sabe e poderia ajudar os auditores do Tribunal de Contas a apontar qualquer problema, para ir mais depressa ainda, diante do tempo exíguo que temos.

Reitero, Deputado Luiz Salomão: o tratamento à Fundação Roberto Marinho, no meu entender, tem que ser tão rigoroso quanto foi com qualquer das instituições averiguadas por solicitação desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho também uma explicação pessoal acerca do motivo pelo qual - dêem-me licença - o Deputado Luiz Salomão, cuja inteligência é realmente um dos pontos fortes desta Casa, pediu que se fizesse - tenho muito cuidado com as colocações, porque procuro entender o que na minha vida militar era missão e missão deduzida: a palavra, às vezes, leva a missões deduzidas - quando S. Ex^a disse "Há exemplos de casos anteriores", quero apenas exercer uma missão, e missão deduzida: a palavra às vezes leva a missões deduzidas: quando S. Ex^a disse: "a exemplo de casos anteriores", quero apenas dizer o seguinte: que até o caso de busca e apreensão na casa do Deputado João Alves, ninguém houvera recorrido. O primeiro recurso foi a partir do momento em que se fez busca e apreensão na casa do Deputado João Alves. Logo, a partir deste momento, vou ter que ter cuidado em relação a esse problema.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Máximo, que pediu a palavra por citação pessoal do nome dele, depois ao nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, foi observada aqui a necessidade - e que não ponho em dúvida - do tratamento isonômico com relação a todas as fundações. Acontece que as fundações que foram objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas da União, por solicitação da Subcomissão de Subvenções, todas elas passaram pela avaliação prévia de critérios existentes - ou de denúncias de irregularidades, ou de vinculação com parlamentares, ou então de um valor elevado de subvenções recebidas no decorrer desse período de quatro anos.

Com relação à Fundação Roberto Marinho, quando V. Ex^a me comunicou que eu tinha sido designado para integrar esta Comissão - e no requerimento inicial do Deputado Paulo Ramos era para que se fizesse busca e apreensão de documentos em órgãos da administração federal como o CENIR, CNSS, FNDE, CETEB -, ponderei a V. Ex^a que eu não me disporia a fazer diligência de busca e apreensão de documentos que eu não sabia quais seriam, mesmo porque, no requerimento apresentado pelo nobre Deputado Paulo Ramos, S. Ex^a relacionava como motivação da sua postulação um comprovante da liberação de subvenção social de 1991, comprovante com outras liberações que significavam situação irregular da Fundação Roberto Marinho, em face das liberações de 1991 - trata-se de xerox de documento oficial, onde a notícia de irregularidade passa por uma mera ilação, sem qualquer outra comprovação -, nota de empenho do FNDE para a Fundação Roberto Marinho, ordem bancária do FNDE, recibo emitido pela Fundação Roberto Marinho contra a Secretaria de Ensino Básico de 22.12.88, no valor de dez milhões de cruzados, sem qualquer referência à forma de pagamento, se em espécie ou cheque.

Em face dessas notícias, Sr. Presidente, julguei insuficientes os elementos trazidos para justificar a minha presença em órgão da administração federal para fazer busca e apreensão de documentos que eu não sabia quais seriam. Daí propus - e discuti com o nobre Senador Eduardo Suplicy, Deputado José Lourenço e também com o Deputado Paulo Ramos - que o critério a ser observado deveria ser o mesmo da Subcomissão de Subvenções, ou seja, se há uma necessidade de se fazer uma inspeção, que se faça por meio do Tribunal de Contas da União. Essa foi minha proposta. Dessa forma fui surpreendido hoje com essa designação para fazer busca e apreensão, quando comuniquei ao Deputado Paulo Ramos que eu não faria isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Rollemberg, em seguida ouvirei o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, nesta Casa e missões nesta CPI também conseguem consenso. É com muito prazer que quero comunicar a V. Ex^a e aos companheiros, de uma forma oficial em decorrência da atribuição que nos foi confiada, que os Senadores Mário Covas, José Paulo Bisol, Pedro Teixeira, Ney Maranhão e os Deputados Aloizio Mercadante, Nelson Trad, Luiz Salomão e José Lourenço cumpriram a tarefa determinada por esta Comissão de procurar os Líderes dos Partidos, a fim de que se discutisse a possibilidade de prorrogação dos trabalhos desta Comissão, vinculadas efetivamente a conceder mais sete dias para o Relator trabalhar com esta Comissão no relatório. Com base no entendimento e na proposta aqui discutida, os Líderes concordaram unanimemente com esta prorrogação e a concessão do prazo para o relatório, dada a sua importância na história desta Casa e do momento.

Então o relatório, dada a sua importância na história desta Casa e no momento.

Assim, com esse consenso de todos os Partidos e dos que se manifestaram na reunião, a começar pelo Líder Luís Eduardo Magalhães, do PFL, a sustentação dos Líderes foi no sentido de que esta Comissão, tão visada, discutida e produtiva, deveria encerrar com um ato de consenso. Portanto, concordavam e concordam com a prorrogação do prazo para o trabalho do Relator.

Nós, membros desta Comissão, queríamos, em relação aos nomes aqui citados, solicitar a V. Ex^a que determine à Assessoria Jurídica que imediatamente formalize este pedido, cujo consenso foi firmado na Presidência da Câmara, tendo o Presidente também declarado a sua satisfação de que esta Comissão tenha podido, coletivamente, fazer uma solicitação dessa ordem, obedecendo, inclusive, à preocupação de V. Ex^a de que esta Comissão não decidisse nada em confronto com o Congresso.

Portanto, Sr. Presidente, com a unanimidade e a concordância dos Líderes, queria dizer que a Comissão encerrou os seus trabalhos, atingindo os seus objetivos e propiciando um final técnico-jurídico de consenso e na forma do Regimento do Congresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ao conhecer o resultado dessa missão bem cumprida, quero louvar V. Ex^a e todos os membros da Comissão.

Providenciarei a solicitação em tempo hábil, exatamente nos termos em que esta Comissão negociou com os Líderes da Câmara e, seguramente, do Senado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouço V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Antes que seja feita a consulta, V. Ex^a não teria de submeter a esse Plenário para que fosse votado?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria que não atrasássemos ainda mais.

O SR. GILBERTO MIRANDA - É uma consulta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Farei essa consulta na hora em que fizermos a reunião interna.

Com a palavra, o Deputado Aloizio Mercadante, para a preliminar levantada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, queria registrar para a CPI a minha satisfação com esse atendimento das Lideranças dos Partidos. Com isso, o Relator ganha prazo para amadurecer o relatório, que é extremamente difícil, complexo e abrangente. Noventa dias, pelo volume de informações que tivemos de analisar e processar, é um tempo muito curto para a história toda desse processo orçamentário e um desafio imenso, uma responsabilidade muito grande.

Ao mesmo tempo, queria alertar que essa decisão derruba o argumento colocado ontem, nesta CPI, de que deveríamos trabalhar com a pior hipótese, ou seja, a de que não haveria a prorrogação.

Fundamentados nessa tese da pior hipótese, aprovamos ontem uma proposta de desenvolvimento dos trabalhos da CPI no sentido de só arguir, em plenário da Comissão, aqueles parlamentares que estavam envolvidos na documentação da Odebrecht, como aconteceu, hoje de manhã, com o Deputado Geddel Vieira Lima e, agora à noite, com o Senador Teotônio Vilela Filho.

Quero registrar, inclusive, que o Senador desde o início se mostrou disposto a colocar as informações à disposição da CPI, mandando a sua documentação bancária e fiscal, para que pudessemos adiantar o processo de investigação.

Não me inscrevi para arguir de manhã e não me inscrevo à noite, mas queria registrar essa questão, para que, talvez depois desse depoimento, possamos rediscutir o calendário dos depoimentos. Por quê? Porque, como as informações não chegaram e a Subcomissão Patrimonial não tem o cadastro do INCRA, o levantamento de radiodifusão para saber as propriedades na área, o confronto da análise do Imposto de Renda e, portanto, da situação patrimonial de nenhum desses parlamentares concluído, a Subcomissão de Bancos não tem a movimentação bancária, a análise dos créditos, o confronto da remuneração do parlamentar e das suas fontes de renda com a Subcomissão Patrimonial, o levantamento das subvenções sociais, nem das emendas do orçamento. Ou seja, a CPI não tem o levantamento preliminar que fundamenta a arguição.

A arguição é um momento do processo de investigação privilegiado, conclusivo, decisivo, como o próprio Relator disse ontem ao Plenário, para a confecção do relatório.

Então, acho que esse é um momento decisivo, como disse o próprio relator, ontem, ao Plenário para a confecção do relatório. Esses depoimentos, respeitando a iniciativa de quem veio depor, o momento delicado difícil não viabiliza na CPI o seu trabalho de investigação. Não temos condições de arguir esses Parlamentares nessas circunstâncias.

Faço esse apelo para que possamos priorizar os depoimentos dos Parlamentares que já têm análise patrimonial e bancária feitas das subvenções sociais e das emendas do Orçamento. Poderíamos arguir em base documental com muito mais consistência e relevância, contribuindo para apurar a verdade dos fatos.

Nessas circunstâncias não vejo condições de o Plenário da CPI arguir, por absoluta falta de informações, em nenhum parecer da subcomissões sobre estes depoimentos. Era o que tinha a dizer na certeza de que discutiremos depois, o depoimento do Senador, uma modificação de procedimento da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só não sei se será logo depois do depoimento do Senador. Evidentemente, agora, temos mais tempo. Vamos discutir como utilizar esse "mais tempo."

Vamos começar com um pedido de desculpas ao Senador Teotônio Vilela Filho, dizendo-lhe que o Vice-Presidente fará novamente perguntas que têm sido até agora comuns a todas as testemunhas.

O SR. ODACIR KLEIN - Nome?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Teotônio Brandão Vilela Filho.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Quarenta e dois anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Av. Robert Kennedy, 1609 - Ap.801 - Ponta Verde - Maceió/AL.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Economista.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce atividade?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - A partir de 1986 no Senado Federal desde a minha eleição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Convido os presentes a se colocarem em pé para ouvirmos o compromisso.

Enquanto a Imprensa não se dignar a ficar de pé, também não teremos o compromisso lido.

Agora, por favor, Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Nobre Senador, a praxe que temos adotado até agora é proporcionar ao Depoente, se assim o desejar, um prazo máximo de uma hora para uma exposição preliminar. Se V. Ex^a desejar utilizá-lo tem a palavra.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Sim, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma exposição preliminar.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Parlamentares, minhas primeiras palavras sejam de estímulo e de incentivo a esta Comissão cujo êxito é hoje vital para credibilidade das instituições nacionais e para a própria estabilidade do processo democrático.

O Congresso Nacional mostra ao País que não hesitou em expor as suas próprias vísceras, em desnudar-se nos seus vícios e equívocos, com a coragem heróica de quem decidiu construir um futuro mais que nunca de compromissos efetivos com a Nação.

A fé no fortalecimento das instituições, a esperança no revigoramento do Congresso Nacional e da democracia são o bálsamo e o lenitivo para a dor profunda que me atinge desde que meu nome foi posto sob suspeição.

Não me constrange, senhores, esclarecimentos de quaisquer ordem que ao detentor de cargo público não lhe cabem prerrogativas de privacidade sobre atos essencialmente públicos; nem me diminui, senhores, comparecer a este depoimento, pois que nem os vejo, neste instante, como simples, embora ilustres, deputados e senadores. Eu os tenho sobretudo como detentores de mandato especial e extraordinário da Nação, para depurar costumes e instituições. Os senhores representam mais que Estados e Partidos, os senhores representam o Brasil, e advogam e julgam em nome do futuro e da história. Dói-me, no entanto, a dor da suspeição; mais que isso, dói-me a dor do constrangimento de ver que a suspeição não enlameia apenas pessoas, mas respinga no próprio Congresso, em sua credibilidade, na credibilidade do voto como instrumento democrático de transformação social.

Choro por dentro. Choro por dentro as lágrimas de minha própria impotência. Choro a dor da minha angústia; uma dor que não sai nos jornais, mas que consome noites e emoções, que permeia dias e sonhos, que se eterniza nas circunstâncias mais fugazes, que relativiza mesmo o que parece absoluto e quase eterno.

Senhores, desnudei-me no instante em que soube que o meu nome estava citado nos papéis da Odebrecht, de quaisquer prerrogativas que não as busco; mas, Sr. Presidente, se alguma prerrogativa busquei, foi a de pedir, a de exigir uma impiedosa investigação sobre todas as minhas contas, e sobre todo e absolutamente todo o exercício do meu mandato.

Não me satisfaz a investigação apenas de atos, de atitudes - quaisquer que sejam - em relação ao orçamento, por mais que eu saiba que é este o objetivo específico desta CPI. Eu lhes trago não apenas extratos bancários, declarações de renda, variação patrimonial, mas toda a minha história pública, na inteireza da sua brevidade de sete anos.

Se alguma vontade me for respeitada, Sr. Presidente, que seja a de que este julgamento avance neste caso além do orçamento; que me julguem atos e atitudes em relação à grande empresa, aos trabalhadores, ao grande capital nacional ou multinacional; que me julguem história e mandato; que me julguem compromissos, fidelidade às ruas. De que me adiantaria, afinal, senhores, a proclamação de inocência em relação ao orçamento, se outras manchas houvessem no exercício do mandato que me compromettesse a honra, se alguma traição existisse ao mandato que me deram os alagoanos que me compromettesse a dignidade. Dignidade e honra para mim não são

apenas patrimônio pessoal e familiar, nem somente penhor de confiança e do cargo que os alagoanos me entregaram. Não. Dignidade e honra para mim são uma irredutível hipoteca que grava meu nome, com o peso da história de meu pai, de sua vida, do seu exemplo, de sua coragem heróica de resistir aos poderosos, de sua bravura cívica de repelir cooptações, quaisquer que fossem.

Julguem-me, senhores. De tudo abro mão, pois não há limites no que, neste instante, para mim virou razão maior e obsessiva de vida: preservar o nome de meu pai e garantir aos meus filhos o mesmo orgulho da dignidade que herdei.

Desnudo-me por inteiro, até nos meus sentimentos mais íntimos, da revolta mais incontida, desnudo-me na minha dor, contante em que servirá de bálsamo a verdade que por fim transluzirá.

Srs. Parlamentares, não esperei que a Comissão requisitasse a bancos o meu histórico bancário. Eu mesmo o trouxe à CPI mal surgiram as referências ao meu nome. Quando ainda havia dúvidas a respeito da convocação do meu depoimento, pedi a quem pude pedir para depor. Não temo a verdade, que busco com a obstinação dos crentes; mais ainda, telefonei eu próprio e encaminhei ofício ao Secretário da Receita Federal, pessoalmente insistindo em que a Receita fizesse uma devassa fiscal não apenas nos cinco anos alcançados pela legislação tributária, mas desde a minha entrada na vida pública em 1987. Gostaria de passar ao Sr. Relator o ofício encaminhado ao Secretário da Receita Federal a respeito da devassa nas minhas contas, nas minhas declarações de renda.

Repito o que disse desde o primeiro momento ao Presidente Jarbas Passarinho, ao me colocar por completo à disposição da CPI: não preciso de segredos; fui apenas coerente com o que muito, muito antes de qualquer envolvimento de meu nome já o proclamara na tribuna do Senado ao apresentar projeto de lei que extingue os sigilos bancário e fiscal para o Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados Federais e qualquer detentor de mandato popular na União, nos Estados e nos Municípios.

O homem público não pode ter a prerrogativa de segredos. Públicos, pois, fiz meus extratos bancários, como públicos são os meus votos e escancaradamente pública a minha atuação no Senado e no Congresso Nacional. Começou na Constituinte, quando votei sistematicamente a favor dos trabalhadores, das conquistas e dos avanços sociais, embora empresário. Por isso mesmo mais me orgulha o diploma de Palavra de Honra do DIAP e a nota 10 da Constituinte, conferida pelos trabalhadores. Por que a surpresa? - respondi aos amigos que questionavam as minhas posições; por que a surpresa se votava exatamente de acordo com os meus compromissos na praça pública?

Empresário, votei com os trabalhadores; empregador, votei a favor da estabilidade no emprego; dono de terras, votei a favor da reforma agrária; empresário da Zona da Mata de Alagoas, onde estão os negócios da minha família, foi por proposta minha que a Assembleia Nacional Constituinte resgatou uma dívida de justiça com o semi-árido e os sertanejos do Nordeste ao destinar para a região pelo menos 50% de todos os investimentos do Fundo Constitucional do Nordeste; empresário do setor do açúcar, por herança de meu pai, os Anais do Senado e do Congresso não registram um só pronunciamento, único que seja, em defesa dos interesses do setor, por mais legítimos que sejam, por mais justos que pareçam. Registram, ao contrário, dezenas de discursos, de apartes, projetos e propostas referentes ao sertão, sobretudo, à seca do Nordeste. A vida e a confiança da Liderança do meu partido me permitiram presidir, em nome do PSDB, a CPI da Seca no Nordeste. Percorri eu próprio mais de 10 mil Km de caatinga a dentro, ouvindo técnicos, lideranças comunitárias, igrejas, universidades, mas, sobretudo, ouvindo flagelados em suas próprias casas ou frentes de trabalho, produzindo, ao final, um relatório que, embora deixado de lado por dois Presidentes da República, aos quais o entreguei pessoalmente, serviram de base para a SUDENE montar o seu programa de ação governamental com o qual espera reverter de maneira definitiva a situação perversamente vexatória e humilhante de homens de horizontes tão sombrios quanto a caatinga que os circunda e os prende.

Mesmo reconhecendo que os investimentos efetivos no Nordeste são muito inferiores ao que dão a entender os governos, o relatório não pedia verbas. Exigia políticas novas, até porque todo o texto era uma vigorosa condenação das políticas oficiais que mais agravavam ou resolver os problemas.

Não pedi incentivos. Ao contrário, os denunciei. Quem o faria se interessado em benesses de empresários? Quem o faria se de olho em favores de empreiteiras? Mesmo empresário, a história do Congresso Nacional não me verá ocupado em interesses de lobbies empresariais, mas voltado para questões vitais para o Brasil como a sua política energética.

Há seis anos estudamos e debatemos a política energética do Brasil, sempre com uma visão essencialmente crítica. Está nos Anais do Congresso que desde o primeiro instante criticamos o modelo energético brasileiro centralizado e baseado em grande obras, em grandes usinas, as quais atendem mais aos interesses das grandes empreiteiras, dos grandes fornecedores de insumos e equipamentos que os interesses do próprio País.

Criticamos a política suicida de desprezar as energias renováveis da biomassa. Condenamos o absurdo de responder ao aumento da demanda com o aumento da oferta, sem jamais questionar a natureza do consumo e condenamos, desde os primeiros momentos, o gravíssimo equivoco técnico e imperdoável erro histórico de não se partir para um rigoroso programa de conservação de energia.

Quem, senhores? Quem, interessado em mesadas de construtoras combateria o modelo das grandes usinas e das grandes empreitadas? Quem se insurgiria

contra esse modelo energético perdulário sê, de mão estendida e rabo preso a empresários de qualquer setor?

O Brasil consolidou em sua política energética o equívoco de que é mais barato gastar que economizar, pois desde o primeiro discurso aqui no Congresso, já faz sete anos, insurgi-me contra os subsídios indiscriminados às eletrointensivas que, na verdade, são pagos nem tanto pelos usuários mas pelos contribuintes que, às vezes, sequer dispõem de energia.

Insurgi-me contra os vergonhosos índices de desempenho das nossas máquinas e motores. Quem, de rabo preso com o empresariado assumiria tal discurso e, mais ainda, o transformaria em abrangentes projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional?

Senhores, permitam-me lembrar-lhes que o interesse pela energia levou-me à Vice-Presidência da Comissão de Infra-Estrutura do Senado e à Presidência da Subcomissão de Energia, sob cujos auspícios promovemos nesta Casa os mais amplos debates já registrados na história do Congresso Nacional sobre política energética.

Foram seminários, debates, grupos de trabalho, audiências públicas, abertas a todo o setor. Aos executivos das estatais federais, estaduais, empresas públicas e privadas, a empresários e técnicos, aos usuários da energia que jamais haviam sido ouvidos a respeito. Discutimos matriz energética, política de preços e tarifas, formas alternativas de geração de energia e a viabilização do gás natural. Fomos ao encontro do setor do carvão mineral e intermediamos, aqui mesmo, discussões e acertos sobre relações institucionais do setor elétrico ameaçado de inviabilidade por um cipal de leis, portarias e decretos que mais geram confusão e caos.

Foi esta cruzada por uma nova política energética para o Brasil, foi esta visão crítica das políticas de energia do País que levaram o meu partido, o PSDB, a indicar-me para a relatoria parcial, que, em momento algum, reivindiquei do anexo ELETROBRAS no Orçamento de 1992.

E novamente em meu relatório reproduzi o inconformismo de quem via a peça orçamentária servir de lastro legal e financeiro para aprofundar equívocos de políticas energéticas, reforçando um modelo centralizador baseado em grandes obras, em detrimento de pequenas iniciativas de geração e, sobretudo, de caminhos alternativos que potencializassem toda a vocação energética de país tropical.

Permito-me ler um pequeno trecho do meu relatório:

"O Orçamento, no tocante ao setor elétrico, infelizmente, desnuda mais uma vez a ausência de uma política energética consistente e a falta de rumos que parece atordoar o setor. Como tal, é peça velha que insiste em equívocos sem traçar alternativas novas, que repete erros sem vislumbrar caminhos de transformação".

Deixei claro em meu parecer que o Congresso examinava mensagem do Executivo atento à Constituição, às leis e ao respeito entre os poderes, mas que não podia se eximir de lamentar as omissões que escondiam por trás das cifras. Desta forma, afirmei que cabia mais explicitar restrições políticas do que técnicas e procurei, dentro das limitações, encaminhar, da melhor forma, os trabalhos do anexo do Grupo ELETROBRAS no Orçamento de 1992.

Por que, então, surgiu meu nome ladeado em percentual em papel da Construtora Odebrecht? Para saber por que, eu, mais do que os senhores, quero saber por que, já entrei com interpelação judicial a esta empresa.

Gostaria de passar às mãos do Relator interpelação judicial feita à empresa ODEBRECHThá, aproximadamente, vinte dias.

Que contatos tive com esta empresa? Que direitos teria ela ou seus prepostos de utilizar meu nome em anotações que fossem?

Srs. Parlamentares, só uma vez, até aqui, cruzei diretamente com a Odebrecht, ou melhor, interceptei e contrariei os interesses da Odebrecht. Foi na proposta de construção do fantástico aeroporto para a cidade alagoana de Arapiraca. Junto com a comunidade de Arapiraca questioneei o próprio Ministro da Aeronáutica sobre as razões da obra. Por que um aeroporto capaz de receber grandes jatos comerciais, numa cidade que não tinha sequer uma estação rodoviária? Que prioridades poderiam existir para esse aeroporto, num Estado onde o próprio aeroporto de Maceió, a meros 100 Km de Arapiraca, está ocioso? Mais ainda, que justificativa poderia encontrar o Governo implantando esse aeroporto no Município que sequer tem saneamento?

Está nos Anais do Senado o requerimento de informações ao Ministro da Aeronáutica, que gostaria de passar uma cópia também ao Sr. Relator.

Está na memória dos alagoanos a vitória que obtivemos, não contra a ODEBRECHT especificamente, mas contra o absurdo, contra o despropósito e a utilização irresponsável e inconsequente de recursos públicos. A obra foi cancelada.

Citam-se quatro emendas de interesse da construtora, referidas nos papéis internos da empresa, junto aos quais aparecem as iniciais TV. Seria Teotônio Vilela? Sobre tudo, por que seria?

Uma das obras referidas, a Usina de Manso, no Mato Grosso, foi realmente acatada no meu parecer, na forma de sugestão ao Relator do FND, em montante próximo a 1% do total das emendas apresentadas para esta obra e pelas seguintes razões, porque foi dada como prioritária por todas as Lideranças políticas do Estado do Mato Grosso.

Os três senadores do Mato Grosso, que representavam correntes políticas diversas, uniram-se em torno desta usina, tão importante era a sua conclusão para o Estado.

Acatei, mais ainda, porque no Relatório 2.010, da ELETROBRÁS, essa usina não apenas era apresentada como prioritária, como tinha a sua conclusão marcada para 1985. E, de fato, tão importante ela é para o Estado do Mato Grosso e para o Centro-Oeste que no Orçamento de 1994 é uma das três usinas que a própria Comissão de Energia da Câmara dos Deputados considerou como prioritária.

Duas outras emendas, relativas a usinas postas agora sob suspeição, e que estavam listadas ao lado de meu nome nos papéis da Odebrecht, as de Cachoeira Dourada e Igarapava, não foram contempladas no meu relatório.

A quarta obra citada corresponde ao Canal do Riacho Salgadinho, em Maceió, uma das obras de maior relevância para a cidade de Maceió. O Canal de Salgadinho constitui-se em um esgoto a céu aberto, desvalorizando e atravessando em direção ao mar alguns dos bairros mais populosos da cidade, ocasionando graves problemas de saneamento, inclusive o risco permanente de cólera, e poluindo a belíssima praia da Avenida, que poderia ter seu potencial de lazer e turismo melhor aproveitado. O problema se agrava a cada ano com os efeitos do assoreamento e do aumento de afluxo de dejetos de toda ordem que soluções paliativas não conseguem combater.

Diante disso, escusado dizer da importância da locação de recursos para que a Prefeitura de Maceió faça frente aos indispensáveis serviços de saneamento e canalização do Salgadinho.

Com esta preocupação, e consciente da importância da obra descrita, diversos parlamentares têm apresentado emendas ao Orçamento da União, objetivando alocar recursos para fazer frente à permanente necessidade de melhoria das condições de saneamento do referido córrego.

Diante disso, em 1992, a exemplo do que fizeram outros parlamentares de Alagoas, apresentei emenda preferencial, buscando direcionar recursos para as obras de canalização do Córrego Salgadinho, sem qualquer preocupação específica, além de contribuir para a melhoria das condições de vida da população de Maceió.

Ofereci a essa emenda o mesmo tratamento das demais emendas preferenciais por mim apresentadas e que também lograram aprovação na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Ademais, por ocasião da apresentação das emendas ao Orçamento, em 1992, a condução das obras no Riacho do Salgadinho era de responsabilidade do Governo do Estado, ao qual fazia oposição permanente e sistemática.

Srs. Parlamentares, Deus permitiu-me poder chegar a este momento, desafiando qualquer adversidade. Apontem-me, não somente uma emenda orçamentária, mas um ato, um discurso, um pronunciamento, um aparte sequer, na Assembléia Nacional Constituinte, no Senado ou no Congresso, de apoio direto aos interesses das grandes empresas, das grandes empreiteiras. Um só gesto sequer.

Mal saíram as primeiras referências ao meu nome, levei ao Presidente da CPI todas as minhas Declarações de Renda, não apenas dos últimos cinco anos, mas desde 1987, quando entrei na vida pública. Elas trazem uma conclusão clara e alentadora: o meu patrimônio, hoje, é rigorosamente igual ao de 1987, com uma característica singularmente marcante, a de que esse patrimônio deixou de evoluir, quebrou-se a linha de ascensão patrimonial que se apresentava quando atuava nas empresas de minha família.

A política não me trouxe benefícios pessoais, mas fortaleceu-me o sentimento do mundo, que, hoje, para mim, não é apenas o elo de ligação com a minha própria história e a memória de meu pai, mas é uma sólida ponte de esperança com o próprio futuro.

É esse sentimento, Sr. Presidente, que me faz mais, muito mais que cidadão do mundo, companheiro de partidos ou palanques, faz-me parceiro de desafios, militante e cruzado de um mesmo sonho, irrenunciável, de um Brasil que não exiba apenas a ética na moralidade pública, mas viva também, em sua plenitude, a ética da justiça social e da democracia de oportunidades.

Não me basta a democracia formal do funcionamento das instituições, nem o desenvolvimento que se restringe ao bom desempenho dos indicadores econômicos. De que valerá ao Brasil se, como ontem, a economia for bem, mas o povo continuar amargando a miséria e a desesperança de vergonhosos índices sociais?

Por esse sentimento do mundo, as tribunas que a vida me construiu, as trincheiras que a vida me permitiu, eu as reparti com os trabalhadores sem direitos e com os sertanejos sem esperança. A eles emprestei minha voz, às vezes solitária; às vezes quase isolada, isoladamente inaudível, mas que, na minha crença e na minha esperança, a outras vozes se unirá, com outros gritos ecoará, quando o pranto dos oprimidos se fizer canto de liberdade.

Tenho, como poeta, duas mãos e o sentimento do mundo. A vida me permitirá que eu mantenha esse sentimento a salvo de vacilações e ao largo de omissões, diante da injustiça e da opressão.

Deus me permitirá, em sua bondade, que essas mãos, eu as mantenha limpas e preservadas para a tarefa maior de, com o povo, construir a sua cidadania e sua libertação.

Deus me permitirá, em sua bondade e misericórdia, que amanhã, como hoje, possa jurar e gritar pelos meus filhos e por seu futuro, pelo meu pai e por seu passado, que essas mãos nunca mataram, essas mãos nunca roubaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu me coloco à disposição dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eminente Senador Teotônio Vilela Filho, o pronunciamento de V. Ex^a é, ao mesmo tempo, de rara beleza literária e em parte, para mim, de uma sensibilidade fora do comum na defesa de um segmento importante do patrimônio nacional que está sendo desperdiçado, que está esquecido, que está fazendo a pobreza do Nordeste aumentar em ritmo avassalador, que é o setor que V. Ex^a, como eu, conhece tão bem, o da cana-de-açúcar.

Creio que as teses que V. Ex^a defendeu aqui devem orgulhar a sua classe de produtor de açúcar, porque sua visão é abrangente, não é setorial nem egoística, e sabe que no Nordeste a casa grande está em decadência, mas ainda assim a prioridade do Poder Público tem que ser a senzala.

Lamento que, depois de ouvi-lo, tenha, por dever de ofício, de tratar de assuntos tão áridos: mas V. Ex^a já justificou a nós todos quando, pronunciando palavras de uma compreensão que é fruto do intelecto, mas, sobretudo, da sensibilidade, disse que nós estamos aqui não como algozes, mas como mandatários extraordinários da Nação - foram suas palavras -, como advogados e juizes para resgatar a imagem desta Casa, que é tanto nossa quanto sua.

Ilustre Senador, esse papel da ODEBRECHT tem-se constituído, para mim particularmente, mas creio que para todos nós aqui da CPI, num verdadeiro quebra-cabeça. Não conseguimos ainda ninguém que, com segurança, nos interpretasse as suas palavras e sobretudo os seus números.

Tenho em mãos, por exemplo, o documento II, de 9 de abril de 1992, onde aparece o nome de V. Ex^a e, ao lado, realmente, percentuais - 2/2,5% -, mas, curiosamente, fora do contexto de qualquer obra da empresa, porque as obras que estão embaixo estão relacionadas a outros Deputados.

V. Ex^a já disse que quer saber o que são esses números. Nós também queremos. Então, perguntaria a V. Ex^a o seguinte: o que teria levado essa empresa a essa atitude de colocar no papel, ainda que em papéis reservados, nomes de tantos políticos, em posições as mais diversas, e com esses números que no final são incômodos, inclusive relacionando ora parlamentares, ora governadores, ora ministros, a percentuais?

V. Ex^a certamente ouviu ou teve oportunidade de saber do depoimento do Diretor Regional da Odebrecht, Sr. Aílton. Ele disse que esses números são exercício da responsabilidade dele, visando a planejamentos de futuras ajudas de campanha a políticos.

Perguntaria: qual a interpretação de V. Ex^a? O que verdadeiramente significarão esses papéis?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Meu caro Relator, Deputado Roberto Magalhães, na oportunidade do depoimento do representante da Odebrecht, o Sr. Aílton Reis, pedi ao meu Líder aqui no Senado, Senador Mário Covas, que o inquire sobre isso, em relação sobretudo ao meu nome. Ele respondeu com uma evasiva, mais ou menos alguma coisa no sentido do que V. Ex^a falou: que era um projeto para o futuro, uma coisa nesse sentido.

Confesso que a resposta dele não me satisfaz e por isso fiz a interpelação judicial à Odebrecht. Quero que ela se pronuncie na Justiça, porque esse fato de aparecer o nome Teotônio Vilela, com um percentual ao lado, precisa ser esclarecido. Sou o primeiro que quer o esclarecimento total e absoluto dessa questão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a já disse que a única vez em que se encontrou ou se deparou com a ODEBRECHT foi para contrariar interesses dela, que queria construir um luxuoso e espaçoso aeroporto na cidade de Arapiraca, no seu Estado.

Certamente, V. Ex^a não priva da amizade, nem de aproximação com o Dr. Emílio Odebrecht.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem com qualquer outro representante ou diretor daquela empresa?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Eu conheço um funcionário da Odebrecht. Não sei se é diretor, mas é um alto funcionário, que é o Sr. Cláudio Melo.

Eu o conheço desde a época em que ele trabalhava na DM 9 Propaganda, na Bahia, quando precisei de serviços seus para campanhas eleitorais em Alagoas. Ele era publicitário naquela época. E encontro, às vezes, o Cláudio Melo aqui nos corredores do Congresso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas ele nunca procurou V. Ex^a para pedir nada?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Nunca me procurou, nem eu o procurei. Apenas nos conhecemos, não somos sequer amigos. Ele nunca foi ao meu gabinete, eu nunca...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer, em relação a V. Ex.^a, não há porque haver a expectativa de que a ODEBRECHT tem interesse em uma eleição ou reeleição sua, certo?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Na minha expectativa, não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não é isso?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - É isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Fica muito claro, então, que a explicação do Dr. Ailton, no seu caso, é absolutamente inadmissível.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não sei o que passou na cabeça dele quando escreveu aquilo lá; mas quero saber, gostaria de saber.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex.^a nunca participou da Comissão de Orçamento?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Sim, participei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Participou?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Participei. Fui Relator da ELETROBRÁS, no ano de 1992, e relatei o Ministério das Relações Exteriores em ... Aliás, relatei a ELETROBRÁS em 1991 e o Ministério das Relações Exteriores em 1992.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas eram setores em que, provavelmente, a ODEBRECHT não teria grandes interesses, a não ser o energético, em que ela realmente tem grandes obras, inclusive Angra I e Angra II.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Certamente, na área de energia, ela tem muitos interesses; inclusive, onde aparece o meu nome, onde aparece TV é ao lado de três obras da área de energia, justamente na época em que relatei a ELETROBRÁS.

Foi o que citei no meu depoimento inicial. Uma delas, acatei, a Hidrelétrica de Manso, no valor de 1% das emendas propostas pelos Parlamentares para aquela obra. E sugeri ao Relator do FND, porque não cabia ao relator da ELETROBRÁS, já que não havia recursos disponíveis, uma vez que ao Relator da ELETROBRÁS caberia simplesmente remanejar recursos internos, e não havia recursos para isso. Essa obra eu acatei. As duas outras, Igarapava e...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex.^a pode deixar porque já está gravado...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - As duas outras não acatei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mesmo assim, não acatou por pedidos e, sim, por uma questão de convicção?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não. Não acatei porque...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, a que acatou.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - A que acatei era uma obra muito importante para o Estado de Mato Grosso: a Usina Hidrelétrica de Manso. Para V. Ex.^a ter uma ideia, os três Senadores de Mato Grosso, de correntes políticas diferentes, todos três apresentaram emendas para essa mesma obra. Isso mostra que era uma unanimidade o interesse para que aquela usina gerasse energia, porque o Mato Grosso tem problemas sérios de energia.

Além do mais, essa obra estava dentro do plano da ELETROBRÁS. Foi uma obra considerada prioritária também pela própria Comissão de Energia da Câmara dos Deputados. Indiscutivelmente, era uma obra que merecia ser contemplada. E foi com esta visão que assim procedi.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Deputado Odacir Klein, Senador Teotônio Vilela: V. Ex.^a é um Senador que tem demonstrado grande interesse na área de energia elétrica, promovendo diversos encontros, seminários de estudos nesse área, e, como Relator do sistema ELETROBRÁS, seria natural que tivesse o diálogo, o encontro com representantes de empresas, com diretores que tivessem sugestões sobre a área de energia elétrica. Por exemplo: qual é a oferta de energia hoje? Qual é a que se faz necessária diante das necessidades para os próximos anos? Quais os tipos de energia? Quais os tipos de aproveitamento, seja da riqueza de potencial hidrelétrico existente no Brasil, seja das diversas outras formas de energia, petrolífera, nas áreas da cana-de-açúcar, de energia solar, etc?

Então, seria mais do que natural que especialistas na área de energia, representantes de empresas e diretores das empresas, nos mais diversos campos, o procurassem para diálogos de natureza técnica para o planejamento do desenvolvimento da capacidade energética brasileira.

Isto aconteceu como um processo natural? Que tipo de contatos V. Ex.^a tinha com o segmento empresarial na área de energia, em função do próprio campo de interesse que desenvolveu enquanto Senador?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Senador Suplicy, o critério e a postura prática por mim utilizada para contemplar as emendas, como Relator da ELETROBRÁS, no ano de 1992, foi procurar ver as prioridades do plano de energia do Governo.

Analisar, também, aquelas obras que já estavam com mais de 80% da sua construção implementada e que estavam com as obras paralisadas, e sobretudo uma comunicação permanente com as empresas estatais de energia. O meu contato

permanente, naquela época, foi com a ELETROBRAS e as grandes estatais de energia: CHESF, FURNAS, ELETROSUL, em relação a empresário.

No Brasil existe pouco empresário na área de energia, o que é um erro. Eu defendo a participação da iniciativa privada no setor elétrico, não para privatizar as usinas hidrelétricas que já estão funcionando. O Brasil está com 17 hidrelétricas com obras paralisadas. Então, é importante que o dinheiro do setor privado entre para a geração de energias futuras, e não para comprar as hidrelétricas que já estão prontas e funcionando. Eu defendo a privatização para a expansão do setor elétrico, mas hoje, no Brasil, pouquíssimos empresários lidam com energia. O que acontece é que o interesse do empresário é em energia para construir as grandes obras, as grandes hidrelétricas, as grandes empreiteiras. Eles não me abordam: nem eles, apenas muitos poucos para fazer pressão ou assédio de qualquer tipo. Desse tipo não houve nenhum assédio, nenhuma procura, mas tive um relacionamento muito intenso com todos os setores ligados à energia.

Eu tenho tido aqui no Senado, na presidência da Comissão de Energia, uma postura que se confronta muito com o interesse dessas grandes empresas, dessas grandes empreiteiras, porque eu defendo um modelo que procura contemplar, priorizar as potencialidades energéticas do Brasil na área da biomassa, dos pequenos recursos hídricos, do gás natural, dos biodigestores, da energia solar, da energia eólica. E esse tipo de energia que eu defendo não precisa de ferro, não precisa de cimento, não precisa de grandes obras. De modo que não há muita - creio - simpatia desses setores para com o trabalho que exerço na área de energia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Houve, por acaso, alguma iniciativa de emenda de V. Ex.^a para que o sistema ELETROBRAS, ou o Governo Brasileiro, por alguma entidade, desenvolvesse algumas dessas áreas de energia, como a solar, como as outras que acabou de citar? Porque, segundo a sua avaliação, que eu considero correta, seria importante para o Brasil abrir perspectivas nessas áreas alternativas? Houve iniciativa de V. Ex.^a na área de emendas ao orçamento, nesta direção? E poderia exemplificar?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Sim, Senador. Eu apresentei tão-somente três emendas como relator do anexo ELETROBRAS. Uma delas... Vou pegar aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu complementaria perguntando se poderia dizer se foram executadas tais emendas, ou liquidadas.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Bom, não estou encontrando aqui os valores, mas eu lembro bem as emendas. Eu apresentei três emendas como relator do anexo da ELETROBRAS. Uma destinando recursos para que o Ministério da Ciência e Tecnologia promovesse estudos na área dos óleos vegetais. O Brasil possui um potencial fantástico de energia, que são as energias provenientes dos óleos vegetais, e não aproveita, simplesmente ignora esse manancial energético. Há um estudo feito pelos alemães, Senador Suplicy, que prova que só as castanhas da Amazônia têm um potencial energético, através dos óleos vegetais que nelas estão contidos, capaz de gerar a energia que o Brasil utiliza com o petróleo. Só as castanhas da Amazônia, se fossem aproveitadas no seu potencial energético, daria para o Brasil ser auto-suficiente em petróleo, podendo, ainda, exportar o petróleo que produz. Isso pode parecer uma loucura em primeira mão, mas fui à Alemanha e vi lá um motor funcionando com óleo vegetal. O sujeito coloca o óleo *in natura* e o motor funciona com rendimento extraordinário, não poluente, não explosivo. Existe tecnologia para isso e, no caso da Amazônia, essas castanhas viriam pelos rios. Toda a Amazônia é permeada de igarapés, de rios. Você a colhe e ela flutua. De modo que isso poderia fazer parte de um projeto como aquele defendido por Chico Mendes quanto à auto-sustentação da Amazônia, da convivência do caboclo, do índio, com o processo de geração de energia que não polui, que convive com as flores, com os pássaros e que, sobretudo, possibilita a criação de uma classe média rural no interior do Brasil, acabando com esse perverso êxodo rural. Apresentei uma emenda nesse sentido.

Apresentei uma outra emenda para estudos, também destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para que promovesse estudos junto à Companhia de Eletricidade de Alagoas para o aproveitamento da biomassa como gaseificação: a gaseificação do bagaço de cana e de todo tipo de madeira. Para que V. Ex.^a tenha uma idéia, na Dinamarca, um eucalipto leva 18 anos para ficar maduro, para crescer. Como todos sabem, lá o sol aparece poucas horas no dia; e, no entanto, na Dinamarca, existe um projeto de geração de energia a partir do eucalipto, através da gaseificação da biomassa, que aumenta em 40 vezes o potencial da energia da madeira. Aqui, no Brasil, o eucalipto leva 5 anos para ficar maduro, e simplesmente ignoramos isso. Foi nesse sentido que apresentei uma emenda para que se aprofundasse esse estudo da gaseificação da biomassa e do bagaço de cana. Naquela época, foi feito um cálculo, e só o bagaço de cana que é desperdiçado no Brasil, hoje, que é jogado fora, incinerado nas caldeiras das usinas, daria para gerar, através desse processo de gaseificação, a energia suficiente para a geração de uma Itaipu. E sabemos que Itaipu hoje custa ao Brasil uma soma que já vai lá para os 22 bilhões de dólares.

A terceira emenda foi para a eclusa de Tucuruí. Todos sabem que o Rio Tocantins ficou sem poder ser navegável por causa da construção dessa hidrelétrica, sendo uma eclusa lá fundamental. Assim, os Parlamentares do Estado do Pará me solicitaram e eu apresentei. Essas foram as três emendas apresentadas por mim como Relator do Anexo ELETROBRAS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Antes da última questão, Sr. Presidente, um detalhe: eu gostaria de saber qual é a empresa responsável pela eclusa de Tucuruí.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não sei, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A minha última indagação refere-se a uma questão que indireta, mas muito fortemente afeta o Orçamento da União. O Ministério da Fazenda, nesses últimos dois anos, andou vendo uma forma de renegociação da dívida de todo o Sistema do setor elétrico com as empresas fornecedoras, as mais diversas, para o Sistema ELETROBRAS. Projeto sobre esse assunto veio para o exame do Senado, se não me engano, no final de 1991, início de 1992: quando veio a matéria ao Senado, solicitei que o Tribunal de Contas da União averiguasse se os termos daquele entendimento estavam adequados, porque acredito que V. Ex.^a possa também ... e, se não me engano, V. Ex.^a até foi procurado por diversos engenheiros, técnicos do Sistema ELETROBRAS, que chamavam a atenção de nós, Senadores para o que, na visão de muitos, era algo inadequado, inclusive dando um tratamento a essas empresas que tinham crédito junto ao Sistema ELETROBRAS muito mais favorável do que, por exemplo, recebiam os trabalhadores no sistema de ajuste da sua remuneração. Enquanto para as empresas, elas estariam recebendo um ajuste onde todas as possíveis perdas dos diversos planos em anos passados eram inteiramente consideradas, a correção monetária para elas sempre seria plena, para os trabalhadores houve diversas perdas conhecidas.

Tipicamente essa era uma situação em que Senadores poderiam estar sendo procurados por empresas para que logo aprovássemos. Esse assunto continua sendo tratado pelo Ministério da Fazenda, agora, com uma nova proposição.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Senador, eu lembraria que o tempo está excedido em cinco minutos e solicitaria a V. Ex.^a que concluisse.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Perguntaria a V. Ex.^a, nobre Senador Teotônio Vilela Filho, até como uma das pessoas que mais se interessa no Senado Federal pela área energética, que análise fez desse entendimento. Se tem havido sugestões ao Ministro da Fazenda sobre um tratamento que, na sua avaliação, seria o mais adequado. E se, porventura, foi procurado por representantes dessas empresas para ouvir e que tipo de diálogo teve com os representantes dessas empresas na defesa do interesse público.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - O meu gabinete aqui no Senado Federal é uma espécie de meca da energia. Lá vão todos os funcionários, o trabalhador na área de energia, empresários de todos os âmbitos: o que gera a energia solar, outro que lida com energia eólica, os inventores; as corporações que têm interesse no setor, todos me buscam, assim como o homem do carvão, do gás natural e assim por diante.

Neste caso, se não me engano, o Senador está se referindo àquele encontro de contas que foi feito e aprovado no Senado para acabar com aquela cadeia de inadimplência que uma empresa estadual devia a uma federal, a federal devia à Eletrobrás e a Eletrobrás devia ao Governo e, o Governo, por sua vez, não pagava as dívidas dos contratos externos e assim por diante. Essa era a chamada cadeia da felicidade, porque ninguém pagava ninguém e o setor estava caminhando para um colapso.

Naquela época foi feito um acordo com o então Presidente da ELETROBRAS, Dr. Eliseu Resende, para que aprovássemos aquele encontro de contas onde os chamados "créditos de contas de resultado a compensar" que as empresas tinham para com o Governo - porque as tarifas comprimidas não cobriam os custos que a lei exigia que o Governo remunerasse nas suas tarifas - e que esses créditos fossem utilizados para saldar essas dívidas.

Isso realmente resolveu em grande parte os problemas dessas empresas quanto à questão. Mas, num segundo momento, o que o Dr. Eliseu ficou nos devendo, e até hoje estamos aguardando, é que a partir daquele passo avançássemos de uma forma concreta, objetiva para a institucionalização do setor elétrico, para que a legislação passasse a ser confiável, para que o empresário possa despertar e investir na energia com a segurança de que terá tarifa, de que vai haver um rendimento e, sobretudo, que exista uma política de tarifa para que a tarifa não seja utilizada simplesmente para segurar a inflação ou estimular essa ou aquela região.

É preciso que haja uma política de tarifa porque, sem tarifa, não se pode pensar em conservação de energia. Sem tarifa, não se pode pensar em energias alternativas. Enfim, sem uma política de tarifa, o setor elétrico, o setor energético fica empacado.

O Dr. Eliseu e o Governo ficaram de dar o passo adiante no sentido de que essa institucionalização fosse equacionada, sobretudo no tocante à preocupação do Senador em relação aos funcionários que trabalham no setor elétrico que estavam se sentindo também prejudicados nessa questão.

Tenho buscado conversar com esses setores, mas, lamentavelmente, até hoje, não avançamos. A partir daquela votação no Senado Federal, não avançamos na questão do setor elétrico. Por isso, até a privatização do setor elétrico, que é importantíssima para expansão do setor, apesar do interesse do Governo em fazê-lo, está sem condições de ganhar credibilidade, aceitação do setor, porque várias outras pendências continuam existindo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Componentes da Comissão: Na verdade, votei contra a convocação do Senador Teotônio Vilela Filho e poderia até parecer uma contradição que eu o interrogasse. Mas é que tomo a presença do Senador nessa cadeira como uma oportunidade, já que o convocaram, para que proceda à sua defesa, como na verdade vem fazendo neste momento, perante a Comissão. Por isso, vou aprofundar, com minhas perguntas, algumas dúvidas que pudessem restar ainda com a presença de S. Ex^a nesta Comissão.

Senador Teotônio Vilela Filho, V. Ex^a responde a algum processo criminal?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não, Senador.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a responde a algum processo civil indenizatório movido pelo Estado, pela União ou por algum município?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não, Senador.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A sua atividade, no momento, é meramente política?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Sim.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sua atividade é meramente política.

V. Ex^a falou no aproveitamento do bagaço de cana, isso para geração de energia elétrica. Essa providência viabilizaria mais a economia do seu Estado ou viria em proveito de toda uma região?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Em proveito do Brasil, Senador, porque a cana-de-açúcar é produzida no Estado de São Paulo, que é o maior produtor do Brasil, em Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Paraíba; Espírito Santo também produz, de forma que há um interesse de várias regiões, sobretudo o Nordeste, os Estados de São Paulo e o Paraná. Todos esses estados têm muito interesse nesta questão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mantivemos durante muito tempo no Congresso Nacional, e houve até uma CPI sobre a questão da energia elétrica. Tenho a impressão de que algumas de suas emendas visaram livrar parte do Brasil, a parte mais ameaçada, exatamente de um colapso de energia elétrica. E isso? V. Ex^a teve emenda neste sentido?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - O meu trabalho tem sido, como um todo, como Presidente da Subcomissão de Energia, para que o Brasil possua uma matriz energética condizente com suas limitações de país subdesenvolvido e condizente com suas potencialidades de país tropical. Uma matriz energética que vise o interesse do Brasil e não interesse de outros que não os brasileiros. Não temos praticado uma política voltada para o interesse do Brasil. Este é meu trabalho como um todo.

As emendas que apresentei têm modesta participação na construção dessa matriz energética para qual venho trabalhando e feito verdadeira peregrinação por todos os Estados do Brasil, para que os brasileiros tomem consciência de que é possível gerar energia. Criou-se o mito, no Brasil, de que energia é farta e barata; não é. Energia é muito cara, é um bem preciosíssimo e precisa ser tratado com toda atenção, com toda a importância que merece. A energia não é simplesmente um insumo, é um elemento de poder e uma variável estratégica de desenvolvimento.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a está no Senado desde 1987, eleito em 1986. O seu patrimônio cresceu-se muito neste período?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não, Senador. Já tive oportunidade de dizer aqui, no depoimento inicial, que o meu patrimônio é exatamente o mesmo em termos de valores, porque há sempre uma mudança, pois compramos um automóvel, vendemos outro; compramos uma casa, vendemos outra, mas não houve nenhum acréscimo neste patrimônio. Ao contrário, a linha de crescimento que vinha desde que comecei a trabalhar logo que me formei, em 1974, que era uma linha gostosamente ascendente, passou a ficar numa horizontal a partir de 1987, quando ingressei na vida pública. Não lamento isto. Foi uma opção feita por mim. Trabalho e trabalhei muito em empresa. Gosto desse trabalho, mas o trabalho político também é muito importante. Meus irmãos e meus sócios cuidam dos negócios da família.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a tem contatos com construtoras e empreiteiras, notadamente as de grande porte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não. Absolutamente nenhum.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não tem nenhum contato com nenhuma empreiteira de grande porte.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não, não.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. V. Ex^a tinha amizade pessoal com o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Nunca fui sequer apresentado. Talvez o tenha visto nos corredores, mas confesso que, ao ver a fotografia, não recordava dele. Absolutamente nenhum. Absolutamente nenhum.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Gestionou junto a ele para aprovação das suas emendas?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Nunca. Nunca.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a foi campeão na aprovação de emendas ou tem poucas emendas aprovadas?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Os meus conterrâneos prefeitos reclamam muito de mim, Senador, porque o meu desempenho, a minha **performance** em apresentação de emendas é um pouco medíocre. Lamento frustrar os prefeitos da minha região, que é uma região pobre, carente e que precisa, mas eu tenho que ser sincero: esforço-me ao máximo para aprovar as minhas emendas, porque isso é muito importante para o meu Estado, para o meu Município. Mas a minha a média, no meu Estado, fica sempre entre o quarto e quinto lugar neste **ranking** de aprovações de emendas, lamentavelmente. Gostaria de ter aprovado mais, porque Alagoas precisa muito. Os Municípios, sobretudo os do Sertão, precisam muito de investimentos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a mantinha relação de amizade mais estreita, capaz de influenciar deliberações da Comissão do Orçamento, com pessoas como João Alves ou o Deputado Cid Carvalho, do Maranhão, ou digamos... João Alves, já falei? João Alves, Cid Carvalho ou o Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Senador, sou parlamentar há 7 anos. É evidente que os conheço todos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas não teve relações para pedir a liberação?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não. Não havia... Como Relator, quando fui Relator do Sistema ELETROBRÁS, o Deputado Fiúza era o Relator-Geral. Havia contatos de Sub-Relator para Relator, mas contatos que eram exigidos pela função que exercíamos, nada mais além disso.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a soube do episódio da exoneração de um cargo de confiança de um funcionário da Câmara, onde se envolve muito a figura do Senador Ronaldo Aragão, do Deputado Ibsen Pinheiro etc? V. Ex^a tem alguma coisa a este respeito para falar? Saberá informar alguma coisa?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não, Senador. Não teria nada a acrescentar ao que esta Comissão já sabe.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não sabe de nenhuma informação?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - A Comissão já ouviu o depoimento dele. Eu não teria nada a acrescentar. Tomei conhecimento na época, como todos os Parlamentares tomaram, mas não tenho nenhuma informação que pudesse acrescentar aqui às informações que esta Comissão já possui.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pergunto mais: as suas emendas não foram somente para o Estado de Alagoas. V. Ex^a falou em emenda apresentada a pedido de representantes do Pará, se não estou enganado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Como Relator.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Ah. A solicitação foi na condição...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - De Relator do Sistema ELETROBRÁS.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Isso é que eu queria esclarecer.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Como Parlamentar de Alagoas, todas as minhas emendas foram dirigidas para o meu Estado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - É isso que eu queria perguntar.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Como Relator do Sistema ELETROBRÁS, a pedido da Bancada do Pará, fiz uma emenda de Relator para a eclusa de Tucuruí.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo. Exatamente isso que eu queria perguntar, embora eu soubesse realmente o que tinha acontecido; mas a declaração de V. Ex^a, no momento anterior, poderia gerar alguma dúvida. Então, queria ouvir de voz clara que, na verdade, a inclusão disso foi na condição de ocupante de um cargo na Comissão de Orçamento e não na condição de parlamentar isoladamente.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Obrigado, Senador, pela sua preocupação.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nobre Depoente, desde o início da CPI, nunca vi tanto silêncio nessa sala, na exposição por um depoente. Comoveu-me realmente a forma como V. Ex^a escreveu e penso que V. Ex^a devia derivar um pouco para a parte literária.

Quero dizer a todos os Parlamentares que me orgulho da amizade de Teotônio Vilela Filho. Como membro da CPI, tenho sofrido a dor de Teotônio Vilela e de outros homens sérios que por aqui passaram. Conheço Teotônio Vilela há vinte e sete anos. Sou amigo da família; fui professor de Teotônio Vilela no CIEM, quando tinha quinze anos de idade, época em que o caráter de uma pessoa está se formando. Teotônio era uma pessoa fechada, ao mesmo tempo amigo de todo mundo, sério, íntegro - como continua. Sofremos um acidente muito grave juntos. Graças a Deus, sobrevivemos e espero que continuemos a sobreviver com essa amizade, juntos.

Tenho certeza, meu amigo, de que, mais uma vez, V. Ex^a irá sobreviver à irresponsabilidade desse diretor da Odebrecht. Tenho certeza de que ganha, após o seu

depoimento, o PSDB, por ter o nome como o de V. Ex^a nos seus quadros. Ganha o País com a capacidade de V. Ex^a, como empresário e como parlamentar.

Para finalizar, quero dizer que V. Ex^a é um exemplo a seguir pela ala jovem de Senadores desta Casa.

Parabéns, Teo, continua a sua luta, que é a nossa luta, de seriedade, de justiça e de desenvolvimento para este País.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Muito obrigado, meu caro amigo Gilberto Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, o nobre Relator, ao iniciar a sua inquirição, demonstrou a sua perplexidade para interpretar o documento conhecido como "Documento da Odebrecht", que realmente tem sido o grande desafio desta Comissão. É inegável a importância do encontro desse documento; realmente é indiscutível que um documento foi evidentemente subtraído de dentro da empresa e recolhido às escondidas da casa de um Diretor da Odebrecht, que se tinha a impressão de ser um lugar absolutamente seguro e sigiloso, a tal ponto que foi necessário que a Polícia Federal conseguisse um mandado de busca e apreensão do Supremo Tribunal Federal para que, de surpresa e de inopino, se adentrasse aquele lar e lá se vasculhasse e apreendessem todos os documentos relacionados ou que pudessem ter relação com esta CPI.

Eis que surge um documento onde constam vários nomes, inclusive o de V. Ex^a, Senador, e de outros tantos Deputados, constando o nome e um percentual na frente, e normalmente relacionando ainda números de emendas que, verificadas, se constatou serem de interesse da Odebrecht. Daí, é evidente que o primeiro impulso de todos nós foi considerar aquele percentual com sendo uma gratificação ou propina que essa empresa estaria concedendo a todos aqueles parlamentares que, de qualquer forma, auxiliassem essa empresa na consecução de seus objetivos de angariar mais verbas, mais recursos para suas obras.

Por isso, nobre Senador, eu tive esse privilégio na noite de hoje de ouvi-lo com muita atenção - e posso afirmar-lhe que foi excepcional a minha reação, favorável pela maneira segura com que V. Ex^a expôs o seu preâmbulo; mas a verdade é que essa perplexidade nos incomoda porque, a priori, a todos nós pareceu realmente ser um ato de propina aquele percentual, e V. Ex^a há de admitir que tudo conduzia a isso, porque não é um documento, não é um folhetim que se distribuiu às portas do Congresso Nacional, mas foi um documento apreendido que estava mesmo clandestinamente recolhido dentro de uma residência que se imaginava inatingível.

Em primeiro lugar, junto com esse percentual de 2%, parece-me que tive a impressão de ouvir de V. Ex^a que existiam três emendas de V. Ex^a próximas ao seu nome; estou errado ou não, Senador?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Está: há um equívoco. Nos documentos dos quais tomei conhecimento - e me parece que é o que existe, porque não houve nenhum outro -, existem as iniciais TV; não há nenhum percentual ao lado, só TV. O tal do famigerado percentual se encontra num papel de caderno, onde está escrito: Teotônio Vilela - 2%. Ao lado de três obras, tem TV - obras que eram objeto do meu relatório como Relator do Sistema ELETROBRAS; não eram emendas minhas, eram de outros parlamentares, mas sobre as quais eu, como Relator, iria me manifestar.

Dessas três obras, como aqui já citei, uma foi contemplada: foi a Hidrelétrica de Manso, para o Estado de Mato Grosso, no valor de 1% das emendas apresentadas pelos parlamentares para aquela obra; eu contemplei no valor de 1% do total das emendas apresentadas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Da solicitação dos parlamentares?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Sim, dos parlamentares.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Ex^a teria o valor em dólar, para termos atualizado esse valor?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Acho que tenho aqui, Deputado, se V. Ex^a me der um minuto.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Pois não. Se for difícil, nobre Senador, não é relevante; basta a sua palavra de que V. Ex^a reduziu, se é que entendi, a pretensão dos subscritores da emenda para 1% do valor.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Para mim é suficiente, a não ser que esteja muito fácil. Era só para ter uma idéia do valor, por tratar-se de uma hidrelétrica.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Tenho o valor aqui, Deputado, não em dólar, mas em cruzeiro, na época. Foram apresentadas emendas no valor de 16. 25. 30 bilhões de cruzeiros. Foram apresentadas emendas no valor de 30 bilhões de cruzeiros e eu atendi 600 milhões.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Só para elucidarmos, Senador: existe algum outro parlamentar cuja inicial seja TV?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não, acredito que não. No caso, creio que se referiam mesmo a TV, porque eu era o Relator pertinente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - São três emendas?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - São três emendas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Ex^a aquinhoou cada uma delas com esse percentual de mais ou menos 1%?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não, duas não foram contempladas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E uma com 1%?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Uma com 1% do valor apresentado pelas emendas dos parlamentares.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Só para que possamos ter algum tipo de nexos: essa obra vinha sendo executada pela Odebrecht? Isso é do conhecimento de V. Ex^a?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Essa obra vem, já algum tempo; ela foi iniciada e está hoje semiparalisada. Se não me engano, é da ODEBRECHT essa obra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E foi aquinhoadada com apenas 600 milhões de cruzeiros?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Ela foi aquinhoadada, mas, segundo informações obtidas... Esse recurso foi sugerido ao Relator do FND, porque o meu relatório não poderia acrescentar recursos novos.

O FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento se processa da seguinte forma: O BNDES aloca recursos para empresas estaduais. Não, no caso de Manso, ela está interligada: no caso, parece-me que é para Furnas ou para empresas estaduais específicas, na forma de aumento de capital; e a empresa local, do Estado, ou a empresa federal correspondente é quem repassa esse dinheiro para a obra. Mas a informação que tenho é a de que o BNDES não liberou esses recursos.

Aliás, nenhum desses recursos do relatório do FND foi liberado neste ano, como também não o foi no ano passado. Embora a emenda tenha sido contemplada em 600, não houve a liberação de recursos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso é oficial? V. Ex^a constatou isso?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - É oficial.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nobre Senador, V. Ex^a deve ter ficado com a perplexidade que nos narrou, também querendo indagar por que o nome de V. Ex^a constou, com um percentual na frente, de uma emenda de que foi o Sub-Relator.

V. Ex^a disse que é conhecido do Sr. Cláudio Melo; o Sr. Cláudio Melo é realmente um alto funcionário da Odebrecht? Seria esse Cláudio Melo o representante da ODEBRECHT junto ao Congresso Nacional, que estaria sempre pelos corredores?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não sei a função específica dele.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Ex^a já chegou a encontrar Cláudio Melo pelos corredores do Congresso?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sendo conhecido dele, não lhe ocorreu ou, se por acaso ocorreu, V. Ex^a chegou a indagar dele, na condição de alto funcionário, como o seu nome foi parar naquele documento, na frente de um percentual?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Após este escândalo da Odebrecht, nunca mais vi a cara do Cláudio Melo. Faz muito tempo; aliás, há mais de um ano não o vejo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em nome da Comissão de Emendas, tenho duas questões para inquirir a V. Ex^a. Primeiro, temos um documento, uma carta ao Deputado Ricardo Fiúza, assinada pelo Deputado José Carlos Vasconcellos, que era Relator do FND no Orçamento de 1992, onde diz:

"Conforme suas instruções aprovei emendas sugeridas pelo Senador Teotônio Vilela Filho no montante de vinte milhões."

E dá uma relação de emendas, às quais V. Ex^a já se referiu, que, segundo o Deputado José Carlos Vasconcellos, foram incluídas no relatório do FND, mas eram emendas originariamente do setor da ELETROBRÁS. V. Ex^a tem alguma informação sobre este fato?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Sim. Como disse anteriormente, o relator da ELETROBRÁS, que era o meu caso, não tinha condições de acrescentar recursos novos para contemplar as emendas sugeridas, porque só era permitido remanejar recursos internos dentro do próprio sistema. Ou seja, uma usina hidrelétrica de Furnas só se poderia remanejar, e mesmo assim, no valor limitado para outra obra de FURNAS: então, havia uma limitação muito grande. Foi-me sugerida pela ELETROBRÁS que aquelas empresas as quais tivessem obras mais prioritárias fossem encaminhadas como sugestão ao relator do FND, Deputado José Carlos Vasconcellos, para que ele as contemplasse no seu relatório. Fizemos uma reunião com o Relator-

Geral, Deputado Ricardo Fiúza, e ficou acertado que caberia ao relator da ELETROBRÁS, no caso eu, encaminhar e sugerir emendas no valor de até quinze bilhões para o relator do FND. Seria a única forma, segundo a ELETROBRÁS, de acrescentar recursos novos a estas obras sobre as quais ela tinha interesse. Desta forma, fiz só que no meu relatório oficial envio as emendas no valor dos quinze bilhões solicitados e combinados com o então Relator Ricardo Fiúza. Na correspondência do Deputado José Carlos Vasconcellos para o relator Ricardo Fiúza, ele aumenta um pouco o valor. Coloca em cinco bilhões as emendas que seriam da responsabilidade do

relator da ELETROBRÁS, acrescentando aí, duas emendas justamente a de Cachoeira Dourada e Igarapava que foram as duas emendas que havia rejeitado no meu relatório.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

Segunda pergunta, nobre Senador:

Em documentação apreendida na casa do Sr. Afilton Reis, há um documento, sob o título "Programas com o Deputado JCA." E faz uma referência a uma emenda de V. Ex^a. Algum Deputado procurou V. Ex^a para tratar dessa emenda, à qual V. Ex^a já se referiu, para uma cidade de Alagoas, uma obra de infra-estrutura urbana na região do Córrego do Salgadinho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Isso!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Já fez referência. V. Ex^a já tem alguma explicação para esse título do documento "Programas com o Deputado JCA"? Alguma explicação sobre esses dizeres?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Olha, se o JCA quer dizer José Carlos Aleluia, eu quero dizer que conheço o Deputado José Carlos Aleluia. Ele é um homem que se dedica muito às questões de energia elétrica; nós temos uma convivência desde a época em que ele foi presidente da CHESF; conversamos muito; nos damos muito bem; mas, a respeito de emendas no Orçamento da União, nunca tivemos uma conversa sequer a este respeito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado. Só para informar à Comissão, como V. Ex^a se referiu a sua performance, no que diz respeito a emendas, é medíocre. Possui poucas emendas e não possui liberações significativas. Nesse sentido foram apenas esses dois documentos, e nos chamou a atenção este fato, também, que a percentagem que está junto ao nome de V. Ex^a não se refere à nenhuma obra específica; diferente de outros parlamentares que se referem a algumas emendas concretas. Está solta, e não conseguimos atribuir nenhum significado a esse fato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Senador Teotônio Vilela Filho, Srs. Parlamentares:

Eu acompanhei atentamente a exposição de V. Ex^a e estou convicto de que esta CPI tem uma finalidade específica de apurar irregularidades. Todavia, ela tem também a responsabilidade de analisar os fatos à luz da realidade e de deixar patente aos olhos da Nação que aqueles que não têm envolvimento não têm por que temer estar aqui para ser argüido.

De modo que, considerando essas minhas primeiras palavras, queria fazer a seguinte pergunta: Senador Teotônio Vilela Filho, como economista próspero e bem-sucedido que o é, quais seriam as suas sugestões para a elaboração de um orçamento real e que evite os créditos suplementares, os quais têm contribuído para a sangria de recursos para fins outros que não aos seus verdadeiros objetivos?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Meu caro Deputado Costa Ferreira, eu não sou especialista em orçamento. Mas, a minha vivência aqui no Congresso Nacional e essa experiência recente dos abusos que esta Casa e a Nação inteira constataram, - as irregularidades na Comissão de Orçamento, e, sobretudo, a inoperância desta comissão - quando descobrimos o que todo mundo intimamente já sabia: que esta Comissão de Orçamento é uma verdadeira ficção. Nós apenas brincamos ou fingimos de fazer orçamento, quando, na verdade, toda proposta orçamentária é elaborada dentro de quatro paredes, com a participação de três ou quatro burocratas, e Deus sabe lá quantos outros mal-intencionados participam da elaboração desse orçamento, que, em último caso, é a elaboração da verdadeira política de desenvolvimento do Brasil.

Eu deixaria uma sugestão a esta Comissão: que as comissões existentes no Congresso Nacional, as comissões temáticas, a Comissão de Energia, a Comissão de Educação, as várias comissões que têm membros e quadros de grande valor participando delas, ficassem com a responsabilidade de fornecer ao Congresso Nacional um parecer sobre a proposta orçamentária do Governo, há área específica de cada comissão. E isso não ocorreria somente no final do ano, às pressas, quando a proposta orçamentária chega e não há tempo para que os Parlamentares possam fazer nada. Seria um trabalho que ocorreria durante todo o ano, de conversas com o Executivo, de debates, e teríamos aí, certamente, um Orçamento muito mais responsável.

No tocante à energia, o ganho seria de um volume de uma natureza extraordinária, porque o que temos feito na área de energia - deixei isso muito claro no meu relatório - é simplesmente adicionar ou remanejar de 2 a 3% em obras, que já estão definidas, iniciadas e muitas delas, embora o Brasil precise de energia, serão construídas para jogar energia para canto nenhum. Na verdade, visam, única e simplesmente, o interesse de muitos poucos brasileiros. Daí o desastre do projeto nuclear: são 8 bilhões de dólares. O Brasil paga hoje 1 milhão de dólares por dia pelo atraso daquela obra - 1 milhão de dólares de juros por dia! e Deus sabe lá quando Angra II vai funcionar. Está aí Tucuruí, funcionando pela metade. Uma obra magnífica, no coração da Amazônia, mas que, além da cidade de Belém, manda energia somente para duas fábricas de alumínio. São 8 bilhões de dólares para empregar 12 mil pessoas! E o Brasil, a cada tonelada de alumínio que exporta, perde 500 dólares, porque a energia é subsidiada. Mesmo assim, quatro turbinas estão paradas. Será que esses 8 bilhões de dólares não poderiam ser

direcionados para outro local, como, por exemplo, para explorar o turismo no Nordeste, para uma função social qualquer - está aí o Projeto Contra a Fome, do Betinho, que até hoje não conseguiu juntar 1 milhão de dólares. Então, realmente precisamos repensar a política de desenvolvimento para o Brasil; e esta política tem que ser repensada aqui no Congresso Nacional, em consonância com os burocratas do Poder Executivo. É esta a sugestão que deixaria aqui na Comissão de Orçamento, ou seja, para que as comissões já existentes no Congresso Nacional fizessem os relatórios respectivos à proposta orçamentária enviada pelo Governo Federal.

O SR. COSTA FERREIRA - Senador Teotônio Vilela Filho, qual seria a sua opinião para se coibir as irregularidades detectadas nas diligências determinadas pela Subcomissão de Subvenções Sociais pelo Tribunal de Contas da União ao destino das subvenções sociais, cujas distorções estão patentes quase em todo o País e que, de maneira até curiosa, como entidades que têm fins lucrativos recebem tais benefícios, segundo o relatório de tais técnicos?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Deputado, como disse, não sou especialista em Orçamento, mas os abusos encontrados nessas questões das subvenções sociais apontam para a solução lógica de haver uma mudança drástica no comportamento que vem acontecendo até então.

Lembro muito de uma frase de meu velho pai em que ele dizia ser o problema do menor abandonado o maior abandonado. Então, ele dizia: - Cuide do maior abandonado, dê-lhe emprego, dê-lhe condições de vida, que não existirá o menor abandonado.

A minha preocupação com a questão social se prende muito mais a uma elaboração de uma política de geração de emprego e renda. E o Brasil tem uma potencialidade muito grande para permitir um tipo de política como essa.

O SR. COSTA FERREIRA - Tudo bem. Para concluir: como V. Ex^a vê seu nome ao lado de percentuais trazidos a público pelos documentos apreendidos no escritório da Odebrecht, por ocasião de diligências lá efetuadas pela Polícia Federal?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Já respondi a essa pergunta, durante todo depoimento do primeiro interpellante.

O SR. COSTA FERREIRA - Quero agradecer a gentileza de V. Ex^a e também a bondade da Presidência desta Comissão.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, ante a exposição feita pelo eminente Senador, acompanhada de referências, as provas documentais relativas a seu patrimônio e a sua movimentação bancária, diante das inquirições já feitas e das perguntas por eles já respondidas, acredito, Sr. Presidente, que não tenho o direito de perguntar por perguntar. Mas, tenho o dever de silenciar em reverência ao plenário e a mim próprio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a sabe que muitas vezes o Presidente da Casa tem que ouvir e não pode, ao mesmo tempo, referentemente a meu querido amigo Cid Sabóia de Carvalho, dois e ter a possibilidade de escrever.

Então, V. Ex^a terminou tão mais depressa que o normal que eu fui tomado de surpresa.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas, a responsabilidade não é de V. Ex^a, é a irreverência dos Parlamentares que ocupam o seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Nós ainda vamos tirar das notas taquigráficas as nossas trocas de palavras e sentenças.

Como último inscrito, está com a palavra o nobre Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, antes de começar gostaria de fazer uma pergunta.

É possível obtermos um histórico do que foi dito no depoimento feito pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos perante uma das Comissões da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ter aqui? Agora?

O SR. MÁRIO COVAS - Agora.

Bom, agora, ou não se vai tratar desse assunto na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não.

O SR. MÁRIO COVAS - É possível tomar conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoimento está à disposição a qualquer momento, exceto nessa altura da noite, eu teria dificuldade perante a Secretaria da Mesa, talvez.

O depoimento de José Carlos Alves dos Santos?

O SR. MÁRIO COVAS - Isso.

Não foi feito um depoimento, ontem, em uma comissão? Parece-me, até, que serviu para que um documento saísse num jornal? Falando em documento no jornal, esse tema ainda vai ser tratado por nós, ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador, não gostaria de tratá-lo hoje, mas com absoluta certeza vou tratar - não hoje.

O SR. MÁRIO COVAS - Bem, Sr. Presidente, inscrevi-me muito mais com o objetivo de testar a minha própria fidelidade à justiça.

Tenho relações pessoais - já hoje estou em condições de dizer isso - começada com o pai do Senador, eu me peguei na triste posição de encontrar companheiros aqui, e até com cujos avós eu estive aqui...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Imagine eu! (Risos)

O SR. MÁRIO COVAS - Senador Teotônio Vilela Filho, tenho pelo filho a mesma admiração que nutria pelo pai. E, portanto, fiz um esforço extraordinário, Sr. Presidente, no sentido de procurar fazer perguntas inteligentes que pudesse dirigir ao companheiro de partido, a uma pessoa que admiro e, no mínimo, pra exibir para mim próprio, para satisfazer a minha própria aspiração de sentimento de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As perguntas, no mínimo, inteligentes que V. Ex^a, evidentemente, sempre as faz inteligentes, ao menos inteligente.

O SR. MÁRIO COVAS - Fiquei um pouco consolado, porque vi que nas demais indagações a dificuldade foi igual.

Acho que a imprensa vai nos ficar me devendo isso também. Vai ficar nos devendo o fato de ter colocado em documentos, não sei se avisada ou desavisadamente, o nome sem outras conotações, não creio que nem gravado de forma correta, até não sei se Teotônio não se escreve com "h" e parece que Vilela se escreve com dois "l".

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Tem um "l" só.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É porque V. Ex^a exagera tudo.

O SR. MÁRIO COVAS - Nem a grafia está correta.

Ocorre que em Alagoas as pessoas gostam de dois "l" no nome.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Aceito a provocação. (Risos)

O SR. MÁRIO COVAS - Mas, afinal, vou tentar perguntar ao depoente o

seguinte:

V. Ex^a foi, durante algum tempo, Sub-Relator da Comissão. Não há quem, nesta Casa, em maior ou menor distância, não tenha ouvido que havia pecados cometidos dentro da Comissão de Orçamento. O que V. Ex^a pode dizer a este respeito? V. Ex^a convive com a Comissão, o que traz como informação, como convicção, até como verificação, que nos possa ajudar nos trabalhos desta Comissão?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Fui Relator do sistema ELETROBRÁS no ano de 1991 e confesso que me senti um pouco isolado do restante da Comissão. Percebia que havia uma espécie de confraria, mas a idéia que tinha ou que me pareceu é que era uma confraria, mas no sentido de permuta de emendas, de favorecimento de emendas entre um grupo que comandava a Comissão. Jamais imaginei que fosse tão grave como depois veio a ocorrer. Não havia reuniões de relatores, a Mesa não se reunia, aliás, a Comissão se reunia muito pouco, só tinha suas reuniões no final do ano e, praticamente, na hora de cada sub-relator apresentar seu relatório. Era muito esquisito, cada um pegava seu relatório, colocava debaixo do braço, não havia assessoria especializada e cada parlamentar tinha de elaborar seu relatório, sempre assediado por parlamentares. Não havia uma organicidade na Comissão ou, se havia, funcionava em lugares que não eram comunicados e onde eu, pelo menos, como Relator, não tomava conhecimento.

A sugestão que deixo, meu caro Líder Mário Covas, é que essa Comissão que não serve para absolutamente nada, e hoje todo o Congresso tem consciência disso, que é pura ficção, pois o pouco que se consegue colocar o Governo não consegue implementar por falta de recursos, ou o projeto aprovado é alterado após aprovação do Parlamento, como se verificou este ano, só no caso da energia, segundo reportagem da **Folha de S.Paulo**, 150 milhões de dólares foram acrescidos após aprovação no plenário do Congresso. Então, essa Comissão não está servindo para absolutamente nada.

Proponho que se faça algo diferente, que se aproveite as comissões especializadas das duas Casas do Congresso, fazendo com que se responsabilizem pelas áreas respectivas, para que possam, a partir daí, levar ao plenário do Congresso as propostas orçamentárias em função do estudo proveniente do Executivo. Mas não sou especialista em Orçamento e não me arvoraria a dar maiores sugestões.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Ex^a seguramente tomou conhecimento de como é citado no documento. Lendo o documento, só consegui encontrar o nome de V. Ex^a duas vezes.

Uma das vezes, num documento chamado "nota para revisão de 26.9.93", onde se faz, no item b, referência à Câmara Federal/Senado, grupo 1, deputados amigos que nos apoiam em CPIs, projetos, emendas, etc., sem cobrar e esperam por apoio nas eleições e grupo 2, deputados que estão em postos-chave no Congresso, tais como, Presidente da Câmara, Líder do Governo, Líder de Partido, Lideranças de um modo geral, Comissão de Orçamento, etc. No caso de deputados que estão em postos-chave, o nome de V. Ex^a aparece em companhia de outros deputados que sequer foram nominados até agora, tais como o próprio Presidente da Câmara, o Roberto Freire, etc.

Numa segunda vez, num documento datado de Brasília, em 9.4.92, onde há uma série, uma sucessão de anotações, algumas delas antecedidas de setores ou de órgãos, tipo SUDENE, Fundação Nacional de Saúde, SDR, etc, ou, como no seu caso, exclusivamente o nome acompanhado de um percentual que, aliás, não é nem determinado numericamente. Está escrito adiante do nome 2%, em seguida uma flecha, e 2.5%; depois tem o que parece ser o número 1 e, em seguida, uma palavra que parece querer dizer programa.

A tradução é feita nessa direção. Na hora em que se bate à máquina o documento, quem o compôs tentou traduzi-lo de uma forma mais simples de leitura,

fê-lo da maneira que li. Teotônio Vilela seria uma relação quanto ao órgão, quanto à cidade, quanto à obra, mas apenas quanto a um percentual que varia de 2 a 2,5%.

Esta pergunta já lhe foi feita, mas como não sobram muitas outras, volto a lhe indagar.

Esses fatos, esses números induzem V. Ex^a a pensar de alguma maneira? Ainda que isso decorra de uma avaliação errada, V. Ex^a tem alguma idéia do porquê isto foi colocado nesta relação?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Não, Senador Mário Covas. Não tenho a menor idéia e tanto quanto V. Ex^a e o Plenário desta Casa, gostaria muito de saber por que o meu nome está escrito neste papel, neste manuscrito quase ilegível com esse percentual ao lado. Por isto interpelei judicialmente a Odebrecht.

Quero e vou levar adiante. Preciso saber disso. Todos os brasileiros que se preocuparam com essa questão merecem uma satisfação a este respeito, sobretudo os alagoanos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, seria possível um membro do PFL intervir neste diálogo de tucano? Por que não vou querer usar...

O SR. MÁRIO COVAS - Falando ou piando?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabia que tucano piava. Queria intervir pelo seguinte: o Senador Teotônio Vilela Filho defendeu uma idéia que já está no meu relatório. Embora estando no relatório não queira dizer que já está no mundo. Só estará no mundo quando e se o Plenário aprovar.

Qual é esta idéia? Extinguir a Comissão de Orçamento. Criar uma Comissão que não seja constitucional, mas sim regimental e de sistematização orçamentária e fazer com que o projeto de orçamento, como nos Estados Unidos, passe pelas comissões técnicas do Senado e da Câmara, depois desagüe na Comissão de Sistematização e, finalmente, no Plenário.

Sendo assim, gostaria de dizer isto aos meus companheiros para que pensem e digam-me se estão de acordo ou não, o que acham, porque pretendo conversar bastante com o Plenário a respeito das propostas que vou fazer, pois se não concordar meu trabalho terá sido em vão.

V. Ex^a, que trabalhou na Comissão de Orçamento mais de 1 ano, foi Sub-Relator, declarou que a Comissão de Orçamento não vale coisa nenhuma, não serve para nada. Certo?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - É verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E está propondo que passe pelas comissões técnicas. Aí estou encontrando uma dificuldade, qual seja, alguns parlamentares, inclusive o meu estimado Presidente, acham que pode gerar um corporativismo, uma certa turbulência. Entretanto, nos Estados Unidos é assim. É bem verdade que a cultura anglo-saxônica é uma e a latina é outra.

O que eu queria colocar para o Senador e para os demais o seguinte: a questão de passar pelas comissões técnicas é viável ou inviável?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Na minha opinião é um caminho que deveria ser seguido. É verdade...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pela transparência que vai dar...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Concordo com a preocupação do Presidente Jarbas Passarinho. Vamos ter que fazer uma série de ajustes, mas é um caminho. V. Ex^a já está dizendo: nos Estados Unidos já é feito desta forma...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só que o projeto chega em janeiro, em junho se aprovar.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO - Fiz esta sugestão. Concordo com esta proposta, nobre Relator Roberto Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a prossiga com a palavra.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não. Só vou fazer um comentário. Não acho uma boa mecânica - perdoe-me o Relator -, porque é um mecanismo que dilui a responsabilidade e concentra poder e concentrando a responsabilidade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Só que o Relator aceita sugestões.

O SR. MÁRIO COVAS - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se me permite - com estranho cuidado por "passarinho entrar em conversa de tucano", porque os tucanos ornitologicamente têm o mau hábito de atacar ninhos de passarinho -, só chamaria a atenção - já que estamos aproveitando a presença do Senador Teotônio Vilela Filho - que é necessário passar por comissões técnicas e, evidentemente, cada uma puxaria para si a importância, a prioridade, etc; teria que ser fatal criar uma comissão de sistematização para elas? Isso seria vantagem, em relação ao que temos?

O SR. MÁRIO COVAS - A idéia parece-me que é essa: uma espécie de comissão de sistematização, que faria o trabalho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - No final, faria o trabalho.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas, Sr. Presidente, não quero alongar-me. Tentei, com o melhor dos meus esforços formular perguntas que me parecessem pertinentes ao Senador Teotônio Vilela Filho, mas não há o que me possa impedir de fazer uma declaração final.

Quero dizer que, desde o primeiro instante em que esse fato aconteceu, fui procurado pelo Senador Teotônio Vilela Filho. Tive o privilégio e a honra de poder acompanhá-lo na visita que, imediatamente, lhe fez, no instante em que lhe entregou

uma carta - um dos trechos dessa carta, tenho citado sistematicamente nas oportunidades em que tenho, de forma pública. Comoveu-me bastante ter lido naquela carta que a sua única exigência era que houvesse uma velocidade na apuração igual àquela com que se tinha dado a público a denúncia. Aquilo me pareceu um gesto associado ao fato de que, desde logo, ele pediu a V. Ex^a, na minha presença - e comigo insisti de forma muito veemente, ao longo desse tempo todo -, que a última das coisas que desejaria era que pudesse chegar ao fim desta Comissão sem que ela analisasse a sua conduta ou deixasse no limbo, perante uma denúncia que foi oferecida à opinião pública, em relação à qual ele não pudesse ter recebido um julgamento.

Apressou-se em trazer toda a documentação; não podemos nem dizer em relação a ele que não recebemos as documentações ainda nas subcomissões, porque ele próprio nos trouxe o que normalmente pedimos aos órgãos oficiais, isto é, os seus extratos bancários de todas as contas bancárias, a sua evolução no que se refere à declaração no imposto de renda. Portanto, nem mesmo podemos desobrigar-nos de efetuar um julgamento a seu respeito e da sua conduta, pelo fato de dispormos dos elementos necessários.

Gostaria de salientar isso, porque é algo que consola o companheiro, estimula o companheiro que, eventualmente, exerce a posição de Liderança e pode contar nos quadros com os quais convive com uma figura dessa dimensão. Não considero que seja o instante adequado para fazermos isso, penso que não é razoável, mas gostaria de dizer que, realmente, os seus companheiros, os companheiros do Senador Teotônio Vilela Filho - e creio que não são os companheiros de partido, são os de convívio, de admiração - sentem-se confortados por poder conviver, assistir um depoimento escorreito, sério e uma colocação, uma atitude de natureza pessoal tão significativa como a que acabamos de assistir; aliás, reiteração de tudo o que aconteceu, desde que a denúncia foi feita.

Agradeço, Sr. Presidente, e me perdoe essa exacerbação de linguagem, mas é que a situação, efetivamente, deixa-nos estimulado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Senador.

O Relator ainda deseja inquirir?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente?

O SR. ODACIR KLEIN - Não desejo inquirir, Sr. Presidente, mas gostaria, agora que já ouvimos três depoimentos de pessoas mencionadas com percentuais nos documentos da Odebrecht, de dizer que tenho procurado manter um cuidado: o de não manifestar opinião sobre a qualidade de depoimentos. Mas entendo que agora há condições de fazê-lo, porque não estamos nesta CPI com o objetivo de condenação, com o objetivo puro e simplesmente de darmos satisfação à opinião pública que, às vezes, cobra até apaixonadamente ou por uma certa desinformação. Precisamos, aqui, ao final, de ter a coragem de dizer que alguns têm que ser responsabilizados e precisamos ter a coragem de dizer que alguns passaram por um período de profunda injustiça, de profunda angústia, e nesse caso específico da documentação da ODEBRECHTEu tinha uma posição inicial que defendi, muitas vezes, nas nossas reuniões reservadas, inclusive, com coordenadores de subcomissões: a de que não se aprofundasse na investigação, até porque me parecia que uma manifestação unilateral não poderia nos levar a isso.

Posteriormente, mudei de posição e na Mesa apresentei a proposta no sentido de que se alguém tivesse que ser ouvido com prioridade nesse final fossem, exatamente, aqueles citados com percentuais nos documentos da Odebrecht, porque isso está dando condições de se demonstrar à Nação que não é uma manifestação escrita e inexplicável que pode fazer com que uma pessoa seja jogada à execração pública.

Ouvimos três depoimentos, e julgo que será fundamental que os outros também tenham condições de aqui trazerem suas posições, demonstrarem o que fizeram como relatores parciais, e demonstrarem exatamente que não podemos ser influenciados por uma primeira versão ou por uma primeira impressão.

Hoje tenho a segurança de que quando defendi, junto aos meus dois ilustres companheiros de Mesa, este critério de que se tivéssemos que priorizar alguém neste plenário, embora isso pudesse parecer uma inversão, que priorizássemos os que constassem na documentação da Odebrecht, estava correto; porque o que ouvimos nos três depoimentos foi uma demonstração para mim convincente.

Tenho procurado não manifestar opinião sobre qualidade de depoimentos - volto a repetir -, mas gosto de dormir tranquilo. Tenho sonhado muito com esta CPI e com seus resultados; são sonhos muito angustiados; e quando saio de um dia com depoimento de pessoas que puderam demonstrar à Nação exatamente que passaram por um período de angústia, mas que nós estamos ensinando a oportunidade para que deem a devida explicação, fico satisfeito.

Por isso, Sr. Presidente, hoje eu, que tenho procurado ficar calado, estou me manifestando e inclusive emitindo juízo a respeito de qualidade de depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O nobre depoente, Senador Teotônio Vilela Filho, declina de ainda usar a palavra para as últimas observações que nos pudesse fazer.

Cabe-me encerrar esta reunião, convidando para amanhã às 9h30min o primeiro depoimento, e dizendo da minha alegria de ouvir as palavras do Vice-Presidente Odacir Klein.

Agradeço ao Senador Teotônio Vilela Filho pelo testemunho que nos deu. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 22h37min.) /

Depoimento do Sr. Deputado Pedro Irujo

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião, que tem por objetivo principal ouvir o Deputado Pedro Irujo.

O Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. PEDRO IRUJO - Pedro Irujo Yaniz.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. PEDRO IRUJO - 63 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. PEDRO IRUJO - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. PEDRO IRUJO - Salvador.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. PEDRO IRUJO - Industrial e, agora, funcionário público.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce a atividade?

O SR. PEDRO IRUJO - Brasília e Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ficar de pé para ouvir o compromisso por parte do depoente.

O SR. PEDRO IRUJO - Juro dizer a verdade e somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado!

Nobre Deputado Pedro Irujo, é praxe darmos ao depoente o prazo limite de uma hora, se desejar, para fazer alguma explanação preliminar. Se abrir mão disso, então passaremos diretamente a palavra ao Relator.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO IRUJO - Agradeço, Sr. Senador, e eu gostaria de ouvir as perguntas para imediatamente respondê-las.

SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Tem a palavra o nobre Relator.

* **O SR. RELATOR** (Roberto Magalhães) - Deputado Pedro Irujo, V. Ex^a foi chamado não apenas a depor perante esta CPI, mas também, anteriormente, teve os seus sigilos quebrados, tanto o bancário quanto o fiscal, em função dos chamados papéis da ODEBRECHT. V. Ex^a certamente já conhece estes papéis, já sabe a razão do seu chamamento.

V. Ex^a aparece no manuscrito de 09 de abril de 1992, manuscrito cuja autoria é de um diretor da ODEBRECHT, Sr. Afilton; aparece ao lado da sigla SUDENE, ao lado do Deputado Geddel Vieira Lima e de um percentual de 4%.

Como V. Ex^a explica, se é que pode fazê-lo - já que o papel não é da sua autoria, mas de terceiros -, esta anotação?

O SR. PEDRO IRUJO - Sr. Relator, quem pode responder é este Sr. Afilton, que deve ter escrito, porque não tenho conhecimento de nada. O conhecimento que tenho e que informo é que fiquei muito indignado a partir daquele momento, porque nunca tive qualquer relacionamento comercial ou pessoal com qualquer uma dessas pessoas e também entrei com uma interpelação judicial na mesma hora, no mesmo dia em que tomei conhecimento do fato aqui no plenário.

Desta maneira, não conheço nada, em absoluto!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Há quantos anos V. Ex^a desempenha o mandato de Deputado Federal?

O SR. PEDRO IRUJO - Fui diplomado em 12 de dezembro de 1990 e comecei meu mandato em fevereiro de 1991.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o seu primeiro mandato então?

O SR. PEDRO IRUJO - Meu primeiro mandato.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a, neste período, participou da Comissão de Orçamento?

O SR. PEDRO IRUJO - No primeiro ano, fui indicado para ser membro da Comissão de Orçamento, em 1991, e exerci a função. Começou a haver reuniões do

Orçamento em novembro ou dezembro, aproximadamente. Participei, nesse ano, da Comissão, embora não estivesse em nenhuma relatoria, sub-relatoria.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Enquanto permaneceu na Comissão, V. Ex^a teve alguma proximidade, algum relacionamento maior com o Deputado João Alves?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor. Conheci o Deputado João Alves pessoalmente mais ou menos no mês de maio, junho ou julho, talvez, de 1991. Conhecia de ouvir falar muitas vezes, porque ele era Deputado há muitos anos, mas não o conhecia pessoalmente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E alguma vez notou, por parte do Deputado João Alves, alguma atitude suspeita no que tange a relacionamento com lobbies, com empreiteiras ou mesmo com Deputados que tivessem, que participassem daquilo que, com muita propriedade, se convencionou chamar aqui de "núcleo de poder da Comissão de Orçamento"?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor. Não percebi nada, porque até era um Deputado novato, primeiro mandato, pouca gente conhecia, muito poucos Deputados eu conhecia e não tinha motivo para ter esse relacionamento.

Por outro lado, pouco relacionamento tive com o Deputado, que, aliás, é uma pessoa difícil, não sendo fácil pará-lo para falar um minuto sequer. Sempre foi muito corrido, sem tempo de poder falar coisa nenhuma.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em relação às suas emendas, Deputado, V. Ex^a sempre as apresentou ao Orçamento tendo em vista a realização de obras e serviços na Bahia, não é isso?

O SR. PEDRO IRUJO - É verdade. Somente na Bahia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Jamais alguma fora da Bahia?

O SR. PEDRO IRUJO - Nunca fora da Bahia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a tem, evidentemente, atividade profissional outra que não apenas a de Deputado. Quais são as atividades profissionais que V. Ex^a tem além do mandato?

O SR. PEDRO IRUJO - Sou empresário há muitos anos. Mesmo que quisesse ter mandato antes de 1988 não poderia tê-lo, porque a Constituição não o permitia.

Então, todos esses anos, de 1956 a 1988, no Brasil, fui empresário o tempo todo. Nunca pude participar da política partidária, não porque não gostasse, mas porque não podia. Não era permitido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E essa vocação para a política, V. Ex^a a considera como sendo uma questão interior, de sentimento, ou houve uma certa indução por parte de políticos baianos, de amigos, de companheiros, que incentivaram seu ingresso na carreira política?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor. Esse entusiasmo pela política, eu tenho desde criança, porque minha família era de políticos, e eu saí por questões políticas da Espanha quando tinha 19 anos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Examinando as emendas que V. Ex^a apresentou, pelas quais V. Ex^a lutou, verifica-se que alguns Deputados poderiam ter com V. Ex^a alguma articulação política ou alguma afinidade em termos de áreas geográficas, políticas, no seu Estado; é o caso de Genebaldo Correia, de Eraldo Tinoco e até mesmo de José Geraldo fora, da Bahia. V. Ex^a tem uma estreita relação com esses Deputados?

O SR. PEDRO IRUJO - Conheço o Genebaldo Correia desde 1982, aproximadamente, na primeira campanha de que participei politicamente; conheço-o, fiquei conhecendo-o, foi presidente do PMDB. Sempre tive uma tendência por partidos onde se podia fazer política partidária, qual seja o PMDB, e tive esse relacionamento sempre bom com ele. Conheço o Deputado Eraldo Tinoco desde que era Secretário da Educação na Bahia. Então, também o conheço bem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, é sempre muito ingrato enveredarmos no exame da vida pessoal de cada um, ou melhor, pessoal-profissional, mas é um dos ônus da atividade dos que integram esta CPI.

Verificando os créditos bancários de V. Ex^a, verifica-se, na realidade, que V. Ex^a tem uma atividade empresarial de grande vulto, porquanto temos aqui em mãos, desde 1989, quando V. Ex^a não era ainda Deputado, meses em que os créditos em conta corrente de V. Ex^a chegaram a mais de um milhão e num caso, julho de 1989, a mais de dois milhões de dólares.

O SR. PEDRO IRUJO - Como empresário, eu não poderia fazer política. Mas tenho muitas empresas, e hoje em dia temos um grupo de 24 empresas, grandes e pequenas, mas que é motivo para ter um movimento relativamente normal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Curiosamente, no ano anterior àquele que V. Ex^a se elegeu Deputado, em 1989, V. Ex^a teve uma movimentação de créditos bancários em mais de sete milhões de dólares. Nos anos seguintes, há uma queda brusca: em 1990, cai para 92 mil; em 91, para 326 mil; em 92, para 613 mil; e em 93, para 509 mil. V. Ex^a fez voto de pobreza depois que entrou para a política? Como é que se explica isso?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor, não fiz voto de pobreza, o que se explica é muito fácil.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Empobrecimento violento!

O SR. PEDRO IRUJO - O que se explica é muito fácil. Estava dedicado às minhas empresas 100% do meu tempo. Depois que entrei na política partidária, a partir de

1988, tinha sempre um objetivo: ser Deputado ou Senador, ou ter um cargo eletivo, vereador, queria ser alguma coisa na política, porque a minha origem política está aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isso é dialeto basco?

O SR. PEDRO IRUJO - Não é dialeto basco, mas é de um basco que esteve 40 anos no exílio e somente voltou no dia em que Franco foi morto.

Essa é a origem. Eu tinha também esse interesse e eu tinha também a certeza absoluta que um dia, mudando a Constituição, eu poderia ser eleito, como fui eleito. Quando fui eleito, me afastei praticamente de todas as empresas. Então as empresas hoje são dirigidas e administradas por profissionais exclusivamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas de qualquer maneira, os lucros das empresas continuam sendo auferidos e estão lá no patrimônio. V. Exª não está empobrecendo, apenas o seu patrimônio pessoal, a sua conta pessoal é que...

O SR. PEDRO IRUJO - Se eu sou acionista, é lógico que continuarei prestando contas dessas empresas aos acionistas. E eu sou um deles.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, Deputado, não tenho nada a ver com a sua vida, mas, veja bem. É natural. V. Exª se afastou, não está recebendo honorários. Muito bem. Agora, seria muito natural que só os dividendos, se não forem reinvestidos, já lhe dariam pelo menos uma situação melhor. Quer dizer, o que eu verifico aqui é que realmente houve uma cessação total do fluxo de recursos a partir de 1990.

O SR. PEDRO IRUJO - Nossas empresas cresceram porque praticamente tudo que ela rendeu foi aplicado em mais empresas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Reinvestiram.

O SR. PEDRO IRUJO - Este ano mesmo, este ano que passou, nós investimos num jornal novamente. Quando todo mundo é pessimista, não tem coragem, nós investimos no *Jornal Bahia Hoje*, que está funcionando. E a maioria dos que estão aqui, sobretudo baianos, conhecem esse jornal.

Então, a nossa intenção não é ganhar o dinheiro e fazer com ele festa, nós fazemos com o dinheiro aplicação.

Temos hoje, para que todos os senhores tenham uma idéia, para que todos os Deputados conheçam, hoje temos mais de três mil funcionários com emprego direto, mais de três mil funcionários. Então, para manter três mil funcionários na situação econômica que o País se encontra é muito difícil. Não é nada fácil.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Para encerrar: V. Exª tem conhecimento com o pessoal que controla ou representa a ODEBRECHT?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor, não tenho nenhum conhecimento, apesar de ser da Bahia e conhecer praticamente todos os empresários e toda a Bahia, e toda a Bahia me conhece, não tenho relacionamento nenhum, nem pessoal nem comercial.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Jamais recebeu qualquer pedido em favor da ODEBRECHT e jamais atendeu qualquer pedido?

O SR. PEDRO IRUJO - Nunca solicitei e também nunca vi.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Deputado.

Sr. Presidente, estou satisfeito. Protestarei, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Deputado Pedro Irujo:

Poderia explicar, exatamente, o que foi que ocorreu com respeito à obra de construção do Hospital de Alagoinhas, Bahia? Há uma Emenda R/01417-3, do Deputado Jorge Tadeu Mudalen, englobando a Emenda 006254, de V. Exª, de igual teor ao da Emenda 0015024, mencionada no documento da Construtora Norberto Odebrecht, também de V. Exª.

No parecer do Relator Parcial, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, na referida Emenda R/014173, está dito: "Aprovado em razão do seu grande alcance social. Solicitação dos Deputados José Carlos Aleluia e Pedro Irujo". Justamente, o documento da ODEBRECHT associa os nomes de V. Exª e do Deputado Jorge Tadeu Mudalen ao Fundo Nacional de Saúde e ao percentual de 5%. O Deputado Jorge Tadeu Mudalen foi o Relator Parcial do Setor 39, do Orçamento-Geral da União de 92 - Ministério da Saúde, INAMPS, FNS. Agradeceria se pudesse detalhar o que é do seu conhecimento sobre este assunto.

O SR. PEDRO IRUJO - O que é do meu conhecimento é o seguinte: Quando faço uma emenda, solicito-a para o município, município, inclusive, em que fui bastante bem votado - Alagoinhas. Depois que a emenda entra, eu não tenho acompanhado e não sei o que aconteceu com a emenda, se ela foi aprovada ou não saiu. Segundo V. Exª, essa emenda foi recebida pelo Sr. Relator, não é isso? É assim?

O SR. EDUARDO SUP LICY - É.

O SR. PEDRO IRUJO - Perdi o contato, não tive mais contato nenhum a respeito dessa Emenda. Não sei se saiu e acredito que não porque o Hospital, até agora, não tem uma pedra sequer. Então, não acredito que tenha saído.

O SR. EDUARDO SUP LICY - O Vereador Lourival Silva, da Câmara Municipal de Contendas de Sincorá, na Bahia, encaminhou denúncia apresentada pelo Gabinete Legislativo à Polícia Federal, relativamente ao desvio de dinheiro público, tráfico de influência, utilização do dinheiro público para promoção pessoal, superfaturamento de obra e outros delitos, informando que foram consignados no Orçamento-Geral da União de 1992 e 1993, por influência de V. Exª, recursos para diversas obras, destacando-se as seguintes: construção de hospital - convênio Ministério da Ação Social e Sociedade Contendense da Beneficência - SCB, através da FEPC - Fundação de Experimentos e

Pesquisas e Planejamentos Educacionais e Comunitários -, construção de Clínica Odontológica - convênio Ministério da Ação Social e SCB, através da FEPC -, eletrificação rural do trecho rio Sincorá e rio de Contas, com 43 quilômetros de extensão - convênio MARA e Prefeitura Municipal de Contendas de Sincorá -, construção de Matadouro Municipal - convênio MARA e Prefeitura Municipal de Contendas -, cooperação técnica para a criação da Cooperativa Rural Vale do Sincorá - convênio MARA e Prefeitura Municipal de Sincorá -, assistência financeira para a ampliação de reformas de escola - convênio MEC e Prefeitura Municipal de Sincorá -, mencionando-se que a SCB não estaria habilitada para firmar os convênios acima, pois não exerce ou não exerceu qualquer atividade social; que as diversas placas, alusivas às obras, destacam a interveniência de V. Exª e a ação do Prefeito Municipal Almir de Sousa Elói, de que teria havido irregularidades nos processos licitatórios, executados tanto pela SCB quanto pela Prefeitura Municipal, sendo que a Construtora Obra Prima Engenharia Ltda, executa as obras acima citadas, encontrando-se atrasadas as obras em estado incipiente.

Poderia V. Exª esclarecer o que sabe sobre estes fatos, por favor.

O SR. PEDRO IRUJO - O que me consta, contando assim por alto, é que há uma emenda do Ministério da Agricultura para um matadouro, uma emenda no valor de 92 milhões e 240 mil cruzeiros. Não sei se tem alguma outra que eu não conheço.

O SR. EDUARDO SUPPLY - As obras de construção do matadouro e de construção e ampliação de escolas são objeto de emendas aprovadas, apresentadas por V. Exª em 1992 e 1993, respectivamente apresentadas aqui.

O SR. PEDRO IRUJO - Ministério da Educação. Seria Ministério da Educação, aqui tem Ministério da Agricultura.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Construção e ampliação de escolas foi objeto de emenda de autoria do Relator Geral, Deputado Ricardo Fiúza, G-003663. Mas os anteriores 0015121, ...

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor, a única emenda que - consta aqui - coloquei em contendas é exatamente na Agricultura, que foi o matadouro. Está aqui, é a única.

O SR. EDUARDO SUPPLY - É o que estou mencionando.

O SR. PEDRO IRUJO - Essa foi feita no Orçamento de 91 para 92, no valor de 92 milhões 240 mil cruzeiros. É a única emenda.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E V. Exª acompanhou aquilo que foi objeto da denúncia mencionada do Vereador Lourival Silva?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor, depois que a emenda vai, a obrigação de executar a obra e fazer tomada de preços é do prefeito. Tem tempo que não há contendas, tem bastante tempo, mas acredito, tenho certeza absoluta de que esse dinheiro chegou. A obra está realizada.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Essa Construtora Obra Prima Engenharia Ltda tem alguma relação com o senhor?

O SR. PEDRO IRUJO - Não conheço.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Finalmente, V. Exª encaminhou recursos para a Fundação Pedro Irujo do Orçamento da União? Pelo menos fez emendas nesse sentido?

O SR. PEDRO IRUJO - Fiz uma emenda, aquela emenda que V. Exª deve ter feito - a maioria ou quase todos os Deputados e Senadores fizeram - de 30 milhões de cruzeiros, valores de 92, que se transformou em 723 milhões, se não me falha a memória. Foram cortados 3 zeros, passando para 742 milhões de cruzeiros reais, que dá um total aproximadamente de 2 mil e poucos dólares. Nunca foi liberado esse recurso, não tenho um centavo de subvenção social. Para isso tenho aqui a certidão negativa, está aqui, gostaria de passar para as mãos do ilustre Senador. Gostaria que passasse, apenas para que tomasse conhecimento; depois, gostaria de falar a esse respeito.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Poderia V. Exª esclarecer que tipo de relação existe entre a Fundação Pedro Irujo e o Jornal Bahia Hoje? Se há alguma?

O SR. PEDRO IRUJO - É claro que existe. A Fundação Pedro Irujo, que é a família.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Certo.

O SR. PEDRO IRUJO - A Fundação que existe desde 1989. O jornal Bahia Hoje é um jornal de que eu faço parte como acionista.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Certamente, os membros da Comissão de Subvenções Sociais formularão mais perguntas a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Deputado Pedro Irujo, V. Exª mantém relacionamento com os grandes empreiteiros baianos?

O SR. PEDRO IRUJO - Não posso falar que não mantenho relacionamento porque vivo na Bahia. Quem vive na Bahia conhece todos baianos, a maioria dos baianos. Agora, vir a manter um relacionamento comercial ou industrial é diferente. Não, Senador.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual o faturamento do seu grupo, quando V. Exª diz que tem 24 empresas, aproximadamente?

O SR. PEDRO IRUJO - Vou dar aproximadamente. Considerando de 1990 a 93, 250 milhões 637 mil, 633 dólares.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Duzentos e cinquenta milhões de dólares, aproximadamente?

O SR. PEDRO IRUJO - Duzentos e cinquenta milhões de dólares.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual a situação das 24 empresas com relação ao imposto de renda?

O SR. PEDRO IRUJO - Todas estão regulares. Todas. Não tem nenhuma que não pague seu imposto, se é devido. E não tem nenhuma que não tenha tudo que está aqui declarado. Todas elas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quantos funcionários tem o grupo de V.

Ex*?

O SR. PEDRO IRUJO - Tem aproximadamente 3 mil, pensei que estava em 3 mil e 250, aproximadamente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Acredito que para V. Ex* ser considerado um campeão de emendas na Bahia ia ser muito difícil. Tem muito baiano competente nesse setor. Mas quantas emendas V. Ex* teve aprovada nos últimos anos, por ano, e quantas dessas emendas foram liberadas em termos de recursos?

O SR. PEDRO IRUJO - Um momentinho, por favor, que vou passar já. (Pausa) Tenho aqui Ministério por Ministério. Bem-Estar Social: tiveram aprovadas, de 1991 para 92, 9 emendas no Ministério do Bem-Estar Social, liberadas 5. De 1992 para 1993, aprovadas 14 emendas no Ministério do Bem-Estar Social, liberadas 12. Ministério da Integração Regional: uma emenda, liberada pequena parte. Ministério da Educação, 1991: 4 emendas liberadas e sete aprovadas. Todas pequenas. Ministério da Agricultura: 4 aprovadas e 2 não liberadas. Está aí. Essas são as emendas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex* poderia nos informar se tem alguma empresa no exterior?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor. Não tenho empresa no exterior.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex* conhecia, tinha relacionamento pessoal com o Sr. José Carlos dos Santos?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor. Eu o conhecia como acredito que a maioria dos Srs. Deputados que estão aqui presentes e Senadores conheciam, muito superficialmente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quando houve o contingenciamento do Orçamento, V. Ex*, alguma vez, foi ao Ministério procurar o José Carlos dos Santos? Pediu liberação de recursos? Foi atendido?

O SR. PEDRO IRUJO - Fui com mais de um Deputado. Fui com algum Deputado, fui uma vez ou duas. Não fui atendido, ao que me consta, não fui atendido.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual o Deputado que acompanhou V. Ex* nessa busca?

O SR. PEDRO IRUJO - Na ocasião, era coincidência, porque ia para lá dois, três Deputados, fomos juntos, especificamente, não me lembro bem se foi uma vez com João Gaudêncio ou se foi com o Curvo, se fui com alguns Deputados aí, mas nada especificamente juntos para tratar do assunto.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex* afirma que, em nenhum momento, quando estava contingenciado o Orçamento, teve liberação ou algum favor de José Carlos dos Santos.

O SR. PEDRO IRUJO - Nunca tive.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual o seu relacionamento específico e se V. Ex* apresentou alguma emenda para alguma obra em andamento da Construtora OAS?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor, nunca apresentei emenda para construtora alguma. Eu, quando apresento emendas, apresento emendas para prefeitura, que vai administrar se for aprovada e liberada a concorrência ou administração, é a prefeitura.

Claro que, quando sei que sai alguma obra de alguma emenda que eu tenha solicitado, sei se está sendo feita ou não está sendo feita. Por exemplo, em Salvador, onde eu tive 107 mil votos, tem obras que estão sendo realizadas, e qualquer um dos senhores que queiram visitar pode fazê-lo, que estão sendo feitas essas obras, obras importantes, obras de cunho social muito grande, onde estão os Alagados, onde está a família morando na lama, onde está a população sofrendo muito.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Pedro Irujo, sei que não é obrigação de nenhum Parlamentar acompanhar o processo licitatório; o que o Parlamentar tem que fazer é apresentar emenda, trabalhar para que a emenda seja aprovada e, depois, como disse V. Ex* é problema do prefeito cumprir a parte legal. Eu gostaria de saber se V. Ex* tem o costume de acompanhar a parte licitatória, a concorrência, se V. Ex* tem tempo para esse tipo de atividade?

O SR. PEDRO IRUJO - Eu não tenho tempo, porque minha atividade é muito grande. Eu trabalho, há 36 anos, 16 horas por dia. Eu sou muito rico, muito rico mesmo, mas rico de trabalho, porque trabalho 16 horas por dia ininterruptamente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O pessoal da Bahia diz que V. Ex* também é rico de dinheiro.

O SR. PEDRO IRUJO - Não, é só de trabalho.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Pedro Irujo, V. Ex* é amigo pessoal, frequenta a casa, tem relacionamento, pediu favor, quando era sub-relator, ao Deputado Jorge Tadeu Mudalen, para aprovar alguma emenda de V. Ex*?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, Senador. Pergunte ao companheiro, ao Deputado e colega de partido, Tadeu Mudalen, aqui, na Câmara, não estive nunca em reunião, nem na casa dele, não por que seria nada mais que fosse, porque não fui convidado, talvez.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Uma última pergunta, Deputado, já foi feita pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, mas eu gostaria que V. Ex.^a desse maiores e mais claras explicações da atividade toda, a maior. Fazendo parte da Subcomissão de Subvenções Sociais, acompanhando por jornais, também, os comentários, tive conhecimento de que a maior denúncia que pesa sobre V. Ex.^a é ter criado a Fundação que leva o seu nome. Eu gostaria que V. Ex.^a dissesse, claramente, o que faz essa Fundação, quem a sustenta?

Quanto, nesses anos como Parlamentar, V. Ex.^a recebeu de dotação orçamentária ou de qualquer tipo, Ministério do Bem-Estar Social, Ministério da Educação, SDR, qualquer uma dessas daí?

Qual a atividade da fundação, quantos funcionários têm, que tipo de assistência presta e se V. Ex.^a, efetivamente, recebeu 300 mil dólares de dotação orçamentária ou de subvenção social?

O SR. PEDRO IRUJO - A Fundação, oficialmente, existe desde 1989, está aqui o estatuto, para que todos os senhores conheçam, e eu estarei a passar aqui para o Presidente da Mesa. Aqui está o estatuto, todo regular, completamente, não tem nada que não seja regulado, tudo. Se existe, neste País, uma fundação regularizada neste País, chama-se Fundação Pedro Irujo, é de 1989.

Está aqui o relatório da atividade dela, que não é pequeno, um relatório muito grande de atividades que ela desenvolve diariamente. Tudo isso aqui, Sr. Presidente, são atividades que a Fundação Pedro Irujo desenvolve há muitos anos. Quanto a funcionários, não pode, porque o estatuto não permite que tenha funcionários. Os funcionários são voluntários por parte da família - minha mulher e meus filhos - ou também outros funcionários dedicados das nossas empresas que dão assistência.

Então, através desse relatório aqui, os senhores vão ver qual a quantidade de trabalho, de relacionamento, que essa Fundação realiza, para quantas crianças necessitadas, para quantas, para quantos velhos que não tem onde dormir, para quantos cursos adolescentes, enfim, para levar pessoas para os hospitais, encontrar um lugar onde ficar à noite. É isto o que a Fundação Pedro Irujo faz, sobretudo na área de educação e de cursos para adolescentes e para crianças.

Está aqui e gostaria de passar para o Presidente, porque aqui há uma coisa muito importante que não queria deixar passar. A Fundação Pedro Irujo foi considerada, agora, precisamente, em 10 de dezembro de 1993...

"Prezados senhores,

Temos o prazer de informar que foi aprovado na reunião de grupo de institutos e fundações, ocorrida no dia 6 de agosto, no Rio de Janeiro, o ingresso dessa instituição no grupo. Anexo estamos enviando a Ata da reunião de 16 de agosto de 1993, relação das entidades e fundações, documentos de normalização, etc.

Por oportuno, comunicamos que a próxima reunião da será no dia 21 de outubro, na sexta-feira, às 8h30min na Fundação Maurício Sirowsk Sobrinho, sita na Av. Getúlio Vargas, nº 1620, Menino de Deus, Porto Alegre, telefone tal e tal."

Dessa Fundação fazem parte os grupos mais importantes das fundações do Brasil, senão vejamos: Fundação Abrigo pelos Direitos da Criança, Fundação Albino Souza Cruz, Fundação Bradesco, Fundação ???...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado...

O SR. PEDRO IRUJO - Eu me permitiria falar, porque é importante, a Fundação iria sofrer muito por causa disso. Fundação Clemente Mariani, Fundação Democrático Rocha, Fundação Emílio Odebrecht, Fundação Ford, Fundação Grupo Ezequiel Brasil, Fundação IJOP, Fundação Leão de Souza Góis, Fundação José Carvalho, Fundação José Elias, Fundação José Silveira, Fundação Luiz Estevão, Fundação ???, Fundação Mac Arthur, Fundação Maurício Sirowsk, Fundação Moinho Santista, Fundação Nestlé...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado...

O SR. PEDRO IRUJO - Fundação Roberto Marinho... Se ela tem a Fundação Roberto Marinho, que é falada e acreditada, a nossa também faz parte dela. Então gostaria que todos soubessem que a Fundação não é uma fundação fantasma; é uma Fundação que realmente veio para fazer algumas obras sociais de grande importância.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado, mais importante: V. Ex.^a recebeu ou não recebeu 300 mil dólares de subvenções sociais para a Fundação? Onde funciona a Fundação? Temos afirmações que essa Fundação funcionaria em alguma propriedade de V. Ex.^a. V. Ex.^a cobra aluguel do uso dessa propriedade?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor. A Fundação funcionava na Av. Juracy Magalhães, nº 1.200. Com a obra que se começou a fazer na Av. Juracy Magalhães, nº 1.200, passou para Mar Azul, que é de nossa propriedade - Hotel Mar Azul. Aí começaram a falar que não tinha sede, que não tinha endereço, que não tinha coisa nenhuma, e chegaram a falar que eu estaria recebendo 310 mil dólares de subvenção para a Fundação Pedro Irujo.

E lamentável que eu não possa, de uma hora para outra, livrar-me do que falam em manchete, no Jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro. Não estou culpando o jornal, que é de respeito, um dos maiores jornais do País, mas culpo o jornalista pela irresponsabilidade. Dizem que Pedro Irujo destinou 310 mil dólares à Fundação. Não recebi

um centavo sequer. Existe o jornal **A Tarde**, de Salvador, que é nosso concorrente - um jornal de muita tradição e prestígio -, um jornal que não pode, não aceita que venha outro jornal para enfrentá-lo; então, sempre vem com as mesmas notícias, todos os dias falando que a Fundação é fantasma.

A Fundação Pedro Irujo não precisa de ajuda, ela tem essa empresa e colaboradores, que somos nós, que colocam recursos suficientes para que ela faça essa grande obra social, que tem pela frente para fazer. Digo que tanto se fala nas crianças que estão morrendo de fome, que estão na rua esperando receber uma esmola, tanto que se fala nisso; e nós, que queremos fazer um trabalho não para resolver, porque é impossível, mas para ajudar, somos alvo dessas denúncias falsas, com essas mentiras feitas por jornalistas.

Existem jornalistas que são honestos e sérios, e a CPI deve muito à imprensa, mas não podemos esquecer que a imprensa quer a guerra das manchetes, da audiência; a imprensa não quer saber se estão matando a mim psicologicamente ou não, querem é vender mais jornais e ter mais manchetes na televisão. Isso está errado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado, V. Ex.^a afirma ou confirma que recebeu os 300 mil dólares?

O SR. PEDRO IRUJO - Como vou afirmar? Não recebi um centavo, quanto menos dólares, já falei. A Fundação Pedro Irujo nunca recebeu um centavo de subsídio social, seja ele qual for.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Uma última pergunta, nobre Deputado, os jornais anunciam, dizem...

O SR. PEDRO IRUJO - Gostaria de mostrar essa manchete de **O Globo**, "Deputado Irujo ganhou 310 mil dólares do Orçamento para a Fundação Pedro Irujo, como subsídio". É uma mentira, uma calúnia. Quem limpará meu nome agora? Alguém? Não, mas estou acostumado a lutar, já lutei muito na vida, não é por causa disso que me vou entregar agora, de maneira nenhuma. A verdade, às vezes, demora, mas chega. A verdade está chegando hoje, é um dos dias mais felizes que estou passando na minha vida política e particular, por poder vir aqui esclarecer e colaborar com a CPI, que - acredito - está sendo vista com toda seriedade. Pode haver um exagero aqui e lá, mas esta CPI está sendo feita com toda seriedade. Não tenho mágoa, nem constrangimento de forma alguma de vir aqui ou ir a qualquer lugar, porque falo a verdade e minha vida foi sempre a pura verdade.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado, a Fundação tem ou não conta fantasma?

O SR. PEDRO IRUJO - Como é?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Existem afirmações de que V. Ex.^a movimentou contas fantasmas e que a Fundação teria contas fantasmas. A pergunta é: V. Ex.^a movimentou conta fantasma?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, meu nome é Pedro Irujo. Se aparece aqui com um grande movimento bancário é porque estava sendo movimentado com meu nome; não tenho contas fantasmas, nem preciso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nobre Presidente, Senador Jarbas Passarinho, faço um requerimento verbal aproveitando a colocação do nobre Deputado. Gostaria que, quando terminasse os trabalhos da CPI, antes da votação, V. Ex.^a fosse à televisão, em cadeia nacional, dar uma explicação do que e como foi o desenrolar da CPI. Além disso, é necessário esclarecer quem são os absolvidos, pelo menos pela CPI, que não entraram no relatório. É muito importante que esses esclarecimentos sejam feitos.

Deixo esse requerimento ao Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator para fazer um esclarecimento ao nobre Senador Gilberto Miranda. Não vai haver a hipótese de não entrar no relatório, todos entrarão, quer para, fundamentadamente, em relação a estes, terem penalidades propostas ou entrarão para, motivadamente, serem declarados sem culpa nessas investigações.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, seria importante, ratificando, Sr. Presidente...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Haveria realmente a exclusão da CPI se não ouvíssemos todos, porque aqueles que não foram ouvidos, e mais, que não tiveram as suas contas bancárias, nem seu patrimônio examinados, tivemos de excluir, porque não haviam sido investigados, está certo? Mas como vamos ouvir todos, todos terão de entrar, seja para uma hipótese, seja para outra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Agradeço a explicação do nobre Relator e deixo o requerimento para ser votado posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando estivermos em reunião interna, supostamente secreta, então discutiremos a matéria. Não vamos desviar o problema neste momento, porque tenho dúvidas se a CPI poderia requerer uma rede - eu não chamaria cadeia, porque é desagradável - nacional.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Cadeia para CPI fica complicado!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Cadeia com CPI complicaria!

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso terminar este pensamento com a benevolência de V. Ex.^a? Só quero dar esta resposta.

Tenho a impressão que não teríamos autoridade para fazer isso. Tem o Presidente da República, que é um Presidente de poder, mas é um assunto a discutirmos na nossa reunião interna.

Pela voz, creio que é o Senador Cid Sabóia de Carvalho que pede a palavra; não estou conseguindo ver S. Ex^a.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma breve questão de ordem para o conhecimento de V. Ex^a e oferecer uma solução, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a determinou àquela Comissão que foi tratar, junto às Lideranças na Câmara dos Deputados, sobre a possibilidade de prorrogação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de menos barulho, partindo, inclusive, dos assistentes.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a determinou àquela Comissão para, em contato com as Lideranças da Câmara, verificar a possibilidade de prorrogação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Parece-me que na Câmara, segundo estou informado, será possível a prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Roberto Rollemberg trouxe o resultado exitoso da sua missão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E por unanimidade também dizer do Deputado Mercadante.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pois bem, Sr. Presidente, mas o fato é que essa prorrogação só será requerida a posteriori. E ontem já se falava nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou requerendo hoje, Senador.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Está requerendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Hoje. Assinei o documento há momentos para fazer a apresentação ao Congresso Nacional.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pois não.

Sr. Presidente, a questão de ordem é para que não se altere o calendário da ouvida das pessoas indicadas tal como foi resolvido, até que se saiba, para poder discutir, se realmente houve ou não houve prorrogação. Eu queria obter da Mesa a decisão de que qualquer deliberação sobre mudança de ouvida de pessoas convocadas só seria discutido após a aprovação efetiva pelo Congresso Nacional da prorrogação dos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso honra o raciocínio lógico de V. Ex^a, mas acho que esta matéria deve ficar na reunião interna. Claro que não posso fazer mudança de calendário antes de saber se isso passa pelo Congresso, a esperança é que passe. V. Ex^a tem alguma dúvida sobre o Senado?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não, Sr. Presidente, eu não auscultei o Senado Federal. Não tive este cuidado, pela dedicação aos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, hoje, nós ainda deveremos ter uma reunião; provavelmente marcarei hoje, no prazo, porque estamos usando questões de ordem de assuntos internos, aproveitando ótimas, o que não tem sido comum. Então, na reunião de hoje, discutiremos a matéria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, tenho uma divergência quanto a esta proposta, mas aguardo a reunião de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUÍZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a para me trocar com o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, o próximo é o Deputado Pedro Pavão. (Pausa)

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Ex^a seguiu a lista de chamada, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não; foi um pedido do Deputado Luiz Salomão: se V. Ex^a poderia ter precedência sobre ele, no momento, enquanto ele termina a leitura de documento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pois não.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Irujo, V. Ex^a corre um grande risco depois de tudo aquilo que foi dito aqui pelos parlamentares que me antecederam...

O SR. PEDRO IRUJO - Minha vida sempre foi um risco.

O SR. PEDRO PAVÃO - ...de ser seqüestrado depois de divulgar o potencial econômico.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não faça esta sugestão, Deputado. (risos)

O SR. PEDRO PAVÃO - As perguntas que tinha anotado aqui, o Senador Gilberto Miranda, por coincidência, as fez, todas - seria sobre o número de empresas, o número de funcionários etc. Naturalmente, era para fazermos um confronto dos rendimentos em sua declaração. É importante também que se diga que se aconteceram alguns fatos aqui, até criticados por alguns parlamentares, é relevante que se frise que o Deputado Pedro Irujo teve suas contas vasculhadas. Ele foi o parlamentar que, logo que foi denunciado, já na primeira fase, tanto a nossa Subcomissão de Patrimônio juntamente com a Subcomissão de Bancos fizeram uma análise profunda.

Eu tenho aqui, não falo apenas em meu nome, porque nós temos outros parlamentares, da Subcomissão de Patrimônio, que não encontraram qualquer irregularidade que pudesse nos levar a fazer uma inquirição mais veemente. Eu quero apenas dizer que o senhor providencie uma segurança, naturalmente em função daquilo que já foi dito.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PEDRO IRUJO - Eu queria, agradecendo a V. Ex^a, colocar à disposição de todos os Srs. Parlamentares, aqui, minhas declarações, mais uma vez, de imposto de renda e de bens patrimoniais, desde 1962 até hoje. Estão aqui; queria passar à Mesa. Minhas, durante 32 anos, e de minha família: dois filhos e minha mulher.

O SR. PEDRO PAVÃO - É lógico que a Mesa recebe, naturalmente, de bom grado. Mas é importante que se frise, também, que a apuração de denúncias cometidas na Comissão de Orçamento é pertinente ao seu mandato. Portanto, nestes últimos três anos; sobre os anos anteriores, não é de competência da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas a exemplo de outros depoentes, nós recebemos, também, declarações de renda de 20 anos. De modo que o excesso, aí, não será objeto de análise.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex que indagasse do depoente se estes documentos estão vindo à Mesa para integrarem os documentos da CPI ou apenas para uma mera apresentação e exibição.

O SR. PEDRO IRUJO - Uma mera apresentação, porque na Subcomissão de Patrimônio entreguei a mesma cópia. Se quiserem, pode ficar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, de maneira nenhuma, Deputado; é só para saber.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A tendência natural será ver e devolver.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado Pedro Irujo, eu também examinei as declarações do imposto de renda de V. Ex^a que, aliás, são muito competentemente preenchidas e em homenagem a essa clareza na sua declaração, vou fazer rápidas indagações.

A primeira diz respeito a um período que não é abrangido pela investigação. É de sua declaração do ano-base de 88, declaração de 89. Apenas para que V. Ex^a se precate perante a Receita e não seja eventualmente pilhado numa irregularidade. Porque V. Ex^a vendeu um avião, em 1988, um Sêneca 3. E V. Ex^a declarou esta venda como tendo sido feita em 89.

O SR. PEDRO IRUJO - É verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a, depois, trouxe à Subcomissão os recibos. E estes comprovam que há uma irregularidade.

O SR. PEDRO IRUJO - É verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Os recibos comprovam que há uma irregularidade insanável em sua declaração de rendimentos, porque V. Ex^a não declarou o lucro...

O SR. PEDRO IRUJO - É verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ... e o ganho de capital havido nessa transação.

O SR. PEDRO IRUJO - Não é bem lucro. O avião estava em meu nome pessoal e foi comprado em 1986, e foi passado para a Itapoá Táxi Aéreo posteriormente. Isso ocorreu em virtude de um lapso técnico do contador; é um contador que trabalha conosco há 28 anos e até hoje ele não se perdoa por esse erro que já foi corrigido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esse erro já foi corrigido perante a Receita?

O SR. PEDRO IRUJO - Já corrigiu o erro perante a Receita, tudo está corrigido. Foi um erro técnico dele e ninguém sabia que tinha sido lançado, mas não tinha motivo nenhum porque o avião não foi nem vendido, apenas foi incorporado. Não houve sonegação, porque o avião ficou na mesma empresa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para efeito de registro da operação V. Ex^a vendeu, não incorporou; ou seja, fez um aumento de capital incorporando um bem ao patrimônio da Itapoá. De acordo com o recibo que dispomos, encaminhado por V. Ex^a mesmo, V. Ex^a recebeu e por conseguinte tem que declarar o ganho de capital decorrente dessa transação. Mas isso não está abrangido, é só um alerta para V. Ex^a.

O SR. PEDRO IRUJO - Obrigado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A movimentação bancária de V. Ex^a é bastante irregular. No ano de 1989, por exemplo, ela foi de praticamente 7 milhões e 600 mil dólares; no ano de 90, cai para 92 mil dólares; em 91, 326 mil dólares; em 92, 613 mil dólares; em 93, 539 mil dólares. Nove milhões de dólares no total. Não é o mais alto, mas é um dos mais altos movimentos, que se justifica em face da sua atividade empresarial.

No período abrangido pela investigação há um fato notável: uma ordem de pagamento do Banco Bamerindus, no valor de 162 mil 792 dólares, em 25/06/91.

O SR. PEDRO IRUJO - Em 25/06/91?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim. Trata-se de uma ordem de pagamento do Sr. José Carlos Porto.

O SR. PEDRO IRUJO - Eu não tive acesso a essas contas, mas vamos ver.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. Banco Bamerindus, data 25/06, um crédito em sua conta decorrente de ordem de pagamento do Sr. José Carlos Porto. V. Ex^a é capaz de se lembrar disso?

O SR. PEDRO IRUJO - Qual é o mês?

O SR. LUIZ SALOMÃO - 25 de junho.

O SR. PEDRO IRUJO - É fácil. Em maio de 1991...
O SR. LUIZ SALOMÃO - São 50 milhões de cruzeiros, e a data é junho de 1991.

O SR. PEDRO IRUJO - Mas refere-se a 1991, não?
O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim.
O SR. PEDRO IRUJO - Eu recebi 111 milhões 180 mil 821 cruzeiros e 27 centavos da Estela Azurra. Deve ser uma transferência para cá de 403 mil dólares. Em maio de 1991, eu recebi - conta corrente da Estela Azurra - 111 milhões e 680 mil 821 e 27, correspondentes a 410 mil e 395 dólares e 11 centavos, em moeda americana.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Cento e onze milhões?
O SR. PEDRO IRUJO - Sim, 111 milhões. É claro que essa transferência deve ser decorrente disto, sem dúvida nenhuma.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª recebeu isso como débito em conta corrente ou como...?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, eu tinha crédito e recebi crédito de 410 mil dólares.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quatrocentos e dez mil dólares?
O SR. PEDRO IRUJO - Sim, 111 milhões 680 mil 821 e 27 centavos, em maio. Em junho, houve uma transferência para cá, se não me engano, naquela época comprei um apartamento ou um carro. Não sei bem o que foi. Mas de qualquer maneira, esse dinheiro tem entrada aqui, V. Exª tem razão, 111 milhões 680 mil, o que corresponde, em dólares da época, a 410 mil dólares.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E V. Exª saberia explicar, se for possível, um depósito em cheque, na mesma oportunidade, de 64 mil dólares?

O SR. PEDRO IRUJO - Bom, aqui corresponde à toa, porque 162 mil dólares...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vinte milhões de cruzeiros.
O SR. PEDRO IRUJO - V. Exª me falou 162.
O SR. LUIZ SALOMÃO - Cento e sessenta e dois mil dólares são a ordem de pagamento de José Carlos Porto, portanto não tem a ver com a empresa Estela Azurra.

O SR. PEDRO IRUJO - Não é Estela Azurra. A Estela Azurra pagou para Pedro Irujo. Pedro Irujo naturalmente transfere para cá, para a conta daqui de Brasília - normalmente não fiz movimento aqui em Brasília, quase nenhum, a não ser quando comprei apartamento...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vamos esclarecer aqui: o crédito a que refiro, de 50 milhões de cruzeiros, não é oriundo da Estela Azurra.

O SR. PEDRO IRUJO - Não. Não pode ser.
O SR. LUIZ SALOMÃO - Ele é proveniente, segundo a diligência feita pela Subcomissão de Bancos, de uma ordem de pagamento feita pelo Sr. José Carlos Porto. Então, perguntei-lhe se V. Exª é capaz de se recordar que motivo levou o Sr. José Carlos Porto - não o conheço, talvez V. Exª o conheça - a lhe pagar o equivalente a 162 mil dólares, que são os 50 milhões de cruzeiros.

O SR. PEDRO IRUJO - A me pagar não. Porque eu recebi...
O SR. LUIZ SALOMÃO - A depositar em sua conta - desculpe-me.
O SR. PEDRO IRUJO - ... recebi da Estela Azurra 111 milhões, que correspondia a 410 mil dólares, mês a mês é o que recebo sempre, não somente esse mês. Nem sabia que podia - está aqui uma coincidência muito grande. Então, esses 111 milhões dão 410 mil dólares. Esse mês que tem 162 mil dólares, mais 60 mil dólares aproximadamente, esse dinheiro foi transferido, dinheiro que eu tinha recebido da Estela Azurra em maio de 1991.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, V. Exª não está me entendendo. Não tem origem na Estela Azurra, nem é crédito feito por V. Exª.

O SR. PEDRO IRUJO - Mas tem origem na Estela Azurra.
O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou lhe explicando que este lançamento, este crédito, este lançamento bancário, que foi, através de uma diligência, verificado no BAMERINDUS, decorre de uma ordem de pagamento do Sr. José Carlos Porto. Então, estou lhe perguntando se V. Exª sabe o motivo deste pagamento. Não é da Estela Azurra. É do Sr. José Carlos Porto.

O SR. PEDRO IRUJO - Em nenhum momento falei que era da Estela Azurra. A Estela Azurra pagou para mim em maio, deu-me um crédito de 111 milhões de cruzeiros. Depois desses 111 milhões de cruzeiros que depositou para mim eu transferi para cá. V. Exª diz que ficou no BAMERINDUS 50 milhões. É possível. Transferi do meu dinheiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas nobre Deputado, não é transferência de V. Exª para V. Exª, de um banco para outro. É uma ordem de pagamento. Ordem de pagamento; portanto, não é transferência.

O SR. PEDRO IRUJO - Alguém fez a ordem de pagamento. Se eu estava em Brasília, devo ter pedido alguém para fazer a ordem de pagamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª sabe quem é José Carlos Porto?

O SR. PEDRO IRUJO - Sei, claro que sei quem é José Carlos Porto.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, é essa pergunta que estou lhe fazendo. Quem é José Carlos Porto?

O SR. PEDRO IRUJO - José Carlos Porto é um funcionário meu.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então pronto, está resolvido. (Risos)

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO IRUJO - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Conclui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Zaire Rezende. (Tumulto)

Quero ouvir a palavra do Deputado Zaire Rezende, depois do efeito hilariante da última pergunta.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, nobre Deputado Pedro Irujo, no depoimento prestado à CPI pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, este foi interrogado pelo Senador Garibaldi Alves Filho, que lhe fez uma série de perguntas a respeito dos nomes que ele teria citado na sua entrevista concedida à *Veja* como pessoas que participariam nesse possível esquema de corrupção do Orçamento. E o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho foi perguntando, citando nome por nome. Quando ele perguntou: "Pedro Irujo?", o Sr. José Carlos Alves dos Santos respondeu: "Com certeza."

O que tem V. Ex^a a declarar a esse respeito?

O SR. PEDRO IRUJO - Desculpe-me, o que ouvi falar pela televisão o Sr. José Carlos Alves dos Santos foi quando perguntaram: "Tem mais algum Deputado"? Ele disse: "Tem; fulano, fulano". "E Pedro Irujo"? "Sabia"! Assim eu entendi; eu sabia o que todo mundo sabia, não sabia nada! Eu escutava comentários aqui do Congresso de que o Orçamento não estava certo, não estava errado, mas nunca sabia de nada e nunca tive motivos para saber, porque não fui Sub-Relator, não participei dos grupos. Temos aqui companheiros de todos os partidos que podem ser testemunhas, dizendo que Pedro Irujo nunca discutiu um problema de Orçamento.

E quero falar mais: no segundo ano que estive no Orçamento, eu tinha tanto interesse em ser membro do Orçamento que pedi para sair e saí. Está aqui a carta em que me desligo do Orçamento. Então, eu nada sabia, em absoluto, do que queria falar o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Quero entregá-la ao Sr. Presidente:

"Dia 18 de novembro de 1992.

Exm^o Sr. Deputado José Carlos Vasconcellos, Líder do PRN, Câmara dos Deputados - Brasília, Distrito Federal.

Sr. Deputado, dirijo-me a V. Ex^a solicitando comunicar-lhe que estou colocando à disposição os cargos que ocupo na comissão permanente desta Casa, ou seja, membro titular da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização e membro suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Na oportunidade, renovo meus protestos de leal consideração e apreço".

Recebi a resposta do Sr. Deputado José Carlos Vasconcellos:

"Brasília, 3 de dezembro.

Prezado Deputado, em ofício datado de 18 de novembro do corrente, V. Ex^a coloca à disposição desta Liderança os cargos que ocupa na comissão permanente desta Casa, bem como na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sua atitude vem corroborar o que já conhecíamos de sua dignidade e retidão, marcas de sua personalidade que guardaremos para sempre.

Apesar de V. Ex^a ter se desligado desta Bancada, sentimo-nos honrados com sua permanência em posto que lhe confiamos. Não poderei indicar um outro".

Aqui está, da Comissão Mista de Orçamento, oficialmente, o dia em que saí. Quer dizer que nem continuei na Comissão Mista de Orçamento.

Não significa, que saí porque havia alguma coisa errada; saí porque estava numa campanha para prefeito de Salvador, que está aqui. Então, eu não podia atender a Comissão Mista de Orçamento e também a minha campanha a Prefeito de Salvador, onde tive uma grande votação.

Está aqui neste livro minhas propostas e minhas idéias políticas.

E quero falar mais nesta Casa: esta campanha para Prefeito de Salvador, em 1992, ganhou o Prêmio Nacional de *marketing* na semana passada. Ficaram Norte, Nordeste, Sudoeste e com São Paulo, e ganhamos o primeiro lugar com esta campanha nacional para Prefeito de Salvador, entre 4 mil e 500 Municípios.

Essa foi a razão por que saí da Comissão do Orçamento em 1992.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado, sou membro da Subcomissão de Patrimônio e Fiscal.

O levantamento realizado através do cruzamento das informações das suas declarações de renda e também de informações oriundas de cartórios levantaram alguns questionamentos. Alguns são anteriores ao seu período aqui na Casa. E só há um que já diz respeito ao ano em que V. Ex^a estava no Parlamento.

Vou fazer as perguntas para que isto possa, se V. Ex^a assim o desejar, ficar esclarecido.

O Cartório do 3º. Ofício de Salvador informa, por intermédio de certidão datada de 11 de novembro de 1993, que V. Ex^a é proprietário dos cinco imóveis abaixo relacionados: prédio nº 25, rua Marquês de Barbacena, subdistrito de Nazaré - livro 3 P, folhas 248 e assim por diante, 18 de maio de 1971; gleba de terra com 198 mil m2, situado

na rodovia BR-324, datado de 24 de maio de 1973; prédio rua Valdemar Falcão nº 23, Parque Florestal, 18 de maio de 1979; lote nº 16, parte Lucaia, 21 /02/84; área de 545,92 quilômetros quadrados, Parque Lucaia, 21.06.91/

Os referidos imóveis não constam na declaração de bens de V. Exª nos últimos 05 anos.

Como V. Exª possui vários imóveis no Estado da Bahia, pergunto: que esclarecimentos V. Sª poderia dar a esse respeito?

O SR. PEDRO IRUJO - Eu queria entender, porque V. Exª falou muito rápido sobre os imóveis. Alguns já sei que foram vendidos, foram dado baixa.

Então, eu gostaria; seu pudesse, de ver o papel. Seria mais fácil para mim.

(Pausa)

Este primeiro, nº 25, Rua Marquês de Barbacena, Distrito de Nazaré, já foi vendido. Não deveria estar em Imposto de Renda.

Este outro: 198 mil metros quadrados metros quadrados há muito tempo já foi vendido, não deve estar no meu Imposto de Renda. Não está em minhas declarações últimas.

Prédio da Rua Valdemar Falcão, nº 23, Parque Florestal - Foi vendido esse terreno.

Lote nº 16 Parque Lucaia - Este acredito que são vários, são cinco ou seis lotes naquela área. Acredito que permanecem comigo. Em Parque Lucaia.

E a área de 545 m, também, Parque Lucaia, permanecem comigo.

Apenas o primeiro, o segundo e o terceiro que já foram vendidos e portanto não devem estar na declaração do Imposto de Renda.

Agora, quanto aos dois últimos, praticamente tenho certeza absoluta de que estão comigo ainda.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado, no Orçamento de 1992, foi aprovada uma emenda do Deputado Cleonânio Fonseca no valor de 172 milhões 489 mil cruzeiros, equivalentes a 71 mil e 721 dólares destinados à implantação de uma creche, na Fundação Pedro Irujo, em Salvador - Bahia.

V. Exª poderia nos esclarecer se a creche já está implantada? Qual o número de crianças atendidas? Esse recurso já foi liberado?

O SR. PEDRO IRUJO - Sim, senhor, foi liberado. Não foi implantada a creche. Foram atendidas 18 creches que estão aqui, com todas as contas prestadas, aprovadas, com notas fiscais de tudo o que comprou, com número do Banco do Brasil e conciliação da conta do Banco do Brasil, também. Todas elas estão aqui, prontas para serem analisadas. Está aqui, cheque por cheque. A finalidade, prestação de contas, ...

Foram prestadas contas Drª A. Rodrigues Silva.

"Através desta, estamos mandando, em anexo, prestação de contas dos recursos provenientes da Emenda Orçamentária nº tal, de Pedro Irujo..."

"...certos de que cumprimos com a responsabilidade da licitação realizada em 03 de novembro de 1992 e liberados os recursos em fevereiro de 93..."

"...atendendo as creches localizadas em Salvador, com material permanente, fogões, geladeiras, liquidificador, televisores, mimeógrafo, material de construção para reformas, material de limpeza..." "Agradecemos a confiança

....

Aqui estão os relatórios dos exercícios da execução física financeira. Valor: 172 milhões,

O SR. ZAIRE REZENDE - Cento e setenta e dois milhões.

O SR. PEDRO IRUJO - Foram investido 255 milhões. Aqui estão nota por nota e cheque por cheque. Aqui está a conciliação de contas do Banco do Brasil. Aqui, tudo o que se comprou em muitas firmas, porque eram coisas diferentes; aqui está o número do cheque e o material que foi comprado a quem foi entregue e quem assinou. Aqui está, Sr. Vice-Presidente, o número do cheque do Banco do Brasil, a importância de cada um: 5 mil cruzeiros, 20 mil cruzeiros, 20 mil cruzeiros, e assim por diante. Aqui, a relação de pagamentos efetuados, tudo com cheques do Banco do Brasil e conciliados e tudo comprado. Aqui o quadro de despesas, quando saíram os recursos, a prestação de contas e o nada consta. A prestação de contas de tudo.

Mas antes de chegar ao nada consta, queria mostrar que, por favor, Sr. Vice-Presidente, aqui está 182 mil - está vendo 255 mil, não é verdade? Então, aqui está: 18 creches receberam. Aqui, por exemplo, a primeira declaração:

"Declaramos para que produza os seus efeitos judiciais e legais que recebemos a título de doação da Fundação Pedro Irujo, inscrita no CGC nº tal, na avenida Juracy Magalhães, uma geladeira, um fogão, 100 pratos, 100 copos, 100 colheres, um liquidificador".

Assim, vamos chegando até os 18. E com esse total, nós atendemos a 954 crianças; está aqui declarado e dito: "Atendemos a 954 crianças..." Tudo com cheques do Banco do Brasil conciliados e comprados talvez em 10, 12, 14 casas, como está aqui, com nota fiscal; cópia de nota fiscal de tudo. Essa foi a prestação de contas que está aqui e aprovado com nada consta. Aqui está a parte financeira do mesmo caso. Então, 882 milhões se tornaram 255 milhões de cruzeiros.

Fica aqui para que a Mesa veja e reconheça se for o caso. Se V. Exª deseje mais algum esclarecimento, estou pronto para lhe dar.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Tem a palavra o nobre Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LAZARO BARBOSA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Irujo, na verdade, não vou fazer qualquer indagação a V. Ex^a. Acho que V. Ex^a, com clareza, prestou todos os esclarecimentos. Eu só quero aqui fazer um registro, Deputado Pedro Irujo.

O Presidente Jarbas Passarinho já tem dito que nem sempre essa cadeira onde V. Ex^a se assenta neste momento é uma cadeira que tisna aqueles que nela são convocados a se sentar. Para V. Ex^a ela não lhe trouxe nenhum efeito malévolo. Eu tenho certeza de que V. Ex^a saiu dela se sentindo muito mais leve do que no momento em que se sentou.

E sem citar o nome, porque a pessoa que me prestou esse depoimento me disse que não gostaria de ser mencionado, mas uma figura da Bahia que não é apenas uma figura da Bahia, mas uma grande figura nacional, ligada a uma instituição milenar com grandes serviços prestados não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, se referindo a V. Ex^a, ele teve um feliz achado. Ele disse: "Olha, o Deputado Pedro Irujo, é o mais brasileiro de todos os brasileiros do Brasil que não tiveram a ventura de aqui nascer." Era apenas o registro que queria fazer.

O SR. PEDRO IRUJO - Muito obrigado, eu queria responder, agradecendo primeiramente isso.

Há um fato que aconteceu na minha vida. Eu saí da Espanha com 19 anos, por problemas, como falei, políticos. Nunca pensei que não iria voltar. Sempre tinha a certeza de que passaria 2, 3, 4, 5 anos, que mudaria o regime e que voltaríamos na luta ali na terra.

Passaram-se 5, 6 anos, eu voltei em 1961 já para a Espanha e, no dia em que cheguei, fui preso no aeroporto. Depois de 12 anos ausente, fui preso no aeroporto. Mas, saí daqui sabendo como gostava, como adorava o Brasil. Fiquei preso por dias, meses que deveria ficar, naturalmente, até que consegui me libertar. Aí que descobri como adoro muito a minha terra, gosto muito de Pamplona, gosto muito do país basco, eu gosto, eu adoro País basco. Mas, teve outra terra que ainda me atraiu mais, gosto mais e só posso morar nessa que gosto, que se chama Bahia, no Brasil. Não troco Bahia, no Brasil, por nada.

Posso ter a dificuldades que tiver, mas minha terra é Brasil, minha terra é a Bahia, que adoro pela gente boa, pela gente alegre e pela gente acolhedora que tem. Eu gosto, adoro e nunca mais poderia mudar de terra. Nunca deixei de gostar de onde nasci, eu gosto de onde nasci, mas aqui é um lugar que ainda tem muito para lutar. A minha luta está mais adiantada e é aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Depois desse hino à Bahia, chamo o paranaense e mineiro, Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, ele nasceu no Pará.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Deputado Pedro Irujo, vou fazer algumas perguntas bem objetivas para V. Ex^a.

Nos documentos apreendidos na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, consta uma relação de pleitos para o Orçamento de 91, que nós entendemos como pedidos de descontingenciamentos das seguintes obras: obra de retificação e revestimento do Canal do Rio Camarugipe, em Salvador, Bahia; estabilização de encostas em Salvador; infra-estrutura urbana de Lobato, em Salvador; melhoria de condições habitacionais de Ipirape, em Salvador e melhoria do transporte de massa.

Para mim, justifica, nobre Deputado, são obras na área de influência política de V. Ex^a, porém, os autores das emendas, já que V. Ex^a não estava no Congresso quando foi aprovado o Orçamento de 90, eram os Deputados Genebaldo Correia, Eraldo Tinoco e José Geraldo junto com Genebaldo Correia.

V. Ex^a pode explicar para a CPI por que, ao invés dos Deputados que fizeram as emendas, todos parlamentares, alguns, os baianos com área de influência na Bahia, não foram eles que pediram esse descontingenciamento, mas V. Ex^a.

O SR. PEDRO IRUJO - Sempre, para Salvador, desde que estou aqui e antes de estar aqui, tenho levado todos os recursos máximos possíveis. Se posso levar recursos, eu quero levar recursos para Salvador.

Por exemplo, ano passado, houve a Conferência Ibero-americana. V. Ex^a sabe que aqueles recursos que se utilizaram no embelezamento da cidade de Salvador, para receber tantos chefes de Estados de todos os lugares, eu me empenhei e acho que fui um dos artífices principais para levar essa verba. Não sei de quem eram as emendas, não sei, não tenho idéia, não posso saber. O que eu quero é que Salvador receba recursos.

Eu vou nos bairros de Salvador, aí está o eminente Deputado Haroldo Lima, que conhece tanto quanto eu o rio Paraguari, em que estão, há mais de vinte anos, as pessoas embaixo da lama, alagadas.

Aí está a polêmica, porque estavam também numa favela, a mais imunda possível, e nós conseguimos recursos. Eu não sei de quem são essas emendas, eu sei que conseguimos recursos.

E vou falar mais, vou falar mais: não era o Prefeito que estava... eu tinha qualquer ligação nesta política, não era! Mas eu queria resolver o problema do bairro.

Como Paraguari, estou falando em polêmica, estou falando em Itaguara. Agora estão fazendo uma obra naquele local com uma emenda que também conseguiu para Itaguara há 10 anos.

Eu tive, neste fim de semana, a felicidade de passar por lá e ver que estão saindo da lama milhares e milhares de pessoas que, quando saem de casa, sabem onde pisam: em cima da lama! Não pisam no chão, pisam na lama.

Então, todas as verbas que pude conseguir para Salvador, consegui e vou conseguir, porque é minha obrigação, porque tenho essa obrigação, porque não tenho currais eleitorais para falar: "eu tenho dois mil votos em um Município, três mil em outro", eu não tenho isso. Fui votado em 203 Municípios para Deputado. Agora, meu maior eleitorado está em Salvador.

Então, tudo o que eu possa fazer para conseguir verbas para Salvador, não sei de onde vêm, quero que sejam verbas destinadas a resolver problemas sociais gravíssimos. Não são problemas sociais fáceis de se resolver, precisam de muitos recursos, muitos recursos!

Então, sempre que posso fazer alguma coisa, faço por Salvador. Não importa se vem do Governo Federal, se vem do Governo Estadual, se vem do BIRD. Onde quer que eu veja alguma brecha, eu vou, porque acho que tenho algum prestígio, alguma força para conseguir ou, pelo menos, tenho a intenção, sempre, de ajudar a resolver os problemas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Deputado, eu não consegui me esclarecer.

Não fiz nenhuma acusação a V. Ex^a, porque, inclusive, considero que são emendas que vão contemplar áreas de influência política de V. Ex^a; então, está justificado.

O que não entendo é, sendo emendas do Deputado Genebaldo Correia e como ele também atua nessas áreas em que tem votos, porque não foi ele que foi pedir ao Ministro o descontinenciamento e sim V. Ex^a?

O SR. PEDRO IRUJO - Se for emenda do Deputado Genebaldo Correia, pode até ser emenda dele; Deputado Haroldo Lima, poderia ser de João Almeida, poderia ser de qualquer um, José Lourenço, poderia ser do Senador Ruy Bacelar, poderia ser de quem fosse! Sempre que me chamam para fazer um pedido, às vezes sozinho ou acompanhado por Deputados, vou e faço, é minha obrigação. Não estou fazendo nada a mais do que cumprir com a minha obrigação.

Agora, quem faz as obras ou não faz as obras, aí eu não quero saber, não me interessa porque não preciso disso. Não tenho empresa interessada em fazer obras para a Prefeitura, que seja de Salvador ou de outro lugar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, V. Ex^a, nesses pedidos, foi acompanhado do Deputado Genebaldo, do Deputado Eraldo Tinoco?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor; com certeza, não.

Mas posso ter ido acompanhado por outro Deputado. Com certeza que com alguns; sim, com vários. Agora, o Genebaldo nunca me acompanhou e vou falar para o senhor: eu falei, de início, que considero o Deputado Genebaldo Correia sempre um amigo, porque desde 1988 temos um relacionamento.

Agora, como Líder, ele na Câmara - e todos aqui são testemunhas disso -, nunca sequer me ofereceu: "Pedro, você vai ter uma relatoria aqui; Pedro, você vai ter... de alguma maneira, um trabalho que vai destacar você como Parlamentar"! Nunca me deu nada; nunca, em absoluto. Também nunca pedi.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Deputado Pedro Irujo, em relação aos documentos encontrados na casa do Sr. Aslton Reis, V. Ex^a já se referiu a uma emenda do Relator Jorge Tadeu Mudalen, do Fundo Nacional de Saúde, onde se encontra o nome de V. Ex^a e uma percentagem. Já respondeu essa pergunta, disse que desconhece a percentagem, mas, na justificava...

O SR. PEDRO IRUJO - Desconheço que o meu nome esteja aí.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, o nome está.

O SR. PEDRO IRUJO - Estou indignado que o meu nome esteja aí!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, pois não.

Mas existe na justificativa apresentada pelo Deputado Jorge Tadeu Mudalen, solicitação dos Deputados José Carlos Aleluia e Pedro Irujo. Essa solicitação foi comum entre V. Ex^a e o Deputado José Carlos Aleluia ou foram pedidos separados?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, Excelência. Fiz uma emenda e depois eu soube que ela não havia passado, que o Relator não tive mais contato nenhum com a emenda. Nem se saiu nesse próprio ano, ou se foi aprovada.

Até agora fiquei sabendo, por causa disto, que não teria sido aprovada a emenda. Mas não tive nada em comum com ninguém. Com ninguém.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não foi um pedido comum com o Deputado José Carlos?

O SR. PEDRO IRUJO - Em absoluto. Em absoluto. Sob juramento, lhe digo que não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Ex^a tem conhecimento de que o Deputado José Carlos Aleluia também fez emendas para essa construção do hospital de Alagoinhas?

O SR. PEDRO IRUJO - Não. Não tenho conhecimento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Deputado Pedro Irujo, a última pergunta: foi encaminhada, já foi referida pelo Senador Eduardo Suplicy esta denúncia do Vereador Lourival Silva, da Câmara Municipal de Contendas do Sincorá. Esta construção de hospital, convênio Ministério da Ação Social, Sociedade Contendense de Beneficência, SCB, foi contemplada através de um convênio, não foi através de emenda, mas um convênio com o Ministério da Ação Social. Recursos obtidos através de um programa genérico. V. Ex^a intercedeu para a realização desse convênio?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, Excelência.
O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por último: V. Exª tem alguma participação acionária na ESQUADRO Engenharia?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, Excelência.
O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado Deputado. Concedo a palavra ao Deputado Luiz Máximo.
O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Pedro Irujo, V. Exª, no início de sua fala, disse que este era um dia muito feliz para V. Exª, que estava tendo a oportunidade de, num foro privilegiado, poder dar respostas adequadas às suspeições levantadas contra V. Exª através dos mais diversos meios de comunicação.

O SR. PEDRO IRUJO - Desculpe-me. Através dos...?
O SR. LUIZ MÁXIMO - Através dos mais variados meios de comunicação. Quero, nobre Deputado contribuir com V. Exª. Contribuir dando-lhe oportunidade para que esclareça de vez algumas dúvidas que, pelo menos no que me diz respeito, ainda existem. Porque, para mim, não foram ainda suficientemente esclarecidas. Creio que seja a oportunidade adequada para que toda e qualquer dúvida venha a ser afastada.

Nobre Deputado, V. Exª, declarou, no início, que a Fundação Pedro Irujo nunca houvera recebido, segundo sua expressão, subsídio governamental.

O SR. PEDRO IRUJO - Subvenção social.
O SR. LUIZ MÁXIMO - Havia entendido subsídio. Mas continuando, nunca recebeu qualquer subvenção social. E tenho aqui em mãos, nobre Deputado, notícia a respeito de um convênio com o Departamento Nacional de Desenvolvimento Rural de Cooperativismo, celebrado e publicado em 03 de dezembro de 1991, tendo como fim de vigência a data de 31 de dezembro do mesmo ano.

Consta como objeto do referido convênio, construir cinco novas cooperativas rurais nas diversas regiões do Estado a partir de grupos organizados que apresentem, sim, as condições de potencialidades para tanto, dentro de uma estrutura de autogestão, democrática, empresarial e moderna.

O que me causa certa perplexidade, nobre Deputado, é a celebração de um convênio, publicado no dia 03 de dezembro de 1991, que tem como fim de vigência a data de 31 de dezembro do mesmo ano.

O SR. PEDRO IRUJO - Qual é a data?
O SR. LUIZ MÁXIMO - Trinta e um de dezembro do mesmo ano, ou seja, 20 dias para cumprimento de um contrato, de um convênio, para construir cinco novas cooperativas rurais nas diversas regiões do Estado.

Quer dizer, eu gostaria que V. Exª pudesse nos esclarecer a respeito desse pequeno lapso temporal para a assinatura e o cumprimento de um convênio: 20 dias.

O SR. PEDRO IRUJO - Não posso precisar se são 20 dias. O que posso precisar é que as atividades da Fundação Pedro Irujo são aquelas que falei e que estão aqui todas para os senhores Deputados e membros da CPI conhecerem.

Claro que não estou em todo lugar para saber os prazos ou não prazos. Mas, de qualquer maneira, se foram 20 dias, seria 20 dias o prazo justo, certo e necessário; se foram 60 dias, seriam 60 dias. Nesse momento, não tenho. Agora, tenho certeza absoluta de que o senhor receberá, se faltar alguma data ou se houver dúvida em alguma data, imediatamente a resposta justa, certa e correta.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Exatamente. É isso que eu gostaria de esclarecer, porque construção de 5 novas cooperativas rurais, nas diversas regiões do Estado, no prazo de 20 dias, causa-me certa estranheza, certa perplexidade.

O SR. PEDRO IRUJO - Pode ficar tranqüilo.
O SR. LUIZ MÁXIMO - Como V. Exª não se encontra em condições de, no momento, responder-me, aguardarei, então, comunicação de V. Exª.

O SR. PEDRO IRUJO - Sem dúvida nenhuma!
O SR. LUIZ MÁXIMO - Outra coisa, nobre Deputado, que não me ficou esclarecido devidamente é a respeito do endereço da Fundação. Qual o endereço atual da Fundação Pedro Irujo em Salvador?

O SR. PEDRO IRUJO - O endereço atual e provisório da Fundação Pedro Irujo, em Salvador, é Av. 7 de setembro, no Hotel Mar Azul. Está ficando pronta a sede própria, uma sede que vai ser nova para ela, que talvez demore 2 meses: 3 meses e que já está praticamente em fase de conclusão.

Então, a sede atualmente está na avenida 7 de setembro, num prédio que é nosso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E o jornal Bahia Hoje, é o mesmo endereço da Fundação, nobre Deputado?

O SR. PEDRO IRUJO - Não, senhor.
O SR. LUIZ MÁXIMO - Nunca teve o mesmo endereço?
O SR. PEDRO IRUJO - O jornal Bahia Hoje ficava num prédio que tinha, não tenho bem certeza, mas penso que eram 24 salas diferentes, independentes. Esse prédio foi comprado em 1986, aproximadamente, e funcionava como escritórios de diversos setores. Em um desses escritórios, em uma ou duas salas - duas - funcionava a Fundação Pedro Irujo.

Quando o projeto do Bahia Hoje começou a sair do papel para se começar a fazer o prédio, que se comprou outra área de terreno junto, foram desalojados todos; alguns

inquilinos até demoraram a sair. E foi derrubado todo ele para fazer o prédio do **Bahia Hoje**, onde está funcionando. E a Fundação Pedro Irujo foi das últimas a sair para o Hotel Mar Azul, que está comunicado ao Ministério Público e aprovado. Então, estamos esperando que o prédio da Fundação fique pronto; não é um grande prédio, é um prédio modesto, mas ficará pronto e vai ser transferido para lá, já, definitivamente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, nobre Deputado, a Fundação Pedro Irujo nunca recebeu subvenção social, mas recebeu contribuição através de outros órgãos - não subvenção social -, através de convênio...

O SR. PEDRO IRUJO - Sim, senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Perguntei ao senhor aquilo que o senhor já respondeu: a Fundação nunca recebeu subvenção social.

O SR. PEDRO IRUJO - É verdade.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas recebeu contribuições através de convênios.

O SR. PEDRO IRUJO - Participou de convênios, porque numa parte entra o convênio, na outra parte entra a Fundação e na outra parte entram aqueles interessados no convênio.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E todas as contas prestadas pela Fundação sempre foram aprovadas.

O SR. PEDRO IRUJO - Todas as contas são aprovadas. Estão aqui todas aprovadas, rigorosamente. Não há uma conta que não tenha sido aprovada.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Luiz Máximo.

Com as perguntas do Deputado Luiz Máximo, encerra-se o número de inscritos. Apenas houve um que estava inscrito e pediu para retirar o seu nome, porque ele teria muita dificuldade senão tivesse intérprete na resposta do Deputado Pedro Irujo. E não se previa o problema da Taquigrafia. Mas, de qualquer maneira, o portunhol funcionou bem.

O SR. PEDRO IRUJO - Muito obrigado. Desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há de quê.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Pedro Irujo, verifiquei, pelas declarações de renda que V. Exª encaminhou à Mesa, que V. Exª é acionista de várias empresas, inclusive de algumas transportadoras. Pergunto: V. Exª, além de acionista, é controlador de alguma empresa de transporte?

O SR. PEDRO IRUJO - Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Que tipo de transporte?

O SR. PEDRO IRUJO - Transportes especiais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por terra, por ar, por mar?

O SR. PEDRO IRUJO - Por terra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na atividade de transportadora em caráter especial, no tipo de transporte especial, essa empresa presta serviços a entidades públicas?

O SR. PEDRO IRUJO - Temos uma empresa, algumas empresas, que prestam serviços há vinte e cinco anos à PETROBRÁS, ao Pólo Petroquímico, muitas e muitas entidades.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - PETROBRÁS, Petroquímica e diversas outras, há vinte e cinco anos.

O SR. PEDRO IRUJO - A todas as entidades, porque são empresas especializadas neste setor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Setor de petróleo?

O SR. PEDRO IRUJO - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, a minha pergunta é a seguinte: esses contratos que suas empresas celebram com entidades públicas são contratos padronizados, com cláusulas uniformes, ou o frete e demais condições são ajustadas caso a caso?

O SR. PEDRO IRUJO - Não senhor. São concorrências públicas, sempre concorrências públicas, que não têm nada de especial para uma empresa. São dirigidas a todas as empresas, tem uniformidade para todos os contratos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sempre com concorrência?

O SR. PEDRO IRUJO - Sempre com concorrência.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. PEDRO IRUJO - Nunca participamos de nada que não tenha concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente deseja perguntar?

O SR. ODACIR KLEIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Pedro Irujo, V. Exª deseja fazer algum comentário?

O SR. PEDRO IRUJO - Eu queria agradecer essa oportunidade que tive de vir aqui perante todos os senhores Deputados e Senadores, para fazer esses esclarecimentos. Apesar de ser acostumado a essas situações de que um político, às vezes, tem que ficar nu para que saibam tudo que faz, eu queria esta oportunidade para ficar aqui, realmente desnudo, para que perguntassem tudo o que quisessem.

Não fiquei constrangido com pergunta nenhuma. Podia vir a pergunta que quisesse, tanto que fosse do Orçamento, que fosse da família, que fosse privada, para mim era tudo uma pergunta que não me constrangia.

Sei que se posso colaborar de alguma forma para que esta CPI vá melhorar daqui para frente a imagem do Congresso, a imagem da Câmara. Sinto-me muito feliz em participar disto e não ter mágoa de ninguém; ao contrário, quero agradecer a todos, àqueles que mais perguntaram, àqueles que fizeram as perguntas que podiam ser mais difíceis, quero agradecer a todos eles, porque a valorização desse depoimento juntamente é essa. Vim aqui para falar a verdade, somente a verdade. Nunca menti, não seria aqui, nesta Comissão, na CPI, que iria mentir. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu pergunto a V. Exª se tem origem basca.

O SR. PEDRO IRUJO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os bascos são grandes lutadores até hoje. V. Exª não está, portanto, exposto a uma experiência nova, ao contrário, já tem lutado muito ao longo da vida.

O SR. PEDRO IRUJO - Muito, e ainda espero lutar muito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Apenas um esclarecimento, que é desnecessário: foi caracterizado metaforicamente quando V. Exª diz que gostaria de ficar nu aqui.

Vou tentar fazer uma reunião interna após o depoimento de 15hs.
Muito obrigado, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h39min.)

